SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 01 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3628

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
LEILÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP
AVISO DE LEILÃO PRESENCIAL Nº 02/2026
A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP**, por intermédio de seu Presidente, **LUIZ CARLOS TURATTO**, torna público aos interessados que realizará **LEILÃO PRESENCIAL Nº 02/2026**, do tipo **MAIOR LANCE POR LOTE**, destinado à **alienação de bens móveis usados, considerados inservíveis ou sem utilização previsível pela entidade**, compreendendo mobiliários, painéis em MDF, equipamentos de áudio e demais bens relacionados no Edital e seus anexos.
Data da sessão: 26 de outubro de 2026.
Horário: 09h00.
Local: Sede da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, Francisco Beltrão/PR.
Critério de julgamento: Maior lance por lote.
Quantidade: 05 (cinco) lotes.
Valor mínimo global dos bens: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
Os bens serão alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sendo facultada aos interessados a realização de vistoria prévia, mediante agendamento junto à AMSOP.
O Edital completo, contendo a descrição dos lotes, valores mínimos, condições de participação, visitação, pagamento e retirada dos bens, estará disponível junto à AMSOP e nos meios oficiais de divulgação adotados pela entidade.
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, durante o horário de expediente.

Francisco Beltrão/PR, 30 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:EADB1904

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Termo de aditivo nº 1 do Contrato nº 001/2025, objetivando a "Contratação de serviços técnicos especializado, voltados a gestão educacional, com foco na produção de diagnósticos, elaboração de relatórios, análise de dados e apoio à tomada de decisão dos municípios consorciados, abrangendo aspectos financeiros, administrativos garantindo o cumprimento das exigências legais e a correta aplicação dos recursos e melhoria na qualidade da educação**"**, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2025, que entre si celebram CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ e **BRASILIA CONSULTORIA EDUCACIONAL E GESTÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n° 13.351.471/0001-96**, aditivam o contrato na importância de R$ 124.296,00 (Cento e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais), e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), com prazo de 25/07/2026 até 25/07/2027, nos termos da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Curitiba 24 de julho de 2026.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente- CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:B2E068D3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1887, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Concede licença prêmio por assiduidade a servidora pública municipal Seloir Lopes Sampaio, e dá outras providências.

Antonio Bianchini, Prefeito em Exercício do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n°12.06/2005,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder licença prêmio por assiduidade de 30 (trinta) dias, de acordo com a Lei Municipal n° 12.06/2005, sendo concedida no período compreendido entre os dias 01 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, a servidora pública abaixo relacionada:

Nome	CPF	Cargo	Ref. Período Aquisitivo
Seloir Lopes Sampaio	980.472.219-49	Zeladora	2015/2020

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis.

ANTONIO BIANCHINI
Prefeito em Exercício

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:9A9641CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE - ARP 208/2025

Ata de Registro de Preços 208/2025
Termo Aditivo de Prazo e Reajuste: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 79/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: LICITECH CONSULTORIA & SOLUTIONS EM LICITACOES PUBLICAS LTDA, ESTABELECIDA NA RUA CASTRO ALVES, Nº 258, CENTRO NA CIDADE DE DOIS VIZINHOS, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza, alimentos perecíveis e não perecíveis e utensílios geral, para atividades desenvolvidas com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, atividades desenvolvidas nos serviços e convivência de fortalecimento ao vinculo, e demais ações e projetos Assistenciais desenvolvidos pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR itens desertos/fracassados do Pregão Eletrônico n° 056/2025, conforme especificado no anexo I - Termo de Referência.
Prazo de Vigência: 26/09/2026 à 26/12/2026.
Valor do reajuste: 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento)
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 26 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,26 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:84455FCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
SEGUNDO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO 116/2024

Contrato 116/2024
Termo Aditivo de Prazo: 2/2026
Licitação: Concorrência Eletrônica n° 5/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: CRESCER CONSTRUTORA LTDA, ESTABELECIDA NA RUA 26 DE ABRIL, Nº 608, CENTRO, NA CIDADE DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Construção do Paço Municipal e Câmara de Vereadores com área construída de 2.065,49 m², de acordo com projetos e planilhas em anexo aprovadas pelo PARANACIDADE SAM 30.
Prazo de Vigência do Contrato: 28/10/2026 à 27/12/2026.
Prazo de Execução: 30/09/2026 à 29/11/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 30 de setembro de 2026.

ANTONIO BIANCHINI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,30 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:308952B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
SEGUNDO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO 153/2025

SEGUNDO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato 153/2025
Termo Aditivo: 2/2026
Licitação: Concorrência Eletrônica n° 008/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: LB ENGENHARIA, ESTABELECIDA NA AVENIDA NICOLAU INÁCIO, Nº 960, CENTRO, NA CIDADE DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, montagem e execução de um barracão industrial com uma área toda de 240m², Contrato de Repasse OGU nº 972443/2024 - Operação 1099792-25 - Programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços - Construção de barracão industrial.
Prazo de Vigência: 25/09/2026 à 25/11/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 24 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:E3DA0F9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE N° 010/2026

RATIFICO, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que declarou dispensável a licitação nos termos do diploma legal invocado, referente à objeto:**Contratação de serviços especializados de palestrante para atuação na XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança do Iguaçu/PR, visando à exposição técnica de temas relativos às políticas públicas do setor, conforme orientações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**, conforme especificações constantes no Termo de Referência**.**
Empresas vencedoras valor total**: R$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais)**, TANIA MARA MINETTO, CNPJ nº 27.711.153/0001-80

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO BIANCHINI
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 111/2026
Modalidade: Dispensa de Licitação Nº 010/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.

Contratado: TANIA MARA MINETTO
CNPJ: 22.711.153/0001-80
Endereço do Contratado: Rua Tuiuti, nº 485, Itapaje, na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.
Objeto: Contratação de serviços especializados de palestrante para atuação na XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança do Iguaçu/PR, visando à exposição técnica de temas relativos às políticas públicas do setor, conforme orientações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
Valor Total: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)
Prazo de Vigência: 30/09/2026 à 31/12/2026.
Data da Assinatura: 30/09/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

ANTONIO BIANCHINI,
Prefeito em Exercício de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 30 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:8F54D89F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90062/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO, PARA O ANO L

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90062/2026. (SRP 987503 - 26/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 15 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de empresa para Aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2027. Valor máximo estimado: R$ 373.103,00 (trezentos e setenta e três mil, cento e três reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:E1C2DE8E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026.

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90047/2026. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.** EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO. O prazo de início da prestação dos serviços é de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e aceita pelos fiscais do contrato. Os serviços objeto deste contrato serão executados diariamente, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de educação, conforme disposto no item **1.4** deste Termo de Referência, que apresenta as unidades administrativas, endereços e horários de trabalho. Os empregados disponibilizados pela Contratada deverão **comparecer pontualmente** aos locais determinados, observando as normas internas, orientações e a organização administrativa de cada unidade requisitante. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas constantes dos itens **1.1 e 1.2** deste Termo de Referência, observando-se rigorosamente os padrões de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas contratualmente. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Educação Cultura e Esportes. Gestão/Unidade: 06.02 - DEPTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA 06.03 - FUNDO VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEB. Fonte de Recursos: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais 104 - Educação / 25% sobre Impostos 102 - FUNDEB 30% Programa de Trabalho: 1236100032.014 - Manutenção do Ensino Fundamental 1236500032.015 - Manutenção do Ensino Infantil - Pré Escola 1236500032.016 - Manutenção do Ensino Infantil - Creche 1236100032.026 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 1236500032.027 - Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola – Fundeb 1236500032.028 - Manutenção do Ensino Infantil Creche – Fundeb. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 829/830/928/1804/1805/1806 SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO Empenho: Não se Aplica. Município de Chopinzinho e Contrato nº 314/2026 TATIANE CUSTIN BUENO LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 3.123.963,60 (três milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e sessenta e três reais, sessenta centavos). Data da assinatura: Chopinzinho-PR, 29 de setembro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:1AFFC42E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2025

Espécie: Extrato do 1° Termo Aditivo ao Contrato nº 131/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Pedreira Santigo Ltda. CNPJ: 77.744.134/0001-41. Objeto: Dilação do prazo de vigência por mais 360 (trezentos e sessenta) dias e supressões de serviços e valores. Novo Prazo de Vigência: 16/05/2027. Valor das supressões: R$ 490,77 (quatrocentos e noventa reais e setenta e sete centavos). Valor total: R$ 2.098.783,23 (dois milhões, noventa e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos). Origem: Concorrência Eletrônica – Edital nº 90004/2025. Fundamento Legal: Artigos 111, 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 29/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Moises de Gasperin, pela Contratada.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:D6661002

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90047/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90047/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90047/2026, de 31/07/26, e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
TATIANE CUSTIN BUENO LTDA	3.123.963,60

VALOR TOTAL R$	3.123.963,60

Que apresentou o Menor Preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 29 de setembro de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:BE351DD2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90052/2026 - DECISÃO

Memorando Eletrônico nº 3.791/2026.
Assunto: Pregão Eletrônico nº 90052/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO E DESMONTE DE ROCHAS.

RECORRENTE: EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.465.889/0001-57, com sede na Rua Augusto Maas, n. 4600, Bairro Arapongas, Indaial/SC, CEP 89083-730.

RECORRIDA: DESMONTESC LTDA, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.222.964/0001-88, com sede na Rua Laurita, s/nº, Morro Grande, Sangão/SC, CEP 88.717-000.

DECISÃO

RELATÓRIO
Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA. em face da decisão que habilitou a empresa DESMONTESC LTDA., nos autos do Pregão Eletrônico nº 90052/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual prestação de serviços de perfuração, detonação e desmonte de rochas.
Em sede de recurso, a recorrente alegou que: a) a empresa vencedora teria descumprido os requisitos editalícios de habilitação, bem como, teria sido indevidamente favorecida por sucessivas concessões de prazos adicionais pelo pregoeiro para a juntada de documentos faltantes; b) que a licitante vencedora não possuía Certidão Negativa Municipal válida; c) Ainda, que haveria um substancial vício de ordem probatória e cadastral relativo à composição societária e gerencial da empresa DEMONTESC LTDA, bem como que, a mesma estaria utilizando do expediente da interposição fraudulenta de pessoas para ocultar a real gestão, titularidade e responsabilidade técnica de fato exercida pelo Sr. Valter.
Ainda, no referido recurso, nos pedidos, requer: a) CONHECIMENTO e o PROVIMENTO do presente Recurso Administrativo para julgar INABILITADA e/ou DESCLASSIFICADA a empresa DESMONTESC LTDA do Pregão Eletrônico nº 90052/2026, anulando-se os atos de julgamento favoráveis a ela concedidos; b) A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS, nos termos do item 6.4 e item 14.3 do Edital, solicitando a comprovação de vínculo do Responsável Técnico (Sr. Valter), bem como a verificação junto aos cadastros oficiais (CEIS, CNEP e cadastros de impedidos de licitar estaduais/municipais) quanto às sanções vigentes em nome do Sr. Valter e de empresas anteriores por ele geridas ou integradas; c) A REMESSA DOS AUTOS ao Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), conforme previsto no item 10.2.10 do Edital, para apuração das condutas relativas à fraude em licitação.
Em sede de contrarrazões, a empresa DESONTESC LTDA, visando comprovar que as alegações da recorrente não devem prosperar visto que as convocações para apresentação de documentos ocorreram dentro da fase de habilitação e tiveram como objetivo comprovar situação pré-existente, sem que tenha ocorrido qualquer alteração na proposta ou criação posterior de capacidade técnica e econômico-financeira, bem como, quanto a Certidão Negativa Municipal, por ser ME/EPP, teria direito a regularização tardia conforme previsto na lei complementar 123/2006. Quanto a alegação de que o Sr. Valter faria parte do quadro societário da empresa, alega que a Recorrente não apresenta prova de sociedade, controle, sucessão empresarial, confusão patrimonial ou fraude, até porque a prova não existe, pois não há sociedade entre a Recorrida e seu responsável técnico.
Após análise das razões recursais, o Pregoeiro conheceu do recurso e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo a habilitação da empresa recorrida, por restar comprovado o atendimento aos requisitos de qualificação técnica e regularidade fiscal exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 90052/2026.
Vieram os autos para decisão.

FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA. em face da decisão que habilitou a empresa DESMONTESC LTDA., nos autos do Pregão Eletrônico nº 90052/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual prestação de serviços de perfuração, detonação e desmonte de rochas.
Considerando o recurso apresentado pela recorrente e as contrarrazões apresentadas pela recorrida, o Pregoeiro, em sede de julgamento, em análise da alegação de que estaria favorecendo a recorrida, abrindo sucessivos prazos adicionais para juntada de documentos, se manifestou afirmando que é dever do Agente de Contratação realizar diligências para sanar qualquer dúvida e documentação enviada, se baseando no princípio do formalismo moderado, o qual prega que as formalidades exigidas em um processo licitatório não devem ser um entrave desnecessário à participação dos licitantes ou à obtenção da melhor proposta.
De fato, erros ou falhas meramente formais, que não comprometam a qualificação do licitante ou a substância da proposta devem ser relevados ou ter sua correção permitida, sendo que a Administração tem o poder-dever de realizar diligências para esclarecer dúvidas e complementar informações.
O que diz o TCU:
"Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes. (Acórdão nº 988/2022. Plenário. Relator: Ministro Antônio Anastasia)."
Em relação a licitante vencedora não possuir Certidão Negativa Municipal válida, houve manifestação do pregoeiro, no sentido de que, apesar de a licitante ter apresentado certidão vencida, solicitou prazo, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.
Ainda, conforme disposto no edital:
"1.7.1 De acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada."
Sendo assim, razão não assiste a recorrente, uma vez que é direito da licitante solicitar prazo para regularização de certidão.
Quando ao vício de ordem probatória e cadastral em relação à composição societária e gerencia da empresa, segue manifestação do pregoeiro:
"Quanto ao vício de ordem probatória e cadastral relativo à composição societária e gerencial da empresa DESMONTESC LTDA, não há, neste processo como mensurar tal alegação, visto que, não há nos documentos da licitante nenhuma menção que comprove que o senhor Valter não seja somente representante técnico da licitante. Ainda, há nos autos Contrato Particular de Serviços Técnicos (fls. 31 do documento denominado por "documentos_consolidados") datado de 28/06/2024, por meio do qual, a licitante contrata os serviços do Sr. Valter Eduardo de Aguiar como seu responsável Técnico. Assim, não restam, neste processo indícios para que afastem a boa fé da licitante, visto que somente se aplica o Art. 14 § 1º, da Lei nº 14.133/2021 quando devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante:
"Art. 14 § 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante."
Ainda, foi realizada pelo pregoeiro, pesquisa junto ao SICAF, para fins de verificar possíveis ocorrências, o que não foi constatado.
CONCLUSÃO

Isto posto, DECIDO pelo conhecimento do recurso administrativo interposto pela empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA. e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão do Pregoeiro que declarou habilitada a empresa DESMONTESC LTDA., por restar comprovado o atendimento aos requisitos de qualificação técnica e regularidade fiscal exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 90052/2026.
Encaminho os presentes autos à Divisão de Licitações para os encaminhamentos cabíveis.
Chopinzinho (PR), 29 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:013F4041

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90056/2026 - DECISÃO

Memorando Eletrônico nº 3.939/2026.
Assunto: Pregão Eletrônico nº 90056/2026 – CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO DO BRASIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E TAXAS DIVERSAS, ATRAVÉS DE BOLETO BANCÁRIA REGISTRADO, EMITIDOS PELO SETOR RESPONSÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COMPRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO DOS VALORES ARRECADADOS.

RECORRENTE: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO IGUAÇU – SICREDI IGUAÇU PR/SC E REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.974.278/0001-50, com sede na Avenida XV de novembro, n° 374, Prédio 02 pisos, Centro, CEP 85.570-000, São João PR.

RECORRIDA: BANCO DO BRASIL S.A., empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Autarquias Norte, Q 5, Lote B, Torre Norte, CEP 70.040-912, Brasilia DF.
DECISÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO IGUAÇU – SICREDI IGUAÇU PR/SC E REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP, inscrita no CNPJ sob nº 84.974.278/0001-50, em face da decisão que habilitou a empresa BANCO DO BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90056/2026.
Conforme consta dos autos, o recurso foi apresentado tempestivamente, tendo a Recorrente alegado, em síntese, supostas irregularidades na documentação de habilitação apresentada pelo Banco do Brasil S.A., especialmente quanto às declarações dos índices econômico-financeiros referentes aos exercícios de 2024 e 2025, à forma de assinatura eletrônica dos documentos, à assinatura pelo representante legal e aos índices de liquidez corrente apresentados.
A Recorrente sustentou, ainda, que os índices de liquidez corrente apresentados seriam inferiores ao mínimo previsto no edital e que, nessa hipótese, deveria haver comprovação do atendimento da exigência prevista no item 1.4.1.7 do instrumento convocatório, mediante capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação.
Ao final, requereu a reforma da decisão que habilitou o Banco do Brasil S.A., com sua consequente inabilitação e o prosseguimento do certame com a convocação da Recorrente, segunda colocada, além de requerer, subsidiariamente, a realização de diligências para apuração dos fatos alegados.
A empresa BANCO DO BRASIL S.A., por sua vez, apresentou contrarrazões, defendendo a regularidade de sua documentação e a manutenção de sua habilitação.
A Pregoeira, após análise das razões recursais, das contrarrazões e dos documentos constantes dos autos, concluiu pela regularidade da documentação apresentada pela empresa recorrida.
Quanto à assinatura eletrônica, foi constatado que os documentos foram formalizados por meio do Portal de Assinaturas do Banco do Brasil S.A., contendo elementos de segurança e autenticidade, tais como carimbo de tempo, registros de rastreabilidade, hash de segurança e mecanismo de consulta de autenticidade. A Pregoeira realizou, inclusive, consulta no validador oficial do Banco do Brasil, constatando a integridade dos documentos apresentados.
No tocante à qualificação econômico-financeira, verificou-se que, embora os índices de liquidez corrente fossem inferiores a 1,00, o patrimônio líquido da empresa era significativamente superior ao limite de 10% do valor estimado da contratação, conforme previsto no item 1.4.1.7 do edital. O julgamento registrou patrimônio líquido de R$ 190.072.748,00 no exercício de 2024 e de R$ 192.105.295,00 no exercício de 2025, enquanto 10% do valor estimado da contratação de R$ 55.000,00 corresponde a R$ 5.500,00.
Quanto à alegação de ausência de assinatura do representante legal, a Pregoeira consignou que a situação foi verificada mediante análise da procuração e do estatuto da empresa, tendo sido constatado que o contador responsável possuía atribuições para representar a instituição, cumulando as funções pertinentes.
Ao final, a Pregoeira concluiu que o BANCO DO BRASIL S.A. cumpriu os requisitos constantes do edital, entendendo que as alegações apresentadas pela Recorrente não eram suficientes para ensejar sua inabilitação.
Assim, a Pregoeira decidiu conhecer do recurso administrativo e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de habilitação do BANCO DO BRASIL S.A., encaminhando os autos à autoridade competente para apreciação e decisão final.
É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente decisão é proferida na condição de autoridade superior competente para apreciação do recurso administrativo, nos termos do

art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual o recurso, quando não reconsiderado pela autoridade que proferiu a decisão recorrida, será encaminhado à autoridade superior para decisão.
A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 5º, que a aplicação das normas de licitações deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, igualdade, planejamento, transparência, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.
No caso concreto, verifica-se que a Pregoeira procedeu à análise individualizada dos argumentos apresentados pela Recorrente, bem como das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, examinando os documentos de habilitação e os elementos constantes dos autos.
A habilitação, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021, destina-se à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, abrangendo, entre outros aspectos, a habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

No que se refere especificamente à qualificação econômico-financeira, o art. 69 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que esta tem por finalidade demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, admitindo-se, inclusive, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, nas hipóteses previstas em lei.
No presente caso, a própria Pregoeira verificou que os índices de liquidez corrente apresentados pelo Banco do Brasil S.A. eram inferiores a 1,00, mas igualmente constatou que a empresa atendia à alternativa prevista no item 1.4.1.7 do edital, uma vez que seu patrimônio líquido era muito superior ao percentual mínimo exigido.
Com efeito, considerando o valor estimado da contratação de R$ 55.000,00, o percentual de 10% corresponde a apenas R$ 5.500,00, enquanto o patrimônio líquido informado nos balanços apresentados alcança valores de R$ 190.072.748,00, referente ao exercício de 2024, e R$ 192.105.295,00, referente ao exercício de 2025.
Dessa forma, não se verifica fundamento suficiente para afastar a conclusão da Pregoeira quanto ao atendimento da exigência de qualificação econômico-financeira.
Da mesma forma, quanto à assinatura eletrônica dos documentos, consta dos autos que foi realizada verificação da autenticidade por meio do mecanismo oficial disponibilizado pelo Banco do Brasil S.A., tendo sido constatada a integridade dos documentos.
A análise realizada pela Pregoeira considerou, ainda, o princípio do formalismo moderado, no sentido de que as exigências formais do procedimento licitatório devem ser interpretadas de maneira compatível com a finalidade da contratação, sem que formalidades desnecessárias ou meramente instrumentais resultem em restrição indevida à competitividade, desde que preservadas a segurança jurídica, a autenticidade e a validade dos documentos.
Importante destacar que a Lei nº 14.133/2021 também prevê, em seu art. 64, § 1º, a possibilidade de saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada nos autos.
No caso em análise, conforme registrado no julgamento do recurso, a questão relativa à representação do signatário foi verificada mediante análise da procuração e do estatuto da empresa, tendo sido constatada a existência de poderes de representação.
Assim, considerando o conjunto documental constante dos autos e os fundamentos apresentados pela Pregoeira, não se identificam elementos suficientes para afastar a decisão de habilitação do Banco do Brasil S.A.
Ressalte-se, ainda, que o art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 atribui à autoridade superior a competência para proferir a decisão final acerca do recurso, após o encaminhamento dos autos devidamente motivados.
Diante disso, acolhem-se, como razões de decidir, os fundamentos apresentados pela Pregoeira no julgamento do Recurso Administrativo, os quais passam a integrar a presente decisão para todos os fins.

III – DA CONCLUSÃO E DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando a análise dos documentos constantes dos autos, as razões apresentadas pela Recorrente, as contrarrazões apresentadas pelo Banco do Brasil S.A. e, especialmente, os fundamentos expostos pela Pregoeira no julgamento do Recurso Administrativo, ACOLHO integralmente o entendimento apresentado pela Pregoeira, por considerá-lo devidamente fundamentado e compatível com as disposições do edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.
Assim, DECIDO:
I – CONHECER do Recurso Administrativo interposto pela empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO IGUAÇU – SICREDI IGUAÇU PR/SC E REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP, por ser próprio e tempestivo;
II – NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se integralmente a decisão da Pregoeira que habilitou a empresa BANCO DO BRASIL S.A. no Pregão Eletrônico nº 90056/2026;
III – RECONHECER que, conforme análise realizada nos autos, a documentação apresentada pelo Banco do Brasil S.A. atende às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira e aos demais requisitos de habilitação objeto das razões recursais;
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Encaminho os presentes autos à Divisão de Licitações para os encaminhamentos cabíveis.

Chopinzinho (PR), 28 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:FC993852

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1044-2026 - REPUBLICAÇÃO REVOGA PORTARIA SUPORTE PEDAGÓGICO

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 1.044/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.017/2026, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 16 de setembro de 2026, a nomeação dada na Portaria 1.442/2025, à servidora Valiria Erna Fetzer, matrícula funcional nº 1834-2, como Suporte Pedagógico em Instituição Educacional.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:F3B0DA65

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1059-2026 - RETIFICAÇÃO FÉRIAS EDIELKE MAISA PESSETTI

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 1.059/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.966/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Edielke Maisa Pessetti, matrícula funcional nº 1666-0, ocupante do cargo de Psicólogo 40h, referente ao período aquisitivo de 27 de outubro de 2024 a 26 de outubro de 2025, para fruição de 19 a 28 de ~~fevereiro~~ outubro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:F75A8545

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1061-2026 - RETIFICAÇÃO AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE VINICIUS PAGANINI HAILLER

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 1061/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 1232/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, o seguinte servidor:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Vinicius Paganini Hailler	3104-7	18/09/2026	~~17/09/2026~~ 17/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:D5C0F88A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1063-2026 - REPUBLICAÇÃO FÉRIAS FERNANDA CENI SCOLARO SGARBOZZA

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 1.063/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.967/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias à servidora Fernanda Ceni Scolaro Sgarbozza, matrícula funcional nº 626-4, ocupante do cargo de Psicólogo 20h, referente ao período aquisitivo de 07 de agosto de 2024 a 06 de agosto de 2025, a serem usufruídas de 29 de outubro de 2026 a 17 de novembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretaria de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:2D28C44D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1065-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE MÔNICA DE ALMEIDA KALISKI

PORTARIA Nº 1065/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5135/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Monica de Almeida Kaliski	1286-5	18/09/2026	25/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:E969A360

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1066-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE ADRIANO DE SOUZA

PORTARIA Nº 1066/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 563/2026;

RESOLVE:
Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, o seguinte servidor:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Adriano de Souza	3575-0	16/09/2026	25/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:4BFE5DA6

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1067-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE MIRACI ALVES BRASIL

PORTARIA Nº 1067/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 308/2026;

RESOLVE:
Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Miraci Alves Brasil	3533-8 e 2398-7	16/09/2026	25/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:E76FA383

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1068-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE MARILDE ANTONIA TEO

PORTARIA Nº 1068/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4990/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Marilde Antonia Teo	83-6	14/09/2026	13/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:692B270E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1069-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE CLEUDE TEREZINHA RAUBER

PORTARIA Nº 1069/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4115/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Cleude Terezinha Rauber	3699-8	17/09/2026	16/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:F34C04D7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1070-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE MARIZA SALETE PRIOTTO AMBROZINI

PORTARIA Nº 1070/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5007/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Mariza Salete Priotto Ambrosini	2886-2	14/09/2026	17/092026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:F5B2EA4B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1071-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE JULIANE COSLOSKI DOS SANTOS LEITE RIBEIRO

PORTARIA Nº 1071/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5029/2026;

RESOLVE:
Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Juliane Cosloski dos Santos Leite Ribeiro	1487-0 E 1374-8	15/09/2026	18/092026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:06C0E358

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1072-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE KAUANE DE LIMA DA SILVA LIMA

PORTARIA Nº 1072/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4816/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Kauane de Lima da Silva Lima	3828-3	02/09/2026	08/092026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:9BC375B5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1073-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE DEISI TRENTIN DO AMARAL

PORTARIA Nº 1073/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 1088/2026;
RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Deisi Trentin do Amaral	1277-4	01/09/2026	30/092026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:3A7BDBFA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1074-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE CLEUDE TEREZINHA RAUBER

PORTARIA Nº 1074/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4115/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Cleude Terezinha Rauber	3699-8	01/08/2026	29/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:0A8F3DCC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1075-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE ALEXANDRE BERTOLINI

PORTARIA Nº 1075/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5018/2026;

RESOLVE:
Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, o seguinte servidor:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Alexandre Bertolini	3648-5	15/09/2026	18/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:A00B35E0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1076-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE VILSON MATOS DIAS

PORTARIA Nº 1076/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5235/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, o seguinte servidor:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Vilson Matos Dias	730-3	17/09/2026	16/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

JOSE LUIS DA SILVA
Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:88FCE904

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1077-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE CLAUDECIR FRANCISCO ROMITE

PORTARIA Nº 1077/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4738/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, o seguinte servidor:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Claudecir Francisco Romite	606-6	01/09/2026	04/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:A9D946D3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1078-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE JOSEANE DE SOUZA

PORTARIA Nº 1078/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4789/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Joseane de Souza	2239-3	03/09/2026	02/10/2026
Joseane de Souza	2239-3	18/09/2026	17/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:85FE32AF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1079-2026 - AFASTAMENTO EM RAZÃO DE CASAMENTO FLAVIO ROCHA DALMAZO

PORTARIA Nº 1.079/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.339 /2026,

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICO que gozou licença em razão de casamento, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, o servidor Flavio Rocha Dalmazo, matrícula funcional nº 3632-8, no período de 26 de setembro a 30 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:186424EB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1080-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE MARIZA SALETE PRIOTTO AMBROSINI

PORTARIA Nº 1080/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5230/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Mariza Salete Priotto Ambrosini	2886-2	18/09/2026	17/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:A44CF815

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1081-2026 - FÉRIAS ALEXANDRE BERTOLINI

PORTARIA Nº 1.081/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.323/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Alexandre Bertolini, matrícula funcional nº 3648-5, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 1º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025, para fruição de 1º a 15 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:853FE285

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1082-2026 - FÉRIAS ERNESTINA DE JESUS DE LIMA

PORTARIA Nº 1.082/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.276/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias à servidora Ernestina de Jesus de Lima, matrícula funcional nº 2178-3, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 15 de março de 2025 a 14 de março de 2026, para fruição de 11 a 30 de janeiro de 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:450CE2A0

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 168/2026 - CONVOCAÇÃO PROFESSOR TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 168/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Professor, realizado de acordo com os editais de abertura nº 101/2024,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PROFESSOR TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
91º	INDIAMARA MELLO DAS NEVES
92º	JESSICA ZARDINELLO
93º	MATHEUS RIBEIRO

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:0068A146

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 169/2026 - CONVOCAÇÃO MOTORISTA TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 169/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Motorista, realizado de acordo com o edital de abertura nº 055/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: MOTORISTA TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
5º	ADEMIR ZENI

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:7A7073C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
OBJETO: Inscrição de pessoas físicas, jurídicas e entidades civis interessadas em patrocinar o seguinte evento: "Dia Internacional do Idoso Chopinzinhense" - Evento alusivo ao Dia Internacional do Idoso, a ser realizado no dia 02 de outubro de 2026, na Associação Amigos para Sempre. O Município de Chopinzinho, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos comunica que foram credenciadas no Edital de Chamamento Público nº 2/2026 os seguintes interessados:

N°	PROPONENTE	CNPJ / CPF
1	ALCIR HENGEN 05209873900	42.677.290/0001-52
2	ANGELA REGINA KOHL - AMERICA SOM	80.574.304/0001-00
3	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	21.670.255/0001-31
4	BAZANELLA E BIDO E CIA LTDA	59.447.261/0001-05
5	BERTAN COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	38.406.935/0001-45
6	BIESEK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EMBALAGENS LTDA	04.131.427/0001-80
7	CIRLENE MARTINS AUGUSTIN CONFECCOES	00.161.540/0001-57
8	CLEIDE T. VICINI LATREILLE LTDA	23.866.786/0001-20
9	COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO IGUACU - SICREDI IGUACU PR/SC E REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP	84.974.278/0011-21
10	DALPIVA & GIESE LTDA	10.674.762/0002-08
11	DARCI HUGO WEIS & CIA LTDA	75.615.203/0001-91
12	DM - MARTINELLI TINTAS LTDA	77.742.849/0001-65
13	E F C COMERCIO DE VESTUARIO LTDA	35.802.518/0001-23
14	ESTER MARIA CENCI COMIN LTDA	79.078.556/0001-50
15	FARMACIAS JRL LTDA	11.747.657/0001-33
16	FRANCESCON - PRESENTES LTDA	00.503.931/0001-02
17	GUERRO & PAGNUSSAT LTDA	09.461.639/0018-97
18	JOCIANE MOREIRA	067.028.419-06
19	JUCIANE CIVA	23.955.103/0001-00
20	LOJA CENCI COMERCIO DE CONFECCOES E CALCADOS LTDA	02.255.322/0001-07
21	LUCIANA BARANCELLI LTDA	06.143.815/0001-06
22	MAGAZINE LUIZA S/A	47.960.950/0938-98
23	MARIA REGINA PIVATTO LOS LTDA	75.615.054/0001-60
24	MC COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	06.129.577/0001-84
25	N F BUENO ARTIGOS SPORTIVOS	50.464.642/0001-10
26	NAVA FLORICULTURA LTDA	03.083.354/0001-35
27	PANIFICADORA BIACH LTDA	77.744.282/0001-66
28	PROSAUDE	34.396.293/0001-90
29	RAFAEL RAMOS PIANNA LTDA	24.343.712/0008-48
30	RONALDA INÊS STRAMARI	033.701.179-67
31	SALVADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	82.019.662/0001-78
32	SEMENTES SOJAMIL LTDA	80.593.486/0001-58
33	SERVICOS DE ACOLHIMENTO AO LUTO LTDA	03.842.303/0001-40
34	V DEBONA CIA LTDA	79.854.345/0001-62
35	WEBBER DISTRIBUIDORA LTDA	11.254.438/0012-75

Comunica ainda que não houveram proponentes descredenciados

Chopinzinho/PR, 30 de setembro de 2026

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

KELI CAROLINE CAMPOS
Gestora do Chamamento Público
Portaria nº 977/2026

Publicado por:
Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Código Identificador:A65432D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS
RESOLUÇÃO 04/2026 - FHIS

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre a aprovação da Ata do Sorteio das Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia – 50 Unidades Novo Horizonte, realizado nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2026.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, no uso das suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 2.306/2008 e a Lei Municipal nº 3.954/2022, e com base nas deliberações e atos administrativos relacionados ao Programa Pró-Moradia – 50 Unidades Novo Horizonte,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Ata do Sorteio das Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia – 50 Unidades Novo Horizonte, realizado no dia 10 de setembro de 2026, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2026, que formalizou o procedimento de sorteio e a respectiva atribuição das unidades habitacionais às famílias beneficiárias previamente selecionadas.

Art. 2º Homologar o resultado do sorteio constante da Ata referida no artigo anterior, reconhecendo-se, para os fins administrativos pertinentes, a correspondência entre as famílias beneficiárias e as respectivas unidades habitacionais sorteadas, conforme registro constante da referida Ata.

Art. 3º A Ata do Sorteio, juntamente com os documentos e registros que a integram, ficará incorporada aos respectivos registros administrativos do Programa Pró-Moradia – 50 Unidades Novo Horizonte, servindo de fundamento para a continuidade dos atos administrativos necessários à formalização das unidades habitacionais.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Conselho

Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FHIS

Chopinzinho, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Código Identificador:B49E3A97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - APIC

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre a renovação da inscrição da Associação de Proteção ao Idoso de Chopinzinho – APIC junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Chopinzinho – PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Chopinzinho - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 2.137/2017, e conforme decisão tomada pelos membros do Conselho,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a renovação da inscrição da Associação de Proteção ao Idoso de Chopinzinho – APIC, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e beneficente de assistência social, cultural e saúde a pessoas idosas, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Chopinzinho – PR, pelo período de 24 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2027.
Art. 2º A renovação da inscrição da entidade foi aprovada pela maioria dos membros participantes da votação, realizada por meio de enquete no grupo de comunicação do Conselho, em razão da ausência de quórum suficiente para deliberação durante a reunião realizada em 10 de setembro de 2026.
Art. 3º A presente renovação de inscrição refere-se à entidade anteriormente inscrita junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme Resolução nº 04/2025, permanecendo válidas as informações e finalidades institucionais constantes nos documentos apresentados pela entidade, ressalvadas eventuais alterações devidamente comunicadas ao Conselho.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho, 30 de setembro de 2026.

ROBERTO DE MARCH
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Munícipio de Chopinzinho

Publicado por:
Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Código Identificador:698A4765

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 005-2026

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Súmula: Estabelece rol de informações de interesse coletivo que devem ser publicadas ativamente no portal de transparência da Câmara Municipal.

Art. 1º A Câmara Municipal publicará, ativamente, informações de interesse coletivo em seu portal de transparência, independente de solicitação.
Art. 2º Informações obrigatórias (seção específica "Transparência" – Portal da Transparência):
I - REMUNERAÇÃO/PESSOAL
a) Folha de pagamento mensal (nomes, cargos, valores)
b) Auxílios e indenizações
c) Férias e abonos

II - ORÇAMENTO
a) Orçamento aprovado
b) Execução mensal (receita e despesa)
c) Contingenciamentos
d) Transferências entre rubricas

III - LICITAÇÕES E CONTRATOS
a) Editais publicados
b) Resultado de licitações
c) Contratos celebrados (valor, contratado, prazo)
d) Aditivos contratuais

IV - ATOS NORMATIVOS
a) Resoluções, portarias, atos da mesa
b) Regimento interno atualizado
c) Atos revogados ou alterados

V - ATIVIDADES LEGISLATIVAS
a) Pautas de sessões
b) Atas de sessões plenárias

VI - INFORMAÇÕES SOBRE VEREADORES

a) Nome, partido, eleição
b) Contato (telefone, e-mail)
c) Presença em sessões
d) Proposições apresentadas

VII - RECEITA E DESPESA
a) Demonstrativo mensal
b) Comparativo com períodos anteriores
c) Análise de execução

VIII - PLANOS E PROGRAMAS
a) Plano Plurianual
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias

IX - AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO
a) Parecer do TCE
b) Recomendações de órgãos de controle

X - OUVIDORIA E COMUNICAÇÃO
a) Demandas recebidas
b) Tempo médio de resposta

Art. 3º Formatos obrigatórios:
I - Planilha Excel/CSV (dados estruturados)
II - PDF (documentos texto)
III - HTML (acesso web direto, sem necessidade de download)

Art. 4º Frequência de atualização:
I - Folha de pagamento: até 5 dias após fechamento
II - Execução orçamentária: até 20 dias
III - Licitações: imediato
IV - Atos normativos: imediato
V - Sessões plenárias: até 48 horas após realização
VI - Demais informações: mensal

Art. 5º Acessibilidade:
I - Interface responsiva (móvel e desktop)
II - Contraste adequado para leitura
III - Fontes legíveis
IV - Descrição de imagens (alt text)
V - Compatibilidade com leitores de tela

Art. 6º Responsáveis:
I – Setor Jurídico: atos normativos e atividades legislativas
II - Setor de Contabilidade e Finanças: orçamento, receita, despesa
III - Recursos Humanos: folha de pagamento, servidores
IV - Secretaria Administrativa: licitações, contratos, aditivos

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal.

Corumbataí do Sul/PR, 29 de setembro de 2026.

SELCINO PINHEIRO DA SILVA
Presidente

RICARDO BARRETO DE CARVALHO
Secretário

Publicado por:
Fabio José Sobrinho
Código Identificador:ECF548E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 66/2026
Concorrência Eletrônica nº 08/2026
Modo: Aberto

O Município de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 20 de Outubro de 2026, às 08:30 Horas, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) existente, com área de ampliação de 199,46 m², em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações técnicas, projetos e demais documentos integrantes do projeto executivo e anexo I, parte integrante do processo administrativo.

VALOR MÁXIMO: R$ 354.764,97 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

Informações complementares do Edital encontra-se disponível no departamento de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através dos telefones: 44-99935-8828, 44-99935-8839, ou pelo site: www.corumbataídosul.pr.gov.br (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em www.bnc.org.br, ou ainda através do e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de Setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:A64AFB4E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 169/2026

PORTARIA Nº. 169/2026
DE 28/09/2026

SÚMULA: Revoga efeito de Portaria e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

R E S O L V E

Art. 1º Revogar a partir de 31 de agosto de 2026, os efeitos da Portaria 211/2021 e 66/2024, que concede gratificação a servidor de cargo efetivo.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, retroagindo ao dia 31/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:F03E72CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 170/2026

PORTARIA Nº 170/2026
DE 28/09/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de 30 de setembro de 2026, a servidora **LORRAINE APARECIDA BONIFÁCIO**, matrícula n.º 1228, inscrita no CPF nº. 109.898.309-26, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor III.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:2DA28DEA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 171/2026

PORTARIA Nº 171/2026
DE 28/09/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de 30 de setembro de 2026, a servidora **JOICE FERNANDA CRUZ**, matrícula n.º 1212, inscrita no CPF nº. 083.952.019-07, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Cultura.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DON
Ato Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:C9AEBB30

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 172/2026

PORTARIA Nº 172/2026
DE 28/09/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de 30 de setembro de 2026, a servidora **SANDRA FERREIRA DA COSTA**, matrícula n.º 1404, inscrita no CPF nº. 045.375.559-39, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor IV.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:A1882CFE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº 36/2026

Corumbataí do Sul/PR, 09/09/2026.

De: Gabinete
Para: Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Recursos Humanos.
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA e MILENI ROBERTA DE OLIVEIRA CPF: Nº 067.986.979-41.
Motivo: TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

TERMO DE RESCISÃO Nº 36/2026

O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR, pessoa jurídica do direito público interno, com sede à Rua Tocantins, nº 153, Centro, nesta Cidade de Corumbataí do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.888.662/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEXANDRE DONATO, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG 5.889.874-0 SESP-PR, inscrito no CPF/MF 815.523.199-20, vem através do presente, RESCINDIR, a partir de 09/09/2026, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 26/2024, firmado com a Sra. Mileni Roberta de Oliveira – CPF: 067.986.979-41, por motivo de término da vigência do contrato.
Dê ciência às partes interessadas.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:3982BE2B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº 37/2026

Corumbataí do Sul/PR, 16/09/2026.

De: Gabinete
Para: Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Recursos Humanos.

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA e THAIS DE LIMA SILVA CPF: Nº 109.714.389-94.
Motivo: A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA

TERMO DE RESCISÃO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR, pessoa jurídica do direito público interno, com sede à Rua Tocantins, nº 153, Centro, nesta Cidade de Corumbataí do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.888.662/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEXANDRE DONATO, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG 5.889.874-0 SESP-PR, inscrito no CPF/MF 815.523.199-20, vem através do presente, RESCINDIR, a partir de 16/09/2026, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 08/2025, firmado com a Sra. Thais de Lima Silva – CPF: 109.714.389-94, a pedido da funcionária, por motivos particulares.
Dê ciência às partes interessadas.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:D828D5C3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº 39/2026

Corumbataí do Sul/PR, 30/09/2026.

De: Gabinete
Para: Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Recursos Humanos.
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA e ELIANA APARECIDA BRANDAO BASTOS - CPF: Nº 039.171.549-60.
Motivo: A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA

TERMO DE RESCISÃO Nº 39/2026

O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR, pessoa jurídica do direito público interno, com sede à Rua Tocantins, nº 153, Centro, nesta Cidade de Corumbataí do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.888.662/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEXANDRE DONATO, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG 5.889.874-0 SESP-PR, inscrito no CPF/MF 815.523.199-20, vem através do presente, RESCINDIR, a partir de 30/09/2026, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 01/2025, firmado com a Sra. Eliana Aparecida Brandão Bastos – CPF: 039.171.549-60, a pedido da funcionária, por motivos particulares.
Dê ciência às partes interessadas.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:61D19854

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 88/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 88/2026 de 12/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	
28 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
		Total Suplementação:	**12.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.1.51.01.00.00000000 Fonte: 1000	12.000,00
Total da Receita:	**12.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 12 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:5CEDBA3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 97/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício:2026
Decreto nº 97/2026 de 24/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 93.419,46 (noventa e três mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	
28 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	22.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.033.		Manutenção do Transporte Escolar - Recursos Próprios	
299 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	31.750,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001.20.608.0012.2.045.		Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
493 - 3.3.90.39.00.00	31893	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.169,46

		Total Suplementação:	**93.419,46**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000	Fonte: 1000	31.750,00
Receita:1.7.1.1.51.21.00.00000000	Fonte: 1000	22.500,00
Receita:1.7.2.4.99.01.07.00000000	Fonte: 31893	39.169,46
	Total da Receita:	**93.419,46**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:F38A2BBD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2026

SÚMULA: Cria a Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de aprimoramento, monitoramento, avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à sociedade por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSC), mediante a celebração de Termos de Colaboração ou Termos de Fomento;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, que regem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade de verificação in loco das atividades desenvolvidas por essas entidades no âmbito do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, custeadas com recursos da unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, à qual compete:

I - realizar visita in loco nas entidades parceiras, periodicamente, visando homologar relatório técnico de monitoramento, o qual deverá dispor de:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas adotadas em decorrência dessas auditorias;

II - cumprir as obrigações dispostas na Lei Federal nº 13.019/2014 relativas às atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

III - atender aos dispositivos e atribuições impostos à Comissão nos respectivos Termos de Colaboração, Termos de Fomento ou demais instrumentos de parceria firmados pelo Município.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos servidores abaixo indicados, para exercício das funções no biênio 2026/2027, sem ônus financeiro adicional para o Município:

I – Presidente: LUCIANA JOSELIA MICOLAJUNAS – Matricula nº 420
II – Secretária: FABIANA DE CARVALHO ORTIZ – Matricula nº 1102
III – Membro: HELIANI CRISTINA PEREIRA – Matricula nº 1386

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

"PAÇO MUNICIPAL 27 DE MAIO"
Corumbataí do Sul-Pr., 30 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:0088D0BC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
ATO DE RATIFICAÇÃO 009/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
Trata-se, em síntese, de procedimento administrativo de dispensa de licitação destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, sob demanda, de lavagem do veículo oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu-PR.
O Aviso de Dispensa foi publicado em 15/09/2026, no site oficial da Câmara de Vereadores, no Diário Oficial e em jornal impresso de circulação local, com prazo para apresentação de propostas adicionais até as 14h do dia 18/09/2026.
Encerrado o prazo, não foram apresentadas propostas adicionais por meio do endereço eletrônico da Câmara de Vereadores ou mediante protocolo físico junto ao Poder Legislativo.
No que se refere à documentação de habilitação, registra-se que, excepcionalmente, será ratificada a contratação mesmo sem a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS, em razão da greve da Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná, circunstância alheia à vontade da empresa contratada e que impossibilita, no momento, a emissão da referida certidão.
Ressalta-se que a situação foi também verificada nos outros Microempreendedores Individuais (MEIs) que participaram do certame, os quais relataram a impossibilidade de emissão da Certidão de Regularidade do FGTS pelo mesmo motivo. Além disso, nenhum destes microempreendedores Individuais (MEIs) possuem funcionários cadastrados, não havendo necessidade de recolhimento do FGTS.
Dessa forma, considerando a circunstância excepcional e alheia à atuação da empresa, ratifica-se a contratação, mesmo diante da ausência momentânea da Certidão de Regularidade do FGTS, ficando

consignado que a documentação deverá ser apresentada posteriormente, tão logo seja restabelecida a possibilidade de sua emissão.
Após a análise das propostas apresentadas, **a empresa Jocinei Toldo**, inscrita no **CNPJ nº 62.916.776/0001-03**, estabelecida na **Rua Constantino Mezzomo, nº 1222, Centro, Cruzeiro do Iguaçu-PR**, foi classificada como vencedora da dispensa de licitação, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas.
Valor total: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Diante do exposto, eu, Juliano Morelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR, no uso das atribuições que me são conferidas, RATIFICO o presente procedimento de Dispensa de Licitação nº 009/2026.

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:2313F90A

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
EXTRATO DE PUBLICACAO - CONTRATO 12-2026

EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

Dispensa de licitação 009/2026 do Poder Legislativo Municipal.

Contratante: Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – PR
CNPJ: 95.589.370/0001-12

Contratada: **JOCINEI TOLDO**
CNPJ: 62.916.776/0001-03

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços, sob demanda, de lavagem do veículo oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu-PR,

Valor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Data de Assinatura: 29/09/2026

Prazo de Vigência: 28/09/2027

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:5A5D4878

MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU
RESOLUÇÃO 006-2026 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Plano Municipal da Primeira Infância do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere, a Lei nº 1228/2018, de 10 de abril de 2018, considerando a reunião extraordinária na data de 30 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) 2026-2036.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu/PR, 30 de setembro de 2026.

MARIA COUSSEAU
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Renata Cristina Curzel
Código Identificador:0B30D2E4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6612-2026

DECRETO Nº 6612/2026

Regulamenta o Fundo Municipal de Habitação – FMH, instituído pela Lei Municipal nº 1.695/2026, estabelecendo normas relativas à sua estruturação, organização, gestão financeira e operacionalização.

Alvir Guyss, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, especialmente, pelo disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 1.695/2026,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 1º O Fundo Municipal de Habitação – FMH, reestruturado pela Lei Municipal nº 1.695/2026, constitui instrumento de natureza contábil e financeira destinado à captação, aplicação, gestão e controle de recursos destinados à execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º O FMH terá duração indeterminada e será vinculado ao Departamento de Habitação, observadas as deliberações e o controle do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, nos termos da Lei Municipal nº 1.695/2026.

Art. 3º Os recursos do FMH serão aplicados exclusivamente em ações, programas, projetos e serviços relacionados à Política Municipal de Habitação de Interesse Social, observadas a legislação vigente, as deliberações do CMHIS e as normas dos órgãos e fundos das esferas estadual e federal, quando aplicáveis.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º A gestão do Fundo Municipal de Habitação será exercida pelo Departamento de Habitação, ao qual compete:

I – administrar os recursos do FMH, observadas as deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

II – promover a execução das ações e programas habitacionais aprovados nos instrumentos de planejamento e no Plano de Aplicação dos recursos do Fundo;

III – propor ao CMHIS a aplicação dos recursos do Fundo, de acordo com as prioridades da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV – acompanhar a execução física e financeira das ações custeadas com recursos do FMH;

V – encaminhar ao CMHIS relatórios periódicos sobre a aplicação e movimentação dos recursos;

VI – cumprir e fazer cumprir as deliberações, resoluções e demais atos do CMHIS relacionados ao FMH;

VII – exercer as demais atribuições previstas na Lei Municipal nº 1.695/2026 e neste Decreto.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no que se refere ao FMH:

I – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo, observadas as finalidades estabelecidas em lei;

II – elaborar e aprovar o Plano de Aplicação Anual dos recursos do FMH;

III – acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo;

IV – avaliar os resultados das ações e programas financiados pelo FMH;

V – exercer as demais competências estabelecidas na Lei Municipal nº 1.695/2026.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Finanças e Controle:

I – registrar e contabilizar os recursos orçamentários destinados ao FMH;

II – registrar os recursos transferidos ao Município pelo Estado ou pela União destinados ao Fundo;

III – registrar os recursos provenientes de convênios, contratos, doações, auxílios, contribuições e demais receitas destinadas ao FMH;

IV – manter o controle contábil e escritural dos recursos e das aplicações financeiras do Fundo;

V – providenciar os registros contábeis e financeiros necessários à adequada execução orçamentária e financeira dos recursos do FMH;

VI – elaborar, em conjunto com o Departamento de Habitação, os demonstrativos e relatórios financeiros necessários à prestação de contas.

CAPÍTULO III
DA CONTA BANCÁRIA E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 7º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação serão mantidos em conta bancária específica, denominada "FMH – Fundo Municipal de Habitação", em instituição financeira oficial, nos **termos do §1º do art. 11 da Lei Municipal nº 1.695/2026.**
Art. 8º A movimentação financeira da conta bancária específica do FMH observará as disposições da Lei Municipal nº 1.695/2026, deste Decreto, das normas de direito financeiro e da legislação aplicável aos recursos públicos.
§ 1º A autorização para movimentação da conta bancária do FMH será realizada mediante assinatura conjunta do responsável pelo Departamento de Habitação e do responsável pela Secretaria Municipal de Finanças e Controle, ou dos respectivos substitutos legalmente designados.
§ 2º A movimentação financeira de que trata este artigo dependerá da existência de previsão orçamentária e financeira, bem como da observância das deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e das demais exigências legais aplicáveis.
§ 3º A autorização para movimentação bancária não dispensa a realização dos procedimentos administrativos, orçamentários, contábeis e financeiros exigidos pela legislação vigente.
Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Finanças e Controle manter os registros contábeis e financeiros referentes às movimentações realizadas na conta específica do FMH, garantindo a adequada identificação das receitas, despesas, aplicações financeiras e respectivos rendimentos.
CAPÍTULO IV
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Art. 10. Os recursos do FMH serão aplicados de acordo com o Plano de Aplicação Anual aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e integrado ao orçamento municipal, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.695/2026.
Art. 11. Constituem despesas do FMH aquelas destinadas ao desenvolvimento e execução de programas, projetos, serviços e ações vinculadas à Política Municipal de Habitação de Interesse Social, desde que previstas na legislação orçamentária e autorizadas na forma da legislação vigente.
Art. 12. Os recursos do FMH, enquanto não utilizados, poderão ser aplicados financeiramente, observada a legislação aplicável aos recursos públicos, sendo os respectivos rendimentos incorporados à receita do próprio Fundo.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 13. O Departamento de Habitação encaminhará ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, periodicamente e sempre que solicitado, informações sobre a execução das ações financiadas pelo FMH.
Art. 14. A Secretaria Municipal de Finanças e Controle fornecerá os demonstrativos financeiros e contábeis necessários ao acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do FMH pelo CMHIS.
Art. 15. A aplicação dos recursos do FMH ficará sujeita ao controle interno, ao controle externo e às demais formas de fiscalização previstas na legislação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. Os casos omissos na regulamentação do FMH serão solucionados pelo Poder Executivo Municipal, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.695/2026 e da legislação aplicável.
Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

ALVIR GUYSS
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C149F1C5

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6611-2026

DECRETO Nº6611/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

ALVIR GUYSS, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**174.480,00** (Cento e setenta e

quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária e Superávit financeiro.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALVIR GUYSS
Prefeito em Exercício

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:FCF77C17

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6613-2026

DECRETO Nº6613/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

ALVIR GUYSS, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**102.000,00** (Cento e dois mil reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALVIR GUYSS
Prefeito Em Exercício

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:16702A2B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

SETOR DE PESSOAL
TÉRMINO DE CONTRATO

PORTARIA Nº 4260/2026

SÚMULA: Exonera por término de contrato as pessoas abaixo relacionadas, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990, Decretos Federal nº 5.452 de 01/05/1943 e nº 5.598 de 01/12/2005, Lei Municipal nº 614/2009 de 20/02/2009.
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar por término de contrato as pessoas abaixo relacionadas, ocupantes dos cargos de Auxiliar Administrativo Aprendiz, a partir de 30/09/2026.

NOME	ADMISSÃO	LOTAÇÃO
ALEXANDRE FRAZAO MININ	10/07/2025	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
JAQUELINE PERIN BEGNINI	10/07/2025	DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
MARIANA VITÓRIA ZANONI	10/07/2025	DEPARTAMENTO DE SAÚDE
RAFAEL VICTOR KRUG ALVES	10/07/2025	ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO HELIO PARZIANELLO
VINICIUS MUCELINI TORRES	10/07/2025	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 30 DE SETEMBRO 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:81CB4093

SETOR DE PESSOAL
VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO

PORTARIA 4258/2026

Declara a vacância de cargo público de provimento efetivo em virtude de aposentadoria da servidora MARLI JOANA SILVA BELLE e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "b", da Lei Orgânica Municipal e ainda:

CONSIDERANDO que, com fundamento no § 14 do art. 37 da Constituição Federal: "A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição";

CONSIDERANDO que, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ocasião do julgamento da questão de repercussão geral do Tema n.º 1.150: "O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade";

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, em seus arts. 93, III, parágrafo único, e 95, II, "b", estabelece que a aposentadoria do servidor pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) acarreta o rompimento do vínculo administrativo utilizado para o cômputo de tempo de contribuição previdenciária, ensejando a vacância do cargo a partir da data do ato de aposentadoria do seu ocupante;

CONSIDERANDO que consta no Sistema Único de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) a informação de concessão de benefício de aposentadoria em nome da servidora municipal **MARLI JOANA SILVA BELLE**, sob o n.º 237.437.036-9, conforme declaração fornecida pela autarquia previdenciária;

RESOLVE:

Art. 1° Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, integrante do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques de que trata a Lei Complementar Municipal n.º 107/2023, até então ocupado por **MARLI JOANA SILVA BELLE** sob a matrícula funcional n.º 6734-0, em virtude de concessão de aposentadoria pelo RGPS, com a utilização de tempo de contribuição decorrente do referido cargo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENEAS MARQUES/PR
EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:0FFA22FD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
300/2026

PORTARIA Nº 300/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS,** 20 (Vinte) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 09/12/2016 a 08/12/2017 a ser usufruída de 01 a 20 de outubro de 2026

OBS: COM ABONO (10) DIAS

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 30 de setembro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:46D2AF63

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
301/2026

PORTARIA Nº 301/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **ROSILENE APARECIDA DE OLIVEIRA,** 20 (Vinte) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 11/02/2025 a 10/02/2026 a ser usufruída de 01 a 20 de outubro de 2026

OBS: COM ABONO (10) DIAS

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 30 de setembro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:C6701BFE

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
302/2026

PORTARIA Nº 302/2026-RH

Sumula: Nomeia conforme habilitação em Processo Seletivo Simplificado (PSS). Edital nº 14/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, ***Senhor Eurípedes Molina Tasca Junior,*** *no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial o contido na Lei Municipal nº 20/2026 de 10 de setembro de 2026.*

RESOLVE:

Art. 1º - *Fica nomeada a partir de 01 de outubro de 2026,* ***PRISCILA ANDRESSA SCOLARI,*** *no cargo de professor de Educação Física temporário, com 20 horas semanais, conforme Edital de convocação 01/2026.*
Art. 2º - *Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Fênix, 30 de setembro de 2026

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:ACD47317

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
303/2026

PORTARIA Nº 303/2026-RH

Sumula: Nomeia conforme habilitação em Processo Seletivo Simplificado (PSS). Edital nº 14/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, ***Senhor Eurípedes Molina Tasca Junior,*** *no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial o contido na Lei Municipal nº 20/2026 de 10 de setembro de 2026.*

RESOLVE:

Art. 1º *- Fica nomeada a partir de 01 de outubro de 2026,* ***CAROLINE XAVIAER DE OLIVEIRA,*** *no cargo de professor Regente temporário, com 20 horas semanais, conforme Edital de convocação 01/2026.*
Art. 2º *- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º *- Revogam-se as disposições em contrário.*

Fênix, 30 de setembro de 2026

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:1AD4464E

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
304/2026

PORTARIA Nº 304/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **EVAIR FRANCISCO DA SILVA,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 13/08/2025 a 12/08/2026 a ser usufruída de 01 a 30 de outubro de 2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 30 de setembro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:12A44242

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
305/2026

PORTARIA Nº 305/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **PEDRO DO CARMO TEIXEIRA,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 31/05/2024 a 30/05/2025 a ser usufruída de 01 a 30 de outubro de 2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 30 de setembro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:36C60675

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI Nº1.221/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e da outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.294.415,10 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e dez centavos) nas seguintes dotações:

13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
13.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA URBANA		
13.003.08.244.0008.1.904	- CONSTRUÇÃO DO NOVO CRAS		
4.4.90.51.00.00	- Obras e Instalações		
31969	- Construção do Novo Cras - Del 69 2025	R$	1.200.000,00
4.4.90.51.00.00	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	94.415,10
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**1.294.415,10**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:
Excesso de arrecadação no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), conforme tabela abaixo:

Fonte	Descrição	Valor
31969	- Construção do Novo Cras - Del 69 2025	R$ 1.200.000,00

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.007.2.706	- MANTER OS CONSÓRCIOS DE SAÚDE		
3.3.71.70.00.00 - 312	- RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	94.415,10
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**94.415,10**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 30 de Setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:4FC73270

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.970.300/0001-65.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de insumos agrícolas, compreendendo calcário dolomítico, isca formicida granulada, fertilizantes (adubos), embalagens plásticas para produção de mudas e mudas arbóreas de diversas espécies, destinados à execução das atividades de manejo, arborização urbana, paisagismo, recuperação e conservação ambiental, produção de mudas, apoio às ações de desenvolvimento rural, manutenção das áreas verdes públicas e atendimento das demais necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observadas as especificações técnicas, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência.

FORNECEDORES REGISTRADOS E VALORES:

Fornecedor	CNPJ	Valor registrado
A RODRIGO VOLPATO DEMORI - ME	28.677.887/0001-76	R$ 19.534,20
CULTIVALI COMERCIO LTDA	54.755.249/0001-36	R$ 22.350,00
I. A. SAVOLDI JUNIOR & CIA. LTDA	02.863.499/0001-96	R$ 1.840,96
VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA	07.168.382/0001-06	R$ 5.073,28
BIOFLORA COMERCIO DE PLANTAS LTDA	63.606.095/0001-01	R$ 9.508,55

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 58.306,99 (cinquenta e oito mil, trezentos e seis reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA: 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as condições legais.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 16/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal - Órgão Gerenciador

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:9FABFC37

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 600/2026

Dispõe sobre o local de trabalho de servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecido, a partir de 1º de outubro de 2026, como local de trabalho do servidor MARCOS PAULO LADISLAU, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, a Unidade Básica de Saúde – UBS, para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Nossa Senhora das Graças/PR, 30 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:7475A4A0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2027

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA – 2027

A Administração Municipal de São Jorge D'Oeste convida a população em geral para a **Audiência Pública visando a Discussão sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2027 – (LOA 2027)**, em cumprimento ao disposto no inciso I do Art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
A Audiência realizar-se-á na Sala de Reuniões/Auditório da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, sito a Av. Iguaçu, 281 – Centro no dia **14 de Outubro de 2026, às 09:00 horas**.

São Jorge D'Oeste, 30 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:70C16707

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 124/2025

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 53/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**GRAFICA BAIXADA LTDA – CNPJ nº.** 00.330.949/0001-50
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto; I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 03/10/2027. II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 216.180,20 (duzentos e dezesseis mil, cento e oitenta reais e vinte centavos).**
Prazo de vigência	**03/10/2027**
Prazo de execução	**03/10/2027**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F9749BB8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 125/2025

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 53/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**GRAFICA CHOPIM LTDA – CNPJ nº. 77.027.241/0001-59**
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto; I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 03/10/2027. II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 200.125,05 (duzentos mil cento e vinte e cinco reais e cinco centavos).**
Prazo de vigência	**03/10/2027**
Prazo de execução	**03/10/2027**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:D7959420

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2 TERMO ATA 116/2025

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 116/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 46/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CALL DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ nº.** 44.570.780/0001-80
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto; I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 01/10/2027. II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais).**
Prazo de vigência	**01/10/2027**
Prazo de execução	**01/10/2027**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:ED6E5FF5

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
RESOLUÇÃO Nº 009/2026. O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– CMAS DE SÃO JORGE D'OESTE /PR, INSTITUI COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2026-2029.

RESOLUÇÃO Nº 009/2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social– CMAS de São Jorge D'Oeste /PR, institui Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
O Conselho Municipal de Assistência Social– CMAS de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 330 de 26 de Agosto de 2009, e
CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de São Jorge D'Oeste/PR, realizada em 25 de setembro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º – Instituir Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Art. 2º – Esta Comissão será composta pelos seguintes representantes:
NOME REPRESENTAÇÃO
Thaís Francisco – CMAS Governo Municipal
Eliane Gattini – CMAS Governo Municipal
Ronaldo Poyer - CMAS Sociedade Civil
Eveline Farias - CMAS Sociedade Civil
Odinei Jose Rebonatto - Secretaria Municipal da Assistência Social
Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Jorge D'Oeste, 30 de setembro de 2026.

BEATRIZ HORDINA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:C7F6B28C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 173/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 173/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.714, de 29 de setembro de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 178.776,01 (cento e setenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e um centavo), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.067 – Serviços de Proteção Social Especial
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 314041 – Contribuições
Valor em R$: 55.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 2984 – Investimento Fundo Estadual do Esporte - Programa o Esporte que Queremos -Sup
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 979 - Atenção Primária - Implem. da Segurança Alimentar e Nutricional
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 15.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 979 - Atenção Primária - Implem. da Segurança Alimentar e Nutricional
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 979 - Atenção Primária - Implem. da Segurança Alimentar e Nutricional
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 500,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 979 - Atenção Primária - Implem. da Segurança Alimentar e Nutricional
Despesa: 339046 – Auxilio Alimentação
Valor em R$: 300,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2973– Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde - Superávit
Despesa: 339034 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
Valor em R$: 66.976,01

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 178.776,01.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 973– Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 66.976,01

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 66.976,01.
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.1.3.50.1.1.00.00
Descrição: Transferência de Recursos do SUS Atenção Primária - Principal
Fonte de Recurso: 979 - Atenção Primária - Implem. da Segurança Alimentar e Nutricional
Valor Excesso de Arrecadação R$: 16.800,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 16.800,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 2984 – Investimento Fundo Estadual do Esporte - Programa o Esporte que Queremos -Sup
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Saudade do Iguaçu Com Mais Caminhos
Ação: 1.006 – Pavimentação de Estradas Vicinais e Vias Urbanas
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 30.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 95.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:5D6925F8

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 222 2026

PORTARIA Nº 222/2026, de 30 de setembro 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando nº 637/26, tramitado no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Josemar Antonio Cemin	05	02/01/2026 a 01/01/2027	01/10/2026 a 05/10/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 30 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:F87A97AA

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 223 2026

PORTARIA Nº 223/2026, de 30 de setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no protocolo nº 1.264/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,
CONSIDERANDO que a exoneração de servidor pode se dar nos termos do art. 56, inciso IV da Lei Municipal nº 376/2006,
CONSIDERANDO que o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, concedeu **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, a servidora ***MADELAINE VIERO ZANELA***, titular do cargo de Professor 20 horas,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, aposentadoria por tempo de contribuição**,** sob benefício nº 2**.***.***-5, a servidora ***Madelaine Viero Zanela,*** matrícula funcional nº 68-0, ocupante do cargo de Professor 20 horas**,** nomeada através do Decreto 061/1994, de 04 de maio de 1994.
Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 30 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:DBE0E4BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 93/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 93/2026
Processo Adm: Nº 338/2026

Objeto: Aquisição de 02 (duas) unidades de gaveteiro auxiliar odontológico, destinados à utilização pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abatiá/PR, Setor Odontológico.
Empresas vencedoras valor total: R$ 2.195,98 (dois mil e cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos): AVANTIS COMERCIAL LTDA (68582475000177) com os lotes: 1 no valor

total de R$ 2.195,98 (dois mil e cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quarta-feira, 30 de setembro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:42AD2560

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 210/2026

Portaria Nº 210, de 30 de Setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao Servidor **MAURICIO JOSE PAULINO,** ocupante do cargo de provimento Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses, de acordo com o Artigo 113 parágrafo único da Lei Municipal nº12/93 (Estatuto dos Servidores do Município de Abatia), a partir de **01/10/2026,** com retorno em **30/12/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 30 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:C5C2E447

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 211/2026

Portaria Nº 211, de 30 de Setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao servidor, **VALDINEI PIMENTA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2024/2025**, a partir de **01/10/2026,** com retorno em **31/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 30 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:91BEF831

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 072/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 072/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 2.520.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte mil reais) e dá outras providências.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e a Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025 (LOA), e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.
DECRETA:
Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente no valor de **R$ 2.520.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte mil reais)**, nos termos dos artigos 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964 e o artigo 10º da Lei Municipal nº 1.284/2025.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:
03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 – Departamento de Administração
04.122.0004.2.002– Manutenção dos Serviços da Administração.

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
11	3.1.90.11.00.00	00000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 800.000,00**
Total				**R$ 800.000,00**

04.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.001 – Departamento de Ensino
12.361.0018.2.009– Manutenção do Departamento de Ensino

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
24	3.1.90.11.00.00	00103	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 100.000,00**
24	3.1.90.11.00.00	00104	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 100.000,00**
Total				**R$ 200.000,00**

04.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002 – Manutenção do FUNDEB
12.361.0018.2.013– Manutenção do FUNDEB 60%

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
44	3.1.90.11.00.00	00101	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 900.000,00**
Total				**R$ 900.000,00**

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0015.2.030– Manutenção do Departamento de Saúde

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
107	3.1.90.11.00.00	00303	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 300.000,00**
Total				**R$ 300.000,00**

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.077– Manutenção da Saúde Bucal

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
132	3.1.90.11.00.00	00494	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 40.000,00**
Total				**R$ 40.000,00**

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.078– Manutenção do Programa Saúde da Família

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
138	3.1.90.11.00.00	00495	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 80.000,00**
Total				**R$ 80.000,00**

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.079– Manutenção dos Agentes Comunitários

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
144	3.1.90.11.00.00	00494	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 200.000,00**
Total				**R$ 200.000,00**
TOTAL GERAL				**R$ 2.520.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das tendências de excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 00000 – Recursos Ordinários Livres - no valor R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); 00103 – 10% Transferências Correntes – no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); 00104 – 25% Transferências Corrente – no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); 00101 – Fundeb 60 – no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais); 00303 – 15% Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00) – no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); 00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços – no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e 00495 – Atenção Básica – no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 4º- O valor que trata este Decreto não será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 30 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:2B7F5682

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.307/2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.081/2022, QUE DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO DOS CANDIDATOS À DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ADRIANÓPOLIS

LEI Nº 1.307/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.081/2022, que dispõe sobre a avaliação de mérito e desempenho dos candidatos à Direção das Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Adrianópolis.

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei Municipal nº 1.081/2022, de 17 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º São requisitos para participar da avaliação de mérito e desempenho:
I – ser professor efetivo do quadro do Magistério Público Municipal, com, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino e não estar em estágio probatório no momento da inscrição;
II – possuir curso superior com Licenciatura em Pedagogia;
III – possuir Pós-Graduação em Gestão Escolar;
IV – oficializar, por meio de requerimento assinado, o interesse na função;
V – elaborar e apresentar Plano de Gestão, articulado ao Projeto Político-Pedagógico da instituição e aos princípios da gestão democrática;
VI – não ter sofrido penalidade administrativa disciplinar, como advertência ou suspensão, nos últimos 02 (dois) anos;
VII – não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 02 (dois) anos;
VIII – possuir pontuação igual ou superior a 180 (cento e oitenta) pontos, resultante da soma das avaliações de desempenho anual dos 02 (dois) últimos anos, conforme os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira do Magistério Municipal.
§ 1º A inscrição para o processo de avaliação de mérito e desempenho será realizada de forma individual, desvinculada de instituição de ensino específica.
§ 2º A escolha da instituição de ensino para o exercício da função de Diretor ocorrerá após a publicação da classificação final, observada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e a disponibilidade de vagas nas unidades escolares." (NR)
Art. 2º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 4º da Lei Municipal nº 1.081/2022, de 17 de agosto de 2022, com a seguinte redação:
"Parágrafo único. As vagas para a função de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal serão divulgadas previamente pela Secretaria Municipal de Educação, sendo assegurado aos candidatos aprovados o direito de escolha da unidade escolar, conforme a ordem de classificação obtida no processo de avaliação de mérito e desempenho."
Art. 3º O art. 7º da Lei Municipal nº 1.081/2022, de 17 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º A função de Direção em Instituição de Ensino deve ser exercida por professor em regime de tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais e dedicação exclusiva. Quando o professor efetivo for detentor de apenas 01 (um) padrão de 20 (vinte) horas semanais, fará jus à dobra de jornada.
§ 1º O professor efetivo detentor de 01 (um) padrão de 20 (vinte) horas semanais que fizer jus à dobra de jornada terá as 20 (vinte) horas correspondentes à jornada suplementar remuneradas proporcionalmente com base no vencimento correspondente ao nível e a letra em que estiver enquadrado em seu padrão efetivo.
Art. 4º O art. 10 da Lei Municipal nº 1.081/2022, de 17 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10. A Comissão divulgará o resultado da avaliação no *site* eletrônico oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial do Município, ficando impedido de ser nomeado o candidato que não alcançar a pontuação mínima estabelecida nesta Lei.
Parágrafo único. Do resultado caberá pedido fundamentado de reconsideração, dirigido à própria Comissão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas." (NR)
Art. 5º O art. 17 da Lei Municipal nº 1.081/2022, de 17 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 17. O Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal será submetido à avaliação de desempenho semestral, realizada pela Comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de acompanhar e avaliar a gestão escolar durante o exercício da função.
§ 1º A avaliação de desempenho considerará, entre outros, os seguintes aspectos:
I – gestão administrativa e organização da unidade escolar;
II – gestão pedagógica e acompanhamento dos resultados educacionais;
III – gestão financeira e correta aplicação dos recursos destinados à unidade escolar;
IV – cumprimento do Plano de Gestão apresentado pelo Diretor;
V – cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para a unidade escolar;
VI – participação e articulação com a comunidade escolar;
VII – observância dos princípios da gestão democrática;
VIII – cumprimento das normas legais e administrativas aplicáveis à unidade escolar.
§ 2º O resultado da avaliação será comunicado formalmente ao Diretor, que poderá apresentar manifestação ou pedido de reconsideração, na forma estabelecida em regulamento.
§ 3º Quando a avaliação de desempenho indicar resultado inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida, a Secretaria Municipal de Educação promoverá o acompanhamento da gestão, com

orientação e indicação das medidas necessárias à melhoria do desempenho.
§ 4º Persistindo resultado inferior a 50% (cinquenta por cento) na avaliação subsequente, o Diretor poderá ser submetido a processo administrativo por insuficiência de desempenho, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo, ao final, ser destituído da função, nos termos da legislação aplicável.
§ 5º Os resultados das avaliações semestrais serão registrados e utilizados para subsidiar ações de acompanhamento, orientação, aperfeiçoamento e melhoria da gestão escolar.” (NR)
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, 30 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:A256F6AC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.308/2026 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI Nº 1.308/2026

Súmula: “Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 65.742,15 (sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de **R$ 65.742,15 (sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos)**, e demais suplementações que fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 1.284/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:
14.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
14.002 – Departamento de Cultura
13.392.0004.1.177 – LEI ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor (R$)
3.3.90.36.00.00	01063	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.000,00
3.3.90.39.00.00	01063	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	650,00
4.4.90.51.00.00	01063	Obras e Instalações	30.000,00
4.4.90.52.00.00	01063	Equipamentos e Material Permanente	15.092,15
TOTAL			**65.742,15**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 01063 – Lei Aldir Blanc de Fomento a Cultura – Lei 14399/2022;

Art. 4º- O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 7°, da Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º- Ficam alteradas as leis nº 1.283/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e nº 1.282/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas e Projetos/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 30 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:82F75F52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 509/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - BRUNA MARIA DE SALES SANTOS

PORTARIA nº 509/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidora Pública Municipal”

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 295/2026, de 28 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **BRUNA MARIA DE SALES SANTOS**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2020/2025.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 30 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:5C114DA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 510/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - EVELIN RIBEIRO FIDELIS DOS SANTOS

PORTARIA nº 510/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidora Pública Municipal”

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 296/2026, de 29 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **EVELIN RIBEIRO FIDELIS DOS SANTOS**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2019/2024.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 30 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:32A11EFD

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL

EDITAL Nº 013/2026

CONVOCAÇÃO

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 14 do Regimento Interno

CONVOCA a todos os Vereadores e Munícipes para a 09ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 30/10/2026 (sexta-feira) às 19:00hs nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS PARA O BIÊNIO 2027-2028.

O período de registro das chapas para concorrer à eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio da legislatura, deverá ser feito até 20 (vinte) dias anteriores ao dia da eleição, junto à Secretaria da Câmara, conforme Art.13 do Regimento Interno.

A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação nominal aberta, conforme Art.10 do Regimento Interno.

Na votação considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos dos presentes, ou no caso de empate, a chapa cujo candidato ao cargo de Presidente seja o mais idoso nas eleições que ensejaram à ocupação do cargo de vereador para aquela legislatura, conforme art. 17 do Regimento Interno.

Adrianópolis-PR, 30 de setembro de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:5580AE34

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL Nº 013/2026

EDITAL Nº 013/2026

CONVOCAÇÃO

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 14 do Regimento Interno

CONVOCA a todos os Vereadores e Munícipes para a 09ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 30/10/2026 (sexta-feira) às 19:00hs nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS-PR, PARA O BIÊNIO 2027-2028.

O período de registro das chapas para concorrer à eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio da legislatura, deverá ser feito até 20 (vinte) dias anteriores ao dia da eleição, junto à Secretaria da Câmara, conforme Art.13 do Regimento Interno.

A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação nominal aberta, conforme Art.10 do Regimento Interno.

Na votação considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos dos presentes, ou no caso de empate, a chapa cujo candidato ao cargo de Presidente seja o mais idoso nas eleições que ensejaram à ocupação do cargo de vereador para aquela legislatura, conforme art. 17 do Regimento Interno.

Adrianópolis-PR, 30 de setembro de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:D34C97C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETOMADA E REDESIGNAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026

O **MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETOMADA do Pregão Eletrônico nº 29/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTES POR LUMINÁRIAS EM LED, INCLUINDO A TROCA DE BRAÇOS, SUPORTES, CABOS E DEMAIS ACESSÓRIOS, BEM COMO O DESCARTE ADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS SUBSTITUÍDOS COM EMISSÃO DE CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL (CDF) E INSTALAÇÃO DE PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM ATENDIMENTO AO SAM 69 DO PARANACIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Fica **REDESIGNADA** a sessão pública do certame, passando a vigorar os seguintes prazos:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h do dia 19/10/2026
NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/10/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09h
PLATAFORMA: BLL COMPRAS

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital e de seus anexos.

Agudos do Sul, 30 de setembro de 2026.

CRISTINA P. PEREIRA NASCIMENTO
Pregoeira
Decreto nº 132/2026

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:1DFEEF92

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Nº ADITIVO	OBJETO	DATA ASSINATURA	CONVENENTE
01/2026	Prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses, passando a vigorar até a data de 30 de junho de 2027	21/09/2026	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGUDOS DO SUL – APAE DE AGUDOS DO SUL CNPJ 03.730.379/0001-83

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:17AD9DDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA N°148/2026

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei 1.950/2017.

R E S O L V E:
CONCEDER progressão funcional aos profissionais abaixo relacionado, a partir de 01 de setembro de 2026:

Matricula	Servidor	Data Admissão	Cargo	Classe	Ref.
2729	Juan Pablo Bartolotta	07/03/2022	Assistente Admin.	II	7
2728	Luciano Gustavo Ferreira	07/03/2022	Recepcionista	II	7
2804	Stefani Castro	12/06/2023	Analista de Lictação	II	2

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Almirante Tamandaré, 01 de setembro 2026.

Publicado por:
Juan Pablo Bartolotta
Código Identificador:AEECB5D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 088/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 088/2026

PROTOCOLO 0018.000016649/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é o "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE 15 (QUINZE) LINHAS TELEFÔNICAS MÓVEIS, COM COBERTURA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL",** a favor da empresa **CLARO S.A.,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrito no **CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47,** com o valor global de **R$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Segurança. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 30 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:03267E66

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ALINE CRISTIANE BESTEL

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015417/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ALINE CRISTIANE BESTEL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AOS AUTOS.

O presente instrumento decorre do procedimento de contratação direta autuado sob o Processo Administrativo nº 0018.000015417/2026, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso V, e no artigo 51 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), aplicando-se, supletivamente e no que couber, os preceitos da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato) e da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, subordinando-se as partes a todas as cláusulas e exigências deste contrato e às decisões e despachos constantes do processo administrativo originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL.

O objeto do presente contrato é a locação do imóvel não residencial de propriedade/posse legítima da LOCADORA/sucessores, constituído por uma sala comercial em alvenaria com área total de 78,54 m² (setenta e oito vírgula cinquenta e quatro metros quadrados), edificada sobre o lote de terreno matriculado sob o nº 9.961 no Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré/PR (inscrição imobiliária/cadastro municipal sob nº 02.1.258.0059-01), situado na Rua Joaquim Kruger, nº 574, Bairro Jardim Bonfim, no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O imóvel locado destina-se única e exclusivamente à instalação e ao pleno funcionamento da AGÊNCIA DE CORREIO COMUNITÁRIO DO JARDIM BONFIM, assegurando a continuidade da prestação de serviços postais e de utilidade pública à comunidade local, sendo vedada a alteração de sua destinação sem prévia e expressa anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO.

O prazo de vigência do presente contrato é fixado em 12 (doze) meses consecutivos, com início em 29 de agosto de 2026 e término em 28 de agosto de 2027.

Parágrafo Primeiro. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante prévia justificativa técnica da necessidade e da continuidade do interesse público, demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, manutenção da regularidade fiscal da LOCADORA, disponibilidade de créditos orçamentários e expressa formalização por Termo Aditivo antes do encerramento de sua vigência, em estrita observância ao regime da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo. Não haverá, em hipótese alguma, prorrogação automática ou tácita do contrato com a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO ALUGUEL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O valor do aluguel mensal é fixado em R$ 1.427,78 (um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos), resultante da atualização monetária sobre o valor originário de R$ 1.371,57, conforme cálculo oficial elaborado pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda constante do Memorando nº 143/2026-SMF, totalizando o valor global de R$ 17.133,36 (dezessete mil, cento e trinta e três reais e trinta e seis centavos) para o período de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro. Os alugueres mensais serão pagos pelo LOCATÁRIO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês vencido da fruição da locação, mediante crédito em conta bancária de titularidade da LOCADORA/representante legalmente autorizada nos autos, mediante apresentação do respectivo recibo de locação e conferência prévia da regularidade das certidões fiscais.

Parágrafo Segundo. Em caso de atraso injustificado no pagamento imputável exclusivamente ao LOCATÁRIO, incidirá atualização monetária pelo índice oficial aplicável aos débitos da Fazenda Pública, calculada pro rata die entre a data do vencimento e a data do efetivo adimplemento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO ÍNDICE.

O valor do aluguel mensal poderá ser reajustado anualmente, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data-base da última fixação de valor (agosto de 2026), mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos 12 (doze) meses anteriores, em conformidade com o artigo 2º da Lei Federal nº 10.192/2001 e com o artigo 92, inciso V e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de extinção ou inaplicabilidade legal do INPC/IBGE, as partes adotarão, de comum acordo e mediante termo aditivo, índice oficial sucedâneo que melhor reflita a recomposição das perdas inflacionárias do período.

Parágrafo Segundo. É vedada a concessão de reajustes em periodicidade inferior a 1 (um) ano, ressalvada superveniência de alteração da legislação federal cogente sobre a matéria econômica.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta dos recursos orçamentários do Município de Almirante Tamandaré, devidamente informados nos autos pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, sob a seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 06.01 – Secretaria Municipal de Administração e Previdência; Programa de Trabalho: 04.122.0004.2.013 – Manutenção do Departamento de Administração; Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; Fonte de Recursos: 1000 – Recursos Ordinários (Livres).

Parágrafo Único. No exercício financeiro seguinte, a continuidade da execução contratual ficará condicionada à consignação das dotações necessárias na respectiva Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO.

Constituem obrigações do LOCATÁRIO:

Efetuar pontualmente o pagamento dos alugueres mensais nas condições e prazos convencionados na Cláusula Quarta;

Arcar com as despesas ordinárias decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefonia e saneamento diretamente vinculadas ao funcionamento da unidade locada a partir da posse no imóvel;

Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade pactuada, mantendo-o em condições adequadas de asseio e segurança;

Comunicar à LOCADORA o surgimento de qualquer dano, defeito ou turbação cuja reparação incumba à parte locadora;

Restituir o imóvel, ao término da locação, no estado em que o recebeu, salvas as deteriorações decorrentes de seu uso normal e as benfeitorias autorizadas e incorporadas, lavrando-se o formal Termo de Vistoria e Recebimento de Chaves.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA LOCADORA.

Constituem obrigações da LOCADORA:

Entregar e manter o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, garantindo ao LOCATÁRIO o uso pacífico e desimpedido do bem durante toda a vigência contratual;

Responder pelos vícios ou defeitos ocultos do imóvel anteriores à locação, bem como pela solidez, segurança e estabilidade estrutural da edificação (telhados, redes mestras de hidráulica e alvenaria);

Arcar com os tributos imobiliários (IPTU e taxas correlatas) incidentes sobre o imóvel, salvo expressa disposição legal ou contratual em contrário;

Manter atualizadas perante o Município todas as certidões de regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e a titularidade dominial e representativa necessária para o recebimento dos créditos contratuais;

Responder perante os demais herdeiros e terceiros pela integralidade dos valores recebidos, eximindo o Município de qualquer responsabilidade perante pretensões de cotitulares ou sucessores de Abel Bestel.

CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS E REFORMAS.

O LOCATÁRIO poderá realizar adaptações e benfeitorias necessárias ao funcionamento do Correio Comunitário, sendo que as benfeitorias necessárias e as úteis expressamente consentidas pela LOCADORA serão indenizáveis ou compensáveis no aluguel, podendo as instalações removíveis ser retiradas ao término do contrato sem dano ao imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO.

O presente contrato poderá ser rescindido ou extinto nas seguintes hipóteses:

Por acordo mútuo entre as partes, reduzido a termo aditivo ou distrato;

Unilateralmente pelo LOCATÁRIO, sem incidência de penalidades ou multas indenizatórias, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, na hipótese de cessação do interesse público, desativação da agência de correios, transferência para próprio municipal ou perda de dotação orçamentária;

Por descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas contratuais;

Na ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça definitivamente a utilização do imóvel para os fins colimados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES.

Pelo descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, a LOCADORA estará sujeita às sanções administrativas previstas nos artigos 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo regular, sem prejuízo da responsabilidade civil cabível.

Data da Assinatura: 27/08/2026.

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:507963F3

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 45/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000016807/2026.
OBEJTO: Construção de Ambulatório Médico de Especialidade do Paraná (AME-PR) TIPO I.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA ALOM CONSTRUÇÕES LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

As partes, de comum acordo, realizam a prorrogação do prazo de execução da obra, conforme Parecer Técnico nº 20260827-003 (fls. 03-05), por mais 90 (noventa) dias, com início em 21 de setembro de 2026 e término em 20 de dezembro de 2026.

Data da Assinatura: 18/09/2026.

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:98EAF7B3

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 209/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000017898/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA DISTRIBUIDORA LILIAN EIRELI – EPP.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Altera-se a cláusula quarta para alterar a dotação orçamentária, para incluir os seguintes dados:

09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173
10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 29/09/2026.

Almirante Tamandaré, 30 de setembro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:E2D00170

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026 EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) consultório odontológico completo e 01 (uma) caneta de alta rotação, destinados ao aparelhamento da Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família do Município de Altamira do Paraná.

ITEM 1 – ADJUDICADO – 30/09/2026
DESCRIÇÃO: Consultório Odontológico, sendo, conjunto de equipamentos compatíveis e produzidos pelo mesmo fabricante, composto pelos componentes abaixo relacionados: Cadeira Odontológica. Estrutura fabricada em aço. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi ou eletrostática lisa. Estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima. Base c/ proteção em borracha ou material similar. Revestimento do estofamento em material PVC laminado, sem costuras, na cor verde clara. Proteção plástica p/ os pés do paciente. Braço da cadeira e/ formato e fixação que facilitem o acesso do paciente. Encosto da cabeça articulável, c/ movimento longitudinal. Acionamento através de comandos elétricos c/ atuadores hidráulicos ou motorredutores. Controle de pé (pedal) p/ os movimentos de subida e descida do assento e do encosto. Alimentação elétrica 110 ou 220 v (60 Hz), de acordo e a rede local do município de entrega. Resistência de carga mínima de aproximada 140 Kg. Fornecimento de plantas baixas e outras necessárias p/ a perfeita instalação do equipamento, c/ todas as informações sobre alimentações elétricas, hidráulicas e pneumáticas. Fornecimento de manuais de operação e manuais de serviço c/ vista explodida e detalhamento das peças, principais defeitos e correções, c/ diagramas dos sistemas elétricos, mecânicos e hidráulicos. Garantia mínima do conjunto de 12 meses. Equipo odontológico tipo cart ou acoplado. (Tipo cart com estrutura montada sobre rodízios e tratamento anticorrosivo. Tipo Acoplado: braço articulado, com movimento horizontal, c/ batentes de fim de curso e movimento vertical). Três terminais, sendo 01 p/ micromotor, c/ spray (tipo Borden), 01 p/ alta rotação (tipo Borden) e 01 seringa triplice. Suporte das pontas c/acionamento individual e automático. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Sistema de desinfecção de dutos de água e spray c/ válvula antirreflexo. Pedal de acionamento do equipo com controle variável (progressivo da rotação dos instrumentos). Com caixa de ligação (distribuição), sendo as mangueiras arredondadas e lisas e contendo todos os acessórios necessários à sua instalação. Caixa de ligação (distribuição) independente da cadeira. Reservatório de água do equipo e sistema de desinfecção em material transparente ou translúcido, de no mínimo 500 ml. Bandejas removíveis de aço. Unidade auxiliar, acoplada à cadeira. Bacia da cuspideira removível, em porcelana ou cerâmica. Ralo separador de detritos, fixado à unidade de água ou à caixa de ligação, conectado à mangueira de sucção. Registro p/ acionamento da água da cuspideira, mínimo de 02 (dois) terminais de sucção, c/ diâmetro aproximado de 6,5 mm, c/ mangueiras e terminais lisos. Formas arredondadas; estrutura em alumínio ou aço, com proteção anti corrosão. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Garantia mínima de 12 meses.
QUANTIDADE: 01
UNIDADE: UND.
VALOR UNITÁRIO: R$ 13.500,00.
VALOR TOTAL: R$ 13.500,00.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital da Dispensa Eletrônica nº 034/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **GIORDANO & GIORDANO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 19.526.217/0001-68.**

ITEM 2– ADJUDICADO – 30/09/2026
DESCRIÇÃO: Caneta de Alta rotação com cabo invertido no mesmo sentido da cabeça, aumentando a visibilidade do operador durante o procedimento cirúrgico. Cabeça mediana, angulação de 45°. Alto torque, confeccionada em alumínio anodizado, o que possibilita leveza e excelente acabamento superficial, facilitando a desinfecção; cabeça com linhas arredondadas; baixo nível de ruído; sistema de rolamentos apoiado. Peso g38 a 44. Rotação (rpm) 0 a 420.000. Fixação da broca (saca broca). Pressão (psi) 30 a 40. Consumo de ar (L/min) 42. Consumo de água (ml/min) 42. Nível sonoro (dB) 69 – Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná. Garantia mínima de 12 meses.
QUANTIDADE: 01
UNIDADE: UND.
VALOR UNITÁRIO: R$ 399,00.
VALOR TOTAL: R$ 399,00.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos

do edital da Dispensa Eletrônica nº 034/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 09.560.267/0001-08.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:5ADD3BE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026 EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) consultório odontológico completo e 01 (uma) caneta de alta rotação, destinados ao aparelhamento da Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família do Município de Altamira do Paraná.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a DISPENSA ELETRÔNICA 34/2026 para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **GIORDANO & GIORDANO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 19.526.217/0001-68.**

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a DISPENSA ELETRÔNICA 34/2026 para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 09.560.267/0001-08.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:E44611C6

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 121/2026 DE 09/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 1511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 20.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
117 - 3.3.90.39.00.00 1104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.065 EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA
198 - 3.3.90.39.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
223 - 3.3.71.70.00.00 1303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 10.000,00
Total Suplementação: 36.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Dotação transferida, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
88 - 4.4.90.52.00.00 1104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.065 EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA
196 - 3.3.90.30.00.00 494 MATERIAL DE CONSUMO 2.500,00
197 - 3.3.90.36.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.500,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
213 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 20.000,00
1303
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 1303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00
Total Redução: 36.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Setembro
de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:E08629B5

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 122/2026 DE 09/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$449.400,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.1.060 AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
199 - 4.4.90.51.00.00 500 OBRAS E INSTALAÇÕES 360.000,00
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 906 MATERIAL DE CONSUMO 2.400,00
212 - 3.3.90.30.00.00 908 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00
215 - 3.3.90.39.00.00 907 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 9.000,00
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 907 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 66.000,00
Total Suplementação: 449.400,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 906 2.400,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 907 75.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 908 12.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.10 RESOLUÇÃO SESA 1508/2025 - CONSTRUÇÃO - Fonte: 500 360.000,00
Total da Receita: 449.400,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:4E0D4C04

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 123/2026 DE 11/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 18.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
321 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
375 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
Total Suplementação: 28.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:81B21394

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 254/2025 – ID 3553 TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: LUIZ EDEMIR WICHOSKI - ME, inscrita no**CNPJ sob o nº** 07.917.827/0001-03.

DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento)**, exclusivamente para os itens que tiveram seus quantitativos zerados, referente ao fornecimento de **carnes e produtos hortifrutigranjeiros**, conforme demanda do Município de Amaporã/PR

DO VALOR DO ADITIVO*:* R$ 67.999,39 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos).

DA VIGÊNCIA:
O quantitativo acrescido será utilizado até o término da vigência do Contrato nº 254/2025 – ID 3553, que ocorrerá em 21/11/2026, ou até a conclusão do novo processo licitatório com o mesmo objeto, o que ocorrer primeiro.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Municipalidade, em dotação orçamentária a ser indicada pelo Departamento de Contabilidade:

295 - 07.001.12.361.0013.2.052.3.3.90.32.00.00 - Manter o Programa de Alimentação Escolar - PNAE
Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita – Fonte 1107

314 - 07.001.12.365.0013.2.052.3.3.90.32.00.00 - Manter o Programa de Alimentação Escolar - PNAE
Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita – Fonte 1107

322 - 07.002.13.392.0011.2055.3.3.90.30.00.00 - Manter as Atividades Culturais no Município
Material De Consumo– Fonte 1000

395 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal
Material De Consumo– Fonte 1303
Material De Consumo– Fonte 1000

508 - 09.001.08.244.0014.2.120.3.3.90.30.00.00 - Gestão das Atividades do CRAS e SCFV
Material De Consumo– Fonte 1000
Material De Consumo– Fonte 3175

DA RATIFICAÇÃO:
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do **CONTRATO Nº 254/2025 – ID 3553** que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo**.**

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*:*
Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Amaporã/PR, 30 de setembro de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:8DFBCB4D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 233/2025 – ID 3532

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 105/2025
CREDENCIAMENTO: Nº 006/2025
DAS PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMAPORÃ – PR
CONTRATADA: CEREZAMAR HOSPEDAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 04.254.088/0001-29
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 233/2025 – ID 3532, bem como manutenção dos valores atualmente praticados, sem aplicação do reajuste previsto pelo índice IPCA, cujo objeto é a prestação de serviços de Casa de Apoio em Curitiba/PR, com atendimento 24 horas, fornecimento de alimentação e transporte interno aos usuários do SUS do Município de Amaporã/PR.
VALOR: Permanecem mantidos os valores atualmente praticados, sem aplicação do reajuste pelo índice IPCA, O valor estimado para o período de 12 (doze) meses de prorrogação é de R$ 118.958,10 (cento e dezoito mil novecentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Municipalidade, em dotação orçamentária a ser indicada pelo Departamento de Contabilidade:
395 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica– Fonte 1303
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica– Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica– Fonte 9496
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Termo de Credenciamento por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01 de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis, conforme cláusulas do Termo de Credenciamento nº 233/2025.
DA RATIFICAÇÃO:
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento nº 233/2025 – ID nº 3532, não modificadas por este instrumento.
Amaporã/PR, 30 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:DCF14032

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 274/2026

PORTARIA Nº 274/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o retorno de servidor(a) ao exercício de suas funções antes do término da licença-prêmio e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AMAPORÃ,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a concessão de licença-prêmio de 90 (noventa) dias ao(à) servidor(a), por meio da Portaria nº 227/2026;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal e a convocação do(a) servidor(a) para retornar ao exercício de suas funções;

CONSIDERANDO que o período de licença-prêmio teve início em 10 de agosto de 2026, com previsão de término em 08 de novembro de 2026;

CONSIDERANDO a convocação para retorno ao trabalho a partir de 24 de setembro de 2026, permanecendo 45 (quarenta e cinco) dias do período de licença-prêmio em haver, para posterior fruição;

RESOLVE:
Art. 1º Fica determinado o retorno do(a) servidor(a) **CLEIDE REGINA CORDEIRO TEODORO DA SILVA**, ocupante do cargo de **COZINHEIRA**, ao exercício de suas funções, a partir de 24 de setembro de 2026, interrompendo-se, a partir desta data, a licença-prêmio concedida pela Portaria nº 227/2026.

Art. 2º Em razão do retorno antecipado por necessidade da Administração, ficam 45 (quarenta e cinco) dias de licença-prêmio remanescentes, referentes ao período aquisitivo correspondente, registrados em haver do(a) servidor(a), para fruição em momento oportuno, mediante requerimento e autorização da Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de setembro de 2026**.**

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:4BC33299

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 275/2026

PORTARIA Nº 275/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Publico(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **AMANDA ALVES ARAMINI,** lotado(a) no Departamento de Saúde, no cargo de **ENFERMEIRA,** relativas ao período de 03/05/2024 a 02/05/2025, a partir de **29/09/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 29/09/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:57878BB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 18/2026

SÚMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), aprova a proposta do Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar no município de Andirá.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024 e,

CONSIDERANDO a Resolução nº 04/2026 que alterou representantes da Comissão de avaliação e implantação do Programa de Apadrinhamento no município de Andirá/PR;

CONSIDERANDO a proposta do Projeto de Lei apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na data de 28 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta do Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar no município de Andirá.

Art. 2º - O Projeto de Lei seguirá os próximos trâmites necessários, sendo encaminhado para apreciação pela plenária da Câmara de Vereadores do município.

Art. 3º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Andirá, Paraná, 30 de setembro de 2026.

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:84CBA5E0

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 011/2025 PREGÃO Nº 018/2025 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

EMPRESA VENCEDORA APÓS ABERTURA DE LANCES – LOTE 11:

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no **CNPJ: 21.504.525/0001-34** no valor total dos itens vencidos de **R$ 13.479,05** (treze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinco centavos);

VIGÊNCIA: 30.09.2025 A 08.12.2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira

HUMBERTO DELIO DONINI
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:80087661

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 009/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 009/2026

Andirá, 29 de Setembro de 2026.

Ref.: Processo nº 3654/2026, no qual a requerente, srª. Simone Lopes Mendes, CPF nº ***.311.***-87, em nome de Simone Fashion CNPJ: 07.571.611/0001-39, solicita a "*Prescrição dos débitos de Taxas", referentes aos períodos de 2005, 2006, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015*.

A contribuinte supracitada requereu o instituto da prescrição tributária1, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN2.
O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa3.
Quanto o objeto desta análise, foi identificado que no cadastro da contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos às "Taxas de Fiscalização do Cumprimento das Normas Administrativas Acerca do uso e Ocupação do Solo Urbano, da Higiene, Saúde,

Segurança, Ordem e Tranquilidade Pública e de Fiscalização Sanitária4 referentes aos períodos de 2005, 2006, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, conforme

1 Art. 156. Extinguem o crédito tributário:
V - a prescrição e a decadência;

2 Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

3STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

relatório exposto a seguir.

Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

De forma imprescindível, a contribuinte apresentou a via original da Certidão Negativa emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 28 de setembro de 2026, a qual atesta NÃO CONSTAR em andamento nenhum registro de execuções fiscais, para a contribuinte em questão, pois foram verificadas e identificadas que não constam as dívidas para o período de 20 (vinte anos) objeto deste requerimento.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE5 o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

4 II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)
5 "...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco..." Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Diretor do Departamento de Tributação

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Andirá

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:818F9075

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 11.365 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO N°. 11.365 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Aprova a revisão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Andirá, Estado do Paraná, e dá outras providências.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Política Municipal de Educação Integral em tempo Integral, visando ao aprimoramento das diretrizes e estratégias para a oferta da educação em tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Andirá;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e a Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023;
CONSIDERANDO as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica e as normas do Sistema Estadual de Ensino do Paraná aplicáveis à matéria;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes para a implementação, expansão, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral no Município;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral – Revisão e Atualização / 2026, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação;
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovada a revisão da Política Municipal de Educação Integral em tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Andirá, Estado do Paraná, na forma do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui documento orientador para a organização, implementação, expansão, acompanhamento e avaliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º A implementação da Política observará a legislação educacional federal, estadual e municipal vigente, bem como as normas e deliberações do Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, podendo expedir orientações e normas complementares necessárias à sua execução.
Art. 5º A expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma progressiva, planejada, participativa e equitativa, considerando a capacidade física, pedagógica, financeira e administrativa da Rede Municipal de Ensino, as necessidades dos territórios e as condições necessárias à qualidade da oferta.
Art. 6º As instituições da Rede Municipal de Ensino que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão adequar, quando necessário, seus Projetos Político-Pedagógicos, Propostas Pedagógicas Curriculares, Regimentos Escolares e demais documentos institucionais às disposições da Política e à legislação educacional vigente.
Art. 7º A implementação da Política deverá ser acompanhada por mecanismos de monitoramento e avaliação, com utilização de indicadores quantitativos e qualitativos, de modo a subsidiar o planejamento anual da Secretaria Municipal de Educação e das instituições de ensino.
Art. 8º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será revisada e atualizada periodicamente, especialmente quando houver alteração relevante na legislação nacional, estadual ou municipal ou nas necessidades da Rede Municipal de Ensino.
Art. 9º A execução das ações previstas na Política observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como os instrumentos de planejamento e as normas aplicáveis à gestão dos recursos públicos.
Art. 10. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e a legislação aplicável.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o **Decreto n°. 10.417 de 03 de julho de 2024.**
Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026, 83° da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO – 2026

ANDIRÁ – PARANÁ
2026
APRESENTAÇÃO
Esta Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui o documento orientador da Rede Municipal de Ensino de Andirá para a organização, expansão, implementação, acompanhamento e avaliação da oferta de jornada escolar em tempo integral. Esta versão corresponde à revisão e atualização do documento elaborado anteriormente, adequando sua fundamentação normativa às disposições vigentes em 2026 e às características da rede municipal.
A revisão considera, especialmente, a Lei nº 14.640/2023, a Portaria MEC nº 1.495/2023, a Portaria MEC nº 2.036/2023, a Resolução CNE/CEB nº 7/2025, com suas alterações vigentes em 2026, e a Deliberação CEE/PR nº 09/2025, sem prejuízo das demais normas educacionais aplicáveis.
A Política deverá orientar os Projetos Político-Pedagógicos, as Propostas Pedagógicas Curriculares, os Regimentos Escolares e os planejamentos das instituições que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral, respeitando as especificidades de cada etapa, modalidade, território e comunidade escolar.

SUMÁRIO
1. Introdução e fundamentos
2. Diagnóstico da Rede Municipal de Ensino
3. Concepção de Educação Integral em Tempo Integral
4. Objetivos da Política Municipal
5. Diretrizes para implementação e expansão
6. Critérios de prioridade e equidade
7. Organização curricular e Projeto Político-Pedagógico
8. Gestão democrática, participação e articulação intersetorial
9. Infraestrutura, espaços e recursos materiais
10. Recursos humanos e formação continuada
11. Alimentação escolar e cuidados com os estudantes
12. Monitoramento, avaliação e revisão da Política
13. Metas e cronograma de expansão
14. Disposições finais
Referências normativas

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTOS
A Educação Integral em Tempo Integral constitui uma política educacional voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes, considerando as dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental, articuladas ao currículo e às experiências educativas desenvolvidas pela escola e pelo território.
A jornada em tempo integral, para fins desta Política, corresponde à permanência do estudante na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, observadas as normas nacionais e estaduais vigentes.
A revisão da Política em 2026 decorre da necessidade de adequação às Diretrizes Operacionais Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, alterada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, bem como à Deliberação CEE/PR nº 09/2025, que atualmente estabelece, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral.
A política municipal deverá ser implementada de forma progressiva, planejada, participativa, equitativa e sustentável, articulando ampliação do tempo escolar, qualidade das experiências educativas, condições de infraestrutura, formação dos profissionais, alimentação, acompanhamento pedagógico, participação da comunidade e redução das desigualdades educacionais.
2. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
O documento anterior registrou, para o ano de 2024, 1.961 estudantes matriculados na rede municipal, sendo 378 na Educação Infantil e 1.140 no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, além de matrículas em tempo integral. Esses dados constituem referência histórica da política, mas não devem ser apresentados como retrato atual da rede.
Para a execução e o monitoramento desta Política em 2026, o diagnóstico quantitativo deverá ser atualizado pela Secretaria Municipal de Educação com base nos dados oficiais do Censo Escolar e dos sistemas educacionais utilizados pelo Município, contemplando, no mínimo: total de matrículas; matrículas em tempo integral por etapa; instituições ofertantes; turmas; jornada diária/semanal; infraestrutura disponível; profissionais; alimentação escolar; e perfil territorial e socioeconômico dos estudantes.
A atualização anual do diagnóstico permitirá ajustar metas, prioridades, recursos e estratégias de expansão, evitando que a Política permaneça vinculada a dados de um único ano letivo.
3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
A Rede Municipal de Ensino de Andirá compreende a Educação Integral como uma concepção de formação humana que considera o estudante em sua integralidade e reconhece que os processos educativos se desenvolvem por meio da articulação entre conhecimentos, experiências, relações sociais, cultura, território e participação.
A ampliação da jornada escolar não será compreendida apenas como aumento quantitativo do tempo de permanência. O tempo ampliado deverá estar vinculado a um currículo integrado, com intencionalidade pedagógica, articulação entre os diferentes componentes e áreas, experiências diversificadas e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.
As atividades realizadas em espaços externos à escola ou em equipamentos parceiros, quando utilizadas, deverão integrar o planejamento pedagógico e estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico, assegurando acompanhamento, segurança, acessibilidade e intencionalidade educativa.
4. OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL
ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral na Rede Municipal de Ensino;
promover o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas singularidades e necessidades;
assegurar currículo integrado e experiências educativas diversificadas, articuladas à BNCC e aos referenciais curriculares aplicáveis;
reduzir desigualdades educacionais e ampliar oportunidades de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento;
fortalecer a gestão democrática e a participação das famílias, profissionais e comunidade escolar;
garantir condições de infraestrutura, materiais, alimentação e recursos humanos compatíveis com a jornada ampliada;
promover formação continuada dos profissionais envolvidos;
instituir mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e revisão da política.
5. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO
A expansão da Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma gradativa, considerando a capacidade física, pedagógica, financeira e administrativa da Rede Municipal, os dados de matrícula, as necessidades dos territórios e os critérios de equidade.
A implantação deverá ser precedida de planejamento da unidade escolar, análise de sua capacidade de atendimento, adequação dos espaços, organização curricular, previsão de profissionais, alimentação escolar, transporte quando necessário e participação da comunidade.
A Secretaria Municipal de Educação poderá organizar a expansão por instituição, etapa, ano/série ou grupos de estudantes, conforme diagnóstico e planejamento, assegurando que a ampliação não comprometa as condições de qualidade da oferta.
A organização da jornada deverá observar o mínimo de 7 horas diárias ou 35 horas semanais para caracterização da matrícula em tempo integral, sem prejuízo de outras exigências de carga horária anual previstas na legislação vigente.
6. CRITÉRIOS DE PRIORIDADE E EQUIDADE
Na expansão da oferta, deverão ser considerados critérios de equidade, com atenção às desigualdades sociais, territoriais e educacionais identificadas no diagnóstico da rede.
estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou risco social;
estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou outras necessidades educacionais específicas, assegurados os apoios e recursos necessários;
estudantes pertencentes a territórios com maior vulnerabilidade educacional e social;
necessidades relacionadas à proteção e garantia de direitos;
demanda das famílias e características do território, observados os critérios definidos democraticamente pela rede.

Na Educação Infantil, a expansão deverá observar as especificidades de creche e pré-escola, o direito à educação, a indissociabilidade entre cuidar e educar, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e as normas de qualidade e equidade aplicáveis à etapa.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

As instituições que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão incorporar a proposta ao Projeto Político-Pedagógico, à Proposta Pedagógica Curricular e aos demais documentos institucionais pertinentes.

O currículo deverá assegurar integração entre a formação geral e as experiências educativas do tempo ampliado, evitando a simples justaposição de atividades ou a separação rígida entre turno e contraturno.

As atividades de esporte, cultura, arte, leitura, ciência, tecnologia, educação ambiental, educação digital, convivência, cidadania, lazer e outras poderão integrar a organização curricular, desde que vinculadas aos objetivos de aprendizagem, ao planejamento pedagógico e às características da comunidade.

A organização curricular deverá observar a BNCC, os referenciais curriculares vigentes, as normas do Conselho Municipal de Educação e, quando aplicáveis, as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná e as Diretrizes Operacionais Nacionais.

8. GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

A implantação e a avaliação da Educação Integral em Tempo Integral deverão contar com a participação da equipe gestora, profissionais da educação, estudantes, famílias, Conselho Escolar, Conselho Municipal de Educação e demais instâncias de participação existentes.

A Secretaria Municipal de Educação poderá articular ações com as Secretarias Municipais de Cultura, Esporte, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e outras áreas, bem como com equipamentos públicos e instituições parceiras, quando houver pertinência pedagógica e observância das normas legais.

A articulação intersetorial deverá complementar a ação educativa da escola, sem substituir as responsabilidades educacionais da instituição de ensino e sem comprometer a unidade do currículo.

9. INFRAESTRUTURA, ESPAÇOS E RECURSOS MATERIAIS

A expansão deverá considerar a disponibilidade e a adequação dos espaços para atividades pedagógicas, alimentação, descanso, higiene, recreação, esporte, cultura, atendimento educacional especializado quando cabível e demais necessidades dos estudantes.

priorizar a utilização qualificada dos espaços existentes na própria instituição;

planejar adequações, ampliações e melhorias físicas de acordo com o crescimento da oferta;

quando necessário, utilizar equipamentos públicos ou espaços comunitários, desde que adequados, acessíveis e seguros;

garantir materiais pedagógicos, esportivos, culturais, tecnológicos e de apoio compatíveis com o currículo e com a jornada ampliada;

considerar acessibilidade e condições de segurança em todas as etapas do planejamento.

10. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO CONTINUADA

A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar profissionais em quantidade e condições compatíveis com a organização da oferta, observando a legislação de formação, o plano de carreira municipal, a legislação trabalhista e as normas educacionais vigentes.

A atuação dos profissionais deverá favorecer a integração do trabalho pedagógico, o planejamento coletivo, o acompanhamento dos estudantes e a articulação entre os diferentes tempos e espaços educativos.

A Secretaria Municipal de Educação deverá promover formação continuada periódica para gestores, professores, equipes pedagógicas, profissionais de apoio e demais trabalhadores envolvidos, com foco em Educação Integral, currículo integrado, avaliação, inclusão, equidade, proteção e participação da comunidade.

11. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E CUIDADOS COM OS ESTUDANTES

A alimentação escolar deverá ser planejada de acordo com a duração da jornada, as necessidades nutricionais dos estudantes e a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com acompanhamento do profissional responsável pela alimentação escolar.

A organização das refeições deverá integrar o planejamento da instituição, considerando horários, espaços adequados, condições de higiene, necessidades alimentares específicas e ações de educação alimentar e nutricional.

A oferta de alimentação não deverá ser tratada de forma isolada do projeto pedagógico, podendo integrar ações educativas relacionadas à saúde, sustentabilidade, cultura alimentar e hábitos saudáveis.

12. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DA POLÍTICA

A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de acompanhamento anual da Política, considerando indicadores quantitativos e qualitativos.

número e percentual de matrículas em tempo integral;

número de instituições e turmas que ofertam jornada em tempo integral;

carga horária efetivamente ofertada;

frequência e permanência dos estudantes;

indicadores de aprendizagem e desenvolvimento;

condições de infraestrutura, materiais e alimentação;

participação das famílias e da comunidade;

formação e condições de trabalho dos profissionais;

indicadores de equidade e atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade;

execução e adequação dos recursos destinados à expansão e manutenção da oferta.

Os resultados do monitoramento deverão subsidiar o planejamento anual da Secretaria e das instituições de ensino. A Política será revisada periodicamente, especialmente quando houver alteração relevante na legislação nacional, estadual ou municipal.

13. METAS E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO

A expansão da oferta deverá ser planejada em consonância com os instrumentos de planejamento educacional do Município e com os compromissos assumidos nos programas federais. As metas quantitativas anuais deverão ser atualizadas a partir do diagnóstico oficial de cada exercício.

Período	Diretriz	Indicador de acompanhamento	Observação
2026	Revisão e consolidação da Política Municipal	Política atualizada, apreciada pelo Conselho Municipal de Educação e registrada nos sistemas oficiais	Atualizar diagnóstico e plano de expansão
2027–2029	Expansão gradual da oferta	Percentual de matrículas em tempo integral e número de unidades ofertantes	Priorizar equidade e condições de qualidade
2030–2034	Ampliação progressiva e consolidação	Percentual de atendimento e indicadores de qualidade	Revisão periódica das metas
2035–2036	Universalização planejada, conforme capacidade e planejamento municipal	Percentual de matrículas em tempo integral na rede municipal	Meta sujeita ao monitoramento e às condições legais, orçamentárias e de infraestrutura

A meta de ampliação deverá ser acompanhada anualmente. A definição de percentuais e quantitativos para cada exercício deverá considerar os dados oficiais de matrícula, a capacidade de atendimento das instituições, os recursos disponíveis e as condições necessárias para garantir qualidade e equidade.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Política constitui referência para o planejamento, implantação, expansão, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Andirá.

Os atos normativos municipais, os Projetos Político-Pedagógicos, as Propostas Pedagógicas Curriculares, os Regimentos Escolares e os demais documentos relacionados à oferta deverão ser adequados, quando necessário, às disposições desta Política e às normas educacionais vigentes.

A Política deverá ser submetida à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da legislação aplicável, e posteriormente mantida atualizada no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, conforme os procedimentos vigentes.

Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e a legislação nacional, estadual e municipal aplicável.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.
BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral.
BRASIL. Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral.
BRASIL. Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023. Define diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral.
BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394/1996 e estabelece, entre outras disposições, a ampliação progressiva da carga horária anual.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7/2025.
PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR nº 09/2025. Estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. Política para a Educação Integral em Tempo Integral. Documento de referência anterior, elaborado em 2024 e revisado em 2026.

ANDIRÁ – PARANÁ
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROSILENE MARQUES FERNANDES FARINHA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 18.980 de 11/02/2025

Andirá, 2026

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D76CCC64

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.364 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Altera os representantes do Comitê Local de Gestão Intersetorial do Programa Nossa Gente Paraná no Município de Andirá – PR.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei, e;

Considerando a Lei do Estado do Paraná de nº. 20.548 de 27 de abril de 2021, que institui o Programa Nossa Gente Paraná, destinado ao atendimento e promoção de famílias / indivíduos por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais;

Considerando o Termo de Compromisso Programa Nossa Gente Paraná, entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e município de Andirá – PR;

Considerando a reunião do Comitê Local de Gestão Intersetorial do Programa Nossa Gente Paraná, realizada em 08 de setembro de 2026.

D E C R E TA:

Art. 1º - Alterar os representantes do "**Comitê Local de Gestão Intersetorial do Programa Nossa Gente Paraná**" de acordo com o Termo de Compromisso Programa Nossa Gente Paraná, representado pelos segmentos abaixo:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
Rogênia Alves (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS);
Eduardo Fidelis da Silva (Coordenador do Programa Bolsa Família-PBF)
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Juliana Del Ciampo Oliveira

- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Camila Nardoni Gonçalez

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Fabiana Freire
Sandro Henrique Lourenço da Silva

- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
Rian Matheus Nardoni Silva

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Raimundo Eleoterio Benfica Junior

- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Adriana Maria da Silva Duarte

- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
Veronica Costa Nunes

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 11.098 de 19 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026; 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:8E8BC185

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.366/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 204.208,84 (duzentos e quatro mil duzentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
203 - 3.3.90.37.00.00	1104	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	55.320,00
05.002.12.365.0005.2.027.		Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
269 - 3.3.90.37.00.00	1102	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	97.838,84
05.002.12.365.0005.2.028.		Manter os Centros de Educação Infantil -	

		Demais Recursos	
286 - 3.3.90.37.00.00	1103	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	27.250,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
368 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	23.800,00
		Total Suplementação:	**204.208,84**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
201 - 3.3.90.36.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	55.320,00
05.002.12.365.0005.2.027.		Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
256 - 3.1.90.11.00.00	1102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.838,84
05.002.12.365.0005.2.028.		Manter os Centros de Educação Infantil - Demais Recursos	
273 - 3.1.90.16.00.00	1103	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	27.250,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
361 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	23.800,00
		Total Redução:	**204.208,84**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:203CEBC6

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 022/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 05 de outubro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: Professor de Ensino Fundamental/Educação infantil - PSS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
35º	CARLA JANAYNA CAMPOS DE OLIVEIRA

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 30 de outubro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:A08F3649

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 083/2026 CONCURSO 001/2023 – ADMINISTRAÇÃO – SAÚDE - EDUCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do CONCURSO PÚBLICO 001/2023, objeto do Edital nº 001/2023, homologado em 21 de fevereiro de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 06 de outubro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidatos convocados:

Cargo: Auditor Fiscal

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
5º	BRIGITE MAKITA FUTIGAMI

*O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de três dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com item 14.2 do Edital nº 001/2023.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 30 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:12C5D166

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º E 2° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 107/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
15.385.640 ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **30/09/2026** e término em **29/09/2027** com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores na importância de **R$ 42.735,00** (quarenta e dois mil setecentos e trinta e cinco reais), com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 30.09.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:6A1AD354

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º E 2° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 108/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ROGERIO RODRIGUES DA SILVA 02696482918

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **30/09/2026** e término em **29/09/2027** com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 46.200,00** (quarenta e seis mil e duzentos reais), com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 30.09.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:41A617AD

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º E 2° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 109/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **30/09/2026** e término em **29/09/2027** com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 48.163,50** (quarenta e oito mil cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos), com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 30.09.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

ULISSES RIBEIRO DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:44721613

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.361 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	BRUNA SALUSTIANO IVANA APARECIDA COSTA NUNES		
Fiscal Substituto:	PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES ALINE BUENO		
Gestor Titular:	GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI		
Gestor Substituto:	MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO		
Ata nº	070/2026	**VIGÊNCIA:**	30.09.2026 A 08.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	018/2025		
Contratado:	**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		
Valor:	**R$ 13.479,05**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar

pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 30 de Setembro de 2026, 83º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C04CA0FB

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2025, a partir do dia **30/09/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – ITEM 11:** ANESTÉSICO DE ARTICAÍNA + EPINEFRINA 72MG +9UG/AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL CONTÉM 50 AMPOLAS (1,8 ML CADA)CONTÉM 50 CARPULES, entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **11.145.401/0001-56.**

Com fundamento no Art. 26 do Decreto Federal nº 11.462/2023, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado. Combinado com o Art. 302. do Decreto Municipal N° 9.858/2023.

Andirá, 30.09.2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:3C71831E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADOS À PREMIAÇÃO DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS E EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 01/10/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 15/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 15/10/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 30 de setembro de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:0F47F4F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 072/2025

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente aos itens nº 92, 94, 130, 131, 132 e 133 a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/ewq-vrwa-pry).

Às Empresas:

- L A DALLA PORTA JUNIOR
- CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIREL
- HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – LTDA
- CIRÚRGICA PRIME LTDA
- CIRURGICA UNIAO LTDA
- PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
- M.N.P. CUSTÓDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
- J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS
- CAMBE MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
- ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA
- J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
- R.E. DA SILVA E SILVA LTDA
- YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
- AABA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS
- MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
- FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
- ASCLE BRASIL LTDA

INÍCIO DA SESSÃO: às 10h:00min do dia 02/10/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/ewq-vrwa-pry)

Andirá, 30 de setembro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:50E19595

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.575 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá-PR – SAMAE, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, do Decreto Municipal nº 7.687/2017;
CONSIDERANDO a necessidade de realização de serviço extraordinário em horário normal;
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os seguintes servidores a realizarem serviço extraordinário, referente ao mês de **OUTUBRO de 2026.**

NOME DO SERVIDOR PÚBLICO	CARGO DO SERVIDOR PÚBLICO	SECRETARIA LOTAÇÃO	MAXIMO HORAS
ALCIDES LOPES MARIANO	ENCANADOR	SAMAE	60
BRENDA JHENIFER DA CRUZ PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	50
BRÍGIDA DO SOCORRO S .DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	30
EDSON LUIZ DE SOUZA	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	SAMAE	60
ERIC FERNANDO SABINO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	60
EVERSON ROGÉRIO FERNANDES	OPERAR DE MÁQUINAS	SAMAE	50
FÁBIO FERIATTI	MOTORISTA	SAMAE	40
GEOVANI LORENZINI	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	30
GETULIO DONIZETI SOARES	OPERADOR DE BOMBAS	SAMAE	60
ISABELA MOREIRA PINHEIRO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	50
IZABEL CRISTINA DA SILVA	OPERADOR DE BOMBAS	SAMAE	50
JEAN CARLOS CORDEIRO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	50
JEFFERSON TEODORO LEITE	ENCANADOR	SAMAE	60
JOÃO LUCAS GIUGNI	OPERADOR DE ETA	SAMAE	50
JOÃO VITOR DE SOUZA	VIGIA PATRIMONIAL	SAMAE	30
JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS	OPERADOR DE MÁQUINAS	SAMAE	50
LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
LUIZ FERNANDO DE MELO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	60
MARCÍLIO NAZARIO	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	50
MATHEUS VINICIUS GOMES	CONTADOR	SAMAE	40
PATRICK PRESLEY DE SOUZA	AGENTE SE SERVIÇOS	SAMAE	20
RAFAEL MITROVINI SABARÁ	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	50
REGINALDO LUIZ DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	60
RICHARD GUILHERME FERRAZ MENDES	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	SAMAE	60
RODRIGO TOME DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	60
RODRIGO FARIA DIAS	TEC SEGURANÇA TRABALHO	SAMAE	25
THAYLA NAYARA OLIVEIRA DIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAMAE	20
VALDIR BATISTA DOS SANTOS	MOTORISTA	SAMAE	50

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:676413FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE 2ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

AVISO DE 2ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2026

O Município de Antonina/PR torna público que está retificando o Edital de Licitação em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de tubos de concreto simples e armado de diversos diâmetros e especificações técnicas, tipo manilha, para execução de serviços contínuos de drenagem pluvial, manutenção de bueiros e substituição de galerias danificadas no perímetro urbano, vias e estradas vicinais da área rural do Município de Antonina/PR, para atender a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10h00 do dia 01/10/2026 às 08h30 do dia 16/10/2026.
NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/10/2026 às 09h00

DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 30 de setembro de 2026.

HALLAN CORDEIRO CORREA
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:34F0BB61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 692/2026

PORTARIA N.º 692/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 20468/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **VILMAR FERREIRA CHAGAS,** registrado na matrícula n.º 43891 e ocupante do cargo de "Motorista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por exercício de atividades de **Coordenação do Serviço de Saúde – Nível de complexidade III** conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:EA9C3FC7

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 693/2026

PORTARIA N.º 693/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 20468/2026,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **EDILSON JOSE BASTOS,** registrado na matrícula n.º 43341 e ocupante do cargo de "Motorista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por exercício de atividades de **Coordenação do Serviço de Saúde – Nível de complexidade III** conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:0B283505

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 694/2026

PORTARIA N.º 694/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 20468/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ODINEI FRANCISCO BORGES,** registrado na matrícula n.º 43251 e ocupante do cargo de "Motorista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por exercício de atividades de **Coordenação do Serviço de Saúde – Nível de complexidade III** conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:0F90047F

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 695/2026

PORTARIA N.º 695/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 20468/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ODIVALDO GARBIN** registrado na matrícula n.º 41271 e ocupante do cargo de "Motorista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por exercício de atividades de **Coordenação do Serviço de Saúde – Nível de complexidade III** conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:21240063

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 077/2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 077/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE BALSA NOVA - ACMRBN.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação e renovação do Contrato Administrativo nº 077/2024 pelo período de 10/10/2026 até o dia 09/10/2027 e reajuste de preços tendo como base a variação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente a prestação de serviços de recepção, triagem, beneficiamento e destinação ambientalmente correta de recicláveis dos resíduos sólidos urbanos provenientes do Município de Balsa Nova-PR, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 44.635,08 (quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oito centavos), por todo o objeto contratado aditivado.
Dotação Orçamentária:
09.002.17.512.0013.2101-3.3.90.39.00.00.1000.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 077/2024.
Balsa Nova, 29 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:DCAD0AD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 099/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: COPEL DISTRIBUICAO S.A.
OBJETO: Contratação de serviços para remanejamento do poste para posterior instalação de luminária de iluminação pública pela Prefeitura Municipal de Balsa Nova.
VALOR: Até R$ 33,52 (trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.452.0005.1038-4.4.90.51.00.00.2507.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 29 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:1523D97C

GABINETE DO PREFEITO
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 15/2026 – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 15/2026 – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026

Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 15/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista de classificação definitiva:

DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA. Através dos itens 5 e 8 do edital 15/2026, publica-se o resultado da classificação que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado – PSS – ***Condutor de Veículos da Educação:***

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1°	JAIR STOCO	22142/2026	02/03/1974	5,8
2°	ALDENIS JO DOS REIS	22483/2026	13/05/1984	2,0
3°	MARCELO MOREIRA DO NASCIMENTO	22642/2026	20/11/1985	2,0
4°	ISMAEL RIBEIRO DA SILVA	22803/2026	14/06/1978	0,0
5°	ERIC IVANICHE CORDEIRO	22207/2026	08/06/1994	0,0
6°	KELLEN GOMES PIRES	22397/2026	09/09/1995	0,0

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS AFRODESCENDESTES	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

Balsa Nova, 28 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:EA111FBD

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 15/2026
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 15/2026
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026
Prefeitura do Município de Balsa Nova

CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 15/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**, em conformidade com a Lei Municipal nº 879/2015, e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, convoca os candidatos abaixo relacionados para realização da Prova Prática, no Parque Rodoviário Prefeito Edmundo Bora, localizado na Rua Estanislau Woicik, nº 655 Centro – Balsa Nova, munidos da CNH.

Prova prática dia **06/10/2026 às 08:40 horas:**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO
1°	JAIR STOCO	22142/2026	02/03/1974
2°	ALDENIS JO DOS REIS	22483/2026	13/05/1984
3°	MARCELO MOREIRA DO NASCIMENTO	22642/2026	20/11/1985
4°	ISMAEL RIBEIRO DA SILVA	22803/2026	14/06/1978
5°	ERIC IVANICHE CORDEIRO	22207/2026	08/06/1994
6°	KELLEN GOMES PIRES	22397/2026	09/09/1995

Balsa Nova, 28 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:89BB3987

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 05 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA.

RESOLUÇÃO Nº 05 de 30 de setembro de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Balsa Nova.

Súmula: Dispõe sobre as conclusões acerca do relatório quadrimestral de prestação de contas referente ao 2º quadrimestre/2026 do Fundo Municipal de Saúde de Balsa Nova/PR, e prescreve as providências que enumera.

O Conselho Municipal de Saúde de Balsa Nova, em reunião ordinária na data supracitada, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080 de 19.09.1990 que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), Lei Federal nº 8.142, de 28.12.1990 que dispõe sobre a participação da comunidade no o Sistema Único de Saúde (SUS), Lei Municipal n°.820 de 17.09.2014 e Regimento Interno do CMS;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar relatórios de prestação de contas;

Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o relatório quadrimestral de prestação de contas referente ao 2º quadrimestre/2026 do Fundo Municipal de Saúde de Balsa Nova/PR;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 30 de setembro de 2026

LUIZ CARLOS MILANI
Decreto nº 039/2026
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:F90FD2AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (TRATOR AGRÍCOLA), EM ATENDIMENTO AO PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 036/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB.;

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 218.270,30 (duzentos e dezoito mil, duzentos e setenta reais e trinta centavos);

ENVIO DAS PROPOSTAS: ATÉ DIA 14/10/2026 ÀS 07:59:00;
ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 14/12/2026 ÀS 08:00:00;
DISPUTA: DIA 14/12/2026 ÀS 09:00:00;

RETIRADA DO EDITAL: portal de transparência https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes;
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTOS DOS LANCES: https://bnccompras.com/Home/Login;
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Departamento de Compras e Licitações - Av. Presidente Kennedy 363, centro, Barbosa Ferraz-PR, Fones: (44) 3275-1377 - E-mail: licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br .

BARBOSA FERRAZ –PR, 30 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:FB1AB9CE

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do termo de fomento nº 06/ 2026, decorrente de Dispensa N°22 / 2026 que tem por objeto CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/000150, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Carlos Rosa Alves, e a LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA, inscrita no CNPJ: Nº 06.989.129/000150, com sede no endereço AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA neste ato representada por seu atual presidente o Sr. JOÃO EDER CONEGLIAN, portador do CPF sob n° 517.869.409-06, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente tem por objeto: Aditivo no Projeto de Trabalho 2026, convênio com repasse do recurso destinado para estabelecer a cooperação para o fortalecimento e desenvolvimento de serviços assistenciais a população idosa residentes na instituição de Longa Permanência para idosos, que passará ser de R$ 45.000,00 mensais ao Lar do Idoso Santa Rita de Cassia de Barbosa Ferraz/Pr, conforme aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 014/2026- CMAS**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas do termo de fomento permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

BARBOSA FERRAZ, 01 de setembro de 2026

Lar Dos Idosos Santa Rita de Cássia
CNPJ: 06.989.129/000150
JOÃO EDER CONEGLIAN
Representante Legal

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:55488CA6

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº 52/ 2025, decorrente de Concorrência N°3 / 2025 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOÃO GARCIA VILLAR DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR - TERMO DE ADESÃO 18.881.499-9 – RESOLUÇÃO SESA 257/2022.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Carlos Rosa Alves, e a empresa **JEFERSON FERREIRA ROCHA,** portador do CPF/CNPJ sob nº30.508.001/0001-02, com sede no endereço MARECHAL DEODORO neste ato representada por JEFERSON FERREIRA ROCHA, portador do CPF sob n° 05833923930, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento na Lei no 14133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 90 (noventa) dias, passando a vencer em 08/10/2026, fica tambem prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

BARBOSA FERRAZ, 08 de julho de 2026

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
JEFERSON FERREIRA ROCHA
30.508.001/0001-02

JEFERSON FERREIRA ROCHA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:0B83E851

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 52/ 2026
b) Objeto Homologado:	CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO. EMENDA IMPOSITIVA Nº11/2025 - RESOLUÇÃO 015/2026 – CMAS.

ENTIDADE	CNPJ	VALOR TOTAL
LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA	06.989.129/0001-50	R$ 7.928,60

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50 – PLANO DE TRABALHO - EMENDA IMPOSITIVA Nº11/2025 - RESOLUÇÃO 015/2026 – CMAS.	UNID	1	7.928,60	7.928,60

Barbosa Ferraz, 30 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:F93D3BF2

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 52/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 147/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14.133/21 e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 06.989.129/0001-50, com sede/domicílio na(o) RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR - CEP:86960000.
OBJETO**: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO. EMENDA IMPOSITIVA Nº11/2025 - RESOLUÇÃO 015/2026 – CMAS.**

Pelo **VALOR DE R$ 7.928,60 (SETE MIL, NOVECENTOS E VINTE E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 30/09/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 52/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:647C991F

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 132/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos do Art. 86 § 2º Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** em favor PRIME COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 31.981.078/0001-68, com sede/domicílio na(o) Rua Coronel José Rodrigues Rabelo QD. 61 LT. 12 SALA 03 Galeria Jardim Centro CEP: 75.400-489.
OBJETO**: AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO SCUDO FURGÃO, TIPO AMBULÂNCIA, 0 KM, ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2025, ORIUNDA DO PREGÃO SRP N° 005/2025, GERENCIADA PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO, COM RECURSOS PROVENIENTES DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1983/2025.**

Pelo **VALOR DE R$ 299.750,00 (Duzentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 30/09/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico Por Este Termo

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:68928E66

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA REEDITADA 314/2026

PORTARIA REEDITADA N° 314/2026
De: 28/09/2026.

SÚMULA: "Dispõe sobre a designação da Professor(a) Municipal Patrícia Peres Claudino Maziero para o exercício das funções de Docência em Educação Especial e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a **LEI MUNICIPAL Nº 1.815/2010** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a partir de 24 de agosto de 2026, a professora **PATRICIA PERES CLAUDINO MAZIERO,** portadora do CPF nº 027.XXX.XXX-01, para o exercício das funções de Docência em Educação Especial junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barbosa Ferraz, Paraná, nos termos do comunicado nº 159/2026 da Secretaria Municipal de Educação. Em sua Matricula nº 600539, no período da Manhã.
Artigo 2° - Acresce-se a Título de Gratificação pelo exercício da Docência em Educação Especial o percentual de 30% (trinta por cento), conforme a Lei nº 1.815/2010, Art. 44 inciso II §2º e Lei nº 2.744/2025.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 24/08/2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 28 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:64058709

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 07/2026

RATIFICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2026
Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, torno homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2026, para 02 (duas) inscrições no curso presencial: 2º Encontro Interestadual dos Legislativos Municipais – "O Pós-Eleição e os Desafios do Segundo Biênio do Mandato Parlamentar", em favor da empresa UVEPAR - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná, instalada na Av. Candido de Abreu, 526, Conj 1401, Bairro Centro Cívico, Curitiba/PR, CEP 80530-905, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.511.090/0001-65, pelo valor de R$ 4.780,00 (Quatro mil, setecentos e oitenta reais), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei, tendo em vista o atendimento de todas as condições previstas no ETP. Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Ratificação e Homologação para Inexigibilidade de Licitação 07/2026 no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, 29 de setembro de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente 2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:6C13281C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL CONFORME EDITAL 03/2026

A Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré por meio da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social, em atenção ao cronograma divulga a lista de classificação parcial do Chamamento Público 03/2026, referente ao Programa Frente de Trabalho e Promoção Social aprovada pela Lei Municipal nº 767/2021.

MASCULINO		
POSIÇÃO	**INSCRITO**	**PONTUAÇÃO**
1	JANILDO RIBEIRO DA FONSECA	140
2	CLAUDIOMIR SANTANA	125
3	JOSÉ CARLOS LOPES	105
4	JESSÉ DA COSTA MELLO	95
5	PABLO HENRIQUE LAURO	90

FEMININO		
POSIÇÃO	**INSCRITA**	**PONTUAÇÃO**
1	QUEZIA MIGUEL CALIXTO	140
2	ANDRESSA CARDOSO RIBEIRO DA FONSECA	125
3	KATIA CRISTINA ARAUJO BORTOLINI	120
4	RAFAELA SILVEIRA DOS SANTOS DE JESUS	120
5	ANA MARIA FELICIA DE OLIVEIRA SILVA	120
6	SIMONE CRISTINA SALES	115
7	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	115
8	DAIZA FARIAS DE SOUZA	110
9	VIVIANE DA SILVA FRANCELINO	110
10	LUCIMARA DA SILVA	110
11	MARIA SOCORRO DA SILVA	105
12	THALIA KATIA DE OLIVEIRA	105
13	TAINARA APARECIDA DE SOUZA	100
14	DÉBORA FERREIRA FIDELIS	90
15	EDISLAINE TAMIRES DE SOUZA BEZERRA	90
16	TAMIRES LAIS DOS SANTOS	90

Barra do Jacaré, 30 de setembro de 2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:10EC525D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0143/2026

DECRETO Nº 0143/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

EXONERAR, a pedido

Art.1º: ILANI SEVERO, RG 4.xxx.xxx-4SSP/PR, CPF 971.xxx.xxx-68, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professor.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:9A3FCC7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 126/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA
Valor.....: R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)
Vigência...: Início: 30/09/2026 Término: 29/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR53/2026
Recursos...: Dotação: 313 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE PROGRAMA DE INFORMÁTICA (SOFTWARES), POR PRAZO DETERMINADO, ABRANGENDO INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:BABC5994

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 127/2026

Contrato Nº: 127/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

Contratada.: ALMAJ COMERCIAL LTDA
Valor.....: R$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais)
Vigência...: Início: 30/09/2026 Término: 29/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR65/2026
Recursos...: Dotação: 509 - 1 . 5001 . 20 . 605 . 7 . 1.9 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
470 - 1 . 5001 . 20 . 605 . 7 . 1.9 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
88 - 1 . 5001 . 22 . 661 . 13 . 2.65 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
73 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.7 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
9 - 1 . 5001 . 20 . 605 . 7 . 1.9 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
8 - 1 . 5001 . 20 . 605 . 7 . 1.9 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO TIPO PICK-UP NOVA, ZERO KM, DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:C7E3B7DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 128/2026

Contrato Nº: 128/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: GENTE SEGURADORA SA
Valor.....: R$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais)
Vigência...: Início: 30/09/2026 Término: 29/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR60/2026
Recursos...: Dotação: 328 - 1 . 9004 . 8 . 241 . 6 . 2.51 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
291 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
267 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
268 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
233 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
234 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
77 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
51 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:8E0B52FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 129/2026

Contrato Nº: 129/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Valor.....: R$ 7.160,00 (sete mil e cento e sessenta reais)
Vigência...: Início: 30/09/2026 Término: 29/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR60/2026
Recursos...: Dotação: 328 - 1 . 9004 . 8 . 241 . 6 . 2.51 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
291 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
267 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
268 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
233 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
234 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
77 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
51 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:DAC587B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR53/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 30/09/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE PROGRAMA DE INFORMÁTICA (SOFTWARES), POR PRAZO DETERMINADO, ABRANGENDO INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

1656 - IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA (05.982.200/0001-00)

TOTAL GERAL: R$ 41.000,00

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:5647E62E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR59/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 30/09/2026
d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM O KIT DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, CONFORME PREVISTO EM LEI MUNICIPAL Nº 611/2022 - RESOLUÇÃO 07/2025 – CMAS
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

4418 - SUPERMERCADO LINK LTDA (01.946.439/0001-74)

TOTAL GERAL: R$ 15.998,40

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:1C81F1C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR65/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 30/09/2026
d) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO TIPO PICK-UP NOVA, ZERO KM, DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5886 - ALMAJ COMERCIAL LTDA (64.076.816/0001-81)

TOTAL GERAL: R$ 104.200,00

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:F70CF57E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR60/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 30/09/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

2777 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (61.198.164/0001-60)

1486 - GENTE SEGURADORA SA (90.180.605/0001-02)

TOTAL GERAL: R$ 23.560,00
Bela Vista da Caroba, 30/09/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:5F5B9B93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 444/2026
CONSIDERANDO os elementos constantes no presente processo administrativo, devidamente instruído, no qual restou justificada a necessidade da contratação, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica da contratada para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021;
AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 37/2026, conforme as condições e especificações constantes abaixo:

Objeto a ser contratado:	INSCRIÇÃO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA: "ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS)".
Contratado:	**IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA CNPJ: 32.651.451/0001-85**
Prazo de Vigência:	03 (três) meses
Valor Total:	R$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais).
Fundamento Legal:	Art. 74, Inc. III, f, da Lei 14.133/2021

Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação e a publicação do respectivo ato.
Boa Ventura de São Roque

Datado e Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:A4C4730D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público nova data de abertura no dia 16 de outubro de 2026 às 08h00min (horário

de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS FRUTIFERAS, FLORES ORNAMENTAIS, ADUBO E LIMITADOR DE JARDIM. A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por ITEM/LOTE).
Valor total: R$ 85.585,26 (oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos).
Entrega das propostas e documentações: até o dia 16 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília.
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 30 de setembro de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:D2C4B1B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 50/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 50/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL NESTOR KENEAR, TORNA PUBLICO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2025.

CONVOCAÇÃO:
Convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2025 para comparecer em cinco dias úteis de, 01 de outubro de 2026 até o dia 07 de outubro de 2026, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas, no setor de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Moises Miranda nº422, Centro de Boa Ventura de São Roque – PR, munido da documentação exigida no Anexo II, para confirmar a aceitar a vaga.
Ressalta-se que cada candidato convocado deverá atentar-se ao local para o qual foi convocado, conforme consta no respectivo Anexo de Lotação.

ANEXO I – LOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES:
CARGO: PROFESSOR - ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOÃO PESSOA.
LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOÃO PESSOA

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
VANESSA APARECIDA BENTO	016.703.588-00	95,50	03º	**Ampla**

Revogada as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 30 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

ANEXO II
DOCUMENTOS PARA A NOMEAÇÃO:
Os documentos deverão ser autenticados em Tabelionato de Notas, ou poderão ser apresentados sem autenticação desde que apresentado juntamente ao original, e conferidos pelo servidor que recepcionar a documentação, onde fará o carimbo de conferência com o documento original.

DOCUMENTAÇÃO:
Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
CPF e fotocópia;
Fotocópia da carteira profissional, e certidão de regularidade junto ao órgão de registro de classe;
Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
Comprovante de escolaridade exigida para nomeação no cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado do cartão da criança (até 06 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal, em todos os Estados do Brasil onde o candidato já tenha residido.
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
Conta Bancaria, sendo Banco do Brasil ou Cresol.
Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO. O candidato será encaminhado para o Médico do Trabalho credenciado da Prefeitura para realizar os exames conforme item 19.7 do edital de abertura;
Para cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de endereço do período de inscrições.
OBSERVAÇÃO: O candidato convocação, assinará o termo de posse, e nomeado através de decreto assinado pelo perfeito e publicado em Diário oficial, após a entrega dos documentos, e apto no exame admissional.

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO PRIVADO:
Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro, para os devidos fins, que os bens e valores que compõem o meu patrimônio privado são os seguintes:
BENS MÓVEIS: _____

BENS IMÓVEIS: _____

VALORES QUE COMPÕEM SEU PATRIMÔNIO PRIVADO:
_____
Declaro ainda que as informações acima são verdadeiras e refletem o estado atual dos meus bens e valores. Estou ciente de que a omissão ou falsificação de informações pode acarretar responsabilidades legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE DESVINCULAÇÃO, PARA O CANDIDATO QUE EXERCE CARGO, OU FUNÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, OU MUNICIPAL, CONFORME PREVÊ EM OS INCISOS XVI E XVII, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Publico Nº 01/2025, que não ocupo outro cargo publico, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal de 88.
Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROVENTO DECORRENTE DE APOSENTADORIA E PENSÃO:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____,
declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Publico Nº 01/2025, que _____ beneficiário (a) de proventos decorrentes de aposentadoria e/ou pensão, conforme informações abaixo:

APOSENTADORIA: _____

PENSÃO: _____

Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____,
declaro, por meio deste, minha **desistência formal da vaga** para o cargo de _____, ciente de que, com a desistência, a vaga será disponibilizada para o próximo candidato (a) classificado (a).
Esclareço que, por motivos pessoais/ profissionais, não poderei assumir o cargo no prazo estabelecido, motivo pelo qual, de forma livre e consciente, formalizo minha desistência da referida vaga para qual foi convocado (a).

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A17115A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº320/2026

PORTARIA Nº320/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Zenilda Maria Bianki matricula Nº 918-1 nomeada através do decreto 089/2012 para exercer o Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 10 (dez) dias de férias relativas ao período de 14/06/2025 à 13/08/2026 que serão fruídos de 03/09/2026 a 12/09/2026 com retorno ao trabalho dia 05/010/2026. E adicional de 1/3 (um terço) da remuneração referente ao mesmo período, conforme art. 109 da Lei 832/2015. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:6ACAAC3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE ALUGUEL SOCIAL Nº 23/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL N° 23/2026
LEI Nº 546/2021 (BENEFÍCIO SOCIAL AUXÍLIO MORADIA)

CONTRATANTE: Município De Boa Vista Da Aparecida / PR.

CONTRATADA: Izaias Pereira dos Santos

BENEFICIÁRIO: Loreni do Carmo Ribeiro de Deus

OBJETO: locação de uma casa residencial localizada na Rua Eunice Tolentino n° 647, na Cidade de Boa Vista da Aparecida/PR, com suas benfeitorias e instalações, para atender as finalidades sociais previstas na Lei Municipal nº 546/2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) mensais.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses, com vigência no período de 25/09/2026 a 24/03/2027.

FISCAL DO CONTRATO: Sra. Rosangela Ghedin Berti

Boa Vista da Aparecida – PR, em 25 setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:21B875E8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 100/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: BELLO COMÉRCIO ONLINE LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.955,40 (quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:04C2ED31

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: BELMICRO TECNOLOGIA S/A.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 35.957,80 (trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A6E0BFC7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 102/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 102/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CELI PRODUTOS DE ACO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:FF8D18A9

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 103/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 103/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CROMUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.400,45 (dois mil e quatrocentos reais e quarenta e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:6F6D96AB

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: DAC MOVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS,

EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 42.070,00 (quarenta e dois mil e setenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:76D59BA1

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 105/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 105/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ELETRO MECÂNICA MARIELI LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 614,85 (seiscentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:D522FC63

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 106/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 106/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ELETROWAY LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 21.360,00 (vinte e um mil, trezentos e sessenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:51D35326

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 30.102,76 (trinta mil, cento e dois reais e setenta e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F73AAF3E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 108/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 108/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FRANCIELI HAIDUK RIGO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 33.024,33 (trinta e três mil e vinte e quatro reais e trinta e três centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:E5C93143

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: GORGES E GORGES PRODUTOS E SERVICOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.796,00 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A02AF655

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 110/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 110/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: GUILHERME XAVIER PIVA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 45.050,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F85A6C13

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 111/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 111/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: INSUMATEK TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 12.539,70 (doze mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:C1214AC3

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 112/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 112/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: JM COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 14.980,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:2C667427

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 113/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 113/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: LEAL EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:45A3B93F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: LR SOLUCOES EM COMERCIOS E SERVICOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.155,00 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A85FA93A

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 115/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 115/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: METTA DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 12.384,90 (doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.
.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:2AF4985D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: MÓVEIS MAAS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO

ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 56.371,67 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:493BF6AA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 117/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 117/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: OFFICER X MOVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:5AFE975A

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 118/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 118/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: PRIMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 9.080,00 (nove mil e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:C2AEBD04

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 119/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 119/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 10.499,95 (dez mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:2BE838DC

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 120/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 120/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: S & K INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 20.212,62 (vinte mil, duzentos e doze reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:7447D64D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 121/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 121/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: TS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:15F6E435

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 122/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 122/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: VERTICE COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PLÁSTICOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.230,00 (quatro mil, duzentos e trinta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:FA756980

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ZANATTA DECORAÇÕES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 26.742,70 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:D3AB6973

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 96/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 96/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 65.296.677 IZABELA WEBER MORESCHI.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 125.273,54 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:CF3321C0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 97/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 97/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ALFA LICITACOES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:EF8D8434

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 98/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 98/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ALFA VERTICE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:B152550F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 99/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 99/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, AUDIOVISUAIS E DE SONORIZAÇÃO, UTENSÍLIOS, COLCHÕES, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 13.000,00 (treze mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **30 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:99BFB422

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 07/2026

Eu, Carlos Rodrigo Israel, inscrito no CPF/MF sob nº 049.XXX.029-XX, Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a DISPENSA nº 07/2026 e autorizo a despesa em favor da empresa PREVENT ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM SST LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.763.453/0001-70, no valor total de R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais), referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – SST, COMPREENDENDO PGR, PCMSO, LTCAT, ASSESSORIA NOS EVENTOS DE SST DO ESOCIAL E

AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, de acordo com o Parecer Jurídico e demais documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 30 de setembro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:986D73F6

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 01-2026

O Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores, nos termos do Parecer Jurídico e dos trabalhos conclusivos do Agente de Contratação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	1/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	30/09/2026
Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) PALAIS DECORACOES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 42.668.579/0001-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.695,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais).
2) AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 61.908.002/0001-78 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.611,54 (três mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos).
3) NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 45.471.842/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 761,65 (setecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos).
4) ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 14.323.297/0001-30 no valor total dos itens vencidos de R$ 621,00 (seiscentos e vinte e um reais).
5) 65.943.307 VANESSA TAIS PEREIRA inscrito no CNPJ/CPF Nº 65.943.307/0001-71 no valor total dos itens vencidos de R$ 80,31 (oitenta reais e trinta e um centavos).

Bocaiúva do Sul, 30 de setembro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:43C65DE3

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 773/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 773/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 4º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** no valor de **R$ 15.766,79 (Quinze mil, setecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos)** com a seguinte especificação:

	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
F826	06.001.04.122.0004.2.006 – Manutenção, Zeladoria e Serviços Gerais		
967	3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R$	256,14
	TOTAL	**R$**	**256,14**
	12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
F821	12.004.08.244.0008.2.068 – Atividade do CRAS		
972	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	10.000,00
	TOTAL	**R$**	**10.000,00**
	14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV URBANOS		
F820	14.001.26.782.0029.2.045 – Encargos com a Secretaria Municipal de Obras		
968	3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R$	291,68
F822	14.001.26.782.0029.2.045 – Encargos com a Secretaria Municipal de Obras		
969	3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R$	3.600,04
F824	14.001.26.782.0029.2.045 – Encargos com a Secretaria Municipal de Obras		
970	3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R$	1.563,01
	TOTAL	**R$**	**5.454,73**
	17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
F827	17.001.13.392.0020.2.096 – Encargos com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
971	3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R$	55,92
	TOTAL	**R$**	**55,92**
	TOTAL GERAL	**R$**	**15.766,79**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.

Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.

Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:3FFF993C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 798/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bocaiúva do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme disposto no art. 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO as metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, que estabelece diretrizes e ações destinadas à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada e à recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território Estadual do Paraná e o regime de colaboração entre Estado e Municípios;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a articulação das ações voltadas à alfabetização na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino;
DECRETA:
Art. 1. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Bocaiúva do Sul, instância colegiada de caráter consultivo, deliberativo, propositivo e de acompanhamento, destinada a fortalecer a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com a Política de Alfabetização do Estado do Paraná.
Art. 2. São objetivos do Comitê Estratégico Municipal:
I – Acompanhar e apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – Promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais segmentos envolvidos na política de alfabetização;
III – Acompanhar a execução das ações previstas no Plano Municipal de Alfabetização;
IV – Monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à aprendizagem;
V – Analisar resultados de avaliações diagnósticas, formativas, de fluência leitora e avaliações externas;
VI – Propor estratégias e ações pedagógicas voltadas à melhoria da aprendizagem;
VII – Acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VIII – Fortalecer a gestão educacional baseada em evidências;
IX – Promover a cultura de acompanhamento sistemático dos resultados educacionais;
X – Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
XI – Apoiar a tomada de decisões destinadas à garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças.
Art. 3. Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – Elaborar seu Plano Anual de Trabalho;
II – Estabelecer metas, estratégias e indicadores para acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
III – Acompanhar a execução das ações pedagógicas relacionadas à alfabetização;
IV – Analisar dados provenientes das avaliações diagnósticas, avaliações de fluência leitora, avaliações internas e externas;
V – Identificar desafios e necessidades de intervenção pedagógica;
VI – Propor ações de recomposição das aprendizagens e de fortalecimento da alfabetização;
VII – Acompanhar a implementação das ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VIII – Promover reuniões periódicas para análise dos resultados e avaliação das ações desenvolvidas;
IX – Acompanhar a execução das estratégias de apoio às unidades escolares;
X – Emitir recomendações e proposições à Secretaria Municipal de Educação;
XI – Promover a articulação entre os diferentes segmentos envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização;
XII – Acompanhar e registrar os encaminhamentos decorrentes das reuniões e das ações de monitoramento.
Art. 4. O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I – Secretário Municipal de Educação;
II – Coordenação Geral/Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – Coordenação do Ensino Fundamental;
IV – Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação;
V – Representantes dos diretores das escolas municipais;
VI – Representantes dos coordenadores pedagógicos das unidades escolares;
VII – Representantes dos professores alfabetizadores;
VIII – Representante do Conselho Municipal de Educação;
IX – Outros representantes de segmentos educacionais, quando considerados necessários ao desenvolvimento das ações do Comitê.
§ 1º Os representantes dos segmentos previstos neste artigo serão indicados pelos respectivos órgãos ou segmentos e formalmente designados por ato próprio.
§ 2º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional aos seus membros.
Art. 5. A presidência do Comitê Estratégico Municipal será exercida pelo Secretário Municipal de Educação, a quem compete:
I – Convocar e presidir as reuniões;
II – Coordenar os trabalhos do Comitê;
III – Assegurar o cumprimento das finalidades e atribuições estabelecidas neste Decreto;
IV – Encaminhar as deliberações e recomendações do Comitê aos setores competentes;
V – Representar o Comitê perante os órgãos e instituições quando necessário.
Parágrafo único. O Presidente poderá designar representante para substituí-lo em reuniões ou atividades específicas, quando necessário.
Art. 6. Os membros do Comitê Estratégico Municipal serão designados por Portaria específica do Secretário Municipal de Educação, contendo a relação dos representantes titulares e, quando houver, respectivos suplentes.
Art. 7. O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada três meses, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou, quando necessário, por meio de recursos tecnológicos disponíveis.
§ 2º As deliberações e encaminhamentos serão registrados em ata.
Art. 8. As reuniões do Comitê deverão resultar, quando pertinente, em encaminhamentos, recomendações, propostas de intervenção e ações de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. Os encaminhamentos definidos pelo Comitê deverão indicar, sempre que possível, responsáveis, prazos e estratégias de acompanhamento.
Art. 9. A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, pedagógico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Estratégico Municipal.
Art. 10. O Comitê poderá solicitar informações, dados e documentos necessários ao acompanhamento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização, observadas as normas legais aplicáveis à proteção de dados e às informações de caráter restrito.
Art. 11. O Comitê Estratégico Municipal poderá promover articulações e parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino, conselhos, organizações e demais entidades que possam contribuir

para o fortalecimento das ações de alfabetização, observadas as competências legais de cada instituição.
Art. 12. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 30 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

CESAR MANUEL ESPÍNDOLA
Secretário Municipal de Educação
Município de Bocaiúva do Sul – Paraná

Publicado por:
Gabriela Oliveira Falcade
Código Identificador:FB02196E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 52/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO Nº 98/2026

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KITS NATALINOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR.**

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: **R$ 144.564,00 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais).**
Emissão: 30/09/2026
A sessão de julgamento eletrônico da licitação será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia **16 de outubro de 2026**, às **08:30 horas** e será conduzido pelo Agente de contratação, designados nos autos do processo em epígrafe.
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO NO PORTAL: ***20/2026*** *- UASG:* **987459**
O **Edital e seus Anexos** estarão disponíveis aos interessados no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura, e através da Internet pelos endereços eletrônicos: Portal de Compras Governamentais no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br, Portal de Transparência, no endereço eletrônico: https://bocaiuva.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e sitio da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul no endereço eletrônico: https://bocaiuvadosul.pr.gov.br/licitacao/.
As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações: E-mail: licitacaobocaiuvadosul@gmail.com, Telefones: (41) 92003-9870, Endereço: Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, Bairro Centro, Bocaiúva do Sul – PR.

ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:DBC44E8D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 20/2026

Eu MOACIR DE JESUS, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.304.239-XX, nomeado pelo Decreto nº 715/2026 no Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Dispensa nº 20/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.734.903/0003-07, no valor total de R$ 5.532,01(cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e um centavo), referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS À REALIZAÇÃO DAS REVISÕES PERIÓDICAS EM GARANTIA DA RETROESCAVADEIRA LIUGONG 764A E DO ROLO COMPACTADOR LIUGONG LGJ 6612, INCLUINDO O FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS, COMPONENTES, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, de acordo com Parecer da Procuradoria Jurídica deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 30 de setembro de 2026.

MOACIR DE JESUS
Secretario Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:2DDCB396

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº21/2026

Eu MOACIR DE JESUS, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.304.239-XX, nomeado pelo Decreto nº 715/2026 no Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Dispensa nº 21/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de NORDICA VEICULOS S/A, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.997.187/0001-74, no valor total de R$ 3.318,00(três mil, trezentos e dezoito reais), referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS À REALIZAÇÃO DAS REVISÕES PERIÓDICAS EM GARANTIA DOS CAMINHÕES VOLVO 2908X4 PLACAS UBP5H48 E UCA8BD28, INCLUINDO O FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS, COMPONENTES, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, de acordo com Parecer da Procuradoria Jurídica deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 30 de setembro de 2026.

MOACIR DE JESUS
Secretário Municipal de Obras e Viação e Serviços Urbanos

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:C6AEBB64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°40-2026

TERMO DE ADITIVO

1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 40/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR E FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA – CONCORRÊNCIA No 1/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Paulo, no 185, em Bom Jesus do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Hélio José Surdi, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 4.176.318-3 e inscrito no CPF/MF no 757.804.379-04, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, CNPJ/MF sob o no 80.372.808/0001-39, localizada na Rua Jorge Sanwais, no 5549, bairro Guarapuava, em Foz do Iguaçu/PR, representada por FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES, portador da cédula de identidade R.G. no 10.862.818-9 SSP/PR, inscrito no CPF sob no 081.196.109-54, residente no municipio de Foz do Iguaçu/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
O prazo de execução contratual originalmente estabelecido compreendia o período de **31/03/2026 a 27/09/2026**.

Pelo presente Termo Aditivo, com fundamento no art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e nas justificativas técnicas constantes no processo administrativo, fica prorrogado o prazo de execução contratual pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, passando seu termo final para **26/03/2027**, com a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Sul/PR, 30 de Setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
Contratante

FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Contratada

MARCELO JOSE RIGHES
Fiscal De Contrato

TESTEMUNHAS:

ALCIONE MAZZOCATO	**VILSON ROBERTO DOS SANTOS**

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F7088C73

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 6 DO CONTRATO N° 52-2023

TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo do Contrato N°52/2023, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **ADÃO NERI MENDONÇA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº11.387.449/0001-70, com sede NA Linha XV de Novembro, interior, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. ADÃO NERI MENDONÇA, portador da Cédula de Identidade nº2.525.781 e do CPF nº 757.808.289-20, residente e domiciliado na Linha XV de Novembro cidade de Bom Jesus do Sul - Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 30 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato no montante de **R$ 165.455,73 (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos)**, de acordo com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Bom Jesus do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

ADÃO NERI MENDONÇA
- Contratada-

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
- Secretária Municipal de Educação e Cultura-

TESTEMUNHAS:

ALCIONE MAZZOCATO

JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7D469097

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6018 /2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Joice Fernandes Pereira Schmidt	857	Auxiliar de Educação Infantil – Em Extinção	5,00	02/04/2025 a 01/04/2026	07/10/2026 a 11/10/2026
Geni Ribeiro	366	Agente Comunitário de Saúde	10,00	07/07/2025 a 06/07/2026	19/10/2026 a 28/10/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 30 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:36C46C33

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DL32/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº32/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação do **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E**

PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ- SEBRAE - PR, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.110.585/0001-00, com sede à Rua Caeté, nº 150, Prado Velho, na cidade de Curitiba – PR, objetivando a contratação de instituição visando a participação do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul – PR na Imersão Técnica Internacional 2026 – Rede de Secretários / Programa Cidade Empreendedora, compreendendo a programação técnica e institucional prevista na proposta apresentada, com atividades de capacitação, visitas técnicas, intercâmbio de experiências e demais serviços necessários à execução da imersão, com fundamento no Parecer Jurídico do Procurador do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais)**, em favor do **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ-SEBRAE - PR**, cujo pagamento far-se-á em parcela única, mediante emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 30 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E4CB4334

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 501, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia os membros da Comissão de Verificação.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR os membros da Comissão de Verificação, nos termos do art. 11 da Lei Municipal nº 1.246, de 25 de maio de 2016, e do art. 11 da Lei Municipal nº 1.415, de 29 de novembro de 2018, composta por 05 (cinco) membros, sendo 04 (quatro) representantes dos Departamentos do Município e 01 (um) representante da Associação Comercial de Bom Sucesso do Sul – ACEBSS:
Jean Lucas Esquivel Santos – Servidor do quadro efetivo no cargo de Engenheiro Civil, matrícula nº 783-8/1;
Fernanda de Ramos – Assessora do Departamento de Indústria e Comércio, matrícula nº 753-6/2;
Rafael Soeiro de Moraes – Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, matrícula nº 513-4/2;
Clovis Storostz Kredens – Servidor do quadro efetivo, ocupante do cargo de Pedreiro, matrícula nº 639-2;
Luis Eduardo Pilonetto – Representante da Associação Comercial de Bom Sucesso do Sul - ACEBSS;

Art. 2º Compete à Comissão de Verificação realizar verificação in loco destinada a apurar o integral cumprimento das obrigações, condições e demais exigências estabelecidas na Lei Municipal nº 1.246, de 25 de maio de 2016, e na Lei Municipal nº 1.415, de 29 de novembro de 2018, especialmente aquelas previstas no art. 5º da Lei nº 1.246/2016 e no art. 2º da Lei nº 1.415/2018.
§ 1º A Comissão deverá emitir relatório conclusivo sobre o cumprimento das condições previstas nas respectivas leis, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação desta Portaria, nos termos do art. 11 das Leis Municipais nº 1.246/2016 e nº 1.415/2018.
§ 2º Constatada irregularidade sanável, a Comissão deverá consigná-la no relatório para adoção das providências previstas nas respectivas legislações.

Art. 3º Os membros da Comissão exercerão as atribuições enumeradas de forma gratuita e sem prejuízo das funções normais do cargo ocupado na Administração Municipal.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:41D627C4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO P.E 42.2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
GABINETE DA PREGOEIRA E AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA DA PREGOEIRA
APRECIAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	Nº 95/2026
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026 (COMPRASNET Nº 11/2026 - UASG 989979)
MODALIDADE / TIPO:	PREGÃO ELETRÔNICO / MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 60 notebooks novos destinados aos professores da Rede Municipal de Ensino.
ITEM CONTROVERSO:	ITEM 01 (60 Unidades de Notebook)
RECORRENTE:	DATEN TECNOLOGIA LTDA. (CNPJ nº 04.602.789/0001-01)
RECORRIDA / ARREMATANTE:	R2T TECNOLOGIA LTDA.
AUTORIDADE DECISORA:	Pregoeira e Agente de Contratação (Portaria Municipal nº 159/2026)

I. DO RELATÓRIO E HISTÓRICO PROCEDIMENTAL
Trata-se de apreciação de **Recurso Administrativo** interposto tempestivamente pela licitante **DATEN TECNOLOGIA LTDA.** contra o ato decisório desta Pregoeira que declarou vencedora da etapa competitiva e habilitada para o Item 01 do Pregão Eletrônico nº 42/2026 a empresa **R2T TECNOLOGIA LTDA.**, pelo valor unitário de R$ 6.310,33, perfazendo o montante global de R$ 378.619,80 para o lote de 60 notebooks destinados ao fomento da Rede Municipal de Ensino.
O procedimento licitatório tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de computadores portáteis (notebooks) corporativos de alto desempenho, com especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital). Finalizada a fase de lances, a empresa R2T TECNOLOGIA LTDA. sagrou-se arrematante do Item 01 por ofertar o menor valor por item.
Analisada a proposta comercial preliminar e diante da necessidade de verificação pormenorizada da compatibilidade técnica do bem ofertado (modelo VAIO FE16 AMD), esta Pregoeira, no estrito uso das atribuições legais conferidas pelos artigos 59, § 2º, e 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c os artigos 40 e 41 da IN SEGES/ME nº 73/2022 e itens 10.2.1, 10.2.2 e 32.4 do Edital convocatório, **instaurou diligência saneadora** para que a arrematante apresentasse documentação técnica complementar oficial do fabricante.
Em resposta à diligência, a empresa R2T apresentou tempestivamente em 16/09/2026 a Ficha Técnica Oficial da linha VAIO FE16 e a **Declaração Oficial nº 518_2026**, emitida e assinada digitalmente pela fabricante Positivo Tecnologia S.A. em 15/09/2026. O referido documento formal identificou expressamente o Município de Bom Sucesso do Sul/PR, o Pregão Eletrônico nº 42/2026 (UASG 989979), a quantidade de 60 unidades do Notebook VAIO FE16, atestando a condição da R2T como revendedora autorizada, a disponibilidade da plataforma com sistema operacional Windows 11 Pro 64 bits e a viabilidade de contratação de garantia estendida de até 60 meses no ato do faturamento corporativo.
Com base no acervo probatório regularmente instruído, esta Pregoeira aceitou a proposta comercial da R2T e adjudicou a declaração de vencedora. Irresignada, a licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA.

registrou intenção de recorrer em sessão pública e protocolou suas razões recursais em 24/09/2026. Intimada na forma do item 13.1.3 do Edital, a recorrida R2T TECNOLOGIA LTDA. apresentou suas contrarrazões tempestivas em 25/09/2026, pugnando pela manutenção integral da decisão.

II. DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

O recurso administrativo preenche os requisitos formais de admissibilidade estatuídos no artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Capítulo XIII do Instrumento Convocatório. Registra-se a tempestividade da insurgência, a legitimidade da recorrente enquanto participante do certame e o devido interesse recursal. Da mesma forma, as contrarrazões apresentadas pela arrematante cumprem os parâmetros legais e regimentais. Portanto, **CONHEÇO** de ambas as peças e passo ao exame do mérito.

III. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES

1. Do Recurso Administrativo da DATEN TECNOLOGIA LTDA.:

A recorrente sustenta, em síntese, que a proposta da R2T padece de vício insanável e deveria ter sido desclassificada de plano, alicerçando-se nas seguintes teses:

a) Omissão do part number e ausência de documento oficial do fabricante na proposta inicial;

b) Incompatibilidade de Sistema Operacional, alegando que o modelo VAIO FE16 (código/EAN 3344395 / part number VJFE69F11X-B0711H) é comercializado no canal de varejo com Linux Debian 12, e que a instalação avulsa do Windows 11 Pro acarretaria perda da imagem de recuperação em caso de manutenção técnica;

c) Incompatibilidade de Garantia, afirmando que o modelo de varejo conta com apenas 12 meses de garantia padrão, descumprindo a exigência de 36 meses estipulada no Termo de Referência;

d) Ilegalidade da Diligência, sustentando que a apresentação de documentos pós-disputa violou o princípio da vinculação ao edital e configurou juntada vedada de documento novo (art. 64 da NLLC).

2. Das Contrarrazões da R2T TECNOLOGIA LTDA.:

A recorrida refuta integralmente os argumentos recursais, assinalando que:

a) A diligência instaurada pela Administração é instrumento legal e legítimo respaldado pela Lei nº 14.133/2021 (arts. 59 e 64), IN SEGES/ME nº 73/2022 e pacífica jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.211/2021, 2.443/2021 e 641/2025-Plenário);

b) A recorrente confunde anúncio de canal comercial de varejo (B2C) com o fornecimento corporativo/governamental (B2G/OEM), sendo que a ficha técnica oficial do fabricante comprova que a plataforma VAIO FE16 comporta nativamente o Windows 11 Pro 64 bits;

c) A garantia padrão de fábrica de 12 meses não se confunde com a garantia contratada de 36 meses, tendo a fabricante Positivo Tecnologia S.A. declarado expressamente a disponibilidade de garantia estendida corporativa de até 60 meses;

d) Não houve alteração do objeto, marca, modelo ou preço, caracterizando legítimo saneamento de condição material preexistente.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA E ANÁLISE TÉCNICA

1. Da Legalidade da Diligência Saneadora e do Formalismo Moderado

A controvérsia reside na delimitação entre o vício insanável (que impõe a desclassificação) e a falha formal sanável mediante diligência. A Lei Federal nº 14.133/2021 consagrou expressamente o **Princípio do Saneamento e do Formalismo Moderado**, orientando a atuação do agente público no sentido de aproveitar as propostas mais vantajosas ao erário sempre que a conformidade técnica puder ser demonstrada sem alteração da essência da oferta.

O artigo 64, caput e § 1º, da NLLC estabelece que a comissão ou pregoeiro poderá promover diligências destinadas a complementar informações ou sanar falhas que não alterem a substância das propostas. No mesmo tom, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, em seu artigo 41, e o próprio Edital do certame (itens 10.2.1, 10.2.2 e 32.4) autorizam expressamente a realização de diligência para juntada posterior de documentos complementares.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** é uníssona ao rechaçar o formalismo exagerado que atenta contra a competitividade e a busca da proposta mais vantajosa:

"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021, não alcança documento ausente destinado a comprovar condição atendida pelo licitante quando da apresentação da proposta, desde que não resulte em alteração substancial do objeto ou do preço."

(TCU, Acórdão nº 1.211/2021-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues)

"É irregular a desclassificação de proposta por vício sanável mediante diligência, devendo o agente de contratação adotar medidas para o aproveitamento de proposta mais vantajosa que atenda materialmente aos requisitos do edital."

(TCU, Acórdão nº 641/2025-Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia)

No caso sob análise, a diligência promovida por esta Pregoeira não alterou a marca (VAIO), o modelo (FE16 AMD), a licitante (R2T) ou o preço ofertado (R$ 6.310,33). Os documentos juntados em sede de diligência — emitida diretamente pelo fabricante Positivo Tecnologia S.A. — preexistem no plano fatídico da capacidade de fabricação e visaram unicamente comprovar a higidez e a conformidade da solução já cotada na sessão do pregão.

2. Da Distinção entre SKU de Varejo e Plataforma Corporativa (Windows 11 Pro)

O argumento da recorrente DATEN apoia-se em um equívoco de premissa comercial: tomar as especificações de um SKU comercializado em sites de varejo eletrônico (B2C) como limite intransponível da capacidade fabril e corporativa do fabricante (B2G/OEM).

Conforme demonstrado pela Ficha Técnica Oficial do fabricante acostada aos autos, a plataforma VAIO FE16 é projetada de forma modular, admitindo em sua linha de montagem diferentes opções de sistema operacional, dentre as quais figura expressamente o **Windows 11 Pro (64 bits) em português do Brasil**. O fato de existir um anúncio comercial na internet de um modelo VAIO FE16 pré-equipado com Linux Debian para o consumidor final não significa que o fabricante esteja impossibilitado de produzir e fornecer o mesmo chassis com Windows 11 Pro de fábrica em lote corporativo para a Administração Pública.

A vinculação da contratada ao edital é absoluta: no momento da entrega do lote de 60 notebooks, os equipamentos deverão ser obrigatoriamente entregues com o sistema Windows 11 Pro 64 bits original, ativado e definitivamente licenciado para o bem, acompanhado de mídia/recurso eletrônico de recuperação, conforme exigido no item 5 do Termo de Referência e na Resposta ao Questionamento nº 02 do certame. Caso haja divergência no recebimento, o Município aplicará com rigor as sanções de recusa do objeto e penalidades contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

3. Da Compatibilidade da Garantia Estendida de 36 Meses

Do mesmo modo, improcede a alegação de que o equipamento ofertado possui garantia restrita a 12 meses. A recorrente confunde a garantia padrão básica de balcão (disponibilizada no comércio varejista) com a cobertura de garantia estendida corporativa contratável diretamente do fabricante.

A Declaração Oficial nº 518_2026, firmada digitalmente pela Positivo Tecnologia S.A. e emitida especificamente para este Pregão nº 42/2026, atesta categoricamente que a fabricante disponibiliza modalidades adicionais de garantia corporativa que chegam a **60 (sessenta) meses**. A arrematante R2T assumiu formal e expressamente a obrigação de fornecer os 60 computadores com a garantia total de **36 (trinta e seis) meses**, prestada por rede de assistência técnica autorizada em território nacional, sem qualquer ônus suplementar ao Município.

V. DA CONCLUSÃO E DISPOSITIVO DECISÓRIO

Diante de todo o exposto, constata-se que a decisão que aceitou a proposta da empresa R2T TECNOLOGIA LTDA. pautou-se na estrita observância da legalidade, da eficiência, da busca da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado, não havendo qualquer vício capaz de macular o certame.

Desclassificar a proposta de menor preço — que teve a conformidade de suas especificações técnicas (Windows 11 Pro e Garantia de 36 meses) categoricamente chancelada pelo próprio fabricante mediante documento oficial e individualizado — equivaleria a impor ao Município de Bom Sucesso do Sul um prejuízo financeiro injustificável e uma afronta ao interesse público.

Por tais razões, esta Pregoeira e Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

1. CONHECE do Recurso Administrativo interposto por DATEN TECNOLOGIA LTDA., por tempestivo e cabível, e, no mérito, **NEGA-LHE PROVIMENTO**;
2. RATIFICA A CLASSIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO da proposta comercial da empresa **R2T TECNOLOGIA LTDA.** para o Item 01 do Pregão Eletrônico nº 42/2026, pelo valor global de R$ 378.619,80;
3. SUBMETE a presente Decisão à consideração do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **MAICO DIOGO FAVERSANI**, nos termos do artigo 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e cláusula 13.3 do Edital, para fins de reapreciação e posterior homologação do procedimento licitatório.

Bom Sucesso do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

Pregoeira E Agente De Contratação
Portaria Municipal nº 159/2026
Município de Bom Sucesso do Sul - PR

RAFAELA CLERIS ALVES CORDEIRO
Apoio

VALENTINA R. MARINHUK
Apoio

YONARA BEATRIZ DE ARAUJO PENSO
Apoio

FABIANA MAGÁLI NOVADSKI
Apoio

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:31E3DE6A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº02
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2025
CONTRATADA: KOMAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – LTDA - ME
CNPJ: 02.252.750/0001-86
Cláusula Primeira – Reajuste de Valores
Se faz necessário o reequilíbrio econômico financeiro em razão do aumento dos custos de determinados itens da empresa fornecedora, conforme demostrado pela contratada através das notas fiscais apresentadas, e pelo deferimento do procurador jurídico, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. (R$)	NOVO VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
44	Cabo flexível 25mm 1 kva epr	18,87	30,89	30.890,00
48	Cabo pp alta flexibilidade, resistência e anti chama 2x2,5	7,95	12,91	25.820,00

Sendo o que se apresenta, o valor total do contrato que era de R$754.721,75 (setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais, com setenta e cinco centavos), passa a ser de **R$776.661,75** (setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e um reais, com setenta e cinco centavos).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 03.00 – Departamento de Administração e planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e planejamento; 0412200032006 – Atividades Operacionais do departamento de administração e planejamento; 3.3.90.30 – Material de consumo. Despesa: 490; 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 – Atividades Operacionais de Ensino fundamental 5% e 25% e outros; 3.3.90.30 – Material de consumo. Despesa: 558; 07.00 - Departamento de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa: 513.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:1F6ADD0D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº11 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº194/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº11
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº194/2024
CONTRATADA: AUTO POSTO CIDADE CAMPO LTDA
CNPJ: 95.407.714/0001-25
Cláusula Primeira – Dos Preços
Considerando que o valor pago pelo município para aquisição de **DIESEL S-500** e **DIESEL S-10** está abaixo do valor de mercado regional, o qual foi devidamente comprovado pela contratada e pelo município através de notas fiscais de compra, parecer jurídico favorável e cotação de valores, fica concedido o reequilíbrio contratual, conforme relação abaixo:

Item	Descrição do Item	Preço Contratado (R$)	Novo valor (R$)
1	Combustível, tipo Óleo Diesel S-10, em conformidade com os Padrões exigidos pela agência Nacional de Petróleo (ANP).	6,69	7,47
2	Combustível, tipo Óleo Diesel S-500, em conformidade com os Padrões exigidos pela agência Nacional de Petróleo (ANP).	6,27	7,63

Diante disso o valor total do contrato que era de R$3.105.600,00 (três milhões, cento e cinco mil, e seiscentos reais) passa a ser de **R$3.533.600,00** (três milhões, quinhentos e trinta e três mil, e seiscentos reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 07.00 Departamento de Saúde; 07.00 Departamento de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de saúde; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa: 702; 02.00 – Governo Municipal – 02.01 – Gabinete do Prefeito, - 0412200022.002 – Atividades Operacionais do Gabinete do Prefeito, - 33.90.30 – Material de Consumo, Despesa 707; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento, - 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento, - 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento, 30.90.30; Material de consumo Despesa 1013; 09.00 Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 Divisão de Ensino; 1236100102.030 Transporte escolar; 33.90.30 –Materiais de consumo; Despesa 1246; 05.00 – Departamento de Obras e serviços rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais da divisão de serviços rodoviários; 3.3.90.30 – Material de consumo. Despesa 704.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de

regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:D26FF1D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0150/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0150/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa HORTIPAR DISTRIBUIDORA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 50.675.688/0001-88, sediada na AVENIDA AV M PERCY JUNIOR,0 VISTA LINDA, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85803-505, neste ato representada pelo **Sr.** DOUGLAS BECKER**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 100.505.509-26** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao fornecimento de merenda escolar para os alunos das Escolas Municipais Maria Célia Sandri, Marechal Deodoro e Tiradentes, bem como dos Centros Municipais de Educação Infantil Amiguinhos de Jesus, José Teodoro Dias e Balão Mágico, no Município de Braganey – PR, durante os anos letivos de 2026 e 2027.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 207.475,00 (duzentos e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **29/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 29 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:A96059F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0157/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0157/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 51.740.794/0001-60, sediada na, AVENIDA RUA SAIRA OURO, 210, JARDIM UNIVERSIDADE, na cidade de ARAPONGAS, Estado do PR, CEP: 86702-820, neste ato representada pela **Srª** IRENE LOPES SALVI**,** portador do **CPF/MF Nº. 515.443.269-04** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey – PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 1.596,00 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **30/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 30 de Setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:D816DC58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0158/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0158/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa STP COMERCIAL LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 53.710.803/0001-04, sediada na Avenida Oitocentos, nº 55, Box 07, Galpão G20 - Módulo 01, Bairro Terminal Intermodal da Serra, CEP 29161-389, Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, neste ato representada pelo **Sr.** DANIEL JAROSZ STRESSER**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 085.312.029-30** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos motorizados destinados à manutenção e conservação de áreas urbanas, compreendendo sopradores, motopodas, motosserras e roçadeiras, visando atender às demandas do Departamento de Urbanismo do Município de Braganey/PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 5.500,15 (cinco mil, quinhentos reais e quinze centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **30/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 30 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:EA03FD85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0112/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 0112/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa ETAPA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 01.329.877/0001-93, sediada na, AV BRASILIA,1005 CENTRO, na cidade de BRAGANEY, Estado do PR, CEP: 85430-000, neste ato representada pelo **Sr** ANTONIO FELIPE CAZZO**,** portador do **CPF/MF Nº. 061.349.169-60** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 061/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey – PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 6.821,17 (seis mil, oitocentos e vinte e um reais e dezessete centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **30/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 30 de Setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:C2559538

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 978/2026

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BRAGANEY A CELEBRAR TERMOS DE PARCERIA COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS SEDIADAS NO MUNICÍPIO, VISANDO À COOPERAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO, PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS, FESTIVIDADES E AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **VALDIR ZIELINSKI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termos de Parceria com entidades de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas no Município de Braganey, visando à cooperação na organização, promoção e apoio a eventos, festividades e ações de interesse público no âmbito municipal, devendo o processo de escolha da entidade parceira ser precedido, obrigatoriamente, de Chamamento Público, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, garantindo-se a ampla concorrência, a impessoalidade, a publicidade e a igualdade de condições entre os interessados.
Artigo 2º - As parcerias de que trata esta Lei têm como finalidade:
§ 1º É vedada às entidades parceiras a exploração econômica direta ou indireta dos eventos sem a realização de prévia Audiência Pública, devidamente convocada e divulgada, destinada a obter a aprovação da população local para as atividades comerciais propostas.
§ 2º A Audiência Pública de que trata o § 1o deverá, obrigatoriamente, debater e definir em conjunto com a comunidade os valores máximos admitidos para a comercialização de alimentos, bebidas e demais bens de consumo durante a realização do evento festivo ou ação de interesse público.
§ 3º A subcessão, locação, terceirização ou autorização para que terceiros instalem comércio, estandes, barracas ou similares nos

eventos apoiados pelo Município deverão ser disponibilizadas e outorgadas prioritariamente a pessoas físicas residentes no Município de Braganey ou a pessoas jurídicas que possuam sede e cadastro ativo no CNPJ no Município há, no mínimo, 02 (dois) anos.
§ 4º Fica expressamente vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa, aluguel, custo de inscrição ou participação das pessoas físicas residentes e das empresas locais descritas no § 3º que vierem a desenvolver atividades comerciais nos eventos e parcerias decorrentes desta Lei.
§ 5º Fica permitida a participação de empresas não sediadas no Município de Braganey para o desenvolvimento de atividades comerciais nos eventos unicamente quando o objeto, bem ou serviço a ser ofertado não possua correspondente fornecido por nenhuma empresa ou trabalhador local, como no caso de grandes estruturas de parques de diversões, brinquedos de grande porte, rodas-gigantes ou atrações similares de alta complexidade técnica, devendo a contratação ou cessão de espaço ocorrer obrigatoriamente mediante processo transparente de Chamamento Público.
§ 6º As entidades sem fins lucrativos parceiras ficam estritamente obrigadas a cumprir integralmente as determinações contidas neste artigo, sob pena de rescisão imediata e unilateral do Termo de Parceria pelo Município, sem prejuízo da aplicação de multas, devolução integral de recursos recebidos e suspensão do direito de firmar novas parcerias com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
I – Cooperar na organização, promoção e apoio a eventos, festividades e ações de interesse público no âmbito municipal;
II – Promover o desenvolvimento cultural, turístico, econômico e social do Município;
III – Viabilizar a captação de recursos junto ao Governo do Estado do Paraná, à União e demais órgãos públicos ou entidades parceiras, destinados à realização de eventos, festividades e ações de interesse público;
IV – Possibilitar a formalização de instrumentos jurídicos necessários à obtenção de recursos públicos destinados à realização de eventos e festividades.
Artigo 3º - A formalização das parcerias ocorrerá mediante celebração de instrumento próprio, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações aplicáveis.
§ 1º Para a celebração das parcerias de que trata esta Lei, a entidade sem fins lucrativos deverá comprovar, no ato da inscrição do certame, o tempo mínimo de 02 (dois) anos de efetivo funcionamento, com cadastro ativo no CNPJ, bem como experiência prévia comprovada na execução de atividades de natureza idêntica ou similar à do objeto da parceria.
§ 2º É vedada a celebração de parcerias com entidades cujos dirigentes ou administradores possuam parentesco, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais ou Vereadores do Município.
§ 3º As parcerias que envolvam repasse de recursos públicos, cessão ou utilização de bens públicos, fornecimento de estrutura, contratação de serviços ou qualquer forma de apoio econômico pelo Município deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal, acompanhadas do respectivo Plano de Trabalho, estimativa de custos, cronograma de execução, identificação da entidade parceira e justificativa do interesse público.
§ 4º A documentação referida no § 3º deverá ser encaminhada à Câmara Municipal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da formalização da parceria, ressalvadas situações emergenciais devidamente justificadas.
§ 5º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar à Câmara Municipal, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias após a assinatura, cópia integral do Termo de Parceria firmado, acompanhada do respectivo Plano de Trabalho definitivo e da estimativa final de custos.
§ 6º Todos os Termos de Parceria, Planos de Trabalho, relatórios de execução, prestações de contas e demais documentos relacionados às parcerias celebradas com fundamento nesta Lei deverão ser disponibilizados integralmente no Portal da Transparência do Município no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após sua formalização, apresentação ou aprovação.
Artigo 4º - Os recursos eventualmente recebidos em decorrência das parcerias deverão ser aplicados exclusivamente nas finalidades previstas no respectivo instrumento e no plano de trabalho aprovado.
Artigo 5º - As entidades parceiras deverão prestar contas dos recursos eventualmente recebidos, na forma da legislação vigente e conforme estabelecido nos instrumentos firmados entre as partes.
Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 30 de setembro de 2026

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:0A537D76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 45/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 97/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 45/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 97/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos motorizados destinados à manutenção e conservação de áreas urbanas, compreendendo sopradores, motopodas, motosserras e roçadeiras, visando atender às demandas do Departamento de Urbanismo do Município de Braganey/PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 45/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
STP COMERCIAL LTDA	53.710.803/0001-04	R$ 5.500,15

Braganey, 30 de setembro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:3E1E2067

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 58/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 115/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 58/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 115/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de baterias automotivas e para equipamentos pesados, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus, máquinas e equipamentos do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 58/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ELLA COMERCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS EIRELI	34.960.193/0001-44	R$ 67.257,90

Braganey, 30 de setembro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7D6317E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 59/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 116/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 59/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 116/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de camisetas institucionais e jalecos destinados às Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Transporte, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social e Departamento de Comércio e Turismo do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 59/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME - VESTUARIO	47.025.414/0001-39	R$ 32.970,00
CASSIA CONFECÇÕES LTDA	50.623.055/0001-26	R$ 59.600,00
UNIFORMES BR LTDA	52.257.624/0001-92	R$ 10.818,00

Braganey, 30 de setembro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:CA3D213E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 61/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 124/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 61/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 124/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 61/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ETAPA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	01.329.877/0001-93	R$ 6.821,17
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	51.740.794/0001-60	R$ 1.596,00

Braganey, 30 de setembro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:A7DDA8EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) — EXERCÍCIO 2027

Município: Cafeara
Entidade: Prefeitura Municipal de Cafeara (Poder Executivo)
Exercício: 2027

Aos vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, no local "Câmara Municipal de Cafeara", teve início a Audiência Pública destinada à apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Cafeara para o exercício de 2027, em atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009), e no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). A transmissão ocorreu pelo Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=PtYlNwgsYpw, e pelo Facebook - https://www.facebook.com/camaracafeara/videos/1069582369012228. O senhor Marcos Rogério Soares deu início às apresentações. OBJETIVO: A presente audiência pública tem por objetivo dar publicidade e permitir a participação popular na discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual, apresentando à população as estimativas de receita, as despesas fixadas e as prioridades de investimento previstas para o exercício mencionado. PANORAMA DO ORÇAMENTO: Conforme o demonstrativo "Anexo 01 da Lei 4.320/64 (Consolidado)", a receita total estimada é de R$ 47.760.600,00 e a despesa total fixada é de R$ 47.760.600,00, sendo R$ 44.011.100,00 em despesas correntes e R$ 1.235.500,00 em despesas de capital, além de R$ 2.514.000,00 em reserva de contingência. RECEITAS E DESPESAS: Conforme o "Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções (art. 2º, §1º, I da Lei 4.320/64)", as receitas correntes totalizam R$ 43.250.600,00, as receitas de capital totalizam R$ 230.000,00 e as receitas intraorçamentárias totalizam R$ 4.280.000,00. As principais fontes de receita apresentadas foram: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (R$ 40.640.000,00), valor bruto do qual R$ 6.067.400,00 correspondem a dedução destinada ao FUNDEB, resultando em receita líquida de R$ 34.572.600,00; RECEITA PATRIMONIAL (R$ 3.394.000,00); IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (R$ 3.175.000,00). As funções de governo com maior despesa fixada apresentadas foram: SAÚDE (R$ 11.365.450,00); ADMINISTRAÇÃO (R$ 9.360.500,00); EDUCAÇÃO (R$ 7.181.450,00). DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO: A despesa fixada total, por órgão, soma R$ 47.760.600,00. Os órgãos com maior despesa fixada, individualmente, foram: 03 -

SECRETARIA DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA (R$ 13.749.200,00, 28,79% do total); 04 - SECRETARIA DE SAÚDE (R$ 11.365.450,00, 23,80% do total); 09 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL (R$ 8.647.000,00, 18,10% do total); 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO (R$ 7.818.450,00, 16,37% do total); 01 - LEGISLATIVO MUNICIPAL (R$ 2.014.000,00, 4,22% do total); 05 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (R$ 1.446.500,00, 3,03% do total); 07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (R$ 1.252.500,00, 2,62% do total); 02 - GOVERNO MUNICIPAL (R$ 1.066.500,00, 2,23% do total); 08 - SECRETARIA DE ESPORTES (R$ 401.000,00, 0,84% do total). INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS: Conforme o "QDD Consolidado", foram apresentados os investimentos prioritários por área. Em Saúde, destacaram-se as ações: Atenção Básica Municipal (R$ 4,09M, 51,8% das 4 ações citadas); Estratégia De Saúde Da Família E (R$ 1,57M, 19,9% das 4 ações citadas); Consórcios Públicos De Saúde De Assistência (R$ 1,12M, 14,2% das 4 ações citadas); Atendimento De Urgência E Emergência (R$ 1,12M, 14,2% das 4 ações citadas), somando R$ 7,90M. Em Educação, destacaram-se as ações: Ensino Fundamental - Fundeb (R$ 1,28M, 31,2% das 4 ações citadas); Ensino Fundamental (R$ 1,11M, 27,1% das 4 ações citadas); Educação Infantil (Creche) - Fundeb (R$ 940 mil, 23,0% das 4 ações citadas); Transporte Escolar (Ensino Fundamental) (R$ 767 mil, 18,7% das 4 ações citadas), somando R$ 4,09M. Em Infraestrutura, destacaram-se as ações: Serviços Públicos De Limpeza, Obras E (R$ 2,71M, 93,5% das 4 ações citadas); Investir Em Obras De Ampliação (R$ 92 mil, 3,2% das 4 ações citadas); Consórcios Públicos (R$ 57 mil, 2,0% das 4 ações citadas); Investir Em Infraestrutura Urbana E (R$ 40 mil, 1,4% das 4 ações citadas), somando R$ 2,90M. Observação: os valores aqui apresentados referem-se apenas às ações de maior valor citadas acima em cada área (no máximo 4 por área) — não à totalidade das ações daquele setor, nem à despesa total por função de governo ou por órgão/unidade orçamentária responsável, tratando-se de recortes orçamentários distintos. FUNDO DE PREVIDÊNCIA: Conforme o "QDD — Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária (Consolidado)", o órgão FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL (código 09) totaliza R$ 8.647.000,00, contemplando o pagamento de aposentadorias no valor de R$ 5.300.000,00, pensões no valor de R$ 850.000,00 e reserva do RPPS no valor de R$ 2.274.000,00. Foi apresentado ainda o aporte para cobertura do déficit atuarial no valor de R$ 2.590.000,00. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS IDENTIFICADAS: Acompanhar a captação e a aplicação dos recursos estaduais e federais vinculados, buscando ampliar a capacidade de financiamento das políticas públicas. Manter acompanhamento da despesa com pessoal (R$ 25.249.000,00), observando os limites fiscais aplicáveis e a evolução da receita corrente. Acompanhar a execução das ações vinculadas a SECRETARIA DE SAÚDE, que concentram parcela relevante das despesas fixadas, alinhando prioridades e disponibilidade orçamentária. Acompanhar os compromissos previdenciários e os aportes previstos ao RPPS (R$ 2.590.000,00), integrando-os ao planejamento financeiro do município. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Audiência Pública, da qual foi lavrada esta ata.

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:D22913A5

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS — 2º QUADRIMESTRE DE 2026

Município: CAFEARA
Entidade: Prefeitura Municipal de CAFEARA (Poder Executivo)
Período: Maio a Agosto de 2026 (2º quadrimestre)

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na "Câmara Municipal", teve início a Audiência Pública destinada à demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2026 do Município de CAFEARA, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O senhor Marcos Rogério Soares deu andamento na Audiência, cumprimentando a todos os presentes e aos que acompanham pelas redes sociais. A Audiência foi transmitida pelo canal do Youtube - https://www.youtube.com/watch?v=PtYlNwgsYpw, e pelo Facebook - https://www.facebook.com/camaracafeara/videos/1069582369012228. OBJETIVO: A presente audiência pública teve por objetivo dar publicidade e demonstrar e avaliar, perante a população, o cumprimento das metas fiscais do período mencionado, com base nos relatórios e demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência. Passou-se, então, para os Demonstrativos: DESENVOLVIMENTO RECEITA ARRECADADA Conforme o Demonstrativo da Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário), a receita corrente está prevista (previsão atualizada) em R$ 40.295.999,59 e realizada até o período em R$ 26.460.469,47 (65,67% da previsão atualizada). As transferências correntes estão prevista (previsão atualizada) em R$ 32.246.086,66 e realizada até o período em R$ 20.828.637,81 (64,59% da previsão atualizada). A receita de capital está prevista (previsão atualizada) em R$ 2.448.000,00 e realizada até o período em R$ 2.409.776,20 (98,44% da previsão atualizada). A receita total do período está prevista (previsão atualizada) em R$ 46.703.999,59 e realizada até o período em R$ 31.500.486,71 (67,45% da previsão atualizada). DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL: Conforme o Balanço Orçamentário, as despesas correntes empenhadas totalizam R$ 20.594.675,98, sendo R$ 13.329.822,24 com pessoal e encargos sociais, R$ 86.687,95 com juros e encargos da dívida e R$ 7.178.165,79 com outras despesas correntes; as despesas de capital empenhadas totalizam R$ 3.250.821,80, sendo R$ 3.153.578,59 em investimentos, R$ 0,00 em inversões financeiras e R$ 97.243,21 em amortização da dívida; e a despesa total do período soma R$ 29.872.482,11 (empenhado), de uma dotação atualizada de R$ 47.380.630,68, com R$ 26.416.263,81 liquidados e R$ 26.341.080,14 pagos. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) Conforme o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO, Anexo 3), a RCL apurada nos últimos 12 meses totaliza R$ 34.911.596,83, resultando, após as deduções constitucionais e legais previstas, em uma RCL ajustada de R$ 33.045.820,76 — valor utilizado para o cálculo dos limites da despesa com pessoal. DESPESA TOTAL COM PESSOAL — PODER EXECUTIVO (DTP) Conforme o Relatório de Gestão Fiscal — Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, no período de apuração 09/2025 A 08/2026, a Despesa Total com Pessoal (DTP) totaliza R$ 16.033.990,71, correspondendo a 48,52% da Receita Corrente Líquida ajustada. Os limites legais aplicáveis são: limite máximo de R$ 17.844.743,21, limite prudencial de R$ 16.952.506,05 e limite de alerta de R$ 16.060.268,89. DESPESA TOTAL COM PESSOAL — CÂMARA MUNICIPAL (DTP) Conforme o Relatório de Gestão Fiscal — Demonstrativo da Despesa com Pessoal da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, no período de apuração 09/2025 A 08/2026, a Despesa Total com Pessoal (DTP) totaliza R$ 1.127.628,23, correspondendo a 3,41% da Receita Corrente Líquida ajustada. Os limites legais aplicáveis são: limite máximo de R$ 1.982.749,25, limite prudencial de R$ 1.883.611,78 e limite de alerta de R$ 1.784.474,32. DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO Conforme o Quadro Detalhado da Despesa, a despesa empenhada total do período soma R$ 25.473.898,51. As funções de governo com maior despesa empenhada foram: Saúde (R$ 7.561.515,06, 29,68% do total); Administração (R$ 6.165.823,44, 24,20% do total); Educação (R$ 4.410.285,47, 17,31% do total); Agricultura (R$ 2.482.321,24, 9,74% do total); Urbanismo (R$ 1.821.029,20, 7,15% do total). RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL Conforme o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal (RREO, Anexo 6), a meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o resultado primário é de R$ -385.000,00, tendo sido apurado o resultado de R$ 366.837,24. Para o resultado nominal, a meta da LDO é de R$ -231.946,12, tendo sido apurado o resultado de R$ 1.095.537,22. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF, Anexo 2), a dívida consolidada totaliza R$ 478.370,89, com deduções de R$ 9.778.132,04, resultando em uma dívida consolidada líquida de R$ -9.299.761,15, correspondendo a -27,57% da Receita Corrente Líquida ajustada (R$ 33.729.070,83). O limite legal aplicável é de R$ 40.474.885,00. APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) Conforme o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), a receita de impostos e transferências totaliza R$ 20.249.391,38, sendo exigida a aplicação mínima de R$ 5.062.347,85. O valor efetivamente aplicado em MDE foi de R$ 5.326.751,71, correspondendo a 26,31% da receita de impostos e transferências. APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) Conforme o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), a receita de impostos e transferências totaliza R$ 19.370.143,07, sendo exigida a aplicação mínima de R$ 2.905.521,46. O valor efetivamente aplicado em ASPS foi de R$ 3.973.141,40, correspondendo a 20,51% da receita de impostos e transferências, uma diferença de R$ 1.067.619,94 em relação ao mínimo exigido. FUNDEB — REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Conforme o Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE, a receita total do FUNDEB no período totaliza R$ 1.747.744,33. Do total, é exigida a aplicação mínima de R$ 1.223.421,03 na remuneração dos profissionais do magistério, tendo sido efetivamente aplicado o valor de R$ 1.675.047,85, correspondendo a 95,84% da receita do FUNDEB. FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL (RPPS)Conforme o Balanço Orçamentário do Fundo de Previdência Municipal (RPPS) ("Balanço Orçamentário"), a receita total prevista é de R$ 8.000.000,00 e a realizada até o período é de R$ 5.744.133,34. A despesa total dotada é de R$ 8.000.000,00, com R$ 3.393.364,61 liquidado, sendo R$ 5.700.000,00 dotados para despesas com pessoal (R$ 3.344.007,55 liquidado). A disponibilidade financeira total do Fundo, conforme o Demonstrativo do Saldo dos Extratos das Contas Bancárias, totaliza R$ 22.093.474,37. DISPONIBILIDADE DE CAIXA — PREFEITURA: Conforme o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, a disponibilidade de caixa líquida da Prefeitura, após a dedução dos restos a pagar inscritos, totaliza R$ 5.943.179,45. PAINEL DE ALERTAS FISCAIS Conforme o Painel de Alertas Fiscais, dos 7 indicadores avaliados, 7 estão em conformidade, 0 em atenção e 0 em situação crítica ou de restrição legal. Nenhum indicador está classificado em atenção ou em situação crítica neste quadrimestre. DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO DA GESTÃO FISCAL: Conforme o Diagnóstico e Monitoramento da Gestão Fiscal, na comparação entre os dois últimos períodos apurados, os principais destaques são: Despesa com Pessoal variou +17,20%, ritmo superior ao da Despesa Corrente (+11,53%). Despesa Corrente variou +11,53%, ritmo superior ao da Receita Arrecadada (+10,83%). Índice Pessoal/RCL aumentou +6,99 p.p., ampliando o comprometimento com Pessoal. Avanço Moderado da Receita Arrecadada (+10,83%), abaixo da Média de Crescimento Esperada. Investimentos cresceram +834,87% em Relação ao Período Anterior. FECHAMENTO FISCAL DO QUADRIMESTRE: Conforme o Fechamento Fiscal do Quadrimestre, O 2º Quadrimestre mostra equilíbrio das contas e cumprimento de todos os limites legais. Em conformidade (9 indicadores) — Resultado Orçamentário (em conformidade): R$ 5.084.222,90 - Superávit até 31/08/2026 (receita – despesa liquidada); Pessoal/RCL Município (em equilíbrio): 48,52%; Saúde (em conformidade): 20,51% - Mínimo constitucional de 15% atingido (R$ 3.973.141,40); Educação (em equilíbrio): 26,31% - Mínimo constitucional de 25% (superado em 1,31 p.p.); Resultado Primário (em conformidade): R$ 366.837,24 - R$ 751.837,24 acima da meta LDO (R$ 385.000,00); Resultado Nominal (em equilíbrio): R$ 1.095.537,22 - R$ 1.327.483,34 acima da meta LDO (R$ - 231.946,12); Dívida Líquida/RCL (em conformidade): 27,57% - DCL NEGATIVA: município em posição CREDORA; Pessoal/RCL Câmara (em equilíbrio): 3,41%; Disponibilidade Financeira (em conformidade): R$ 5.943.179,45 - Disponibilidade Financeira adequada. AÇÕES PRIORITÁRIAS E ENCAMINHAMENTOS: Como encaminhamento, recomenda-se: Manter o Equilíbrio Fiscal: Manter o acompanhamento contínuo da arrecadação, das despesas e dos resultados fiscais, preservando o equilíbrio identificado no período. Preservar o Cumprimento das Metas: Dar continuidade às ações que vêm assegurando o cumprimento das metas fiscais, dos limites legais e das aplicações constitucionais. Fortalecer o Monitoramento Preventivo: Manter o acompanhamento periódico dos indicadores para identificar antecipadamente eventuais alterações que possam impactar o resultado do exercício. Garantir Transparência e Controle: Assegurar a divulgação dos resultados e o acompanhamento da execução orçamentária, fortalecendo a transparência e o controle social. Manter a gestão responsável e a transparência. CONTROLE SOCIAL: Como compromissos de Controle Social, a Administração se compromete a: Manter o Monitoramento Permanente - Acompanhar continuamente a evolução das receitas, despesas e indicadores fiscais, preservando os resultados favoráveis identificados no período. Preservar o Equilíbrio Fiscal - Manter o planejamento e o controle da execução orçamentária e financeira, assegurando a continuidade do equilíbrio das contas públicas. Fortalecer a Transparência - Garantir a divulgação clara e acessível das informações fiscais, permitindo o acompanhamento da gestão pela população e pelos órgãos de controle. Aperfeiçoar a Gestão Pública - Buscar continuamente o aprimoramento dos processos de planejamento, controle e avaliação dos resultados da Administração. Situação fiscal favorável, metas acompanhadas e compromisso permanente com o equilíbrio e a transparência. CONCLUSÃO: Conforme o Painel Executivo — Visão Geral dos Indicadores Fiscais, apresentado ao final da audiência, a receita realizada no período totaliza R$ 31.500.486,71 (de uma previsão atualizada de R$ 46.703.999,59) e a despesa liquidada totaliza R$ 26.416.263,81 (de uma dotação atualizada de R$ 47.380.630,68). O saldo em caixa total é de R$ 5.943.179,45, dos quais R$ 1.191.263,57 correspondem a recursos de livre movimentação. Os investimentos realizados no período totalizam R$ 3.153.578,59, de uma dotação inicial projetada de R$ 1.050.000,00. ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Audiência Pública, da qual foi lavrada esta ata.

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:2E909D37

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
O MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade de comercialização da solução contratada.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 88/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº: 18/2026.
CONTRATO Nº: 73/2026.
CONTRATADA: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA.
CNPJ: 03.984.954/0001-74.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Eberick Premium GOV 2026 e 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Builder Premium GOV 2026, ambas pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo atualizações de versão, suporte técnico e capacitação EaD vinculada às licenças, destinadas à Divisão de Engenharia do Município de Cafeara/PR.
VALOR TOTAL: R$ 21.408,00 (vinte e um mil, quatrocentos e oito reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados da disponibilização/ativação das licenças.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão 03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura; Unidade 001; Projeto/Atividade 04.122.0002.2007 – Manter a Gestão Administrativa da Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura; Natureza da Despesa 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Conta 00270; Fonte 00000 – Recursos Ordinários (Livres).
A contratação direta encontra-se devidamente instruída, observadas as disposições dos arts. 72 e 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Cafeara/PR, 30 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:A7814DBB

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 33/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor por lote, com o objeto REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Tendas Pirâmides e Jogo de Mesa com 04 (quatro) cadeiras destinadas à utilização em eventos, feiras, festividades, apresentações culturais e demais ações promovidas pelos setores da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo e Administração Municipal., com abertura no dia 15/10/2026, às 08h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitação@cafeara.pr.gov.br

Cafeara-PR 30 de setembro de 2026

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:94DDFC21

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 88/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº: 18/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
CONTRATADA: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA., CNPJ nº 03.984.954/0001-74.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Eberick Premium GOV 2026 e 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Builder Premium GOV 2026, ambas pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo atualizações de versão, suporte técnico e capacitação EaD vinculada às licenças, para atendimento da Divisão de Engenharia do Município de Cafeara/PR.
VALOR TOTAL: R$ 21.408,00 (vinte e um mil, quatrocentos e oito reais).
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados da disponibilização formal dos acessos e homologação pelo fiscal do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2026; Conta da despesa 270; Funcional programática 03.001.04.122.0002.2007; Fonte de recurso 0; Natureza da despesa 3.3.90.40.00.00; Grupo da fonte: Do Exercício.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso I e § 1º, combinado com o art. 41, inciso I, alíneas "a" e "b", e art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:5C15CBD1

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 085/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 30/09/2026, o (a) Sr. (a) **FELIPE GUSTAVO RISSATI**, matrícula nº 576, do cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura do município de Cafeara/PR.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 30 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:960C3E6A

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 88/2026

Inexigibilidade Nº. 18/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Inexigibilidade nº 18/2026, de 30/09/2026, para o qual tem como objeto: "Contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Eberick Premium GOV 2026 e 01 (uma) licença/assinatura do software AltoQi Builder Premium GOV 2026, ambas pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo atualizações de versão, suporte técnico e capacitação EaD vinculada às licenças, para atendimento da Divisão de Engenharia do Município de Cafeara/PR" pelo critério de menor preço por lote, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA., MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA. CNPJ Nº 03.984.954/0001-74 no valor total de R$21.408,00 (Vinte e Um Mil, Quatrocentos e Oito Reais).

Cafeara - PR, trinta dias de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal
Cafeara – PR

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:A284275E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 062.2026 - MEDALHAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 069/2026, referente ao Processo Administrativo nº 130/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 062/2026, registrado no Compras.gov.br sob a Contratação nº 987985-25/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas esportivas personalizadas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Cafelândia/PR, para utilização como premiação em campeonatos, competições, projetos esportivos, atividades recreativas e demais

eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, incluindo a Mini Olimpíada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ROGER ANDRE BRAUN CNPJ nº 29.253.577/0001-97	R$ 28.310,00	vinte e oito mil trezentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	001 E 002

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 28.310,00 vinte e oito mil trezentos e dez reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 25 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:90AFF088

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 069.2026 - PREGÃO Nº 062.2026 - MEDALHAS

ATA Nº 069/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2026

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica Compras.gov.br, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 062/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 130/2026 e à Contratação nº 987985-25/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas esportivas personalizadas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Cafelândia/PR, para utilização como premiação em campeonatos, competições, projetos esportivos, atividades recreativas e demais eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, incluindo a Mini Olimpíada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 69.112,00, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item e o modo de disputa aberto, sob o Sistema de Registro de Preços. Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica Compras.gov.br, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 062/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 130/2026 e à Contratação nº 987985-25/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas esportivas personalizadas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Cafelândia/PR, para utilização como premiação em campeonatos, competições, projetos esportivos, atividades recreativas e demais eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, incluindo a Mini Olimpíada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 69.112,00, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item e o modo de disputa aberto, sob o Sistema de Registro de Preços. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances e procedeu à análise das propostas. A empresa ROGER ANDRE BRAUN, provisoriamente classificada em primeiro lugar nos itens 01 e 02, foi convocada para apresentação das amostras exigidas no instrumento convocatório. As amostras foram encaminhadas e, após análise, aprovadas pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer, por atenderem às exigências do Edital e do Termo de Referência. Na sequência, a empresa foi convocada para apresentação da proposta ajustada aos valores finais ofertados e dos documentos de habilitação, os quais foram apresentados e analisados. Em 24/09/2026, considerando o atendimento às exigências mínimas do Edital, a proposta foi julgada CLASSIFICADA e a empresa ROGER ANDRE BRAUN declarada HABILITADA. Foram disponibilizados pelo sistema os respectivos períodos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento e habilitação e, transcorridos os prazos, não consta nos relatórios registro de manifestação recursal, seguindo o processo regularmente para adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ROGER ANDRE BRAUN CNPJ nº 29.253.577/0001-97	R$ 28.310,00	vinte e oito mil trezentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	001 E 002

O valor total a ser adjudicado é de R$ 28.310,00 vinte e oito mil trezentos e dez reais), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão em 24/09/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:DC6B09CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 130 DE 30 DE SETEMRO DE 2026

Decreto nº 130 de 30 de setembro de 2026.

Súmula: Regulamenta a utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de padrão nacional (NFS-e Nacional), no âmbito do Município de Cafelândia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, COMO AMPARO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DESTE MUNICIPIO; E

CONSIDERANDO a competência tributária do Município para instituir, lançar, fiscalizar e arrecadar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos termos da Constituição Federal e da legislação complementar aplicável;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 827, de 12 de dezembro de 2007 – Código Tributário do Município de Cafelândia, que disciplina a tributação municipal, inclusive o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e as obrigações tributárias acessórias;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, quanto à utilização da Nota Fiscal de Serviço eletrônica de padrão nacional e ao compartilhamento dos documentos fiscais eletrônicos com o ambiente nacional;

CONSIDERANDO que a Resolução CGSN nº 191, de 2026, tornou obrigatório, a partir de 1º de novembro de 2026, o uso do Emissor Nacional da NFS-e pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional;

CONSIDERANDO que a adoção integral do sistema nacional da NFS-e promove a padronização e simplificação do cumprimento da obrigação acessória, a melhoria da qualidade das informações fiscais e a preparação para a apuração da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS);

CONSIDERANDO que o Município de Cafelândia já disponibiliza serviços relacionados à Nota Fiscal Eletrônica em seu portal oficial e

que a transição para o padrão nacional exige a definição das regras municipais de utilização, consulta, arrecadação e fiscalização;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, a utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de padrão nacional – (NFS-e), disciplina sua emissão, cancelamento, substituição, eventos, controle, apuração e arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), bem como estabelece regras para a continuidade de utilização do sistema municipal para consulta, declarações, apuração e geração dos documentos de arrecadação, quando aplicável.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I. Nota Fiscal de Serviço eletrônica de padrão nacional – NFS-e Nacional: documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente no Sistema Nacional da NFS-e, destinado a documentar, para fins fiscais, as operações e prestações de serviços definidas na legislação tributária;

II. Declaração de Prestação de Serviços – DPS: documento eletrônico contendo as informações necessárias à geração da NFS-e Nacional, transmitido pelo emitente ao Sistema Nacional;

III. Emissor Público Nacional: conjunto de soluções disponibilizadas no ambiente nacional para recepção e validação da DPS e geração da NFS-e Nacional;

IV. Ambiente de Dados Nacional – ADN: repositório nacional destinado a assegurar a integridade, disponibilidade e compartilhamento dos documentos fiscais eletrônicos;

V. Painel Administrativo Municipal – PAM: ambiente destinado à Administração Tributária Municipal para cadastro, parametrização, consulta, acompanhamento e registro de eventos relacionados à NFS-e Nacional;

VI. Cadastro Nacional de Contribuintes da NFS-e – CNC NFS-e: base de dados destinada ao registro das informações cadastrais complementares dos contribuintes, inclusive inscrição municipal e situação cadastral para emissão da NFS-e Nacional;

VII. ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município, nos termos da Constituição Federal, da legislação complementar e do Código Tributário Municipal;

VIII. DAM: Documento de Arrecadação Municipal destinado ao recolhimento dos tributos municipais, inclusive do ISSQN nas hipóteses previstas neste Decreto;

IX. Prestador de serviço: pessoa física ou jurídica que realize prestação de serviço sujeita ao ISSQN;

X. Tomador de serviço: pessoa física ou jurídica que contrate ou receba a prestação de serviço;

XI. Intermediário: pessoa física ou jurídica que atue na intermediação da prestação de serviço, quando assim caracterizado pela legislação tributária.

Art. 3º. A partir de **15 de outubro de 2026**, ressalvadas as hipóteses de transição, dispensa ou vedação estabelecidas pela legislação federal ou municipal, isentos ou imunes, a emissão da NFS-e Nacional será obrigatória para os prestadores de serviços estabelecidos ou domiciliados no Município de Cafelândia que estejam sujeitos à emissão de documento fiscal relativo às prestações de serviços.

§ 1º. A obrigatoriedade prevista no caput alcança as pessoas jurídicas e demais contribuintes sujeitos à emissão de NFS-e, observadas as regras específicas aplicáveis aos optantes pelo Simples Nacional, aos Microempreendedores Individuais – MEI, aos profissionais autônomos e aos demais regimes tributários.

§ 2º. A NFS-e Nacional deverá ser emitida:

I. Imediatamente após a conclusão da prestação do serviço ou de cada etapa da prestação, pelo respectivo valor;

II. No momento do recebimento de adiantamento, sinal ou pagamento antecipado, quando houver essa hipótese;

III. Nas demais situações previstas na legislação tributária municipal e nas normas nacionais da NFS-e.

§ 3º. Na emissão da NFS-e Nacional deverão ser observadas a competência, o local de incidência do ISSQN, a responsabilidade tributária, a retenção do imposto e as demais regras previstas na legislação municipal e nacional.

§ 4º. Os contribuintes submetidos a regime especial de tributação, tributação fixa, estimativa ou qualquer outra modalidade específica deverão promover as adequações cadastrais e operacionais necessárias à emissão da NFS-e Nacional.

§ 5º. É vedada a emissão simultânea de NFS-e no sistema municipal e no Sistema Nacional para a mesma prestação de serviço.

Art. 4º. A emissão da NFS-e Nacional será realizada por meio do Sistema Nacional da NFS-e, mediante:

I. utilização do Emissor Público Nacional, acessível por meio do Portal Nacional da NFS-e;

II. utilização de aplicativo oficial disponibilizado pelo Sistema Nacional, quando disponível para o perfil do contribuinte;

III. integração entre sistema próprio do contribuinte e as interfaces disponibilizadas pelo Sistema Nacional, mediante API, observados os padrões técnicos estabelecidos pelo Comitê Gestor da NFS-e.

Art. 5º. A NFS-e Nacional poderá ser emitida, conforme as funcionalidades disponibilizadas ao contribuinte:

I. por digitação direta no Emissor Público Web;

II. por aplicativo oficial para dispositivos móveis, quando habilitado;

III. por meio de integração eletrônica via API com sistemas próprios ou de terceiros.

Parágrafo único: A utilização de aplicativo móvel dependerá da disponibilidade da funcionalidade para o tipo de contribuinte, operação e serviço, conforme regras do Sistema Nacional.

Art. 6º. Os contribuintes que utilizem sistemas próprios ou integrados para emissão de documentos fiscais deverão promover as adequações técnicas necessárias para integração com o Sistema Nacional da NFS-e, observados os leiautes, manuais e especificações técnicas disponibilizados pelos órgãos responsáveis.

§ 1º. Compete ao contribuinte verificar previamente a compatibilidade, homologação e funcionamento de seus sistemas, certificados digitais, credenciais e procurações eletrônicas.

§ 2º. A contratação, implantação ou manutenção de sistema próprio não transfere ao Município de Cafelândia responsabilidade por falhas decorrentes de software, equipamentos, certificados, conexão, integração ou sistemas utilizados pelo contribuinte.

Art. 7º. O acesso ao Sistema Nacional da NFS-e ocorrerá conforme o perfil do usuário e as regras nacionais aplicáveis, mediante certificado digital, credenciais gov.br ou usuário e senha, quando admitidos pelo sistema.

Parágrafo único. O contribuinte será responsável pelo uso de suas credenciais, certificados, procurações eletrônicas e demais meios de acesso, bem como pelos atos praticados em seu nome.

Art. 8º. A autorização para emissão da NFS-e Nacional poderá ser suspensa ou impedida, no âmbito das funcionalidades disponibilizadas ao Município, quando o prestador estabelecido ou domiciliado em Cafelândia:

I. não estiver regularmente inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município;

II. possuir inscrição municipal inativa, suspensa, baixada ou irregular, quando a irregularidade comprometer a identificação do contribuinte, a localização do estabelecimento ou a correspondência entre as atividades exercidas e aquelas cadastradas;

III. possuir situação cadastral incompatível com a emissão de documento fiscal, nos termos da legislação aplicável;

IV. possuir inscrição no CNPJ suspensa, inapta, baixada ou nula, quando essa situação impedir a emissão regular do documento fiscal.

§ 1º. Considera-se irregularidade cadastral, para os fins deste artigo, a omissão, inconsistência ou divergência de informações que prejudique significativamente:

I. a identificação do contribuinte ou de seus responsáveis;

II. localização do estabelecimento ou domicílio tributário;

III. a identificação das atividades econômicas efetivamente exercidas.

§ 2º. A suspensão poderá ser efetivada por meio das funcionalidades disponibilizadas no Sistema Nacional da NFS-e, inclusive mediante alteração da situação cadastral do contribuinte no CNC NFS-e.

§ 3º. A suspensão poderá alcançar todas as modalidades de emissão disponibilizadas ao contribuinte.

§ 4º. A autorização será restabelecida após a regularização cadastral e a confirmação da situação ativa pela Administração Tributária Municipal.

§ 5º. A suspensão da autorização para emissão não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações tributárias principais e acessórias.

§ 6º. A existência de débitos tributários, inclusive inscritos em dívida ativa, não caracteriza, por si só, irregularidade cadastral para os fins deste artigo.

Art. 9º. Os contribuintes deverão observar os manuais, guias, orientações, perguntas frequentes, notas técnicas, leiautes e demais documentos oficiais disponibilizados pelo Sistema Nacional da NFS-e.

Parágrafo único: As atualizações técnicas publicadas pelo órgão competente do Sistema Nacional da NFS-e deverão ser observadas pelos usuários, independentemente de reprodução integral em ato municipal, respeitada a legislação tributária local.

Art. 10. O emitente deverá manter sob sua guarda os arquivos digitais da NFS-e Nacional e respectivos eventos pelo prazo estabelecido na legislação tributária.

Parágrafo único. O Documento Auxiliar da NFS-e – DANF Se constitui representação simplificada do documento fiscal eletrônico e não substitui o respectivo arquivo digital.

Art. 11. Na ocorrência de indisponibilidade ou falha técnica do Sistema Nacional que impeça a emissão da NFS-e Nacional, o documento fiscal deverá ser emitido após o restabelecimento do sistema, com a indicação da data de competência correspondente à efetiva prestação do serviço.

§ 1º. O contribuinte que dispuser de sistema próprio poderá gerar a DPS durante o período de indisponibilidade e transmiti-la posteriormente ao Sistema Nacional, observadas as especificações técnicas vigentes.

§ 2º. A indisponibilidade do Sistema Nacional não autoriza, por si só, o retorno à emissão ordinária de NFS-e pelo antigo sistema municipal, salvo determinação expressa da Administração Tributária Municipal.

Art. 12. Constituem eventos da NFS-e Nacional, observadas as funcionalidades disponibilizadas pelo Sistema Nacional:

I. cancelamento de NFS-e;

II. cancelamento de NFS-e por substituição;

III. solicitação de análise fiscal para cancelamento;

IV. cancelamento deferido por análise fiscal;

V. cancelamento indeferido por análise fiscal;

VI. manifestação de confirmação do prestador;

VII. manifestação de confirmação do tomador;

VIII. manifestação de confirmação do intermediário;

IX. manifestação de rejeição do prestador;

X. manifestação de rejeição do tomador;

XI. manifestação de rejeição do intermediário;

XII. confirmação tácita;

XIII. anulação de rejeição;

XIV. cancelamento de ofício;

XV. bloqueio de NFS-e de ofício para outros eventos; e

XVI. desbloqueio de NFS-e de ofício para outros eventos.

Parágrafo único: Os eventos observarão os leiautes, regras de negócio, prazos, procedimentos e demais disposições estabelecidas na documentação técnica da NFS-e Nacional e nas parametrizações realizadas pelo Município.

Art. 13. A NFS-e Nacional emitida não poderá ser alterada, ressalvadas as hipóteses de cancelamento ou substituição admitidas pela legislação e pelas regras do Sistema Nacional.

§ 1º. O cancelamento e o cancelamento por substituição serão realizados pelo emitente, por meio do Emissor Público Nacional ou sistema integrado, observadas as regras de validação.

§ 2º. O cancelamento será realizado mediante registro do respectivo evento, com indicação do motivo e, quando exigido, apresentação de justificativa.

§ 3º. O cancelamento por substituição será realizado mediante emissão de nova NFS-e, observadas as regras de vinculação e rastreabilidade do documento original.

§ 4º. Não será permitida a reversão de substituição ou cancelamento após o processamento definitivo do respectivo evento, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação e nas regras do Sistema Nacional.

§ 5º. O cancelamento ou substituição não impede posterior procedimento de fiscalização para verificação da operação e da veracidade das informações.

Art. 14. O prestador, o tomador ou o intermediário identificado na NFS-e Nacional poderá registrar manifestação de confirmação ou

rejeição, quando não for o emitente do documento, conforme as funcionalidades disponibilizadas pelo Sistema Nacional.

§ 1º. A confirmação representa o reconhecimento das informações constantes da NFS-e.
§ 2º. A rejeição representa o desconhecimento ou discordância em relação às informações do documento e não produzirá, por si só, o cancelamento da NFS-e.

§ 3º. Na ausência de manifestação expressa dentro do prazo estabelecido pelo Sistema Nacional, poderá ser registrada confirmação tácita, conforme as regras técnicas vigentes.

§ 4º. As manifestações não impedem a fiscalização, constituição, cobrança ou revisão do crédito tributário.

Art. 15. O ISSQN devido ao Município de Cafelândia, decorrente das prestações de serviços documentadas por NFS-e Nacional, será apurado e recolhido conforme a legislação tributária municipal e as regras específicas aplicáveis a cada regime tributário.

I. ISSQN próprio devido por prestadores não optantes pelo Simples Nacional;

II. ISSQN devido por prestadores optantes pelo Simples Nacional nas hipóteses em que o imposto não seja recolhido pelo regime unificado;

III. ISSQN retido na fonte pelos responsáveis tributários;

IV. ISSQN devido em regime de tributação fixa, quando previsto na legislação municipal;

V. demais hipóteses de recolhimento estabelecidas no Código Tributário Municipal.

§ 1º. O recolhimento do ISSQN será realizado por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, quando assim determinado pela legislação municipal.

§ 2º. As NFS-e emitidas no Sistema Nacional deverão ser disponibilizadas ao Município para fins de apuração, fiscalização e controle do ISSQN.

§ 3º. Enquanto não estiver disponível a integração automática entre o Sistema Nacional e o sistema tributário municipal, a Secretaria Municipal responsável pela Administração Tributária poderá estabelecer procedimento transitório para declaração das receitas, apuração do imposto e emissão do DAM.

§ 4º. A emissão da NFS-e Nacional não constitui, por si só, prova do recolhimento do ISSQN.

§ 5º. Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN na forma estabelecida pela legislação daquele regime, ressalvadas as hipóteses de recolhimento fora do regime unificado e o ISSQN retido na fonte quando houver responsabilidade tributária.

§ 6º. Eventual adesão do Município a módulo nacional de apuração ou alteração do documento de arrecadação dependerá de regulamentação específica, que estabelecerá a data de início e as regras de transição.

Art. 16. A partir da data definida para início da obrigatoriedade da NFS-e Nacional, ficarão gradativamente desabilitadas, no sistema municipal, as funcionalidades de emissão e cancelamento de NFS-e, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela Administração Tributária.

§ 1º. O sistema municipal permanecerá disponível, conforme suas funcionalidades, para:

I. consulta às NFS-e municipais emitidas anteriormente;

II. emissão de relatórios e extração de arquivos históricos;

III. geração de DAM;

IV. entrega de declarações;

V. consulta e acompanhamento de informações fiscais;

VI. operações relacionadas à apuração e ao recolhimento do ISSQN;

VII. demais funcionalidades disponibilizadas pela Administração Tributária.

§ 2º. As NFS-e emitidas pelo sistema municipal anteriormente à migração para o padrão nacional conservarão sua validade jurídica e fiscal.

§ 3º. O cancelamento de NFS-e emitida no sistema municipal após o encerramento da emissão ordinária pelo sistema municipal deverá observar procedimento administrativo definido pela Secretaria Municipal responsável pela Administração Tributária.

§ 4º. Quando necessária a emissão de documento substituto após a migração para o padrão nacional, este deverá ser emitido pelo Sistema Nacional, observadas as regras aplicáveis.

Art. 17. Os Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP optantes pelo Simples Nacional observarão, quanto à emissão da NFS-e, as regras estabelecidas pela legislação federal e pelas Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN e do Comitê Gestor da NFS-e – CGNFS-e.

§1º. O Município poderá estabelecer procedimentos complementares exclusivamente quanto às informações cadastrais municipais, fiscalização, apuração e arrecadação do ISSQN de sua competência.

§ 2º. Na hipótese de alteração da data de obrigatoriedade nacional para utilização do Emissor Nacional, prevalecerão as normas federais vigentes, devendo a Secretaria Municipal responsável pela Administração Tributária promover as adequações necessárias ao cronograma municipal.

§ 3º. Os contribuintes deverão manter atualizados seus dados cadastrais perante o Município e os sistemas nacionais.

Art. 18. O suporte técnico de segundo nível relativo ao Sistema Nacional da NFS-e será prestado pela estrutura nacional competente, conforme as regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da NFS-e.

§ 1º. Ao Município de Cafelândia caberá, por meio de seus canais oficiais:

I. prestar orientação inicial aos contribuintes;

II. esclarecer dúvidas relativas ao cadastro municipal;

III. orientar quanto à emissão e utilização da NFS-e Nacional;

IV. prestar informações relativas ao ISSQN municipal;

V. encaminhar aos órgãos nacionais as demandas que dependam de atuação do Sistema Nacional.

§ 2º. As demandas que dependam da estrutura nacional deverão ser encaminhadas conforme os procedimentos estabelecidos no Portal Nacional da NFS-e.

Art. 19. A Secretaria Municipal responsável pela Administração Tributária poderá expedir normas complementares, comunicados, manuais, orientações e cronogramas necessários à execução deste Decreto.
Parágrafo único. Poderão ser realizadas as parametrizações necessárias nos ambientes municipal e nacional para assegurar a adequada aplicação das regras tributárias do Município de Cafelândia.

Art. 20. O Município poderá realizar procedimentos de fiscalização, auditoria, cruzamento de informações e verificação da regularidade das NFS-e emitidas pelos contribuintes.

§ 1º. As informações constantes da NFS-e Nacional poderão ser utilizadas para fins de fiscalização, lançamento, constituição e cobrança do crédito tributário municipal, observada a legislação aplicável.

§ 2º. A Administração Tributária poderá confrontar as informações da NFS-e com dados cadastrais, declarações, documentos contábeis, financeiros e demais informações obtidas nos termos da legislação.

Art. 21. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação tributária do Município de Cafelândia, especialmente no Código Tributário Municipal – Lei nº 827/2007 e suas alterações, sem prejuízo da exigência do tributo, dos acréscimos legais e das demais medidas administrativas e fiscais cabíveis.

Parágrafo único. A emissão incorreta, a não emissão, a emissão fora do prazo, a utilização indevida do documento fiscal, a omissão de informações e demais infrações relacionadas à NFS-e serão apuradas e penalizadas na forma da legislação municipal e nacional aplicável.

Art. 22. A Secretaria Municipal responsável pela Administração Tributária poderá estabelecer cronograma de transição para os contribuintes, especialmente quanto:

I. ao cadastramento no Sistema Nacional;

II. à atualização dos dados cadastrais;

III. à adequação dos sistemas próprios;

IV. à realização de testes e homologações;

V. à integração dos sistemas;
VI. à emissão da NFS-e Nacional;

VII. à apuração e recolhimento do ISSQN;

VIII. às declarações e obrigações acessórias.

Art. 23. Os contribuintes deverão manter atualizados perante o Município seus dados cadastrais, inclusive endereço, atividade econômica, inscrição municipal, responsáveis e demais informações exigidas pela legislação tributária.

Art. 24. A Administração Tributária Municipal poderá promover, de ofício, as adequações cadastrais necessárias à implantação e manutenção da NFS-e Nacional, observado o direito de defesa do contribuinte nos casos em que houver alteração com efeitos tributários.

Art. 25. As disposições deste Decreto deverão ser interpretadas em conjunto com:

I. a Constituição Federal;

II. a Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003;

III. a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV. a Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025;

V. a Lei Municipal nº 827, de 12 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal;

VI. a Lei Municipal nº 1.801, de 2021 e demais alterações do Código Tributário Municipal;

VII. as Resoluções do CGNFS-e;

VIII. as Resoluções do CGSN;

IX. as notas técnicas, manuais e demais atos normativos aplicáveis ao Sistema Nacional da NFS-e.

Art. 26. Em caso de conflito entre disposição operacional deste Decreto e norma federal superveniente que discipline obrigatoriamente a NFS-e Nacional, prevalecerá a norma federal, devendo a Administração Municipal promover as adequações necessárias.

Art. 27. Ficam revogadas as disposições regulamentares municipais que sejam incompatíveis com este Decreto, especialmente aquelas que disciplinem a emissão de NFS-e em desacordo com o padrão nacional, a partir da data de efetiva implantação da NFS-e Nacional no Município.

Parágrafo único. Permanecem válidos os documentos fiscais emitidos regularmente antes da implantação da NFS-e Nacional, bem como os procedimentos necessários à sua consulta, fiscalização, apuração e cobrança.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:20120870

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2026 – DISPENSA Nº 32/2026**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2026 – Dispensa nº 32/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: VOXCITY TECNOLIGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 19.813.396/0001-14, R GASTÃO BICCA DE OLIVEIRA, 749 Sala 01 - CEP: 88860000 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: licitacao@voxcity.com.br, Telefone, 48 34782300 CIDADE: Siderópolis/SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) PATRIC MIRANDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA, DENOMINADA INFINITY GCI, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONTEMPLANDO RECURSOS PARA CENTRALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO.
A SOLUÇÃO DEVERÁ DISPONIBILIZAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DA PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA, MÓDULOS E FUNCIONALIDADES DESTINADOS À GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E AO ATENDIMENTO, INCLUINDO WHATSAPP, FACEBOOK, INSTAGRAM, TELEGRAM, E-MAIL, VIDEOCONFERÊNCIA, CHAT INTERNO, AGENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TELEFONISTA VIRTUAL E RELATÓRIOS DE GESTÃO, BEM COMO RECURSOS

RELACIONADOS À CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TEMPLATES E FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

Valor Total: R$ 64.152,00 (Sessenta e Quatro Mil, Cento e Cinqüenta e Dois Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, PATRIC MIRANDA
Vigência: 30/09/2026 a 29/09/2027.
Data da Assinatura:30/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:701981C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 036.2026 - PROTETOR SOLAR

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0147/2026

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação aquisição de 1.500 (mil e quinhentas) unidades de protetor solar para uso dos servidores públicos municipais que exercem atividades externas e operacionais, tais como corte de grama, manutenção de vias públicas, fiscalização e serviços gerais, visando à proteção contra a exposição ocupacional à radiação solar e à preservação da saúde e segurança dos servidores durante a execução de suas atividades.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.500 (MIL E QUINHENTAS) UNIDADES DE PROTETOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES EXTERNAS E OPERACIONAIS, TAIS COMO CORTE DE GRAMA, MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS, VISANDO À PROTEÇÃO CONTRA A EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL À RADIAÇÃO SOLAR E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS SERVIDORES DURANTE A EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
ARMAZÉM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA 76.064.450/0001-00	**R$ 49.500,00**	Quarenta e nove mil e quinhentos reais.	Em até 30 dias mediante nota fiscal.	001

Cafelândia/PR, 24 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9DBEDDE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 035.2025 - MARMITAS - CREDENCIAMENTO N° 010.2025

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 035/2025
CREDENCIAMENTO N° 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 186/2025

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, destinadas ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Administração.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas (marmitas e buffet), destinadas ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Administração, bem como das demais Secretarias Municipais quando houver solicitação devidamente autorizada, dentro do perímetro urbano do Município de Cafelândia-PR, podendo, excepcionalmente, ocorrer entrega no Distrito de Central Santa Cruz, conforme Anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
66.024.339 AUREO JOSE KNAPP VIANNA CNPJ N° 66.024.339/0001-36	001, 002, 003

Cafelândia/PR, 25 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:70E1E659

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 044.2025 - BANCOS - TAXA ADM

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 044/2025
CREDENCIAMENTO N° 011/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de instituição financeira para a prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, incluindo bancos comerciais, caixas econômicas e cooperativas de crédito, para a prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, com leitura de código de barras padrão FEBRABAN e/ou leitura de QR Code, abrangendo: recebimento dos valores arrecadados; processamento eletrônico dos pagamentos; baixa automática dos títulos; emissão de comprovantes; disponibilização de informações para conciliação bancária; repasses dos valores arrecadados às contas do Município de Cafelândia/PR, em conformidade com as normas do Sistema Financeiro Nacional, conforme Anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91	Lote 01

Cafelândia/PR, 24 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FE3CD230

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 010/2026 - CONSELHO MUNIICPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO 010/2026 – CMS

O Conselho Municipal de Saúde de Cafelândia – Paraná no uso das suas atribuições capituladas na Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 230/1991 e alterada pela Lei nº 458/1999 e reorganizada pela Lei nº 811/ 2007, bem como pela Lei Complementar nº 141/2012, e em conformidade com as prerrogativas de seu Regimento Interno;

Considerando:

As deliberações da reunião ordinária nº 014/2026 do dia 23 (vinte e três) do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis);

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026.

Cafelândia, 30 de setembro de 2026.

VALDIRENE SANCHES
Presidente do CMS

ANDRIELY GLORIA
Secretária Executiva
Portaria nº 001/2026

Homologo a Resolução nº 010/2026 nos termos do § 2º, art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:74457169

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REVOGAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 088/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2025 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

REVOGAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 088/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2025 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. JUNIOR MOTTER, no uso de suas atribuições legais,

TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fica REVOGADO E SEM EFEITO, para todos os fins, o Extrato do Segundo Termo Aditivo nº 088/2026 do Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial nº 011/2025 - Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 29 de setembro de 2026, Edição nº 3626, página 77.

Data da Assinatura: 29 de setembro de 2026.

Assinatura: JUNIOR MOTTER

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9051C155

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 144/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 144/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 15 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a **Contratação de empresa especializada para a locação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de parque de diversões, incluindo brinquedos, equipamentos de lazer e estruturas de apoio, a serem disponibilizados durante as festividades comemorativas do Município de Califórnia–PR.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.
Califórnia,30 de setembro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:B66CF1B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 259/2026

DECRETO 259/2026

REVOGAÇÃO.

Revoga o Decreto n° 236, de 02 de setembro de 2026, que trata de suplementação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1° Fica revogado o Decreto n° 236, de 02 de setembro de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 30 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:F9895A64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 166 - AFASTAMENTO

PORTARIA Nº 166/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Artº. 1º - Conceder Licença sem vencimentos a partir do dia 01/10/2026 à 01/10/2027 ao servidor RENAN GUILHERME COELHO DA SILVA, matrícula sob nr. 848. Em termos do art. 82 da Lei Municipal 851/2001 (Estatuto do Servidor Público)

Artº. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 30º dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:384D64E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1.396, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.396, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, no valor de R$ 565.691,29 (quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 920 de 17 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2026, no valor de R$ 565.691,29 (quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos) na seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
04.122.0003.2004 – Atividades do departamento de administração/recursos humanos/licitação
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: 100.000,00
Conta Despesa: 290
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.782.0005.2018 – Transporte Escolar
3.3.90.33.00.00 – Passagens e despesas com locomoção
Valor: 400.000,00
Conta Despesa: 1140
Fonte: 104 (Demais impostos vinculados à educação básica)

11 – ENCARGOS ESPECIAIS
001 – ENCARGOS ESPECIAIS
28.061.0011.2072 – Precatório judicial terreno da prefeitura – Autos nº 0006868-51.2025.8.16.7000
3.3.90.91.00.00 – Sentenças judiciais
Valor: 65.691,29
Conta Despesa: 4140
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 02º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro, será utilizado como recursos o cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: 200.000,00
Conta Despesa: 640
Fonte: 104 (Demais impostos vinculados à educação básica)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: 200.000,00
Conta Despesa: 700
Fonte: 104 (Demais impostos vinculados à educação básica)

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
001 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO, PROJETOS E INFORMAÇÃO
04.121.0013.2076 – Atividades da secretaria de planejamento e gestão
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: 15.691,29
Conta Despesa: 4290
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
001 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO, PROJETOS E INFORMAÇÃO
04.121.0013.2076 – Atividades da secretaria de planejamento e gestão
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: 150.000,00
Conta Despesa: 4320
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:84AB65E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 27/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n° 1.124/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS NOVOS**, conforme descrição no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 27/2026** e seus anexos.

INFORMAÇÕES:

- Inicio de Recebimento das propostas**: 02 de outubro de 2026 as 08h:00min**
- Fim de Recebimento das Propostas: **14 de outubro de 2026 as 08h:30min**.
- Data e horário de abertura: **14 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Data e horário do início da sessão de disputa: **14 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Local/ Endereço de disputa/Plataforma da licitação: **https://bll.org.br/**

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.eprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL: https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br.

Campina do Simão - Pr, 30 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:B02F19D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 28/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n° 1.124/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DESTINADOS AO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI)**, conforme descrição no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 28/2026** e seus anexos.
INFORMAÇÕES:

- Inicio de Recebimento das propostas**: 02 de outubro de 2026 as 08h:00min**
- Fim de Recebimento das Propostas: **15 de outubro de 2026 as 08h:30min**.
- Data e horário de abertura: **15 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Data e horário do início da sessão de disputa: **15 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Local/ Endereço de disputa/Plataforma da licitação: **https://bll.org.br/**

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.eprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL: https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br.

Campina do Simão - Pr, 30 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:22FE0696

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
AVISO DE COMPRA DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

A Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria 44/2025, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar contratação direta na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, sob o regime de MENOR PREÇO POR LOTE, na hipótese do disposto no Art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e sua alterações, objetivando Aquisição de material gráfico e de comunicação visual (placas em ACM, adesivos personalizados e serviços de instalação), com fornecimento através de empresa especializada, visando atender às necessidades administrativas, institucionais e de comunicação do prédio, imóvel de apoio e gabinetes da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, conforme informações constantes do Termo de Referência.

INFORMAÇÕES: Cadastro das propostas até 07/10/2026 às 08h59min.
Data da sessão: 07/10/2026
Horário da fase de lances: 09h:00min. às 15h:00min.
Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE
Valor Total máximo R$ 8.908,24 (oito mil, novecentos e oito reais e vinte e quatro centavos).

Local da realização: https://comprasbr.com.br
O Aviso de Contratação pode ser obtido no site www.campinagrandedosul.pr.leg.br na opção Transparência – Licitações e no site https://comprasbr.com.br.
Outras informações via e-mail: compras@campinagrandedosul.pr.leg.brou por telefone (41) 3676-1077 ou 3676-1395.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:8744DCA7

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 69/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 69/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) MICRO-ÔNIBUS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL.
COMUNICO que, em razão de pedido de impugnação apresentado, foram promovidas alterações no edital, especificamente quanto à cláusula 7 "da fase de habilitação" do Edital. Ainda o item 4.8 "obrigações da contratada" do Termo de Referência, também foi alterado conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
O edital retificado poderá ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná, no endereço www.campinagrandedosul.pr.gov.br, na opção Transparência – Licitações, bem como no site do sistema eletrônico de julgamento ComprasBR, no endereço www.comprasbr.com.br
Nova data de abertura: 15/10/2026.
Horário de abertura: 09:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 1.323.333,34 (Um milhão, trezentos e vinte e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)
Critério de julgamento: Maior Preço por Item.
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4476E7E9

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026

Termo Aditivo nº 1 ao Contrato Administrativo nº 58/2026, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 10/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CNPJ nº 76.105.600/0001-86, e CONSIGNET SISTEMAS LTDA., CNPJ nº 23.112.748/0001-81. **OBJETO:** Retificação da Cláusula Décima do contrato para corrigir o termo inicial da vigência, que passa a ser 22 de maio de 2026, permanecendo inalterado o prazo de 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Parecer Jurídico de Licitação nº 374/2026 e art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021. As demais cláusulas contratuais permanecem ratificadas.
CAMPINA GRANDE DO SUL, 28 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:AB0348F7

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 100/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 100/2026
Processo nº 254/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 100/2026, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO, REFINANCIAMENTO, PORTABILIDADE E OPERAÇÕES REALIZADAS POR INTERMÉDIO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 04/2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12	R$ 0,01

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 30/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:8A2047F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº039/2026

INSTITUI O COMITÊ DE COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EQUIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que amplia a obrigatoriedade para incluir a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial;
CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola do Município de Campo do Tenente;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar, monitorar e avaliar continuamente a execução das ações, metas, estratégias e objetivos estabelecidos na Política Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Coordenação, Monitoramento e Avaliação das Ações da Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER e Educação Escolar Quilombola – EEQ, com a finalidade de acompanhar, monitorar continuamente e avaliar a execução das ações, metas, estratégias e objetivos estabelecidos na Política Municipal de Equidade do Município de Campo do Tenente.

Art. 2º O Comitê de Coordenação, Monitoramento e Avaliação das Ações da Política Municipal de Equidade, ERER e EEQ será constituído por representantes dos seguintes órgãos, conselhos e segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação e Esportes:
•Caroline Tiburski Bonamigo – Presidente;
•Suplente. Rosilda Aparecida Rodrigues.

II – Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino:
•Tereza Bux;
•Elisandra Fernandes;
•Scheila Ferreira Leineker.

III – Representantes das Instituições Municipais de Ensino:
•Mariza Castanho Mendes Arruda;
•Marise Schreiner dos Santos;
•Elaine Cristina Ribeiro;
•Cleverson José Baptista.
•Eriana Heide de Alves;
•Rayssa Luana Veiga Walescko;
•Jéssica Novak Kuhl.

IV – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:
•Elenice Aparecida Gonçalves de Oliveira Miguel;
•Dilma de Fatima Pereira de Lima.

V – Conselho Municipal de Educação:
•Cleusa Komarchewski;
•Luciane Lopata.

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
•Ângela Santos Dias;
•Cristiane Andréia Simão.

VII – Representante da Comunidade Escolar:
•Debora Padilha Gomes;
•Gislaine do Rocio da Silva

VIII – Representante da Cultura ou de manifestações culturais relacionadas à diversidade étnico-racial:
•Juliano da Silva.

Art. 3º Compete ao Comitê de Coordenação, Monitoramento e Avaliação das Ações da Política Municipal de Equidade, ERER e EEQ:

I – acompanhar a execução das ações previstas na Política Municipal;
II – realizar o monitoramento contínuo dos objetivos, metas e estratégias estabelecidos;
III – promover avaliações periódicas da implementação da Política Municipal;
IV – acompanhar a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na Rede Municipal de Ensino;
V – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, educação antirracista e Educação Escolar Quilombola;
VI – acompanhar a execução das ações pedagógicas e curriculares relacionadas à valorização da diversidade étnico-racial;
VII – acompanhar a disponibilidade e utilização de materiais pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural;
VIII – acompanhar as ações de prevenção e enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação no ambiente escolar;
IX – acompanhar indicadores relacionados à matrícula, frequência, permanência, aprendizagem e equidade educacional;
X – acompanhar as ações relacionadas à Educação Escolar Quilombola, quando aplicáveis;
XI – elaborar relatórios contendo os resultados do monitoramento e da avaliação das ações desenvolvidas;
XII – propor medidas de aperfeiçoamento das ações e estratégias da Política Municipal;
XIII – fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, unidades escolares, Conselhos, famílias e comunidade;
XIV – acompanhar a execução dos planos de ação desenvolvidos pelas unidades escolares;
XV – analisar as dificuldades identificadas na implementação da Política e propor medidas para sua superação;
XVI – divulgar os resultados do monitoramento aos órgãos competentes, observadas as normas de transparência da Administração Pública;
XVII – propor a revisão das metas, estratégias e ações da Política Municipal sempre que necessário, considerando os resultados do monitoramento e as necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º O Comitê reunir-se sempre que necessário para o acompanhamento e avaliação das ações da Política Municipal de Equidade, ERER e EEQ e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Comitê deverão ser registradas em ata, contendo os assuntos tratados, os encaminhamentos definidos, os responsáveis e, quando necessário, os prazos para execução das ações.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação e Esportes deverá fornecer ao Comitê os dados, informações e documentos necessários ao acompanhamento e monitoramento da Política, observada a legislação aplicável, especialmente quanto à proteção de dados pessoais e à preservação da identidade dos envolvidos em situações de racismo ou discriminação.

Art. 6º O Comitê deverá elaborar, anualmente, relatório de acompanhamento e avaliação da Política Municipal, contendo, no mínimo:

I – ações realizadas;
II – metas alcançadas;
III – metas em andamento;
IV – dificuldades identificadas;
V – indicadores analisados;
VI – resultados obtidos;
VII – situações que demandaram intervenção;
VIII – medidas adotadas;
IX – propostas de aperfeiçoamento para o período seguinte.

Art. 7º A participação no Comitê constitui serviço público relevante, não remunerado.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação e Esportes poderá expedir atos complementares necessários ao funcionamento do Comitê e à execução das atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 21 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:6A1297F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de equipamentos para academias ao ar livre, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Esportes. Data: 15/10/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 30 de setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:61E89885

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 770/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
15.452.1035.2.069 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0507	350.000,00

TOTAL	350.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de superavit financeiro, no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), proveniente da fonte: 0507.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 29 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3C5A93BB

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA N° 038/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear, **MARINEIS MANFRON DA SILVA,** inscrito no CPF: *5*.***.*0*-*1, ao cargo em comissão de assessor de Assessor de Parlamentar – AP - 01, lotado no gabinete da vereadora Joselaine Menegusso.

REGISTRA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete Presidência da Câmara Municipal de Campo Magro, 01 de outubro de 2026.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:B1F6FE0B

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 037/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear, **ROSEMERI APARECIDA ESTIVAL TREVISAN,** inscrito no CPF: *3*.***.6**-8* do cargo em comissão de Diretora de Departamento de Recursos Humanos, simbologia CC-4, nesta Câmara Municipal.

REGISTRA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete Presidência da Câmara Municipal de Campo Magro, 01 de outubro de 2026.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:C18EDDF9

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Súmula: Altera os arts. 14 e 15 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Magro, para adequação aos parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal sobre eleição e recondução da Mesa Diretora, em conformidade com a Emenda à Lei Orgânica Municipal.

O vereador Rones Ribas, Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Campo Magro aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O caput do Art. 14 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Magro passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 14 — A eleição para renovação do mandato da Mesa Diretora para o biênio seguinte será realizada a partir de 1º de outubro do segundo ano da legislatura, mediante convocação do Presidente da Câmara, observado o disposto no §3º do Art. 24 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro."

Art. 2º O Art. 15 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Magro passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 15 — O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, permitida a recondução de seus membros ao mesmo cargo, por uma única vez, independentemente da legislatura ou de mandatos consecutivos, observado o disposto no §3º do Art. 24 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro."(NR)

Art. 3º As alterações previstas nesta Resolução entram em vigor somente após a promulgação da Emenda à Lei Orgânica que altera o §3º do Art. 24 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, garantindo a convergência hierárquica entre a norma fundamental e o ato regimental.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campo Magro 30 de setembro de 2026.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:E87CF0F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10.2026 - CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campo Magro, em reunião extraordinária nº 04.2026, realizada aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - por unanimidade, pela não liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI à Secretaria Municipal de Assistência Social para o custeio das mensalidades de Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, considerando o caráter não recorrente dos recursos disponíveis, a necessidade de observância de sua finalidade e a preservação dos recursos para o financiamento de ações, projetos e iniciativas específicas da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. .

Art. 2º - Fica constituída a Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta pelos seguintes representantes:

I – Carla Cristina da Silva Galindo Medeiros;
II – Michelle Araújo;
III – Maria Aparecida Garcia;
IV – Josiane Mariano da Silva Valente.

Art. 3º - A Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI terá como atribuição acompanhar, analisar e subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa quanto ao planejamento e à utilização dos recursos do FMDPI, observadas as deliberações do Plenário e a legislação vigente.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 29 de setembro de 2026.

CARLA CRISTINA DA SILVA GALINDO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:8CB97F23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 272/2026 DATA: 30/09/2026

Nomeia os membros Conselho Municipal da Cidade – COMUN.

O Prefeito Municipal de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 25/2014;
DECRETA
Art. 1º Ficam nomeados os membros da Conselho Municipal da Cidade – COMUN, nos termos da Lei Complementar 25/2014, com a seguinte composição:
I – Representantes de associações de moradores:

Titulares:

ALICE DA LUZ DE SOUZA (por Associação Comunitária Dos Moradores Do Distrito Da Paz– CNPJ 53.664.087/0001-68), e

SILVANA MARIA COLONETI (por Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cachoeira – CNPJ 78.601.804/0001-33)

Suplentes:

LEOCIR DALMASO (suplente de Alice da Luz de Souza) e

ROGÉRIO BUENO CZARNIESKI (suplente de Silvana Maria Coloneti)
II - Representantes da área empresarial:

Titulares:

DEMETRIUS ONISZCZUK e

OLVAIR BIF JUNIOR

Suplentes:
ELEANDRO ANTONIO DE VARGAS e

JADIR GAMBETTA

Obs: todos membros da ASSOCIAÇAO COMERCIAL INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE CANDOI – CNPJ 00.395.512/0001-02
III – Representantes das Secretarias:
Titulares:

CHARLES ELOI ECHER – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

e LICIELE ALBANIO – Secretaria de Administração

Suplentes:

KAUANA KUKUL – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

LUCIMARA PINHEIRO DA SILVA - Secretaria de Administração
IV – Representantes de Coordenadoria de Planejamento:
Titular:

EVANDRO CAPPELLI WACHTEL
Suplente:

GEORGE JOSÉ DA ROSA

Art. 2º. A duração do mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, nos termos do Art. 56 da Lei Complementar 25/2014.

Art. 3º A presidência do referido conselho compete ao membro titular da Coordenadoria de Planejamento, e a vice-presidência ao seu suplente.

Art. 4º Compete ao COMUN a elaboração e aprovação de seu regimento interno em sua primeira reunião, nos termos da Lei Complementar 25/2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do município de Candói, em 30 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:035CE387

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 273/2026 DATA: 30/09/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, em favor do Município de Candói, o imóvel que menciona.

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, art. 5º, caput, alínea "m", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de ampliação do Cemitério da Comunidade de Cachoeira:

D E C R E T A

Art. 1º. Fica declarado de necessidade e/ou utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de imóvel com fração de 2.619,53 m2 (dois mil e seiscentos e dezenove metros e cinquenta e três centímetros quadrados), situada na localidade de Cachoeira no imóvel denominado ALGODOEIRO dentro da área maior do imóvel objeto da matrícula 5454 do livro 2 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR.

Parágrafo único: a fração de imóvel mencionada no caput encontra-se dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **RHFJM1870**, de coordenadas (Longitude: -52°13'26,942", Latitude: -25°42'38,196" e Altitude: 610,28 m); Muro; deste, segue confrontando com **Município de Candói_Cemitério Cachoeira**, com os seguintes azimutes e distâncias: 144°27' e 28,10 m até o vértice **RHFJM1871**, (Longitude: -52°13'26,356", Latitude: -25°42'38,939" e Altitude: 610,26 m); 125°27' e 35,97 m até o vértice **RHFJM1873**, (Longitude: -52°13'25,305", Latitude: -25°42'39,617" e Altitude: 610,12 m); Muro; deste, segue confrontando com **Município de Candói_Capela Mortuária**, com os seguintes azimutes e distâncias: 125°25' e 20,02 m até o vértice **TTIIM0527**, (Longitude: -52°13'24,720", Latitude: -25°42'39,994" e Altitude: 609,98 m); Linha ideal; deste, segue confrontando com **Remanescente Matrícula 5.454_Valdecir José Caus CPF 000.289.749-05**, com os seguintes azimutes e distâncias:

274°59' e 93,81 m até o vértice **TTIIM0500**, (Longitude: -52°13'28,072", Latitude: -25°42'39,729" e Altitude: 609,62 m); 01°02' e 35,43 m até o vértice **RHFJM1868**, (Longitude: -52°13'28,049", Latitude: -25°42'38,578" e Altitude: 609,62 m); Estrada deste, segue confrontando com **Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 69°08' e 33,03 m até o vértice **RHFJM1870**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais, referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas.

Art. 2º. A presente desapropriação destina-se a ampliação do Cemitério da Comunidade Cachoeira, neste Município.

Art. 3º. Ficam os órgãos e departamentos técnicos competentes do Município autorizados a adotar as medidas necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Decreto correrão às expensas do Município, por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento anual, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói, 30 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E15A9150

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026 PROCESSO Nº 3.370/2026

I - Relatório

Trata-se de processo administrativo destinado à contratação de empresa especializada para elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social – PTS, incluindo planejamento, leitura técnico-comunitária, comunicação social, validação participativa, execução das ações previstas nos eixos temáticos, elaboração de relatórios, meios de verificação e demais produtos necessários ao acompanhamento do Trabalho Social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, conforme Portaria MCID nº 75/2025, Lei Federal nº 14.133/2021 e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

A necessidade da contratação encontra-se caracterizada no Termo de Referência e nos demais documentos que instruem os autos, tendo em vista a necessidade de assegurar o planejamento, acompanhamento e execução das ações sociais vinculadas ao empreendimento habitacional, com participação comunitária, comunicação social, desenvolvimento dos eixos temáticos, registro das atividades e elaboração dos respectivos relatórios e meios de verificação.

O Termo de Referência estabelece que a solução consiste na contratação de terceiro especializado para desenvolver, de forma integrada, a elaboração e a execução do PTS, desde a fase inicial de alinhamento e leitura técnico-comunitária até a realização das ações dos eixos temáticos e apresentação dos produtos finais. O ciclo de vida compreende, entre outras etapas, reunião de planejamento, coleta de dados, aplicação de pesquisa, grupo focal, entrevistas, mapeamento socioterritorial, elaboração e validação do PTS, execução das atividades, produção de relatórios e comprovação das ações.

A empresa indicada para a contratação é AGGIORNARE – ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.798.600/0001-69, cuja escolha está fundamentada na notória especialização e comprovada capacidade técnica na área de políticas públicas, projetos sociais e elaboração e execução de Projetos de Trabalho Social, conforme documentação constante dos autos.

O valor global da contratação é de **R$ 63.000,00** (sessenta e três mil reais), conforme orçamento e proposta técnica apresentados pela empresa, estando a justificativa de preços instruída no Despacho 02 do Processo Licitatório nº 3.370/2026.

A contratação terá duração inicial de 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogada pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que devidamente justificada, conforme estabelecido no Termo de Referência.

É o relatório do essencial.

II - Fundamentação

A presente contratação direta fundamenta-se no art. 74, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, consistente na elaboração e execução de Projeto de Trabalho Social, cuja contratação direta pressupõe a comprovação dos requisitos legais relativos à especialização e à inviabilidade de competição, conforme instrução processual.

O objeto possui natureza de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, contratado por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem caráter continuado, conforme expressamente definido no Termo de Referência.

A escolha da empresa AGGIORNARE – ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA decorre de sua notória especialização e comprovada capacidade técnica na área de políticas públicas, projetos sociais e elaboração e execução de Projetos de Trabalho Social, bem como da compatibilidade da proposta técnica apresentada com as necessidades do Município de Candói.

A empresa deverá executar as atividades em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025, as orientações do agente financeiro ou mandatária e as determinações da Administração, mantendo equipe técnica multidisciplinar suficiente e qualificada, com responsável técnico de nível superior e experiência compatível, além de observar as exigências relativas à proteção de dados pessoais e à LGPD.

A justificativa de preços consta dos autos e decorre da comprovação de compatibilidade com os valores praticados para serviços análogos de elaboração e execução de Projeto de Trabalho Social no âmbito de programas habitacionais federais, mediante apresentação de contratos anteriores de objetos semelhantes firmados pela futura contratada com outros órgãos e entidades da Administração Pública.

O valor global de R$ 63.000,00 contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo equipe técnica, planejamento, mobilização, aplicação de instrumentos, facilitação de atividades, produção de relatórios, registros, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, seguros, materiais de apoio e demais despesas diretas e indiretas, ressalvadas as obrigações expressamente atribuídas à Administração.

A cobertura orçamentária encontra-se assegurada conforme atestado de disponibilidade e adequação orçamentária constante do Despacho 07 dos autos, com recursos consignados na LOA de 2026, Lei Municipal nº 1.818/2026, na dotação: exercício 2026, conta da despesa 3255, funcional programática 09.003.08.245.0006.2045, fonte de recurso 942, natureza da despesa 3.3.90.39.00.00.

Dessa forma, considerando os elementos constantes dos autos e as condições estabelecidas no Termo de Referência, encontram-se demonstrados os pressupostos necessários ao prosseguimento da contratação direta pretendida.

III - Decisão

Diante do exposto, com fundamento no art. 72, inciso VIII, e no art. 74, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, acolho as manifestações técnicas constantes dos autos e AUTORIZO a contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, da empresa AGGIORNARE – ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.798.600/0001-69, para a elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social – PTS, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, pelo valor global de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

A contratação deverá observar integralmente as especificações, condições de execução, produtos, etapas, critérios de medição e pagamento, prazos e obrigações estabelecidos no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do processo. O pagamento das parcelas ficará condicionado à entrega, análise, aceite e comprovação dos produtos correspondentes, conforme previsto no Termo de Referência.

A execução será acompanhada e fiscalizada pela Fiscal de Contratos, Sra. Adriane Aparecida Martins, ou por quem vier a substituí-la, desde que formalmente designado pela Administração, cabendo ao gestor do contrato à secretária responsável pela pasta da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, nos termos do Termo de Referência.

Nos termos das Portarias Municipais nº 217/2023 e nº 381/2024, fica designado o Sr. **Rodrigo Miss**, Agente de Contratação, para a adoção das providências necessárias ao prosseguimento e formalização da contratação, podendo contar, quando necessário, com o apoio da equipe de apoio previamente designada.

Determino o regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e à publicação dos atos pertinentes, na forma da legislação aplicável.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Candói, em 30 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DB974530

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 013/2026

CONTRATO Nº 013/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 013/2026 "contratação de serviços de Motorista Categoria D, em período diurno, com realização de horas extras, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, mediante cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 532,35 (quinhentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:73C427E9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 054/2026

CONTRATO Nº 054/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 054/2026 "Contratação de serviço de Motorista Categoria B - Diurno, através de cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 4.555,20 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8438EA7F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 119/2026

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 3.885/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E AMANDA PACHITO DE AMORIM LIMA

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a Sra. AMANDA PACHITO DE AMORIM LIMA, inscrita no CPF n° 135.xxx.xxx-47 e portadora do RG n° 3.xxx.xx9 SSP-ES, doravante designado CONTRATADA, endereço eletrônico: phaconsultoria@outlook.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente termo aditivo do Processo nº 1.740/2026 de Credenciamento nº 006/2026 e Processo nº 3.670/2026 de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Constitui objeto deste termo aditivo, a correção de valor do contrato por erro material no Contrato nº 119/2026, Credenciamento n° 006/2026, Inexigibilidade n° 014/2026 e do Processo Licitatório nº 3.670/2026, o qual constitui o seguinte objeto: "Constitui objeto deste instrumento, a prestação de serviços em banca julgadora de projetos culturais no âmbito da Lei Aldir Blanc, com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer técnico sobre projetos submetidos, de acordo com os critérios estabelecidos nos editais que serão divulgados pela administração".
CLÁUSULA SEGUNDA

DA MOTIVAÇÃO

O presente Termo Aditivo teve origem no memorando anexado aos autos do Processo Administrativo nº 3.885/2026. Durante a sessão pública de julgamento do processo licitatório, conforme registrado no sistema oficial, a empresa sagrou-se vencedora do item pelo valor de R$ 2.163,59 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), valor este devidamente homologado e constante dos documentos que integram o processo.

Entretanto, no momento da formalização do contrato, ocorreu erro material de digitação, tendo sido consignado no instrumento contratual o valor de R$ 2.163,58 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), quando o valor correto, conforme registrado no sistema e no resultado homologado da licitação, é de R$ 2.163,59 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, o presente Termo Aditivo tem por finalidade exclusiva corrigir o referido erro material, fazendo constar no contrato o valor efetivamente ofertado pela empresa e homologado pela Administração. A correção não representa alteração contratual substancial, reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco implica modificação da proposta vencedora ou concessão de vantagem à contratada, tratando-se exclusivamente de ajuste técnico-administrativo destinado a adequar o instrumento contratual aos registros oficiais do procedimento licitatório, preservando os princípios da legalidade, transparência, segurança jurídica e vinculação ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO VALOR CONTRATUAL

O valor global do contrato, por força da correção de erro material identificado no instrumento contratual, passa a constar como sendo de **R$ 2.163,59** (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), em substituição ao valor de R$ 2.163,58 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos) anteriormente consignado, mantendo-se, contudo, o valor originalmente ofertado pela contratada e devidamente registrado e homologado no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA
DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato original que não tenham sido expressamente alteradas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.
Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C1467BEB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 050/2025

CONTRATO Nº 050/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 050/2025 Contratação de serviço de Motorista Categoria B Carga horária semanal: 40h – Diurno e Motorista Categoria D - Diurno com Hora Extra Carga horária semanal: 40h, através de cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 8.613,15 (oito mil, seiscentos e treze reais e quinze centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7998F426

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 072/2025

CONTRATO Nº 072/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 072/2025 "contratação de serviços de Motorista Categoria D, em período diurno, com realização de horas extras, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, mediante cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 958,23 (novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:9B907A18

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 110/2025

CONTRATO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 110/2025 "contratação de serviços de Motorista Categoria D, em período diurno, com realização de horas extras, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, mediante cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 1.064,70 (mil, sessenta e quatro reais e setenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:60978AA9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 024/2023

CONTRATO Nº 024/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.534/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 024/2023 - "Constitui objeto do presente contrato, a contratação de serviço de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de auxiliar de cozinha".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão nas cláusulas 4.1 do contrato.
VALOR: R$ 4.056,00 (quatro mil e cinquenta e seis reais).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4901AA0B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 029/2023

CONTRATO Nº 029/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.534/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 029/2023 - "Constitui objeto do presente contrato, a contratação de serviço de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de cozinheira".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão nas cláusulas 4.1 do contrato.
VALOR: R$ 2.088,06 (dois mil, oitenta e oito reais e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4652309B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 031/2023

EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 031/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.533/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: SC EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 18.360.358/0001-90.
OBJETO: é a repactuação do contrato referente objeto do presente contrato, a contratação de serviços de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão na cláusula 5.1 do contrato.
VALOR: R$ 11.005,68 (onze mil, cinco reais e sessenta e oito centavos)
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:AAA5E817

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 011/2023

EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 011/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.534/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 011/2023 - ""Constitui objeto do presente contrato, a contratação de serviço de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de cozinheira".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão nas cláusulas 4.1 do contrato.
VALOR: R$ 3.480,10 (três mil, quatrocentos e oitenta reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:369E6ECD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 015/2023

CONTRATO Nº 015/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.377/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: é a repactuação do contrato referente a "contratação de serviços de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de motorista", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão na cláusula 5.1 do contrato.
VALOR: R$ 7.718,70 (sete mil, setecentos e dezoito reais e setenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:04789E07

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 019/2023

CONTRATO Nº 019/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.377/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.

CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: é a repactuação do contrato referente a "contratação de serviços de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de motorista", para reajuste salarial da categoria profissional.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão na cláusula 5.1 do contrato.
VALOR: R$ 18.803,10 (dezoito mil, oitocentos e três reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CF3B838F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 017/2023

CONTRATO Nº 017/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.534/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: repactuação do contrato nº 017/202322/2023 - "contratação de serviço de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, de cozinheira e auxiliar de cozinha".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsão nas cláusulas 4.1 do contrato.
VALOR: R$ 13.620,10 (treze mil, seiscentos e vinte reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E2950167

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N° 398, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECLARA FRACASSADA A LICITAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 091/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELISANDRO DOS REIS, Prefeito Municipal em exercício de Capitão Leônidas Marques, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a realização do procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 091/2026**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 43/2026**, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de turismo para organização e execução de viagem destinada a trabalhadores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques/PR;
CONSIDERANDO o resultado do procedimento licitatório, conforme documentação constante dos autos, que resultou no **fracasso do certame**, impossibilitando a contratação do objeto;
DECRETA
Art. 1º Fica decretada FRACASSADA a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 091/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 43/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de turismo para organização e execução de viagem destinada a trabalhadores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, no âmbito do Programa Paraná Mais Viagens.
Art. 2º Determina-se aos setores competentes a adoção das providências administrativas necessárias quanto à continuidade da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:313B2802

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 439/2025. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 092/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI*, e de outro lado a empresa ***61.124.063 NORMA LILIANA FONSECA***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.124.063/0001-44, com sede à Rua Demetrio Paulo Paini, nº 133, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-000, neste ato representada por *NORMA LILIANA FONSECA*, inscrito no CPF sob o nº 010.140.229-59. Fundamentando-se na Lei 14.133, e conforme previsão contratual, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência e prestação de serviço como "Instrutor de oficina de Zumba" com carga horária de 08 horas semanais (Item 03), para mais 12 (doze) meses, com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas no Termo original em 30 de setembro de 2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor mensal de R$ 2.408,32 (dois mil quatrocentos e oito reais e trinta e dois centavos) para R$ 2.460,78 (dois mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), com aplicação da variação do índice no percentual de 2,1782%, de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contrato o total de R$ 29.529,36 (vinte e nove mil quinhentos e vinte nove reais e trinta e seis centavos), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 30 de setembro de 2027.
CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

61.124.063 NORMA LILIANA FONSECA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:0E70427C

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 383/2026

DATA: 24.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 56.625,24 (Cinquenta e Seis Mil Seiscentos e Vinte e Cinco Reais e Vinte e Quatro Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

13.000 - SECRET MUNC OBRAS, INFRAEST SERVIÇOS PUBLIC
13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
13.001.15.451.1055.1128-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obra R$180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 180.000,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:

13.000 - SECRET MUNC OBRAS, INFRAEST SERVIÇOS PUBLIC
13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
13.001.15.451.1054.1131-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
13.001.15.451.1010.1135-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
13.001.15.451.1054.1131-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
13.001.15.451.1056.2205-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras R$20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 20.000,00
13.001.15.451.1056.2205-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equip R$20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 20.000,00
13.002 - DEPARTAM DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FROTAS
13.002.26.782.1053.1133-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equip R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
14.000 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1060.1134-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equip R$20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 24 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:16154B12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. 090/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 437/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS,* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***REGINALDO PEREIRA DA COSTA 68158343953***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.530.711/0001-36, com sede na Rua Ocaí, nº 353, Centro, Capitão Leônidas Marques-Pr, CEP 85.790-000, neste ato representada por *REGINALDO PEREIRA DA COSTA*, brasileiro, portador da CI/RG nº 4.816.916-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 681.583.439-53. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotores, com condutor, destinados ao transporte de pessoas, de materiais e ao apoio logístico para suprir necessidades operacionais, emergenciais e rotineira, conforme demanda das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-Pr, e conforme especificações do Termo de Referência do edital de referência *Credenciamento/Chamamento N. º 008/2025 – Inex. de Licitação nº 056/2025 - P. Adm. n. º 157/2025*.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 12 (doze) meses, mantidas as demais condições firmadas no Termo Original em data de 30 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 30 de setembro de 2027, a partir do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

REGINALDO PEREIRA DA COSTA 68158343953
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:DDDCD721

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 102/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 417/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora *CRISTINA REGINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***MEDINGÁ COMERCIAL LTDA***, sita à Av. Herval, 3326, Jd. Imperial II, município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.023-055, inscrita no CNPJ sob n. º 57.742.953/0001-42, neste ato devidamente representada pela, Senhora *MARIANA PERON BUOSI*, portadora do CPF sob n. º 082.406.819-05. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 03 (três) meses do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 23.12.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

MEDINGÁ COMERCIAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:48E61F44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO N° 09/2026 – CMDCA

SÚMULA – Convoca a Assembleia Pública para apresentação e validação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Carlópolis/PR – 2026–2035, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CARLÓPOLIS/PR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a prioridade absoluta à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente quanto à formulação, deliberação e controle das políticas públicas destinadas à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento de longo prazo das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Município de Carlópolis;

CONSIDERANDO o processo de elaboração do **Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Carlópolis/PR – 2026–2035**, desenvolvido de forma intersetorial;

CONSIDERANDO a importância da participação da Rede de Proteção, dos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, da sociedade civil, de crianças e adolescentes na discussão e no aprimoramento das políticas públicas a eles destinadas;

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar espaço público para apresentação, discussão e recebimento de contribuições acerca do Plano Decenal antes de sua apreciação e deliberação final pelo CMDCA;

CONSIDERANDO a deliberação aprovada por unanimidade na reunião extraordinária on-line realizada em 29 de setembro de 2026, registrada na Ata nº 21/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a **Assembleia Pública de Apresentação e Validação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Carlópolis/PR – 2026–2035**, a realizar-se conforme segue:

I – Data: 14 de outubro de 2026;
II – Horário: 08:30 as 12h;
III – Local: Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º A Assembleia Pública terá por finalidade:

I – apresentar o processo de construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – apresentar, de forma sistematizada, o diagnóstico municipal, os eixos, diretrizes, objetivos, ações, metas, responsáveis e mecanismos de monitoramento previstos no Plano;
III – promover espaço de diálogo e participação social;
IV – oportunizar à Rede de Proteção, aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, à sociedade civil, às crianças e aos adolescentes a apresentação de contribuições para o aprimoramento do Plano Decenal;
V – registrar e sistematizar as manifestações e propostas apresentadas durante a Assembleia.

Art. 3º A Assembleia Pública será aberta à participação dos representantes do Poder Público, órgãos e serviços das políticas setoriais, Conselho Tutelar, conselhos municipais, organizações da sociedade civil, entidades de atendimento, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, crianças, adolescentes e demais interessados da comunidade.

Art. 4º As contribuições apresentadas durante a Assembleia Pública serão devidamente registradas e encaminhadas à Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Decenal para análise e sistematização.

Parágrafo único. Após a análise das contribuições e a consolidação do documento, a versão final do Plano Decenal será submetida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para apreciação e deliberação.

Art. 5º A organização da Assembleia Pública ficará sob a responsabilidade do CMDCA, com apoio da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Decenal e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º A participação na Assembleia Pública será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer forma de remuneração.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 29 de outubro de 2026.

GLAUCIA KEILA CABRAL SANTOS
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Carlópolis/PR

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:8ACF2DF8

CONSELHOS MUNICIPAIS
DECRETO Nº 4.341 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: "*Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho do Municipal de Assistência Social."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal da República e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO o Memorando nº 05/2026 – SEMAS (F.A.M.D.) informando da necessidade de atualização da composição, com a substituição de membros do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS
CONSIDERANDO O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlópolis – CMAS, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal n° 976/2010 alterada pela Lei n° 12.435/2011.
CONSIDERANDO: A troca de representatividade de entidade e substituição de membros deste conselho.
CONSIDERANDO Memorando nº 001/2026 de SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL, encaminhado para o Assessor Jurídico do Chefe Executivo em **30** de setembro de 2026, encaminhou a relação dos membros que irão compor os quadros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

DECRETA

Artigo 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme a estrutura definida a seguir:

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ENTIDADE	**TITULAR**	**SUPLENTE**
Governamental		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Valéria Miranda Pinheiro	Salete de Araújo Silva
Secretaria Municipal de Saúde	Joyce Sales Almeida Ormeneze	Leonardo Aparecido do Carmo
Secretaria Municipal de Educação	Eugênio Malanowski Falarz	Andrea Cristina Soares
Secretaria Municipal de Administração	Alana Karolina de Souza Bueno	Gustavo Eike Soares Shimizu
Executivo Municipal	Juan Roque Abílio	Katia Keiko Shimizo de Oliveira Fernandes
Instância de Gestão do Programa Bolsa Família/Cadastro Único	Cristiane de Freitas Gonçalves	Leonardo Silva Sanches
Não governamental		
Usuários da Assistência Social Pessoa Idosa	Heleni Rosa Leite	Jacira Rodrigues Fogaça
Casa lar São Vicente de Paulo de Carlópolis	Marcela Correia do Prado Fernandes	Letícia Galerani de Araújo
Trabalhadores do Setor Casa lar São Vicente de Paulo de Carlópolis	Nilciani Fernanda da Costa	Cristieli Aparecido Roberto da Rosa
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Marcos Roberto Soares	Josiane Leite da Luz Codognotto
Trabalhadores do Setor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Daniela de Lima Araújo	Tatiane Rizzo Camargo Rodrigues

Artigo 2º Deverá ser dada ciência à Secretaria Municipal de Assistência Social acerca do teor deste Decreto para tomar as providências administrativas necessárias.

Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:3571B595

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026 PROCESSO: Nº 145/2026 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, Menor Preço Global, que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de microdrenagem, infraestrutura de escoamento pluvial urbano, recomposição de pavimentos (CBUQ e blocos) e sinalização viária na área central do Município de Carlópolis - PR, conforme projetos e especificações técnicas, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 30 de setembro de 2026.

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 16 de outubro de 2026**
Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 30 de setembro de 2026.

Publique-se.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:25954F61

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EDITAL DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR REF: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 PROCESSO Nº 089/2026

A Comissão Municipal de Contratação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Credenciamento nº 004/2026, Credenciamento de operadores de máquinas, visando assegurar a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural do Município, em razão do término da vigência dos contratos oriundos de credenciamento anterior, mediante a realização de novo processo para suprir a necessidade existente, decidiu HABILITAR a(s) seguinte(s) proponente(s):

Nº	EMPRESA
01	NELSON BENTO CPF de n.º 064.600.908-74, no LOTE 03 – Prestação de serviços de operador de motoniveladora.

As decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, mediante documento escrito.

Carlópolis, 28 de setembro de 2.026.

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA
Agente de Contratação e Pregoeiro
Portaria nº 055/2026 - DP

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PAULA
Equipe de Apoio
Portaria nº 055/2026 - DP

SALOMÃO CARLOS OLIVA SILVA
Equipe de Apoio
Portaria nº 055/2026 - DP

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:987EFE8A

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 090/2026-DP.

Súmula: - "Dispõe sobre a nomeação de ocupante de cargo em comissão e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS**, Estado do Paraná, Senhor **NILTON DOUGLAS DE MEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da Republica e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis**, DECRETA:**

Art. 1º NOMEAR, TATIANE DE ASSIS, portadora da Carteira de Identidade Nacional (CIN), inscrita no CPF sob nº 053.XXX.XXX-71, para exercer o cargo em comissão de **Diretora do Departamento de Gestão de Transportes em Saúde**, a partir de 1º de outubro de 2026.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal que adote as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Carlópolis-Pr, 30 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:CECF9F4E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 114/2026-DP

SÚMULA: "Convoca suplente para exercer a função de Conselheiro Tutelar do Município de Carlópolis."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ**, Senhor **NILTON DOUGLAS DE MEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica convocado o suplente WESLEY LOPES DOS REIS, portador da Carteira de Identidade RG n°. 045.XXX.XXX-04, classificado no Edital nº 07/2023-CMDCA, para assumir a função de Conselheiro Tutelar do Município de Carlópolis, em razão da vacância decorrente da exoneração, a pedido, da conselheira TATIANE DE ASSIS.
Art. 2º. O convocado deverá apresentar a documentação regulamentar junto ao Departamento de Pessoal, observados os requisitos, prazos e procedimentos previstos no Edital nº 07/2023-CMDCA.
Art. 3º. O Departamento de Pessoal adotará as providências administrativas e operacionais necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 30 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:6DBE5F21

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.339 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: "*Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI no Município de Carlópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.*"

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal da República e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, considerando o interesse do Município de Carlópolis em avançar nas ações destinadas à promoção do envelhecimento ativo e saudável e na construção de um Município Amigo da Pessoa Idosa;

DECRETA

Artigo 1º Fica instituído o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, de caráter intersetorial e articulador, com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas, programas, projetos, ações e serviços destinados à promoção e proteção dos direitos, da dignidade, da autonomia, da participação e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.

Artigo 2º Compete ao Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

I – promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II – utilizar os instrumentos e orientações indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III – acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação das ações e projetos vinculados ao PAPI;
IV – acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e atualização do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V – promover ações que contribuam para a construção de uma cultura de intersetorialidade e complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação da população idosa;
VI – contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo, saudável, digno e participativo, assegurando atenção integral à pessoa idosa;
VII – apoiar a elaboração e atualização do diagnóstico situacional da população idosa do Município;
VIII – apoiar a elaboração, execução e monitoramento do Plano de Ação Municipal do PAPI, bem como acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa o Plano de Ação, o monitoramento de sua execução e os demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado;
IX – promover a articulação entre as políticas de saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, turismo, mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e demais áreas relacionadas à qualidade de vida da pessoa idosa;
X – estimular ações voltadas à acessibilidade, mobilidade, segurança, habitação, espaços públicos, transporte e demais condições que favoreçam a autonomia e a participação social da pessoa idosa;
XI – promover ações de sensibilização, valorização, inclusão social e participação da pessoa idosa, bem como de enfrentamento ao idadismo, à discriminação e às diversas formas de violência;
XII – articular parcerias com entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, instituições, universidades, empresas e demais atores que possam contribuir para a implementação do PAPI;
XIII – participar de capacitações, reuniões, fóruns e demais atividades promovidas pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, observando as diretrizes e orientações expedidas;
XIV – realizar a interlocução entre o Município de Carlópolis, o Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI;
XV – acompanhar os resultados das ações desenvolvidas e propor medidas para o seu aprimoramento;
XVI – acompanhar o processo de certificação e as ações necessárias para que o Município de Carlópolis avance na condição de Município Amigo da Pessoa Idosa.

Artigo 3º O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Idoso – SEMIPI, que proverá o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A coordenação do Comitê não restringe a participação ou responsabilidade dos demais órgãos e entidades integrantes, cabendo-lhe organizar o processo de articulação, acompanhamento e encaminhamento das ações do Programa.

Artigo 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:

I – identificar, em suas respectivas áreas de atuação, as possibilidades de ações e investimentos voltados ao fortalecimento do

envelhecimento ativo e saudável da população idosa, considerando-o como oportunidade para o desenvolvimento social e econômico do Município;
II – apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus instrumentos de planejamento e orçamento que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas;
III – informar a criação, o aprimoramento ou a alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.

Artigo 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI;
II – Secretaria Municipal de Assistência Social;
III – Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Secretaria Municipal de Educação;
V – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
VI – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
VII – Secretaria Municipal de Administração;
VIII – Conselho Municipal do Idoso – CMI;
IX – Representantes de entidades e organizações da sociedade civil que atuem na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

§ 1º Cada órgão ou entidade que integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa, indicará 01(um) membro titular e seu respectivo suplente.

§ 2º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 3º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, inclusive de órgãos da Administração Pública Estadual, instituições, organizações da sociedade civil, profissionais e especialistas com atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.

Artigo 6º O Comitê Municipal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação.

Artigo 7º A participação no Comitê Municipal será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 8º O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal do Idoso – CMI relatório de acompanhamento das ações do Programa e do respectivo Plano de Ação, para ciência, acompanhamento e demais providências cabíveis.

Artigo 9º A Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI poderá expedir normas complementares necessárias à organização e ao funcionamento do Comitê, observadas as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e as orientações do Comitê Gestor Estadual.

Artigo 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Municipal, observadas as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e as orientações expedidas pelo Comitê Gestor Estadual e pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

Artigo 10º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:1D39FC37

VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14/2026

A Divisão de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e em observância as disposições legais contidas, na Lei Municipal nº 1.611/2023, vem, por meio deste edital, após os devidos procedimentos administrativos e publicação dos editais competentes. **NOTIFICAR** o seguinte proprietário a realizar a limpeza de terreno urbano de sua propriedade, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias**: Obs.: é proibido realizar a capina química em áreas públicas, conforme Resolução SESA nº 373 de 25/06/2019.**
Caso a limpeza não seja realizada, serão aplicadas as medidas previstas na Seção II- Da Higiene das Habitações e Terrenos, Art. 14 ao Art. 18, da Lei Municipal nº 1611/2023.

Nº	Proprietário	Cadastro	Endereço
01	A. M. R	5758	Rua= Lazara Maria Alves, 241 Bairro= Jardim Novo Horizonte Quadra D lote 12

Publicado por:
Francilaine Alves Ramos
Código Identificador:70923917

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
RESOLUÇÃO Nº 005/2026

Câmara do Município de Catanduvas
Poder Legislativo
RESOLUÇÃO Nº 005/2026

SÚMULA: Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, do exercício financeiro de 2026, da Câmara Municipal de Catanduvas, e dá outras providencias

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente deste Poder, sanciono a seguinte resolução, com fundamento legal na Lei Federal nº 4320/64 e na Lei Municipal nº 408/2025 (LOA):
RESOLVE
Art. 1º - Fica aberto um Crédito adicional suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Catanduvas, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) para cobrir a seguinte Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor R$
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	001	100.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito adicional suplementar, aberto no artigo anterior fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	001	100.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

MATHEUS JOÃO POSSENTI DA COSTA
Vice-Presidente

RICARDO BARRETO SALGUEIRO
1º Secretário

LUCINETA DAL BOSCO PANDINI
2ª Secretária

JULIO CESAR TESSARO
3º Secretário

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:2B332E13

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 40/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **1DOC TECNOLOGIA S. A**, estabelecida na Av. Luiz Boiteux Piazza, Nº 1302, bairro Cachoeira do Bom Jesus, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n°19.625.833/0001-76, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Rafael José Stabile, brasileiro, portador do CPF nº 044.xxx.xxx-80, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Edital de Dispensa de Licitação nº 3/2026, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 04 (quatro) meses, passando a vigorar até 13 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada o contrato no valor total em mais R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTDE	PRAZO	DESCRITIVO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	1	4 meses	MODULO PROCESSO DIGITAL GESTÃO DOCUMENTAL "MEMORANDO, CIRCULAR, OUVIDORIA DIGITAL, PROTOCOLO ELETRÔNICO, PEDIDO E-SIC, OFÍCIO DIGITAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO, WORKFLOW AVANÇADO DE PROCESSOS. (Disponibilizado 50 usuários para Prefeitura).	2.400,00	9.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 13 de setembro de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

1 DOC Tecnologia S. A
RAFAEL JOSÉ STABILE
Representante Legal
CPF 044.xxx.xxx-80

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:06864580

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 42/2026.
Processo Administrativo nº 89/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PESSOAL E PREDIAL, PARA TODAS AS SECRETARIAS.

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, nº 500, Município de Catanduvas, no dia 15 de outubro de 2026 as 09:00 horas.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site: www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas – Pr, 01 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2BF7D1DD

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 43/2026
Processo Administrativo nº 90/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SAIS PARA REIDRATAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DISPENSAÇÃO DIRETA À POPULAÇÃO E DEMAIS AÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual "www.bll.org.br", no dia 15/10/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 01 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:9A0CFDB8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 44/2026
Processo Administrativo nº 91/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual "www.bll.org.br", no dia 16/10/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 01 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:687AE796

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 288/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.08.15.451.1500.3.017	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2000	R$ 102.512,80
02.08.15.451.1500.3.071	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2000	R$ 17.855,63

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 30 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:5DA379FC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 289/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.11.17.512.1600.3.073	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0	R$ 62.293,35

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0	R$ 62.293,35

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 30 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:28D91D90

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, E SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DAS MESMAS.

Em razão de argumentos e apontamentos apresentados, a Pregoeira resolve **RETIFICAR o anexo III - Termo de Referência**, nos seguintes termos:
Fica suprimido do TERMO DE REFERÊNCIA, item 5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO os itens 5.4 e 5.6, que versam:
5.4 Comprovante de possuir licença da ANATEL para comercialização e instalação dos equipamentos, para garantir que os equipamentos sujeitos à regulamentação da ANATEL estejam devidamente homologados para utilização no território nacional.
5.6 Declaração de que fornecerá equipamentos com selo do INMETRO, para garantir que os equipamentos fornecidos atendam aos requisitos de segurança e conformidade técnica, quando exigida a certificação.
Diante das alterações supra mencionadas, considerando que não interferem na proposta, apenas documentação a ser apresentada, mantem se o prazo de distribuição do edital e a apresentação de proposta para até as 08:59 hrs do dia **06 de outubro de 2026**, com sessão de julgamento ocorrendo as **09:00 hrs** do mesmo dia.

Catanduvas, 30 de setembro de 2026.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:0BA851AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 106/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MARINEZ PAULA DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE PARLAMENTAR II, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 06/01/2025 A 06/01/2026, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 027/2022.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº027/2022, que institui o Plano de Carreira no âmbito do Quadro Próprio de Pessoal, mediante provimento por concurso público, RESOLVE

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARINEZ PAULA DE MATOS, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete Parlamentar II, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a serem usufruídos no período de 1º a 30 de outubro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 a 06 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 30 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:9AB5B770

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 006/2026 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO FACULTATIVO

CERRO AZUL PREV

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – PR CNPJ: 08.927.997/0001-31

ANEXO I
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO FACULTATIVO

BENEFICIÁRIO(A):	
CPF:	**MATRÍCULA/BENEFÍCIO:**
ENTIDADE DESTINATÁRIA:	

DESCONTO(S) OBJETO DA AUTORIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO DO DESCONTO	VALOR OU PERCENTUAL

Por meio deste Termo, **AUTORIZO**, de forma individual, expressa e inequívoca, a implantação ou a manutenção dos descontos acima identificados em meu benefício previdenciário pago pelo CERRO AZUL PREV, em favor da entidade destinatária indicada, nos valores ou percentuais acima especificados, incidindo eventual percentual sobre o valor bruto do benefício previdenciário.

Declaro estar ciente de que esta autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante requerimento de suspensão do desconto perante o CERRO AZUL PREV, produzindo efeitos na primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível sua implementação.

Declaro, ainda, estar ciente de que a suspensão ou a ausência do desconto em folha não implica cancelamento de filiação, associação, contratação ou de qualquer outro vínculo mantido com a entidade destinatária, nem extingue eventuais obrigações decorrentes dessa relação, as quais deverão ser tratadas diretamente com a respectiva entidade.

Declaro estar ciente de que quaisquer questões relativas à filiação, associação, contratação, cobrança, valores, reajustes, prestação ou continuidade de serviços, cancelamento, restituição de valores e demais obrigações decorrentes da relação mantida com a entidade destinatária deverão ser tratadas e solucionadas diretamente por mim perante a respectiva entidade, não cabendo ao CERRO AZUL PREV intermediar, apurar ou solucionar tais questões.

Cerro Azul/PR, de de .

Assinatura do(a) Beneficiário(a)

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:2F7380B7

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 006/2026 - TERMO DE NÃO AUTORIZAÇÃO E REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE DESCONTO FACULTATIVO

TERMO DE NÃO AUTORIZAÇÃO E REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE DESCONTO FACULTATIVO

Eu,_____, CPF n.º _____, Matrícula/Benefício n.º _____, beneficiário(a) do CERRO AZUL PREV, **MANIFESTO**, de forma livre, expressa e inequívoca, minha vontade nos seguintes termos:

( ) **NÃO AUTORIZO** a implantação ou continuidade de desconto facultativo em meu benefício previdenciário;

( ) **REVOGO A AUTORIZAÇÃO** anteriormente concedida e **REQUEIRO A SUSPENSÃO** do(s) desconto(s) facultativo(s) adiante identificado(s), atualmente incidente(s) sobre meu benefício previdenciário.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) DESCONTO(S):

ENTIDADE DESTINATÁRIA:

DESCRIÇÃO DO(S) DESCONTO(S):

VALOR OU PERCENTUAL:

Declaro estar ciente de que a presente manifestação produz efeitos exclusivamente quanto à implantação, continuidade ou suspensão dos descontos facultativos na folha de pagamento do meu benefício previdenciário pelo CERRO AZUL PREV.

Declaro, ainda, estar ciente de que a não autorização ou a suspensão dos descontos em folha não implica, por si só, desfiliação, exclusão de quadro associativo, cancelamento de contratação ou encerramento de qualquer outro vínculo mantido com as respectivas entidades destinatárias, nem extingue eventuais obrigações decorrentes dessas relações.

Caso não pretenda permanecer filiado(a), associado(a) ou vinculado(a) às respectivas entidades destinatárias, caberá a mim requerer diretamente perante elas a desfiliação, o cancelamento ou o encerramento dos vínculos, conforme o caso.

Declaro estar ciente de que quaisquer questões relativas à filiação, desfiliação, contratação, cobrança, valores eventualmente devidos e demais obrigações decorrentes das relações mantidas com as entidades destinatárias deverão ser tratadas diretamente perante as respectivas entidades, não cabendo ao CERRO AZUL PREV intermediar, apurar ou solucionar tais questões.

Cerro Azul/PR, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Beneficiário(a)

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:01D3F41A

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - TERMO DE CIÊNCIA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONSIGNADOS

Eu, _____, CPF n.º _____, Matrícula/Benefício n.º _____, beneficiário(a) do CERRO AZUL PREV, **DECLARO** que, por ocasião da concessão de minha aposentadoria, fui devidamente informado(a) e estou ciente de que:

I – os empréstimos e financiamentos consignados descontados de minha remuneração enquanto servidor(a) em atividade **não serão automaticamente transferidos para a folha de pagamento do benefício de aposentadoria**;

II – caso pretenda manter o pagamento dessas operações mediante consignação em meu benefício previdenciário, caberá a mim procurar diretamente a respectiva instituição financeira e adotar as providências necessárias à regularização da operação, podendo ser exigida carta margem, nova autorização, aditamento, renegociação ou celebração de nova contratação;

III – quando a aposentadoria for concedida no curso do mês e o primeiro pagamento corresponder a período proporcional, **a carta margem somente poderá ser emitida após o processamento da primeira competência mensal integral do benefício previdenciário**;

IV – poderá, em razão dos procedimentos necessários à emissão da carta margem e à regularização da operação, existir período entre a concessão da aposentadoria e a efetiva implantação da consignação na folha do CERRO AZUL PREV, cabendo a mim tratar diretamente com a instituição financeira sobre o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas durante esse período;
V – a emissão de carta margem pelo CERRO AZUL PREV possui caráter exclusivamente informativo, não implicando reserva de margem, aprovação, renovação ou garantia da operação de crédito; e

VI – a ausência temporária do desconto em folha não suspende nem altera as obrigações assumidas no contrato de empréstimo ou financiamento, cabendo a mim tratar diretamente com a instituição financeira quaisquer questões relativas ao contrato, inclusive pagamento, saldo devedor, juros, encargos, vencimentos, cobrança e renegociação, **não competindo ao CERRO AZUL PREV intermediar, apurar ou solucionar tais questões**.

Declaro, por fim, estar ciente de que a assinatura deste Termo possui caráter exclusivamente informativo e **não constitui autorização para implantação de desconto de empréstimo ou financiamento em meu benefício previdenciário**.

Cerro Azul/PR, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Beneficiário(a)

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:50D3C767

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE DESCONTOS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONSIGNADOS NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS PELO CERRO AZUL PREV, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Anexo III da Lei Complementar Municipal n.º003/2022, com redação dada pela Lei Complementar Municipal n.º 008/2025, torna público que o **CONSELHO DELIBERATIVO**, por ocasião da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de setembro de 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes para a implantação de descontos decorrentes de empréstimos e financiamentos consignados nos benefícios previdenciários pagos pelo CERRO AZUL PREV;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica alteração do órgão responsável pelo processamento da folha de pagamento, não acarretando a transferência automática das consignações anteriormente incidentes sobre a remuneração do servidor;

RESOLVEU:

Art. 1º Esta Resolução disciplina os procedimentos administrativos para implantação, na folha de pagamento dos benefícios previdenciários do CERRO AZUL PREV, de descontos decorrentes de empréstimos e financiamentos consignados contratados pelos beneficiários com instituições financeiras.

Art. 2º Os empréstimos e financiamentos consignados incidentes sobre a remuneração do servidor enquanto em atividade não serão automaticamente transferidos para a folha de pagamento do benefício previdenciário por ocasião da concessão da aposentadoria.

§ 1º A autorização anteriormente concedida para desconto na remuneração do servidor ativo não será suficiente para a implantação ou continuidade da consignação no benefício previdenciário.

§ 2º O beneficiário que pretenda manter o pagamento da operação mediante consignação deverá procurar diretamente a instituição financeira credora para verificar e adotar as providências necessárias à sua regularização, podendo ser exigida carta margem, nova autorização, aditamento, renegociação ou celebração de nova contratação.

Art. 3º Por ocasião da concessão da aposentadoria, o servidor será cientificado das disposições desta Resolução mediante preenchimento e assinatura do Termo de Ciência sobre Empréstimos e Financiamentos Consignados, constante do Anexo Único.

Parágrafo único. A assinatura do Termo de Ciência possui caráter exclusivamente informativo e não constitui autorização para implantação de desconto, reconhecimento ou confirmação de dívida.

Art. 4º A carta margem somente poderá ser emitida após o processamento da primeira competência mensal integral do benefício previdenciário, não sendo considerado, para essa finalidade, eventual pagamento proporcional decorrente da concessão da aposentadoria no curso do mês.

§ 1º Após o processamento da primeira competência mensal integral, o beneficiário poderá solicitar a emissão da carta margem e adotar, perante a instituição financeira, as providências necessárias à regularização ou contratação da operação consignada.

§ 2º A implantação do desconto dependerá do atendimento aos requisitos previstos nesta Resolução e ocorrerá na primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível seu processamento.

§ 3º A emissão da carta margem possui caráter exclusivamente informativo e não implica reserva de margem, aprovação, renovação ou garantia de operação de crédito.

Art. 5º A implantação do desconto dependerá de solicitação regularmente apresentada, acompanhada da autorização expressa do beneficiário e das informações necessárias à identificação e ao processamento da operação.

§ 1º Atendidos os requisitos, o desconto será implantado na primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível seu processamento.

§ 2º Não serão realizados descontos retroativos para compensação de parcelas vencidas anteriormente à efetiva implantação da consignação.

Art. 6º Compete ao beneficiário tratar diretamente com a instituição financeira todas as questões relativas à continuidade da operação, pagamento das parcelas durante o período em que não houver consignação em folha, contratação, renegociação, saldo devedor, juros, encargos, vencimentos e demais obrigações decorrentes da relação contratual.

§ 1º A ausência temporária do desconto em folha não suspende nem altera as obrigações assumidas pelo beneficiário perante a instituição financeira.

§ 2º Não caberá ao CERRO AZUL PREV intermediar, apurar ou solucionar controvérsias decorrentes da relação contratual estabelecida entre o beneficiário e a instituição financeira.

Art. 7º O CERRO AZUL PREV atuará exclusivamente na operacionalização administrativa das consignações regularmente implantadas, não assumindo responsabilidade pelas condições, execução ou cumprimento dos contratos celebrados entre os beneficiários e as instituições financeiras.

Art. 8º A Superintendência poderá estabelecer formulários, prazos e demais procedimentos administrativos necessários à execução desta Resolução, bem como decidir os casos omissos.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul/PR, 23 de setembro de 2026.

ARTHUR DANIEL MARQUARDT
Superintendente
Cerro Azul PREV

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:DCEA4DBB

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 - REGULAMENTA OS DESCONTOS FACULTATIVOS INCIDENTES SOBRE OS BENEFÍCIOS PAGOS PELO CERRO AZUL PREV, EM FAVOR DE ASSOCIAÇÕES, CONVÊNIOS E DEMAIS ENTIDADES DE APOSENTADOS LEGALMENTE RECONHECIDAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Anexo III da Lei Complementar Municipal n.º003/2022, com redação dada pela Lei Complementar Municipal n.º 008/2025, torna público que o **CONSELHO DELIBERATIVO**, por ocasião da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de setembro de 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 73, inciso V e parágrafo único, da Lei Municipal n.º 32/2007, que admite descontos de mensalidades de associações, convênios e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizados pelos beneficiários e observada a conveniência administrativa do setor de benefícios do CERRO AZUL PREV;

CONSIDERANDO que os descontos de que trata o referido dispositivo possuem natureza facultativa e dependem de manifestação individual, expressa e inequívoca do beneficiário;

CONSIDERANDO que a operacionalização de descontos facultativos em folha de pagamento constitui procedimento de natureza administrativa, não transferindo ao CERRO AZUL PREV responsabilidade pelas relações jurídicas estabelecidas entre os beneficiários e as entidades destinatárias dos valores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes para a autorização, implantação, manutenção, alteração e suspensão dos descontos facultativos incidentes sobre os benefícios previdenciários;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização das autorizações relativas aos descontos facultativos atualmente incidentes sobre os benefícios de aposentadoria e pensão, assegurando a manifestação expressa dos respectivos beneficiários;

RESOLVEU:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV, a operacionalização dos descontos facultativos previstos no art. 73, inciso V e parágrafo único, da Lei Municipal n.º 32/2007, incidentes sobre os benefícios de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo CERRO AZUL PREV.

Art. 2º Poderão ser admitidos descontos facultativos referentes a mensalidades de associações, convênios e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que previamente autorizados pelo beneficiário e observada a conveniência administrativa do setor de benefícios do CERRO AZUL PREV.

§ 1º A operacionalização de desconto facultativo em folha de pagamento constitui facilidade administrativa disponibilizada pelo CERRO AZUL PREV aos seus beneficiários, não gerando direito à sua implantação ou manutenção.

§ 2º A implantação e a manutenção dos descontos ficam condicionadas à compatibilidade com os procedimentos

administrativos, operacionais e tecnológicos adotados pelo CERRO AZUL PREV, podendo ser recusadas ou suspensas quando não atendidos os requisitos desta Resolução ou quando puderem comprometer a regularidade e o processamento da folha de pagamento dos benefícios previdenciários.

§ 3º A realização do desconto pelo CERRO AZUL PREV não implica reconhecimento, validação ou garantia da relação jurídica que lhe deu origem, nem assunção de responsabilidade pelas obrigações estabelecidas entre o beneficiário, a entidade destinatária e eventuais terceiros.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, poderão ser admitidos, dentre outros compatíveis com o disposto no art. 73, inciso V, da Lei Municipal n.º 32/2007:

I – mensalidades ou contribuições destinadas a associações, sindicatos e demais entidades representativas de aposentados e pensionistas legalmente reconhecidas;

II – valores relativos a seguros de vida, planos de saúde, planos odontológicos e outros serviços disponibilizados aos beneficiários por intermédio das entidades referidas no inciso I; e

III – outros descontos de natureza facultativa vinculados às entidades abrangidas por esta Resolução, desde que previamente identificados e expressamente autorizados pelo beneficiário.

§ 1º Os descontos previstos neste artigo deverão possuir natureza, entidade destinatária e valor, percentual ou critério de cálculo previamente identificáveis pelo beneficiário.

§ 2º Não serão admitidos descontos relativos a serviços eventuais ou obrigações cujo objeto ou forma de determinação do valor não tenham sido previamente informados ao beneficiário.

§ 3º Não se incluem no âmbito desta Resolução os descontos decorrentes de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito consignado, que serão objeto de regulamentação própria.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO E DA IMPLANTAÇÃO DOS DESCONTOS

Art. 4º A implantação de desconto facultativo dependerá de autorização prévia, individual, expressa e inequívoca do beneficiário, da qual deverão constar, no mínimo:

I – a identificação do beneficiário;

II – a identificação da entidade destinatária do desconto;

III – a natureza do desconto;

IV – o valor, percentual ou critério de cálculo aplicável; e

V – a data e a assinatura do beneficiário.

§ 1º A autorização poderá ser formalizada em meio físico ou eletrônico, desde que permita a identificação segura do beneficiário e a comprovação de sua manifestação de vontade.

§ 2º Caberá à entidade destinatária coletar, manter sob sua guarda e encaminhar ao CERRO AZUL PREV as autorizações necessárias à implantação dos descontos, responsabilizando-se pela autenticidade dos documentos e pela exatidão das informações prestadas.

§ 3º O CERRO AZUL PREV poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação do documento original, quando existente, ou de outros documentos necessários à verificação da regularidade do desconto, inclusive para atendimento ao controle interno ou externo.

Art. 5º O pedido de implantação do desconto deverá ser encaminhado pela entidade destinatária ao CERRO AZUL PREV, acompanhado da respectiva autorização e das informações necessárias ao seu processamento.

§ 1º Somente serão processados os pedidos apresentados com a documentação exigida e em condições de serem implementados nos procedimentos ordinários da folha de pagamento.

§ 2º A implantação ocorrerá na primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível seu processamento, não sendo admitida a realização de descontos retroativos.

§ 3º A apresentação da autorização não assegura a implantação do desconto quando verificada incompatibilidade com esta Resolução ou com as condições administrativas e operacionais do CERRO AZUL PREV.

Art. 6º O servidor que possuir desconto facultativo em sua remuneração enquanto em atividade somente terá o correspondente desconto implantado em seus proventos de aposentadoria mediante nova autorização, na forma do art. 4º desta Resolução.

§ 1º A autorização anteriormente concedida para desconto na remuneração do servidor ativo não será suficiente para sua implantação ou continuidade no benefício previdenciário.

§ 2º Caberá ao beneficiário ou à entidade destinatária providenciar a nova autorização, não competindo ao CERRO AZUL PREV promover sua obtenção.

§ 3º O servidor que, por ocasião da concessão da aposentadoria, não autorizar a implantação ou continuidade de desconto facultativo anteriormente incidente sobre sua remuneração formalizará sua manifestação mediante preenchimento e assinatura do termo constante do Anexo II desta Resolução, ficando cientificado de que a ausência do desconto em folha não implica sua desfiliação, exclusão do quadro associativo ou encerramento de vínculo com a entidade destinatária, cabendo-lhe requerer diretamente perante esta, se assim desejar, a respectiva desfiliação ou encerramento do vínculo.

CAPÍTULO III

DA ATUALIZAÇÃO DOS DESCONTOS EXISTENTES

Art. 7º Os descontos facultativos que, na data de entrada em vigor desta Resolução, já incidam sobre os benefícios de aposentadoria e pensão deverão ser objeto de nova autorização individual, expressa e inequívoca do beneficiário, formalizada em data posterior à publicação desta Resolução.

§ 1º O CERRO AZUL PREV comunicará às entidades destinatárias dos descontos atualmente processados a publicação desta Resolução e a necessidade de apresentação das novas autorizações no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, contado do recebimento da comunicação.

§ 2º Caberá à entidade destinatária promover a coleta das novas autorizações de seus associados, filiados ou beneficiários e encaminhá-las ao CERRO AZUL PREV dentro do prazo previsto no § 1º, observados os requisitos estabelecidos no art. 4º.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o beneficiário poderá formalizar diretamente perante o CERRO AZUL PREV a nova autorização do desconto, mediante preenchimento e assinatura do termo constante do Anexo I desta Resolução.

§ 4º As autorizações anteriores à publicação desta Resolução não serão consideradas suficientes para o cumprimento da atualização prevista neste artigo.

Art. 8º Durante o prazo estabelecido no art. 7º, os descontos facultativos atualmente existentes permanecerão sendo processados, salvo manifestação do beneficiário em sentido contrário ou ocorrência de outra hipótese de suspensão prevista nesta Resolução.

§ 1º A apresentação da nova autorização dentro do prazo estabelecido importará na continuidade do desconto, independentemente de qualquer outra providência do beneficiário.

§ 2º Decorrido o prazo sem a apresentação da nova autorização, o CERRO AZUL PREV suspenderá o respectivo desconto a partir da primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível a adoção da medida.

§ 3º O desconto suspenso por ausência de atualização poderá ser posteriormente implantado mediante nova autorização, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO E DA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS

Art. 9º Qualquer alteração na natureza, no valor, no percentual ou no critério de cálculo do desconto deverá ser previamente comunicada ao beneficiário e dependerá de nova autorização, observado o disposto no art. 4º desta Resolução.

Parágrafo único. Não será exigida nova autorização quando a alteração decorrer da aplicação de índice, percentual ou outro critério objetivo de atualização expressamente previsto na autorização vigente.

Art. 10. O beneficiário poderá, a qualquer tempo, revogar as autorizações concedidas e requerer diretamente ao CERRO AZUL PREV a suspensão de desconto facultativo incidente sobre seu benefício, mediante preenchimento e assinatura do termo constante do Anexo II desta Resolução, independentemente da anuência da entidade destinatária.

§ 1º O pedido de suspensão produzirá efeitos a partir da primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível sua implementação.

§ 2º A suspensão do desconto em folha não implica cancelamento da filiação, associação, contratação ou vínculo existente entre o beneficiário e a entidade destinatária, nem extingue obrigações decorrentes da respectiva relação jurídica.

§ 3º Caberá ao beneficiário comunicar-se diretamente com a entidade destinatária para tratar do cancelamento da filiação, contratação ou serviço e de quaisquer obrigações eventualmente existentes.

Art. 11. A entidade destinatária deverá comunicar ao CERRO AZUL PREV eventual encerramento, cancelamento ou outra circunstância que determine a cessação do desconto, para suspensão na primeira folha de pagamento em que for tecnicamente possível.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 12. Compete ao beneficiário:

I – prestar as informações e apresentar as autorizações que lhe forem exigidas para a implantação ou manutenção do desconto;

II – verificar os descontos incidentes sobre seu benefício e comunicar ao CERRO AZUL PREV eventual divergência relacionada ao seu processamento;

III – requerer a suspensão do desconto quando não mais desejar sua incidência sobre o benefício; e

IV – tratar diretamente com a entidade destinatária das questões relativas à filiação, contratação, prestação de serviços, cobrança, cancelamento e demais obrigações decorrentes da relação jurídica mantida entre as partes.

Art. 13. Compete à entidade destinatária:

I – obter e manter sob sua guarda as autorizações e demais documentos relacionados aos descontos por ela solicitados, ressalvada a hipótese de apresentação direta pelo beneficiário;

II – encaminhar ao CERRO AZUL PREV as autorizações e informações necessárias à implantação, manutenção ou alteração dos descontos;

III – responsabilizar-se pela autenticidade dos documentos encaminhados e pela exatidão das informações prestadas;

IV – manter atualizados os dados necessários ao recebimento dos valores descontados;

V – comunicar ao CERRO AZUL PREV qualquer alteração ou circunstância que determine a modificação ou cessação do desconto; e

VI – atender diretamente os beneficiários quanto às questões decorrentes da relação jurídica que deu origem ao desconto.

Art. 14. Compete ao CERRO AZUL PREV exclusivamente:

I – receber e processar as autorizações e solicitações apresentadas na forma desta Resolução;

II – efetuar os descontos regularmente autorizados, observadas as condições administrativas e operacionais da folha de pagamento; e

III – repassar às entidades destinatárias os valores efetivamente descontados, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à competência em que realizado o desconto, encaminhando o respectivo comprovante de transferência.

Art. 15. O CERRO AZUL PREV atua exclusivamente na operacionalização administrativa dos descontos facultativos, não integrando as relações jurídicas estabelecidas entre os beneficiários, as entidades destinatárias e eventuais terceiros.

§ 1º O Instituto não responderá pela origem, validade ou exigibilidade das obrigações que deram causa ao desconto, nem pela qualidade, continuidade ou cumprimento dos serviços, contratos ou benefícios oferecidos pelas entidades destinatárias.

§ 2º Eventuais controvérsias relativas à filiação, contratação, cobrança, prestação de serviços ou demais obrigações deverão ser solucionadas diretamente entre o beneficiário e a entidade destinatária, sem intervenção do CERRO AZUL PREV.

§ 3º A operacionalização do desconto não implica responsabilidade solidária ou subsidiária do CERRO AZUL PREV pelas obrigações decorrentes das relações referidas neste artigo.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSAMENTO, DO REPASSE E DO CONTROLE DOS DESCONTOS

Art. 16. Os descontos facultativos serão processados juntamente com a folha de pagamento dos benefícios previdenciários, observados os prazos, procedimentos e limitações administrativas e operacionais do CERRO AZUL PREV.

Parágrafo único. As solicitações de implantação, alteração ou suspensão recebidas após o fechamento da folha de pagamento serão processadas na folha subsequente.

Art. 17. Os valores efetivamente descontados serão repassados às respectivas entidades destinatárias, pelos meios e nos prazos estabelecidos administrativamente pelo CERRO AZUL PREV.

§ 1º O repasse ficará condicionado à manutenção, pela entidade destinatária, dos dados bancários e demais informações necessárias à sua realização.

§ 2º O CERRO AZUL PREV não estará obrigado ao fornecimento periódico de relação nominal, demonstrativo individualizado ou outro relatório dos beneficiários alcançados pelos descontos, sem prejuízo do fornecimento de informações quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou à apuração de eventual divergência.

Art. 18. O CERRO AZUL PREV poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações complementares e verificar a regularidade dos descontos processados, especialmente quanto à existência e ao conteúdo das respectivas autorizações.

Art. 19. O CERRO AZUL PREV poderá recusar a implantação ou determinar a suspensão de desconto facultativo quando:

I – inexistente ou irregular a autorização do beneficiário;

II – constatada divergência entre o desconto processado e a autorização apresentada;

III – ausentes ou inconsistentes as informações necessárias ao processamento ou ao repasse;

IV – a entidade destinatária deixar de cumprir as obrigações estabelecidas nesta Resolução;

V – houver indícios de irregularidade ou questionamento quanto à autenticidade da autorização; ou

VI – a manutenção do desconto se mostrar incompatível com os procedimentos administrativos e operacionais ou puder comprometer a regularidade da folha de pagamento.

§ 1º A suspensão ou recusa do desconto pelo CERRO AZUL PREV não interfere na existência ou exigibilidade de eventual obrigação mantida entre o beneficiário e a entidade destinatária.

§ 2º Sanada a irregularidade que motivou a suspensão, o desconto poderá ser novamente implantado, desde que atendidos os requisitos desta Resolução.

Art. 20. Os valores descontados indevidamente em razão de informação incorreta, autorização irregular ou solicitação indevida encaminhada pela entidade destinatária serão de responsabilidade desta, inclusive quanto à restituição ao beneficiário, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O tratamento de dados pessoais realizado em decorrência dos procedimentos previstos nesta Resolução deverá limitar-se às informações necessárias à autorização, implantação, manutenção, alteração, suspensão e repasse dos descontos facultativos, observada a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. O CERRO AZUL PREV e as entidades destinatárias serão responsáveis, no âmbito de suas respectivas atribuições, pelo tratamento e pela proteção dos dados pessoais a que tiverem acesso.

Art. 22. A Superintendência do CERRO AZUL PREV poderá estabelecer procedimentos, formulários, prazos operacionais e demais medidas necessárias à execução desta Resolução, bem como decidir os casos omissos.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul/PR, 23 de setembro de 2026.

ARTHUR DANIEL MARQUARDT
Superintendente
CERRO AZUL PREV

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:BC657C67

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO N° 362, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre sobre a dispensa, sem justa causa, da Agente Comunitária de Saúde JANAINA LOURENÇO DE SOUZA, em razão da alteração dos limites territoriais entre os Municípios de Cerro Azul e Tunas do Paraná promovida pela Lei Estadual nº 22.733, de 28 de outubro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 93, inciso I, da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 22.733, de 28 de outubro de 2025, oriunda do Projeto de Lei nº 395/2025 e publicada no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná nº 12.017, de 28 de outubro de 2025, estabeleceu os limites entre os Municípios de Tunas do Paraná e Cerro Azul, entrando em vigor na data de sua publicação;

CONSIDERANDO que, em decorrência da referida Lei, as localidades de Pulador, Tigre e Tigrinho, antes integrantes do território do Município de Cerro Azul, passaram a pertencer ao Município de Tunas do Paraná;

CONSIDERANDO que a servidora JANAINA LOURENÇO DE SOUZA foi contratada pelo Município de Cerro Azul, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, combinado com a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para o exercício da função de Agente Comunitária de Saúde, atuando exclusivamente nas localidades de Pulador, Tigre e Tigrinho, na área de atuação 01, na microárea Pulador – Tigre – Tigrinho, da Estratégia Saúde da Família (ESF);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.350/2006, as atividades do Agente Comunitário de Saúde são exercidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante vínculo direto com o ente federado responsável pela execução das respectivas ações, e que, nos termos do art. 30, VII, da Constituição Federal, compete ao Município prestar os serviços de atendimento à saúde da população local, de modo que a atenção primária às localidades de Pulador, Tigre e Tigrinho passou a ser de responsabilidade do Município de Tunas do Paraná;

CONSIDERANDO que o Município de Cerro Azul não mais dispõe de base territorial nem de competência para executar ações e serviços de saúde nas referidas localidades, sendo juridicamente impossível a continuidade da prestação do trabalho para o qual a servidora foi contratada, e que a manutenção de vínculo remunerado sem a correspondente contraprestação em favor da população do Município contraria os princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade (art. 37, caput, da Constituição Federal) e os preceitos de responsabilidade na gestão fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);

CONSIDERANDO que a alteração dos limites territoriais decorre de ato normativo estadual, fato superveniente e alheio à vontade das partes, e que a presente dispensa não possui natureza punitiva, nem se funda em falta funcional ou em insuficiência de desempenho da servidora;

CONSIDERANDO que o cargo de Agente Comunitário de Saúde exige a residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público, nos termos do inciso I, do art. 6º, da Lei nº 11.350/2006;

CONSIDERANDO que foi oportunizada à servidora a prévia manifestação sobre a situação funcional decorrente da alteração dos limites territoriais.

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada, sem justa causa, por ato unilateral do Municípiode Cerro Azul, a Agente Comunitária de Saúde **JANAINA LOURENÇO DE SOUZA**, (CPF ocultado), matrícula nº 2819/1, contratada sob o regime da CLT, combinado com a Lei Federal nº 11.350/2006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão da transferência das localidades de Pulador, Tigre e Tigrinho, onde exercia suas atividades, ao território do Município de Tunas do Paraná, por força da Lei Estadual nº 22.733, de 28 de outubro de 2025.
Parágrafo único. A dispensa produzirá efeitos a partir de 1º de setembro de 2026, observado o cumprimento do aviso prévio de que trata o art. 2º.
Art. 2º A servidora fará jus ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, nos termos do art. 487 da CLT e da Lei Federal nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, que será indenizado.
Art. 3º Em razão da dispensa sem justa causa, serão pagas à servidora as seguintes verbas rescisórias, apuradas pelo setor competente:
I – saldo de salário;
II – aviso prévio proporcional, se indenizado;
III – décimo terceiro salário proporcional;
IV – férias vencidas, se houver, e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;
V – depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS eventualmente pendentes e a multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 1º O pagamento das verbas rescisórias será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, nos termos do art. 477, § 6º, da CLT.
§ 2º O Departamento de Recursos Humanos entregará à servidora o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT e os documentos necessários ao levantamento do FGTS e à habilitação ao seguro-desemprego.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, dotação nº 199.
Art. 5º Ficam determinadas as seguintes providências:
I – ao Departamento de Recursos Humanos, o registro da rescisão contratual, a baixa no e-Social e demais obrigações acessórias decorrentes;
II – à Secretaria Municipal de Saúde, a atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e dos sistemas de informação da atenção primária, com a baixa da profissional e da respectiva microárea;
III – à Secretaria Municipal de Saúde, a adoção de medidas, em articulação com o Município de Tunas do Paraná e observada a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para a transição da base cadastral das famílias acompanhadas nas localidades de Pulador, Tigre e Tigrinho, de modo a assegurar a continuidade da atenção à saúde.
Art. 6º A servidora será cientificada pessoalmente do teor deste Decreto, mediante recibo.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Exceletíssimo Senhor Prefeito, em 30 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz do Amaral
Código Identificador:4B52B710

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
EDITAL Nº 017.005/2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

EDITAL Nº 017.005/2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Edital nº 005/2026, bem como a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública, TORNA PÚBLICA a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, que apresentaram a documentação exigida e encontram-se aptos a assumir turmas, para participação no processo de **distribuição de turmas.**
Os candidatos relacionados abaixo ficam **CONVOCADOS a comparecer ao Polo UAB de Cerro Azul/PR, no dia 02 de outubro de 2026, às 09h00**, para realização da distribuição das turmas disponíveis.
A distribuição das turmas observará rigorosamente a **ordem de classificação**, a respectiva região de inscrição e a disponibilidade de turmas, conforme as necessidades da Administração Pública.

SEDE – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	
42º	Suele Cristina dos Santos Mottim	
43º	Madalena Melo dos Santos	
44º	Karine Simioni Ribeiro	
46º	Cristina Coutinho	
49º	Osmari Santana	
50º	Andressa Raab	
51º	Janaina do Prado Mangger	
52º	Daniela Charquetti	
53º	Natalia Coutinho Paulin	
54º	Thais Fernanda Lins	

REGIÃO 3 – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	
6º	Erica Mathias	

Os candidatos deverão comparecer ao local, data e horário estabelecidos, munidos de documento oficial de identificação.
A distribuição das turmas será realizada individualmente, respeitando-se a ordem de classificação, a região de inscrição e as turmas disponíveis no momento da convocação.
O não comparecimento do candidato no horário determinado poderá acarretar a perda da oportunidade de escolha da turma, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026 e demais atos do Processo Seletivo Simplificado.

Cerro Azul, 30 de setembro de 2026

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 0266/2026

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:7355B121

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 004/2026/COMDIM

Resolução nº 004/2026/COMDIM

Súmula: Aprova a aquisição de materiais permanentes para o COMDIM com o recurso ref. A Del. 15/2025/CEDM;

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei nº 2.834/2023 de 17 de outubro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária no dia 03 de junho de 2026.
Resolve:

Art. 1º – Aprovar a aquisição de bens e equipamentos para a Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAL - Del. 15/2025;

Art.º 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 03 de junho de 2026.

JOCIANE MOREIRA FORTUNATI
Presidente COMDIM
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2B347263

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 077/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 – PROCESSO Nº. 52/2026 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 077/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 029/2026 – PROCESSO Nº. 52/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA.
1. DO OBJETO:
1.1 Aquisição de itens, materiais de consumo e materiais diversos destinados ao atendimento das necessidades dos projetos, programas e oficinas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, vinculado ao CRAS, bem como das atividades, ações e demandas administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando garantir a execução adequada dos serviços ofertados à população, com recursos provenientes da Fonte 934 Conta Corrente nº 20.125-1, e de Recursos Livres Fonte 0.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 Em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$. 23.465,50 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.
Clevelândia, 30 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:30D4C121

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026 – PROCESSO Nº 67/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026 – PROCESSO Nº 67/2026
CONTRATANTE: Município de Clevelândia/PR, CNPJ nº 76.161.199/0001-00.
CONTRATADA: LINEA MÍDIA COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.630.783/0001-00.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para disponibilização de 50 (cinquenta) unidades de solução tecnológica composta por licença de uso de software de gerenciamento, tela interativa (lousa digital) de no mínimo 65 polegadas em regime de comodato, pedestal para suporte e transporte, instalação, manutenção e gerenciamento, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
VALOR TOTAL: R$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), correspondente ao valor mensal de R$ 52.500,00, com valor unitário mensal de R$ 1.050,00.
PRAZO DE CONTRATAÇÃO: 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento hábil que o substitua, podendo ser prorrogado na forma da lei.
VIGÊNCIA: 14 (quatorze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; unidade 07.01; programa 0012.0361.0020 – Manutenção do Ensino Fundamental; natureza da despesa 3.3.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos; fontes 103, 104, 107 e 102.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e procedimento realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, mediante Edital de Licitação nº 006/2025 e Ata de Registro de Preços nº 005/2025.
DATA DO INSTRUMENTO: 28 de setembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Rafaela Martins Losi, pelo Município de Clevelândia, e Rodolfo de Sousa Aires, pela contratada.

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:C8209D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 109/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.902, de 22 de janeiro de 2026; Atos nº 01 e 02, de 04 de fevereiro de 2026 da Mesa Diretora da Câmara; e nos artigos 37, IV e XI, "*e*", e 38, V, ambos do Regimento Interno da Câmara,

DETERMINA

I – Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a empenhar o adiantamento no valor de R$ 4.309,53 (quatro mil, trezentos e nove reais e cinquenta e três centavos), em nome do servidor ADEMAR PEREIRA DA COSTA para atender despesas com passagens e hospedagem na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para participar do evento "Encontro Nacional de Gestores Legislativos Municipais", evento organizado pela União dos Vereadores do Brasil (UVB), que ocorrerá entre os dias 24 e 27 de novembro de 2026, no Hotel Grand Mercure Copa Cabana, localizado na Rua Souza Lima, nº48, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ.
II – O beneficiário deverá efetuar a prestação de contas no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o retorno da viagem, apresentando os comprovantes fiscais originais das despesas realizadas, devidamente identificados e detalhados, incluindo notas fiscais ou bilhetes de passagens e notas fiscais da hospedagem, sendo que os comprovantes fiscais deverão estar em nome da Câmara Municipal de Colombo, com o CNPJ nº 79.093.241/0001-82.
III – Eventual saldo não utilizado deverá ser devolvido no ato da prestação de contas, mediante transferência bancária para a Câmara Municipal de Colombo, no Banco do Brasil, na agência e conta corrente especificados no Ato nº 01/2026 da Mesa Diretora.
IV – O beneficiário deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, descrevendo as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e a contribuição para o interesse público, acompanhado de documentos comprobatórios.
V – Não ocorrendo o deslocamento, o beneficiário terá o prazo de no máximo 05 (cinco) dias para devolução do valor recebido.

Colombo, 30 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:E4F4C92D

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 110/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 977, de 27 de dezembro de 2006; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Nomear o senhor EDIVALDO VALDEMIR FARIA, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.***.***-SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº ***.606.***-**, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 1º de outubro de 2026.

Colombo, 30 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:93D2700C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LAILA ZOLIN TOMINAGA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE MÉDICO GENERALISTA ESF
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 18.273,80

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SIRLEANE PARRONCHI MENDES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.565,31

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: FRANCIELE BORGES NOVELETTO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.565,31

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELAINE REGINA DOMINGOS NEVES DE SOUZA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DARCYLENE OLIVEIRA DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VERONICA LOZANO KOCHANIUK
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GEOVANA ROBERTA DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANA PAULA CARVALHO COUTINHO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DENNEFFER CAMILE PRESTES DE LIMA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2026 a 01/04/2027
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 5.130,63

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:8839E232

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 083/2026.

Processo:	38414/2026 – Dispensa Nº 083/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **SOLOTEST APARELHOS PARA MECANICA DO SOLO LTDA. CNPJ: 60.820.321/0001-64.**
Objeto:	Aquisição de equipamentos destinados à aferição da temperatura da massa asfáltica, para utilização pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Obras e Viação no acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços de pavimentação executados em vias públicas municipais.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 3.090,00 (Três mil e noventa reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	30/09/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:FE93DE33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 21713/2026

Nº dos Empenhos:	**21713/2026.**
Data:	**30/09/2026**
Valor Total dos Empenhos:	R$ 3.090,00 (Três mi e noventa reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**083/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **SOLOTEST APARELHOS**

	PARA MECANICA DO SOLO LTDA. CNPJ: 60.820.321/0001-64.
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de equipamentos destinados à aferição da temperatura da massa asfáltica, para utilização pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Obras e Viação no acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços de pavimentação executados em vias públicas municipais.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Obras e Viação

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:600BA2EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO N.º 439/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 019/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 058/2026

Processo: 18.561/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Contratada: ZOOPLAN CLINICA VETERINARIA LTDA, CNPJ n.º 03.831.916/0001-81
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo dos servidores: Gestora do Contrato Srª Annelize Mercúrio, matrícula funcional n.º 15.189 e Fiscal do Contrato Sr. Douglas Luís Vieira – matrícula funcional n.º 19.144
Objeto: Contratação de empresa especializada, através de credenciamento, para procedimentos médico-veterinários, cirurgias e exames complementares (laboratoriais e de imagem) para cães e gatos, do município de Colombo/Pr para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 12 **(doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da emissão: Colombo, 30 de setembro de 2026
Assinatura: Willian Zanini

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3B668496

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002/2026 AO CONTRATO N.º 458/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 080/2024

Processo: 34.288/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratada: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE, CNPJ n.º 43.942.358/001-46
Objeto: Elaboração de estudo de viabilidade visando o programa de Parceria Público Privada para rede municipal de iluminação pública para o Município de Colombo, através de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para estruturação de projeto para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Colombo/Pr
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O presente termo aditivo prorroga o prazo de vigência e execução por 12 (doze) meses, de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de agosto de 2026
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D8AA7330

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 43016/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2024, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	3 ª PRORROGAÇÃO (6 meses) A PARTIR DE:
19391	ALESSANDRA EZIDIO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/10/2026
19392	ANA LONDREGUE MUNSTER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/10/2026

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	2 ª PRORROGAÇÃO (6 meses) A PARTIR DE:
19647	RAQUEL MENDES DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026
19646	DAIR DE ATAIDE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026
19648	JEANE CRISTINA BEIJO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026
19649	KATIA DO ROCIO FURQUIM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026
19651	ROSENEIDE SOARES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026
19652	DANIELE MARTINEZ DE LA ROSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2026

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1 ª PRORROGAÇÃO (6 meses) A PARTIR DE:
20102	SIMONE SOUZA CAMPOS ATALIBA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/10/2026
20103	DIEGO BATISTA BARBOSA E SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/10/2026
20104	GIOVANA LOPES CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:AD6453D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 43017/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 002/2024, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	2 ª PRORROGAÇÃO (6 meses) A PARTIR DE:
19644	WLADEMIR DIBNER ARANTES	CIRURGIAO DENTISTA	01/10/2026

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1 ª PRORROGAÇÃO (6 meses) A PARTIR DE:
20112	GLEICE APARECIDA RUSSIANO	PSICÓLOGO	13/10/2026

20116	JOSIEL DOS SANTOS FERREIRA	PSICÓLOGO	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:4325DCC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 43018/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2025, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1 ª PRORROGAÇÃO (06 meses) A PARTIR DE:
20093	EDUARDO COPI KIMURA	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20095	HELLEN DOS SANTOS JAQUES	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20096	RAFAEL FUKUMITSU KOGIK	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20097	GIULLI ANDRETTA	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20099	NATALIA GEWEHR SCHILKLAPER STEMMER	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20100	DEBORA ZANDROVSKI GONÇALVES	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20101	JULIA CAROLINA BALDO FANTIN UNRUH	MÉDICO GENERALISTA	13/10/2026
20105	WILLIAN ALBUQUERQUE LIRMAN	TECNICO EM FARMACIA	13/10/2026
20106	JAIRTON WEBER CAMARGO JUNIOR	TECNICO EM FARMACIA	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:04C5A58C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40954/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2023, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	2ª PRORROGAÇÃO (6 MESES) A PARTIR DE:
19653	FERNANDA PEREIRA	EDUCADOR INFANTIL	01/10/2026
19654	GREICY ELLEN SILVA GRACIOLLI	EDUCADOR INFANTIL	01/10/2026
19655	LETICIA BUENO DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL	01/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:CCA87441

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40465/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2023, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	3ª PRORROGAÇÃO (6 MESES) A PARTIR DE:
19400	KARINA SILVA DE ASSIS MACEDO	PROFESSOR 20 HORAS	14/10/2026
19402	PEDRO JORGE SANTOS DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS	14/10/2026
19405	CLIRLEI BERNARDES CARVALHO	PROFESSOR 20 HORAS	14/10/2026
19406	CIRLENE INACIO RAYMUNDO SALLES	PROFESSOR 20 HORAS	14/10/2026
19407	KÁTIA DAUM FERRARI	PROFESSOR 20 HORAS	14/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:E6E2FCED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40465/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 002/2024, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1ª PRORROGAÇÃO (6 MESES) A PARTIR DE:
20111	PAOLA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO	13/10/2026
20115	GRACIELE BIANO	PSICÓLOGO	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:AA9E4757

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO Nº 001/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 36421/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: JOÃO VITOR SCARPARI LASCOSKI ME, CNPJ n.º 25.184.399/0001-39
Objeto: O presente termo tem como objeto o CANCELAMENTO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 397/2025, originada pelo Processo de Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 049/2025, firmado entre as partes em 10 do mês de setembro do ano 2025, referente a Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Local e data de Cancelamento: Colombo, 24 de setembro de 2026.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:29F7328C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 226/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 226/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos destinados à melhoria da estrutura e da capacidade de atendimento das Unidades de Saúde do Município, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 35.011,51 (trinta e cinco mil, onze reais e cinquenta e um centavos)**
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 02/10/2026 as 08h30m do dia 16/10/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 16/10/2026 as 09h:00m do dia 16/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 16/10/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 30 de setembro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:632691BD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 147/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 147/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, por meio do Chamamento Público nº 003/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08.003.08.245.0021.2.091.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte sete mil quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: JANAINA DA LUZ SANTANA CNPJ: 62.602.825/0001-33
DATA: 30/09/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:858DE8FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 148/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 148/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, por meio do Chamamento Público nº 003/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08.003.08.245.0021.2.091.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte sete mil quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: MARLENE APARECIDA GONÇALVES DA SILVA CNPJ: 62.603.396/0001-19
DATA: 30/09/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:0D5C793D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 149/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 244/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 149/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 244/2026

FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de serviço de merendeira atráves da chamada publica nº03/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
VALOR: 30.504,00 (Trinta mil e quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: ROSELI DE FATIMA DE LIMA COLAÇO CNPJ: 62.627.688/0001-91
DATA: 30/09/2026
EXECUSÃO: 12 meses
VIGENCIA: 12 meses

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C83E582B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE FORNECIMENTO Nº 160/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO A ATA DE FORNECIMENTO Nº 160/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 040/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 118/2025
OBJETO: contratação de empresa para a implantação de sistema de rastreamento e monitoramento eletrônico por gps/gprs/gsm/4g, ou tecnologia superior, em veículos oficiais pertencentes à frota do município de Contenda.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 de outubro de 2026 até 02 de outubro de 2027**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 de outubro de 2026 até 02 de outubro de 2027
VALOR: R$43.505,96 (quarenta e três mil quinhentos e cinco reais e noventa e seis centavos)
CONTRATADO: RADIO NET LTDA CNPJ sob nº 03.304.610/0001-77
DATA: 30 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:87A6F6AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2026 DISPENSA ELETRONICO N° 015/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2026
DISPENSA ELETRONICO N° 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 128/2026
OBJETO: Contratação de Fundação de apoio sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de concurso público com fornecimento completo de recursos e materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, assim como toda e qualquer logística necessária a execução dos serviços
PRAZO DE EXECUÇÃO: 22 de setembro de 2026 até 22 de novembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22 de novembro de 2026 até 22 de dezembro de 2026
VALOR: R$ 16.600,00 (Dezesseis mil)
CONTRATADO: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI-FAFIPA **CNPJ Nº** 05.566.804/0001-76
DATA: 29 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A1825EFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
SERVIÇOS GERAIS	1º	ELEN THAYNA DA SILVA
SERVIÇOS GERAIS	2º	JOCIANE FERNANDES AGUIAR
SERVIÇOS GERAIS	3º	ALEXSANDRA NERIS DE MOURA
SERVIÇOS GERAIS	4º	KAMILA MOZELE
SERVIÇOS GERAIS	5º	DAIANA AP. ALVES DA SILVA
SERVIÇOS GERAIS	6º	FRANCIELEI AP. NUNES DOS ANJOS
SERVIÇOS GERAIS	7º	JOSÉ ANTONIO MOREIRA PRESTES
SERVIÇOS GERAIS	8º	JOÃO CELSO SILVERIA DOS SANTOS

Contenda, 30 de setembro de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da comissão de licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4A08FDCA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 331/2026

SÚMULA: Concede aposentadoria a servidor(a) efetivo (a).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as normas contidas na Lei Municipal nº. 974/2005 de 24 de agosto de 2005, a qual dispõe sobre o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Contenda, o disposto na Constituição Federal, e as condições necessárias para a concessão de benefícios previdenciários, analisados no processo de aposentadoria,

D E C R E T A

Art.1º. Fica concedida aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, no valor total de R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais), à servidora pública municipal, Sr.ª

MARIA DOS ANJOS SANCHES FURMAN portadora do RG nº 5.140.707-5 /PR, inscrita no CPF nº. 762.706.379-53 titular do cargo efetivo de Assistente Operacional, matrícula nº 23071, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com fundamento no Art.40, §7º da Lei Municipal nº 974/2005 e Art. 40º, §1º, inciso I, da CF do Brasil, a partir de 01/10/2026.

Art.2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:37863224

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 332/2026

SÚMULA: Concede aposentadoria a servidor(a) efetivo(a).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as normas contidas na Lei Municipal nº. 974/2005 de 24 de agosto de 2005, a qual dispõe sobre o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Contenda, o disposto na Constituição Federal, e as condições necessárias para a concessão de benefícios previdenciários, analisados no processo de aposentadoria,

D E C R E T A

Art.1º. Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, no valor total de R$ 1.833,51 (Mil oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), ao servidor público municipal, Sr. ANTONIO CARLOS GONÇALVES PADILHA, portador do RG nº 3.083.644-8-6/PR, inscrito no CPF nº. 871.795.809-10 titular do cargo efetivo de Assistente Operacional, matrícula nº 13771, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, com fundamento no Art.43 da Lei Municipal nº 974/2005 e Art. 40º, §1º, inciso III, "b" da CF do Brasil, a partir de 01/10/2026.

Art.2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:6B3270E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 333/2026

SÚMULA: Exonera servidor(a) efetivo(a).

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Capítulo XII - da Lei Municipal nº 1344/2012,

D E C R E T A

Art.1º Fica exonerado (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	CPF	Cargo	Matr.	Data
PATRICIA MICHELE SIMÕES DOS SANTOS	876.991.761-20	Professor de Ensino Fundamental	36066	01/10/2026
Regime: Estatutário Causa: Iniciativa do servidor				

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:F756453A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2026 – ESTAGIÁRIO

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 01/2026 do Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas e Cadastro de Reserva de Estagiários para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir a vaga e entregar a documentação estabelecida neste Edital de Convocação.

VAGA: ESTÁGIO – ENFERMAGEM	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	CELINE TOKARSKI BORGES

Caso encontre-se impedido (a) ou não desejar assumir a referida vaga no prazo estipulado, poderá mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos selecionados, para concorrer observada sempre a ordem de classificação e a validade do processo, a novo chamamento uma só vez, ou ainda poderá solicitar desistência definitiva da vaga, não estando sujeito(a) a novas convocações.

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 30 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Comprovante de Residência
d) Declaração de Matricula atualizada;

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:F65717E4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
36°	DIOGENES CALAZANS DOS SANTOS JUNIOR

Obs.: 20° vaga.

Contenda, 30 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
v) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:97B6647A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 002/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 011/2024 de 04 de setembro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.
Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 03 – DEPARTAMENTO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
01°	ARIANE CRISTINA RODRIGUES

Obs.: 01° vaga.

Contenda, 30 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
v) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:1D68B38C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 068/2026

SÚMULA: Prorroga a fruição de licença para tratar de interesses particulares

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo IV, Seção VIII art. 182,

R E S O L V E

Art.1º Prorrogar a licença para tratar de interesses particulares no período abaixo especificado, aos (as) seguintes servidores (as):

Nome	Cargo – Matr.	Período usufruído
GUILHERME BRUNO WONSOVICZ	Contador - 36088	01/10/2026 a 31/01/2027

Art. 2º - A referida licença é sem remuneração, podendo ser cassada quando o interesse público o exigir.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:C827BE77

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 069/2026

SÚMULA: Cessão de servidora efetiva para prestação de serviços à Justiça Eleitoral.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

Art. 1º Fica cedida à Justiça Eleitoral do Paraná - TRE/PR a servidora municipal ELIZIANE DUTRA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 096.426.299-17 e matrícula nº 39007, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades junto à 50ª Zona Eleitoral, no Município de Araucária, Estado do Paraná.

Art. 3º A presente cessão vigorará até 31 de março de 2027, podendo ser prorrogada por igual período ou revogada a qualquer tempo, com ônus para o cedente.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:B7AC4C19

IPRECONTENDA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Contenda, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 20 de agosto de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de dezembro de 2024, a comparecerem no Departamento de Recurso Humanos do Município de Contenda, sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, para manifestação de interesse na posse do cargo e cumprimento das providências estabelecidas.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
03°	LUCAS GREGORIO DA SILVA

Obs.: 01° Vaga.

Contenda, 30 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
IPRECONTENDA

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG, e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, Qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade mínima exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;

p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA).

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao IPRECONTENDA o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo IPRECONTENDA, solicitar sua inclusão para o final da lista dos

aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Serviço de Perícia Médica ou Junta Médica Oficial do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• Para o agendamento da avaliação médica e psicológica será fornecido documento de encaminhamento, conforme orientação do IPRECONTENDA.

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:2A7360F9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 477/2026

Declara de utilidade pública 09 (nove) áreas para fins de constituição de servidão administrativa em favor da Ambiental Paraná 1 SPE S.A.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
DECRETA
Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa em favor da Ambiental Paraná 1 SPE S.A., as áreas de terra abaixo descritas, bem como as benfeitorias e acessões que sobre elas possam existir, com fundamento nos arts. 2º, 3º, 5º, alíneas "d" e "h", 6º e 40 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Área 01: 1.164,77 m²
Proprietário/ocupante indicado: Edson Luis Krupa.
Situação: No imóvel situado no endereço AVENIDA DAS AMÉRICAS, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 28.907 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 1.164,77 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158006,976 e E(X) 645128,111. Deste, segue com azimute de 249° 6' 23.07" e distância de 2,97 m, confrontando neste trecho com AVENIDA DAS AMÉRICAS, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158005,915 e E(X) 645125,331; Deste, segue com azimute de 334° 53' 48.31" e distância de 35,10 m, confrontando neste trecho com LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158037,698 e E(X) 645110,441; Deste, segue com azimute de 347° 37' 1.32" e distância de 47,44 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158084,032 e E(X) 645100,268; Deste, segue com azimute de 304° 5' 30.92" e distância de 18,83 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158094,587 e E(X) 645084,674; Deste, segue com azimute de 341° 28' 46.70" e distância de 69,08 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158160,089 e E(X) 645062,732; Deste, segue com azimute de 329° 59' 21.03" e distância de 56,69 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158209,182 e E(X) 645034,376; Deste, segue com azimute de 336° 15' 27.10" e distância de 13,36 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158221,413 e E(X) 645028,996; Deste, segue com azimute de 338° 38' 24.36" e distância de 29,65 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V9, de coordenadas N(Y) 7158249,025 e E(X) 645018,197; Deste, segue com azimute de 352° 28' 51.44" e distância de 32,02 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V10, de coordenadas N(Y) 7158280,770 e E(X) 645014,007; Deste, segue com azimute de 294° 33' 10.05" e distância de 13,23 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V11, de coordenadas N(Y) 7158286,268 e E(X) 645001,972; Deste, segue com azimute de 326° 38' 18.19" e distância de 67,13 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V12, de coordenadas N(Y) 7158342,336 e E(X) 644965,056; Deste, segue com azimute de 26° 18' 7.54" e distância de 15,53 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V13, de coordenadas N(Y) 7158356,254 e E(X) 644971,935; Deste, segue com azimute de 101°00'36,25" e distância de 3,11 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA , até o vértice V14, de coordenadas N(Y) 7158355,660 e E(X) 644974,988; Deste, segue com azimute de 206° 18' 7.54" e distância de 15,57 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V15, de coordenadas N(Y) 7158341,705 e E(X) 644968,091; Deste, segue com azimute de 145° 55' 16.04" e distância de 64,06 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V16, de coordenadas N(Y) 7158288,646 e E(X) 645003,986; Deste, segue com azimute de 114° 33' 10.05" e distância de 14,05 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V17, de coordenadas N(Y) 7158282,809 e E(X) 645016,764; Deste, segue com azimute de 172° 28' 51.44" e distância de 33,32 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V18, de coordenadas N(Y) 7158249,779 e E(X) 645021,123; Deste, segue com azimute de 158° 38' 24.36" e distância de 29,22 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V19, de coordenadas N(Y) 7158222,564 e E(X) 645031,767; Deste, segue com azimute de 156° 15' 27.10" e distância de 13,14 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V20, de coordenadas N(Y) 7158210,540 e E(X) 645037,056; Deste, segue com azimute de 149° 59' 21.03" e distância de 56,83 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 – EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V21, de coordenadas N(Y) 7158161,328 e E(X) 645065,481; Deste, segue com azimute de 161° 28' 46.70" e distância de 68,37 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V22, de coordenadas N(Y) 7158096,502 e E(X) 645087,197; Deste, segue com azimute de 124° 5' 30.92" e distância de 19,02 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V23, de coordenadas N(Y) 7158085,839 e E(X) 645102,951; Deste, segue com azimute de 167° 37' 25.85" e distância de 48,31 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V24, de coordenadas N(Y) 7158038,655 e E(X) 645113,305; Deste, segue com azimute de 154° 56' 59.09" e distância de 34,97 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158006,976 e E(X) 645128,111; Fechando-se assim o perímetro com 800,99 m e a área com 1.164,77 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.
Área 02: 656,26 m²
Proprietário/ocupante indicado: LUCIA CEBULSKI KRUPA.

Situação: No imóvel situado no endereço RUA TADEU KRUPA, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 34.529 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 656,26 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158482,522 e E(X) 645145,217. Deste, segue com azimute de 167° 44' 13.16" e distância de 3,15 m, confrontando neste trecho com RUA TADEU KRUPA, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158479,447 e E(X) 645145,885; Deste, segue com azimute de 240° 8' 21.11" e distância de 57,46 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158450,838 e E(X) 645096,053; Deste, segue com azimute de 208° 53' 59.90" e distância de 6,91 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158444,786 e E(X) 645092,713; Deste, segue com azimute de 233° 10' 41.53" e distância de 51,03 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158414,201 e E(X) 645051,861; Deste, segue com azimute de 260° 16' 3.87" e distância de 17,97 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158411,164 e E(X) 645034,152; Deste, segue com azimute de 239° 48' 8.23" e distância de 51,54 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158385,242 e E(X) 644989,610; Deste, segue com azimute de 206° 18' 7.54" e distância de 33,00 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158355,660 e E(X) 644974,988; Deste, segue com azimute de 281° 00' 36.25" e distância de 3,11 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 28.907 - EDSON LUIS KRUPA, até o vértice V9, de coordenadas N(Y) 7158356,254 e E(X) 644971,935; Deste, segue com azimute de 26° 18' 7.54" e distância de 34,72 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V10, de coordenadas N(Y) 7158387,381 e E(X) 644987,320; Deste, segue com azimute de 59° 48' 8.23" e distância de 53,00 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V11, de coordenadas N(Y) 7158414,038 e E(X) 645033,127; Deste, segue com azimute de 81° 23' 26.01" e distância de 17,13 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V12, de coordenadas N(Y) 7158416,603 e E(X) 645050,063; Deste, segue com azimute de 53° 10' 41.53" e distância de 50,39 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V13, de coordenadas N(Y) 7158446,801 e E(X) 645090,398; Deste, segue com azimute de 28° 53' 59.90" e distância de 7,11 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V14, de coordenadas N(Y) 7158453,022 e E(X) 645093,832; Deste, segue com azimute de 60° 8' 21.11" e distância de 59,25 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158482,522 e E(X) 645145,217; Fechando-se assim o perímetro com 445,76 m e a área com 656,26 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 03: 1.018,20 m²
Proprietário/ocupante indicado: ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA TADEU KRUPA, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 2.999 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 1.018,20 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158479,447 e E(X) 645145,885. Deste, segue com azimute de 347° 44' 13.16" e distância de 3,15 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 34.529 - LUCIA CEBULSKI KRUPA, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158482,522 e E(X) 645145,217; Deste, segue com azimute de 60° 8' 21.11" e distância de 6,57 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158485,792 e E(X) 645150,912; Deste, segue com azimute de 128° 43' 15.39" e distância de 23,83 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158470,883 e E(X) 645169,507; Deste, segue com azimute de 96° 22' 40.91" e distância de 32,00 m, confrontando neste trecho com RUA TADEU KRUPA E MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158467,328 e E(X) 645201,310; Deste, segue com azimute de 57° 55' 55.91" e distância de 54,27 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158496,139 e E(X) 645247,296; Deste, segue com azimute de 31° 49' 21.46" e distância de 19,46 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158512,674 e E(X) 645257,557; Deste, segue com azimute de 4° 35' 54.64" e distância de 100,28 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158612,635 e E(X) 645265,597; Deste, segue com azimute de 40° 45' 10.65" e distância de 64,75 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V9, de coordenadas N(Y) 7158661,685 e E(X) 645307,866; Deste, segue com azimute de 8° 23' 59.53" e distância de 36,54 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V10, de coordenadas N(Y) 7158697,837 e E(X) 645313,204; Deste, segue com azimute de 109° 32' 41.20" e distância de 3,06 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V11, de coordenadas N(Y) 7158696,815 e E(X) 645316,086; Deste, segue com azimute de 188° 23' 59.53" e distância de 36,82 m, confrontando neste trecho com RUA TADEU KRUPA E MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V12, de coordenadas N(Y) 7158660,386 e E(X) 645310,707; Deste, segue com azimute de 220° 45' 10.65" e distância de 64,62 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V13, de coordenadas N(Y) 7158611,432 e E(X) 645268,520; Deste, segue com azimute de 184° 35' 58.26" e distância de 100,12 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V14, de coordenadas N(Y) 7158511,637 e E(X) 645260,492; Deste, segue com azimute de 212° 2' 18.35" e distância de 20,90 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V15, de coordenadas N(Y) 7158493,921 e E(X) 645249,405; Deste, segue com azimute de 237° 55' 55.91" e distância de 55,92 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V16, de coordenadas N(Y) 7158464,231 e E(X) 645202,016; Deste, segue com azimute de 276° 22' 40.91" e distância de 33,92 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V17, de coordenadas N(Y) 7158467,998 e E(X) 645168,309; Deste, segue com azimute de 308° 43' 15.39" e distância de 22,66 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V18, de coordenadas N(Y) 7158482,172 e E(X) 645150,632; Deste, segue com azimute de 240° 8' 21.11" e distância de 5,47 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158479,447 e E(X) 645145,885; Fechando-se assim o perímetro com 684,34 m e a área com 1.018,20 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 04: 301,16 m²

Proprietário/ocupante indicado: CLAUDIO INNAMI E OUTROS.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA TADEU KRUPA, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 5.969 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 301,16 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158696,818 e E(X) 645316,087. Deste, segue com azimute de 289° 37' 25.58" e distância de 3,06 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 2.999 - ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA E OUTROS, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158697,845 e E(X) 645313,206; Deste, segue com azimute de 8° 23' 59.47" e distância de 11,26 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158708,986 e E(X) 645314,851; Deste, segue com azimute de 58° 51' 38.74" e distância de 67,90 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158744,099 e E(X) 645372,969; Deste, segue com azimute de 11° 1' 31.98" e distância de 20,54 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158764,263 e E(X) 645376,898; Deste, segue com azimute de 83° 49' 0.46" e distância de 3,14 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.548 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158764,601 e E(X) 645380,020; Deste, segue com azimute de 191° 1' 31.98" e distância de 22,80 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158742,220 e E(X) 645375,659; Deste, segue com azimute de 238° 51' 38.74" e distância de 67,82 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158707,149 e E(X) 645317,612; Deste, segue com azimute de 188° 23' 59.47" e distância de 10,44 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158696,818 e E(X) 645316,087; Fechando-se assim o perímetro com 206,97 m e a área com 301,16 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 05: 217,21 m²
Proprietário/ocupante indicado: CLAUDIO INNAMI E OUTROS.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA JAIME GOOD, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 21.548 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 217,21 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158794,284 e E(X) 645437,906. Deste, segue com azimute de 121° 29' 20.87" e distância de 3,98 m, confrontando neste trecho com RUA JAIME GOOD, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158792,206 e E(X) 645441,298; Deste, segue com azimute de 252° 31' 40.30" e distância de 62,43 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.548 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158773,461 e E(X) 645381,747; Deste, segue com azimute de 191° 1' 31.98" e distância de 9,03 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.548 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158764,601 e E(X) 645380,020; Deste, segue com azimute de 263° 49' 0.46" e distância de 3,14 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 5.969 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158764,263 e E(X) 645376,898; Deste, segue com azimute de 11° 1' 31.98" e distância de 11,74 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.548 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158775,787 e E(X) 645379,143; Deste, segue com azimute de 72° 31' 40.24" e distância de 61,61 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.548 - CLAUDIO INNAMI E OUTROS, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158794,284 e E(X) 645437,906; Fechando-se assim o perímetro com 151,92 m e a área com 217,21 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 06: 143,64 m²
Proprietário/ocupante indicado: JOÃO MARIA SCHINDA.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA JAIME GOOD, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico por Escritura de Compra e venda fração da Matrícula 21.545 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 143,64 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158788,666 e E(X) 645465,937. Deste, segue com azimute de 304° 36' 26.39" e distância de 4,97 m, confrontando neste trecho com RUA JAIME GOOD, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158791,488 e E(X) 645461,848; Deste, segue com azimute de 341° 7' 56.31" e distância de 34,25 m, confrontando neste trecho com JOÃO MARIA SCHINDA - ESCRITURA COMPRA E VENDA, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158823,895 e E(X) 645450,772; Deste, segue com azimute de 34° 33' 36.38" e distância de 13,38 m, confrontando neste trecho com JOÃO MARIA SCHINDA - ESCRITURA COMPRA E VENDA, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158834,918 e E(X) 645458,365; Deste, segue com azimute de 124° 15' 44.84" e distância de 3,00 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158833,229 e E(X) 645460,845; Deste, segue com azimute de 214° 33' 36.38" e distância de 11,89 m, confrontando neste trecho com JOÃO MARIA SCHINDA - ESCRITURA COMPRA E VENDA, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158823,435 e E(X) 645454,098; Deste, segue com azimute de 161° 11' 49.50" e distância de 36,73 m, confrontando neste trecho com JOÃO MARIA SCHINDA - ESCRITURA COMPRA E VENDA, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158788,666 e E(X) 645465,937; Fechando-se assim o perímetro com 104,22 m e a área com 143,64 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 07: 84,59 m²
Proprietário/ocupante indicado: ALESSANDRA BAZIA E OUTROS.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA JAIME GOOD, SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 21.545 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 84,59 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158851,492 e E(X) 645480,911. Deste, segue com azimute de 104° 38' 30.53" e distância de 4,04 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice
V2, de coordenadas N(Y) 7158850,470 e E(X) 645484,822; Deste, segue com azimute de 236° 43' 42.01" e distância de 3,95 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158848,302 e E(X) 645481,518; Deste, segue com azimute de 238° 58' 27.80" e distância de 20,50 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7158837,734 e E(X) 645463,948; Deste, segue com azimute de 214° 33' 36.38" e distância de 5,47 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158833,229 e E(X) 645460,845; Deste, segue com azimute de 304° 15' 44.84" e distância de 3,00 m, confrontando neste trecho com ESCRITURA COMPRA E VENDA - JOÃO MARIA SCHINDA, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158834,918 e E(X) 645458,365; Deste, segue com azimute de 34° 33' 36.38" e distância de 5,49 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o

vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158839,436 e E(X) 645461,477; Deste, segue com azimute de 58° 17' 12.15" e distância de 21,39 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158850,682 e E(X) 645479,677; Deste, segue com azimute de 56° 43' 42.01" e distância de 1,48 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158851,492 e E(X) 645480,911; Fechando-se assim o perímetro com 65,32 m e a área com 84,59 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 08: 487,10 m²
Proprietário/ocupante indicado: NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA LEOPOLDO BAZIA SN, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 21.546 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma área de servidão de 487,10 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7158945,222 e E(X) 645589,971. Deste, segue com azimute de 91° 59' 21.59" e distância de 3,61 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 18.876 - DANIELA OLBRE RETAMERO E OUTROS, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7158945,097 e E(X) 645593,580; Deste, segue com azimute de 215° 47' 40.23" e distância de 5,86 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V3, de coordenadas N(Y) 7158940,344 e E(X) 645590,152; Deste, segue com azimute de 274° 28' 53.45" e distância de 28,23 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice
V4, de coordenadas N(Y) 7158942,549 e E(X) 645562,009; Deste, segue com azimute de 210° 33' 10.74" e distância de 33,56 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E
OUTROS, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158913,647 e E(X) 645544,948; Deste, segue com azimute de 183° 03' 40.01" e distância de 24,62 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE
IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158889,060 e E(X) 645543,633; Deste, segue com azimute de 236° 43' 42.01" e distância de 70,34 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158850,470 e E(X) 645484,822; Deste, segue com azimute de 284° 38' 30.53" e distância de 4,04 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.545 - ALESSANDRA BAZIA E OUTROS, até o vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158851,492 e E(X) 645480,911; Deste, segue com azimute de 56° 43' 42.01" e distância de 71,53 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V9, de coordenadas N(Y) 7158890,736 e E(X) 645540,719; Deste, segue com azimute de 3° 03' 40.01" e distância de 23,84 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V10, de coordenadas N(Y) 7158914,540 e E(X) 645541,992; Deste, segue com azimute de 30° 33' 10.74" e distância de 36,17 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E
OUTROS, até o vértice V11, de coordenadas N(Y) 7158945,686 e E(X) 645560,377; Deste, segue com azimute de 94° 28' 53.45" e distância de 28,41 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE
IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V12, de coordenadas N(Y) 7158943,466 e E(X) 645588,705; Deste, segue com azimute de 35° 47' 40.23" e distância de 2,17 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158945,222 e E(X) 645589,971; Fechando-se assim o primeiro perímetro com 332,39 m e a área com 487,10 m².Deste, inicia-se a descrição do segundo perímetro no vértice V13, de coordenadas N(Y) 7158939,000 e E(X) 645581,000. Deste, segue com azimute de 91° 33' 54.25" e distância de 183,07 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 18.876 - DANIELA OLBRE RETAMERO E OUTROS, até o vértice V14, de coordenadas N(Y) 7158934,000 e E(X) 645764,000; Deste, segue com azimute de 14° 02' 10.48" e distância de 4,12 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE
IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V15, de coordenadas N(Y) 7158938,000 e E(X) 645765,000; Deste, segue com azimute de 272° 11' 26.07" e distância de 183,13 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 21.546 - NICHELE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA E OUTROS, até o vértice V16, de coordenadas N(Y) 7158945,000 e E(X) 645582,000; Deste, segue com azimute de 189° 27' 44.36" e distância de 6,08 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 18.876 - DANIELA OLBRE RETAMERO E OUTROS, até o vértice V13, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7158939,000 e E(X) 645581,000; Fechando-se assim o segundo perímetro com 376,41 m e a área com 921,00 m².Somando-se os dois perímetros, totaliza-se uma área de 1.408,10 m².Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.

Área 09: 336,64 m²
Proprietário/ocupante indicado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA.
Situação: No imóvel situado no endereço RUA JOÃO MARIA DE LARA PEPES, LOCALIDADE DE SERRINHA, CONTENDA/PR, identificado no memorial técnico pela Matrícula 14.806 do REGISTRO GERAL da Comarca de LAPA/PR, encontra-se uma

área de servidão de 336,64 m², destinada à faixa de Servidão de Passagem de Coletor de Fundo, com a seguinte descrição:
Descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N(Y) 7159051,613 e E(X) 645936,981. Deste, segue com azimute de 22° 49' 7.11" e distância de 3,40 m, confrontando neste trecho com RUA JOÃO MARIA DE LARA PEPES, até o vértice V2, de coordenadas N(Y) 7159054,744 e E(X) 645938,298; Deste, segue com azimute de 120° 42' 57.21" e distância de 12,26 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V3, de
coordenadas N(Y) 7159048,481 e E(X) 645948,841; Deste, segue com azimute de 128° 4' 28.86" e distância de 12,06 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V4, de coordenadas N(Y) 7159041,044 e E(X) 645958,333; Deste, segue com azimute de 136° 4' 26.66" e distância de 76,42 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V5, de coordenadas N(Y) 7158986,001 e E(X) 646011,351; Deste, segue com azimute de 158° 31' 19.52" e distância de 6,42 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V6, de coordenadas N(Y) 7158980,030 e E(X) 646013,700; Deste, segue com azimute de 219° 48' 27.93" e distância de 3,42 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 10.831 - HENRIQUE KLEMCKI E MARIA IONE CZELUSNIAK
KLEMCKI, até o vértice V7, de coordenadas N(Y) 7158977,403 e E(X) 646011,510; Deste, segue com azimute de 338° 31' 19.52" e distância de 7,47 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o
vértice V8, de coordenadas N(Y) 7158984,356 e E(X) 646008,774; Deste, segue com azimute de 315° 53' 19.29" e distância de 76,99 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V9, de
coordenadas N(Y) 7159039,632 e E(X) 645955,186; Deste, segue com azimute de 308° 4' 44.11" e distância de 5,65 m, confrontando neste trecho com MATRÍCULA 14.806 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, até o vértice V10, de coordenadas N(Y) 7159043,116 e E(X) 645950,740; Deste, segue com azimute de

301° 41' 46.47" e distância de 16,17 m, confrontando neste trecho com RUA JOÃO MARIA DE LARA PEPES, até o vértice V1, origem desta descrição de coordenadas N(Y) 7159051,613 e E(X) 645936,981; Fechando-se assim o perímetro com 220,26 m e a área com 336,64 m². Pontos definidos pelas Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. ZONA 22S Meridiano 51ºW, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000.
Art. 2º Fica autorizada a Ambiental Paraná 1 SPE S.A. a promover, por via amigável ou judicial, todos os atos necessários à efetivação da constituição das servidões administrativas nas áreas descritas no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Fica reconhecida a conveniência da constituição das servidões administrativas em favor da Ambiental Paraná 1 SPE S.A., para o fim indicado, compreendendo o direito de praticar os atos de reconhecimento, medição, implantação, operação, inspeção, manutenção e conservação da faixa de servidão da Rede Coletora de Esgotos.

Art. 4º Os proprietários e possuidores das áreas atingidas pelo ônus das servidões administrativas deverão limitar o uso e o gozo das respectivas faixas ao que for compatível com a existência, segurança, operação e manutenção da rede, abstendo-se de praticar, dentro das áreas gravadas, atos que possam causar danos ou embaraços, inclusive erguer construções, realizar plantações de elevado porte ou de raízes profundas, cravar estacas, promover escavações ou transitar com veículos pesados sem prévia anuência da beneficiária da servidão.

Art. 5º A Ambiental Paraná 1 SPE S.A. poderá invocar em juízo, quando necessário, o caráter de urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 6º O ônus financeiro decorrente da constituição, implantação e registro das servidões administrativas de que trata este Decreto, inclusive as indenizações devidas e as despesas processuais e registrais, ficará por conta da Ambiental Paraná 1 SPE S.A.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Contenda 30 de setembro de 2.026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:2AEF88AC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.396/2026

Súmula: "Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Contenda, estabelece princípios, objetivos e diretrizes para a garantia do direito à alfabetização, ao letramento e ao letramento matemático na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Contenda, destinada a assegurar o direito à alfabetização, promover a aprendizagem com equidade e orientar, de forma permanente, articulada e integrada, as ações voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão leitora e do letramento matemático na Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização compreenderá ações desenvolvidas desde a Educação Infantil, especialmente na Pré-escola, respeitadas as especificidades próprias dessa etapa, e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

§ 2º Constitui prioridade da Política Municipal de Alfabetização assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Aos estudantes que apresentarem defasagens ou não alcançarem os níveis esperados de aprendizagem serão asseguradas ações de acompanhamento pedagógico e de recomposição das aprendizagens ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização observará a legislação educacional vigente, especialmente:

I - a Constituição Federal;
II - a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
III - o Plano Nacional de Educação vigente;
IV - o Plano Estadual de Educação do Paraná;
V - o Plano Municipal de Educação de Contenda;
VI - a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
VII - o Referencial Curricular do Paraná;
VIII - a legislação federal que disciplina o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IX - a legislação estadual que institui o Programa Educa Juntos e a Estratégia Alfabetiza Juntos; e
X - demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à educação e à alfabetização.

Parágrafo único. A execução da Política observará o regime de colaboração entre União, Estado e Município e poderá articular-se aos programas, estratégias e iniciativas educacionais aos quais o Município venha a aderir.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - garantia do direito à educação, à aprendizagem e à alfabetização;
II - alfabetização das crianças na idade adequada;
III - equidade educacional e redução das desigualdades de aprendizagem;
IV - educação inclusiva e respeito às especificidades dos estudantes;
V - valorização da infância e das especificidades da Educação Infantil;
VI - respeito à diversidade social, cultural e territorial;
VII - valorização da formação continuada dos profissionais da educação;
VIII - fortalecimento da gestão pedagógica;
IX - utilização da avaliação como instrumento diagnóstico, formativo e orientador das práticas pedagógicas;
X - utilização de dados e evidências educacionais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão;
XI - fortalecimento da cultura leitora;
XII - desenvolvimento do letramento matemático;
XIII - utilização pedagógica, crítica e responsável das tecnologias digitais;
XIV - integração entre escola, família e comunidade;
XV - acompanhamento e monitoramento dos indicadores educacionais; e
XVI - regime de colaboração entre União, Estado e Município.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promover a consolidação progressiva das aprendizagens relacionadas à leitura, escrita, oralidade, produção textual, compreensão leitora e matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III - fortalecer o desenvolvimento do letramento matemático;

IV - assegurar ações de recomposição das aprendizagens aos estudantes que apresentem defasagens;
V - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas no currículo, em evidências educacionais e nas necessidades de aprendizagem dos estudantes;
VI - promover formação continuada dos profissionais da educação;
VII - utilizar avaliações diagnósticas, formativas e externas como instrumentos para acompanhamento e aprimoramento das aprendizagens;
VIII - fortalecer práticas permanentes de leitura, escrita, oralidade e literatura;
IX - promover a articulação e a transição pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
X - fortalecer a atuação das unidades escolares na melhoria da aprendizagem;
XI - contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento educacional do Município;
XII - incentivar o uso pedagógico de tecnologias e recursos educacionais;
XIII - reconhecer, socializar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas;
XIV - promover a participação das famílias e da comunidade no processo educativo; e
XV - fortalecer o regime de colaboração e a articulação entre as políticas educacionais.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - desenvolvimento da oralidade, leitura, escrita, produção textual, fluência e compreensão leitora;
III - desenvolvimento do raciocínio lógico e do letramento matemático;
IV - incentivo às experiências com linguagem oral, escrita, literatura e conhecimentos matemáticos desde a Educação Infantil, respeitadas as características próprias da etapa;
V - acompanhamento sistemático das aprendizagens;
VI - implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII - formação continuada dos profissionais da educação;
VIII - assistência e apoio técnico-pedagógico às unidades escolares;
IX - fortalecimento da gestão pedagógica;
X - participação das famílias no processo educativo;
XI - valorização e disseminação de boas práticas pedagógicas;
XII - utilização pedagógica das tecnologias digitais e de recursos educacionais;
XIII - disponibilização e utilização de materiais didáticos, pedagógicos e complementares adequados;
XIV - promoção da equidade e da inclusão educacional;
XV - utilização dos resultados das avaliações para planejamento, intervenção e replanejamento pedagógico; e
XVI - integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO E DOS AGENTES DA POLÍTICA

Art. 6º Constituem público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I - crianças matriculadas na Educação Infantil, especialmente na Pré-escola;
II - estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino;
III - estudantes que apresentem defasagens relacionadas à alfabetização e às aprendizagens essenciais; e
IV - estudantes público da Educação Especial, respeitadas suas especificidades, potencialidades, necessidades educacionais e os recursos de acessibilidade e apoios previstos na legislação vigente.

Art. 7º Participam da implementação da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito de suas respectivas atribuições:
I - a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
II - a equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III - a articulação municipal responsável pelas políticas e programas de alfabetização;
IV - os diretores das unidades escolares;
V - os coordenadores pedagógicos;
VI - os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VII - os profissionais da Educação Especial;
VIII - os demais profissionais da educação envolvidos nas ações de alfabetização;
IX - as famílias e a comunidade escolar; e
X - instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO V
DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada mediante ações que poderão compreender:

I - formação continuada dos profissionais da educação;
II - acompanhamento e assessoramento pedagógico das unidades escolares;
III - elaboração e disponibilização de documentos e materiais orientadores;
IV - utilização de materiais didáticos, pedagógicos, literários, tecnológicos e complementares;
V - realização e adesão a avaliações diagnósticas, formativas e externas;
VI - acompanhamento e monitoramento dos indicadores de aprendizagem;
VII - desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VIII - incentivo permanente à leitura, à escrita e à literatura;
IX - desenvolvimento de ações de alfabetização e letramento matemático;
X - utilização pedagógica de tecnologias educacionais;
XI - desenvolvimento de programas, projetos e ações estratégicas voltados à alfabetização;
XII - definição de metas e indicadores educacionais;
XIII - ações de fortalecimento da participação das famílias;
XIV - reconhecimento e socialização de práticas exitosas; e
XV - outras ações necessárias à garantia do direito à alfabetização.

§1º As metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas deverão observar o currículo vigente, as orientações da Secretaria Municipal de Educação, as características da etapa de ensino e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

§2º Poderão ser adotadas metodologias, práticas e estratégias pedagógicas fundamentadas em evidências educacionais e científicas, desde que compatíveis com as orientações curriculares e pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

§3º A adoção institucional de metodologias ou estratégias específicas deverá ser acompanhada, sempre que necessário, de orientação ou formação dos profissionais responsáveis por sua implementação.

CAPÍTULO VI
DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 9º A Política Municipal de Alfabetização poderá ser desenvolvida por meio de programas, projetos, sistemas e ações estratégicas instituídos, aderidos ou desenvolvidos pelo Município, especialmente aqueles destinados:

I - ao incentivo à leitura, à literatura, à escrita e à formação de leitores;
II - à avaliação diagnóstica e ao acompanhamento das aprendizagens;
III - à recomposição das aprendizagens;

IV - ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento matemático;
V - ao fortalecimento das práticas pedagógicas;
VI - à utilização pedagógica de tecnologias educacionais;
VII - à educação financeira, ao empreendedorismo e à ampliação das oportunidades de aprendizagem, quando articulados ao currículo;
VIII - ao fortalecimento da participação das famílias e da comunidade escolar; e
IX - à melhoria dos indicadores educacionais.

Parágrafo único. Os programas e projetos específicos poderão ser regulamentados por ato próprio do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal de Educação, conforme a natureza da ação e as competências legais.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 10. O acompanhamento e o monitoramento da Política Municipal de Alfabetização considerarão, entre outros instrumentos:

I - avaliações diagnósticas realizadas pela Rede Municipal;
II - avaliações estaduais e nacionais;
III - avaliações de fluência leitora;
IV - indicadores municipais, estaduais e nacionais de alfabetização e aprendizagem;
V - acompanhamento dos resultados dos estudantes, turmas e unidades escolares;
VI - planos de ação e intervenções pedagógicas;
VII - monitoramento das metas educacionais; e
VIII - análise dos resultados para subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações.

§1º Os resultados das avaliações terão finalidade prioritariamente diagnóstica, formativa e pedagógica, destinando-se à identificação das aprendizagens consolidadas e das necessidades de intervenção.

§2º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir e regulamentar sistema próprio de avaliação diagnóstica, observadas as normas educacionais vigentes.

Art. 11. As ações de recomposição das aprendizagens serão destinadas aos estudantes que apresentem defasagens ou dificuldades relacionadas às aprendizagens essenciais, podendo compreender:

I - intervenções pedagógicas diferenciadas;
II - acompanhamento individual ou em pequenos grupos, conforme organização da Rede;
III - reorganização de estratégias pedagógicas;
IV - utilização de materiais complementares;
V - acompanhamento sistemático da evolução das aprendizagens; e
VI - outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares.

CAPÍTULO VIII
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação promoverá e incentivará ações de formação continuada destinadas aos profissionais envolvidos na Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. As formações poderão contemplar, entre outros temas:
I - alfabetização e letramento;
II - oralidade, leitura, escrita e produção textual;
III - literatura e formação de leitores;
IV - fluência e compreensão leitora;
V - consciência fonológica e relações entre fonemas e grafemas;
VI - alfabetização e letramento matemático;
VII - avaliação diagnóstica e formativa;
VIII - recomposição das aprendizagens;
IX - inclusão e Educação Especial;
X - Educação Infantil e transição para o Ensino Fundamental;
XI - tecnologias digitais aplicadas à educação;
XII - análise e utilização pedagógica de dados educacionais; e
XIII - demais temas relacionados às necessidades identificadas pela Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO IX
DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 13. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo coordenar a execução da Política Municipal de Alfabetização, cabendo-lhe:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações;
II - estabelecer orientações pedagógicas;
III - promover formação continuada;
IV - acompanhar os indicadores educacionais;
V - orientar e apoiar as unidades escolares;
VI - elaborar documentos e materiais orientadores;
VII - promover ações de recomposição das aprendizagens;
VIII - articular programas e projetos municipais, estaduais e federais;
IX - fomentar a participação das famílias e da comunidade;
X - promover a integração entre as políticas educacionais do Município;
XI - estabelecer instrumentos de monitoramento e avaliação; e
XII - expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei.

CAPÍTULO X
DA ARTICULAÇÃO COM PROGRAMAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Art. 14. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com o Plano Municipal de Educação e poderá articular-se:
I - ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II - à Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA;
III - ao Programa Educa Juntos e à Estratégia Alfabetiza Juntos, no âmbito do Estado do Paraná;
IV - às políticas e programas federais e estaduais relacionados à alfabetização, avaliação, recomposição e formação continuada; e
V - aos programas, projetos e ações próprios da Rede Municipal de Ensino de Contenda.

Parágrafo único. A participação do Município em programas e iniciativas externas observará os respectivos instrumentos de adesão, a legislação aplicável e as competências do Poder Executivo.
CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá expedir atos e normas complementares necessários à implementação e execução da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:E82B10F9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.397/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder imóvel Público, mediante cessão de uso e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a cessão de uso, a título gratuito, fração do imóvel de propriedade do Município, situado no quadro rural do Município de Contenda/PR, para a empresa **RDP BIORREFINARIA LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o nº 68.747.137/0001-48**.

§1ºO imóvel inscrito sob Matrícula nº 31.636, junto ao Cartório de Registro da Comarca da Lapa/PR de propriedade do Município de Contenda/PR, transcreve sobre um terreno situado no quadro do Município, perfazendo área total de 77.064,00 metros quadrados.

§2º Será objeto de cessão do imóvel descrito no §1º a totalidade de 77.064,00 metros quadrados, devendo ser ordenado por meio de projeto aprovado pelo setor de planejamento e publicado na forma de Decreto Municipal.

Art. 2º O imóvel objeto da presente cessão de direito real de uso, tem por destinação o funcionamento das atividades da empresa **RDP BIORREFINARIA LTDA.**

Art. 3º Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da política de incentivo, visando contribuir para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos para a melhoria da qualidade de vida da população, bem assim, considerando que a cessão se faz a título gratuito, fica dispensado o processo licitatório.

Art. 4º A cessão será feita pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.

Art. 5º A cessionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:

I – manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.
II – não alterar a finalidade da cessão, sob pena de devolução imediata do bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.
III – não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.
IV – atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.
V – zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.
VI – a cessionária fica obrigada a contratar mão de obra local (pessoas residentes no Município de Contenda) na proporção mínima de 50% (cinquenta por cento) do quadro de funcionários, sendo dispensada quando não houver mão de obra local suficiente.
Art. 6º Findo o prazo estabelecido no art. 4º da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
Parágrafo único. De forma excepcional, devidamente justificada pela administração pública, demonstrado o interesse público, a concessão poderá ser revogada sendo assegurado o prazo mínimo de 01 (um) ano, entre a notificação e a efetiva desocupação do espaço cedido.

Art. 7º A cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município, atendidas as normas e legislação vigente.

Art. 8º As despesas com manutenção e conservação do bem correrão por conta da cessionária, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Art. 9° A cessão de uso será feita sem ônus tributário incidente sobre o imóvel.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário para a reta aplicação legal.

Prefeitura Municipal de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:A224EF88

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.398/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder imóvel Público, mediante cessão de uso e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a cessão de uso, a título gratuito, fração do imóvel de propriedade do Município, situado no quadro rural do Município de Contenda/PR, para a empresa **TREZACO COMERCIO DE TUBOS E ACO LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o nº 27.785.001/0001-45**.

§1ºO imóvel inscrito sob Matrícula nº 34.926, junto ao Cartório de Registro da Comarca da Lapa/PR de propriedade do Município de Contenda/PR, transcreve sobre um terreno situado no quadro do Município, perfazendo área total de 21.734,85 metros quadrados.

§2º Será objeto de cessão do imóvel descrito no §1º a totalidade de 21.734,85 metros quadrados, devendo ser ordenado por meio de projeto aprovado pelo setor de planejamento e publicado na forma de Decreto Municipal.

Art. 2º O imóvel objeto da presente cessão de direito real de uso, tem por destinação o funcionamento das atividades da empresa **TREZACO COMERCIO DE TUBOS E ACO LTDA.**

Art. 3º Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da política de incentivo, visando contribuir para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos para a melhoria da qualidade de vida da população, bem assim, considerando que a cessão se faz a título gratuito, fica dispensado o processo licitatório.

Art. 4º A cessão será feita pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.

Art. 5º A cessionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:

I – manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.
II – não alterar a finalidade da cessão, sob pena de devolução imediata do bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.
III – não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.
IV – atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.
V – zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.

VI – a cessionária fica obrigada a contratar mão de obra local (pessoas residentes no Município de Contenda) na proporção mínima de 50% (cinquenta por cento) do quadro de funcionários, sendo dispensada quando não houver mão de obra local suficiente.

Art. 6º Findo o prazo estabelecido no art. 4º da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
Parágrafo único. De forma excepcional, devidamente justificada pela administração pública, demonstrado o interesse público, a concessão poderá ser revogada sendo assegurado o prazo mínimo de 01 (um) ano, entre a notificação e a efetiva desocupação do espaço cedido.

Art. 7º A cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município, atendidas as normas e legislação vigente.

Art. 8º As despesas com manutenção e conservação do bem correrão por conta da cessionária, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Art. 9° A cessão de uso será feita sem ônus tributário incidente sobre o imóvel.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário para a reta aplicação legal.

Prefeitura Municipal de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:1A47C694

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.399/2026

Súmula: "Autoriza a cessão de uso de equipamentos agrícolas à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SERRINHA – APAS, conforme especifica e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de equipamentos agrícolas com a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SERRINHA – APAS, inscrita no CNPJ nº 68.625.299/0001-03, entidade associativa sem fins lucrativos, com sede administrativa no Município de Contenda/PR.
Parágrafo único. Os equipamentos objeto da cessão de uso de que trata o caput deste artigo possuem as seguintes descrições:
I – 01 (uma) Pá/Concha Traseira Agrícola, Modelo PTH-220, Série nº 5057;
II – 01 (um) Distribuidor de Calcário 5.500 kg DAS 550 Tanden, Série nº 1461.
Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade promover a utilização coletiva dos equipamentos em benefício dos produtores rurais representados pela ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SERRINHA – APAS, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação do acesso à mecanização agrícola e o desenvolvimento rural sustentável.
Art. 3º O Termo de Cessão de Uso terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, sucessivamente, mediante demonstração da permanência do interesse público, manutenção da regularidade jurídica e documental da entidade, observância das disposições legais aplicáveis e formalização do respectivo termo aditivo.
Art. 4º Os equipamentos permanecerão incorporados ao patrimônio do Município de Contenda, não havendo transferência de propriedade à entidade beneficiária.
Art. 5º A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SERRINHA – APAS será responsável pela guarda, conservação, manutenção e correta utilização dos equipamentos, nos termos estabelecidos no respectivo Termo de Cessão de Uso.
Art. 6º Constatada irregularidade, descumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Cessão de Uso, desvio de finalidade, utilização inadequada dos equipamentos ou superveniência de interesse público devidamente justificado, os bens retornarão ao patrimônio e à posse direta do Município, mediante ato próprio do Poder Executivo.
Art. 7º A fiscalização da execução da cessão de uso será realizada pela Secretaria Municipal de Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente, por intermédio de servidor formalmente designado.
Art. 8º A minuta do Termo de Cessão de Uso, constante do Anexo Único, integra a presente Lei para todos os fins.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTÔNIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:460FF932

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.400/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder imóvel Público, mediante cessão de uso e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a cessão de uso, a título gratuito, fração do imóvel de propriedade do Município, situado no quadro rural do Município de Contenda/PR, para a empresa **COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o nº 10.215.056/0001-17**.

§1ºO imóvel inscrito sob Matrícula nº 29.311, junto ao Cartório de Registro da Comarca da Lapa/PR de propriedade do Município de Contenda/PR, transcreve sobre um terreno situado no quadro do Município, perfazendo área total de 43.560 metros quadrados.

§2º Será objeto de cessão do imóvel descrito no §1º a área de 40.060 metros quadrados, devendo ser ordenado por meio de projeto aprovado pelo setor de planejamento e publicado na forma de Decreto Municipal.

Art. 2º O imóvel objeto da presente cessão de direito real de uso, tem por destinação o funcionamento das atividades da empresa **COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

Art. 3º Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da política de incentivo, visando contribuir para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos para a melhoria da qualidade de vida da população, bem assim, considerando que a cessão se faz a título gratuito, fica dispensado o processo licitatório.

Art. 4º A cessão será feita pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.

Art. 5º A cessionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:

I – manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.
II – não alterar a finalidade da cessão, sob pena de devolução imediata do bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.
III – não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.
IV – atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.
V – zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.
VI – a cessionária fica obrigada a contratar mão de obra local (pessoas residentes no Município de Contenda) na proporção mínima de 50% (cinquenta por cento) do quadro de funcionários, sendo dispensada quando não houver mão de obra local suficiente.

Art. 6º Findo o prazo estabelecido no art. 4º da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
Parágrafo único. De forma excepcional, devidamente justificada pela administração pública, demonstrado o interesse público, a concessão poderá ser revogada sendo assegurado o prazo mínimo de 01 (um) ano, entre a notificação e a efetiva desocupação do espaço cedido.

Art. 7º A cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município, atendidas as normas e legislação vigente.

Art. 8º As despesas com manutenção e conservação do bem correrão por conta da cessionária, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Art. 9° A cessão de uso será feita sem ônus tributário incidente sobre o imóvel.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário para a reta aplicação legal.

Prefeitura Municipal de Contenda, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:11F7CF38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO 9138/2026

DECRETO Nº. 9.138, de 30 de setembro de 2026.

Designa servidor, ocupante de cargo efetivo para Função de Confiança e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispõe sobre o Regime jurídico dos Servidores Públicos de Coronel Vivida-PR) e Lei Complementar nº. 073 de 19/09/2025 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), **RESOLVE**
Art. 1º. DESIGNAR, o Servidora Público **ATALIBIO ALVES ANTUNES,** para exercer a Função Gratificada de **Chefe da Seção de Trânsito, da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo,** percebendo o valor estabelecido para o FG1, conforme a Lei nº. 3.514/2025 de 19/09/2025, a partir de 1º (primeiro) de setembro de 2026.
§ 1º. A Função Gratificada perdurará enquanto o funcionário estiver designada para a Função de Chefe da Seção de Trânsito.
§ 2º. A designação constante neste, é sem prejuízo as demais funções exercidas no cargo público ocupado.
§ 3º. Fica lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, da Estrutura Organizacional do Poder Executivo.
Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de designação, revogada as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento De Gestão de Pessoas

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:0E835339

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO 9139/2026

DECRETO Nº. 9.139, de 30 de setembro de 2026.

Exonera, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 3.514 de 19/09/2026 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e o Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Poder Executivo do Município de Coronel Vivida-PR), DECRETA,
Art. 1º. Fica exonerado, conforme Portaria nº. 241 de 10/08/2026 – do IDR-Paraná, do Cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, ASSIOLI JACSEL DOS SANTOS, a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2026.
Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua exoneração, revogada as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:93D66526

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO n° 77/2026 – Dispensa de Licitação nº 19/2026 – Município de Coronel Vivida. CONTRATADA: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A, CNPJ sob nº 01.378.407/0001-10. Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de seguro patrimonial para cobertura de 43 (quarenta e três) prédios públicos pertencentes à estrutura municipal. Valor total: R$ 41.457,47. Prazo de vigência: 12 meses, de 11 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2027. Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Aditivo nº 01 - Contrato n° 66/2025 – Pregão Eletrônico nº 53/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, CNPJ sob nº 00.165.960/0001-01. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 02 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027. Fica reajustado o valor mensal, em 2,15%O valor mensal a ser pago passa a ser de R$ 36.686,21. O valor total deste aditamento é de R$ 845.129,84. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Aditivo nº 04 ao Contrato n° 130/2022 – Pregão Eletrônico nº 84/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: ROSI DE FREITAS SANTOS LTDA, CNPJ sob n.º 14.918.590/0001-40. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, 03 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027. Fica reajustado o valor mensal, com base no IPCA, acumulado nos últimos 12 meses, referente ao mês de agosto de 2026, na ordem de 4,2235%, passando o valor mensal a ser de R$ 6.409,91, totalizando para este aditamento o valor de R$ 76.918,92. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 29 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:FFAF8A27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DISPENSA 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 096/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 096/2026

OBJETO: A presente dispensa de licitação visa a **aquisição emergencial de galerias de concreto armado, destinados a execução de obras de manutenção, ampliação e substituição de estruturas de drenagem existentes, permitindo maior capacidade de escoamento das águas pluviais, estabilidade estrutural das vias e segurança da população desta municipalidade**, conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, VIII, da Lei n°14.133/2021.

CONTRATADO: COPEL – CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

VALOR TOTAL: R$ 139.616,00 (Cento e trinta e nove mil, e seiscentos e dezesseis reais)

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, ambos juntados aos autos, e considerando os princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, AUTORIZO a contratação direta em epígrafe, por meio da Dispensa de Licitação nº 018/2026, com fundamentação legal no Art. 75, VIII, da Lei n°14.133/2021.
Cruz Machado, 30 de setembro de 2026.

RONALDO SCHRIBENIG
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:95CB56FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2974/2026

DECRETO Nº 2974/2026

Dispõe sobre criação do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização que integra a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e legais e em conformidade com a Legislação vigente:

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023: institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei nº 567, de 22 de setembro de 2026: institui a Política de Alfabetização Municipal para o desenvolvimento da ações de alfabetização no município de Diamante D'Oeste/PR em consonância com o programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.435, de 25 de julho de 2023: dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Cenac);
CONSIDERANDO a Portaria nº 351, de 4 de agosto de 2023: estabelece diretrizes e orientações para que os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ofereçam subsídios para o monitoramento do CNCA;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1773, de 1º de setembro de 2023: institui a Comissão de Acompanhamento Permanente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023: dispõe sobre as atribuições, a composição e o funcionamento da RENALFA e define os valores para o pagamento de bolsas de formação continuada para os articuladores do CNCA;
CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 29 de setembro de 2023: designa os articuladores da Renalfa do CNCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 22, de 24 de outubro de 2023: dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas de anos iniciais do ensino fundamental participantes do CNCA, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a Resolução nº 5, de 10 de novembro de 2023: estabelece critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, para a implementação do CNCA em regime de colaboração, por meio do quarto ciclo (2025/2028) do Plano de Ações Articuladas (PAR);
CONSIDERANDO a Portaria nº 62, de 15 de dezembro de 2023: designa os articuladores municipais da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) do CNCA e altera a Portaria nº 56, de 27 de novembro de 2023;
CONSIDERANDO a Portaria nº 2, de 29 de janeiro de 2024: altera os Anexos I, II, III e IV da Portaria nº 62, de 15 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO a Portaria nº 18, de 9 de abril de 2024: altera os Anexos II, III e IV da Portaria nº 2, de 29 de janeiro de 2024, apenas nos termos descritos;
CONSIDERANDO a Portaria nº 506, de 28 de maio de 2024: institui as estratégias, os fluxos de trabalho, os eixos estruturantes e as diretrizes para o cronograma de implementação de ações complementares no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) que garantam o direito à alfabetização das populações específicas (observadas as modalidades educacionais previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e fortaleçam a implementação das políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais, nos contextos educativos da alfabetização.

DECRETA:

Art. 1º - Instituir o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) que integra a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), doravante denominado Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização, de caráter consultivo e de assessoramento à gestão municipal, para subsidiar a gestão das estratégias necessárias à consecução dos objetivos do Compromisso no município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES E DIRETRIZES GERAIS

Art. 2º- O Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização, representa o esforço do município na gestão e articulação de políticas públicas, em regime de colaboração com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, para assegurar a alfabetização das crianças na idade certa e recompor a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
Art. 3º - Constituem diretrizes para basilar a atuação do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização:
I - Fortalecimento do regime de colaboração e da cooperação federativa entre os entes federados para garantir o direito de aprender de todas as crianças;
II - Reconhecimento da autonomia do município e das unidades escolares que integram o sistema municipal de ensino na execução das políticas públicas de educação básica, em atenção ao papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação;
III - Reconhecimento do protagonismo do município e das instituições educacionais que ofertam a educação infantil e a primeira etapa do ensino fundamental nos processos de alfabetização;
IV - Assistência técnica e financeira da União ao município e deste às escolas que integram o sistema municipal de ensino;
V - Enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero para a promoção da equidade educacional nos territórios estadual e municipal;
VI - Centralidade dos processos de ensino-aprendizagem e das necessidades das escolas;
VII - Garantia do direito à formação continuada a professores, gestores educacionais e técnicos da secretaria municipal de educação;
VIII - Monitoramento, acompanhamento e avaliação contínuos da política do CNCA no município;
IX - Reconhecimento do papel importante que a Educação Infantil cumpre no processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças;

X - Reconhecimento da secretaria de educação como órgão executivo da política do CNCA;
XI - Reconhecimento do Conselho Municipal de Educação como órgão colegiado normativo, consultivo, propositivo e fiscalizador das políticas educacionais.
XII - Valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

CAPÍTULO II
FINALIDADE E PRINCÍPIOS DO COMITÊ MUNICIPAL DO RENALFA

Art. 4º - O Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização tem como finalidade promover a gestão articulada da política do CNCA entre as escolas, os órgãos do sistema de ensino, as articulações municipal e estadual, com vistas a assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e recomposição de aprendizagens de alunos do 3º, 4º e 5º ano que não consolidaram as habilidades competentes.
Art. 5º - São princípios do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização:
I - Trabalho colaborativo para garantir o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;
II - Gestão democrática e participativa;
III - Promoção da equidade educacional;
IV - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
V - Valorização das infâncias e suas singularidades;
VI - Respeito à autonomia pedagógica do (a) professor (a) e das escolas.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - O Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização é composto pelos seguintes membros:
I - Secretário(a) Municipal de Educação – Elisiane Vanusa Batista da Silva;
II - Articulador(a) Municipal do CNCA – Roseli da Silva Freitas;
III - Coordenador(a) Técnico-pedagógico da Educação Infantil – Deiziane Cequinatto;
IV - Coordenador(a) Técnico-pedagógico da Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Rita Flores;
V - Psicóloga da Educação – Camila Fabiane Damasceno da Silva;
VI - Representante do Conselho Municipal de Educação – Francieli Wick;
VII - Representante da Gestão Escolar – Loreci Lemes Rodrigues Andrade;
VIII - Representante da Educação Especial – Marcia Cristina Moreira Batista;
IX - Representante de Professor – Rosana Aparecida Pereira.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 7º- Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização a gestão da política municipal de alfabetização, a partir dos seguintes eixos do CNCA:
I - Eixo de Governança;
II - Eixo de Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
III - Eixo Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica;
IV - Eixo de Sistema de Avaliação;
V - Eixo de reconhecimento de boas práticas.

SEÇÃO I
EIXO GOVERNANÇA MUNICIPAL

Art. 8º- São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização:
I - Conhecer e disseminar na rede municipal os marcos legais e as diretrizes da política do CNCA;

II - Reunir-se, em caráter ordinário, periodicamente, podendo as reuniões serem mensais, bimestrais ou trimestrais e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Articulador Municipal;
III - Elaborar Plano de Trabalho Anual do CNCA, a partir das metas pactuadas entre os entes federados;
IV - Monitorar, acompanhar e avaliar os resultados da política do CNCA em âmbito municipal, fazendo análises e comparações com os resultados estadual e nacional;
V - Articular-se com os gestores escolares para gestão colaborativa da política;
VI - Contribuir com o processo de avaliação permanente da implementação e dos resultados do
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VII - Articular-se com os órgãos colegiados da gestão municipal para a gestão democrática e participativa da política educacional;
VIII - Assegurar memória de gestão da política, por meio de organização de arquivos, em que constem: relatórios mensais, registros fotográficos, atas de reuniões, fichas de acompanhamentos, gráficos, tabelas que comprovem as evidências dos resultados das ações do programa nas escolas.

SEÇÃO II
EIXO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E MELHORIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 9º- São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização no Eixo de Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar:
I - Garantir a qualidade da formação continuada em âmbito municipal;
II - Garantir, junto à secretaria de educação, a participação dos formadores municipais nas formações remotas e presencias, em âmbito regional;
III - Garantir a logística necessária para garantir a qualidade da infraestrutura e materiais necessários à realização das formações com qualidade;
IV - Articular profissionais para cumprir cronogramas e carga horária das formações;
V - Incentivar grupos de estudos locais e realização de seminários sobre a alfabetização;
VI - Articular as pautas das formações aos resultados das avaliações do CNCA, as quais fornecem subsídios para a evolução contínua das políticas de alfabetização e das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

SEÇÃO III
EIXO MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

Art. 10º- São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização no Eixo de Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica:
I - Realizar visitas *in loco* nas escolas para avaliar infraestrutura física e pedagógica, com vistas a mobilizar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo na promoção do apoio necessário à melhoria e a expansão das escolas, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do processo de alfabetização;
II - Engajar gestores municipais para implementar cantinhos de leituras em 100% das escolas.
III - Realizar a distribuição dos materiais didáticos suplementares destinados a atender aos objetivos do Compromisso;
IV - Realizar a distribuição e disponibilização de recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização;
V- Monitorar o uso efetivo dos materiais, recursos pedagógicos e equipamentos destinados às ações do Compromisso;
VI -Mobilizar a gestão municipal para adquirir livros de literatura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes.

SEÇÃO IV
EIXO DE SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Art. 11 – São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização no Eixo de Sistema de Avaliação:
I - Mobilizar e orientar as equipes escolares na realização das avaliações formativas do CNCA de língua portuguesa e matemática, com foco na melhoria dos resultados educacionais e com ênfase na redução das desigualdades de aprendizagem observadas entre os estudantes;
II - Mobilizar a aplicação da avaliação estadual anual de língua portuguesa e matemática;
III - Mobilizar as escolas para assegurar no mínimo 80% dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e nas avaliações em regime de colaboração com o estado do Paraná;
IV - Monitorar os resultados das avaliações formativas do CNCA e das avaliações externas estadual e nacional, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e a promoção do processo de alfabetização dos estudantes.
V - Priorizar intervenções pedagógicas em escolas com menores indicadores educacionais.

SEÇÃO V
EIXO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 12 – São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização no Eixo de Boas Práticas:
I - Contribuir com a mobilização e implementação das atividades de pesquisa, produção e sistematização de conhecimentos e evidências científicas a partir do processo de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
II - Estabelecer estratégias, em seu âmbito de atuação, para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.
III - Disseminar as diretrizes do Selo Nacional de Boas Práticas do CNCA no sistema municipal de ensino;
IV - Elaborar critérios para políticas de reconhecimento de boas práticas em âmbito municipal, em diálogo com o Conselho Municipal de Educação, a partir das diretrizes nacionais.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Art. 13 – As reuniões do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização são consideradas atividades internas da secretaria municipal de educação, podendo seus membros convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões.
Art. 14 – As reuniões deverão ocorrer periodicamente, podendo ser mensais, bimestrais ou trimestrais e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Articulador Municipal;
Art. 15 – Na eventualidade da participação de convidadas e convidados dos órgãos/entidades o gestor da pasta da secretaria municipal de educação precisa ter ciência e aprovar tal participação.
Art. 16 - A participação dos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 17 – Os membros do Comitê se reunirão presencialmente ou por videoconferência.
Art. 18- Recomenda-se que as reuniões do Comitê sejam lavradas em ata.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - O Comitê Estratégico Municipal da Política de alfabetização poderá implementar ações complementares que garantam o direito à alfabetização.
Art. 20 - O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê serão providos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
Art. 21 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamante D'Oeste, 30 de Setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito do Município de Diamante D' Oeste

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:FB2761EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2975 /2026

SÚMULA: Dispõe sobre a declaração de vacância do cargo público efetivo, em razão de aposentadoria da Sr.ª. JOAO DA CRUZ

CONSIDERANDO que o servidor teve aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em 30/08/2018, conforme certidão emitida pelo órgão previdenciário competente;
CONSIDERANDO que a aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público efetivo, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Municipal nº 37/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D`Oeste);
CONSIDERANDO que a jurisprudência dos Tribunais de Contas pátrios é firme no sentido de que a aposentadoria do servidor público estatutário implica a extinção do vínculo jurídico-funcional e a consequente vacância do cargo, sendo juridicamente impossível permanecer no exercício do cargo após a concessão do benefício, conforme se verifica, Processo nº 402144/22 (TCE-PR), entre outros;
CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.302.501/PR (Tema nº 1.150 de Repercussão Geral), firmou entendimento de que o servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, havendo previsão legal de vacância do cargo, não possui direito à reintegração nem à permanência no exercício do cargo sem novo concurso público;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme dispõe a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 16/2026, de 30 de julho de 2026;
AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal Diamante D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º – Declarar a vacância do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, anteriormente ocupado pelo servidor JOAO DA CRUZ, matrícula nº 24371, em razão da aposentadoria concedida em 30/08/2018, nos termos da legislação municipal aplicável.
§1º – Esta declaração possui natureza exclusivamente declaratória, reconhecendo a extinção automática do vínculo jurídico-funcional.
Art. 2º – Determinar que o Setor de Recursos Humanos deste Município, efetue os registros necessários, e o pagamento das verbas rescisórias previstas na Legislação vigente.
Art. 3º – Fica expressamente vedada a reintegração ao cargo declarado vago, por inexistência de vínculo jurídico-funcional após a aposentadoria, ressalvada eventual determinação judicial expressa e transitada em julgado em sentido diverso.
Art. 4º – Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, revogadas disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F9A92CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2976 /2026

SÚMULA: Dispõe sobre a declaração de vacância do cargo público efetivo, em razão de aposentadoria da Sr.ª. SIDNEI DONIZETE LUQUI

CONSIDERANDO que o servidor teve aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em 30/11/2017, conforme certidão emitida pelo órgão previdenciário competente;
CONSIDERANDO que a aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público efetivo, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Municipal nº 37/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D`Oeste);
CONSIDERANDO que a jurisprudência dos Tribunais de Contas pátrios é firme no sentido de que a aposentadoria do servidor público estatutário implica a extinção do vínculo jurídico-funcional e a consequente vacância do cargo, sendo juridicamente impossível permanecer no exercício do cargo após a concessão do benefício, conforme se verifica, Processo nº 402144/22 (TCE-PR), entre outros;
CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.302.501/PR (Tema nº 1.150 de Repercussão Geral), firmou entendimento de que o servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, havendo previsão legal de vacância do cargo, não possui direito à reintegração nem à permanência no exercício do cargo sem novo concurso público;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme dispõe a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 16/2026, de 30 de julho de 2026;
AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal Diamante D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º – Declarar a vacância do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, anteriormente ocupado pelo servidor SIDNEI DONIZETE LUQUI, matrícula nº 40551, em razão da aposentadoria concedida em 30/11/2017, nos termos da legislação municipal aplicável.
§1º – Esta declaração possui natureza exclusivamente declaratória, reconhecendo a extinção automática do vínculo jurídico-funcional.
Art. 2º – Determinar que o Setor de Recursos Humanos deste Município, efetue os registros necessários, e o pagamento das verbas rescisórias previstas na Legislação vigente.
Art. 3º – Fica expressamente vedada a reintegração ao cargo declarado vago, por inexistência de vínculo jurídico-funcional após a aposentadoria, ressalvada eventual determinação judicial expressa e transitada em julgado em sentido diverso.
Art. 4º – Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, revogadas disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:A26E7BF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2977/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a declaração de vacância do cargo público efetivo, em razão de aposentadoria da Sr.ª. OLAVIO BISPO DE SOUZA

CONSIDERANDO que o servidor teve aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em 30/01/2025, conforme certidão emitida pelo órgão previdenciário competente;
CONSIDERANDO que a aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público efetivo, nos termos do inciso V do art. 41

da Lei Municipal nº 37/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D`Oeste);
CONSIDERANDO que a jurisprudência dos Tribunais de Contas pátrios é firme no sentido de que a aposentadoria do servidor público estatutário implica a extinção do vínculo jurídico-funcional e a consequente vacância do cargo, sendo juridicamente impossível permanecer no exercício do cargo após a concessão do benefício, conforme se verifica, Processo nº 402144/22 (TCE-PR), entre outros;
CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.302.501/PR (Tema nº 1.150 de Repercussão Geral), firmou entendimento de que o servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, havendo previsão legal de vacância do cargo, não possui direito à reintegração nem à permanência no exercício do cargo sem novo concurso público;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme dispõe a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 16/2026, de 30 de julho de 2026;
AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal Diamante D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º – Declarar a vacância do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA, anteriormente ocupado pelo servidor OLAVIO BISPO DE SOUZA, matrícula nº 17911, em razão da aposentadoria concedida em 30/01/2025, nos termos da legislação municipal aplicável.
§1º – Esta declaração possui natureza exclusivamente declaratória, reconhecendo a extinção automática do vínculo jurídico-funcional.
Art. 2º – Determinar que o Setor de Recursos Humanos deste Município, efetue os registros necessários, e o pagamento das verbas rescisórias previstas na Legislação vigente.
Art. 3º – Fica expressamente vedada a reintegração ao cargo declarado vago, por inexistência de vínculo jurídico-funcional após a aposentadoria, ressalvada eventual determinação judicial expressa e transitada em julgado em sentido diverso.
Art. 4º – Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F6EA2F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2978/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a declaração de vacância do cargo público efetivo, em razão de aposentadoria da Sr.ª. GENI PAZ DE SOUZA

CONSIDERANDO que o servidor teve aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em 12/01/2024, conforme certidão emitida pelo órgão previdenciário competente;
CONSIDERANDO que a aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público efetivo, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Municipal nº 37/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D`Oeste);
CONSIDERANDO que a jurisprudência dos Tribunais de Contas pátrios é firme no sentido de que a aposentadoria do servidor público estatutário implica a extinção do vínculo jurídico-funcional e a consequente vacância do cargo, sendo juridicamente impossível permanecer no exercício do cargo após a concessão do benefício, conforme se verifica, Processo nº 402144/22 (TCE-PR), entre outros;
CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.302.501/PR (Tema nº 1.150 de Repercussão Geral), firmou entendimento de que o servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, havendo previsão legal de vacância do cargo, não possui direito à reintegração nem à permanência no exercício do cargo sem novo concurso público;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme dispõe a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 16/2026, de 30 de julho de 2026;
AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal Diamante D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º – Declarar a vacância do cargo de PROFESSOR, anteriormente ocupado pelo servidor GENI PAZ DE SOUZA, matrículas nº 4931 e nº4932, em razão da aposentadoria concedida em 12/01/2024, nos termos da legislação municipal aplicável.
§1º – Esta declaração possui natureza exclusivamente declaratória, reconhecendo a extinção automática do vínculo jurídico-funcional.
Art. 2º – Determinar que o Setor de Recursos Humanos deste Município, efetue os registros necessários, e o pagamento das verbas rescisórias previstas na Legislação vigente.
Art. 3º – Fica expressamente vedada a reintegração ao cargo declarado vago, por inexistência de vínculo jurídico-funcional após a aposentadoria, ressalvada eventual determinação judicial expressa e transitada em julgado em sentido diverso.
Art. 4º – Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F55B69B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº.148 /2026

SUMULA: AUTORIZAR CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL:

O Prefeito Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº. 037/2011 de 08/11/2011, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D'Oeste.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER, conforme solicitação Licença Prêmio, com período aquisitivo de 01/03/2015 á 01/03/2020, sendo que a mesmo irá gozar 90 dias a partir de 30/09/2026 até o dia 28/12/2026, para o seguinte servidor do quadro efetivo:

NOME	CARGO	MATRICULA
CLARICE LURDES VALANCUELO	Técnico de Enfermagem	40031

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:CAC32C5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO N° 002/2026 EDITAL Nº. 14.002/2026

O Município de Diamante D'oeste, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva**,** que no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:
I - A DESCLASSIFICAÇÃO dos candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo Seletivo nº 002/2026, conforme Edital nº 14.02/2026 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 04.02/2026.
PROFESSOR SUBSTITUTO

INSC.	CLASS.	NOME	DT. NASC.	PONT.
25	18º	Karielly Cristina da Silva Polanczyk	06/04/2000	67,50

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:5FB5A6A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO N° 002/2026 EDITAL Nº. 15.002/2026

O Município de Diamante D'oeste, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva**,** que no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

I - A convocação dos candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo Seletivo nº 002/2026, conforme edital nº 15.002/2026 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 004.02/2026.
II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Diamante do Oeste PR, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação,
II – O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistente.
PROFESSOR SUBSTITUTO

INSC.	CLASS.	NOME	DT. NASC.	PONT.
09	21º	Gabrieli Taoani Santos Costa	28/01/2000	62,0
16	22º	Shirley Diulhane Schleder	14/12/1982	60,0

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:7168C9FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PR 38/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 138/2026**, na modalidade **Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preço sob nº 38/2026**, **Contratação 989915-18/2026** no compras.gov.br, do tipo **menor preço por item**, para **aquisição de utensílios de cozinha, utensílios domésticos, itens de enxoval, cortinas e demais materiais destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI (Lar do Idoso) do Município de Diamante D´Oeste;** devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **16-10-2026 às 9h (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 30 de Setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:17B0F76B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº13/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) – repasse do governo estadual, via fundo a fundo, para execução no ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Diamante D'Oeste – Pr., de acordo com suas competências conferidas pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e Lei Municipal nº 096/2016 do CMAS, de 17 de outubro de 2016, considerando a deliberação da plenária do dia 30 de setembro, de 2026:
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS), para execução no ano de 2026, incluído ações que contemplem o município, caso nos próximos dias, decrete situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência das fortes chuvas, bem como, da previsão de intensificação do fenômeno El Niño ao longo dos próximos meses, com possibilidade de ocorrência de novos eventos climáticos adversos. A adequação do Plano de Ação constitui, uma das medidas de planejamento prévio para a resposta socioassistencial a essas situações.
Art. 2º - incluir no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026, aberto no SIFF, para o município, no período de 21/09 a 30/09/2026, as seguintes previsões: 1. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com previsão para capital, custeio e RH; e 2. Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública. O objetivo possui caráter preventivo, independentemente da existência, neste momento, de situação de emergência ou calamidade pública.
Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de publicação.

MARIA DO NASCIMENTO FREIMULLER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:00F9305E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ADITIVO VALOR PR 70/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.403/2025, decorrente de Pregão n° 70/2025 de AQUISIÇÃO DE
BRINQUEDOS PARA DISTRIBUÍ-LOS A TODAS AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO CONFORME LEI
MUNICIPAL 528/2025, NA SEMANA QUE ANTECEDE O NATAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE
D´OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa ALINE WOLF DOS SANTOS - ME , inscrita no CNPJ sob

nº. 31.158.552/0001-56, com sede no endereço RUA AFONSO PENA, 510, CENTRO, CENTRO
VERA CRUZ DO OESTE-PR neste ato representada por EDUARDO RODRIGO DOS SANTOS,
portador do RG n° SESP-PR, portador do CPF sob n° 060.582.589-01, acordam por meio deste o
que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 12.571,40
(doze mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos) , corresponde ao acréscimo de
0,0% com finalidade de O presente termo aditivo tem por objeto - CLÁUSULA
PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 403/2025, referente à licitação Pregão Eletrônico sob nº
70/2025, com base na cláusula tereceira, quarta e décima primeira, do contrato primitivo e na lei
14.133/21. Corrigindo o valor global da cláusula terceira e quarta. Tendo um aumento de 25% no
contrato, sendo o aumento global de R$ 12.571,40 (doze mil quinhentos e setenta e um reais e
quarenta centavos). com fundamento na Lei nº. 14.133/21.
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE ALINE WOLF DOS SANTOS - ME
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:311.585.520-00156
EDUARDO RODRIGO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL RG:SESP-PR
CPF:060.582.589-01
DIAMANTE DO OESTE 30 de setembro de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:9801A0B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2024

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2024 CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA PANTALEÃO - ME.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getulio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000 e a empresa **CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA PANTALEÃO - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Bortolo Moro, 64 Bairro Estrela, Ponta Grossa-Pr, inscrita no CNPJ/MF nº 10.774.459/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Carlos Alexandre de Souza Pantaleão, residente e domiciliado à Rua Conrado Schiffer, 400, Apto 32, bloco 10, Ponta Grossa-Pr, portador do RG nº 8.125.612-8 e do CPF do MF nº sob o nº 047.311.479-80, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si justo e **TERMO ADITIVO**, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Conforme Pregão Eletrônico nº 012/2024, Contrato nº 81/2024, firmado entre as partes para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ON-GRID DA CONCESSONÁRIA DE ENERGIA, DE ACORDO COM O INSTRUMENTO DE REPASSE 230927145441976 ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL-PR E A CAIXA ECONÔNICA FEDERAL – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FATOS
Conforme solicitação do Secretário de Administração e do Gestor do Contrato, tendo em vista a necessidade de término dos serviços e supervisão por parte da Administração Municipal e conforme acompanhamento técnico pelo setor de engenharia e concordância da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA –DA VIGÊNCIA
Tendo em vista a correção dos detalhes técnicos e com base na Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação do Contrato Original em especial os itens 2.1 e 2.1.1. A Administração **RESOLVE:**
- Fica renovado o Prazo de Vigência para mais 12(doze) meses, conforme previsto no Art. 106 da Lei nº 14.133/21, passando **para 14/07/2027.**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas. E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 10 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA PANTALEÃO - ME
Contratado

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:FC429EAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS ATO Nº 059/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 059/2026
DATA: 30/09/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Sr. º JOSÉ ADAIR CAMILO inscrito sob a matrícula nº
459888-0, designado a exercer o cargo em comissão de Secretário de Educação e Cultura
Agricultura e Meio Ambiente, duas (02) diárias (valor unitário: R$ 600,00/valor total: R$
1.200,00) para os dias 17 e 18 de setembro 2026 em decorrência de viagem até as cidades

de Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa – PR. Para participar de reuniões relacionadas
ao setor de Apicultura, juntamente com os agricultores de nosso município voltados à
produção/comercialização de mel . Transporte: Fiat Strada, Placa: UAV-2J86.

Art. 2º Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 30 de setembro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:CE147474

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS ATO Nº 060/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 060/2026
DATA: 30/09/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso
de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a Srª CLARIVONETE APARECIDA GUERRA inscrita sob a
matrícula nº 000720-1, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, ligada a Secretaria
Municipal de Educação, uma (01) diária (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$
450,00) para o dia 24 de setembro de 2026, em decorrência de viagem a cidade de
Curitiba – PR. Para participar da visita técnica 3º Módulo De Formação em San
(Segurança Alimentação Nutricional). Transporte: Ônibus.
Art 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 30 de setembro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:F2560828

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 90012/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Retificação do Edital da Concorrência Presencial 90012/2026

Objeto: Contratação de obras de engenharia de edificação destinada Construção de Creche Social contendo salas, brinquedoteca, sala de amamentação, diretoria, secretaria, jardim sensorial, espera coberta, DMI, cozinha, dispensa, lactário, sanitário feminino, sanitário masculino, sanitário feminino PcD e sanitário masculino PcD. Construção de creche com execução dos serviços preliminares e administração da obra, acessórios, vidros e espelhos, instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação, instalações Hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos, revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizantes, pinturas e argamassas, pavimentação e calçamento, paisagismos e equipamentos externos, diversos (limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos) e demais especificações contantes em projeto, com recurso oriundo do termo de adesão a resolução 212/2024 SEDEF, Prioridade 98, SAM 109.

1. Fica retificado a data do edital que passa a ser 29/9/2026.

2. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 30 de setembro de 2026.

DIRLEI LUCI LERMEN OBERGEN
Autoridade Competente

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C65F3C40

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 47/2026; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e orientação metodológica, planejamento, organização, apoio à realização e sistematização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos – PR; **CONTRATADA:** INSTITUTO RANAI LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº. 46.757.247/0001-58, sediada na rua José Victor da Rosa, nº 300, Bairro: Barreiros, no município de São Jose, estado de Santa Catarina, CEP 88.117-405 e-mail: administrativo@institutoranai.com.br e telefone (48) 99127-5996, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o Sr. Iramaia Ranai Gallerani, inscrito(a) no CPF. nº. 321.***.***-66; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III alínea “c” e “f”, da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 3 (três) meses contados do(a) publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021; **VALOR ESTIMADO:** R$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais); **AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE** (Art. 72, inciso VIII): 22 de setembro de 2026, por Dirlei Luci Lermen, Secretária de Administração e Finanças. **DIVULGAÇÃO NO PNCP:** 30 de setembro de 2026, por Iris Cristina Bertolini, agente de contratação.

DIRLEI LUCI LERMEN OBERGEN
Autoridade Competente

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7BFA90AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA N°001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA N°001/2026

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Estado do Paraná, no uso de suas Atribuições Legais, em consonância com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis, **CONVOCA** os Senhores Vereadores e Vereadoras desta Casa de Leis, para se reunirem, em Caráter Extraordinário, no dia **02 de outubro de 2026,** às **17:00 HORAS**, para tratarem da seguinte:

ORDEM DO DIA:

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DESTA CASA DE LEIS, PARA O BIÊNIO 2027/2028, DE ACORDO COM O ART. 25 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 001/2006 DE 02 DE MAIO DE 2006.

Edifício da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, em 28 de setembro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3816D341

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA- FAUEPG

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

14.001.18.541.0007.2.093.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	14/2026
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Adjuticação :	24/09/2026
e) Objeto da Licitação :	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FUNDAÇÃO DE APOIO TECNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG) PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR APRESENTA-SE COMO UMA NECESSIDADE TÉCNICA, LEGAL, INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA, DESTINADA A SUPRIR A EXIGÊNCIA DE PLANEJAMENTO FORMAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E A ORGANIZAR, DE MANEIRA INTEGRADA, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.
a) Processo Adm Nrº :	67/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA- FAUEPG
CNPJ/CPF: 08.574.460/0001-35

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FUNDAÇÃO DE APOIO TECNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG) PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR APRESENTA-SE COMO UMA NECESSIDADE TÉCNICA, LEGAL, INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA, DESTINADA A SUPRIR A EXIGÊNCIA DE PLANEJAMENTO FORMAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E A ORGANIZAR, DE MANEIRA INTEGRADA, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.	Serviço	1	R$ 150.000,0000	R$150.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 150.000,00
02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

DOUTOR ULYSSES, 24 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9B209D18

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ELDER FREITAS GRIERSON

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e pela plataforma digital do Governo Federal Contrata + brasil e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	71/2026
b) Licitação Nrº :	28/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	30/09/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE JALECOS PARA USO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL.
f) Processo Adm Nrº :	71/2026

12.122.0002.2.013. - Manutenção da Secretária Municipal de Educação
g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
Fornecedor: 35.259.943 ELDER FREITAS GRIERSON
CNPJ/CPF: 35.259.943/0001-18

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE JALECOS PARA USO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL.	150	R$ 87,3200	R$ 13.098,0000

Valor Total Homologado - R$ 13.098,00

DOUTOR ULYSSES, 30 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7EFD5026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 04/2026 DESIGNA JUNTA MÉDICA PARA REAVALIAÇÃO DE APOSENTADO POR INVALIDEZ.

DECRETO Nº 04/2026

Súmula: Designa Junta Médica para reavaliação de aposentado por invalidez.

A PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 109, da Lei 430/2010, que dispõe sobre o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos de Fernandes Pinheiro – PR e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 250/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Junta Médica para realizar avaliação médico-pericial do aposentado (a) por invalidez, para reavaliação de sua condição de saúde.
MARIA CLERI DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 152
JACOMO ADRIANO CURUPANA – MATRÍCULA Nº 24783
DENIZE ANDREIA PEREIRA – MATRÍCULA Nº 4372
ANSELMO LUIS PINTO-MATRÍCULA Nº 2862
Art. 2º A Junta Médica será composta pelos seguintes profissionais:
I – Dra. ANA RAQUEL ARRUDA RAMALHO GOES SCHMIDT, CRM/PR nº 24.185;
II – Dr. FREDERICO GUAURINO DE OLIVEIRA JUNIOR, CRM/PR nº 38.225;
III – Dr. MUHAMMAD KASHIF NAWAZ, CRM/PR nº 37.933.
Art. 3º A Junta Médica deverá avaliar a condição de saúde do(a) aposentado(a), verificando a permanência ou eventual alteração das condições que fundamentaram a concessão da aposentadoria por invalidez.
Art. 4º Após a avaliação, a Junta Médica deverá emitir o respectivo Laudo Médico-Pericial, conforme modelo constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 250/2026.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, dê-se conhecimento.
Fernandes Pinheiro, 30 de setembro de 2026.

SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO
Diretora-Presidente do FUNDOFEP

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:67D1E01A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE ADIAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – SAÚDE

A **Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná**, vem, por meio deste, informar à comunidade que a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** referente à **Prestação de Contas relativa ao 2º Quadrimestre de 2026 da Área da Saúde**, anteriormente prevista para o dia **30 de setembro de 2026**, foi **adiada em razão de luto**.

A audiência será realizada no dia **1º de outubro de 2026, às 09h00**, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada na **Praça Dr. Manoel Pedro Correa Lima, nº 10 – Centro, Fernandes Pinheiro – PR**.

Na ocasião, serão apresentadas as ações desenvolvidas e os gastos realizados na área da Saúde durante o referido período, contando com a participação de profissionais da área da Saúde e do Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal.

A Secretaria Municipal de Saúde reforça a importância da participação da comunidade na Audiência Pública.

Fernandes Pinheiro, 30 de setembro de 2026.

AMAURI KLOSSOWSKI
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 05/2025

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:8465CB0F

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
DO OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de concreto usinado com e sem bombeamento.**
Forma de Julgamento: Menor preço por lote;
RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 02/10/2026 às 08:30h do dia 19/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00hr do dia 19/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 19/10/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 30 de setembro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:A5A11D6D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para a Secretaria Municipal de Saúde.
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 01/10/2026 às 08:30h do dia 14/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00h do 14/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 14/10/2026, acrescido do período aleatório.
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 30 de setembro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:281D916D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 250/2026 - REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS

Súmula: Regulamenta a realização de avaliações médico-periciais no âmbito do Município de Fernandes Pinheiro e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 121, inciso II, da Lei Municipal nº 430/2010, que estabelece a realização de exame médico-pericial por Junta Médica designada pelo Município para fins de aposentadoria por incapacidade permanente;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Municipal nº 722/2019, que preveem a atuação de Junta Médica designada pelo Chefe do Poder Executivo na avaliação da capacidade laboral do servidor;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a realização de avaliações e perícias médico-periciais no âmbito da Administração Municipal e do Regime Próprio de Previdência Social;
RESOLVE:
Art. 1º As avaliações e perícias médico-periciais necessárias no âmbito do Município de Fernandes Pinheiro serão realizadas por **Junta Médica**, a ser designada por ato próprio e específico da Administração Municipal, de acordo com a finalidade de cada avaliação.
Parágrafo único. A Junta Médica será composta, preferencialmente, por no mínimo 03 (três) profissionais médicos, podendo atuar mediante convocação da Administração Municipal ou do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 2º Compete à Junta Médica Oficial realizar exames e avaliações médico-periciais destinadas a:
I – avaliar a capacidade laboral dos servidores efetivos;
II – emitir laudos médico-periciais para instrução de processos de **aposentadoria por incapacidade permanente**, nos termos da legislação municipal;
III – avaliar a existência de incapacidade total e permanente para o exercício do cargo, quando encaminhado processo para essa finalidade;
IV – avaliar a possibilidade de readaptação do servidor, quando constatada alteração de sua capacidade física ou de suas condições de saúde que impeça o exercício das atribuições do cargo, observada a legislação aplicável;
V – realizar avaliações médico-periciais de servidores **já aposentados por incapacidade permanente**, quando determinadas pela Administração ou pelo Regime Próprio de Previdência Social, para verificação da permanência das condições que fundamentaram a concessão do benefício;
VI – emitir os respectivos laudos, pareceres e conclusões médico-periciais, encaminhando-os ao órgão competente para as providências administrativas cabíveis.
Art. 3º Nos processos de aposentadoria por incapacidade permanente, a Junta Médica deverá indicar, em seu laudo, de forma fundamentada, a existência ou não de incapacidade para o exercício das atribuições do cargo, bem como os demais elementos necessários à análise do benefício, observada a legislação previdenciária municipal.
Art. 4º Nas avaliações de servidores já aposentados por incapacidade permanente, a Junta Médica deverá verificar a permanência ou eventual alteração das condições de saúde que fundamentaram a concessão do benefício, emitindo laudo circunstanciado para subsidiar a decisão da autoridade competente.
Art. 5º A Junta Médica poderá solicitar exames complementares, relatórios médicos, prontuários e demais documentos necessários à adequada realização da avaliação médico-pericial.
Art. 6º Os membros da Junta Médica deverão observar o sigilo das informações médicas e pessoais a que tiverem acesso em razão do exercício de suas atribuições, bem como as normas éticas aplicáveis ao exercício da medicina.
Art. 7º Os trabalhos realizados pela Junta Médica serão formalizados mediante **Laudo Médico-Pericial**, conforme modelo constante do **Anexo I deste Decreto**, que dele passa a fazer parte integrante.
Art. 8º O Laudo Médico-Pericial deverá ser devidamente preenchido e assinado pelos profissionais responsáveis, contendo a identificação do servidor ou aposentado, a finalidade da avaliação, os elementos analisados, a conclusão médico-pericial e demais informações necessárias à instrução do processo.
Art. 9º A designação dos integrantes da Junta Médica será realizada mediante **ato específico para cada caso ou finalidade**, observadas as disposições deste Decreto e da legislação aplicável.
Art. 10. A atuação da Junta Médica não implica alteração dos cargos ou vínculos funcionais dos profissionais designados, permanecendo sujeitos às disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 29 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Anexo I

LAUDO PERICIAL
Nome do Servidor:
Cargo:

NÃO
SIM

1 - Está o examinado incapacitado para o cargo

2 - Em caso de resposta afirmativa ao quesito 1:

NÃO

SIMM

2.1 - É suscetível de recuperação para o seu próprio trabalho?

SIM

2.2 - É suscetível de recuperação para outra atividade?

NÃO

3 - Qual a data provável do início da incapacidade?

4 - Qual a data provável da cessação da incapacidade?

4.1 - Haverá necessidade de novo exame em:

5 - A incapacidade decorre de moléstia profissional?

6 - A incapacidade decorre de acidente em serviço?

7 - Em caso de exame para constatação de invalidez:

7.1 - Há invalidez? 7.2 - Desde quando?

SIM

NÃO

8 - Trata-se de doença grave, contagiosa ou incurável na forma

da lei. Artigo ____ da Lei Municipal n.º_____ ?

9 - Em caso afirmativo qual a data provável do início da doença?

10 - Código CID da(s) enfermidade(s):

11 – A enfermidade afeta a capacidade do servidor para os atos da vida civil?
(Artigos 3º, 4º e 1767 do Código Civil e art. 56, § 3º, da ON/MPS/SPS 02/2009)

12 - Em razão da incapacidade apurada, o examinado necessita de assistência permanente de outrem, fazendo jus ao acréscimo previsto no Art.____ da Lei Municipal n._____?
Observação: este item só deve ser respondido se o Município tiver lei própria prevendo o pagamento de acréscimo, no caso do incapacitado necessitar a assistência permanente de outrem.

--------	----------	----------
Médico(a)	Médico(a)	Médico(a)
CRM:	CRM:	CRM:

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:8904ECF3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 251/2026 - DESIGNA JUNTA MÉDICA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDOR.

Súmula: Designa Junta Médica para avaliação de servidor.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 250/2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica designada a **Junta Médica** para realizar avaliação médico-pericial do servidor **WILMAR LUIZ PABIS**, matrícula nº 226-1, ocupante do cargo efetivo de **Cirurgião Dentista**, que se encontra afastado de suas atividades por motivo de saúde há 02 (dois) anos.
Art. 2º A Junta Médica será composta pelos seguintes profissionais:
I – Dra. ANA RAQUEL ARRUDA RAMALHO GOES SCHMIDT, CRM/PR nº 24.185;
II – Dr. FREDERICO GUAURINO DE OLIVEIRA JUNIOR, CRM/PR nº 38.225;
III – Dr. MUHAMMAD KASHIF NAWAZ, CRM/PR nº 37.933.
Art. 3º A Junta Médica deverá avaliar a condição de saúde do servidor, sua capacidade para o exercício do cargo e, se for o caso, a existência de incapacidade permanente para fins de aposentadoria ou readaptação.
Art. 4º Após a avaliação, a Junta Médica deverá emitir o respectivo **Laudo Médico-Pericial**, conforme modelo constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 250/2026.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 30 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:FDEB470A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 252/2026 - DESIGNA JUNTA MÉDICA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDOR.

Súmula: Designa Junta Médica para avaliação de servidor.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 250/2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica designada a **Junta Médica** para realizar avaliação médico-pericial da servidora **ROSANA APARECIDA VALENTIM BAO**, matrícula nº 736-1, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, que se encontra afastado de suas atividades por motivo de saúde há mais de 02 (dois) anos.
Art. 2º A Junta Médica será composta pelos seguintes profissionais:
I – Dra. ANA RAQUEL ARRUDA RAMALHO GOES SCHMIDT, CRM/PR nº 24.185;
II – Dr. FREDERICO GUAURINO DE OLIVEIRA JUNIOR, CRM/PR nº 38.225;
III – Dr. MUHAMMAD KASHIF NAWAZ, CRM/PR nº 37.933.
Art. 3º A Junta Médica deverá avaliar a condição de saúde do servidor, sua capacidade para o exercício do cargo e, se for o caso, a existência de incapacidade permanente para fins de aposentadoria ou readaptação.
Art. 4º Após a avaliação, a Junta Médica deverá emitir o respectivo **Laudo Médico-Pericial**, conforme modelo constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 250/2026.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 30 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:4726A626

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 253/2026 - DESIGNA JUNTA MÉDICA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDOR.

DECRETO Nº 253/2026

Súmula: Designa Junta Médica para avaliação de servidor.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 250/2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica designada a **Junta Médica** para realizar avaliação médico-pericial da servidora **EDISON LUIZ DE JESUS**, matrícula nº 1124-1, ocupante do cargo efetivo de **Professor**, em razão de pedido de readaptação funcional.
Art. 2º A Junta Médica será composta pelos seguintes profissionais:
I – Dra. ANA RAQUEL ARRUDA RAMALHO GOES SCHMIDT, CRM/PR nº 24.185;
II – Dr. FREDERICO GUAURINO DE OLIVEIRA JUNIOR, CRM/PR nº 38.225;
III – Dr. MUHAMMAD KASHIF NAWAZ, CRM/PR nº 37.933.
Art. 3º A Junta Médica deverá avaliar a condição de saúde do servidor, sua capacidade para o exercício do cargo e, se for o caso, a existência de incapacidade permanente para fins de aposentadoria ou readaptação.
Art. 4º Após a avaliação, a Junta Médica deverá emitir o respectivo **Laudo Médico-Pericial**, conforme modelo constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 250/2026.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 30 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:04F11050

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL Nº 42/2026 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026;

RESOLVE
Convocar, a candidata abaixo relacionada, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, PR, situado na Avenida Remis João Loss, n° 600, Centro, até o dia 05/10/2026, das 09h às 17h, munida da documentação a que se refere o item 10.3 do edital de abertura n° 01/2026, descritos no anexo único do presente edital:

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

Classificação	Nome	Pontuação
59º	Veridiana Kuller Chagas Bello	46,5

O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.

Fernandes Pinheiro, 30 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Anexo único- Edital n° 042/2026 PSS 01/2026
A candidata deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 1 foto 3x4(recente);
- RG (cópia simples)
- CPF(cópia simples);
- Título de Eleitor(cópia simples);
- Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo link <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral>.
- Certidão de Nascimento(cópia simples), OU;
- Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (cópia simples) e documentos do conjuguê(CPF e RG), OU;
- Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo(cópia simples), OU:
- Certidão de Casamento com averbação de divórcio se divorciado(cópia simples);
-Comprovante de Residência atual(cópia simples);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos que contenha o número do CPF e/ou RG e CPF(cópia simples);
- Cópia da CTPS (1° e 2° páginas, opcional caso tenha modelo físico)
- Comprovante inscrição do PIS/PASEP , o qual poderá ser obtido através de cópia da carteira de trabalho, ou site do INSS, ou ainda junto a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.
- Comprovante de Escolaridade(cópia simples), diploma acompanhado de histórico escolar.
- Carteira de Reservista ou Certidão de Quitação com o Serviço Militar(cópia simples);
- Certidão de antecedentes criminais da JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL, sendo a estadual emitida pelo link < https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac> e a federal < https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
OU, Certidão negativa de antecedentes criminais para fins cíveis emitida por cartórios distribuidores ou cartórios criminais e Varas de Execução Penal (se houver) das cidades nas quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
- Atestado de saúde ocupacional, emitido nos últimos 30 dias, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido, conforme anexo ,conforme edital de abertura é de responsabilidade do candidato a obtenção e entrega do mesmo (modelo em anexo).
- Declaração de Bens e Valores (declaração de Imposto de Renda), caso o convocado seja isento da entrega poderá apresentar declaração de bens autodeclaratória, conforme modelo em anexo.
- Declaração de não acúmulo de cargos (modelo em anexo).
- Declaração de não de proventos de inatividade (modelo em anexo);
O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.
Após a entrega da documentação, será entregue, pelo Departamento de Recursos Humanos, carta para abertura de conta salário, que deverá ser Caixa Econômica Federal, ag 0390, essa abertura deverá ser realizada posteriormente a entrega da documentação.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO ACÚMULO OU NÃO DE CARGO/EMPREGO

Eu _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro de emprego público da prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.
( ) Não exerço nenhum cargo público (função ou emprego em Entidades Federais. Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.
( ) Exerço o (s) cargos (s) público (s), função (es) ou emprego (s) abaixo:
_____cuja jornada de trabalho é de _____horas semanais, das____as_____, junto a_____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal durante o exercício do cargo para o qual ingressarei.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO, OU NÃO, DE PROVENTOS DE INATIVIDADE

_____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro da (o) Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, que:

( ) Não percebo proventos de inatividade, seja pela União, pelos Estados ou pelos Municípios.
( ) Percebo proventos de inatividade na(s) seguinte(s) esfera(s):
_____.
Por ser verdade, assino a presente declaração, para fins de validade.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL
Nome:

RG UF: CPF:
Data de Nascimento:__/__/__ Sexo:__

Função Pretendida:

PARECER MÉDICO EXAMINADOR

Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se:
( ) APTO para exercer a função de_, gozando de plena saúde física mental.
( ) INAPTO para exercer a função de_.

Local: Data:_/_/ /2026

_
Médico Examinador Assinatura e Carimbo

Para preenchimento do candidato na data de sua contratação

Eu,_ _ _, RG: _ _
Declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual estou sendo contratado.
Local e data:_, _ _ de _ de _.

Asssinatura do candidato_ _ _

DECLARAÇÃO DE BENS

Servidor: _____
Telefone: (___)_____
E-mail: _____

Em atendimento a Recomendação Administrativa nº 169/2020 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná e a Lei nº 12.846/2013 ainda o Decreto Municipal n 099/2020, Declaro:

( ) Não possuo bens ou valores a serem informados;

( ) Possuo os bens ou valores constantes da cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física anexa;
( ) Possuo os bens ou valores constantes da relação abaixo:

Obs. Tipo de bem: Imóvel (terreno, apartamento, casa, loja, outros), Veículo, Embarcação, Dinheiro, Valor em conta bancária, Títulos, Ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior.

BENS	VALOR

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas,

Fernandes Pinheiro, de de .

_____
Assinatura

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:B00FC5C4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 140/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA EFETIVA

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidora efetiva.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento nas Leis nº 722/2019 e nº 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado,
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER à servidora **CLERI APARECIDA TABORDA KULLER**, matrícula nº **168-1**, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de **25 de setembro de 2026 a 09 de outubro de 2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **25 de setembro de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 25 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:608CB466

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2026

Aos Vinte e Oito dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Seis, às quatorze horas e trinta minutos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, localizada na Rua Hermínio Perondi, Centro, Flor da Serra do Sul-PR, realizou-se a Audiência Pública do 2º Quadrimestre de 2026, o Edital de Convocação foi publicado no Órgão Oficial do Município AMP, do dia 11 de Setembro de Dois Mil e Vinte e Seis, edição 3614, e no Mural, objetivando atingir toda a população para que se façam presentes nesta Audiência, onde são levados ao conhecimento de todos os munícipes as atividades desenvolvidas no quadrimestre, em cumprimento às metas e diretrizes da Lei, bem como as projeções para os próximos meses. A Audiência Pública foi aberta e apresentada pela contadora Marinez Militz, a qual coube as atribuições de proceder a leitura dos relatórios contábeis, onde os documentos demonstraram as receitas e despesas de cada Secretaria e Departamento, bem como as obras e aquisições em andamento. Foi apresentado o Demonstrativo das Metas Fiscais onde estava previsto para o ano a arrecadação da receita no valor de R$ 55.781.880,00 (Cinquenta e Cinco Milhões e Setecentos e Oitenta e Um Mil e Oitocentos e Oitenta Reais); sendo arrecadado até o quadrimestre R$ 19.701.718,67 (Dezenove Milhões e Setecentos e Um Mil e Setecentos e Dezoito Reais e Sessenta e Sete Centavos), arrecadou-se o valor a maior de R$ 1.176.092,02 (Um Milhão e Cento e Setenta e Seis Mil e Noventa e Dois Reais e Dois Centavos). Quanto as despesas foi previsto para o ano valor de R$ 50.002.380,00 (Cinquenta Milhões e Dois Mil e Trezentos e Oitenta Reais), foi investido até o quadrimestre o valor de R$ 15.079.465,28 (Quinze Milhões e Setenta e Nove Mil e Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos). Os Financiamentos que o Município possui são no valor de R$ 938.707,40 (Novecentos e Trinta e Oito Mil e Setecentos e Sete Reais e Quarenta Centavos) com data prevista de término em maio de 2028. As Despesas com Saúde conforme EC 29 da Receita Corrente Líquida, teve um Gasto Efetivado de R$ 5.740.296,63 (Cinco Milhões e Setecentos e Quarenta Mil e Duzentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta e Três Centavos), o percentual totalizando 21,27%, tento um valor de R$ 1.662.868,68 (Um Milhão e Seiscentos e Sessenta e Dois Mil e Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta e Oito Centavos) que foram aplicados a maior na Saúde. Os recursos recebidos do Fundeb foram de R$ 3.684.026,41(Três Milhões e Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil e Vinte e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos), teve-se a perda no período de R$ 1.723.087,81 (Um Milhão e Setecentos e Vinte e Três Mil e Oitenta e Sete Reais e Oitenta e Um Centavos). Na Educação o total aplicado foi o valor de R$ 8.497.157,34 (Oito Milhões e Quatrocentos e Noventa e Sete Mil e Cento e Cinquenta e Sete Reais e Trinta e Quatro Centavos) totalizando o percentual de 29,55%. Despesas com a Assistência Social foram no valor de R$ 368.089,80 (Trezentos e Sessenta e Oito Mil e Oitenta e Nove Reais e Oitenta Centavos) até o quadrimestre. Despesas com Pessoal no período acumulado nos últimos doze meses R$ 21.844.972,90 (Vinte e Um Milhões e Oitocentos e Quarenta e Quatro Mil e Novecentos e Setenta e Dois Reais e Noventa Centavos) equivalente a 45,26% da RCL. Créditos referentes à Dívida Ativa, IPTU, ISS, Alvará e Contribuição de Melhoria, dos anos de 2021 a 2025 no valor de R$287.582,69 (Duzentos e Oitenta e Sete Mil e Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos); os valores ajuizados referentes aos anos de 2012 a 2020 são R$ 132.947,08 (Cento e Trinta e Dois Mil e Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Oito Centavos) devidos aos cofres do Município. O Instituto de Previdência de Flor

da Serra do Sul – IPFS, possuía aplicado nas Instituições Bancárias Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal o montante de R$ 48.950.758,64 (Quarenta e Oito Milhões e Novecentos e Cinquenta Mil e Setecentos e Cinquenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos), em conta corrente o Fundo possuía R$ 91.861,71 (Noventa e Um Mil e Oitocentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Um Centavos), foram recolhidos no quadrimestre em contribuição patronal o valor de R$ 794.504,23 (Setecentos e Noventa e Quatro Mil e Quinhentos e Quatro Reais e Vinte e Três Centavos), contribuição dos servidores totalizaram R$ 492.764,34 (Quatrocentos e Noventa e Dois Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Trinta e Quatro Centavos), foram pagos em aposentadorias e pensões no período o valor de R$ 1.059.114,17 (Um Milhão e Cinquenta e Nove Mil e Cento e Quatorze Reais e Dezessete Centavos). Foram apresentadas também as obras em andamento no Município, como por exemplo Creche Tatetos, Rua Coberta , Sala Maker Escola Glória,Itaipu Mais Que Energia, Posto De Saúde, Barração Industrial , Pavimentação Poliédrica, Asfalto Bandeirantes, Máquinas e Equip. Agrícolas, Casas Populares e emendas parlamentares para o ano de 2026, convênios com o Estado do Paraná que foram liberados e que estão previstos para 2026. Também foi divulgado o site do município www.fssul.pr.gov.br onde os munícipes podem consultar o Portal da Transparência, onde os dados estão em constante atualização, para que todos fiquem informados sobre as despesas, receitas, folha de pagamento, licitações, patrimônio, legislação. A seguir foi passado a palavra para a secretária Marla Battisti, para prestar contas do 2º quadrimestre da Saúde, sendo que no período foram atendidas em consultas 10.766 pacientes; realizadas 610 fisioterapias; 312 consultas com nutricionista; 269 atendimentos com psicóloga; pacientes transportados para diversas cidades como Francisco Beltrão, Cascavel, Palma Sola, Curitiba, Pato Branco total 3.195 pessoas; 597.1119 unidades de medicamentos fornecidos; pacientes cadastrados com hipertensão/diabetes 1.332; saúde mental 717 pacientes; insulino dependentes 60; total de procedimentos ambulatoriais de enfermagem realizado no período 19.491 ; sendo 979 atendimentos odontológicos . Atendimentos Agentes Comunitários de Saúde – ACS 17.824 visitas; aquisição de medicamentos recurso estadual R$ 3.800,00; federal saúde mental R$ 4.600,00; federal R$ 12.000,00 e municipal R$ 18.750,00; total de viagens realizadas 644 sendo transportados 3.195 pacientes; total de exames laboratoriais 17.976; gastos mensais com Hospital Palma Sola R$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Reais); Hospital Intermunicipal R$ 17.020,64 (Dezessete Mil e Vinte Reais e Sessenta e Quatro Centavos) CIRUSPAR R$ 6.009,87 (seis mil e nove reais com oitenta e sete centavos); ARSS/CONSUD consórcio R$ 18.472,41 (Dezoito Mil Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Quarenta e Um Centavos); serviços de média e alta complexidade exames CONSUD 26.199; diárias pensão em Curitiba 92; passagens fornecidas ida e volta 176. Estavam presentes as pessoas constantes na lista de presença. A contadora Marinez Militz, deixou a palavra livre para qualquer indagação. Como ninguém se manifestou, encerrou-se a audiência e lavrou-se a presente ATA, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:71C2B7BF

LICITAÇÕES
ADITIVO COPY

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 58/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo

Contrato Nº : 225/2022

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : COPY PRINTER MULTIFUNCIONAIS LTDA

Vigência : Data do Aditivo: 30/09/2026 Nova data final : 30/09/2027
Objeto : ADITIVO Nº 58/2026 Contratação de empresa para locação de impressoras/copiadora, incluindo o fornecimento dos equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos (exceto papel), para atender as necessidades das secretarias municipais.
FLOR DA SERRA DO SUL, 30 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:5200E79E

LICITAÇÕES
ADITIVO MEDICO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 59/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contrato Nº : 89/2025
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL
Contratada : SCATOLA SERVICOS MEDICOS LTDA
Valor : R$ 63,256.25
Vigência : Data do Aditivo: 30/09/2026 Nova data final : 30/12/2026
Objeto : Aditivo nº 59/2026 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos generalista para atuar junto as Equipes de Estratégia Saúde da Família/ Unidades Básicas de Saúde do Município de Flor da Serra do Sul - PR....
FLOR DA SERRA DO SUL, 30 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:AE3A2A40

LICITAÇÕES
EXTRATO MAT ASSISTENCIA

Contrato N°	3/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA			
Valor:	5.390,00			
Vigência:	Início:	30/09/2026	Término:	30/09/2027
Licitação:	48/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais diversos, compreendendo produtos de higiene pessoal e de limpeza, destinados ao atendimento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná.				
Flor da Serra do Sul, 30 de Setembro de 2026				

Contrato N°	4/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA			
Valor:	860,00			
Vigência:	Início:	30/09/2026	Término:	30/09/2027
Licitação:	48/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais diversos, compreendendo produtos de higiene pessoal e de limpeza, destinados ao atendimento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná.				
Flor da Serra do Sul, 30 de Setembro de 2026				

Contrato N°	5/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	HALOGENN QUIMICA CIENTIFICA COMERCIO LTDA			
Valor:	2.900,00			
Vigência:	Início:	30/09/2026	Término:	30/09/2027
Licitação:	48/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais diversos, compreendendo produtos de higiene pessoal e de limpeza, destinados ao atendimento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná.				
Flor da Serra do Sul, 30 de Setembro de 2026				

Contrato N°	6/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	62.441.481 TALIA RODRIGUES			
Valor:	1.380,00			
Vigência:	Início:	30/09/2026	Término:	30/09/2027
Licitação:	48/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais diversos, compreendendo produtos de higiene pessoal e de limpeza, destinados ao atendimento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná.				
Flor da Serra do Sul, 30 de Setembro de 2026				

Contrato N°	7/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA			
Valor:	6.136,00			
Vigência:	Início:	30/09/2026	Término:	30/09/2027
Licitação:	48/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais diversos, compreendendo produtos de higiene pessoal e de limpeza, destinados ao atendimento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná.				
Flor da Serra do Sul, 30 de Setembro de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:85A8D7B0

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
6º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 018/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ADRIEL BREGALDA***
OBJETO/CARGO: EDUCADOR FÍSICO– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 30/10/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
6º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 037/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***CLEOMIR CANDIDO DA SILVA***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 30/10/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
6º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 038/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ROSANGELA FARIAS***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 30/10/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:432FD9CF

RH
PORTARIA 372/2026

PORTARIA Nº 372/2026

PROGRESSÃO SALARIAL DE SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

Considerando a Lei Municipal Nº 936/2025 art. 26 e art. 28 que dispõe sobre a Progressão Salarial dos Servidores e suas alterações e Considerando as Avaliações de Desempenho Homologadas pela comissão instituída pelo Decreto Nº 32/2026 ficam ratificados os atos anteriores.

R E S O L V E:

Art. 1º - Reenquadrar nos respectivos níveis os servidores abaixo descritos lotados na Secretaria de Administração e Secretaria de Assistência Social, os efeitos financeiros retroagirão de acordo com especificado na tabela abaixo.

Matrícula	NOME	CARGO	Nível Anterior	Nível atual	Efeito em
141	Ronaldo Cavazotto	Auxiliar de serviços	NM12	NM13	01/04/2026
340	Gilcéia Inês Cenatti Dawies	Assistente Administrativo	NS11	NS12	01/04/2026
479	Vagner Pazolini	Auxiliar Administrativo	NM8	NM9	01/04/2026
1021	Juliana Borges da Rosa de Almeida	Assistente Administrativo	NS3	NS4	15/04/2026
362	Susana Cleri Machado	Ass. Administrativo	NS10	NS11	01/04/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 30 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:364BCF1E

RH
PORTARIA 373/2026

PORTARIA Nº 373/2026

PROGRESSÃO SALARIAL DE SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

Considerando a Lei Municipal Nº 936/2025 art. 26 e art. 28 que dispõe sobre a Progressão Salarial dos Servidores e suas alterações e Considerando as Avaliações de Desempenho Homologadas pela comissão instituída pelo Decreto Nº 32/2026 ficando ratificados os atos anteriores.

R E S O L V E:

Art. 1º - Reenquadrar nos respectivos níveis os servidores abaixo descritos lotados na Secretaria de Saúde, os efeitos financeiros retroagirão de acordo com especificado na tabela abaixo.

Matrícula	NOME	CARGO	Nível Anterior	Nível atual	Efeito em
147	Luiz Avozani Neto	Motorista de Veículo Leve	NM13	NM14	01/04/2026
159	Iraia Echart Francesquetto	Odontóloga	NS13	NS14	01/04/2026
168	Milton José Dawies	Motorista de Veículo Leve	NM13	NM14	01/04/2026
169	Carlos Antônio Marin	Motorista de Veículo Leve	NM13	NM14	01/04/2026
270	Rosalina Borges da Rosa dos Santos	Servente de serv. gerais	NM12	NM13	01/04/2026
539	Joceli Borges da Rosa	Servente de serv. gerais	NM8	NM9	01/04/2026
488	Diana Silvestri	Enfermeira	NS8	NS9	01/04/2026
489	Marla Battisti	Atendente de Consultório Dentário	NM8	NM9	01/04/2026
495	Marlene Rodrigues Apolinário	Atendente em saúde	NM8	NM9	01/04/2026
541	Queli Toigo dos Santos	Técnico em Higiene Dental	NS8	NS9	01/04/2026
586	Claudete Fátima Marcon Favaretto	Atendente em Saúde	NM8	NM9	01/04/2026
607	Fátima Vicente Meirinho Ritter	Atendente de Consultório Dentário	NM8	NM9	01/04/2026
1031	Meriane da Silva Rosa	Farmacêutica	NS3	NS4	17/07/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, 30 de setembro 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:05A3F340

RH
PORTARIA 374/2026

PORTARIA Nº 374/2026

PROGRESSÃO SALARIAL DE SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

Considerando a Lei Municipal Nº 936/2025 art. 26 e art. 28 que dispõe sobre a Progressão Salarial dos Servidores e suas alterações e Considerando as Avaliações de Desempenho Homologadas pela comissão instituída pelo Decreto Nº 32/2026 ficando ratificados os atos anteriores.

R E S O L V E:

Art. 1º - Reenquadrar nos respectivos níveis os servidores abaixo descritos lotados na Secretaria de Educação, os efeitos financeiros retroagirão de acordo com especificado na tabela abaixo.

Matrícula	NOME	CARGO	Nível Anterior	Nível atual	Efeito em
165	Revelino José Ritter	Motorista de Veículo Pesado	NM13	NM14	01/04/2026
254	Jacinto Pilatti	Operador de Máquinas/readaptado	NM12	NM13	01/04/2026
359	Elemar Luiz Domeraska	Motorista de Veículo Pesado	NM10	NM11	01/04/2026
374	Maria Elizete Bortolini	Ass. Administrativo	NM10	NM11	01/04/2026
484	Cleusa Maria Coradi	Servente de serv. gerais	NM8	NM9	01/04/2026
500	Natalina Moreira Barbosa Oliveira	Servente de serv. gerais	NM7	NM8	01/04/2026
501	Clenir Dalavale Reina	Servente de serv. gerais	NM8	NM9	01/04/2026
504	Neusa de Lourdes Matias Franciosi	Aux. Administrativo	NM8	NM9	01/04/2026
544	Maria Aparecida Celante	Servente de serv. gerais	NM8	NM9	01/04/2026
581	Luis Dal Pai	Motorista de Veículo Pesado	NM8	NM9	01/04/2026
778	Elizabete Marcia Darold Dietrich	Servente de serv. gerais	NM5	NM6	17/05/2026
979	Osmar Ferrarini	Motorista de ônibus	NM4	NM5	01/09/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 30 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:B90F7055

RH
PORTARIA 375/2026

PORTARIA Nº 375/2026

PROGRESSÃO SALARIAL DE SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

Considerando a Lei Municipal Nº 936/2025 art. 26 e art. 28 que dispõe sobre a Progressão Salarial dos Servidores e suas alterações e Considerando as Avaliações de Desempenho Homologadas pela comissão instituída pelo Decreto Nº 32/2026 ficando ratificados os atos anteriores.
R E S O L V E:
Art. 1º - Reenquadrar nos respectivos níveis os servidores abaixo descritos lotados na Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, os efeitos financeiros retroagirão de acordo com especificado na tabela abaixo.

Matrícula	NOME	CARGO	Nível Anterior	Nível atual	Efeito em
321	Airsão Antônio Perondi	Operador de Máquinas	NM13	NM14	01/04/2026
358	Iloi Carlos Magro	Auxiliar de Serviços	NM10	NM11	01/04/2026
485	Valdir José Botini	Operador de Máquinas	NM8	NM9	01/04/2026
515	José Francisco Valdomeri	Operador de Máquinas	NM8	NM9	01/04/2026
381	Heitor Argentino Tecchio	Motorista de Veículo Pesado	NM10	NM11	01/04/2026
1019	Luiz Vinciguerra	Operador de Trator	NM3	NM4	01/04/2026
514	Giovani Luiz Pizatto	Técnico Agrícola	NS8	NS9	01/04/2026
606	Ivanil de Fátima Sabino	Assistente Administrativo	NM8	NM9	01/04/2026
1036	Danrlei Luiz Batistella	Operador de Máquinas	NM3	NM4	01/08/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 30 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:DD29D56F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
-HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

Pelo presente termo, fica **HOMOLOGADO** o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica **HOMOLOGADA**, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pelo Pregoeiro.
EMPRESA VENCEDORA:

LOTE 01: ST EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ: 66.259.767/0001-48, com valor total de R$ 519.960,00 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e sessenta reais).

LOTE 02: **ST EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 66.259.767/0001-48,**
com valor total de R$ 344.200,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais).

Total Geral Homologado: R$ 864.160,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta reais).

Flórida, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Bovo Andretto
Código Identificador:401F4D4B

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CMAS

Dispõe sobre a aprovação da Programação Nº 410810620260001 - ESTRUTURASUAS - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas Individuais - GND 3 - Custeio.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto pela Lei Municipal N° 562 de 12 de dezembro de 2017, sua alteração Lei Municipal N° 645 de 27 de novembro de 2020 e a deliberação ocorrida em 28 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a **Programação Nº 410810620260001 - ESTRUTURASUAS** - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas Individuais - GND 3 - Custeio, com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo.
Parágrafo Único. Recursos provenientes dos repasses programados no Sistema EstruturaSUAS, classificados nos seus respectivos Grupos de Natureza de Despesa, serão destinados exclusivamente para o fortalecimento da gestão do SUAS e do controle social, assim como no financiamento dos serviços tipificados, conforme Resolução SNAS Nº 109/2009.

Unidade Beneficiária:
a) Denominação: Fundo Municipal de Assistência Social de Florida/PR CNPJ: 18.446.611/0001-23
b) Valor (R$): 100.000,00 (cem mil reais)
c) Classificação do Recurso: Custeio
d) Funcional Programática: 082455131219G0041

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 30 de setembro de 2026.

JULIANA FRANCISCA FERREIRA DOS REIS
Presidente CMAS

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:A348B66E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N°. 10/2026
DATA: 30.09.2026

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Treinamento, Consultoria em Tecnologia da Informação, com o curso: **DECORAÇÃO EM BOLACHA E PÃO DE MEL**, no período de 29 e 30 de outubro de 2026.

Analisados todos os Atos do Processo de Inexigibilidade n°. 10/2026, Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e adjudicação dos objetos as licitantes:

Empresa **SENAC PARANÁ CNPJ Nº:** 03.541.088/0003-09**,** pelo valor total de R$ 5.100,00 (Cinco Mil e Cem Reais).

Nas condições de sua proposta e do Processo de inexigibilidade nº. 10/2026.

Foz do Jordão, 30 de Setembro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:B799D967

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PRORROGAÇAO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 094/2024
Processo de Inexigibilidade Nº 024/2024

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná torna publico a PRORROGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PUBLICO cujo objeto é: **"AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇOES PARA SUPRIR NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

Os fornecedores interessados deverão encaminhar seus envelopes de documentos de Credenciamento e suas propostas para a**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, a partir de sua publicação até08 de outubro de 2026, de segunda a sexta-feira, nos horários de 08h00 às 12h e de 13h00 as 17h00.

O Referido EDITAL poderá ser adquirido no site do município em https://www.fozdojordao.pr.gov.br/ ou na Sala do Departamento de Licitação na Prefeitura Municipal na Rua Padre Emilio Barbieri n° 339, Bairro Centro – CEP: 85.145000, Foz do Jordao Paraná e noPortal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Contato para esclarecimento: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br ou licitacaofozdojordao@gmail.com. Telefone 42 3639-8107

Em conformidade com o art. 79, parágrafo único, inciso "I" da Lei Federal nº 14.133/2021, a partir da data supracitada, fica mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, https://www.fozdojordao.pr.gov.br/ este edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, somente a distribuição de demanda será efetuada a cada semestre, conforme edital.

Inicio do Recebimento dos Envelopes de Credenciamento: 02/10/2026 – 08h00
Fim do Recebimento: 08/10/2026 as 17h00.
Abertura dos Envelopes: 09/10/2026 as 09h00min

Conforme ordem de credenciamento das empresas, a Comissão fara analise da documentação e será realizado o Termo de Credenciamento entre Contratante e Contratada.

Foz do Jordão, 30 de setembro de 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decretos nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:F7824666

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CREDENCIAMENTO 04/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 24/2025-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATRAÇÕES MUSICAIS PARA SUPRIR DEMANDAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AOS IDOSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

ITENS				
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Preço unitário
LOTE: 001 - Lote 001	1	25745	APRESENTAÇAO MUSICAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATRAÇÕES MUSICAIS, COM EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E INSTRUMENTOS, CONTENDO NO MÍNIMO 01 CANTOR, 02 PROFISSIONAL DE INSTRUMENTOS MUSICAIS (SANFONA, E VIOLÃO) QUE ATUE NO MÍNIMO 03 HORAS	1.792,50

			POR EVENTO. PARA ATENDER UMA DEMANDA PREVISTA NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AOS IDOSOS.	

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 7 Dias
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 181/2026.
Detentor da Ata: VALDOMIRO EDIVINO PADILHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 53.459.031/0001-71, sediada à RUA PADRE EMILIO BARBIERI, S/N - CEP: 85145000 - BAIRRO: CENTRO, Foz do Jordão/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) VALDOMIRO EDVINO PADILHA, inscrito (a) no CPF sob nº 411.997.079-53, portador (a) da cédula de identidade RG nº 31235995 .

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 182/2026.
Detentor da Ata: RENATO RAMOS DE SIQUEIRA - RERASSI PRODUÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 48.419.876/0001-01, sediada à RUA MARIA RITA MENDES DE ARAÚJO, 241 - CEP: 85140000 - BAIRRO: CENTRO, Candói/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) RENATO RAMOS DE SIQUEIRA, inscrito (a) no CPF sob nº 100.660.759-55, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 183/2026.
Detentor da Ata: RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS 07207526989, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 27.343.525/0001-86, sediada à AV 04 DE SETEMBRO, 410 - CEP: 85195000 - BAIRRO: CENTRO, Reserva do Iguaçu/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, inscrito (a) no CPF sob nº 072.075.269-89, portador (a) da cédula de identidade RG nº 10689095-1.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:65890195

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 2 CONTRATO Nº 203/2025.

PROCESSO: Dispensa nº 18/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: LIGGA TELECOMUNICACOES S.A (CNPJ Nº 04.368.865/0001-66)
OBJETO: "Reajuste de valores e dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 203/2025 do Dispensa nº 18/2025 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ACESSO IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO ENTRE A REDE DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO E A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET"
REAJUSTE DE VALORES: O presente Termo visa o Reajuste de valores com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 (doze) meses de 3,983%. Passando o valor R$ 29.993,16 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e três reais dezesseis centavos) para R$ 31.187,76 (Trinta e Um Mil, Cento e Oitenta e Sete Reais e Setenta e Seis Centavos) no período.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 02 de outubro de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E89F9054

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 3 CONTRATO Nº 184/2025.

PROCESSO: Concorrência nº 3/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: P WEIRICH OBRAS (CNPJ Nº 46.733.872/0001-60)
OBJETO: "Aditivo inclusivo modificativo e dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 184/2025 do Concorrência nº 3/2025 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE RECAPE ASFALTICO CBUQ SOBRE PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES- PERIMETRO URBANO AGUAS DE SÃO FRANCISCO, MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO/P COFORME CONTRATO DE REPASSE DE N° 1088176-38/MCIDADES/CAIXA"
DOS VALORES: Em razão da modificaçao/inclusão, adita-se a importância de R$ 85.871,91 (Oitenta e Cinco Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais e Noventa e Um Centavos). ao valor total do contrato constante em sua cláusula segunda o qual passa viger com o valor de R$ 1.214.871,91 (Um Milhão, duzentos e quatorze Mil, oitocentos e setenta e um Reais com noventa centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência até a data de 30 de novembro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:EAEA8994

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1163

LEI N.º 1163/2026

EMENTA: Dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Foz do Jordão/PR e revoga as leis municipais de n.º 405/2009, 532/2012, 623/2014 e 699/2016.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI,** aprovada pelo Poder Legislativo, com emenda modificativa:

Art. 1. Esta Lei dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, com normas gerais para sua adequada aplicação.
CAPÍTULO I
Art. 2. A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Município de Foz do Jordão, será realizada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em âmbito Municipal, será exercido através de:
I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, e mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade.
II - Políticas e programas de Assistência Social em caráter supletivo.
III - Serviços especiais, nos termos desta Lei.

Art. 4°. O Município poderá criar programas e serviços a que se aludem os incisos II e III, do artigo anterior, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado. Instituindo e

mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante previa autorização do Conselho Municipal da Criança e do adolescente.
Art. 5°Programas serão classificados como de prevenção, proteção ou socioeducativos e serão destinados à:
I – Orientação e Apoio Sociofamiliar, visando o fortalecimento dos vínculos e a superação de vulnerabilidades;
II – **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**, promovendo a convivência comunitária e o protagonismo social;
III – **Apoio Socioeducativo em meio aberto**, com ações de acompanhamento e inclusão social;
IV – **Família Acolhedora**, para acolhimento familiar temporário de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar;
V – **Liberdade Assistida**, medida socioeducativa aplicada pelo Judiciário e executada pelo município;
VI – **Semi-liberdade**, de responsabilidade estadual, com apoio intersetorial do município;
VII – **Acolhimento Institucional**, destinado à proteção integral de crianças e ou adolescente em risco social.

Art. 6º - Os serviços especiais visam:

Escuta especializada.
Atendimento técnico multiprofissional imediato a vítimas de negligência, maus tratos, exploração, crueldade e opressão.
Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.
Proteção jurídica social.

Art. 7º – Fica vedada a criação de programas de caráter compensatório que substituam ou supram a ausência das políticas sociais básicas no Município, **sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**.
Art. 8°. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida, no âmbito do Município, pelos seguintes órgãos e instâncias:
I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão **deliberativo, controlador e fiscalizador** das ações da política de atendimento, responsável pela formulação das diretrizes e pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – Conselho Tutelar, órgão **autônomo e permanente**, encarregado de **zelar pelo cumprimento dos direitos** da criança e do adolescente, aplicando medidas de proteção nos casos de ameaça ou violação de direitos;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela **coordenação e execução dos serviços, programas e benefícios Socioassistenciais;**
IV – Secretaria Municipal de Saúde, encarregada de garantir **atenção integral à saúde** da criança e do adolescente;
V – Secretaria Municipal de Educação, responsável pela **educação básica, permanência escolar** e ações de prevenção ao abandono e à evasão;
VI – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, que atua na **promoção da convivência comunitária e atividades socioeducativas;**
VII – Demais órgãos e entidades públicas ou conveniadas, que desenvolvam **ações complementares de promoção, defesa e controle dos direitos** da criança e do adolescente.

Parágrafo único - A vinculação que se refere este artigo é apenas administrativa, no sentido de fornecer suporte técnico, administrativo e financeiro.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9°. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é formado por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) suplentes, de notória idoneidade com atuação no Município, sendo composto por:
I – (04) quatro representantes do Poder Executivo e respectivos suplentes indicados pelo Prefeito Municipal, sendo eles:
- (01) Um Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e seu suplente;
- (01) Um Representante da Secretaria Municipal de Educação e seu suplente.
- (01) Um Representante da Secretaria Municipal de Saúde e seu suplente.
- (01) Um Representante da Secretaria Municipal de Administração e seu suplente.

II – (04) Quatro representantes e quatro suplentes da sociedade civil organizada, tais como Associações Comunitárias, Instituições Religiosas**,** Associações de Pais e Mestres (APMs) de escolas municipais/estaduais, e demais associações devidamente constituídas no Município.

DOS MEMBROS SO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 10. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse Público relevante e não será remunerada.

Art. 11. É de dois anos o mandato dos membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
§1 - O Mandato dos Conselheiros representantes do Município, será cumprido pelo titular, que será substituído, automaticamente, se deixar o cargo respectivo.
2- É admitida uma recondução, para o período subsequente, membros indicados por instituições não governamentais.
§ 3°- Em caso de vaga, a nomeação do suplente será para complementar o prazo de mandato do substituído.
§ 4- Extingue-se o mandato dos Conselheiros, nos seguintes casos.
Morte
Renúncia
Ausência injustificada a mais de 5 (cinco) reuniões consecutivas.
Doença que exija o licenciamento por período superior a 2 (dois)anos
Procedimento incompatível com a dignidade das funções.
Condenação irrecorrível pela prática de crime comum ou de responsabilidade.
Mudança de residência para outro Município.
Condenação em regular Processo Administrativo perante o CMDCA, observando-se o regramento exposto nesta Lei e na resolução 231/2022 - CONANDA.
Art. 12- o Presidente, Vice-presidente e Secretário-Geral serão eleitos, em sessão com quórum mínimo de 2/3, dos membros integrantes do conselho.

DA COMPETÊNCIA

Art. 13. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos e do Adolescente.
Formular a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos na Constituição Federal, Constituição Estadual, e na lei Orgânica do Município, bem como todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal N. 8.069 de 13 de julho de 1990).
Zelar pela execução de política, atendidas as peculiaridades das crianças e adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros da zona urbana ou rural em que se localizem.
Formular as prioridades a serem concluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e do adolescente.
Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentaria do Município, indicando ao Secretário(a) Municipal de Assistência Social as modificações necessárias para a consecução da política formulada.
Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação de recursos públicos destinados à assistência social, especialmente pra atendimentos de crianças e adolescentes.
Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades privadas e filantrópicas e sem fins lucrativos atuantes no atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Estabelecer critérios, formas e meio de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações.
Proceder o registro de todos os programas de proteção socioeducativos de entidades governamentais e não governamentais, na forma dos artigos 90 e 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente, concedendo-lhes, se aprovada, certificado de registro, sem o qual fica vedada a participação.
Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando, necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob forma de guarda de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar.
Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo de promoção, proteção e defesa da infância e da juventude.
Promover intercambio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, visando atender a seus objetivos.
Pronunciar-se, emitir parecer e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescentes.
Elaborar e aprovar o seu regimento interno.
Solicitar às entidades de defesa ou atendimento, cadastradas no Conselho, as indicações para preenchimento do cargo do Conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato.
Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providencias que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros do Conselho Tutelar.
Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos respectivo regulamento e declarar vago o posto por perca de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.
Apurar irregularidades no que tange as condutas dos conselheiros tutelares, dentro ou fora do ambiente de atuação, levando-se as ações e sansões prevista nesta Lei e de acordo com todas as regras da resolução 231/2022 do CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCDENTE

Art. 14. O Fundo Municipal de Direitos e da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, qual é vinculado.
Art. 15. Constitui-se o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de.
Dotações orçamentárias de União, do Estado e do Município.
Doações de entidades governamentais nacionais internacionais voltadas ao atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
Doações de pessoas físicas e jurídicas.
Legados.
Contribuições voluntárias.
Produtos da aplicação dos recursos disponíveis.
Produto da venda de materiais e publicações em eventos realizados.
Recursos oriundos de multas por infrações administrativas e de ações de responsabilidade na área de saúde e as prescritas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 16. Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício da criança e adolescente pelo Estado ou União.
Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo.
Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Administrar os recursos específicos para o programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO TUTELAR

Art. 17. O conselho Tutelar, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO I
DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 18. O Conselho Tutelar de Foz do Jordão será composto de 05 (cinco) membros escolhidos pela população local para o mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

§1Para cada conselheiro haverá 01 (um) suplente;
§2Aos Conselheiros Tutelares é assegurado o direito a:
Cobertura previdenciária;
Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
Licença –maternidade;
Licença –paternidade;
Para tratamento de saúde;

Art. 19. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral sendo considerado um agente honorifico dentro da estrutura estatal.
§1Não se atribui aos membros do Conselho Tutelar a condição de servidores públicos municipais, razão pela qual resta inaplicável o estatuto dos servidores municipais e o plano de cargos e salários dos servidores públicos efetivos.
§2Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de Conselheiro é de dedicação exclusiva, sendo incompatível, quando remunerada, com exercício de qualquer outra atividade ou função pública ou privada durante o exercício dos respectivos mandatos, observando se o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

SEÇÃO II
DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 20. Somente poderão concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que comprovarem documentalmente, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos.
Reconhecida idoneidade moral;
Idade superior a 21 anos, completos até a data do pleito eleitoral;
Residir no Município de Foz do Jordão a no mínimo 02 (dois) anos antes do pleito eleitoral;
Ser eleitor do município de Foz do Jordão e estar no gozo dos direitos políticos;
Possuir ensino médio completo;
Não ser ocupante de cargo eletivo;
Ter CNH (Carteira Nacional de Habilitação) – categoria B, válida na data da posse;
Comprovar mediante certidão em cartório distribuidor não estar sendo processado criminalmente ou ter contra si sentença criminal condenatória transitada em julgado;
Aprovação em teste de conhecimento específico que demostre o candidato possuir conhecimentos na área da criança e do adolescente, como requisito prévio para o registro da candidatura;

Art. 21. O processo de escolha será organizado mediante resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as disposições desta lei e demais Resoluções do CONANDA.

SEÇÃO III

Art. 22. A candidatura ao Conselho Tutelar é individual e sem vinculação partidária.

Art. 23. A candidatura deve ser registrada até 10 (dias) antes da data estabelecida para processo de escolha mediante requerimento dirigido ao Conselho dos Direitos da Criança e do adolescente, acompanhado de prova dos preenchimentos dos requisitos fixados nesta lei e demais resoluções.

Art. 24. O requerimento de registro, que poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias, contado da sua apresentação, onde será analisado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente.

Art. 25. Terminando o prazo para registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fara publicar em edital, no Órgão Oficial do Município, informando a relação nominal dos candidatos com registro deferido.
§ 1 Da decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente caberá recurso, pelo candidato que teve seu registro indeferido ou por qualquer eleitor, prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação a que se refere este artigo.
§ 2O recurso sera dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que decidira no prazo de 05(cinco) dias.

Art. 26. Após a decisão sobre as impugnações e recursos, se houverem, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgará o nome dos candidatos oficializados.

SEÇÃO IV
DA REALIZAÇAO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 27. A escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrera em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição para presidente da República Federal do Brasil lei 12.696/2012.
§ 1A proclamação dos eleitos será feita imediatamente após a apuração dos votos.
§ 2A posse dos eleitos ocorrera no até o dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
Art. 28. É vedada a realização de propaganda dos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar em veículos de comunicação social, tais como rádio, televisão, jornais, revistas, portais de notícias, outdoors, panfletos ou quaisquer meios que possam caracterizar promoção pessoal, excetuando-se apenas a divulgação em suas próprias páginas oficiais registradas no ato da inscrição.
§1º As páginas oficiais de campanha deverão ser informadas e registradas junto à Comissão Especial do Processo de Escolha no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter o conteúdo compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente.
§2º É permitida a realização de debates e entrevistas promovidos por entidades, órgãos públicos ou meios de comunicação, desde que assegurada igualdade de condições a todos os candidatos, mediante prévia comunicação e autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
§3º Fica expressamente proibido o impulsionamento pago de conteúdo, o uso de publicidade patrocinada, bem como qualquer forma de propaganda que envolva doações, brindes, sorteios, promessas ou distribuição de bens e serviços.
§4º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).
§5º O descumprimento das disposições deste artigo poderá acarretar advertência, cassação da candidatura ou outras penalidades previstas no edital, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil, administrativa ou criminal, conforme o caso.
Art. 29. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomar, com antecedência devida, as seguintes providencias para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
Obter junto da Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral da localidade;
Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto da Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fortalecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja manualmente;
Garantir o fácil acesso aos locais de votação, de modo que sejam aqueles onde se processe a eleição conduzida pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos ou comunitários, observada a divisão territorial e administrativa do Conselho Tutelar.
Art. 30. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a uma Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local.
§ 1A composição, assim como atribuições da comissão referida no caput deste artigo, deve constar da resolução regulamentadora do processo de escolha;
§ 2A comissão especial eleitoral ficara encarregada de analisar os pedidos de registros de candidatura e dar ampla publicidade a relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendem os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;
§ 3 Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de conduta ilícitas ou vedadas, cabe a comissão especial eleitoral.
Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.
§ 4 Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunira, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;
§ 5 Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fara publicar a relação dos candidatos habilitados, com copia ao Ministério Publico;
§ 6° Cabe ainda a comissão especial eleitoral.
Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal as regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituem violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou a sua ordem;
Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
Providenciar a confecção das de cédulas de votação, se for o caso, conforme modelo a ser aprovado;
Escolher e divulgar os locais de votação;
Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
Solicitar, junto ao comandante da Polícia Militar local, a designação de efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;
Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
Resolver os casos omissos.
§ 7O Ministério Público será pessoalmente notificado, com antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela comissão especial eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

SEÇÃO V
DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇAO E POSSE DOS ELEITOS.

Art. 31. Concluída a apuração dos votos, o resultado da escolha será publicado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Órgão Oficial do Município, com o nome dos Candidatos e o respectivo número de votos.
§ 1 Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem decrescente de votação, como suplentes;
§ 2havendo empate na votação, será considerado escolhido o mais idoso.

§ 3 Os escolhidos tomarão posse perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
§ 4 No caso de vacância, assumira o suplente que tiver obtido o maior número de votos.

SEÇÃO VI
DOS IMPEDIMENTOS

Art. 32. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido ou mulher, ascendentes, sogro e nora, irmãos, cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
Parágrafo Único- Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

SEÇÃO VII
DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 33. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes do Regimento Interno do Conselho Tutelar de Foz do Jordão e do art. 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Parágrafo Único – Incumbe, também, ao Conselho Tutelar receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e Adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido de acordo com o contido no Regimento Interno.

Art. 34. O Presidente e o Vice-presidente do Conselho Tutelar serão escolhidos pelos seus pares, na primeira sessão realizada após a sua instalação.

Art. 35. As sessões do Conselho Tutelar serão instaladas com a presença de, no mínimo 03 (três) conselheiros.

Art. 36. As atividades relacionadas ao Conselho Tutelar serão realizadas em regime regular, por todos os membros, das 8h00min às 12h00min e das 13h30min. Às 17h30min, nos dias úteis da semana.
§1. Haverá plantão noturno das 17h30 as 8h00 do dia seguinte, bem como plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados a ser definido por escala previamente estabelecida;
§2 É obrigatório a permanência de pelo menos um Conselheiro em horário de expediente na sede do Conselho Tutelar;
§3. A escala de plantão dos integrantes do Conselho Tutelar será regulamentada por Resolução do Conselho Municipal do Direito e da Criança – CMDCA publicada em veículos oficiais de comunicação e fixada em local de fácil visibilidade para conhecimento geral.

Art. 37. O Conselho Tutelar atenderá de forma personalizada as partes, mantendo o registro das providências adotadas em cada caso, e fazendo constar em ata e demais instrumentos constantes no Regimento Interno toda e qualquer intercorrência.

Art. 38. O Conselho Tutelar manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte necessária ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e equipamentos cedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 39. Será concedido ao Conselho Tutelar veículo de uso exclusivo para o atendimento das demandas, combustível e manutenção do mesmo, em que os Conselheiros ficarão corresponsáveis pelo Bem Público.
§ . A fiscalização de uso do veículo, bem como dos demais bens cedidos, fica a cargo do CMDCA, ou de qualquer cidadão que comunique ao respectivo Conselho para tomar as providências cabíveis.
§ 2º. É obrigatório o preenchimento do Boletim Diário Transporte (BDT), contendo a descrição da ação, o dia, horário e local do fato, quilometragem inicial e final, sempre que houver deslocamento, para o controle do uso de veículo;
§ 3º O eventual uso do veículo para fins particulares, após apuração em regular processo Administrativo, acarretará perda de mandato ao conselheiro.

SEÇÃO VIII
DA COMPETÊNCIA E DAS PROIBIÇÕES IMPOSTAS AOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 40. A competência será determinada:
I - pelo domicílio dos pais ou responsável, observada a divisão geográfica entre os conselhos tutelares, nos termos da resolução do CMDCA;
II – pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsável.
§ 1º – Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
§ 2º – A execução das medidas poderá ser delegada a autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Art. 41. Ao conselho Tutelar é proibido.
I - Ausenta-se temporariamente da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;
II - Recusar fé a documento público;
III - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
IV - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
V - Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
VI - Receber comissões, presente ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
VII - Proceder de forma desidiosa;
VIII - Exercer quaisquer atividades alheias as de conselheiro tutelar, que sejam incompatíveis com a função de conselheiro e com horário de trabalho;
IX - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições especificas;
X - Fazer propaganda política partidária no exercício de suas funções;
XI - Manter conduta incompatível com as funções que exerce, dentro ou fora do Conselho Tutelar.
Parágrafo Único – O Conselheiro Tutelar responde cível, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

SEÇÃO IX
DA REMUNERAÇÃO, DO PROCESSO DISCIPLINAR E DA PERDA DO MANDATO

Art. 42. A remuneração dos membros do Conselho Tutelar será de R$ 3.000,00 (Três mil Reais) mensais, corrigidos anualmente na mesma data e índice aplicados aos servidores públicos municipais.
§ 1º – A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade, nem com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
§ 2º – Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.
§ 3º As despesas de viagem dos Conselheiros, a trabalho ou capacitação serão custeadas pelo município através de diária conforme lei 944/2022;
§ 4º Os recursos necessários á manutenção do Conselho Tutelar e a remuneração de seus membros constarão da Lei do Orçamento Anual.
§ 5º – Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Foz do Jordão/PR, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e décimo terceiro salário (art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).
§ 6º – Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente esta Lei.
§ 7º – A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.
§ 8º – É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art.43. O CMDCA é o órgão máximo com relação a fiscalização do exercício da função de conselheiro, tendo a competência de apuração de eventuais irregularidades com relação aos Conselheiros Tutelares, em regular Processo Administrativo, aberto mediante resolução do Presidente do CMDCA, publicada em imprensa local, que indicara 03 (três) membros do Conselho para compor a comissão de Processo Disciplinar, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
§ 1. São penalidades que poderão ser impostas a todos os membros do Conselho Tutelar, além daquelas descritas na Resolução 231/2022 – CONANDA.
a) Advertência;
b) Suspensão temporária com prejuízo de remuneração pelo prazo de até 90 dias;
c) Devolução de valores percebidos indevidamente no exercício da função;
d) Perda de mandato.
§2. As penas poderão ser aplicadas separadas ou cumulativamente, sem prejuízo de apuração nas esferas cível e criminal;
§3. As penalidades de advertência, suspensão temporária com prejuízo da remuneração e de perda do mandato, poderão ser aplicadas no caso de transgressão ao artigo 41 desta Lei, de forma ponderada e em conformidade com a gravidade apurada em regular processo administrativo, além das seguintes situações que também ensejarão penalizações:
I - Infração, no exercício das funções;
II - Condenação por crime ou contravenção penal incompatíveis com exercício da função, com decisão transitada em julgado;
III - Abandono da função por período superior a 30 (dias);
IV - Inassiduidade habitual injustificada;
V – Condenação por improbidade administrativa;
VI - Ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a qualquer particular;
VII - Conduta incompatível com o exercício do mandato;
VIII - Exercício simultâneo de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas, mesmo que exista compatibilidade de horário;
IX - Excesso no exercício da função, de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
X - Utilização do cargo e das atribuições de conselheiro tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza, em proveito próprio ou de outrem;
§ 4 Reincidência em duas faltas punidas com suspenção, ensejará a aplicação da penalidade de perda de mandato.

Art. 44. O processo Administrativo se iniciara pela provocação de qualquer autoridade, instituição ou cidadão que poderá oferecer denúncia ou notícia para apuração a qualquer membro do CMDCA, por escrito, com a identificação do subscritor.
§ 1 Recebida a denúncia ou notícia para apuração, o Presidente do CMDCA designará três integrantes do CMDCA para respectiva apuração via Processo Administrativo, procedimento feito por Resolução, indicando desde logo seu Presidente, e este por sua vez indicara dentre os membros um deles para secretaria-lo;
§ 2A respectiva Comissão devera ser exclusivamente por membros do CMDCA, e não poderá ter membros de um só segmento, sendo obrigatório a presença de pelo menos um terço do outro segmento;
§ 3 A comissão processante terá, a partir na nomeação da Comissão, 60 dias para proceder todas as diligências e investigações necessárias para elucidar o caso, devendo a Administração Municipal Providenciar todos os meios necessários para que a Comissão possa exercer suas atribuições;
§ 4A comissão processante cientificara o conselheiro processado, para que, se assim o quiser, acompanhar as oitivas de todas as pessoas convocadas para prestar informações perante comissão;
§ 5O conselheiro processado poderá apresentar defensor (Advogado), com a respectiva procuração anexada ao processo, para acompanhar as oitivas e apresentar defesa no momento oportuno;
§ 6A comissão processante ouvira todas as pessoas que considerarem aptas a contribuir com o processo, e somente após esse procedimento ouvira a pessoa processada;
§ 7 Após a oitiva do conselheiro processado, a Comissão reunir-se á e, após as suas considerações acerca das informações coletadas, emitira citação para que a pessoa processada possa apresentar defesa escrita no prazo improrrogável de 10 (dez) dias;
§ 8A citação conterá um relatório circunstanciados dos fatos, indicando se houver o (s) dispositivo (s) e regras ou condutas que entender transgredidos para o exercício da defesa do conselheiro tutelar;
§ 9 Apresentada a defesa, que deverá ser apresentada ao Presidente da Comissão, esta devera apresentar o seu atendimento em 5 (cinco) dias, remetendo o relatório ao Presidente do CMDCA;
§ 10 Recebido o relatório, o Presidente do CMDCA decidira sobre o relatório, sempre fundamentando suas decisões, e poderá:
I - Arquivar o Processo, quando houver insuficiência de provas;
II - Aplicar a penalidade que a Comissão indicar ao conselheiro; ou
III - Solicitar mais informações a comissão, que deverá apresentá-las em 05 (cinco) dias.
§ 11O Presidente do CMDCA comunicara a decisão a decisão ao Conselheiro tutelar para ciência e cumprimento, cientificando do prazo para recurso, que será de 05 (cinco-) dias;
§ 12O recurso posto no parágrafo anterior será endereçado ao próprio Presidente do CMDCA, que decidira em 05 (cinco) dias;

Art. 45. O Processo Administrativo poderá, no caso de restar arquivado, ser reaberto a qualquer tempo, se surgirem novos elementos de comprovação do ato investigado, sendo reaberto novo processo administrativo, que iniciará seus trabalhos tendo por base o processo arquivado, seguindo os mesmos trâmites processuais.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46. CMDCA editará, por resolução, as normas complementares necessárias à execução desta Lei, especialmente no que se refere ao processo de escolha, registro e fiscalização do Conselho Tutelar.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal de n.º 405/2009, Lei Municipal de n.º 532/2012, Lei Municipal de n.º 623/2014 e Lei Municipal de n.º 699/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 30 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:4EF2C2CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1164

LEI N.º 1164/2026

EMENTA: Denomina de Rua Miguel Gonçalves de Azevedo a Rua sem Saída que se conecta a Rua Pedro Mendes de Abreu no Bairro Vila Nova no Município de Foz do Jordão/PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte LEI, de autoria do vereador Cristnei Antonio Clein e aprovada pelo Poder Legislativo:

Art. 1º – Fica denominada de Rua Miguel Gonçalves de Azevedo a Rua sem Saída que se conecta a Rua Pedro Mendes de Abreu no Bairro Vila Nova no Município de Foz do Jordão/PR.
Parágrafo único - A Denominação proposta no caput do artigo 1º deverá ser realizada conforme o local indicado na medição do croqui Anexo I.

Art. 2º – Incube ao Poder Público Municipal no prazo de 30 (Trinta) dias contados da publicação desta lei as medidas administrativas necessárias, bem como, colocação de placas de identificação, e o comunicação aos órgãos Estaduais e Federais.

Art. 3º – Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Foz de Jordão 30 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:CF3E23C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO IV - TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2024 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL]:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do proponente do projeto executado.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento de ações e resultados será feito mediante entrega de relatórios de execução do projeto e prestação de contas devidamente entregues à esta Secretaria Municipal;

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo Órgão:
[Nome do Representante]

Pelo Agente Cultural:
[Nome do Agente Cultural]

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B0250FFC

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO V

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega deste relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:29EC49F9

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2E2C17B9

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO VII -DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9AC39EFA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6FB384A0

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural

NOME COMPLETO

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4C8EABA6

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO V - RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega deste relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:5022898D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO X - ETAPAS DO EDITAL

A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

	Etapa:	Datas:	
I	Fase de inscrição e submissão de propostas /Portfólio	01/10/2026 23/10/2026	a
II	Análise de mérito cultural dos projetos/Portfólio: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção	26/10/2026 08/11/2026	a
III	Resultado preliminar com a habilitação das propostas contempladas	09/11/2026	
IV	Período de interposição de recursos etapa submissão de propostas	10/11/2026 a 12/11/2026	
V	Resultado dos recursos	13/11/2026	
VI	Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico	16/11/2026 a 18/11/2026	
VII	Resultado das Habilitações	19/11/2026	
VIII	Período de interposição de recursos etapa habilitação das propostas	23/11/2026 a 25/11/2026	
IX	Resultado dos recursos	26/11/2026	
X	Resultado final	26/11/2026	
XI	Assinatura do termo de execução das propostas contempladas e encaminhamentos de emissão das notas de empenho	27/11/2026	

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EF8DAA2B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 550 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 550 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a prorrogação de Licença sem vencimentos a servidora Ana Ferreira Avila Dominot, como abaixo se específica e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 94 §1º e §2º da Lei Complementar n°002/2005 de 25/07/2005.

RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR a Licença sem Vencimento, para tratar de Interesses Particulares concedida à servidora publica **ANA FERREIRA AVILA DOMINOT**, ocupante do cargo de **veterinário**, matrícula nº 1549, por mais um ano, com início em 01 de setembro de 2026 até 10 de setembro de 2027.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de setembro de 2026.

General Carneiro, 30 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B168B709

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Município de General Carneiro/PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais deGeneral Carneiro/PR.
Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de General Carneiro/PR.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 50 projetos, distribuídos da seguinte forma:
CATEGORIA 1) MÚSICA
Apresentação Solo - 10 vagas no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por projeto;
Apresentação Dupla/Trio - 4 vagas no valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por projeto;
Apresentação Bandas/Grupo Musical - 3 vagas no valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) por projeto;
Criação, formação e projetos musicais - 4 vagas no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por projeto;

CATEGORIA 2) ARTES VISUAIS
Folclore e Cultura Municipal - 5 vagas no valor de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) por projeto;
Painel/Mural em Cerâmica Esmaltada - 1 vaga no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

CATEGORIA 3) LITERATURA - 4 vagas no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por projeto;
CATEGORIA 4) DANÇA - 3 vagas no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) por projeto;
CATEGORIA 5) ARTESANATO - 5 vagas no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por projeto;

CATEGORIA 6) AUDIOVISUAL: curta, média, longa-metragens, clipes, gravações musicais - 4 vagas no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) por projeto;
CATEGORIA 7) AUDIOVISUAL: produção de live/streaming - 1 vaga no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
CATEGORIA 8) ARTES CÊNICAS - 3 vagas no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por projeto;
CATEGORIA 9) MUSEU, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO - 1 vaga no valor de R$ 2.598,92 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos);
CATEGORIA 10) APOIO À GRUPO FOLCLÓRICO TRADICIONALISTA - 1 vaga no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais);
CATEGORIA 11) APOIO À FESTAS POPULARES - 1 vaga no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais);

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$78.548,92 (setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Referência	Dotação Orçamentária	Aplicação	Valor (R$)
405	3.3.90.39.00.00	Execução Cultural	R$ 78.548,92

Sobre o valor total repassado pelo Município de General Carneiro/PR ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De 08 horas do dia 30/09/2026 até 17 horas do dia 21/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural, morador do Município de General Carneiro/PR há pelo menos 01 (um ano), maior de 18 (dezoito) anos de idade.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadram nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois projetose poderá ser contemplado com no máximo dois projetos.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio físico, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone: (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja

concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de General Carneiro/PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados em até12 meses a contar da assinatura do termo de execução do objeto.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão, prestadores de serviços da empresa de consultoria Culturando - Gestão Produção cultural, devidamente especializada e com vasto currículo para prestação deste tipo de serviços, conforme é possível consultar no seguinte link: https://mylnker.com/culturando?utm_source=ig&utm_medium=social&utm_content=link_in_bio&fbclid=PAdGRzdgOTFWdleHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAafEOnqBbhISL3pw75f-nbx3c3eooEpLK_QyaIvTNzSS51DAzYlUkwuEviscfA_aem_35LCO_FzVs88wNS1zti4WA

Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia,

sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de General Carneiro/PR e no site oficial do Município de General Carneiro/PR no endereço: https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - por meio físico, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone: (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial da Prefeitura de General Carneiro/PR: https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/

• REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Caso haja sobras de recursos e/ou desistência de participação no certame por algum candidato contemplado, os valores serão igualmente divididos entre os proponentes habilitados;
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 03 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, de forma presencial no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de General Carneiro/PR;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná e Prefeitura Municipal deGeneral Carneiro/PR;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de General Carneiro/PR, em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR, que deve ser apresentado de forma presencial no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General

Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site da Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR: https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado em até 30 diasa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nosite oficial da Prefeitura Municipal de Tupãssi, pelo endereço eletrônico: https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/ e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (042) 988670862.
Os casos omissos ficarão a cargo do Coordenador do Departamento de Cultura, Renan Samuel Maguelniski.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 30 dias após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X - Cronograma de Execução.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8384DD68

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
Olá, agentes culturais do Município de General Carneiro/PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil

no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais de General Carneiro/PR.
Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do Edital

O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de General Carneiro/PR, observadas as categorias descritas no Anexo I deste Edital.
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao Município de General Carneiro/PR.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

Quantidade de agentes culturais a serem premiados

Serão premiados 16 agentes culturais.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.

Valor da premiação

Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.
O valor total deste edital é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo distribuídos da seguinte forma:
ARTESANATO - 03 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais)
LITERATURA - 01 vaga no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) em premiação.
ARTES VISUAIS - 01 vaga no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) em premiação.
ARTES CÊNICAS - 01 vaga no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) em premiação.
DANÇA - 02 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em premiação.
MÚSICA - 08 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) em premiação.

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Referência	Dotação Orçamentária	Aplicação	Valor (R$)
401	3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais	R$ 20.000,00

Prazo de inscrição

De 08 horas do dia 30/09/2026 até 17 horas do dia 21/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem PODE participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com contribuição artística ou cultural, morador do Município de General Carneiro/PR há pelo menos 01 ano, maior de 18 (dezoito) anos de idade.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste Edital.

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
II - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
Atenção! O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo, uma categoria, e poderá ser contemplado com, no máximo, uma premiação.

ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

INSCRIÇÕES

Como se inscrever

O agente cultural deve encaminhar por meio físico, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235,

Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II);
b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de General Carneiro/PR, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
c) Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Atenção! Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VI e Anexo VII.
ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão, prestadores de serviços da empresa de consultoria Culturando - Gestão Produção cultural, devidamente especializada e com vasto currículo para prestação deste tipo de serviços, conforme é possível consultar no seguinte link: https://mylnker.com/culturando?utm_source=ig&utm_medium=social&utm_content=link_in_bio&fbclid=PAdGRzdgOTFWdleHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAafEOnqBbhISL3pw75f-nbx3c3eooEpLK_QyaIvTNzSS51DAzYlUkwuEviscfA_aem_35LCO_FzVs88wNS1zti4WA
Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
I – tiverem interesse direto na matéria;
II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Análise das candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de General Carneiro/PR, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.
Atenção! Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
Recursos na etapa de Seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do General Carneiro/PR e no site oficial da Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR no link: https://https://www.generalcarneiro.pr.gov.br
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, que deve ser apresentado por meio de Solicitação de Recurso, de forma presencial no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h ou por meio digital, no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Tupãssi: https://https://www.generalcarneiro.pr.gov.br

REMANEJAMENTO DE RECURSOS:
Caso haja sobras de recursos e/ou desistência de participação no certame por algum candidato contemplado, os valores serão igualmente divididos entre os proponentes habilitados;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 03 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, de forma presencial no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
Atenção!A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - atos constitutivos, ou seja, o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
IV - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
documento pessoal do representante do grupo que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recursos da etapa de Habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR, que deve ser apresentado de forma presencial no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura de General Carneiro/PR - Avenida Getulio Vargas, 235, Centro, General Carneiro-Pr, 84660-000, telefone (042) 988670862, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site da Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR: https://https://www.generalcarneiro.pr.gov.br
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.
DISPOSIÇÕES FINAIS

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://https://www.generalcarneiro.pr.gov.br
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial do Município de General Carneiro/PR: https://https://www.generalcarneiro.pr.gov.bre nas mídias sociais oficiais.
Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (042) 988670862.
Os casos omissos ficarão a cargo do Coordenador de Cultura, Renan Samuel Maguelniski.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 30 dias após a publicação do resultado final.

Anexos do Edital
Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo V - Termo de Premiação Cultural
Anexo VI - Autodeclaração Étnico-racial
Anexo VII - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo VIII – Formulário de Recurso
Anexo IX - Cronograma de Execução.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:63274827

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.230 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.230 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 2.124, de 15 de outubro de 2025, que autoriza a aquisição de bens imóveis que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 068/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei nº 2.124, de 15 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º .....
I – Um lote de terreno urbano sob nº 01, da quadra nº 15, do Loteamento Vila do Capão Bonito, situado na Rua Faixa de Domínio da BR-153, esquina com a Rua Nossa Senhora das Graças, no quadro urbano do Distrito e Município de General Carneiro, nesta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, de propriedade de Edson Fagundes, com área de 385,60 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e sessenta centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, medindo 3,92 metros e 11,13 metros, ambos os segmentos confrontando com a referida Faixa de Domínio da BR-153; LADO DIREITO, medindo 26,08 metros, confrontando com o

lote nº 02; LADO ESQUERDO, medindo 24,98 metros, confrontando com a Rua Nossa Senhora das Graças; e FUNDOS, medindo 15,00 metros, confrontando com o lote nº 06, objeto da Matrícula nº 25.941 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).” (NR)

Art. 2º A alteração de que trata o art. 1º desta Lei possui caráter meramente retificador da descrição do bem, ficando mantidos, integralmente, o objeto, a área, o valor, a destinação, a finalidade pública e as demais condições estabelecidas na Lei nº 2.124, de 15 de outubro de 2025.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D3B72BA8

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.231 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.231 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera os incisos I, II e III do art. 1º da Lei nº 2.125, de 15 de outubro de 2025, que autoriza a aquisição de bens imóveis que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 069/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos I, II e III do art. 1º da Lei nº 2.125, de 15 de outubro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I – Um lote de terreno urbano sob nº 03, da quadra nº 15, do Loteamento Vila do Capão Bonito, situado na Rua Faixa de Domínio da BR-153, no quadro urbano do Distrito e Município de General Carneiro, nesta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, de propriedade de Janio José do Nascimento Ribas, com área de 398,03 m² (trezentos e noventa e oito metros e três centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, medindo 14,16 metros e 0,93 metro, ambos os segmentos confrontando com a referida Faixa de Domínio da BR-153; LADO DIREITO, medindo 27,42 metros, confrontando com o lote nº 04; LADO ESQUERDO, medindo 25,78 metros, confrontando com o lote nº 02; e FUNDOS, medindo 7,50 metros, confrontando com o lote nº 06, e 7,50 metros, confrontando com o lote nº 11. O imóvel encontra-se registrado sob a Matrícula nº 25.942 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, e será adquirido pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – Um lote de terreno urbano sob nº 04, da quadra nº 15, do Loteamento Vila do Capão Bonito, situado na Rua Faixa de Domínio da BR-153, no quadro urbano do Distrito e Município de General Carneiro, nesta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, de propriedade de Janio José do Nascimento Ribas, com área de 424,49 m² (quatrocentos e vinte e quatro metros e quarenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, medindo 15,10 metros, confrontando com a referida Faixa de Domínio da BR-153; LADO DIREITO, medindo 29,19 metros, confrontando com o lote nº 05; LADO ESQUERDO, medindo 27,42 metros, confrontando com o lote nº 03; e FUNDOS, medindo 15,00 metros, confrontando com o lote nº 11. O imóvel encontra-se registrado sob a Matrícula nº 25.943 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, e será adquirido pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

III – Um lote de terreno urbano sob nº 05, da quadra nº 15, do Loteamento Vila do Capão Bonito, situado na Rua Faixa de Domínio da BR-153, esquina com a Rua Projetada 01-A, no quadro urbano do Distrito e Município de General Carneiro, nesta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, de propriedade de Janio José do Nascimento Ribas, com área de 451,02 m² (quatrocentos e cinquenta e um metros e dois centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, medindo 15,10 metros, confrontando com a referida Faixa de Domínio da BR-153; LADO DIREITO, medindo 30,96 metros, confrontando com a Rua Projetada 01-A; LADO ESQUERDO, medindo 28,79 metros, confrontando com o lote nº 04; e FUNDOS, medindo 15,00 metros, confrontando com o lote nº 11. O imóvel encontra-se registrado sob a Matrícula nº 25.944 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, e será adquirido pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).” (NR)

Art. 2º A alteração de que trata o art. 1º desta Lei possui caráter meramente retificador da descrição dos bens, ficando mantidos, integralmente, o objeto, as áreas, os valores, a destinação, a finalidade pública e as demais condições estabelecidas na Lei nº 2.125, de 15 de outubro de 2025.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:5BFF7097

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.232 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.232 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza aquisição de bens imóveis que especifica e dá outras providências

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 070/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por meio de desapropriação por utilidade pública, com base no artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, podendo fazê-lo na forma amigável ou judicial, os seguintes bens imóveis de propriedade de IVO GAIOVICZ:

I - Um lote de terreno urbano. sob n° 11, da quadra n° 15, do Loteamento Capão Bonito, situado na Rua Flavia Rosana de Espindola Hilatluk, no quadro urbano da cidade de General Carneiro, desta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, com a área de 496,32 m² (quatrocentos e noventa e seis metros e trinta e dois decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE - 13,20 mts, confrontando com a Rua Flavia Rosana de Espindola Hilatluk - LADO DIREITO - 37,70 mts, confrontando com imóvel urbano denominado lote nº 12 da quadra nº 15 - LADO ESQUERDO - 37,50 mts, confrontando com o imóvel urbano denominado Lote nº 05, 04 e parte do lote nº 03 quadra nº 15 - e FUNDOS -- 13,20 mts, confrontando com com o imóvel urbano constituído do lote sob o nº 06, da quadra nº 15, objeto da Matrícula nº 9.297 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II - Um lote de terreno urbano. sob n° 12, da quadra n° 15, do Loteamento Capão Bonito, situado na Rua Flavia Rosana de Espindola Hilatluk, no quadro urbano da cidade de General Carneiro, desta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, com a área de 498,96 m² (quatrocentos e noventa e oito metros e noventa e seis decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE 13,20 metros confrontando a Rua Flavia Rosana de Espíndola Hilatluk; LADO DIREITO: 37,90 metros confrontando com imóvel urbano denominado Lote Nº 13 da quadra nº 15; LADO ESQUERDO: 37,70 metros confrontando com imóvel urbano denominado Lote Nº 11 da quadra nº 15; FUNDOS 13,20 metros confrontando com o imóvel urbano constituído do lote sob n° 07, da quadra nº 15, objeto da Matrícula nº 9.297 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Parágrafo único: Para fins de registro imobiliário, as descrições constantes dos incisos I e II deste artigo foram elaboradas com base nos documentos e elementos técnicos integrantes do procedimento administrativo de avaliação e desapropriação, devendo, em caso de divergência, prevalecer os dados constantes das respectivas matrículas imobiliárias, sendo as informações complementares não expressamente consignadas no fólio real consideradas exclusivamente para fins administrativos, sem importar, por si só, em alteração, retificação ou modificação da descrição registral dos imóveis, ressalvada eventual necessidade de prévia retificação ou averbação perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 2º No caso de desapropriação amigável o pagamento será realizado ao proprietário após o ato da outorga da Escritura Pública.

Art. 3º Os imóveis descritos destinam-se à implantação de Parque Urbano no Município de General Carneiro, com a finalidade de requalificação ambiental e urbana, assegurando a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e da área de preservação permanente existente, além de oferecer espaço público para lazer, educação ambiental e integração social da comunidade.

Art. 4º A implementação da presente Lei será viabilizada com dotações orçamentárias próprias, podendo o Poder Executivo abrir créditos adicionais, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:441282F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2026

O **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Departamento de Compras e Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 065/2026 – Processo Licitatório nº 165/2026**, cuja sessão pública estava designada para o dia **14 de outubro de 2026, às 09h00.**

A suspensão decorre da necessidade de **análise e revisão dos documentos que compõem o procedimento licitatório**, diante dos apontamentos apresentados em sede de impugnação ao instrumento convocatório, a fim de possibilitar a verificação e adoção das providências administrativas pertinentes.

Dessa forma, o certame fica **SUSPENSO por prazo indeterminado**, até a conclusão das análises e deliberações cabíveis.

As informações relativas ao prosseguimento, eventual retificação, republicação ou demais providências referentes ao procedimento serão oportunamente divulgadas pelos meios oficiais.

General Carneiro - PR, 30 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1409FBA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de licitação nº 030/2026
Processo Licitatório nº 167/2026
Adjudicação/Homologação: 30/09/2026
Contratada: **THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de empresa especializada para a realização da palestra-show "Cada Idade Tem a Sua Juventude", destinada ao público idoso atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de General Carneiro/PR, com abordagem motivacional, reflexiva, participativa e cultural, visando à valorização da pessoa idosa, ao fortalecimento da autoestima, da autonomia, da convivência social e da qualidade de vida."**

Valor Estimado da Despesa: **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:15C559B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Resolução nº 09, de 23 de Setembro de 2026

Dispõe sobre a apresentação, apreciação e aprovação da Prestação de Contas dos gastos com a Saúde e Serviços - da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro - PR, referente ao 2º quadrimestre de 2026.

A plenária do Conselho Municipal de Saúde do município de General Carneiro/PR, em reunião ordinária, realizada em 23 de setembro de 2026 no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1403 de 14 de abril de 2016 e das prerrogativas conferidas pela Lei Federal no 8.080, de 19/09/90, Lei Federal no 8.142, de 28/12/90,

Resolve:

Art. 1º **Aprovar** a Prestação de Contas dos gastos da Saúde e Serviços, referente ao 2º Quadrimestre de 2026 (Maio a Agosto/2026).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

General Carneiro, 23 de Setembro de 2026.

JEFERSON RIBEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:B62C8350

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
DECLARAÇÃO

(Audiência Pública)

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, por sua Presidente infra-assinada, no uso de suas atribuições, **DECLARA,** que o Município de Goioerê,

realizou a AUDIÊNCIA PÚBLICA, com fim especifico de apresentar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2026, em atenção ao §4º, art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A referida AUDIÊNCIA foi realizada no dia 24 de setembro de 2026, com início às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal de Goioerê.

A Comissão de Finanças e Orçamento é a encarregada pelo acompanhamento da realização da Audiência Pública.

Nome dos Membros desta Comissão:

Comissão de Finanças e Orçamento – Biênio 2025/2026

MAYK RAMALHO DOS SANTOS
MARCELO CONCENCIO ZAIA
ALINE SUELLEM BATISTA

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:8A865B69

CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AVISO DE REUNIÃO ORDINÁRIA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos do art. 19, do Regimento Interno e no uso das suas atribuições legais, convoca todos os conselheiros e demais interessados para a 2ª Reunião Ordinária, a realizar-se nas seguintes condições:

PAUTA:

• Deliberação sobre o Inovahub de Produção, Inovação e Economia Criativa
• Deliberação sobre o Projeto Selo Origem Goioerê
•Assuntos Gerais
• Feira das Profissões 2026
• Goioerê Inova 2026
• Reforma do Prédio do Centro de Inovação
• Ponto Paraná – Juranda

Data: 07 de outubro de 2026
Horário: 14h00
Local: Sala de Reuniões do Paço Municipal
Endereço: Avenida Amazonas, nº 280 – Jardim Lindóia – Goioerê/PR

A participação é aberta e a presença de todos é fundamental para o andamento das políticas municipais de ciência, tecnologia e inovação.

Goioerê, PR, 30 de setembro de 2026.

TIAGO FAQUINETI DE ARAGÃO
Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
Município de Goioerê
Decreto Municipal nº 9.958/2026

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:DA3DE767

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.001/2026

INSTITUI E COMPÕE O NÚCLEO MUNICIPAL DE ESCUTA ESPECIALIZADA – NMEE, REGULAMENTA SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR ADILSON SOUZA DE BRITO, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 227 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO a necessidade de organização da Rede de Proteção para garantia da proteção integral, da atuação intersetorial e da prevenção da revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
CONSIDERANDO o Protocolo Municipal Intersetorial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo Municipal de Escuta Especializada – NMEE, mecanismo intersetorial integrante da Rede de Proteção do Município de Goioerê, destinado à realização da Escuta Especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017 e do Decreto Federal nº 9.603/2018.

Art. 2º O NMEE tem por finalidade:
I – organizar a realização das Escutas Especializadas no Município;
II – promover a atuação articulada da Rede de Proteção;
III – assegurar atendimento técnico, humanizado e qualificado;
IV – prevenir a revitimização de crianças e adolescentes;
V – contribuir para a adoção de medidas de proteção e encaminhamentos necessários.

Art. 3º O NMEE não constitui órgão autônomo ou unidade administrativa própria, caracterizando-se como estratégia de articulação intersetorial da Rede de Proteção.

Art. 4º O Núcleo será composto por profissionais indicados pelos órgãos e instituições integrantes da Rede de Proteção, observados os critérios estabelecidos no Protocolo Municipal Intersetorial.
§1º Cada órgão ou instituição participante indicará, preferencialmente, profissionais titulares e suplentes.
§2º Os profissionais inicados deverão possuir capacitação específica para realização da Escuta Especializada e observar as normas éticas de suas respectivas categorias profissionais.

Art. 5º Compete ao Núcleo Municipal de Escuta Especializada:
I – realizar Escutas Especializadas quando acionado conforme o fluxo municipal;
II – observar os princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e do adolescente e da não revitimização;
III – elaborar registros técnicos compatíveis com as normas éticas e legais aplicáveis;
IV – atuar de forma articulada com os órgãos da Rede de Proteção;
V – preservar o sigilo das informações obtidas durante os atendimentos.

Art. 6º A coordenação administrativa do NMEE ficará sob responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, competindo-lhe:
I – organizar a escala e o rodízio dos profissionais;
II – realizar os acionamentos previstos no fluxo municipal;
III – manter registro administrativo das solicitações e atendimentos realizados;
IV – promover a articulação entre os integrantes do Núcleo.

Art. 7º A Escuta Especializada será realizada exclusivamente nos casos em que sua necessidade for identificada para subsidiar medidas de proteção, observados os procedimentos definidos no Protocolo Municipal Intersetorial.

Art. 8º Os integrantes do NMEE exercerão suas atividades sem prejuízo das atribuições dos cargos ou funções que ocupam em seus respectivos órgãos de origem.

Art. 9º A participação no NMEE será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 10. Ficam designados para compor o Núcleo Municipal de Escuta Especializada – NMEE os seguintes representantes:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Ana Paula de Souza Santos
Suplente: Cassia Fernanda Mercurio
Titular: Gabriel Felipe Fernandes
Suplente: Kerollen Any Areco da Silva
b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Junia dos Santos
Suplente: Karina Soares da Silva
c) Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maria Daniela Barbara de Castro
Representante do Núcleo Regional de Educação:
Suplente: Rayana Aparecida da Costa
d) Representante da APAE Goioerê:
Titular: Kauane Milare de Oliveira
Representante das Aldeias SOS:
Suplente: Rafaela de Souza da Silva Antonio

Art. 11. A coordenação do Núcleo Municipal de Escuta Especializada – NMEE será exercida pela Direção do Departamento da Criança e do Adolescente.

Art. 12. A substituição dos membros poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação ao CMDCA, por solicitação do órgão ou instituição representada.

Art. 13. Fica reconhecido e adotado, como instrumento orientador da Rede de Proteção do Município de Goioerê, o Protocolo Municipal Intersetorial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Rede de Proteção, observada a legislação vigente e as competências legais dos órgãos envolvidos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo Nº 001/2026

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:1C4646C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 10.000/2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada a pedido, em 1º de outubro de 2026, a senhora JULIA MIYUKI SAKATA, do cargo de PROFESSOR, matrícula 506671, com admissão em 07/08/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica declarado vago, em 1º de outubro de 2026, o cargo de Professor, ocupado pela servidora exonerada no art. 1º deste Decreto, em conformidade com o art. 32, inciso I e art. 33, ambos da Lei Complementar nº 11/2009, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Goioerê.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:6AEA3C2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 9.999/2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado a pedido, em 1º de outubro de 2026, o senhor MARLON GABRIEL DITZEL, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 506594, com admissão em 03/02/2026, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos hídricos.

Art. 2º Fica declarado vago, em 1º de outubro de 2026, o cargo de auxiliar de Serviços Gerais, ocupado pelo servidor exonerado no art. 1º deste Decreto, em conformidade com o art. 32, inciso I e art. 33, ambos da Lei Complementar nº 11/2009, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Goioerê.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D9BE1AF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 610/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, VALDIR PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para goza-las de 01/10/2026 a 30/10/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D5963DC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 611/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, MANOEL MESSIAS ROLIN, ocupante do cargo de AGENTE DE DEFESA CIVIL, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para gozá-las de 03/11/2026 a 02/12/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E4E97B1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 612/2026

Concede licença especial e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 41/2018 e art. 98 e 99 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, licença especial remunerada, a servidora pública municipal JULIANA MARTINS GOMES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 03 (três) meses, iniciando em 19 de outubro de 2026 e encerrando em 18 de janeiro de 2027, referente ao quinquênio 2020/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D5C53FB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 613/2026

Concede licença especial e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 100, parágrafo único, da Lei Complementar nº 11/2009,

Considerando o protocolo nº 0067.00005281/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 05 de outubro de 2026, licença para tratar de interesses particulares, a servidora pública municipal MARINA DE PAULA MONTEIRO BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 100, parágrafo único, da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:2CB92287

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 614/2026

Concede Avanço Horizontal e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 55 da Lei Municipal nº 98/2024,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, avanço horizontal conforme art. 55 da Lei Complementar nº. 98/2024.

Nome do servidor	Matricula	Cargo	Da Classe/Nivel	Para Classe/Nivel
Luma Mariana Cavalcante da Silva	506223	Professor	A-01	B-02
Maria Aparecida de Carvalho	506224	Professor de Ed. Física	B-01	C-02

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:0C0365B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2026.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO: 30 DE SETEMBRO DE 2026.
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, n° 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê – Pr, doravante denominado, simplesmente, CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ADILSON SOUZA DE BRITO, brasileiro, portador do RG n.º 4.375.985-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 517.571.849-83, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê-Paraná.
TOMADOR: ASSOCIAÇÃO GOIOERENSE DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº. 2.593/2018, inscrita no CNPJ sob o n° 28.088.224/0001-16, situada na Rua Dr. Rosalvo de Mello Leitão nº. 1.395 – Jardim Canadá, nesta Cidade de Goioerê-Pr, doravante denominada, simplesmente TOMADOR, neste ato representada pela Senhora ELIZIA LESSIO BARBOSA, brasileira, portadora do RG n° 6.456.903-1 SSP/PR, e inscrita no CPF sob o n° 028.679.129-38, residente e domiciliada nesta Cidade de Goioerê-Paraná.

OBJETO PROPOSTO: O presente instrumento tem por objeto prestar assistência a pessoas acamadas em situação de vulnerabilidade social, por meio da confecção de fraldas geriátricas e sua distribuição gratuita, sendo o atendimento destinado prioritariamente a indivíduos que não possuem condições financeiras de arcar com a compra desses insumos, sendo considerado o critério de renda familiar de até um salário mínimo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
14.002.8.244.0009.2.098.3.3.50.43.00.00.0.00 (395)

VALOR: O valor global ajustado para este Termo de Fomento é da ordem de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que será repassado em parcela única, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 0847-8, Conta Corrente 39.616-8 em nome da Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer, conforme cronograma de desembolso, que faz parte, do Plano de Trabalho apresentado.

PERÍODO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 01 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

FORO: Comarca de Goioerê, Estado do Paraná.

Goioerê, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito Municipal em Exercício
Decreto Legislativo nº 001/2026
Concedente

ELIZIA LESSIO BARBOSA
Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer
Tomador

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:30455906

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OITAVO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2023

OITAVO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2023 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E O LAR DE IDOSOS SÃO JOAQUIM E SANT'ANA DE CAMPO MOURÃO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê/PR, doravante denominado, simplesmente, CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ADILSON SOUZA DE BRITO, brasileiro, portador do RG n.º 4.375.985-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 517.571.849-83, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê/Pr, e de outro lado a Organização da Sociedade Civil (OSC), LAR DE IDOSOS SÃO JOAQUIM SANT'ANA DE CAMPO MOURÃO, instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal (Campo Mourão) n.º 259, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.645.661/0001-07, situada na Rua Antônio Frederico Ozanam, n.º 59, Jardim Tomasi, CEP: 87.302-280, na cidade de Campo Mourão/PR, doravante e denominada, simplesmente TOMADOR, neste ato representado por seu representante legal (Presidente da Associação), senhor PE. ADILSON MITINORU NARUISHI, portador do RG n.º 8.633.064-4 SSP/PR, e inscrito no CPF sob o n.º 007.234.519-58, residente à Rua Harrison José Borges, n.º 811, Centro, Campo Mourão/PR, e ambos em conjunto denominados parceiros, pactuam o presente **TERMO ADITIVO** sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar n.º l0l, de 04 de maio de 2000, Lei Federal n.º 13.019 de 3l de julho de 2014, Decreto Municipal n.º 7.843/2022, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Termo de Colaboração n.º 003/2023 fica acrescido em sua Cláusula Quarta o seguinte parágrafo:
§9º O valor de R$-88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais) aditivado ao valor descrito no §8º do Sexto Termo Aditivo, será repassado em duas parcelas, nos meses de outubro e novembro de 2026, no valor mensal de R$-44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) cada parcela, conforme plano de aplicação e cronograma de desembolso alterados no Plano de Trabalho, alterando ainda o valor global de R$-1.782.994,88 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos) para R$-1.871.794,88 (um milhão, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – O período de vigência e execução que teve início em 18 de maio de 2023 com previsão de término em 30 de setembro de 2026, conforme disposto na Cláusula Segunda do Sétimo Termo Aditivo, passará a ter como data final de vigência e execução o dia 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do instrumento inicial, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para publicação e execução.

Goioerê-PR, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito do Município de Goioerê/PR em Exercício
Decreto Legislativo nº 001/2026
Concedente

ADILSON MITINORU NARUISHI
Lar de Idosos São Joaquim Sant'ana de Campo Mourão
Tomador

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:2868505D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DE RECEBIMENTO, ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO - SESSÃO 1

INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026
OBJETO: Credenciamento de Instituição Especializada para prestação de serviços de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Social, em modalidade de longa permanência, contemplando unidades classificadas nos Graus de Dependência I, II e III, conforme normativas vigentes, assegurando atendimento integral, assistência à saúde, suporte psicossocial e condições adequadas de habitabilidade
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, reuniram-se na sala de reunião do Paço Municipal de Goioerê a agente de contratação e equipe de apoio, designada através da Portaria nº 487/2026, para realização da primeira sessão pública destinada ao recebimento, abertura e julgamento dos envelopes protocolados, referente ao Chamamento Público nº 9/2026. Declarada aberta a sessão, a Agente de Contratação informou o encerramento do prazo para recebimento de novos envelopes destinados à presente sessão, nos termos do item 5.2 do edital, registrando que foi protocolado envelope pela interessada LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA, inscrita no CNPJ sob nº 78.193.083/0001-70, protocolado em 29/09/2026 às 16h29. Registra-se que não houve comparecimento de representante da interessada para acompanhar a presente sessão. Na sequência, procedeu-se à conferência da inviolabilidade do envelope, seguida de sua abertura, rubricando-se toda a documentação apresentada. Em atendimento ao disposto no item 5.2.1 do edital, foram realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas, disponibilizados no Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), não sendo constatada qualquer vedação à participação ou contratação da interessada, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 156, § 5º, da mesma Lei. Da análise da documentação apresentada restou constatado o atendimento aos requisitos do item 4.1 do edital, razão pela qual declara-se habilitada e credenciada a sociedade LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA, observando-se, para fins de contratação futura a seleção da instituição a critério da pessoa idosa beneficiária ou, quando juridicamente necessário, de seu representante legal, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021, e nos moldes do item 9 do edital.
Nos termos do item 6.1 do Edital, a publicação da presente Ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná constitui a divulgação do credenciado, iniciando-se, a partir de sua publicação, o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso. Havendo interposição de recurso, o credenciado fica automaticamente intimado para, querendo, apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente. A íntegra do processo permanecerá disponível para consulta no Portal da Transparência do Município de Goioerê-PR. Registra-se, ainda, que a presente sessão pública foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê na plataforma YouTube. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, Vanessa José da Silva, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Agente de Contratação

JÉSSICA AYUMI MATUSHITA
Equipe de Apoio

PATRÍCIA DANIELE NERIS
Equipe de Apoio

REGIANE DA SILVA SILVESTRE
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:0A131897

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2026
Objeto: CREDENCIAMENTO de PESSOA JURÍDICA para a realização de EXAMES OCUPACIONAIS - ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS e EXAMES COMPLEMENTARES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração de Goioerê-PR.
Recebimento de envelopes: a partir das 08h:00m do dia 01/10/2026.
Local: Av. Amazonas, nº 280, Jd Lindóia, Goioerê-PR.
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218918.
Goioerê-PR, 30 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:2D364220

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

Pregão Eletrônico nº 40/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: SEGUROS SURA S/A.
Objeto da Contratação: Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo para os servidores da Prefeitura Municipal de Goioerê-PR.
Vigência: 02 (dois) anos contados da assinatura do contrato.
Valor: R$ 143.880,00

Goioerê/PR, 25 de Setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Município de Goioerê

FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA
Seguros Sura S/A

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:DCA3228A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.002/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO

MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00113.01011.09.01.06.18.1.599.0000 MDE / ConvênioTransporte Escolar	1.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$21.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$1.000,00
00113.01011.09.01.06.18.1.599.0000 MDE / ConvênioTransporte Escolar	1.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.243.8.6001-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.1010-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$21.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 30 de setembro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:0B357130

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.997/2.026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 73.630,36 (setenta e três mil e seiscentos e trinta reais e trinta e seis centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.1005-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$3.767,01
01044.01044.09.01.06.00.1.569.0000 Outras Transferências de Recursos FNDE	3.767,01
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$8.789,69
01044.01044.09.01.06.00.1.569.0000 Outras Transferências de Recursos FNDE	8.789,69
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2055-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$3.324,14
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.324,14
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2056-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$29.594,10
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	29.594,10
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2057-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$11.185,05
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.185,05
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$11.970,37
00511.00511.01.07.00.00.2.753.0000 (SF) - Taxas - Prestação de Serviços	11.970,37

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$12.556,70
01044.01044.09.01.06.00.1.569.0000 Outras Transferências de Recursos FNDE	12.556,70
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$44.103,29
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	44.103,29
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$11.970,37
00511.00511.01.07.00.00.2.753.0000 (SF) - Taxas - Prestação de Serviços	11.970,37

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 28 de setembro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:AF4AC9FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 44 DE 2026 - DISPÕE SOBRE FISIOCENTRO

SÚMULA: Declara de utilidade pública e interesse social o empreendimento denominado “FISIOCENTRO” e as obras necessárias à sua implantação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, **Eder dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o Município de Goioxim, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 01.607.627/0001-78, é

responsável pela implantação de serviço público de saúde voltado à reabilitação física da população;

CONSIDERANDO que o serviço a ser desenvolvido, especificamente na área de fisioterapia, tem por finalidade a recuperação de movimentos, o alívio de dores, a reabilitação física e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, caracterizando-se como serviço de interesse público e social;
CONSIDERANDO que o empreendimento será implantado em imóvel de propriedade do Município, denominado "Juquiá de Cima", matriculado sob nº 11.570 no Registro de Imóveis de Cantagalo/PR, com área total de 48.400,00 m², situado na Rua João Maria Alves de Jesus, s/n, Bairro Alvorada, no Município de Goioxim/PR;
CONSIDERANDO que será destacada, para fins de implantação do empreendimento, área de 5.791,33 m², da qual serão efetivamente utilizados 1.851,10 m² para a construção do FISIOCENTRO – Porte II, com área total construída de 186,67 m²;
CONSIDERANDO que o investimento previsto para a implantação do empreendimento é da ordem de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), destinado ao atendimento público na área da saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização do interesse público e social do empreendimento para fins de instrução dos processos administrativos, ambientais, de licenciamento e de regularização perante os órgãos competentes;
DECRETA
Art. 1º Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL** o empreendimento denominado **"FISIOCENTRO"**, de propriedade do Município de Goioxim/PR, destinado à prestação de serviços públicos de saúde, especificamente atividades de fisioterapia, visando à recuperação de movimentos, ao alívio de dores, à reabilitação física e à melhoria da qualidade de vida da população.
Art. 2º O empreendimento de que trata este Decreto será implantado no imóvel denominado "Juquiá de Cima", situado na Rua João Maria Alves de Jesus, s/n, Bairro Alvorada, Município de Goioxim/PR, matriculado sob nº 11.570 no Registro de Imóveis de Cantagalo/PR, em área de 5.791,33 m² (cinco mil, setecentos e noventa e um metros quadrados e trinta e três decímetros quadrados), da qual será efetivamente utilizada área de 1.851,10 m² (mil, oitocentos e cinquenta e um metros quadrados e dez decímetros quadrados) para a construção do FISIOCENTRO – Porte II.
Art. 3º Ficam igualmente declaradas de utilidade pública e interesse social as obras, serviços e intervenções necessárias à implantação, construção, ampliação e regularização do empreendimento referido no art. 1º, incluindo a infraestrutura predial, instalações hidrossanitárias, sistema de tratamento de esgoto por fossa séptica e sumidouro, em razão da inexistência de rede coletora de esgoto no local, ligações de água potável junto à concessionária SANEPAR, ligações de energia elétrica junto à concessionária COPEL, bem como as demais obras e instalações complementares necessárias ao funcionamento do empreendimento.
Art. 4º A declaração de utilidade pública e interesse social estabelecida neste Decreto tem por finalidade formalizar o caráter público do empreendimento e instruir os processos administrativos, licenciamentos ambientais e demais procedimentos necessários perante os órgãos públicos competentes, nas esferas municipal, estadual e federal.
Art. 5º A presente declaração não implica desapropriação, instituição de servidão ou qualquer restrição a direitos de terceiros, tratando-se exclusivamente do reconhecimento formal do caráter público e social do empreendimento e das obras nele previstas.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 30 de setembro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:F596296D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 45 2026 - DISPÕE SOBRE LOCALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Súmula: Dispõe sobre a localização oficial do Conselho Municipal de Saúde de Goioxim, Estado do Paraná.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município.
DECRETA
Art. 1º Fica estabelecido que o Conselho Municipal de Saúde se encontra sediado no endereço Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 228, Município de Goioxim, Estado do Paraná, CEP 85162-000,Sala 02.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.
Registre-se e publique-se.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Goioxim

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:F5E771CB

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 31/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: MARCOS RAFAEL SILVEIRA PADILHA LTDA CNPJ sob n.º 49.401.388/0001-21 ENDEREÇO: R MATO GROSSO, 92 - CEP: 85162000 - BAIRRO: centro EMAIL: marquinhosmunhoz@hotmail.com.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS NOVOS, ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL, COMPOSTA POR VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 263.000,00

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 30/09/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:707A4245

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 0121/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0121/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: PFCAETANO ENGENHARIA LTDA, inscrita CNPJ sob nº 17.209.924/0001-03, situada na Rua PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 420 APT 13 - CEP: 85012270 - BAIRRO: TRIANON Guarapuava/PR; neste ato representada por PEDRO FELIPE CAETANO DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 068.658.319-18, residente e domiciliado à RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 420 - CEP: 85012270 - BAIRRO: TRIANON Guarapuava/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Concorrência - Eletrônica 06/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Contratação de empresa especializada para execução da infraestrutura necessária à instalação de 08 (oito) módulos sanitários pré-fabricados do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Mais Banheiros, compreendendo fundações em concreto armado, instalações hidrossanitárias e elétricas, sistema individual de tratamento de esgoto, interligações e demais serviços complementares, conforme edital e anexos.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 56.000,00 (Cinqüenta e Seis Mil Reais)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 24/09/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:DAD5CA8A

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 222 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 222 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Concede jornada suplementar aos servidores e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na lei nº 607 de 24 de abril de 2019;

RESOLVE

Art. 1º – Conceder jornada suplementar a servidora SELMA APARECIDA GARCIA, matricula funcional nº 138113, ocupante do cargo de Professor Escola do Campo - PSS, a partir da data de 24 de agosto de 2026, com carga horária de 20 horas, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – A jornada suplementar será remunerada conforme os critérios estabelecidos em lei, mediante apuração e controle do setor competente.

Art. 3º – Esta portaria tem efeitos retroativos com data de 24 de agosto de 2026, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:04972C23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 285/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 339/2026, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 233/2026, do Pregão Eletrônico nº 041/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO de valor do item 213 do Contrato nº 339/2026, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 233/2026.

Do Reequilíbrio: A partir de **30 de setembro de 2026**, o valor contratado na presente Licitação através do **Contrato nº 339/2026**, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 233/2026**, sofre reequilíbrio econômico-financeiro no item 213, passando o valor unitário de R$ 4,23 (quatro reais e vinte e três centavos) para R$ 6,13 (seis reais e treze centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 30 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D2CCDE32

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 286/2026

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2022, do Edital de Pregão Eletrônico nº 175/2022

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES**, **CNPJ nº 21.679.098/0001-25**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de natureza contínua, de Vigia, para atuar nas instalações físicas de responsabilidade desse município.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2022.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais **12 (doze) meses**, até **13 de outubro de 2027.**
Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 2.854.378,80 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).**

Recurso Orçamentário:
Dotação: [2026] 145 - 03.002.2013.333903703990000000.00000505 - Vigilância demais setores da administração

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 30 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:21FE1876

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 287/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 264/2026, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 170/2026, do Pregão Eletrônico nº 170/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DIPROM - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MATERIAIS LTDA, CNPJ nº 16.366.888/0001-10**

Objeto do Contrato: Fornecimento de materiais e produtos odontológicos, destinados à manutenção das atividades do setor de odontologia e ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO de valor do item 53 e 252 do Contrato nº 264/2026, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 170/2026.

Do Reequilíbrio: A partir de **30 de setembro de 2026**, o valor contratado na presente Licitação através do **Contrato nº 264/2026**, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 170/2026**, sofre reequilíbrio econômico-financeiro nos itens 53, passando o valor unitário de R$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) para R$ 5,59 (cinco reais e cinquenta e nove centavos) e item 252 passando o valor unitário de R$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos) para R$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 30 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5572C5B9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 646/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 299/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **LEIS LTDA CNPJ nº 03.725.725/0001-35**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para a prestação de SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO de Consolidação, Compilação, Versionamento e Gerenciamento dos Atos Oficiais do Município de Guaíra/PR.

Fundamentação: Art. 74, inciso I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Recursos Orçamentários:

Dotação: [2026] 168 - 04.001.2016.333904008000000000.00000505 - Manutenção de software

Prazo de Vigência: O presente contrato é válido por **12 (doze) meses**, com início em 08/10/2026 e término em **07/10/2027**, podendo ser prorrogado em acordo com o Art. 107, ambos da Lei nº 14.133/21.

Data de Assinatura: 29 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 29 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E8AFB8B1

PROJUR
LEI Nº 2.503/2026 DATA: 30.09.2026 EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.175/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021, DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 2.175, de 26 de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 4º** São Competências da COMPDEC:

VIII - indicar ao Prefeito Municipal a necessidade de expedição de Decreto declarando situação de emergência e estado de calamidade pública quando ocorrerem eventos caracterizados como desastres, de acordo com a legislação em vigor, com o devido preenchimento dos documentos e formulários pertinentes. "

Art. 2º O art. 12 da Lei Municipal nº 2.175, de 26 de abril de 2021, passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

"**Art. 12.** O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, conforme segue:

VII - Representante da sociedade civil, indicado dentre as seguintes entidades: ACIAG – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guaíra; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Associação Pestalozzi de Guaíra; APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; ASSISTEGUAIRA - Associação Assistencial de Guaíra; e Associação dos Feirantes de Guaíra e outras entidades congêneres. "

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.175 de 26 de abril de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:AC666B8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
PORTARIA Nº 013/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais:

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor ALISSON JUNIO CLEMENTE, ocupante do cargo de CONTADOR/20H, nos termos da Lei Municipal nº 892/2001, no período de 01 a 10 de outubro de 2026, bem como, autorizar a conversão de 1/3 em abono pecuniário, nos termos do art. 95 da Lei Municipal 892/2001 (Estatuto dos Servidores Municipais).

Parágrafo único - período aquisitivo de 25/06/2025 a 25/06/2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFICIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:35D5BC92

GOVERNO MUNICIPAL
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARACI E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOCIEDADE RURAL DE GUARACI, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO, EM REGIME DE PARCERIA, DA FESTIVIDADE DENOMINADA EXPOGUAR 2026, EM COMEMORAÇÃO AOS 72 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.

O **MUNICÍPIO DE GUARACI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº **75.845.537/0001-51**, com sede administrativa na Rua Prefeito João de Giuli, nº 180, Centro, Guaraci, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARCOS ANTONIO DE SOUZA**, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e a **SOCIEDADE RURAL DE GUARACI**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº **29.099.356/0001-06**, com sede na Rua Castro Alves, nº 300, Centro, Guaraci, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, conjuntamente denominados **PARTÍCIPES**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CONSIDERANDO:
I – Que a Constituição Federal, em seu art. 30, inciso I, atribui aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, e, em seu art. 30, inciso IX, estabelece a competência municipal para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
II – Que a Constituição Federal assegura o pleno exercício dos direitos culturais e estabelece ao Poder Público o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais;
III – que a Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, definindo o **Acordo de Cooperação** como instrumento adequado para a formalização de parcerias que não envolvam transferência de recursos financeiros;
IV – que a Lei Municipal nº **1.846/2025**, que institui o Calendário Oficial de Festas, Eventos e Datas Comemorativas do Município de Guaraci, autoriza o Município a formalizar parcerias com instituições públicas ou privadas, associações e organizações do terceiro setor para a realização e promoção de eventos de interesse público;
V – que a **Lei Municipal nº 1.864, de 25 de novembro de 2025**, reconheceu e elevou o rodeio, as provas congêneres e suas manifestações artístico-culturais e esportivas à condição de **patrimônio cultural imaterial do Município de Guaraci;**
VI – que o art. 2º da Lei Municipal nº 1.864/2025 reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Município, entre outras manifestações, as montarias em touros e cavalos, provas de três tambores, provas de laço, demais provas correlacionadas, concurso de berrante, apresentações folclóricas, música raiz, cavalgadas e desfiles de cavaleiros;
VII – que o art. 3º da Lei Municipal nº 1.864/2025 determina que o Poder Público estimule a participação da sociedade civil organizada na programação, execução e participação das atividades relacionadas às manifestações culturais e esportivas nela previstas;
VIII – que o art. 4º da Lei Municipal nº 1.864/2025 autoriza o Município a organizar anualmente e/ou conceder apoio à realização de eventos que contemplem as atividades reconhecidas como patrimônio cultural imaterial, objetivando o incentivo ao lazer, a preservação da cultura local e o apoio ao turismo como fator de promoção socioeconômica e sustentável;
IX – que o art. 8º da Lei Municipal nº 1.864/2025 autoriza o Município, havendo interesse público, a firmar contratos, convênios e parcerias, inclusive Acordos de Cooperação, com associações sem fins lucrativos e organizações da sociedade civil, para a melhor organização e alcance dos objetivos dos eventos nela previstos;
X – que, de forma específica, o **§1º do art. 8º da Lei Municipal nº 1.864/2025 autoriza expressamente o Poder Executivo Municipal a firmar Acordo de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, com a Sociedade Rural de Guaraci, inscrita no CNPJ sob nº 29.099.356/0001-06, sem transferência direta de recursos financeiros;**
XI – que o §2º do art. 8º da Lei Municipal nº 1.864/2025 estabelece que caberá às partes, em regime de mútua cooperação, o planejamento, a execução, a operacionalização e a administração do evento, de acordo com Plano de Trabalho;
XII – que a EXPOGUAR constitui evento tradicional do Município de Guaraci, relacionado à cultura sertaneja, agropecuária e às manifestações culturais e esportivas reconhecidas pela legislação municipal;
XIII – que a Sociedade Rural de Guaraci possui experiência prévia na organização e execução de eventos de grande porte, inclusive em parceria com o Poder Público Municipal, demonstrando capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da presente parceria;
XIV – que a Sociedade Rural de Guaraci possui, por expressa previsão do §1º do art. 8º da Lei Municipal nº 1.864/2025, autorização legislativa específica para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Guaraci para a consecução dos objetivos previstos na legislação municipal;
XV – que a parceria permitirá a conjugação de esforços entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, possibilitando maior eficiência na organização do evento, preservação das tradições culturais e redução da necessidade de atuação direta da Administração em atividades de natureza operacional e comercial;
XVI – que não haverá transferência direta de recursos financeiros do Município à Sociedade Rural de Guaraci no âmbito do presente Acordo de Cooperação, ficando cada partícipe responsável pelas obrigações que lhe forem atribuídas no Plano de Trabalho;
XVII – que a Lei Municipal nº 1.864/2025 estabelece, em seu art. 5º, que a participação do Município poderá ocorrer mediante execução direta de despesas e disponibilização de bens e serviços públicos relacionados à infraestrutura, segurança, saúde, limpeza, apoio

operacional, divulgação e demais atividades previstas na legislação, vedado o custeio de bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes;
XVIII – que, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 1.864/2025, quando o evento não for realizado estritamente pela Administração Pública, a entrada deverá ser gratuita ao público, ressalvadas as áreas privativas de pagantes, como camarotes, área VIP e similares, observadas as disposições legais aplicáveis;
XIX – que a Sociedade Rural de Guaraci ficará responsável, conforme o Plano de Trabalho e suas atribuições, pelas contratações, serviços e demais obrigações de natureza privada e operacional necessárias à realização do evento, inclusive aquelas relacionadas à exploração comercial de espaços, patrocínios e demais atividades permitidas pela legislação;
XX – que a parceria atende ao interesse público, ao fortalecimento da cultura local, à promoção do turismo, ao desenvolvimento econômico e à preservação das manifestações culturais e esportivas tradicionais do Município;
XXI – que o presente Acordo de Cooperação está fundamentado na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Municipal nº 1.846/2025, na Lei Municipal nº 1.864/2025 e demais normas aplicáveis;
XXII – que a celebração da parceria foi precedida dos procedimentos administrativos pertinentes, incluindo a análise da documentação da Organização da Sociedade Civil, Plano de Trabalho, justificativa de inexigibilidade de chamamento público, parecer técnico e parecer jurídico, na forma da legislação aplicável;
XXIII – que a natureza específica do objeto, a autorização legislativa expressa para celebração da parceria com a Sociedade Rural de Guaraci, sua experiência comprovada e as características próprias da EXPOGUAR demonstram a inviabilidade de competição para a consecução das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014;
XXIV – que a celebração do presente instrumento não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes.
RESOLVEM, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Municipal nº 1.846/2025, na **Lei Municipal nº 1.864/2025**, especialmente em seu art. 8º, §§1º e 2º, e em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação o estabelecimento de **mútua cooperação entre o Município de Guaraci e a Sociedade Rural de Guaraci para a realização da festividade denominada EXPOGUAR 2026,** em comemoração aos **72 anos de emancipação político-administrativa do Município de Guaraci,** prevista para os dias **27, 28 e 29 de novembro de 2026**, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente instrumento para todos os fins.
1.2. A parceria compreenderá o planejamento, a organização, a execução, a operacionalização e a administração do evento, mediante distribuição de responsabilidades entre os partícipes, conforme estabelecido neste instrumento e no respectivo Plano de Trabalho.
1.3. A realização da EXPOGUAR 2026 deverá observar as manifestações artístico-culturais e esportivas relacionadas ao rodeio e demais práticas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial pela Lei Municipal nº 1.864/2025.
1.4. O presente Acordo de Cooperação será executado **sem transferência direta de recursos financeiros do Município para a Organização da Sociedade Civil.**
1.5. A participação do Município ocorrerá dentro das atribuições e limites estabelecidos pela legislação municipal, especialmente pelos arts. 5º, 6º e 8º da Lei Municipal nº 1.864/2025, observadas a disponibilidade orçamentária, financeira e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES
2.1. São obrigações comuns dos PARTÍCIPES:
2.1.1. Pautar suas ações pelo interesse público e pelos objetivos estabelecidos no presente Acordo de Cooperação;
2.1.2. Atuar em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público;
2.1.3. Cumprir integralmente as disposições do Plano de Trabalho;
2.1.4. Observar as normas de segurança, acessibilidade, proteção dos animais e demais exigências legais aplicáveis à realização do evento;
2.1.5. Promover a divulgação institucional da parceria de maneira compatível com o interesse público, vedada a utilização do evento para promoção pessoal, partidária ou eleitoral;
2.1.6. Observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, quando aplicável.

2.2. São obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
2.2.1. Disponibilizar, dentro de suas possibilidades e conforme o Plano de Trabalho, os espaços públicos necessários à realização da EXPOGUAR 2026;
2.2.2. Prestar apoio institucional e operacional necessário ao desenvolvimento do evento, nos limites estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.864/2025;
2.2.3. Executar diretamente as despesas e disponibilizar os bens e serviços públicos que lhe forem atribuídos no Plano de Trabalho, observando o disposto no art. 5º da Lei Municipal nº 1.864/2025;
2.2.4. Promover, dentro de suas atribuições, a divulgação institucional do evento nos canais oficiais do Município;
2.2.5. Designar o Gestor da Parceria;
2.2.6. Designar os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
2.2.7. Acompanhar e monitorar a execução do objeto da parceria;
2.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Organização da Sociedade Civil;
2.2.9. Publicar o extrato do presente Acordo de Cooperação e eventuais alterações no meio oficial competente.

2.3. São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
2.3.1. Executar, em conjunto com a Administração Pública, o objeto do presente Acordo de Cooperação, conforme o Plano de Trabalho;
2.3.2. Responsabilizar-se pelas contratações e despesas que lhe forem atribuídas no Plano de Trabalho;
2.3.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes das contratações realizadas pela entidade;
2.3.4. Responsabilizar-se pelas equipes, profissionais, prestadores de serviços e terceiros contratados para execução das atividades sob sua responsabilidade;
2.3.5. Zelar pelo cumprimento das normas de segurança aplicáveis ao evento;
2.3.6. Responsabilizar-se pela contratação das estruturas, serviços e demais itens que lhe forem atribuídos no Plano de Trabalho;
2.3.7. Responsabilizar-se pela contratação de seguro e demais providências legalmente exigidas para a realização do rodeio e atividades correlatas;
2.3.8. Providenciar as licenças, autorizações, ARTs, seguros, laudos e demais documentos que sejam de sua responsabilidade;
2.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, contratados, prestadores de serviços ou terceiros sob sua responsabilidade;
2.3.10. Proceder ao controle de acesso às áreas sob sua responsabilidade, observados os limites estabelecidos pelas autoridades competentes;
2.3.11. Observar rigorosamente a legislação de proteção e bem-estar animal aplicável às atividades de rodeio;
2.3.12. Realizar registro fotográfico e audiovisual do evento para fins de comprovação da execução do objeto;
2.3.13. Apresentar relatório de execução do objeto ao final da parceria;
2.3.14. Responsabilizar-se pelas atividades de natureza comercial previstas no Plano de Trabalho, inclusive exploração de camarotes, espaços comerciais, alimentação, bebidas e patrocínios, quando autorizadas, observada a legislação pertinente;
2.3.15. Observar que eventual comercialização de bebidas alcoólicas ou outros produtos autorizados ocorrerá **por conta e risco da entidade ou de terceiros autorizados**, não podendo tais despesas ser

custeadas com recursos públicos municipais, nos termos da Lei Municipal nº 1.864/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O presente Acordo de Cooperação **não envolve transferência de recursos financeiros entre o Município de Guaraci e a Sociedade Rural de Guaraci**.

3.2. Cada partícipe será responsável pelas despesas e obrigações que lhe forem atribuídas no Plano de Trabalho, dentro de sua respectiva esfera de atuação.

3.3. A eventual inadimplência da Organização da Sociedade Civil quanto às obrigações sob sua responsabilidade não transfere ao Município a obrigação de pagamento.

3.4. Não haverá vínculo empregatício, societário, previdenciário ou de qualquer outra natureza entre o Município e os empregados, contratados ou prestadores de serviços da Organização da Sociedade Civil.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Acordo de Cooperação terá vigência a partir da data de sua publicação e permanecerá vigente até **31 de dezembro de 2026**, período necessário ao planejamento, execução, acompanhamento, encerramento e prestação de informações relativas à EXPOGUAR 2026.

4.2. A vigência poderá ser alterada mediante Termo Aditivo, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e desde que não haja alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA QUINTA
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

5.1. O monitoramento e a avaliação da parceria terão caráter preventivo e saneador, buscando assegurar a adequada execução do objeto.

5.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação, regularmente designada pelo Município, acompanhará a execução da parceria, podendo realizar visitas in loco e solicitar informações e documentos necessários.

5.3. O Gestor da Parceria será o servidor designado por ato próprio da Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA
DO PLANO DE TRABALHO

6.1. O Plano de Trabalho constitui parte integrante e indissociável deste Acordo de Cooperação.

6.2. O Plano de Trabalho estabelecerá as atividades, metas, responsabilidades, cronograma de execução e demais condições necessárias à realização da EXPOGUAR 2026.

6.3. Eventuais alterações do Plano de Trabalho deverão observar a legislação aplicável e ser formalizadas pelo instrumento adequado.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. Aplicam-se à execução deste Acordo de Cooperação, no que couber:

I – a Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações;
III – a Lei Municipal nº 1.846/2025;
IV – a **Lei Municipal nº 1.864, de 25 de novembro de 2025**;
V – a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
VI – demais normas legais e regulamentares aplicáveis à execução do objeto.

7.2. A presente parceria encontra fundamento específico no **art. 8º, §1º, da Lei Municipal nº 1.864/2025**, que autoriza expressamente o Poder Executivo Municipal a celebrar Acordo de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, com a Sociedade Rural de Guaraci, sem transferência direta de recursos financeiros.

CLÁUSULA OITAVA
DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. Os partícipes comprometem-se a observar, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CLÁUSULA NONA
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Considerando que o presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, a comprovação da execução será realizada mediante relatório de execução do objeto, registros fotográficos e audiovisuais, documentos comprobatórios e demais elementos necessários à demonstração do cumprimento das obrigações assumidas.

9.2. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar relatório final de execução do objeto no prazo estabelecido pela Administração Pública, observada a legislação aplicável.

9.3. A Administração Pública analisará a documentação apresentada e verificará o cumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho.

9.4. Constatada irregularidade ou inexecução do objeto, a Organização da Sociedade Civil será notificada para apresentar esclarecimentos e, quando cabível, adotar as medidas necessárias ao saneamento.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações assumidas no presente Acordo de Cooperação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e sanções previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão solucionados administrativamente pelos partícipes, observada a legislação aplicável e, quando necessário, mediante manifestação do órgão jurídico competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

12.1. O presente Acordo poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, vedada a modificação de sua natureza e finalidade.

12.2. O Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação formal, observados os prazos e condições estabelecidos na legislação aplicável.

12.3. A denúncia não prejudicará as obrigações já constituídas nem as atividades em andamento que não possam ser imediatamente interrompidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

13.1. O Município providenciará a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação no meio oficial competente, nos termos da legislação.

13.2. Os partícipes comprometem-se a assegurar a transparência das ações decorrentes da parceria.

13.3. A divulgação da parceria deverá observar a legislação eleitoral, sendo vedada a utilização do evento, das ações ou dos materiais institucionais para promoção pessoal de agentes públicos, autoridades, partidos políticos ou candidatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguapitã, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação, depois de esgotadas as possibilidades de solução administrativa, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014.

E, por estarem de comum acordo, os PARTÍCIPES assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Guaraci, 29 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Guaraci
Administração Pública

SELMO ROSA DE ARAÚJO
Presidente
Sociedade Rural de Guaraci
Organização da Sociedade Civil

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:AB6F6DA5

GOVERNO MUNICIPAL
PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS	
Proponente: Prefeitura Municipal de Guaraci	**CNPJ:** 75.845.537/0001-51
Endereço: Rua Prefeito João de Giuli, 180	
E-mail: prefeitura@guaraci.net	**Fone:** (43) 3260-1133
Nome dos responsáveis: **MARCOS ANTONIO DE SOUZA (059.383.369-45)** **LUCAS VINICIUS GOMES (08972081965)**	**Cargos:** **Prefeito Municipal** **Diretor Municipal de Cultura e Turismo**
Responsável pela Sociedade Rural de Guaraci **Selmo Rosa de Araújo (02958950980)**	**Cargo:** **Presidente da Sociedade Rural de Guaraci**
E-mail:	**CNPJ: 29.099.356/0001-06**
Endereço: Rua Castro Alves, 300, Centro	

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação entre o Município de Guaraci, por meio da Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, e a Sociedade Rural de Guaraci, para realização, em regime de parceria, da festividade denominada EXPOGUAR, em comemoração aos 72 anos de emancipação político-administrativa do Município de Guaraci, a realizar-se nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2026, no Recinto Municipal de Rodeio.

1 – OBJETO:
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE RURAL DE GUARACI, PARA A REALIZAÇÃO EM REGIME DE PARCERIA DE FESTIVIDADE DENOMINADA EXPOGUAR, EM COMEMORAÇÃO AOS 72 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE GUARACI.

O presente Plano de Trabalho tem por objeto estabelecer as condições, responsabilidades, metas e obrigações para a celebração de **ACORDO DE COOPERAÇÃO entre o Município de Guaraci e a Sociedade Rural de Guaraci**, visando à realização, em regime de parceria, da festividade denominada **EXPOGUAR 2026,** em comemoração aos **72 (setenta e dois) anos de emancipação político-administrativa do Município de Guaraci**, a ser realizada nos dias **27, 28 e 29 de novembro de 2026**, no Recinto Municipal de Rodeio.
A parceria será formalizada nos termos da **Lei Federal nº 13.019/2014,** da legislação municipal aplicável e, especialmente, da **Lei Municipal nº 1.846/2025**, que dispõe sobre o Calendário Oficial de Eventos do Município e autoriza a formalização de parcerias e o apoio municipal para realização de eventos nele previstos.
Também será observada a **Lei Municipal nº 1.864/2025,** que reconhece o rodeio e as manifestações culturais a ele relacionadas como patrimônio cultural imaterial do Município, estabelecendo diretrizes para sua valorização, organização e apoio pelo Poder Público Municipal.
A execução da parceria ocorrerá mediante **mútua cooperação**, sem transferência de recursos financeiros do Município à Sociedade Rural, cabendo a cada partícipe executar diretamente as obrigações que lhe forem atribuídas neste Plano de Trabalho.

2 – JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO:

A emancipação político-administrativa de um Município constitui marco histórico de grande relevância para sua população, representando a consolidação de sua autonomia administrativa, política, econômica e social.
No Município de Guaraci, a comemoração dos 72 anos de emancipação político-administrativa constitui importante momento de celebração da história local, de valorização da identidade cultural e de integração da população.
A realização da EXPOGUAR 2026 representa oportunidade de promover cultura, lazer, entretenimento, turismo, esporte e desenvolvimento econômico, possibilitando a participação gratuita da população em uma festividade de grande relevância regional.
O evento também contribui diretamente para o fortalecimento do comércio e dos serviços locais, tendo em vista o aumento do fluxo de visitantes, consumidores, comerciantes, empreendedores e prestadores de serviços durante o período de sua realização.
A EXPOGUAR possui tradição no Município de Guaraci e está consolidada como uma das principais festividades locais, especialmente em razão da sua vinculação com as atividades agropecuárias, culturais e de rodeio.
A experiência adquirida pela Sociedade Rural de Guaraci na organização de edições anteriores constitui elemento relevante para a estruturação da parceria, considerando sua atuação histórica na realização da EXPOGUAR e seu conhecimento das particularidades operacionais, técnicas e culturais relacionadas ao evento.
A parceria ora proposta também encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.846/2025, que autoriza o Município a formalizar parcerias com instituições públicas ou privadas, associações e entidades do terceiro setor, bem como a oferecer apoio logístico, organizacional e/ou financeiro para a realização e promoção de festas, eventos e datas comemorativas constantes do Calendário Oficial.
Além disso, a Lei Municipal nº 1.864/2025 reconhece o rodeio e as manifestações culturais correlatas como patrimônio cultural imaterial do Município, contemplando a possibilidade de atuação do Poder Público na promoção, organização e apoio às atividades relacionadas a essa manifestação cultural.
Nesse contexto, o Município poderá, observadas as disposições legais e orçamentárias pertinentes, formalizar convênio, parceria ou instrumento congênere com a SETU – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, bem como buscar outras fontes legítimas de apoio institucional, patrocínio e captação de recursos para a realização da festividade.
Nesse sentido, conforme manifestado pela Secretaria de Estado do Turismo por meio do Ofício nº 854/2026 – DG, de 17 de junho de 2026, a SETU declarou seu interesse em apoiar a realização do evento e informou que o pleito apresentado pelo Município será atendido no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), mediante a formalização de Termo de Convênio para transferência voluntária, observados os trâmites legais aplicáveis.
A formalização do referido Termo de Convênio ficará condicionada ao cumprimento, pelo Município, de todas as exigências legais e administrativas estabelecidas pelo Estado do Paraná, incluindo a apresentação e regularidade da documentação constante do respectivo check-list, bem como a manutenção das certidões exigidas vigentes e regulares durante a tramitação do instrumento.
Os recursos eventualmente transferidos por meio do convênio deverão ser aplicados exclusivamente nas despesas previstas no respectivo Plano de Trabalho e no Termo de Convênio, observadas as condições, metas, itens, procedimentos de execução e demais obrigações estabelecidas pelo órgão concedente.
A eventual utilização dos recursos provenientes do convênio observará integralmente o Plano de Trabalho aprovado, bem como as regras estabelecidas pelo Estado do Paraná para execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas, não sendo admitida a aplicação dos recursos em finalidade diversa daquela formalmente pactuada.
A formalização do convênio com a SETU não altera automaticamente a divisão de responsabilidades prevista neste Plano de Trabalho. Eventuais alterações quanto às obrigações, metas, itens, responsabilidades ou forma de execução deverão ser previamente analisadas e, quando juridicamente necessário, formalizadas por meio do instrumento próprio, nos termos da legislação aplicável.
Assim, o apoio financeiro de R$ 400.000,00 informado pela SETU constitui importante fonte de recursos para a realização da EXPOGUAR 2026, reforçando a cooperação entre o Município de Guaraci e o Governo do Estado do Paraná na promoção do turismo, da cultura, da economia local e do desenvolvimento regional, sem prejuízo da observância de todas as condições e etapas necessárias à efetiva formalização do Termo de Convênio.
A estratégia adotada busca proporcionar à população uma festividade de qualidade, com acesso gratuito, conciliando a promoção cultural,

turística e econômica com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
O modelo de parceria também permite que a Sociedade Rural, por sua conta e risco, desenvolva atividades de captação de receitas vinculadas ao evento, tais como exploração da praça de alimentação, estacionamento, comercialização de camarotes, obtenção de patrocínios e outras atividades compatíveis com suas finalidades institucionais e com a natureza da festividade.
Por outro lado, o Município assumirá diretamente a contratação e disponibilização de diversos itens indispensáveis à realização da EXPOGUAR, especialmente 02 shows artísticos nacionais (sexta-feira e sábado), palco, sistema de som, iluminação, estrutura, barracas, tendas, painéis de LED, segurança, brigadistas, banheiros químicos, gerador, fechamentos, gradis, entre outros itens descritos pormenorizadamente neste Plano de Trabalho.
A divisão objetiva das responsabilidades permite que cada partícipe atue dentro de sua capacidade operacional e institucional, evitando sobreposição de despesas e proporcionando maior eficiência na organização do evento.
A parceria também possibilita a utilização e revitalização do Recinto Municipal de Rodeio, patrimônio público utilizado historicamente para a realização de eventos agropecuários e culturais.
A utilização do espaço público para a realização da EXPOGUAR representa medida de interesse público, permitindo que uma estrutura existente seja efetivamente utilizada pela população, observadas as exigências de segurança, acessibilidade, instalações elétricas, prevenção e combate a incêndios e demais exigências dos órgãos competentes.
A realização do evento sem a colaboração da entidade parceira demandaria do Município estrutura operacional e administrativa significativamente maior, além da necessidade de assumir integralmente todas as atividades relacionadas ao rodeio e à organização da festividade.
Dessa forma, a parceria possibilita a conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Rural, permitindo a realização de evento de relevante interesse cultural, turístico, econômico e social.

3 – ETAPAS E CRONOGRAMA:

ETAPA	META	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
Divulgação	Divulgar a EXPOGUAR 2026 por meio das redes sociais, materiais gráficos, mídia regional e demais meios de comunicação disponíveis.	A partir da assinatura do Acordo de Cooperação	Prefeitura e Sociedade Rural
Preparação do local	Elaborar layout dos espaços, organizar áreas de circulação, estacionamento, praça de alimentação, camarotes, arena, palco e demais estruturas.	Até 10 dias após a assinatura do Acordo de Cooperação	Prefeitura e Sociedade Rural
Captação de recursos	Desenvolver ações de captação de patrocínios, apoios e receitas vinculadas à exploração dos espaços autorizados.	A partir da assinatura do Acordo de Cooperação	Sociedade Rural
Convênios e apoios institucionais	Buscar, formalizar e executar instrumentos de parceria com órgãos públicos, inclusive SETU, quando cabível, e demais instituições.	Conforme cronograma dos respectivos instrumentos	Prefeitura
Contratação dos shows e estrutura	Formalizar as contratações sob responsabilidade do Município, conforme Plano de Trabalho.	Conforme cronograma administrativo das contratações	Prefeitura
Montagem das estruturas	Montagem do palco, som, iluminação, barracas, tendas, gradis, fechamentos, arena e demais estruturas.	Conforme cronograma de montagem, até 27/11/2026	Prefeitura e Sociedade Rural
Prestação dos serviços	Garantir que todos os serviços estejam contratados e disponíveis para a realização do evento.	Até 26/11/2026	Prefeitura e Sociedade Rural
Abertura	Preparar integralmente o espaço para a abertura da EXPOGUAR.	27/11/2026	Prefeitura e Sociedade Rural
Execução do evento	Manter as estruturas, serviços e espaços em pleno funcionamento durante todos os dias.	27, 28 e 29/11/2026	Prefeitura e Sociedade Rural
Desmontagem e limpeza	Promover a desmontagem das estruturas e limpeza dos espaços utilizados.	A partir de 30/11/2026	Prefeitura e Sociedade Rural

4 – ABRANGÊNCIA:

O público-alvo da parceria compreende prioritariamente a população de Guaraci e dos municípios da região, que terá acesso gratuito às atividades culturais, artísticas, esportivas e de entretenimento proporcionadas pela EXPOGUAR 2026.
A realização do evento também beneficiará diretamente comerciantes, produtores, empreendedores, prestadores de serviços, trabalhadores temporários e demais agentes econômicos locais.
A expectativa é de que a festividade contribua para ampliar o fluxo turístico e econômico no Município, fortalecendo Guaraci como referência regional na realização de eventos culturais e agropecuários.

5 – DO INTERESSE PÚBLICO E DOS RESULTADOS ESPERADOS:

Com a celebração do Acordo de Cooperação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:
a) promoção da comemoração dos 72 anos de emancipação político-administrativa de Guaraci;
b) disponibilização de evento gratuito à população durante os três dias de realização;
c) fortalecimento da identidade cultural e das tradições locais;
d) valorização do rodeio como manifestação cultural reconhecida pela legislação municipal;
e) incentivo ao turismo e à visitação regional;
f) geração de renda e movimentação do comércio e dos serviços locais;
g) atração de patrocinadores e parceiros institucionais;
h) otimização da utilização dos recursos públicos mediante divisão objetiva das responsabilidades entre os partícipes;
i) utilização e revitalização do Recinto Municipal de Rodeio;
j) promoção de atividades culturais, artísticas, esportivas e recreativas;
k) fortalecimento da parceria entre o Poder Público e entidades da sociedade civil;
l) ampliação da visibilidade regional do Município de Guaraci;
m) realização de evento de grande porte sem que o Município tenha que assumir isoladamente todas as despesas e obrigações necessárias à sua realização;
n) fortalecimento das atividades econômicas relacionadas à gastronomia, comércio, hospedagem, transporte e prestação de serviços;
o) preservação e valorização das manifestações culturais relacionadas ao rodeio e às tradições agropecuárias do Município.

6 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

A execução do presente Plano de Trabalho e do respectivo Acordo de Cooperação não implica transferência de recursos financeiros do Município para a Sociedade Rural de Guaraci.
Cada partícipe será responsável pelos custos, despesas, contratações e obrigações que lhe forem expressamente atribuídos neste Plano de Trabalho.
A participação financeira do Município, quando existente, ocorrerá exclusivamente mediante execução direta de despesas públicas para contratação e disponibilização dos bens e serviços de sua responsabilidade, observadas a legislação orçamentária, financeira e de contratações públicas aplicável.
Eventuais recursos provenientes de convênios ou instrumentos celebrados pelo Município com outros órgãos ou entidades públicas, inclusive com a SETU – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, serão aplicados exclusivamente de acordo com as condições, finalidades, planos de trabalho e demais regras estabelecidas nos respectivos instrumentos.

7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DO EVENTO

O evento será realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2026, no espaço institucional do Poder Público Municipal denominado Recinto Municipal de Rodeio, constante da Matrícula nº 3.104 do Serviço Registral de Imóveis de Jaguapitã.
O Acordo de Cooperação terá vigência pelo período necessário à execução das obrigações previstas neste Plano de Trabalho, incluindo preparação, realização, desmontagem, limpeza e encerramento das atividades relacionadas ao evento.

8 – METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A colaboração entre os partícipes ocorrerá mediante divisão objetiva das responsabilidades, conforme segue.

8.1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

A participação do Município de Guaraci ocorrerá sem transferência de recursos financeiros à Sociedade Rural, mediante execução direta das despesas públicas e disponibilização dos bens e serviços de sua responsabilidade.

Compete ao Município, diretamente ou mediante contratação regularmente formalizada, providenciar:

I – Arena e bretes;
II – palco;
III – sistema de som profissional;
IV – sistema de iluminação profissional e seus componentes necessários;
V – gerador de energia;
VI – fechamentos;
VII – gradis;
VIII – pavilhão;
IX – barracas e tendas;
X – disponibilização do Recinto Municipal de Rodeio e das áreas necessárias à realização do evento;
XI – contratação de cerimonialistas;
XII – serviços de terraplanagem e apoio de máquinas, quando necessários;
XIII – apoio de ambulâncias e serviços médicos, conforme a estrutura definida para o evento;
XIV – contratação de 02 shows artísticos nacionais (sexta-feira e sábado) que integrarão a programação oficial da EXPOGUAR 2026;
XV – painéis de LED e demais elementos necessários à composição visual do palco e dos shows;
XVI – contratação de serviços de segurança;
XVII – contratação de brigadistas;
XVIII – locação de banheiros químicos;
XIX – fornecimento de energia elétrica necessária ao evento;
XX – disponibilização de espaço para eventual acomodação de pessoal, quando necessário;
XXI – divulgação institucional do evento nas redes sociais e canais oficiais do Município;
XXII – demais bens, serviços e estruturas que venham a ser expressamente contratados pelo Município para a execução do evento, conforme o Plano de Trabalho e os respectivos processos administrativos.

A contratação dos itens de responsabilidade do Município será realizada observando-se a legislação aplicável às contratações públicas, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

8.2 – SOCIEDADE RURAL DE GUARACI

A Sociedade Rural de Guaraci participará da execução do evento por sua conta e risco, observadas suas finalidades institucionais e as condições estabelecidas no Acordo de Cooperação e neste Plano de Trabalho.

A entidade poderá explorar, diretamente ou mediante contratação de terceiros, atividades de arrecadação e captação de recursos relacionadas ao evento, tais como:

I – praça de alimentação;
II – estacionamento;
III – comercialização de camarotes;
IV – obtenção de patrocínios;
V – exploração de espaços comerciais;
VI – outras atividades compatíveis com a natureza do evento e com suas finalidades institucionais.

Em contrapartida, caberá à Sociedade Rural providenciar, às suas expensas, os bens e serviços necessários à realização das atividades de rodeio que não tenham sido expressamente atribuídos ao Município.

A Sociedade Rural será responsável pela contratação e disponibilização de:

I – touros treinados especialmente para rodeio profissional, sendo três tropas, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes, com as tropas escolhidas de comum acordo entre os partícipes, observadas as exigências legais aplicáveis;
II – seguro de vida e acidentes para os profissionais envolvidos nas atividades de rodeio, observadas as exigências legais;
III – assessoria geral de rodeio;
IV – juízes de rodeio com experiência comprovada, incluindo juiz de pista e juiz de brete, conforme as exigências da modalidade;
V – locutores de pista especializados em rodeio;
VI – salva-vidas com experiência comprovada em eventos de rodeio;
VII – locutor comentarista;
VIII – médico veterinário devidamente habilitado e cadastrado perante a ADAPAR, responsável pelo acompanhamento sanitário e documental dos animais e pelas providências necessárias à regularidade da participação dos animais no evento;
IX – laçador profissional e estrutura necessária às atividades específicas do rodeio, quando previstas na programação;
X – empresa especializada em fotografia e vídeo para cobertura das competições, produção de conteúdos e registros audiovisuais;
XI – porteireiros com experiência na condução e manejo dos animais;
XII – sistema de rodeio digital, replay e transmissão simultânea das montarias por meio de plataforma digital;
XIII – elaboração dos projetos e documentos técnicos relacionados às atividades sob sua responsabilidade, incluindo providências perante o Corpo de Bombeiros e demais órgãos competentes, quando exigível;
XIV – premiação das competições de montaria em touros, no valor e condições estabelecidos na programação oficial e/ou no instrumento de parceria;
XV – apresentações pirotécnicas eventualmente previstas na programação, desde que autorizadas pelos órgãos competentes, executadas por profissionais habilitados e observadas integralmente as normas de segurança aplicáveis;
XVI – ambulância e estrutura de atendimento médico vinculada especificamente às atividades de rodeio, quando de sua responsabilidade;
XVII – cenário e elementos complementares para abertura do rodeio;
XVIII – decoração dos camarotes sob responsabilidade da entidade;
XIX – obrigações previdenciárias e demais encargos legalmente incidentes sobre os profissionais e atletas contratados pela entidade;
XX – locutor comercial de rodeio;
XXI – produção local relacionada aos artistas contratados pelo Município, quando expressamente atribuída à Sociedade Rural, incluindo hospedagem, alimentação, transporte, camarins e serviços correlatos;
XXII – contratação de profissional habilitado para acompanhamento e manutenção das instalações elétricas que estejam sob responsabilidade da entidade, permanecendo de plantão durante a realização das atividades;
XXIII – aquisição de materiais personalizados e elementos de identidade visual relacionados às atividades sob responsabilidade da Sociedade Rural;
XXIV – divulgação da EXPOGUAR por seus canais próprios e redes sociais, colaborando com a estratégia geral de comunicação do evento;
XXV – contratação de seguro e demais medidas de proteção e segurança que sejam de sua responsabilidade;
XXVI – elaboração, apresentação e acompanhamento dos documentos e projetos necessários à regularização das atividades sob sua responsabilidade perante os órgãos competentes;
XXVII - contratação de show artístico de alcance regional para apresentação no domingo dia 29 de novembro.
XXVIII – contratação de todos os demais bens, serviços, profissionais e insumos indispensáveis à realização das atividades de rodeio que não tenham sido expressamente atribuídos ao Município.

A Sociedade Rural deverá observar, na execução de suas obrigações, a legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente as normas relativas à proteção e bem-estar animal, segurança dos participantes e espectadores, defesa civil, Corpo de Bombeiros, vigilância sanitária, trânsito, meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores.

A Sociedade Rural de Guaraci será ainda exclusivamente responsável, no âmbito das atividades e obrigações sob sua responsabilidade, pelos danos causados a terceiros, aos animais envolvidos no evento ou ao patrimônio público, comprometendo-se a reparar integralmente os prejuízos decorrentes de sua atuação, de seus prepostos, contratados ou participantes, sem prejuízo das responsabilidades legalmente atribuídas às demais partes.

A entidade deverá contratar previamente apólice de seguro contra acidentes pessoais e morte, com cobertura compatível com a natureza e a dimensão do evento, abrangendo obrigatoriamente os competidores, profissionais envolvidos e espectadores, devendo apresentar ao Município, antes da abertura do recinto e do início das atividades, o comprovante de contratação, as condições da apólice e os respectivos comprovantes de vigência.
A ausência de comprovação do seguro e das demais condições de segurança exigidas impedirá o início das atividades até a sua regularização.
A abertura do recinto e o início das atividades do evento ficam condicionados à apresentação prévia, pela Sociedade Rural de Guaraci, dos seguintes documentos, conforme aplicável:
I – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes às estruturas montadas e às instalações elétricas;
II – laudos, certificados e documentos de liberação e regularidade emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar competente;
III – certidões, autorizações e demais documentos de regularidade sanitária emitidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR);
IV – demais licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes.
A entidade deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 10.519/2002 e da Lei Federal nº 13.873/2019, bem como as demais normas aplicáveis à segurança, à proteção e ao bem-estar dos animais e à realização do evento.
A ausência ou irregularidade da documentação exigida impedirá a abertura do recinto e o início das atividades até a devida regularização e comprovação perante o Município.
É expressamente vedada a distribuição, entre dirigentes, associados, membros da diretoria, conselheiros, empregados ou quaisquer terceiros, de eventuais resultados positivos, superávits, excedentes financeiros, dividendos, bonificações ou parcelas do patrimônio decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação.
Eventuais receitas sobressalentes ou resultados financeiros positivos provenientes da exploração comercial do evento deverão ser destinados exclusivamente à consecução dos objetivos institucionais e das finalidades estatutárias da Sociedade Rural de Guaraci, podendo, desde que compatível com suas finalidades estatutárias, ser destinados mediante doação formal a instituições assistenciais sem fins lucrativos, vedada qualquer forma de distribuição ou apropriação particular.
A entidade deverá demonstrar, na prestação de contas e no relatório final de execução, a origem, a aplicação e a destinação dos recursos obtidos com a exploração econômica do evento, incluindo, quando houver, os comprovantes das doações realizadas, em conformidade com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 13.019/2014.
A gestão, o acompanhamento, o monitoramento, a fiscalização e a prestação de contas da presente parceria serão realizados pelos respectivos responsáveis formalmente designados por cada partícipe, observadas as competências e obrigações estabelecidas no Acordo de Cooperação, no Plano de Trabalho e na legislação aplicável.
A Sociedade Rural de Guaraci deverá prestar contas da execução das atividades sob sua responsabilidade, apresentando relatório de execução, registros fotográficos e demais informações solicitadas pelo Município, inclusive quanto à aplicação e à destinação das receitas provenientes da exploração econômica do evento.
O Município de Guaraci, por meio dos responsáveis designados, poderá acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, realizar visitas técnicas, solicitar documentos e esclarecimentos e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pelos partícipes.
Os partícipes deverão fornecer, tempestivamente, todas as informações e documentações necessárias ao exercício das atividades de gestão, acompanhamento, monitoramento, fiscalização e prestação de contas da parceria.
Na ocorrência de necessidade de serviços ou bens adicionais diretamente relacionados às atividades de responsabilidade da entidade, e desde que não constituam obrigação legal ou contratual do Município, caberá à Sociedade Rural providenciá-los, de modo a assegurar a adequada realização da festividade.

8.3 – DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

A Sociedade Rural poderá, por sua conta e risco, realizar ações de captação de recursos e exploração econômica dos espaços disponibilizados para a festividade, respeitadas as condições estabelecidas pelo Município e as normas legais aplicáveis.
Poderão ser explorados, entre outros:
a) praça de alimentação;
b) estacionamento;
c) camarotes;
d) espaços comerciais;
e) patrocínios;
f) publicidade e ações promocionais;
g) outras atividades compatíveis com o objeto da parceria.
Os recursos arrecadados pela Sociedade Rural serão de sua responsabilidade, devendo a entidade suportar as obrigações e despesas que lhe forem atribuídas neste Plano de Trabalho.
Eventual saldo remanescente decorrente das atividades de arrecadação poderá ser destinado pela entidade à execução de ações compatíveis com suas finalidades institucionais, após o cumprimento integral das obrigações assumidas para realização da EXPOGUAR 2026.

8.4 – DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA

A programação artística oficial da EXPOGUAR 2026 será definida pelo Município de Guaraci, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e os respectivos procedimentos administrativos.
Compete ao Município realizar a contratação dos shows artísticos da sexta-feira dia 27 de novembro e do sábado, dia 28 de novembro, bem como providenciar a estrutura necessária para sua realização, incluindo palco, sistema de som, iluminação, painéis de LED, gerador e demais elementos expressamente previstos neste Plano de Trabalho.
A Sociedade Rural prestará o apoio necessário à execução da programação artística no que lhe couber, especialmente quanto às obrigações de produção local que lhe forem expressamente atribuídas.

8.5 – DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CONVÊNIO COM A SETU

O Município de Guaraci poderá promover articulação institucional e formalizar convênio, parceria ou instrumento congênere com a SETU – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, visando à obtenção de apoio institucional, financeiro, estrutural ou de outra natureza juridicamente admitida para a realização da EXPOGUAR 2026.
A eventual formalização de instrumento com a SETU observará integralmente as condições estabelecidas pelo órgão estadual, inclusive quanto ao objeto, plano de trabalho, aplicação dos recursos, prestação de contas e demais obrigações.
A eventual obtenção de recursos ou apoio por meio de convênios não altera automaticamente a divisão de responsabilidades estabelecida neste Plano de Trabalho, devendo eventual alteração ser formalizada por instrumento próprio, quando juridicamente necessária.

9 – APROVAÇÃO / ANUÊNCIA

O presente Plano de Trabalho foi elaborado, analisado e aprovado pelos partícipes, que declaram estar de acordo com seus termos e condições, comprometendo-se a executar as obrigações nele estabelecidas, observada a legislação aplicável.

10 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO ACOMPANHAMENTO

Considerando que o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros do Município para a Sociedade Rural, o acompanhamento da execução será realizado mediante mecanismos compatíveis com a natureza da parceria.
A Sociedade Rural deverá apresentar relatório das atividades realizadas e dos resultados alcançados, acompanhado, quando solicitado, de registros fotográficos, vídeos, documentos comprobatórios e demais elementos necessários à demonstração do cumprimento das obrigações assumidas.
Os registros deverão contemplar os diferentes espaços do evento, os três dias de realização e as principais atividades previstas no Plano de Trabalho.
A prestação de contas relativa a eventual recurso recebido pelo Município por meio de convênio ou instrumento celebrado com terceiros, inclusive eventual instrumento com a SETU, obedecerá às regras específicas estabelecidas no respectivo instrumento.

O Município poderá acompanhar e fiscalizar a execução das obrigações de interesse público previstas no presente Plano de Trabalho, sem prejuízo da competência dos demais órgãos de fiscalização.

11 – DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE OS PARTÍCIPES

A presente parceria será executada sem transferência de recursos financeiros do Município para a Sociedade Rural de Guaraci.

A participação do Município ocorrerá mediante execução direta de despesas públicas relativas aos bens e serviços de sua responsabilidade, enquanto a Sociedade Rural executará, com recursos próprios e receitas por ela captadas, as obrigações que lhe forem atribuídas.

Cada partícipe responderá pelas obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais e civis decorrentes das contratações que realizar diretamente, não havendo vínculo trabalhista ou responsabilidade solidária entre os partícipes pelas obrigações de responsabilidade exclusiva de cada entidade.

12 – DA VIGÊNCIA

O Acordo de Cooperação terá vigência pelo período necessário ao cumprimento integral das etapas previstas neste Plano de Trabalho, abrangendo a preparação, execução, desmontagem, limpeza, encerramento e apresentação dos relatórios relativos à EXPOGUAR 2026.

O evento será realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2026.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução do presente Plano de Trabalho deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, interesse público, transparência e segurança.

A parceria será executada em regime de cooperação, cabendo a cada partícipe cumprir as responsabilidades que lhe forem expressamente atribuídas.

Eventuais alterações no Plano de Trabalho deverão ser formalizadas na forma admitida pela legislação aplicável e pelo respectivo Acordo de Cooperação.

Guaraci, 29 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

LUCAS VINÍCIUS GOMES
Diretor Municipal de Cultura e Turismo

SELMO ROSA DE ARAÚJO
Presidente da Sociedade Rural de Guaraci

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:E93B1C4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 151/2026

Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento do Município de Guaraci para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na autorização contida na Lei Municipal nº 1.858/2025 — Lei Orçamentária Anual, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária e natureza da despesa	Código	Valor (R$)
05 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
006.13.392.0014.2.154 – Manutenção do Departamento de Cultura e Turismo		
3.3.90.30.00 – Material de Consumo – fonte 1000	100	2.000,00
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica – fonte 1000	103	5.000,00

Dotação orçamentária e natureza da despesa	Código	Valor (R$)
15 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
001.04.122.0007.2.019 – Manutenção do Departamento de Obras		
3.3.90.30.00 – Material de Consumo – fonte 1000	189	2.000,00
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica – fonte 1000	191	1.000,00

Dotação orçamentária e natureza da despesa	Código	Valor (R$)
15 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
003.15.452.0015.2.072 – Manut. Departamento Serviços Utbanos		
3.3.90.30.00 – Material de Consumo – fonte 1000	221	2.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	**12.000,00**

Art. 2º O crédito de que trata o art. 1º será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na seguinte fonte de Recursos 1000 – Recursos Livres.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:E16FAAC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 152/2026

Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento do Município de Guaraci para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na autorização contida na Lei Municipal nº 1.858/2025 — Lei Orçamentária Anual, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária e natureza da despesa	Código	Valor (R$)
05 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **002.04.122.0003.2.006 – Manutenção do Departamento de Administração e Planejamento** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica – fonte 1000	60	5.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o art. 1º será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na seguinte fonte de Recursos 1000 – Recursos Livres.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:D0F486AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 153/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo:
27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
08 – Assistência Social
0243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
0009 – Assistencia a Criança e ao Adolescente
6.022 – Atendimento Integral a Criança e ao Adolescente
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 439..... R$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro como segue:

Fonte de Recurso 941 – Projeto Criança e Adolescente..... R$ 10.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT ..... R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 30 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F820F5AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 111/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 119/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 01/10/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Giovanna Valério Regilio de Saouza

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:686A5069

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 164/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E :
Conceder 03 diárias no valor de 350,00 cada e 01 diária no valor 140,00, a favor do servidor municipal, Robson Rosa Santos, para participar do Curso de Gestão de Riscos e Gestão de Desastres para Defesa Civil, com início no dia 15 de outubro 2026 até dia 18 de outubro 2026, das 10:00 as 16:00, na cidade de Curitiba – Pr.

Conceder 04 diárias, no valor de 350,00 cada e 01 diária no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Robson Rosa Santos, para participar do II Encontro Nacional das Defesas Civis Municipais, com início no dia 04 de outubro 2026 até dia 08 de outubro 2026, das 11:00 as 21:00, na cidade de Brasília – DF.

Conceder 12 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor dos servidores municipais, Ednaldo de Araújo, Anderson Roberto da Silva, João Paulo Carvalho Rodrigues, Nivaldo Aparecido da Silva, Gilvano Campos Pacheco, Altair Luiz Matheus, Sergio Davi, Allan José Pitta Inhoque, para levar pacientes para consultas e exames, no mês de outubro 2026, na cidade de Londrina e região.
Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Anderson Castilho Zago, para levar a Sra. S.P.A.S para visitar e levar alimentos para o filho, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social, com saída no dia 27 de setembro 2026 às 06:00h e retorno dia 27 de setembro 2026 às 13:06h, na cidade de Paranacity – Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Anderson Castilho Zago, para levar a Sra. C.M.S para visitar o companheiro que está recluso na cadeia de Rolândia-Pr, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social, com saída no dia 26 de setembro 2026 às 05:00h e retorno dia 26 de setembro 2026 às 17:10h, na cidade de Rolândia – Pr.
Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná
Aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:5E824B1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
18ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 13:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Marcelino Dias Patricio, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, a Sra. Marilda Vidal da Rosa Santos e o Sr. Eloir Barbosa Colombes, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **credenciamento de pessoas físicas para a prestação de serviços temporários na Secretaria Municipal de Obras e Transportes**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

HABILITADO – OPERADOR DE MÁQUINA:
4757/26 – Tcharles da Silva Godoi – CPF: 061.256.179-80

HABILITADOS – SERVIÇOS GERAIS:
3718/26 – Andrei Martins Borgert – CPF: 158.794.069-89
3751/26 – João Antônio Pontes Ramos – CPF: 087.763.799-73
3753/26 – Gilmar Do Carmo Soares – CPF: 800.268.129-08
3756/26 – Rafael Silva Manoel – CPF: 084.756.759-13
3765/26 – Nadine Soares Domingues – CPF: 083.004.549-00

3766/26 – Gerusa do Nascimento – CPF: 057.646.719-73
3790/26 – Erequiel Godoi Carneiro Franca – CPF: 130.121.519-82
3847/26 – Valmir dos Santos – CPF: 959.766.559-04
3865/26 – Adacir Amando – CPF: 680.219.769-34
3878/26 – Maria José Moura dos Santos Lima – CPF: 620.018.633-22
4002/26 – Joel Cordeiro dos Santos – CPF: 680.551.029-53
4003/26 – Lidiany Sabrine Cordeiro Alvez Michaud – CPF: 073.764.029-42
4023/26 – Samara Cabral do Carmo – CPF: 119.607.919-66
4024/26 – Gabrielly Pontes do Nascimento – CPF: 105.750.845-57
4027/26 – Luciane Pontes Tereza – CPF: 057.643.639-93
4031/26 – Janiele dos Santos Mendes – CPF: 153.025.249-02
4036/26 – Kamille Lima Narciso Izabel – CPF: 116.342.079-47
4059/26 – Sidemir Fernandes Pontes Jobim – CPF: 082.804.949-10
4073/26 – José de Assunção Gomes – CPF: 721.219.559-68
4084/26 – Miriam Damaceno Goncalves – CPF: 079.769.899-01
4152/26 – Marcio Miranda – CPF: 097.156.259-83
4153/26 – Pedro Moreira da Cunha – CPF: 057.645.889-95
4165/26 – Ivannildo Neves do Rosario – CPF: 107.011.119-84
4170/26 – Maycon da Costa – CPF: 084.381.429-23
4174/26 – Josiele Cardoso Amorim Martins – CPF: 092.515.769-47
4203/26 – Elizandra Pereira Costa – CPF: 063.957.989-28
4311/26 – Wanderleia Mendes Rosa – CPF: 017.427.079-80
4487/26 – Ranah Lopes Ribeiro Galdino – CPF: 082.644.569-10
4516/26 – Jeane Januario dos Santos – CPF: 105.313.395-55
4528/26 – Amanda Cunha Izabel – CPF: 196.774.039-02
4573/26 – Erica Domingues do Rosario – CPF: 105.682.929-57
4746/26 – Marta Pontes Gonçalves – CPF: 055.377.539-10
4766/26 – Jean França Rederd – CPF: 082.806.549-76
4809/26 – Jefferson da Costa Anibal – CPF: 121.137.739-37
4882/26 – Isaac Maçaneiro Gonçalves de Paula – CPF: 157.919.979-02
5084/26 – Carmimdo Izidoro Americo – CPF: 874.165.739-04

INABILITADOS:
3724/26 – Valmir Gonçalves Galdino – CPF: 083.013.789-05
3778/26 – Jovanildo Pires – CPF: 034.294.119-47
3779/26 – Oziel Martins Soares – CPF: 057.646.319-12
4511/26 – José Paulo Biscaro da Silva – CPF: 510.978.779-49

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

MARCELINO DIAS PATRICIO

OSMAR ONORATO RODRIGUES

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

ELOIR BARBOSA COLOMBES

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:4AE1A088

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 35/2026

Aos vinte sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Marcelino Dias Patricio, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, MEDIANTE ENCAMINHAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAQUEÇABA/PR, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

CREDENCIADOS:
5030/26 | R B S ALBUQUERQUE LTDA | CNPJ 60.396.141/0001-05

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

MARCELINO DIAS PATRICIO

OSMAR ONORATO RODRIGUES

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6A8E032A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 208/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: Vinicius Rodrigues de Miranda
CPF: 146.178.139-69
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: ate 27/07/2027.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física.

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 28 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:82529944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: Jhone Pires dos Santos
CPF: 007.765.339-40
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: ate 27/07/2027.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física.

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 28 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:808CA101

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: Herivelto Dos Santos
CPF: 032.268.929-59
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: ate 27/07/2027.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física.

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 28 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AA744829

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0221/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de setembro Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR, CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADO: EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 14.666.709/0001-35, com sede à Rua Carlos Belão n.º 218 – Bairro Vila Juliana – Piraquara/PR, representada por **JACIR JOSÉ MERLO**, inscrito na Carteira de Identidade RG n.º 6.406.401-0 SESPPR, portador do CPF n.º 940.232.129-20, residente e domiciliado à Rua Carlos Belão n.º 218 – Bairro Vila Juliana – Piraquara/PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA, doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 00929/2025, no disposto no art. 57, § 1º da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0221/2024, celebrado em22.07.2024, cujo objeto é a execução de obras de micro drenagem na sede do Município de Guaraqueçaba/PR conforme licitação na modalidade Concorrência Eletrônica n.º 02/2024,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO.
As partes de comum acordo procedem com o Termo Aditivo de **alteração do local de execução** da obra do ContratoAdministrativo n.º 0221/2024,
Local Anterior: Rua Francisco Ferreira Lopes
Novo Local: Rua Superagui

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA
A alteração de local ora ajustada fundamenta-se na necessidade de atender ao interesse público, Conforme apontado pela Fiscalização Técnica, durante a execução dos serviços foram verificadas condições de campo que justificam a adequação da localização de parte do serviço de meio-fio previsto na planilha contratual, em razão da necessidade técnica constatada no local, especialmente quanto à proteção das bordas da pavimentação, ao direcionamento adequado das águas pluviais e à compatibilização da solução de microdrenagem com as condições físicas existentes.
Ressalta-se que a adequação proposta não implica acréscimo ou redução do quantitativo total contratado, não altera os preços unitários e não acarreta qualquer alteração do valor global do contrato, tratando-se exclusivamente de alteração da localização de execução do saldo remanescente do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista na cláusula primeira e segunda deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
328 14 4.4.90.51.00.00 0300 – Obras e Instalações.
329 14 4.4.90.51.00.00 3963 - Obras e Instalações.

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 0221/2024, que estejam em conformidade com o presente Primeiro Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 23 de setembro de 2026

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa System Seg Serviços LTDA.
CNPJ 14.666.709/0001-35
JACIR JOSÉ MERLO
CPF 940.232.129-20

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:EB17193D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 219/2026 - EXONERAÇÃO SERVIDOR

PORTARIA N.º 219/2026

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA ADRIANA TABORDA PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, a senhora ADRIANA TABORDA PEREIRA, inscrita no CPF n.º 977. ******-20, do cargo de chefe de divisão de atenção básica em saúde, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 30 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:550BF241

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA LICITAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo de Dispensa de Licitação n.º 08/2026

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e de acordo com o que estabelece o inciso IV, do art. 71, da Lei Federal 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto da presente Dispensa de Licitação em favor da empresa Copy Printer Multifuncionais LTDA, inscrita no CNPJ: 21.027.555/0001-05, em razão desta ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Poder Legislativo Municipal, atendendo os termos e condições estabelecidos no presente certame. E após verificar a regularidade dos atos e procedimentos relativos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 08/2026, **HOMOLOGO** a adjudicação feita em favor da empresa citada, tendo em vista que foram observadas as determinações contidas na Lei de Licitações e no Ato da Mesa Diretora n.º 04/2024.

Honório Serpa, PR, 30 de setembro de 2026.

ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA ALVES,
Presidente da Câmara Municipal de Honório Serpa.

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:5AF54B62

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 184, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 184, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração da funcionária aprovada em concurso público e Cargo Comissionado.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, em razão de aposentadoria, a servidora Joceli Aparecida Colla Vaz, matrícula nº 72801-1 do cargo efetivo de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de servidores no Departamento Municipal de Saúde do Município de Honório Serpa, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Fica exonerada, a pedido, a servidora Joceli Aparecida Colla Vaz, matrícula nº 72801-4, do cargo em comissão de Chefe Divisão Administrativa e Financeira de Saúde, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 30 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:6B0B7D8E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 186/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração do funcionário aprovada em Teste Seletivo.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Exonerado a pedido o senhor José Claudio de Vargas**,** portador do RG 10.887.598-4 SSP/PR, aprovado em Teste Seletivo no Cargo de Motorista Caminhão/Onibus, desde 22/06/2026 com uma carga horaria de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Viação, desta Prefeitura Municipal de Honório Serpa, fica exonerado a partir de 01/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 30 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:CDB8BBF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 197/2026

DECRETO Nº 197/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Juliana Gabrielle Santos Arnaldo e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto

no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 036/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. JULIANA GABRIELLE SANTOS ARNALDO portadora do CPF/MF sob o n.º 048.***.***-05, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de EFERMEIRO, disciplinado pela Lei Municipal n.º 002/2014.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 01/10/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 30 dias de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3BE9649C

CHEFIA DE GABINETE
LEI N° 0035/2026 (AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL)

LEI N° 0035/2026
(Autor: Poder Executivo Municipal)

Súmula: Altera o caput do Art. 2°, o §1° do Art. 6°, o Art. 8°, o caput do Art. 10, revoga o Parágrafo único do Art. 3°, e ainda inclui Parágrafo único no Art. 10, na Lei Municipal n° 57/2021, de 30 de novembro de 2021.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI:

Art. 1° Esta Lei altera o caput do Art. 2°, o §1° do Art. 6°, o Art. 8°, o caput do Art. 10, revoga o Parágrafo único do Art. 30, e ainda inclui Parágrafo único no Art. 10, na Lei Municipal nº57/2021, de 30 de novembro de 2021.

Art. 2° O caput do Art. 2º da Lei nº 57/2021, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar cm a seguinte redação:

"**Art. 2º** O Programa Creche 12 Meses será desenvolvido de forma a contemplar o atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade matriculadas da rede pública municip3l de ensino para o ano letivo vigente, cujos pais e/ou responsáveis legais trabalhem no período de férias escolares e no recesso escolar do mês de julho, previstos em Calendário Escolar devidamente aprovado pelo Conselho Escolar e homologado pelo Núcleo Regional de Ensino de Maringá."(NR)

Art. 3º Fica revogado o Parágrafo único do Art. 3° da Lei n0 57/2021, de 30 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º** O atendimento decorrente do Programa Creche 12 Meses será na modalidade demanda da necessidade e tão somente pare os casos de demanda legitima, enquadrando-se no âmbito de políticas para a infância.

Parágrafo único: revogado" (NR)

Art. 4º O §1° do Art. 6º da Lei nº 57/2021, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorE r com a seguinte redação:

"**Art. 6º...**.....

§1º Somente terá direito ao atendimento no Programa Creche 12 Meses a criança, cujos pais comprovarem que a mesma necessita de atendimento no período de férias escolares e no recesso escolar do mês de julho, previstos em Calendário Escolar devid3rn3nte aprovado pelo Conselho Escolar e homologado pelo Núcleo Regional de Ensino de Maringá." (NR)

Art. 5° O Art. 8º da Lei nº 57/2021, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 8º** No período de férias escolares e no recesso escolar do mês de julho, previstos em Calendário Escolar devidamente aprovado pelo Conselho Escolar e homologado pelo Núcleo Regional de Ensino de Maringá, a unidade ficará sob a responsabilidade do diretor ou de um professor efetivo que tenha curso de pós-graduação latu sensu em Gestão Escolar, que coordenará as atividades, bem como a gestão administrativa e pedagógica." (NR)

Art.6º O Art. 10 da Lei nº 57/2021, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 10** As atividades do Programa Creche 12 Meses serão desenvolvidas por profissionais temporários, professores e apoio escolar, contratados por processo seletivo simplificado ou por processo de licitação em acordo com legislação vigente, de acordo com as necessidades e prazos de duração decorrentes do Programa.

Parágrafo único: Os profissionais temporários, professores e apoio escolar, já contratados no decorrer do ano letivo podem ser aproveitados para o desenvolvimento das atividades do Programa Creche 12 Meses." (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6FBB842A

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 34/2026

LEI Nº 34/2026

SÚMULA - Autoriza a abertura de um Adicional Especial no valor de R$ 2.708.595,03 (Dois Milhões, Setecentos e Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Tres Centavos) no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI

Art. 1.º - - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 2.708.595,03

(Dois Milhões, Setecentos e Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Tres Centavos), para suplementação das seguintes dotações:

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.16.482.0013.1.091	**Construção Casas Populares**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00890	**Obras e Instalações**	1.300.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00000	**Obras e Instalações**	13.000,00
09000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
09.001	**Departamento Municipal de Esportes e Lazer**	
09.001.27.812.0014.1.089	**Reforma, Ampliação Ginasio Esportes Centro Esportivo Henrique Perez**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00874	**Obras e Instalações**	632.000,00
12000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
12.002	**Fundo Municipal de Saúde**	
12.002.10.301.0010.1.087	**CONSTRUÇÃO UNIDADE MISTA DE SAÚDE**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02002	**Obras e Instalações**	449.095,03
13000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E DEFESA SOCIAL**	
13.001	**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E DEFESA SOCIAL**	
13.001.06.182.0012.1.090	**AQUISIÇÃO DE CAMERAS DE MONITORAMENTO**	
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00878	**Equipamentos e Material Permanente**	313.000,00
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00000	**Equipamentos e Material Permanente**	1.500,00

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art.1.º desta lei serão provenientes do provável **excesso de arrecadação da fonte 00874, no valor de R$ 632.000,00** da fonte **00878 no valor de R$ 313.000,00**, fonte **00890 no valor de R$ 1.300.000,00,** conforme Art. 43 § 1.º, I da Lei Federal 4.320/64, e anulação das dotações abaixo conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64:

1000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
10001	**Departamento Municipal de Educação**	
10.001.12.365.0008.1.085	**Construção Creche Municipal Gente Pequena -II**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02002	**Obras e Instalações**	449.095,03
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.002	**Departamento de Frotas e Logística**	
08.002.26.782.0013.2.020	**Manutenção do Departamento de Pátio, Oficinas e Máquinas**	
3.3.90.36.00.00 – Fonte 00000	**Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física**	14.500,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 30 dias do mês de Setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atender as demandas do município e sua população. Para isso estamos encaminhado o projeto acima , criando Construção de 10 casas populares, recurso este oriundo do Estado através da Cohapar, que atenderá 10 familias em estado de vulnerabilidade do município. Reforma e ampliação do Ginásio de Esporte do complexo esportivo Henrique Perez, que ira melhorar a estrutura, ampliando cozinha e almoxarifado. Contrapartida da Construção da Unidade Mista de Saúde, e aquisição de Cameras de Monitoramento para os Espaços Público, garantindo uma melhor condição de segurança publica aos munícipes.

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:21082D4B

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 197/2026

PORTARIA Nº 197/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Qtde. (dias)**	**Período/Fruição**
250/2	ROSYMEIRE SANDRA FONSECA DOS SANTOS	PSICOLOGO	2025/2026	30	05/10/2026 À 03/11/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1A656989

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 198/2026

PORTARIA Nº 198/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder à servidora MARAISA RENATA APARECIDA DOS SANTOS PAIVA, matrícula 4725/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 20 HORAS, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo 2020/2025, para serem gozadas no período de 11/10/2026 à 09/12/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F3441EA9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 199/2026

PORTARIA Nº 199/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor LUIZ CARLOS GONÇALVES, matrícula 1079/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERARIO, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2019/2024, para serem gozadas no período de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5B5CC642

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 073/2026

Ref: Contrato n.º 073/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 043/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: M.J. CONSULTORIA EM SAUDE LTDA, CNPJ: 26.761.699/0001-04 sito Rua Pioneiro Anibal Borin, 856 – Jardim Paris - Maringá/PR- CEP: 87.083-430.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e treinamento destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde** do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo os seguintes treinamentos: higienização dos serviços de saúde; organização do serviço de recepção; segurança do paciente; linhas de cuidado e indicadores de financiamento; Plano Terapêutico Singular (PTS); processo de trabalho e indicadores de saúde da Odontologia; coordenação da Atenção Primária à Saúde; e imersão em classificação de risco e vulnerabilidade, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 30/09/2026 a 30/09/2027

VALOR CONTRATUAL: R$ 45.540,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 043/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 30/09/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:EB27297A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 035/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 035/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: GILBERTO DA SILVA BRUSKE, inscrita no **CNPJ sob o nº 19.565.649/0001-88**, com sede na **Rua José Todeschini, n° 151**, **Jardim das Américas, Curitiba/Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público é o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de hospedagem completa em Casa de Apoio destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e respectivos acompanhantes, encaminhados pelo Município de Iguaraçu/PR por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, contemplando hospedagem, alimentação, transporte para consultas, exames, procedimentos e tratamentos, atendimento humanizado, suporte básico aos usuários, disponibilização de quartos compartilhados e quartos de isolamento, mediante execução indireta, sob demanda, por meio de Chamamento Público para Credenciamento, na forma do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/09/2026 à 30/09/2027

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 035/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0C95C7A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 036/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 035/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA:CASA DE APOIO PARANÁ LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 21.918.061/0001-02**, com sede na **Avenida Prefeito Omar Sabbag, n° 1125**, **Jardim Botânico, Curitiba/Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público é o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de hospedagem completa em Casa de Apoio destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e respectivos acompanhantes, encaminhados pelo Município de Iguaraçu/PR por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, contemplando hospedagem, alimentação, transporte para consultas, exames, procedimentos e tratamentos, atendimento humanizado, suporte básico aos usuários, disponibilização de quartos compartilhados e quartos de isolamento, mediante execução indireta, sob demanda, por meio de Chamamento Público para Credenciamento, na forma do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/09/2026 à 30/09/2027

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 035/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:37D7A5F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 037/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 026/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: Leiloeiro Público Oficial **Sidney Belarmino Ferreira Junior**, inscrito **noCPF sob o n° 049.xxx.xxx-75, matrícula nº 19/309-L da Junta Comercial do Estado do Paraná**, residente na RuaSagrado Coração**,** 111, apto 208 Torre 02, Jardim Moções, 86.015-530 - cidade de Londrina/PR.

OBJETO: Credenciamento **de Leiloeiros Públicos Oficiais**, devidamente matriculados e em situação regular perante a Junta Comercial competente, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Iguaraçu/PR.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/09/2026 à 30/09/2027

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 026/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B20EEFF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2026

Processo Administrativo: nº 214/2026
Dispensa Física: nº 047/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/10/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/10/2026 às 16h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07/10/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.
LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☐ Sim ☒ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de sistema de pesquisa e formação de cestas de preços, para as compras públicas do Município de Iguaraçu/PR, com integração a portais e bancos de preços públicos, destinado a auxiliar a Administração na elaboração de mapas de apuração de preços em seus processos licitatórios, conforme condições, requisitos e especificações estabelecidos neste instrumento convocatório.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 30 de setembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação - Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1E8AA0A4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E HABILITADA CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

Objeto: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ORDEM	CREDENCIADO	CNPJ	HABILITADO
01	69.107.924 ERITON RODRIGUES MADEIRO	69.107.924/0001-98	HABILITADO
02	68.798.493 JOSE LUIS DA FONSECA	68.798.493/0001-90	HABILITADO

Iguaraçu, 30 de setembro de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1C20EEAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 026/2026 PROCESSO Nº 123/2026

OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, devidamente matriculados e em situação regular perante a Junta Comercial competente, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Iguaraçu/PR.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n°75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

1° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Sidney Belarmino Ferreira Junior**, inscrito no**CPF sob o** n° 049.xxx.xxx-75, matrícula nº 19/309-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua Sagrado Coração**, 111, apto 208 Torre 02, Jardim Moções, 86.015-530 - cidade de Londrina/PR.**

2° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Luís Carlos Dall Agnol**, inscrito no**CPF sob o** n° 607.xxx.xxx-53, matrícula nº 639 da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua Visconde do Rio Branco, **3265, apto 01, Centro, 85.810-180 - cidade de Cascavel/PR.**

3° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Anderson Luchtenberg** inscrito no**CPF sob o** n° 022.xxx.xxx-62, matrícula nº 25/427-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua

Abel Teixeira, **125, Bela Aliança, 89.161-518 - cidade de Rio do Sul/SC.**

4° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Alexander Pretti Domingos**, inscrito no**CPF sob o** n° 046.xxx.xxx-69, matrícula nº 23/383-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua Antonio Pagani, n° 245 – Lote 22 - Maria das Graças**, 29.705-092 - cidade de Colatina/ES.**

5° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Ricardo Ferreira Gomes**, inscrito no**CPF sob o** n° 005.xxx.xxx-83, matrícula n° 21/332-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua Figueira, n° 570 –- Santa Rita**, 86.072-160 - cidade de Londrina/PR.**

6° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Camila de Moura Gaia Pelissari**, inscrita no**CPF sob o** n° 066.xxx.xxx-55, matrícula nº 23/376-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naCel. Dulcídio, n° 1317 – Sl 71-72 - Centro**, 84.050-210 - cidade de Ponta Grossa/PR.**

7° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Joacir Monzon Pouey**, inscrito no**CPF sob o** n° 007.xxx.xxx-29, matrícula nº 18/295-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua André de Barros, n° 226 – sala 614 - Centro**,** 80.010-080- **cidade de Curitiba/PR.**

8° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Fernando Caetano Moreira Filho**, inscrito no**CPF sob o** n° 039.xxx.xxx-30, matrícula nº 24/401 L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente naRua Um, 300 B, Box 15, Bairro do Comercio**,** 32.152-002- **cidade de Contagem/MG.**

9°CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Pedro Lerner Kronberg** inscrito no**CPF sob o** n° 005.xxx.xxx-20, matrícula nº 20/322-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua André de Barros, n° 226 – sala 402 - Centro**,** 80.010-080- **cidade de Curitiba/PR.**

10° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Hélcio Kronberg** inscrito no**CPF sob o** n° 085.xxx.xxx-24, matrícula nº 653 da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua André de Barros, n° 226 – 15° andar - Centro**,** 80.010-080- **cidade de Curitiba/PR.**

11° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Conrado Augusto Carvalho de Magalhães** inscrito no**CPF sob o** n° 089.xxx.xxx-54, matrícula nº 22/343-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Avenida Higienópolis, n° 583 – 8° andar, sala 02 - Centro**,** 86.020-080- **cidade de Londrina /PR.**

12° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Alex Sandro Vieira Felix** inscrito no**CPF sob o** n° 026.xxx.xxx-30, matrícula nº 18/297-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Julio Estrela Moreira, n° 74 – Lago Parque**,** 86.015-070 **- cidade de Londrina /PR.**

13° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Guilherme Eduardo Stutz Toporoski** inscrito no**CPF sob o** n° 042.xxx.xxx-71, matrícula nº 12/049-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Marechal Hermes, n° 1413 – esquina - Ahu**,** 80.540-290- **cidade de Curitiba /PR.**

14° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Daniel Elias Garcia** inscrito no**CPF sob o** n° 910.xxx.xxx-53, matrícula nº 20/316-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Fernando Amaro, n° 60 – sala 34 - Alto da XV**,** 80.045-150- **cidade de Curitiba /PR.**

15° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira** inscrito no**CPF sob o** n° 280.xxx.xxx-38, matrícula nº 22/344-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Estrada Municipal Teodor Condiev, n° 970 – sala 1010 - Jardim Marchissolo**,** 13.171-105- **cidade de Sumaré /SP.**

16° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Jonas Gabriel Antunes Moreira** inscrito no**CPF sob o** n° 065.xxx.xxx-05, matrícula nº 24/402-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Major Manoel Antonio, n° 8 – Sala 101 - Centro**,** 35.660-010 – na cidade de Pará de Minas – MG.

17° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Paulo Alexandre Heisler** inscrito no**CPF sob o** n° 534.xxx.xxx-87, matrícula nº 25/416-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Gaston Englert, Vila Ipiranga, 91.360-210– na cidade de Porto Alegre/RS.

18° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Jorge Marco Aurelio Biavati** inscrito no**CPF sob o** n° 580.xxx.xxx-15, matrícula nº 17/289-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Carlos de Carvalho, 2114 - Parque São Paulo, 85803-780 – na cidade de Cascavel/PR.

19° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Diego Wolf de Oliveira** inscrito no**CPF sob o** n° 008.xxx.xxx-19, matrícula nº 20/317-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Dr. João Colin, 1285, Sala 3 – Bairro América, 89.204-001 – na cidade de Joinville/SC.

20° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Luciano Marangoni,** inscrito no**CPF sob o** n° 028.xxx.xxx-70, matrícula nº 19/308-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na ua Paraíba, 3373, Portão, cep: 80610-190,– na cidade de Curitiba/PR.

21° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Jaqueline Sperança,** inscrita no**CPF sob o** n° 859.xxx.xxx-15, matrícula nº 21/328-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua André de Barros, n° 226 – sala 06 - Centro, 80.010-080 – na cidade de Curitiba/PR.

22° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Giancarlo Peterlongo Lorenzini Menegotto,** inscrita no**CPF sob o** n° 587.xxx.xxx-53, matrícula nº 24/405-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Sinimbu, n° 1878 – sala 601 - Centro, 95.020-002 – na cidade de Caxias do Sul/PR.

23° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Cátia Fernanda Alievi Toporoski,** inscrita no**CPF sob o** n° 040.xxx.xxx-96, matrícula nº 24/390-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Marechal Hermes, n° 1413 – sala 03 - Ahu, 80.540-290– na cidade de Curitiba/PR.

24° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Fabio Marlon Machado,** inscrito no**CPF sob o** n° 066.xxx.xxx-67, matrícula nº 23/374-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Avenida Sul Brasil, n° 583 – sala 503 - Centro, 89.874-000 – na cidade de Maravilha/SC.

25° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Lélia Maria de Paula Lenz Cesar Gaudencio,** inscrita no**CPF sob o** n° 839.xxx.xxx-68, matrícula nº 630 da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Av. Vicente Machado, n° 1187 – apto 31 - Batel, 80.420-011– na cidade de Curitiba/PR.

26° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Jeremy Wu Santiago da Costa e Silva,** inscrita no**CPF sob o** n° 007.xxx.xxx-50, matrícula nº 24/400-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Vicente Geronasso, n° 109 – Casa 01 - Boa Vista, 82.560-270– na cidade de Curitiba/PR.

27° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Lucas Rafael Antunes Moreira,** inscrita no**CPF sob o** n° 014.xxx.xxx-16, matrícula nº 24/399-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Matias Cardoso, n° 11 – Sala 205 – Santo Agostinho, 30.170-050– na cidade de Belo Horizonte/MG.

28° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Adalberto Scherer Filho,** inscrita no**CPF sob o** n° 301.xxx.xxx-44, matrícula nº 21/329-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Rua Pedro

Viriato Parigot de Souza, n° 3050 – casa 02 - Mossunguê, 81.200-100 – na cidade de Curitiba/PR.

29° CREDENCIADO: Leiloeiro Público Oficial **Luiz Barbosa Lima Junior,** inscrita no**CPF sob o** n° 397.xxx.xxx-49, matrícula nº 10/030-L da Junta Comercial do Estado do Paraná, residente na Avenida Garibaldi Deliberador, n° 99 – apto 28 - Jardim Claudia, 86.050-280 – na cidade de Londrina/PR.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

.

Iguaraçu/PR., 30 de setembro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:2062244C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 035/2026 PROCESSO Nº 157/2026

OBJETO: Chamamento Público é o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de hospedagem completa em Casa de Apoio destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e respectivos acompanhantes, encaminhados pelo Município de Iguaraçu/PR por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, contemplando hospedagem, alimentação, transporte para consultas, exames, procedimentos e tratamentos, atendimento humanizado, suporte básico aos usuários, disponibilização de quartos compartilhados e quartos de isolamento, mediante execução indireta, sob demanda, por meio de Chamamento Público para Credenciamento, na forma do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **GILBERTO DA SILVA BRUSKE**, inscrita no **CNPJ sob o nº 19.565.649/0001-88**, com sede na **Rua José Todeschini, n° 151**, **Jardim das Américas, Curitiba/Paraná.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 30 de setembro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1C9563D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 035/2026 PROCESSO Nº 157/2026

OBJETO: Chamamento Público é o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de hospedagem completa em Casa de Apoio destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e respectivos acompanhantes, encaminhados pelo Município de Iguaraçu/PR por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, contemplando hospedagem, alimentação, transporte para consultas, exames, procedimentos e tratamentos, atendimento humanizado, suporte básico aos usuários, disponibilização de quartos compartilhados e quartos de isolamento, mediante execução indireta, sob demanda, por meio de Chamamento Público para Credenciamento, na forma do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **CASA DE APOIO PARANÁ LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 21.918.061/0001-02**, com sede na **Avenida Prefeito Omar Sabbag, n° 1125**, **Jardim Botânico, Curitiba/Paraná.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 30 de setembro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CE0BB183

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e treinamento destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde** do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo os seguintes treinamentos: higienização dos serviços de saúde; organização do serviço de recepção; segurança do paciente; linhas de cuidado e indicadores de financiamento; Plano Terapêutico Singular (PTS); processo de trabalho e indicadores de saúde da Odontologia; coordenação da Atenção Primária à Saúde; e imersão em classificação de risco e vulnerabilidade, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência/PR, em favor da empresa **M.J. CONSULTORIA EM SAUDE LTDA**, CNPJ: 26.761.699/0001-04 sito Rua Pioneiro Anibal Borin, 856 – Jardim Paris - Maringá/PR- CEP: 87.083-430, no valor total de R$ 45.540,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais), com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 043/2026**.

Iguaraçu/PR.,30/09/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:49BFAD13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para realização de 1ª revisão de 01 veículo do tipo argo, placa: UBK-8L34, em período de garantia de 10.000 km. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: Verita Veículos Ltda. - CNPJ n° 83.528.232/0003-06. Valor Contratado: R$ 730,33 (Setecentos e trinta reais e trinat e três centavos). Prazo de Execução e Vigência: 30 (trinta) dias corridos. Fundamento Legal: Art. 75, Inc. IV, al. "a", da Lei Federal n° 14.133/2021.

Inácio Martins/PR, 29 de Setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:CF8F6A63

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO

O Município de Inácio Martins, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Comissão de Avaliação dos Projetos, torna público o RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB, destinado à seleção de propostas culturais para recebimento de recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável. A avaliação das propostas foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e em seu Anexo IV – Critérios Utilizados na Avaliação de Mérito Cultural. As pontuações foram formalizadas pela Comissão de Seleção mediante análise dos projetos inscritos, observando os critérios previstos no Edital e em seu Anexo de Avaliação.

CLASSIFICAÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	NOTA
1º	Douglas Roberto Andrade	Festival de Natal	80
2º	Josiane Terezinha Belisário Macarroni	Vozes da Nossa Terra	77
3º	Thamires de Fátima Mendes	Festival Vozes da Nossa Terra	77

Inácio Martins, 30 de setembro de 2026.

MARINALDA FERNANDES
Secretária Municipal de Educação e Cultura de Inácio Martins

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:8F171A37

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 004 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 102/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2022.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar com fornecimento de veículos e condutores para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: IONE MEIRA TRANSPORTES ME - CNPJ da Contratada n° 19.339.074/0001-85. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 139.750,00 (Cento e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais), ref. a linha 003- LINHA BOM RETIRO, DIVISA COM ZATARLANDIA A RIO CLARO. Prazo de Execução: 25/09/2026 a 24/09/2027. Prazo de Vigência: 25/09/2026 a 24/10/2027. Assinatura: 25/09/2026.

TERMO ADITIVO Nº 004 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 103/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2022.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar com fornecimento de veículos e condutores para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: IVANCZUK TRANSPORTES LTDA - CNPJ da Contratada n° 21.423.533/0001-56. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 170.280,00 (Cento e setenta mil, duzentos e oitenta reais), ref. ao lote 05- LINHA BOM RETIRO, TURVO A GAVAZONI. Prazo de Execução: 25/09/2026 a 24/09/2027. Prazo de Vigência: 25/09/2026 a 24/10/2027. Assinatura: 25/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:0C71B8C3

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 004 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 005/2026 - DISPENSA N° 003/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de Arquitetura para a coordenação, acompanhamento e execução das Ações do Plano Diretor Municipal bem como a revisão do mesmo, acompanhamento e execução do Plano Municipal de Arborização, suporte e assessoramento técnico ao Setor de Educação Municipal, incluída a inserção de dados e manutenção atualizada das informações no SIMEC/FNDE, bem como a prestação de contas das obras vinculadas ao FNDE, fiscalização e acompanhamento de obras, aprovação de projetos, emissão de alvarás, emissão de laudo de conclusão de obras, elaboração de projetos de paisagismo, elaboração de orçamentos e planilhas, aprovação de loteamentos urbanos, entre outros, disponibilizando profissional de arquitetura para o Município 40 horas semanais. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: ARAMIS RICARDO SENENKI FRANCO ARQUITETURA - CNPJ da Contratada n° 22.463.450/0001-53. Objeto do Termo: Prorrogação do prazo de Execução e Vigência por mais 60 (sessenta) dias, até a data de 27/11/2026 e o valor total do aditivo é de R$ 16.761,38 (Dezesseis mil, setecentos e sessenta e um reais, trinta e oito centavos). Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e do Parecer Jurídico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 28/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:D2662978

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA N. 7 DE 2026

Dispensa nº 7/2026. Objeto: Aquisição de 8 (oito) Filtros Camada Troca Fácil Contratante: Câmara Municipal de Irati. - CNPJ: 77.778.819/0001-09. Contratada: Juliana Martins Camargo - CNPJ: 36.307.830/000-03. Valor do objeto: R$ 1.060,00 (mil e sessenta reais) Dotação Orçamentária: 0103101012.001 – 3390300000. Prazo de execução/vigência: 2 meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.333/21, artigo 75.
Câmara Municipal de Irati, 30 de setembro de 2026.

***SELMO DE LIMA VIEIRA* –**
Presidente.

Publicado por:
Michell Adalberto Szczpanik
Código Identificador:17A62A10

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 50/2026

PORTARIA nº 050/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, no uso de suas atribuições legais, com base no Regimento Interno e demais normas atinentes à espécie,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica empossado para exercer o cargo de Vereador, o 1º suplente do Partido União Brasil (UNIÃO), senhor **DENILSON**

LAROCA, na vaga do Vereador Alcides Cezar Pinto, licenciado para tratar de interesses particulares pelo prazo de 31 (trinta e um) dias, no período compreendido entre 29 de setembro a 29 de outubro de 2026, nos termos do que estabelecem o art. 70 do Regimento Interno e o art. 99 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 29 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, em 30 de setembro de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:BF9BC2CA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 714/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, por término de contrato, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
OLANDA SENEKI	Técnico Em Enfermagem - Pss (P.A. 2025)	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.339-87
ANA PAULA BILOVUS	Professor - Pss 20 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.479-65
ANDREIA LUIZ ROBES	Professor - Pss 20 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.009-31
KARLA OSINSKI FERREIRA	Gestor Do Cadastro Único Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.359-87
ELAINE SIQUEIRA DE LIMA	Entrevistador Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.959-64

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 30 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C2FFAA41

PROCURADORIA
DECRETO Nº 715/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
MANOELA MENDES	Monitor de Transporte Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.339-80
SIBELE PRADE SABAKEVISKI	Professor - Pss 20 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.709-66
JULIANA DE FRANÇA	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.499-47
VALDIRENE APARECIDA PRESTES	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.199-25
SILVANA MARIA ORTIZ	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.929-29
MARIA ADRIANE ROESSLER GACH	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.769-81
VANESSA DOS ANJOS	Secretário Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.819-41
KAREM PRISCILLA BARBOSA	SECRETARIO ESCOLAR PSS 2026	Secretaria de Educação	XXX.XXX.418-67
LETICIA VIEIRA CHASCO	Secretário Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.369-84
LEISI CRISTINA FERREIRA	Entrevistador Social Pss 2025	Secretaria de Assistência Social	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 30 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:7D9F6AA6

PROCURADORIA
DECRETO Nº 716/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designada interinamente, a servidora **ANA GABRIELA RODRIGUES PEDROSO**, matrícula nº **5066828**, para responder pelo cargo de **Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania** até 09/10/2026, com complemento do vencimento proporcional do cargo interinamente ocupado nesse período de 30/09/2026 até 09/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 30 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C60BB2C3

PROCURADORIA
DECRETO Nº 717/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais demais disposições aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pelo Decreto nº 541/226, contados a partir do término do prazo originalmente concedido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 30 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:A1D00465

PROCURADORIA
LEI Nº 5.384, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder repasse de recursos à Associação Santos Inocentes, mantenedora da Cidade da Criança, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder repasse de recursos financeiros, em parcela única, no valor de R$ 23.039,31 (vinte e três mil, trinta e nove reais e trinta e um centavos), à Associação Santos Inocentes (Cidade da Criança), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 95.683.223/0001-07, com sede na Rua João de Barro, nº 105, Bairro Alto da Lagoa, no Município de Irati, Estado do Paraná, CEP 84.504-556.

Art. 2º - Para a execução da transferência fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial para criação da dotação abaixo indicada, no exercício financeiro de 2026, até o limite de R$ R$ 23.039,31 (vinte e três mil, trinta e nove reais e trinta e um centavos), por superávit financeiro, conforme abaixo:

Dotação: 10.001.08.243.0801.2.074.4.4.50.42.00.00 - - FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES – AUXÍLIOS
FONTE 3880
Parágrafo único. A abertura do crédito especial justifica-se por superávit financeiro, na forma do disposto pelo artigo 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - A entidade beneficiária deverá aplicar os recursos exclusivamente na finalidade aprovada e no respectivo Plano de Trabalho, ficando obrigada a prestar contas ao Poder Executivo Municipal na forma da legislação em vigor, das normas de controle interno e das diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Parágrafo único. A prestação de contas final deverá ser apresentada ao Município após o encerramento da execução do objeto e dentro do prazo estabelecido no instrumento de parceria formalizado entre as partes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 30 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:012E5C62

PROCURADORIA
LEI Nº 5.385, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Institui o Campeonato Iratiense de Laço Comprido, reconhece a atividade do Laço Comprido como Manifestação Cultural no Município de Irati e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Irati, o Campeonato Iratiense de Laço Comprido, como evento de caráter esportivo, cultural, tradicional e de integração comunitária.

Art. 2º - Fica reconhecida, no Município de Irati, a prática do Laço Comprido como Manifestação Cultural, integrante das tradições campeiras e da identidade cultural da comunidade iratiense.

Art. 3º - O Campeonato Iratiense de Laço Comprido tem como objetivos:
I – valorizar e preservar as tradições e manifestações da cultura campeira presentes no Município de Irati;
II – promover a integração entre famílias, comunidades rurais, entidades tradicionalistas, associações, clubes e demais participantes;
III – incentivar a transmissão de conhecimentos e tradições entre diferentes gerações;
IV – valorizar a cultura e os costumes relacionados à vida no campo e às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades rurais;
V – estimular a participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos em atividades culturais e tradicionais;
VI – promover o Município de Irati por meio de suas manifestações culturais e tradições;
VII – incentivar o turismo cultural e a realização de eventos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Município;
VIII – reconhecer e valorizar os praticantes, organizadores, apoiadores e entidades que contribuem para a preservação e continuidade dessa manifestação cultural.

Art. 4º - O Campeonato Iratiense de Laço Comprido poderá ser realizado em data, local e condições definidos pelos organizadores, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Parágrafo único. A realização do Campeonato poderá ocorrer mediante parceria entre o Poder Público Municipal, entidades tradicionalistas, associações, clubes, empresas, produtores rurais, organizações da sociedade civil e demais instituições interessadas.

Art. 5º - O Campeonato poderá compreender diferentes categorias e modalidades, conforme regulamento próprio elaborado pela organização do evento, respeitadas as normas de segurança, bem-estar animal e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 6º - A organização do Campeonato poderá promover, juntamente com as atividades de laço, ações destinadas à valorização da cultura campeira, tais como:
I – apresentações culturais;
II – exposições de objetos, vestimentas e equipamentos tradicionais;
III – atividades de música e dança tradicional;
IV – rodas de conversa e palestras sobre a história e os costumes da cultura campeira;
V – atividades de educação e preservação das tradições rurais;
VI – gastronomia e artesanato tradicionais;
VII – outras atividades relacionadas à cultura e às tradições do campo.

Art. 7º - O Poder Público Municipal poderá apoiar a realização do Campeonato Iratiense de Laço Comprido, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, a legislação vigente e o interesse público, mediante:
I – divulgação institucional;
II – apoio logístico;
III – disponibilização de espaços públicos, quando possível e mediante autorização;
IV – apoio na infraestrutura necessária à realização do evento;
V – celebração de parcerias, convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou instrumentos congêneres, na forma da legislação aplicável.

Art. 8º - A realização das atividades previstas nesta Lei deverá observar integralmente a legislação municipal, estadual e federal aplicável, especialmente as normas relativas à proteção e ao bem-estar dos animais, à segurança dos participantes e do público, à saúde pública, ao meio ambiente e à realização de eventos.

Art. 9º - O reconhecimento do Laço Comprido como Manifestação Cultural não implica, por si só, a criação de obrigação de realização anual do Campeonato pelo Poder Público Municipal, nem gera direito automático a repasses financeiros ou subvenções.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, quando houver participação do Poder Público, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação vigente.

Art. 11 - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 30 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:69C65D7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO P.E 023-2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
Processo Adm: Nº 041/2026
Objeto: Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze meses).
Empresas vencedoras valor total: R$ 40.814,52 (quarenta mil e oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos): **DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA** (07245458000150) com os lotes: 13, 14, 27, 31, 40, 43, 46, 48, 59 e 63 no valor total de R$ 1.982,20 (um mil e novecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos). **M3. BUSINESS GROUP LTDA** (54494740000150) com os lotes: 2, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 28, 41, 44, 60, 61 e 62 no valor total de R$ 2.335,05 (dois mil e trezentos e trinta e cinco reais e cinco centavos). **DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA** (82803230000153) com o lote: 49 no valor total de R$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais). **65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN** (65397327000194) com os lotes: 3 e 7 no valor total de R$ 118,00 (cento e dezoito reais). **GEDIELSON PINTO DA SILVA (06328323980)** (35739822000173) com os lotes: 21, 22, 33 e 53 no valor total de R$ 412,45 (quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos). **MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA** (62350851000111) com os lotes: 1, 6, 32, 35, 36, 37, 52, 55 e 56 no valor total de R$ 3.443,35 (três mil e quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos). **C. A. DE BARROS SILVA ACESSORIOS PARA PAPELARIA E LIMPEZA LTDA** (47426140000190) com os lotes: 23, 25, 29, 34, 38, 42, 45, 50 e 54 no valor total de R$ 2.167,97 (dois mil e cento e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos). **CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES** (07067855000189) com os lotes: 5, 11, 39, 47, 51 e 58 no valor total de R$ 1.755,50 (um mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).
ITAMBARACÁ - PR, 30 de setembro de 2026

TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA
Agente de Contratação/ Pregoeira

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:F337215A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2026

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 155/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA, com sede na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, sito à Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 01 Sala 95, Bairro Planeta, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.706.488/0001-96, CEP: 29.156-777;
Valor Total Registrado: R$ 8.983,88 (oito mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:28 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 30 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:F8D42578

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2026

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 157/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA, com sede na cidade de Andirá, Estado do Paraná, sito à Rodovia BR 369 - KM 38,5, Quadra A - Lote 11, Distrito Industrial inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.350.851/0001-11, CEP: 86.380-000;
Valor Total Registrado: R$ 969,60 (novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:28 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 30 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:C0B50717

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 03.01/2026 - PSS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 01/2026
CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL 03.01/2026 - PSS

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI e a Comissão de Heteroidentificação para averiguação da autodeclaração étnico-racial de candidatos negros (pretos e pardos), e

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, no **Ítem 7.3**, que estabelece a verificação da veracidade do auto declaração, através da

Avaliação da heteroidentificação por Comissão Especial, conforme previsto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADPF 186 e Súmula Vinculante 39), observando critérios fenotípicos visíveis;

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, no **Ítem 7.5** – que explicita que a análise não considerará elementos subjetivos, como descendência genética, documentos familiares, ou identificação cultural ou social. O critério é exclusivamente fenotípico, visível no momento da heteroidentificação, conforme roteiro (Anexo XV);

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, no **Ítem 7.6** – que estabelece que o candidato autodeclarado negro deverá comparecer obrigatoriamente à entrevista e avaliação presencial que será realizada no dia 01 de setembro de 2026, sob pena de ser eliminado da condição de cotista e concorrer apenas na ampla concorrência;

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, no **Ítem 7.7**- dispõe que o resultado da avaliação da comissão será divulgado em lista específica e, havendo indeferimento, o candidato poderá interpor recurso administrativo, após a publicação do resultado preliminar, cujo resultado da análise do recurso também será divulgado**;**

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, **ANEXO XV**, que dispõe sobre o ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO;

CONSIDERANDO, o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026, especialmente o **ANEXO I – Etapas/Cronograma**, que estabelece a data para realização da avaliação dos candidatos inscritos para concorrer às vagas reservadas à população negra;

CONSIDERANDO, o EDITAL DE CONVOCAÇÃO, de 28/09/2026, que CONVOCA os candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas à população negra, à comparecerem na entrevista presencial de heteroidentificação, sendo condição essencial para validação da inscrição nas vagas reservadas a candidatos negros (pretos ou pardos);.
CONSIDERANDO, a PORTARIA nº 345/2026, que dispõe sobre a INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO para averiguação da autodeclaração étnico-racial de candidatos negros (pretos e pardos), no âmbito do processo seletivo simplificado (pss) do município de Itambaracá – Pr.
RESOLVE:

I –**DIVULGAR, o RESULTADO**da**AVALIAÇÃO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO POR COMISSÃO ESPECIAL**dos candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas à população negra e comparecerem na entrevista presencial, realizada no dia 01 de setembro de 2026.

II - Segue abaixo, a Relação dos Candidatos que concorreram às vagas reservadas a pessoas negras (pretas ou pardas) no Processo Seletivo Simplificado (PSS), que após verificação de regularidade das inscrições dos candidatos, validando a Auto Declaração de cor ou raça apresentada no Ato da Inscrição, obtiveram a Inscrição **DEFERIDA**ou **INDEFERIDA**.

CARGO	CANDIDATO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
PROFESSOR(A)	Alcione Aparecida de Souza Velani	DEFERIDO
	Amanda Ramos Marinho	DEFERIDO
	Angélica Mendes	DEFERIDO
	Arlete Aparecida de Oliveira Gonçalves	DEFERIDO
	Cristiani Fernanda Henrique de Oliveira	DEFERIDO
	Karolaine Rodrigues Santa Rosa	DEFERIDO
	Lilia Kátia Vieira Machado	DEFERIDO
	Maria de Fátima Santos da Silva	DEFERIDO
	Maria Luiza Cândido	DEFERIDO
	Marlene de Fátima Mendes de Oliveira	DEFERIDO
	Sara Gabriane dos Santos Romanini	DEFERIDO
	Solange Aparecida dos Santos Severino	DEFERIDO
	Susane da Costa Silva	DEFERIDO
	Viviane Diniz Pereira	AUSENTE

III – De acordo com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 14 de agosto de 2026**, ANEXO XV**, que dispõe sobre o**ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**, o candidato que concorreram às vagas reservadas a pessoas negras (pretas ou pardas), cuja**AVALIAÇÃO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO POR COMISSÃO ESPECIAL**foi**INDEFERIDA**não será**DESCLASSIFICADO**do Processo Seletivo Simplificado (PSS), ele será transferido para a ampla concorrência, podendo apresentar recurso**.**
IV - O resultado da avaliação da comissão será divulgado em lista específica e, havendo**INDEFERIMENTO**, o candidato poderá interpor recurso administrativo, após a publicação do resultado preliminar.
V - O recurso quanto ao Resultado Preliminar da Avaliação de Heteroidentificação deverá ser interposto, conforme previsto no novo Cronograma, nos dias**01 e 02 de outubro de 2026**, em formulário próprio e encaminhado no e mail: educacao@itambaraca.pr.gov.br.

VI - Este Edital entra em vigor nesta data.

Publica-se e arquive.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

SHIRLEI APARECIDA DE ANDRADE
Presidente da Comissão de Heteroidentificação para Averiguaçãoda Autodeclaração Étnico-Racial de Candidatos Negros (Pretos E Pardos).

BRUNA TAYLISE LAURENTINO POCCIONI
Membro da Comissão de Heteroidentificação

CRISTIANE THEODORO FUZETO
Membro da Comissão de Heteroidentificação

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:F45C8B98

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 375/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de Gozo de Férias na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
ANDRÉIA CRISTINA ZAPATEIRO	200799	OFICIAL ADMINISTRATIVO	03/02/2022 A 02/02/2023	01/10/2026	10/10/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:7872ED29

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1.111/2026 do Ofício nº 268/2026 da Secretária Municipal de Saúde que autoriza Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
DEISIS PEREIRA JORGE	200813	AUXILIAR DE SRVIÇOS GERAIS	01/10/2025 A 30/09/2026	01/10/2026	30/10/2026

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:3D81AB2F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 377/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma nos termos do disposto Art.134 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhista e da Lei Municipal nº 1.106/2006 e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1.141/2026 do Ofício nº 282/2026 da Secretária Municipal de Saúde que autoriza Férias da referida servidora abaixo;
R E S O L V E :
Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares nos termos do disposto Art.134 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhista e da Lei Municipal nº 1.106/2006, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
REGIANE DA SILVA	900024	ENFERMEIRA PADRÃO - PSF	08/07/2025 A 07/07/2026	07/10/2026	05/11/2026
MENDES POLIZEL					

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:CEFD2697

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 378/2026

Súmula:

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1.140/2026 do Ofício nº 281/2026 da Secretária Municipal de Saúde que autoriza Férias do servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
LUAN TONET PIRES	200838	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/09/2025 A 31/08/2026	13/10/2026	11/11/2026

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:2AE6DCFB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 379/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1.108/2026 do Ofício nº 030/2026 do Diretor e Tributação e Fiscalização que solicita Férias do servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
LUIZ RENATO TONET	200752	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/01/2025 A 31/12/2025	13/10/2026	11/11/2026

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:09876301

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 380/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1.109/2026 do Ofício nº 195/2026 do Departamento de Licitação que solicita Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA	200791	AGENTE ADMINISTRATIVO	13/09/2025 A 12/09/2026	13/10/2026	11/11/2026

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:36A85BD7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 381/2026

PORTARIA Nº 381/2026

SUMÁRIO: Designa os servidores para a função de Fiscal Sanitário de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto no artigo 200 e seus incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988;

Considerando o disposto no artigo 18, inciso IV, alínea “b” da Lei Federal nº 8.080/90;

Considerando o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1.408/2013 de 18/04/2013 que dispõe sobre a criação do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem a Função de Fiscal Sanitário de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

Nome	Cargo	Vínculo
Fabiana Odorizzio de Souza	Fiscal Sanitário	Estatutário
Paulo Rafael Martins Sant’Ana	Agente de vigilância em saúde - ECD	CLT

Art. 2º - Os servidores designados, em razão do poder de polícia administrativo, exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento; interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários e outras atividades estabelecidas para esse fim.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 288/2024.

Art. 4º - Registre-se e publica-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:C9CBA8E7

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 - AD REFERENDUM

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.312/2010;

CONSIDERANDO a urgência e a necessidade de deliberação imediata para a execução dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO que a presente deliberação será submetida à apreciação do Plenário para homologação na próxima reunião ordinária;

RESOLVE *AD REFERENDUM*:

Art. 1.º – Aprovar a execução e destinação de recursos para:
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com previsão para Capital, Custeio e Recursos Humanos (RH);
Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública.

Art. 2.º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser submetida à homologação do Plenário do CMAS.

Itambaracá, 29 de setembro de 2026.

MARIA DAYELLE GONÇALVES DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:C1E5BB3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR PATRICIA KAROLLINE MANIEZO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:6D94F179

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Dispõe sobre a alteração do Plano de Ação referente ao Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva" - FASE II Del. 005/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Itambé-PR no uso das atribuições, fundamentadas na Lei Federal conferidas pelo Estatuto do Idoso – Lei n. 10741/2003 e pela Lei Municipal n. 1238/2016:
Considerando a Reunião Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2026, registrada em Ata de nº 008/2026,
Resolve:
Art. 1. Aprovar a alteração no Plano de Ação referente ao Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva" - FASE II Del. 005/2026;
Art. 2. Solicitar alteração do Plano do Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva" - FASE II Del. 005/2026 para prever contratação de oficineiros a serem contratados, instrutores, monitores, palestrantes, entre outros, contratados como serviços de terceiros.
Art. 3. Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Itambé, 01 de outubro de 2026.

SOLANGE FERREIRA
Presidente Do CMI

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:D60DB400

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 153/26 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 275.500,00 (duzentos e setenta e cinco mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
04.002.04.122.0010.2.078. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO
74 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 3.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
159 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
164 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
341 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 150.000,00

08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
386 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.051. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
505 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 500,00
510 - 3.3.90.39.00.00 01934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 12.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.080. MANUTENÇÃO DA PISTA DE CAMINHADA
575 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA
15.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
15.002.23.453.0020.2.075. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
650 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 30.000,00
Total Suplementação: 275.500,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 263.500,00
Receita:1.7.1.6.50.01.01.00000000 Fonte: 1000 12.000,00
Total da Receita: 275.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:B6F7EB74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4384/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4384/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: L M de Andrade – Transportes Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.899.176/0001 – 47.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar municipal para o transporte de alunos, residentes na Zona Rural, pertencentes as Redes Municipal e Estadual de Educação do Município de Itapejara D'Oeste – PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90036/2026.
Valor do Contrato: R$ 305.040,00 (Trezentos e cinco mil e quarenta reais).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 30 (trinta) de Setembro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:666143DD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90045/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde visando o atendimento da Rede Municipal de Saúde pertencente a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90045/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Cetrilife Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda, com o valor unitário de R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais)/mensais. Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 30 (trinta) de Setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:759CE848

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 416/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, **Sr. EDILSON RUIZ DE FREITAS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e:

CONSIDERANDOa Lei Municipal nº 826/2023 de 23 de agosto de 2023 que Institui o Regime de Adiantamento para as despesas de pronto pagamento:

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a concessão de adiantamento, de acordo com as especificações abaixo:

Servidor responsável pela aplicação do recurso:

Nome:	**João Moraes de Lara**
Matrícula:	**57081**
Secretaria / Departamento:	**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**
Cargo / Função:	**Secretário Municipal de Meio Ambiente**
Valor concedido (R$):	**R$ 3.000,00 (três mil reais)**
Dados Bancários:	Banco: **Caixa Econômica Federal - CEF** Agência**: 1398** Conta: **000733149031-2**

Prazos de Aplicação e de Prestação de Contas:
Prazo para Aplicação: **até 30 dias a partir do recebimento do recurso**
Prazo para Prestação de Contas: **até 5 dias contados após o término do prazo para aplicação**

Art. 2º - A Prestação de Contas é de atribuição do responsável pela aplicação do recurso, e deve ser consoante ao estabelecido no Decreto nº 45/2022, não poderá receber novos adiantamentos aqueles que não à realizarem.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito de Itaperuçu

Publicado por:
Paola Daiana Santos
Código Identificador:4A1ED7CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2026

CONTRATO Nº 229/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº52/2026
LOCATARIO: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
LOCADOR: MVM SOLUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
CPF: 08.450.287/0001-63
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A **EXECUÇÃO DA PARCELA REMANESCENTE DO PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR**, ORIGINALMENTE LICITADO POR MEIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2024, COMPREENDENDO EXCLUSIVAMENTE OS ITENS REMANESCENTES Nº 10, 11, 12 E 13, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, INTERLIGAÇÃO, TESTES E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À CONCLUSÃO DO OBJETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROCEDIMENTO ORIGINÁRIO E PROPOSTA APRESENTADA PELA CONTRATADA.
DO VALOR: R$ 228.700,00 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL E SETECENTOS REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 29 DE SETEMBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F15CC140

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2026

Município de Itaperuçu, Estado do Paraná, com sede à Rua Av Crispim Furquim de Siqueira, n°1800, Butieirinho, inscrito no CGC/MF nº 95.422.846/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Edilson Ruiz de Freitas, portador da Cédula de Identidade RG nº 00043295799 e do CPF/MF nº 723.663.709-20, e

CONTRATADA: T PARANA SOLUÇOES LTDA. CNPJ 44.595.522/0001-59

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação asfáltica das vias urbanas do Bairro Capinzal, contemplando as Ruas Araras, Azulão e Andorinhas, conforme Projeto aprovado pelo **PARANÁ CIDADE**.

VALOR: R$ 1.350.000,00 *(*um milhão trezentos e cinquenta mil reais*)*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (sento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Itaperuçu-PR, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:E3EB570D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
“ REPUBLICADO POR INCORREÇÃO” PORTARIA Nº 96/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias a servidora **Michele Fukuda Pedroso de Moraes,** portadora do RG: 697***63, Matrícula: 58341, ocupante do cargo de Professor com Pós Graduação, referente ao período aquisitivo de 2024 á de 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 21 de setembro de 2026 á 30 de setembro de 2026.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:1FF33709

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO Nº 108/2026

DECRETO Nº 108/2026

SÚMULA: Autoriza a conversão em pecúnia de licença-prêmio adquirida e não usufruída pelo servidor que especifica.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL**, Estado do Paraná, Sr. **GILSON JOSÉ DE GÓIS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 085/1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 102 da Lei Municipal nº 085/1990, que assegura ao servidor efetivo, após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o direito a 03 (três) meses de licença-prêmio;
CONSIDERANDO que o servidor cumpriu o quinquênio ininterrupto de exercício correspondente ao período aquisitivo de **2013 a 2018**, não tendo ocorrido, no referido período, qualquer das situações previstas no art. 103 da Lei Municipal nº 085/1990 que impeçam a concessão da licença-prêmio;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor **JOHNSON SUMIDA**, solicitando a conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida e não usufruída, bem como o pagamento do valor correspondente em até **06 (seis) parcelas mensais e sucessivas**;
CONSIDERANDO o disposto no art. 105 da Lei Municipal nº 085/1990, que prevê a possibilidade de conversão em dinheiro da licença-prêmio mediante requerimento do servidor;
CONSIDERANDO o interesse público e o despacho do Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizando a conversão e o pagamento de forma parcelada;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida pelo servidor **JOHNSON SUMIDA**, matrícula nº 49, CPF nº 511.***.***-00, ocupante do cargo efetivo de **Médico**, lotado no **Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde**, referente ao período aquisitivo de **2013 a 2018**, correspondente a **03 (três) meses de licença-prêmio**, nos termos dos arts. 102 e 105 da Lei Municipal nº 085/1990.

Art. 2º O valor correspondente à conversão em pecúnia da licença-prêmio de que trata o art. 1º será pago ao servidor em **06 (seis) parcelas mensais e sucessivas**, conforme requerido pelo servidor e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com início na competência de **setembro de 2026**.
Parágrafo único. O pagamento das parcelas observará os procedimentos administrativos e financeiros do Município, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitada a legislação aplicável.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA
Diretora Executiva de Saúde

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:9FF68B81

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA N° 364/2026

PORTARIA N° 364/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de Cargo em Comissão como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Nomear **NAIELY RAYSSA SILVA OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.6**.***-0/PR e inscrita no CPF sob o nº 124.***.***-51, para o cargo comissionado de **Diretor do Departamento de Enfermagem**, em caráter *"ad nutum"*, para exercício de suas funções junto a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente - Diretoria Executiva de Saúde, a partir de 01/10/2026.
Os vencimentos mensais atribuídos ao titular do cargo serão aqueles equivalentes à simbologia CC-02, de acordo com o artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 002/2022.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretora Executiva de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:851CA39A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026
O Município de Itaúna do Sul/PR torna público que foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO**, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o resultado do Pregão Eletrônico nº 031/2026, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria em gestão tributária, orientação e treinamento aos servidores municipais, revisão integral do Código Tributário Municipal – CTM de 2001 e atualização da Planta Genérica de Valores – PGV**. LICITANET - Termo de Homologação. **Empresa adjudicatária:** DANILO HENRIQUE NUNES GESTÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ nº **62.169.238/0001-00**. **Valores adjudicados, conforme proposta final:** Item 01 – Consultoria em gestão tributária, orientação e treinamento presencial/remoto: **R$ 2.415,00 mensais**, pelo período de 12 meses, totalizando **R$ 28.980,00**; Item 02 – Revisão integral do CTM de 2001 e atualização da PGV: **R$ 25.020,00**; **Valor global adjudicado: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).** Itaúna do Sul/PR, 30 de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:A8CF9318

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2026 -PE312026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2026
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul/PR, CNPJ nº 75.458.836/0001-33.
CONTRATADA: DANILO HENRIQUE NUNES GESTÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA, CNPJ nº 62.169.238/0001-00. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria em gestão tributária, orientação e treinamento aos servidores municipais, revisão integral do Código Tributário Municipal – CTM de 2001 e atualização da Planta Genérica de Valores – PGV. LICITANET - Termo de Homologação
VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 031/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
Itaúna do Sul/PR, 30 de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:DAF61E68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – COMPLEMENTAR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Complementar

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
Processo Administrativo 0112.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.90.2026 – Credenciamento 010.2026.
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA: JORGE HENRIQUE MENDES LOURENÇO LTDA, CNPJ: 10.216.706/0001-49, Endereço: Avenida Dep. Heitor de Alencar Furtado, 8068, Trevo s/ Maringá, Paranavaí – PR. Telefone: 44 34242544 /44 999654804/ 44 991682662, E-mail jorginhotratores_paranavai@hotmail.com, Inscrição Estadual: 90448697-37, Nome completo do representante legal, Jorge Henrique Mendes Lourenço.
VIGÊNCIA: conforme validade do credenciamento.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 30 de setembro de 2026
O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.
EXTRATO TERMO/CONTRATO
Processo Administrativo 0112.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.90.2026 – Credenciamento 010.2026
REF:**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026.**
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme validade do Credenciamento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 28/09/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva
ESPÉCIE:TERMO CREDENCIAMENTO nº 042/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
CONTRATADA: JORGE HENRIQUE MENDES LOURENÇO LTDA, CNPJ: 10.216.706/0001-49, Endereço: Avenida Dep. Heitor de Alencar Furtado, 8068, Trevo s/ Maringá, Paranavaí – PR. Telefone: 44 34242544 /44 999654804/ 44 991682662, E-mail jorginhotratores_paranavai@hotmail.com, Inscrição Estadual: 90448697-37, Nome completo do representante legal, Jorge Henrique Mendes Lourenço.
LOTE 02 – MAQUINÁRIOS E TRATORES AGRÍCOLAS.
LOTE 03 - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:643CE01C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: JOSIANE MEHRET MENDES 03296872981
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação e decoração da cerimônia de Formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.
Dotação orçamentária:
06.001.12.361.1201.2024.3.3.90.39.00.00
VALOR R$3.300,00 (três mil e trezentos reais
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 21/09/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:61EE24B4

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
OBJETO: Contratação de curso prático de processo administrativo disciplinar (PAD) e sindicância para servidores do município, a ser realizado nos dias 05 e 06 de outubro de 2026, na modalidade presencial em Curitiba/PR
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR

PESSOA FISÍCA CREDENCIADA: EDUARDO ANZILIERO

Dotação orçamentária:
03.001.04.122.0402.2005.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 5.180,00 (Cinco mil cento e oitenta reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 30/09/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal..

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:36241E45

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 197/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 069/2026

OBJETO: Aquisição e instalação de 1 (um) biodigestor de pequeno porte, novo, sem uso, visando atender ao instrumento de repasse n° 4111407/2023 firmado entre a Itaipu Binacional e o Município de Ivaí/PR.

CONTRATADA: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 23.707,59
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 29/09/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

MARCELO DIAZ –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:EA5557BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que a candidata abaixo relacionada, inscrita e classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocada por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 23/09/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 24/09/2026, **não compareceu** no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.
Waleskha Fermino Batista, inscrita sob o número 027 e classificada em 34º lugar para o cargo de Professora (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento da candidata no prazo legal, **fica a Senhora** Waleskha Fermino Batista**, remetida para o fim da lista de candidatos**.

Ivatuba (PR), 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:0CE6B47A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professor (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
35º	164	Barbara Pereira Fernandes Baron Fontana

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:
Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;
Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D9A87EA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 035/2026-PMI

CONTRATO Nº. 114/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **SMARQTRACK RASTREADORES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 37.287.348/0001-11.**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento veicular.**
FISCAL DESIGNADO: **Elivelton Silva dos Santos, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.**

Item	Especificação	Undd	Qtdd	R$ Unitário	R$ Total
1.1	Aluguel de rastreador veicular para veículos da Secretaria de Obras	Serviço	24	45,00	1.080,00
1.2	Aluguel de rastreador veicular para veículos da Secretaria de Educação – Ensino Fundamental	Serviço	12	45,00	540,00
1.3	Aluguel de rastreador veicular para veículos da Secretaria de Saúde	Serviço	180	45,00	8.100,00
1.4	Aluguel de rastreador veicular para veículos da Secretaria de Assistência Social	Serviço	12	45,00	540,00
1.5	Aluguel de rastreador veicular para veículo do CRAS	Serviço	12	45,00	540,00
1.6	Aluguel de rastreador veicular para veículo da Secretaria de Administração	Serviço	12	45,00	540,00
1.7	Aluguel de rastreador veicular para veículos do Transporte Escolar	Serviço	48	45,00	2.160,00
1.8	Aluguel de rastreador veicular para veículos do Gabinete do Prefeito	Serviço	36	45,00	1.620,00
1.9	Aluguel de 03 câmeras de monitoramento para veículos do Transporte Escolar	Serviço	48	190,00	9.120,00
1.10	Aluguel de 03 câmeras de monitoramento	Serviço	24	190,00	4.560,00

	para veículos da Secretaria de Obras				
1.11	Aluguel de 03 câmeras de monitoramento para veículo do CRAS	Serviço	12	190,00	2.280,00
				TOTAL	**31.080,00**

VALOR: **R$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais)**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:030813BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI

CONTRATO Nº. 115/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **AMANDA LETICIA AMARAL BRITO, inscrita no CPF sob nº.: 083.***.***-24.**
OBJETO: **Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato e Izadora Karolyni Andrade Mazini, lotadas na Secretaria de Saúde.**

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
03	12 MESES	40h SEMANAIS	01	Prestação De Serviços De Técnico De Enfermagem Com Registro No Conselho De Classe Vigente, para atuação na UBS Municipal 24 Horas. 01 (uma) vaga para contratação imediata	R$ 2.011,88

VALOR: **R$ 2.011,88 (dois mil e onze reais e oitenta e oito centavos) mensal**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:58876C3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI

CONTRATO Nº. 116/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ODALICE LUCIZANO, inscrita no CPF sob nº.: 511.***.***-34.**

OBJETO: **Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato e Izadora Karolyni Andrade Mazini, lotadas na Secretaria de Saúde.**

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
05	12 MESES	30h SEMANAIS	01	Prestação de serviços de Assistente Social, com registro no conselho de classe Vigente, para atuação na Secretaria de Saúde.	R$ 3.101,67

VALOR: **R$ 3.101,67 (três mil centos e um reais e sessenta e sete centavos) mensal.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:BD292BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI

CONTRATO Nº. 117/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ZEFFER GUENO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº.: 015.***.***-89.**
OBJETO: **Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato e Izadora Karolyni Andrade Mazini, lotadas na Secretaria de Saúde.**

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
01	12 MESES	40h SEMANAIS	01	Prestação de serviços de Enfermeiro (a), com registro no conselho de classe vigente, para atuação na UBS Municipal 24 Horas. 01 (uma) vaga para contratação imediata	R$: 4.627,32

VALOR: **R$ 4.627,32 (quatro mil seiscentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos) mensal.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:3D1E0CDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2026-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade,

RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 023/2026-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
03	12 MESES	40h SEMANAIS	01	Prestação De Serviços De Técnico De Enfermagem Com Registro No Conselho De Classe Vigente, para atuação na UBS Municipal 24 Horas. 01 (uma) vaga para contratação imediata	R$ 2.011,88

Técnico (a) de Enfermagem
•Verificar sinais vitais;
•Administrar medicamentos conforme prescrição e supervisão do enfermeiro;
•Realizar curativos e demais procedimentos permitidos pela legislação profissional;
•Auxiliar médicos e enfermeiros durante os atendimentos;
•Preparar pacientes para consultas e procedimentos;
•Realizar coleta de materiais para exames quando habilitado;
•Registrar procedimentos realizados;
•Cumprir as normas de biossegurança;
•Exercer as demais atividades previstas na Lei Federal nº 7.498/1986, no Decreto nº 94.406/1987 e nas Resoluções do COFEN.
Da carga horária: A carga horária deverá respeitar o horário de funcionamento do departamento pelo qual a contratada estará prestando os serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 30 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	NOME DA EMPRESA/CNPJ
01	AMANDA LETICIA AMARAL BRITO – 093.***.***-24

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

AMANDA LETICIA AMARAL BRITO
Representante Legal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D742049F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2026-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 023/2026-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
05	12 MESES	30h SEMANAIS	01	Prestação de serviços de Assistente Social, com registro no conselho de classe Vigente, para atuação na Secretaria de Saúde.	R$ 3.101,67
Assistente Social •Realizar atendimento e acompanhamento social aos usuários dos serviços de saúde, visando identificar necessidades sociais e promover o acesso aos direitos previstos em lei; •Realizar avaliação social, entrevistas, orientações e encaminhamentos aos usuários e familiares, conforme as demandas identificadas; •Desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento da rede de proteção social; •Realizar articulação com os serviços da rede socioassistencial, órgãos públicos e demais instituições, quando necessário, para garantir a continuidade da assistência ao usuário; •Elaborar relatórios, pareceres, estudos sociais e registros técnicos referentes aos atendimentos realizados; •Participar de reuniões de equipe multiprofissional, contribuindo com a análise dos aspectos sociais relacionados ao processo saúde-doença; •Realizar acompanhamento de pacientes em situações de vulnerabilidade social, risco social, abandono, violência, negligência ou outras situações que demandem intervenção profissional; •Orientar usuários e familiares quanto aos seus direitos sociais, benefícios, programas e serviços disponíveis; •Participar das ações de planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelas unidades de atendimento; •Cumprir as normas de ética profissional, biossegurança e protocolos institucionais aplicáveis; •Exercer as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, no Código de Ética Profissional do Assistente Social e nas normativas do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.				
Da carga horária: A carga horária deverá respeitar o horário de funcionamento do departamento pelo qual a contratada estará prestando os serviços.					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 30 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para

contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	NOME DA EMPRESA/CNPJ
01	ODALICE LUCIZANO – 511.***.***-34

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ODALICE LUCIZANO
Representante Legal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7F207FBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2026-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 023/2026-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Item	Período	Carga Horária	Vagas	Descrição / Especificação	Estimativa Mensal
01	12 MESES	40h SEMANAIS	01	Prestação de serviços de Enfermeiro (a), com registro no conselho de classe vigente, para atuação na UBS Municipal 24 Horas. 01 (uma) vaga para contratação imediata	R$: 4.627,32

Enfermeiro:
•Realizar consulta de enfermagem;
•Realizar acolhimento e classificação de risco, quando aplicável;
•Administrar medicamentos conforme prescrição médica e protocolos vigentes;
•Executar procedimentos privativos do enfermeiro;
•Supervisionar e orientar a equipe de Técnicos de Enfermagem;
•Elaborar registros e evolução de enfermagem nos prontuários;
•Participar das ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde;
•Cumprir as normas de biossegurança, ética profissional e protocolos institucionais;
•Exercer as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 7.498/1986, no Decreto nº 94.406/1987 e nas Resoluções do COFEN.
Da carga horária: A carga horária deverá respeitar o horário de funcionamento do departamento pelo qual a contratada estará prestando os serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 30 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	NOME DA EMPRESA/CNPJ
01	ZEFFER GUENO DE OLIVEIRA – 015.***.***-89

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ZEFFER GUENO DE OLIVEIRA
Representante Legal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D7598F05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2026-PMI

v

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente ADEMIR DE SOUZA SILVA 09446576997, inscrita no CNPJ nº. 31.880.920/0001-75, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Pintura (cal) em meio-fio nas Ruas e Avenidas pertencentes ao Munícipio de Ivatuba -PR, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 034/2026-PMI, no valor de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2E78599F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 035/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente SMARQTRACK RASTREADORES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 37.287.348/0001-11, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento veicular, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 035/2026-PMI, no valor de R$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais)

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:FD0136F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026-PMI EDITAL DE CHAMAMENTO 007/2026

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 023/2026-PMI, que tem por objeto Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços profissionais de Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem e Assistente Social, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba/PR, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como credenciadas as empresas: AMANDA LETICIA AMARAL BRITO, inscrita no CPF sob nº.: 083.***.***-24, no valor total de R$ 2.011,88 (dois mil e onze reais e oitenta e oito centavos) mensal, ODALICE LUCIZANO, inscrita no CPF sob nº.: 511.***.***-34, no valor total de R$ 3.101,67 (três mil centos e um reais e sessenta e sete centavos) mensal e : ZEFFER GUENO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº.: 015.***.***-89, no valor total de R$ 4.627,32 (quatro mil seiscentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos) mensal.

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:61AD0434

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026, NOS TERMOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro de 2026, às 15h00 (quinze horas), no recinto da Câmara Municipal de Ivatuba, situada na Rua Valentina, nº 91, na cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, foi realizada a Audiência Pública destinada à demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 2º (segundo) quadrimestre do exercício de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Os trabalhos foram conduzidos pelo Contador da Prefeitura Municipal de Ivatuba, Sr. Eric Anderson Tihara, que convidou o Sr. Jean Antônio do Carmo para atuar como secretário ad hoc desta audiência. O Sr. Eric deu início à apresentação, agradecendo, em nome do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara Municipal e dos Secretários Municipais, a presença de todos os participantes. Em seguida, apresentou a estrutura da audiência e os principais temas a serem abordados: Receitas e Despesas Orçamentárias; Execução Financeira e Patrimonial; Indicadores Fiscais, Legais e de Gestão; do Poder Executivo, Poder Legislativo e do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, com detalhamento das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Foram apresentados os seguintes demonstrativos: receita arrecadada e prevista; despesas realizadas por função, fonte e natureza; transferências realizadas ao Poder Legislativo e ao RPPS; resultado orçamentário; Receita Corrente Líquida – RCL; dívida consolidada e dívida fundada; disponibilidades financeiras; cumprimento dos limites constitucionais e legais referentes à educação, saúde, pessoal, endividamento e operações de crédito; quadro de pessoal e encargos; regularidade fiscal do Município perante os órgãos de controle; bem como investimentos em equipamentos e obras públicas realizados até o encerramento do 2º quadrimestre de 2026. Também foram apresentados os demonstrativos específicos do Poder Legislativo, do RPPS, da Assistência Social, da Educação e da Saúde, com seus respectivos relatórios de execução orçamentária e financeira. Na sequência, fez uso da palavra a Secretária Municipal de Saúde, Silvana Mori, que apresentou relato das ações desenvolvidas por sua pasta durante o período, destacando projetos em andamento, execução orçamentária setorial e indicadores de desempenho. Posteriormente, manifestou-se o Prefeito Municipal, que agradeceu a apresentação realizada e a presença dos participantes, tecendo considerações acerca da gestão municipal. Após as manifestações, a palavra foi novamente franqueada aos presentes, não sendo registrados questionamentos ou manifestações formais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Eric Anderson Tihara agradeceu a presença de todos e declarou oficialmente encerrada a Audiência Pública. E, para constar, eu, Jean Antônio do Carmo, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, na qualidade de secretário ad hoc, e pelo responsável técnico pela apresentação, Sr. Eric Anderson Tihara, ficando as assinaturas dos demais participantes registradas em lista de presença anexa, que passa a integrar o presente documento.

ERIC ANDERSON TIHARA

JEAN ANTÔNIO DO CARMO

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A69EB055

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2027, DO MUNICÍPIO DE IVATUBA – ESTADO DO PARANÁ.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro de 2027 (dois mil e vinte e sete), às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), no recinto da Câmara Municipal de Ivatuba, situada na Rua Valentina, nº 91, na cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, teve início a Audiência Pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027 do Município de Ivatuba/PR. Os trabalhos foram coordenados pelo Contador da Prefeitura, Senhor Eric Anderson Tihara, que convidou o servidor público municipal Jean Antônio do Carmo para atuar como secretário "ad hoc" da audiência. Iniciando a audiência, o Contador Eric Anderson Tihara agradeceu, em nome do Prefeito Municipal, Varlei Vercezi, do Vice-Prefeito, Giancarlo Ghelere dos Santos, do Presidente do Poder Legislativo, Maristelvio Tenedini, e da Secretária de Fazenda, Franciele Diniz Zordan, a participação de todos os presentes. Em seguida, apresentou como seria realizada a apresentação e os temas a serem abordados: receitas, despesas e investimentos, de forma detalhada por entidade (Executivo, Legislativo e RPPS). Dando continuidade aos trabalhos, foram apresentados detalhadamente os demonstrativos da LOA 2027, compreendendo: despesas orçamentárias por função de governo; despesas orçamentárias por natureza da despesa; detalhamento das receitas orçamentárias; projetos e investimentos. O valor da Lei Orçamentária Anual – LOA 2027 ficou estabelecido em R$ 42.840.000,00 (quarenta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil reais), sendo R$ 34.387.500,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) para o Poder Executivo, R$ 1.732.500,00 (um milhão, setecentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) para o Poder Legislativo e R$ 6.720.000,00 (seis milhões, setecentos e vinte mil reais) para o RPPS. Após as apresentações, a palavra foi franqueada aos participantes para comentários, sugestões e questionamentos sobre a LOA 2027. Os participantes interagiram, apresentando comentários e questionamentos, os quais foram prontamente esclarecidos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Eric Anderson Tihara agradeceu a presença de todos e declarou oficialmente encerrada a Audiência Pública. E, para constar, eu, Jean Antônio do Carmo, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, na qualidade de secretário ad hoc, e pelo responsável técnico pela apresentação, Sr. Eric Anderson Tihara, ficando as assinaturas dos demais participantes registradas em lista de presença anexa, que passa a integrar o presente documento.

ERIC ANDERSON TIHARA

JEAN ANTÔNIO DO CARMO

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:ABDDC219

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO ERRATA EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 061/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026.

Na publicação em Diário Oficial Municipal do dia 25/09/2026.

Código Identificador: B85BEFBE.

Onde se lê:
"CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.
FORNECEDOR: INDREL INDUSTRIA DEREFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA.
CNPJ: 78.589.504/0001-86."

Leia-se:

"CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.
FAVORECIDO: INDREL CARE SERVICOS LTDA
CNPJ: 59.669.953/0001-90."

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:E823BEEA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 664/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 01/10/2026, no contrato temporário de excepcional interesse público, devidamente aprovado no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 07.02/2026 de 11/08/2026, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, para ingresso no cargo público de Motorista de Transporte Escolar, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas:

NOME	CPF
SERGIO LUIZ DA CRUZ	***.555.219-**
DIRCEU GONCALVES RODRIGUES	***.287.059-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 30 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:ABEA2627

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.665/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 1.437,84** (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **GISLEINE LIMA DA SILVA**, Assistente Social do Serviço de Acolhimento Familiar e da Casa Lar, referente ao pagamento 03 (três) diárias face a viagem que fará a Foz do Iguaçu - Pr., para participar nos dias 08 e 09/10/2026, do **1º Seminário sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**. As **despesas com transportes e diárias serão custeadas pelo Município, utilizando recursos provenientes do Fundo Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente**, referentes ao Incentivo Estadual voltado à garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, conforme Deliberação nº. 13/2025 –CEDCA/PR., observadas as normas aplicáveis à utilização dos recursos. Saída às 07h00 do dia 07/10/2026, e retorno às 06h00 do dia 10/10/2026, conforme Processo nº.4417/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 30 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:85AA7651

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.666/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 1.437,84** (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **NATHALIA MAZZETTO SARAIVA**, Psicóloga da Casa Lar Acolher Bem, referente ao pagamento 03 (três) diárias face a viagem que fará a Foz do Iguaçu - Pr., para participar nos dias 08 e 09/10/2026, do **1º Seminário sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**. As **despesas com transportes e diárias serão custeadas pelo Município, utilizando recursos provenientes do Fundo Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente**, referentes ao Incentivo Estadual voltado à garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, conforme Deliberação nº. 13/2025 –CEDCA/PR., observadas as normas aplicáveis à utilização dos recursos. Saída às 07h00 do dia 07/10/2026, e retorno às 06h00 do dia 10/10/2026, conforme Processo nº.4418/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 30 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:B0F1EE51

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 667/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

EXONERAR a pedido a Sr.ª. LETICIA FRANCIELI VALERIO PIASSA, Mat 8147843, portadora do CPF ***.286.489--**, do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/10/2026, conforme Protocolo nº. 4458/2026.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 30 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:6FD49358

GOVERNO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 011/2026.

Súmula: Dispõe sobre a eleição da Presidência e da Vice-Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pelas Leis Municipais nº 020/2024 e nº 022/2024;
CONSIDERANDO o Ofício nº 12/2026, encaminhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã – APAE, solicitando a alteração de seus representantes junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação e a eleição realizadas durante a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ocorrida em 15 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica formalizada a eleição da Sra. NÁDIA TEIXEIRA CAIRIS, representante governamental, para exercer a função de Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Jaguapitã/PR, e da Sra. NEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA, representante não governamental, para exercer a função de Vice-Presidente do referido Conselho.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã - Paraná, 15 de setembro de 2026.

CRISTIANE FRANCISCO
Presidente do CMDCA
Jaguapitã - Paraná

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0BF7BE00

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa MASSA EMPREITEIRA LTDA, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 004/2025 – Processo Administrativo nº 033/2025, para prestação, sob demanda, de serviços de mão de obra de construção civil, compreendendo as funções de Mestre de Obras, Pedreiro e Auxiliar de Pedreiro, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: MASSA EMPREITEIRA LTDA.
CNPJ: 36.516.689/0001-59.
VALOR ESTIMADO: R$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 21 de maio 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:C3780927

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico, através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE – PEAD, DESTINADOS À EXECUÇÃO DA INTERLIGAÇÃO DO POÇO 11 – PIRACAIA À UNIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços serão realizados por meio da plataforma eletrônica www.bll.org.br, a partir das 08h00min do dia 02 de outubro de 2026 até às 08h00min do dia 14 de outubro de 2026.
A **abertura das propostas e o início da sessão pública** do Pregão Eletrônico ocorrerão às 08h30min do dia 14 de outubro de 2026.
Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos: Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes ao Edital deverão ser apresentados até o dia 08 de outubro de 2026, na forma e pelos meios previstos no instrumento convocatório.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações do SAMAE e poderá ser solicitado através do e-mail samaejag@hotmail.com.
Mais informações: O Edital e demais informações referentes ao certame poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, pelo telefone (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:FD297C18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 365/2026 DE 25/09/2026

Decreto nº 365/2026 de 25/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 69.900,00 (sessenta e nove mil novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.084. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENS FUNDAMENTAL
291 - 3.3.90.30.00.00 10104 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.452.0600.2.169. SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
439 - 3.3.90.30.00.00 10511 MATERIAL DE CONSUMO 9.900,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.782.0600.2.171. MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL
446 - 3.3.90.30.00.00 10000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação ;
Receita: 1.1.2.2.01.03.00.00000000 Fonte: 10000 1.800,00
Receita: 1.1.2.2.01.04.00.00000000 Fonte: 10000 1.000,00
Receita: 1.6.9.9.99.01.02.00000000 Fonte: 10000 7.100,00
Receita: 1.7.1.1.51.21.00.00000000 Fonte: 10000 60.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:E0D5DA35

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 55 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 215/2026
ID CONTRATO 2348
PROCESSO ADM 103/2026
CERTAME DISPENSA 55/2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: MARCIELLI GONÇALVES FERREIRA DOS REIS - MEI
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de garrafas 600 ml personalizadas destinadas aos professores da rede municipal de ensino, em razão das comemorações alusivas ao Dia dos Professores.
DO VALOR TOTAL: R$ 2.236,00 (dois mil duzentos e trinta e seis reais).
RED 178 04.002.12.361.0401.2070.3.3.90.32.00.00 – 10104 – MATERIAL BEM OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
RED 230 04.002.12.365.0401.2069.3.3.90.32.00.00 – 10104 – MATERIAL BEM OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
RED 228 04.002.12.365.0401.2068.3.3.90.32.00.00 – 10104 – MATERIAL BEM OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
DA VIGÊNCIA: 30 DE SETEMBRO DE 2026 A 30 DE OUTUBRO DE 2026

DO FISCAL DE CONTRATO: MARIA ALTANIRA DE OLIVEIRA REIS – PREFESSORA
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:D0941C76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2026/CMDI

SÚMULA: APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS QUANTO AO INCENTIVO PROJETO VIAJA MAIS 60 – FASE II – DA DELIBERAÇÃO 034/2024/CEDIPI/PR REFERENTE AO INCENTIVO UNAPI DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O CMDI (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2013 e;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 034/2024 do CEDIPI/PR que aprova o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o Projeto "Viaja Mais 60 – Fase II", como cofinanciamento com a finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio do fomento das atividades turísticas, incentivando o seu bem-estar e o desenvolvimento econômico das Regiões Turísticas Paranaense;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 30 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar, sem ressalvas, a Prestação de Contas do **Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II**, referente à Deliberação CEDIPI nº 034/2024, executado pelo município de Jundiaí do Sul – PR, correspondente à Prestação de Contas Anual de 2025, abrangendo a execução e os pagamentos realizados no período do pagamento do recurso até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa declara, para fins de prestação de contas perante os órgãos competentes, que considera regular a execução dos recursos do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II no período analisado, aprovando sua Prestação de Contas Anual de 2025 sem ressalvas.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 30 de setembro de 2026.

MARIA NELCI MARCIANO DE OLIVEIRA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:98AFF4B8

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026/CMDI

SÚMULA: APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS QUANTO AO PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ INSTITUÍDO PELA DELIBERAÇÃO CEDIPI Nº 035/2024 REFERENTE AO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O CMDI (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2013 e;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 035/2024 do CEDIPI/PR que aprova repasse de recursos financeiros aos municípios, na modalidade fundo a fundo, como cofinanciamento para o "Programa Cuida Mais Paraná", tendo como linha de ação a promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 30 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar, sem ressalvas, a Prestação de Contas Anual de 2025 do **Programa Cuida Mais Paraná – Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por meio de Práticas de Atividades Físicas e de Estímulos Cognitivos**, referente à Deliberação CEDIPI nº 035/2024, relativamente ao período compreendido entre o recebimento dos recursos e os pagamentos realizados até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Fica APROVADA a justificativa apresentada pelo Departamento Municipal de Assistência Social – DMAS quanto à não execução do recurso durante o período da Prestação de Contas Anual de 2025, considerando que houve atraso no processo administrativo necessário à contratação do profissional responsável pela execução do programa no âmbito municipal.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 30 de setembro de 2026.

MARIA NELCI MARCIANO DE OLIVEIRA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:6D46E2CD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 172/2026

SÚMULA: Altera a designação do servidor Denis Vinicius Viana, Matrícula 220552, Enfermeiro Padrão e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, juntamente com a Diretora do Departamento Municipal de Saúde,
CONSIDERANDO o disposto no art. 30, § 1º, da Lei Municipal nº 090, de 20 de março de 1997, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos municipais, permitindo a alteração de designação a qualquer tempo por necessidade ou interesse do serviço;
CONSIDERANDO que a designação se refere ao local onde o servidor desempenhará suas atividades, sendo essa alteração registro formal de ato administrativo que materializa deliberação previamente comunicada ao servidor;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de contar com servidor enfermeiro do sexo masculino no Centro de Saúde (UBS) desta municipalidade, em atendimento às demandas operacionais daquela unidade de saúde e para melhor adequação do quadro funcional às necessidades do serviço público;
CONSIDERANDO que o servidor Denis Vinicius Viana já foi devidamente informado desta alteração no momento da elaboração da escala de trabalho, estando ciente da mudança de sua unidade de lotação;
CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em otimizar a alocação de recursos humanos nas unidades de saúde, buscando melhor atender à população jundiaense;
RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a designação de Denis Vinicius Viana, Matrícula 220552, Enfermeiro Padrão, que passará a desempenhar suas atividades no Centro de Saúde (UBS) desta municipalidade, a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º O servidor desempenhará suas atividades no horário de 07h00 (sete horas) às 17h00 (dezessete horas), com intervalo para almoço de 11h00 (onze horas) às 13h00 (treze horas).
Art. 3º Ressalte-se que esta designação representa a formalização de ato administrativo anteriormente comunicado ao servidor, cumprindo-se, assim, os procedimentos de transparência e informação necessários à boa administração pública.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

CASSIA REGINA PAIVA
Diretora do Departamento Municipal de Saúde.

Publicado por:
Adauheber Macedo da Silva
Código Identificador:DCB05633

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **Empresa INSTITUTO PIO XII,** CNPJ nº 77.670.784/0001-90.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo de Dispensa de Licitação nº 33/2026, nos termos da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.

OBJETO: A Contratação de Casa de Apoio para prestação de serviços de hospedagem aos pacientes e acompanhantes que realizam tratamento oncológicos na cidade de Londrina, pelo período de 12 (doze) meses retiradas conforme a necessidade pelo período estimado de 12 (doze) meses, em atendimento a Lei Municpal nº 811/2026 de 28 de abril de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação na Lei Orçamentária nº 802 de 22/12/2025.

VIGENCIA: 12 meses.
VALOR: R$ R$ 13.200,00(treze mil e duzentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul - PR, 29 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:70005001

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 164/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Capítulo V, Artigo 42, § 2º, da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997, e considerando os serviços públicos que são realizados nos sábados e feriados apurados no período de 16 de agosto de 2026 à 15 de setembro de 2026.

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a pagar aos servidores públicos municipais que prorrogaram suas jornadas de trabalho em até 50 (cinqüenta) horas mensais retroagindo seus efeitos à 16 de agosto de 2026.

Matrícula	Servidor	Cargo/Função	Qtd.Horas
220547	Ludimila Caren Martins Jesuino		4,00
220533	Felipa Beatriz dos S. Oliveira	Enfermeira	29,00
220539	Adriele Ribeiro de Goes	Enfermeira	25,00
8741	Willyane Cristine G. Vergílio	Técnica de Enfermagem	9,00
220725	Jacqueline Ap. Viana Gabriel	Técnica de Enfermagem	4,00
220546	Regiane Aparecida de Oliveira	Enfermeira	12,00

Revogam-se as disposições em contrário, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:2E3382EB

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 165/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Capítulo V, Artigo 44 e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997 (ESMJS),

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a pagar o Adicional Noturno aos servidores municipais abaixo relacionados que realizaram serviços no período noturno de 16 de agosto de 2026 à 15 de setembro de 2026.

Matrícula	Servidor	Cargo/função
220536	Alessandra Alves Martins	Técnica de Enfermagem
00466-1	Adécio José Pinto	Operário
220548	Gimayma Raiane de A. Santos	Técnica de Enfermagem
220539	Adriele Ribeiro de Góes	Enfermeira
220645	Diego Brasil de Oliveira	Motorista de Ambulância
220533	Felipa Beatriz dos Santos Oliveira	Enfermeira
220537	André Fragati Siqueira	Técnico de Enfermagem
220725	Jacqueline Aparecida Viana Gabriel	Técnica de Enfermagem
220552	Denis Vinicius Viana	Enfermeiro
220546	Regiane Aparecida de Oliveira	Enfermeira
220606	Valdinéia Nunes Marcelino	Técnica de Enfermagem
8741	Willyane Cristine Granemann Vergílio	Técnica de Enfermagem
220547	Ludimila Caren Martins Jesuíno	Técnica de Enfermagem

Revogam-se as disposições contrárias, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:E8268729

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 166/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, considerando a Lei 14.434/2022, a Resolução SESA nº. 1332/2023 e a Lei Municipal nº. 720/2023,

RESOLVE

Determinar o pagamento do complemento do piso da enfermagem referente ao mês de setembro de 2026 as servidoras abaixo relacionadas:

- Alessandra Alves Martins –Técnica de Enfermagem

- André Fragati Siqueira – Técnico de Enfermagem

- Gimayma Raiane de Araujo Santos – Técnica de Enfermagem

- Ludimila Caren Martins Jesuino – Técnica de Enfermagem

- Willyane Cristine Granemann Vergílio – Técnica de Enfermagem

- Valdinéia Nunes Marcelino - Técnica de Enfermagem

- Jacqueline Aparecida Viana Gabriel – Técnica de Enfermagem

- Sílvia Lea Marceno Sumizawa – Técnica de Enfermagem

Revogam-se as disposições contrárias, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:EE9B15BD

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 167/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, considerando o Art. 88, da Lei Municipal 90/97, de 20/03/1997,

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a conceder o pagamento de Adicional de Insalubridade aos servidores Adécio José Pinto, Agneu Cipriano da Silva, David Gonçalves de Castro, Felipe Francisco Leite, Jacquesson Miler Granemann Rodrigues, Luiz Antonio dos Santos, Vandeil Romão, Wellington Pinheiro Viana, Willian da Silva Leite, Rodrigo Fernando Custódio Rabelo, Eliezer Teles de Oliveira, Gustavo de Paula Louzano.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:4CFC2FDF

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas em conformidade com a Lei Municipal 786/2025,

RESOLVE

Autorizar o responsável pela Divisão de R.H. a lançar nas folhas de pagamentos do mês de setembro de 2026, o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referente ao Programa de Alimentação do Servidor – PAS a todos os servidores ativos, efetivos, comissionados, temporários e conselheiros tutelares.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:C000A18C

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Determinar ao responsável da Divisão de Recursos Humanos a pagar diferença de vencimentos referente ao mês de setembro de 2026 aos servidores, Viviani Cristina Leite, Willian da Silva Leite.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:243A0D80

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 170/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE
EXONERAR a pedido, por motivo de aposentadoria, a partir do dia 30 de setembro de 2026, a servidora efetiva ocupante do cargo de Professora, Sra. Márcia Cristina Camargo da Silva, portadora do CPF/MF nº. 937.524.079-72.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:CE67D948

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 171/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

EXONERAR a pedido, por motivo de aposentadoria, a partir do dia 30 de setembro de 2026, o servidor efetivo ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Sr. Luiz Gustavo Rodrigues Bertin, portador do CPF/MF nº. 078.803.989-02.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:F4006051

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 76.2026

SÚMULA: Altera o Decreto Municipal nº 10, de 07 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a regionalização de licitações no âmbito do Município de Jundiaí do Sul/PR, estabelece critérios para definição de âmbito regional e para o parcelamento territorial dos objetos licitados, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO PEDRO, Prefeito Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelecem tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, especialmente quanto à possibilidade de estabelecimento de prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 163, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 716, de 13 de setembro de 2023, que institui o Programa Municipal de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local e Regional denominado **"AVANÇA JUNDIAÍ DO SUL";**
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento da contratação, busca da proposta mais vantajosa, competitividade, eficiência e possibilidade de parcelamento do objeto quando técnica e economicamente viável;
CONSIDERANDO a divisão territorial estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que identifica a Região Geográfica Intermediária de Londrina sob o código 4105, composta por diferentes Regiões Geográficas Imediatas, constituindo referência territorial objetiva para fins de planejamento e regionalização das contratações públicas;
CONSIDERANDO que o Município de Jundiaí do Sul está inserido na Região Geográfica Imediata de Santo Antônio da Platina – código 410022, integrante da Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região, fomentar o desenvolvimento econômico regional, ampliar a competitividade dos certames e possibilitar maior eficiência na execução dos contratos;
CONSIDERANDO que o parcelamento territorial poderá ser adotado quando demonstrada sua viabilidade técnica e econômica e quando não resultar em prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 10, de 07 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com as alterações estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O art. 3º do Decreto Municipal nº 10/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º Para fins de aplicação dos benefícios e critérios de regionalização previstos neste Decreto, considera-se:
I – <u>âmbito local:</u> os limites geográficos do Município de Jundiaí do Sul;
II – <u>âmbito regional:</u> a área geográfica será definida para cada contratação, conforme as características do objeto, o mercado fornecedor e a justificativa constante da fase de planejamento, podendo ser definidos os seguintes recortes territoriais:
a) Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105: a região definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas que a integram;
b) Região Geográfica Imediata: cada uma das subdivisões territoriais integrantes da Região Geográfica Intermediária de Londrina, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
§ 1º Para os fins deste Decreto, a Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105 poderá ser adotada como referência de âmbito regional, desde que tal delimitação seja compatível com as características do objeto e com o respectivo mercado fornecedor.
§ 2º A Administração poderá, mediante justificativa técnica constante da fase de planejamento, adotar como âmbito regional a totalidade da Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105, uma ou mais de suas Regiões Geográficas Imediatas, ou outro recorte territorial tecnicamente justificável.
§ 3º A definição do âmbito regional deverá considerar, entre outros elementos:
I – a natureza e as características do objeto;
II – a necessidade de proximidade entre fornecedor e local de execução ou entrega;
III – a existência e a distribuição do mercado fornecedor;
IV – a quantidade de microempresas e empresas de pequeno porte potencialmente aptas à execução do objeto;
V – a necessidade de ampliação da competitividade;
VI – a promoção do desenvolvimento econômico e social regional;
VII – a eficiência e a vantajosidade da contratação; e
VIII – a inexistência de prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.
§ 4º A adoção de critério territorial diverso da definição estabelecida neste artigo deverá ser expressamente motivada nos autos do processo licitatório."

Art. 3º Fica acrescido ao Decreto Municipal nº 10/2025 o art. 3º-A, com a seguinte redação:
"Art. 3º-A. A Administração poderá promover o parcelamento territorial do objeto licitado, mediante a criação de lotes ou grupos de itens correspondentes a diferentes âmbitos regionais, sempre que o objeto possuir natureza divisível e tal medida for técnica e economicamente viável.
§ 1º O parcelamento territorial poderá compreender, conforme as características do objeto:
I – lote correspondente ao âmbito local;
II – lote correspondente à Região Geográfica Imediata na qual se encontra o Município de Jundiaí do Sul;
III – lotes correspondentes às demais Regiões Geográficas Imediatas integrantes da Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105; ou
IV – outros agrupamentos territoriais devidamente justificados no processo de contratação.

§ 2º A divisão territorial deverá ser estabelecida na fase de planejamento da contratação, mediante justificativa técnica e econômica que demonstre a conveniência da medida e sua compatibilidade com o interesse público.
§ 3º A criação de lotes territoriais não poderá ser utilizada com a finalidade de restringir indevidamente a competitividade, devendo ser observados os princípios da isonomia, da livre concorrência, da vantajosidade, da eficiência e do desenvolvimento econômico e social.
§ 4º Sempre que o lote territorial for destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na respectiva região, o processo deverá conter justificativa específica acerca da adoção da restrição territorial, observados os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006."

Art. 4º O art. 5º do Decreto Municipal nº 10/2025 passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:
"Art. 5º (...)
III – estabelecer, quando técnica e economicamente viável, critérios de divisão territorial dos objetos licitados, especialmente nas contratações de bens, serviços e obras cuja execução, entrega ou logística possam ser realizadas de forma independente em diferentes regiões;
IV – promover, quando devidamente justificado, a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região correspondente ao respectivo lote territorial, observados os limites e condições estabelecidos na legislação federal e neste Decreto."

Art. 5º O art. 6º do Decreto Municipal nº 10/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 6º Desde que o parcelamento seja técnica e economicamente viável e não cause prejuízo ao interesse público, os objetos divisíveis deverão ser parcelados em itens, lotes ou grupos de itens, podendo ser adotado, além do parcelamento por natureza ou características do objeto, o parcelamento territorial ou regional.
§ 1º O parcelamento territorial poderá ser utilizado especialmente quando houver diferenças relevantes quanto:
I – aos custos de transporte e logística;
II – às distâncias entre os fornecedores e os locais de entrega ou execução;
III – à capacidade de atendimento dos fornecedores;
IV – à existência de mercados fornecedores distintos;
V – à necessidade de atendimento simultâneo de diferentes localidades; ou
VI – à promoção do desenvolvimento econômico e social regional.
§ 2º A divisão territorial deverá ser precedida de justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, documento de formalização da demanda ou outro documento da fase de planejamento que demonstre sua viabilidade e conveniência.
§ 3º O fato de o valor global da contratação superar os limites previstos para os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte não impedirá o parcelamento do objeto em itens ou lotes individualmente adjudicáveis, devendo ser observada a legislação aplicável a cada item ou lote.
§ 4º Quando houver lotes destinados exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, o edital deverá indicar expressamente a delimitação territorial aplicável a cada lote e os requisitos necessários à comprovação da sede ou estabelecimento no território correspondente."

Art. 6º Fica acrescido o art. 6º-A ao Decreto Municipal nº 10/2025:
"Art. 6º-A. Para fins de planejamento das contratações que admitam regionalização, poderão ser utilizados como referência territorial os seguintes recortes da Região Geográfica Intermediária de Londrina – código 4105, conforme classificação do IBGE:
I – Região Geográfica Imediata de Londrina – código 410021;
II – Região Geográfica Imediata de Santo Antônio da Platina – código 410022;
III – Região Geográfica Imediata de Apucarana – código 410023;
IV – Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio-Bandeirantes – código 410024;
V – Região Geográfica Imediata de Ivaiporã – código 410025; e
VI – Região Geográfica Imediata de Ibaiti – código 410026.

Parágrafo único. A utilização de qualquer dos recortes territoriais previstos neste artigo dependerá da compatibilidade com o objeto e de justificativa constante do processo administrativo, não constituindo obrigação de adoção automática ou indistinta em todas as contratações."

Art. 7º Nos processos licitatórios que adotarem a regionalização prevista neste Decreto, a fase de planejamento deverá apresentar justificativa específica, contendo, sempre que aplicável:

I – a descrição do objeto e sua natureza divisível;
II – a justificativa para a adoção do parcelamento territorial;
III – a definição da região ou das regiões abrangidas;
IV – a demonstração da viabilidade técnica e econômica da regionalização;
V – a demonstração da existência de mercado fornecedor na região ou regiões abrangidas;
VI – a justificativa para eventual restrição de participação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;
VII – a demonstração da vantajosidade para a Administração; e
VIII – a demonstração da contribuição para o desenvolvimento econômico e social local ou regional.

Art. 8º A regionalização prevista neste Decreto deverá ser utilizada de forma planejada e proporcional, não podendo resultar em fracionamento indevido da contratação, prejuízo à economia de escala, perda de vantajosidade ou restrição injustificada à competitividade.

Art. 9º Ficam mantidas as demais disposições do Decreto Municipal nº 10, de 07 de fevereiro de 2025, que não forem incompatíveis com o presente Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Joao Pedro Soares de Arruda Dos Reis
Código Identificador:EF0536DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29945, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Retifica o Decreto nº 29938, de 25.09.2026.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 23811/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica retificada a informação da data de exoneração da servidora MARIA JULIA FERREIRA DA SILVA, passando o Art. 1º do Decreto nº 29938, de 25.09.2026, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 22.09.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

MARIA JULIA FERREIRA DA SILVA

RG: 14240438-9/PR
CPF: 087.514.379-29
COZINHEIRA
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 1
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER”

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 30 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3E771FD6

GABINETE
DECRETO Nº 29946, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 4337, de 04.02.25,

• Considerando a Lei nº 3803, de 18.06.2021;

• Considerando o Processo Digital nº 16730/2026, da Ouvidoria Geral do Município;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica DESIGNADA, no período compreendido entre 13/10/2026 a 27/10/2026, para exercer o Cargo em Comissão de OUVIDOR GERAL, em substituição da servidora JOSIANE SILVEIRA CARDOSO, em razão de suas férias regulamentares, a servidora MARIA INES LEONARDI SOSSELA, ocupante do Cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º - Conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 56, da Lei Municipal 2280, de 31.12.08, a servidora deverá optar pelo seu vencimento ou pelo vencimento do substituído.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 30 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3064C366

GABINETE
LEI N° 4606, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Denomina de “Rua Benedito Casado Lopes” o logradouro público conforme que especifica.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º – Denomina de "Rua Benedito Casado Lopes", a rua sem denominação localizada no loteamento “Parque dos Tropeiros”, identificada como “Projetada C”.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 28 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Anexo disponível em:
https://bit.ly/Lei4606PML

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:55A9A3EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 054/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de vacinas para campanha antirrábica em cães e gatos do município, através do Sistema de Registro de Preços.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia16/10/2026 às 09:30 horas.
DATA DA SESSÃO: 16/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 27.195,00 (vinte e sete mil e cento e noventa cinco reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 29 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2AFFFECB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 055/2026 - UASG 987657

OBJETO: Aquisição de materiais para continuidade das ações de combate a dengue, materiais para Campanha do DIA D, de combate a dengue, lixeira veicular, bottons, e chaveiros.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia20/10/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 20/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 13.748,00 (treze mil, setecentos e quarenta e oito reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 29 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:00AF9C50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO 002/2026

Informamos que a ATA Nº 027/2026,relativa a divulgação do resultado das empresas habilitadas e ou inabilitadas, no CREDENCIAMENTO Nº 002/2026, que tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA para a prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, incluindo mão de obra, fornecimento de peças, componentes e acessórios, bem como serviços de funilaria, tapeçaria e vidraçaria, serviços de remoção e auxílio mecânico e serviços de guincho, destinados aos veículos leves, utilitários, veículos de médio porte, ônibus, caminhões, veículos especiais (ambulâncias); e ainda, serviços de manutenção com fornecimento de peças, componentes e acessórios em equipamentos a combustão (roçadeiras, sopradores, motosserras, tratores de corte, etc.) pertencentes à frota do Município da Lapa, está disponível para consulta no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br.Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 29 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D959193B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 03/2026, de 18 de maio de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
DARUCHY CARVALHO DIAS	EDUCADOR SOCIAL
MARCIANA MAURER AGUIAR	EDUCADOR SOCIAL
CAROLINE MARTINS SCHMIDT	EDUCADOR SOCIAL

Lapa, 30 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Inscrição no órgão de classe
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:DB1456D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
WILIAN WELINTON BOCKNEK	PROFESSOR

Lapa, 29 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:
RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7D564289

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 409/2026

PORTARIA Nº 409/2026

SÚMULA: Concede férias ao servidor público municipal e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder **20 (vinte) dias de férias** ao servidor público municipal **LUIZ GUILHERME LOPES DOS SANTOS**, matrícula nº **286554**, ocupante do cargo efetivo de **Analista de Controle**, referente ao período aquisitivo de **2024/2025**, a serem usufruídas no período de **29 de setembro de 2026 a 18 de outubro de 2026**.
Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de **29 de setembro de 2026**.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em **30 de setembro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:C85A5C32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 189.2026_LEI 103.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 189/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 103/2026 de 29/09/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.151.		MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS	
1955 - 3.3.72.39.00.00	32041	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	450.000,00
		Total Suplementação:	**450.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1000	50.000,00
Receita: 1.7.1.9.57.01.00.00000000	Fonte: 1000	400.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:B05AD711

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026-PML
PROCESSO Nº. 139/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada na execução de viagem destinada ao público da terceira idade, mediante o fornecimento de pacote completo de viagem para grupo de até 80 (oitenta) pessoas entre pessoas idosas e

acompanhantes, no âmbito do Projeto Paraná Viaja Mais 60, em conformidade com a Deliberação nº 004/2026 CEDIPI/PR, tendo como destino o Hotel Fazenda Salto Bandeirantes, localizado no Município de Santa Fé-PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Município de Loanda-PR.
ABERTURA: às 09:00 do dia 21 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 27.430,55 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 30de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:78A33EC9

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 -CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Súmula: "Aprova a alteração da Atividade 1.1.3 do Plano de Aplicação de Recursos – PAR do segundo ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, e dá outras providências."

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LOANDA – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal aplicável e demais normas pertinentes;

Considerando o Plano de Ação nº 30882120250002-025670 e o Plano de Aplicação de Recursos – PAR, código nº 6IMLPZGDJ3PVQ, referente ao segundo ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, considerando que a programação vigente da Atividade 1.1.3 prevê a realização de Edital de Cursos, no valor de R$ 41.245,40 (quarenta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos);

Considerando a realização de Audiência Pública em 28 de setembro de 2026, às 14h30, na Biblioteca Cidadã, em Loanda – Paraná, ocasião em que a proposta de alteração foi apresentada à comunidade, debatida e submetida à deliberação do Conselho Municipal de Política Cultural;

RESOLVE:

Art. 1º Fica APROVADA a alteração da Atividade 1.1.3 do Plano de Aplicação de Recursos – PAR do segundo ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, vinculada ao Plano de Ação nº 30882120250002-025670 e ao PAR código nº 6IMLPZGDJ3PVQ.

Art. 2º A programação da Atividade 1.1.3, originalmente destinada a "Edital de Cursos", fica alterada para a realização de "Espetáculo teatral de temática natalina", previsto para o mês de dezembro de 2026.

§ 1º O valor destinado à atividade permanece em R$ 41.245,40 (quarenta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

§ 2º A alteração de que trata esta Resolução não implica acréscimo ou redução do valor global do Plano de Aplicação de Recursos.

Art. 3º Fica autorizado o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à formalização da alteração do PAR, incluindo a juntada desta Resolução e das atas e listas de presença correspondentes, as manifestações técnicas e jurídicas pertinentes, a atualização dos registros oficiais e, quando necessário, o encaminhamento aos órgãos competentes para análise, validação ou demais providências cabíveis.

Art. 4º Integram a fundamentação desta Resolução, para fins de comprovação da participação social e da deliberação do Conselho, a Ata de Registro da Audiência Pública, a Ata de Deliberação do Conselho Municipal de Política Cultural e as respectivas listas de presença, referentes à reunião realizada em 28 de setembro de 2026.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Loanda – PR, 28 de setembro de 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
Conselho Municipal de Política Cultural
Loanda – Paraná

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:948717DB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 639

PORTARIA Nº 639/2026.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando a solicitação de jornada de trabalho, protocolado sob nº 7021/2026 de 22/09/2026.

RESOLVE:
Convocar a servidora Grasiele Antonia Siqueira Tarifa Osbahr, matrícula nº 966505, ocupante do cargo efetivo de professora, 20 (vinte) horas semanais, para em regime de jornada suplementar de trabalho, exercer a função de professora substituta em 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Professora Zuleika Aparecida Peterson – E.I.E.F., no período compreendido entre 21 de setembro de 2026 a 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 29 dias de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:E35B6631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Súmula: Institui o Plano Anual de Capacitação da Câmara Municipal de Lobato, estabelece diretrizes para o desenvolvimento permanente dos agentes públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, considerando o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal; considerando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos agentes públicos para o fortalecimento da gestão legislativa e administrativa; considerando as diretrizes de governança pública e desenvolvimento institucional; resolve promulgar a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano Anual de Capacitação da Câmara Municipal de Lobato, destinado a promover o desenvolvimento permanente de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes dos agentes públicos vinculados ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Plano Anual de Capacitação constitui instrumento de planejamento destinado a orientar as ações de formação, treinamento, aperfeiçoamento e atualização profissional dos agentes públicos.

Art. 3º São objetivos do Plano Anual de Capacitação:
I – promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal;
II – desenvolver competências técnicas e gerenciais;
III – aperfeiçoar os processos legislativos e administrativos;
IV – fortalecer a ética, a transparência e a governança pública;
V – estimular a inovação e a melhoria contínua;
VI – assegurar a atualização permanente quanto às alterações legislativas;
VII – promover a utilização eficiente de recursos públicos.

CAPÍTULO II
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º Poderão participar das ações de capacitação:
I – Vereadores;
II – servidores efetivos;
III – servidores ocupantes de cargos em comissão.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º As ações de capacitação observarão os seguintes princípios:
I – interesse público;
II – economicidade;
III – eficiência;
IV – impessoalidade;
V – planejamento;
VI – transparência;
VII – valorização do servidor público.

Art. 6º As ações poderão ocorrer nas modalidades:
I – presencial;
II – semipresencial;
III – a distância;
IV – híbrida.

Art. 7º As capacitações poderão compreender:
I – cursos;
II – seminários;
III – congressos;
IV – simpósios;
V – oficinas;
VI – palestras;
VII – treinamentos;
VIII – encontros técnicos;
IX – programas de formação continuada;
X – outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV
DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Art. 8º Constituem áreas prioritárias de capacitação:
I – processo legislativo;
II – técnica legislativa;
III – direito constitucional, administrativo, financeiro e eleitoral;
IV – licitações e contratos administrativos;
V – controle interno;
VI – gestão pública;
VII – contabilidade pública;
VIII – orçamento público;
IX – recursos humanos;
X – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
XI – Lei de Acesso à Informação – LAI;
XII – ouvidoria pública;
XIII – transparência pública;
XIV – segurança da informação;
XV – tecnologia da informação;
XVI – comunicação institucional;
XVII – atendimento ao cidadão;
XVIII – ética no serviço público;
XIX – acessibilidade e inclusão;
XX – prevenção e combate à corrupção.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO

Art. 9º O Plano Anual de Capacitação será elaborado preferencialmente até 31 de dezembro do exercício anterior ao de sua execução.

Art. 10. O Plano conterá, no mínimo:
I – diagnóstico das necessidades de capacitação;
II – objetivos;
III – público-alvo;
IV – ações previstas;
V – estimativa de custos;
VI – cronograma de execução;
VII – indicadores de avaliação.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO

Art. 11. A participação em ações de capacitação dependerá da compatibilidade entre o conteúdo do evento e as atribuições exercidas pelo participante, observado o interesse público.

Art. 12. Os participantes deverão:
I – cumprir a carga horária prevista;
II – observar as normas da instituição promotora;
III – apresentar certificado ou comprovante de participação, quando houver;
IV – compartilhar os conhecimentos adquiridos quando solicitado pela Administração.

CAPÍTULO VII
DAS DESPESAS

Art. 13. As despesas decorrentes da participação em eventos de capacitação poderão compreender:
I – inscrição;
II – transporte;
III – hospedagem;
IV – alimentação;
V – diárias, quando cabíveis;
VI – aquisição de material didático.

§ 1º As despesas decorrentes das ações de capacitação observarão a legislação orçamentária e financeira, bem como as normas internas da Câmara Municipal.
§ 2º A concessão de diárias para fins de capacitação terá natureza distinta das diárias concedidas por outros motivos, possuindo limites quantitativos próprios e independentes.
§ 3º Fica instituído o seguinte limite quantitativo máximo de diárias anuais exclusivas para capacitação, por agente público:
I – vereadores: até 20 (vinte) diárias por ano;
II – servidores efetivos: até 10 (dez) diárias por ano;
III – servidores ocupantes de cargo em comissão: até 8 (oito) diárias por ano.
§ 4º A concessão de diárias para capacitação observará obrigatoriamente a seguinte ordem de preferência:
I - Vereadores;
II - Servidores efetivos;
III - Servidores ocupantes de cargo em comissão.
§ 5º Em casos excepcionais, o limite quantitativo de diárias para capacitação previsto no § 3º deste artigo poderá ser majorado, mediante prévia e fundamentada justificativa da Presidência, que

responderá pela reposição ao erário na hipótese de ausência de relevante interesse público.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO
Art. 14. As ações de capacitação serão avaliadas quanto à sua efetividade, considerando, entre outros aspectos:
I – satisfação dos participantes;
II – aplicação prática dos conhecimentos;
III – melhoria dos processos internos;
IV – resultados institucionais.
Art. 15. A unidade administrativa responsável elaborará relatório anual contendo:
I – ações executadas;
II – participantes;
III – recursos empregados;
IV – resultados obtidos;
V – recomendações para o exercício seguinte.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. A Presidência poderá editar atos complementares necessários à execução desta Resolução.
Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal.
Art. 18. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 29 de setembro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:606DAE28

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
RESOLUÇÃO Nº 004/2026-L

RESOLUÇÃO Nº 004/2026-L

Súmula: Dispõe sobre a Política de Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Câmara Municipal de Lobato, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **considerando** a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD); **considerando** a necessidade de assegurar a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, **resolve promulgar a seguinte Resolução:**
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução institui a Política de Proteção de Dados Pessoais da Câmara Municipal de Lobato e estabelece princípios, diretrizes, competências, responsabilidades e procedimentos aplicáveis ao tratamento de dados pessoais realizado no exercício das atividades administrativas e legislativas, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Esta Política aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado em meio físico ou eletrônico.

§ 2º As disposições desta Resolução aplicam-se aos Vereadores, servidores efetivos, servidores ocupantes de cargos em comissão, estagiários, terceirizados, prestadores de serviços e demais pessoas que, de qualquer forma, realizem tratamento de dados pessoais em nome da Câmara Municipal.

§ 3º O tratamento de dados pessoais observará, além desta Resolução, as normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e a legislação correlata.

Art. 2º São objetivos da Política de Proteção de Dados Pessoais:

I – assegurar a conformidade da Câmara Municipal com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

II – proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

III – estabelecer padrões de governança e boas práticas no tratamento de dados pessoais;

IV – promover a transparência das atividades de tratamento de dados, observadas as restrições legais;

V – fortalecer a segurança da informação e a prevenção de incidentes envolvendo dados pessoais;

VI – promover a cultura institucional de proteção de dados pessoais;

VII – assegurar a responsabilização dos agentes envolvidos no tratamento de dados pessoais.

Art. 3º O tratamento de dados pessoais pela Câmara Municipal observará os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, especialmente:

I – finalidade;

II – adequação;

III – necessidade;

IV – livre acesso;

V – qualidade dos dados;

VI – transparência;

VII – segurança;

VIII – prevenção;

IX – não discriminação;

X – responsabilização e prestação de contas.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais também observará os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público e proteção dos direitos fundamentais.

Art. 4º O tratamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal será realizado exclusivamente para o atendimento de finalidade pública, na persecução do interesse público e na execução das competências constitucionais, legais e regimentais do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais limitar-se-á aos dados estritamente necessários para a consecução das finalidades institucionais da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES
Art. 5º Para os fins desta Resolução, aplicam-se os conceitos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, especialmente:

I – dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

II – dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III – dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento;

IV – anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a uma pessoa natural;

V – pseudonimização: tratamento pelo qual o dado perde a possibilidade de associação direta ao titular, mantendo-se essa associação por meio de informação adicional mantida separadamente;

VI – banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais estabelecido em um ou mais suportes físicos ou eletrônicos;

VII – titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento;

VIII – tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, tais como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

IX – controlador: pessoa jurídica de direito público a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

X – operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

XI – encarregado pelo tratamento de dados pessoais: pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

XII – agentes de tratamento: o controlador e o operador;

XIII – consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade determinada, quando exigido pela legislação;

XIV – bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XV – eliminação: exclusão de dado pessoal ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento utilizado;

XVI – uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência ou compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades públicas ou entre estas e entidades privadas, observado o disposto na legislação;

XVII – incidente de segurança: evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à violação da confidencialidade, integridade, disponibilidade ou autenticidade de dados pessoais;

XVIII – relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação elaborada pelo controlador contendo a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como as medidas adotadas para mitigação desses riscos;

XIX – plano de adequação: conjunto de medidas administrativas, técnicas e organizacionais destinadas à implementação e manutenção da conformidade da Câmara Municipal com a Lei Geral de Proteção de Dados;

XX – inventário de dados pessoais: documento destinado ao registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Câmara Municipal;

XXI – autoridade nacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E DAS BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

Art. 6º O tratamento de dados pessoais pela Câmara Municipal será realizado somente nas hipóteses autorizadas pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, observados os princípios previstos nesta Resolução e a finalidade pública da Administração.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais pela Câmara Municipal poderá ocorrer, entre outras hipóteses previstas na legislação:

I – para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

II – para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;

III – para a execução de contratos ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;

IV – para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

V – para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

VI – para a tutela da saúde, quando cabível;

VII – para atender ao interesse público, no exercício das competências constitucionais, legais e regimentais da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O consentimento será utilizado como fundamento para o tratamento de dados pessoais apenas quando exigido pela legislação aplicável.

Art. 8º O tratamento de dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo necessário para o atendimento de sua finalidade, abrangendo apenas os dados pertinentes, proporcionais e indispensáveis ao cumprimento das competências institucionais da Câmara Municipal.

Art. 9º A Câmara Municipal adotará medidas para assegurar que os dados pessoais tratados sejam exatos, atualizados, íntegros, seguros e acessíveis apenas às pessoas autorizadas, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais.

Art. 10. As unidades administrativas da Câmara Municipal deverão manter registro das operações de tratamento de dados pessoais sob sua responsabilidade, observadas as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11. A Câmara Municipal de Lobato atuará como controladora dos dados pessoais tratados no exercício de suas competências constitucionais, legais e regimentais.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais observará as diretrizes estabelecidas nesta Resolução, na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e nas normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Art. 12. Compete ao controlador:
I – definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais;

II – assegurar a observância da legislação de proteção de dados pessoais;

III – implementar medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais;

IV – manter registro das operações de tratamento de dados pessoais, quando exigido pela legislação;

V – elaborar ou determinar a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando necessário;

VI – promover a gestão dos riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

VII – adotar medidas destinadas à prevenção e à mitigação de incidentes de segurança;

VIII – designar o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

Art. 13. Os operadores realizarão o tratamento de dados pessoais exclusivamente de acordo com as instruções do controlador, observadas as disposições desta Resolução, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e das normas expedidas pela ANPD.

Parágrafo único. O operador responderá pelos danos decorrentes do tratamento de dados pessoais quando atuar em desconformidade com a legislação ou descumprir as instruções legítimas do controlador, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei.

Art. 14. Os Vereadores, servidores públicos, estagiários, terceirizados, prestadores de serviços e demais colaboradores que tenham acesso a dados pessoais deverão:

I – observar o dever de sigilo e confidencialidade;

II – tratar apenas os dados necessários ao desempenho de suas atribuições;

III – comunicar imediatamente qualquer incidente de segurança ou suspeita de violação de dados pessoais;

IV – observar as políticas internas de segurança da informação e proteção de dados;

V – participar das ações de capacitação promovidas pela Câmara Municipal, quando convocados.

Art. 15. Cada unidade administrativa será responsável pelos dados pessoais tratados no âmbito de suas atividades, devendo:

I – observar as diretrizes estabelecidas nesta Resolução;

II – colaborar com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;

III – manter atualizadas as informações relativas aos processos de tratamento de dados;

IV – adotar medidas para reduzir riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

CAPÍTULO V
DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 16. Fica instituída a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

§ 1º O Encarregado será designado por ato da Presidência da Câmara Municipal.

§ 2º A designação poderá recair sobre servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão ou profissional contratado para essa finalidade, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 17. Compete ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:

I – aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados;

II – prestar esclarecimentos e adotar providências decorrentes das solicitações recebidas;

III – receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

IV – orientar os agentes públicos e colaboradores acerca das práticas relacionadas à proteção de dados pessoais;

V – monitorar o cumprimento desta Resolução e da legislação aplicável;

VI – recomendar medidas destinadas ao aperfeiçoamento da governança em privacidade;

VII – acompanhar a elaboração e a atualização do Plano de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados;

VIII – acompanhar a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando necessários;

IX – colaborar na gestão dos incidentes de segurança envolvendo dados pessoais;

X – exercer outras atribuições previstas na legislação ou determinadas pela Presidência da Câmara Municipal.

Art. 18. As informações de contato do Encarregado deverão permanecer permanentemente disponíveis no Portal da Transparência e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, em local de fácil acesso aos titulares dos dados.

Art. 19. O Encarregado atuará com autonomia técnica no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo da subordinação administrativa prevista na estrutura organizacional da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Art. 20. A Câmara Municipal assegurará aos titulares dos dados pessoais o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, observadas as restrições legais aplicáveis ao Poder Público.

Art. 21. O titular dos dados pessoais poderá requerer, observado o disposto na legislação:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados pessoais;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação;

V – informação sobre o compartilhamento de dados pessoais, quando cabível;

VI – informação acerca das hipóteses legais de tratamento;

VII – revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, quando aplicável;

VIII – outros direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 22. As solicitações dos titulares poderão ser apresentadas por meio físico ou eletrônico disponibilizado pela Câmara Municipal.

§ 1º O pedido deverá conter elementos suficientes para identificação do requerente e especificação da solicitação.

§ 2º Quando necessário, poderá ser exigida a comprovação da identidade do titular ou de seu representante legal, observada a proteção dos dados pessoais.

Art. 23. As respostas às solicitações formuladas pelos titulares serão fornecidas nos prazos e condições estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nas normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e na legislação aplicável.

Art. 24. O exercício dos direitos do titular poderá ser restringido quando houver impedimento previsto em lei, especialmente nas hipóteses relacionadas à segurança pública, à investigação, à persecução penal, ao cumprimento de obrigação legal, ao exercício das competências constitucionais do Poder Legislativo ou à proteção do interesse público.

Parágrafo único. A negativa de atendimento deverá ser fundamentada e comunicada ao requerente, observado o direito de petição e os demais mecanismos de controle previstos na legislação.

Art. 25. A Câmara Municipal promoverá mecanismos de transparência ativa relativos ao tratamento de dados pessoais, disponibilizando informações sobre suas práticas de privacidade, canais de atendimento aos titulares e demais informações exigidas pela legislação vigente.

CAPÍTULO VII
DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 26. A Câmara Municipal adotará medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Art. 27. As medidas de segurança da informação deverão observar, no mínimo:

I – controle de acesso aos sistemas e ambientes que contenham dados pessoais;

II – autenticação dos usuários e gerenciamento de credenciais de acesso;

III – classificação da informação conforme seu grau de sensibilidade;

IV – proteção física e lógica dos ambientes de armazenamento de dados;

V – realização periódica de cópias de segurança (backup);

VI – utilização de mecanismos destinados à preservação da integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações;

VII – registro e monitoramento dos acessos aos sistemas informatizados, quando tecnicamente possível;

VIII – descarte seguro de documentos e mídias que contenham dados pessoais;

IX – adoção de procedimentos para continuidade dos serviços essenciais.

Art. 28. O acesso aos dados pessoais será restrito aos agentes públicos e colaboradores cuja atividade funcional exija o conhecimento dessas informações, observados os princípios da necessidade e do menor privilégio.

Art. 29. Os agentes públicos e colaboradores que tiverem acesso a dados pessoais deverão manter sigilo sobre as informações de que tiverem conhecimento em razão de suas atribuições, permanecendo essa obrigação mesmo após o desligamento de suas funções.

Art. 30. Os documentos físicos e eletrônicos que contenham dados pessoais deverão ser armazenados em ambientes seguros e submetidos a procedimentos de guarda, arquivamento e eliminação compatíveis com a legislação arquivística, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas internas da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VIII
DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA ENVOLVENDO DADOS PESSOAIS

Art. 31. Todo incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados deverá ser comunicado imediatamente ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

Art. 32. Recebida a comunicação, o Encarregado avaliará a natureza, a extensão e os impactos do incidente, podendo solicitar apoio técnico das unidades competentes para sua apuração.

Art. 33. O registro do incidente deverá conter, sempre que possível:

I – a data e a hora da ocorrência ou da ciência do fato;

II – a descrição da natureza do incidente;

III – as categorias de dados pessoais afetadas;

IV – a identificação dos sistemas ou processos envolvidos;

V – a quantidade estimada de titulares afetados;

VI – os riscos decorrentes do incidente;

VII – as medidas de contenção adotadas;

VIII – as providências corretivas e preventivas recomendadas.

Art. 34. Quando o incidente puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a Câmara Municipal adotará as providências previstas na legislação vigente, inclusive a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e aos titulares afetados, quando exigido.

Art. 35. Após a apuração do incidente, poderão ser determinadas medidas destinadas à prevenção de novas ocorrências, incluindo:

I – revisão de procedimentos internos;

II – atualização dos controles de segurança;

III – capacitação dos agentes envolvidos;

IV – revisão dos perfis de acesso;

V – atualização das políticas institucionais.

CAPÍTULO IX
DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS, DA TRANSPARÊNCIA E DAS CONTRATAÇÕES

Art. 36. O compartilhamento de dados pessoais pela Câmara Municipal somente será realizado quando houver fundamento jurídico previsto na legislação e desde que seja necessário ao cumprimento das competências institucionais ou de obrigação legal.

§ 1º O compartilhamento deverá observar os princípios da finalidade, necessidade, adequação, segurança e transparência.

§ 2º Sempre que possível, deverão ser compartilhados apenas os dados estritamente necessários ao atendimento da finalidade pretendida.

Art. 37. A divulgação de informações no Portal da Transparência, no sítio eletrônico oficial, em sistemas informatizados ou por qualquer outro meio de publicidade institucional deverá observar, simultaneamente:

I – a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II – a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

III – as normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

IV – as disposições desta Resolução.

Parágrafo único. Antes da divulgação de informações, deverá ser avaliada a necessidade de anonimização, pseudonimização, restrição ou supressão de dados pessoais cuja publicidade não seja autorizada por lei.

Art. 38. Os dados pessoais somente poderão ser disponibilizados ao público quando houver obrigação legal, determinação judicial, consentimento do titular, quando exigível, ou outro fundamento jurídico previsto na legislação aplicável.

Art. 39. Os contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de parceria e demais instrumentos congêneres celebrados pela Câmara Municipal que envolvam tratamento de dados pessoais deverão conter cláusulas específicas de proteção de dados, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo único. As cláusulas referidas no caput deverão prever, no mínimo:

I – a finalidade do tratamento;

II – as responsabilidades das partes;

III – as medidas de segurança a serem adotadas;

IV – o dever de confidencialidade;

V – a obrigação de comunicação de incidentes de segurança;

VI – a responsabilidade pelo tratamento realizado em desconformidade com a legislação;

VII – as condições para devolução, eliminação ou retenção dos dados ao término da relação contratual.

Art. 40. Os terceiros contratados que realizarem tratamento de dados pessoais em nome da Câmara Municipal deverão demonstrar capacidade para cumprir as exigências da legislação de proteção de dados pessoais, sujeitando-se às auditorias, fiscalizações e demais mecanismos de controle previstos contratualmente ou em lei.

CAPÍTULO X
DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 41. A Câmara Municipal instituirá Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, destinado a assegurar a conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mediante a adoção de mecanismos de prevenção, monitoramento, controle e melhoria contínua das atividades de tratamento de dados pessoais.

Art. 42. O Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais observará, entre outros, os seguintes objetivos:

I – promover a cultura institucional de proteção de dados pessoais;

II – fortalecer os mecanismos de gestão de riscos;

III – assegurar a transparência das atividades de tratamento de dados pessoais;

IV – prevenir incidentes de segurança da informação;

V – promover a melhoria contínua dos processos internos relacionados à proteção de dados pessoais.

Art. 43. O Programa de Governança poderá compreender, entre outros instrumentos:

I – Inventário de Dados Pessoais;

II – Registro das Operações de Tratamento;

III – Plano de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados;

IV – Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando aplicável;

V – Plano de Resposta a Incidentes de Segurança;

VI – Política de Segurança da Informação;

VII – Política de Controle de Acessos;

VIII – Plano de Continuidade dos Serviços;

IX – normas internas de classificação, guarda e descarte de informações;

X – demais instrumentos considerados necessários pela Administração.

Art. 44. A Câmara Municipal realizará, sempre que necessário, avaliações periódicas dos riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais, adotando medidas destinadas à sua eliminação, redução ou controle.

Parágrafo único. As medidas de mitigação de riscos deverão observar critérios de proporcionalidade, necessidade, viabilidade técnica e impacto aos titulares dos dados.

CAPÍTULO XI
DA CAPACITAÇÃO E DA CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 45. A Câmara Municipal promoverá ações permanentes de capacitação, orientação e conscientização sobre proteção de dados pessoais, segurança da informação e privacidade, destinadas aos agentes públicos e colaboradores que realizem tratamento de dados pessoais.

Parágrafo único. As ações de capacitação poderão compreender cursos, treinamentos, seminários, cartilhas, manuais, campanhas educativas e outras iniciativas voltadas à disseminação das boas práticas de proteção de dados.

Art. 46. Os agentes públicos e colaboradores deverão observar as orientações, normas internas e procedimentos relativos à proteção de dados pessoais, respondendo administrativamente, civilmente e penalmente pelos atos praticados em desconformidade com a legislação, quando houver dolo ou culpa, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. A Presidência da Câmara Municipal poderá expedir atos complementares necessários à execução desta Resolução, especialmente para disciplinar:

I – os procedimentos de atendimento aos titulares dos dados;

II – a elaboração e atualização do Inventário de Dados Pessoais;

III – o Registro das Operações de Tratamento;

IV – o Plano de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados;

V – o Plano de Resposta a Incidentes;

VI – a Política de Segurança da Informação;

VII – os procedimentos de classificação, guarda, compartilhamento e eliminação de dados pessoais;

VIII – outras matérias relacionadas à implementação desta Política.

Art. 48. As unidades administrativas da Câmara Municipal deverão cooperar com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, fornecendo as informações e documentos necessários ao cumprimento desta Resolução.

Art. 49. O descumprimento das disposições desta Resolução sujeitará os responsáveis às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e por improbidade administrativa, quando cabíveis.

Art. 50. A implementação desta Política observará a disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal, sem prejuízo da adoção imediata das medidas administrativas indispensáveis ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 51. Os casos omissos serão decididos pela Presidência da Câmara Municipal, ouvida, sempre que necessário, a unidade jurídica competente e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 2018, da Lei Federal nº 12.527, de 2011, e das normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Art. 52. Esta Resolução deverá ser revisada sempre que ocorrer alteração relevante na legislação de proteção de dados pessoais ou nas normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou quando houver necessidade de aperfeiçoamento de seus mecanismos de governança.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 29 de setembro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:067508E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 7/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026

O **MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO, mediante procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO**, com fundamento no art. 79, inciso I, da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e regido pelo **Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024**, pelo **Decreto Municipal nº 12/2024**, pela **Lei Federal nº 8.080/1990**, pelas normas aplicáveis à área da saúde e pelas demais disposições legais pertinentes.

1. DO OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objeto o:

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA ÁREA DE ENFERMAGEM, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS PARA ATUAÇÃO COMO ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, E NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, POR MEIO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus respectivos anexos.

O credenciamento será realizado mediante **contratação paralela e não excludente**, observados os critérios objetivos estabelecidos no Edital para a distribuição das demandas, não decorrendo do mero credenciamento direito à contratação, convocação ou recebimento de demandas. A efetiva prestação dos serviços dependerá de **convocação e posterior contratação pela Administração**, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e as condições estabelecidas no respectivo instrumento contratual.

O **credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital**, possibilitando o ingresso permanente de novos interessados, desde que atendidos integralmente os requisitos de habilitação e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

2. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Os interessados poderão requerer o credenciamento **a partir da publicação deste Aviso e durante todo o prazo de vigência do Edital**, mediante apresentação do Requerimento de Participação no Credenciamento, da documentação de habilitação e dos demais documentos exigidos no Edital, observada uma das seguintes formas:

I – mediante entrega de **01 (um) único envelope fechado e devidamente identificado**, diretamente no Departamento de Licitações do Município de Lobato/PR, situado na **Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, Lobato/PR, CEP 86790-000**, durante o horário de expediente do órgão, das **8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min**; ou

II – mediante encaminhamento da documentação **por meio eletrônico**, preferencialmente em formato PDF, com arquivos legíveis, íntegros e em condições de permitir sua identificação e análise, para o endereço de e-mail institucional **licitacao@lobato.pr.gov.br**, observadas as condições estabelecidas no Edital.

A documentação apresentada em meio físico deverá ser acondicionada em **um único envelope**, contendo identificação suficiente do interessado e do procedimento, conforme as especificações estabelecidas no Edital.

Não serão considerados, para fins de protocolo físico, documentos ou envelopes entregues em Secretarias, Departamentos ou setores diversos daqueles expressamente indicados no Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO E DAS CONTRATAÇÕES

O atendimento aos requisitos estabelecidos no Edital possibilitará o **credenciamento da pessoa jurídica interessada**, não implicando, por si só, direito à contratação, convocação imediata ou garantia de quantitativo mínimo de serviços.

As contratações decorrentes do credenciamento serão realizadas **conforme as necessidades efetivamente verificadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lobato/PR**, observados os critérios objetivos de convocação e distribuição das demandas estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

A distribuição das demandas observará os critérios objetivos previamente estabelecidos pela Administração, considerando, conforme aplicável, a natureza e as características dos serviços, a necessidade administrativa, a disponibilidade para atendimento e os demais critérios previstos no Edital, asseguradas a **isonomia, a impessoalidade, a transparência e a adequada distribuição das oportunidades de contratação**.

4. DO ACESSO AO EDITAL E AOS ANEXOS

O Edital de Chamamento Público e seus respectivos anexos poderão ser obtidos gratuitamente pelos interessados no **sítio eletrônico oficial do Município de Lobato/PR**, na seção destinada às licitações e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e, quando cabível, no **Diário Oficial do Município**, observada a forma de divulgação estabelecida na legislação aplicável.

Informações e esclarecimentos acerca do presente procedimento poderão ser obtidos junto ao **Departamento de Licitações do Município de Lobato/PR**, durante o horário de expediente, ou pelo endereço eletrônico **licitacao@lobato.pr.gov.br**, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no Edital.

Lobato/PR, **30 de setembro de 2026**.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação
Decreto nº 102/2025, de 16 de Abril de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:6B94964F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 189/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO DE GRAZIELE RODRIGUES REFERENTE AO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 189/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 322/2025 de 29/09/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Graziele Rodrigues	Educador Infantil/30 hrs	01/10/2026 a 30/09/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:03C946AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA EXTRATO CONTRATUAL PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 015/2026 CONCORRÊNCIA Nº 002/2025

O Município de Lobato, Estado do Paraná, torna pública a presente **ERRATA** referente ao Extrato do Primeiro Aditamento ao Contrato nº 015/2026, publicado anteriormente, para correção da data do prazo de execução contratual.

ONDE SE LÊ:
"(...) prazo de execução até **15/11/2026**."
LEIA-SE:
"(...) prazo de execução até **03/11/2026**."
Permanecem inalteradas as demais informações constantes do extrato contratual.

Lobato/PR, 30 de setembro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:99AD02FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 298/2026 DE 30 DE AGOSTO DE 2026, RET-RATIFICAR O ARTIGO 1º DA PORTARIA N.º 295/2026 DE 29/09/2026 DE FÉRIAS DO SERVIDOR JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº. 298/2026 DE 30 DE AGOSTO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,
I – Considerando opoder de autotutela pelo qual a Administração tem o poder-dever de rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos,quando contiverem erro, nulidade ou anulabilidade, preconizado pela Súmula 473 do STF,

RESOLVE

Art. 1º - *Ret-ratificar* o artigo 1º da Portaria n.º 295/2026 de 29/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP aos 30/09/2026, passando a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder **15(quinze) dias** de **Férias** ao servidor público municipal **José Francisco de Oliveira,** portador do RG. nº. *.441.694-* e CPF nº. ***.475.379-**, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Segurança Pública**, a serem usufruídas de **01/10/2026 a 15/10/2026**, referente ao período aquisitivo de **01/04/2025 a 31/03/2026**."

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:A8E5FDA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 299/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026, CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUIZA BARBOSA ZAMBONINI

PORTARIA Nº. 299/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **30(trinta) dias** de **Férias** a servidora pública municipal **Maria Luiza Barbosa Zambonini,** portadora do RG. nº.

5.***.751-* e CPF nº. 747.***.889-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Motorista**, com carga horária de 40 horas, a serem usufruídas de **05/10/2026 a 03/11/2026**, referente ao período aquisitivo de **16/12/2024 a 15/12/2025**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:39B16087

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 300/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026, CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARAISA LEIBANTI GONDOLFO

PORTARIA Nº. 300/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei n.º 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **20(vinte)** dias de **Férias** a servidora pública municipal **Maraisa Leibanti Gondolfo,** portadora do RG. nº. 8.***.665-* e CPF nº. 052.***.***-94, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Enfermeiro**, com carga horária semanal de 40 horas, a serem usufruídas de **05/10/2026 a 24/10/2026**, referente aos dias remanescentes do período aquisitivo de **18/05/2024 a 17/05/2025**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:F47DC928

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PORTARIA Nº 009/2026, READAPTA L. S. N

PORTARIA Nº 009/2026— SAMAE. Readapta L. S. N., matrícula nº 4, no cargo Auxiliar administrativo. Fundamento: art. 37, § 13, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 103/2019; art. 35 da LM nº 622/1994-E. Remuneração do cargo de origem mantida. Processo nº01/2026.

Lobato/PR, 30 de setembro de 2026.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Isabela Milani Egea
Código Identificador:1CD3255B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 101/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 94/2026, devidamente publicado em 22/09/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
WELINGTON FERREIRA DOS SANTOS	28/03/2000	48	8º
ANDRÉ VENTURA DE JESUS	24/03/1988	46	9º
ELISSON EZIEL CAMACHO GALVÃO	24/11/1993	45	10º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 30 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:877EEB7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de cronometragem com fornecimento de mão de obra e material para provas de corrida de rua e mountain bike, organizadas ou apoiadas pela Secretaria de Esportes.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a Secretaria Municipal de Esportes promove e apoia eventos esportivos ao longo do ano, entre eles provas de corrida de rua e mountain bike, modalidades que exigem controle preciso de largada, chegada, apuração de tempos e classificação dos participantes. Para a presente contratação, está prevista a realização de duas provas de corrida de rua e uma prova de mountain bike, todas a serem realizadas durante a vigência do contrato.
A contratação justifica-se pela necessidade de garantir maior segurança, precisão e transparência na apuração dos resultados das competições, especialmente em eventos com número expressivo de participantes e necessidade de classificação individual. A execução manual da cronometragem não se mostra adequada para atender plenamente à demanda, diante da possibilidade de falhas, demora na apuração e dificuldade de controle dos resultados.
Dessa forma, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de cronometragem, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, sistema e materiais necessários à execução das provas, assegurando melhor organização

dos eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A proponente escolhida foi **36.295.737 AMANDA DE OLIVEIRA LOPES, CNPJ: 36.295.737/0001-26**, e a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.
A proposta apresentada pela empresa mostrou-se compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência, contemplando a prestação dos serviços de cronometragem com fornecimento de mão de obra, equipamentos, sistema e materiais necessários à execução das provas de corrida de rua e mountain bike promovidas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Esportes.
Além da apresentação do menor preço, a empresa apresentou os documentos necessários à sua habilitação, demonstrando possuir condições para a execução do objeto, razão pela qual foi escolhida para a presente contratação direta, por dispensa de licitação.
Dessa forma, a escolha do fornecedor atende ao interesse da Administração, considerando a vantajosidade da proposta apresentada, a compatibilidade com o objeto contratado e o atendimento às exigências de habilitação previstas no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 18.215,00 (dezoito mil duzentos e quinze reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

165 02.006.27.812.0008.2.019.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CERTIFICADO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

DECLARAÇÃO, ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL, DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

DOCUMENTO OFICIAL ONDE CONSTE QUE A EMPRESA ESTÁ ENQUADRADA COMO ME/EPP/MEI.

DECLARAÇÃO UNIFICADA.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 30 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:DC078FE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SETOR DE TRIBUTAÇÃO
EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nos termos do art. 91, I do Código Tributário Municipal e art.8º, IV do Decreto nº 293/2026, ficam os contribuintes e seus sucessores **NOTIFICADOS** quanto à inscrição em dívida ativa dos créditos tributários de **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (I.P.T.U.), Taxa de Licença e Funcionamento (T.L.F.) e Taxa de Permissão de Uso (T.P.U.).**
A presente notificação **abrange mais de um exercício consolidados na respectiva Certidão de Dívida Ativa (CDA)**.
Caso o débito total não seja quitado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação deste edital, a divida será registrada em Cartório de Protesto e cobrada através de processo judicial de Execução Fiscal.

Nome:	Natureza Tributária:	Inscrição CDA:
IANA MARIA KREMER - TRANSPORTES - ME	TLF	611/2026
THADEU FELIX DE FRANÇA	TLF	702/2026
A. D. J. SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	TLF	700/2026
MARISA PINHEIRO - FLORESTAL	TLF	720/2026
LEANDRO SERETNI	TLF	616/2026
DA SILVA MADEIRAS E TRANSPORTE LTDA	TLF	617/2026
WESLEY DIEGO RIBEIRO	TPU	912/2026
MIGUEL MARTINS DOS SANTOS	IPTU	128/2026
PEDRO DIDUCH	IPTU	58/2026
NATAL CAVALHEIRO	IPTU	61/2026
SÉRGIO MIGUEL	IPTU	319/2026
BOGDAR SZPAK	IPTU	404/2026
ESPOLIO DE JULIO BLOCKI	IPTU	426/2026
JOSE GONÇALVES PADILHA	IPTU	143/2026
JOSE CARLITO DILAI	IPTU	56/2026
ESMAEL MIGUEL FERREIRA	IPTU	1705/2025
ESMAEL MIGUEL FERREIRA	IPTU	114/2026
ESPÓLIO JOSE DIRCEU VOLSKI	IPTU	83/2026
PATRICIA CAMILA BUGENSKI	IPTU	878/2026

Transcorrido o prazo sem manifestação, o envio das Certidões de Dívida Ativa para a recuperação de crédito por meio de protesto extrajudicial será realizado independentemente de nova notificação conforme determinado no art.9º do Decreto nº 293/2026.

Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Tributação, 30 de setembro de 2026.

MARCELO MARCINIUK
Responsável Pela Secretaria da Fazenda

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito municipal de Mallet/PR

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:4CDA200F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2026

DATA DE ASSINATURA: 30 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: PROCOENGE PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ 95.412.276/0001-93, localizada à Rodovia João Maria Bueno - PR 831 (acesso à BR 476), nº 23, Bairro Área Industrial, no município de Paula Freitas/PR, representada por **RICARDO AUGUSTO FLEITH** portador da cédula de identidade R.G. n. º 7.629.578-6/IIPR, inscrito no **CPF sob n. º 030.216.229-17**, residente na Rua Papa São João XXIII, 66, bairro Nossa Senhora da Salete, distrito de São Cristóvão, no município de União da Vitória/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente termo aditivo tem por objeto a ampliação do prazo de execução do contrato 039/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES:
O prazo de execução do contrato fica acrescido de 90 (noventa) dias, encerrando em 22 de maio de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:6E00A2C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2025

DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA, CNPJ nº 08.582.479/0001-23, domiciliada na Av. Peter Henry Rolfs, nº 305, centro, município de Viçosa, estado de Minas Geras, representada pelo Sócio Responsável, senhor **IGOR GUADALUPE COELHO, CPF 058.131.116-70**, residente na Rua Coimbra, n°105, apto. 01, Bairro João Bráz da Costa Val, município de Viçosa, estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O Presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula II, III e VII do Contrato nº 179/2025, conforme determinações contidas na Cláusula IX do mesmo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:
O prazo de vigência contratual inicialmente contratado recebe, através deste instrumento, acréscimo de **12 (doze) meses**, conforme contido na Cláusula II do Contrato supramencionado, a contar do dia 01 de outubro de 2026, encerrando-se em 01 de outubro de 2027.

O valor inicialmente contratado recebe um acréscimo de **R$ 20.090,88 (vinte mil noventa reais e oitenta e oito centavos)** visando cobrir as

despesas referentes à prorrogação do contrato pelo período estabelecido no item acima.
Esse valor leva em consideração o quantitativo inicial do contrato, cujos valores unitários foram corrigidos pelo reajuste anual previsto no item 7.1 do contrato, no percentual de 4,64%, passando estes a vigorar com os seguintes valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:275D9663

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 095/2026

O Prefeito Municipal, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/09/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de agente de integração, público ou privado, para fins de execução de estágios remunerados no âmbito do Município de Mallet/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino médio, técnico ou educação superior, nos termos da Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.

AUTORIDADE COMPETENTE: PEDRO KOWALCZYK – PREFEITO MUNICIPAL

PROPONENTES VENCEDORAS E VALORES ADJUDICADOS:

ANIMASERV CONSULTORIA EMPREENDEDORA LTDA (10.208.520/0001-48) – 0,65 %

DA ASSINATURA DO CONTRATO: os representantes legais das empresas supracitadas ficam, desde já, intimados para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis compareçam à sede da Prefeitura Municipal de Mallet para a assinatura dos contratos referentes ao processo. Opcionalmente, os contratos poderão ser assinados digitalmente nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:76D981D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 406/2026

DECRETO N.º 406/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionária pública e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o processo cloud nº 000003433/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido da servidora **LETÍCIA MARGARETE MENDES QUADROS**, matrícula nº 60835, do cargo de Chefe de Unidade Administrativa Meio Ambiente, a partir de 02 de outubro de 2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 30 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:1A03A704

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº.481/2026 - NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE ALIMENTOS PERECÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº.481/2026

Súmula: Nomeia servidora pública municipal para integrar a Comissão de Recebimentos de Alimentos Perecíveis, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para Comissão de Recebimentos de Alimentos Perecíveis, a saber:

EXCLUSÃO

MATRÍCULA	NOME	ESCOLA/CMEI	DEPARTAMENTO
10717	GILDETE MARCELINO RIBEIRO	YOLANDA CERCAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INCLUSÃO

MATRÍCULA	NOME	ESCOLA/CMEI	DEPARTAMENTO
2342	ANTONIA DO NASCIMENTO RODRIGUES	YOLANDA CERCAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (30/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:09ECEC09

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 310/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DAS CLASSIFICADAS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 310/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação das classificadas através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação das candidatas abaixo relacionadas a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidas dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovadas no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
30	QUEILA PIRES DOS SANTOS OLIVEIRA PADIAS	56
31	LUCILENE APARECIDA CORDEIRO CAMPOS	56

Mandaguari, 30 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:2FB9E22A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 311/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 311/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munida dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

EDUCADOR INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
09	CAMILA DE SOUZA MIGUEL	66

Mandaguari, 30 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8F9D9934

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 111/2026
CONTRATADO: FRANCIANY STROPARO
CPF: 074.***.***-47
OBJETO: ADIANTAMENTO DE FUNDOS PROC ADM 111/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025
VALOR: R$ 3.000,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.36.96.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PF – PAGAMENTO ANTEC.
DATA: 29/09/2026

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:2348D3EC

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PROC ADM 086/2026
PRESTAÇÃO DE CONTAS ADIANTAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 086/2026
CONTRATADO: XIXO FUNDICAO E GRAVURAS EM METAIS LTDA
CNPJ: 79.***.***/0001-**
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 086/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.
VALOR: 156,70
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.30.15.00.00.00 MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS.
DATA: 30/09/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 086/2026
CONTRATADO: LOJA NOVA MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 24.***.***/0001-**
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 086/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.
VALOR: 749,40
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.30.99.01.00.00 OUTROS MATERIAS DE CONSUMO
DATA: 30/09/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 086/2026

CONTRATADO: LUIS ANTONIO NUHER – ME

CNPJ: 22.***.***/0001-**
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 086/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.
VALOR: 125,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.30.07.12.00.00 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA
DATA: 30/09/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 086/2026
CONTRATADO: LECHETA CONTABILIDADE S/S LTDA
CNPJ: 81.***.***/0001-**
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 086/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.
VALOR: 160,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.40.99.01.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DATA: 30/09/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de contratação
PROCESSO: ADM 086/2026
CONTRATADO: ANTONIO ALMIR DE JESUS
CNPJ: 75.***.***/0001-**
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 086/2026
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.
VALOR: 260,85
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.30.07.12.00.00 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA
DATA: 30/09/2026

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:39CF2CA9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.
CONTRATADA: CASA DE APOIO VIVER BEM LTDA – CNPJ nº 19.417.387/0001-04.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 68/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 33/2025.
OBJETO: Prorrogação da vigência contratual e renovação de quantitativos do Contrato Administrativo nº 87/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento para pessoa em situação de risco social e rompimento de vínculos familiares e/ou comunitários, sem condições de autossustentabilidade.
VIGÊNCIA: 30/09/2026 a 29/09/2027.
VALOR: R$ 270.554,88 (duzentos e setenta mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), já incluído o reajuste anual pelo IPCA de 4,22%, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026.
CONTRATANTE: Felipe Claudino Machado – Prefeito Municipal.
CONTRATADA: Andreia Aparecida da Silva – Representante Legal.

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:1FD3D3F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 61-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 61 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Aquisição de Material e Equipamentos Odontológicos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis, conforme processo de Dispensa nº 10/2026.
CONTRATADO: ODONTO TEC LTDA. CNPJ: 01.660.742/0001-06
VALOR CONTRATADO: 15.900,00 (Quinze Mil e Novecentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 30/09/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após a entrega dos materiais e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 30/09/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:ED02C32E

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS- PR, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026.

Aos trinta dias do mês de setembro de 2026, às 13h30 no Plenário da Câmara Municipal de Manfrinópolis, presidida pelo contador legislativo Gabriel Balboena, em atendimento ao parágrafo 4º, do Artigo 9º da LRF, realizou-se a 3°Audiência Pública, com finalidade de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no II Quadrimestre de 2026. Estiveram presentes o presidente da câmara de vereadores Marcos Antonio Francisconi, Gabriel Balboena contador legislativo, Silomar Elias de Oliveira, Secretário de Administração e Finanças, Isabel Mochnacz, contadora do executivo, Patrícia Alessandra Carneiro enfermeira da Secretaria de Saúde. As treze horas e quarenta minutos iniciou-se a apresentação da Secretaria de Finanças e Orçamento. As quatorze horas e doze minutos iniciou-se a apresentação da Secretaria de Saúde. As quatorze horas e vinte e seis minutos o contador legislativo Gabriel Balboena cumprimentou a todos os presentes e iniciou a apresentação do balanço das metas fiscais. Durante a exposição da Audiência Pública foi feita a demonstração das metas de receita, de despesas, também o resultado nominal, que indica a variação de gastos de um período a outro. A demonstração foi feita com base no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e no Relatório de Gestão Fiscal. Sobre o resultado orçamentário apresentou-se os seguintes números de maio a agosto de 2026: as despesas pagas no Segundo Quadrimestre de 2026. Sendo que no demonstrativo de receitas recebidas no Segundo Quadrimestre o valor foi de R$691.840,00 e anual R$1.383.680,00. Com relação ao demonstrativo de despesas empenhadas no Segundo Quadrimestre o valor foi de R$478.489,50 e o anual R$988.984,53. O balanço do repasse do Segundo Quadrimestre foi de R$691.840,00, as despesas do Segundo Quadrimestre foi de R$478.819,50, tendo como saldo para o Segundo Quadrimestre o valor de R$213.020,50. Em relação ao limite das despesas com pessoal, o índice com limite com pessoal 70% no valor de R$1.452.864,00, com o total de despesas da folha de pagamento no valor de R$1.083.434,25, com o percentual do total de 52,20%. A Receita Corrente Liquida (RCL) foi de 32.192.476,77, limite máximo 6% no valor de R$1.931.548,61, limite prudencial 5,7% no valor de R$1.834.971,18, limite de alerta 5,4% no valor de R$1.738.393,75 total de despesas com pessoal, no valor de R$1.252.004,60, percentual do total de 3,89%. Não havendo mais

nada a ser tratado o contador legislativo Gabriel Balboena agradeceu a presença de todos, e solicitou que todos assinem a ata, que logo após será encaminhada para publicação. Estando presentes na audiência pública, Simone D. dos Santos, Vitor Moreira da Silva, Isabel C. Mochnacz, Carla R. Rodrigues, Gabriel Balboena, Patricia A. Carneiro, Silomar Elias de Oliveira, Marcos A. Francisconi. A lista de presença assinada pelos participantes encontra-se arquivada junto à documentação oficial da Audiência Pública.

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:E79B5C06

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0292//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0292//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0292/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MARIO DA SILVA PIRES		**MATR.**	**1012212**
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA UCA-9B12**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
20/09/2026	20/09/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	PARA , TRANSPORTE DE PACIENTE PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	X
PACIENTE FOZ DO IGUAÇU/PR ;			
DOMINGOS CARBONERA (DIA 20/09/2026)			

Manfrinópolis – PR, 29 de setembro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:1BB6495F

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0293//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0293//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0293/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	SIMONIA DA GLÓRIA LEITE		**MATR.**	**8391**
CARGO/FUNÇÃO	INSPETOR SANITÁRIO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIX
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA BEG-5F20**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
20/09/2026	20/09/2026	SANTO ANTÔNIO	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DA DENGUE , CHICUNGUNHA E ZICA .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	X

Manfrinópolis – PR, 29 de setembro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:23C888CB

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0294/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0294/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0294/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		**MATR.**	**1012202**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UCA-9B06
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
17/09/2026	18/09/2026	PATO BRANCO ITAPEJARA DO OESTE	PR PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE PATO BRANCO/PR ;			
MAIARA REGINA (18/09/2026) .			
PACIENTE ITAPEJARA DO OESTE/PR ;			
SUZANA LEMOS (DIA 17/09/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 29 de setembro de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:9D599FEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 101/2026.

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Contrato Administrativo nº 131/2026, oriundo do Processo de inexigibilidade nº 052/2026, Processo Administrativo nº082/2026, firmado com a empresa**: CHIAPETTI COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, CNPJ: **26.902.814/0001-05,** para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 1ª REVISÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, DESTINADOS AO CAMINHÃO, PLACA UBM2B90, PERTENCENTE À FROTA DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR.**

RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor LUIZ MAURÍLIO ANTUNIAZZI , matrícula nº 330, ocupante do cargo de Sec. De Obras, Viação e serv. Urbanos, como GESTOR DO CONTRATO nº 131/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor ADEMÍLSON DE SOUZA, matricula n° 6429, ocupante do cargo de Secretário de administração, como FISCAL DO CONTRATO nº 131/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 30 de Setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:AAED97F6

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº349/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: 052/2026 PROCESSO ADM: 082 /2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 052/2026 Processo Adm. 082/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado à **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de 1ª revisão, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, componentes, insumos e demais materiais necessários, destinados ao caminhão, Placa UBM2B90, pertencente à frota do Município de Marilena/PR**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 052/2026, para firmar contrato com a empresa **CHIAPETTI COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, CNPJ N°26.902.814/0001-05;** com sua proposta no valor total de **R$ 2.852,51(DOIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:95BDB956

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: CHIAPETTI COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, INSCRITA NO CNPJ: **26.902.814/0001-05;**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 1ª REVISÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, DESTINADOS AO CAMINHÃO, PLACA UBM2B90, PERTENCENTE À FROTA DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR**

VALOR TOTAL : R$ 2.852,51(DOIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)

FONTE DE RECURSO:

08.001.26.782.0006.2069.3.3.90.30 – Manut do Serviço Rodoviário Municipal – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTE DE RECURSOS:
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – Exercício Corrente
08.001.26.782.0006.2069.3.3.90.39 – Manut do Serviço Rodoviário Municipal – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..

416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – Exercício Corrente

PRAZO DE VIGÊNCIA:

O CONTRATO TERÁ O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA DE 30 (TRINTA) DIAS, PODENDO SER PRORROGADO POR MEIO DE TERMO ADITIVO NA OCORRÊNCIA DE HIPÓTESES PREVISTAS DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES.

MARILENA-PR, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:B024C52A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2026

O MUNICÍPIO DE MARILENA/PR torna pública a retificação e republicação do edital destinado ao credenciamento de leiloeiros públicos oficiais, para admitir o encaminhamento eletrônico dos documentos, aperfeiçoar as regras de protocolo e rodízio e corrigir o horário de recebimento presencial.
A formação da nova ordem cronológica terá início em 01/10/2026, às 08h00min, horário de Brasília.
Os pedidos e documentos poderão ser encaminhados ao e-mail **marilenalicita@gmail.com**, com recebimento contínuo a partir do marco inicial, ou entregues no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, nos dias de expediente, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h.
Fica corrigido, portanto, o horário de encerramento do atendimento presencial indicado no aviso anterior: onde constou 17h, passa a constar 16h.
Mantém-se a ordem cronológica de protocolo associada ao rodízio, conforme as regras do edital retificado. Os protocolos anteriores não preservarão automaticamente a prioridade, podendo os interessados requerer o aproveitamento dos documentos a partir do novo marco de recebimento.
O credenciamento permanecerá aberto durante sua vigência. O edital consolidado e seus anexos estarão disponíveis no sítio eletrônico oficial do Município e no Setor de Licitações.

Marilena/PR, 30 de setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:C3C6DC2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 106

LEI Nº 106/2026
DATA: 30/09/2026

SÚMULA: INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DE BEM-ESTAR E PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS/PR, ESTABELECE NORMAS DE PROTEÇÃO ANIMAL, DEFINE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SANÇÕES E PROCEDIMENTO SANCIONADOR, CRIA MECANISMOS DE CONTROLE POPULACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a **Câmara Municipal de Mariópolis**, Estado do Paraná, aprovou e eu **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Código Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, estabelecendo normas destinadas à proteção, defesa e promoção do bem-estar dos animais no município de Mariópolis/PR.
Parágrafo único. A presente Lei estabelece:
I – princípios da política municipal de proteção animal;
II – deveres do tutor ou responsável;
III – regras de fiscalização e denúncia;
IV – infrações administrativas e sanções;
V – procedimento administrativo sancionador;
VI – medidas cautelares;
VII – mecanismos de controle populacional;
VIII – mecanismo de colaboração cidadã;
IX – destinação de recursos provenientes de multas;
X – campanhas educativas.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º A política municipal de proteção animal observará os seguintes princípios:
I – reconhecimento dos animais como seres sencientes;
II – vedação à crueldade e aos maus-tratos;
III – promoção da guarda responsável;
IV – prevenção ao abandono;
V – controle populacional ético;
VI – educação ambiental e conscientização social;
VII – cooperação entre poder público e sociedade civil;
VIII – respeito à dignidade animal.

Art. 3º São objetivos da política municipal de proteção animal:
I – prevenir e combater maus-tratos;
II – reduzir o abandono;
III – promover controle populacional de cães e gatos;
IV – estimular a adoção responsável;
V – fortalecer a fiscalização e a responsabilização administrativa;
VI – Promover campanhas educativas.

CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins desta Lei considera-se:
I – animal doméstico ou domesticado: aquele pertencente a espécie que, por processo de domesticação, passou a conviver com o ser humano, sob sua dependência para alimentação, abrigo e cuidados, incluindo os animais de companhia, de produção e de trabalho;
II – tutor ou responsável: pessoa que detenha posse, guarda ou propriedade do animal;
III – maus-tratos: toda ação ou omissão, dolosa ou culposa, que atente contra a saúde, a integridade física ou psíquica, o bem-estar ou a dignidade do animal, causando-lhe dor, sofrimento, estresse, medo, lesão, mutilação ou morte, bem como qualquer conduta que o submeta a condições inadequadas de existência, privação de necessidades básicas ou exposição a risco, ainda que de forma indireta, contínua ou intermitente;
IV – abandono: é a conduta de deixar o animal sem assistência, cuidado ou vigilância, privando-o das condições mínimas de sobrevivência, saúde e bem-estar;
V – animal comunitário: animal que estabelece vínculo com determinada comunidade e recebe cuidados coletivos, ou seja, eles vivem nas ruas, mas recebem alimentação, assistência, dependência, manutenção ou qualquer outro cuidado por parte da população;

VI – órgão fiscalizador: o órgão municipal responsável pela proteção animal, fiscalização ambiental, vigilância ou outro que vier a ser designado pelo Poder Executivo para a execução desta Lei;
V – eutanásia: a indução da cessação da vida animal, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, observando sempre os princípios éticos;
VI – busca ativa é a atuação proativa do Poder Público na identificação de situações irregulares, de risco ou de necessidade de intervenção, independentemente de provocação ou denúncia.

§ 1º Consideram-se maus-tratos, dentre outras condutas:
I – privar o animal de alimentação adequada ou água potável;
II – manter o animal sem abrigo ou em condições incompatíveis com o clima;
III – manter o animal em ambiente insalubre, inadequado ou inseguro;
IV – deixar de prestar assistência veterinária quando necessária;
V – manter o animal acorrentado ou confinado de forma contínua que comprometa seu bem-estar;
VI – abandonar animal em qualquer local;
VII – praticar atos de abuso, crueldade, agressão ou violência;
VIII – submeter o animal a esforço excessivo ou a atividades incompatíveis com sua condição;
IX – provocar sofrimento físico ou psicológico;
X – impedir o descanso, a movimentação ou comportamento natural do animal;
XI – deixar o animal exposto a situações de risco à sua integridade ou saúde;
XII – sacrificar ou exterminar animais, praticando a eutanásia por conveniência (mudança, falta de interesse ou questões financeiras).

§ 2º A caracterização de maus-tratos independe da ocorrência de resultado lesivo grave, sendo suficiente a exposição do animal a condições que comprometam seu bem-estar.

§ 3º Não se caracterizam maus-tratos os procedimentos realizados por profissional habilitado com finalidade terapêutica, sanitária ou de controle populacional, quando executados de acordo com normas técnicas.

§ 4º Considera-se abandono, dentre outras hipóteses:
I – deixar o animal em via pública ou propriedade alheia sem assistência;
II – mudar de residência e deixar o animal para trás;
III – manter o animal preso ou confinado sem alimentação ou água;
IV – deixar de prestar assistência contínua ao animal sob sua responsabilidade;
V – permitir que o animal permaneça solto, sem controle, sem retorno habitual e sem supervisão.

§ 5º O abandono independe de intenção específica, sendo suficiente a negligência ou omissão que comprometa o bem-estar do animal.

§ 6º Não se caracteriza abandono:
I – a perda ou fuga ocasional do animal, quando demonstrada a tentativa de recuperação pelo tutor;
II – a destinação formal do animal para adoção ou instituição regular;
III – a existência de animal comunitário com cuidado coletivo identificado.

§ 7º A eutanásia não se caracteriza maus tratos quando realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e atender as seguintes condições:
I - indicada apenas para evitar sofrimento em doenças incuráveis, infecções graves ou zoonoses de alto risco;
II - realizada por médico veterinário ou sob a supervisão deste, usando métodos aprovados pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, que garantam a ausência de dor ou angústia;
III - baseada em laudo comprovando sofrimento irreversível (dores insuportáveis, doenças terminais) ou risco à saúde pública e a outros animais, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial;
IV - autorização do tutor, quando não envolver risco à saúde pública.

§ 8º Os órgãos e entidades de proteção animal devem ter acesso irrestrito à documentação que comprove a legalidade da eutanásia nos casos referidos no § 7º do art. 4º desta Lei.

CAPÍTULO IV
DA GUARDA RESPONSÁVEL

Art. 5º Constituem deveres do tutor ou responsável, entre outros:
I – garantir alimentação adequada;
II – garantir água potável em quantidade suficiente;
III – assegurar abrigo compatível com as condições climáticas, capaz de proteger o animal contra intempéries;
IV – prover cuidados veterinários preventivos e curativos quando necessários;
V – manter o animal em condições adequadas de higiene, saúde e segurança;
VI – manter espaço compatível com as necessidades da espécie;
VII – impedir que o animal seja submetido a maus-tratos, abuso, sofrimento ou crueldade;

VIII – não abandonar o animal em vias públicas, propriedades alheias ou quaisquer locais sem a devida assistência;
IX – adotar medidas para evitar fugas, acidentes e situações que coloquem em risco a integridade do animal ou de terceiros.
X – permitir a fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 6º O tutor ou responsável responde administrativamente e solidariamente pelas infrações cometidas contra o animal sob sua guarda, independentemente de culpa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa prevista no *caput* decorre do dever legal de guarda, vigilância e proteção animal.

CAPÍTULO V
DO CADASTRO MUNICIPAL E MICROCHIPAGEM

Art. 7º O Município deverá instituir Cadastro Municipal de Animais Domésticos.

Art. 8º O cadastro poderá conter:
I – identificação do tutor;
II – características do animal;
III – histórico de vacinação;
IV – identificação eletrônica por microchip.

Art. 9º. A microchipagem poderá ser utilizada como instrumento de:
I – identificação do animal e do tutor;
II – controle populacional;
III – combate ao abandono.

Art. 10. A microchipagem é obrigatória e a recusa ou impedimento do tutor configura infração administrativa com aplicação de multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) por animal.

Art. 11 Será de responsabilidade do Município arcar com o custo da microchipagem realizada nos animais.

CAPÍTULO VI
DO ANIMAL COMUNITÁRIO

Art. 12. O Município poderá reconhecer a existência de cães e gatos comunitários.

Art. 13. O reconhecimento dependerá de cadastro contendo:
I – identificação do cuidador;
II – localização habitual;
III – registro de vacinação e castração.

Art. 14. O Poder Público poderá promover vacinação, castração e monitoramento sanitário desses animais.
§ 1º O Município poderá adquirir ração e outros insumos destinados ao cuidado e manutenção dos animais comunitários.

§ 2º O Município poderá firmar parcerias com organizações da sociedade civil ou voluntários independentes para auxiliar no cuidado desses animais.

CAPÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A fiscalização caberá ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente através da Divisão de Meio Ambiente, sem prejuízo da atuação conjunta com outros órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive Vigilância Sanitária, Secretaria de Saúde, Secretaria de Urbanismo, Procuradoria Jurídica e convênios com órgãos estaduais ou federais.

Art. 16. Compete ao órgão fiscalizador:
I – receber, registrar e triar denúncias;
II – realizar diligências, inspeções e vistorias;
III – requisitar documentos, informações e apoio técnico, quando necessário;
IV – lavrar autos de infração e demais atos administrativos pertinentes;
V – adotar medidas cautelares;
VI – encaminhar autos à Comissão Processante;
VII – acompanhar a execução das penalidades aplicadas;
VIII – promover ações educativas e preventivas relacionadas à causa animal.

Art. 17. A fiscalização municipal adotará a busca ativa como estratégia permanente de atuação, mediante ações planejadas, vistorias periódicas, monitoramento territorial e levantamento de informações, com o objetivo de prevenir maus-tratos, abandono, riscos sanitários e promover o bem-estar animal, independentemente de provocação.

§ 1º A busca ativa poderá incluir:
I – rondas e inspeções programadas;
II – monitoramento de áreas com maior incidência de animais em situação de risco;
III – acompanhamento de denúncias anteriores;
IV – levantamento de dados para políticas públicas de controle populacional;
V – atuação preventiva em situações de risco sanitário;
VI – outras situações que entender necessários.

§ 2º Esses animais quando resgatados, se necessário, serão castrados, tratados, microchipados e devolvidos ao seu local de origem.

Art. 18. O órgão fiscalizador também deverá em caso de constatação de crime realizar a comunicação dos fatos a Delegacia de Polícia e ao Ministério Público.

CAPÍTULO VIII
DAS DENÚNCIAS

Art. 19. As denúncias poderão ser apresentadas:
I – por meio eletrônico oficial do município;
II – presencialmente;
III – por telefone, aplicativo, ou por outros meios regulamentados pelo Poder Executivo.

§1º A denúncia deverá conter, sempre que possível:

I – identificação do denunciante, resguardado o sigilo quando necessário;
II – descrição dos fatos;
III – local da ocorrência;
IV – data aproximada do fato;
V – fotografias, vídeos, documentos, nomes de testemunhas ou outros elementos mínimos de prova.

§2º A apresentação da denúncia não gera, por si só, direito à indenização prevista nesta Lei.

§3º O Poder Executivo poderá disciplinar hipóteses de recebimento de denúncia anônima, desde que acompanhada de elementos mínimos de verossimilhança que justifiquem a apuração.

CAPÍTULO IX
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 20. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras condutas lesivas apuradas no caso concreto:
I – praticar maus-tratos contra animais;
II – praticar abuso ou crueldade;
III – ferir, golpear, lesionar ou mutilar animal;
IV – abandonar animal;
V – privar o animal de alimentação adequada, água potável ou abrigo;
VI – manter o animal em condições inadequadas de higiene, saúde ou segurança;
VII – deixar de assegurar abrigo compatível com as condições climáticas;
VIII – expor animal em atividade que comprometa sua saúde, integridade ou bem-estar;
IX – utilizar animal em práticas que impliquem sofrimento físico ou psicológico desnecessário;
X – deixar de prestar assistência veterinária quando evidente a necessidade;
XI – dificultar, impedir ou embaraçar a ação fiscalizatória;
XII – reincidir em qualquer das condutas previstas nesta Lei;
XIII – ataques realizados a terceiros pelos animais soltos e que seja identificado o tutor.

Parágrafo único. Não constituem infração administrativa, para os fins desta Lei, a castração realizada por profissional habilitado, bem como outras intervenções clínicas, cirúrgicas ou sanitárias praticadas em benefício exclusivo da saúde e do bem-estar do animal.

CAPÍTULO X
DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 21. As infrações administrativas classificam-se em leves, graves e gravíssimas, conforme a natureza da conduta, o grau de dano ou o risco ao animal, as circunstâncias do fato e a reincidência.

§ 1º Consideram-se infrações leves aquelas que:
I – não resultem em lesão relevante ou sofrimento intenso ao animal; e
II – decorram de omissão pontual, passível de correção imediata.

§ 2º Consideram-se infrações graves aquelas que:
I – resultem em sofrimento físico ou psicológico relevante;
II – exponham o animal a risco concreto à saúde ou à integridade; ou
III – revelem negligência reiterada do tutor ou responsável.

§ 3º Consideram-se infrações gravíssimas aquelas que:

I – resultem em lesão grave, mutilação ou morte do animal;
II – caracterizem maus-tratos intencionais, abuso ou crueldade;
III – configurem abandono; ou
IV – revelem extrema negligência com risco severo ou dano consumado ao animal.

CAPÍTULO XI
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 22. As infrações administrativas serão punidas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta, com as seguintes sanções:
I – advertência por escrito;
II – multa administrativa;
III – ressarcimento de despesas de resgate, transporte, acolhimento, tratamento e atendimento médico-veterinárias;
IV – apreensão do animal;
V – perda da guarda ou posse do animal;
VI – proibição temporária de manter animais;
VII – outras medidas administrativas legalmente cabíveis.

Art. 23. A advertência poderá ser aplicada exclusivamente nas infrações leves, quando inexistirem reincidência, dano relevante ao animal ou circunstâncias agravantes.

Art. 24. A apreensão do animal, a perda da guarda ou da posse e a proibição temporária de manter animais poderão ser aplicadas nos casos graves ou gravíssimos, especialmente quando:
I – houver risco à vida, à saúde ou ao bem estar do animal;
II – ficar evidenciada incapacidade, negligência grave ou desinteresse do tutor em corrigir a irregularidade;
III – houver reiteração da conduta infracional.

Parágrafo único. O animal apreendido poderá ser encaminhado a local adequado, entidade parceira, clínica veterinária, abrigo temporário, fiel depositário ou programa próprio, canil, na forma da regulamentação.

CAPÍTULO XII
DAS MULTAS

Art. 25. As multas serão:
I – leve: 8 a 16 UFMs
II – grave: 8 a 50 UFMs
III – gravíssima:50 a 82 UFMs

§ 1º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro;

§ 2º Considera-se reincidência a prática de nova infração no prazo de até 2 (dois) anos, contados da decisão administrativa definitiva anterior.

§ 3º Os valores das multas poderão ser atualizados anualmente por decreto do Poder Executivo, com base em índice oficial de correção monetária.

§ 4º Quando a infração atingir mais de um animal, a multa poderá ser aplicada por unidade animal ou de forma global agravada, conforme decisão fundamentada da autoridade competente, observado o princípio da proporcionalidade.

Art. 26. Para a dosimetria das sanções administrativas, a autoridade competente observará, entre outros, os seguintes critérios:
I – gravidade do fato;
II – intensidade do sofrimento causado ao animal;
III – número de animais atingidos;
IV – grau de culpa ou dolo, quando aferível;
V – condição econômica do infrator;
VI – reincidência;
VII – colaboração do infrator para cessação do dano;
VIII – adoção de medidas para reparação ou mitigação das consequências.

Art. 27. Caberá a comissão julgadora sugerir a classificação e o valor da multa, podendo ou não ser seguida pelo julgador que deverá embasar a decisão.

CAPÍTULO XIII
DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Art. 28. São agravantes:
I – reincidência;
II – crueldade intencional;
III – infração contra filhotes;
IV – infração envolvendo vários animais.

Art. 29. São atenuantes:
I – correção imediata da irregularidade;
II – colaboração com fiscalização;
III – ausência de dano efetivo.

CAPÍTULO XIV
DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 30. Em situações de urgência, risco iminente ou necessidade de cessação imediata do dano, a autoridade competente poderá adotar medidas cautelares administrativas, inclusive apreensão do animal, encaminhamento veterinário, interdição de local, e exigência de medidas corretivas, sem prejuízo da posterior instauração do processo administrativo.

CAPÍTULO XV
DO TERMO DE ADEQUAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 31. Nas infrações leves poderá ser celebrado Termo de Adequação Administrativa.

Parágrafo único. O descumprimento implicará aplicação de multa.

CAPÍTULO XVI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 32. A apuração observará contraditório e ampla defesa.

Art. 33. A Comissão Processante deverá ser composta por no mínimo três membros designados por ato do Poder Executivo, preferencialmente servidores públicos municipais efetivos.

Parágrafo único. Na impossibilidade de composição integral por servidores efetivos, admite-se, de forma complementar, a designação de servidores comissionados, desde que preservada a maioria de membros efetivos, sempre que possível.

Art. 34. Compete à Comissão Processante:
I – analisar a defesa apresentada;
II – determinar ou produzir provas admitidas em direito;
III – realizar diligências complementares;
IV – instruir o processo administrativo;
V – elaborar relatório conclusivo;
VI – opinar pela aplicação, conversão, adequação ou arquivamento das penalidades.

Art. 35. Prazo de defesa é de 15 dias corridos, contados da notificação recebida.

Art. 36. Concluída a instrução, o relatório da Comissão Processante será encaminhado à autoridade administrativa competente para decisão final motivada.

Art. 37. Prazo de recurso é 10 dias corridos, contados da notificação recebida.

Art. 38. Compete ao Diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, ou outra autoridade expressamente designada em regulamento, a decisão do processo administrativo e aplicação das penalidades administrativas, mediante decisão fundamentada.

Art. 39. Compete ao Prefeito Municipal, ou quando este estiver vago a autoridade hierarquicamente superior, o julgamento dos recursos administrativos.

CAPÍTULO XVII
DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS

Art. 40. Animais apreendidos poderão ser encaminhados para:
I – tratamento veterinário;
II – abrigo temporário;
III – entidade protetora;
IV – adoção responsável.

Art. 41. A devolução ao tutor dependerá da regularização das irregularidades.

CAPÍTULO XVIII
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 42. Os recursos das multas serão aplicados em:
I – programas de castração;

II – clínica veterinária municipal;
III – aquisição de medicamentos;
IV – aquisição de ração;
V – microchipagem;
VI – campanhas educativas;
VII – resgate animal;
VIII – apoio a entidades protetoras.

CAPÍTULO XIX
DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS

Art. 46. O Município desenvolverá política pública permanente voltada ao controle populacional de cães e gatos e resgate de animais em situações de risco a vida.

§1º O controle populacional será realizado por meio de:

I – esterilização cirúrgica (castração);
II – campanhas educativas.

§2º Os procedimentos poderão ser realizados:
I – em estrutura própria do Município;
II – mediante convênios com clínicas veterinárias;
III – mediante credenciamento de profissionais;
IV – mediante parcerias com universidades ou organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO XX
DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS E DE ADOÇÃO

Art. 47. O Município promoverá campanhas educativas e de adoção responsável no mínimo anualmente.

§1º As campanhas deverão contemplar:
I – atividades comunitárias;
II – palestras educativas;
III – campanhas de conscientização sobre guarda responsável;
IV – orientação sobre controle de reprodução animal;
V – prevenção de zoonoses e pragas urbanas.

§2º As campanhas poderão ser realizadas mediante parcerias com:
I – organizações da sociedade civil;

II – clínicas veterinárias;
III – instituições de ensino;
IV – conselhos profissionais.

CAPÍTULO XXI
DAS AÇÕES DE RESGATE EM ANIMAIS DE RISCO

Art. 47. O Município promoverá ações de resgate, atendimento, transporte e encaminhamento de animais em situação de risco à vida, vítimas de acidentes, maus-tratos, abandono, desastres naturais ou outras situações que comprometam sua integridade física ou seu bem-estar, observadas a disponibilidade operacional, os critérios técnicos e as disposições desta Lei.
§ 1º Considera-se animal em situação de risco aquele que necessite de intervenção imediata para preservação da vida, alívio do sofrimento ou prevenção do agravamento de lesões.
§ 2º As ações previstas neste Capítulo terão caráter de atendimento emergencial, não substituindo os serviços veterinários particulares destinados aos animais domiciliados, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei.
Art. 48. O acionamento para atendimento emergencial poderá ser realizado por qualquer cidadão, entidade parceira ou órgão público, por meio dos canais oficiais disponibilizados pelo Município.
§ 2º Toda solicitação será registrada em sistema próprio ou outro meio oficial de controle, contendo, sempre que possível:
I – identificação do solicitante;
II – localização do animal;
III – descrição da ocorrência;
IV – registro fotográfico, quando disponível;
V – horário do acionamento.

§ 3º O atendimento observará critérios de classificação de risco, priorizando os casos de urgência e emergência.
Art. 49. Recebida a solicitação, o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, fará avaliação inicial da ocorrência e providenciará, quando necessário, o resgate e o transporte do animal.
§ 1º O transporte poderá ser realizado:
I – por veículo oficial do Município destinado à causa animal;
II – excepcionalmente, por particular, entidade parceira ou protetor independente previamente autorizado pelo Departamento competente, quando esta medida proporcionar maior rapidez ao atendimento e não comprometer a segurança do animal, sendo destinado o animal a clinica credenciada junto ao município.

§ 2º A autorização prevista no inciso II poderá ocorrer por qualquer meio oficial de comunicação, devendo ser posteriormente registrada no processo correspondente.
Art. 50. Após o resgate, o animal será encaminhado para triagem, ocasião em que serão avaliadas suas condições clínicas, a necessidade de atendimento veterinário e o destino adequado.
§ 1º Constatada a necessidade de atendimento médico-veterinário, o animal será encaminhado à clínica veterinária contratada ou credenciada pelo Município.
§ 2º A triagem poderá compreender:
I – identificação do animal;
II – avaliação clínica inicial;
III – registro fotográfico;
IV – classificação do grau de urgência;
Art. 51. Após o atendimento clínico e observadas as condições sanitárias e de bem-estar, o animal poderá ser destinado:
I – ao seu tutor legal, quando identificado e apto a reassumir sua guarda;
II – ao local de origem, tratando-se de animal comunitário ou errante;
III – à guarda temporária de protetor independente ou tutor temporário previamente cadastrado;
IV – às entidades parceiras regularmente cadastradas junto ao Município;
V – a programas municipais de adoção responsável, quando cabível.
Parágrafo único. A destinação observará sempre o melhor interesse do animal, mediante parecer técnico do Departamento competente.
Art. 52. Os atendimentos de urgência e emergência poderão ocorrer em regime de plantão ou sobreaviso dos servidores e empregados públicos vinculados ao Departamento responsável pela Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.
§ 1º O regime de sobreaviso será instituído pelo diretor do departamento de Agricultura e Meio Ambiente, observado o interesse público.
§ 2º O servidor escalado em regime de sobreaviso permanecerá disponível para atendimento das ocorrências emergenciais fora do horário regular de expediente.
§ 3º O tempo trabalhado será registrado e compensado mediante banco de horas, folga compensatória ou outra forma prevista na legislação municipal que vier a ser criada.
§ 4º A escala de sobreaviso deverá observar critérios de rodízio, transparência e continuidade do serviço público.

Art. 53. O Poder Executivo regulamentará os protocolos operacionais das ações de resgate, definindo, no mínimo:
I – os critérios de classificação de urgência e emergência;
II – os procedimentos de acionamento;
III – os fluxos de atendimento, recepção, triagem e encaminhamento;
IV – as responsabilidades dos servidores, clínicas contratadas e entidades parceiras;
V – os procedimentos para transporte e destinação dos animais;
VI – os registros administrativos e estatísticos dos atendimentos realizados;
VII – os procedimentos para atendimento em finais de semana, feriados e períodos noturnos.

CAPÍTULO XXII
DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS

Art. 54. O Município promoverá campanhas educativas semestrais nas escolas da rede municipal, com o objetivo de estimular nos alunos:

I – respeito aos animais;
II – proteção ao meio ambiente;
III – conscientização sobre posse responsável;
IV – outros assuntos relacionados ao bem estar animal.

CAPÍTULO XXIII
DAS PARCERIAS COM ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Art. 55. O Município poderá firmar convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos jurídicos com:
I – organizações da sociedade civil;
II – associações de proteção animal;
III – fundações universitárias e instituições de ensino;
IV – voluntários independentes.

Parágrafo único. O Município poderá auxiliar nas despesas relacionadas à proteção animal.

CAPÍTULO XXIV
DAS CAMPANHAS DE ADOÇÃO

Art. 56. O Município promoverá campanhas de adoção de animais domésticos vacinados e esterilizados.

CAPÍTULO XXVI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, observada a vinculação das receitas provenientes das multas administrativas aplicadas com fundamente nesta Lei.

Art. 58. A aplicação das sanções previstas nesta Lei independe das responsabilidades civil, penal e ambiental cabíveis.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se notadamente a **Lei Municipal nº 52, de 1º de dezembro de 2017**

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 30 de setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:D4AC045B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

DECRETO Nº 74/2026. Data:30/09/2026.

SÚMULA: Regulamenta os critérios complementares de seleção e priorização de famílias beneficiárias do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, no âmbito do Município de Mariópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a Constituição Federal, especialmente o direito social à moradia previsto no art. 6º;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 20.394, de 4 de dezembro de 2020, que institui o Programa Estadual de Habitação – CASA FÁCIL PR;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 6.867, de 2017, e, especialmente, os critérios estaduais de hierarquização de atendimento;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 7.666, de 13 de maio de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 20.394/2020 e estabelece, em seu art. 5º, os critérios de hierarquização do Programa Casa Fácil PR;
CONSIDERANDO a Portaria nº 163/2016, no que couber aos critérios de seleção habitacional;
CONSIDERANDO o Convênio nº 164/CONV/2026, celebrado entre o Município de Mariópolis e a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR;
CONSIDERANDO o respectivo Plano de Trabalho, que estabelece a responsabilidade do Município pelo cadastramento, hierarquização e seleção das famílias, bem como a possibilidade de complementação da hierarquização mediante critérios de seleção e priorização estabelecidos em legislação municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar critérios objetivos, transparentes, impessoais e verificáveis para a seleção das famílias beneficiárias das unidades habitacionais produzidas no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 30, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre benefícios eventuais no âmbito do Município de Mariópolis, inclusive o Benefício Eventual de Aluguel Social;
CONSIDERANDO a necessidade de priorizar famílias em situação de maior vulnerabilidade habitacional e social no Município de Mariópolis;
CONSIDERANDO a Resolução CMAS 12 de 10 de setembro de 2026, que aprova os critérios complementares;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto estabelece critérios complementares de seleção e priorização de famílias para atendimento habitacional no âmbito do **Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios**, no Município de Mariópolis, observados os critérios, requisitos, condições, cotas e demais disposições estabelecidas pela legislação federal e estadual aplicável, pela COHAPAR, pelo Convênio nº 164/CONV/2026 e respectivo Plano de Trabalho.
Art. 2º Os critérios estabelecidos neste Decreto serão utilizados de forma complementar aos critérios de hierarquização previstos na legislação estadual aplicável ao Programa Casa Fácil Paraná.
Parágrafo único. A aplicação dos critérios previstos neste Decreto não afasta a necessidade de atendimento dos requisitos de enquadramento, habilitação, cadastramento e demais condições estabelecidas pela COHAPAR e pelo Município.
CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO
Art. 3º Para fins de hierarquização das famílias cadastradas para o Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, serão observados os critérios estabelecidos no art. 5º do Decreto Estadual nº 7.666/2021, ou norma que venha a substituí-lo, acrescidos dos critérios complementares estabelecidos neste Decreto.
Art. 4º Os critérios estaduais de hierarquização serão considerados na forma estabelecida pela legislação vigente, compreendendo:
I – famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
II – famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
III – famílias das quais façam parte pessoa ou pessoas com deficiência;
IV – famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC;
V – famílias com dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade;
VI – famílias com ônus excessivo de aluguel.
§ 1º Cada critério atendido corresponderá à pontuação estabelecida pela legislação e regulamentação aplicáveis ao Programa.
§ 2º A comprovação dos critérios previstos neste artigo observará os documentos e procedimentos definidos pela COHAPAR e pelo edital de seleção.

CAPÍTULO III
DA PONTUAÇÃO
Art. 5º Ficam estabelecidos, para fins de complementação da seleção, priorização e hierarquização das famílias participantes do

Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, os seguintes critérios municipais:
I – ser integrante de família que esteja ou tenha estado formalmente incluída e atendida pelo Benefício Eventual de Aluguel Social do Município de Mariópolis, na forma da regulamentação municipal aplicável, em qualquer período dos 12 (doze) meses anteriores à data de encerramento das inscrições;
II – possuir tempo de residência no Município de Mariópolis, aferido segundo as faixas de tempo e os critérios de comprovação estabelecidos neste Decreto.
§ 1º Os critérios municipais previstos neste artigo constituem critérios complementares de seleção e priorização e serão operacionalizados mediante pontuação, sem prejuízo dos critérios estaduais aplicáveis ao Programa.
§ 2º Os critérios municipais poderão ser aplicados cumulativamente aos critérios estaduais, desde que a família preencha os respectivos requisitos e haja comprovação documental ou por registros administrativos oficiais.
§ 3º Nenhum dos critérios municipais previstos neste artigo constitui, por si só, requisito de habilitação ou condição de acesso ao Programa Casa Fácil Paraná, salvo se assim determinado pela legislação federal ou estadual aplicável.
§ 4º A pontuação decorrente dos critérios municipais não substitui nem reduz a pontuação decorrente dos critérios estaduais.
Art. 6º Para fins do disposto no inciso I do art. 5º, será considerada atendida pelo critério municipal a família que:
I – tenha sido efetivamente atendida pelo Município em razão de situação de vulnerabilidade ou necessidade habitacional que tenha fundamentado a concessão ou o atendimento relacionado ao benefício;
II – esteja devidamente identificada nos registros administrativos municipais correspondentes.
§ 1º A comprovação será realizada, preferencialmente, mediante consulta aos registros administrativos oficiais do Município, especialmente aqueles mantidos pelo órgão responsável pela concessão, acompanhamento e pagamento do Benefício Eventual de Aluguel Social.
§ 2º Para fins de pontuação, será suficiente a comprovação de que a família tenha sido efetivamente atendida ou beneficiária do Aluguel Social em qualquer momento do período de referência, não sendo exigido que o benefício esteja vigente na data da inscrição.
§ 3º A Comissão Municipal responsável pela seleção poderá realizar diligências junto ao órgão competente para confirmar a condição e o período de atendimento da família.
§ 4º A condição de beneficiária ou atendida pelo Aluguel Social não constitui requisito de habilitação ao Programa Casa Fácil Paraná, constituindo critério complementar de seleção, priorização e pontuação.
§ 5º A condição de beneficiária ou atendida pelo Aluguel Social não constitui requisito de habilitação ao Programa Casa Fácil Paraná, constituindo exclusivamente **critério complementar de priorização e pontuação**.
Art. 7º Para fins do inciso II do art. 5º, o tempo de residência no Município de Mariópolis será considerado como critério complementar de seleção e priorização, com pontuação progressiva conforme o período de residência comprovado, contado retroativamente da data de encerramento das inscrições:
I – menos de 5 (cinco) anos completos: 0 (zero) ponto;
II – de 5 (cinco) a menos de 6 (seis) anos completos: 1 (um) ponto;
III – de 6 (seis) a menos de 10 (dez) anos completos: 2 (dois) pontos;
IV – 10 (dez) anos completos ou mais: 3 (três) pontos.
§ 1º O tempo de residência será aferido com base no conjunto de documentos e informações disponíveis, podendo ser utilizadas informações do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, cadastro habitacional, registros administrativos municipais ou outros documentos idôneos que permitam demonstrar a residência no Município.
§ 2º A comprovação poderá ser realizada mediante a utilização isolada ou conjunta de documentos, conforme estabelecido no edital de seleção.
§ 3º Na ausência ou insuficiência de informações no CadÚnico, poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, outros documentos aptos a demonstrar a residência habitual no Município, tais como:
I – cadastro municipal;
II – cadastro habitacional;
III – registros de atendimento ou acompanhamento pelos serviços públicos municipais;
IV – comprovantes de matrícula ou frequência escolar de filhos ou dependentes;
V – documentos ou registros eleitorais;
VI – contas de água, energia elétrica, telefone ou outros serviços vinculados ao endereço residencial;
VII – contrato de locação ou outros documentos que demonstrem a ocupação de imóvel residencial;
VIII – documentos tributários ou cadastrais vinculados ao endereço;
IX – comprovantes de recebimento de correspondências oficiais ou documentos emitidos por órgãos públicos;
X – documentos relacionados à utilização de serviços públicos de saúde, assistência social, educação ou outros serviços municipais;
XI – outros documentos públicos ou particulares idôneos que permitam demonstrar, de forma objetiva, a residência habitual no Município.
§ 4º Os documentos apresentados poderão estar em nome do titular da inscrição, de seu cônjuge ou companheiro, ou de integrante de sua composição familiar, desde que seja possível estabelecer o vínculo com a unidade familiar e com o endereço informado no cadastro.
§ 5º Sempre que possível, a comprovação deverá contemplar elementos documentais referentes aos períodos necessários à formação do conjunto probatório, não sendo obrigatória a apresentação de um documento para cada ano.
Art. 8º A classificação das famílias observará a soma da pontuação decorrente dos critérios estaduais e dos critérios complementares municipais, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação e regulamentação do Programa, sem prejuízo da aplicação das cotas legalmente previstas.
Art. 9º. Considerados os critérios previstos neste Decreto, a pontuação complementar municipal máxima será de 4 (quatro) pontos, sendo:
I – família beneficiária ou atendida pelo Benefício Eventual de Aluguel Social, nos termos do **art. 6º**: 1 (um) ponto;
II – tempo de residência no Município de Mariópolis, conforme as faixas estabelecidas no **art. 7º**: até 3 (três) pontos.
Parágrafo único. A pontuação somente será atribuída quando devidamente comprovado o atendimento ao respectivo critério, observadas as regras deste Decreto, do edital de seleção e da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO IV
DA COMPROVAÇÃO E DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Art. 10. A seleção das famílias observará obrigatoriamente as cotas e prioridades estabelecidas pela legislação federal e estadual aplicável ao Programa Casa Fácil Paraná, inclusive aquelas destinadas a:
Art. 11. A Comissão Municipal responsável pela seleção poderá realizar diligências destinadas a confirmar as informações prestadas pelos interessados, inclusive mediante consulta a cadastros públicos e registros administrativos municipais.
Art. 12. A constatação de informação falsa, omissão de informação relevante ou apresentação de documento inidôneo poderá acarretar a perda da pontuação atribuída ao critério, a desclassificação da família ou sua exclusão do processo seletivo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa na forma estabelecida no edital.
§ 1º A operacionalização das cotas observará o número de unidades habitacionais disponíveis, as orientações da COHAPAR e a legislação vigente, não constituindo as cotas critérios adicionais de pontuação.
§ 2º Nas situações em que a aplicação do percentual legal resulte em quantitativo inferior a 1 (uma) unidade habitacional, será observada a sistemática definida no edital, em conformidade com a legislação aplicável e as orientações da COHAPAR.
§ 3º Na inexistência de famílias habilitadas para determinada cota, as unidades correspondentes poderão ser destinadas à classificação geral, observadas as regras estabelecidas pela legislação vigente e pelo edital.
II – famílias com mulheres chefes de família;
III – famílias com pessoa com deficiência entre seus integrantes;
IV – mulheres protegidas pela legislação aplicável à violência doméstica e familiar.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO MUNICIPAL
Art. 13. A seleção e a classificação das famílias serão realizadas por Comissão Municipal especialmente designada para essa finalidade.
§ 1º A Comissão será composta por servidores públicos municipais e conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, observada a qualificação técnica necessária ao desenvolvimento de suas atribuições.
§ 2º A composição, as atribuições e o funcionamento da Comissão poderão ser disciplinados por ato próprio do Poder Executivo.
§ 3º A Comissão deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e vinculação às regras estabelecidas no edital.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. O edital de seleção das famílias estabelecerá:
I – o número de unidades habitacionais disponíveis;
II – o cronograma do processo seletivo;
III – os documentos necessários à habilitação e comprovação dos critérios;
IV – a forma de inscrição e/ou atualização cadastral;
V – os critérios de hierarquização e classificação;
VI – a forma de aplicação das cotas;
VII – os critérios de desempate;
VIII – os procedimentos de convocação;
IX – os procedimentos para apresentação de recursos;
X – as hipóteses de desclassificação e substituição;
XI – a formação de cadastro reserva;
XII – demais procedimentos necessários à execução do Programa.
Art. 15. Os critérios estabelecidos neste Decreto serão aplicados exclusivamente ao processo de seleção das unidades habitacionais vinculadas **ao Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios**, objeto do Convênio nº 164/CONV/2026, ou a outros empreendimentos que venham a ser expressamente abrangidos por ato posterior.
Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal de Seleção, observadas as disposições da legislação aplicável, as orientações da COHAPAR e as regras estabelecidas no respectivo edital.
Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 30 de setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:D94768C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - GESTÃO DA SAÚDE

ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA SAÚDE, REFERENTE AO 2º QUADRIMESTREDE 2026, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

----------**COMPOSIÇÃO:** Ver. MICHEL RODRIGO DE ARAUJO - PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL; ADÉLIA FIUZA RIBEIRO - MEMBRO DA COMISSÃO GERAL; JULIANO LEITE - MEMBRO DA COMISSÃO GERAL; demais Vereadores: ANDERSON DO GÁS e MARIANA DOURADO e ainda a Sra. Eduarda Poletto– SecretáriaMunicipal de Saúde e demais integrantes da Secretaria Municipal de saúde. Início 15:30 horas. Audiência presidida pelo Vereador Juliano Leite. O **Presidente**abre a Audiência dizendo: "Pelas atribuições que me são conferidas por Lei e sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão de Audiência Publica para demonstração e avaliação do Relatório de Gestão da Saúde, referente ao 2º Quadrimestre de 2026". O Presidente solicita ao Vereador Michel que faça a leitura das escrituras sagradas. Em ato contínuo, a **Presidente da Comissão** solicita aos integrantes da Secretaria Municipal de Saúde que façam uso da palavra e façam a demonstração do Relatório da Saúde referente ao 2º Quadrimestre de 2026. Feita toda a demonstração e avaliação, fizeram uso da palavra os vereadores: Juliano Leite, Michel Rodrigo de Araujo, Mariana Dourado, Adélia Fiuza Ribeiro. Dirimidas todas as dúvidas e não havendo mais nenhum vereador a questionar, a **Sr. Presidente** pergunta se alguém presente tem algo a questionar,não havendo ninguém, o **Presidente** então agradece novamente a presença de todos e dá por encerrada a presente Audiência Pública.

Matinhos, 28 de setembro de 2026.

MICHEL RODRIGO DE ARAUJO
Presidente da Comissão Geral

ADELIA FIUZA RIBEIRO
Membro da Comissão Geral

JULIANO LEITE
Membro da Comissão Geral

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:07DEB4DD

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS FISCAIS

ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PODER EXECUTIVO, REFERENTE AO 2ºQUADRIMESTRE DE 2026, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

----------**COMPOSIÇÃO:** Ver. SANDRO MOACIR BRAGA- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO; Ver. ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS - MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO; Ver. VALDECIR GERÔNIMO LEITE - MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS: demais vereadores: ADÉLIA FIUZA RIBEIRO; JULIANO LEITE e MARIANA DOURADO; e ainda, Sr. DEJAIR ALVES DE CAMARGO – Secretário Municipal de Finanças,Sr. IVO MENDES JUNIOR – Secretário Municipalde Planejamento. Início 13:30 horas. O **Presidente da Comissão** abre a Audiência dizendo: "Pelas atribuições que me são conferidas por Lei e sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão de Audiência Publica para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Poder Executivo, referente ao 2° quadrimestre de 2026". O **Presidente da Comissão** solicita ao Vereador Juliano Leite que faça a leitura das escrituras sagradas. Em ato contínuo, o **Presidente da Comissão** solicita aos Srs. Dejair Alves de Camargo e Ivo Mendes, que façam uso da palavra e deem cumprimento ao exposto no parágrafo quarto do artigo 9° da Lei de Responsabilidade fiscal, referente ao cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2026. Feita toda a demonstração e avaliação das metas fiscais do Poder Executivo referentes ao 2° quadrimestre de 2026 fizeram uso da palavra os Vereadores Juliano Leite, Mariana Dourado; Anderson da Silva dos Santos e Sandro Moacir Braga. Não havendo mais vereadores para uso da palavra, o **Sr. Presidente** pergunta se alguém presente tem algo a questionar.Não havendo mais nada a questionar, o **Presidente da Comissão** então agradece novamente a presença de todos e dá por encerrada a presente Audiência Pública.

Matinhos, 28 de setembro de 2026.

SANDRO MOACIR BRAGA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

VALDECIR GERÔNIMO LEITE
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:62CA7CBF

CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 022/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 022/2026 – CMDCA

SÚMULA: Aprova o Regimento Interno e os Projetos Político-Pedagógicos – PPPs das duas Casas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Matinhos/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis à proteção dos direitos da criança e do adolescente,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar, avaliar e deliberar sobre as políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização e adequação dos documentos que regulamentam e orientam o funcionamento das Casas de Acolhimento Institucional do Município de Matinhos/PR;

CONSIDERANDO a apresentação, para apreciação deste Conselho, do Regimento Interno das duas Casas de Acolhimento Institucional e dos respectivos Projetos Político-Pedagógicos – PPPs;

CONSIDERANDO que os documentos foram apresentados e discutidos durante a Reunião Ordinária do CMDCA realizada em 09 de setembro de 2026, conforme registrado na ATA nº 016/2026;

CONSIDERANDO que, após a apresentação e os esclarecimentos realizados, os documentos foram submetidos à apreciação e votação dos membros presentes, sendo aprovados por unanimidade;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno das duas Casas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Matinhos/PR, nas versões apresentadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º Aprovar os Projetos Político-Pedagógicos – PPPs das duas Casas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Matinhos/PR, correspondentes às respectivas unidades de acolhimento.

Art. 3º Os documentos aprovados por esta Resolução deverão orientar a organização, o funcionamento e a execução das atividades desenvolvidas nas respectivas Casas de Acolhimento, observadas a legislação vigente, as normativas aplicáveis e as orientações dos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 4º Os documentos aprovados deverão ser objeto de acompanhamento e atualização sempre que houver alteração na legislação, nas normativas aplicáveis, nas orientações dos órgãos de controle e proteção ou na organização e funcionamento dos serviços, de modo a assegurar sua permanente adequação às necessidades das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 09 de setembro de 2026.

MARCOS DA SILVA LOTOSKI
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR

Decreto Nº 4578, de 12 de Dezembro de 2025

FÁBIO LEANDRO ARMINDO
Secretário Executivo do CMDCA

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:39716ABB

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 16/2026

SÚMULA: APROVAR A RESOLUÇÃO SESA 739/2026 REFERENTE AO REPASSE DE RECURSOS DO PROVIGIA PARANÁ, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE, MATINHOS - PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n°. 1528/2013, de 06 de junho de 2013 que dispõe sobre alteração e consolidação da Lei 1.215/09 de 10.12.2009, que trata da Gestão do Sistema Único de Saúde–SUS do Município de Matinhos, Estado de Paraná; a Consolidação e a reestruturação do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências e Resolução 333/2003 e 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - **APROVAR A RESOLUÇÃO SESA 739/2026 REFERENTE AO REPASSE DE RECURSOS DO PROVIGIA PARANÁ, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR,** o qual segue anexo a presente resolução**.**

Art. 2º – Os valores referente ao custeio serão R$48.041.63 e para investimento o valor será de R$112.077,28.Valor total geral disponibilizado será de R$160.118,91.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Matinhos/PR, 1 de agosto de 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (Em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Matinhos, 1 de agosto de 2026

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:9B659270

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 17/2026

SÚMULA: APROVAR a portaria do MINISTÉRIO DA SAUDE N° 10.133/2026 referente à Aplicação de Recursos destinados ao desenvolvimento de atividades de Educação em Saúde relacionadas à prevenção, orientação e conscientização sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs e Tuberculose. da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE, MATINHOS - PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n°. 1528/2013, de 06 de junho de 2013 que dispõe sobre alteração e consolidação da Lei 1.215/09 de 10.12.2009, que trata da Gestão do Sistema Único de

Saúde–SUS do Município de Matinhos, Estado de Paraná; a Consolidação e a reestruturação do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências e Resolução 333/2003 e 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
RESOLVE:
Art. 1º **Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos destinados ao desenvolvimento de atividades de Educação em Saúde relacionadas à prevenção, orientação e conscientização sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs e Tuberculose.**

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Matinhos/PR, 1 de agosto de 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (Em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Matinhos, 01 de agosto de 2026

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:E2B76713

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 18/2026

SÚMULA: Altera a Resolução nº 07/2026, que aprova a Prestação de Contas dos Recursos Financeiros da Operação Verão 2025/2026.

O **PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATINHOS**, reunido extraordinariamente em 1º de julho de 2026, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, pela Resolução CNS nº 453/2012, pela Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Saúde e pelo seu Regimento Interno,
RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a **Resolução nº 07/2026**, de 1º de julho de 2026, que aprova a Prestação de Contas dos Recursos Financeiros da Operação Verão 2025/2026.

Art. 2º Fica excluído da Resolução nº 07/2026 o último **"Considerando"**, que dispõe:
"Considerando que, em razão do atraso no repasse dos recursos estaduais, o Município realizou inicialmente o custeio das despesas com recursos próprios, efetuando posteriormente a compensação financeira mediante pagamento de exames laboratoriais;"

Art. 3º O **Art. 2º da Resolução nº 07/2026** passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Fica registrada a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde do **Plano de Aplicação dos Recursos Remanescentes referentes às Resoluções SESA nº 1.729/2025 e nº 1.965/2025**, destinados às ações relacionadas à Operação Verão 2025/2026."

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições da **Resolução nº 07/2026** que não foram expressamente modificadas pela presente Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (Em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Matinhos, 01 de agosto de 2026

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:92EFB63D

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO 072/2026 - VALERIA DOS SANTOS BRUM

Extrato de Contrato 072/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Matinhos
Contratado: VALERIA DOS SANTOS BRUM
Objeto: Contratação no Emprego Público de **Atendente Infantil PSS** Decorrente do PSS Público Edital nº. 130/2025
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais
Remuneração: R$ 1.621,00 **(Um mil, seiscentos e vinte e um reais**) mensais
Disposições Gerais: fundamentado na Lei Municipal nº 1.190/2009, n° 1.277/2009, n° 1.522/2011, n° 1.656/2013, n°1.657/2013.

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:9C1A875C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 315 2026 EXONERAR ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS DAVID RAFAEL ORTIZ

PORTARIA Nº 315/2026

SÚMULA – Exonerar Cargo em Comissão "ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - O Sr. **DAVID RAFAEL ORTIZ**, portador da cédula de identidade civil nº 14.130.511-5 e inscrição no CPF nº 113.548.059-17, do Cargo em Comissão de "**ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS",** admitido em 15/07/2026 sob matricula 400895 a partir de 30/09/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico – PR, 30 de SETEMBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:7BA40DE6

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 316 2026 EXONERAR CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MARCIANO ROSA DO AMARAL

PORTARIA Nº 316/2026

SÚMULA – Exonera Cargo em Comissão "CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - O Sr. **MARCIANO ROSA DO AMARAL**, portador da cédula de identidade civil nº 12.813.040-3 e inscrição no CPF nº 048.998.529-75, do Cargo em Comissão de "**CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**", admitido em 24/02/2026 sob matricula nº 400882, a partir do dia 30/09/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
24 de FEVEREIRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:ADAD91B7

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 317 2026 NOMEAR CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DAVID RAFAEL ORTIZ

PORTARIA Nº 317/2026

SÚMULA – Nomeia Cargo em Comissão "CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **DAVID RAFAEL ORTIZ**, portador da cédula de identidade civil nº 14.130.511-5 e inscrição no CPF nº 113.548.059-17, para o Cargo em Comissão de "**CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**", a partir do dia 01/10/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
30 de SETEMBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:D1078AFF

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 318 2026 NOMEAR ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRASMARCIANO ROSA DO AMARAL

PORTARIA Nº 318/2026

SÚMULA – Nomeia Cargo em Comissão "ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **MARCIANO ROSA DO AMARAL**, portador da cédula de identidade civil nº 12.813.040-3 e inscrição no CPF nº 048.998.529-75, para o Cargo em Comissão de "**ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS",** a partir de 01/10/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico – PR, 30 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:68709F64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 71/2026 DISPENSA N. 49/2026

Adjudica e **homologa** a contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 028/2025, para fornecimento de brinquedos infláveis, serviços de recreação infantil e fornecimento de alimentos (pipoca e algodão-doce), incluindo montagem, desmontagem, insumos e mão de obra, para realização do evento comemorativo do **Dia das Crianças**, a ser realizado no dia **09 de outubro de 2026**, no município de Miraselva.
DO FAVORECIDO: SANTOS E MARONEZI LTDA - ME, CNPJ Nº 15.544.330/0001-15

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de brinquedos infláveis, serviços de recreação infantil e fornecimento de alimentos (pipoca e algodão-doce), incluindo montagem, desmontagem, insumos e mão de obra, para realização do evento comemorativo do **Dia das Crianças**, a ser realizado no dia **09 de outubro de 2026**, no município de Miraselva.

VALOR: R$ 5.585,00 (cinco mil e quinhentos e oitenta e cinco reais).

BASE LEGAL: viabilidade de aplicação do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 047/2023, com redação dada pelo Decreto nº 028/2025, diante da justificativa técnica e do valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

DA JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR: Menor proposta dentre aquelas prevista na pesquisa de preços.

Miraselva, 30 de setembro de 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:9680C562

LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 71/2026 DISPENSA N.: 49/2026 FUNDAMENTAÇÃO: §2º DO ART. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2023

Autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, para contratação de empresa especializada para fornecimento de brinquedos infláveis, serviços de recreação infantil e fornecimento de alimentos (pipoca e algodão-doce), para realização do evento comemorativo do **Dia das Crianças**, no município de Miraselva, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 028/2025.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com aLei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e oDecreto Municipal nº 047/2023,
CONSIDERANDOque o Município de Miraselva realizara através da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa especializada para fornecimento de brinquedos infláveis, serviços de recreação infantil e fornecimento de alimentos (pipoca e algodão-doce), incluindo montagem, desmontagem, insumos e mão de obra, para realização do evento comemorativo.
CONSIDERANDOa Lei Municipal N° 721/2025 que institui o Programa Municipal de Valorização nas datas comemorativas.
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços e a empresa SANTOS E MARONEZI LTDA - ME, CNPJ Nº 15.544.330/0001-15, apresentou a proposta mais vantajosa, com valor compatível ao praticado no mercado e dentro do limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que há regularidade fiscal e jurídica da empresa, estando apta a contratar com o Poder Público;
RESOLVE:
Art. 1º – Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa SANTOS E MARONEZI LTDA - ME, CNPJ Nº 15.544.330/0001-15, para o fornecimento de brinquedos infláveis, serviços de recreação infantil e fornecimento de alimentos (pipoca e algodão-doce), incluindo montagem, desmontagem, insumos e mão de obra, para realização do evento comemorativo do **Dia das Crianças**, pelo valor total de R$ 5.585,00 (cinco mil e quinhentos e oitenta e cinco reais).
Art. 2º – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho e demais providências administrativas cabíveis, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos autos.
Art. 3º – Publique-se e encaminhem-se os autos à unidade competente para execução contratual.

Miraselva/PR, 30 de setembro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:99A1D053

LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA FÍSICA 48-2026

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
TIPO: Menor Preço ***por lote.***
OBJETO: REGISTRO DE PRESÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PEÇAS INCLUSAS PARA CONSERTO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TACÓGRAFOS E VELOCÍMETROS DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE MIRASELVA, em atendimento à Divisão de Transportes do município de **Miraselva/PR**.
MENOR VALOR: R$ 26.213,54 (vinte e seis mil duzentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/10/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/10/2026 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (três) dias.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: *licitacao@miraselva.pr.gov.br*
LINK DO EDITAL: https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Miraselva, no endereço https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraselva, sito à Avenida Dona Madalena, n° 41, centro, neste município de Miraselva/PR, ou através do e-mail *licitacao@miraselva.pr.gov.br* ou pelo telefone (43) 3273-1177, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Miraselva/PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Departamento de Licitações

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:9AE08877

LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2026

O Município de Miraselva/PR, torna público a todos os interessados, que será realizada **ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E SORTEIO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO** dos pedidos de credenciamentos recebidos até 30/09/2026, em **07/10/2026 as 09 horas**, referente ao **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, DEVIDAMENTE MATRICULADOS E EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE A JUNTA COMERCIAL COMPETENTE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS, VISANDO À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE MIRASELVA/PR**, de acordo com as especificações constantes no Edital e termo de referência**.**

Miraselva/PR, 30 de setembro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:B9A7E4C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 47/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 106/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 04 de novembro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na locação de grupos motogeradores, compreendendo o fornecimento, transporte, instalação, testes de funcionamento, manutenção

preventiva e corretiva, assistência técnica e retirada dos equipamentos, no valor máximo de **R$ 711.857,40 (setecentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, quarenta centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 30 de setembro de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:6790DC05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 48/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 102/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 06 de novembro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por lote**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas antirrábicas, vacina polivalente, medicamento vermífugo, medicamento antipulga, medicamento anticarrapato e fornecimento de ração para atendimento do Programa de Atenção Animal - PATA e emendas impositivas, no valor máximo de **R$ 130.210,10 (cento e trinta mil duzentos e dez reais e dez centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 30 de setembro de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:F0E1C631

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9448 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9448 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Concede férias aos servidores municipais, referente ao mês de outubro/2026"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, Sebastião Brindarolli Junior, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, férias aos funcionários municipais, mês de fruição **Outubro de 2026**, conforme quadro abaixo discriminado:

NOME	MATRÍ.	PERIODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	TOTAL
1. ALEXSANDER CARVALHO LAMESON	115628	01/07/2025 a 30/06/2026	14/10/2026 a 28/10/2026	15
2. ANDERRIELI WANDERLEIA MACHADO DELAY	214044	02/05/2025 a 01/05/2026	21/10/2026 a 30/10/2026	10
3. ANGELA MARIA MARTINS DOLLA	115605	02/06/2025 a 01/06/2026	13/10/2026 a 27/10/2026	15
4. BERNADETE APARECIDA PEREIRA DO ESPIRITO SANTO	213455	01/04/2025 a 31/03/2026	19/10/2026 a 02/11/2026	15
5. BRUNO JOSE CAGNI SANTIAGO	115616	16/06/2025 a 15/06/2026	05/10/2026 a 09/09/2026	05
6. CATIA REGINA DE RAMOS MÁXIMO	225501	08/02/2025 a 07/02/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
7. CHISLENE ROBERTA DA SILVA	213451	20/12/2024 a 19/12/2025	05/10/2026 a 09/10/2026	05
8. CRISTIANO BORBA CORDEIRO	214092	01/10/2024 a 30/09/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
9. CRISTIAN PEREIRA RIBEIRO VIEIRA	213366	01/02/2025 a 31/01/2026	13/10/2026 a 01/11/2026	20
10. DORIVALDO JOSE LOURENÇO	229671	05/02/2025 a 04/02/2026	13/10/2026 a 01/11/2026	20
11. EDUARDO DE SOUZA POLETI MOREIRA	115638	01/02/2026 a 31/07/2026	14/10/2026 a 02/11/2026	20
12. ELIZIANE RODRIGUES	235641	02/05/2025 a 01/05/2026	26/10/2026 a 09/11/2026	15
13. FLAVIO JORGE	237931	21/08/2025 a 20/08/2026	14/10/2026 a 02/11/2026	20
14. HILLARY ALVES PEREIRA	212980	01/10/2025 a 30/09/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
15. INDIANARA DE PAULA GODOI NOGUEIRA	251211	02/07/2025 a 01/07/2025	19/10/2026 a 02/11/2026	15
16. IVAIR ALVES PEREIRA	251301	07/06/2024 a 06/06/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
17. JOÃO CARLOS ROSA	256641	05/07/2025 a 04/07/2026	12/10/2026 a 31/10/2026	20
18. LIDIANE BERNADETE CALEGARI	265551	02/05/2025 a 01/05/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
19. LUCIANO APOLINARIO	266791	12/06/2025 a 11/06/2026	01/10/2026 a 20/10/2026	20
20. LUCIANO CARDOSO	265121	10/05/2025 a 09/05/2026	01/10/2026 a 30/10/2026	30
21. LUIZ ANTONIO NASCIMENTO	266521	21/08/2025 a 20/08/2026	01/10/2026 a 15/10/2026	15
22. NELMARI DOS SANTOS	293091	01/02/2025 a 31/01/2026	13/10/2026 a 27/10/2026	15
23. NEUZELI BRUDECK CORDEIRO	270431	01/05/2025 a 30/04/2026	13/10/2026 a 27/10/2026	15
24. ORLEI FERNANDO VIEIRA	284181	14/07/2025 a 13/07/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
25. PEDRO AURÉLIO NOGUEIRA	286711	12/09/2025 a 11/09/2026	13/10/2026 a 01/11/2026	20
26. ROSENILDA DE SOUZA VIEIRA RIBEIRO	115700	01/10/2025 a 30/09/2025	13/10/2026 a 01/11/2026	20
27. VAGNER GIL RAPP	213515	20/02/2025 a 19/02/2026	05/10/2026 a 19/10/2026	15
28. VANIA LUCIA MENDES	316131	08/02/2025 a 07/02/2026	13/10/2026 a 27/10/2026	15

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BFAE94B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9449 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9449 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Designação de servidores para assinar na função de Administradores dos Cemitérios Municipais, pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - DESIGNAR, a partir de 30 de setembro de 2026, os Servidores Jean Marcel Foss, matrícula nº 255161**,** CPF nº 065.XXX.XXX-94, e Thaíssa De Bona Araújo, matrícula nº 515219, CPF 078.XXX.XXX-03, para assinarem na função de Administradores dos Cemitérios Municipais pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, conforme Decreto nº 1183/2023, capítulo II, art.4º.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5432616D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9450 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9450 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Dispõe sobre a decisão do Processo Administrativo de Sindicância Portaria nº8265 de 10 de março de 2026 e determina arquivamento do processo.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria nº 8265, de 10 de março de 2026, destinado a apurar conduta de funcionário público vinculado a Procuradoria Geral do município;

CONSIDERANDO os fatos e documentos constantes do Processo Digital nº 25/2026, memorando da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância, após a regular instrução do processo e análise dos fatos e documentos constantes dos autos;

RESOLVE:
Art. 1º Acolher a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância no processo instaurado pela Portaria nº 8265, de 10 de março de 2026, e determinar o arquivamento do processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:11D25160

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9451 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9451 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Dispõe sobre a decisão do Processo Administrativo de Sindicância Portaria nº8264 de 10 de março de 2026 e determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria nº 8264, de 10 de março de 2026, destinado a apurar conduta de funcionário público vinculado a Procuradoria Geral do município;

CONSIDERANDO os fatos e documentos constantes do Processo Digital nº 24/2026, memorando da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância, após a regular instrução do processo e análise dos fatos e documentos constantes dos autos;

RESOLVE:

Art. 1º Acolher a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância no processo instaurado pela Portaria nº 8264, de 10 de março de 2026, e determinar abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:14D7331B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9452 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9452 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: “Dispõe sobre a decisão do Processo Administrativo de Sindicância Portaria nº8263 de 10 de março de 2026 e determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria nº 8263, de 10 de março de 2026, destinado a apurar conduta de funcionário público vinculado a Procuradoria Geral do município;

CONSIDERANDO os fatos e documentos constantes do Processo Digital nº 23/2026, memorando da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância, após a regular instrução do processo e análise dos fatos e documentos constantes dos autos;

RESOLVE:

Art. 1º Acolher a conclusão apresentada pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância no processo instaurado pela Portaria nº 8263, de 10 de março de 2026, e determinar abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8BFBE0F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2022 – ID Nº 263/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, o Sr. EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 1.XXX.XXX-9, SESP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo Nº 78/2022 – ID Nº 263/2022, Pregão Presencial nº 36/2022, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível para abastecimento de veículos da frota municipal"

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao Pregão Presencial n° 36/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quinta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 78/2022 - ID 263/2022, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.30.00.00 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATERIAL DE CONSUMO

REDUZIDO 116 – FONTE 1504 CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 078/2022 — ID 263/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, datado e assinado digitalmente.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:586A8B04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2022 – ID Nº 134/2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2022 – ID Nº 134/2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr. JOSE LEANDRO MAZUR JORGE, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 084.XXX.XXX-02 e RG nº 1.XXX.XXX-3, SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº Nº 30/2022 – ID Nº 134/2022, Pregão Eletrônico nº 06/2022 para Secretaria Municipal de Educação, que tem por objeto a "Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada, pelo período de 12 (doze) meses em atendimento as Secretarias Municipais"

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Com base no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao Pregão Eletrônico n° 06/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 30/2022 - ID 134/2022, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.00 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA REDUZIDO 120 – FONTE 1103

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 030/2022 — ID 134/2022. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 30 de setembro de 2026

JOSE LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:83CFBDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°19 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 19 de 30 de setembro de 2026

Súmula: Aprova o Plano de Trabalho de recursos provenientes de Emenda Parlamentar nº 20380014, Programação nº 411620820260001, destinada à Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Ação 219 G, Grupo de Natureza da Despesa – GND 3 – Custeio, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes – APAE Morretes.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Morretes (CMAS), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS) e pela legislação municipal pertinente, e;

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes – APAE Morretes, referente à execução de recursos provenientes de Emenda Parlamentar;

CONSIDERANDO a Emenda Parlamentar nº 20380014, Programação nº 411620820260001, destinada à Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Ação 219 G, Grupo de Natureza da Despesa – GND 3 – Custeio, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços e ações socioassistenciais desenvolvidos pela APAE Morretes;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a utilização do recurso no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 20380014, Programação nº 411620820260001, destinado à Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Ação 219 G, Grupo de Natureza da Despesa – GND 3 – Custeio.
Art. 2º O recurso será utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes – APAE Morretes, inscrita no CNPJ sob nº 68.599.703/0001-11, conforme o Plano de Trabalho apresentado, para manutenção e continuidade dos serviços e ações socioassistenciais desenvolvidos pela instituição.
Art. 3º A utilização dos recursos observará o Plano de Trabalho aprovado, contemplando despesas de custeio necessárias à execução dos serviços, incluindo materiais, gêneros de alimentação, manutenção de veículos, materiais de limpeza, expediente, higiene, processamento de dados, copa e cozinha, materiais elétricos e pedagógicos, manutenção de bens imóveis, cama, mesa e banho, gás, ferramentas e materiais de acondicionamento e embalagens, nos limites e condições estabelecidos no referido Plano de Trabalho.

Art. 4º O presente Plano de Trabalho visa assegurar a continuidade e a qualidade da oferta dos serviços e ações socioassistenciais desenvolvidos pela instituição:
SERVIÇO TIPIFICADO QUE RECEBERÁ O INCREMENTO TEMPORÁRIO:
1. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
3. Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária.

Art. 5º A execução dos recursos deverá observar o objeto, as metas, os indicadores, o período de vigência e as demais condições previstas no Plano de Trabalho, bem como a adequada comprovação da execução física e financeira da parceria.
Art. 6º A presente deliberação foi realizada de forma on-line e submetida à apreciação dos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprovaram a utilização do recurso e o respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Morretes, 30 de setembro de 2026.

MARIA VICTÓRIA DA CRUZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:BF40A329

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.827.204/0001-08, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, com base na inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 74, inciso III, c/c o art. 79, inciso I), da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), além das sanções do Decreto Municipal nº 53/2024 e da Portaria nº 97/2026.

• **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de alinhamento de direção/rodas e balanceamento de rodas na frota municipal.
• **Valor e Regime:** Contratação com preço fixo/teto preestabelecido em edital (Item 1 — R$ 100,00; Item 2 — R$ 104,49). Trata-se de fluxo contínuo e contratação paralela/não excludente.
• **Prazo de Vigência / Inscrição:** O credenciamento permanecerá aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de **01/10/2026 até 01/10/2027**.
• **Local e Forma de Entrega da Documentação:** Os documentos de habilitação e requerimento deverão ser protocolados presencialmente na sede da Prefeitura Municipal (Avenida Paraná, nº 276, Centro, CEP 86.230-000, Nova América da Colina/PR), em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou encaminhados por meio do endereço eletrônico oficial: **licita@novaamericadacolina.pr.gov.br**.

• **Acesso ao Edital:** O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail supracitado ou no site oficial do município: **www.novaamericadacolina.pr.gov.br**, nas abas "Serviços/Formulários" ou "Licitações".

Nova América da Colina/PR, 30 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:3F1440CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº:93/2026
Contratantes: Município de Nova América da Colina (PR) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova América da Colina (CNPJ nº 03.024.375/0001-80).
Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados à execução do Plano de Aplicação do exercício de 2026, compreendendo a aquisição de equipamentos de processamento de dados (01 Mesa Pedagógica Interativa Digital e 01 Tablet), visando ao fortalecimento do atendimento educacional especializado.
Valor Total: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).
Fundamentação Legal: Dispensa de Chamamento Público com fulcro no **artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014**, em razão da exclusividade da entidade na execução do objeto no âmbito municipal.
Data da Declaração de Dispensa: 30 de setembro de 2026.
Nova América da Colina - PR, 30 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO —
Prefeito(a) Municipal.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:B5E46C3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 93/2026 PARTÍCIPES: Município de Nova América da Colina e a Associação de Pais e Excepcionais – APAE de Nova América da Colina (CNPJ nº 03.024.375/0001-80). OBJETO: Transferência de recursos financeiros destinados à execução do Plano de Aplicação do exercício de 2026, compreendendo a aquisição de equipamentos de processamento de dados (01 Mesa Pedagógica Interativa Digital e 01 Tablet), visando ao fortalecimento do atendimento educacional especializado. VALOR GLOBAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31/12/2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Chamamento Público com fulcro no artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014. DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2026.
Tania Cristina da Silva Basso Município de Nova América da Colina
Claudinei Fugi Presidente da APAE de Nova América da Colina

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:A2798383

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 632/2026

LEI n. 632/2026

SÚMULA: Altera o art. 9º e o inciso III do art. 12 da Lei Municipal nº 630/2026, que dispõe sobre a concessão de uso de área pública municipal para implantação de empreendimentos geradores de emprego e renda, e dá outras providências.

Tania Cristina da Silva Basso, Prefeita Municipal de Nova América da Colina-Pr, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, FAZ SABER que o Legislativo Municipal APROVOU e Executivo Municipal SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 9º da Lei Municipal nº 630, de 27 de agosto de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º As propostas serão avaliadas e classificadas conforme os seguintes critérios e ponderações:

Nº	CRITÉRIO	PESO	PONTOS
I	Número de empregos diretos a serem gerados e mantidos	40%	40
II	Plano de negócios: viabilidade e prazo de abertura do empreendimento	30%	30
III	Contratação de mão de obra residente no Município	20%	20
IV	Impacto ambiental positivo ou neutro (certidões e laudos)	10%	10
	TOTAL	100%	100

....."

Art. 2º O inciso III do art. 12 da Lei Municipal nº 630/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. .....
III – cumprir as metas de geração e manutenção de empregos conforme cronograma do art. 10;
....."

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 630/2026, inclusive os §§ 1º e 2º do art. 9º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina/PR, 30 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:86CAC2B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 008/2026
CONTRATANTE: Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 15.236.376/0001-77.
CONTRATADA: Proj Art Comunicação Visual Ltda - CNPJ nº 65.900.716/0001-90 – Curitiba- Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção, transporte e instalação de placas de identificação institucional em ACM (Aluminium Composite Material), destinadas à nova sede do Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu – PREVPRATA, compreendendo a fabricação sob medida, estrutura de fixação, logomarca institucional em alto relevo confeccionada em material apropriado, com acabamento de alto padrão, sistema de iluminação em LED de baixo consumo e alta durabilidade, incluindo fonte de alimentação, componentes elétricos, cabeamento, suportes, fixadores e todos os demais materiais e acessórios necessários à perfeita instalação e funcionamento do conjunto.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO – Em decorrência da solicitação da Administração do Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu - PREVPRATA, em razão das necessidades identificadas após a conclusão da reforma e durante a efetiva implantação da nova sede do PREVPRATA. A solicitação devidamente justificada e ainda considerando o artigo nº 124 da Lei nº 14.233/21, que autoriza o aumento de até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores contratados em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação. O presente acréscimo contratual mostra-se necessário para assegurar a adequada identificação dos ambientes, a funcionalidade da comunicação visual e a preservação da concepção institucional da nova sede, evitando que o projeto permaneça incompleto ou seja desvirtuado em sua finalidade original, a justificativa encontra-se em anexo ao termo aditivo.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR - Fica acrescido ao contrato original o valor de R$ 945,00 (novecentos e quarenta cinco reais), totalizando o valor contratual de R$ 11.258,96 (onze mil duzentos cinquenta oito reais e noventa seis centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição do Produto	Und	Qtd 25%	Valor Unit.	Valor Total
LOTE 01					
01	Placa de ACM com a logomarca em alto relevo e iluminação (cores padrão da logo), sendo: 01 (uma) para painel de entrada do auditório, 02 (duas) para fachada externa do PREVPRATA 01 (uma) para painel de recepção. Todas com iluminação e cores padrão da logo. Material: ACM (alumínio composto), tratamento anticorrosivo, iluminação LED. Instalação inclusa. Figura ilustrativa em anexo	Und	01	945,00	945,00

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 30 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:75C0B48B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 (987995-26/2026 – COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de materiais, com montagem, manutenção e desmontagem de iluminação e decoração ornamental natalina, visando às festividades de fim de ano no Município de Nova Prata do Iguaçu - PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/10/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 30 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:B26101EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 008/2026 – PRORROGAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Musicomania Ltda - CNPJ nº 32.848.022/0001-00 – Salto do Lontra - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada para realização de orientação técnica de instrumentos musicais, no atendimento às atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, que trata da prestação de serviços a serem executados de forma contínua, concedendo-lhes o reajuste conforme cláusula *DÉCIMA* do contrato, com base na variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses, de **4,223450%,** objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando o valor por hora aula de **R$ 102,03 (cento e dois reais e três centavos) para R$ 106,34 (cento e seis reais e trinta e quatro centavos).**
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR – Devido ao aumento da vigência e reajuste concedido, fica acrescido ao contrato original o valor de **R$ 81.669,12 (oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos)**, para prestação de 768 horas aula**.**
CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO – Conforme cláusula *NONA* do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência, para mais 12 (doze) meses, ou seja, até **29/09/2027.**
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:16BBC96D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6397/2026

PORTARIA Nº 6397/2026
DATA: 30/09/2026

SÚMULA: Prorroga licença para tratamento de saúde para Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Cleiton Zanella, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo, portador da matricula nº 142355-02, conforme atestado médico até a data de 24/11/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 30 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:1AE744CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6398/2026

PORTARIA Nº 6398/2026
DATA: 30/09/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Camilla Medeiros, matricula funcional nº 142546-02, ocupante do cargo de Psicóloga, relativo ao período aquisitivo de 06/08/2025 a 05/08/2026, que serão gozadas a partir de 13/09/2026 a 27/09/2026 (15 dias).

Debora Lazzarotto, matricula funcional nº 15761-01, ocupante do cargo de Técnica em Radiologia, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2025 a 01/02/2026, que serão gozadas a partir de 22/09/2026 a 11/10/2026 (20 dias).

Fernanda Suzane Wolf Mulinari, matricula funcional nº 9921-01, ocupante do cargo de Enfermeira, relativo aos períodos aquisitivos de 14/12/2023 a 13/12/2024 e 14/12/2024 a 13/12/2025, que serão gozadas a partir de 28/09/2026 a 12/10/2026 (15 dias).

Marilene Suldofski Savi Mondo, matricula funcional nº 8752-02, ocupante do cargo de Professora, relativo ao período aquisitivo

14/12/2025 a 13/12/2026, que serão gozadas a partir de 28/09/2026 a 12/10/2026 (15 dias).

Marilene Suldofski Savi Mondo, matricula funcional nº 8752-03, ocupante do cargo de Professora, relativo ao período aquisitivo 15/06/2025 a 14/06/2026, que serão gozadas a partir de 28/09/2026 a 12/10/2026 (15 dias).

Rosemari Weber Vitali, matricula funcional nº 142561-01, ocupante do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Industria, Comércio e Turismo, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, que serão gozadas a partir de 28/09/2026 a 12/10/2026 (15 dias).

Valdineia Nicolli dos Santos, matrícula funcional nº 15291-01, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, relativo ao período aquisitivo de 12/07/2023 a 11/07/2024, que serão gozadas a partir de 05/10/2026 a 19/10/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:806E68FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6399/2026

PORTARIA Nº 6399/2026
DATA: 30/09/2026

SÚMULA: Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

FRANCISLENE DE MATOS DOS SANTOS, portadora da matrícula nº 142446-4, ocupante do cargo de professora celetista (Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024), conforme protocolo de requerimento junto ao INSS nº 802123654, com início em 15/09/2026 até 03/03/2027.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:5B89B258

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ERRATA - PORTARIA Nº 85 /2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

ERRATA
PORTARIA nº 85 /2026

Súmula: Conceder férias ao Sr. CLAITOM ERCILIO FORTUNATO, e dá outras providências.

Onde se lê: Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao Sr. CLAITOM ERCILIO FORTUNATO, inscrito no CPF nº ***.*53.539-**, ocupante do cargo de Procurador Jurídico, no período de 24 de setembro de 2026 à 3 de outubro de 2026, referente ao saldo remanescente do período aquisitivo de 20 de janeiro de 2025 à 19 de janeiro de 2026.

Leia-se: Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao Sr. CLAITOM ERCILIO FORTUNATO, inscrito no CPF nº ***.*53.539-**, ocupante do cargo de Procurador Jurídico, no período de 24 de setembro de 2026 à 3 de outubro de 2026, referente ao saldo remanescente do período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 à 05 de janeiro de 2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria 84/2026.

Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:20F1EE4A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 41° TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

EXTRATO DO 41° TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: ***POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA****, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 41º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 30/09/2026 às 10:29 horas,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Educação de Paiçandu, juntamente com o transporte escolar, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**6,99**
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,39

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,39**
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,59

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 89/2025 no Pregão nº 23/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu - PR, 30 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:4F60013B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 41º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 30/09/2026 as 10:29 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**6,99**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,39**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu – PR, 30 de setembro de 2026

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente Da Fundação De Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:449CBF80

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 141-2026 VALDENIR

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141
Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa 40.537.866 VALDENIR FERNANDES DE FRANCA, CNPJ nº 40.537.866/0001-50, com endereço RUA DO BANCÁRIO, CEP 87204012, representada por VALDENIR FERNANDES DE FRANÇA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 527.499.599-34, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:
1. **DO OBJETO:**
2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.
1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**
2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública
6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para

aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior,

a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia

pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

40.537.866 VALDENIR FERNANDES DE FRANCA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 118	Quant.: 1	Num: 736	30,00	**Total: 4.500,00**
Item: 118	Unidade: METROS	Marca: INOVA	Modelo: INOVA	
Descrição: FORRO PVC FLEXÍVEL BRANCO -				
Quantidade: 150	**Valor Unit.: 30,00**			Total Item: 4.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 4.500,00				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:9A44803E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 142-2026

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ nº 37.278.673/0001-18, com endereço RUA JORGE DA SILVA, 38, CEP 99709369, representada por ELIANE JAGUSESKI ARCEGO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 834.611.670-53, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

_____

EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 79	Quant.: 1	Num: 434	26,63	**Total: 1.331,50**
Item: 79	Unidade: KG	Marca: VONDER	Modelo: VONDER	
Descrição: ELETRODO 2,5-6010 KG (5P) -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 26,63**			Total Item: 1.331,50
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.331,50				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador: AFF0DE39

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 323 2026

DECRETO N.º 323/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por TRANSPOSIÇÃO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por TRANSPOSIÇÃO, no Orçamento da

Fundação de Saúde Geral de Paiçandu, no valor de R$ 179.100,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE Despesa - 1003 - 339039 - 00002 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 179.100,00

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=>179.100,00
artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional, aberto no artigo anterior, serão utilizados como recursos, a anulação parcial ou total de dotações, através de TRANSPOSIÇÃO de dotações da PREFEITURA MUNICIPAL.
Anulação por transposição
Órgão - 10 - SECRETARIA DE SAUDE PÚBLICA Unidade - 10006 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Funcional - 10.301.1002.2165000 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE Despesa - 506 - 339039 - 00002 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 179.100,00

TOTALDAANULAÇÃO POR TRANSPOSIÇÃO =>179.100,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 30 de setembro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Caroline Pereira
Código Identificador:0D0CC2BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2026 DISPENSA Nº 32/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2026
DISPENSA Nº 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 43.611.190/0001-96
CONTRATADO: **FLUXX TELECOM LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 39.481.277/0001-19.
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE TELEFONIA MÓVEL CORPORATIVA, para atender as necessidades da Secretaria de Administração**, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**LINHA DE TELEFONIA MÓVEL CORPORATIVA, (SIM cards/chips), ATIVADOS, COM FRANQUIA DE DADOS, VOZ E APLICATIVO DE MENSAGENS, OPERANDO SOBRE REDE DE COBERTURA NACIONAL.** Fornecimento e ativação de 20 chips (TIM) com 8gb de Internet Móvel por linha + 2gb para linhas trazidas por portabilidade, Ligações e Whatsapp Ilimitados (as)	UNID	20	R$ 798,00 (mensal)	R$ 9.576,00
VALOR TOTAL					**R$** 9.576,00

VALOR: R$ 9.576,00 (nove mil, quinhentos e setenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Paiçandu, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:A56B3304

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE cujo objeto é formalização de repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando à instauração de Termo de Colaboração firmado entre o Município e a entidade, serão destinados a aquisição de itens de gêneros de alimentação, material de cama, mesa e banho, material de copa e cozinha, material de limpeza e produtos de higienização e uniformes, tecidos e aviamentos, foi devidamente aprovada pelo órgão competente, para continuidade e complementação das ações pactuadas, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, de acordo com a Resolução nº 11/2026 aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Paiçandu- PR e demais normas correlatas, tendo em vista a singularidade dos serviços prestados e a notória especialização da entidade na área de atendimento às pessoas com deficiência, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura do referido convênio, no valor total de R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), a favor da entidade: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAIÇANDU – APAE**, *inscrita no CNPJ/MF sob nº* 79.696.647/0001-50.
Paiçandu, 28 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:81FEC38A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026
AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE cujo objeto é a Locação de imóvel para instalação da sede da Casa Lar, localizado na Rua Carlos Roberto Seghezzi 926, imóvel este com Matricula nº 8.794- Data nº 27 - Quadra nº 35.– Centro, município de Paiçandu, em favor da e a Senhora **ROSANGELA APARECIDA FRASSON**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 6.903.431-4 SSP/Pr., e inscrita no CPF nº 022.359.899-26, CEP 87.140-000, na cidade de Paiçandu-PR, denominada **PROPRIETARIA,** neste ato representado pela empresa **BOLSA DE VALORES DE IMOVEIS MARINGÁ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 76.713.247/0001-17, situada à Avenida Pedro Taques, 319, Edifício São Gabriel, sala 01, zona 07, CEP: 87.030-008, na Cidade de Maringá – Pr., tendo como representante legal da empresa senhor **MARCELO LUCAS DE PAULA DIAS**, RG nº 4.727.182-7 SESP/Pr., e inscrita no CPF nº 840.643.749-91, residente e domiciliado na Rua Pioneiro Lazaro Claro da Silva, 848, Recanto dos Magnatas, na Cidade de Maringá - Pr., denominados **LOCADORES**, no valor mensal de **R$ 2.438,00 (dois mil e quatrocentos e trinta e oito reais)**, no valor total por 12 (doze) meses de **R$ 29.256,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinquenta e seis reais)**, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Paiçandu, 29 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:74A42ADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 41º TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 41º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 41º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 30/09/2026 AS 10:29 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 6,99
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,59

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,39**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,59

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu-PR, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal De Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:91B9EAC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATO DA MESA 04/2026 - DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO ANUAL DE PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO ACERCA DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ATO DA MESA 04/2026, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a realização anual de pesquisa junto à população acerca da atuação legislativa da Câmara Municipal de Palmeira

A MESA EXECUTIVA da CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15 do Regimento Interno e art. 28 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO as diretrizes do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal – ProLegis, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente quanto à avaliação da atuação legislativa e ao relacionamento com a população;
CONSIDERANDO as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme requisitos verificados na Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública de 2026, itens 22544, 22545 da Nota Técnica nº 38/2025 – CGF/TCE-PR;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a transparência, a participação social e o relacionamento da Câmara Municipal com a população;
CONSIDERANDO que o Poder Legislativo deve buscar mecanismos de avaliação e aperfeiçoamento de suas atividades legislativas e de fiscalização;
CONSIDERANDO a necessidade de manter registros formais que comprovem a realização de pesquisa junto à população sobre a atuação legislativa da Câmara Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira, a Pesquisa Anual de Avaliação da Atuação Legislativa, destinada a obter a percepção da população acerca dos serviços e atividades desenvolvidos pelo Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único. A pesquisa será realizada durante o período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de novembro do respectivo exercício.

Art. 2º A pesquisa terá como objetivos:
I – conhecer a percepção da população acerca da atuação da Câmara Municipal;
II – avaliar o grau de conhecimento da população sobre as funções do Poder Legislativo;
III – identificar as principais demandas e sugestões da população relacionadas à atuação legislativa;
IV – avaliar aspectos relacionados à transparência, comunicação, atendimento e acesso às informações legislativas;
V – identificar oportunidades de aprimoramento dos serviços e atividades desenvolvidos pela Câmara Municipal; e
VI – subsidiar o planejamento e o aperfeiçoamento das atividades legislativas e institucionais.

Art. 3º A pesquisa poderá ser realizada por meio de:
I – formulário eletrônico disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal;
II – questionário físico;
III – outro método que permita identificar e comprovar sua efetiva realização.
§1º Compete ao servidor responsável pela recepção solicitar aos usuários do serviço da Câmara o preenchimento do questionário, conforme Anexo I;
§2º Compete à Secretaria da Câmara Municipal consolidar os dados obtidos, elaborar o Relatório Anual da Pesquisa de Avaliação da Atuação Legislativa e providenciar a divulgação anual.
§3º Para fins de comprovação da realização da pesquisa, os documentos deverão ser mantidos e arquivados.
Art. 4º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

LUCAS SANTOS
Vice- Presidente

FABÍOLA MERELES
1ª Secretária

EDENIR JOSÉ GAIO FLORES
2º Secretário

ANEXO I
FORMULÁRIO – PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA
Câmara Municipal de Palmeira – Paraná
A Câmara Municipal de Palmeira quer conhecer a sua opinião sobre a atuação do Poder Legislativo Municipal.
Esta pesquisa tem como objetivo identificar a percepção da população, conhecer demandas e sugestões e aprimorar as atividades desenvolvidas pela Câmara.
Sua participação é importante! O preenchimento leva aproximadamente 3 minutos.

1. Você mora em Palmeira?
( ) Sim
( ) Não

2. Como você avalia seu nível de conhecimento sobre o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Palmeira?
( ) Muito bom
( ) Bom
( ) Regular
( ) Baixo
( ) Não conheço o trabalho realizado

3. Você acompanha as atividades da Câmara Municipal?
( ) Frequentemente
( ) Às vezes
( ) Raramente
( ) Nunca

4. Por quais meios você costuma obter informações sobre a Câmara Municipal?
Pode marcar mais de uma opção.
Instagram
Facebook
Site oficial da Câmara
Rádio
Jornais/sites de notícias
WhatsApp
Sessões da Câmara
Conversas com vereadores
Amigos, familiares ou conhecidos
Não acompanho informações sobre a Câmara
Outro: _____

5. Como você avalia a facilidade de acesso às informações sobre as atividades da Câmara Municipal?
( ) Muito fácil
( ) Fácil
( ) Regular
( ) Difícil
( ) Muito difícil
( ) Não sei avaliar

6. Como você avalia a atuação da Câmara Municipal na fiscalização das ações da Prefeitura e dos recursos públicos?
( ) Muito boa
( ) Boa
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Muito ruim
( ) Não sei avaliar

7. Como você avalia a atuação da Câmara Municipal na elaboração, discussão e aprovação das leis municipais?
( ) Muito boa
( ) Boa
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Muito ruim
( ) Não sei avaliar

8. Como você avalia a transparência da Câmara Municipal na divulgação de suas atividades e informações?
( ) Muito boa
( ) Boa
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Muito ruim
( ) Não sei avaliar

9. Você sabe como entrar em contato com a Câmara Municipal ou com um vereador para apresentar uma sugestão, reclamação ou demanda?
( ) Sim
( ) Não
( ) Tenho alguma dificuldade para saber como fazer

10. Como você avalia o atendimento prestado pela Câmara Municipal quando procura informações ou algum serviço?
( ) Muito bom
( ) Bom
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Muito ruim
( ) Nunca utilizei o atendimento da Câmara

11. Na sua opinião, quais áreas ou assuntos deveriam receber maior atenção da Câmara Municipal?
Pode marcar até 3 opções.
Saúde
Educação
Segurança pública
Obras e infraestrutura
Agricultura e área rural
Meio ambiente
Assistência social
Emprego e desenvolvimento econômico
Mobilidade e transporte
Esporte e lazer
Cultura
Turismo
Transparência e fiscalização dos recursos públicos
Outro: _____

12. O que a Câmara Municipal poderia melhorar em sua atuação?
Resposta aberta:

13. Você gostaria de deixar alguma sugestão, crítica ou elogio à Câmara Municipal de Palmeira?
Resposta aberta:

14. De modo geral, como você avalia a atuação da Câmara Municipal de Palmeira?
( ) Muito boa
( ) Boa
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Muito ruim
( ) Não sei avaliar

Identificação do participante
Nome: _____
( ) Prefiro não informar

Faixa etária:
( ) Até 17 anos
( ) 18 a 24 anos
( ) 25 a 34 anos
( ) 35 a 44 anos
( ) 45 a 59 anos
( ) 60 anos ou mais
( ) Prefiro não informar

Local onde reside:
( ) Área urbana
( ) Área rural

( ) Prefiro não informar

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:7C0152D2

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATO DA MESA 05/2026 - REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DAS LEIS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ATO DA MESA 05/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Regulamenta o procedimento de avaliação das leis no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira

A MESA EXECUTIVA da CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15 do Regimento Interno e art. 28 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme o item nº 22532, da Nota Técnica nº 38/2025 – CGF/TCE-PR

RESOLVE:

Art. 1º Será realizado, anualmente, o procedimento de avaliação das leis no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira, com a finalidade de verificar sua implementação, efetividade e os benefícios produzidos para o Município e para a população.

Art. 2º A avaliação das leis será realizada pelas Comissões Temáticas Permanentes da Câmara Municipal, de acordo com as respectivas áreas de competência previstas no Regimento Interno.
§ 1º Cada Comissão selecionará, dentre as leis relacionadas à sua área de competência, aquelas que serão objeto de avaliação.
§ 2º Para fins de avaliação, poderão ser selecionadas, prioritariamente, leis que:
I – produzam efeitos relevantes sobre a população ou sobre a Administração Pública Municipal;
II – impliquem implementação de políticas, programas, serviços ou ações públicas;
III – produzam repercussão orçamentária, financeira, administrativa ou social relevante; ou
IV – sejam consideradas relevantes pela respectiva Comissão para acompanhamento de seus resultados.

Art. 3º A avaliação deverá verificar, conforme o objeto e a finalidade da lei:
I – se as medidas previstas na lei foram efetivamente implementadas;
II – se o objetivo que motivou a edição da lei foi alcançado;
III – quais resultados ou benefícios foram produzidos para o Município ou para a população;
IV – se foram identificadas dificuldades ou problemas na aplicação da lei;
V – se há necessidade de manutenção, alteração, regulamentação ou outra medida destinada ao aperfeiçoamento da lei; e
VI – impacto orçamentário ou administrativo.

Art. 4º Para realização da avaliação, a Comissão poderá utilizar, entre outras fontes:
I – informações e documentos fornecidos pelos órgãos responsáveis pela execução da lei;
II – dados e indicadores oficiais disponíveis;
III – relatórios, registros e demais documentos relacionados à aplicação da lei;
IV – manifestações dos destinatários da lei, quando pertinentes; e
V – outras informações consideradas necessárias para verificar os resultados da norma.
Parágrafo Único. As Comissões poderão solicitar aos órgãos e unidades da Câmara Municipal, bem como aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, informações e documentos necessários à realização das avaliações, observadas as competências institucionais de cada órgão.

Art. 5º A avaliação será realizada mediante as seguintes etapas:
I – seleção da lei a ser avaliada;
II – identificação do objetivo e das medidas previstas na lei;
III – obtenção das informações necessárias junto aos órgãos ou setores responsáveis;
IV – análise das informações, considerando os critérios estabelecidos no art. 3º; e
V – elaboração de relatório contendo os resultados da avaliação e, quando cabível, recomendações.

Art. 6º As avaliações serão formalizadas em relatórios, elaborado conforme o modelo constante no Anexo I deste Ato.
§ 1º A avaliação individual deverá conter, no mínimo:
I – identificação da lei avaliada;
II – finalidade da lei;
III – informações utilizadas para a avaliação;
IV – síntese da implementação e dos resultados verificados;
V – dificuldades ou problemas identificados, se houver; e
VI – conclusão quanto ao alcance da finalidade da lei e à eventual necessidade de manutenção, alteração, regulamentação ou aperfeiçoamento.
VII – quando pertinente, dificuldades verificadas e recomendações para aperfeiçoamento da legislação ou de sua implementação.
§ 2º Quando determinado critério não for aplicável em razão da natureza ou do objeto da lei avaliada, essa circunstância deverá ser registrada no relatório.

Art. 7º As avaliações produzidas serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal, de modo a possibilitar sua consulta pública e a verificação dos resultados do processo avaliativo.

Art. 8º Os casos omissos relacionados à execução deste Ato serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

LUCAS SANTOS
Vice- Presidente

FABÍOLA MERELES
1ª Secretária

EDENIR JOSÉ GAIO FLORES
2º Secretário

ANEXO I
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA(S) LEI(S)
COMISSÃO XXXX

LEI MUNICIPAL Nº

Início da Vigência:
Objeto:
Finalidade:

ANÁLISE

1. Implementação da lei:
2. Alcance da finalidade:
3. Resultados e benefícios identificados:
4. Dificuldades ou problemas identificados:

CONCLUSÃO

Fontes e informações utilizadas:
1.
2.
3.

Anexos:
1.
2.
3.

RECOMENDAÇÕES

Palmeira/Pr, xx de xxxx de xxxx.

Presidente

Vice Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:2A905466

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 5937/2026

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, gráficos e pedagógicos visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Data e horário da sessão: 20/10/2026 às 8h15min.
Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico
https://palmeira.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/19/licitacoes,
Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 30 de setembro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:05BB4175

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 23/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 54/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, resolve homologar a Inexigibilidade de Licitação n°. 23/2026, e adjudicar o objeto desta contratação nos termos que seguem:
Objeto: Pagamento das taxas de licenciamento dos veículos oficiais pertencentes a frota da Câmara Municipal de Palmeira.
Empresa Contratada: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN, inscrita no CNPJ nº 78.206.513/0001-40, com o valor total de R$ 189,22 (cento e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Publique-se.

30 de Setembro de 2026
DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:D3D58486

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 26.641, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO
ELISAMA NOGUEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10323/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Controladora-Geral, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 03.001.04.124.0004.2.010.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elisama Nogueira	*075.xxx.xxx-64*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:CF3E7694

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA
ELETRÔNICA Nº. 51/2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 06/10/2026** realizará a licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR lote, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de console vídeo game, mesa de aero hockey e jogos de tabuleiro.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

30 de setembro de 2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:CB3AD9A1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº.94.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 16/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação sob demanda de serviços, e locação de equipamentos e mobiliários para eventos, visando atender as necessidades das Secretarias municipais, Sob Sistema de Registro de Preços.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

30 de Setembro de 2026
IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:2E6CD350

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESUMO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 84/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 282/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 8199/2026

Objeto: Contratação da equipe SHOWTIME BMX para a realização de apresentação esportiva de BMX Freestyle, com execução integral da apresentação durante a cerimônia de abertura da 23ª edição dos Jogos Estudantis de Palmeira – JEPAL, a realizar-se no dia 16 de outubro de 2026.

Fundamentação: art. 74, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 439 – 11001278110026208033900390000 **Fonte: 21000** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Contratada: PAULO SACAKI COMERCIO E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no **CNPJ nº 36.187.032/0001-95,** com valor total de **R$ 17.900,00 (dezessete mil, novecentos reais).**

Instrumento hábil da contratação: Nota de Empenho nº **12135/2026**.
Data de emissão: 30/09/2026.

Publique-se.

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:E78FEABE

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO 007/2026- M M J INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS IFORMATICA E SERVICOS LTDA

EXTRATO DO CONTRATO 007/2026-
M M J INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS IFORMATICA E SERVICOS LTDA
PROCESSO DIGITAL Nº. 381/2026

Contrato n.º:007/2026
Contratante: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
CNPJ: 07.681.157/0001-79
Contratada: M M J INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS IFORMATICA E SERVICOS LTDA
Objeto: Aquisição de toners, cilindros, cartuchos, frasco de tinta para impressoras e demais suprimentos, visando atender as necessidades da Autarquia.
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 1.389,00 (mil trezentos e oitenta e nove reais).
Período de vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/10/2026, condicionada a eficácia do contrato à sua prévia divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, até o limite estabelecido nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que se mantenha a inviabilidade de competição que justificou esta hipótese de dispensa de licitação.

Data da assinatura: 24/09/2026

Palmeira, 30 de setembro de 2026

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Autoridade Competente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:03FD1FB8

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2025

I TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº *002/2025*, QUE QUE ENTRE SI CELEBRAM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR E A EMPRESA VS SERVICES LTDA.

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 07.681.157/0001-79, com sede na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, nº 02, Centro,Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Diretora-Presidente Sra. Francine Albuquerque Cruz, portadora da matrícula funcional nº.2014115, brasileira, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VS SERVICES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.180.788/0001-78 com sede na RUA Gonçalves Dias, FUNCIONÁRIOS - 30140-090, Belo Horizonte - MG, por seu representante legal, Sr. ROBERTO JORGE CAVALLARI LOPES, brasileiro, a seguir denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº. 8841/2026 e em observância as disposições da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2025 – Dispensa Nº 1/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, pelo período de 02/10/2026 a 01/10/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. Em decorrência da aplicação do reajuste contratual, baseado no INPC dos últimos 12 meses (4,31%), o valor mensal da contratação passa de R$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais) para R$ 238,88 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor global de R$ 5,614.62 (cinco mil, seiscentos e quatorze reais e

sessenta e dois centavos), permanecendo inalteradas as demais condições econômicas do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do RPPS, a partir da seguinte dotação orçamentária:

REDUZIDO	DOTAÇÃO	FONTE DE RECURSO
5	19001091220013200133903958000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS

4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA QUINTA–ALTERA CLÁUSULA 5.1 DO CONTRATO ORIGINAL

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da *data base do orçamento estimado em 18/07/2025.*

CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA –PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

Palmeira, 30 de setembro de 2026.

Regime Próprio De Previdência Social – RPPS	VS Services LTDA
CNPJ: 07.681.157/0001-79	CNPJ: 43.180.788/0001-78
FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ	***ROBERTO JORGE CAVALLARI LOPES***
Diretora-Presidente	Contratada
Matrícula: 2014115	

Testemunhas:

_____

LANA CRISTINA SILVA DA ROSA
MATRICULA: 2013627

_____

LUCAS HENRIQUE FONSECA
MATRICULA: 201642

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:A5E732E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1801/2026 – TRINIT REVENDA DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.

Contratada:**TRINIT REVENDA DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA**

CNPJ/CPF: 41.670.114/0001-26
Processo Administrativo: 8139/2026

Modalidade de Licitação:**PREGÃO, nº.80/2026**

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 02 (duas) conchas hidráulicas traseiras para tratores agrícolas, com capacidade mínima de 200 litros, destinadas ao atendimento das demandas das comunidades rurais do Município de Palmeira/PR,

Valor da contratação:O valor total da presente contratação é de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Data da assinatura: 29/09/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A4AC6352

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1790/2026 – CASA DE APOIO SÃO JOSÉ LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:**CASA DE APOIO SÃO JOSÉ LTDA**
CNPJ/CPF:05.948.389/0001-15
Processo Administrativo: 6863/2026
Modalidade de Licitação:**DISPENSA nº.42/2026**
Objeto:O objeto do presente contrato é a contratação de instituição de acolhimento em Casa de Apoio, de acordo com Ordem Judicial Nº 000184727.2026.8.16.0124.
Valor da contratação:O valor total da presente contratação é de R$ 119.976,00 (cento e dezenove mil, novecentos e setenta e seis reais).
Período de vigência: prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C86F13B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 19.591, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PALMEIRA – BIÊNIO 2026/2028.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 7318/2026,

Decreta:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Cultura de Palmeira – biênio 2026/2028, conforme previsto no Edital nº 02/2026.

Art. 2º A Comissão Especial terá como finalidade auxiliar na organização, acompanhamento e condução das etapas do processo eleitoral, contribuindo para a regularidade, transparência e adequada execução dos procedimentos previstos no Edital nº 02/2026.

Art. 3º Ficam designados para compor a Comissão Especial:
I – **Renato Ricardo Schnell Junior** – representante do Poder Público Municipal;
II – **Meire Cristina Nery Dias** – representante do Poder Público Municipal;
III – **Waldir Santos Joanassi Filho** – representante da sociedade civil;
IV – **Odislaine Gomes Wience** – representante da sociedade civil;
V – **Nelson Lopes da Silva Filho** – representante da sociedade civil

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil indicados nos incisos I, II e III integram a atual composição do Conselho Municipal de Cultura, enquanto os representantes indicados nos incisos IV e V estão lotados na Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EBD4E39B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER N°01/2026 – DME/SMEDEL

Parecer de análise técnica para Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal do Campo Professor Pedro Gross Filho.

O Departamento Municipal de Educação de Palmeira, por meio do Protocolo nº 12.572/2026, Ato Administrativo, Laudo Técnico e Termo de Responsabilidade, encaminha à Secretaria Municipal de Educação, o protocolado da Escola Municipal do Campo Professor Pedro Gross Filho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na Localidade de Pinheiral de Baixo, s/n, no Município de Palmeira-PR, mantida pela Prefeitura Municipal, que solicita a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil.
A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal de Palmeira e foi Credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1.082/2014 – GS/SEED e Parecer nº 188/2014 – CEF/SEED, de 24 de fevereiro de 2014, e obteve a última Renovação do Credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5.609/2023 – GS/SEED, de 21 de agosto de 2023, e Parecer nº 2.519/2023 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2028.
A instituição de ensino obteve Autorização de Funcionamento da Educação Infantil em 24 de fevereiro de 2014 com a Resolução nº 1.083/2014 – GS/SEED e Parecer nº 189/2014 – CEF/SEED. E a última Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil foi concedida pela Resolução nº 5.609/2023 – GS/SEED, de 21 de agosto de 2023, e Parecer nº 2.519/2023 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2026.
Pela análise do Parecer nº 16/2026 do Conselho Municipal de Educação – CME, do dia 27 de agosto de 2026, e do Relatório Circunstanciado da Comissão Verificadora, que descreve as condições dos recursos físicos, materiais e humanos, do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico, constatou-se a existência de condições favoráveis ao atendimento da referida solicitação.
Da análise técnica documental do processo este departamento constatou que foi atendido o contido nas Deliberações nº 03/1998, 03/2013 e 12/2021 – CEE/PR, no Manual de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino e, portanto, é favorável à concessão da Renovação da Autorização da Educação Infantil pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031.
A direção da instituição de ensino deverá solicitar a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil 180 (cento e oitenta) dias antes do término do prazo concedido.
É o Parecer.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

AILTON ANTONIO DADONA
Assessor Pedagógico do Ensino Fundamental
Decreto Nº. 17.929 De 20/01/2025

ISABELA MAYER FARION DE AGUIAR
Diretora Administrativa
Decreto Nº. 18.932/2026

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:510FCC47

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER N° 02/2026 – DME/SMEDEL

Parecer de análise técnica para Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson.

O Departamento Municipal de Educação de Palmeira, por meio do Protocolo nº 11.904/2026, Ato Administrativo, Laudo Técnico e Termo de Responsabilidade, encaminha à Secretaria Municipal de Educação, o protocolado do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson, localizado na Rua Theófilo Lian Trabulse, nº 190, no Município de Palmeira-PR, mantido pela Prefeitura Municipal, que solicita a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil.
A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal de Palmeira e foi Credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 600/2013 – GS/SEED e Parecer nº 374/2013 – CEF/SEED, de 06 de fevereiro de 2013, e obteve a última Renovação do Credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1.918/2021 – GS/SEED, de 28 de abril de 2021, e Parecer CEE/CEIF nº 128/2021, com vigência até 31/12/2029.
A instituição de ensino obteve Autorização de Funcionamento da Educação Infantil em 06 de fevereiro de 2013 com a Resolução nº 600/2013 – GS/SEED e Parecer nº 374/2013 – CEF/SEED. E a última Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil foi concedida pela Resolução nº 3.337/2021 – GS/SEED, de 30 de julho de 2021, e Parecer nº 2.012/2021 – CEF/SEED, com vigência até 15/02/2026.
Pela análise do Parecer nº 16//2026 do Conselho Municipal de Educação – CME, do dia 27 de agosto de 2026, e do Relatório Circunstanciado da Comissão Verificadora, que descreve as condições dos recursos físicos, materiais e humanos, do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico, constatou-se a existência de condições favoráveis ao atendimento da referida solicitação.
Da análise técnica documental do processo este departamento constatou que foi atendido o contido nas Deliberações nº 03/1998, 03/2013 e 12/2021 – CEE/PR, no Manual de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino e, portanto, é favorável à concessão da Renovação da Autorização da Educação Infantil pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031.
A direção da instituição de ensino deverá solicitar a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil 180 (cento e oitenta) dias antes do término do prazo concedido.

É o Parecer.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

AILTON ANTONIO DADONA
Assessor Pedagógico do Ensino Fundamental
Decreto Nº. 17.929 De 20/01/2025

ISABELA MAYER FARION DE AGUIAR
Diretora Administrativa
Decreto Nº. 18.932/2026

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:75B048B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 02/2026 – SISMEP/SMEDEL

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n° 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer nº 16/2026, do Conselho Municipal de Educação de Palmeira, o Parecer nº 01/2026 do

Departamento Municipal de Educação e o contido no Processo Administrativo n° 12.572/2026,

RESOLVE:

Art. 1° Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2027 até 31/12/2031, a Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da **Escola Municipal do Campo Professor Pedro Gross Filho – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada na Localidade de Pinheiral de Baixo, s/n, no Município de Palmeira-PR, mantida pela Prefeitura Municipal.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal de Palmeira e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1.082/2014 – GS/SEED, de 24/02/2014 e Parecer nº 188/2014 – CEF/SEED, e obteve a última Renovação do Credenciamento pela Resolução nº 5.609/2023 – GS/SEED, de 21 de agosto de 2023 e Parecer nº 2.519/2023 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2028.
Art. 2º A Direção da instituição de ensino deverá solicitar a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido, 31/12/2031.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Palmeira, 28 de agosto de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 17.877/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DA3F3EA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 03/2026 – SISMEP/SMEDEL

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n° 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer nº 16/2026, do Conselho Municipal de Educação de Palmeira, o Parecer nº 02/2026 do Departamento Municipal de Educação e o contido no Processo Administrativo n° 11.904/2026,

RESOLVE:

Art. 1° Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2027 até 31/12/2031, a Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, do **Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson**, situado na Rua Theófilo Lian Trabulse, nº 190, no Município de Palmeira-PR, mantido pela Prefeitura Municipal.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal de Palmeira e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 600/2013 – GS/SEED, de 06/02/2013 e Parecer nº 374/2013 – CEF/SEED, e obteve a última Renovação do Credenciamento pela Resolução nº 1.918/2021 – GS/SEED, de 28 de abril de 2021 e Parecer CEE/CEIF nº 128/2021, com vigência até 31/12/2029.
Art. 2º A Direção da instituição de ensino deverá solicitar a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido, 31/12/2031.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 17.877/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:83239C7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DECRETO Nº 19.592, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 15.260 DE 25 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob o nº 9605/2026,

Decreta:
Art. 1º – Fica incluído o inciso VI, ao artigo 1º do Decreto nº 15.260 de 25 de Março de 2022 que nomeia subcomissão de seleção, destinada a avaliar tecnicamente os planos de trabalho apresentados em procedimentos de chamamento público, cujo objeto vise parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 1º** ----------*
----------VI – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

•
Thiago Henrique Rigoni de Pontes – Matrícula funcional nº 400086 – Presidente;

•
Maycon Cabral Gonçalves - Matrícula funcional nº 301554 – Membro;

•
Fábio Henrique da Silva - Matrícula funcional nº 301589 – Membro."
----------(NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais disposições constantes no Decreto nº 15.260 de 25 de março de 2022.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6A7F99BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 31/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS – ANGÉLICA GONÇALVES MACHADO DOS SANTOS.

Processo nº: 9094/2026
PSS nº: 03/2024
ADITIVO Nº. 31/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Assistência Social.
Contratado: ANGÉLICA GONÇALVES MACHADO DOS SANTOS
Matrícula: 600992
Cargo: AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS
Regime: CLT
Vencimento R$ 1.632,84 (Um mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência: 10/10/2025 à 07/04/2026
Prorrogação 1: 08/04/2026 à 04/10/2026
Prorrogação 2: 05/10/2026 à 04/10/2027

Data: 30/09/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:902AB27F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 30 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 02 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

ELAINE CRISTINA SANTOS

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:72B4A0B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.593 DE 30/09/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NICOLAS MAYER BUENO, PARA O CARGO EM EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal, Nº. 01/2023, homologado através do Decreto Nº. 16.712 de 28 de dezembro de 2023 e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5433/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeado ***NICOLAS MAYER BUENO***, portador do RG nº. 10.XXX.XXX-0/PR, inscrito no CPF sob o nº. 082.xxx.xxx-99, matrícula nº 204508, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Pública, a partir de 01 de outubro de 2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F05DFB33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.594 DE 30/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT, A SERVIDORA EVA CHICANOSKI DA LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 7777/2026, resolve:
Decreta:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora **EVA CHICANOSKI DA LUZ**, portadora do R.G. nº. 7.8xx.xx3-2, inscrita no CPF sob o nº. 038.xxx.xxx-30, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE CLT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/10/2026, cumprindo aviso prévio do dia 03/09/2026 a 02/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:90F47642

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.595 DE 30/09/2026 - NOMEAÇÃO DE EVA CHICANOSKI DA LUZ, PARA O CARGO EM EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal, Nº. 01/2023, homologado através do Decreto Nº. 16.712 de 28 de dezembro de 2023 e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 1212/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada ***EVA CHICANOSKI DA LUZ***, portadora do RG nº 7.7xx.xx0-5 /PR, inscrita no CPF sob o nº. 038.xxx.xxx-30, para exercer o cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05 de outubro de 2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:39C92E31

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 19.596 DE 30/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR LUCAS LEVANDOSKI CAMARGO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e considerando o processo 8115/2026, e

Decreta:

Art. 1º - Exonerar o servidor **LUCAS LEVANDOSKI CAMARGO,** matrícula 301605, inscrito no CPF sob nº. 044.XXX.XXX-05, ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, último dia trabalhado 01/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:4DCE923F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.597 DE 30/09/2026 - NOMEAÇÃO DE LUCAS LEVANDOSKI CAMARGO, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TURISMO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 8115/2026,

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeado **LUCAS LEVANDOSKI CAMARGO,** portador do RG nº 10.xx.xx3-6, inscrito no CPF sob nº. 044.xxx.xxx-05, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE TURISMO**, matrícula nº 301615, lotado na Secretaria Municipal de Turismo, a partir de 02/10/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:03D4D406

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 19.598 DE 30/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARIA EDUARDA ALVES DE PAULA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e considerando o processo 8113/2026, e

Decreta:

Art. 1º - Exonerar a servidora **MARIA EDUARDA ALVES DE PAULA**, matrícula 301519, inscrita no CPF sob nº. 088.XXX.XXX-06, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, último dia trabalhado 01/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F2BA3543

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.599 DE 30/09/2026 - NOMEAÇÃO DE MARIA EDUARDA ALVES DE PAULA, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº 8113/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada ***MARIA EDUARDA ALVES DE PAULA,*** inscrita no CPF sob nº. 088.xxx.xxx-06, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, matrícula 301616, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, a partir de 02/10/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0285B23F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 20H

Palmeira, 29 de setembro de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 29 de setembro de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Nome completo: CLAUDINEIA DE GOES
Inscrição: 307
Emprego público: PROFESSOR 20 HORAS

CLAUDINEIA DE GOES
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F7CF0E05

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1800/2026 – FG CONSTRUTORA E REPRESENTACOES LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.

Contratada:**FG CONSTRUTORA E REPRESENTACOES LTDA**
CNPJ/CPF:49.098.909/0001-13
Processo Administrativo: 6958/2026
Modalidade de Licitação:
DISPENSA nº.47/2026
Objeto:O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens necessários visando o funcionamento de poço artesiano na comunidade de Limeira
Valor da contratação:O valor total da presente contratação é de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).
Período de vigência: O contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação.
Data da assinatura: 29/09/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0CC93504

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.633, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO JOCIELMA APARECIDA MOREIRA DE LIMA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10272/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013,

e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jocielma Aparecida Moreira de Lima	*089.xxx.xxx-06*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B4BE187F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.634, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO MARIA KINACH

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10271/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Enfermeira, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Maria Kinach	*806.xxx.xxx-04*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D36A417A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.635, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO MARIANGELIS RUPEL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10291/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo(a) com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Mariangelis Rupel	*103.xxx.xxx-21*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E434CA89

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.636, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO JOCELAINE PASSONI BARBOSA DA COSTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10270/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jocelaine Passoni Barbosa da Costa	*030.xxx.xxx-16*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2B268A9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.637, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO GLAUCIMERI IANTAS THAUPA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10269/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Diretor de Atenção Secundária, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Glaucimeri Iantas Thaupa	*036.xxx.xxx-70*	*R$ 300,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4056C5EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.638, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO
LAURO DE ARAÚJO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10328/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Lauro de Araújo	*788.xxx.xxx-04*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F59BB822

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.639, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO
ELAINE APARECIDA MUCHENSKI GUIMARÃES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10447/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Enfermeira, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elaine Aparecida Muchenski Guimarães	*057.xxx.xxx-50*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E931E281

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.640, DE 30/09/2026 - ADIANTAMENTO
DAFNE EVELYN ARAUJO SONNTAG

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10445/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Dafne Evelyn Araujo Sonntag	*093.xxx.xxx-33*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:95B17133

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 298/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **RG n° 12.XXX.XXX-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **EXXITUS COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 30.380.856/0001-09,** pessoa jurídica de direito privado, representada pelo **Sr. Marcos Antonio De Souza Torquato,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 096.XXX.XXX-08,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 9687/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 298/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 01/10/2026 até a data de 01/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 298/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:09357E4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
10 ADITIVO AO CONTRATO 134/2025

PREGÃO ELETRONICO N. 44/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N. 93/2025
10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 134/2025

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG ********SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº *******, domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 798, Vila Carolo, Palmital-PR denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa **OLAIR DE ANDRADE FILHO & CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Maximiliano Vicentin nº 270, Centro, Palmital-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.712.135/0001-30, neste ato representado por seu representante Legal, Senhor **OLAIR DE ANDRADE FILHO**, portador do RG nº ******** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº*********, denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica reajustado o valor unitário Contrato Administrativo n. 134/2025, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado conforme requerimento da Contratada, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.1333/2021.

NÚMERO DO ITEM	VALOR ATUAL UNITÁRIO DO ITEM (L)	VALOR REAJUSTADO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM ATUALIZADO (L)
Diesel S500	R$ 6,04	R$ 0,46	R$ 6,50

CLAÚSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital,30 de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Olair de Andrade Filho & CIA LTDA
OLAIR DE ANDRADE FILHO
Contratada

Testemunhas:

Nome:

JOAO PEDRO PEDROSO
CPF:800*.***-55**

DANIEL PADILHA DE JESUS
CPF:084.*.***-90**

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:8805AE81

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2026 – S3415

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 33/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2026 – S3415

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Interino o Sr. JOÃO ROBERTO SARTOTI ADÃO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 3**.***.***-20.

CONTRATADO: GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço À Rua Projetada A, 2432 - CEP: 85880000 - Bairro: Anel Viario, Itaipulândia/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº29.726.514/0001-00, neste ato por sua representante Legal, Senhora SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, inscrita no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-27.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

DATA DO CONTRATO: 30/09/2026
VIGÊNCIA: 29/09/2027
VALOR TOTAL: R$ 377.597,00 (Trezentos e Setenta e Sete Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR INTERINO: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: DILCELIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:8323F5B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 591/2026

PORTARIA Nº 591/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidor Público Municipal Temporário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - A Sra. **ZENILDA CANDIDO PEREIRA**, inscrita no CPF nº 035.***.***-44, aprovada em 39º lugar para o cargo de **PROFESSORA,** conforme resultado final homologado, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 02/2026, para exercer suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - A contratação decorrente desta nomeação será por prazo determinado, observadas as disposições do edital do Processo Seletivo Simplificado e da legislação municipal pertinente.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data e com efeitos retroativos a 24/09/2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de setembro de 2026

JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:ACEF0EBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 595/2026

PORTARIA N.º 595/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.
CONCEDER
Art. 1º- Férias aos Servidores abaixo nominados, referente à férias não usufruídas no mês de janeiro para serem usufruídas no dia relacionado a cada servidor, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

ANDRESSA NAIRNE (01/10/2026:08H)
ANDREÍA DO CARMO MOREIRA GONÇALVES (20/08/2026:08H - 21/08/2026:08H)
CRISTIANE DE FÁTIMA LEAL SALDANHA (25/08/2026:08H)
DIRLENE DUTRA (10/07/2026:04H - 27/07/2026:04H - 31/07/2026:04H)
DIRLENE DUTRA (13/08/2026:08H -14/08/2026:08H - 19/08/2026:08H - 20/08/2026:08H)
CARLOS GARDACHO (09/09/2026:08H)
EDICARLA SOUZA SILVA (26/08/2026:04H)
EDINEIDE DE OLIVEIRA (21/08/2026:08H)

ELIANE DE FRANÇA SALLES (21/08/2026:08H)

ELISANGELA APARECIDA VISENTIN (27/08/2026:08H)

GLENDA LIDIA DE OLIVEIRA NEVES (28/08/2026:08H)
JEANE LISBOA DOS SANTOS (17/08/2026:08H -18/08/2026:08H)

JULIANA DE SOUZA SILVA (28/08/2026:08H)

MIRIAN DA SILVA CAMARGO (18/08/2026:04H)

RAFAELA DOS SANTOS KLOSTER (20/08/2026:08H - 27/08/2026:08H -28/08/2026:08H – 10/09/2026:08H)

SALETE MACEDO DOS SANTOS (18/08/2026:08H)
VILMA DE LIMA PANIZZON (17/08/2026:04H)

2/

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 30 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:896502B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE APOSTILAMENTO 04/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato nº 68/2026, firmado entre o Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 a empresa CENTRO AUTOMOTIVO PALMITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Maximiliano Vicentin, Rua XV de Novembro nº1100- CEP: 85270000 - Bairro: Centro Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob Nº30.812.163/0001-30, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) ANTONIO STANG**0**, para promover reajuste de preço, nos seguintes termos:
Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na **Cláusula Quarta do Contrato nº 68/2026**, que prevê reajustamento com base na tabela de preços divulgada pela empresa da comercialização até a presente data, resolve formalizar o presente apostilamento, mediante as seguintes disposições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a **alteração do valor unitário do item Óleo Diesel S-10**, em razão da atualização do preço de referência conforme tabela de preços divulgada pela empresa da comercialização até a presente data, promovendo a redução do valor contratado.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor do litro do combustível **Óleo Diesel S-10**, passando de:

• Valor anterior: **R$ 6,68** por litro
• Novo valor reajustado: **R$ 6,59** por litro

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO NOVO VALOR
O novo valor passa a vigorar, aplicando-se aos abastecimentos realizados a partir desta data.
CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente apostilamento decorre de mera atualização de preços prevista contratualmente, não caracterizando alteração do objeto contratado, nos termos do **artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sendo formalizado por apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 61/2026 não modificadas por este apostilamento.
E por ser expressão da legalidade administrativa, lavra-se o presente Termo de Apostilamento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Palmital-Pr 26 de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:48376372

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE APOSTILAMENTO 05/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 05/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS
TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato nº 64/2026, firmado entre o Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 a empresa MARIA APARECIDADE NADOLNY FRANCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Maximiliano Vicentin, 192 Centro - CEP: 85270000 - Bairro: Centro Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob Nº00.722.411/00001-90, para fornecimento parcelado de combustível **Óleo Diesel S-10**, para promover reajuste de preço, nos seguintes termos:
Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na **Cláusula Quarta do Contrato nº 64/2026**, que prevê reajustamento com base na tabela divulgada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, resolve formalizar o presente apostilamento, mediante as seguintes disposições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a **alteração do valor unitário do item Óleo Diesel S-10**, em razão da atualização do preço de referência conforme tabela da Agência Nacional do Petróleo – ANP, promovendo a redução do valor contratado.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor do litro do combustível **Óleo Diesel S-10**, passando de:

• Valor anterior: **R$ 6,61** por litro
• Novo valor reajustado: **R$ 7,14** por litro

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO NOVO VALOR
O novo valor passa a vigorar, aplicando-se aos abastecimentos realizados a partir desta data.
CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente apostilamento decorre de mera atualização de preços prevista contratualmente, não caracterizando alteração do objeto contratado, nos termos do **artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sendo formalizado por apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 61/2026 não modificadas por este apostilamento.
E por ser expressão da legalidade administrativa, lavra-se o presente Termo de Apostilamento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Palmital-Pr 26 de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C2FF5C4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 39.286/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 013/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA (CNPJ nº 04.933.411/0001-44)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) conjuntos de caixas de som amplificadas portáteis, recarregáveis, com conectividade Bluetooth, acompanhadas de dois microfones sem fio compatíveis cada.

Respaldado no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com fulcro no Parecer do Procurador Jurídico, **RATIFICO e AUTORIZO** a compra direta, através de Dispensa de Licitação, homologando a proposta mais vantajosa para a autarquia, conforme instruído pela Comissão Permanente de Licitação.

A contratação fica firmada com a seguinte empresa:
CONTRATADA: M. NAGEL E CIA LTDA (CNPJ nº 06.042.648/0001-07)

VALOR GLOBAL: R$ 5.845,00 (*cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais*).

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO: Nota de Empenho (conforme Art. 95, I da Lei nº 14.133/2021).

Cumpra-se.

Paranaguá - PR, 30 de setembro de 2026.

LUCIANA MARTINS CAMARGO
Diretora-Presidente
- Interina -

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:CFD621CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.175

DECRETO Nº 2.175

"Dispõe sobre a concessão de ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2026, nas repartições públicas municipais, em razão das comemorações alusivas ao dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de adequar o funcionamento das repartições públicas municipais em razão das comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o ponto facultativo nas repartições públicas municipais, do dia 28 de outubro de 2026, para o dia 30 de outubro de 2026, em razão da data comemorativa ao Dia do Servidor Público.

Parágrafo único. Excetuam-se da medida disposta neste artigo, os serviços essenciais, que, por sua natureza, não podem sofrer interrupção, a saber:

I - Segurança pública municipal;
II - Coleta de resíduos, limpeza pública urbana e serviços funerários (cemitérios e capelas mortuárias);
III - Serviços urbanos essenciais;
IV - Assistência social e serviços relacionados;
V - Postos de informações turísticas.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá em funcionamento parcial durante todo o período, com a continuidade dos serviços essenciais, incluindo:
I - Unidade de Pronto Atendimento (UPA);
II - Unidade de Saúde 24h "Rodrigo Gomes";
III - Unidade de Saúde "Flora Neves da Graça" (Nova Brasília);
IV - Unidade de Saúde "Ana Neves" (Encantadas - Ilha do Mel);
V - Farmácia Municipal 24h "Dr. Ivo Petry Maciel";
VI - Demais serviços diretamente vinculados à UPA, como laboratório, epidemiologia, entre outros.

Parágrafo único. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Saúde o gerenciamento da escala de plantão para garantir a continuidade dos serviços mencionados neste artigo.

Art. 3º Os departamentos administrativos que não sejam indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços essenciais, conforme estabelecido no art. 1º e art. 2º, poderão aderir ao ponto facultativo, a critério dos respectivos Secretários Municipais.

Art. 4º Caberá aos Secretários Municipais, conforme necessário, adotar sistema de plantão, convocar servidores e tomar outras providências, em suas respectivas áreas de competência, para assegurar o atendimento à demanda e à comunidade, sempre que houver interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 30 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F0E91512

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO – REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processo Administrativo n° 80.523/2026,

INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO – REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Paranaguá, no uso de suas atribuições, torna pública a REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA referente à Sindicância Administrativa nº 019/2023, instaurada pela Portaria nº 6.716, de 24 de maio de 2023, relacionada ao Processo Administrativo nº 13.271/2023, para o dia 14/10/2026, com início às 14h, ficando a servidora ANA PAULA LEAL LOIOLA FALANGA, Matrícula nº 10658-03, INTIMADA a comparecer perante esta Comissão, nas dependências da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

O comparecimento destina-se à continuidade da instrução processual e ao esclarecimento dos fatos em apuração.

Paranaguá, 30 de setembro de 2026.

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A6AA3177

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO - REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

Processo Administrativo n° 80.517/2026,

INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO - REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Paranaguá, no uso de suas atribuições, torna pública a REDESIGNAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS referentes aos seguintes processos: Processo nº 38.515/2026 – Sindicância Administrativa nº 019/2026 – Portaria nº 2.663/2026; e Processo nº 632/2026 – Sindicância Administrativa nº 020/2026 – Portaria nº 2.670/2026, para o dia 14/10/2026, com início às 10h e 30 min, ficando o Sr. PAULO ROBERTO ZATTAR MOURA JUNIOR INTIMADO a comparecer perante esta Comissão, nas dependências da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

O comparecimento destina-se à continuidade da instrução processual e ao esclarecimento dos fatos em apuração.

Paranaguá, 30 de setembro de 2026.

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0371E315

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO – REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

Processo Administrativo n° 80.521/2026,

INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO – REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Paranaguá, no uso de suas atribuições, torna pública a REDESIGNAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS referentes aos seguintes processos: nº 88.113/2024 – Sindicância Administrativa nº 015/2026 – Portaria nº 2.666/2026; Processo nº 21.138/2025 – Sindicância Administrativa nº 016/2026 – Portaria nº 2.667/2026; Processo nº 3.922/2025 – Sindicância Administrativa nº 017/2026 – Portaria nº 2.668/2026; e Processo nº 53.004/2024 – Sindicância Administrativa nº 018/2026 – Portaria nº 2.669/2026, para o dia 14/10/2026, com início às 9h, ficando o Sr. PAULO ROBERTO ZATTAR MOURA JUNIOR INTIMADO a comparecer perante esta Comissão, nas dependências da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

O comparecimento destina-se à continuidade da instrução processual e ao esclarecimento dos fatos em apuração.

Paranaguá, 30 de setembro de 2026.

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7385801A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.874

PORTARIA Nº 2.874

"Designa servidora municipal como Presidente interina da Comissão Especial para Análise de Preservação do Benefício de Auxílio Transporte e Indenização Transporte para os Servidores Públicos Municipais, pelo período que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 78.984/2026,

RESOLVE:

I - Designar, interinamente, como Presidente da Comissão Especial para Análise de Preservação do Benefício de Auxílio Transporte e Indenização Transporte para os Servidores Públicos Municipais, a servidora MIRIAN MARTINIANO DOS SANTOS VEIGA, matrícula nº 5.207-1, em razão do afastamento para usufruto de licença-prêmio do titular.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D819FD47

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.875

PORTARIA Nº 2.875

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor Rafael Matias Paiffer."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 77.183/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor RAFAEL MATIAS PAIFFER, matrícula nº 10.096-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Farmácia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 15 de setembro de 2026 e término em 22 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1A2A42F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.876

PORTARIA Nº 2.876

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Sandra Mutsumi Tsuiki."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 77.813/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora SANDRA MUTSUMI TSUIKI, matrícula nº 7.637-1/2, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 20 de setembro de 2026 e término em 27 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C3C6345E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.877

PORTARIA Nº 2.877

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor Jhonatta Rodrigues Vagnoni."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 78.064/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor JHONATTA RODRIGUES VAGNONI, matrícula nº 95.371-1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 18 de setembro de 2026 e término em 25 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:ECC8B01B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.878

PORTARIA Nº 2.878

"Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, a servidora Maria de Jesus de Souza."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 78.493/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora MARIA DE JESUS DE SOUZA, matrícula nº 95.350-1, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 21 de setembro de 2026 e término em 28 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6826ADDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.879

PORTARIA Nº 2.879

"Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, a servidora Jessica do Rosario Ribeiro."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 78.793/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora JESSICA DO ROSARIO RIBEIRO, matrícula nº 98.065-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 19 de setembro de 2026 e término em 26 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1372EB4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.880

PORTARIA Nº 2.880

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor Marcelo Luiz Viana Borges."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 79.232/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor MARCELO LUIZ VIANA BORGES, matrícula nº 97.619-1, ocupante do cargo de Bibliotecário, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 24 de setembro de 2026 e término em 01 de outubro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:FD81AE0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.881

PORTARIA Nº 2.881

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Manoela Amorim Alves."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 79.526/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora MANOELA AMORIM ALVES, matrícula nº 7.922-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 24 de setembro de 2026 e término em 01 de outubro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A30A3AF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.882

PORTARIA Nº 2.882

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Neuzeli Maria dos Santos Martins."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 80.127/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora NEUZELI MARIA DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 1.012-1, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 27 de setembro de 2026 e término em 05 de outubro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B46CEDFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 180/2024
ELEVADORES OTIS LTDA CNPJ: 29.739.737/0008-89

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 180/2024
ELEVADORES OTIS LTDA
CNPJ: 29.739.737/0008-89

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ELEVADORES OTIS LTDA

Data: 01/10/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **180/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **12 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **11 DE SETEMBRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 059/2024
Processo Administrativo n°: 74045/2026

Valor: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOZA
LÍGIA CRISTIANE LEMOS PEREIRA

*Republicado por Incorreção

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A4424CA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 063/2025 CONSTRUÇÕES LM LTDA CNPJ: 31.358.436/0001-80

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 063/2025
CONSTRUÇÕES LM LTDA
CNPJ: 31.358.436/0001-80

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSTRUÇÕES LM LTDA

Data: 01/10/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 063/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Contrato n° 063/2025:

Dotação Orçamentária: 267
Ação: 1000
Fonte de Recurso: 1521
Elemento da Despesa: 4.4.90.51
Desdobramento: 01.07

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Concorrência n°: 002/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:62575BA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 072/2025 CONSTRUÇÕES LM LTDA CNPJ: 31.358.436/0001-80

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 072/2025
CONSTRUÇÕES LM LTDA
CNPJ: 31.358.436/0001-80
Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSTRUÇÕES LM LTDA

Data: 01/10/2026
Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 072/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 299.934,47 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos)**, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Contrato n° 072/2025:

Dotação Orçamentária: 267
Ação: 1000
Fonte de Recurso: 3510 - Livre - Superavit
Elemento da Despesa: 4.4.90.51
Desdobramento: 01.07

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Concorrência n°: 001/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:94AB7674

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021

Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15 O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Governo, neste ato representado pela Secretário Municipal Thiago Themanski Campos, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na contratação de empresa para fornecimento do serviço especificado abaixo: Especificação: SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO DE LIVROS OFICIAIS INÍCIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS 01/10/2026 às 00:h00m LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS 06/10/2026 às 23:h59m Endereço eletrônico para envio das propostas eletrônicas: compras.cpl@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 30 de Setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal do Governo

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:82894B33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 042/2026 – Registro de preços Nº 033/2026

Os Secretários Municipais de Paranaguá – PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E M:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os itens do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 042/2026 – Registro de preços Nº 033/2026,** proferido pela Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 2.129/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Ficam Adjudicados e homologados os julgamentos dos itens do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Itens:** 01, 14, 20, 24, 27, 35, 42, 45, 74, 77 – **Empresa:** 63.883.063 CRISTIANE MAIRA DE SOUZA – **CNPJ/MF** sob nº 63.883.063/0001-53; **Itens:** 02, 08, 09, 10, 13, 50 – **Empresa:** TOP CENTER DISTRIBUIDORA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 55.949.772/0001-66; **Itens:** 03, 05 – **Empresa:** VERNIZE COMERCIAL LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 60.503.550/0001-55; **Itens:** 04, 12, 51 – **Empresa:** FASULL COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 42.334.856/0001-43; **Itens:** 06, 33 – **Empresa:** GUILHERME DA SILVA HERNANDES LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 41.950.800/0001-50; **Itens:** 07, 21, 38, 72 – **Empresa:** OTHALA COMÉRCIO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 45.747.626/0001-02; **Item:** 11 – **Empresa:** INDUSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 13.759.849/0001-95; **Itens:** 15, 19, 28, 31, 54, 57, 64, 66, 67, 68, 75, 76 – **Empresa:** EDUARDO GUERRA DO CARMO – **CNPJ/MF** sob nº 23.647.237/0001-64; **Itens:** 16, 18, 23, 53, 62, 65, 71 – **Empresa:** MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 62.350.851/0001-11; **Itens:** 17, 46, 47 – **Empresa:** 60.088.537 JEFERSON VORPAGEL KLEIN – **CNPJ/MF** sob nº 60.088.537/0001-87; **Itens:** 22, 26, 73 – **Empresa:** KLEBER DE MOURA DALABONA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 09.245.708/0001-87; **Item:** 25 – **Empresa:** LUIZ MINIOLI NETO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 14.221.429/0001-13; **Itens:** 30, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 48, 49, 52, 60 63, 69, 70, 78, 79, 80 – **Empresa:** M.I. COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 10.670.020/0001-23; **Itens:** 34, 58 – **Empresa:** BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 30.759.356/0001-74; **Itens:** 55, 59 – **Empresa:** BRUTEXTIL LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 47.032.374/0001-52; **Item:** 56 – **Empresa:** FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 51.647.234/0001-66; **Item:** 61 – **Empresa:** TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 61.462.914/0001-69. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 042/2026 – Registro de preços Nº 033/2026**, que tem por objeto: "**Aquisição de Materiais para Artesanato, Tecidos e Aviamentos, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá"**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 17.466/2026.
III. O presente Termo de Adjudicação e Homologação entra em vigor na data de sua publicação.
Paranaguá, 28 de setembro de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:412E7992

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - P.E 30 - 2026

O Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E:

I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026, REGISTRO DE PREÇO N° 022/2026** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 2119/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Ficam adjudicados e homologados os julgamentos dos lotes do referido processo licitatório às licitantes vencedoras: **Lotes:** 01, 02, 03, 04, 08, 11, 12 – **Empresa:** SOUZA E AMARAL ESPORTES LTDA – **CNPJ/MF** nº 26.176.661/0001-66; **Lotes:** 05, 07 – **Empresa:** ARENA ESPORTES LTDA – **CNPJ/MF** nº 48.348.052/0001-80; **Lotes:** 06, 17, 22, 32, 34 – **Empresa:** FÊNIX DO BRASIL SPORTS LTDA – **CNPJ/MF** nº 41.227.145/0001-07; **Lote:** 09 – **Empresa:** J&L INDÚSTRIA E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA – **CNPJ/MF** nº 00.937.462/0001-30; **Lotes:** 10, 16, 19 – **Empresa:** 4 LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 58.181.473/0001-12; **Lotes:** 13, 35, 36 – **Empresa:** MYR COMÉRCIO LTDA EPP – **CNPJ/MF** nº 46.449.285/0001-43; **Lote:** 14 – **Empresa:** TOFER COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 41.138.148/0001-74; : **Lote:** 15, 20, 21, 25, 39 – **Empresa:** MAIS ESPORTE COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 47.484.691/0001-00; : **Lote:** 18, 24 – **Empresa:** RMM SPORTS COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 22.382.705/0001-53; : **Lotes:** 23, 27, 29, 30, 33, 41, 42, 44 – **Empresa:** CECILHANDO – **CNPJ/MF** nº 44.000.796/0001-58; : **Lotes:** 26, 37, 38, 40 – **Empresa:** RHINO COMÉRCIO LTDA – **CNPJ/MF** nº 67.130.762/0001-83 : **Lote:** 28 – **Empresa:** PLENNA DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA – **CNPJ/MF** nº 54.170.142/0001-26; : **Lote:** 31 – **Empresa:** ALTOYS BRINQUEDOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 36.547.968/0001-80; **Lotes:** 43, 45 – **Empresa:** KUBIKA COMERCIAL LTDA EPP – **CNPJ/MF** nº 59.618.207/0001-77 . Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026**, **REGISTRO DE PREÇO N° 022/2026** que tem por objeto: Aquisição de materiais esportivos destinados às escolas da rede municipal de ensino e ao complexo de natação Nereu Gouvêa, visando executar as ações elaboradas no plano municipal de educação, para atender à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, e, inteiro teor do Processo Administrativo nº 4.103/2026.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 14 de setembro de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:FB094D51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - P.E 50 - 2026

O **Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca** e a **Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria** de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E M:

I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026, REGISTRO DE PREÇO N° 039/2026** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 2113/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.

II. Ficam adjudicados e homologados os julgamentos dos lotes do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lotes:** 01, 02, 06 – **Empresa:** QUALITY ACESSÓRIOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 21.315.653/0001-30; **Lote:** 03 – **Empresa:** REWRITE CONFECÇÕES LTDA – **CNPJ/MF** nº 52.673.864/0001-78; **Lote:** 04 – **Empresa:** R DOS S MOTA CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO – **CNPJ/MF** nº 36.671.518/0001-02; **Lote:** 05 – **Empresa:** GS COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 43.166.956/0001-70; **Lote:** 07 – **Empresa:** CTR UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA – **CNPJ/MF** nº 54.292.873/0001-44. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026**, **REGISTRO DE PREÇO N° 039/2026** que tem por objeto: Contratação de Empresa Especializada para Confecção e Fornecimento de Uniformes Operacionais, e, inteiro teor do Processo Administrativo nº 18.268/2026.

III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 24 de setembro de 2026.

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

MARCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:700A2ED8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

A **Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria** de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E:

I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026, REGISTRO DE PREÇO N° 040/2026** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 2129/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.

II. Fica adjudicado e homologado os julgamentos do lote do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lote:** 01 – **Empresa:** BML INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA – **CNPJ/MF** nº 36.525.831/0001-24. Ficando assim adjudicado e homologado, nos

termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026**, **REGISTRO DE PREÇO N° 040/2026** que tem por objeto: Aquisição de sacos para exumação de ossos, em atendimento aos cemitérios Municipais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Zeladoria, e, conforme inteiro teor do Processo Administrativo nº 73929/2025.

III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 30 de setembro de 2026.

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:864573AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAGUÁ 2026

Aos vinte e oito dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá, localizado na Rua João Eugênio, nº 959 - Centro Histórico, tendo como Pauta: 1. Expedientes do Conselho; 2. Deliberação das atas da 2ª e da 3ª Reuniões Ordinárias, bem como da 2ª, da 4ª e da 5ª Reuniões Extraordinárias de 2026; 3. Apresentação de dados do Comitê Municipal de Prevenção de Óbito Materno, Infantil e Fetal; 4. Projeto Liga do Rocio: "PROGRAMA CUIDAR DA MULHER"; 5. Ofício 1.731/2026 para apreciação de deliberação; 6. Projeto Viver Bem; 7. REGULAÇÃO; 8. RDQA – 1º quadrimestre de 2026 – Análise e discussão; 9. Assuntos Gerais. Estavam presentes os conselheiros: **Gestores:** Carla Cristina Pires Neri (Secretaria Municipal de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos:** Emanuele Martins (Instituto Peito Aberto), Murilo Cereda da Silva, Márcio Sant Anna Valgas e Daniele dos Santos Rogoski Voitach (Secretaria Municipal de Saúde). **Trabalhadores em Saúde:** Alessandra de Cássia Luquetta (CREFONO - Conselho Regional de Fonoaudiologia - 3ª Região), Silvano Fernandes e Anaclete Fernandes Magno (SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá). **Usuários:** Waltencir de Oliveira (STIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral), José Dougiva da Silva Costa (ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores), Adriana Terezinha Lopes Kutchama (UNIÃO EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Daniele Lourenço Pontes (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá), Jean Carlos Kuiavinski Freire (Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Gilmara Gastaldon Piantá (SINTRACON PARANAGUÁ – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Imobiliário de Paranaguá e Litoral - TITULAR), Paulo Henrique de Oliveira Alves (Ministério Chama do Avivamento – CMA – SUPLENTE), Hilda Maria Leite Werner (Centro de Avaliação Educacional Multiprofissional Professora Nadja Marli Plaisant da Paz e Silva Pinho – CAEM), Sonia Maria Resende Monteiro e Jurema dos Santos (Pastoral da Criança), Matsuko Mori Barbosa (União Brasileira de Mulheres – UBM – Seção Paraná), Sueli Ferreira dos Santos (Associação Pro Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio – TITULAR). **Ausentes com Justificativa:** Claudomiro Gomes Macedo (Secretaria Municipal de Saúde), Andressa Pereira Lima Marchi (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 8ª Região), Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina). **Convidados:** Rafaela M. Soccio Coelho Netto (Saúde Mental), Rebeka Costa Mendes (Câmara), Wania Alves (SEMSA), Fernanda Carvalho (SEMSA), Eliete Verner (SEMSA). **José Dougiva (ABEAP):** - "Boa tarde a todos, mais uma vez agradecendo a presença de todos e passando para a primeira secretária fazer a leitura da pauta e ordem do dia." A senhora Matsuko cumprimentou a todos, fez a leitura e ordem do dia e passou a palavra ao vice-presidente. **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok, pessoal. Então, em aprovação, a leitura da Convocação e ordem do dia. Aprovados. Vamos passar para o expediente do Conselho. **Matsuko Mori (UBM**): - "Justificativas: Nilson Nishida – CRF; Claudomiro Macedo – SEMSA. Documentos Recebidos: Ofício Nº 1.726/2026 – SEMSA: Solicita pauta na reunião de julho; Ofício Nº 1.731/2026 – SEMSA: Referente as propostas cadastradas junto ao Ministério da Saúde; Ofício nº 362/2026 do GAPRE: Referente a Indicação de um membro titular e um suplente para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB; Ofício nº 32/2026 da 1ª Regional de Saúde: Referente a Substituição de Conselheiros: Sr. Claudio Carneiro Margarida pela Sra. Magda Lucia Bodnar; Processo 46538/2026 Referente à substituição das conselheiras que representavam a FASP, em razão da sua extinção, passando essa cadeira a ser de representação da Secretaria Municipal de Saúde. Ficam designados como representantes da Secretaria Municipal de Saúde: **Titular:** Sr. Marcio Sant Anna Valgas e **Suplente:** Sra. Daniele dos Santos Rogoski Voitach; Processo 39919/2026 Referente a solicitação de informações sobre dotação orçamentaria e procedimentos para utilização dos recursos destinados ao Conselho Municipal de Saúde; Processo 52936/2026 Referente ao acesso ao DigSUS: foi liberada, na última sexta-feira, a senha de acesso da conselheira Carla. Dessa forma, será possível dar prosseguimento às demandas no sistema; Processo 46540/2026 Referente à solicitação de informações sobre o fluxo de atendimento de pacientes encaminhados para consultas especializadas com indicação de urgência e muita urgência. A matéria será apreciada no item 7 da pauta." **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado, Matsuko. O item 2 aqui, pessoal, eu vou só passar as atas aqui, porque nós temos um pedido de inversão de pauta aqui. As atas, todos receberam? Deliberação das atas da 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias, bem como da 2ª, 4ª e 5ª Reuniões Extraordinárias. Todos receberam? Então, em aprovação, essas atas?" Todos: - "Sim." **José Dougiva (ABEAP):** - "Aprovadas. Só peço para todos assinarem essas atas, estão com a secretária. Bem, pessoal, nós temos um pedido de inversão de pauta aqui, até porque a técnica precisa sair para outra reunião. O item 7 aqui, sobre a regulação. Vamos apresentar esse item e depois nós damos sequência normal. Pode ser?" Todos concordaram. **Eliete Verner (SEMSA):** - "Eu me chamo Eliete Berger, estou na parte de central de agendamentos. Em conversa com a doutora Olivia, a nossa superintendente hoje, ela pediu para que eu viesse aqui, para sanar algumas dúvidas que, de repente, o Conselho tem a respeito da regulação. Então, eu quero dizer para vocês que eu estou disponível, parece que foi enviado uma documentação para vocês a respeito da regulação, e aquilo que eu puder esclarecer e falar sobre, estou posta aqui, então, fica a critério de vocês." **José Dougiva (ABEAP):** - "Não tem problema. É só, pessoal, também tem uma justificativa que o Nilson, o presidente, não está aqui hoje, nós estamos presidindo junto com o Macedo, que parece que está de férias. Mas vocês, sobre a pergunta que tiveram, se tiver alguma dúvida, marquem, porque daí nós perguntamos para a próxima reunião, trazemos para daí ser sanada essa dúvida." **Eliete Verner (SEMSA):** - "Eu vou falar um pouquinho do que é a regulação. Eu não sei, os conselheiros têm noção do que é a regulação, da importância que a regulação tem dentro do município, de como se é dado o trabalho da regulação, de como se é vinculado as pessoas que vêm até o sistema, os nossos dois sistemas dos quais nós trabalhamos dentro dos municípios. Quando nós falamos em regulação, nós estamos falando em especialidades, consultas com especialistas, que se dá fora do nosso município. Então, hoje, nós temos aqui na nossa central de agendamentos, agendamentos dentro do nosso município, que é onde nós temos alguns especialistas, e é onde, quando não se tem dentro do nosso município, são encaminhados para Curitiba, região metropolitana, ali para os hospitais no qual o Estado tem esse convênio, tá bom?" **Matsuko Mori (UBM):** - "Essa pergunta, na verdade, surgiu porque tinha uma demanda de uma pessoa que disse que o caso dela era muito urgente, urgentíssimo, e que a fila de espera era muito longa para essa especialidade para a qual ela estava, mas daí nós soubemos que realmente ela foi colocada na frente, na fila de espera, considerando a urgência baseada em todos os protocolos, avaliação clínica do caso, etc, etc. Então, eu acredito que..." **Eliete Verner (SEMSA):** - "Vale ressaltar que, realmente, no encaminhamento, quando ele sai de uma UBS, que é a porta de entrada do nosso paciente, ele realmente, eu não trouxe nenhuma referência contra referência, mas eu acredito que vocês tenham conhecimento do mesmo, por exemplo, quando se tem essa referência contra referência, ali o médico descreve abaixo se é

urgente, se ele é muito urgente, se ele é pouco urgente, se não é. Veja bem, entre esse um ano, doutor Jorge, a Fernanda, que nós estamos trabalhando para alinhar a regulação segundo o protocolo da SESA, e esse protocolo está disponível na página da SESA lá do estado. O que é esse protocolo? Que nós trabalhamos dentro da regulação municipal, que é a nossa responsabilidade, um médico regulador, ou até dois médicos reguladores e um enfermeiro regulador. Qual é a atribuição desse médico regulador e desse enfermeiro regulador? Eles vão fazer a análise desse documento. Então, por exemplo, essa questão que a senhora levantou, a paciente estava lá com muito urgente, então é a nossa médica reguladora que vai dar o aval para priorizar esse paciente. Não sou eu, não são as minhas reguladoras que vão fazer isso, é só mediante o médico. Por quê? Porque vai CRM, é um médico que tem capacidade clínica para fazer análise de documentação, exames. Dentro dessa análise, o nosso médico regulador, a nossa médica reguladora, ela vai fazer o quê? Ela vai entrar no prontuário médico, do qual deve estar todos os exames descritos nesse prontuário em relação a esse paciente. Vale ressaltar, que eu acredito que seja uma dúvida que todo mundo tenha, sobre oncologia. Oncologia, nós colocamos esses pacientes no sistema, porém eles não ficam numa fila. Nós o colocamos no sistema do E-Saúde, quem gera a consulta é Curitiba, a SESA, vai gerar essa consulta para o nosso Erastinho daqui que é o nosso hospital de referência e no outro dia sai um código de transação. O que é esse código de transação? É a chave do nosso paciente que terá direito a essa consulta. E logo em seguida o próprio Erasto entra em contato com esse paciente, já fazendo com que ele passe pelo primeiro procedimento e, se for necessário, com tratamento. Falar da regulação é complexo. A gente precisa estudar muito para falar da regulação. Se fala muito em fila reprimida. Ah, tem duas mil pessoas, três mil pessoas, quatro mil pessoas, mas quem qualifica fila são médicos. Eu tenho duas formações acadêmicas, mas eu não tenho capacidade clínica para fazer isso. Quem vai fazer isso é o meu médico regular. Nós estamos lidando com vidas e com vidas a gente não brinca. Eu também não vou tirar uma pessoa da fila sem que ela diga que eu já passei por essa consulta ou se ela já faleceu ou coisas nesse sentido. Nós temos sim filas que ainda tem uma demanda reprimida, porém nós temos aí um mutirão de urologia que está acontecendo no Hospital da Fazenda Rio Grande, que eu acho que isso vai valer para ressaltar. E como que nós estamos fazendo isso? Seguindo essa fila do G-SUS. Essas pessoas elas estão indo para fazer cirurgia lá. Tivemos um mutirão no sábado onde foi agendado 35 pacientes, infelizmente 11 foram, mas aí é responsabilidade do meu paciente. E a partir do momento que ser agendada a consulta para esse paciente, ele sai da fila. Eu não posso colocar ele de novo, porque ele vai estar tomando a vez de outra pessoa. Ele vai ter que reiniciar o processo. Eu não estou dizendo que o paciente não tenha direito de retornar à fila, porém ele vai voltar lá para trás. Nós vamos iniciar agora em agosto, neurologia, ortopedia, cardiologia, cirurgia vascular e urologia também para primeiro atendimento. Então eu vejo assim que o nosso município passou por um salto, um salto realmente que é considerável. Nós não tínhamos uma equipe técnica formada, hoje nós temos. Nós temos o médico regulador, nós temos o enfermeiro, nós temos assistente social. Nós não tínhamos uma equipe administrativa que trabalhava só com isso, hoje nós temos. Nós temos a coordenação do TRB, a gente tem a coordenação da regulação, nós temos a coordenação da central de agendamentos. Nós conversamos todos os dias, Silvani está aqui e ela pode reforçar com a central de agendamentos do João Paulo para que as nossas filas sejam duplicadas. Porém nós estamos falando de uma fila, de uma demanda reprimida do ano de 2023. E eu não posso esquecer esse paciente do ano de 2023 e 2024, eu preciso continuar trabalhando com ele. Vocês conseguem entender a complexidade do trabalho? Então agora eu deixo a pergunta para vocês, vocês acham que realmente em 3, 4 meses a gente vai conseguir resolver isso? 6 meses? Não, porque vai ser um trabalho, tem sido um trabalho junto a UBS, junto ao João Paulo que trabalha com as especialidades, junto com a nossa equipe clínica aqui da secretaria, junto a regulação. Tá bom? Se tem alguma pergunta, desculpa se eu falei demais, mas é, porque é um trabalho da gente e deve a gente esclarecer." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Você comentou que tem especialistas no município e tem especialidades fora, né? Poderia citar quais são as que a gente tem no município?" **Eliete Verner (SEMSA):** - "Sim, eu tenho Neurologia dentro do município, nós temos Cardiologia dentro do município, nós temos Cirurgião Vascular, nós temos Ortopedia e nós temos Dermatologia, Infectologista e Pneumologista, Nefrologista. Então, como é que funciona? A Silvani vai na UBS e o médico dá um encaminhamento pra ela em Neurologista. Vem pro nosso sistema do IPM, ele vai primeiro passar pelo João Paulo, pelo médico do João Paulo, o médico do João Paulo vai fazer toda a avaliação necessária desse paciente, vai pedir exames, etc, etc. Ele vai avaliar esse paciente de novo e se for necessário, ele vai encaminhar de novo esse paciente pra um Neurologista de Curitiba. É assim que funciona. Antes de ir pra Curitiba, ele passa pelo especialista que nós temos dentro do município. Eu vou citar um exemplo que me dá muito orgulho de quando a gente assumiu a regulação, né Fer? Pena que a doutora Oliva não está aqui, mas eu tenho certeza que ela iria considerar. Quando nós entramos na regulação, nós tínhamos aproximadamente 8 processos parados de cirurgia bariátrica. Culpa das meninas da regulação? Não, porque elas são administrativas, elas não eram clínicas. Pessoas que estavam ali esperando pra sair avaliada, ali a doutora Oliva montou o protocolo junto com a Fernanda, se eu não me falo a memória, fizeram o protocolo. Hoje nós já temos um grupo de bariátricos de aproximadamente 13 pessoas, que fazem parte desse grupo junto com a psicóloga, a Cláudia Michelon, a doutora Rafaela, nutricionista, e agora em parceria também com o esporte, onde eles fazem a parte do e-Multi, junto com a hidroginástica, duas vezes por semana, e nós temos hoje, pra vocês pode ser um número pequeno, mas pra nós não, 12 pessoas que já foram pra cirurgia bariátrica. E fazia anos que não havia nenhum bariátrico." **Fernanda Carvalho (SEMSA):** - "E assim, a gente, deixa eu concluir uma palavra que eu acho que é a Eliete é a melhor pessoa pra falar dessa situação da regulação, mas por muitos anos a realidade da regulação foi assim, vai até a UBS, recebe o encaminhamento e entra em uma fila. E isso fez com que a gente tenha filas quilométricas. E isso já deu muito tempo de espera, porque assim, veja gente, nós não somos um município pleno, então a nossa pertinência é atenção primária, atenção de média e alta complexidade é pertinência estadual, é responsabilidade do Estado. E a gente sabe que o Brasil inteiro sofre por uma questão das especialidades, né? Enfim, não há especialidade suficiente pro atendimento, por conta disso, se formam as filas de espera. Como não havia protocolos antigamente, como não havia essa situação de priorização, de garantia de vagas, as filas cresceram muito. Hoje, a gente trabalha com filas extremamente longas, né? Depois desse um ano de reformulação e tal, pra tentar garantir que, de fato, quem precisa esteja nessas filas. Mas veja, por conta de serem filas tão longas, que a gente teve um cientismo, conseguindo 35 vagas de urologia, só 11 pacientes foram, muito provavelmente porque eram pessoas que já estavam há muito tempo na fila e que já não havia mais necessidade. A pessoa já não estava mais tão interessada naquele atendimento. E nisso se perde pessoas que poderiam ter que recorrer, enfim, precisassem mais. Então, assim, outra parte da regulação que se continuou, nesse último ano e meio, foi exaustivo. E a equipe da Eliete, da doutora Olivia, merecem os parabéns gente. Porque é um setor difícil de organizar e precisou começar do zero. Então, assim, muitas vezes a gente recebe auditorias e queixas de que está demorando muito especialidade. De fato, demora, mas vejam que a responsabilidade da oportunização da vaga é estadual. O que nos compete é garantir que as pessoas que precisam estejam na fila e garantir que haja equidade nessa fila. E isso a gente está se esforçando pra fazer, né?" **Eliete Verner (SEMSA):** - "Nós não deixamos, assim, paciente nenhum chegar na regulação. Não sei quem já foi lá, mas já teve muita gente. Não sei se alguém de vocês já passou por uma regulação sem resposta, né? E uma das coisas que eu sempre falo pra minhas meninas e pra equipe é que a gente trabalhe sempre com a verdade. Sempre com a verdade. Então, é direito, sim, do nosso munícipe saber qual é a qualificação dele na fila. É tirar lá, você está no número tal. Então, é direito, sim, do nosso paciente saber, né? É direito dele saber, porque que aconteceu? Não vou mentir pra vocês. Ter paciente dizer que estava na fila desde 2022 e ainda não está na fila. Então é uma situação que a gente precisa resolver. Que a gente leva pra equipe clínica, pra equipe técnica e clínica. Vamos estudar esse caso, vamos ver o que dá pra resolver, né? Então, vocês devem ter ouvido já a questão de neurologia infantil. Sabe quantas vagas o Estado abre pra neurologia infantil? No máximo, oito vagas mensais. Sabe quantas vagas o Estado abre pra endoscopia? Duas mensais. Sabe quantas ressonâncias se abrem mensais pro nosso município? Dezessete mensais. Sabe quantas vagas abriram esse mês pra CLIAPAR? Eu sempre faço esse relatório todos os dias. Abriram sete

vagas. Sabe quantas pessoas estão esperando aparelho auditivo? Muitas pessoas. Mais de mil pessoas. Porque eu não estou falando só do nosso município. Eu estou falando dos sete municípios aqui do litoral. É bom a gente esclarecer. Porque às vezes as pessoas acham que todo dia abre vaga e não é todo dia que abre vaga. A partir do dia vinte de cada mês, até o dia primeiro do outro mês, nós entramos na regulação às sete da manhã e nós saímos por volta das cinco da tarde. Porque nós trabalhamos com sobra de vagas também. Por exemplo, se Guaraqueçaba não pega vaga, e nós temos uma vaga ali de cirurgia pediátrica, por exemplo, uma criança que está na fila já há mais de dois anos, a gente vai utilizar essa sobra de vagas. Mas a gente só consegue pegar se a gente está ali no primeiro horário. Não que essa vaga seja disponível para o nosso município. Então eu quero deixar isso bem claro. Essas vagas de especialidades, especialistas que são fora do nosso município de Paranaguá, se é dada por dois sistemas o GSUS e o E-Saúde. E quem abre essas vagas são as regionais, é o Estado, e não o nosso município. A nossa atribuição e a nossa obrigação é pegar essas vagas. Esse é o trabalho nosso na regulação. Tá bom? Obrigada, gente." **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado, fique à vontade. É pessoal, só aproveitando o que ela falou aqui, na verdade, que eu vou perguntar, mas essas poucas vagas abertas pelas regionais, não caberia o secretário de cada município se reunir, os sete municípios, e levar isso ao secretário estadual de saúde para ver se se aumenta isso? Porque a gente vê isso aqui, chega a ser até monótono de você falar alguma coisa, porque não é possível uma coisa dessa. Poxa vida. Os secretários, eu acredito, se eles se reunirem, os sete municípios, e levarem uma reunião com o secretário estadual de saúde, naturalmente alguma coisa vai ficar, né? E, sei lá, eu acredito que seria, pode ser que não dê, que o não nós já temos, né? Mas, de repente, pode ser que venha alguma coisa a mais. Agora, é necessário que o pessoal mais evoluído na saúde, que corra atrás, que se não já viu." **Fernanda Carvalho (SEMSA):** - "Isso tem acontecido. Em CIB, em reuniões, enfim. O nosso próprio secretário já foi convocado, ele já foi atendido lá na Secretaria do Estado, e foi através dessas conversas que conseguiram esses mutirões. Então, esses mutirões são fruto, justamente, dessa insistência dos municípios pra conseguir oportunizar mais vagas. E veja assim, como a Eliete falou, 17 vagas de ressonância. Por que é importante que a gente tenha um ortopedista aqui? Pra que esse ortopedista reavalie esse pedido. Porque, se todo pedido do UBS for parar na fila de ressonância, daqui a 10 anos, esse paciente não foi atendido ainda, são só 17, mensalmente quanto isso gera? Então, o ortopedista, ele tem que fazer esse filtro pra, de fato, ver o que é imprescindível e o que não é." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Eu só gostaria de sugerir, nesse caso, que o Conselho faça uma solicitação ao prefeito de Paranaguá, que até onde eu sei, acho que é o presidente da Associação dos Municípios do Litoral, que, pelo que eu lembro, eles se reúnem mensalmente com os prefeitos do Litoral, fazendo esse questionamento e pedindo pra que, através desse Conselho, entre em contato com o governo do Estado solicitando isso pelo Litoral. Eu acho que o Conselho poderia fazer essa solicitação." **José Dougiva (ABEAP):** - "Vamos propor, senhora. Pessoal, vou passar pra outro item. Apresentação de dados do Comitê Municipal de Prevenção de Óbito Materno, Infantil e Fetal." **Wania Alves (SEMSA):** - "Boa tarde, me chamo Wania Alves, eu sou técnica de enfermagem. Acredito que muitos aqui já me conhecem e muitos já viram essa apresentação. Então, pra quem não conhece o nosso comitê de mortalidade, ele foi criado em novembro de 2023, com o pedido da SESA, ele é um órgão sigiloso de caráter educativo, ou seja, nós analisamos todos os óbitos maternos, fetais e infantis que ocorrem no município. A gente faz essa análise e conforme essa análise é repassada, geram-se recomendações pra direção de políticas públicas voltada pra saúde materna e infantil. Vale lembrar que o comitê não tem esse caráter punitivo, de apontar o erro de pessoas ou de serviços. Então, ele foi instituido em 2023, através do decreto 4808 de 2023. Quem faz parte do nosso comitê? Então, temos Vigilância Epidemiológica Municipal, Atenção Primária em Saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Ambulatório de médio risco, Assistência Social, Hospital Regional do Litoral (HRL), Classe Médica, CIEVS Paranaguá. Na nossa última reunião, a gente fez solicitação pra aumentar o número de vagas, pra chamar a SESA, mais um representante do Regional, o Ministério Público e também o Conselho Tutelar pra fazerem parte do comitê. Nós temos reuniões mensais pra análise de casos. Aqui eu trouxe alguns dados em questão da taxa de mortalidade infantil no Paraná e na Primeira Regional. Então, não sei se vocês estão conseguindo enxergar, mas o azul mais escuro é o Paraná e o azul mais clarinho é a Primeira Regional. Infelizmente, a nossa Primeira Regional tem os piores dados de taxa de mortalidade no Estado. A gente consegue perceber, por exemplo, no ano de 2023, uma taxa de mortalidade de 14,7. A taxa de mortalidade é calculada através do número de óbitos dividido pelo número de nascidos vivos vezes mil. Então, esse valor que vocês observaram, por exemplo, 14,7, a cada mil crianças que nasceram na nossa região, quatorze delas, infelizmente, vieram a óbito." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Vocês fizeram uma avaliação nessa que deu um salto muito grande, 8,9 para 14,9, ela deu um salto." **Wania Alves (SEMSA):** - "Essa avaliação aqui, ela é da Primeira Regional?" **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Sim, na Primeira Regional. Desses números, vocês conseguem saber se essas pessoas, se essas mães faziam um acompanhamento do pré-natal?" **Wania Alves (SEMSA):** - "Cada cidade vai analisar os seus próprios casos. Paranaguá, por exemplo, não tem grande parte, é a cidade mais populosa, e aí o comite vem para isso, para poder analisar. A vigilância, ela investiga o caso que eu, eu investigo, mas quem vai dar a análise completa é o comite. E aí, a partir dessa data, de 2003, começaram-se, efetivamente, novas ações para a redução da mortalidade, né? Então, veio a articulação de um pacto para a redução da mortalidade que foi feito com todos os municípios da primeira regional, né? Todos os prefeitos sentaram, conversaram e fizeram um pacto de todos assinarem para a redução da mortalidade." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Em 2020 já era meio que o saldo do Covid, então não está tão alto." **Wania Alves (SEMSA):** - "Mas esses números eles estão relacionados a diminuição da taxa de natalidade, então a partir da pandemia a gente vê essa diminuição dos nascidos vivos e como a taxa de natalidade é calculada a partir dela, isso acaba fazendo que a taxa aumente." **Matsuko Mori (UBM):** - "Isso não se justifica porque é calculado em cima de mil nascidos vivos, então é feito uma proporcionalidade, se nasce menos tende morrer menos, se nasce mais existe a possibilidade de morrer mais, entendeu? Então, por exemplo, uma cidade como Guaraqueçara, se morre uma criança, o indicador sobe lá em cima, né? Porque o número de nascidos vivos lá é muito pequeno, né? Mas isso hoje não se justifica, porque Curitiba, por exemplo, nasce muitos, né? Consegue ter também uma taxa meio baixa. Era importante ter por município isso, né?" **Wania Alves (SEMSA):** - "Sim, sim. O município que você diz é da primeira regional?" **Matsuko Mori (UBM):** - "Da primeira regional." **Wania Alves (SEMSA):** - "Ah, entendi. É, aqui eu trouxe só mais um geral da primeira regional do Paraná e também de Paranaguá, né? Acho que agora eu vou mostrar aqui de Paranaguá. Aí a gente tem a série histórica dos óbitos daqui de Paranaguá. Então, a gente percebe que de 2020, a gente teve 22 óbitos infantis pra 15 em 2023, que foi um ano atípico, onde a gente teve 15 óbitos, né? A gente não conseguia até o momento identificar o porquê dessa redução severa e pra ter esse aumento já 24, 26, 29 em 2025 e até o momento a gente tá com 16 óbitos em 2026. Aí aqui, um pouquinho da taxa de mortalidade em Paranaguá de 2020 a 2025, a gente observa, esse aumento da nossa taxa no ano de 2025, esses dados, eles foram atualizados até 26 de novembro de 2025, então, essa taxa pode se alterar, mas não muito. Então, nossa taxa de mortalidade é 15,5. Sendo a taxa de mortalidade no Paraná estar girando em torno de 10, né? De 10 a 11. Uma taxa bem alta. E em questão do Comitê, desde o nosso início até o final de 2025, nós analisamos 125 casos, 163 fetais, 46 infantis, 10 na infância, que é de 1 ano a 4 anos e 6 óbitos maternos. Aqui, a gente fez uma distribuição geográfica dos casos, então, a gente conseguiu observar que a área do Posto do Emir é uma área que concentra bastante esses casos. Teve 18 casos no Valadares, 12 na Vila Guarani, 12 na Vila Garcia, 11 no Jardim Iguaçu, 11 no CAIC e os demais menos de 10 por UBS. Aí, aqui é um pouquinho do perfil dos óbitos infantis. Então, quem são essas crianças que estão morrendo, né? 58,7 delas faleceram antes de sair do hospital, óbitos neonatais menores de 7 dias, 69,5 eram bebês prematuros, 62,9 tinham baixo peso e 65,2 faleceram devido a alguma afecção que foi originada em algum período, em algum periodo do perinatal. Então, o perfil de quem é essa criança que está morrendo? Então, uma criança prematura, de baixo peso, que, claro, não conseguiu nem sair do hospital, né? E aqui, qual a causa de óbitos desses falecimentos infantis? Então, em primeiro lugar, há transtornos respiratórios e cardiovasculares, muito relacionado à prematuridade. Então, a gente sabe que a criança prematura não conseguiu nem desenvolver os órgãos. Então, isso faz com que essa criança possa ter esses transtornos respiratórios e

cardíacos. Aí, seguido de fatores maternos que complicam essa gestação e outras afecções e problemas. Dos óbitos fetais, a gente tem, infelizmente, um grande percentual que a morte fetal não é especificada e, por cumprir a declaração de óbito, não é especificada. Mesmo após a investigação, mesmo após a análise do comitê, a gente não consegue fazer essa alteração de causa porque a gente não descobre nada que possa mudar. Já melhorou bastante, sim, essa mudança, mas, infelizmente, ainda tem um alto índice de óbito fetal não especificado. E as outras causas, como eu já disse, de complicações maternas, que afetam o feto, complicações da placenta, parto prematuro, infecção urinária, sífilis, são as coisas que mais..." **Matsuko Mori (UBM):** - "O que seria uma morte não especificada?" **Wania Alves (SEMSA):** - "Então, o médico coloca uma morte não especificada, ele não diz o porquê dessa declaração." **Matsuko Mori (UBM):** - "Mas ele precisa saber, só não pode dar um detalhe." **Wania Alves (SEMSA):** - "Geralmente, o que o hospital faz? Eles colocam morte não especificada e mandam o feto e a placenta para o laboratório para fazer o exame histopatologico, mas, até o momento, a gente não tem acesso ao resultado. Para conseguir descobrir se tem um porque faleceu." **Matsuko Mori (UBM):** - "É, eu acho preocupante, mais da metade dos óbitos não ter o diagnóstico da causa desse óbvio e o que levou a esse óbvio." **Wania Alves (SEMSA):** - "Muitos a gente consegue mudar com a investigação. Descobre se tinha sífilis ou uma hipertenção, mas em geral, algumas a gente não tem acesso ao prontuário, a mãe não quer falar sobre isso. Não tem o que fazer. Mas isso tem melhorado. Near Miss Materno é o quase óbito dessa gestante. Então, de todos os casos que a gente analisou em 2005, dos 50 casos, 7 casos desses poderiam ter sido possíveis óbitos maternos. Então, nós poderíamos ter 7 mulheres gestantes que poderiam vir a óbito. Quem são as mães dessas crianças que faleceram? Então, 50,8% das mulheres eram muito jovens entre 18 e 29 anos, 56 com mais de 8 anos de estudo e 57,7 iniciaram o pré-natal no primeiro trimestre. Porém, isso não significa que iniciar o pré-natal no primeiro trimestre é muito importante, com certeza. Mas isso não quer dizer que esse pré-natal foi feito de forma adequada. Muitas mulheres abrem o pré-natal nas primeiras semanas, mas depois acabam não aparecendo mais na UBS para continuar. E aqui a gente tem o número de consultas, então, 38 delas tiveram 7 consultas ou mais, 29 delas de 4 a 6, 27 de 1 a 2 consultas e 18 delas não realizaram nenhuma consulta. Aí, vocês podem perguntar: Mas 38 delas realizaram mais de 7 consultas? Mas isso é quantidade, não qualidade. A qualidade do pré-natal a gente não consegue avaliar só com esses números, né? E os fatores de risco dessas mulheres, então, 20,6 tinham sífilis, 14,6 de infecção de trato urinário, 14,6 com complicações obstétricas, 16,3 de hipertensão, 12% de diabetes e 24,3% dessas mulheres apresentaram mais de um fator de risco, então, tinham sífilis, infecção urinária. De todos os óbitos, 55% deles poderiam ter sido evitados, 30,3 não evitados e 14,3 inconclusivos, então, eu gosto de trazer os números brutos pra gente entender o peso dessa temática. Porque aqui a gente está falando de crianças que estão morrendo. Isso é muito importante, né? Então, 55%, mas são esses 66 óbitos que poderiam ser evitados, né? 66 crianças que poderiam estar vivas hoje, se as ações de saúde tivessem sido feitas, se a mulher tivesse também se comprometido. E aí, tantos óbitos evitáveis, mas evitáveis onde? Essa é uma grande discussão do comitê, porque nós tínhamos alguns óbitos que eles estavam não evitados. A saúde fez tudo que podia. A mulher não quis ir no hospital, e não é justo, porque a gente coloca que ele é evitável se na verdade, essa mulher não quis essa assistência. E aí, no ano de 2025, a gente criou essa matriz pra analisar melhor os óbitos. Então, a gente consegue definir, dizer se o óbito é evitável. Sim, mas aonde? Por exemplo, ali no A a gente colocou como fator relacionado a recusa em procurar assistência necessária. Então, por exemplo, recusa em procurar assistência, falta de acessibilidade, falta de reconhecimento. Aí no B, profissionais. No C, institucionais, sociais e intersetoriais. Então, a gente consegue apontar melhor onde que tá esses problemas e o que precisa resolver. Então, as nossas evoluções para 2024 a gente classificava evitável ou não evitável, e a partir de 2025 a gente conseguiu perceber se o óbito tem uma visão multicausal, não somente uma coisa clínica, mas conseguindo ter o foco em mapear determinantes exatos e falhas sistemáticas. Então, os resultados do ano de 2025 depois de ter aplicado a matriz. Então, dos 52 casos que a gente analisou em 2025, 65,5 estavam relacionados a fatores da mulher e gestante (recusa, negligência), 59,3 é relacionado a fatores profissionais (conduta clínica inadequada, falha no diagnóstico). Aí em fatores institucionais 25%, relacionados a falta de insumo, falta de sangue, falta de leitos, fatores sociais 18,7 e fatores intersetoriais. Aqui, como a gente teve, por exemplo, assim, o comitê começou em 2023 a gente não tem muitos dados desse ano, em 2024 a gente fez as análises, em 2025 a gente iniciou essa matriz. Então, a gente não tem anos, entre aspas, iguais para comparar essa evolução do comitê. Então, a gente criou esse painel de indicadores para tentar comparar um pouquinho essa evolução. Então, no ano de 2023 a gente analisou 21 casos apenas, saltando para 41 em 2024 e 50 em 2025. Óbitos fetais 12 em 2023, 28 em 2024 e 23 em 2025. E aí aqui a gente vê os valores dos óbitos infantis. É só, eu acho importante dizer que os óbitos infantis não são todos que a gente vai analisar. Os óbitos referentes a malformação congênita grave o Ministério da Saúde em 2010 deixou facultativa a fazer essa investigação por não ter um caráter de poder evitar isso. Então, a gente não precisa analisar, né? Então, esse não é o número total de óbito do município. Então, 2024 teve 17 e 2025 23 óbitos. Os óbitos maternos: Em 2024, que foi um ano péssimo para Paranaguá, a gente teve 3 óbitos maternos bem tristes, assim, relacionados à qualidade do pré-natal. Em 2025, a gente teve 2 óbitos que foram causa externa em referência ao feminicídio. Infelizmente, esse ano a gente já teve um óbito materno também. Em relação à evitabilidade, em um ano de 2023, 14 óbitos, 66,6%. Em 2024, 20 óbitos, 40,6%. E em 2025, 32 óbitos, 64% dos óbitos evitáveis. A gente teve esse salto onde aumentou a nossa sensibilidade da evitabilidade por causa da matriz que a gente criou. E as principais causas de óbito infantil. Em 2023, sepsis, em 2024, hemorragia pulmonar no período perinatal e em 2025, síndrome do desconforto respiratório do recém nascido, que tem a ver com parte pulmonar que eu tinha mencionado. E a principal causa de óbito fetal em 2023, hipóxia interterina, em 2024, infecções maternas, que afetam o feto e em 2025, também. Óbito materno já mencionei. Em relação aos casos em cada UBS: O Emir, em 2023 e em 2024, foi o que teve mais casos e em 2025, foi a Vila Guarani. Das recomendações que a gente já fez no comitê, em 2023 nenhuma, em 2024, fizemos 12 e conseguimos implementar 8 e em 2025 fizemos 21 e conseguimos implementar 10. A parte interessante desse quadro aqui, são os fatores maternos, infecção urinária a comparação entre 2024 e 2025: em 2024 nós tivemos 6 e em 2025 também 6. Sífilis: 13 em 2024, e 7 em 2025. Diabetes gestacional: 7 em 2024 e 4 em 2025. Hipertensão: 14 em 2024 e 4 em 2025. Complicações obstétricas: 6 em ambos os anos. E outros, 7 em 2024 e 12 em 2025. Então, a gente consegue perceber essa melhora da situação do problema, né?" **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Em relação a casos analisados ali, esse número, essa quantidade de casos, ele é um percentual? Ele é amostra? Ele é um valor real ou é um percentual dos casos?" **Wania Alves (SEMSA):** - "Valor real dos casos mesmo. Aqui temos alguns resultados que a gente já alcançou através do comitê, que foi a inserção desse protocolo de ciclos, que ajudou muito essa redução. A capacitação profissional, tanto para os enfermeiros, médicos, ACS, além das carteirinhas, isso melhorou bastante. O monitoramento e transparência de dados, a gente está sempre passando os dados, sempre fazendo reuniões, sempre mandando relatórios. E a qualificação dos registros em prontuários. Então, no começo a gente pegava um registro bem ruim, sempre bem, pra conseguir entender os casos, agora tem melhorado bastante. Aqui foi uma amostra que a gente participou em Matinhos. A gente levou essa criação do comitê como projeto. Fizemos esse trabalho pra mostrar o comitê lá. Aqui foram as recomendações que a gente fez, em uma reunião com o Secretário. Pedimos a padronização do protocolo pré-natal, a ampliação da rede de referência, integração entre o Conselho Tutelar e a Atenção Primária, essa articulação do privado com o público, a gente tem um grande problema com o privado ainda, infelizmente. Melhora em questão de diagnóstico por imagens, as intervenções estão levando bastante tempo pra gestante conseguir fazer o ultrassom." **Matsuko Mori (UBM):** - "Você tem, como dizer, quantos desses óbitos infantis foi feito pré-natal no privado e quantos foram no SUS?" **Wania Alves (SEMSA):** - "Sim. A gestante é do município, aí todos, independentemente de quem está indo pra Curitiba, todo mundo vem pra cá, isso que é um grande problema nosso." **Matsuko Mori (UBM):** - "A gente poderia separar, fazer um melhor levantamento." **Wania Alves (SEMSA):** - "Esse levantamento eu consigo te dizer mais ou menos, mas exatamente eu não sei, seria interessante, mas no geral, ele é nosso mesmo. Todos esses encaminhamentos, já enviamos ao Secretário em forma de relatório e

já está se encaminhando digamos assim, essas ações. Aqui algumas fotinhos das nossas reuniões. E gostaria de deixar uma frase pra reflexão:" O óbito infantil, ele deve ser desnaturalizado e entendido como um evento sentinela de nossa rede assistencial, sendo um compromisso prioritário permanente." É isso. Muito obrigada." **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado." **Matsuko Mori (UBM):** - "O coeficiente de mortalidade infantil, de menores de um ano, é um indicador muito importante pra avaliação da qualidade da assistência à saúde no município. Não adianta fazer o número lá, 7 pré-natal, mas qual que foi a qualidade desse pré-natal? Foi seguido o protocolo certinho de solicitar os exames que têm que ser solicitados conforme a idade gestacional? Teve acesso a todos os exames de ultrassonografia, etc? Foi encaminhado pra pré-natal de óbito risco no tempo devido? Entendeu? Então, eu acredito que o serviço de investigação de óbito é muito importante. Porque também me preocupa colocar, sim, em primeiro lugar a culpa da mulher. Ela que não quis a rede familiar e da comunidade é muito ineficiente. Ela não aderiu ao pré-natal e consequentemente o bebê morreu. Ou ela mesma. Porque nós temos as unidades de estratégia de saúde da família localizadas em regiões mais de vulnerabilidade social e econômica. Temos os agentes comunitários de saúde que têm esse papel de fazer a busca ativa e acompanhamento dessas gestantes pra evitar esses óbitos, né? Então, eu acho que um município como Paranaguá, que tem um orçamento anual enorme, é o caso de analisar como podemos atuar com a participação da comunidade mais ativa que nós do Conselho teoricamente estamos aqui enquanto população pra avaliar e acompanhar a política municipal de saúde. Então, eu acredito que é uma responsabilidade de todos nós que estamos aqui nessa sala de atuar dando um enfoque prioritário pra reduzir essa mortalidade. Porque isso mostra que, eu vejo que toda a equipe de saúde equipe técnica que está aqui a cada reunião eu fico feliz de ver que vocês estão fazendo o máximo que vocês podem dentro das condições de vocês. Não dou nota baixa pra ninguém, assim. É uma equipe comprometida. Felizmente, nós temos uma equipe do SUS muito comprometida aqui no município de Paranaguá que está vestindo a camisa. Eu gosto muito de ver isso porque eu também estive nessa área do trabalhador de saúde e também da gestora de saúde. Então, e também não depende só de melhorar esses indicadores. Tem que ter a participação da educação, da assistência social. E daí eu falo assim que até enquanto condição de vida e saúde da mulher. Nós temos que melhorar no geral pra que a gente consiga alterar esses indicadores, mas você trazer esses dados aqui pra nós foi muito importante e é um bom começo." **Wania Alves (SEMSA):** - "Obrigada." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Hoje, na plataforma administrativa da prefeitura, na atenção primária, agora a gente tem uma pessoa que a Bárbara queria que ela levantasse para que vocês conhecessem, e ela é uma enfermeira, servidora do município, mas está com uma função gratificada para cuidar justamente dessa linha materna infantil, tá? Porque isso é bem importante, a gente tem uma referência para estar apoiando o comitê, pra estar apoiando as unidades de saúde, as equipes de saúde da família, a qualificar o pré-natal, né? Eu sigo a série de coisas que a gente precisa caminhar pra reduzir a mortalidade, mas eu queria dar parabéns pro comitê de mortalidade infantil de Paranaguá, que faz um excelente trabalho, dos sete municípios, somente o nosso município tem comitê, que vem desde 2023, e vai servir como referência para os outros municípios e também fazerem os comitês deles dentro dos seus municípios, tá? E uma outra coisa que a gente viu ali, algumas mortalidades por causa de infecção urinária, que é muito básico, a gente tem antibiótico na rede, né? Mas o que a gente percebeu, o comitê percebeu que muitas vezes o tratamento prolongado do antibiótico, ele é um problema. Existem algumas pessoas principalmente de alta vulnerabilidade e que desiste, né? Tem infecção e acaba tendo complicação. Recentemente na REMUME, na relação principal de medicamentos, foi incluído a fosfomicina comercialmente conhecida como Monuril, que é uma dose só. Então vai ser feito, está quase pronto já o protocolo para algumas mulheres, especialmente as que são mais vulneráveis, se tiverem gestantes, fazer uso do Monuril para também colaborar com a redução da mortalidade fetal." **José Dougiva (ABEAP):** - "Muito bem. Obrigado. Bárbara, bem-vinda. Vamos ao item 4. Projeto Liga do Rocio: "PROGRAMA CUIDAR DA MULHER"." **Jorge Woll (SEMSA):** - "Boa tarde. Meu nome é Jorge, sou Diretor médico da Secretaria de Saúde. Hoje o programa cuidar da mulher é um programa proveniente de um outro programa realizado pela doutora Ana Luiza. Nós fomos contemplados com uma emenda parlamentar para aquisição de DIU hormonal conhecido como Mirena e a gente vai utilizar esse DIU para colocar nas mulheres que estão na fila de ginecologia cirurgica e tentar evitar o procedimento cirúrgico e utilizar um tratamento conservador, que a gente não tinha disponível na rede municipal. É basicamente isso. A gente vai utilizar a nossa fila mesmo de ginecologia cirúrgica, que vai ter a indicação do ginecologista do município, e a gente vai tentar fazer esse tratamento evitando uma possível cirurgia que não tivesse necessidade." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Esse valor de R$ 200 mil reais, eu não sei quanto custa esse medicamento, mas isso aí daria para quantas pessoas estarem utilizando o Mirena?" **Jorge Woll (SEMSA):** - "A gente está fazendo um plano de trabalho ainda. O valor comercial, mais ou menos do Mirena, vai sair por volta de R$800 a R$1.200 reais cada unidade. Como vai ser comprado em grande escala, aí vai ser cotado pelo setor financeiro, eu não tenho como te dizer um valor. A gente espera que isso venha a ser aberto como um método contraceptivo, pra gente estar utilizando como tratamento conservador das pacientes com a indicação de cirurgia, por exemplo, endometriose, adenomiose, são alguns casos específicos. A gente fez uma qualificação da nossa fila há uns três meses e nós conseguimos qualificar cem pacientes cirúrgicos que passaram pela ginecologista doutora Ana Luiza, e dessas cem pacientes nós iremos mandar elas para o Hospital do Trabalhador que vai fazer o procedimento cirúrgico. Só que a gente vai tentar fazer esse tratamento também com elas. Nós conseguimos fazer uma boa qualificação, separamos cem cirúrgicas e as outras foram levadas para esse tratamento e agora a gente ficou com quinhentas e poucas." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Quantas na fila?" **Jorge Woll (SEMSA):** - "A gente estava com quinhentas e poucas e eu acredito que agora a gente deve estar próximo de setecentas, porque a fila vai aumentando. A fila era uma fila de ginecologia geral, então todo paciente que vai para a ginecologia acaba entrando nessa fila. Aí quem vai qualificar se é um paciente clínico, que vai fazer tratamento clínico ou se vai fazer tratamento cirúrgico que a última opção, aí é o médico ginecologista. Então desses pacientes, por exemplo, nós fizemos atendimentos em quinhentas aqui que foram três meses atrás. Quinhentas pacientes foram atendidas e nós não tivemos número de oitenta e seis pacientes pra cirurgia. Todas as outras ou não apareceram na cirurgia, mesmo a gente chamou várias vezes, ou não tinham indicação de cirurgia. Certo, mas a parte aí das contas certinho, vai ser passada depois, agora é o projeto." **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok, pessoal. Bom, vamos passar para o item 6. Projeto Viver Bem, porque a apresentação 5, a Dani que vai apresentar está em uma reunião e vai apresentar daqui a pouco." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Bom, pessoal, acho que a maioria de vocês me conhece, eu sou o Murilo, sou farmacêutico de formação, servidor do município há dois anos. Oi? Não tem problema. Não tem problema. Então eu... E estou atualmente, há duas semanas, na verdade, eu fui nomeado superintendente de Atenção Primária em Saúde. Tá? Assim como a gente colocou a Bárbara como uma referência da linha materno-infantil, uma outra referência que eu sempre achei importante ver dentro da Atenção Primária é uma referência para a promoção de saúde. Por quê? Porque a gente está muito na lógica que a gente vive hoje dentro das unidades de saúde daquela assistência, né? Da consulta com o médico, com o enfermeiro, com a renovação de receita, aquele enxugar o gelo. A gente acaba não colocando em prática o principal papel da Atenção Primária que é promover a saúde, prevenir doenças e prevenir os agravos. Não é mesmo? A partir do momento em que a Atenção Primária fica só nesse fim de atendimento, essa situação só aumenta, porque a gente não previne a população de doenças. E o que que é, o que que vem à nossa cabeça quando a gente vê, assim, promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos? São duas coisas que teoricamente são bem simples, quando a gente fala, mas são muito difíceis de pôr em prática, que são as atividades físicas e a alimentação saudável. A gente sabe, ou não sabe, que isso são duas receitinhas, digamos assim, pra se viver bem. Porém, praticar é difícil. Então, hoje o Rafael, que é um educador físico, que está lotado na Secretaria de Saúde, ele é a referência pra promoção de saúde dentro da nossa Secretaria. E junto com ele, a Jéssica, que é a direção da eMulti, comigo também, nos reunimos e resolvemos criar o programa chamado Viver Bem Paranaguá. Que ele é um projeto voltado à promoção de saúde e prevenção de doenças crônicas. Ele baseia-se em três pilares, tá? Exercícios físicos diversionados. O que que é isso? Então, nós

selecionamos nove pontos fixos que vão acontecer semanalmente numa atividade física, tá? Quem são, quais são esses pontos? São os seis CRAS que a gente tem no município, né? A gente tem seis CRAS no município que ficam próximos de algumas unidades de saúde, mas tem três unidades de saúde que não tem nenhum CRAS perto, que é a unidade de saúde Vila do Povo, Jardim Iguaçu, e Serraria. Essas três unidades vão ter mais de seis CRAS uma vez por semana com o educador físico, fazendo caminhadas, alongamentos, laborais. A gente fez um amplo trabalho de divulgação nas unidades e nos CRAS e ele começa já semana que vem. Eu vou passar pra Valeska, e ela vai passar pro grupo, o cardzinho que tem o horário, o dia da semana e o horário de cada um desses pontos. Que é, a ideia é o quê? Que é a gente divulgar, né? Se eu tenho possibilidade, toda terça-feira, no ir no CRAS do Porto dos Padres, lá vai ter um educador físico que vai fazer atividades físicas, certo? Uma vez por semana. Esse projeto, ele é pra ser longitudinal. Ele é pra ser contínuo, tá? Quem participar dessas atividades, dos exercícios físicos direcionados, poderão solicitar a hidroginástica. Então, quem tiver participando dos exercícios físicos direcionados, que é um desses nove pontos, uma vez por semana, pode pedir a solicitação pra hidroginástica, aí a equipe de saúde encaminha pro médico, o médico faz uma avaliação de pele, né? Solicita exames pra não ficar, tipo, uma pessoa ficar gripada. Se tiver tudo certo, o médico faz um atestado médico pra uso da piscina, e exercícios de hidroginástica, e esse paciente também vai toda terça e sexta-feira, às 14h, pra piscina da prefeitura fazer hidroginástica. 0Não precisa de roupa especial, pode ir com roupa comum, a única coisa que pra hidroginástica eles pedem é a toquinha, e daí cada um tem que providenciar uma pra participar. Aí, gente, eu tô batendo na tleca, é uma ferramenta muito importante pra quem pode aproveitar, né? Porque, tipo, tem gente que paga horrores, pra fazer uma aula de hidroginástica, e a gente está conseguindo disponibilizar com as ferramentas públicas, tá?" **Matsuko Mori (UBM):** - "Mas seria fácil pra todas as pessoas?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Então, todas as pessoas que participarem, se tiverem duas, três semanas participando, vão solicitar a participação, nem todas vão ter um atestado. Conforme for dando o limite dessas turmas, a Secretaria de Esporte vai disponibilizar mais horários pra Secretaria de Saúde. Então, assim, alguém comentou hoje no Conselho, sobre a bariátrica. Aqueles grupos que estão fazendo acompanhamento da bariátrica, eles já têm horários específicos pra eles que vão fazer hidroginástica, tá? Então é algo que a gente está conseguindo abraçar a Secretaria de Saúde fazendo uma aliança forte com a Secretaria de Esportes, porque em matéria de promoção de saúde, a gente precisa estar aliados, né? E, uma vez por mês, ou seja, toda última quinta-feira do mês, lá no Grêmio José Vicente Elias, que é ali no aeroporto, né? Ou seja, não amanhã, na quinta-feira, que é a última quinta-feira do mês de julho, vai ser o nosso primeiro aulão integral, onde nada mais do que esses nove grupos se unirão. Vai ter um aulão, em cada dia do aulão vai ter uma palestra diferente, mas sempre vai ter atividade física, zumba, dança, algumas atividades culturais, que a gente tá fazendo em parceria também com a Secretaria de Cultura, de inclusão, o CAPS. O CAPS também vai encaminhar os pacientes que têm condições de fazer atividade física, tanto pros exercícios físicos direcionados, hidroginástica, e também pra participar do aulão." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "A primeira fase já iniciou?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "A gente vai iniciar quinta-feira com um aulão no Grêmio. Semana de mês começa essa parte aqui em todos esses pontos. A gente começou a divulgação, a gente foi nos CRAS e fez a divulgação com os grupos que existem nos CRAS, tá? Aí a gente espera receber o pessoal já nesse aulão, quinta-feira, a gente mandou confeccionar camisetas, assim, com a identidade visual do projeto, porque esse pessoal vai estar caminhando nos bairros, então a identidade visual. Pro PCA, também é o Plano de Contratações Anuais, a gente solicitou mochilas, garrafinhas, bonés, outros equipamentos pra proporcionar a atividade física pra população. Beleza? Então ele, na verdade, é um projeto contínuo, a gente também vai estar falando dele." **Hilda Werner (CAEM):** - "Nesses CRAS vai haver a inscrição?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Todos eles, os CRAS e as três unidades de saúde, tem uma ficha de inscrição. A pessoa pode, por livre demanda, simplesmente, ficou sabendo do projeto pode ir lá se inscrever, ou pode ser por encaminhamento das equipes de saúde, tá? Ou equipe de saúde, ou equipe da inclusão também, eles podem fazer o encaminhamento." **Hilda Werner (CAEM):** - "E com acompanhamento da freqüência nas aulas de hidroginástica?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Do educador físico, do nosso profissional. Ele é educador físico, mas ele é lotado na secretaria de saúde, vinculado na eMulti." **Hilda Werner (CAEM):** - "Eu falo isso porque, assim, as vezes a pessoa começa uma aula e daí desiste, tem que ter normas." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Existe. Duas aulas seguidas, por exemplo, na hidroginástica." **Matsuko Mori (UBM):** - "Eu não entendi porque não pode ser executado dentro das unidades de saúde." **Rebeka Mendes (Câmara):** - "Esse projeto ele vai ser só atividade física? Não vai ter um acompanhamento para aferir pressão, peso?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "As equipes das unidades de saude estarão junto, ele é um projeto que parte da eMulti, mas, por exemplo, lembra que eu falei que três unidades básicas de saúde vão ter um ponto local que não estão perto de nenhum CRAS? Quando for no CRAS, não é só o educador físico, também vai um técnico de enfermagem, dois ACS, pra fazer as caminhadas, vai fazer aferição de depressão arterial, vai ter um acompanhamento de saúde sim, tá? Mas sobre o acesso, ele pode ser encaminhado, mas pode ser proibido também, entendeu? A gente não quer burocratizar, a gente quer facilitar e propiciar a prática de atividades físicas, sim, né? Direcionado, porque tem profissionais lá, tem o educador físico, mas também vai ter equipe de enfermagem. Ah, e daí toda semana vai estar acontecendo essas atividades. E daí a cada última quinta-feira do mês o aulão, onde a gente vai ter uma atividade formativa também, né? Por exemplo, uma palestra falando com uma nutricionista, ou com um terapeuta ocupacional, ou com farmaceutico." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "As inscrições podem ser feitas em todos os lugares?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "As inscrições são nos nove pontos. Certo?" **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok. Obrigado Murilo. Pessoal, vamos passar para o item 8. RDQA, que é o primeiro quadrimestre de 2026, Análise e Discussão. Isso aqui, pessoal, já foi apresentado, já foi encaminhado o link, foi mandado o documento." **Matsuko Mori (UBM):** - "Foi mandado o documento, quem tiver algum questionamento, alguma colocação, faz agora." **José Dougiva (ABEAP):** - "Na verdade, isso aqui não é uma aprovação, sempre fazemos uma resolução de notificação, o Conselho já foi notificado." **Matsuko Mori (UBM):** - "Eu gostaria de fazer uma observação, eu até falei com o Macedo, que não está aqui, falei no privado sobre um quadro que eu vi nesse relatório, que, cadê a menina que apresentou a mortalidade? Então, tem um quadro ali que o título do quadro, eu acho que está embaixo, em cima do quadro não tem título nenhum. É óbitos por capítulos do CID por faixa etária. Está dentro do RDQA, que é do primeiro trimestre de 2026. Qual não foi a minha surpresa quando ali diz embaixo total de óbitos menores de um ano 30? Então, pressupõe que é esses 30 óbitos de menores de um ano aconteceu no primeiro quadrimestre. Entendeu? Então, eu acredito que houve alguma falha, porque o total de óbitos que pode ver na página 14. Então, 30 total de óbitos menores de um ano. Total geral 1.100." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "É o relatório aqui está por faixa etária, então, realmente tem que avaliar isso. Então, eu acho que fica, para pôr na ata como encaminhamento para a revisão desse quadro completo, porque se a gente for ver 1.100 óbitos em 4 meses." **Matsuko Mori (UBM):** - "Outra questão é que foi utilizado o CENSO de 2012, muito antigo." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Na página 94 não tem informação da quantidade de pacientes em tratamento de tuberculose." **Matsuko Mori (UBM):** - "E tem 4 óbitos por tuberculose." **Carla Neri (SEMSA):** - "Acontece muito mesmo. O diagnóstico é tardio, demora muito para descobrir. Aí, às vezes, tem outra comorbidade e o paciente não consegue tratar e curar." **Matsuko Mori (UBM):** - "É, eu acho que esse dado é preocupante. Acho que nós poderíamos, fazer um debate mais aprofundado. A mobilização da comunidade, uma campanha, pela coleta de escarro, por exemplo. Entende? Está com tosse há mais de 3 semanas, pode ser tuberculose. Vá à Unidade de Saúde fazer um exame de escarro." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Boa tarde! Sou Adriana represento a EMILHAS. Eu tenho uma boa notícia para vocês. Há oito anos, nós pleiteamos uma ambulancha. Acho que todo mundo sabe disso, né? E, através do seu Tadeu Veneri, nós conseguimos uma emenda parlamentar de um milhão. A gente teve uma reunião com o prefeito essa semana. Eu vim representando as EMILHAS. Só que essa emenda parlamentar saiu que ela CONSEG, que eu sou a presidente do CONSEG na Ilha do Mel. Mas, para nós, não importa de onde veio, o importante é que nós vamos ter a ambulancha. Essa é uma ótima notícia, né? E, assim, como nós temos um posto sendo construído, nós precisamos de médicos, especialistas, e um posto 24 horas. Tanto o nosso, como o da

Encantadas, então, a gente fez um ofício, nas EMILHAS, eu vou arrecadar assinaturas na Ilha do Mel, todo mundo, em geral pra ter um posto 24 horas. E, como o prefeito me respondeu, se não chega até ele, ele não sabe o que acontece. Essa ambulancha faz anos que a gente pede, mas o prefeito não sabia disso. Então, a gente conseguiu levar até ele e, agora, só resta ele e o deputado que falou que, assim que abriu a janela na emenda esse dinheiro já entra. E, vamos entrar com médicos, especialistas, nós precisamos da Ilha do Mel, e o posto 24 horas dos dois lados. É isso que eu queria falar." **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado fica registrado, tá? Murilo, por gentileza, vamos continuar." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Vamos continuar." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "É que a gente fala ali, pacientes em tratamento de tuberculose, não diz nada. Não tem o número. Tem os novos, tem os que saíram do programa. No caso, os que saíram do programa, seriam os mesmos da alta. É isso, não é?" **Hilda Werner (CAEM):** - "Poderia ser dos pacientes também em tratamento, que não tem ajuda." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Então, é isso que eu estou perguntando." **Carla Neri (SEMSA):** - "A gente pergunta para a nossa coordenadora de tuberculose para ela me elucidar as informações de forma bem certinha." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Isso, a gente pode fechar essa página como necessidade para trazer a resposta na próxima reunião, porque a gente vai ir atrás da página 94." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "A gente vai perguntar porque não são vocês que estão apresentando. Então, a gente vai acabar promulgando. Acho que nós podemos mandar para o Conselho esses questionamentos, e o Conselho encaminha para a gestão e a gente vai trazendo." **Matsuko Mori (UBM):** - "O Conselho manifesta preocupação por número elevado de casos novos. É bom porque está sendo feito diagnóstico, porém é preocupante saber que tem tantos casos se espalhando o bacilo, por aí também, se não tomar providências vai aumentar cada vez mais, e a gente sabe que os medicamentos estão ficando resistentes." **Hilda Werner (CAEM):** - "Eu queria só uma explicação, se alguém puder me dar. Na página 23 diz assim, meta não pactuada para 2026. E logo abaixo diz licitação em andamento." **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok, pessoal, vamos deixar para a próxima reunião. **Hilda Werner (CAEM):** - "Acho que deveria ser a primeira na pauta da próxima reunião para termos mais tempo para discussão." **José Dougiva (ABEAP):** - "Tudo bem. Ok. Vamos para o item 5. Ofício 1.731/2026 para apreciação de deliberação." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Boa tarde! Meu nome é Daniele, pra quem não me conhece eu sou a superintendente da Secretaria Municipal de Saúde. Então, eu pedi apreciação do Conselho em dez emendas parlamentares que o município recebeu. A gente conversou sobre isso, então, eu vou estar passando pra vocês, mas só pra vocês terem ciência, que essas emendas, quando elas chegam pra nós, elas já foram aprovadas através da CIB, tá? Que é o Estado. Então, quando chega aqui, já passou por eles. Então, o que eu combinei com o pessoal, enfim, a gente sempre vai estar passando pra vocês. E a gente tem obrigação de fazer a prestação de contas conforme o processo de trabalho que a gente coloca lá, do que a gente vai fazer com o dinheiro. O que a gente se propõe a fazer também dentro do RQDA e dentro da prestação de contas, no decorrer do ano, vocês vão ir verificando e vão acompanhando. Também combinei com a ValesKa, enfim, a gente ainda não gastou o dinheiro, mas iniciando ali, vocês podem acompanhar, podem procurar. Também o Conselho tem porta aberta ali. Então, assim, a gente foi contemplado com 200 mil reais que a gente vai destinar, que eu acho que o Jorge apresentou pra vocês o protocolo da implantação de Mirena. Então, a gente vai usar esses 200 mil reais pra fazer a aquisição desses contraceptivos. Daí, a gente foi contemplado com 4 milhões, que é pra atenção primária, pra ajudar no custeio dos serviços que hoje a gente já presta, igual aqueles 5 milhões que foi anteriormente, que passou na outra reunião, foi contemplado com 500 mil pra ajuda custeio de média e alta complexidade. Então, no caso, um exemplo, os especialistas que a gente vai contratar para fazer os atendimentos, eu posso usar esse valor para custear eles. Daí, a gente recebeu 500 mil para o CAPS também, para ajuda de custeio, também a gente pode ajudar a pagar os profissionais. A gente recebeu 849 mil para usar na UPA, também para ajudar nos custeios deles lá. A gente recebeu 700 mil reais, onde vai ser destinado para comprar duas embarcações, uma para a Ilha do Mel e uma pra Encantadas, até então a gente não tinha conhecimento dessa ambulancha do deputado Veneri, nada que a gente não possa rever, a gente pode mandar um ofício, talvez, lá para o Ministério da Saúde pedindo para investir esses 700 mil em outra coisa, talvez. Enfim, dá para a gente fazer uma tratativa para ver essa emenda, para ficar, enfim. Isso a gente pode tentar conversar, porque a emenda vai para a Prefeitura, para a Secretaria ou ela vai ir para a instituição? Porque geralmente ela vem para a Prefeitura a emenda, porque aí só podem transferir para o fundo. Eu tenho o contato do assessor do Tadeu Veneri, qualquer coisa, eu mando mensagem para ele para ver como está essa situação, porque uma ambulancha também não custa um milhão, então ele vai destinar um milhão, mas vai comprar uma ambulancha e ainda vai sobrar." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Sim, vai vir uma verba e a gente tem que ter uma reserva para a gente manter o funcionário da ambulancha, porque ele vai manter todo o nosso posto de saúde." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Mas aí com a emenda parlamentar, acho que juridicamente a gente não consegue custear esse funcionário, sabe? É isso que a gente vai ter que ver, porque tem a legislação. O combustível, eu consigo cadastrar a emenda parlamentar se me permitir a questão de insumos, ali eu posso até tentar ver se a gente consegue pagar o combustível. É, que a ambulancha quando licitar a gente pode ver os equipamentos, né? Mas aí a gente organiza. A emenda parlamentar é o que eu falei para vocês já lá no ano passado, ela vem para ajudar a custear a gestão. Mas ali, se você ver, a gente está implantando um serviço novo, então, um milhão vai dar pra comprar a ambulancha e sobra pra alguma coisa, mas a gestão, ela vai ter que fazer um planejamento como que isso a curto e longo, como médio ou longo prazo, a gente vai manter. Porque o Tadeu, ele vai dar a ambulancha ali, mas depois a gestão tem que se organizar de como ela vai manter, se ela vai contratar uma empresa para tocar a ambulancha, daí isso a gente alinha, tá bom? A gente foi contemplado com uma resolução de R$380.748,00 que são para equipamentos da UPA também, tá? Daí a gente pediu computadores, tá? Oximetro de impulso, estetoscópio, conversou com a equipe, qual era a demanda que eles precisavam, tá? Daí agora, enfim, que veio o dinheiro, daí a gente abre a licitação. E tudo isso é governo federal, tá? Então, assim, as emendas, quando a gente fala de emenda parlamentar, é tudo o Ministério da Saúde e o governo federal, que são deputados federais. Por exemplo, aqueles 5 milhões, mais esses 4 milhões, quem indicou foi o Geraldo Mendes, para custeio, um total de 9 milhões, a do Mirena foi a Carol Dartora, então, tem ali o pessoal que faz as indicações, o Tadeu Veneri, também a que eu aprovei a semana passada também foi do Tadeu. A gente sempre vai estar, né, repassando para vocês." **Hilda Werner (CAEM):** - "E a prestação de contas é junto ao Tribunal de Contas?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É junto ao Ministério da Saúde. O Tribunal de Contas, ele avalia nossas contas como um todo, né? As emendas, elas, claro, são fiscalizadas por vocês, que são conselheiros, e a gente daí tem um campo dentro do Investi-SUS, que é a plataforma que nós técnicos usamos, que lá daí tem um valor, digamos, lá, por exemplo, veio essa de 4 milhões, vai estar ali 4 milhões, e tem um olhinho vermelho, daí ali eu tenho que ir alimentando, empenho, tenho que colocar a fiscal do que eu paguei, se casa com o plano de trabalho que eu coloquei, claro, plano de trabalho a gente pode mudar? Pode. Se a gente fizer uma reunião e falar que ia investir nisso, mas eu acho que é melhor a gente investir nisso. Beleza, enquadra, e a gente pode mudar. O que eu não posso mudar é assim, se a verba veio pra média e alta complexidade, eu gastar com atenção primária, isso eu não posso mudar, mas o resto é tudo meio que... Existe a emenda de custeio, que é o dinheiro pra ajudar a custear o que tem, e daí tem a que vem pra equipamentos, que daí lá dentro já tem uma planilha, que é o RENEM lá, que fala dos equipamentos, então, eu só posso pedir que está lá." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Eu gostaria de saber sobre a verba de 500 mil que foi destinada para a compro de carrinhos?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "A gente vai comprar dois carrinhos, o processo foi hoje pra empenho, um pra Ilha de Encantadas e outro pra Ilha de Brasília." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Não sei se estamos falando do mesmo carrinho, mas na reunião que foi feita saiu oito carrinhos, quatro pra nós e quatro pra Encantadas, dois pra limpeza, um pra saúde e um pro NAP, que são oito carrinhos. O Ricardo falou que já está tudo certo, mas eu quero saber se esses 500 mil que saíram de dois carrinhos e foi destinado pra comprar 500 mil remédios, já faz um ano que eu estou aqui no Conselho e eu não ouvi falar nisso." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É, eu vou ser bem sincera com você, agora faz um ano que eu estou na gestão também, não sei disso, mas como eu falei, depende da emenda, como ela é cadastrada. Se ela cadastrou lá que ela vai usar pra comprar equipamento e ela não especificou, isso não proíbe o gestor de comprar outra coisa. Então

isso deve ter acontecido no final de 2024, era final da gestão anterior. Eu vejo que se o secretário na época, não sei quem era, se ela optou por destinar esse valor pra uma outra coisa, se ela fez a prestação de contas lá dentro do Ministério da Saúde, não está errado, né, gente? Então, enfim. Claro, se você tiver o número da proposta, eu consigo ver dentro do InvestSUS se foi prestado ou não, tá? Como que está, eu tento ver com o Ministério da Saúde pra gente descobrir. Igual dos carrinhos, foi feita uma licitação pros carrinhos, os nossos da saúde são dois, que são pras UBSs, que eu já pedi empenho hoje, daí saindo o empenho eu mando pra empresa, daí a empresa tem um tempo de contrato pra entregar os carrinhos. Então, esse o secretário já autorizou hoje, inclusive, o Murilo fez o pedido dos dois carrinhos pra mim, mas tem outros carrinhos, que talvez sejam esses, porque eu vi que os modelos são diferentes. Então, deduzo que seja, o do meio ambiente que está junto. Porque essa licitação, ela foi feita pelo meio ambiente, onde nós pegamos carona, digamos assim.?" **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Então, nós temos que ver onde estão esses 500 mil em medicamento." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É, eu não sei, mas é importante você passar, pra eu poder acompanhar, que eu estou cuidando das emendas, sabe? Daí eu tenho o contatinho do assessor do Veneri, depois pega o meu número, daí a gente vai trocando uma ideia. Então, eu acho que é isso." **José Dougiva (ABEAP):** - "Dani, eu só queria fazer uma pergunta. Isso aqui, está mencionado,tudo isso que você falou, nesse ofício aqui, 1731/2026?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É está tudo aqui." **José Dougiva (ABEAP):** - "Essa documentação para o Conselho?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Sim. Daí agora como funciona? Eu vou abrir um processo pra cada uma dessas emendas, e o que for pra licitar, eu peço pra licitar, e o que for pra gente custear, vai se custear diante disso, porque daí a Carmen, que é a nossa contadora, ela também tem que arrumar certinhas dotações, o que vai pra onde, e dentro desse processo eu vou pedir pra ela lançar empenho, nota fiscal, porque pra mim é mais fácil pra eu prestar conta lá no InvesteSUS, entendeu? Porque se eu deixar também assim, daí daqui um ano, nós não vamos saber onde está os 500 mil, entendeu? Então eu quero fazer tudo bem certinho." **José Dougiva (ABEAP):** - "Na prestação de conta, no caso, as emendas, o que veio primeiro vai ser, vamos dizer, especificado no que foi gasto?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Sim, pode ser, pode ser, que a prestação de contas que eu vou passar pro InvesteSUS, pode ser a mesma que eu vou passar pra vocês, sem problema." **José Dougiva (ABEAP):** - "Porque daí o pessoal questiona, pergunta, então, naturalmente, por exemplo, o negócio com a Ilha do Mel, pelo que eu entendi, veio o dinheiro pra uma coisa, e foi desviado pra outra, pra comprar outra coisa. É, é, por isso que eu falo, que como ela falou que faz mais de um ano, eu tenho que esses 500 mil, talvez venha o final de 2024, daí eu não estava aqui, não era a nossa gestão ainda, então não sei, porque daí no final de gestão, meio que, né, não sei se na transição foi feito, mas daí dá pra ver, dá pra ver, foi o Tadeu também que indicou? Se ele tiver o número da proposta, daí eu dou uma olhada, tá bom? Daí a gente consegue ver." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Mas em reuniões anteriores, se eu me acordar, o Conselho teria acesso ao que vai ser gasto nessas emendas? Elas viriam especificadas, eles falaram, ah, temos 4 milhões, ela pode ser usada nisso, sim, mas o que foi acordado que ela viria especificada, ah, é 200 mil, vai ser usado em insumo, e mais não sei o quê. Não foi isso que você apresentou?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - **"**Não, é que na verdade assim, eu estou informando vocês, eu estou dizendo, isso já é aprovado, daí agora, igual eu falei, eu tenho que sentar com a Carmen pra gente ver aonde a gente vai gastar, daí depois que eu definir isso, eu posso fazer isso, não tem problema, é que ainda a gente não gastou nada, ainda, sabe, porque a gente faz um plano de trabalho, mas dentro do investi não fica bem desenhadinho, sabe?" **Matsuko Mori (UBM):** - " Eu tenho uma sugestão, já que tá entrando muito dinheiro, já que tá entrando muito dinheiro, coloque em cima do que foi apresentado aí uma situação mais crítica, como a redução da mortalidade infantil, a questão de combate a tuberclose, a transmissão vertical de sífilis, HIV, sabe? Questões assim, que dá pra impactar na melhoria da qualidade de vida da população, além das ações de prevenção, promoção da saúde, doenças crônicas degenerativas." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Eu vou ver com o Murilo, por isso que eu falo, eu não posso dizer pra vocês hoje onde gastar, sei lá, em tudo isso, então, pois, o que eu vou ter que fazer é marcar com a equipe, o Murilo, que vai apresentar, eu acho bacana a gente investir nisso e nisso, e daí a gente vai fazendo uma linha de trabalho, tá? Mesmo que é importante pra mim, a prestação de contas, pra gestão como um todo, na questão de transparência, tá, gente? E assim, igual falei, vocês estão aqui, pra ser nossos parceiros, vocês estão na rua, no dia a dia, por trazer as dificuldades que vocês enfrentam lá fora, eu acho que vocês são os nossos melhores porta-voz hoje, porque a gente que é técnico, às vezes a gente fica aqui dentro, trabalhando porque a gente quer dar o melhor pra população, sempre esse vai ser o nosso objetivo, mas vocês estão no dia a dia, vocês estão falando com a comunidade, vocês estão, às vezes, lá, passando dificuldade com uma demanda." **Matsuko Mori (UBM):** - "Eu acho que a questão da tuberculose é muito importante, fazer um treinamento pra toda a equipe, não sei se foi feito já." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Foi feito recentemente pelo Estado, foram dois dias, na Câmara de Vereadores, o Estado trouxe um infectologista, o treinamento foi feito com os enfermeiros e os médicos de todas as unidades." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Então tá bom, gente, é isso. Qualquer um de vocês que precisar, às vezes, de algum esclarecimento, ajuda. A gente está aqui pra se ajudar e eu sempre espero acompanhar vocês também. Tá bom? Obrigada." **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado Dani. Pessoal, que fique registrado o item 8, sobre a RDQA, vai ficar pra próxima reunião. Tá ok? E assuntos gerais. Alguém gostaria da palavra? **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Eu tenho notado aquele controle lá dos faltantes em consultas e tudo mais. E eu gostaria de saber como que está sendo feito esse controle. Porque a gente sabe que tem uma fila imensa e as pessoas que estão deixando de ir nas consultas, de repente, isso aí vai acabar causando uma consequência de quem está precisando do atendimento é o culpado de não ter o atendimento. Entendo que as pessoas faltam, mas se tem um controle, um porquê de tanta falta, ou as pessoas que estão esperando e de repente não avisam. Porque eu notei muitas reclamações. Também já aconteceu caso pessoal meu, que eu faço controle também de consultas aí da família, que tem um desencontro de informações, ou seja, se o postinho ou o telefone não está funcionando de jeito nenhum, ou não atende o WhatsApp, então eu acho que tem que ter uma melhoria nesse controle. Porque a gente está vendo um número cada vez mais crescente lá no posto da falta de atendimento, porque não compareceu. Então, o que está causando esse não comparecimento?" **Silvani Moreira (SEMSA):** - "Boa tarde! Eu acho que foi pelo menos dois meses que a gente começou a contabilizar as faltas dos pacientes. Por quê? A gente tinha muita reclamação do paciente que falava que ia no posto e não conseguia consulta. Certo? E a gente começou a fazer essa contabilização. Então assim, uma semana antes a gente liga pro paciente pra confirmar se ele vai estar na consulta e aí o paciente confirma. Então, esses que estão faltando, não é falta de aviso de saber que a consulta está próxima e que ele tem consulta aquele dia. Eles não vão por outros motivos. Todo mundo tem a possibilidade de ter um imprevisto e não ir à consulta no dia. Mas assim, todos a gente entra em contato, se a gente não consegue, porque por ligação ninguém atende, vou te falar a verdade, ninguém atende, então agora na unidade a gente tem um celular cadastrado com o número da unidade e a gente envia mensagem, o paciente responde, aí sim a gente contabiliza de que o paciente foi avisado. Então assim, a partir de agora eu entendo que vai melhorar, antes a gente não fazia isso, e a gente tinha muitas faltas." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "E você tem uma estimativa de retorno disso?" **Silvani Moreira (SEMSA):** - "70%. E assim, se a gente tentou ligar e o paciente não atendeu, a gente deixa aquela consulta, em stand by, se outro paciente tiver necessidade a gente já encaixa. Porque a gente tem o profissional na unidade e a gente precisa do paciente. Eu acho que a partir de agora os dados vão melhorar bastante." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Obrigada." **Silvani Moreira (SEMSA):** - "Por nada." **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok pessoal, nada mais havendo agradeço a presença de todos. Nos encontramos na próxima reunião. Eu Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni, transcrevi a ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:771ACEA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAGUÁ 2026

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá, localizado na Rua João Eugênio, nº 959 - Centro Histórico, tendo como Pauta: 1. Expedientes do Conselho; 2. Deliberação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2026; 3. RDQA – 1º quadrimestre de 2026; 4. Esclarecimentos acerca do Novo Modelo de Gestão e dos Contratos nº 62/2026 e nº 63/2026, incluindo apresentação das informações pertinentes, análise dos instrumentos contratuais e esclarecimentos quanto à sua execução e impactos na gestão da saúde municipal; 5. Ofício Nº 11/2026 – EMILHA; 6. Resolução SESA Nº 622/2026 para ciência e deliberação – referente adesão ao recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes; 7. Resolução SESA Nº 707/2026 para ciência e deliberação – referente aquisição de 01 Veículo Ambulância – valor unitário R$ 250.000,00; 8. Resolução Ad Referendum Nº 01 de julho de 2026 para aprovação; 9. Assuntos Gerais. Estavam presentes os conselheiros: **Gestores:** Claudomiro Gomes Macedo e Carla Cristina Pires Neri (Secretaria Municipal de Saúde), Magda Lucia Bodnar e Giscar Luciano Lopes (1ª Regional de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos:** Emanuele Martins (Instituto Peito Aberto), Murilo Cereda da Silva, Márcio Sant Anna Valgas e Daniele dos Santos Rogoski Voitach (Secretaria Municipal de Saúde). **Trabalhadores em Saúde:** Alessandra de Cássia Luquetta (CREFONO - Conselho Regional de Fonoaudiologia - 3ª Região), Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Janaína O'Donnell Cabral (SINPEFEPAR - Sindicato dos Profissionais/ Professores/ Tecnólogos de Educação Física do Paraná). **Usuários:** Waltencir de Oliveira (STIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral), José Dougiva da Silva Costa (ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores), Adriana Terezinha Lopes Kutchama (UNIÃO EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Jean Carlos Kuiavinski Freire (Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Ari Saldanha da Costa Neto (Ministério Chama do Avivamento – CMA – SUPLENTE), Matsuko Mori Barbosa (União Brasileira de Mulheres – UBM – Seção Paraná), Sueli Ferreira dos Santos (Associação Pro Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio – TITULAR). **Ausentes com Justificativa:** Silvano Fernandes e Anaclete Fernandes Magno (SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá), Andressa Pereira Lima Marchi (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 8ª Região), Hilda Maria Leite Werner (Centro de Avaliação Educacional Multiprofissional Professora Nadja Marli Plaisant da Paz e Silva Pinho – CAEM), Sonia Maria Resende Monteiro e Jurema dos Santos (Pastoral da Criança), Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina). **Convidados:** Cleusa da Silva (Pastoral da AIDS), Jacqueline Blankenburg (SEMSA), Rafaela M. Soccio Coelho Netto (SEMSA), Rebeka Costa Mendes (Câmara), Maria Inez Farias (SEMSA), Olívia Vilarinho (SEMSA), Jorge Luis Pinho Woll (SEMSA), João Pedro Ribeiro (SEMSA), Fernanda Carvalho (SEMSA), Eduardo de Oliveira (Câmara), Melissa Nishida (SEMSA). **José Dougiva (ABEAP):** - "Boa tarde a todos, mais uma vez agradecendo a presença de todos e passando para a primeira secretária fazer a leitura da pauta e ordem do dia." A senhora Matsuko cumprimentou a todos, fez a leitura e ordem do dia e passou a palavra ao vice-presidente. **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok, pessoal. Então, em aprovação, a leitura da Convocação e ordem do dia. Aprovados. Hoje não temos expedientes do Conselho. Vamos passar a Deliberação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2026. Todos receberam? **Todos:** - Sim. **José Dougiva (ABEAP): - "**Então, em aprovação." **José Dougiva (ABEAP):** - "Como não houve manifestação está aprovada. Item 3. RDQA – 1º quadrimestre de 2026. **Nilson Nishida (CRF):** - "Em relação a RDQA, eu não estava presente na reunião passada, o Dougiva a presidiu, houve algumas alterações, inclusive a gente já encaminhou algumas alterações para vocês, certo? Então, se tiver mais um questionamento, alguma coisa que nos repassem, a Carla prontamente já encaminhou a parte dela. Se puder até falar um pouquinho, se puder vir à frente. Eu só peço a gentileza de nos auxiliarem, por isso que eu pedi para o Dougiva presidir a reunião, porque eu estou auxiliando também na Secretaria, e como a nossa secretária executiva não está presente, eu peço a justificativa da reunião de hoje, de algum conselheiro das entidades de vocês, para encaminhar para a Valeska, e eu peço o auxilio de todos, assinem a lista, para a gente encaminhar para a Valeska fazer a ata. Então, inclusive a gravação vai ser importante hoje, como ela não está presente, então é bom falar aqui na frente, para ela poder fazer a vinculação, porque ela não vai estar presente, então ela não vai saber o que aconteceu na reunião. E aí, tá bom? Era isso." **Carla Neri (SEMSA):** - "Queridos, eu sou a Carla, sou enfermeira, e respondo pela vigilância. Na reunião passada, houve dois questionamentos que competem a vigilância. O primeiro foi sobre o número de casos de tuberculose em quatro meses. Nós olhamos os dados, nós estamos com a coordenadora de tuberculose aqui, e são mesmo 40 casos em quatro meses, tá? Hoje já são cinquenta e nove, então é um número grande mesmo. A segunda dúvida estava questionando sobre a quantidade de crianças mortas no ano de 2025 em até um ano, e era, infelizmente, aquilo mesmo. A nossa equipe de epidemiologia foi olhar todos os dados, conferiu com a regional, e infelizmente são trinta casos. Carla, mas que criançada toda é essa? É criançada que morreu no hospital regional por algum motivo, criançada que nasceu com esforço respiratório, e infelizmente é esse número mesmo. A gente espera que em 2026 a gente tenha um número menor que esse, tá? Eu peço desculpas na reunião passada por não poder ter dado a certeza que vocês precisavam, mas os nossos dados estão corretos. Infelizmente. Tá bom." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Só complementando, Carla, que na verdade a dúvida surgiu porque a gente acreditava que fosse em relação ao quadrimestre, porém ele era um comparativo. Na verdade, ele estava explanando os dados de 2025 e é que esse número de trinta não era em relação ao quadrimestre do primeiro quadrimestre de 2026, e sim ao exercício do ano de 2025." **Carla Neri (SEMSA):** - "Alguém quer comentar mais alguma coisa?" **Matsuko Mori (UBM):** - "Não, mas aí é o seguinte, Murilo, é que constava apenas aquela totalização de 2025 e se tivesse colocado na legenda que era diferente, mas é que você disse que era comparativo, mas também não tinha o quadro do primeiro quadrimestre de 2026. Entendeu? Então são essas duas questões que nos deixaram na dúvida." **Nilson Nishida (CRF):** - "Pessoal, só lembrando que a Semana Epidemiológica ou o Ano Epidemiológico não é o mesmo que a gente está acontecendo nesse ano. Como tem que compilar dados, é encaminhado ao Ministério, volta pra cá. Então assim, a comparação sempre vai ser o ano anterior, porque o ano de referência é sempre o ano anterior, por causa que são os dados compilados e estatisticamente foi comprovado. Então assim, por isso que os dados são comparativos, não são no mesmo período que está sendo feito o relatório do quadrimestral. Por isso que vocês têm que tomar cuidado, que o calendário nosso epidemiológico não é o mesmo que a gente está seguindo no ano que a gente está no momento. Tem essa questão, a gente pediu pra Secretaria informar melhor ali, colocar os dados certinhos pra gente saber o que é os dados epidemiológicos e o que é relacionado ao quadrimestre daí." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Aí os recursos já foram passados para o Macedo." **Nilson Nishida (CRF):** - "Foi, a Dani esteve em nossa reunião, daí a parte financeira, a parte em questão de dados, a questão de recursos das soluções da SESA, das emendas parlamentares, ela está cuidando, está sendo colocada também no relatório quadrimestral pra gente acompanhar também. E lembrando que em relação à resolução da SESA, em relação à questão de emendas, a gente abre o processo administrativo aqui dentro pra gente poder acompanhar até a finalização e até a prestação de contas daí. A Valeska já abriu essas questões, esses processos, a gente só não encaminhou ainda pra vocês porque a gente teve a mudança do sistema, a gente está aguardando agora que o protocolo retorne da prefeitura pra gente passar pra vocês. Mas todas as emendas, todas as resoluções, a gente tem um processo pra cada um deles pra acompanhar a utilização do recurso 100%. Pessoal, em relação ao quadrimestre, como teve esse esclarecimento da Secretaria Municipal de Saúde, os técnicos estão nos ajudando inclusive a fazer as mudanças necessárias pra melhor atendimento desse Conselho. A gente vai, então, finalizar aqui, que o primeiro quadrimestre foi apresentado na nossa reunião, até porque na reunião que vem a gente tem que apresentar o segundo quadrimestre, porque a gente demorou pra finalizar esse aqui. Então, a gente finaliza hoje a apresentação do primeiro quadrimestre e aí fazemos a apresentação do segundo quadrimestre no mês que vem. Só peço a Secretaria, por favor, que confiram certinho, verifiquem as novas informações. Aí a gente passa na sequência das apresentações. Não tem aprovação porque a gente aprova o relatório anual de gestão, por isso que a gente vai analisando certinho pra quando chegar o relatório anual a gente ser mais rápido

na avaliação. Qualquer questionamento, qualquer pergunta, encaminhe por e-mail pro Conselho ou verifique com a Valeska que a gente faz os questionamentos por ofício pra Secretaria." **José Dougiva (ABEAP):** - "Então vamos ao item 4. Esclarecimentos acerca do Novo Modelo de Gestão e dos Contratos nº 62/2026 e nº 63/2026, incluindo apresentação das informações pertinentes, análise dos instrumentos contratuais e esclarecimentos quanto à sua execução e impactos na gestão da saúde municipal." **Nilson Nishida (CRF):** - "Só vou esclarecer pros conselheiros porque a gente colocou em pauta. Pessoal, por que que a gente tem essa pauta? Porque a gente não teve resposta da Secretaria Municipal ainda por escrito desse novo modelo. Esse novo modelo foi apresentado na Câmara de Vereadores na finalização da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá. Esse foi o novo modelo pra destituição da FASP. Como a gente não tem ainda nada por escrito e está em andamento ainda, por isso que a gente colocou em pauta pra vocês saberem que a gente está acompanhando, a gente está solicitando as informações. A gente ainda está no intermédio, a UPA está funcionando ainda com um contrato provisório que tem validade por seis meses. E aí a preocupação nossa é que, finalizando esses seis meses, a gente não tenha um contrato definitivo pra manter esse novo modelo certinho pra seguimento da Fundação daí, tá? Por isso que a gente está acompanhando, a gente tem um processo aberto. Esse processo já faz mais de 60 dias, que já está tramitando dentro da Prefeitura, inclusive está na Controladoria Geral do Município, que eu não sei por que está lá, mas a gente precisa das respostas, qual esse novo modelo, qual são as contratações, que é aquele exemplo que a gente colocou, inclusive, que precisa passar no Conselho pra gente saber o que está acontecendo, o que está em relação ao registro. Inclusive, a UPA, a gente teve vários questionamentos profissionais, inclusive, está sem diretor técnico até hoje, porque essa contratação intermediária não foi registrada nos Conselhos respectivos. Inclusive, gostaria que a Dra. Olívia justificasse em relação a esse questionamento, CRM, COREN, CRF, todas essas questões como vai ficar o registro daqui os quatro meses e esse novo modelo enquanto for em contratação daí, tá? Então era isso. Em relação aos estendidos, o Murilo deve apresentar na reunião que vem, que inclusive foi contratar o farmacêutico em relação às multas que foi questionado pelo CRF e foi contratado o servidor de carreira. Então é isso, a gente conversa na reunião seguinte. Em relação à parte do farmacêutico, o Samuel já nos respondeu prontamente, a Dani passou para ele e o Samuel, acho que no mesmo dia ou no dia seguinte, ele já respondeu o questionamento por escrito e está tudo certinho. Inclusive, foi o único que respondeu. A gente está esperando os outros ainda. Doutora Olivia, por favor." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Olá, boa tarde, tudo bem? Sou a Olivia, sou médica, estou superintendente da atenção secundária. Então, é muita coisa, peraí. O novo modelo de contratação. Primeiro, a gente já está com o credenciamento definitivo, só que esse credenciamento com os tramites do encerramento da FASP que foi revogada, aí no fim teve a dispensa de licitação para dar continuidade no contrato emergencial, dar continuidade para não parar o serviço que era antiga FASP, que é UPA, Rodrigo Gomes, João Paulo, que são especialidades, CAPS, Ambulatório de Saúde Mental e saúde da mulher. Então, a gente teve ADL, mas antes a gente já tinha o credenciamento definitivo, mas por N motivos, que aqui a maioria já está cansada de saber, foram embargados, enfim, e aí a gente teve que um dia antes..." **Nilson Nishida (CRF):** - "A questão de saber, os conselheiros não sabem, que não foi apresentado no Conselho nada sobre isso." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Mas é que foi um dia antes a gente teve que fazer, né?" **Nilson Nishida (CRF):** - "É por isso que eu falo para você, que tem que apresentar tudo, para você ver e ter questionamento." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "É que a gente já estava com o credenciamento, aí embargavam, não dava nem para apresentar, porque não era finalizado, enfim. A gente está com o credenciamento definitivo, só que está com... Como a gente percebeu algumas coisas que a gente tinha que ajustar tecnicamente e juridicamente, a gente mandou para o PROGEM e para o procurador para ajustes jurídicos. A gente vai mostrar tudo lindo e maravilhoso depois, detalhado, bonitinho." **Nilson Nishida (CRF):** - "Não, primeiro teria que ter passado antes pelo Conselho, antes do PROGEM e depois, tá?" **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "É que a gente está ajustando algumas coisas jurídicas para não passar errado para vocês, tá? Porque a gente quer passar o mais certo. A gente sabe, antes de finalizar, a gente vai passar, porque a gente não quer passar coisa errada. E aí, o credenciamento já está em andamento, o credenciamento definitivo, e a gente tem que terminar tudo corretinho, passar tudo correto para o Conselho, para depois, posteriormente, mudar alguma coisa, mas não foi isso dito no Conselho. Então, a gente vai passar, tá? Em relação às diretorias técnicas. A diretoria técnica, a FASP, ainda tem algumas dívidas dentro dos Conselhos, que não foram quitadas, tá? Desde o começo do ano, por exemplo, pagar o CRM, o COREN, enfim. E aí, precisa da baixa na FASP, para a gente colocar com o CNPJ da secretaria, para a gente colocar o diretor técnico, o diretor do COREN enfim. O diretor do COREN não é tão difícil, a gente já está em andamento, o problema é o médico, o CRM." **Nilson Nishida (CRF):** - "E o CRF está com notificação também." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Está com notificação, e aí a gente está... Porque não é empresa final, né? Como essa DL vai acabar já, já. A gente já está ajustando para o credenciamento definitivo, para tudo nos conformes. Então, do Conselho técnico é isso. Então, essas dívidas da FASP não possibilitam de nós darmos baixa no diretor técnico, no RT da UPA e do Rodrigo Gomes." **Nilson Nishida (CRF):** - "Em questão ao credenciamento, por que eu solicitei que deveria ter passado antes pelo Conselho? Porque a gente tem sugestões de inclusão, inclusive, que vai ter que retornar depois para o PROJEM, porque a gente vai sugerir mudanças nele. Porque é para isso que serve o Conselho, para a gente conversar e ter as nossas opiniões também. Tem vários conselheiros nos questionando, na mesa diretiva principalmente, em relação de inclusão de profissionais, de procedimentos. Por isso que era para ter passado e conversado com o Conselho primeiro, para depois passar no PROGEM, então, a gente solicita que esse processo seja encaminhado mais rápido, inclusive, para nós, para a gente sugerir essas questões, para, inclusive, se precisar alternar, a gente altere junto com esse Conselho." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "É que como a técnicamente, pediu para algumas coisas serem mudadas no modelo inicial." **Nilson Nishida (CRF):** - "Não, no modelo administrativo não tem plano nenhum, mas, em questão ao profissional, essas questões, a gente queria mudanças, e a gente vai sugerir." **Matsuko Mori (UBM):** - "Você poderia adiantar algumas coisas? Tipo, qual vai ser o seu modelo de contratação? Então, porque está no PROGEM, e eu não quero adiantar nada, sem o procurador ter autorizado ou não, ou falado isso pode ou isso não pode, porque o meu conhecimento é técnico, não é jurídico." **Nilson Nishida (CRF):** - "Assim que o PROGEM devolver, já passem diretamente para nós, para a gente verificar, e a gente passar para os conselheiros." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Assim que a gente tiver a resposta jurídica, a gente passa." **José Dougiva (ABEAP):** - **"**Muito obrigado, doutora. Por favor, assim que terminar nos encaminhe, quanto mais cedo vier para nós, melhor." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Pra gente também, não sei se todos estão cientes, mas ficamos duas semanas sem o IPM, no processo de mudança, para a gente também é importante que vá logo para não ter tantas surpresas. Entendeu?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Até mesmo para não ter problema de encerrar esse contato emergencial e não ter o outro." **Olivia Vilarinho (SEMSA):** - "Exatamente. Por isso a gente está correndo. Mas por causa do IPM, a gente ficou parado mais de duas semanas." **Nilson Nishida (CRF):** - "Só cobrem o PROGEM para acelerar um pouquinho. Pessoal, então, entenderam que esse processo está em andamento. A gente está acompanhando, por solicitação dessa reunião, o mais rápido possível apresentar para nós. Assim que chegar o documento em nossas mãos, a gente não vai esperar a pauta da reunião. A gente já encaminha para vocês, para vocês irem lendo, se habituando. Qualquer coisa a gente até marca uma reunião extraordinária. Porque o nosso medo é finalizar esse contrato emergencial e a gente não ter o definitivo ainda já em vigência, então, pode parar o atendimento inclusive da UPA. Porque esse processo não pode ser adiantado ainda. Então, a gente vai correr com isso e a gente vai cobrar. O Dougiva também está conversando com os vereadores para a gente tentar auxiliar o máximo que puder. A gente não é contra a secretaria, estamos tentando ajudar para a gente acelerar essas questões para a gente não ter desfalque no atendimento da população. Assim que a gente tiver mais informações, a gente repassa." **José Dougiva (ABEAP):** - "Na verdade, o vereador Edu está aqui e eu ia perguntar alguma coisa sobre isso que foi falado, sobre esse novo modelo. Não sei se o senhor, na Comissão de Saúde da Câmara, tem conhecimento de como está o andamento disso. Até porque nós estamos aguardando a conjuntura dos trabalhos deles lá para que enviem para o Conselho, para que a gente possa discutir o

que vai ter de mudança. Então, seria muito bom que o senhor já, por favor, falasse lá com a Comissão de Saúde, para que isso não só viesse de lado do Conselho, fosse para a Câmara para que passasse por lá, e que fosse aprovado ou não pela Câmara, mas que venha para nós, até porque o tempo está passando e não foi terminado o primeiro contrato para ter outro agora, então imagine, pode ser, pode dar um, vamos dizer, um levado de pensamentos ali, de discussão, e não seria muito, muito bom isso daí. Seria bom, vereador, a hora que não sei se eu vou poder dar um pulo lá na reunião, então, queria que o senhor perguntasse alguma coisa lá sobre esse novo modelo, o que foi discutido, o que está sendo discutido e que o pessoal tomasse conhecimento que eu acredito, não sei se o senhor sabe dizer alguma coisa lá sobre os vereadores se estão por dentro disso." **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "Boa tarde a todos. A questão nós estamos primando sempre estar um vereador presente, no mínimo um vereador presente participando dessas reuniões. Eu estou acompanhando na medida do possível, tenho cobrado o secretário, logicamente com essa situação do sistema da prefeitura ter que estar aí nessa manutenção devido à troca, atrasa. Nós estamos cobrando, nós queremos esclarecer, deixar tudo regular. Nós queremos que essa mudança que a Câmara autorizou o prefeito a promover dê certo, porque o objetivo é um só, acredito que é de todos, é que a coisa aqui funcione, nós já estamos vendo melhorias, eu fiscalizo a UPA, eu fiscalizo a farmácia popular, a farmácia Ivo Petry. Então, essas situações a gente tem um interesse muito grande que prospere. E o que depender da comissão ou independente dos vereadores a gente vai fazer essa sua sugestão de cobrar a Olívia, cobrar o secretário, eu faço. Eu faço, e a gente quer simplesmente, eu sempre comento, você sabe a minha postura com relação a situações inerentes a população. Eu fico à disposição. E eu não compactuo com erro. O que tiver que cobrar, eu vou cobrar. E se for pra ajudar a população, com mais afinco ainda. Tá bom? Fico à disposição." **Matsuko Mori (UBM):** - "Nós temos visto que os trabalhadores da FASP, que tiveram o contrato extinto e demitidos, ainda não tiveram condições de retirar o fundo de garantia por falta de liberação dos papéis por parte da Prefeitura. Gostaria de saber se tem como o vereador também ver essa questão e pedir maior agilidade por parte da gestão municipal." **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "Antes de terminar a reunião aqui, eu vou dar um posicionamento pra vocês a respeito disso. Tá bom." **José Dougiva (ABEAP):** - "Pessoal, não tenho mais questionamento sobre isso, vamos passar ao item 5. Ofício Nº 11/2026 – EMILHA." **Nilson Nishida (CRF):** - "Pessoal, então recebemos o ofício da EMILHA. A gente recebeu esse questionamento sobre a questão de ser 24 horas. Vou solicitar a entidade, eu não sei se vocês fizeram um levantamento de orçamento sobre isso. Quanto gastaria pra fazer isso? Vocês têm ideia? Mais ou menos?" **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Boa tarde, eu sou Adriana, representante da EMILHA. Está sendo feito um posto novo, certo? E a gente quer que seja 24 horas, assim como nós estamos lutando pela ambulancha. Nós tivemos a resposta que nós temos uma ambulancha parada em Antonina, que ela pode servir 4 pontos aqui das Ilhas de Paranaguá. Não vai ser só nossa. E pra nós termos a nossa ambulancha, também vai ser complicado. Porque a gente já teve uma resposta assim que quem está dentro do posto trabalhando não pode vir até Paranaguá com a ambulancha, então o motorista só vai ser o motorista, então vai ter um custo pra isso. Entendeu? E pra nós termos um posto 24 horas, também vai ter um outro custo e não temos uma demanda pra 24 horas na Ilha do Mel." **Nilson Nishida (CRF):** - "É isso que eu estava perguntando. Porque uma consulta sair 10 mil reais por paciente não é um custo viável pra nós." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Sim, infelizmente entra 1.900 pessoas, hoje em dia entra 11.900 pessoas na Ilha do Mel, só na temporada. Só que assim, nós não temos mais temporada. Nós temos temporada o ano inteiro. Nós temos Jazz, que lá está uma loucura. Você entendeu?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Só que a gente trabalha pra população da Ilha, turista não conta." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Pois é, esse que é o nosso problema. Só que assim, nós tivemos um menino agora infartado, turista, entendeu? Nós não tínhamos um apoio adequado pra tirar da Ilha do Mel, então não é só nós. Nós somos 1.900 moradores. Então tem Encantada, Brasília, Fortaleza, Ponto Oeste, tudo junto. Então a gente não tem como ter um posto 24 horas. E aí eu escutei do secretário, né, que é um outro custo. Muito grande. E pra manter o pessoal da ambulancha dentro do nosso posto também, que só esse tipo médico, técnico, enfermeiro, que pode sair na ambulancha. Eu infarto, o motorista não vai me trazer sozinho. Entendeu? Então é um custo muito alto, mas nós precisamos da ambulancha." **Nilson Nishida (CRF):** - "Pessoal, só lembrando assim, não quer dizer que a gente não possa manter uma equipe permanente lá, que a gente não tem a solução de atender turistas. A gente tem recursos, inclusive, do programa de turismo, que é separado do programa normal do ESF. Claro que assim, as unidades básicas que estão lá é pra atender a comunidade da Ilha do Mel. Turista é turista. O que a gente pode fazer em atendimento ao turista seria com recursos do turismo, inclusive, conversar com a Secretaria de Turismo, inclusive, pra verificar o que a gente pode auxiliar. Nós temos helicóptero permanente hoje, que é uma questão que já é um custo elevado de manter um helicóptero voando. Então vocês sabem que qualquer voo de helicóptero já sai um valor alto, até pro combustível, toda a equipe técnica que tem que estar dentro. Nós temos a equipe da Polícia Militar muito bem treinada, com profissionais da saúde, então assim, o que a gente precisa trazer aqui é soluções viáveis e que a gente possa atender todo mundo. O que a gente vai conversar aqui, então a gente pode conversar sobre a ambulancha, é uma situação viável, que talvez não precise ficar a equipe permanente da ilha. Ficar aqui pra ver da comunidade. No hospital, como é que funciona? Tem uma equipe sempre de plantão, que faz as transferências. O que a gente pode fazer é acordar aqui, junto com o Murilo que é da Atenção Primária, em questão, que deixaram uma equipe do continente pra fazer esse resgate, que sairia daqui porque é uma ambulancha, um barco potente, igual a da Polícia Militar. A gente tem exemplos aqui da Polícia Militar que são muito melhores que o barco da saúde, que a gente poderia verificar e sairia uma equipe daqui. Aí não precisaria ficar permanente e faria atendimento, e a gente atenderia não só a Ilha do Mel, mas todas as ilhas." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "E se a gente vincular o serviço de ambulancha vinculado ao SAMU?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Isso, tem o SAMU." **Giscar Lopes (1ª Regional de Saúde):** - "Eu acho que essa questão dá pra gente levar pro nosso ponto de apoio da Centro de Regulação de Curitiba e região metropolitana, que a gente sabe que a regulação hoje foi passada para Curitiba, graças a Deus, que agora a gente tem até as portas de entrada hoje muito mais fácil e desafogou os pontos e tudo mais. O Vitor é uma pessoa que conhece muito a região e trabalha no SAMU aqui da nossa região também. Como foi bem dito, da ambulancha, já tem uma ambulancha que foi disponibilizada para Antonina." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Então, é essa que a gente estava pensando se dava para a gente utilizar." **Giscar Lopes (1ª Regional de Saúde):** - "Eu acredito que dá para a gente tentar fazer essa conversa com o Vitor e ver qual que é o melhor ponto. Acredito que a Ilha do Mel seria realmente, dentro de todas as ilhas que temos na região, contando Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, a Ilha do Mel onde tem mais movimento. Acredito que dá para a gente entrar nessa discussão e verificar qual o melhor planejamento para se ter uma ambulancha na região. Isso é possível a gente discutir." **Nilson Nishida (CRF):** - "A gente divide o custo, é o que acontece em Antonina.Quanto mais a gente atender, nosso custo baixa, porque daí é dividido por todo mundo. É o que a gente faz. Não é que a gente vai deixar os turistas. Os turistas são interessantes para nós, porque traz recursos para o estado e também para o município. Então isso é importante também. Mas claro, a gente tem que trazer alternativas. Vamos conversando." **Giscar Lopes (1ª Regional de Saúde):** - "A Ilha do Mel também, não é somente a população de Paranaguá, é muito o pessoal de Pontal do Paraná que utiliza e vai precisar também desse deslocamento." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "É, Pontal na verdade tem UPA e nós não pertencemos a Pontal." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, mas a gente pode entrar em acordo para fazer essa divisão. Pelo SAMU pode, porque o SAMU atende todos os sete municípios. Aí a gente pode fazer, ou o SAMU pode fazer o deslocamento para Pontal, pode fazer o deslocamento para outros municípios também. Não tem problema nenhum." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Eu como presidente do CONSEG também, a gente fez um ofício com o Tadeu Veneri, que é o deputado de Brasília. Ele vai entrar com uma emenda parlamentar de um milhão para nós termos uma ambulancha, certo? Mais 200 mil para uma reforma do museu aqui e do nosso canhão lá do forte. Assim que entrar uma emenda parlamentar vamos ter esse um milhão também de verba." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, daí a gente pode conversar com o SAMU para ele fazer a logística, vai ser bom para todo mundo. O município não sai com dinheiro para comprar o equipamento, o SAMU consegue manter para um número de pessoas atendidas." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Sim, mas

enquanto isso não acontece, essa ambulancha que nós temos lá em Antonina, podemos trazer para cá?" **Giscar Lopes (1ª Regional de Saúde):** - "Então, isso a gente vai ter que conversar regionalmente. O SAMU é regional, ele atende toda a região, não tem município específico. A ambulanchaa hoje, quem conseguiu essa ambulancha que eu saiba é Antonina. Então, isso vai ter que ser discutido também em CIR, para ver qual vai ser a melhor estratégia junto com o nosso apoiador, porque várias cabeças a gente acaba usando as melhores estratégias conforme for o número de atendimento da região." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "É mais ou menos uma emergência, porque a temporada está aí, né?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, a temporada está tranquila. A temporada, inclusive, a próxima pauta a gente fala um pouquinho. Mas na temporada não se preocupe, porque daí a gente tem atendimento do Estado." **Daniel Fangueiro (Secretário Municipal de Saúde):** - "Nós já tivemos a tratativa com o prefeito, com o secretário João, também que Antonina tem essa ambulancha, ela deveria ser cedida ao consórcio que faz a administração do SAMU ao lado dos quatro municípios, uma vez que os três se retiraram. E a conveniência da administração de Antonina. Enquanto nós não temos deliberação, nós estamos atrás de uma ambulancha também, mas eu acho que o caminho mais sensato para os quatro municípios, que na verdade seria, eu acho que a comunidade do Cedro ali de Antonina que utilizaria, apenas eles, mas muito mais Guaraqueçaba e Paranaguá, é que esse instrumento fosse cedido ao CISLIPA, à administração deles e colocado em uma rede, isso é importante entender. A partir do momento que ele se enquadra em uma rede, ele não vai atender apenas os munícipes da Ilha do Mel, mas sim os quatro municípios do litoral e talvez os sete da 1ª Regional. É isso que precisa ser pactuado." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Entendi. Nós temos também a verba de 700 mil, pra nós termos também a nossa própria ambulancha." **Daniel Fangueiro (Secretário Municipal de Saúde):** - "E tem uma outra questão técnica, que nós temos uma especificidade de baía, que a motorização e o suporte dessa ambulancha, ela é comum apenas em Salvador, que atende as mesmas similaridades. Talvez esse equipamento de Antonina não atenda as normas que o SAMU especifica para o transporte de emergência dentro de uma Baía. Tem a questão de água doce, tem uma questão técnica." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Obrigada." **Nilson Nishida (CRF):** - "Certo, a gente vai conversando certinho, pela Comissão do Orçamento junto com o apoio da Secretaria de Saúde, a gente vai fazer o orçamento, a questão relacionada a valor, essas questões, as tratativas que a gente pode fazer, a gente documenta isso e a gente vai encaminhando." **José Dougiva (ABEAP):** - "Queremos agradecer a presença do Secretário Municipal de Saúde aqui, o doutor Daniel Fangueiro, seja bem-vindo. O Conselho está aqui sempre pra somar, ok?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Murilo, por favor." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Eu só queria fazer um esclarecimento, porque talvez algum conselheiro também não saiba, mas hoje as duas unidades da Ilha do Mel, tanto Encantadas como Nova Brasília, elas trabalham com a estratégia de saúde da família de segunda a sexta-feira, das oito às dezessete, com uma equipe de saúde da família, que tem o viés de promoção de saúde, que é acompanhamento, paciente crônico, porém, elas permanecem 24 horas, da sexta-feira até a segunda-feira. Então, tanto Nova Brasília quanto Encantadas, tem o serviço 24 horas, funciona 24 horas nos fins de semana. Quando a colega traz a pauta é por causa dos dias de semana, né? E daí entra uma questão da viabilidade econômica, que precisa ser estudada, mas hoje, nesses festivais, por exemplo, que acontece por semana, a gente já garante o funcionamento dela 24 horas." **Daniel Fangueiro (Secretário Municipal de Saúde):** - "É importante esclarecer que hoje a Ilha do Mel, ela tem, de forma dobrada, o mesmo equipamento que a Ilha de Valadares tem com a estabilização de pacientes, com muito menos pacientes. Claro, nós temos um viés de atenção primária, mas, mesmo assim, nós habilitamos, capacitamos os nossos enfermeiros e técnicos a alterar os equipamentos que lá estão para estabilizar os pacientes. Então, a minha preocupação é estabilizar os pacientes e, caso haja uma intercorrência de maior gravidade, utilizar o equipamento correto, que seria o SAMU. Muita gente nos questiona por que a Prefeitura não faz esse transporte de pacientes em estado de emergência. Nós não temos capacitação para isso. Tem que ter equipamento preparado, e médicos emergencistas. Mas hoje a Ilha do Mel conta com estrutura, tanto na Brasília quanto em Encantadas, a mesma estrutura feita para estabilizar pacientes na Ilha de Valadares." **Nilson Nishida (CRF):** - "Muito obrigado, secretário, pela ajuda. Eu só aproveitar mais uma coisinha, que eu vou pedir pra comunidade agora, porque agora o secretário..." **Daniel Fangueiro (Secretário Municipal de Saúde):** - "Desculpa. Nós fazemos uma solicitação às duas associações para que, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, organizássemos um calendário de eventos. O que me preocupa? Por exemplo, no Festival de Jazz, nós estamos atentos e sempre duplicamos a cobertura médica, de assistência médica, mas, muitas vezes, a gente pesa na mão isso, significando prejuízo ao erário público. Então, essa interlocução de comunidade, às vezes pousadas, associações, comunicando com um período prévio a superlotação da Ilha, nós podemos programar as ações de forma mais equilibrada. Não pesamos na mão e, muito menos, pecando pela escassez de serviço. Então, já comuniquei por duas vezes as associações e não tive respostas. Para a gente entender qual é o fluxo, porque a gente sabe que depende de tempo." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, é isso que eu pedi ajuda. Obrigado, Secretário, a equipe técnica da Secretaria, com o Samuel, chefe da farmácia, o Murilo, a Dani, o pessoal da vigilância. A questão é que, assim, a gente trabalha com saúde, não com doença. Infelizmente, a gente está tendo problemas com vários usuários nossos que não estão tomando remédio certinho. Então, vai dar BO depois. Vai ter infarto, vai ter AVC, vai ter coisas porque eles não tomam remédio de pressão, não tomam remédio da diabetes certinho, não tomam, inclusive, medicações especiais. A minha equipe, a equipe que trabalha comigo lá na Regional, por solicitação da médica, foi até ilha, o pessoal da Secretaria Municipal também disponibilizou o barco para a nossa equipe da Regional, que a gente não tem mais o barco. Inclusive, a gente fez a doação para a Secretaria e prontamente disponibilizou. A nossa equipe foi conversar com a médica porque a gente tem usuários do SUS lá sem tomar remédio. Ou seja, vai dar problema depois, porque se ele não tomar remédio todo dia, ele vai sofrer alguma emergência no futuro. Então, eu peço que a comunidade se junte lá e verifique qual a dificuldade da comunidade para a gente auxiliar essa população a receber a medicação no prazo certo e essa população aderir ao tratamento. Porque, ela aderindo ao tratamento, a gente tem muito menos emergência, muito menos problemas lá na frente. Porque, muitas vezes, inclusive, eu já tive turistas aqui que o cara é transplantado e vem sem remédio. O cara, antes de botar na mala, o cara vem sem remédio. A gente não vai expulsar ele do estado. Eu tenho, inclusive, a autorização da minha chefia lá da central, do governo do estado, para entregar essa medicação para ele poder ficar aqui no Paraná enquanto ele está de férias, mas, o ideal é que ele tome o remédio certinho porque, senão, ele vai ficar doente e vai precisar da emergência. Então, eu solicito que verifiquem se tiver alguém com dificuldade na ilha, conversem com a equipe de saúde. Os médicos são muitos solicitos, atenderam a nossa equipe muito bem. Inclusive, agradecer a Secretaria Municipal de Saúde, a minha equipe agradeceu um monte, foi muito bem recebida na ilha. Eles tiveram todo o atendimento, inclusive, receberam a nossa equipe com café da manhã. Foi bem bacana. O pessoal adorou ter ido lá. Querem retornar, inclusive. A gente está devendo uma visita ainda para Nova Brasília, porque a gente está se programando certinho para ir. Então, assim, solicitem a equipe de saúde qual é a dificuldade. Inclusive, a gente tem um programa em casa, que a gente já falou aqui, que a gente não tem paciente na ilha porque nenhum morador solicitou para a comunidade, junto com o ACS. Então, verifiquem certinho, que a gente encaminha a medicação, tratamento, para que a pessoa fique estabilizada e a gente tenha tratamento de saúde e não precise do resgate emergencial." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Nós temos duas agentes de saúde. E elas fazem um serviço muito bom." **Nilson Nishida (CRF):** - "Sim, mas a comunidade que não está ajudando. Então, se puder conversar com as associações, igual o Secretário falou, seria o ideal. Procurem a equipe. Tem uma paciente com medicamento especial que faz quatro meses que não tomou remédio." **José Dougiva (ABEAP):** - "Vereador o senhor pediu a palavra. Fique à vontade." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Deixa só eu concluir, por favor. Então, no final de semana agora do JAZZ, nós tivemos um menino que apanhou até ele infartar. Sim, eu sou presidente do CONSEG, eu fui chamada, a saúde foi chamada, lógico que tinha plantão, né? Bateram muito nele até ele infartar e ele também toma medicamento e nem medicamento ele foi tomar, porque ele foi pra ilha só pra usar droga e daí, também, não competem a nós, né?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Mas a gente tem que evitar. Falem com a

gente pra gente conversar com a segurança pública, porque, infelizmente, tem muita gente que faz isso. E não deveria." **Adriana Kutchma (EMILHA):** - "Os pais deles desceram pra buscar ele infartado e todo quebrado, porque ele apavorou lá na ilha." **Nilson Nishida (CRF):** - "É isso que a gente não quer." **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "O assunto que ficou em aberto com relação ao item quatro. Com relação a FASP. Os funcionários que foram desligados e não tiveram direito ainda com relação a receber os seus proventos, os seus direitos. Então, essa situação ocasionou, devido a questão, parte burocrática, onde o liquidante, o senhor Valtair, que é um economista, que foi nominado como liquidante da FASP, ele regularizou, ontem, a situação perante a Receita Federal. Então, hoje, ele está habilitado. Já estão emitindo as guias por ordem alfabética, A e B. Já estão praticamente prontas. A partir de amanhã, as guias para habilitar, se as pessoas se habilitaram no seguro-desemprego e também a retirada do Fundo de Garantia, já estarão liberadas para essas pessoas. Tá ok? Essa demora, também, vale ressaltar que poderia ter sido feita, iniciadas as tratativas pela pessoa que respondia pela FASP, mas, era um direito dela, também, não assim o fez. Então, ficando incumbida a responsabilidade ao liquidante, esse senhor chamado Valtair, e, agora, a partir de amanhã, os ex-funcionários da FASP estarão sendo chamados para receberem as suas guias e promover o recebimento dos seus avisos. Tá ok?" **José Dougiva (ABEAP):** - "Ok. Obrigado. Item 6. Resolução SESA Nº 622/2026 para ciência e deliberação – referente adesão ao recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes." **Nilson Nishida (CRF):** - "Pessoal, só em relação aos itens 6,7 e8 são do mesmo assunto porque são recursos financeiros. Então, vou pedir para a Dani apresentar os três ao mesmo tempo, porque a Dani já resolve os três." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Então, Paranaguá foi contemplada com uma ambulância, então, daí a gente trouxe para a apreciação e deliberação do Conselho, porque eu preciso também da resolução, da ciência de vocês para a gente poder estar finalizando a documentação e fomos contemplados também com resoluções para equipamentos, esses equipamentos são móveis. Ainda não indiquei a unidade, então, se tiver alguma sugestão do Conselho para alguma unidade, ainda tem tempo. E em relação à operação verão, também que eu solicitei uma correção do documento por erro de digitação, que teve ali um valor de R$ 55 mil de ações da vigilância sanitária que, na verdade, não foram utilizadas no momento da operação verão, só que como o modelo veio para mim, então, foi um erro de digitação mesmo. Mas a soma do recurso a ser devolvido, ela está correta, os valores, tá? É só mesmo essas ações que a gente tem que tirar. O saldo financeiro para retorno da operação verão ficou R$ 334.635,39. Esse dinheiro ele volta para a Secretaria de Saúde, onde a gente faz um plano de trabalho para poder fazer o investimento desse valor e também passa pelo Conselho para a apreciação deles, para a aprovação dele. Obrigada." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, assim, esse a gente vai colocar na aprovação. Alguém tem algum questionamento a mais? Se tiver uma indicação sobre a unidade que está ali, só mandem para a gente por e-mail que a gente verifica." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Amanhã tem CIR às nove, daí a gente vai deliberar sobre isso, do saldo." **Nilson Nishida (CRF):** - "Em relação ao saldo a conselheira Anaclete também pediu, vamos deixar registrado aqui ser o dinheiro igual dos outros recursos também e não deve ser utilizado para outra questão. Mas, claro, aqui a gente conseguiu uma licitação menor, o valor é passado em CIB, aí certinho é verificado qual recurso. Normalmente, ou é indicado para a próxima operação verão, porque a gente já está aí com a próxima, com o valor da operação verão, a gente já vai programar a próxima, ou o recurso é acordado entre a Regional, porque não é só Paranaguá, são sete municípios, aí é verificado junto ao Estado para que o recurso utilizado daí, tá? Mas esse recurso não se perde. Não se preocupe que esse recurso não vai sumir. Tá bom? Obrigada. Algum questionamento. Então, colocando em aprovação os três documentos, as duas resoluções de recursos e a correção daí, não é mais ad referendum, a resolução da operação verão, ela é normal porque a gente está passando em plenária. Quem aprova permaneça como está, quem se abstém ou é contrário, por favor, se manifeste. Como não houve manifestações, estão aprovadas." **José Dougiva (ABEAP):** - "Eu queria aproveitar que o Secretário está aqui, para falar sobre um decreto nosso que foi recomposta mesa agora e esse decreto ainda não saiu, gostaria que o senhor, por favor, tentasse agilizar esse decreto para que saisse. Não sei se o senhor tem conhecimento disso, ou não." **João Ribeiro (Advogado da Secretaia Municipal de Saúde):** - Nós já nos manifestamos, hoje a gente vai ver em que pé está, já encaminhei ao Governo." **Nilson Nishida (CRF):** - "Nós precisamos por causo do relatório quadrimestral, porque o Tribunal de Contas exige que tenha, senão a gente não consegue encaminhar. E como a gente está finalizando o ano, é bom a gente ter formalizado, senão a gente não vai conseguir encaminhar o relatório. Obrigado." **José Dougiva (ABEAP):** - "Assuntos Gerais. Alguém quer a palavra?" **Daniel Fangueiro (Secretário Municipal de Saúde):** - "Eu queria é só abrir um parêntese aqui em assuntos gerais, me colocar à disposição. Eu cheguei atrasado. Tem umas coisas que a gente precisa resolver também. Estou aqui à disposição. Se alguém quiser fazer alguma pergunta, quando eu não tenho participado, estou à disposição para esclarecer, me colocar à disposição, como sempre me coloquei. Às vezes, não só em reunião, mas quando eu não venho, não é por nenhum motivo pessoal, é porque eu confio na minha equipe técnica e preciso resolver outras coisas que eles já estão deliberados a fazer. Então, da minha parte, peço que, se houver alguma questão, que deva ser resolvida pessoalmente, estou à disposição." **José Dougiva (ABEAP):** - "É, doutor, só discutiremos sobre a pauta, e nós esperamos, doravante, até porque há uma necessidade de o Secretário estar nas reuniões, que sempre as pessoas querem perguntar alguma coisa sobre a pauta de ordem do dia. Então, o senhor, sinta-se à vontade de vir e chegar, e naturalmente, se alguém puder perguntar alguma coisa, além da pauta, não vai ser perguntado. Eu sei que o senhor está tranquilo, com o Conselho, eu também estou tranquilo. E, às vezes, o Conselho e Secretaria é igual um casamento, se não tiver uma briguinha, uma hora ou outra, então é bom, não é mesmo Vereador?" **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "Com certeza." **José Dougiva (ABEAP):** - "O senhor discute com o presidente da Câmara lá, eu vejo lá. Mas é assim mesmo." **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "Faz parte do processo democrático. Como vocês sabem, vou pedir também, já que você pediu tanto parênteses, eu vou pedir também. Faz parte do processo democrático essa discussão, porque é salutar, porque é benéfica para a nossa cidade. A Câmara, alguns dias atrás, deu o aval ao prefeito para fazer essa mudança, uma ruptura drástica principalmente na área de saúde, mas nós estamos vendo. E eu falo, porque eu assumo, sempre assumi, e assumo as minhas posições, os meus votos, quando eu defendo alguma matéria. E a questão da mudança, havia necessidade, sim. Eu continuo compactuando com essa linha de raciocínio, haja vista que nós temos, eu estou mais presente na área de saúde, nesse mandato, eu estou indo nas unidades de saúde, eu estou indo nas farmácias, eu, cobro do secretário, como eu falei, eu não compactuo com o erro. O que tiver que cobrar, eu vou cobrar, e de quem tiver que cobrar. Agora, nós vimos essa mudança e aquela celeuma toda que ocorreu naquele momento, o desgaste, naquele momento, de alguns vereadores, deste vereador, mas como eu falo, eu assumo o erro e eu assumo os assertos. Ocorreu a mudança e nós vemos hoje que melhorou muito, e a gente quer participar, a Câmara sempre estará, na medida do possível, presente nas reuniões, estará presente, ouvindo, ouvindo, como o secretário falou, ouvindo qualquer coisa. E o senhor sabe, o senhor tem total liberdade para comigo, de chegar pela sua experiência, pela sua vivência. Edu, você fica cinco minutos calado, que eu vou falar, eu vou escutar, e depois eu também vou falar, tá? Não, mas é assim, é legal, é muito bom, é salutar. O senhor tem total respeito, e a gente sabe que o senhor luta também pelo bem comum. O senhor lutando pelo bem comum, eu estarei junto com o senhor também. Tá bom?" **José Dougiva (ABEAP):** - "Obrigado, pela força aí, estamos há 16 anos de voluntário aqui, não é brincadeira. Então nós temos que estar preparados para conversar, às vezes, não sei o quê, mas a meta é o povo, é a melhoria, é onde nós queremos chegar, é onde o conselho está para chegar, mas às vezes não é, tem alguma coisa assim." **Eduardo de Oliveira (Vereador):** - "Quantas vezes o senhor me cobrou a presença, uma presença mais próxima da área de saúde. Eu sempre fui um vereador, na maioria do meu tempo, a questão da parte de infraestrutura do município, obras, pavimentação, manilhamento, muita gente sabe, mas a necessidade fez com que eu me grasse também, desse uma atenção para a área de saúde. E assim eu estou fazendo, tentando fazer, fazendo a minha pequena contribuição." **José Dougiva (ABEAP):** - "Vereador, eu tenho o ditado que diz que nós aprendemos com nossos erros e ensinamos o que nós aprendemos conosco para os outros. É uma experiência. Mas pessoal, muito proveitosa a reunião, obrigado pela presença de todos,

retornem para casa em paz, com Deus acompanhando cada um de vocês, e aguardamos a próxima reunião, estejamos aqui nessa paz, nessa discussão e fiquem à vontade que o Conselho está aqui para isso, ok? Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião. Eu Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni, transcrevi a ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:90190C85

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 29 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a Prestação de contas – RDQA Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 2º Quadrimestre 2026.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 7ª Reunião Ordinária realizada em 29 de setembro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 7ª Reunião Ordinária do mês de setembro de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Notificar a apresentação do RDQA - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 2º Quadrimestre 2026 ao Pleno do Conselho.

Paranaguá, 29 de setembro de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:434728CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 397/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AXI6J14	277450T000053220	02/07/2026	55250	08433397468
UBL7C86	277450T000053170	18/07/2026	73400	08619608764

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:F50C4A61

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 399/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BDH5I63	277450T000036685	19/07/2026	55500	08226106810
NIZ6I21	277450T000053482	19/07/2026	55500	05058059228
QPY1J88	277450T000026412	19/07/2026	55500	07589550320
SDX7D43	277450T000009243	19/07/2026	55500	
TAY9J51	277450T000051502	19/07/2026	55500	
TBG7B17	277450T000036682	19/07/2026	55500	
TWY0B09	277450T000026411	19/07/2026	55500	08716962103

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:A5322505

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 404/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
UBN3G61	277450T000055460	23/07/2026	73400	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:537F90A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 402/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHM8920	277450NIC0046260	09/09/2026	50020
AHQ7B71	277450NIC0046252	09/09/2026	50020
AOW6E06	277450NIC0046267	09/09/2026	50020
ATX2F59	277450NIC0046268	09/09/2026	50020
AYA3F20	277450NIC0046259	09/09/2026	50020
AZR4E46	277450NIC0046266	09/09/2026	50020
BDZ4F57	277450NIC0046253	09/09/2026	50020
BWB5B48	277450NIC0046255	09/09/2026	50020
BWK8F28	277450NIC0046254	09/09/2026	50020
EQH9F69	277450NIC0046257	09/09/2026	50020
JBG7C61	277450NIC0046265	09/09/2026	50020
JBG7C62	277450NIC0046264	09/09/2026	50020
JCC8I20	277450NIC0046270	09/09/2026	50020
MIT7E77	277450NIC0046256	09/09/2026	50020
SED1B77	277450NIC0046251	09/09/2026	50020
SED5J20	277450NIC0046258	09/09/2026	50020
SEP8F74	277450NIC0046263	09/09/2026	50020
SUI1H23	277450NIC0046269	09/09/2026	50020
TAI8F97	277450NIC0046271	09/09/2026	50020
TAS2F90	277450NIC0046261	09/09/2026	50020
UAX3I16	277450NIC0046262	09/09/2026	50020

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:3D5BA790

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 396/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AYW8B81	277450T000055423	12/07/2026	76332	R$ 293,47
SEL5J90	277450T000053477	16/07/2026	76332	R$ 293,47
SFL5J50	277450T000036407	03/07/2026	54521	R$ 195,23
TEM7E36	277450T000035914	14/07/2026	76331	R$ 293,47
TYF0C25	277450T000055449	16/07/2026	76252	R$ 293,47
TZE3E56	277450T000054580	14/06/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:BA900637

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 045/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Amarildo Geraldo Costa, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 28 de setembro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 08/04/2022 a 08/04/2023, devendo retornar ao serviço no dia 08 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28 de setembro de 2026.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 30 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:1B33D3E8

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 046/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Guilhermo Murillo da Cruz, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 07 de outubro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2025 a 01/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 17 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 30 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:FBC1B121

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 047/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder à Sra. Vanessa Aparecida Figueiredo Moraes, servidora deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 13 de outubro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2024 a 01/03/2025, devendo retornar ao serviço no dia 23 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 30 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:9D921FC2

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL - CICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 011/2026
DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 007/2026

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba,1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavaí, por intermédio da Comissão de Licitação, e com a devida autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Gabriel Gonçalves Fachiano, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações em vigor, vem através deste, tornar público a dispensa na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso I, § 2º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração dos projetos de ampliação da vida útil do aterro sanitário do Consórcio CICA de Paranavaí – PR, abrangendo a avaliação de opções para a implantação de nova célula de disposição de resíduos e para a readequação das lagoas de chorume (lixiviado), bem como das estruturas de apoio necessárias, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 01/10/2026.

DATA DA SESSÃO: 08/10/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08:00 até as 14:00 horas.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 145.500,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

PUBLICAÇÃO:
O aviso deste Edital será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado do Paraná, endereço: www.diariomunicipal.com.br, órgão oficial de divulgação do Consórcio e no endereço eletrônico https://www.licitanet.com.br.

O presente instrumento também será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://pncp.gov.br na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

Publicado por:
Thais Barranco Cunha
Código Identificador:B6F16691

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 006/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais, decide e ***ratifica*** nos termos do Art.75, inciso II, caput da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, a Dispensa de Licitação nº 006/2026, que tem por objeto, a Contratação de Empresa para fornecimento de Água Mineral destinado a atender a demanda do Consórcio CICA, constante da Dotação Orçamentária: 01.001.04.122.0001.0.001.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo, pela seguinte empresa: Midali Serviços Ltda., CNPJ: 44.569.005/0001-05, no valor de R$ R$ 2.510,00 (dois mil, quinhentos e dez reais). De acordo com Parecer Jurídico, e tendo em vista os elementos que instruem o processo da Dispensa de Licitação. Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Thais Barranco Cunha
Código Identificador:B39DCD71

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 168/2025

EXTRATO DE ADITIVO Nº1/2026

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada:TECTONER RECARGA DE TONER LTDA
CNPJ: 01.027.088/0001-06
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORAS E SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS PARA IMPRESSÃO, NOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO ÂMBITO DO CIS/AMUNPAR
Dotação Orçamentária: [2026]
16-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039170000000000.2001
28-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039170000000000.20013
16-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039830000000000.2001
28-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039830000000000.20013
Tipo de Aditivo: Prorrogação
Prazo de Vigência: 02/10/2026 a 02/10/2027.
Valor: R$58.920,00 (cinquenta e oito mil e nove centos e vinte reais).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
Tipo/nº: Contrato nº 168/2025.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 29 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0FB02590

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO CONTRATO 19/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR.

Contratada: LUAN JOSÉ CLARO DE MELLO

CNPJ: 32.150.129/0001-72

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CIVIL/ARQUITETURA

Dotação Orçamentária: [2026]
28 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339039050000000000.20013

Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 27/03/2027.

Valor: R$11.000,00 (onze mil reais).

Modalidade do Processo: Dispensa Eletrônica.

TIPO/Nº: Contrato nº 19/2026

Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 29 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:DF3A0AD0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 116/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais de Contratos do processo de Dispensa Emergencial referente à AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE LONAS DE TENDAS E CORTINAS instaladas no AME – Ambulatório Médico de Especialidades de Paranavaí/PR, nos termos da Resolução nº. 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO SERVIDOR	CATEGORIA	MATRICULA FUNCIONAL
ELISANGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTORA	Nº 358
LUANA COSTA CARDOSO	FISCAL	Nº 482
SIDINEIA TRAVAIN	SUPLENTE	Nº 430

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral Do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:317EE5F2

PROCURADORIA
PORTARIA N° 1.776/2026

Designa o Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Paranavaí e estabelece providências administrativas para regularização perante a Receita Federal do Brasil.

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a instituição do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil e a criação do respectivo Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, com arrimo no regramento disciplinado pela Lei Municipal nº 5.607/2026;

CONSIDERANDO a exigência expressa pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por meio do Despacho de Encaminhamento exarado no Processo Administrativo Fiscal nº 10906.308569/2026-18 com esteio na Instrução Normativa RFB nº 2.119/2022, que condiciona a inscrição e emissão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do respectivo Fundo à apresentação de ato legal específico de designação da autoridade gestora responsável;

CONSIDERANDO a manifestação oficial expedida pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, por meio do Memorando nº 437/2026/COMPDEC, a qual atesta a imperiosa necessidade formal da designação para fins cadastrais, em consonância com as informações prestadas pela Divisão de Contabilidade e com os dados instrutórios constantes do Processo nº 32854/2026;

RESOLVE

Art. 1º Fica formalmente designado para exercer a função de Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil o atual ocupante do cargo de Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, o senhor Ademir Giandotti Junior, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 020.XXX.XXX-61.

Art. 2º Compete ao Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, sem prejuízo de outras atribuições legais inerentes ao seu cargo, representar o Fundo perante órgãos públicos, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

§ 1º A competência disposta no caput inclui, de modo especial, a representação perante a Receita Federal do Brasil para a prática de todos os atos necessários à inscrição, alteração cadastral e regularização do CNPJ da unidade gestora, bem como a formalização e movimentação de contas bancárias específicas vinculadas às ações de proteção e defesa civil.

§ 2º Cumpre ao gestor, adicionalmente, administrar os recursos financeiros em conjunto com os responsáveis legais da área fazendária e contábil do Município, visando garantir o pleno e regular funcionamento administrativo, orçamentário e financeiro do Fundo, em estrita observância à Lei Municipal nº 5.607/2026, às diretrizes da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e às normas de controle público aplicáveis.

Art. 3º A designação formalizada por esta Portaria não acarreta qualquer remuneração adicional, sendo qualificada como função de relevante interesse público e estritamente vinculada ao regular exercício das atribuições do cargo de Secretário Municipal de Segurança e Trânsito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 25 de SETEMBRO de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito do Município de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E1F9B4FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 260/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. ADRIANA MOREIRA DE ANDRADE.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: COZINHEIRA
CONTRATADA: ADRIANA MOREIRA DE ANDRADE
CPF/MF: XXX.593.909-XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.621,00
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 13 DE OUTUBRO DE 2025 A 25 DE SETEMBRO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:BF96DB7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 140/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. GREGORY RODRIGUES SPOLADORE.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.717/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
CARGO: AGENTE DE CONSERVAÇÃO
CONTRATADA: GREGORY RODRIGUES SPOLADORE
CPF/MF: XXX.153.929-XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 13 DE ABRIL DE 2026 A 28 DE SETEMBRO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:0875CD18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.685/2026

Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis - CMAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.611/2026, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.611, de 03 de agosto de 2026, que reestrutura o Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis – CMAI e revoga a Lei Municipal nº 3.195, de 1º de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO o Ofício nº 127/2026, encaminhado pela Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí – ACIAP;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 45.275/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 45.280/2026, encaminhado pela Procuradoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 47.923/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados, para compor o Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis - CMAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.611/2026, os membros titulares e suplentes a seguir relacionados, nos termos do art. 4º da referida Lei:

I - MEMBROS TITULARES:

Órgão/Entidade Representada	Nome	Matrícula	Cargo	Condição
Secretaria Municipal de Administração	Marcio Leiner Amaral	3985-1	Assistente Administrativo	Titular (Presidente)
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Patrícia Romera de Paula	8321-1	Arquiteta	Titular
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Samara Zanquetta Morales	6842-1	Fiscal de Obras	Titular
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Debora Amaral Duarte Rolanski	7906-4	Arquiteta	Titular
Procuradoria-Geral do Município	Washington Aparecido Pinto	10081-1	Procurador	Titular
Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação	Jeferson Goulart Magalhães	7358-1	Agente Administrativo	Titular
Gabinete do Prefeito	Rafaela Pereira Santana	10956-1	Agente Administrativo	Titular
Gabinete do Prefeito	Larissa Tavares de Oliveira	11237-1	Analista Administrativo	Titular
Sociedade Civil (Indicação ACIAP)	Fernanda Helena dos Anjos Fernandes Perin	***	Corretora de Imóveis	Titular

II - MEMBROS SUPLENTES

Órgão/Entidade Representada	Nome	Matrícula	Cargo	Condição
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Lucas Ruiz de Souza	10887-1	Engenheiro Civil	Suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Rafael Barros de Freitas	12016-1	Arquiteto	Suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Sara Andressa Consani	11031-1	Engenheira Civil	Suplente
Procuradoria-Geral do Município	Barbara Evangelista Damasceno Siqueira	10868-1	Agente Administrativo	Suplente
Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação	Patrícia Falasz Bertate	5454-2	Analista Administrativo	Suplente
Sociedade Civil (Indicação ACIAP)	Lais Regina Ricken Carrilho	***	Corretora de Imóveis	Suplente

§ 1º Os membros relacionados nos incisos correspondentes à representação da sociedade civil exercerão mandato de **02 (dois) anos**, permitida uma única recondução por igual período, observado o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 5.611/2026.
§ 2º Para fins do mandato previsto no parágrafo anterior, considera-se como termo inicial o dia **01 de outubro de 2026**, encerrando-se em **01 de outubro de 2028**, ressalvada eventual recondução na forma da Lei.

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis – CMAI exercerão suas funções nos termos da Lei Municipal nº 5.611/2026, competindo-lhes observar as atribuições, responsabilidades, normas de funcionamento e demais disposições estabelecidas na legislação aplicável.
Art. 3º A Presidência do Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis – CMAI será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Municipal nº 5.611/2026.

Art. 4º O Vice-Presidente será eleito entre os membros do Conselho, por maioria simples, na primeira reunião do mandato, com mandato coincidente ao de conselheiro, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Municipal nº 5.611/2026.

Art. 5º A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis – CMAI será designada privativamente pelo Presidente, para mandato de 01 (um) ano, permitida recondução por igual período, na forma do § 3º do art. 9º da Lei Municipal nº 5.611/2026.

Parágrafo único. Aos membros externos, representantes da sociedade civil, será aplicado o disposto no inciso II do art. 13 da Lei Municipal nº 5.611/2026, relativamente ao pagamento de jeton, observados os requisitos legais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:46095D21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.781/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da Comissão Permanente de Recebimento de Bens, junto à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

Considerando o processo digital nº 53179/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Destituir a servidora **SERGIA CRISTINA DE CARVALHO DOS SANTOS,** matrícula nº 7800-2, ocupante do cargo efetivo de Orientador de Trânsito, da função gratificada de **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS**, junto à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:5AF33FB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.782/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal na Comissão Permanente de Recebimento de Bens, junto à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

Considerando o processo digital nº 53179/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Designar a servidora **VANESA APARECIDA SCORPION ERRAN LENIS**, matrícula nº 6419-1, ocupante do cargo efetivo de

Orientador de Trânsito, na função gratificada de **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS**, junto à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:64AB0578

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.783/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidor municipal, com redução proporcional da remuneração.

Considerando o processo digital nº 52932/2026, o qual foi solicitado pelo servidor a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução de 40 horas semanais para 27 horas e 30 minutos semanais, da jornada de trabalho, **com redução proporcional da remuneração**, do servidor municipal **IGOR FERNANDO NEVES,** matrícula nº 10292-1, ocupante do cardo de **ENFERMEIRO GERAL,** a partir de 01 de outubro de 2026, tendo seu retorno em 01 de abril de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:B0FFFA55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.784/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Médico Plantonista – 72 horas, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 53102/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Médico Plantonista – 72 horas;
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **CARMEM SCHELIVE CORREIA DE ARAUJO,** matrícula nº 11922-1, nomeada pela Portaria Municipal nº 2.119/2025, do cargo efetivo de **MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:D639EB14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1790/2026

Dispõe sobre a desclassificação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Médico Plantonista – 72 horas, por não atender à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a candidata abaixo relacionada do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de **MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 187/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	TIPO DE VAGA
33º	MARIA CAROLINA CASAGRANDE	XXX. 445.779-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:AA95BBDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1791/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de Enfermeiro Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
Art. 1º Desclassificar, a pedido, da candidata abaixo relacionada, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, convocada nos termos do Edital n° 185/2026, para o cargo de ocupação temporária de **ENFERMEIRO GERAL,** tendo em vista renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	TIPO DE VAGA	CPF
13º	ROBERTA GARCIA NAVARRO	AMPLA	XXX. 730.739-XX

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:2F744601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1792/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de Técnico em Enfermagem Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, da candidata abaixo relacionada, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, convocada nos termos do Edital n° 185/2026, para o cargo de ocupação temporária de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM GERAL,** tendo em vista renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	TIPO DE VAGA	CPF
22º	FABIANA BARALDI DA SILVA	AMPLA	XXX.287.279-XX

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:3A23D56C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.794/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo em comissão de Diretor Especial de Compras - CCD, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital sob nº 54915/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a servidora **THAIS SOARES DA SILVA,** matrícula nº 11284-1, nomeada pelo Decreto Municipal nº 27.085/2025, do cargo em comissão de **DIRETORA ESPECIAL DE COMPRAS - CCD**, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:C6854BFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.795/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Gestão e Padronização de Compras – CC2, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital sob nº 54915/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar o servidor **DYERON SOUZA SANTOS,** matrícula nº 11927-1, nomeado pela Portaria Municipal nº 2.505/2025, do cargo em comissão de **GERENTE DE DIVISÃO DE GESTÃO E PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS – CC2**, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:B7AF8052

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.796/2026

Dispõe sobre nomeação no cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos e Ações Governamentais - CCA, junto ao Gabinete do Poder Executivo.

Considerando o processo digital nº 54915/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **THAIS SOARES DA SILVA, C.P.F: 059.XXX.XXX-92**, no cargo em comissão de **ASSESSORA ESPECIAL DE PROJETOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS - CCA**, junto ao Gabinete do Poder Executivo, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:B7CF8B38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.797/2026

Dispõe sobre a nomeação no cargo em comissão de Diretor Especial de Compras – CCD, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital sob nº 54915/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **DYERON SOUZA SANTOS, C.P.F: 107.XXX.XXX-40**, no cargo em comissão de **DIRETOR ESPECIAL DE COMPRAS - CCD,** junto à Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:2F05045A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1799/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) IVANILDA TAVARES DA SILVA, protocolado sob n° 54596/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **IVANILDA TAVARES DA SILVA,** efetivo (a) no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM –** Matrícula n° 8213-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 20/10/2019 A 19/10/2024 (10 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 54596/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 10 dias, com início em 05/01/2027 e término em 14/01/2027.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:4B5FCA70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1800/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) EMERSON GERONIMO, protocolado sob n° 54601/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **EMERSON GERONIMO,** efetivo (a) no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS –** Matrícula n° 6470-3 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 54601/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 04 dias, com início em 13/10/2026 e término em 16/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:E036B3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE ENCERRAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES EM SAÚDE DE PARANAVAÍ (CIESP)

A Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí, considerando o termo de finalização de recebimento e análise de propostas do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, publicado em 19 de agosto de 2026, cujo objeto foi a prospecção no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóvel adequado ao funcionamento do Centro Integrado de Especialidades em Saúde de Paranavai (CIESP), e após a análise das propostasrecebidas, declara encerrado o presente Chamamento Público, tendo em vista que o prazo para o cadastro de propostas de 15 dias previsto em edital, expirou em 02/09/2026, conforme edital publicado em 19 de agosto de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição nº 3598.

Informa que dentro do prazo estipulado, foram protocoladas (02) duas propostas, a saber:

- Proposta 1, sob o número 47595/2026, da empresa 3 Varas Empreendimentos LTDA, CNPJ: 42.678.226/0001-96, referente ao imóvel situado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 1994, Jd. Eneuvair, Paranavaí- PR;
- Proposta 2, sob o número 48654/2026, de Elson Luiz Nogara, CPF: 493.386.849-20, referente ao imóvel situado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 1314,Centro, Paranavaí - PR.

Após análise técnica, constatou-se que apenas o imóvel ofertado na Proposta 1 atende aos requisitos previstos no edital, uma vez que o imóvel objeto da Proposta 2: não dispõe de ponto de esgoto em consultório (RDC ANVISA 50/2002); não possui vão livre nas portas que atenda a NBR 9050/2020; não conta com abrigo de resíduos de

acordo com a RDC ANVISA 222/2018 e, não dispõe de toda área ofertada na proposta (436,89 m2), uma vez que parte encontra-se locada para outra finalidade, além de que a área do pavimento inferior não possui iluminação, ventilação e pé direito mínimo exigido pelo Código de Obras Municipal - Lei Complementar nº 94/2025, bem como acesso por rampa que não está de acordo com as normas de acessibilidade quanto ao percentual de inclinação máxima (NBR 9050/2020), não dispondo 300 m2de área utilizável, conforme Relatórios Técnicos emitidos pelo Engenheiro Civil Golam Remberto Pereyra Melgar - CREA/MS 18718 Visto PR 221249.
Diante do exposto, **somente a Proposta 1(um) foi considerada apta**, devendo o proprietário realizar a entrega de toda a documentação exigida no Anexo II do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, como condição para dar início ao procedimento licitatório necessário para a formalização contratual.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 27.044/2025

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:CB91BD7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE FINALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DE PROPOSTAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

Considerando o Chamamento Público nº 02/2026,publicado em 19de agostode 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição nº 3598, que tem por objeto a locação de imóvel destinado à Instalação do Centro Integrado de Especialidades em Saúde de Paranavaí (CIESP),informamos que foram protocoladas 02 (duas) ofertas de imóveis para locação, sendo a Proposta 1 sob o número 47595/2026, em 25/08/2026, da empresa 3 Varas Empreendimentos LTDA,CNPJ: 42.678.226/0001-96, referente ao imóvel situado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 1994, Jd. Eneuvair, Paranavaí- PR; e a Proposta 2 sob o número 48654/2026, em 31/08/2026, de Elson Luiz Nogara, CPF: 493.386.849-20, referente ao imóvel situado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 1314,Centro, Paranavaí - PR. Informamos que, após análise técnica, constatou-se que o imóvelofertadona Proposta 1 atende aos requisitos previstos no editalno que se refere a estrutura física e normas para funcionamento de serviços de saúde vigentes. Já o imóvel ofertado na Proposta 2 não atende aos requisitos previstos no edital, uma vez que não possui ponto de esgoto em consultório, conforme RDC ANVISA 50/2002; vão livre em portas de acesso à salas/consultório menor que o mínimo exigido pela NBR 9050/2020; ausência de abrigo para resíduos de acordo com a RDC ANVISA 222/2018 e, não dispõe de toda área ofertada na proposta (436,89 m2), uma vez que parte encontra-se locada para outra finalidade, além de que a área do pavimento inferior não possui iluminação, ventilação e pé direito mínimo exigido pelo Código de Obras Municipal - Lei Complementar nº 94/2025, bem como acesso por rampa que não está de acordo com as normas de acessibilidade quanto ao percentual de inclinação máxima (NBR 9050/2020), não dispondo 300 m2de área utilizável, conforme Relatórios Técnicos emitidos pelo Engenheiro Civil Golam Remberto Pereyra Melgar - CREA/MS 18718 Visto PR 221249. Dessa forma, está o imóvel referente à Proposta 1, em condições de abrigar o CIESP, considerando a Declaração do Proprietário de que o imóvel em questão não possui ônus, encontrando-se em regularidade fiscal, bem como, estando o valor de locação do imóvel em conformidade com o valor atribuído pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis da Prefeitura Municipal, devendo o proprietário realizar a entrega de toda a documentação exigida no Anexo II do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, como condição para dar início ao procedimento licitatório necessário para a formalização contratual.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 27.044/2025

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:77E11D8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene, limpeza e consumo, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco.
PREÇOS MÁXIMOS: R$ 5.450,34 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo de itens (lotes).
DATA DE ABERTURA: Dia 14/10/2026 às 14h (horário de Brasília), no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.leg.br, através do menu TRANSPARÊNCIA/AVISOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO, no site https://www.gov.br/compras e junto ao Setor de Licitações, na Câmara Municipal de Pato Branco, no horário de expediente. Outras informações pelo e-mail licitacao@patobranco.pr.leg.br.

Pato Branco, 30 de setembro de 2026. -

RODRIGO SARTOR MAYER -
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Sartor Mayer
Código Identificador:CCC48F54

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS - Nº 077/2026
Notificamos os contribuintes abaixo identificados que estão em débito com a Fazenda Pública do município de Pato Branco. De acordo com o disposto no art. 344, 345 e 350 parágrafo 2º da Lei Complementar nº 001/98, (Código Tributário Municipal), em concordância com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Código Tributário Nacional e os demais dispositivos legais, aplicáveis à espécie, fica Vossa Senhoria, NOTIFICADO (A) a regularizar pendências tributárias, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta, no setor de Tributação do Município de Pato Branco, podendo ainda, ser adotado o disposto na Lei Municipal nº 2.444/2005, a fim de solucioná-las administrativamente.
Após este período, referidas pendências deverão ser encaminhadas para que se adotem as medidas judiciais adequadas, em cumprimento ao disposto na legislação vigente.
Caso Vossa Senhoria já tenha regularizado as pendências junto ao Município de Pato Branco, solicita-se seu comparecimento junto ao Setor de Tributação munido dos comprovantes de pagamento para retificação da situação das pendências.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CADASTRO MUNICIPAL	CNPJ
26.046/2026	8226011-0	59.332.103/0001-00
24.773/2026	8224121-0	55.925.792/0001-05
38.833/2025	8226562-0	59.846.171/0001-89
23.670/2026	276220-0	11.496.500/0001-82
25.741/2026	823775-0	53.975.995/0001-72

Pato Branco, Paraná, 29 de setembro de 2026.

MARINES BONETT
Fiscal de Tributos

JULLI REBONATTO
Chefe do Setor de Fiscalização/Tributação

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:204097C6

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 076/2026
Pato Branco, 23 de setembro de 2026.
De acordo com os artigos 293, 294, 295, I, alíneas "d" e "e", II e 296 da Lei Complementar n° 001/98 – Código Tributário Municipal (CTM), NOTIFICAMOS as empresas abaixo relacionadas, do lançamento do valor apurado em Procedimento Administrativo Fiscal correspondente ao descumprimento de obrigação acessória e/ou Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como, das penalidades previstas na mesma Lei. Respeitando o prazo previsto no artigo 371 da Lei Complementar n° 001/98 para impugnação ao lançamento, os débitos serão inscritos em dívida ativa nos termos do artigo 344. Após este período, em cumprimento à legislação vigente, as pendências serão encaminhadas para cobrança judicial.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CADASTRO MUNICIPAL	CNPJ
26.046/2026	8226011-0	59.332.103/0001-00
24.773/2026	8224121-0	55.925.792/0001-05
38.833/2025	8226562-0	59.846.171/0001-89

MARINES BONETT
Fiscal de Tributos

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação/Fiscalização

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:B8E653FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 197/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 197/2026 – PROCESSO Nº 201/2026 - REMANEJAMENTO N°08/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N° 35/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e **Conselho Comunitário de Segurança De Pato Branco – PR,** inscrita no CNPJ nº 80.871.924/0001-00. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Aquisição de 14 intercomunicadores de instalação em capacetes destinados aos policiais militares integrantes da ROCAM – Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas, do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco. **VALOR TOTAL:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 42998 - 42999. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 29 de Setembro de 2026.

JULIANO RIBOLI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:CF482675

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 200/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 200/2026 – PROCESSO Nº 204/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N° 110/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Lar de Idosos São Francisco de Assis,*** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: A execução de serviço de adequação do espaço físico institucional, por meio da aquisição, substituição e instalação de corrimãos nas áreas internas e de circulação do Lar de Idosos São Francisco de Assis, em conformidade com a ABNT NBR 9050 e demais normas de acessibilidade aplicáveis. A intervenção possui caráter instrumental à política pública da pessoa idosa, visando qualificar o serviço de acolhimento institucional, promovendo: prevenção de quedas; ampliação da autonomia funcional; melhoria da mobilidade interna; aumento da segurança no deslocamento diário dos residentes. A adequação estrutural proposta não se caracteriza como execução isolada de obra, mas como medida de suporte direto à proteção integral das pessoas idosas acolhidas. **VALOR TOTAL:** R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26327 - 34295. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

SABINO OLTRAMARI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:A5363079

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 201/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 198/2026 – PROCESSO Nº 202/2026 - REMANEJAMENTO N°02/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 105/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e **Conselho Comunitário de Segurança De Pato Branco – PR,** inscrita no CNPJ nº 80.871.924/0001-00. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais destinados à estruturação e humanização do atendimento da Delegacia da Mulher de Pato Branco, contemplando 01 (um) notebook de alta performance, 03 (três) armários sob medida, 01 (uma) mesa sob medida, 01 (um) televisor, 01 (um) sistema de monitoramento completo com 12 (doze) câmeras de segurança, 01 (um) DVR, 01 (um) monitor e 01 (um) interfone, 04 (quatro) monitores para computador, 04 (quatro) cadeiras executivas, 02 (dois) cofres, 01 (um) binóculo, 02 (dois) lixeiros trituradores, 02 (dois) carregadores de bateria veicular, 04 (quatro) lanternas táticas profissionais, 04 (quatro) headphones e 01 (um) HD/SSD externo com capacidade de 1 TB. **VALOR TOTAL:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 42998 - 42999. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 29 de Setembro de 2026.

JULIANO RIBOLI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4FBBA072

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 202/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 201/2026 – PROCESSO Nº 205/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N°85 REMANEJAMENTO 23/2026.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Lar de Idosos São Francisco de Assis,*** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: A aquisição de mobiliário destinado à estruturação e modernização da secretaria administrativa do Lar de Idosos São Francisco de Assis. **VALOR TOTAL:** R$ 13.395,39 (treze mil trezentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO**

ORÇAMENTÁRIA: 26308 - 43289. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

SABINO OLTRAMARI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:623E47A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 204/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 204/2026 – PROCESSO Nº 208/2026 - EMENDA IMPOSITIVA BANCADA N°159/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, e Associação Silva Taekwondo, inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30. OBJETO: Atendimento na modalidade de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 17 a 35 anos de idades com 50 (cinquenta) atendidos, sendo no projeto social e também alto rendimento. VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 26887- 43207. GESTOR: Elisandra Nath Copatti. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

DIONATAN DINORVAN DOS SANTOS **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:93EF3794

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 205/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 203/2026 – PROCESSO Nº 207/2026 - , REMANEJAMENTO N° 63/2026 - EMENDA IMPOSITIVA BANCADA N°70/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e **Lar *de Idosos São Francisco de Assis*,** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Destinação ao custeio e manutenção das atividades do Lar de Idosos São Francisco de Assis. Os recursos serão aplicados na aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, visando assegurar o adequado funcionamento da instituição, a qualidade da alimentação fornecida aos idosos acolhidos e a manutenção das condições sanitárias e de acolhimento. Além disso, o projeto prevê o desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas e de convivência, promovendo integração social, estímulo cognitivo, fortalecimento emocional e melhoria da qualidade de vida dos idosos residentes. **VALOR TOTAL:** de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26308 - 43289 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

SABINO OLTRAMARI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4BCE1EF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 206/2026/.
INEXIGIBILIDADE Nº 207/2026 – PROCESSO Nº 211/2026 - EMENDA IMPOSITIVA BANCADA N°82/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Lar de Idosos São Francisco de Assis*,** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: A execução do projeto "cuidar o Idoso com Dignidade", voltado à realização de ações contínuas de cuidado integral, humanizado e qualificado às pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, pelo período de 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** de ***R$ 50.000,00*** (cinqüenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26327 - 34295. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

SABINO OLTRAMARI **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:856B23DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 110/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 200/2026 – PROCESSO N.º 204/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n° 110/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para a execução de serviço de adequação do espaço físico institucional, por meio da aquisição, substituição e instalação de corrimãos nas áreas internas e de circulação do Lar de Idosos São Francisco de Assis, em conformidade com a ABNT NBR 9050 e demais normas de acessibilidade aplicáveis.
A intervenção possui caráter instrumental à política pública da pessoa idosa, visando qualificar o serviço de acolhimento institucional,

promovendo: prevenção de quedas; ampliação da autonomia funcional; melhoria da mobilidade interna; aumento da segurança no deslocamento diário dos residentes.
A adequação estrutural proposta não se caracteriza como execução isolada de obra, mas como medida de suporte direto à proteção integral das pessoas idosas acolhidas.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito - Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:4BECCE17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 159/2025
INEXIGIBILIDADE N.º204 /2026 – PROCESSO N.º208/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva Bancada 159/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Silva Taekwondo***, inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30, com sede na Rua Xingu, nº 345, Complemento: Apartamento nº 403, Bloco B, Bairro: Santa Terezinha, CEP: 85.501-230, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 99125-1522, endereço eletrônico: claudioneitkd@hotmail.com. Para atendimento na modalidade de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 17 a 35 anos de idades com 50 (cinquenta) atendidos, sendo no projeto social e também alto rendimento.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 29 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeitomunicípio de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:BE48BDB7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 82/2025
INEXIGIBILIDADE N.º207/2026 – PROCESSO N.º211/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Bancada n°82/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para a execução do projeto "cuidar o Idoso com Dignidade", voltado à realização de ações contínuas de cuidado integral, humanizado e qualificado às pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, pelo período de 12 (doze) meses.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 29 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito -Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:BAB853B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 85/2025 REMANEJAMENTO 23/2026 INEXIGIBILIDADE N.º201/2026 – PROCESSO N.º 205/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando **Emenda Impositiva Individual 85/2025 Remanejamento 23/2026**, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 13.395,39 (treze mil trezentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para a aquisição de mobiliário destinado à estruturação e modernização da secretaria administrativa do Lar de Idosos São Francisco de Assis.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 28 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito - Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:77138383

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 197/2026 – PROCESSO N.º 201/2026 - REMANEJAMENTO N°08/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°35/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n° 08/2026 - Emenda impositiva de Bancada n° 35/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco/PR**, inscrito no CNPJ nº 80.871.924/0001-00, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 170, Bairro Bortot, em Pato Branco/PR, CEP 85.504-240, telefone (46) 98822-3552, endereço eletrônico patobranco.conseg@gmail.com, Para Aquisição de 14 intercomunicadores de instalação em capacetes destinados aos policiais militares integrantes da ROCAM – Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas, do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Paulo Ricardo de Souza Centenaro, por meio do endereço eletrônico direcaoadministrativa@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 24 de Setembro de 2026.

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:85F64CF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 198/2026 – PROCESSO N.º 202/2026 - REMANEJAMENTO N°02/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N°105/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria

ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n° 02/2026 - Emenda impositiva Individual n° 105/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco/PR**, inscrito no CNPJ nº 80.871.924/0001-00, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 170, Bairro Bortot, em Pato Branco/PR, CEP 85.504-240, telefone (46) 98822-3552, endereço eletrônico patobranco.conseg@gmail.com. Para aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais destinados à estruturação e humanização do atendimento da Delegacia da Mulher de Pato Branco, contemplando 01 (um) notebook de alta performance, 03 (três) armários sob medida, 01 (uma) mesa sob medida, 01 (um) televisor, 01 (um) sistema de monitoramento completo com 12 (doze) câmeras de segurança, 01 (um) DVR, 01 (um) monitor e 01 (um) interfone, 04 (quatro) monitores para computador, 04 (quatro) cadeiras executivas, 02 (dois) cofres, 01 (um) binóculo, 02 (dois) lixeiros trituradores, 02 (dois) carregadores de bateria veicular, 04 (quatro) lanternas táticas profissionais, 04 (quatro) headphones e 01 (um) HD/SSD externo com capacidade de 1 TB.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Paulo Ricardo de Souza Centenaro, por meio do endereço eletrônico direcaoadministrativa@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 28 de Setembro de 2026.

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:02992324

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 203/2026 – PROCESSO N.º 207/2026 - REMANEJAMENTO 63/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 70/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n°63 - Emenda impositiva Bancada n°70/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para Destinação ao custeio e manutenção das atividades do Lar de Idosos São Francisco de Assis. Os recursos serão aplicados na aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, visando assegurar o adequado funcionamento da instituição, a qualidade da alimentação fornecida aos idosos acolhidos e a manutenção das condições sanitárias e de acolhimento. Além disso, o projeto prevê o desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas e de convivência, promovendo integração social, estímulo cognitivo, fortalecimento emocional e melhoria da qualidade de vida dos idosos residentes.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 28 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:8AB31938

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 141/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026 - PROCESSO Nº 142/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e LIGHTWIRE PRODUÇÕES LTDA, CNPJ nº 44.526.369/0001-08. **OBJETO**: Prestação de serviço de personalização e realização de apresentação artístico-tecnológica imersiva "Rock It", na abertura oficial da INVENTUM 2026 – 6ª Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. **VALOR**: R$ 160.000,00(cento e sessenta mil reais). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 46458-46551. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 29 de setembro de 2026.

DANIEL DE ALMEIDA -
Representante Legal

FELIPE DE ALMEIDA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:2B0C66E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026 - PROCESSO Nº 142/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.592/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e LIGHTWIRE PRODUÇÕES LTDA. CNPJ: 44.526.369/0001-08. **OBJETO:** Contratação da empresa LightWire Produções Ltda para personalização e realização de apresentação artístico-tecnológica imersiva "Rock It", na abertura oficial da INVENTUM 2026 – 6ª Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. **VALOR TOTAL:** R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). **DOTAÇÃO:** 46458-46554. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, III, da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 24 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

ROSICLEI CALDATO DALGNOL -
Secretária Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:C3C2C884

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 897 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 746/2026; Memorando nº 24.465/2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata abaixo relacionada, aprovada em Concurso Público, por meio do Edital de Convocação nº 097/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 746/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Assistente em Gestão
FUNÇÃO	Assistente Administrativo
CANDIDATA	**MOTIVAÇÃO**
FRANCIELE MOREIRA PREUSS	Não compareceu

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Palaro
Código Identificador:43B2C5CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 898, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012, e no Decreto Municipal nº 7.292, de 16 de outubro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1° Disciplinar o protocolo de títulos dos servidores públicos municipais regidos pela Lei nº 3.812, de 4 de abril de 2012, para a promoção diagonal por qualificação e/ou titulação e para as progressões vertical por formação, previstas na referida Lei Municipal e no Decreto Municipal nº 7.292, de 16 de outubro de 2013.

Art. 2º Os servidores interessados nas modalidades de promoção e progressão previstas na Lei nº 3.812/2012 poderão protocolar os títulos junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura de Pato Branco, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, no período de 1 a 30 de outubro de 2026, para análise da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – CPAD, com vistas à homologação, nomeada pela Portaria nº 322/2023 e Portaria GP nº 11/2025.

Parágrafo Único. A critério do servidor, o protocolo poderá ser realizado diretamente junto ao setor da CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho), por meio do sistema 1Doc, no período de 1 a 31 de outubro de 2026, sendo de sua exclusiva responsabilidade o correto encaminhamento da documentação ao setor competente. A Comissão não se responsabilizará por documentos encaminhados a setores diversos do destinatário indicado.

Art. 3º Para a obtenção da progressão diagonal por qualificação serão considerados apenas os cursos finalizados no período entre 1º de outubro de 2024 até 30 de setembro de 2026.

§1º Os cursos deverão apresentar relação com a área de atuação do servidor, nos termos da definição constante do PCCV (Lei nº 3.812/2012).
§2º As exigências de pertinência temática deste artigo não se aplicam à modalidade de titulação, que se rege pelos critérios da Lei nº 3.812/2012 e independe de correlação de área.
§3º Fica vedada a dupla contagem de um mesmo curso para ciclos ou modalidades distintos, nos termos do PCCV.
§4º Observa-se, para a qualificação, o limite de 1 (uma) referência a cada 2 (dois) anos, conforme o PCCV.
§5º Não serão computados os cursos exigidos como pré-requisito para o exercício do cargo.

§ 6º Para fins de progressão diagonal por titulação, prevista nos itens 3 e 4 da alínea "b" do art. 11 da Lei nº 3.812/2012, com as alterações promovidas pela Lei nº 6.545, de 19 de dezembro de 2025, fica limitada a apresentação de 2 (dois) certificados por especialização, individualmente, a cada período de 2 (dois) anos, para fins de pontuação.

Art. 4º Perderá o direito à promoção o servidor que:

I - Apresentar 10 (dez) dias úteis ou mais faltas injustificadas no período considerado;
II - Tiver sofrido penalidade decorrente de Processo Administrativo Disciplinar; ou
III - Estiver em licença para assuntos particulares.

Art. 5º Após a análise dos títulos, a CPAD encaminhará relatório ao Departamento de Recursos Humanos, que providenciará a publicação da Portaria de homologação pelo Chefe do Poder Executivo, contendo o resultado das promoções e progressões concedidas ou indeferidas, sem efeito retroativo, com listagem de matrícula, cargo e modalidade, resguardados dados pessoais desnecessários.

§1º Dos resultados caberá, primeiro, pedido de reconsideração e, em seguida, recurso administrativo, ambos no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência, a qual se presume na data da publicação.
§2º O provimento do pedido de reconsideração ou do recurso retroagirá à data do pedido do servidor, observados os limites legais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:F433565F

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.024, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 29.764, de 30 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.03	**ATENÇÃO ESPECIALIZADA**	
10	**Saúde**	
10.302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	
10.302.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.279	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II	
3.3.90.30 - 1494 (46831)	Material de Consumo	11.600,00
2.450	Manutenção do Centro Regional de Atenção Psicossocial Infantil	
3.3.90.14 - 1494 (47138)	Diárias – Pessoal Civil	4.000,00
3.3.90.30 - 1494 (47137)	Material de Consumo	79.400,00
3.3.90.39 - 1494 (47136)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
Total		**110.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de fonte vinculada ao orçamento do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
1494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde	110.000,00
Total		**110.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:E15274F5

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.025, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 34.255, de 6 de novembro de 2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
09.04	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08	**Assistência Social**	
08.245	**Serviços Socioassistenciais**	
08.245.0022	**Assistência Social**	
2.606	Bloco da Proteção Social de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.32 - 1011 (47204)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.000,00
Total		**3.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
09.04	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08	**Assistência Social**	
08.245	**Serviços Socioassistenciais**	
08.245.0022	**Assistência Social**	
2.606	Bloco da Proteção Social de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.14 - 1011 (26272)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.000,00
Total		**3.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:34C5C7B3

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.654, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Programa Bombeiro Mirim no âmbito do Município de Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Bombeiro Mirim, como política pública municipal de caráter educativo, preventivo, social e de adesão voluntária, destinado à promoção da cidadania, da prevenção de acidentes, da disciplina, da responsabilidade social, de noções básicas de primeiros socorros e de defesa civil entre crianças.

Parágrafo único. O Programa Bombeiro Mirim terá natureza exclusivamente educativa e preventiva, não se confundindo com formação profissional, militar, operacional ou preparatória para ingresso em carreira pública.

Art. 2º O Programa Bombeiro Mirim tem por objetivos:
I - desenvolver noções básicas de prevenção de incêndios, acidentes domésticos, acidentes escolares e situações de risco no cotidiano;
II - promover a educação para a cidadania, o civismo, a solidariedade e a responsabilidade social;
III - incentivar valores como disciplina, respeito, organização, cooperação, trabalho em equipe e preservação da vida;
IV - apresentar noções introdutórias de defesa civil, proteção comunitária, percepção de riscos e condutas preventivas;
V - estimular práticas de segurança, autocuidado e cuidado com o próximo, respeitada a faixa etária dos participantes;
VI - aproximar crianças, famílias, escolas e instituições públicas de temas relacionados à prevenção, segurança e proteção social;
VII - contribuir para a formação de cidadãos conscientes, participativos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Art. 3º O Programa Bombeiro Mirim será destinado preferencialmente a crianças com idade entre 6 (seis) e 11 (onze) anos, residentes no Município de Pato Branco e regularmente matriculadas em estabelecimento de ensino, mediante autorização expressa dos pais ou responsáveis legais.
§ 1º A participação no Programa será gratuita e voluntária, observados critérios objetivos de inscrição, seleção, frequência, permanência e desligamento.
§ 2º A participação no Programa terá caráter extracurricular, não implicará sua inclusão como disciplina ou componente curricular obrigatório e não poderá prejudicar a frequência, o aproveitamento escolar ou o desenvolvimento das atividades curriculares regulares dos participantes.
§ 3º As atividades poderão ser realizadas preferencialmente em contraturno escolar ou em outros horários que não comprometam as atividades curriculares, bem como em espaços públicos, comunitários ou institucionais adequados e seguros.
§ 4º Os critérios de participação observarão os princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, segurança, proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente.
§ 5º Havendo limitação de vagas, poderão ser estabelecidos critérios objetivos de prioridade, inclusive em favor de crianças em situação de vulnerabilidade social, observadas a finalidade do Programa e a legislação aplicável.

Art. 4º A execução do Programa Bombeiro Mirim observará o planejamento administrativo, a disponibilidade orçamentária e financeira, a capacidade operacional e a legislação aplicável, podendo ocorrer diretamente ou mediante cooperação e parcerias legalmente admitidas.
§ 1º Para a execução do Programa, poderão ser celebrados os instrumentos jurídicos de cooperação e parceria legalmente cabíveis com:
I - o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, mediante anuência do órgão competente, sem imposição de obrigações ao órgão estadual;
II - órgãos e entidades de outros entes da Federação;
III - instituições de ensino públicas ou privadas;
IV - organizações da sociedade civil e entidades sem fins lucrativos com atuação compatível com os objetivos do Programa;
V - outras instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades educativas, preventivas, sociais ou comunitárias compatíveis com as finalidades desta Lei.
§ 2º A execução do Programa poderá contar, conforme o planejamento administrativo, com atuação integrada dos órgãos municipais competentes nas áreas de educação, assistência social, saúde, defesa civil, esporte, cultura e outras áreas relacionadas às suas finalidades.
§ 3º A participação de órgãos ou entidades externos ao Município dependerá de sua anuência e, quando necessário, da celebração do instrumento jurídico cabível, observada a legislação aplicável e a disponibilidade institucional dos participantes.
§ 4º As parcerias com organizações da sociedade civil observarão, quando aplicável, a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
§ 5º Esta Lei não impõe ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná ou a qualquer órgão ou entidade estadual obrigação de participar, executar, financiar ou disponibilizar pessoal, equipamentos ou estrutura para o Programa.

Art. 5º O Programa Bombeiro Mirim poderá incluir, entre outras atividades compatíveis com sua finalidade educativa:
I - aulas teóricas sobre prevenção de acidentes, prevenção de incêndios e segurança no ambiente doméstico, escolar e comunitário;
II - noções básicas de primeiros socorros, adequadas à idade dos participantes e ministradas em ambiente seguro;
III - atividades práticas simuladas, supervisionadas e compatíveis com a faixa etária dos participantes;
IV - palestras sobre cidadania, civismo, solidariedade, segurança, defesa civil, meio ambiente e responsabilidade social;
V - visitas orientadas a unidades do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, escolas, instituições públicas ou espaços educativos, desde que previamente autorizadas e realizadas em condições de segurança;
VI - atividades recreativas, culturais, esportivas, pedagógicas e de integração comunitária;
VII - campanhas educativas de prevenção de acidentes, segurança doméstica, preservação ambiental, proteção da vida e orientação à comunidade.
§ 1º Todas as atividades deverão ser planejadas e executadas de forma compatível com a idade, o desenvolvimento físico, psíquico e emocional dos participantes.
§ 2º As atividades práticas terão caráter meramente demonstrativo, simulado e educativo, sendo vedada a participação das crianças em situações reais de emergência, risco, salvamento, combate a incêndio ou qualquer atividade operacional.
§ 3º É vedado o manuseio de equipamentos, materiais ou instrumentos que ofereçam risco à integridade física, psicológica ou moral dos participantes.

Art. 6º O Programa observará integralmente o disposto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais normas de proteção à infância e à juventude.
§ 1º Deverão ser assegurados aos participantes o respeito à dignidade, à integridade física e psicológica, à convivência familiar e comunitária, à liberdade, ao lazer, à educação e ao desenvolvimento saudável.
§ 2º Nenhuma atividade do Programa poderá envolver tratamento vexatório, exposição indevida, constrangimento, punição física, humilhação, discriminação ou qualquer forma de violação de direitos da criança e do adolescente.
§ 3º A eventual divulgação de imagem, voz, nome ou dados pessoais dos participantes dependerá de autorização dos pais ou responsáveis legais, observada a legislação de proteção de dados pessoais e os direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º A execução do Programa deverá observar medidas de segurança, controle, acompanhamento e autorização dos pais ou responsáveis legais, sem prejuízo de outras exigências definidas em regulamento ou ato próprio.
§ 1º O Poder Executivo poderá estabelecer ficha de inscrição, termo de autorização, controle de frequência, regras de conduta, protocolos de segurança e demais instrumentos necessários ao adequado funcionamento do Programa.
§ 2º A permanência no Programa poderá ser condicionada à frequência escolar, ao cumprimento das regras de convivência e à participação regular nas atividades, nos termos definidos em regulamento ou ato próprio.

Art. 8º O Programa Bombeiro Mirim poderá ser desenvolvido em escolas, unidades públicas, espaços comunitários, sedes de entidades parceiras, unidades do Corpo de Bombeiros, quando autorizado, ou outros locais adequados e seguros à realização das atividades.
Parágrafo único. A realização de atividades do Programa em unidades escolares dependerá da compatibilidade com a organização pedagógica da respectiva instituição e não poderá comprometer, substituir ou reduzir as atividades curriculares obrigatórias, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, à consolidação das aprendizagens e às demais atividades previstas no planejamento escolar.

Art. 9º O Poder Executivo poderá promover campanhas, eventos, semanas educativas, materiais informativos e ações integradas voltadas à divulgação dos objetivos do Programa Bombeiro Mirim.
Parágrafo único. As ações de divulgação deverão observar finalidade pública, caráter educativo e vedação à promoção pessoal de autoridades, agentes públicos ou terceiros.

Art. 10. A execução do Programa Bombeiro Mirim poderá contar com apoio técnico, institucional, voluntário ou comunitário de pessoas e entidades com qualificação compatível com as atividades a serem desenvolvidas, observadas as normas legais aplicáveis, especialmente aquelas relativas à proteção das crianças e dos adolescentes.
§ 1º O serviço voluntário prestado diretamente ao Município será formalizado mediante termo de adesão, na forma da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, do qual constarão o objeto e as condições de seu exercício.
§ 2º O serviço voluntário não gerará vínculo empregatício, funcional ou previdenciário, nem obrigação de natureza trabalhista ou afim com o Município, observada a legislação federal aplicável.
§ 3º Os voluntários, instrutores e colaboradores que mantenham contato direto e habitual com as crianças participantes deverão atender aos requisitos de habilitação, idoneidade e proteção previstos na legislação aplicável, inclusive quanto à apresentação e atualização de certidões de antecedentes criminais nas hipóteses legalmente exigidas.
§ 4º Os voluntários e colaboradores estarão sujeitos às regras de segurança, supervisão, conduta e proteção dos participantes estabelecidas para o Programa.
§ 5º A participação de voluntários e colaboradores no Programa não implicará criação de cargos, empregos ou funções públicas nem obrigatoriedade de contratação de pessoal pelo Município.
§ 6º Quando as atividades forem executadas por entidade parceira, deverão ser observadas as responsabilidades e obrigações previstas no respectivo instrumento jurídico e na legislação aplicável.

Art. 11. O Programa Bombeiro Mirim possui caráter complementar às demais políticas, programas e ações municipais relacionadas à prevenção de acidentes, primeiros socorros, defesa civil, educação e proteção da vida.
Parágrafo único. O disposto nesta Lei não prejudica a aplicação da Lei nº 6.484, de 13 de outubro de 2025.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria da Vereadora Thania Maria Caminski Gehlen.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:E07DC727

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.655, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Prevenção, Informações e Monitoramento de Desastres Climáticos e Ambientais no Município de Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Pato Branco, a Política Municipal de Prevenção, Informação e Monitoramento de Desastres Climáticos e Ambientais, com a finalidade de promover ações permanentes de prevenção, mitigação, monitoramento, preparação, resposta e recuperação diante de eventos climáticos e ambientais extremos.
Parágrafo único. A Política Municipal prevista nesta Lei integra-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, infraestrutura, educação, assistência social, ciência e tecnologia, visando ao desenvolvimento sustentável e à proteção da população.

Art. 2º A Política Municipal de Prevenção, Informação e Monitoramento de Desastres Climáticos e Ambientais observará as seguintes diretrizes:
I - atuação integrada entre o Poder Público, os demais entes federativos e a sociedade civil;
II - prioridade às ações preventivas e educativas voltadas à redução dos riscos de desastres;
III - planejamento baseado em estudos técnicos e científicos sobre áreas de risco;
IV - adoção de abordagem sistêmica nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
V - utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento das ações relacionadas aos recursos hídricos e prevenção de desastres.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:
I - reduzir os riscos e impactos decorrentes de desastres climáticos e ambientais;
II - fortalecer as ações de monitoramento e emissão de alertas preventivos;
III - promover assistência às populações atingidas e recuperação das áreas afetadas;
IV - incentivar o desenvolvimento sustentável e a construção de cidades resilientes;
V - promover campanhas educativas e ações de conscientização comunitária;
VI - combater a ocupação irregular de áreas de risco;
VII - incentivar pesquisas e estudos sobre os impactos das mudanças climáticas no Município.

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios, parcerias e cooperações técnicas com órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, entidades da sociedade civil e organismos estaduais, nacionais e internacionais, para a execução dos objetivos previstos nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Rodrigo José Correia.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:378AE3EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVAPROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 01/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVAPROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 01/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Administração Recorrente/contratada: SK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA. CNPJ: 34.094.622/0001-48 Ata de registro de preços nº: 200/2025 Pregão eletrônico nº: 30/2025 Processo licitatório nº: 45/2025 Solicitação de fornecimento nº: 185/2026
EMENTA: Processo Administrativo Sancionador. Recurso administrativo. Execução irregular e parcial de contratação de serviços de segurança desarmada. Comprovação de apenas 216 das 715 horas contratadas. Déficit de 499 horas, equivalente a

aproximadamente 69,79% do objeto. Inconsistências relevantes na documentação apresentada pela contratada. Alegações de cerceamento de defesa, incompetência dos agentes responsáveis pela fiscalização, adimplemento substancial, caso fortuito e desproporcionalidade das sanções. Teses não acolhidas. Contraditório e ampla defesa assegurados. Regularidade da fiscalização e da instrução processual. Configuração de inexecução parcial grave, nos termos do art. 155, II, da Lei nº 14.133/2021. Manutenção da extinção unilateral da contratação, da multa compensatória, da glosa dos serviços não comprovados e da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 3 (três) anos. Encaminhamento dos autos à autoridade policial para apuração, na esfera própria, de eventuais irregularidades documentais. Recurso conhecido e não provido.

Vistos, etc.Trata-se de Processo Administrativo Sancionador instaurado em face da empresa SK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA., no âmbito da execução da Ata de Registro de Preços nº 200/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 30/2025, destinada à prestação de serviços de segurança desarmada para atendimento das demandas do Município de Paula Freitas/PR.A apuração teve origem na Solicitação de Fornecimento nº 185/2026, por meio da qual a contratada foi convocada para a disponibilização de 715 (setecentas e quinze) horas de serviços de segurança desarmada durante a realização da 33ª Festa da Melancia.No curso da fiscalização e da instrução processual, restou consignado que apenas 216 (duzentas e dezesseis) horas foram efetivamente comprovadas, permanecendo sem comprovação 499 (quatrocentas e noventa e nove) horas, correspondentes a aproximadamente 69,79% do quantitativo contratado, circunstância que, considerando a natureza do objeto, comprometeu diretamente a finalidade pública da contratação. Também foram registradas inconsistências relevantes na documentação apresentada pela contratada, especialmente quanto às declarações individuais, registros de jornada, compatibilidade dos horários e assinaturas constantes dos documentos.Instaurado o procedimento, a contratada foi regularmente cientificada e teve assegurada a possibilidade de exercício do contraditório e da ampla defesa. Sobreveio decisão administrativa que reconheceu a ocorrência de inexecução parcial grave e determinou a extinção unilateral da contratação, a aplicação de multa compensatória, a glosa dos valores correspondentes aos serviços não comprovados, o impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 3 (três) anos e o encaminhamento de cópia dos autos à autoridadepolicial para apuração de eventual ilícito penal relacionado às inconsistências documentais. A decisão originária encontra-se nos autos e estabeleceu expressamente tais providências.Irresignada, a empresa interpôs recurso administrativo, alegando, em síntese, nulidade do procedimento por suposto cerceamento de defesa, incompetência dos agentes que participaram da fiscalização, adimplemento substancial da obrigação, com alegação de execução de 601 horas, ocorrência de caso fortuito decorrente de pane mecânica e desproporcionalidade das penalidades aplicadas.Os autos foram submetidos à apreciação da Procuradoria Jurídica Municipal, que emitiu o Parecer Jurídico nº 80/2026, concluindo pelo conhecimento do recurso, porém, no mérito, pelo seu não provimento, com a consequente manutenção da decisão administrativa recorrida. O processo foi, então, encaminhado a esta Autoridade Superior para decisão definitiva.É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, conheço do recurso administrativo, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade, conforme expressamente reconhecido no Parecer Jurídico nº 80/2026.Quanto ao efeito suspensivo, registra-se que o art. 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 atribui efeito suspensivo ao recurso até a decisão final da autoridade competente. Superada, contudo, esta etapa mediante a presente decisão, cessa a suspensão decorrente do recurso, passando-se à fase de cumprimento das determinações ora confirmadas, observadas as formalidadeslegais pertinentes. O próprio parecer jurídico consignou expressamente essa disciplina.No exame das preliminares, não se verifica qualquer vício capaz de conduzir à nulidade do procedimento.A alegação de cerceamento de defesa não encontra suporte nos elementos dos autos. A contratada foi formalmente cientificada acerca da apuração, teve conhecimento dos fatos que lhe foram atribuídos, apresentou manifestação e documentos e, posteriormente, exerceu novamente seu direito de defesa por meio do recurso administrativo. O exercício do contraditório e da ampla defesa assegura à parte a possibilidade concreta de participar do procedimento, formular alegações e produzir provas, mas não assegura, por si só, que suas alegações sejam necessariamente acolhidas ou que os documentos apresentados recebam a força probatória pretendida.No caso concreto, as declarações apresentadas pela empresa foram apreciadas e confrontadas com os demais elementos constantes dos autos, tendo sido identificadas inconsistências relevantes quanto às assinaturas e aos registros de jornada. Assim, não houve supressão do direito de defesa, mas simples valoração motivada da prova produzida, providência inerente ao exercício da competência administrativa decisória.Também não prospera a alegação de irregularidade da fiscalização contratual. Conforme demonstrado na instrução, o servidor anteriormente indicado para a fiscalização faleceu, sobrevindo a designação de novos fiscais por ato administrativo próprio, conforme Decreto nº 3.353/2026. As informações e constatações realizadas pelos servidores envolvidos na organização da 33ª Festa da Melancia constituíram elementos materiais de apoio à fiscalização e foram posteriormente submetidas à apreciação dos agentes formalmente competentes, não se confundindo com o exercício da competência decisória própria do fiscal do contrato.No mérito, a prova reunida nos autos não autoriza o acolhimento da tese de que teriam sido executadas 601 horas.A fiscalização contratual realizou a conferência dos relatórios de execução, escalas, registros de presença e demais elementos disponíveis e reconheceu como efetivamente comprovadas apenas 216 horas, de um total de 715 horas contratadas. Permaneceram, portanto, 499 horas sem comprovação, o que representa aproximadamente 69,79% do objeto. A diferença é expressiva e não corresponde a falha meramente pontual ou acessória, especialmente porque o objeto contratado consistia na prestação de serviços de segurança destinados justamente à proteção dos participantes de evento público.Nesse contexto, a conduta se amolda ao disposto no art. 155, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por configurar inexecução parcial de elevada gravidade, com repercussão sobre a finalidade pública da contratação.A documentação apresentada pela empresa, embora tenha sido considerada, não possui força suficiente para afastar as conclusões da fiscalização. Isso porque os próprios elementos analisados no processo revelaram inconsistências quanto às declarações, assinaturas e jornadas informadas, circunstâncias que impedem que tais documentos sejam tomados, isoladamente, como prova suficiente da efetiva execução das horas controvertidas.Também não merece acolhimento a justificativa fundada em suposto caso fortuito decorrente de pane mecânica.A mera alegação de pane em veículo utilizado para o transporte da equipe não é suficiente para afastar a responsabilidade contratual. Para tanto, seria necessária comprovação concreta do evento, de sua inevitabilidade, de sua exterioridade em relação ao risco ordinário da atividade empresarial e,sobretudo, de nexo causal capaz de explicar o inadimplemento efetivamente apurado. O parecer jurídico consignou, com acerto, que a justificativa apresentada não é apta a explicar a totalidade das 499 horas não executadas, tampouco ficou demonstrada a adoção de providências alternativas para minimizar os efeitos da suposta intercorrência.As inconsistências documentais identificadas no processo, por sua vez, devem ser tratadas dentro dos limites da competência administrativa. Não cabe a esta Administração afirmar, de forma definitiva, a ocorrência de eventual ilícito criminal, matéria submetida à apuração da autoridade policial competente. Entretanto, os elementos existentes são suficientes para justificar a remessa de cópia dos autos à autoridade responsável pela persecução penal, para que proceda à investigação que entender cabível, sem qualquer antecipação de juízo quanto à responsabilidade criminal da empresa ou de seus representantes.No tocante à dosimetria, igualmente não se identifica fundamento para modificação das penalidades.O art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 determina que sejam considerados, entre outros aspectos, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos decorrentes para a Administração e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.No presente caso, a inexecução atingiu parcela aproximada de 70% do objeto, incidindo sobre serviço diretamente vinculado à segurança de evento público. A gravidade da conduta, a extensão do inadimplemento, o comprometimento da finalidade contratual e as inconsistências documentais identificadas justificam a adoção de sanções que ultrapassem a mera advertência, em observância aos parâmetros legais e contratuais examinados pela Comissão

Processante e pela Procuradoria Jurídica.A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Paula Freitas pelo prazo de 3 (três) anos encontra fundamento no art. 156, inciso III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, diante da infração prevista no art. 155, inciso II, e mostra-se compatível com os elementos concretos apurados no processo. O Parecer Jurídico nº 80/2026 expressamente recomendou a sua manutenção.Da mesma forma, deve ser mantida a multa compensatória de 10% sobre a parcela inadimplida, nos termos do item 10.1.3, alínea "b", da Ata de Registro de Preços nº 200/2025 e do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.Considerando-se as 499 horas não comprovadamente executadas, ao valor unitário de R$ 34,00 por hora, a parcela inadimplida corresponde a R$ 16.966,00, sendo a multa compensatória, no percentual de 10%, correspondente a R$ 1.696,60 (mil seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), sem prejuízo da atualização eventualmente incidente até o efetivo recolhimento.A glosa, por sua vez, não possui natureza de sanção administrativa autônoma, constituindo consequência da ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço, não sendo juridicamente admissível o pagamento por serviço não executado ou não comprovado nos autos. Assim, deve ser mantida a glosa correspondente às 499 horas não comprovadas, ressalvada eventual adequação meramente aritmética caso o setor competente identifique, na fase de liquidação, algum elemento documental idôneo constante dos próprios autos que altere o quantitativo definitivamente reconhecido. O Parecer nº 80/2026 também consignou expressamente essa distinção.Diante desse conjunto, não há fundamento jurídico ou probatório para reforma da decisão administrativa recorrida.

DECISÃO

Diante do exposto, no exercício da competência administrativa que me é conferida, e acolhendo integralmente as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante e do Parecer Jurídico nº 80/2026, que adoto como fundamentos desta decisão, sem prejuízo das razões complementares acima explicitadas, DECIDO:I – CONHECER do Recurso Administrativo interposto pela empresa SK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA., por presentes os requisitos de admissibilidade;II – NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo, mantendo integralmente, no que foi objeto de impugnação, a decisão administrativa proferida no âmbito do Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026;III – MANTER A EXTINÇÃO UNILATERAL da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 200/2025, em razão do descumprimento e da inexecução parcial grave do objeto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;IV – MANTER E DETERMINAR O CUMPRIMENTO DA MULTA COMPENSATÓRIA correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, correspondente, considerando o quantitativo de 499 horas não comprovadamente executadas ao valor unitário de R$ 34,00, ao montante de R$ 1.696,60 (mil seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), a ser recolhido aos cofres municipais na forma da legislação e dos instrumentos contratuais aplicáveis;V – MANTER A GLOSA dos valores correspondentes às 499 (quatrocentas e noventa e nove) horas não comprovadamente executadas, no valor de R$ 16.966,00 (dezesseis mil novecentos e sessenta e seis reais),determinando-se ao setor responsável que proceda aos ajustes de liquidação e pagamento estritamente de acordo com os serviços efetivamente comprovados nos autos;VI – MANTER A SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS pelo prazo de 03 (três) anos, com fundamento no art. 156, inciso III e § 4º, c/c art. 155, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;VII – DETERMINAR o imediato registro das penalidades aplicadas nos sistemas e cadastros administrativos competentes, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes;VIII – DETERMINAR ao setor competente que adote as providências necessárias à formalização do cancelamento/extinção da contratação e dos efeitos do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 200/2025, naquilo que for juridicamente cabível, com a correspondente atualização dos registros administrativos;IX – DETERMINAR o encaminhamento de cópia integral dos autos à Autoridade Policial competente, exclusivamente para apuração de eventual ocorrência de ilícitos penais relacionados às inconsistências documentais identificadas no processo, sem que tal providência implique qualquer juízo administrativo acerca da responsabilidade criminal da empresa ou de seus representantes;X – DETERMINAR à Secretaria Municipal de Administração, ao setor de Licitações e Contratos e ao setor financeiro que promovam, cada qual no âmbito de suas atribuições, os atos necessários ao integral cumprimento da presente decisão, inclusive quanto ao lançamento da multa, à glosa, aos registros administrativos e às demais providências decorrentes da decisão sancionatória;XI – NOTIFICAR a empresa SK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA. acerca da presente decisão, com ciência integral de seus fundamentos e das providências determinadas;

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Paula Freitas, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito Municipal de Paula Freitas-PR

Publicado por:
Tadeu Rafael Cordeiro
Código Identificador:0BCFDFA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA N.º 04/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA N.º 04/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

JUSTIFICATIVA

1. FUNDAMENTO LEGAL:
Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014;
Artigo 16 do Decreto Municipal 1.781/2017;
É dispensável a chamamento público: " IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. "

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:
O Município de Paula Freitas, com o interesse de enfrentar e solucionar a situação de exclusão social referente a pessoas com deficiências, conclui como essencial conjugar esforços com organização da sociedade civil, para promover o desenvolvimento, qualidade de vida e evolução nas áreas adaptativas e principalmente a inclusão social e escolar.
Há anos, nesta municipalidade, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS**, presta atendimento especializado a pessoas com deficiências intelectuais múltiplas e a seus familiares.
Haja vista o número de usuários residentes no município, de forma a evitar deslocá-los para outas cidades, como para o fortalecimento do vínculo familiar, a Prefeitura considera fundamental formalizar Termo de Colaboração com instituição que preste serviço especializado de desenvolvimento às pessoas com necessidades especiais.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, dando oportunidade a essas pessoas com deficiência à inclusão escolar e integração na sociedade.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:
A contratação recaiu à Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.815.830/0001-90**, pelo fato de que, há anos a referida entidade vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória sendo a única no município que desenvolve a atividade proposta, recaindo sobre a inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:
Para fixar o valor foi recebida solicitação e proposta da Organização da Sociedade Civil pelo qual o Município pôde definir os recursos

orçamentários suficientes para a cobertura das despesas do Termo de Colaboração. O valor proposto da execução do objeto foi o valor global de **R$ 8.120,04 (oito mil cento e vinte reais e quatro centavos),** conforme cronograma especificado no Plano de Trabalho, estando incluído no preço as emendas impositivas, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários a execução do plano de trabalho.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
156 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS 00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB.

Paula Freitas, 29 de setembro de 2026.

HENRY MARCEL VALIGURA DOMINGUES
Diretor de Contratos e Licitações

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:A5F46F0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA N.º 05/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA N.º 05/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

JUSTIFICATIVA

1. FUNDAMENTO LEGAL:
Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014;
Artigo 16 do Decreto Municipal 1.781/2017;
É dispensável a chamamento público: " IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. "

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, comprometida com a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão, ao lazer e à cidadania, apresenta a presente justificativa para a formalização de **transferência voluntária** de recursos públicos à **Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo**, entidade sem fins lucrativos que há anos atua de forma contínua e reconhecida no município.
A mencionada associação desenvolve relevantes atividades sociais, esportivas e beneficentes, promovendo o acesso de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade a práticas esportivas, ações recreativas e eventos de caráter filantrópico. O espaço mantido pela entidade já é tradicionalmente utilizado para a realização de torneios, festivais, encontros comunitários e outras iniciativas de forte impacto social e comunitário.
O apoio financeiro por meio de transferência voluntária visa **fortalecer as ações já desenvolvidas pela entidade**, garantir a continuidade das atividades, bem como ampliar o atendimento à população local. Além disso, a parceria contribui diretamente para o cumprimento de metas do Município relacionadas à promoção do esporte, da cultura e da inclusão social, especialmente no atendimento às crianças e jovens.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Realização de Atividades esportivas e eventos beneficentes a população de Paula Freitas através da sociedade BOTAFOGO.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:
A contratação recaiu à Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREEATIVA E BENEFICENTE BOTAFOGO inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.655.513/0001-54**, pelo fato de que, há anos a referida entidade vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória sendo a única no município que desenvolve a atividade proposta, recaindo sobre a inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:
Para fixar o valor foi recebida solicitação e proposta da Organização da Sociedade Civil pelo qual o Município pôde definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas do Termo de Colaboração. O valor proposto da execução do objeto foi o valor global de **R$ 42.060,02 (quarenta e dois mil e sessenta reais e dois centavos),** conforme cronograma especificado no Plano de Trabalho, estando incluído no preço as emendas impositivas, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários a execução do plano de trabalho.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
187 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Paula Freitas, 29 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:421F5276

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 03/2026 DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

PROCESSO PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 03/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

JUSTIFICATIVA

1. FUNDAMENTO LEGAL:
Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014;
Artigo 16 do Decreto Municipal 1.781/2017;
É dispensável a chamamento público: " IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. "

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:
O Município de Paula Freitas não possui entidade pública para atender todas as suas demandas. Em razão disso, a Administração tem encaminhado através da Secretaria Municipal de Assistência Social pessoas com deficiência, sem retaguarda familiar, dependente de cuidados de terceiros, para abrigamento em organizações da sociedade civil (OSC).
Diante do exposto, o Município necessita formalizar Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO RESTAURAÇÃO DIVINA , em que Conforme Estudo Social em apenso, em relação à família da paciente, foram considerados os conhecimentos profissionais nos instrumentos técnico-operativos e teórico-metodológicos do Serviço Social, contemplando a história dos sujeitos, sua trajetória e suas condições no presente, relações familiares, profissional e educacional, de trabalho, de moradia, de saúde, desencadeando a atual situação vivida pelo paciente.
Tendo como fundamento o inciso IV, do Artigo 30 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que prevê que a Administração poderá dispensar a realização de chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.
Desde a vigoração da lei, este município vem firmando Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO RESTAURAÇÃO DIVINA, que atende aos requisitos fixados pela lei e tem como missão o acolhimento institucional de longa permanência para pessoas adultas com deficiência, sendo localizada no Município de União da Vitória/PR e estando credenciada no órgão gestor local.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Termo de Colaboração para atendimento especializado, em regime de acolhimento institucional de longa permanência de pacientes, com fragilidade e ausência de vínculos familiares, sendo pessoa com deficiência que demanda cuidados de terceiros.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:
A contratação recaiu à Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO RESTAURAÇÃO DIVINA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.255/0001-03, pelo fato de que a instituição é exclusiva para mulheres.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:
Para fixar o valor foi recebida solicitação e proposta pela Organização da Sociedade Civil pelo qual o Município pôde definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas do Termo de Colaboração. O valor global proposto da execução do objeto para 12 (doze) meses é de **R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)** que serão repassados conforme planilha de desembolso constante no Plano de Trabalho, estando incluído no preço impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao a execução do plano de trabalho.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 10 – Secretaria de Assistência Social: 02 – Fundo municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 08.245.2.055 – Bloco de proteção social especial de média e alta complexidade.
Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00 1000 – Subvenções Sociais

Paula Freitas, 21 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:871AB1CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3473/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora **SAHRA TETUY KOZOWSKI**, inscrita no CPF nº ***.304.049.**, do cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador Administrativo de Saúde Pública - Símbolo- CC-5-, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 2872/2023 de 11 de maio de 2023.

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:92573C95

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3474/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR **EMILY FLAVIE DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº ***.051.209-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo de Saúde Pública- Símbolo- CC-5, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:BA6D5657

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 03/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 03/2026** Homologado em 11 DE SETEMBRO DE 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Atendente Administrativo – Ampla Concorrência - 40 h

Classificação	Nome
11º Lugar	Geane Loth Cruz

Paula Freitas, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:E11607C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 258/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **BRAYAN GURGINSKI,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.159-40, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:E2A51A7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 259/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **ALESSANDRA VITÓRIA BANHUKI FERREIRA,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.199-70, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:E7A90CBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 260/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1. º - Fica nomeada **MELISSA ALVAREZ,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.459-54, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:13B5A9F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 261/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **LUCINEIA GAIEVICZ,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.999-83, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:A95F9756

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 262/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **THAIS CATARINA FRANCO DE LIMA,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.269-58, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:7DDBBF9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 263/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **BRENDA DE OLIVEIRA PANIZZON,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.169-39, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026, para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:DCF52640

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 264/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **CAMILE VITORIA MANDRYK,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.869-02, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 03/2026,

para o cargo temporário de Atendente Administrativo, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:231BE4F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 265/2026- DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar por motivo de aposentadoria a servidora **IRENE ARAUJO**, portadora da carteira de identidade RG nº ****.039-8 PR, aprovada em concurso público, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 021/2006 de 03 de abril de 2006.

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:C76028B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 266 /2026- DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar por motivo de aposentadoria a servidora **ROSEMARI QUADROS DA SILVA**, portadora da carteira de identidade RG nº ****004-SC, aprovada em concurso público, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 035/2016 de 04 de julho de 2006.

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:64DBEEF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 267/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **ELIANE ROCZINSKI,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.689-30, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B1628FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2026 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **SAHRA TETUY KOZOWSKI ,** portadora do registro geral-CPF nº ***.***.049-96 aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 30 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:43E36884

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 78/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:A BARTOLI DE SOUZA LTDA, Sociedade Empresária Limitada, com sede em Rua Ilha de Marajó, nº 135, Conjunto Residencial Ilha Bela, Campo Mourão/PR - CEP 87.309-040, inscrita no CNPJ sob o nº 58.733.521/0001-38, neste ato representada por ALDILENE BARTOLI DE SOUZA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia visando à construção de uma quadra de areia, com dimensões de 23,00m x 15,90m, totalizando 365,70 m² (trezentos e sessenta e cinco metros e setenta centímetros quadrados), no Município de Paulo Frontin/PR, incluindo serviços de escavação, drenagem, execução de estrutura em concreto, preparação da base com material adequado e instalação de alambrado.

VALOR TOTAL: R$ 75.200,49 (setenta e cinco mil, duzentos reais e quarenta e nove centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO:Prazo de execução da obra de 120 (cento e vinte) dias, adicionado de margem operacional de 60 (sessenta) dias para o recebimento provisório, definitivo e liquidação financeira.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA:30 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.1002.4.4.90.51.00; Fonte: Fonte: 01011/01011.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 30 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:0A74750D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026
Processo administrativo: nº 0001164/2026.
Partícipes: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, CNPJ nº 77.007.474/0001-90, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL MONSENHOR PEDRO BUSKO – APMF, CNPJ nº 01.329.954/0001-05.
Objeto: execução da Emenda Parlamentar Impositiva Individual nº 01/2026, de autoria da Vereadora Beatriz Aparecida Skrzypa, mediante a aquisição, o recebimento e a instalação de 01 (um) conjunto de redes de proteção para a quadra de esportes do Colégio Estadual Monsenhor Pedro Busko, conforme Plano de Trabalho aprovado.
Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem contrapartida financeira.
Dotação orçamentária: Lei Orçamentária Anual nº 1.516/2025 – Ação 2.100 – Emendas Impositivas.
Vigência: 60 (sessenta) dias, contados da assinatura: de 30/09/2026 a 29/11/2026.
Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014 (arts. 29 e 31) e Decreto Municipal nº 11/2017 (art. 12, §2º, I) – celebração sem chamamento público, conforme justificativa publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 17/09/2026 (edição nº 3.618).
Gestor da parceria: Raffaela Petela.
Data da assinatura: 30 de setembro de 2026.
Signatários: Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal, pelo Município; e Cristiane Beatriz Camara Czonstka, Presidente, pela APMF.
Paulo Frontin/PR, 30 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:3E6FAD85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 240/2026

PORTARIA Nº 240/2026

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE E ENCAMINHAMENTO PARA AFASTAMENTO PREVIDENCIÁRIO DA SERVIDORA FLÁVIA DA CONCEIÇÃO PINTO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora **FLÁVIA DA CONCEIÇÃO PINTO**, matrícula nº **952**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, indicando a necessidade de afastamento de suas atividades para tratamento de saúde;
CONSIDERANDO o atestado médico emitido em **18 de setembro de 2026, apresentado em 29 de setembro de 2026**, indicando a necessidade de afastamento das atividades da servidora no período de **17 de setembro de 2026 a 17 de novembro de 2026**;
CONSIDERANDO que os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento por motivo de doença constituem encargo do empregador, observada a legislação previdenciária aplicável;
CONSIDERANDO que, diante da continuidade do afastamento por período superior a 15 (quinze) dias, a servidora deverá ser encaminhada para avaliação previdenciária perante o **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, para fins de análise da concessão do benefício por incapacidade temporária;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica registrado e homologado, para fins administrativos, o afastamento por motivo de doença da servidora **FLÁVIA DA CONCEIÇÃO PINTO**, matrícula nº **952**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, no período de **17 de setembro de 2026 a 01 de outubro de 2026**, correspondente aos primeiros **15 (quinze) dias** de afastamento, suportados pelo empregador, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º. A partir de **02 de outubro de 2026**, a servidora será encaminhada à Previdência Social para avaliação da incapacidade laboral e eventual concessão de **benefício por incapacidade temporária**, considerando-se, para fins administrativos, o período indicado no atestado médico, de **02 de outubro de 2026 a 17 de novembro de 2026**, ou até ulterior deliberação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Art. 3º. Caberá à servidora apresentar ao Departamento de Recursos Humanos a documentação decorrente da avaliação previdenciária, bem como comunicar imediatamente eventual concessão, indeferimento, prorrogação, cessação ou alteração do benefício pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Art. 4º. Encerrado o período de afastamento ou o benefício previdenciário, conforme o caso, a servidora deverá apresentar-se ao Departamento de Recursos Humanos para regularização de sua situação funcional e retorno às atividades, observadas as determinações do INSS.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a **17 de setembro de 2026**, exclusivamente para fins de regularização dos registros funcionais e do afastamento da servidora.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 29 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:CFAE473D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 243/2026

PORTARIA Nº 243/2026

DESIGNA GESTORA DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A APMF DO COLÉGIO ESTADUAL MONSENHOR PEDRO BUSKO PARA EXECUÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 01/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º, inciso VI, e 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11/2017 e no Processo Administrativo nº 0001164/2026,
R E S O L V E:

Art. 1º Fica designada a servidora RAFAELA LETÍCIA PETELA, Assessora Financeiro e Tributário, matrícula nº 1072, como GESTORA do Termo de Fomento nº 002/2026, celebrado em 30 de setembro de 2026 entre o Município de Paulo Frontin e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Monsenhor Pedro Busko – APMF (CNPJ nº 01.329.954/0001-05), que tem por objeto a execução da Emenda Parlamentar Impositiva Individual nº 01/2026, mediante a aquisição, o recebimento e a instalação de 01 (um) conjunto de redes de proteção para a quadra de esportes do Colégio Estadual Monsenhor Pedro Busko, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com vigência de 30/09/2026 a 29/11/2026.
Art. 2º Compete à gestora, nos termos do art. 61 da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 11/2017:
I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, zelando pelo cumprimento do Plano de Trabalho aprovado;
II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III – emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019/2014, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação (art. 38, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 11/2017);
IV – receber a prestação de contas e emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, para subsidiar a manifestação conclusiva da autoridade competente (art. 67 da Lei nº 13.019/2014 e art. 47 do Decreto Municipal nº 11/2017);
V – acompanhar a manutenção das informações da emenda e da parceria no portal da transparência, na forma da Instrução Normativa nº 200/2025-TCE/PR; e
VI – disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
Art. 3º A servidora designada declara, para os fins do art. 35, §6º, da Lei nº 13.019/2014, que não manteve, nos últimos 5 (cinco) anos, relação jurídica com a organização da sociedade civil parceira.
Art. 4º Na hipótese de a gestora deixar de ser agente público ou ser lotada em outro órgão ou entidade, o Prefeito Municipal designará novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades (art. 62, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014).
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2026, e vigorará até a manifestação conclusiva sobre a prestação de contas final da parceria.
Paulo Frontin/PR, 30 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:03244F99

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026- REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 30/2026- REPUBLICAÇÃO
Nº PROC. ADM. 89/2026

O MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, torna público a retificação do Pregão Eletrônico nº 29/2026, que possui como objeto a AQUISIÇÃO DE GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS DA FROTA MUNICIPAL E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, EM FORNECIMENTO PARCELADO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA. A nova data da sessão pública será dia **16 de outubro de 2026 às 09 horas e 30 minutos**. Os interessados poderão acessar o edital completo no endereço eletrônico www.bll.org.br, onde as propostas também serão recebidas e processadas por meio eletrônico.

INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/10/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 16/10/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 16/10/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MAIOR DESCONTO
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 358.984,9800

IRINEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:A11653A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 12/2026

O Município de Pérola d'Oeste torna público que fará realizar, às 08:20 horas do dia 20 de outubro do ano de 2026, na Rua Presidente Costa e Silva n° 290 em Pérola D'Oeste , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da seguinte obra:
Local do objeto:Sede municipal
Objeto:Barracão Industrial
Quantidade e unidade de medida:1.176,98 m²
Prazo de execução:360 dias
A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br , ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 3556-1223.
Pérola D'Oeste, 30 de setembro de 2026.

EDSOM LUIS BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:51A9AF28

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2025.

OBJETO: Alterar a quantidade e valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **J.F COMÉRCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.**
ORIGEM: Contrato 177/2025 na modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2025.
VALOR ORIGINAL: R$ 7.579,25 (sete mil quinhentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 7.884,31 (sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:93A9F28C

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 15/2025 e Contrato nº 179/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 19/09/2025 a 18/09/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 19/09/2026 a 18/09/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:89ED5C56

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **LICITE SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 15/2025 e Contrato nº 179/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 19/09/2025 a 18/09/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 19/09/2026 a 18/09/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:93317391

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **M TESTA ATACADO LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 15/2025 e Contrato nº 179/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 19/09/2025 a 18/09/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 19/09/2026 a 18/09/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:45E4DA6E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 15/2025 e Contrato nº 179/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 19/09/2025 a 18/09/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 19/09/2026 a 18/09/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:BCAC3859

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **URSA COMERCIAL LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 15/2025 e Contrato nº 179/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 19/09/2025 a 18/09/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 19/09/2026 a 18/09/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:B499DAE0

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2022.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2022.

OBJETO: Alterar a quantidade e valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **BELINKI & SOUZA LTDA - ME.**
ORIGEM: Contrato 129/2022 na modalidade Pregão Eletrônico nº 28/2022.
VALOR ORIGINAL: R$ 96.843,05 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e tres reais e cinco centavos).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 100.560,01 (cem mil, quinhentos e sessenta reais e um centavo).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 21/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:C488EB09

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
LEI Nº 1.628/2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir a Política Municipal de Gestão, Monitoramento, Manutenção Preventiva e Transparência da Infraestrutura das Unidades Escolares no Município de Pérola D'Oeste, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir a Política Municipal de Gestão da Infraestrutura Escolar, com a finalidade de garantir o controle, fiscalização, manutenção e transparência das condições físicas e dos equipamentos das unidades escolares do Município de Pérola D'Oeste.

Parágrafo único – A Política Municipal de que trata o caput atuará em mútua cooperação com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, priorizando a manutenção corretiva e preventiva de infraestrutura como portões, trancas, iluminação de entornos e dispositivos físicos em geral que garantam a integridade de alunos e servidores.

Art. 2º - A Política Municipal tem como objetivos:
I – Garantir condições adequadas de funcionamento das escolas;
II – Evitar degradação das estruturas físicas;
III – Assegurar segurança de alunos e profissionais;
IV – Otimizar o uso dos recursos públicos;
V – Estabelecer transparência nas ações de manutenção;
VI – Padronizar procedimentos de gestão e controle.

Art. 3º - O Município poderá implantar sistema eletrônico ou adotar processo administrativo formal para registro e acompanhamento das demandas de manutenção das unidades escolares.

Parágrafo único – O sistema deverá conter, no mínimo:
I – Registro detalhado das solicitações de manutenção;
II – Data da solicitação;
III – Unidade escolar solicitante;
IV – Descrição do problema;
V – Classificação de prioridade;
VI – Prazo estimado para atendimento;

VII – Situação da demanda (pendente, em andamento, concluída);
VIII – Justificativa para atrasos;
IX – Registro da execução do serviço.

Art. 4º - O Município poderá manter sistema de controle e acompanhamento dos equipamentos das unidades escolares.

Parágrafo único – O controle deverá incluir:
I – Inventário atualizado dos equipamentos;
II – Registro de defeitos, manutenções e substituições;
III – Histórico de uso e conservação;
IV – Previsão de reposição ou substituição;
V – Acompanhamento técnico do ciclo de vida útil de equipamentos de climatização (ar-condicionado), informática (computadores) e eletrodomésticos de cozinha (merenda escolar), visando ao planejamento orçamentário de substituição por obsolescência.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir o Plano Municipal de Manutenção Preventiva das Escolas.

Parágrafo único – O plano deverá prever:
I – Inspeções periódicas nas unidades escolares;
II – Verificação de telhados, calhas, redes elétricas e hidráulicas;
III – Avaliação estrutural das edificações;
IV – Revisão de equipamentos;
V – Identificação precoce de problemas;
VI – Programação de manutenções antes do agravamento dos danos;
VII – Avaliação contínua das condições de acessibilidade arquitetônica, incluindo rampas, pisos táteis, banheiros adaptados e trânsito interno seguro para estudantes e profissionais com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 6º - As inspeções deverão ocorrer, no mínimo:
I – Semestralmente nas unidades escolares;
II – Sempre que houver ocorrência de eventos climáticos ou danos estruturais.

Parágrafo único – Prédios escolares novos ou que tenham passado por reformas estruturais recentes deverão passar por inspeções específicas para fins de acionamento das garantias construtoras contratuais junto às empresas executoras antes do término dos prazos legais.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação deverá, sempre que possível, elaborar relatórios periódicos contendo:
I – Demandas registradas;
II – Demandas atendidas;
III – Demandas pendentes;
IV – Situação das estruturas escolares;
V – Situação dos equipamentos;

Art. 8º - As informações deverão ser apresentadas de forma clara, acessível e compreensível à população.

Art. 9º - Caberá ao Poder Executivo Municipal, após instituir a Política Municipal de que trata essa lei, por meio de seus órgãos técnicos competentes, a coordenação e a execução das diretrizes estruturais da Política Municipal de Gestão da Infraestrutura Escolar, competindo-lhe garantir a atualização dos registros e o monitoramento das demandas de manutenção e conservação do patrimônio público escolar.

Art. 10 - As despesas decorrentes correrão por dotações próprias, conforme disponibilidade orçamentária.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Perola d Oeste/PR 29 de setembro de 2.026

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:430AE54E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
LEI Nº 1.629/2026

SÚMULA: Altera nome de Ruas no Distrito de Conciolândia, no Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera a denominação das ruas a seguir especificadas e localizadas no Distrito de Conciolândia no Município de Perola D´Oeste, localizadas próximo à Praça do Distrito e da Avenida Tancredo Neves, conforme planta geral e mapa em anexo à presente lei:

DENOMINAÇÃO ATUAL:	PASSARÁ A DENOMINAR-SE:
Rua Projetada A	Albino Schnell
Rua Projetada B	Irineu Machado
Rua Projetada C	Silvestre Rizzi

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Perola d Oeste/PR 29 de setembro de 2.026

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:BE0905EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
LEI Nº 1.630/2026

SÚMULA: Altera a denominação da Rua Bahia para Rua Vereador Mirim João Pedro Ferrari, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a denominação da rua a seguir especificada e localizada na cidade, conforme planta geral:

DENOMINAÇÃO ATUAL:	PASSARÁ A DENOMINAR-SE:
Rua Bahia	Rua Vereador Mirim João Pedro Ferrari

Parágrafo único: Fica alterada a denominação da atual **Rua Bahia**, no Município de Pérola D´Oeste, que passa a denominar-se **Rua Vereador Mirim João Pedro Ferrari**.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Perola d Oeste/PR 29 de setembro de 2.026

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:F1EB8AA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 13/2026

PORTARIA nº 13/2026

Súmula: "Define o período de férias do servidor que especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Define o período de férias do servidor abaixo nominado:

Servidores	Período aquisitivo	Data inicial	Data final
Josnei Forteski	2025-2026	05/10/2026	14/10/2026

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Câmara Municipal de Piên, Paraná, em 29 de setembro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:4D1C85B3

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2026

RESOLUÇÃO Nº 007/2026
Autoria: Mesa Diretora

Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Piên, aprovado pela Resolução nº 04/2003, e a Resolução nº 006/2026, para disciplinar as competências, a contratação de licenças de exibição e a execução do Programa Cine Câmara.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprova:
Art. 1º Esta Resolução disciplina a promoção de atividades institucionais educativas e culturais pela Câmara Municipal de Piên, define as competências para sua gestão e compatibiliza o Regimento Interno com a contratação de licenças de exibição e a execução do Programa Cine Câmara.
Art. 2º O caput e o § 5º do art. 2º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 04/2003, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido o artigo dos §§ 9º e 10:
"Art. 2º A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, integrativa, de assessoramento, educativa e cultural, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.
.....
§ 5º A função administrativa compreende a organização e o funcionamento da Câmara, a gestão de seu pessoal, de seus bens, de seus serviços auxiliares e de suas contratações, bem como o apoio aos Vereadores e a execução dos programas institucionais regularmente instituídos, nos limites das competências do Poder Legislativo.
.....
§ 9º As funções educativa e cultural têm caráter institucional e complementar às atribuições legislativas e fiscalizadoras e compreendem ações de formação cidadã, acesso à cultura e às expressões artísticas, educação e aproximação da comunidade com o Legislativo.
§ 10. As ações previstas no § 9º poderão compreender a fruição de obras cinematográficas e audiovisuais, inclusive com conteúdo lúdico, recreativo e de entretenimento, nos termos de programa instituído por resolução, preservada sua finalidade pública e a prioridade das atividades legislativas." (NR)
Art. 3º O § 1º do art. 3º do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido o artigo dos §§ 3º e 4º:
"Art. 3º .....
§ 1º O recinto das sessões poderá ser utilizado para as atividades próprias da Câmara, inclusive os programas institucionais educativos e culturais previstos neste Regimento, e, mediante cessão autorizada pelo Presidente, para reuniões cívicas, culturais e partidárias organizadas por terceiros, observado, em ambas as hipóteses, o regulamento de uso aprovado pela Mesa Diretora.
.....
§ 3º A cessão do recinto caracteriza-se pela autorização de uso para atividade organizada por terceiro e não se confunde com a promoção de atividade institucional pela Câmara, na qual esta conserva a organização e a responsabilidade pela execução do programa, ainda que conte com a participação de escolas ou de outras instituições.
§ 4º A utilização do recinto para atividades educativas e culturais observará a prioridade das sessões legislativas, das reuniões de comissões e dos demais trabalhos parlamentares, devendo a programação ser ajustada sempre que necessário para preservar seu regular funcionamento." (NR)
Art. 4º O Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte art. 3º-A:
"Art. 3º-A. Compete ao Plenário instituir, estabelecer as finalidades e as normas gerais e extinguir, por resolução, os programas educativos e culturais da Câmara.
§ 1º A instituição do programa autoriza sua execução administrativa pela Câmara, inclusive a utilização dos espaços e equipamentos previstos na resolução instituidora e a contratação das licenças, bens e serviços necessários à sua realização, observados o planejamento, a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável.
§ 2º A aprovação da programação, a definição de datas, a seleção das obras e a prática dos atos de contratação e de execução, quando compreendidas nas finalidades e nas regras do programa, constituem atos administrativos das autoridades e dos agentes competentes e independem de autorização específica do Plenário para cada exibição ou contratação.
§ 3º As contratações serão precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta legalmente admitidas, cuja caracterização e instrução deverão constar do respectivo processo, sem presunção de dispensa ou inexigibilidade decorrente da instituição do programa."
Art. 5º O art. 24 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XV e XVI:
"Art. 24. .....

XV - expedir, em colegiado, as normas complementares para a execução dos programas institucionais educativos e culturais, inclusive quanto ao uso dos espaços, aos critérios gerais de programação e às condições de funcionamento, observadas as resoluções instituidoras e as competências da Presidência;
XVI - acompanhar a execução e avaliar os resultados desses programas, com base nas informações prestadas pela Presidência e pelos servidores responsáveis." (NR)
Art. 6º O art. 29 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XXV a XXVIII:
"Art. 29. .....
.....
XXV - promover e dirigir a execução administrativa dos programas institucionais educativos e culturais aprovados pelo Plenário, observadas as normas expedidas pela Mesa Diretora;
XXVI - aprovar a programação e o calendário de execução desses programas, mediante proposta instruída pelos servidores responsáveis, assegurada a prioridade dos trabalhos legislativos;
XXVII - exercer as atribuições de autoridade competente nas contratações destinadas a esses programas, inclusive autorizar sua instauração, adjudicar e homologar os procedimentos quando cabível, autorizar as contratações diretas legalmente admitidas, celebrar os instrumentos contratuais e ordenar as despesas, observadas a legislação e as competências dos demais agentes;
XXVIII - designar os servidores responsáveis pela organização e execução dos programas e, nos termos da legislação, os agentes responsáveis pelas contratações, pela gestão e pela fiscalização contratual, respeitados os requisitos de habilitação, as atribuições dos cargos e a segregação de funções." (NR)
Art. 7º O art. 118 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:
"Art. 118. .....
.....
§ 4º As exibições do Programa Cine Câmara e as demais atividades de programas institucionais educativos e culturais têm natureza de eventos administrativos e não constituem sessões legislativas deliberativas ou solenes, não se submetendo aos respectivos ritos, quóruns ou exigências de presença de Vereadores, sem prejuízo das normas de acesso e funcionamento próprias do programa e da prioridade dos trabalhos parlamentares." (NR)
Art. 8º O art. 189 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:
"Art. 189. .....
.....
§ 3º O apoio administrativo aos programas institucionais educativos e culturais será prestado pelos servidores designados, sob a direção geral da Mesa, a coordenação executiva do Presidente e a supervisão dos serviços administrativos pelo Primeiro Secretário, conforme as respectivas atribuições regimentais, observados os deveres dos cargos, as regras de jornada e a segregação de funções." (NR)
Art. 9º O caput e os §§ 2º e 3º do art. 2º da Resolução nº 006/2026 passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido o artigo dos §§ 4º e 5º:
"Art. 2º O Programa Cine Câmara tem por objetivos democratizar o acesso gratuito ao cinema e à cultura, ampliar o contato da população com as expressões artísticas audiovisuais e contribuir para a formação cidadã e a participação comunitária, aproximando a população do Legislativo por meio de exibições de curtas-metragens, longas-metragens, documentários e outras obras audiovisuais.
.....
§ 2º A programação poderá abranger:
I - cidadania;
II - ciência;
III - cultura;
IV - educação;
V - geografia;
VI - história;
VII - artes, diversidade de expressões culturais e patrimônio audiovisual; e
VIII - fruição de obras cinematográficas de diferentes gêneros, estilos, origens e épocas, inclusive de caráter lúdico, recreativo e de entretenimento.
§ 3º Poderão ser exibidas obras de todas as classificações indicativas, inclusive aquelas classificadas como não recomendadas para menores de 18 (dezoito) anos, desde que o acesso do público observe a classificação da obra e as regras legais e regulamentares sobre ingresso, autorização e acompanhamento de crianças e adolescentes, com divulgação prévia e informação visível no local.
§ 4º O acesso ao cinema e a fruição artística constituem finalidades culturais próprias do programa, dispensada a vinculação de cada obra a conteúdo didático ou curricular específico, preservados os critérios pedagógicos aplicáveis ao Cinema Escola, previstos no art. 4º.
§ 5º A seleção das obras observará a adequação ao público destinatário, a diversidade da programação, a viabilidade técnica e financeira e a regularidade dos direitos de exibição, com registro sucinto da pertinência temática, artística ou cultural da programação e de sua relação com os objetivos do programa." (NR)
Art. 10. O caput e o § 3º do art. 5º da Resolução nº 006/2026 passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O Cinema Popular consistirá em sessões gratuitas abertas à população, observadas a capacidade do recinto e as condições de acesso correspondentes à classificação indicativa das obras.
.....
§ 3º A programação será proposta pelos servidores responsáveis e aprovada pelo Presidente da Câmara, observados o art. 2º desta Resolução e os critérios gerais estabelecidos pela Mesa Diretora.
....." (NR)
Art. 11. A Resolução nº 006/2026 passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 6º-A e 6º-B:
"Art. 6º-A. O Programa Cine Câmara será executado exclusivamente no Plenário da Câmara Municipal de Piên, sob a direção administrativa do Presidente, de acordo com as normas complementares aprovadas pela Mesa Diretora e com o apoio dos servidores designados.
§ 1º A programação será precedida de planejamento que identifique os objetivos culturais ou educativos, o público destinatário, o calendário estimado, os recursos necessários e as condições de licenciamento e de funcionamento, considerada sua compatibilidade com a capacidade administrativa e orçamentária da Câmara.
§ 2º Caberá aos servidores responsáveis, conforme suas atribuições:
I - preparar e submeter a proposta de programação, com a motivação prevista no § 5º do art. 2º;
II - organizar o agendamento, a divulgação, a recepção do público e a utilização dos equipamentos;
III - controlar a lotação e observar as condições de segurança, acessibilidade e acesso, inclusive as relativas à classificação indicativa;
IV - conferir, antes de cada exibição, a existência de autorização válida para a obra e para as condições de uso, quando exigida pela legislação autoral; e
V - registrar as sessões realizadas, as obras exibidas, o público atendido em números agregados e as ocorrências relevantes, com preservação dos dados pessoais.
§ 3º O calendário observará a prioridade das atividades legislativas e, no Cinema Popular, o horário máximo de encerramento previsto no § 4º do art. 5º.
§ 4º A Presidência encaminhará à Mesa Diretora, ao menos uma vez por ano, relatório sucinto de execução e avaliação do programa, contendo as sessões realizadas, o público atendido, as despesas e os resultados em relação aos objetivos previstos, com divulgação institucional desses dados.
§ 5º A gestão e a divulgação do programa observarão a impessoalidade, vedada sua utilização para promoção pessoal de autoridades ou para propaganda político-partidária.
Art. 6º-B. As despesas do Programa Cine Câmara correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, conforme disponibilidade e prévio planejamento, observadas as normas financeiras e de responsabilidade fiscal.
§ 1º A Câmara poderá contratar, mediante licitação, as licenças de exibição pública das obras e os bens e serviços necessários ao programa, ressalvadas as hipóteses de contratação direta previstas em lei, devidamente caracterizadas e instruídas.
§ 2º O planejamento da contratação deverá justificar a necessidade, o dimensionamento, a adequação da solução e dos custos às finalidades do programa e definir as condições de exibição pretendidas, inclusive o local, o público, o período, a abrangência do repertório e a divulgação, conforme as características do objeto.

§ 3º A documentação da contratação deverá demonstrar a legitimidade do licenciante para autorizar a exibição das obras abrangidas e delimitar o alcance da licença, sem presumir que a posse de cópia, a assinatura de serviço de acesso doméstico ou o pagamento de remuneração referente a outros direitos autorize a exibição pública audiovisual.
§ 4º A programação e a divulgação de cada sessão observarão o repertório e as condições efetivamente licenciados, vedada a exibição de obra protegida sem a autorização exigível, ressalvadas as utilizações legalmente permitidas independentemente de licença.
§ 5º A gestão e a fiscalização dos contratos serão realizadas por agentes formalmente designados, observada a segregação de funções, e a execução ficará sujeita aos controles jurídico, interno e externo legalmente cabíveis."
Art. 12. A Mesa Diretora aprovará, antes da realização de sessões sob a disciplina desta Resolução, o regulamento operacional do Programa Cine Câmara, com as normas complementares de uso do recinto, programação, responsabilidades e condições de acesso, respeitadas as atribuições da Presidência e dos servidores.
Art. 13. Os instrumentos de planejamento e de contratação do Programa Cine Câmara deverão observar esta Resolução, inclusive nos procedimentos ainda não concluídos, mediante as adequações legalmente cabíveis.
Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Piên, 30 de setembro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

ALDO RUI ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:435F99B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2022

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2022

4º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E A EMPRESA CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR, em conjunto com a Secretária de Saúde, Sra. Mayara Ap. De Almeida Grosskopf, inscrita no CPF sob nº 096.xxx.569-xx doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.254.088/0001-29**,** com endereço na Avenida pref. Omar Sabbag, nº 290, Bairro: Jardim Botânico – Cidade de Curitiba/PR - Cep: 80210-000, Telefone: 41 3087-4300, nesse ato representado por **Cleomar Del Gasperin**, inscrito(a) no CPF sob nº 624.xxx.369-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 145/2022, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência e execução fica prorrogado em 12 meses a partir de 11/10/2026.
Cláusula Segunda: Os preços ficam reajustados conforme INPC abaixo:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	PREÇO PRATICADO	INPC (SET/25 A AGOSTO 26)	NOVO VALOR VIGENTE A PARTIR DE 11/10/26
Diária em Casa de Apoio em Curitiba e região; Hospedagem em quarto coletivo (com alas masculinas e femininas), com fornecimento de refeições (café da manhã, almoço e jantar) e transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios e tratamento médico);	Diária	R$ 108,83	3,98%	R$ 113,16
Diária em Casa de Apoio em Curitiba e região; Hospedagem em quarto individual com banheiro, com fornecimento de refeições (café da manhã, almoço e jantar) e transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios e tratamento médico);	Diária	R$ 147,36	3,98%	R$ 153,22

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.
Piên/PR, 23 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D9E0B894

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMADA PÚBLICA 012/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2026
PROCESSO Nº 4077/2026

O Município de Piên, inscrito no CNPJ sob n.º 76.002.666/0001-40, sediado à Rua Amazonas, n° 373, Centro, PIÊN/PR, através da Comissão de Credenciamento, designada pela Secretaria Solicitante, devidamente autorizada pelo Senhor Prefeito Municipal, MAICON GROSSKOPF, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas pertinentes, torna pública a que se encontra aberto o Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO, destinado à habilitação de prestadores locais para execução de serviços de maquiagem social e penteado profissional às candidatas participantes da Eleição da Realeza do Município de Piên, prevista para 01 de novembro de 2026.
Qualquer empresa que cumpra com as condições, restrições, critérios e exigências presentes no edital, que demonstre interesse em credenciar-se, poderá fazê-lo exclusivamente de forma eletrônica no e-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

O Edital completo do presente Chamamento Público permanecerá à disposição dos interessados no endereço **https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes**.

Piên/PR, 01 de outubro de 2026.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Agente de Contratações

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:FF711A81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 300, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 300, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DECLARA APROVADO O PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E DO LOTEAMENTO TRIGOLÂNDIA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, na Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021, bem como o contido no Processo Administrativo nº 4065/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – Reurb-E do núcleo urbano denominado "Loteamento Trigolândia", localizado neste Município, apresentado pela empresa COGEP – Companhia de Geotecnologias do Paraná Ltda., para início dos trabalhos e acompanhamento, conforme as peças técnicas que configuram o auto de demarcação para posterior registro das quadras, lotes, sistema viário e áreas públicas, no competente Registro de Imóveis de Rio Negro/PR, de acordo com o que preconizam a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 e a Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 30 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:75A25311

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 301, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 301, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DECLARA APROVADO O PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E DO LOTEAMENTO PONTE ALTA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, na Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021, bem como o contido no Processo Administrativo nº 4066/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – Reurb-E do núcleo urbano denominado "Loteamento Ponte Alta", localizado neste Município, apresentado pela empresa COGEP – Companhia de Geotecnologias do Paraná Ltda., para início dos trabalhos e acompanhamento, conforme as peças técnicas que configuram o auto de demarcação para posterior registro das quadras, lotes, sistema viário e áreas públicas, no competente Registro de Imóveis de Rio Negro/PR, de acordo com o que preconizam a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 e a Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 30 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:49EED57F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 302, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 302, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

EXONERA JOÃO VITOR GRUBER ocupaNTE Do cargo de provimento em comissão DE Assessor de área ii – aPOIO ADMINISTRATIVO ii – sECRETARIA mUNICIPAL DE eDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013, e Lei Municipal 1.562/2025 de 15 de janeiro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o senhor JOÃO VITOR GRUBER**,** portador da cédula de identidade civil RG/CPF nº 123.***.***-54, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área II – Apoio Administrativo II – Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Piên/PR, 30 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário De Administração E Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:84CDB241

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1244, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1244, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, nos períodos de 30 de setembro a 09 de outubro de 2026, ao servidor público **AFONSO TASCHECK** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 563.***.***-** e matrícula funcional 4766254, ocupante do cargo público de agente político de **Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:43C0F53F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1319, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1319, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA RESPONSABILIDADE A SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **Tatiane Cubas Ribas Malchovski,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 076.***.***-37 matrícula funcional 4766171, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área**, a responsabilidade pelos atos da Secretaria de saúde, no período de 28 de setembro de 2026 a 25 de janeiro de 2027, em razão do afastamento por licença maternidade da titular do cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 28 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 29 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:D03F8735

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1320, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1320, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria 502 de 05 de maio de 2026, por mais 30 dias a contar de 04 de outubro de 2026, a fim de averiguar os fatos comunicados, através do memorando apresentado pela Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 29 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:00EEF87D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA RESPONSABILIDADE A SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **Eliane Pimentel Jubainski Streit,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 5.***.*** SC, matrícula funcional 4766388, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área**, a responsabilidade pelos atos da Secretaria de Administração, no período de 01 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2026, em razão do afastamento por férias da titular do cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 30 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:2D1FF7F3

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
RESOLUÇÃO Nº 004, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - AD REFERENDUM

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **AD REFERENDUM** do Plenário do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora municipal Larissa do Carmo Honório para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a partir de 19 de fevereiro de 2026.
Art. 2º A presente nomeação foi submetida à apreciação e ratificação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2026;
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2026.

DANIELLI DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:365E4914

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 211/2026

DECRETO 211/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 30 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:381A0EE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, Lei Municipal nº 1.132 de 24 de março de 2026 e tendo em vista o Edital de Homologação nº 14/2026 do Processo Seletivo Simplificado 01/2025 - PSS
R E S O L V E:
1. CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, aberto pelo edital nº 01/2026 homologado pelo Edital nº.15/2026, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Avenida São Roque, 178, Centro, Pinhal de São Bento, Paraná, no prazo de 07 (sete) dias úteis, da data de publicação desta convocação no horário de expediente, das 07:30hs às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

CARGO – PSICOLOGO(A)

Inscrição	Nome	Classificação
0000193	Adriana Schmidt	4º

2. O candidato convocado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega:
cópia da Carteira de Identidade;
RG
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 14 (quatorze) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
k) Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;(modelo em anexo)
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;(modelo em anexo)
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, e/ou Regime Geral de Previdência Social, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo);
Auto Declaração De Cor/Etnia (modelo em anexo)
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no Edital nº 01/2025;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;(agendado após a entrega dos documentos).
3. O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.
4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporárias.
5. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação será considerado como desistente, e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado, não sendo permitida sua recolocação ao final da lista de aprovados.
Pinhal de São Bento, -PR, 30 de setembro de 2026
Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, que não sou ocupante de outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas de governo: Municipal, Estadual ou Federal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO que, recebo benefício proveniente do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF)

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____ DECLARO que, não fui demitido(a) por justa causa de cargo público efetivo, ou de função pública, em órgão da União, Estados e Municípios.
.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

Ilma Sra.
Vania Maria Barbieri
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
Pinhal de São Bento, Pr

REQUERIMENTO

_____, brasileira(o), maior, ,residente na cidade de _____ Estado do Paraná, vem através deste REQUERER, ao Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento/PR, para que o pagamento mensal referente a salário, seja depositado mensalmente na conta corrente nº º _____ Agência _____, Banco _____
N. Termos
P. Deferimento

Pinhal de São Bento/PR, em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Servidor

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens;
1._____valor_____
2._____Valor:_____
3._____Valor:_____
4._____Valor:_____
5._____Valor:_____
Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.
Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.
Cidade _____data _____/_____/_____

_____
Assinatura do(a) Declarante
AUTO DECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,

DECLARO em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:
( ) Branca ( ) Preto(a) ( ) Pardo(a) ( ) Indígena.
DECLARO AINDA, estar ciente de que a falsidade da declaração por mim firmada no presente documento, poderá ensejar sanções civis, e, principalmente criminais (Art. 299 do Código Penal)
Local e data: _____/_____/_____/_____

Assinatura do declarante: _____

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:A04438E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 117/2026

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA nº 6/2026.

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE conforme a Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD FNDE, nº 26/2013 e nº 04/2015".
CONTRATADO: SANDRA FARIAS
VALOR CONTRATADO: R$ 6.895,40 (seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
RECURSOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01110	05.002.12.306.1203.2024	01117	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01080	05.002.12.306.1203.2023	01114	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01112	05.002.12.306.1203.2024	01112	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01100	05.002.12.306.1203.2024	01116	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01060	05.002.12.306.1203.2022	01115	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) dias após a assinatura e homologação do contrato.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:4033CEFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 118/2026

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA nº 6/2026.

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE conforme a Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD FNDE, nº 26/2013 e nº 04/2015".
CONTRATADO: FATIMA TEREZINHA REBELATO

VALOR CONTRATADO: R$ 25.744,00 (Vinte e Cinco Mil e Setecentos e Quarenta e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
RECURSOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01110	05.002.12.306.1203.2024	01117	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01080	05.002.12.306.1203.2023	01114	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01112	05.002.12.306.1203.2024	01112	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01100	05.002.12.306.1203.2024	01116	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01060	05.002.12.306.1203.2022	01115	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) dias após a assinatura e homologação do contrato.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:E9FD8D7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 116/2026

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA nº 6/2026.

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE conforme a Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD FNDE, nº 26/2013 e nº 04/2015".
CONTRATADO: ADELIO POZZOBON
VALOR CONTRATADO: R$ 6.895,40 (seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
RECURSOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01110	05.002.12.306.1203.2024	01117	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01080	05.002.12.306.1203.2023	01114	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01112	05.002.12.306.1203.2024	01112	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01100	05.002.12.306.1203.2024	01116	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01060	05.002.12.306.1203.2022	01115	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) dias após a assinatura e homologação do contrato.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:317DE13D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Chamamento Público/Credenciamento nº 03/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 13/2026

CONTRATANTE: Município de Pinhal de São Bento/PR

CONTRATADA: A M Costa Serviços Odontológicos LTDA - CNPJ nº 66.522.192/0001-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO: nº 75/2026
DATA DE INÍCIO DOS EFEITOS: 30 de setembro de 2026.
OBJETO DA EXTINÇÃO: Extinção antecipada, por ato unilateral da Administração Pública, do contrato de prestação de serviços de profissional dentista (40 horas semanais).

Pinhal de São Bento/PR, 30 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:62CAC23D

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DO RECURSO
DELIBERAÇÃO Nº 005/2026 – COEDE/PR

PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DO RECURSO
DELIBERAÇÃO Nº 005/2026 – COEDE/PR
Projeto Acessibilidade e Autonomia

O presente projeto destina-se à aquisição de um elevador de acessibilidade e de dois bancos giratórios de acessibilidade para veículos para transferência de pessoa usuária de cadeira de rodas, como equipamentos e material permanente, com incorporação ao patrimônio do Município de Pinhal de São Bento. Não haverá execução de obras, ampliações, reformas ou intervenções estruturais no âmbito deste projeto.
Dados cadastrais

Município: PINHAL DE SÃO BENTO - PR		
Instituição: Escola Municipal Primo Savoldi	**CNPJ**: 95.590.832/0001-11	
Endereço: Avenida São Roque, nº 1525, Centro	**CEP**: 85727-000	
Telefone: (46) 99920 2767 **Celular:** (46) 99929 0062	**E-mail institucional:** educacaopsb@pinhaldesaobento.pr.gov.br	
Nome do Secretário Municipal responsável pela Política da Pessoa com Deficiência: DELURDES DERZI OLBERMANN DE OLIVEIRA		
Telefone: (46) 98402-7477	Celular: (46) 98402-7477	E-mail: assistenciasocialpsb@gmail.com
Nome do Projeto/Programa/Serviço**: Acessibilidade e Autonomia**		
Local/Endereço onde será executado o Projeto/Programa/Serviço: Escola Municipal Primo Savoldi de Pinhal de São Bento PR		
Nome do técnico responsável pela elaboração do projeto	Marcia Chaves da Silva	
Telefone	(46) 99937-7268	
E-mail	escolaprimosavoldi@gmail.com	
Formação ou cargo	Diretora da Escola Municipal Primo Savoldi	

Local de execução e destinação
O elevador será destinado ao atendimento na Escola Municipal Primo Savoldi. Os dois bancos giratórios serão destinados a veículos utilizados pelo Município no atendimento de pessoas com deficiência, cuja identificação e compatibilidade deverão constar no processo de aquisição. Os três bens permanecerão sob propriedade e controle patrimonial municipal.
Diagnóstico
A Escola Municipal Primo Savoldi atende 182 estudantes, conforme o levantamento apresentado no projeto original. Entre eles, há uma estudante com deficiência física e comprometimento significativo da mobilidade, que não realiza marcha independente e necessita de apoio para deslocamentos e participação nas atividades escolares.

A demanda identificada consiste na disponibilização de equipamentos que favoreçam o deslocamento seguro entre os níveis da unidade escolar e a transferência para o assento do veículo. A resposta prevista é a compra de bens permanentes de acessibilidade compatíveis com as condições existentes, sem alteração da estrutura física da escola.

Caracterização do programa

O projeto Acessibilidade e Autonomia concentra-se na aquisição de recursos de tecnologia assistiva para acesso à educação e participação social. O objeto fica delimitado aos três bens descritos neste planejamento, substituindo as referências genéricas a móveis, equipamentos eletrônicos e esportivos da versão anterior.

Não integram o objeto serviços de construção civil, fundações, execução de poço ou caixa de elevador, abertura de lajes, alvenaria, reforços estruturais ou reforma de instalações prediais, caso seja necessário, tal despesa será realizada com recursos próprios do município. A solução a adquirir deverá ser utilizável sem essas intervenções, mediante comprovação técnica prévia.

Público alvo

Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida atendidas pelo Município, especialmente estudantes da Escola Municipal Primo Savoldi que necessitem de apoio nos deslocamentos e no embarque e desembarque de veículo. O atendimento prioritário à demanda identificada não implica destinação particular dos equipamentos.

Objetivo geral

Promover acessibilidade, segurança e participação das pessoas com deficiência por meio da aquisição de um elevador de acessibilidade e de dois bancos giratórios de acessibilidade para veículos, com incorporação dos bens ao patrimônio municipal e utilização no atendimento ao público-alvo.

Objetivos específicos

• Disponibilizar equipamento para deslocamento seguro entre os níveis da escola, compatível com a infraestrutura existente e sem necessidade de obras.

• Facilitar a transferência da pessoa usuária de cadeira de rodas para o veículo e seu desembarque, com equipamento adequado às suas necessidades.

• Registrar os bens no patrimônio municipal, identificar os responsáveis por sua guarda e orientar os operadores quanto ao uso seguro.

Bens a serem adquiridos

Equipamento	Qtd.	Finalidade
Elevador de acessibilidade	1 unidade	Deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida entre os níveis da escola.
Banco giratório de acessibilidade para veículos, destinado à transferência de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida	2 unidades	Facilitar a transferência da cadeira de rodas para o assento do veículo e o desembarque.

O banco giratório veicular é o assento adaptado para facilitar a transferência e o acesso ao veículo. O termo de referência definirá os mecanismos necessários, a compatibilidade com o veículo, os dispositivos de segurança e as condições de uso, conforme avaliação das necessidades da pessoa atendida, sem indicação de marca.

As especificações do elevador deverão identificar modelo, capacidade, percurso, requisitos de apoio e fixação, alimentação elétrica e condições de montagem. A documentação técnica deverá demonstrar que a solução atende ao objeto sem obras e fundamentar sua caracterização como bem permanente individualizável.

Natureza da despesa e vinculação orçamentária

Órgão: 08 — Secretaria de Assistência Social.

Unidade: 002 — Departamento de Promoção Social.

Classificação funcional-programática: 08.242.0801.2128 — Fundo da Pessoa com Deficiência.

Projeto/atividade: 2128 — Fundo da Pessoa com Deficiência.

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.

Código da despesa: 05620.

A identificação acima corresponde à dotação repassada pela contabilidade municipal. A natureza da despesa compreende Despesas de Capital, grupo Investimentos, modalidade Aplicações Diretas e elemento Equipamentos e Material Permanente. A identificação da fonte específica do repasse estadual e sua vinculação à execução deverão observar os registros e as orientações do setor contábil.

Valores e composição do fornecimento

Os valores unitários e totais serão definidos por pesquisa de preços e registrados no plano de aplicação, dentro do limite disponível. O arquivo original não apresenta valores. O fornecimento deverá discriminar os equipamentos e os componentes necessários à entrega em condições de uso, sem incluir obras ou despesas de custeio vedadas. A montagem acessória, se necessária, dependerá de análise técnica e contábil e da aceitação do escopo pelo órgão estadual.

Fundamentação e delimitação do recurso

A proposta vincula-se às linhas de acesso à educação, inclusão social e tecnologia assistiva do art. 2º, incisos II, III e IV, da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR. O art. 12 admite investimentos, inclusive outros itens de investimento; o art. 13 impede obras, ampliações, reformas e custeio. A aquisição pretendida será submetida à análise estadual com sua documentação técnica e orçamentária.

Metas de atendimento

• Adquirir e disponibilizar 1 elevador de acessibilidade e 2 bancos giratórios de acessibilidade para veículos, observadas as especificações e a aprovação do plano.

• Incorporar 100% dos equipamentos adquiridos ao patrimônio municipal, com identificação, registro de localização e termo de responsabilidade.

• Disponibilizar os equipamentos para a demanda identificada e os demais usuários elegíveis, conforme necessidade e condições de segurança.

• Orientar os profissionais designados para operação e registrar a entrega dos manuais, garantias e documentos técnicos.

Metodologia

Antes da contratação, o Município reunirá descrição técnica, vistoria do local, documentação do fabricante e manifestação do profissional habilitado que demonstrem a viabilidade de uso do elevador sem obras. O setor contábil analisará o enquadramento em 4.4.90.52.00.00. A definição dos bancos giratórios considerará os veículos e as necessidades funcionais dos usuários.

A compra observará o procedimento de contratação aplicável, com especificações objetivas, pesquisa de preços e fiscalização. A contratação ficará limitada aos bens aprovados, sem inserção posterior de intervenções civis ou serviços incompatíveis com o repasse.

No recebimento, serão conferidos quantidade, especificações, funcionamento, segurança, manuais e garantia. Após o aceite, os bens serão registrados no patrimônio do Município, com valor de aquisição, identificação individual, localização e responsável pela guarda. O elevador ficará afetado ao uso na escola; os bancos, aos veículos identificados no processo.

A conservação e a manutenção posterior serão organizadas pelo Município mediante fontes compatíveis, sem utilização do repasse para custeio. Qualquer necessidade de obra identificada antes ou durante o procedimento impedirá o prosseguimento da aquisição nos termos deste planejamento até a revisão do objeto.

Prazo de execução

A execução integral observará o prazo de 24 meses da transferência, com início em até 180 dias do recebimento, conforme arts. 15 e 17. Eventual alteração do plano seguirá o art. 16; na reprogramação, será aguardada a aprovação estadual prevista no art. 17, § 2º.

Equipe de trabalho

Direção Escolar: identificar as necessidades de uso, acompanhar a disponibilização do elevador e organizar o atendimento na escola, em articulação com os setores municipais competentes.

Assistente Social: acompanhar as demandas sociais dos usuários e suas famílias, realizar orientações e encaminhamentos e articular a rede de proteção, dentro de suas atribuições profissionais.

Setores municipais de compras, contabilidade e patrimônio: conduzir os procedimentos de aquisição, verificar a dotação e a classificação da despesa e realizar o registro e o controle dos bens, segundo suas competências.

Profissional técnico habilitado e fiscalização designada: avaliar a compatibilidade dos equipamentos, documentar a inexistência de necessidade de obras e acompanhar as condições técnicas de recebimento e uso.

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento verificará a entrega dos três equipamentos, sua disponibilidade para uso, o registro patrimonial e o atendimento das necessidades de acessibilidade. A equipe registrará dificuldades de operação e providências necessárias para manter o uso seguro.

A comprovação da execução reunirá documentos da contratação, notas fiscais, termos de recebimento, registros patrimoniais e de responsabilidade, documentação técnica e registros de utilização. Imagens dos equipamentos poderão integrar os relatórios, preservando a identidade dos estudantes.

Declaração de escopo para reapresentação

O Município de Pinhal de São Bento esclarece que o objeto deste projeto é a aquisição de equipamentos de acessibilidade para incorporação ao patrimônio municipal, com previsão na natureza de despesa 4.4.90.52.00.00 — Equipamentos e Material Permanente, vinculada ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência. Não haverá obras, ampliações, reformas ou intervenções estruturais no âmbito da proposta.

As expressões relativas a adequações estruturais e melhorias da infraestrutura utilizadas anteriormente ficam substituídas pela descrição específica dos bens. A contratação observará a comprovação técnica e contábil do enquadramento e a aprovação pelo órgão estadual competente.

Pinhal de São Bento – PR, 30 de setembro de 2026.

DELURDES DERZI OLBERMANN DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

ZENIR ANDRETTI DE CAMARGO BARBIERI
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:2DB3156C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03/2026 CMDPD

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: Aprova o Plano de Ação revisado do Projeto Acessibilidade e Autonomia, explicita a natureza da despesa e a aquisição de bens permanentes sem obras e revoga a Resolução nº 02/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Pinhal de São Bento – PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.049, de 19 de fevereiro de 2025, e conforme deliberação do plenário em reunião realizada em 30 de setembro de 2026,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR, especialmente os arts. 12, 13 e 16, relativos aos investimentos admitidos, às despesas vedadas e à alteração do Plano de Ação;

CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2026 do CMDPD, de 22 de abril de 2026, que aprovou o Termo de Adesão e o Plano de Ação, e a Resolução nº 02/2026, de 31 de agosto de 2026, que aprovou sua alteração;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o projeto anteriormente apresentado para esclarecer seu objeto, identificar a natureza da despesa e afastar a interpretação de que a proposta contempla obras ou adequações estruturais;

CONSIDERANDO a aprovação, pelo plenário, da versão revisada do Plano de Ação do Projeto Acessibilidade e Autonomia,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação revisado do Projeto Acessibilidade e Autonomia, vinculado ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e ao repasse da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR, para aquisição dos seguintes bens permanentes:

I – 1 (um) elevador de acessibilidade, destinado à Escola Municipal Primo Savoldi;

II – 2 (dois) bancos giratórios de acessibilidade para veículos, destinados a facilitar a transferência, o embarque e o desembarque de pessoas usuárias de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O plano revisado aprovado nesta data substitui integralmente a versão anteriormente aprovada e deverá acompanhar esta Resolução no processo administrativo e no encaminhamento ao órgão estadual.

Art. 2º A aquisição prevista no plano observará a natureza de despesa 4.4.90.52.00.00 — Equipamentos e Material Permanente, vinculada ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, com a seguinte composição**:**

I – categoria econômica: 4 — Despesas de Capital;

II – grupo de natureza da despesa: 4 — Investimentos;

III – modalidade de aplicação: 90 — Aplicações Diretas;

IV – elemento de despesa: 52 — Equipamentos e Material Permanente.

§ 1º Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio do Município de Pinhal de São Bento, com registro individual, identificação da destinação e definição dos responsáveis por sua guarda e utilização.

§ 2º A classificação funcional-programática e o código do projeto/atividade serão os da dotação correspondente ao Fundo, a serem identificados pelo setor contábil nos documentos de execução orçamentária, distinguindo-se da natureza da despesa indicada no caput.

Art. 3º O objeto aprovado consiste exclusivamente na aquisição dos equipamentos descritos no art. 1º, sem execução de obras, ampliações, reformas ou intervenções estruturais. É vedada a aplicação dos recursos do repasse nessas despesas e em custeio, conforme o art. 13 da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.

Parágrafo único. A contratação do elevador dependerá da comprovação técnica de compatibilidade com as condições existentes, sem necessidade de obras, e da confirmação contábil do enquadramento previsto no art. 2º. Esta aprovação não autoriza classificar como material permanente objeto que, por suas características, deva ser tratado como obra ou instalação incorporável ao imóvel.

Art. 4º O órgão gestor encaminhará ao Estado o plano revisado, esta Resolução e seu comprovante de publicação, acompanhados da justificativa dos ajustes, para atualização no SIFF e análise pertinente, observados o art. 16 e, quando aplicável, o art. 17, § 2º, da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 02/2026 deste Conselho, em razão da substituição do plano pelos ajustes aprovados na reunião de 30 de setembro de 2026.

Art. 6º Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução nº 01/2026 do CMDPD e do Termo de Adesão que não forem incompatíveis com esta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, passando a prevalecer o plano revisado no âmbito deste Conselho, sem dispensar a análise e a aprovação estadual exigíveis para a execução dos recursos.

Pinhal de São Bento – PR, 30 de setembro de 2026.

ZENIR ANDRETTI DE CAMARGO BARBIERI
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:D50F0042

SECRETARIA DE SAUDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 003/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHAL DE SÃO BENTO – PR
Rua Presidente Vargas, 273 – Pinhal de São Bento – PR
CEP – 85.727-000 – Pinhal de São Bento – PR
CNPJ – 08.862.734/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 003/2026

Em cumprimento ao disposto na Lei 8689/93, em seu artigo 12, convocamos o Conselho Municipal de Saúde, bem como a população em geral para participarem da Audiência Pública da Saúde, referente ao segundo quadrimestre do ano de 2026 a ser realizado no dia 13 de

outubro de 2026 às 08:15 horas na Câmara Municipal de Vereadores de Pinhal de São Bento - PR.
Agradecemos antecipadamente a presença.

Pinhal de São Bento, 29 de setembro 2026

.

KATIUÇA MARA PASA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jean Paulo Pettenon
Código Identificador:7762BCB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 717/2026

Concede aposentadoria Voluntaria Por Idade e Tempo de Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº **039/2026**, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição** a servidora **ROSELI ELIZA DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional nº 992140, RG nº **5.127.XXX-9,** CPF nº 797.249**.XXX-X1**, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, **com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988.**
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de em **R$ 2.606,48 (dois mil seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos).**
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 **de outubro de 2026.**
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:608F8C56

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 718/2026

Revisa os proventos da Aposentadoria por Invalidez Permanente concedida à servidora pública municipal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº **057/2025**, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Revisar os proventos da Aposentadoria por Invalidez Permanente concedida à servidora **JULIANA FUCK DOS SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de Professor III Especialização, matrícula funcional nº **803491,** por meio da Portaria nº **643/2026**, em decorrência da revisão administrativa do benefício.
Art. 2º Em decorrência da revisão prevista no art. 1º, os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 2.625,70 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).**
Art. 3º Permanecem inalterados os demais termos da Portaria nº **643/2026**.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em **29 de setembro de 2026.**

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:DE9D30B8

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 719/2026

Concede Pensão por Morte

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Pensão por Morte nº 011/2026-P, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Pensão por Morte a **MARIA CRISTINA MAZEPA SIMIÃO**, na qualidade de cônjuge do servidor público municipal ativo falecido **NEIVALDIR SIMIÃO**, matrícula funcional nº **502881**, ocupante do cargo efetivo de **Desenhista Técnico**, com fundamento no art. 2º, inciso II, alínea "a", e no **art. 18, inciso II**, da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 32, inciso II, alínea "a", e § 2º, do Decreto Municipal nº 3.163/2008.
Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor bruto mensal de **R$ 4.985,92 (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).**
Parágrafo único. Em razão da acumulação de benefícios, aplica-se a redução prevista no art. 24, § 2º, da Emenda Constitucional nº 103/2019, resultando no valor mensal de **R$ 3.266,57 (três mil duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).**
Art. 3º O benefício concedido por esta Portaria será reajustado de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:73A46497

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.057/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.709 29 de setembro de 2026, conforme especificado neste Decreto.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento-Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº

4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00	941	Diárias – Civil	1.500,00
Total			**1.500,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	941	663	Subvenções Sociais	1.500,00
Total				**1.500,00**

Art. 4º O valor de que trata esta Lei não será computado para efeitos do artigo 41 da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025, e do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C689FB0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 111/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2974/2024 de 05/03/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N° 105/2026, SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Resultado
47	ALLINE DANTHARA ROCHA LIMA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A24FE381

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 112/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2974/2024 de05/03/2024, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 111/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Resultado
47	ALLINE DANTHARA ROCHA LIMA	APTA

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 02/10/2026, às 10h:00min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E0B44E3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 113/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com

homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°106/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
799	TAINA CORREA E SOUZA	AUSENTE
800	CLAUDIA DE AZEVEDO HILCKO	APTA
801	JUSINEIA DA SILVA SOCHACKI	AUSENTE
802	LAURA DE FÁTIMA FERREIRA STRAPASSON	APTA
803	ELAINE BATISTA	APTA
804	MARIA BEATRIZ MARROCHE DA SILVA	APTA
805	ELIZETE SOARES DA SILVA	AUSENTE
806	JESSICA DOMINGUES GRANDI	AUSENTE
807	RITA DE CÁSSIA BERTOLDO VENDITE	AUSENTE
808	PRISCILA GOBI DOS SANTOS	AUSENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:100DF360

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 114/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 113/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
800	CLAUDIA DE AZEVEDO HILCKO	APTA
802	LAURA DE FÁTIMA FERREIRA STRAPASSON	APTA
803	ELAINE BATISTA	APTA
804	MARIA BEATRIZ MARROCHE DA SILVA	APTA

Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 02/10/2026, às 10h:00min.,**na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:60309B05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 31/2026

Dispõe sobre o Processo Eleitoral para escolha de um representante titular e um representante suplente das Escolas do Campo que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básicade Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições, considerando o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), torna pública a normatização da realização do processo eleitoral para escolha de um representante titular e um representante suplente das Escolas do Campo que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.

Art. 1º Do objeto
O presente Edital tem como objeto normatizar a realização da eleição para escolha de (01) um representante titular e (01) um representante suplente das Escolas do Campo que integrarão o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação de Piraquara – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030, conforme preconiza o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020.

Art. 2º Das finalidades do Conselho
I) O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros no Município de Piraquara/PR.
II) A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:
a) não é remunerada;
b) é considerada atividade de relevante interesse social;
c) assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
d) o mandato dos membros dos conselhos do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Art. 3º Da participação

I) Participarão do processo eletivo, na condição de candidatos e/ou eleitores, os representantes das Escolas do Campo, que pleiteiam integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.
II) Podem se candidatar e votar os representantes das Escolas do Campo.

Art. 4º Dos impedimentos
São impedidos de participar do processo de eleição, os representantes ou candidatos que:
I) Sejam cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
II) Sejam tesoureiros, contadores ou funcionários de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
III) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo Municipal gestor dos recursos;
IV) Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atuam os respectivos conselhos.
Art. 5º Das inscrições
I) Os interessados em candidatar-se como representantes, deverão preencher o formulário de inscrição por meio do link: https://forms.gle/6CueDZniypRzVSNW6 que estará disponível até dia 23/10/2026.
II) Os candidatos deverão preencher a ficha de inscrição contendo os dados pessoais, após homologada a candidatura.
III) Apresentar a seguinte documentação: RG ou CNH, CPF, Comprovante de residência atualizado, Documento comprobatório do segmento (declaração que comprove exercer a função ao qual se candidatou)
IV) O preenchimento da ficha de inscrição com dados inverídicos implicará na exclusão automática do candidato, sem prejuízo das demais responsabilidades.
V) A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.
VI) A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada oficialmente na página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Da eleição
I) A assembleia de eleição ocorrerá no dia04 de novembro, às 17h30 horas, na Escola Rural Municipal Dona Julia Wanderley, situada na Rua Vagner Luis Boscardin, 55 – Águas Claras – Piraquara - PR.
II) Serão eleitos para compor o Conselho Municipal do FUNDEB, na gestão 2027 a 2030, os representantes das Escolas do Campo com maior número de votos.
III) Em caso de empate, será eleito o representante que possuir a idade maior.
IV) Finalizada a eleição, será divulgado os nomes dos eleitos.

Art. 7º Da Comissão Eleitoral
Fica constituída a Comissão Eleitoral, responsável por organizar e acompanhar todo o processo juntamente com os Conselheiros em exercício do CACS FUNDEB, composta pelos seguintes membros:
I) Jucélia MatulleDalbello - SMED
II) Flávia Regina de Abreu - CME
III) RegianePlantes Pires - APMP

Art. 8º Das disposições finais
I) Cabe à Secretaria Municipal de Educação providenciar a divulgação deste edital.
II) A atuação dos membros do CACS-FUNDEB é considerada atividade de relevante interesse social e não é remunerada.
III) Após eleitos, os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito por meio de decreto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
IV) A posse dos membros eleitos se dará na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, na qual se elegerá um Presidente e um Vice-Presidente do referido Conselho.
V) Compete à Comissão Eleitoral deliberar sobre quaisquer assuntos relativos ao processo eleitoral e ao respectivo Edital.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 29 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:8301C9EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 32/2026

Dispõe sobre o Processo Eleitoral para escolha de dois representantes titulares e dois representantes suplentes de Organizações da Sociedade Civil que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições, considerando o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), torna pública a normatização da realização do processo eleitoral para escolha de dois representantes titulares e dois representantes suplentes de Organizações da Sociedade Civil que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.

Art. 1º Do objeto
O presente Edital tem como objeto normatizar a realização da eleição para escolha de (02) dois representantes titulares e (02) dois representantes suplentes de Organizações da Sociedade Civil que integrarão o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Piraquara – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030, conforme preconiza o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020.

Art. 2º Das finalidades do Conselho
I) O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros no Município de Piraquara/PR.
II) A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:
a) não é remunerada;
b) é considerada atividade de relevante interesse social;
c) assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
d) o mandato dos membros dos conselhos do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Art. 3º Da participação
I) Participarão do processo eletivo, na condição de candidatos e/ou eleitores, os representantes da Sociedade Civil e Organizada que pleiteiam integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de

Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.
II) Podem se candidatar e votar representantes da Sociedade Civil e Organizada que se enquadrem nos seguintes requisitos:
a) serem pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
b) desenvolverem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;
c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação deste edital;
d) desenvolverem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
e) não figurarem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.
III) É vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 4º Dos impedimentos
São impedidos de participar do processo de eleição, os representantes ou candidatos que:
I) Sejam cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
II) Sejam tesoureiros, contadores ou funcionários de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
III) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo Municipal gestor dos recursos;
IV) Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atuam os respectivos conselhos.
Art. 5º Das inscrições
I) Os interessados em candidatar-se como representantes, deverão preencher o formulário de inscrição por meio do link: https://forms.gle/6CueDZniypRzVSNW6 que estará disponível até dia 23/10/2026.
II) Os candidatos deverão preencher a ficha de inscrição contendo os dados pessoais, após homologada a candidatura.
III) Apresentar a seguinte documentação: RG ou CNH, CPF, Comprovante de residência atualizado.
IV) O preenchimento da ficha de inscrição com dados inverídicos implicará na exclusão automática do candidato, sem prejuízo das demais responsabilidades.
V) A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.
VI) A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada oficialmente na página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Da eleição
I) A assembleia de eleição ocorrerá no dia04 de novembro, às 19 horas, na Secretaria Municipal de Educação – sala 01, situada na PR-415. Av. João Leopoldo Jacomel, 4675 – Piraquara - PR.
II) Serão eleitos para compor o Conselho Municipal do FUNDEB, na gestão 2027 a 2030, os representantes de Organizações da Sociedade Civil com maior número de votos.
III) Em caso de empate, será eleito o representante que possuir a idade maior.
IV) Finalizada a eleição, será divulgado os nomes dos eleitos.

Art. 7º Da Comissão Eleitoral
Fica constituída a Comissão Eleitoral, responsável por organizar e acompanhar todo o processo juntamente com os Conselheiros em exercício do CACS FUNDEB, composta pelos seguintes membros:
I) Jucélia MatulleDalbello- SMED
II) Flávia Regina de Abreu - CME
III) RegianePlantes Pires - APMP

Art. 8º Das disposições finais
I) Cabe à Secretaria Municipal de Educação providenciar a divulgação deste edital.
II) A atuação dos membros do CACS-FUNDEB é considerada atividade de relevante interesse social e não é remunerada.
III) Após eleitos, os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito por meio de decreto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
IV) A posse dos membros eleitos se dará na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, na qual se elegerá um Presidente e um Vice-Presidente do referido Conselho.
V) Compete à Comissão Eleitoral deliberar sobre quaisquer assuntos relativos ao processo eleitoral e ao respectivo Edital.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 29 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:36A0A8A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 33/2026

Dispõe sobre o Processo Eleitoral para escolha de dois representantes titulares e dois representantes suplentes dos Pais de estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições, considerando o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), torna pública a normatização da realização do processo eleitoral para escolha de dois representantes titulares e dois representantes suplentes dos Pais de estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.

Art. 1º Do objeto
O presente Edital tem como objeto normatizar a realização da eleição para escolha de (02) dois representantes titulares e (02) dois representantes suplentes dos Pais de estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que integrarão o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação de Piraquara – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030, conforme preconiza o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020.
Art. 2º Das finalidades do Conselho
I) O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros no Município de Piraquara/PR.
II) A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:
a) não é remunerada;
b) é considerada atividade de relevante interesse social;
c) assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

d) o mandato dos membros dos conselhos do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Art. 3º Da participação

I) Participarão do processo eletivo, na condição de candidatos e/ou eleitores, os pais dos estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara, que pleiteiam integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.

II) Podem se candidatar e votar, pais de estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara.

Art. 4º Dos impedimentos

São impedidos de participar do processo de eleição, os representantes ou candidatos que:

I) Sejam cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

II) Sejam tesoureiros, contadores ou funcionários de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo Municipal gestor dos recursos;

IV) Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atuam os respectivos conselhos.

Art. 5º Das inscrições

I) Os interessados em candidatar-se como representantes, deverão preencher o formulário de inscrição por meio do link: https://forms.gle/6CueDZniypRzVSNW6 que estará disponível até dia 23/10/2026.

II) Os candidatos deverão preencher a ficha de inscrição contendo os dados pessoais, após homologada a candidatura.

III) Apresentar a seguinte documentação: RG ou CNH, CPF, Comprovante de residência atualizado, Documento comprobatório do segmento (o pai ou responsável deverá comprovar que seu filho está devidamente matriculado na instituição de ensino).

IV) O preenchimento da ficha de inscrição com dados inverídicos implicará na exclusão automática do candidato, sem prejuízo das demais responsabilidades.

V) A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

VI) A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada oficialmente na página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Da eleição

I) A assembleia de eleição ocorrerá no dia04 de novembro, às 18 horas, na Secretaria Municipal de Educação – sala 01, situada na PR-415. Av. João Leopoldo Jacomel, 4675 – Piraquara - PR.

II) Serão eleitos para compor o Conselho Municipal do FUNDEB, na gestão 2027 a 2030, os representantes de pais de estudantes matriculados nas instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara com maior número de votos.

III) Em caso de empate, será eleito o representante que possuir a idade maior.

IV) Finalizada a eleição, será divulgado os nomes dos eleitos.

Art. 7º Da Comissão Eleitoral

Fica constituída a Comissão Eleitoral, responsável por organizar e acompanhar todo o processo juntamente com os Conselheiros em exercício do CACS FUNDEB, composta pelos seguintes membros:

I) Jucélia MatulleDalbello- SMED

II) Flávia Regina de Abreu - CME

III) RegianePlantes Pires - APMP

Art. 8º Das disposições finais

I) Cabe à Secretaria Municipal de Educação providenciar a divulgação deste edital.

II) A atuação dos membros do CACS-FUNDEB é considerada atividade de relevante interesse social e não é remunerada.

III) Após eleitos, os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito por meio de decreto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

IV) A posse dos membros eleitos se dará na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, na qual se elegerá um Presidente e um Vice-Presidente do referido Conselho.

V) Compete à Comissão Eleitoral deliberar sobre quaisquer assuntos relativos ao processo eleitoral e ao respectivo Edital.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 29 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:1C6920EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 35/2026

Dispõe sobre o Processo Eleitoral para escolha de um representante titular e um representante suplente dos Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027-2030.

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições, considerando o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), torna pública a normatização da realização do processo eleitoral para escolha de um representante titular e um representante suplente dos Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que irão compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.

Art. 1º Do objeto

O presente Edital tem como objeto normatizar a realização da eleição para escolha de 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente de Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara que integrarão o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação de Piraquara – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030, conforme preconiza o art. 34, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.113/2020.

Art. 2º Das finalidades do Conselho

I) O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros no Município de Piraquara/PR.

II) A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

a) não é remunerada;

b) é considerada atividade de relevante interesse social;

c) assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

d) veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

1) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

2) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;
3) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;
e) veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.
f) O mandato dos membros dos conselhos do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Art. 3º Da participação
I) Participarão do processo eletivo, na condição de candidatos e ou eleitores, os representantes de Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara, que pleiteiam integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, gestão 2027 a 2030.
II) Podem se candidatar e votar, Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara, que estejam no efetivo exercício da função nas instituições de ensino público municipal de Piraquara.

Art. 4º Dos impedimentos
São impedidos de participar do processo de eleição, os representantes ou candidatos que:
I) Sejam cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.
Art. 5º Das inscrições
I) Os interessados em candidatar-se como representantes, deverão preencher o formulário de inscrição por meio do link: https://forms.gle/6CueDZniypRzVSNW6 que estará disponível até dia 23/10/2026.
II) Os candidatos deverão preencher a ficha de inscrição contendo os dados pessoais, após homologada a candidatura.
III) Apresentar a seguinte documentação: RG ou CNH, CPF, Comprovante de residência atualizado, Documento comprobatório do segmento (declaração que comprove exercer a função ao qual se candidatou)
IV) O preenchimento da ficha de inscrição com dados inverídicos implicará na exclusão automática do candidato, sem prejuízo das demais responsabilidades.
V) A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.
VI) A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada oficialmente na página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Da eleição
I) A assembleia de eleição ocorrerá no dia06 de novembro, às 08 horas, no auditório da Vila da Cidadania, situado na PR-415. Av. João Leopoldo Jacomel, 4675 – Piraquara - PR.
II) Serão eleitos para compor o Conselho Municipal do FUNDEB, na gestão 2027 a 2030, os representantes de Diretores das instituições de Ensino da rede pública municipal de Piraquara com maior número de votos.
III) Em caso de empate, será eleito o representante que possuir a idade maior.
IV) Finalizada a eleição, será divulgado os nomes dos eleitos.

Art. 7º Da Comissão Eleitoral
Fica constituída a Comissão Eleitoral, responsável por organizar e acompanhar todo o processo juntamente com os Conselheiros em exercício do CACS FUNDEB, composta pelos seguintes membros:
I) Jucélia MatulleDalbello -SMED
II) Flávia Regina de Abreu - CME
III) RegianePlantes Pires - APMP

Art. 8º Das disposições finais
I) Cabe à Secretaria Municipal de Educação providenciar a divulgação deste edital.
II) A atuação dos membros do CACS-FUNDEB é considerada atividade de relevante interesse social e não é remunerada.
III) Após eleitos, os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito por meio de decreto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
IV) A posse dos membros eleitos se dará na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, na qual se elegerá um Presidente e um Vice-Presidente do referido Conselho.
V) Compete à Comissão Eleitoral deliberar sobre quaisquer assuntos relativos ao processo eleitoral e ao respectivo Edital.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 29 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:C3DFF81C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 06/2026

A SECRETÁRIA MUNCIIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º Nomear os membros para recomposição da comissão responsável pela regulamentação do processo de seleção de vagas da Educação Infantil Pública Municipal:
I) Representantes da Direção dos Centros Municipais de Educação Infantil:
TITULAR: Josiane Ribeiro Silveira Valdomiro, matrícula828641;
SUPLENTE: Tânia Cordeiro Machado da Luz, matrículas 766601 e 992869.
II) Representantes da Coordenação Pedagógica dos Centros Municipais de Educação Infantil:
TITULAR: Lilian Fagundes Treska de Andrade, matrículas 726481 e 9582500239;
SUPLENTE: Isis Satiro dos Santos, matrícula750191.
III) Representantes da Secretaria Escolar dos Centros Municipais de Educação Infantil:
TITULAR:Ana Caroline Camilo da Silva, matrícula9582921178;
SUPLENTE: Viviane Pinheiro da Cunha Santos Miranda, matrícula992556.
IV) Representantes do Conselho Municipal de Educação:
TITULAR: Leonardo Gomes Rodrigues, matrículas 992834 e 9582530177;
SUPLENTE: Marli dos Santos Theodoro, matrículas 588901 e 758251.
V) Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
TITULAR:Luciana Xavier Morais dos Santos, matrículas 588901 e 758251
SUPLENTE:Tatiane da Silva Valter Caetano, CPF 003.xxx.xxx-48.
VI) Representantes do Conselho Tutelar:
TITULAR: William WinterCristofoli, matrícula700546877;
SUPLENTE: Roselaine Simbalista, matrícula9582499991.
VII) Representantes da Comissão Intersetorial de Vigilância Alimentar e Nutricional Infantil:
TITULAR: Mirian Cristina da Silva Barbosa, matrículas 463291 e 574791;
SUPLENTE: Telmara Carsten Vieira, matrícula615061.
VIII) Representantes da Equipe Administrativa da Secretaria Municipal de Educação:
TITULAR: Andressa Regina de Oliveira Barros, matrícula 992360;
SUPLENTE:Kleber Klaar Ferreira Lima, matrícula 992564
IX) Representantes da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:
TITULAR: Tatiana Bahr, matrículas399931 e 579241;
SUPLENTE: Jéssica Aparecida Alberti Beneti, matrículas 789131 e 6582921112.
Art. 2º Fica revogada a Portaria n° 05/2021.

Art. 3º EstaPortaria entrará em vigor a partir da data do dia 25/09/2026.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 29 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:F7AF1C2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 751, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a Servidora Jucileia Alves de Freitas, matricula nº 207971, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora.

RESOLVE

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** a servidora **JUCILEIA ALVES DE FREITAS,** matrícula nº **207971,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 horas, referente ao período de 2025/2026, a contar de 24 de setembro de 2026.
Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de outubro de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 25 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:4240FB74

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 754, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias à servidora Maria Candida Delgado, matrícula nº 50182, no cargo de Técnico em Enfermagem Esf, 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora.

R E S O L V E
Art. 1º Conceder **10 (dez)** dias de **FÉRIAS**, a servidora **MARIA CANDIDA DELGADO,** matrícula nº **50182**, no cargo de Técnico em Enfermagem Esf 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 28 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:35B966FF

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 755, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor João Reginaldo Oliveira Freitas, matricula nº 25084, ocupante do cargo de Diretor de Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez) dias de férias** ao servidor **JOÃO REGINALDO OLIVEIRA FREITAS,** matrícula nº **25084,** ocupante do cargo de Diretor de Meio Ambiente**,** referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 28 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:D6165DD8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 756, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Geovana Mendes Vaz, matricula nº 50043, no cargo de Fiscal Geral 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder **20 (vinte)** dias de **FÉRIAS**, a servidora **GEOVANA MENDES VAZ,** matrícula nº **50043,** no cargo de Fiscal Geral 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, a contar de 23 de setembro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 13 de outubro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 28 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:043A07D4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 759, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder Licença para Tratamento de Saúde em pessoa da família, Henri Kruger Svarcz (filho da

servidora) conforme prevê o artigo 159 da Lei Municipal 784/96 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O atestado Médico.
R E S O L V E
Art. 1º CONCEDER **30 (trinta) dias** à Servidora **FRANCISLAINE DE LIMA KRUGER,** matrícula nº **2436**, servidora desta Municipalidade, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no cargo de Professor Pss 20 horas, **Licença para tratamento de saúde em pessoa da família,** Henri Kruger Svarcz (filho da servidora), conforme prevê o artigo 159 da Lei Municipal 784/96 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a contar de 25 de setembro de 2026.
Art. 2º O prazo descrito no art. 1º, caracterizado como Auxílio-doença é garantido pelo Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 23 da Lei 1.243/2005 de 30 de junho de 2005.

Art. 3º Decorrido o prazo descrito no Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de outubro de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:3C6FB693

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 760, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Ana Beatriz de Arcanjo Vujanski, matricula nº 25071, ocupante do cargo de Assessor Especial de Secretaria de Fazenda I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **férias** a servidora **ANA BEATRIZ DE ARCANJO VUJANSKI,** matrícula nº **25071**, ocupante do cargo de Assessor Especial de Secretaria de Fazenda I, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:B2F18280

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 761, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Jean Felipe Gonçalves, matricula nº 25024, ocupante do cargo de Assessor Especial De Gestão Pública I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez) dias de férias** ao servidor **JEAN FELIPE GONÇALVES,** matrícula nº **25024,** ocupante do cargo de Assessor Especial De Gestão Pública I, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:8C73EBD5

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 762, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença prêmio ao servidor Fabiano Sedorak, matrícula nº 505761, no cargo de Guarda Patrimonial 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento do servidor.

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER 10 (dez)** dias de **LICENÇA PRÊMIO**, ao servidor **FABIANO SEDORAK,** matrícula nº **505761,** no cargo de Guarda Patrimonial 44 horas, referente ao período de 2018/2023 a contar de 29 de setembro de 2026.
Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 09 de outubro de 2026.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:3C795FCF

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 763, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Noartio Almir Silva, matricula nº 25089, no cargo de Diretor de Pecuária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **NOARTIO ALMIR SILVA,** matrícula nº **25089,** no cargo de Diretor de Pecuária, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:880ED9B0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 764, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974, no cargo de Diretor do Departamento de Laser e Atividades Recreativas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **IRAN MENDES DE OLIVEIRA,** matrícula nº **50974,** no cargo de **Diretor do Departamento de Laser e Atividades Recreativas**, referente ao período aquisitivo 2022/2023, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 29 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:79123C04

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026

##ATO AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026
OBJETO: **Contratação de empresa especializada para execução de obra de implantação de campo de futebol na localidade de Vale da Serra, Município de Pitanga/PR, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projeto de implantação, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção Processos Licitatórios bem como no sítio https://bnc.org.br ou no endereço Rua Vanderlei João Vieira Cleve n 711 Bairro Santa Regina Pitanga PR CEP 85201 606 Secretaria Municipal de Patrimônio Compras e Logística, Departamento de Licitações e Contratos em horário de expediente, telefone para contato 42 3646 1122, Ramal 21 e 22 e-mail licitacao@pitanga.pr.gov.br. Fim de Recebimento de Propostas em 19/10/2026 ate as 08h00min. Início de Disputa de Preços em 19/10/2026 as 09h01min, horário de Brasília em sessão pública no endereço eletrônico https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério de julgamento: menor preço. Regime de execução: empreitada por preço global. Modo de Disputa Aberto. Portanto as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo **R$ 38.945,91 (trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos).**
DATA: 30/09/2026
ASS Marcio Sokoloski
Agente de Contratação

Publicado por:
Edina Dos Santos da Luz
Código Identificador:DB1DF159

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE CONTRATO N.º 166/2026 DO PREGÃO N.°21/2026.

C**EXTRATO DE CONTRATO N.º 166/2026.**

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 83.675.413/0001- 01.**

OBJETO: *Aquisição de RETROESCAVADEIRA, Termo do Convênio nº 73/2026, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.*

VALOR: R$329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 1000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 8130
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão Eletrônico n°. 21/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0F1DC4F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
TERMO DE CONCESSÃO/CONTRATO N.°172/2026 DA CONCORRÊNCIA N.°16/2026.

TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO
CONTRATO N.°172/2026

O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ nº 76.172.907/0001-08**, com sede administrativa à **Rua 28 de Janeiro, nº 171, Centro Administrativo "28 de Janeiro"**, Pitanga/PR, CEP 85.200-073, neste ato representado por seu Prefeito, **Sr. Dirceu Moraes**, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado a empresa **68.830.782 ELIANE DO NASCIMENTO,** inscrita no CNPJ/MF nº. 68.830.782/0001-20, estabelecida na Rua Fernando Amaro, n.° 1551, Jardim Maristela, Pitanga – PR, CEP 85200-304, neste ato representada pelo **Sr. Eliane Do Nascimento**, portador da Cédula de Identidade nº. 9*****6 SESP PR, CPF nº. 059******, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO**, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 16/2026, Processo Administrativo nº 261/2026**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas Lei Municipal nº 1.691/201, pelo Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório, mediante as cláusulas e condições seguintes**.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objeto a concessão onerosa de uso do imóvel público contendo edificação existente, destinado à permitir a exploração comercial do quiosque no Parque Miguel Adur Filho, visando oferecer aos usuários e frequentadores desse espaço público, serviços relacionados à gastronomia, artesanato e comércio de gêneros diversos, promovendo comodidade, lazer, convivência social e valorização dos espaços públicos municipais conforme autorizado pela legislação vigente.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
2.1. O prazo da concessão onerosa de uso será de 06 (seis) anos, contados da data de assinatura do respectivo Termo, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa expressa de interesse

público devidamente demonstrado, observados os limites previstos na legislação municipal aplicável e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

3.1. A concessionária deverá observar rigorosamente as seguintes obrigações durante toda a vigência da concessão de uso:

I – Responder integralmente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução ou da má execução das atividades no espaço concedido;

II – Arcar com todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação tributária, fiscal, comercial, trabalhista, civil e ambiental, inclusive quanto a seus dirigentes, prepostos e empregados;

III – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução da atividade, incluindo tributos, taxas, tarifas, emolumentos, licenças, alvarás e multas, vedada qualquer transferência de responsabilidade ao Município;

IV – Assumir integral responsabilidade pelos salários, encargos e demais obrigações trabalhistas de seus empregados e colaboradores;

V – Utilizar os trabalhadores devidamente uniformizados, quando aplicável, mantendo padrão de atendimento compatível com a atividade exercida;

VI – Manter o espaço concedido em perfeito estado de conservação, higiene, limpeza e funcionamento, realizando, às suas expensas, todas as manutenções necessárias, inclusive pintura e pequenos reparos;

VII – É vedada a cessão, sublocação, transferência ou qualquer forma de uso do espaço por terceiros, total ou parcialmente, sem autorização prévia e expressa do Município;

VIII – Responsabilizar-se pela limpeza, conservação e higienização da área interna do quiosque, bem como, quando previsto no edital, de áreas externas vinculadas ao seu uso, vedada a cobrança de qualquer taxa dos usuários;

IX – Manter os alimentos devidamente acondicionados, dentro das normas sanitárias vigentes, observando prazos de validade e condições adequadas de armazenamento e manipulação;

X – Expor de forma visível a relação de produtos e serviços comercializados, com seus respectivos preços;

XI – Submeter previamente à aprovação da Administração Municipal qualquer projeto de reforma, adequação ou benfeitoria, vedada sua execução sem autorização expressa;

XII – As benfeitorias realizadas dependerão de autorização prévia e incorporar-se-ão ao patrimônio público ao final da concessão, sem direito a indenização ou retenção;

XIII – Responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer sinistros ocorridos nas dependências do espaço concedido, quando decorrentes de ação ou omissão da concessionária;

XIV – Contratar seguro contra incêndio do imóvel, quando exigido pela Administração;

XV – Responder integralmente por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais causados a terceiros em decorrência da exploração da atividade;

XVI – Manter atualizados todos os alvarás, licenças sanitárias e demais autorizações necessárias ao funcionamento da atividade;

XVII – Realizar o descarte adequado de resíduos sólidos, óleo de cozinha e demais resíduos, conforme legislação ambiental e sanitária vigente;

XVIII – Não utilizar mão de obra infantil ou em desconformidade com a legislação trabalhista vigente;

XIX – Permitir a fiscalização do Município, fornecendo informações e documentos sempre que solicitados;

XX – Entregar o imóvel ao final da concessão em perfeito estado de conservação, ressalvado o desgaste natural pelo uso regular.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

4.1. A concessão onerosa de uso extinguir-se-á, a qualquer tempo:

I – Pelo **advento do termo final do prazo** e não renovação;

II – Pela **alteração indevida da destinação** do imóvel;

III – Pelo **descumprimento das cláusulas** deste termo, do edital ou da legislação aplicável;

IV – Por **razões de interesse público**, devidamente motivadas pela Administração;

V – Pela **dissolução, extinção ou inatividade** da entidade concessionária;

VI – Por **anulação** por ilegalidade ou **revogação** por conveniência e oportunidade, na forma da legislação aplicável.

4.2. Na hipótese de extinção por descumprimento, poderá ser concedido **prazo para saneamento** quando cabível e compatível com o interesse público. A decisão de extinção será **motivada** e observará o **devido processo administrativo**.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO

5.1. Extinta a concessão, o imóvel retornará **de pleno direito** ao domínio do Município, **incorporando-se** ao patrimônio público **todas as edificações, acessões e benfeitorias executadas, ainda que necessárias**, **sem direito a retenção, pagamento ou indenização**, **inclusive as previamente autorizadas**.

5.2. Os **bens móveis e equipamentos não reversíveis** poderão ser **retirados** no prazo que vier a ser fixado na decisão de extinção, desde que **sem prejuízo** ao imóvel e **sem afastar** o dever de reparar eventuais danos. 5.3. A reversão será formalizada mediante **vistoria conjunta** e **Termo de Restituição**, com apuração de responsabilidades, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E RESPONSABILIDADES

6.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo ou no edital sujeitará a Concessionária às **sanções previstas na Lei nº 14.133/2021**, incluindo **advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade**, sem prejuízo do **ressarcimento integral de eventuais danos** causados ao patrimônio público.

6.2. A aplicação de penalidade dependerá de **processo administrativo prévio**, com **notificação, contraditório e ampla defesa**, conforme disciplinado no edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização do cumprimento deste **Termo de Concessão Onerosa de Uso** caberá à **Secretaria Municipal de Gestão Pública**, a quem compete acompanhar, supervisionar e avaliar o uso do imóvel público, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária.

7.2. Ficam designados, nos termos da Portaria nº 599/2026, os seguintes servidores para exercer a fiscalização e o acompanhamento técnico desta concessão:

•

Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;

7.3. Compete à Secretaria de Gestão Pública e aos fiscais designados:

I – verificar a destinação do imóvel e o cumprimento das condições previstas neste Termo e no Plano de Uso aprovado;

II – acompanhar a realização de reformas, adequações e melhorias, observando as normas de segurança, acessibilidade e conservação;

III – elaborar relatórios de vistorias e apontar eventuais irregularidades ou descumprimentos;

IV – propor à autoridade competente a adoção de medidas corretivas ou a aplicação de penalidades, quando cabíveis.

7.4. A Concessionária deverá permitir o acesso dos fiscais ao imóvel, prestar todas as informações solicitadas e atender prontamente às determinações e recomendações emitidas, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e neste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Pela utilização do espaço público objeto da presente concessão, a CONCESSIONÁRIA pagará ao MUNICÍPIO o valor mensal de **R$900,00 (novecentos reais)**, totalizando ao valor de **R$64.800,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos reais)** correspondente aos 6 (seis) anos, conforme a proposta vencedora da Concorrência Eletrônica nº 16/2026.

8.2. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, mediante guia de recolhimento emitida pelo Município.

8.3. O não recebimento da guia de recolhimento não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de efetuar o pagamento no prazo estabelecido.

8.4. Os valores arrecadados serão destinados aos cofres públicos municipais, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE
9.1. O valor mensal da concessão será reajustado anualmente, contado da data da assinatura deste Termo, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
9.2. Na hipótese de extinção ou descontinuidade do índice previsto no item anterior, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, outro índice que melhor reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA
10.1. O atraso no pagamento de qualquer parcela mensal sujeitará a CONCESSIONÁRIA à incidência de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA.
10.2. O inadimplemento de 03 (três) parcelas mensais, consecutivas ou não, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração da ocorrência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
10.3. Constatada a inadimplência após regular processo administrativo, poderá ser declarada a extinção da concessão, sem prejuízo da cobrança judicial ou administrativa dos valores devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO
11.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Pitanga/PR**, com **renúncia expressa a qualquer outro**, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Termo de Concessão.
11.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em **02 (duas) vias de igual teor e forma**, na presença de testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pitanga/PR, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga
Concedente

ELIANE DO NASCIMENTO
68.830.782 Eliane do Nascimento
Concessionária

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:82596611

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 775/2026

SÚMULA: Institui o Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da Implementação do Plano Diretor Municipal de Pitangueiras (GTP), fundamentado na Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, nomeia membros e estabelece outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 018, de 17 de maio de 2023,

DECRETA:–
Art. 1º – Fica instituído o Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da Implementação do Plano Diretor Municipal de Pitangueiras (GTP), fundamentado na Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Parágrafo Único: O GTP possui caráter estritamente técnico e será integrado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º – O Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da Implementação do Plano Diretor Municipal de Pitangueiras (GTP) será composto pelos seguintes membros:

Servidor(a)	Cargo	Secretaria
Caroline Garcia	Engenheiro Civil	Obras e Serviços Públicos
Paulo Ricardo Rodella	Secretário	Planejamento e Urbanismo
Arlindo Osvair Benetolli	Contador	Administração e Finanças
Luciana Rodrigues Mendonça	Advogada	Procuradoria Jurídica

Parágrafo Único: O trabalho dos membros do GTP será considerado serviço relevante e não remunerado.

Art. 3º – São atribuições do GTP:
I. elaborar cronograma de atividades com identificação de ações, produtos e prazos, observando os conteúdos e processos previstos na legislação em vigor e orientações da SEDU/PARANACIDADE;
II. promover, apoiar e integrar estudos ou projetos que embasem as ações decorrentes do PDM e acompanhar sua implementação;
III. subsidiar a elaboração das metas anuais dos programas e ações do Plano Plurianual (PPA) nos aspectos condizentes às previsões do Plano Diretor Municipal;
IV. elaborar anualmente o Relatório de Acompanhamento e Controle do Plano Diretor, bem como dar publicidade ao mesmo;
V. promover, se necessário, articulação técnica intersetorial para consecução dos objetivos do Plano Diretor;
VI. estudar e propor alterações na legislação urbanística em vigor;
VII. convocar reuniões com o Conselho de Desenvolvimento Municipal, quando necessário;
VIII. prestar auxílio técnico ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, quando solicitado.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 29 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:F76BC48E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

OBJETO: Registro de preços, com lotes exclusivos para empresas constituídas nos moldes da Lei Complementar n° 123/06 e lote de ampla concorrência, para contratação de empresa para eventual fornecimento com instalação de calhas e eventual aquisição de tubos de fossa e tubos de concreto.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 480.577.17 (quatrocentos e oitenta mil quinhentos e setenta e sete reais e dezessete centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 23/10/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 23/10/2026, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico

da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 30 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:ABAB63DA

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026

OBJETO: Registro de preços, com lotes exclusivos para empresas constituídas nos moldes da Lei Complementar n° 123/06, para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de topografia.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 27.066,64 (vinte e sete mil, sesenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 20/10/2026, às 14h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 20/10/2026, às 14h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 30 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:7057F0B0

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: FLINN DIVERSÕES PARK LTDA
CNPJ: 09.301.505/0001-60
OBJETO: Contratação de parque de diversões em comemoração ao dia das crianças, conforme Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 36/2026.
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Manutenção das Atividades de Assistência Social
DESP Nº 165 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Silvana Domiciano Dias
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:13624CC6

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

	a) Nr. Processo:		75/2026	
	b) Nr. Licitação:		40/2026 - PE	
	c) Modalidade:		Pregão eletrônico	
			30/09/2026	
	e) Objeto da Licitação:		*Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para eventual aquisição de brinquedos e utensílios para atender às necessidades da Secretaria de Educação.*	
Participante: MG2 COMERCIAL LTDA				
		Quantidade de itens:	3	**17.567,00**
Participante: TANGO LTDA				
		Quantidade de itens:	1	**3.625,00**
	Total Geral:			**21.192,00**

Pitangueiras, 30 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:32D9321B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 13-2026 CONCURSO PUBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 13/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO do candidato relacionado no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).

2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 29 de Setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 13/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE CONTADOR i

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0005904	VANESSA GLUSZEWICZ	3º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:5E1EAA44

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E CARLOS ALEXANDRE MEDICE ALVES.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **CARLOS ALEXANDRE MEDICE ALVES,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **CARLOS ALEXANDRE MEDICE ALVES**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 301/2025, firmado entre as partes em data de 26 de setembro de 2025, cujo objeto é a aquisição de materiais para manutenções e consertos em gerais, de grades e portões de ferro que fazem parte de vários prédios públicos, destinado à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

CARLOS ALEXANDRE MEDICE ALVES
Carlos Alexandre Medice Alves

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6CC4A4E5

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E JOSEMAR WANDSCHEER - ME.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **JOSEMAR WANDSCHEER - ME,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **JOSEMAR WANDSCHEER**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 302/2025, firmado entre as partes em data de 26 de setembro de 2025, cujo objeto é a aquisição de materiais para manutenções e consertos em gerais, de grades e portões de ferro que fazem parte de vários prédios públicos, destinado

à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JOSEMAR WANDSCHEER
Josemar Wandscheer - ME

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:48408C7A

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E MENUSSI & MENUSSI LTDA.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **MENUSSI & MENUSSI LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. DIRCEU CESAR MENUSSI, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 100/2025, firmado entre as partes em data de 09 de abril de 2025, cujo objeto é a Contratação de empresa visando a aquisição de materiais de limpeza e alimentação para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 60 (sessenta) dias, finalizando em 30/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

DIRCEU CESAR MENUSSI
Menussi & Menussi LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10036363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:7C639411

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 303/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 303/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E RODRIGO RAFAEL RECH - 3R METAL.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **RODRIGO RAFAEL RECH - 3R METAL,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **RODRIGO RAFAEL RECH**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 303/2025, firmado entre as partes em data de 26 de setembro de 2025, cujo objeto é a aquisição de materiais para manutenções e consertos em gerais, de grades e portões de ferro que fazem parte de vários prédios públicos, destinado à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

RODRIGO RAFAEL RECH
Rodrigo Rafael Rech - 3R Metal

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:AE1725E5

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 289/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 289/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 027/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SOLANGE ZILLER.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SOLANGE ZILLER,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **SOLANGE ZILLER**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 289/2024, firmado entre as partes em data de 16 de setembro de 2024, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de

serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado e Retroescavadeira, também para a prestação de serviços de conserto, reformas e construções de bueiros e pontilhões realizados no Município de Planalto-PR., nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 03 (três) meses, finalizando em 30/12/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SOLANGE ZILLER
Solange Ziller

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:E782373A

LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2023

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2023PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELIAS RAFAEL FRITZEN.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ELIAS RAFAEL FRITZEN,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **ELIAS RAFAEL FRITZEN**, resolvem em comum acordo prorrogar o prazo do contrato administrativo nº 098/2023, firmado entre as partes em data de 24 de março de 2023, cujo objeto é a contratação de empresa visando à Aquisição de material de transformação, material de expediente, onde serão desenvolvidos cursos, projetos e atividades com grupos assistidos pela secretaria de assistência social deste município de Planalto - PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Sétima (dos prazos) Paragrafo Primeiro, prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/09/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELIAS RAFAEL FRITZEN
Elias Rafael Fritzen.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA REH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:BFD9B606

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL Nº 264/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL Nº 264/2022
DISPENSA Nº 033/2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL N° 264/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE PLANALTO.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE PLANALTO,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 78.114.287/0001-78, com sede à Av. Rio Grande do Sul, Centro, Município de Planalto, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente Sr. RAFAEL IRUAN KOLAS, brasileiro, casado, portador do CPF sob n.º 073.058.729-03, residente e domiciliado no Município de Planalto, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo De Locação de Imóvel n° 264/2022, proveniente do Processo Administrativo de Dispensa nº 033/2022, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contrato tem por objeto a locação de um imóvel comercial, com área aproximada de 220m² (duzentos e vinte metros quadrados), localizado na Av. Rio Grande do Sul, 1438, Centro, objetivando sediar a Secretaria Municipal de Industria e Comércio deste Município de Planalto”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 264/2022, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel n° 264/2022 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação

do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo de Locação de Imóvel n° 264/2022, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Quarta (valor contratual) do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel n° 264/2022, cujo valor global é de R$ 59.411,88 (cinquenta e nove mil quatrocentos e onze reais e oitenta e oito centavos), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Dispensa n° 033/2022, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02730	12.134.22.661.2201.2062	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 264/2022, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

RAFAEL IRUAN KOLAS
Associação Empresarial De Planalto

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:CB77C9C2

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 260/2023
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 260/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 260/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 02.144.891/0001-85, com sede à Av. Maria Coelho Aguiar, 215, Centro, na Cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pela Administradora a Sra GRACIELE LIMA DOMINGOS, brasileira, comerciante, portadora do CPF sob n° 299.950.769-29, residente e domiciliada, na Cidade de São Paulo/SP, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 260/2023, proveniente do Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 027/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa especializada para fornecimento de trabalho de transmissão, locação do sistema de orçamentação eletrônica - Sistema Audatex - versão GOV, com suporte e treinamento à plataforma, para acesso ao banco de dados e preços de peças para manutenção dos veículos em geral, de toda a frota do município deste município de Planalto PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo n° 260/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 260/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Segunda (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 260/2023, cujo valor global é de R$ 11.857,98 (onze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.

Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Inexigibilidade n° 027/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
00280	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 260/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.
Planalto – PR, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

GRACIELE LIMA DOMINGOS
Audatex Brasil Serviços LTDA

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:E97261DE

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 286/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 286/2023
DISPENSA Nº 022/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 286/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E ZION SYSTEM LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **ZION SYSTEM LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º n.º 40.912.824/0001-52, com sede PC Pedro Alzilde Giraldi, Centro, Quedas Do Iguaçu/PR, neste ato representado pelo Administrador o MAICON JUNIOR SILVEIRA, brasileiro, comerciante, portador do CPF sob n.º 096.072.789-25, residente e domiciliado, em Quedas do Iguaçu - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 286/2023, proveniente do Processo Administrativo de Dispensa nº 022/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para desenvolvimento e manutenção do Site Institucional do município de Planalto - PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 286/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 286/2023 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 286/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 286/2023, cujo valor global é de R$ 3.480,00 (três mil e quatrocentos e oitenta reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Dispensa n° 022/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
00300	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.40.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 286/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes

contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MAICON JUNIOR SILVEIRA
Zion System LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6E545CE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 557/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 557/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – CNPJ Nº 01.609.843/0001-52.
EMPRESA CONTRATADA: RMAX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob no nº 10.960.309/0001-87.
DO OBJETO: A presente Ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CMEI SIRI AZUL, LOCALIZADO NO BALNEÁRIO SHANGRI-LÁ.
CLÁUSULA SEGUNDA–
O objeto deste termo é REAJUSTAR o contrato 557/2025, ato solicitado pela empresa contratada com anuência da secretaria gestora, conforme o artigo art. 136, da Lei nº 14.133/21, e com justificativas constantes no Protocolo nº 12.142/2026.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em decorrência ao reajuste previsto fica aditado o valor R$ 236.172,83 (Duzentos e trinta e seis mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) como a aplicação de reajuste no percentual de 4,39%, conforme IPCA acumulado no período de 12 meses.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
ELEMENTO DE DESPESA FR CR
4.4.90.51.00.00 3000 834

Pontal do Paraná, 28 de setembro de 2026.

DANIELLE DA VEIGA ALVES
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:15D80C85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 13.704/2026- ANEXO

FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO
Acolhimento Inicial da Situação
Sempre que um profissional identificar sinais de violência ou receber uma revelação direta de criança ou adolescente, deve proceder com escuta acolhedora. O profissional que tomou ciência da situação deve comunicar o(a) diretor(a) da unidade escolar, garantindo a confidencialidade das informações.
Em seguida, o profissional deverá registrar a ocorrência em ata de forma sucinta, conforme modelo/sugestão abaixo, e realizar o Registro de Informações para Compartilhamento na Rede do SGD (página 17):
"O profissional comunicou à Direção a ocorrência de situação que demanda encaminhamento à Rede de Proteção, conforme fluxos estabelecidos. Foram adotados os procedimentos cabíveis, incluindo o preenchimento dos instrumentos oficiais, com a devida guarda sigilosa da documentação."
Esse registro deve conter apenas informações objetivas e essenciais, sem exposição desnecessária de detalhes.
Além disso, o profissional deve proceder ao preenchimento da ficha de notificação, seguindo o fluxo de encaminhamento previsto. O(a) diretor(a), por sua vez, deverá acionar e/ou comunicar o Conselho Tutelar, encaminhando os documentos e instrumentos preenchidos em envelope fechado, assegurando o sigilo das informações. Também deverá informar o caso ao Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação.
Atendimento em Saúde
Acionamento do SAMU:
O SAMU deve ser acionado somente em situações de urgência, como em casos de sangramento, desmaio, perda de consciência, ferimentos graves ou outras ocorrências que exijam atendimento imediato no local.
Encaminhamento ao Pronto Atendimento (PA): Nos casos em que não houver necessidade de acionamento do SAMU para atendimento no local ou transporte por ambulância, mas ainda assim for necessário atendimento médico imediato, o encaminhamento ao Pronto Atendimento (PA) deverá seguir o seguinte fluxo:
Antes de qualquer deslocamento em veículo próprio ou institucional, o SAMU deverá ser acionado obrigatoriamente, ainda que não realize o atendimento presencial, a fim de avaliar a situação, fornecer orientações técnicas e autorizar a forma mais segura de encaminhamento da criança ou adolescente.
Após a orientação e aval do SAMU:
Quando a criança ou adolescente estiver acompanhada da família, o Conselho Tutelar poderá realizar o deslocamento junto com a família ou acompanhá-la até o atendimento, conforme avaliação do caso.
Quando a criança ou adolescente não estiver acompanhada de familiares, o Conselho Tutelar será responsável por realizar o deslocamento e o encaminhamento direto ao Pronto Atendimento (PA).
O Pronto Atendimento de referência para os casos de violência é o PA de Praia de Leste
O profissional da educação que acolher a situação ou suspeita de violência deverá realizar o preenchimento da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada (SINAN), mesmo que, em situações emergenciais, o preenchimento não ocorra de imediato, devendo ser feito dentro dos prazos da Portaria Portaria GM/MS Nº 6.734/2025 — até 24 horas nos casos de violência sexual e tentativa de suicídio, e até 7 dias nos demais casos — não havendo impedimento para a dupla notificação entre saúde e educação.
Acionamento da Polícia (Polícia Militar ou Guarda Municipal) A Polícia Militar ou a Guarda Municipal devem ser acionadas em situações de flagrante ou risco iminente, quando houver ameaça imediata à integridade física do (a) aluno (a), dos profissionais ou de terceiros. Exemplos incluem agressão em andamento, ameaças graves com possibilidade real de lesão, ou qualquer situação que coloque a vida de alguém em perigo imediato.
O acionamento também é indicado quando a criança ou adolescente chega à escola com lesões recentes que indiquem possível violência.
Nessas situações, o profissional deve acionar imediatamente a Polícia Militar (190) ou a Guarda Municipal, sempre priorizando a segurança e a proteção da criança ou adolescente.
Continuação do Fluxo – Ações Após a Notificação Após a ação inicial o fluxo converge para duas responsabilidades que ocorrem simultaneamente:
Acompanhar o caso na Rede de Proteção – referência e contrarreferência A Rede de Proteção (Saúde, CT, Assistência, etc.)

assume o caso, realiza atendimentos, faz visitas, avalia a família e define intervenções.
Depois, informa a escola sobre o andamento — isso é a contrarreferência.
Realizar acompanhamento da criança no ambiente escolar Enquanto a rede trabalha, a escola continua observando a criança diariamente: comportamento, frequência, sinais de sofrimento ou risco, evolução após as intervenções. Quando escola e Rede de Proteção atuam de forma integrada e contínua, o fluxo assegura que a criança esteja protegida, assistida e acompanhada.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CF86CE07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13. 704 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula:"Institui e regulamenta o Fluxo de Atendimento da Rede Municipal de Educação diante de situações de suspeita, revelação ou identificação de violência contra crianças e adolescentes no Município de Pontal do Paraná e dá outras providências ."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso das competências e conforme solicitado no **Memorando nº 25.579/2026**.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece a doutrina da proteção integral e dispõe sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dispõe sobre a escuta especializada e o depoimento especial;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 2017, e estabelece normas para a atuação integrada dos órgãos e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.069, de 15 de setembro de 2020 , que Institui a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer, no âmbito da Rede Municipal de Educação, procedimentos para o acolhimento, registro, comunicação, encaminhamento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a necessidade de orientar os profissionais da educação quanto às providências diante da identificação de sinais de violência ou de revelação espontânea;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o sigilo das informações, a proteção dos dados pessoais e a prevenção da revitimização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação da unidade educacional com os órgãos e serviços integrantes da Rede de Proteção, assegurando a continuidade do acompanhamento da criança ou adolescente;

D E C R E T A

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Pontal do Paraná, o Fluxo de Atendimento diante de situações de suspeita, revelação ou identificação de violência contra crianças e adolescentes, como instrumento orientador para a atuação das unidades educacionais e dos profissionais da educação.
Art. 2º O Fluxo de Atendimento tem por finalidade orientar as unidades educacionais e os profissionais da educação quanto aos procedimentos de acolhimento, registro, comunicação, encaminhamento e acompanhamento das situações de violência contra crianças e adolescentes, observadas as atribuições legais de cada órgão integrante da Rede de Proteção.
Art. 3º A aplicação do Fluxo de Atendimento observará os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da não revitimização, do acolhimento humanizado, do sigilo, da proteção de dados, da atuação intersetorial e do respeito às competências legais e institucionais dos órgãos envolvidos.
Art. 4º Integram este Decreto, para todos os fins, os instrumentos e orientações que compõem o **Fluxo de Atendimento da Rede Municipal de Educação**, constantes de seus Anexos.
CAPÍTULO II
DO ACOMPANHAMENTO E APRIMORAMENTO DO FLUXO
Art. 5º. O Fluxo de Atendimento será objeto de acompanhamento e aprimoramento permanente, considerando as necessidades identificadas pelas unidades educacionais e as pactuações realizadas no âmbito da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
Art. 6º. As alterações de caráter operacional poderão ser incorporadas aos instrumentos complementares, observadas as competências legais dos órgãos envolvidos.
Parágrafo único. As alterações que impliquem modificação deste Decreto deverão ser formalizadas por ato normativo próprio.
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover a divulgação do Fluxo de Atendimento às unidades educacionais e aos profissionais da educação, bem como orientar quanto à sua aplicação.
Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

ANEXO DO DECRETO N° 13.704 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0FB29F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.705 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Nomeia membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas obrigações legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 9° da Lei Municipal n°47 de 03 de novembro de 1997, Decreto n°068 de 18 de dezembro de 1997 e demais disposições aplicáveis à espécie e conforme solicitado no **Memorando nº 26.410/2026.**

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam nomeados os membros da **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC** do Município de Pontal do Paraná, ficando assim constituída:
Presidente: Rudisney Gimenes Filho (Prefeito)
Vice - Presidente adjunto: Patricia Millo Marcomini (Vice-Prefeita)

Coordenador de Defesa Civil: **Giovane Rafael do Rosário** – CPF: 069.260.199-67
Diretor Operacional: Vitor Hugo Aparecido Santana – CPF: 040.037.559-10
Secretaria: **Josiane Ale – CPF: 006.280.659-90 e** Luan Vitor Batista – CPF: 091.381.239-08

Subcomissão de Relações Públicas:
Marcelo Elisio Santin Ribeiro

Subcomissão de Segurança:
2º Ten. QOBM Caio Vinicius Gimenes Baracho de Sousa
1º Ten.Bruno Rafael Calazans Violante.
Luan Vitor Batista

Subcomissão de Depósito:
Marcio Sant Ana da Veiga

Luiz Eduardo Santos
Fabio Augusto Souza Lima
Subcomissão de Abrigos:
Cintia Mendes da Silva
Luciane da Costa Tavares
Osli Antonio Ferreira de Lara
Ederson Pich

Subcomissão de Saúde:
Leticia Fernandes Andres
Lilian da Veiga Gabardo

Subcomissão de Vistoria:
Fabiano Boese Cecon
Ivo Antonio Silva Furtado Junior.
Heitor Gonçalves Kayamori

Subcomissão de Transporte:
Jemima Aliano
Jose Antônio Geara
Vitor Hugo Aparecido Santana

Subcomissão de Donativos:
Leotenir Aparecida de Aguiar Silva
Indianara Grassi Garcia
Kathia Salomão de Souza Cordeiro

Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF:
Kathia Salomão de Souza Cordeiro
Loisleyne Bastos da Rocha

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o **DECRETO N.º 13.556 DE 14 DE JULHO DE 2026.**

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:ED305C5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 130/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 130/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorando nº. 10.383/2026.

TORNAR PÚBLICO
Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2024 e suas alterações:

1 – CARGO – ANALISTA FISCAL

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.120	DIONE LIMA DA SILVA	95,00	APROV	1º	02/08/1990

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO

1.1 - **LOCAL PARA COMPARECIMENTO**
1.2 Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 – PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação dadocumentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:
a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;

i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

3.3 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 10.6.13 do edital de abertura, sendo:

10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a um ano, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL
6.1 - Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 09 de setembro de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7632E34C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 133/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 133/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorando nº. 10.383/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2024 e suas alterações:

1 – CARGO – ENFERMEIRO AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
201	CAROLINA CORRÊA	71,00	APROV	11º	08/05/1984

2 **– CARGO – MECÂNICO – FINAL DE LISTA – PROTOCOLO 19.514/2026**

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.662	NERI JOSÉ CAMARGO DE MELO	72,00	APROV	5º	04/03/1974

3 CARGO: PSICÓLOGO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.061	KARINA JULIANA ERDMANN	59,00	APROV	42º	12/12/1984

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO

1.1 **- LOCAL PARA COMPARECIMENTO**
1.2 Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 – PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação dadocumentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:
a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

3.3 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 10.6.13 do edital de abertura, sendo:

10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a um ano, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL
6.1 - Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 22 de setembro de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:93B4BC4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.870, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Cria Empregos Públicos para cargos de médico clínico geral plantonista, enfermeiro plantonista e técnico de enfermagem plantonista e dispõe sobre o Regime Especial de Trabalho para os profissionais a que se refere a presente Lei e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Pela presente Lei ficam criados, os empregos públicos adiante relacionados, conforme estabelecido no quadro abaixo:

QUANTIDADE	CARGO
10	Médico Clínico-Geral Plantonista
24	Enfermeiro Plantonista
40	Técnico em Enfermagem Plantonista

Parágrafo Único. As atribuições dos empregados públicos de que trata a presente Lei, são as constantes do Anexo I e a carga horária e valor mensal, o constante do Anexo II.

Art. 2º. Os agentes públicos detentores dos empregos criados por esta Lei, se submetem ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 3º. A contratação dos empregos públicos de que trata esta Lei deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato dos empregados públicos de que trata esta Lei, além das hipóteses já previstas na CLT, de acordo com o regime jurídico de trabalho ora adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999;
IV – insuficiência de desempenho, obtendo reprovação em procedimento administrativo específico, no qual se assegure o contraditório e a ampla defesa; ou
V – fechamento de unidades de saúde de pronto atendimento.
Parágrafo único. Será assegurado recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, para o caso previsto no inciso IV supracitado, que será apreciado em trinta dias.

Art. 5º. Exigir-se-á, para exercício das atribuições inerentes aos empregos públicos de que trata esta Lei, as seguintes habilitações:

CARGO	REQUISITO
Médico Clínico Geral Plantonista	Diploma de Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina - CRM
Enfermeiro Plantonista	Diploma nível superior e registro no órgão competente
Técnico em Enfermagem Plantonista	Certificado de conclusão de ensino médio e diplomação na área, com registro no órgão competente

Parágrafo Único. A habilitação de que trata o quadro acima será comprovada por Diploma ou Certificado de Conclusão do curso exigido, devidamente registrado ou em fase de registro ou a comprovação de registro no conselho profissional competente.

Art. 6º. Aos empregados públicos de que trata a presente Lei, será garantido o piso nacional aplicado a cada uma das categorias.

Art. 7º. As contratações poderão ocorrer com jornada de trabalho e remuneração proporcionais.

Art. 8°. Fica instituído, na Secretaria Municipal de Saúde, o Regime Especial de Trabalho de Profissionais de Saúde destinado aos ocupantes de cargos de Médico Plantonista Clínico – Geral, Enfermeiro Plantonista e Técnico em Enfermagem Plantonista.
§ 1°. O Regime Especial de Trabalho dos Profissionais de Saúde caracteriza-se pela prestação de serviços em jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, em sistema de plantões presenciais, diurnos ou noturnos, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho:
I – uma semana com carga de 36 (trinta e seis) horas semanais;
II – a semana seguinte com carga de 48 (quarenta e oito) horas;
§ 2°. No Regime Especial de Trabalho de plantões presenciais de doze horas de trabalho de que cuida este artigo deverá ser observado:
I – a carga horária mensal de, no máximo, 180 (cento e oitenta) horas;
II – em caso de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas nos termos do disposto no inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, a jornada máxima semanal a ser admitida é de 60 (sessenta) horas condicionada à compatibilidade de horários;
III – nos plantões de 12 (doze) horas o servidor terá um intervalo intrajornada de 01 (uma) hora, o qual não será considerado para o cômputo das 12 (doze) horas efetivamente trabalhadas, e deverá ocorrer entre a 4ª e a 8ª horas de trabalho;
IV – o intervalo de descanso entre jornadas será sempre de 11 (onze) horas;
V – a vedação de realização de horas extras e para efeito de controle de horário não serão descontadas nem computadas as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários;
VI – as ausências ao trabalho se submeteram aos ditames da CLT, podendo ser justificadas ou não.
VII – em caso de auxílio doença, auxílio acidente ou afastamentos por incapacidade, em período superior a 15 (quinze) dias de afastamento:
a) serão remunerados pelo Município os plantões preestabelecidos em escala, durante os primeiros 15 (quinze) dias.
b) a partir do 16° (décimo sexto) dia de afastamento, tais plantões serão pagos pela previdência social, na forma da legislação previdenciária.
§ 3°. O Regime Especial de Trabalho dos Profissionais de Saúde se caracteriza pela prestação de serviços em jornada irregular de trabalho, diurno ou noturno, de forma exclusivamente presencial, nos Prontos Atendimentos Municipais e será observado:
I – a contratação dos empregados públicos será realizada de acordo com as necessidades do Município, sendo a remuneração de natureza mensal, conforme valores estabelecidos no Anexo II desta Lei, os quais serão reajustados de acordo com os índices aplicados aos demais servidores do funcionalismo público municipal;
II – os ocupantes dos cargos de empregados públicos de que trata esta Lei, a critério da Administração Pública, poderão exercer funções gratificadas.

Art. 9°. Fica reservado o equivalente a 5% (cinco por cento) dos cargos criados nesta Lei para as pessoas com deficiência, desde que compatível com as atribuições dos cargos, bem como à população negra, povos indígenas e comunidades quilombolas, de acordo com o percentual estabelecido na Lei Municipal nº2318/2022..
Parágrafo Único. Quando da aplicação do percentual estabelecido no caput resultar frações estas serão arredondadas para o número inteiro subsequente quando forem maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos).

Art. 10. Eventuais adicionais as insalubridades e periculosidades, caso devidas, serão pagas de acordo com o estatuído pela CLT.

Art. 11. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos dessa Lei serão apuradas mediante processo administrativo, concluído no prazo de máximo de 60 (sessenta) dias, que poderá ser prorrogado por mais um período de 60 (sessenta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 12. Para manutenção do serviço público e visando impedir qualquer interferência na condução do processo administrativo, o Chefe do Poder Executivo ou o Secretário da Pasta poderá aplicar, como medida cautelar, o afastamento preventivo do empregado público, por um período máximo de 60 (sessenta dias), prorrogável por igual período.

Parágrafo único. Durante o afastamento preventivo será mantido o vencimento do empregado, com todas as vantagens incorporadas à sua remuneração.

Art. 13. A contratação para os empregos públicos de que trata esta Lei não gerará direito à estabilidade para o seu detentor.

Art. 14. Aos empregados públicos de que trata esta Lei, será garantido o recebimento de vale-alimentação da mesma forma que aos servidores do quadro do Poder Executivo Municipal.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

LETÍCIA FERNANDES ANDRES
Secretária Municipal de Saúde

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

VERGINIA MARA PEDROSO
Pocuradora-Geral do Município

ANEXO I
Atribuições dos Cargos
1. Médico Plantonista Clínico:
- Obrigatório o desenvolvimento de todas as atribuições;
- Atendimento através de plantões médicos, de acordo com escalas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, realizando consultas e atendimentos médicos;
- Realizar atendimento integral e especializado através de diagnóstico, tratamento, prevenção e educação sanitária à demanda espontânea nas Unidades de Urgência e Emergência, solicitar exames complementares, prescrever medicamentos, realizar procedimentos, preencher prontuários de pacientes atendidos, proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local, bem como notificações de violências, acidentes de trabalho e afins;
- Cumprir rigorosamente o horário de trabalho estabelecido;
- Respeitar e cumprir o Código de Ética Médica;
- Comportar-se em harmonia e urbanidade com as normas e regras determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Legislações vigentes que regem as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192;
- Realizar plantões de emergência em todas as Unidades de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser deslocado para outra unidade a critério da Coordenação;
- Realizar procedimentos de emergência clínica e cirúrgica, em crianças e adultos de acordo com os protocolos do ATLS, PHTLS, ACLS e PALS e os demais protocolos assistenciais e administrativos vigentes pelo Departamento de Urgência e Emergência da SMS;
- Cumprir escalas de serviço em todas as Unidades de Pronto Atendimento, Unidade de Suporte Avançado (USA) e Central de Regulação Médica - SAMU 192, quando designado;
- Realizar treinamentos periódicos em regulação médica e urgência e emergência, e doenças emergentes, em horários definidos pela SMS;
- Participar de atividades científicas, processos educativos, de ensino e pesquisas desenvolvidas pela SMS;
- Acompanhar pacientes críticos para realização de exames ou transferências entre unidades de saúde;
- Checar e preservar todos os materiais e equipamentos médicos presentes nas unidades de atendimento pré-hospitalar fixas e móveis;
- Desenvolver trabalho em equipe, de forma harmônica, sinérgica e cooperativa com todos os profissionais da equipe, que estiverem envolvidos no atendimento;
- Respeitar os pares e controlar desafetos que possam ocorrer na cena, focando o controle emocional para o bom desenvolvimento do trabalho;
- Utilizar o prontuário eletrônico implantado pela SMS e ser proativo ao serviço;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal;
- Guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica;
- Participar de todas as atividades de treinamento indicadas pela coordenação;
- Participar de todas as atividades científicas e acadêmicas indicadas pela coordenação;
- Ser submetido às avaliações de desempenho periódicas;
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- Obedecer às normas e diretrizes determinadas pela coordenação do Departamento de Urgência e Emergência / Secretaria Municipal de Saúde;
- Desempenhar outras atividades afins, de acordo com orientações da SMS.

2. Enfermeiro Plantonista
-Coordenar e executar as ações desenvolvidas na área de enfermagem; participar no planejamento, execução, avaliação e supervisão das ações de saúde; efetuar pesquisas; assistir ao indivíduo, família e comunidade e executar atividades de vigilância sanitária, epidemiológica e de enfermagem do trabalho.
- Executar as ações de assistência de enfermagem de maior complexidade e orientar os procedimentos de saúde desenvolvidos pela equipe de enfermagem nas unidades de saúde. Planejar e coordenar as ações de saúde desenvolvidas pela equipe de enfermagem em atividades externas às unidades de saúde.
-Participar de equipe multidisciplinar, na discriminação de ações de saúde a serem prestadas ao indivíduo, família e comunidade, na elaboração de projetos e programas, na supervisão e avaliação dos serviços, na capacidade e treinamento dos recursos humanos. Realizar e colaborar em pesquisa científica na área da saúde.
-Realizar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem.
- Opinar tecnicamente nos processos de padronização, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais utilizados pela enfermagem.
- Participar na elaboração e execução de programas de treinamento e aprimoramento do pessoal de enfermagem e do programa de educação da equipe de saúde.
- Participar da elaboração e execução de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem.
- Coordenar e participar da prevenção e controle de infecção em unidades de saúde. Realizar consulta de enfermagem através de identificação de problemas no processo saúde-doença, prescrevendo e implementando medidas que contribuam com o resgate da saúde do indivíduo, família ou comunidade.
- Prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública, quando estejam em rotina aprovada pela Instituição. Coordenar os serviços de enfermagem e suas atividades complementares.
- Registrar, sistematicamente, as atividades desenvolvidas.
- Participar de programas de atendimento a comunidades atingidas por situações de emergência ou calamidade pública.
- Participar de debates junto à população, profissionais e entidades representantes de classe, sobre temas de saúde.
- Desenvolver atividades de enfermagem, conforme protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal da Saúde.
- Desempenhar outras atividades correlatas.

3. Técnico em Enfermagem Plantonista
-Assistir ao enfermeiro na programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; prestar cuidados diretos de

enfermagem a pacientes em estado grave; participar nas atividades de prevenção e controle de infecção hospitalar; atuar na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante sua assistência.
- Preparar pacientes para consultas, exames e tratamentos; observar e descrever sinais e sintomas, no seu nível de qualificação; executar tratamentos prescritos ou de rotina; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, alimentando-o quando necessário e zelando pela limpeza dos materiais e unidades de saúde; participar de atividades de educação em saúde, orientando pacientes quanto ao cumprimento de prescrições médicas e de enfermagem; diluir soluções e ministrar medicamentos via oral e parenteral; realizar controle hídrico; efetuar curativos; aplicar oxigenoterapia, nebulização, enteroclisma, enema de calor ou frio; zelar e garantir a conservação de vacinas e aplicá-las; efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; realizar testes padrões e fazer sua leitura, subsidiando diagnósticos; colher materiais para exames de laboratório; efetuar instrumentação em sala de cirurgia; executar atividades de desinfecção e esterilização; auxiliar nos procedimentos pós-morte.
- Triar clientela em recepção de centro de saúde, verificar e registrar dados vitais; auxiliar na consulta médica; efetuar curativos, coletar material para exames, administrar medicamentos, limpar, preparar e esterilizar materiais; aplicar vacinas, agendar doses subsequentes e reforços;
- Assistir ao enfermeiro na programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave; participar nas atividades de prevenção e controle de infecção hospitalar; atuar na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante sua assistência.
- Conferir e organizar materiais recebidos das ambulâncias para lavagem e esterilização, e repor material para as unidades ambulantes; separar roupas e materiais para reparo ou substituição; acompanhar a entrega do lixo hospitalar da ambulância; controlar e manter a Central de Material e Almoxarifado.
- Desenvolver ações de vigilância sanitária/epidemiológica, e de saúde do trabalhador.
- Preparar paciente, observar cuidados específicos, zelar pela conservação e manutenção do aparelho de raios X e seus componentes.
- Coletar materiais, preparar amostras, soluções e reagentes de trabalho; efetuar análise, documentar e proceder a entrega de laudos dos exames; executar limpeza e esterilização e condicionamento dos materiais de uso do laboratório.
- Desempenhar outras atividades correlatas

ANEXO II

CARGO	JORNADA	VALOR MENSAL
Médico Clínico Geral Plantonista	12x36	R$ 13.056,53
Enfermeiro Plantonista	12x36	R$ 4.318,18
Técnico em Enfermagem Plantonista	12x36	R$ 3.222,73.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2B05ACEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.871, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 42-A:

"***Art. 42-A. Caracteriza omissão de receita e ocorrência de operações sujeitas à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), autorizando o arbitramento da base de cálculo pela administração tributária, as hipóteses que incluem, entre outras:***
I - falta de emissão de documento fiscal; saldo credor na conta caixa apresentado na escrituração ou apurado em procedimento fiscal;
II - manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não seja comprovada;
III - ausência de escrituração de pagamentos;
IV - presença de ativo oculto ou falta de registro contábil de operações;
V - valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida em instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações; suprimentos de caixa não demonstrados;
VI - divergências em controle quantitativo de entradas e saídas; baixas irregulares de exigibilidades;
VII - valores recebidos pelo contribuinte, informados por instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito e de débito, qualquer instituição participante de arranjo de pagamento, entidades prestadoras de intermediação comercial em ambiente virtual ou relacionados com comércio eletrônico, condomínios comerciais ou outra pessoa jurídica legalmente detentora de informações financeiras, superior ao valor das operações declaradas pelo sujeito passivo da obrigação tributária; e
VIII - receita líquida inferior ao custo dos produtos vendidos, ao custo das mercadorias vendidas e ao custo dos serviços prestados.
§ 1º A receita omitida integrada por presunções legais comporá a base de cálculo para lançamento do ISSQN.
§ 2º O ônus da prova para desconstituir as presunções legais cabe ao sujeito passivo.
§ 3º Não sendo possível identificar a data exata do fato gerador, este presume-se ocorrido no último dia do período de apuração, do exercício ou do período fiscalizado.
§ 4º Na impossibilidade de identificar o local da prestação, aplica-se o local do estabelecimento ou domicílio do prestador.
Art. 2º O parágrafo 1º do artigo 155 da Lei Municipal nº 080, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 155. (...)
§ 1º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, com base nas alíquotas constantes do Anexo I, excluído o valor dos materiais fornecidos pelo prestador, previstos no inciso I do § 2º do artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 116/2003, cuja estimativa por metro quadrado a construir observará o padrão da obra nos termos da Nota Explicativa do Anexo I desta Lei."
Art. 3º Os artigos 175 e 176 da Lei Municipal nº 080, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:
"***Art. 175 Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a receita tributável será arbitrada quando:***
a) o contribuinte não estiver cadastrado como prestador de serviço;
b) houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não refletem o preço real, ou se o declarado for notoriamente inferior ao de mercado;
c) o contribuinte criar dificuldades para a fiscalização apurar a receita bruta; ou
d) houver omissão de receita caracterizada nos termos do artigo 42 deste Código."
"Art. 176 Para o arbitramento da receita tributável serão considerados os preços praticados por estabelecimentos semelhantes, a natureza dos serviços prestados, os custos dos bens ou serviços acrescidos das despesas indispensáveis à manutenção das atividades do sujeito passivo ou do lucro bruto contábil, bem como valores fixados por órgãos competentes ou entidades representativas do setor."
Art. 4º Os artigos 193, 194 e 195 da Lei Municipal nº 080, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 193 São responsáveis por substituição tributária, pela retenção e pelo pagamento do imposto devido ao Município de Pontal do Paraná, observadas as regras de incidência territorial previstas na legislação complementar federal, sem prejuízo da responsabilidade supletiva do contribuinte:
I - as entidades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, do Estado e do Município;

II - o tomador ou o intermediário do serviço, estabelecido ou domiciliado no Município, relativamente a serviço proveniente do exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços do Anexo I deste Código;
IV - as empresas, cooperativas e instituições de assistência médica sobre os honorários médicos pagos a profissionais atuantes na cidade e não inscritos no Cadastro Comercial;
V - o proprietário do imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, em relação aos serviços dos subitens 7.02, 7.05 e 7.19, quando o prestador inscrito não comprovar regularidade fiscal;
VI - o proprietário do estabelecimento, locatário, promotor ou detentor do direito de exploração do espaço nos casos de bailes, shows, festivais, feiras e eventos congêneres;
VII - os bancos, as demais instituições financeiras, as administradoras de imóveis e de bens de terceiros, bem como os condomínios edilícios residenciais ou comerciais, relativamente aos serviços de qualquer natureza por eles tomados no âmbito de suas atividades;
VIII - as empresas seguradoras, sobre as comissões pagas às corretoras de seguros;
IX - as empresas e entidades que exploram loterias, apostas e jogos, sobre as comissões pagas a agentes ou revendedores;
X - as operadoras turísticas, sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;
XI - as agências de publicidade ou propaganda, pelos serviços tomados na produção e arte-finalização;
XII - as empresas concessionárias de rodovias, energia elétrica, telefonia e distribuição de água, sobre serviços de seus contratados;
XIII - as empresas de mídia, pelas comissões relativas aos serviços dos subitens 10.08 e 17.06;
XIV - os hospitais, as clínicas, as casas de saúde e congêneres, bem como as entidades educacionais privadas de ensino de qualquer nível, em relação aos serviços tributáveis por eles tomados;
XV - o tomador, quando o prestador estabelecido no Município não comprovar inscrição no Cadastro Comercial ou omitir documento fiscal obrigatório;
XVI - o tomador, quando a execução de serviços de construção civil for efetuada por prestador domiciliado fora do Município;
XVII - as companhias de aviação, incorporadoras, construtoras, promotores de eventos, agremiações, boates, clubes, cooperativas e sindicatos, na condição de contratantes ou intermediários.
§ 1º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante retenção na fonte no ato do pagamento, aplicando-se a alíquota correspondente prevista no Anexo I.
§ 2º Os responsáveis são obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, independentemente de ter sido efetuada a retenção na fonte.
§ 3º Sendo o Município o credor do imposto, o valor será retido no pagamento e apropriado como receita, fornecendo-se o comprovante ao contribuinte.
§ 4º A retenção é obrigatória inclusive perante prestador optante pelo Simples Nacional, que informará a alíquota em seu documento fiscal, sob pena de retenção pela alíquota máxima de 5% (cinco por cento), atendendo o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 4º, e de demais regras previstas em Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).
§ 5º Quando o serviço for prestado a tomador estabelecido no Município, e outro município aplicar alíquota inferior a 2% (dois por cento) ou conceder benefícios ilegais, o imposto será devido a Pontal do Paraná pela alíquota interna, exceto nos casos dos subitens 7.02, 7.05 e 16.01.
§ 6º O responsável deverá fornecer o comprovante de retenção ao prestador do serviço."

"Art. 194 O valor do imposto não retido ou não recolhido no prazo fixado será, quando do seu recolhimento, onerado com juros, multa de mora e atualização monetária.
§ 1º O responsável tributário é o sujeito passivo da obrigação principal para todos os efeitos legais.
§ 2º É dever do sujeito passivo por substituição tributária a correta aplicação da legislação municipal para apuração do imposto.
§ 3º Em se tratando de obra de construção civil, o proprietário do terreno é responsável solidário pelo imposto gerado no local.
§ 4º Os responsáveis tributários ficam dispensados da retenção e do pagamento do imposto quando o prestador for Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo SIMEI.
§ 5º O responsável tributário deverá certificar-se, na data do fato gerador, do enquadramento do prestador no SIMEI."
"Art. 195 Atribui-se à pessoa física, proprietária ou empreendedora de obras de construção civil, quando contratante de serviços dos subitens 7.02 a 7.05 do Anexo I, a exigência de comprovação, por parte do prestador, do recolhimento do ISSQN neste Município."

Art. 5º O parágrafo 1º do artigo 196 da Lei Municipal nº 080, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 196. (...)
§ 1º O imposto incidente sobre os serviços de mão de obra aplicada na construção civil de edificações em geral, calculado por estimativa com base no metro quadrado a construir e deduzidos os materiais na forma da Nota Explicativa do Anexo I desta Lei, poderá ser recolhido em parcelas mensais de valor mínimo correspondente a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município (UFM), mediante parcelamento durante a vigência do alvará, vencíveis até o último dia útil de cada mês."

Art. 6º A Nota Explicativa do Anexo I da Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO I
Para cálculo estimativo do imposto do item 7.02 aplica-se a seguinte fórmula: I = A x B x C. Onde:
I = ISSQN devido por estimativa;
A = metro quadrado edificado;
B = custo total da CUB/SINDUSCON-PR mensal, podendo deduzir apenas os materiais produzidos fora do local da obra, sujeitos ao ICMS.
C = alíquota definida pelo Anexo I.
Adota-se como padrão da obra: Residencial = R8-N; Comercial = CSL-8-N; Industrial = GI

Art. 7º O Anexo XIV da Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997, no que concerne ao item 11.01.00, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XIV – TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Cód.	Descrição	Valor em UFM
11.01.00	Certidões, atestados, buscas e cópias de documentos de qualquer natureza, por lauda, fração ou ano pesquisado	0,25
11.01.03	Certidão de características de imóvel	1,00

(Permanecem inalterados os demais itens do Anexo XIV)

Art. 8º O Anexo XV da Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997, no que concerne aos itens 03.04.00 e 03.05.00, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XV – TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO PARTICULAR

Cód.	Descrição	Unidade de Medida	Valor em UFM
03.04.00	Licença para Desmembramento ou Remembramento	Por processo	5,00
03.05.00	Licença para Retificação de Matrícula	Por processo	5,00

(Permanecem inalterados os demais itens do Anexo XV)

Art. 9º O Anexo XVI da Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997, no que concerne aos itens 01.00.00, 02.00.00 e 03.00.00, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XVI – TAXA DE ANÁLISE TÉCNICA INICIAL DE PROJETOS

Cód.	Descrição	Unidade de Medida	Valor em UFM
01.00.00	Análise Técnica Inicial de Projeto Arquitetônico (Construção, Reforma, Ampliação ou Regularização)	Por processo	2,00
02.00.00	Análise Técnica Inicial de Projeto de Loteamento / Arruamento	Por processo	2,00
03.00.00	Análise Técnica Inicial de Projeto de Desmembramento, Remembramento ou Retificação	Por processo	2,00

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observados os seguintes critérios quanto aos seus efeitos financeiros:

I - de imediato, em relação aos dispositivos que alteram prazos, procedimentos de fiscalização, obrigações acessórias e formas de recolhimento ou parcelamento de tributos;
II - a partir de 1º de janeiro de 2027 e após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação, relativamente aos dispositivos que impliquem instituição ou majoração de tributos, em estrita observância às alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 150 da Constituição Federal.

•
Pontal do Paraná, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal De Planejamento Urbano E Infraestrutura

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal De Finanças E Orçamento

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral Do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:93A837F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.872, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar em leilão, bens inservíveis de propriedade do Município de Pontal do Paraná."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo alienar, através de leilão público, os bens inservíveis do domínio público municipal relacionados no Anexo, parte integrante da presente Lei.

Art.2º Os valores fixados no Anexo constante da presente Lei, ficam definidos como preço mínimo para a venda dos referidos bens.

Parágrafo Único: Fica o Leiloeiro autorizado, caso haja bens remanescentes e não vendidos em primeira sessão pública de Leilão, a promover segunda sessão, podendo nesta conceder até 50% (cinquenta por cento) de desconto nos valores constantes no Anexo da presente Lei.
Art. 3º - Fica autorizada a contratação de leiloeiro oficial para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art.4º A arrecadação havida pelo leilão, deverá ser utilizada e empregada na reposição do patrimônio municipal, através da aquisição de equipamentos ou material permanente ou investimento em infraestrutura.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VITOR HUGO APARECIDO SANTANA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3E15DF9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 658 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 28.509/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) ADRIANA DA SILVA - MATRICULA 1161, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO , lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 13/07/2019 à 12/07/2024 , LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C4DA757C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 659 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 12.312/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) CAMILLE LIRA STANISCIA- MATRICULA 323526, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO , lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDÍARIOS do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 26/12/2016 à 25/12/2021 , LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 45 (quarenta e cinco) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A4CFDE2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 660 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 2.511/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a)MÁRCIO MIGLIOLI - MATRICULA 59911, ocupante do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES , lotado (a) no (a) SECRETARIA ,MUNICIPAL DE SAÚDE do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 01/06/2019 a 31/05/2024, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:041FEE2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 661 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 17.930/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) ESMAEL ISIDORO - MATRICULA 12281 , ocupante do cargo de Agente operacional, , lotado (a) no (a) SECRETARIA ,MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 01/05/2008 a 30/04/2013, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 30 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2362820B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°101/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 101/2026
Procedimento Licitatório: 72/2026
Pregão Eletrônico: 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: KRODS TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 54.209.506/0001-34

Valor: **R$ 17.500,00 (dezessete mil, e quinhentos reais)**
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Data de Assinatura: 30/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:2DEC82C9

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°102/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 102/2026
Procedimento Licitatório: 72/2026
Pregão Eletrônico: 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: MUNDO ELÉTRICO LTDA.
CNPJ: 44.210.478/0001-11

Valor: **R$ 2.832,00 (dois mil, oitocentos e trinta e dois reais)**
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Data de Assinatura: 30/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:BC2116F4

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°103/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 103/2026
Procedimento Licitatório: 72/2026
Pregão Eletrônico: 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: PB COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 46.845.026/0001-31

Valor: **R$ 10.767,00 (dez mil, setecentos e sessenta e sete reais)**
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Data de Assinatura: 30/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:A3BE2C6E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°104/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 104/2026
Procedimento Licitatório: 72/2026
Pregão Eletrônico: 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: PALAIS DECORAÇÕES LTDA.
CNPJ: 42.668.579/0001-05

Valor: **R$ 322,40 (trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)**
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Data de Assinatura: 30/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:E0E5E187

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 14/2026

EDITAL 14/2026
EDITAL DE RESULTADO DOS APROVADOS NO TESTE ESCRITO
A Comissão Eleitoral, nomeada pela Resolução do CMDCA nº 02/2026, de no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 532/92 e alterações, bem como o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo às demais legislações vigentes.

RESOLVE,

Art. 1º Divulgar a listados (as) candidatos (as) inscritos aprovados no teste escrito, requisito para a eleição de Conselheiros Tutelares no Processo de Escolha Extraordinária:

CANDIDATOS APROVADOS
Grace Beatriz Silva Oliveira Ortiz
Shirlei de Lara Pinto
Vanessa Aparecida Mazeica

Art. 2º O prazo para a impugnação do resultado e interposição de recursos é de 01 a 02/10/2026, como consta no Edital nº 10/2026.

Porto Amazonas, 30 de setembro de 2026.

COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL EXTRAORDINÁRIO
Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5F422E75

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 139/2026

DECRETO Nº 139 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 1º de outubro de 2026, **MILLENA CHRYSTINE KUPCZI**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Assistente Administrativo" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas/PR, em 30 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:3D2172BC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 140/2026

DECRETO Nº 140 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 1º de outubro de 2026, **ROSENILDA DE FÁTIMA RODRIGUES**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas/PR, em 30 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:0E78BA1D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 141/2026

DECRETO Nº 141 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "GARI", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 1º de outubro de 2026, **MATEUS GABRIEL SOARES PINHEIRO**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Gari" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas/PR, em 30 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:39CCDA3D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 56/2026

PORTARIA Nº 56 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o Ofício nº 04/2026, da Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° 01/2025.

CONSIDERANDO a Deliberação Nº 12/2026;

RESOLVE:

Art. 1.º Ampliar o prazo para a conclusão do PAD nº 01/2025, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:F23BBDDD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO N°003 - CONTRATO N°093/2023
RETIFICADO

TERMO ADITIVO Nº003 AO CONTRATO N°093/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE REAJUSTE DE VALOR AO CONTRATO Nº093/2023 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº X.572.335-X, e do CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**, empresa estabelecida na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, sito a Rua Urutau, nº212, inscrita no CNPJ sob nº 47.826.214/0001-85, neste ato representada por **HEITOR ROCHA DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF nº XXX.988.659-XX, portador da cédula de identidade civil sob o nº XX.085.298-X, ao fim assinado.

GESTORA DE CONTRATO: ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº 20, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

FISCAL DE CONTRATO: DIRLEI DE LIMA CHIMILOSKI, PORTARIA Nº 20, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº093/2023, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. º8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a Prorrogação do Prazo de Vigência e o Reajuste de Valor do contrato firmado entre as partes em 21/09/2023, nos termos previstos em suas Cláusulas 6ª(sexta) e 8ª(oitava).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PRORROGAÇÃO

- Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **01/10/2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

- O valor por plantão de 12 (doze) horas após reajustado será de R$ 1.217,29 (mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos).

- A importância ora estabelecida corresponde ao acréscimo de 5,336912% com base na correção do IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

- O valor total deste termo aditivo será de R$ 915.402,08 (novecentos e quinze mil, quatrocentos e dois reais e oito centavos), para cobrir as despesas relativas à prorrogação pelo período de 12 (doze) meses.

- Os efeitos financeiros decorrentes do reajuste vigoram a partir da data de 02/10/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

- A despesa com o presente termo aditivo, no corrente exercício, ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO – 09 – Departamento de Saúde
UNIDADE – 09.001 – Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE–10.302.0037.2037 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
NATUREZA DE DESPESA – 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Reduzido	Programática	Fonte	Desdobramento	Descrição
01835	09.001.10.301.0029.2029	00303	3.3.90.39.50.99	Demais Despesas com Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial

- A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65, inciso II, ambos da Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 29 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:	
NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B12594D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR

ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
SEGUNDA-FEIRA (21/09/2026) ÀS 19 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE
01. Lida Ata da 29ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade do Plenário;

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 15/2025 que, "Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Prado Ferreira aos doadores de sangue e de medula óssea, e adota outras providências". O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela constitucionalidade e pela legalidade, bem como pela tramitação do projeto. O Senhor Presidente submeteu à primeira votação o Projeto de Lei nº 15/2025, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL;

O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 21/2025 que, "Dispõe sobre a proibição da soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto sonoro (estampidos) no Município de Prado Ferreira, Estado do Parana". O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela constitucionalidade e pela legalidade, bem como pela tramitação do projeto. O Senhor Presidente submeteu à primeira votação o Projeto de Lei nº 21/2025, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL;

O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 22/2025 que, "Institui no Município de Prado Ferreira a "Semana Municipal de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio e da outras providencias". O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela constitucionalidade e pela legalidade, bem como pela tramitação do projeto. O Senhor Presidente submeteu à primeira votação o Projeto de Lei nº 22/2025, o qual foi aprovado por unanimidade.

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
As Indicações e os Requerimentos apresentados à Mesa Diretora foram devidamente encaminhados aos órgãos competentes, para conhecimento, análise e adoção das providências cabíveis.
Em razão das condições climáticas adversas ocorridas durante a realização da Sessão, com ocorrência de quedas de energia elétrica e incidência de raios, não foi possível realizar a transmissão on-line da Sessão em sua integralidade. Diante das intercorrências, a transmissão foi interrompida, sendo a Sessão encerrada após a apreciação e votação das matérias constantes da Ordem do Dia. Dessa forma, parte da Sessão encontra-se registrada e disponível para consulta nas redes sociais oficiais da Câmara Municipal, no Facebook e no YouTube, por meio da gravação realizada.

O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 19h35min do dia 21 de setembro de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:CE6E8010

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA ÀS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA ÀS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 15h00min, no Plenário "Vereador Gildásio Francelino dos Santos", estando presentes os vereadores e munícipes conforme lista de presença anexa, realizou-se a Audiência Pública relativa à

demonstração e avaliação das Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2026, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A Audiência foi transmitida online e encontra-se integralmente gravada, disponível em áudio e vídeo na página da Câmara Municipal no YouTube, por meio do link: < https://www.youtube.com/watch?v=MzOvzNCRbiA>. O Senhor Alan Junn Brunellu Myia, Contador da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos, saudando os presentes e explicando os objetivos da Audiência Pública, com destaque para o cumprimento das exigências legais e a apresentação das Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2026, no âmbito do Poder Legislativo. Em seguida, foi concedida a palavra ao Senhor João Lopes Pinheiro Junior, responsável contábil do Poder Executivo Municipal, que realizou a exposição das informações referentes à execução orçamentária e financeira do mesmo período, no âmbito do Poder Executivo. Encerradas as apresentações, a palavra foi franqueada aos vereadores e munícipes presentes, para eventuais questionamentos e esclarecimentos acerca dos dados apresentados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência pública, lavrando-se a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Presidente e pelo 1º Secretário.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:D50CE3AC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR)**, por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, torna público o aviso de licitação:

UASG: 460681 - CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Processo Licitatório nº 186/2026
Modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de administração e gerenciamento informatizado via web, do abastecimento de veículos oficiais do CISPAR, com cartão com chip, em redes de postos credenciados, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

Valor Máximo da Licitação: R$626.523,50 (seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Para obtenção do desconto.

Tipo de Licitação: Maior desconto. Ampla concorrência, com benefícios para Micro e Pequena Empresa.

Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 16/10/2026, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Edital na íntegra: O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://cispar.pr.gov.br/, no link "Licitações".

Demais informações através do telefone (44) 3123-2800, ramal 2801.

Publique-se.

Maringá, 30 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:36747FDD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 25, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Gerente Administrativa.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º Fica nomeada para o cargo de Gerente Administrativa, a Srª Leiliani Cirilo De Sales, CPF nº 060.678.XXX-XX, a partir do dia 01/10/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá-PR, 01 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:3E40E22D

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME E/OU EPP
LEI Nº 123/2006

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 08:00 horas do dia 14/10/2026, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A POPULAÇÃO USUÁRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 380.340,00 (Trezentos e Oitenta Mil, Trezentos e Quarenta Reais).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 30 de setembro de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:0ECBA855

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME E/OU EPP
LEI Nº 123/2006

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 08:00 horas do dia 15/10/2026, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE DRENAGEM FLUVIAL E REVITALIZAÇÃO DE CALÇADAS.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 398.640,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil, Seiscentos e Quarenta Reais).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 30 de setembro de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:329D67E4

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 4/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: ÓLEOS SÃO GONÇALO S/A – CNPJ **42.763.764/0001-89**
OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL, DE TERRENO URBANO COM BENFEITORIAS, COM ÁREA DE 24.200 M² (VINTE E QUATRO MIL E DUZENTOS METROS QUADRADOS), CONSTANTE DA MATRÍCULA Nº 18.571, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS VOLTADAS À EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL E/OU COMERCIAL, COM VISTAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **05 (cinco) anos**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:C7C6F40C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 61/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar GUILHERME LIMA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel II, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.
Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 01 de Outubro de 2026.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:DA3060A0

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 62/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar SAMMY DEIVES GOMES DA SILVA do cargo em comissão de Assessor de Plenário da Presidência, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.
Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 01 de Outubro de 2026.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:C81566AC

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, em cumprimento à Lei Complementar nº. 101/2000 convoca a população quatrobarrense, os Conselhos Municipais e demais interessados para prestigiar a Audiência Pública para a apresentação da proposta da **Lei Orçamentária Anual - LOA**, para o exercício financeiro de 2027, a qual será realizada em 13 de outubro de 2026, no Plenário da Câmara Municipal, à Avenida 25 de Janeiro, nº. 448, Centro, Quatro Barras, com início às 16h00min.

O acesso ao público à realização da audiência se dará na forma presencial e on-line, através de transmissão ao vivo pelo Facebook da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, com possibilidade de interação via chat.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:BADD1D6B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11945/2026

Súmula: Nomeia a Senhora EMILIA CAROLINA DA SILVA HALABURA para o exercício de cargo eletivo.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora EMILIA CAROLINA DA SILVA HALABURA, CPF nº. ***.977.979-**, para exercer o cargo eletivo de "CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE", Considerando Processo Administrativo n° 15987/2026 e Resolução n° 23/2026 CMDCA, junto ao Conselho Tutelar da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA, a partir de 01 de Outubro de 2026.

Quatro Barras, 30 de Setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:08F8FE01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de dietas enterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, visando atender à Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 01/10/2026 às 08:29 min do dia 14/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 8h30min do dia 14/10/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.

LOCAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC - **www.bnc.com.br "Acesso Identificado"**
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

APARECIDA DE ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:DABC5293

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 6538/2026
ESTEPHANIE GONÇALVES REPINOSKI - CPF. XXX.667.639-XX
I)Processo Administrativo n° 14823/2026
II) Cargo do servidor: CONTADOR – SMAFP
III)Período de afastamento: 21/09/2026(15h) a 24/09/2026(15h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Transferências voluntarias, em Foz do Iguaçu/PR.

Requerimento de Diária n° 6567/2026
SANDRA MACEDO TRAVINSKI RUFINO - CPF. XXX.892.979-XX
I)Processo Administrativo n° 14823/2026
II) Cargo do servidor: CONTADOR – SMAFP
III)Período de afastamento: 21/09/2026(15h) a 24/09/2026(15h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Transferências voluntarias, em Foz do Iguaçu/PR.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:145B9BDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°130/2026

PORTARIA Nº130/2026

Súmula: Encerramento de pagamento de Pensão Por Morte em razão do falecimento do beneficiário.

ADELAIDE CRUZ, Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e, considerando o falecimento da pensionista **MAURILIA MARIA DA SILVA**, ocorrido em 15 de julho de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica encerrado o pagamento da Pensão Por Morte concedida a pensionista Sra. **MAURILIA MARIA DA SILVA**, em data de 26 de setembro de 2023, através do Portaria nº 097/2023 e registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em razão de seu falecimento., ocorrido em data de 15/07/2026, conforme Certidão de Óbito matrícula 081448 01 55 2026 4 00011 050 0002614 99, expedida em data de 16/07/2026, pelo Cartório de Registro Civil de Querência do Norte-PR., fica encerrado doravante o pagamento dos proventos de aposentadoria.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 29 de Setembro de 2026.

ADELAIDE CRUZ
Diretora Presidente Do RPPS

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:F6F2351A

LICITAÇÃO
LICITAÇÃO FRACASSADA CONC.03.2026

COMUNICADO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
Objeto: execução de trincheira nº 05 impermeabilizada com geomembrana PEAD 1 mm, construção de 02 drenos de gases, construção do pátio de compostagem e execução do sistema de drenagem de águas pluviais do aterro sanitário, no Centro de Triagem Cornélio Geminiano Nery, no município de Querência do Norte/PR.
Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e no encerramento dos procedimentos licitatórios de sua competência, bem como o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006;
Considerando que, conforme registrado na Ata da Sessão Pública, a empresa classificada em primeiro lugar enquadra-se como Empresa de Pequeno Porte e, por ocasião da análise da documentação de habilitação, encontrava-se com a regularidade fiscal pendente;
Considerando que foi assegurado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da situação fiscal, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo sido concedida, ainda, a prorrogação por igual período;
Considerando que, transcorrido o prazo concedido, inclusive a prorrogação, a licitante não comprovou a regularização de sua situação fiscal, impossibilitando sua habilitação para fins de contratação;
Considerando, ainda, que não houve outro licitante participante do certame para prosseguimento das etapas subsequentes;
DECIDE
Em observância aos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do interesse público, **DECLARAR FRACASSADO** o procedimento licitatório referente à Concorrência Eletrônica nº 03/2026, tendo em vista que a única licitante participante, embora beneficiária do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, não comprovou a regularização de sua situação fiscal dentro do prazo legal, inclusive após a prorrogação concedida, não havendo outra licitante para prosseguimento do certame.
Querência do Norte, 30 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:7CF2D927

RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO

PORTARIA Nº. 129/2026

SÚMULA: Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial constituída pela Portaria nº 090/2026.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Portaria nº 090/2026, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa fundamentada;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos de instrução do Processo Administrativo decorrente de avaliação de estágio probatório, visando à adequada análise dos documentos, manifestações e demais elementos constantes dos autos;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regular instrução processual, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial constituída pela Portaria nº 090/2026, responsável pela instrução do Processo Administrativo decorrente de avaliação de estágio probatório do servidor G.S.S., ocupante do cargo de A.D.C.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 090/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte, PR, 30 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:03B2E8E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 15/2026 – TESTE SELETIVO 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 15/2026 – Teste Seletivo 01/2026

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
56ª	JUCELIA DA CRUZ PEREIRA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
57ª	ENICE FIGURA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
58ª	DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
59ª	EDINEIA DA SILVA LIMA DOS ANJOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL

Quitandinha, 30 de setembro de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:67DC078D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 41/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 41/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Elio Lincon Cardoso Dos Santos
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 30/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E18BDFB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 43/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 43/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Edson Luiz Mantovani
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 30/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:19D01A84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada. As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste juntamente com o Departamento de Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR.
Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionadas 03 categorias, conforme quadro abaixo:

CATEGORIAS (Projeto)	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA NEGROS/ INDÍGENAS/ PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS
CATEGORIA 1 Apresentações Musicais (Solo, Dupla ou Conjunto)	02	1	03
CATEGORIA 2 Oficinas de Artesanato	03	1	04
CATEGORIA 3 Cinema na Praça (Exclusiva CNPJ)	1	0	1

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de **R$ 50.897,83 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos).**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **Fonte 818.**

Orgão	Unid	Funcional	Dotação	Fonte
10	02	1339200182004	3.3.90.36.00	818
10	02	1339200182004	3.3.90.39.00	818
10	02	1339200182004	3.3.90.39.00	2818
10	02	1339200182004	3.3.90.39.00	1000

Natureza da despesa: As despesas serão classificadas nas seguintes naturezas:
· Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, destinados à contratação de profissionais autônomos;
· Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, destinados à contratação de empresas prestadoras de serviços.
Sobre o valor total repassado pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De 08h00 do dia 01/10/2026] até às 23h59 do dia 15/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas na seção de inscrições.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR, há pelo menos 01 ano ou residentes de outros municípios caso as vagas não forem completadas.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital, quando se enquadrar nas vedações nos itens I, II e III.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas nos itens I, II e III.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital.

Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 (um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação.
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio do e-mailcentroculturalranchoalegre@gmail.com a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos pessoais com foto (RG, CNH), comprovante de residência;
c) Portfólio reunindo registros para comprovação de atuação (fotos, vídeos, notas fiscais, certificados, contratos, postagens em redes sociais, relatórios...);
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ, conforme Anexo III;
e) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas, conforme Anexo IV;
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital, está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Procedimentos complementares
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – Serão consideradas aptas as pessoas jurídicas em que mais de 50% (cinquenta por cento) do quadro societário seja composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
II – No caso de pessoas jurídicas ou de grupos e coletivos sem CNPJ, será considerado o protagonismo quando houver pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural, tais como coordenação, direção ou função equivalente;
III – Também será considerado o enquadramento quando a equipe do projeto cultural for composta majoritariamente (mais de 50%) por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
IV – Poderão ser consideradas outras formas de composição que garantam o protagonismo efetivo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência, desde que devidamente comprovadas por meio de documentação ou autodeclaração.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo IV.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até31 de Dezembro de 2026.
Qualquer alteração no prazo de execução deve ser previamente acertada com o Departamento de Cultura.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária, constante no Anexo II, indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Os projetos serão avaliados por uma Comissão de Seleção, responsável pela análise e avaliação das propostas apresentadas. Todas as atividades realizadas pela Comissão serão devidamente registradas em ata.
A Comissão de Seleção será composta por Nelson da Silva Barbosa, Fernanda Melo Moreira e Clednilson Rafaeli, conforme nomeação constante da Portaria nº 332/09/2025.
Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo I, deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de Rancho Alegre D’Oeste - PR e no site oficial da Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D’Oeste - PR
O agente poderá fazer as mudanças indicadas na análise, a fim de abrir a possibilidade de ter o projeto reavaliado. Para isso será necessário preenchimento de recurso, conforme Anexo V, enviado para o e-mail centroculturalranchoalegre@gmail.com, no prazo de 3 dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem, o primeiro dia útil, posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo, não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site do município.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria, poderão ser remanejados para outra categoria, conforme classificação geral, de acordo com os critérios descritos no Anexo I.
Caso não tenha outros projetos a serem contemplados, os recursos remanescentes poderão ser distribuídos igualmente entre todos os candidatos aprovados, sendo necessário o envio de nova planilha de custos com o valor atualizado.
Em último caso, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.
A decisão de remanejamento dos recursos remanescentes, ficará a cargo da Coordenação de Seleção.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de05 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail centroculturalranchoalegre@gmail.com os seguintes documentos:

PESSOA FÍSICA (ou grupo ou coletivo sem CNPJ)
I - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir)
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais;
(http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica)
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários municipais; (https://webapp1-ranchoalegre.cidade360.cloud:8443/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvlle.hatendimento)
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho; (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces)
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração de co-residência assinada pelo agente cultural, conforme modelo disposto no Anexo VII;
VI - dados bancários para depósito.

PESSOA JURÍDICA
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos ou estatuto social;
III - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir)
IV - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais;
(http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica)
V - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários municipais; (https://webapp1-

ranchoalegre.cidade360.cloud:8443/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvlle.hatendimento)
VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
(https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.js)
VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
(https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces)
VIII - dados bancários para depósito.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, que deve ser apresentado, conforme Anexo V, enviado para o e-mail centroculturalranchoalegre@gmail.com, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site oficial do Município.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo VI deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelaDepartamento Municipal de Assistência Social – PR, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária, previamente informada pelo proponente e destinada exclusivamente ao recebimento dos recursos deste Edital. O repasse dos recursos será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a homologação do resultado final, observadas as disposições previstas neste Edital.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
Atenção! O agente cultural deverá assinar o Termo de Execução Cultural no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de perda do direito ao apoio financeiro, sendo convocado o suplente para assumir sua vaga.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal e Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR (Prefeitura Municipal e Departamento de Cultura de Rancho Alegre D'Oeste), de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VIII deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural deve ser apresentado em até 30 dias, após o final do prazo de execução.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto;
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitehttp://www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br/ e através do e-mail centroculturalranchoalegre@gmail.com.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicações no site oficial da Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste - PRe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailcentroculturalranchoalegre@gmail.come telefone (44) 3556-1420.
Os casos omissos ficarão a cargo da Coordenação da Seleção.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio e critérios de seleção;
Anexo II – Formulário de Inscrição / Plano de Trabalho;
Anexo III – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo;
Anexo IV – Autodeclaração Étnico-Racial / PCD (Cotas);
Anexo V – Formulário de Pedido de Recurso;
Anexo VI – Termo de Execução Cultural;
Anexo VII – Declaração de Co-Residência;
Anexo VIII – Relatório de Objeto de Execução Cultural.

Rancho Alegre D'Oeste, 30 de setembro de 2026.

AUGUSTO DE SOUZA CAMPOS
Diretor do Departamento de Cultura

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:67E66F63

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 004/2025

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 004/2025
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – HERMES MORATELI DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **ENFERMEIRO** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:B5A00220

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 005/2025

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 005/2025
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – ÉVELLIN JULIANA DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:C2296BB1

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 026/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 026/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – ROSIMEIDE MACHADO DA CRUZ
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:E870B34B

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 027/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 027/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JOYCE LUANA MELO DE JESUS FUZINATO
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:A5D37EF4

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 028/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 028/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – ALEX MARTINS GARCIA
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:844FCAD8

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 029/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 029/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – LEANDRO FRANCISCO DAS NEVES
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:5F8601B2

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 030/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 030/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – NATALIA STOFALETE
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **PSICÓLOGO** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:C3D25ECA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 031/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 031/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JÉSSIKA ELOISA SUZANO SOUZA
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **NUTRICIONISTA** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:FF49C5B3

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 033/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 033/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JOICE DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:B839623A

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 034/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 034/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – GUSTAVO OLIVEIRA TEIXEIRA
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:03502C31

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 035/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 035/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – ANDRIELE KETLEN PEREIRA DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na área da Saúde visando a realização das atribuições de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** na prestação de serviços nas áreas de atuação junto ao Centro de Saúde Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 01 de outubro de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 29 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:1E9A5C75

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 327/09/2026

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, á TAIS LARISSA TEODORO FERREIRA por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, no período de 26/09/2026 à 23/01/2027, nos termos da Lei Federal nº 8861 de 15/03/1994, mediante apresentação de Atestado Médico para concessão de Licença Maternidade.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, bem como, mediante Atestado Médico apresentado pela Servidora,

R E S O L V E

Art. 1º – **CONCEDER Licença Maternidade à TAIS LARISSA TEODORO FERREIRA**, portadora da RG nº 14.118.294-3, inscrita no CPF nº 112.628.729-60, nomeada no **Cargo em Comissão de Chefe da Divisão Vigilância Sanitária,** mediante Portaria nº 30/09/2025 admitida em 20/01/2025, lotada no Departamento de Saúde, junto a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná, pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias, no período de 26 de setembro de 2026 à 23 de janeiro de 2027**, nos termos do Artigo 71 da Lei Federal nº 8861 de 25 de março de 1994 e Requerimento protocolado sob nº 303 de 30/09/2026

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:21D01F87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 064/2026 – PSS Nº 07/2025

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): JÉSSICA VIEIRA HOFFMANN
CPF: 032.xxx.xxx-01
Objeto/Motivo: Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: MONITOR EDUCACIONAL
Valor: R$ 1.776,96
Carga Horária Semanal: 30 HORAS
Vigência: 05/010/2026 a 18/12/2026
Data: 30/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:82545165

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 065/2026 – PSS Nº 07/2025

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): SUELE DA ROSA TRENTINI
CPF: 100.xxx.xxx-79
Objeto/Motivo: Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: PROFESSOR
Valor: R$ 2.472,30
Carga Horária Semanal: 20 HORAS
Vigência: 05/10/2026 a 18/12/2026
Data: 30/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E38DCA9A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.304, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Institui o Auxílio-Alimentação dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Realeza, revoga a Lei Municipal nº 2.195, de 16 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Alimentação, de natureza indenizatória, a ser concedido mensalmente aos servidores públicos municipais em atividade no Poder Executivo Municipal, destinado a subsidiar despesas com alimentação, não constituindo contraprestação pela efetiva realização de refeição durante o intervalo intrajornada.

Art. 2º O Auxílio-Alimentação será concedido aos seguintes agentes públicos municipais:
I – os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo;
II – os empregados públicos e os servidores contratados por prazo determinado;
III – os servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – os Conselheiros Tutelares; e
V – os Secretários Municipais.

§ 1º Não farão jus ao Auxílio-Alimentação:
I – o Prefeito e o Vice-Prefeito;
II – os aprendizes contratados na forma da legislação aplicável;
III – os aposentados e inativos; e
IV – os pensionistas.
V - Estagiários

§ 2º A inclusão dos beneficiários será realizada automaticamente a partir da implantação do benefício, observadas as disposições desta Lei.

§ 3º Os servidores cedidos ou permutados para outros órgãos ou entidades poderão permanecer como beneficiários, desde que percebam seus vencimentos pelo Município de Realeza e não recebam benefício de mesma natureza no órgão ou entidade de destino.

§ 4º A concessão do Auxílio-Alimentação observará os requisitos, condições, critérios de proporcionalidade e hipóteses de desconto ou suspensão estabelecidos nesta Lei.

Art. 3º O Auxílio-Alimentação será concedido aos servidores públicos municipais, observada a proporcionalidade da jornada semanal de trabalho, tomando-se como referência o valor fixado para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, nos seguintes valores:
I – R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais), para os servidores com jornada de 40 (quarenta) horas semanais;
II – R$ 393,75 (trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), para os servidores com jornada de 30 (trinta) horas semanais;
III – R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para os servidores com jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º O valor do Auxílio-Alimentação será concedido de forma proporcional à jornada semanal do servidor, considerando-se como referência o valor estabelecido para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Na hipótese de alteração do valor do Auxílio-Alimentação para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, os valores correspondentes às demais jornadas serão reajustados automaticamente, observada a mesma proporcionalidade.

§ 3º Os valores previstos neste artigo correspondem à jornada semanal legal do cargo, emprego ou função para o qual o servidor foi investido, observada a proporcionalidade prevista nesta Lei e ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º do art. 11.

§ 4º No caso de redução de jornada de trabalho concedida nos termos do art. 103-A do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, fica assegurada a manutenção integral do Auxílio-Alimentação correspondente à jornada legal do cargo ocupado pelo servidor, não sendo o benefício reduzido ou proporcionalizado em razão da jornada reduzida.

CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO

Art. 4º O Auxílio-Alimentação será concedido mensalmente, conforme definido pela Administração Pública Municipal, nas seguintes modalidades:
I – mediante crédito em cartão magnético ou outra tecnologia equivalente, administrado por empresa especializada contratada na forma da legislação vigente; ou
II – em pecúnia, por meio de crédito em folha de pagamento.

§ 1º Quando concedido por meio de cartão magnético ou outra tecnologia equivalente, o Auxílio-Alimentação destina-se exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios e refeições em estabelecimentos credenciados pela empresa administradora.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o crédito disponibilizado poderá ser utilizado exclusivamente nos estabelecimentos credenciados junto à empresa administradora contratada pelo Município.

§ 3º Quando concedido por meio de cartão magnético ou outra tecnologia equivalente, o benefício será disponibilizado em cartão nominal, pessoal, intransferível e recarregável.

§ 4º Ocorrendo o desligamento do servidor, o benefício será imediatamente cessado, com o cancelamento do cartão, quando essa for a modalidade de concessão adotada.

§ 5º A Administração Pública Municipal poderá, mediante ato motivado, alterar a forma de concessão do Auxílio-Alimentação entre as modalidades previstas no caput, desde que preservado o valor do benefício e observada a legislação aplicável.

§ 6º No período de apuração em que ocorrer o início do exercício, exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou qualquer forma de desligamento do servidor, o Auxílio-Alimentação será concedido proporcionalmente aos dias de efetivo exercício, observado o disposto nesta Lei.

§ 7º A concessão, manutenção e eventual desconto do Auxílio-Alimentação observarão os registros de frequência homologados pelo sistema oficial de controle de jornada do Município, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

§ 8º Os servidores que, em razão da natureza ou das condições especiais do exercício de suas atribuições, forem formalmente dispensados do registro eletrônico de ponto deverão comprovar o efetivo exercício mediante relatório mensal de atividades, apresentado e homologado no mesmo período de fechamento da frequência adotado pelo Município.

§ 9º O relatório mensal de atividades deverá conter, no mínimo, a identificação do servidor, o período de referência, a descrição das atividades realizadas, eventuais faltas, afastamentos ou outras ocorrências que possam repercutir na concessão do Auxílio-Alimentação, e a homologação da chefia imediata.

§ 10. A não apresentação ou a não homologação do relatório mensal de atividades no prazo estabelecido implicará a perda do direito ao Auxílio-Alimentação referente ao respectivo período de apuração, não sendo devido o pagamento posterior do benefício, ainda que o relatório seja apresentado ou regularizado após o prazo, ressalvadas as hipóteses de erro ou falha imputável exclusivamente à Administração Pública Municipal.

Art. 5º O Auxílio-Alimentação será descontado proporcionalmente aos dias ou jornadas não considerados como efetivamente cumpridos, nos termos desta Lei, e não será devido nas seguintes hipóteses:
I – licença não remunerada de qualquer natureza;
II – licença para tratar de interesses particulares;
III – licença para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias, ressalvadas as hipóteses protegidas por legislação específica;
IV – licença por motivo de doença em pessoa da família superior a 15 (quinze) dias;
V – afastamento do exercício da função decorrente de decisão em procedimento administrativo ou ordem judicial, quando não houver efetiva prestação de serviço;
VI – suspensão disciplinar ou outra penalidade que impeça temporariamente o exercício das funções;
VII – prisão, pelo período em que o servidor permanecer afastado do exercício de suas funções, ressalvadas as hipóteses determinadas por decisão judicial ou legislação específica; e
VIII – faltas ou ausências injustificadas.

§ 1º O desconto do Auxílio-Alimentação será realizado após a conclusão da apuração da frequência do respectivo período, tomando-se como base o valor mensal do benefício dividido pelo número de dias úteis ou jornadas previstas no período de apuração, conforme a jornada ou escala de trabalho do servidor.

§ 2º Cada dia útil ou jornada prevista em escala que não seja considerado como efetivamente cumprido, nos termos do art. 6º desta Lei, ensejará o desconto correspondente ao valor diário do Auxílio-Alimentação.

§ 3º Aos servidores submetidos a jornadas diferenciadas ou regimes de escala, tais como 12x36, 24x72 ou outras legalmente instituídas, o cálculo será realizado com base no número de jornadas ou plantões previstos no período de apuração, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

§ 4º O servidor que registrar 2 (duas) ou mais faltas injustificadas durante o período de apuração perderá integralmente o direito ao Auxílio-Alimentação relativo ao respectivo período.

§ 5º As faltas injustificadas em número inferior ao previsto no § 4º ensejarão o desconto correspondente aos respectivos dias ou jornadas não cumpridos.

Art. 6º Para fins de concessão do Auxílio-Alimentação, considera-se cumprida a jornada diária ou a jornada prevista em escala quando o servidor tiver efetivamente trabalhado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da jornada estabelecida para o respectivo dia ou plantão.

§ 1º O cumprimento de menos de 50% (cinquenta por cento) da jornada diária ou do plantão será considerado como jornada não cumprida para fins de concessão do Auxílio-Alimentação, aplicando-se o desconto correspondente ao valor diário do benefício.

§ 2º Para os servidores dispensados do registro eletrônico de ponto, o cumprimento da jornada será comprovado por meio do relatório mensal de atividades previsto nesta Lei, observados os procedimentos de apresentação e homologação estabelecidos em regulamento.

§ 3º O disposto neste artigo não afasta a aplicação da perda integral do benefício prevista no § 4º do art. 5º, quando configuradas 2 (duas) ou mais faltas injustificadas no período de apuração.

Art. 7º O servidor que acumular licitamente cargos, empregos ou funções públicas no Poder Executivo Municipal fará jus a um único Auxílio-Alimentação, calculado considerando-se a soma das jornadas dos vínculos acumulados, limitado ao valor correspondente à jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

CAPÍTULO III – DA NATUREZA E DAS VEDAÇÕES

Art. 8º O Auxílio-Alimentação possui natureza indenizatória, não se incorpora à remuneração do servidor e não constitui base de cálculo para qualquer vantagem ou parcela remuneratória, observada a legislação aplicável, razão pela qual:
I – não integra o vencimento, remuneração, provento ou pensão;
II – não será computado para efeito de cálculo do décimo terceiro salário, adicional de férias ou qualquer outra vantagem, adicional, gratificação ou parcela remuneratória;
III – não integrará a base de cálculo de descontos ou consignações incidentes sobre a remuneração do servidor, ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou determinadas judicialmente;
IV – não será computado para fins de incidência do teto remuneratório constitucional, desde que preservada sua natureza indenizatória e observada a legislação aplicável; e
V – não poderá ser acumulado com outro benefício de mesma natureza destinado à mesma finalidade.

Parágrafo único. A tributação, retenção ou incidência de contribuições sobre o benefício observará a legislação federal aplicável.

Art. 9º O recebimento de diárias, ressarcimento de despesas de viagens, ajuda de custo ou alimentação fornecida pela Administração em situações específicas de serviço não prejudicará, por si só, o direito do servidor ao Auxílio-Alimentação.

Parágrafo único. As verbas previstas no caput possuem natureza e finalidade próprias e não serão utilizadas para compensar ou substituir o Auxílio-Alimentação, ressalvadas as hipóteses em que houver benefício de mesma natureza destinado à mesma finalidade.

Art. 10. O Auxílio -Alimentação será concedido exclusivamente com base na carga horária semanal do cargo, emprego ou função para a qual o servidor foi investido ou contratado, observada a jornada prevista em lei.

§ 1º A realização de horas extras, plantões extraordinários, convocações ou qualquer outra prestação eventual de serviço além da jornada ordinária não gerará direito a pagamento complementar ou aumento do Auxílio-Alimentação.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica às hipóteses de ampliação temporária da jornada de trabalho ou de alteração do regime de trabalho previstas em lei, inclusive em razão de jornada suplementar do magistério, de substituição prevista no art. 55 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, exclusivamente nos dias em que efetivamente ocorrer, de submissão ao regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE ou de designação para o exercício de função gratificada que implique aumento da jornada de trabalho.

§ 3º Nas hipóteses previstas no § 2º, o servidor fará jus, durante o período de efetivo exercício da jornada ampliada ou do regime especial, ao Auxílio-Alimentação correspondente à jornada efetivamente exercida, observada a proporcionalidade estabelecida no art. 3º.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O valor do Auxílio-Alimentação poderá ser reajustado anualmente por Decreto do Poder Executivo, desde que haja autorização legal, disponibilidade orçamentária e financeira e observância das normas de responsabilidade fiscal, tomando-se como limite máximo a variação acumulada de índice oficial de inflação, preferencialmente o IPCA/IBGE ou INPC/IBGE, relativa aos 12 (doze) meses anteriores.

Art. 12. O Auxílio -Alimentação não será devido retroativamente, salvo em caso de erro administrativo devidamente comprovado.

§ 1º Os valores pagos indevidamente a título de Auxílio -Alimentação serão objeto de restituição ao erário, mediante desconto em folha de pagamento, observado o limite legal, desconto em crédito futuro do próprio benefício ou por outro meio admitido em lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Constatada fraude, simulação ou qualquer expediente destinado à obtenção indevida do benefício, o beneficiário ficará obrigado à restituição integral dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, quando cabíveis.

Art. 13. O Auxílio-Alimentação será creditado mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao período de apuração da frequência ou no primeiro dia útil seguinte, quando a data recair em sábado, domingo ou feriado.

Art. 14. É vedada a cessão, transferência, comercialização ou utilização do Auxílio -Alimentação em desacordo com sua finalidade, sujeitando o servidor às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da restituição dos valores eventualmente recebidos de forma indevida.

Art. 15. A apuração da frequência para fins de concessão, manutenção, desconto ou perda do Auxílio-Alimentação observará o período de fechamento do controle de frequência adotado pelo Município, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para os servidores dispensados do registro eletrônico de ponto, o relatório mensal de atividades deverá ser apresentado e homologado dentro do mesmo prazo estabelecido para o fechamento da frequência dos demais servidores, constituindo

requisito para a concessão do Auxílio-Alimentação relativo ao respectivo período de apuração.

Art. 16. O servidor poderá renunciar ao Auxílio-Alimentação mediante assinatura de Termo de Renúncia próprio, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao protocolo do pedido.

Parágrafo único. A renúncia ao benefício poderá ser revogada mediante requerimento do servidor, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao protocolo, observados os procedimentos estabelecidos pela Administração.

Art. 17. A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da dotação própria prevista na legislação orçamentária em vigor.

Art. 18. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de concessão, operacionalização, controle da frequência, forma de pagamento e demais atos necessários à sua execução.

Art. 19. Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº 2.195, de 16 de janeiro de 2025, e as demais disposições em contrário.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Realeza, 29 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:55FA4F3E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.305, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Denomina de "Rua Antônio Menin" via pública atualmente identificada como Rua Projetada C, no município de Realeza – PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE:
Art. 1º Fica denominada **"Rua Antônio Menin"** a via pública atualmente identificada como **Rua Projetada C**, integrante do loteamento situado no Município de Realeza, Estado do Paraná, conforme planta e documentação oficial do respectivo loteamento.
Parágrafo único. A denominação prevista no caput deste artigo será aplicada à via pública que atualmente se encontra sem denominação oficial, observada a identificação constante na planta oficial do loteamento.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a colocação da respectiva placa de identificação do logradouro, bem como realizará as comunicações necessárias aos órgãos e repartições competentes para atualização de seus cadastros.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 29 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:1DAAF9BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO LOTE SUJO 2026-10

EDITAL DE NOTIFICAÇÃOLimpeza de terreno particular nº 10/2026 Conforme Lei Complementar nº 008/2019 e Lei 2.187/2024 e Decreto nº 5.007/2025

Em observância aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, incisos LIV e LV, e artigo 37, caput, da Constituição Federal), bem como ao disposto nos artigos 2º e 20 da LINDB, informo que a notificação por edital se deu em razão de que não há nos registros do departamento de tributação do município sistemas Equiplano e Geo endereço, email, telefone o outro dado que possibilite localizar o(s) requerido(s).

O Município de REALEZA, Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, devido a desatualização cadastral (por parte dos proprietários) no banco de dados do departamento de tributação do município e em cumprimento aos dispositivos legais previstos nos artigos 6º e 11º, da Lei Municipal nº 008/2019, (Código de Posturas do Município), que estabelece as normas para limpeza de trerrenos, passeios e frentes de residências, e deteminação da Lei nº 2.187/2024 e decreto 5.007/2025, que estabelecem a obrigatoriedade de plantio de grama em terrenos não edificados, **NOTIFICA** os(a) proprietários(a) de TERRENO(S) EM CONDIÇÃO DE ABANDONO, abaixo descrito(s):

-- ELISANDRO FERREIRA - CPF: 030....., proprietário de terreno localizado na Rua LUIZ SERGIO SASSI, BAIRRO CIDADE UNIVERSITÁRIA, quadra 437, lotes 12 e 14, inscrições 63789 e 63801.....

A fim de que **execute(m) os serviços de conservação, limpeza e roçada do(s) terreno(s)**, no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da publicação desta notificação, e o(s) **mantenha(m) conservado(s), limpo(s) e roçado(s) durante todo o ano,** sob pena de **multas** pelo mau estado de conservação, além de **recair sobre o proprietário as despesas oriundas dos serviços que por ventura sejam executados para limpeza.**
O não pagamento de multa gera **inscrição em dívida ativa no cadastro tributário municipal**, ficando a pessoa física/jurídica autuada, sem certidão negativa municipal para quaisquer fins e com possibilidade de ajuizamento do débito por meio de execução fiscal.
DECRETO 5.012 DE 4/01/26, determina o valor do UFM em R$ 1,067
Valor da Multa pela não limpeza = R$ 400 UFM
Valor da Multa pelo não Plantio de grama = R$ 400 UFM.
Valor da limpeza: R$ 2,00 o m² - metro quadrado, conforme processo de inexigibilidade 04/2025.

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:8749397F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.132/2026 30/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **JAQUELINE GOMES DEMARCHI GRISA**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social para assinar e responder pela Secretaria de Assistência Social, com fins retroativos a partir da data de 28/09/2026 até a data de 07/10/2026 nas férias da Secretaria de Assistência Social ZANETI DE CARLI MARCANTE.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:584DAD6D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.133/2026 30/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora abaixo relacionada com fins retroativos a partir da data de 01 de outubro de 2026 pelo período de um ano a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de **Monitor Educacional** referente ao processo seletivo simplificado Nº02/2025, conforme Edital de convocação Nº21. Nomeada anteriormente pela Portaria 8.403/2025 de 01/10/2025.

MONITOR EDUCACIONAL

JULIA MARIA CARDOSO DE CARLI	RG Nº 14.246.023-8 SSP/PR
KETLIM LETICIA MOREIRA	RG Nº 13.534.309-9 SSP/PR

PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora abaixo relacionada a partir da data de 01 de outubro de 2026 pelo período de um ano a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de Técnico de Enfermagem referente ao processo seletivo simplificado Nº01/2025, conforme Edital de convocação Nº44 Nomeada anteriormente pela Portaria 8.406/2025 de 01/10/2025.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ELENIR KIEDES FAGUNDES	RG N º7.988.064-7 SSP/PR

PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora abaixo relacionada a partir da data de 04 de outubro de 2026 pelo período de um ano a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de Técnico de Enfermagem referente ao processo seletivo simplificado Nº01/2025, conforme Edital de convocação Nº44. Nomeada anteriormente pela Portaria 8.411/2025 de 02/10/2025.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ELIANE HOBOLD DIAS	RG N º 7.735.069-1 SSP/PR

PRORROGAR o contrato de trabalho do servidor abaixo relacionado a partir da data de 19 de outubro de 2026 pelo período de um ano a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de Motorista referente ao processo seletivo simplificado Nº03/2025, conforme Edital de convocação Nº25. Nomeado anteriormente pela Portaria 8.425/2025 de 14/10/2025.

MOTORISTA

JONATHAN PAULO DE MIRANDA	RG N º12.966.151-8SSP/PR

PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora abaixo relacionada a partir da data de 19 de outubro de 2026 pelo período de 60 dias a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de Odontólogo 40H referente ao processo seletivo simplificado Nº06/2025, conforme Edital de convocação Nº06. Nomeada anteriormente pela Portaria 88.425/2025 de 14/10/2025.

ODONTÓLOGO 40H

LUCÍ ROGGIA	RG N º 12.616.911-6SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6CCEEB6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 19/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 – PMR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026

Licitação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do item.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Aquisição de materiais para testes psicopedagógicos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21 de outubro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 30 de setembro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:F5AEF8F1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 20/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026 – PMR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026

Licitação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do item.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14 de outubro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 30 de setembro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:5987B20C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2762 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município, no valor de R$ 200.000,00

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 1990, de 10 de dezembro de 2025, decreta:
Art. 1º- Fica aberto ao Orçamento Geral do Município um crédito Adicional Suplementar no valor de**R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.001**	**Departamento de Educação**
Funcional Programática:	12.361.0017.2.015	*Transporte escolar municipal*
Natureza da despesa:	3.3.90.33.00	Passagens e despesas com locomoção
Fonte:		**104 – RD**
Valor:		R$ 200.000,00
Total:		**R$ 200.000,00**

Art. 2º) – Para cobertura do crédito de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos no mesmo valor, provenientes do**Cancelamentoparcial**das dotações orçamentárias no valor de**R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, conforme discriminado abaixo:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.001**	**Departamento de Educação**
Funcional Programática:	12.361.0019.2.017	*Desenvolvimento das atividades curriculares do ensino fundamental, especial e EJA*
Natureza da despesa:	3.3.90.33.00	Passagens e despesas com locomoção
Fonte:		**104 – RD**
Valor:		R$ 30.000,00
Funcional Programática:	12.361.0017.2.015	*Transporte escolar municipal*
Natureza da despesa:	3.3.90.33.00	Passagens e despesas com locomoção
Fonte:		**000 – RD**
Valor:		R$ 70.000,00
Órgão:	**03.000**	**Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Unidade:	**03.001**	**Departamento de Administração**
Funcional Programática:	04.122.0003.2.003	*Manutenção das atividades e serviços administrativos*
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Fonte:		**000 – RD**
Valor:		R$ 100.000,00
Total:		**R$ 200.000,00**

Art. 3º) -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:DD0E8E7B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL Nº 01/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

EDITAL 01/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

CONVOCAÇÃO - PROVA DE VIDA E CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 1º – O Diretor-Presidente do **Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAPEN**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º da Lei Federal nº 10.887/2004 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, **CONVOCA** os aposentados e pensionistas abaixo relacionados a comparecerem ao local e no período determinados, para realização do **recadastramento obrigatório,** compreendendo a **prova de vida** e o **censo previdenciário**, para fins de manutenção do benefício.

LOCAL: Rua: Getúlio Vargas, nº 901 – Renascença – Paraná, telefone (46) 3550-8332
HORÁRIO: das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min (segunda à sexta-feira)
PERÍODO: 07 de outubro a 20 de novembro de 2026

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS – ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, CONFORME O CASO:
a) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH);
b) Inscrição no CPF;
c) Comprovante de Endereço (emitido no máximo em até 90 dias);
d) Certidão de casamento, se for casado(a);
e) Carteira de Identidade e CPF do cônjuge/companheiro (a) - dependente;
f) Certidão de nascimento e CPF de filhos menores de 21 anos – dependente.

Art. 2º - Na impossibilidade de comparecimento pessoal, a prova de vida e o censo previdenciário poderão ser realizados mediante o preenchimento da **Declaração de Prova de Vida e Censo Previdenciário**, constante do Anexo I deste Edital, com firma reconhecida por autenticidade em cartório, acompanhada das cópias autenticadas dos documentos relacionados neste Edital, devendo toda a documentação ser encaminhada ao FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – FAPEN, no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 901, Renascença – Paraná, CEP 85610-005.
Art. 3º - O não comparecimento pessoal ou a não apresentação da documentação prevista no Art. 2º, até o término do período estabelecido neste Edital, acarretará a **suspensão**do pagamento do benefício, observadas as disposições legais aplicáveis. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses do término do período para realização da prova de vida e do censo previdenciário, sem a regularização da situação, poderá ocorrer a **cessação** definitiva do benefício.

RELAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS CONVOCADOS:

Nome
Adelia Ana de Souza
Aldriana Folle de Souza Dias
Ana Ivanilde Zatta de Souza
Antonia I. De Oliveira Fabris
Bernardete do C. dos P. da Silva Aralde
Carmen Silvia Vieira Becchi
Celia Rosa Rigatti Bedin
Cerli Tesker Antunes
Edson Luiz Berlatto
Elaine Cristina de Freitas
Elcinei de Fatima Bortot Ruaro
Elise Alievi
Elizabet Pacce
Elizabete A. N. Ferreira Paz
Eloi Sebastião Correia de Souza
Elza A. De Oliveira Kresteniuk
Emilia Antonia da Silva
Fabio Junior Rodrigues
Faustino Valdameri
Geni Maria da Rocha Aralde
Helio Padilha
Idanir Maria Lusa Porta
Ida Zanini
Ilso Canton
Inez Marilde Buzzacaro Antunes
Iolanda Dallagnol Caovilla
Iracema Ramos Zanini
Ivandro Miguel Telles Zanin
Ivani Maria Ribas Nardi
Ivete de Oliveira
Ivo Luiz Zanini
Ivone Blum Apolinario Fill
Ivone Werle Barbosa
Ivonete de Lurdes S. Rodrigues
Jairo Reni Buzzacaro
João Gonçalves da Silva
Joares Abel Luza
Jose Albino Falcão

José Cláudio Monteiro
Jurema Maria Farezin Piccini
Juscelino Pires de Moraes
Ledi Aparecida de Jesus
Lenir Ortigara
Leonarda P. Da Cunha Lenvinski

Leonilde Zanini
Lino Ferreira Vicente
Loreci Fatima dos Santos
Lurdes Dall Agnol Stiz
Lurdes Southier Rissi
Marcia Heckler
Margarete Nicaloski Kuntzler
Maria Daluz Zanetti
Maria Elena Werle Lui
Maria Lazario Jaboinski
Maria Noemi Loro
Mary Angela Sabadin
Neli Canton Colombo
Neliza Soligo Biscaro
Niva Rosa Blachessen
Normelia Genovefa Gonçalves
Odete Duarte de Araujo
Olanda Duart da Silva
Oneide Arisi Karkling
Onila Olga Beltrame Becchi
Pedro Francisco Lui
Pedro Sinciliano Vieira
Romilde de F. D. Dallagnol
Rosana Salete Peter
Roselei Aparecida Folle Nardi
Roseli Dalla Cort Deola Sabbi
Salete Maria Demo
Sidnei Kummer
Sueli Schmidt Soligo
Terezinha Eloá Cabral
Toninho Ismael Fill
Valdemar Zanini
Valdir Alfredo Aralde
Valdir Jorge Balbinotti
Valmor de Bona

Vitalino Borsatti
Volmar Aralde
Zeni Antonio Canova
Zenilda Bernardi Batistella
Zenir Stival
Zuleide Rovani de Bona

Renascença, 30 de setembro de 2026.

ISRAEL HILÁRIO CORLASSOLI
Diretor Presidente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE PROVA DE VIDA E CENSO PREVIDENCIÁRIO
Declaro que tenho conhecimento da obrigatoriedade de realizar a **PROVA DE VIDA** e o **CENSO PREVIDENCIÁRIO** junto ao **FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – FAPEN**, como requisito para a continuidade do recebimento do benefício de aposentadoria/pensão. Não tenho condições de comparecer pessoalmente ao FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – FAPEN no período estabelecido e, por meio desta, apresento a PROVA DE VIDA e o CENSO PREVIDENCIÁRIO, conforme informações abaixo:
Nome (aposentado/pensionista): _____
Nome da mãe: _____
Data de nascimento: _____/_____/_____ Local de nascimento: _____
RG: _____CPF: _____
Estado Civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Outros

Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone para contato: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Email: _____

Dependentes – cônjuge/companheiro e filhos menores de 21 anos:
Cônjuge/companheiro(a): _____ CPF: _____
Filho: _____ CPF: _____
Filho:_____ CPF: _____
Filho: _____ CPF: _____
(se houver outros dependentes, informar)

_____
Local, data

_____
Assinatura

CARTÓRIO: Reconhecimento de firma somente POR AUTENTICIDADE.
Lembrete: enviar junto com esta declaração a cópia autenticada dos documentos listados no edital.

Publicado por:
Luciane Biancato da Rocha
Código Identificador:0DFFB353

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU - FUNPRI
NOMEIA COMISSÃO ELEIÇÃO CONSELHOS FUNPRI

PORTARIA 02/2026
DATA 30/09/2026

REVOGA PORTARIA 01/2026

Súmula: Nomeia membros para compor a comissão Eleitoral do Conselho de Administração e Fiscal de Reserva do Iguaçu Pr.

RESOLVE:
Art. 1°- Nomear os membros que comporão a Comissão Eleitoral do RPPS.

Art. 2°- A Comissão Eleitoral será composta por 5 membros.
Aldair Batista Pego (Assessor Jurídico)
Rubia Carla Romanive (Contadora)
Luciano Henrique Padilha (Contador)
Jeffersson Varnier Bevervanzo (Motorista)
Roberto Carlos Licheviski de Lima (Diretor Executivo do RPPS)
Art. 3°- Está portaria entra em vigor na presente data.

MARILDA DA SILVA BARBOSA
Presidente do Conselho Deliberativo
Reserva do Iguaçu PR: 30/09/2026

Publicado por:
Roberto Carlos Lichevisk de Lima
Código Identificador:B70F9853

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 158/2026 SÚMULA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sr.ª JISLAINE PESSOA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF de nº: XXX. 372.539-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do emprego público de Professor Licenciado ou em Formação em Pedagogia 20h, lotada junto à Secretária de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 22/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:3025E0E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0014/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0014/2026
CONTRATAÇÃO PNCP Nº. 0038/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.146/2026

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o regular processamento do Processo Administrativo nº 4146/2026, com objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso do sistema de orçamentação automotiva denominado TRAZ VALOR, conforme condições e exigências estabelecidas nos autos do precesso;
CONSIDERANDO a justificativa técnica apresentada e a demonstração da vantajosidade da contratação conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;
CONSIDERANDO o parecer jurídico favorável à formalização da a contratação;
CONSIDERANDO o disposto no inciso I, do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
RESOLVE:
ADJUDICAR o objeto da presente Inexixibilidade para empresa especializada para prestação de serviços técnicos à empresa abaixo relacionada:

Empresa	Lote	Valor total R$
EMPRESAS FL LTDA	001	R$ 30.715,92
Valor Total		R$ 30.715,92

Valor Total da Contratação: R$ 30.715,92 (trinta mil, setecentos e quinze reais, noventa e dois centavos).
E, por conseguinte, **HOMOLOGAR** o presente procedimento administrativo, determinando a adoção das providências necessárias à formalização contratual.

Data e assinado pelo Sr. Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal.

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:70E0EB52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026
ART. 75, II, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021
A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL torna público que intenciona em realizar a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 (TRÊS) PERSIANAS DE ROLO, SOB MEDIDA, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL**, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, II da Lei n° 14.133/2021.
Informamos que a Câmara Municipal tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.
A proposta de preços deverá ser encaminhada para o e-mail: licitacoescamararioazul@gmail.com, em dias úteis, até a data limite estipulada.
O Termo de Referência da Dispensa estará disponível no site oficial do Poder Legislativo no endereço eletrônico: https://www.rioazul.pr.leg.br, na aba transparência, https://www.rioazul.pr.leg.br/transparencia/licitacoes/termo-de-referencia

JUSSARA MARTINS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rosa Veridiana Duda
Código Identificador:3B397634

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 81/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
Decreto nº 81/2026

Súmula: Abre um crédito adicional, no exercício de 2026, na importância de R$404.521,14 (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos)

Art. 1º - Abre-se no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº 767/2025 de 02/01/2026, um crédito suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$404.521,14 (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos)

Suplementação			
06		**SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001.12.361.2010.2.032		**ENSINO FUNDAMENTAL**	
213 - 3.1.90.11.00.00	11022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	255.000,00
217 - 3.1.91.13.00.00	11022	CONTRIBUICOES PATRONAIS	38.000,00
07		**SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001.10.305.2009.2.029		**VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA**	
381 - 4.4.90.52.00.00	2518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	111.521,14
		Total Suplementação:	404.521,14

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Excesso de arrecadação e/ou Tendência de Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.03 Fonte: 2518	20.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.02 Fonte: 2494	91.521,14
Receita: 1.7.5.1.50.0.1 Fonte: 11022	293.000,00
Total da Receita:	**404.521,14**

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:BC959840

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº 80/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.413/0001-90

Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
Decreto nº 80/2026

Súmula: Abre um crédito adicional, no exercício de 2026, na importância de R$91.521,14 (noventa e um mil e quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos)

Art. 1º - Abre-se no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº 767/2025 de 02/01/2026, um crédito suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R$ 91.521,14 (noventa e um mil e quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos)

Suplementação			
07		**SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001.10.305.2009.2.029		**VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA**	
381 - 4.4.90.52.00.00	2518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	91.521,14
		Total Suplementação:	91.521,14

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:FAF59B5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 36/2026

Dispõe sobre a apreciação e aprovação, com ressalvas, do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2026.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO que o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) constitui instrumento de monitoramento e prestação de contas da execução das ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que o RDQA referente ao **2º quadrimestre do exercício de 2026** foi apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, contendo informações sobre a execução orçamentária e financeira, oferta e produção de serviços públicos de saúde e indicadores pactuados;

CONSIDERANDO a análise realizada pelo Conselho Municipal de Saúde, por meio de comissão designada;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada em 30 de Setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalvas, o **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)**, referente ao **2º quadrimestre do exercício de 2026**, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, conforme parecer aprovado pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º As ressalvas registradas pelo Conselho Municipal de Saúde deverão ser consideradas pela Secretaria Municipal de Saúde para fins de acompanhamento, esclarecimento e adoção das providências pertinentes, conforme os apontamentos constantes no parecer de apreciação aprovado pelo Plenário.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde manterá o acompanhamento das questões objeto das ressalvas, podendo solicitar à Secretaria Municipal de Saúde informações, documentos e esclarecimentos necessários à continuidade do controle e acompanhamento da execução das ações e serviços públicos de saúde.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Setembro de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C6B54BE3

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO N° 010/2026

"Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar Suplente."

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO **ADOLESCENTE – CMDCA**, no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal N° 1.095/2015 de 21 de Maio de 2015, e

Considerando a Posse de Conselheiro Tutelar

RESOLVE:
Publicar: Termo de Posse do Conselheiro Tutelar Suplente 2026.

TERMO DE POSSE

No trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, tendo em vista a fruição de férias pelo período de 30 dias, da Conselheira Tutelar: **Beatriz Costa** compareceu ao CMDCA, a Conselheira Tutelar Suplente: **Raquel Correa Furmam** RG. 9.207.367-0, tendo prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres da função que ora assume, bem como cumprir fielmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as demais Leis, e Regulamentos. Foi lhe dado Posse, conforme Lei Municipal 1095/95. Para constar lavrou-se o presente termo, que segue assinado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo (a) empossado (a).

Rio Branco do Sul, 30 de setembro de 2026.

VICTÓRIA LETICIA TREVISAN BORBA
Vice-Presidente do CMDCA

RAQUEL CORREA FURMAM
Empossada

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:655F26F7

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
TERMO DE POSSE N°005/2026

No dia 30 de setembro de 2026, foi dado posse a 02ª Conselheira Tutelar Suplente **Raquel Correa Furmam** pela Vice-Presidente do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/RBS) Sra. **Victoria Leticia Trevisan Borba** de acordo com o resultado da Eleição Indireta em decorrência da fruição de férias, da Conselheira Tutelar Titular Beatriz Costa.

Eu, **Raquel Correa Furmam** comprometo-me a zelar e fazer cumprir com as obrigações inerentes ao Conselho Tutelar dispostas na Lei Federal nº8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução 170/2014 do Conselho Nacnional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, bem como na Lei Municipal nº432 de 24 de novembro de 1995, que cria o Conselho Tutelar.

Rio Branco do Sul – PR, 30 de setembro de 2026.

VICTORIA LETICIA TREVISAN BORBA
Vice-Presidente do CMDCA

RAQUEL CORREA FURMAM
Empossado(a)

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A61C13BC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 016/2026 – 23ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 001/2025– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 - SEMED:

Cargo/Função: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE
45º	**KARINE IVANOSKI LIMA DA SILVA**	**AC**
46º	**SUELEN CRISTINA LOURENÇO FARIA BAIDO**	**AC**
47º	**ELIS DAIANE ALVES RIBEIRO**	**AC**
48º	**SUELEN STRESSER DOS SANTOS**	**AC**
49º	**JENNIFER HONORATO**	**AC**

Cargo/Função: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE
48º	**SARA KETLYN DA CRUZ**	**AC**
49º	**KELLY THAIS DA SILVA MACHADO**	**AC**
50º	**GABRIELE DE BOMFIM**	**AC**
51º	**ADRIANA DA LUZ SIQUEIRA**	**AC**
52º	**VANUZA MACHADO DE BONFIM ILARIO**	**AC**
53º	**REGIANE DE JESUS SANTOS**	**AC**
54º	**JULIANA DE LIMA FARIA**	**AC**
55º	**ADRIANE DE FREITAS**	**AC**

AC – Ampla Concorrência **PCD -** Pessoa Com deficiência **PN –** Pessoa Negra

2- Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **01/10/2026 à 07/10/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
i) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
j) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
k) Número do PIS/PASEP;
l)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho)
m) Cópia certificado Conclusão de Curso
n)Outros documentos listados no momento do ato convocatório
Os candidatos convocados na modalidade PcD deverão cumprir o disposto no item 3.11.6 do edital de abertura do referido Processo Seletivo Simplificado.

É obrigatório apresentação de todos os documentos no ato do comparecimento.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 30 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:CC029ED0

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.584/2026

"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Táxi no Município de Rio Branco do Sul, para adequar as disposições relativas ao taxímetro, vistorias, notificações, fiscalização, penalidades, abandono do serviço, cassação da autorização e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, aprovou e eu, **AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Táxi no Município de Rio Branco do Sul e dá outras providências."

Art.2º O art. 1º da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º O transporte individual remunerado de passageiros em veículos automóveis de aluguel, no Município de Rio Branco do Sul, doravante denominado Serviço de Táxi, constitui serviço de interesse público e será regido por esta Lei e pelos demais atos normativos expedidos pelo Poder Executivo Municipal. (NR)"

Art. 3. O inciso VI do art. 3º da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando o referido artigo acrescido dos incisos X, XI, XII, XIII e XIV:
"Art. 3. [...]
VI - SERVIÇO DE TÁXI: serviço de interesse público de transporte individual remunerado de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, prestado mediante autorização municipal, nos termos desta Lei e de seu regulamento, sendo facultativo o uso de taxímetro;
[...]
X - VISTORIA: procedimento administrativo destinado à verificação das condições de conservação, segurança, higiene, identificação, funcionamento, documentação e demais requisitos exigidos para o veículo empregado no Serviço de Táxi;
XI - VISTORIA ORDINÁRIA: vistoria obrigatória realizada periodicamente pelo Município, como condição para expedição, renovação ou manutenção do Certificado para Trafegar;
XII - VISTORIA EXTRAORDINÁRIA: vistoria determinada pelo órgão municipal competente, a qualquer tempo, sempre que houver necessidade de verificação das condições do veículo, denúncia, reclamação, acidente, alteração de características, suspeita de irregularidade ou interesse público devidamente justificado;
XIII - NOTIFICAÇÃO: comunicação formal expedida pelo Município ao autorizatário, taxista auxiliar ou interessado, para ciência de

irregularidade, apresentação de documentos, comparecimento, realização de vistoria, regularização de pendência ou cumprimento de determinação administrativa;
XIV - ABANDONO DO SERVIÇO: interrupção injustificada da prestação do Serviço de Táxi, ausência reiterada de operação, não comparecimento injustificado às convocações obrigatórias, descumprimento da prestação mínima direta pelo autorizatário ou demais situações previstas nesta Lei e em regulamento. (NR)"

Art. 4. O art. 7º da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII, IX, X, XI, XII e XIII:
"Art. 7. [...]
VIII - comparecer às vistorias ordinárias e extraordinárias sempre que convocado pelo órgão municipal competente;
IX - cumprir as notificações, autos de fiscalização, termos de vistoria e demais determinações administrativas expedidas pelo Município;
X - manter o veículo, a documentação e a identificação do serviço em conformidade com esta Lei e seu regulamento;
XI - comunicar previamente ao órgão municipal competente eventual impossibilidade temporária de prestação do serviço, apresentando justificativa e documentos comprobatórios, quando cabível;
XII - não abandonar, ceder, transferir, negociar, alugar ou permitir a exploração do Termo de Autorização por terceiros, salvo a atuação regular de taxista auxiliar;
XIII - prestar diretamente o serviço no percentual mínimo previsto nesta Lei e submeter-se à fiscalização municipal. (NR)"

Art. 5. O art. 8º da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º O serviço definido nesta Lei será prestado mediante utilização de veículo que atenda, cumulativamente, às seguintes características:
I - automóvel dotado de cinco portas;
II - identificação visual padronizada pelo Município, conforme regulamento;
III - aprovação em vistoria prévia e em vistoria ordinária semestral;
IV - ar-condicionado em plenas condições de funcionamento;
V - câmera de segurança com gravação de imagens, de instalação facultativa, a critério do titular da autorização;
VI - Certificado para Trafegar válido, expedido pelo Município, afixado no veículo em local perfeitamente visível ao usuário;
VII - uso facultativo de taxímetro, não constituindo sua ausência impedimento para a prestação regular do Serviço de Táxi;
VIII - demais equipamentos, documentos e elementos de identificação definidos em regulamento próprio, observada a legislação federal, estadual e municipal aplicável.
§ 1º Compete ao Município expedir o documento de vistoria e o Certificado para Trafegar, após a comprovação do atendimento das exigências legais e regulamentares.
§ 2º [...]
§ 3º A idade máxima de veículo convencional poderá ser prorrogada por até 2 (dois) anos, desde que, além da vistoria semestral, seja apresentado, no sétimo e no oitavo ano de fabricação, Laudo de Inspeção Técnica Veicular emitido por organismo de inspeção acreditado pelo INMETRO ou por entidade expressamente reconhecida pela legislação aplicável.
§ 4º [...]
§ 5º Constatada irregularidade sanável em vistoria ou fiscalização, o autorizatário será notificado para promover a regularização no prazo fixado pelo órgão competente.
§ 6º O não comparecimento injustificado à vistoria, a não apresentação do veículo quando convocado ou a não regularização das pendências apontadas poderá ensejar suspensão do Certificado para Trafegar, impedimento temporário de circulação do veículo e aplicação das penalidades cabíveis.
§ 7º A instalação e o uso de taxímetro são facultativos. Caso utilizado, o equipamento deverá atender às normas técnicas e metrológicas aplicáveis.
§ 8° A vistoria municipal não substitui as exigências de licenciamento, fiscalização de trânsito ou demais obrigações previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável. (NR)"

Art. 6. O parágrafo único do art. 16 da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 16. Homologado o resultado do processo de seleção e assinado o Termo de Autorização, o autorizatário terá o prazo de sessenta dias para apresentar o veículo nas condições previstas nesta Lei e em seu regulamento, de modo a obter o Certificado para Trafegar.
Parágrafo único. A não apresentação do veículo no prazo assinalado ou sua apresentação em desconformidade com as exigências legais e regulamentares ensejará a notificação do interessado para apresentar justificativa ou regularizar a pendência, quando cabível, podendo a autorização ser revogada, mediante decisão motivada, caso não sejam atendidas as condições necessárias à prestação do serviço, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (NR)"

Art. 7. O art. 18 da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
"Art. 18. [...]
Parágrafo único. A utilização facultativa de taxímetro não afasta a obrigatoriedade de observância da tabela de valores e dos demais critérios de cobrança estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal para a prestação do Serviço de Táxi. (NR)"

Art. 8. O art. 20 da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 20. Pela inobservância desta Lei, de seus regulamentos e dos demais atos administrativos aplicáveis ao Serviço de Táxi, os autorizatários, taxistas auxiliares, condutores, proprietários ou responsáveis ficarão sujeitos às seguintes medidas e sanções administrativas, aplicáveis isolada ou cumulativamente:
I - notificação para regularização;
II - advertência escrita;
III - multa;
IV - suspensão da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores, da Licença de Condutor, do Alvará de Licença, do Certificado para Trafegar ou de documento equivalente;
V - impedimento temporário de circulação do veículo no Serviço de Táxi;
VI - cassação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores, da Licença de Condutor, do Alvará de Licença, do Certificado para Trafegar ou de documento equivalente;
VII - cassação do Termo de Autorização;
VIII - impedimento para prestação do Serviço de Táxi no Município.
§ 1º As penalidades serão aplicadas de forma proporcional e gradativa, considerando a natureza e a gravidade da infração, o risco à segurança dos usuários, a reincidência, o prejuízo à fiscalização, os antecedentes do infrator e o interesse público.
§ 2º As multas serão fixadas em Unidade Fiscal do Município – UFM, observado o limite mínimo de 0,5 UFM e máximo de 10 UFM, conforme a classificação da infração e os critérios estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.
§ 3º Quando houver penalidade específica prevista nesta Lei, prevalecerá o valor legalmente estabelecido.
§ 4º O regulamento definirá as condutas infracionais específicas, os valores das multas, os critérios de reincidência, as autoridades competentes e o procedimento administrativo aplicável. (NR)"

Art. 9. A Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:
"Art. 20-A. As infrações administrativas serão classificadas em leves, médias, graves e gravíssimas, conforme regulamento.
§ 1º A classificação deverá considerar a natureza da conduta, o risco à segurança dos usuários, a continuidade do serviço, a reincidência, o prejuízo à fiscalização e o dano ao interesse público.
§ 2º O não comparecimento injustificado à vistoria obrigatória poderá ensejar advertência escrita na primeira ocorrência, quando não houver risco imediato à segurança ou à continuidade do serviço, e suspensão do Certificado para Trafegar ou do Alvará de Licença em caso de reincidência ou persistência da irregularidade. (NR)"

Art. 10. A Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-B:
"Art. 20-B. A cassação do Termo de Autorização poderá ocorrer, assegurados o contraditório e a ampla defesa, especialmente quando o autorizatário:
I - abandonar o Serviço de Táxi;

II - ceder, transferir, vender, alugar, negociar ou permitir a exploração irregular do Termo de Autorização por terceiros;
III - utilizar ou permitir a utilização de veículo não autorizado, com Certificado para Trafegar suspenso, cassado, vencido ou inexistente;
IV - fraudar documentos, vistorias, identificação do veículo ou informações prestadas ao Município;
V - perder os requisitos legais ou regulamentares necessários à prestação do serviço;
VI - deixar de sanar irregularidade grave após notificação ou determinação do órgão competente;
VII - reincidir em infração grave ou gravíssima;
VIII - utilizar ou permitir a utilização do veículo para atividade ilícita, após regular apuração administrativa;
IX - praticar, no exercício do Serviço de Táxi, conduta grave devidamente comprovada que coloque em risco a integridade física ou patrimonial dos usuários, impeça a fiscalização ou comprometa de forma relevante a continuidade e a regularidade do serviço. (NR)"

Art. 11. A Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-C:
"Art. 20-C. Considera-se abandono do Serviço de Táxi:
I - a paralisação injustificada da atividade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
II - a ausência reiterada de prestação do serviço;
III - o descumprimento injustificado da prestação mínima direta pelo autorizatário;
IV - o não atendimento às convocações obrigatórias do Município;
V - deixar de regularizar, após notificação, pendência que impeça a continuidade regular do serviço, relacionada à documentação obrigatória, à validade do Certificado para Trafegar, à vistoria do veículo ou às condições de segurança exigidas para a operação.
§ 1º Não será caracterizado abandono quando a interrupção decorrer de motivo de força maior, caso fortuito, problema de saúde, manutenção comprovada do veículo ou outra justificativa aceita pelo órgão municipal competente.
§ 2º O autorizatário deverá comunicar ao Município a impossibilidade temporária de prestação do serviço, sempre que possível, instruindo a comunicação com os documentos comprobatórios cabíveis.
§ 3º A caracterização do abandono poderá ensejar a cassação do Termo de Autorização, após regular processo administrativo. (NR)"

Art. 12. O art. 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 22. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei dependerá de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 1º Poderão ser adotadas medidas administrativas imediatas e preventivas, mediante decisão motivada, quando houver risco à segurança dos usuários, à continuidade do serviço, à fiscalização municipal ou ao interesse público, sem prejuízo da posterior apuração em processo administrativo.
§ 2º A fiscalização, as formas de notificação, os prazos, as instâncias recursais, a tramitação do processo administrativo e os demais procedimentos necessários à aplicação das penalidades serão regulamentados por decreto. (NR)"

Art. 13. O art. 25 da Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 25. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei por decreto, especialmente quanto:
I - ao procedimento de fiscalização;
II - às vistorias ordinárias e extraordinárias;
III - à forma de emissão das notificações;
IV - à classificação das infrações e aos valores das multas;
V - aos critérios de reincidência;
VI - à suspensão e cassação de documentos, licenças, certificados e termos de autorização;
VII - à caracterização do abandono do serviço;
VIII - à padronização visual dos veículos;
IX - ao uso facultativo do taxímetro;
X - às tarifas, tabelas e critérios de cobrança;
XI - aos prazos de defesa, recursos e demais atos necessários à aplicação das penalidades;
XII - à autorização temporária de veículo substituto;"

Art. 14. Os atos regulamentares vigentes deverão ser adequados às alterações promovidas por esta Lei, especialmente quanto ao uso facultativo do taxímetro, às vistorias, às notificações, às penalidades, à cassação, ao abandono do serviço e ao processo administrativo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 30 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BF2C58F5

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 032/2026 - COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

O Município de Rio Branco do Sul - PR, através do seu Agente de Contratação e em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Contratação de empresa para **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de alimentação e buffet, destinados à realização do evento institucional alusivo ao Dia do Servidor Público, promovido pela Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD e da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, previsto para o dia 17 de outubro de 2026, com atendimento estimado de aproximadamente 1.300 (mil e trezentos) servidores municipais",** podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.
Tabela do Objeto:

Item	Descrição do objeto	Unidade	Quantidade estimada
01	**Serviço de buffet para evento institucional – Dia do Servidor Público**, incluindo preparação, fornecimento, transporte, montagem, disponibilização e reposição de **feijoada completa**, composta obrigatoriamente por feijoada, arroz branco, farofa, banana à milanesa, couve, vinagrete, laranja e torresmo; fornecimento de água e refrigerantes; pratos, talheres, copos, toalhas de mesa e guardanapos descartáveis; réchauds ou equipamentos equivalentes; cozinheiro/chef; equipe de apoio; atendentes para atuação exclusivamente junto ao buffet; montagem, reposição, organização, desmontagem e retirada dos materiais e equipamentos da contratada, além de todos os demais insumos, materiais, equipamentos, mão de obra e serviços necessários à perfeita execução do objeto	R$ 49,00	1.300
TOTAL: R$ 63.700,00			

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **06/10/2026.**

As propostas de preços deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao, até a data limite de **06/10/2026, às 23h59min**. Não serão aceitas propostas encaminhadas por e-mail ou por qualquer outro meio diverso do **e-Licita**.
Após o encerramento do prazo para apresentação das propostas, será realizada, no dia **07/10/2026,** a partir das 09h00, a fase de **disputa de lances**, com duração de **6 (seis) horas**, encerrando-se às **15h00** do mesmo dia, **exclusivamente por meio do sistema e-Licita.**
O Termo de Referência da Contratação Direta estará disponível no Site Oficial do Município, em https://riobrancodosul.atende.net, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados exclusivamente pelos e-mails arion.cristo@riobrancodosul.pr.gov.br ou ellisdonato.rbs@gmail.com, **não sendo estes endereços destinados ao recebimento de propostas.** Outras informações poderão ser obtidas na Sala do DECOL, situada na Rua Horacy Santos, nº 222, Centro, CEP 83.540-001, Rio Branco do Sul – PR, telefone (41)

98881-6632, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

ARION LUCAS DE SOUZA CRISTO
Agente de Contratação - Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3568A555

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 033/2026 - COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

O Município de Rio Branco do Sul - PR, através do seu Agente de Contratação e em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Contratação de empresa para **"Constitui objeto da presente contratação a aquisição de 03 (três) estações meteorológicas automática, destinada ao monitoramento climático em tempo real, composta por sensores integrados para medição de temperatura do ar, umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica, pressão atmosférica, radiação solar, direção e velocidade do vento, incluindo estrutura para instalação em ambiente externo, sistema de aquisição e transmissão de dados por plataforma digital, bem como todos os componentes, acessórios e materiais necessários ao pleno funcionamento do equipamento, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, testes de funcionamento, treinamento operacional e colocação em operação do equipamento",** podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.
Tabela do Objeto:

Item	Descrição do objeto	Qtde.	Valor unitário máximo	Valor total
01	Aquisição de estação meteorológica automática para monitoramento climático em tempo real, com sensores integrados para medição de temperatura, umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica, pressão atmosférica, radiação solar, direção e velocidade do vento, com transmissão de dados via plataforma digital e estrutura adequada para instalação em ambiente externo, incluindo instalação, configuração, testes de funcionamento e colocação em operação.	03	R$ 20.450,00	R$ 61.350,00

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **06/10/2026.**

As propostas de preços deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao, até a data limite de **06/10/2026, às 23h59min**. Não serão aceitas propostas encaminhadas por e-mail ou por qualquer outro meio diverso do **e-Licita**.
Após o encerramento do prazo para apresentação das propostas, será realizada, no dia **07/10/2026,** a partir das 09h00, a fase de **disputa de lances**, com duração de **6 (seis) horas**, encerrando-se às **15h00** do mesmo dia, **exclusivamente por meio do sistema e-Licita.**
O Termo de Referência da Contratação Direta estará disponível no Site Oficial do Município, em https://riobrancodosul.atende.net, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados exclusivamente pelos e-mails camilasantosn98@gmail.com ou ellisdonato.rbs@gmail.com, **não sendo estes endereços destinados ao recebimento de propostas.** Outras informações poderão ser obtidas na Sala do DECOL, situada na Rua Horacy Santos, nº 222, Centro, CEP 83.540-001, Rio Branco do Sul – PR, telefone (41) 98881-6632, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação - Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C087616D

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Prestação de serviços de oxigenoterapia domiciliar com fornecimento em regime de comodato de kits de concentrador de oxigênio. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO. **VALOR MAXIMO:** R$ 160.741,68. **PARECER JURÍDICO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**: 904/2026 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 01/10/2026, até às 08:00 horas do dia 19/10/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 19/10/2026, às 08:30 horas**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 19/10/2026 às 09:00 horas**,** no endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao – eLicita. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, do dia 01/10/2026 ao dia 19/10/2026. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio Branco do Sul, 01/10/2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A2DC7F79

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA 38/2026

"Dispõe sobre a lista de classificação das crianças que aguardam vagas nas Unidades Educacionais mantidas por este Município."

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a Normativa Nº 02/2023 de março de 2023.

CONSIDERANDO a atualização cadastral das crianças para vagas nas Unidades de Educação Infantil realizadas na Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a formação e atualização das crianças cadastradas em lista de espera para vagas nas Unidades Educacionais de Ensino Infantil seguindo o disposto da Normativa Nº 02/2023.

R E S O L V E

Art. 1º Tornar pública a Lista de Espera dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 2º Os responsáveis pelas crianças convocadas para as vagas remanescentes, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação entre os dias **02 a 08 de Outubro**, para a retirada da Guia de Encaminhamento e para a efetivação da matrícula no CMEI.

Art. 3° Os responsáveis pelas crianças classificadas como "Deferido" devem aguardar a abertura de novas vagas para ser convocado pela Secretaria Municipal de Educação.

Rio Branco do Sul, 01 de Outubro 2026.

TEREZINHA DE FÁTIMA BORGES
Secretária Municipal de Educação interina
Rio Branco do Sul Paraná

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MARIA DA LUZ CHRISTO LIMA - CAIC
INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	ISABELLA SOFIA SOARES DO NASCIMENTO	10/12/2024	**25-26/DEFERIDO**
2	**24**	ASAFE RAMOS DE FRANÇA	14/07/2024	**78-26/DEFERIDO**
3	**24**	REBECCA CORDEIRO DE FARIA	04/08/2025	**117-26/DEFERIDO**
4	**24**	GAEL VINICIUS TEIXEIRA DOS SANTOS	10/02/2025	**178-26/DEFERIDO**
5	**24**	MATHEUS DOMINGUES DOS SANTOS	20/10/2025	**183-26/DEFERIDO**
6	**24**	ANTHONY GABRIEL BARBOSA DOS SANTOS	11/06/2024	**191-26/DEFERIDO**
7	**24**	ABRÃO SOARES NETO	27/06/2024	**201-26/DEFERIDO**
8	**24**	LUIZ EDUARDO DE FARIA DA SILVA	01/03/2025	**211-26/DEFERIDO**
9	**23**	KALIEL ALVES PIRES	06/12/2024	**104-26/DEFERIDO**
10	**23**	MARIA CECÍLIA VAZ MORETTO	26/06/2024	**186-26/DEFERIDO**
11	**22**	ALINA RODRIGUES DE FARIA	08/07/2025	**64-26/DEFERIDO**
12	**22**	SERENA FARIA SOUZA	08/12/2025	**163-26/DEFERIDO**
13	**22**	ANA LOUISE DOS SANTOS ROCHA	09/05/2024	**224-26/DEFERIDO**
14	**19**	MARIA ISABELA LOPES DOS SANTOS	30/10/2025	**223-26/DEFERIDO**
15	**12**	LUIS DAVI DE FARIA	29/11/2025	**166-26/DEFERIDO**
16	**11**	AURORA CAMARGO COUTINHO FLORENCIO	27/07/2024	**175-26 / DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	MELISSA GEFFER VAZ	30/11/2023	**118-26/DEFERIDO**
2	**24**	SOPHIA STELA PEDROSO	07/08/2023	**168-26/DEFERIDO**
3	**23**	JOSÉ HENRIQUE DE LARA MACHADO	16/09/2023	**203-26/DEFERIDO**
4	**21**	MARIA HELENA FARIA SOUZA	14/04/2023	**177-26/DEFERIDO**
5	**12**	JOHN BENICIO RESTOF RITA	03/10/2023	**32-26/DEFERIDO**
6	**12**	YCARO RAVI GONÇALVES DE FARIA	14/04/2023	**56-26/DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DINAIR F.MARCHIORO – VOVÓ DIVA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1	**24**	VIDAL KENNEDY DOS SANTOS NETO	01/05/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 02 - 08 DE OUTUBRO**
2	**23**	REBECA DE FARIA RODRIGUES	28/10/2025	**156-26/DEFERIDO**
3	**12**	JOSÉ VALENTIM DOS SANTOS	06/09/2025	**122-26/DEFERIDO**
4		AURORA DO ROCIO MACHADO VIANA	30/04/2026	**220-26/DEFERIDO**
5		MARIA ALICE DE MOURA MARIANO	19/08/2024	**292-25/PENDENCIA NA DOC.**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1	**22**	DAVI LUCCA DE MATTOS CORDEIRO	15/05/2023	**200-26/DEFERIDO**
2	**21**	GIULLIANE DA SILVA ROSA	28/09/2023	**33-25/DEFERIDO**
3	**20**	ÍSIS MARIA FELISSISSIMO	15/09/2023	**120-25/DEFERIDO**
4	**12**	MAYLLA LOUISE MIRANDA BONFIM	23/10/2023	**53-26/DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEONY PIOLI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	YSAAC GONIDES MARTINS	25/11/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 02 - 08 DE OUTUBRO**
2	**24**	MARIA ELOAH DOS SANTOS CUSTODIO	25/09/2025	**27-26/DEFERIDO**
3	**24**	LAURA LEDI ELIAS FURQUIM	09/07/2025	**176-26/DEFERIDO**
4	**24**	ARTHUR XOTESLEM DE SOUZA SANTOS	05/02/2025	**188-26/DEFERIDO**
5	**24**	HARIEL ABNER CORDEIRO	03/07/2025	**219-26/DEFERIDO**
6	**23**	ELOAH VITORIA NASCIMENTO DE MORAIS	09/07/2024	**45-26/DEFERIDO**
7	**23**	STÉLLA RODRIGUES CASTRO	20/11/2025	**164-26/DEFERIDO**
8	**23**	LAURA PEDROSO DA LUZ	14/08/2024	**189-26/DEFERIDO**
9	**23**	MAYA SOFIA LAZARINI	04/11/2024	**190-26/DEFERIDO**
10	**20**	MAITÊ GONÇALVES DE ALMEIDA	16/01/2025	**80-26/DEFERIDO**
11	**19**	MARIA ÍSIS VIDAL RIBEIRO	06/04/2025	**65-26/DEFERIDO**
12	**12**	CECILIA MOURA DA SILVA	15/07/2024	**171-26/DEFERIDO**
13	**12**	ALICE GABRIELA OLIVEIRA SANTOS	15/09/2024	**169-26/DEFERIDO**
14	**12**	AYLA LUANA BONFIM	24/02/2025	**192-26/DEFERIDO**
15	**10**	HELENA DE CRISTO BUNICK	08/09/2025	**83-26/DEFERIDO**
16	**10**	APOLO BONFIM DE CRISTO	14/11/2024	**85-26/DEFERIDO**
17	**10**	BENJAMIN DA SILVA SANTIAGO	03/07/2024	**193-26/DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**43**	AYLA MARIANA CARDOSO	07/05/2023	**115-26/DEFERIDO**
2	**40**	EMANUEL FITZ	09/02/2024	**102-26 / DEFERIDO**
3	**24**	ISADORA SALIM PRESTES	02/04/2023	**114-26/DEFERIDO**
4	**24**	ANTHONY RAVI POLLI	30/01/2024	**162-26/DEFERIDO**
5	**24**	ENZO AUGUSTO TIBLIER DRUZ	08/08/2023	**182-26/DEFERIDO**
6	**23**	YURI GABRIEL MACHADO THIMOTEO	13/10/2023	**33-26/DEFERIDO**
7	**23**	MARIA CECILIA RODRIGUES BUENO	14/11/2023	**307-24/DEFERIDO**
8	**23**	ANTHONY GAEL RIBEIRO	21/11/2023	**140-26/DEFERIDO**
9	**22**	CECÍLIA CORDEIRO AGNER	11/12/2023	**165-25/DEFERIDO**
10	**22**	ISAAC JOSÉ AGNER DE LARA	27/12/2023	**227-25/DEFERIDO**
11	**22**	ANTONELLA DE LARA LAMIN MACEDO	14/05/2023	**35-26/DEFERIDO**
12	**12**	MAYULLI CECÍLIA STOCO	01/04/2023	**128-26/DEFERIDO**
13	**11**	MANUELA STRESSER DA SILVA	04/06/2023	**201-25/DEFERIDO**
14	**11**	EMANUELLY VICTORIO FERREIRA	25/05/2023	**172-26/DEFERIDO**
15	**9**	AYLA MARIA FARIA DA SILVA	21/09/2023	**144-25/DEFERIDO**
16	**9**	EMANUEL RODRIGUES ARTIGAS	06/07/2023	**284-25/DEFERIDO**
17	**7**	JOAQUIM HENRIQUE SOUZA DA SILVA	31/10/2023	**296-24/DEFERIDO**
18	**6**	RAFAEL DE FARIA RIBEIRO	19/02/2024	**161-24/DEFERIDO**
19		LORRANY SOFIA DE SOUZA TABORDA	24/03/2024	**191-24/ PENDÊNCIA DE DOC.**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MARIA LUIZA DE FARIA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO/SIT. DO CADASTRO
1	**42**	PEDRO FELIPE DOS SANTOS	01/02/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 02 - 08 DE OUTUBRO**
2	**24**	DAVI SCHECHELESKI DOS	16/06/2024	**225-26/DEFERIDO**

		SANTOS		
3	**23**	LOHAN AGNER LARA	01/08/2024	**49-26/DEFERIDO**
4	**23**	ISIS HELENA DOS SANTOS	03/10/2025	**139-26/DEFERIDO**
5	**23**	HEITOR MIGUEL DOS SANTOS	02/07/2024	**138-26/DEFERIDO**
6	**23**	KIARA MAITTE LOURENÇO FRANÇA	26/01/2026	**160-26/DEFERIDO**
7	**23**	CECILIA JUVINSKI DOS REIS	09/05/2024	**180-26/DEFERIDO**
8	**23**	LEVY PANICHI NOVAK FERREIRA	22/04/2026	**206-26/DEFERIDO**
9	**23**	JOAQUIM DOS REIS MENDES	31/03/2025	**222-26/DEFERIDO**
10	**22**	ADRIEL BENÍCIO GARCIA SOARES	17/12/2024	**131-26/DEFERIDO**
11	**22**	SAMUEL JOSÉ MACHADO JAMBISKI	16/04/2026	**209-26/DEFERIDO**
12	**21**	NICOLAS BARBOSA DOS SANTOS	17/10/2025	**75-26/DEFERIDO**
13	**12**	CECÍLIA ALVES DOS SANTOS	11/05/2025	**18-26/DEFERIDO**
14	**12**	JOÃO LUCAS PEREIRA	08/04/2025	**196-26/DEFERIDO**
15	**12**	JOAQUIM LUCAS AIRES DE FARIA	13/01/2025	**207-26/DEFERIDO**
16	**11**	ÁLVARO AUGUSTO PEDROSO	05/11/2025	**204-26/DEFERIDO**
17	**9**	BRENO LUIZ RAUSIS	05/04/2024	**40-26/DEFERIDO**
18	**7**	MATHEUS MARIANO LAZARINI	14/12/2024	**19-25/ DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	MARIA ALICE DE PAULA DIAS	20/11/2023	**285-25/DEFERIDO**
2	**24**	ELOÁH BUENO FURQUIM	15/03/2024	**61-26/DEFERIDO**
3	**24**	ELÕAH NASCIMENTO SILVA	02/02/2024	**74-26/DEFERIDO**
4	**24**	MARIA ALICE DE FARIA	06/01/2024	**99-26/DEFERIDO**
5	**24**	BERNARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA	08/09/2023	**145-26/DEFERIDO**
6	**23**	EMANUEL COUTO CARDOSO DOS REIS	18/03/2024	**32-25/DEFERIDO**
7	**23**	ANTHONY DANIEL CROPOLATO MATIAS	29/03/2024	**162-25/DEFERIDO**
8	**23**	AURORA DOS REIS DE SOUZA	11/09/2023	**259-25/ DEFERIDO**
9	**23**	MAVIE DOS SANTOS MACIEL	20/01/2024	**98-26 / DEFERIDO**
10	**23**	ANTHONY JOVINSKI VELOSO	09/11/2023	**199-26 / DEFERIDO**
11	**22**	VITOR MIGUEL ERAT PEREIRA	18/05/2023	**190-25/DEFERIDO**
12	**22**	LAURA LUIZA APARECIDA PEREIRA	11/07/2023	**68-26/DEFERIDO**
13	**22**	VICENTE JOVINSKI MACHADO	08/12/2023	**198-26 / DEFERIDO**
14	**22**	ANTONIO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	09/01/2024	**216-26/DEFERIDO**
15	**21**	ANTONELLA VALENTINA DOS SANTOS PEREIRA	27/01/2024	**249-24/DEFERIDO**
16	**12**	THÉO NOAH DOS SANTOS VAZ	08/09/2023	**24-26/DEFERIDO**
17	**12**	BERNARDO DAVI PEREIRA	19/12/2023	**197-26/DEFERIDO**
18	**11**	MARCOS ANTONIO DE MORAES	19/12/2023	**214-26/DEFERIDO**
19	**10**	JULIA GONÇALVES DA SILVA	26/05/2023	**22-25/DEFERIDO**
20	**9**	ANTONELLA LAVINIA MULLER	10/04/2023	**244 / DEFERIDO**
21	**9**	CECÍLIA NATEL DE CASTRO BONFIM	13/08/2023	**234-24/DEFERIDO**
22		MARIA LUIZA FRANÇA DOS SANTOS	08/08/2023	**94-25/PENDÊNCIA NA DOC.**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – JOCIMERI FLORÊNCIO DOS REIS – TIA MERI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**24**	ALAN MATEO BASTIDAS MONTANA	05/02/2025	**39-26/DEFERIDO**
2	**24**	GEORGIA FRANCESCA MATOSO MACHADO	18/09/2025	**89-26/DEFERIDO**
3	**24**	KEVIN RAVI DOS SANTOS MACHADO	18/11/2024	**109-26/DEFERIDO**
4	**24**	JOSÉ HENRIQUE LOURENÇO DE SOUZA DOS SANTOS	05/09/2024	**143-26/DEFERIDO**
5	**24**	MARIA CECÍLIA DA LUZ BONFIM	08/05/204	**173-26/DEFERIDO**
6	**24**	JAVIER ANDRÉS MEJIAS BORRERO	29/04/2025	**195-26/DEFERIDO**
7	**24**	JOÃO PEDRO DE FRANÇA NASCIMENTO	18/12/2025	**221-26/DEFERIDO**
8	**23**	HELENA MAVIH BUENO	31/03/2025	**106-26/DEFERIDO**
9	**23**	NOAH DAVI NICOLAU DOS SANTOS	14/05/2025	**170-26/DEFERIDO**
10	**22**	REDELYN MARIA PEEDROSO DA SILVA	24/08/2025	**29-26/DEFERIDO**
11	**22**	ANTHONY GABRIEL DOS SANTOS	18/09/2025	**55-26/DEFERIDO**
12	**22**	AURORA ARAUJO DE LIMA	29/08/2025	**79-26/DEFERIDO**
13	**22**	ESTHER GIOVANNA NÓBREGA	09/09/2025	**141-26/DEFERIDO**
14	**22**	NICOLAS VINICIUS GONÇALVES	22/09/2024	**144-26/DEFERIDO**
15	**22**	KALEB DO NASCIMENTO SILVA	21/09/2025	**02-26/DEFERIDO**
16	**18**	SARA RIBEIRO DE CASTRO	04/06/2024	**155-26/DEFERIDO**
17	**12**	ÁGATHA PELIZZARI	27/01/2025	**299-25/DEFERIDO**
18	**12**	SIBELLY LUARA GODOI MARTINS	27/06/2024	**132-26/DEFERIDO**
19	**8**	GEOVANA MONTEIRO	10/02/2025	**122-25/DEFERIDO**
20	**8**	ANTONY GABRIEL DOS SANTOS	17/06/2024	**138-25/DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**24**	EDUARDO FRANÇA ELIAS	29/03/2024	**20-26/DEFERIDO**
2	**24**	AMANDA FURQUIM CAVALCANTE	18/10/2023	**81-26/DEFERIDO**
3	**24**	EDWINA MAKENA MATOSO MACHADO	10/04/2023	**87-26/DEFERIDO**
4	**24**	MARIA LUIZA DOS SANTOS DE DEUS	09/06/2023	**157-26/DEFERIDO**
5	**24**	LUIZ MIGUEL GARCIA ORTIZ	14/04/2023	**174-26/DEFERIDO**
6	**20**	JULIO DE OLIVEIRA DE CARVALHO	27/12/2023	**47-25/DEFERIDO**
7	**18**	VICENTE LESNIOWSKI	19/09/2023	**181-25/DEFERIDO**
8	**12**	ANTONIO FELIPE TEIXEIRA NETO	18/08/2023	**73-26/DEFERIDO**
9	**11**	NOAH MIGUEL CAETANO BOUTIN	07/10/2023	**10-26/DEFERIDO**
10	**11**	RAVI MIGUEL CANDIDO BUENO	18/10/2023	**72-26/DEFERIDO**
11	**11**	LUARA DE LIMA SCHNEIDER	29/09/2023	**82-26/DEFERIDO**
12	**9**	BERNARDO MIRANDA	03/09/2023	**179-24 / DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VEREADOR ADEMIR JOSÉ NODARI - SANTARIA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1	**45**	CECÍLIA DOS SANTOS CARUSO	05/02/2025	**208-26/DEFERIDO**
2	**24**	DOMINICK PINHEIRO	03/04/2025	**148-26/DEFERIDO**
3	**24**	VALENTINA VITORIA BERTOLIN CORDEIRO	01/04/2024	**179-26/DEFERIDO**
4	**24**	LORENZO JOSÉ DA SILVA COSTA	07/07/2025	**215-26/DEFERIDO**
5	**24**	RAVI LUCAS GONÇALVES	21/04/2026	**218-26/DEFERIDO**
6	**23**	KAUÊ MARTINS CORREIA	11/06/2024	**130-26/DEFERIDO**
7	**23**	KAYNÃ BERNARDO DA SILVA CARVALHO	26/07/2025	**165-26/DEFERIDO**
8	**23**	ISIS CORREIA DE FARIA	17/02/2026	**213-26/DEFERIDO**
9	**12**	KAINAN BOAVENTURA DA ROCHA	29/12/2024	**202-26/DEFERIDO**
10	**7**	LIVIA RIBEIRO DE CARVALHO	08/02/2025	**153-26/DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1	**23**	MANUÉLY LAUANY DOS SANTOS SOARES	09/03/2024	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 02 - 08 DE OUTUBRO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:02F53B32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO VII REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026 CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
11°	68.900.557 ERICK FELIPE DO PRADO	68.900.557/0001-12	08/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:4BE8D077

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.400/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica **NOMEADA,** a Senhora **MARCIA GRASIELLI GARCIA SERPELONI,** matrícula 378119-4/2, para ocupar o cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Símbolo CC01 (INTERINA),** lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de **30/09/2026 e 09/10/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FC3F53B8

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 476 30 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
5.037/2026	**Contribuinte:** CINTHIA BATISTA DE OLIVEIRA	Rua Maria Antonieli de Lima, Nº 2520, JD. Ernesto Franceschini	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2018 a 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:8B2B24F8

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 477 30 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
368/2026	**Contribuinte:** ELIANE URBANO DOS SANTOS	Rua Greyskon Rogerio Correia, Nº 284, JD. Ernesto Franceschini	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2022 a 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:4B3DF768

SECRETARIA GERAL
DELIBERAÇÃO Nº06/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA

Conselho Municipal de Educação de Rolândia DELIBERAÇÃO Nº06/2026
Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Rolândia

Rolândia 2026
DELIBERAÇÃO Nº06/2026
APROVADA EM CONSELHO PLENO INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ROLÂNDIA

ASSUNTO: Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Rolândia

O Conselho Municipal de Educação de Rolândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando:
A Constituição Federal de 1988 (Art. 208);
A Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB);
A Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);
A Lei Federal nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA;
A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica;
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), mantida como referência histórica e complementar às normas supervenientes;

O Decreto Federal nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei);
O Decreto Federal nº 12.773/2025, que altera o Decreto nº 12.686/2025;
A Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, que dispõe sobre a PNEEI e a Reneei, alterada pela Portaria MEC nº 550, de 18 de junho de 2026.
DELIBERA:

CAPÍTULO I
DO DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.1º Esta Deliberação regulamenta a organização da Educação Especial no Município de Rolândia, destinada a estudantes com:
– Deficiência (física, intelectual, mental ou sensorial);
– Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD/TEA);
– Altas Habilidades ou Superdotação.

Art.2º Entende-se como aluno da Educação Especial aquele que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, associados a uma ou mais barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva no contexto educacional, em igualdade de oportunidades com os demais estudantes, incluindo também os alunos com indicadores de altas habilidades ou superdotação.

Art.3º A Educação Especial, garantida constitucionalmente como responsabilidade do Estado e da família, constitui uma modalidade de ensino que assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma complementar ou suplementar ao ensino regular. No município de Rolândia, integra o processo educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, atendendo

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
§ 1º A Educação Especial deve assegurar ao aluno condições de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de seus talentos, potencialidades e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas características, interesses e necessidades educacionais.
§ 2° É responsabilidade do poder público assegurar que as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr promovam a inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art.4º O Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr deve garantir aos alunos da Educação Especial os mesmos direitos e deveres assegurados aos demais estudantes matriculados em sua rede de ensino.
Art.5º Fica assegurada ao aluno com deficiência o direito ao Atendimento Educacional Especializado em instituição de ensino da rede regular que deverá levar em consideração as necessidades de adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados, a fim de proporcionar que a pessoa com deficiência possa exercer seus direitos e liberdades fundamentais.

Art.6º O poder público incumbir-se-a de:
– assegurar o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
– garantir o funcionamento de um setor específico em sua estrutura administrativa, destinado a orientar, acompanhar, supervisionar e oferecer suporte técnico e pedagógico às instituições de ensino, com o objetivo de assegurar o atendimento aos estudantes da Educação Especial;

– manter atualizado o sistema de informações e a articulação com os órgãos responsáveis pelo Censo Demográfico e Escolar, visando ao conhecimento das demandas e ao acompanhamento da oferta de atendimento da Educação Especial;
– fortalecer os serviços de atendimento especializado destinados aos alunos com deficiência, prioritariamente na rede pública de ensino;
– estabelecer parcerias, convênios e articulações com organizações públicas e privadas, garantindo uma rede de apoio interinstitucional que possibilite atendimentos complementares, quando necessário;
– incentivar parcerias para a discussão de temas e conteúdos relacionados ao atendimento de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, bem como para o desenvolvimento de programas e serviços voltados ao aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem;
– assegurar a avaliação e o acompanhamento contínuo das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, desde o início e ao longo do processo de ensino e aprendizagem;
– assegurar estratégias pedagógicas, ferramentas didáticas e adequações curriculares visando suprir as demandas singulares da Educação Especial;
- garantir a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências;
- aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os alunos com altas habilidades ou superdotação;
- ofertar treinamento aos educadores e profissionais do município focado no suporte especializado, de modo a garantir a integração desses estudantes nas salas de aula do ensino regular.

CAPÍTULO II
PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.7 Para fins de identificação e caracterização dos estudantes no âmbito da rede municipal de ensino, serão consideradas as especificidades das deficiências, dos transtornos globais do desenvolvimento e das altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente.

– deficiências: impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; II – transtornos globais do desenvolvimento: quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras, incluindo-se nessa definição alunos com transtorno do espectro autista (TEA);
III – altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade, comprovado por meio de avaliação psicológica.
Paragráfo único: A comprovação das condições dispostas nos incisos precedentes deverá ser protocolada junto a Secretaria Municipal de Educação, cabendo à equipe técnica setorial a análise e a homologação dos laudos e avaliações para garantia do suporte pedagógico na rede municipal de ensino.

CAPÍTULO III
DA OFERTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.8º A Educação Especial, modalidade de ensino ofertada

preferencialmente na rede regular, destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, deve estar presente em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica. Sua finalidade é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a eliminação de barreiras, garantindo a participação dos alunos no processo educacional, de acordo com suas necessidades específicas.

Art.9º A Educação Especial tem como finalidade promover a aprendizagem do aluno, fundamentando-se em princípios éticos, políticos e estéticos que garantam:
– o respeito à dignidade da pessoa humana e a garantia do direito de cada indivíduo à educação e à participação na vida social;
– a valorização da identidade de cada aluno, reconhecendo suas diferenças, potencialidades e necessidades educacionais específicas no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação e ampliação de seus valores;
– o desenvolvimento da cidadania e da participação social, por meio do exercício de seus direitos e do cumprimento de seus deveres.

Art.10º A identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos será realizada por meio de avaliação inicial, estudo de caso e acompanhamento contínuo durante o processo de ensino e aprendizagem. Esse processo deverá ser conduzido pelos professores e pela equipe pedagógica da instituição de ensino.

Art.11º O Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr poderá ofertar a Educação Especial pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros:
– Na rede regular de ensino, instituições parciais, com Atendimento Educacional Especializado ofertado no contraturno, em sala de recursos multifuncionais na mesma instituição ou em

outra;
– Em instituições integrais, com Atendimento Educacional Especializado ofertado em sala de recursos multifuncionais, não devendo concorrer, mas articular-se aos princípios e às diretrizes da etapa, modalidade ou estratégia de organização curricular em que o aluno está matriculado;
– Classes Especiais na área de deficiência intelectual em caráter de atendimento transitório e exclusivo às turmas já constituídas.

CAPÍTULO IV
DA MATRÍCULA E PROGRESSÃO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art.12. A matrícula do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr consiste em direito subjetivo, não sendo permitida sua recusa por qualquer instituição do Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr.

Art. 13. A avaliação da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial deverá ser realizada de forma contínua, processual, diagnóstica e formativa, considerando as especificidades, potencialidades, habilidades, necessidades educacionais e o percurso individual de desenvolvimento de cada estudante.

§ 1º O estudante público-alvo da Educação Especial terá assegurado o direito à progressão escolar, observadas as adaptações pedagógicas, curriculares, metodológicas e avaliativas necessárias ao seu processo de aprendizagem.

§ 2º A avaliação não poderá fundamentar-se exclusivamente na comparação do desempenho do estudante com parâmetros uniformes estabelecidos para a turma, devendo considerar seus

avanços individuais, suas potencialidades e os objetivos definidos em seu planejamento educacional.

§ 3º A progressão do estudante deverá ser acompanhada do devido registro pedagógico, contendo as estratégias adotadas, as adaptações realizadas, os avanços observados e as necessidades educacionais que deverão orientar o planejamento do período subsequente.

§ 4º Em conformidade com a legislação em vigor, o estudante identificado com altas habilidades ou superdotação contará com ações de aprofundamento curricular na rede regular e nas salas de recursos multifuncionais. É-lhe assegurado, ainda, o direito ao avanço escolar a partir do segundo ano do ensino fundamental – séries iniciais, para conclusão antecipada das etapas de ensino, mediante processo de reclassificação fundamentado no seu rendimento acadêmico e na sua maturidade socioemocional.

CAPÍTULO V
DA INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO

Art.14. É dever da instituição de ensino prever, em seu Regimento e Projeto Político-Pedagógico, o atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a excelência de todo o processo de ensino-aprendizagem.
§ 1º Para garantir o atendimento ao aluno com deficiência na rede regular de ensino, a instituição poderá através da Secretaria Municipal de Educação disponibilizar, entre outros recursos, infraestrutura adequada, materiais pedagógicos e tecnológicos acessíveis, além de profissionais qualificados, professores e equipe de apoio para auxiliar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção dos estudantes que demandam esse tipo de suporte.
§ 2º: A atuação dos profissionais da Educação Especial deve ocorrer em mútua cooperação com os regentes das salas

regulares, englobando o acompanhamento direto dos alunos e o suporte informativo e orientador direcionado a toda a comunidade escolar.
§ 3º Os professores poderão desenvolver suas atividades de forma itinerante e/ou conforme cronograma previamente estabelecido, de acordo com as demandas das unidades educacionais e em conformidade com as orientações e normativas da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art.15. A organização do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento da instituição de ensino deverá tomar como base as normas e diretrizes curriculares nacionais, respeitando as peculiaridades dos alunos da Educação Especial.
§ 1º As instituições devem garantir, no seu Projeto Político-Pedagógico, a flexibilização curricular e o atendimento pedagógico para suprir as necessidades e especificidades educacionais de seus alunos.
§ 2º Diante de quadros de deficiência múltipla ou de limitações severas, é dever da escola, através da Secretaria Municipal de Educação estruturar adequações profundas e um currículo variado, com o propósito de maximizar as aptidões e o potencial dos estudantes.

Art.16. O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da instituição de ensino regular devem institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado, contemplando em sua estrutura:
– avaliação das necessidades educacionais especiais dos estudantes;
– plano e cronograma do Atendimento Educacional Especializado (AEE), contemplando a identificação das deficiências, dos transtornos do desenvolvimento e das altas habilidades ou

superdotação dos estudantes, bem como a definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, elaborados pela equipe da instituição;
– a matrícula no Atendimento Educacional Especializado dos estudantes matriculados no ensino regular da própria unidade escolar ou de outras instituições de ensino, observados os parâmetros estabelecidos nas avaliações previstas nesta Deliberação;
– sala de recursos multifuncionais, com descrição do espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos;

– profissionais da educação destinados ao Atendimento Educacional Especializado, bem como outros profissionais de apoio, especialmente para o desenvolvimento de atividades relacionadas à alimentação, higiene e locomoção dos estudantes; VI – mecanismos de articulação institucional voltados à constituição de uma rede de apoio à atuação profissional, à formação continuada, ao desenvolvimento de pesquisas e ao acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outras ações que contribuam para o fortalecimento e a ampliação do Atendimento Educacional Especializado;
VII – proceder à elaboração, implementação e atualização contínua da documentação pedagógica compulsória de caráter individualizado, englobando obrigatoriamente o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI), a serem construídos mediante prévio e criterioso estudo de caso.

Art.17. As instituições de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Rolândia deverão elaborar, implementar e acompanhar o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico obrigatório de planejamento, intervenção e avaliação do processo de ensino e aprendizagem do estudante público-alvo da Educação Especial.

§ 1º O PEI constitui documento pedagógico dinâmico e de revisão contínua, elaborado de forma colaborativa entre os regentes da classe comum, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a equipe pedagógica da unidade escolar e a família.

§ 2º O PEI deverá explicitar os objetivos e metas de aprendizagem, as flexibilizações e adequações curriculares, os recursos de acessibilidade e as estratégias metodológicas indispensáveis ao pleno desenvolvimento do estudante.

CAPÍTULO VII
DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art.18. Define-se como Atendimento Educacional Especializado o suporte de natureza complementar ou suplementar, disponibilizado transversalmente em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino. Seu propósito é suprir as demandas educacionais de estudantes que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, além de altas habilidades ou superdotação.
§ 1º Compreende-se que o apoio é complementar para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, oferecendo suporte, com idas programadas às salas de recursos multifuncionais. Já o caráter suplementar destina-se a ampliar a formação dos estudantes que possuem altas habilidades ou superdotação.
§ 2º A oferta do Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer obrigatoriamente em turno inverso à escolarização, sem substituir a frequência nas classes comuns. Esse atendimento pode ser viabilizado nas salas de recursos multifuncionais da própria instituição ou em outra escola da rede regular.
§ 3º Nas escolas de tempo integral, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser assegurado a todos os estudantes

que comprovadamente necessitem desse suporte. A realização desse atendimento não pode entrar em conflito com as atividades regulares do aluno; devendo funcionar em harmonia, alinhando-se aos princípios, diretrizes e formato do currículo da etapa em que ele está matriculado

Art.19. Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar, de acordo com a necessidade da demanda:
– Acessibilidade física, nos transportes e na comunicação, sem barreiras e conforme as normas técnicas;
– Professores e equipe pedagógica qualificados para a educação básica;
– Intérpretes e tradutores de acordo com as necessidades dos alunos;
– Profissionais de apoio para auxiliar na alimentação, higiene e locomoção;
– Flexibilização do currículo alinhada ao Projeto Político-Pedagógico da escola;
– Oferta do ensino bilíngue para surdos (Libras como primeira língua e português escrito como segunda);
– Braille, Sorobã e tecnologias assistivas para estudantes cegos; quando houver necessidade;
–Atendimento educacional ao aluno com deficiência em tratamento hospitalar ou domiciliar, mediante a disponibilização de roteiros de atividades pedagógicas para realização no domicílio para períodos de até 120 (cento e vinte) dias de afastamento e, transcorrido prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, mediante a solicitação de docente para atendimento pedagógico domiciliar.

Art.20. Entende-se por flexibilização curricular como a adequação prática e instrumental de conteúdos essenciais, metodologias, recursos didáticos e processos avaliativos às necessidades de desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Tal processo

deve estar em estrita conformidade com o projeto político pedagógico da instituição, resguardada a obrigatoriedade de frequência.

CAPÍTULO VIII
DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Art.21. Define-se a sala de recursos multifuncionais como um espaço escolar equipado com materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade. Seu objetivo principal é viabilizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em suas diferentes vertentes, respeitando as necessidades particulares dos alunos para garantir o suporte complementar ou o enriquecimento suplementar de seu currículo.

Art.22. Nas instituições de ensino de tempo integral, a oferta do Atendimento Educacional Especializado ocorrerá prioritariamente em horários flexíveis e organizados no decorrer da jornada escolar ampliada, em espaço físico próprio/sala de recursos ou de forma itinerante, sem prejuízo da participação do estudante nas atividades da base nacional comum curricular, devendo a equipe pedagógica adequar o cronograma de atendimento às especificidades da rotina integral.

Art.23. As instituições da rede regular de ensino deverão colocar à disposição, um espaço adequado para o funcionamento da sala de recurso multifuncional.

Art.24. Os atendimentos nas salas de recursos multifuncionais poderão estar agrupados em um mesmo espaço físico,desde que assegurem funcionalidade e aprendizagem, sendo:
– Atendimento dos alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos do espectro do desenvolvimento;
– Atendimento dos alunos com surdez, contemplando a

aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua;
– Atendimento dos alunos com deficiência visual, abrangendo a aprendizagem da leitura e da escrita por meio do Sistema Braille, o uso do Sorobã, o desenvolvimento de atividades voltadas à autonomia e à participação social, bem como orientação e mobilidade;
– Atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação, visando ao enriquecimento curricular e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Art.25. As instituições de ensino poderão organizar-se para atuar em uma ou mais áreas da Educação Especial, promovendo a articulação e a colaboração com outras unidades educacionais, com o objetivo de qualificar e ampliar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art.26. O professor em exercício na sala de recursos multifuncional deve, obrigatoriamente, realizar as capacitações e os aperfeiçoamentos periódicos oferecidos pela mantenedora.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO

Art.27. A identificação das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, seguirá normatização própria.

Art.28. Para a realização dos procedimentos de avaliação das necessidades educacionais de seus estudantes, a instituição de ensino poderá contar com os seguintes recursos e profissionais de

apoio:
– a experiência dos profissionais docentes e da equipe técnico-pedagógica da instituição;
– o apoio de serviços especializados, prestados por equipe multiprofissional e interdisciplinar, disponibilizados pela mantenedora;
– a colaboração da família, bem como a articulação com os serviços públicos das áreas da Saúde e da Assistência Social.

Art.29. Não será permitida a exigência de taxas, encargos ou valores extras para a realização da avaliação prevista no caput deste artigo.

Art.30. Em casos de avaliações realizadas por clínicas, profissionais particulares ou públicos e demais encaminhamentos, ainda será necessária avaliação técnico-pedagógica da instituição junto a equipe de Educação Especial da Secretaria de Educação ou por equipe multiprofissional e interdisciplinar da rede municipal de ensino.

Art.31. Os procedimentos de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos, estabelecidos pelas normas que regulamentam o Sistema Municipal de Ensino de Rolândia-Pr, também se aplicam aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art.32. O aluno com características de altas habilidades ou superdotação poderá participar de atividades de enriquecimento curricular no ensino regular ou em sala de recursos multifuncionais, além de ter assegurada a possibilidade de aceleração de estudos para conclusão da escolaridade em menor tempo, mediante procedimentos de reclassificação compatíveis com seu desempenho escolar, maturidade socioemocional e observância das deliberações vigentes.

CAPÍTULO X
DA FORMAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.33. O exercício da docência no Atendimento Educacional Especializado exige formação específica que habilite o professor para essa função.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação estabelecer normativa própria para os profissionais de apoio ao AEE, dispondo sobre a formação exigida, a carga horária e outras particularidades inerentes ao exercício da função.

Art.34. São atribuições do professor da Educação Especial:
– identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, recursos de acessibilidade e estratégias educacionais, considerando as necessidades específicas dos alunos público da Educação Especial;
– prestar acompanhamento contínuo aos alunos, monitorando seu desenvolvimento e promovendo os ajustes necessários nas estratégias pedagógicas adotadas;
– elaborar e implementar o Plano de Ensino Individualizado (PEI), adequando conteúdos, metodologias, avaliações e práticas pedagógicas às especificidades do estudante no ensino regular;
– elaborar e executar o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) no âmbito da Sala de Recursos Multifuncionais, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
– elaborar cronograma de atendimento dos alunos da Educação Especial, considerando suas especificidades e necessidades educacionais;
– acompanhar a funcionalidade e a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula e nos demais espaços da instituição de ensino;

– orientar os professores da classe regular e as famílias quanto aos recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos;
– ensinar e promover o uso de tecnologias assistivas que ampliem as habilidades funcionais dos alunos, favorecendo sua autonomia, participação e aprendizagem;
– articular-se com os demais professores da instituição de ensino, visando a disponibilização de serviços, recursos pedagógicos, recursos de acessibilidade e estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares;
– sugerir aos professores do ensino regular práticas pedagógicas e recursos que contribuam para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos atendidos pela Educação Especial;
– participar obrigatoriamente das formações continuadas promovidas pela rede municipal de ensino, relacionadas à Educação Especial e à Educação Inclusiva;
– desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo de professor, conforme previsto no estatuto municipal e nas legislações estadual e federal aplicáveis.

CAPÍTULO XI

DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art.35. A disponibilização do profissional de apoio escolar, enquanto recurso de acessibilidade destinado a favorecer o acesso, a permanência, a participação, a autonomia e a aprendizagem do estudante, será definida a partir do estudo de caso, considerando suas necessidades individuais de apoio para locomoção, higiene, alimentação, interação, comunicação e utilização de recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A oferta do profissional de apoio escolar será fundamentada

nas necessidades educacionais e nas barreiras identificadas no contexto escolar, considerando as características individuais, as potencialidades e as demandas de apoio do estudante.

§ 2º A oferta do profissional de apoio escolar não estará condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer outro documento emitido por profissional da área da saúde, devendo sua necessidade ser avaliada por meio de estudo de caso realizado no âmbito educacional.

§ 3º A necessidade de apoio deverá ser periodicamente reavaliada, considerando os avanços do estudante, a ampliação de sua autonomia, as modificações no contexto escolar e a permanência ou superação das barreiras identificadas.

§ 4º A quantidade de profissionais e a organização do atendimento serão definidas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as necessidades identificadas nos estudos de caso, a organização das instituições de ensino e os princípios da educação inclusiva.

CAPÍTULO XII
DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art.36. Compete ao profissional de apoio escolar atuar em consonância com o PAEE, o PEI e as orientações da equipe pedagógica, contribuindo para a participação do estudante nas atividades escolares.

Art.37. São atribuições do profissional de apoio escolar:

– apoiar a locomoção do estudante, favorecendo seu acesso, deslocamento e participação nos diferentes espaços da instituição de ensino;

– auxiliar o estudante nas atividades relacionadas à higiene pessoal, quando identificada essa necessidade no estudo de caso, preservando sua dignidade, privacidade, autonomia, tempo e escolhas;
– auxiliar nas atividades relacionadas à alimentação, quando necessária, respeitando a autonomia, as preferências, a dignidade e a segurança do estudante;

– oferecer apoio à interação social e à comunicação, considerando as diferentes formas de expressão e comunicação utilizadas pelo estudante;
– apoiar a utilização de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e demais recursos indicados pelo AEE e previstos nos documentos pedagógicos individualizados;
– favorecer a participação do estudante nas atividades pedagógicas, recreativas, culturais, esportivas, sociais e demais atividades que integrem a rotina escolar;
– colaborar para a eliminação ou redução das barreiras que dificultem a participação do estudante nas atividades e nos espaços escolares;
– estimular, sempre que possível, o desenvolvimento da autonomia do estudante, evitando a realização desnecessária de atividades que ele tenha condições de executar de forma independente;
– comunicar à equipe pedagógica situações relevantes relacionadas à participação, à autonomia, à comunicação, à segurança e às necessidades de apoio do estudante;
– participar, quando solicitado, de reuniões e momentos de planejamento e acompanhamento do estudante, contribuindo com informações referentes à sua atuação no cotidiano escolar;
– atuar de forma articulada com o professor regente, o professor do AEE e os demais profissionais da instituição de ensino, respeitadas as atribuições específicas de cada função;
O profissional de apoio escolar não será responsável pela elaboração, execução ou avaliação do currículo, pela realização de

adaptações pedagógicas de forma autônoma ou pela definição dos objetivos de aprendizagem do estudante;
participar obrigatoriamente das formações continuadas promovidas pela rede municipal de ensino, relacionadas à Educação Especial e à Educação Inclusiva.

Parágrafo único. O profissional de apoio escolar deverá atuar em todas as atividades escolares nas quais seu apoio se fizer necessário, não se restringindo ao ambiente da sala de aula.

CAPÍTULO XIII

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.38. O profissional designado a trabalhar com o público alvo da Educação Especial ficará obrigado a participar das formações, capacitações, orientações técnicas e demais atividades formativas promovidas ou indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, destinadas ao aprimoramento e ao adequado desempenho das atribuições inerentes à função.

§ 1º A participação nas formações constitui parte integrante das atribuições funcionais do Profissional de Apoio Escolar e do atendimento AEE, devendo ocorrer nos horários e locais previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação ou pela unidade escolar, conforme a organização administrativa e pedagógica.

§ 2º As formações terão como finalidade assegurar a qualificação permanente do profissional para o atendimento aos estudantes

público-alvo da Educação Especial, contemplando, entre outros aspectos, estratégias de apoio à aprendizagem, acessibilidade, comunicação, autonomia, cuidados necessários, manejo de situações específicas e práticas inclusivas.

§ 3º O profissional deverá participar integralmente das atividades formativas para as quais for convocado, sendo sua frequência registrada pela Secretaria Municipal de Educação ou pela instituição responsável pela formação.

§ 4º A ausência injustificada às formações obrigatórias, poderá ser registrada para fins funcionais e ensejar as providências administrativas cabíveis, observado o regime jurídico aplicável ao servidor ou contratado.

§ 5º A participação em formações não exime o professor da responsabilidade de buscar o aprimoramento contínuo de seus conhecimentos e práticas, em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e com as necessidades educacionais dos estudantes atendidos.

§ 6º Os profissionais que não participarem das formações destinadas ao atendimento do público alvo da Educação Especial, deverá ser designado para regência das turmas do ensino básico.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.39. Compete à mantenedora ofertar formação continuada aos profissionais envolvidos no atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial, com carga horária definida pela legislação vigente.

Art.40. Compete à mantenedora acampanhar e monitorar o

atendimento do público alvo da Educação Especial.

Art.41. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Relatores:

ARIANE DE PAULA SOUTO.

ADRIANA APARECIDA SILVA DE MORAES.

SILVANA FÁTIMA DE MARCO NEGRÃO.

DECISÃO DO CONSELHO PLENO
Presidente do CMER Rosimeiri de Faria Baviloni Adas.

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:9F0ACFE1

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.420, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Institui o "Abril Verde" e a Semana Municipal de Prevenção de Acidentes de Trabalho, Promoção da Saúde Mental e Capacitação dos Servidores Públicos Municipais no âmbito do Município de Rolândia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Rolândia o "Abril Verde", dedicado a ações de conscientização, prevenção de acidentes de trabalho e agravos à saúde do servidor público.

Parágrafo único. Integrando as atividades do "Abril Verde", fica criada a “Semana Municipal de Prevenção de Acidentes de Trabalho, Promoção da Saúde Mental e Capacitação dos Servidores Públicos Municipais”, a ser realizada anualmente na última semana do mês de abril, em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (28 de abril).

Art. 2º A Semana Municipal e a campanha "Abril Verde" voltadas ao funcionalismo público têm como objetivos:

I – Promover a cultura de prevenção de acidentes de trabalho, biossegurança e doenças ocupacionais em todas as repartições públicas municipais;

II – Estimular a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente laboral, combatendo o estigma associado aos transtornos psíquicos;

III – Desenvolver ações permanentes e sazonais de conscientização sobre o estresse ocupacional, a Síndrome de Burnout, a ansiedade e a depressão no serviço público;

IV – Capacitar continuamente os servidores públicos em ergonomia, uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e primeiros socorros;

V – Fomentar a criação de ambientes de trabalho humanizados, pautados pelo respeito mútuo e pela cultura de paz;

VI – Disseminar informações e promover campanhas educativas de prevenção e combate a práticas de assédio moral e sexual no âmbito da administração pública.

Art. 3º Durante o "Abril Verde" e a respectiva Semana Municipal, a Administração Pública poderá realizar as seguintes atividades:

I – Palestras, simpósios, rodas de conversa e oficinas voltadas à saúde física e mental do servidor público;

II – Cursos de capacitação e treinamentos específicos sobre segurança do trabalho e gerenciamento de riscos psicossociais;

III – Exames preventivos de rotina, rastreamento de estresse e orientações de saúde integrativa;

IV – Distribuição de materiais informativos digitais e impressos sobre direitos, deveres e canais internos de acolhimento e denúncia;

V – Atividades práticas de ginástica laboral, técnicas de relaxamento e ergonomia aplicada ao dia a dia do servidor público.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias, convênios ou termos de cooperação com:

I – Entidades sindicais e associações de classe representativas dos servidores públicos municipais;

II – Instituições de ensino superior, centros de pesquisa e escolas técnicas;

III – Órgãos e conselhos oficiais de saúde e segurança do trabalho (como Ministério do Trabalho e Emprego, CEREST, CIPA e conselhos de classe de Psicologia e Medicina);

IV – Profissionais especializados e voluntários das áreas de saúde mental, medicina ocupacional e segurança do trabalho.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, definindo os setores responsáveis pela coordenação das atividades.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 29 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 61/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 058/2026
Autoria: Rodrigão

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:22E85F35

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2.026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação Projeto de Qualificação da Estrutura Física, Administrativa e Tecnológica do Programa Casa Abrigo Hans Zischeler no valor 50.040,00 apresentado ao Ministério do Trabalho.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.718, de 06 de julho de 2.015, em reunião extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2.026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Qualificação da Estrutura Física, Administrativa e Tecnológica do Programa Casa Abrigo Hans Zischeler** no valor 50.040,00 apresentado ao Ministério do Trabalho.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala de reuniões, 23/09/2.026

Assinatura Digital
TÂNIA CRISTINA VALONI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:90BBCAA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 117/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 117/2025

REF: INEXIGIBILIDADE 033/2025

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a **G2 PRIME NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA,** cadastrada no CNPJ/MF sob 33.192.537/0001-50, estabelecida na Avenida Interventor Manoel Ribas nº 818, centro, na cidade de **ROLÂNDIA -PR**, CEP 86.600-105 telefone (43) 3015.3585 (43) 99912.9409 e-mail: mwkolarovic@hotmail.com neste ato, legalmente representada pelo Sr. **MARCIO WILLIAN KOLAROVIC**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA -PR** portador de identidade sob o nº 49.XXX.XXX SSP/PR e do CPF/MF nº 863.XXX.XXX-XX, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO,** conforme Art. 74, Inciso V da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, demais leis municipais, estaduais e federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições: ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula segunda do contrato prorrogando por mais 12 (doze) meses o com início em **19/09/2026** e término em **18/09/2027.**

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR
Fica aditivada a cláusula terceira passando o valor de **R$ 7.100,00** (sete mil cem reais), para **R$ 7.415,24** (sete mil quatrocentos e quinze

reais e vinte quatro centavos) representando um aumento de **4,44%** (quatro vírgula quarenta e quatro por cento), tendo como base o IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 08 de setembro R$ 7.100,00 (sete mil cem reais) de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***G2 PRIME NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**MICHELE DA SILVA PEREIRA**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social
ADRIANA DA COSTA	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:D67DDE19

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
6º ADITIVO DO CONTRATO Nº 106/2024

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA E A EMPRESA VITTI ENGENHARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VITTI ENGENHARIA LTDA** cadastrada no CNPJ/MF sob nº 22.085.218/0001-29, estabelecida na Rua Pastor Eufemjusz Mialik nº 90 , na cidade de **APUCARANA -PR**, CEP 86.802.425, Fone (43) 99902.3035 E-mail vitti.engenharia@hotmail.com, neste ato legalmente representada pelo Sr. **CARLOS ADRIANO VITTI**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de **APUCARANA - PR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.XXX.XXX-X SESP-PR e do CPF/MF nº 006.XXX.XXX-XX, doravante designada **CONTRATADA** ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Ficam aditivadas as cláusulas quarta e quinta deste contrato, sucessivamente, prorrogando por mais **60 (sessenta)** dias o prazo de execução, com início em **20/09/2026** e término em **19/11/2026** para execução e mais **60 (sessenta)** dias para vigência após o término da execução, para os fins burocráticos da contratação.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de **ROLÂNDIA - PR**, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 14 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

VITTI ENGENHARIA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

LARISSA DENOBI DOMINGOS
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:2DA986FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
QUARTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 010-2026 – RC-1CE e RL-1C – P. A. 1.688/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 06.218.782/0001-16, com sede à Rodovia BR 376, Lote 6/7//7-A-3-1, Bairro Gleba Patrimônio Marialva, na cidade de Marialva – PR, CEP 86.990-000, Fone (44) 3232-4748, e-mail comercial@casadoasfalto.com / matriz@casadoasfalto.com, representada pelo Senhor PAULO FILIPE PIMENTEL, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica suprimido o valor do item conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	TON	67596	Emulsão Asfáltica – RC-1CE	4.850,43	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 24 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:901D7D27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 22, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 22, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

"REVOGA A PORTARIA Nº 14, DE 27 DE MARÇO DE 2026, QUE CONCEDEU JORNADA SUPLEMENTAR DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS AO SERVIDOR EFETIVO CLEBER DIEGO TOIGO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR."

PAULO CESAR PANSERA, Presidente da Câmara Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente aquelas relativas à gestão de pessoal do Poder Legislativo Municipal,

CONSIDERANDO que a Portaria nº 14, de 27 de março de 2026, concedeu ao servidor efetivo Cleber Diego Toigo, matrícula nº 788, ocupante do cargo de Contador – Grupo Ocupacional/Nível B-4, jornada suplementar de 20 (vinte) horas semanais;
CONSIDERANDO que o referido ato administrativo estabeleceu a jornada suplementar como medida temporária, nos termos de sua própria disciplina;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de fazer cessar a jornada suplementar anteriormente concedida, preservando-se a jornada ordinária correspondente ao cargo efetivo;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

RESOLVE:
Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de outubro de 2026, a Portaria nº 14, de 27 de março de 2026, que concedeu jornada suplementar de 20 (vinte) horas semanais ao servidor efetivo Cleber Diego Toigo, matrícula nº 788, ocupante do cargo de Contador – Grupo Ocupacional/Nível B-4, da Câmara Municipal de Salgado Filho/PR.
Art. 2º A partir de 1º de outubro de 2026, o servidor deverá cumprir exclusivamente a jornada ordinária correspondente ao seu cargo efetivo, ficando cessada a prestação das horas relativas à jornada suplementar.
Art. 3º A revogação produzirá efeitos administrativos e financeiros a partir de 1º de outubro de 2026, ressalvados os direitos decorrentes das horas efetivamente prestadas até 30 de setembro de 2026.
Art. 4º O setor competente deverá proceder às anotações necessárias no assentamento funcional do servidor e aos ajustes correspondentes na folha de pagamento, observada a data de produção dos efeitos desta Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Salgado Filho/PR, 29 de setembro de 2026.

PAULO CESAR PANSERA
Presidente da Câmara Municipal
Salgado Filho/PR

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:17375BA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2022

OBJETO:	Contratação de prestadora de serviços de mão de obra técnica em atendimento a secretarias e departamento municipais, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais
CONTRATADO:	IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ:	17.453.147/0001-30
REEQUILÍBRIO FINANCEIRO:	41.484,05
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 30 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:CED1381B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para eventual prestação de serviços de levantamento de murro, plantio de grama, construção de boca de lobo, assentamento de paver em atendimento da secretaria municipal de administração planejamento e finanças com recursos próprios
CONTRATADO:	SUDOESTE EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA
CNPJ:	61.972.256/0001-55
VIGÊNCIA:	30/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 30 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:A1899E3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: Confere nova redação ao art. 47, ao inciso III do art. 48 e ao caput do art. 80 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR passa a ter a seguinte redação:

"Art. 47. As Comissões da Câmara são permanentes e especiais.
Parágrafo único. Entre outras, compete às Comissões Permanentes as seguintes atribuições:

I - Emitir relatórios de fiscalização, no exercício de referência, em relação ao cumprimento das leis, à execução das políticas públicas e à aplicação dos recursos públicos relacionados à sua área de atuação;

II - Acompanhar, no exercício de referência, a execução das metas e dos programas definidos no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e nos demais planos municipais, no que se relacionar à sua área de atuação;

III - Receber formalmente, examinar e encaminhar, no exercício de referência, denúncias, reclamações, representações ou queixas relacionadas à sua área de atuação, promovendo as diligências necessárias ao exercício de suas atribuições fiscalizatórias, sem

prejuízo das competências das Comissões Parlamentares de Inquérito e dos demais órgãos competentes;

IV - Promover, no exercício de referência, estudos sobre temas de interesse público dentro da sua área de atuação;

V - Promover, no exercício de referência, audiências públicas para debater com a sociedade temas de interesse público dentro da sua área de atuação;

VI - Emitir, no exercício de referência, parecer acerca da proposta orçamentária nas matérias relacionadas à sua área de atuação, observadas as competências regimentais específicas;

VII – Prestar, no âmbito de suas atribuições, as informações e fornecer os documentos solicitados pela Presidência ou pela Mesa Diretora, necessários à instrução dos procedimentos de avaliação e prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, inclusive aqueles relacionados ao Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal – ProLegis, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Art. 2º O inciso III do art. 48 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR passa a ter a seguinte redação:

"Art. 48. (...)

III - Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Meio Ambiente, Comércio, Turismo, Política Urbana e Segurança Pública;"

Art. 3º O caput do art. 80 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR passa a ter a seguinte redação:

"Art. 80. Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Meio Ambiente, Comércio, Turismo, Política Urbana e Segurança Pública opinar sobre matérias relativas a obras e empreendimento públicos de interesse municipal, à execução e fiscalização de serviços públicos locais, à política urbana, ao planejamento urbano, ao ordenamento territorial, à segurança pública no âmbito da competência municipal, às atividades produtivas relacionadas à agroindústria, ao comércio e ao turismo, ao meio ambiente e às demais matérias correlatas à sua área de atuação."

Art. 4º As referências constantes do Regimento Interno à Comissão Permanente prevista no inciso III do art. 48 passam a corresponder à denominação estabelecida por esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 28 de setembro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente

EVALMIR APARECIDO SIVIERO
Vice-Presidente

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA
1ª Secretária

JURANDIR DE CAMPOS
2º Secretário

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:9441496F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa SAMPAIO SALGADOS LTDA, CNPJ: 21.803.914/0001-60, no Pregão - Eletrônico nº 17/2026
OBJETO:KIT LANCHE
VALOR REGISTRADO: 195.040,00 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Quarenta Reais)
DATA DO REGISTRO:30/09/2026
VALIDADE: 29/09/2027

KIT LANCHE

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:9A720D10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 652/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Andre Vilalva Leal	Motorista	18/09/2026 e 29/09/2026	R$ 90,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:D292A955

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 654/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista	29/09/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 30 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:F35B7F8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 656/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, /Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dispensa do serviço nos termos abaixo relacionados:

Alínea	Nome	Cargo	Motivo	Período
A	Vitorugo Sérgio Escaraber Selpa	Professor Regente	Compensação por trabalho prestados á Justiça Eleitoral 2024	02/10/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 30 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:9BBC8091

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº. 005/2026 - SAMAE

Autorização de Diária nº. 005/2026

Fica AUTORIZADO o **Sr. Joselito da Luz, ocupante do cargo de Diretor Presidente do Samae, o valor de R$ 200,00 - (duzentos reais), referente a 01 (uma) diária para viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 25/09/2026** para para "buscar motor e bomba de água que se encontrava em processo de reparos e manutenção, no município de Maringá."

OBJETIVO
Viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 25/09/2026 para "buscar motor e bomba de água que se encontrava em processo de reparos e manutenção, no município de Maringá.".

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal nº 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo I, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 25 de Setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3A7BF455

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº. 006/2026 - SAMAE

Autorização de Diária nº. 006/2026

Fica AUTORIZADO o **Sr. Joselito da Luz, ocupante do cargo de Diretor Presidente do Samae, o valor de R$ 200,00 - (duzentos reais), referente a 01 (uma) diária para viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 28/09/2026** para para "Levar motor e bomba de água para reparos e manutenção, no município de Santa Barbara do Oeste- SP."

OBJETIVO
Viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 28/09/2026 para "Levar motor e bomba de água para reparos e manutenção, no município de Santa Barbara do Oeste- SP
.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal nº 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo I, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 28 de Setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:601602F1

GABINETE DO PREFEITO
COMPRA DIRETA N. 24/2026

Compra Direta n. 24/2026 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, referente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de seguro veicular, solicitada pela Secretaria de Empregabilidade e Turismo, por meio da Solicitação de Demanda nº 11/2026, perfazendo o valor total de R$ 2.645,00 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais), em favor da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60,** nos termos do art. 95, §2º e art. 72, parágrafo único, todos da Lei da Lei 14.133/2021.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:7BC90733

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 091/2026

PORTARIA N.º 091/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **EXONERADO,** a pedido, o Sr. **JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA**, inscrito no CPF sob n.º 867.XXX.XXX-72, do Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 30 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:EC8E5BB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº302/2026.

Dispõe sobre progressão por qualificação profissional e dá outras providências.

O PREFEITO DE SANTA FÉ ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o protocolado sob o nº. 2790/2026.

DECRETA

Art. 1º - Fica concedido **Progressão por Qualificação Profissional**, com fundamento no art. 43, conforme anexo I, II, da Lei Municipal 1.616/2011, a servidora abaixo.

NOME	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
GABRIELA BOIN MORI DE OLIVEIRA	Assistente Social	068	074

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 30 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6D6EAC83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.304/2026

Dispõe sobre Adicional de Mérito, promoção vertical e dá outras providências.

O PREFEITO DE SANTA FÉ ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 33 e 58, da Lei complementar nº 1.618/11, e dos protocolados sob os nº 2831, 2830 e 2868/2026.

DECRETA

Art. 1º - Conceder **Promoção Vertical**, com fundamento no § 5º, art. 33, da Lei Municipal nº1.618/11, a servidora abaixo:

NOME	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
Rode de O. S. Simardi	Prof. Educação Inf -40h	02/GRA	02/ESP

Art. 2º - Conceder **Adicional de Mérito**, com fundamento no art. 58, da Lei Municipal nº1.618/11, a servidora abaixo:

NOME	CARGO	CLASSE/NÍVEL	AD. DE MÉRITO
Vivian Nara de Souza	Prof. Educação Inf -40h	02/ESP	4,5%
Rode de O. S. Simardi	Prof. Educação Inf -40h	02/ESP	9%

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 30 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:AF2627C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2024 – PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Aparecido Raimundo da Encarnação - MEI.
RESUMO DO OBJETO: Operador de máquina pesada, período diurno, para condução de equipamentos de grande porte.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo e valor contratual por mais 12 meses, especificamente de 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027, bem como reajuste do valor do item 01 do objeto.
VALOR DO ADITIVO: R$ 41.376,00 (quarenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais).
DATA DA ASSINATURA: 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E6D43902

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 2.490, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Institui o "Dia Municipal do Associativismo", a ser comemorado anualmente no dia 15 de julho.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Santa Fé, o "Dia Municipal do Associativismo", a ser celebrado anualmente no dia 15 de julho.

Art. 2º Insere-se o "Dia Municipal do Associativismo" no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 29 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

VEREADORES AUTORES: VIVIANE PALOTTA, ALEXANDRE MINANTI, CELIA MARCHINI BITIATI, JOÃO MAURO SIMARDI, NUHAD KASSEM ABOUGHATTAS E THIAGO WILLIAM DOS SANTOS

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:5AB291F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 2.491, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a instalar monumento em homenagem póstuma ao Senhor Teodoro Antônio dos Santos, conhecido como "Teodoro Pipoqueiro", em praça pública do Município de Santa Fé, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a instalação de monumento, estátua, escultura, busto, painel artístico ou outro marco comemorativo em homenagem póstuma ao Senhor Teodoro Antônio dos Santos carinhosamente conhecido como "Teodoro Pipoqueiro", na Praça Pio XII, na Avenida Presidente Getúlio Vargas esquina com a Avenida Arapongas.
§ 1º O monumento de que trata esta Lei tem por finalidade preservar a memória e reconhecer a relevante contribuição do homenageado para a história, cultura e identidade do Município.
§ 2º O local da instalação será definido pelo Poder Executivo, observados critérios de interesse público, acessibilidade, segurança e integração ao espaço urbano.

Art. 2º O Poder Executivo poderá realizar consulta à família do homenageado, bem como à comunidade local, para definição das características artísticas do monumento.

Art. 3º Para a execução desta Lei, o Poder Executivo poderá:
I – utilizar recursos próprios, observada a disponibilidade orçamentária e financeira;
II – celebrar parcerias com pessoas físicas, pessoas jurídicas, entidades da sociedade civil e instituições culturais;
III – receber doações destinadas à confecção e instalação do monumento, na forma da legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 29 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Vereadores Autores:

VIVIANE PALOTTA,

ALEXANDRE MINANTI,

CÉLIA MARCHINI BITIATI,

JOÃO MAURO SIMARDE E

THIAGO WILLIAM DOS SANTOS

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:FEB46150

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº107/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o protocolado sob o nº.2819 e 2836/2026,

RESOLVE
Art. 1º - Conceder aos Secretários abaixo 15 (quinze) dias de férias a que tem direito referente aos períodos trabalhados, Artigo 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Durval Simardi Neto	Sec. de Cominicação	01/01/26 a 31/12/26	29/09/26 a 13/10/26
Claudio Ferreira Amâncio	Sec. de Des Economico	01/01/25 a 31/12/25	29/09/26 a 13/10/26

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 29 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:694A8AF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº108/2026.

Concede gratificação a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 99 da Lei Complementar nº. 003/2011, alterado pela Lei Complementar nº 003/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor, em seus respectivos cargos, gratificação no percentual abaixo como adicional de dedicação integral, pelas peculiaridades das funções do cargo, tiver de ficar á disposição da Secretarias onde se encontram lotados fora de seu horário normal de trabalho e peculiaridade das funções desenvolvidas.

II – NATAN DE OLIVEIRA GARCIA – Ag. Veiculos Automotores – 40%.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos ao dia 01 de setembro de 2026.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 30 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:06E8AE8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº305/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - Conceder a Professora abaixo, lotada na Escola Municipal 9 de dezembro Jornada Suplementar para atuar na Escola Jardim Primavera, conforme determina o Artigo. 48, § 1º, da Lei Municipal 1.618/2011, a partir do dia 01 de outubro de 2026,
JORNADA SUPLEMENTAR

a) THAIS MENDES VERLINGUE DE ALMEIDA – Matricula 201.717.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 30 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:3D4D9B9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.977 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026. INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO AO LONGO DA VIDA, REGULAMENTA SUA ATUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3.977 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida, regulamenta sua atuação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.899, de 14 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida no Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO que a referida Lei estabelece como objetivos assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, promover a recomposição das aprendizagens, fortalecer a fluência leitora, a compreensão textual e o raciocínio lógico-matemático e ampliar as oportunidades de alfabetização ao longo da vida;

CONSIDERANDO a necessidade de articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os profissionais envolvidos na implementação das ações de alfabetização e letramento;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 2.899, de 14 de agosto de 2026, quanto aos eixos estruturantes, à implementação da Política Municipal de Alfabetização e à elaboração do Plano Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação sistemática das ações e dos indicadores de aprendizagem da rede municipal de ensino;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida**, como instância de articulação, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida, instituída pela Lei Municipal nº 2.899, de 14 de agosto de 2026.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes representantes:

I – Secretária Municipal de Educação, que o coordenará;

II – Articuladora Municipal do RENALFA;

III – 01 (um) representante de cada unidade escolar da Rede Municipal de Ensino, indicado pela respectiva direção;

IV – outros profissionais da educação ou representantes de órgãos e instituições públicas que possam contribuir para o desenvolvimento das ações, quando convidados pela coordenação do Comitê, conforme a natureza da matéria a ser tratada.

§ 1º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 2º A participação dos representantes das unidades escolares será formalizada mediante indicação da respectiva direção e registro pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Na hipótese de alteração dos ocupantes das funções ou cargos previstos nos incisos I e II, a composição do Comitê será automaticamente atualizada, independentemente da edição de novo Decreto, mediante registro administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida;

II – contribuir para a elaboração, execução, acompanhamento e atualização do Plano Municipal de Alfabetização, observadas as competências da Secretaria Municipal de Educação;

III – propor estratégias e ações voltadas à alfabetização, ao letramento, à fluência leitora, à compreensão textual e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático;

IV – acompanhar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas, municipais, estaduais e nacionais relacionadas à aprendizagem;

V – analisar os indicadores de aprendizagem e propor medidas de intervenção e recomposição das aprendizagens;

VI – contribuir para o planejamento das ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização e ao letramento;

VII – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os profissionais da educação envolvidos na execução da Política;

VIII – acompanhar a execução das metas e ações estabelecidas no Plano Municipal de Alfabetização e no Plano Municipal de Educação relacionadas à alfabetização e à aprendizagem;

IX – propor medidas para o fortalecimento da participação das famílias e da comunidade escolar nas ações educacionais;

X – elaborar registros e relatórios das ações e dos resultados acompanhados, quando necessário;

XI – exercer outras atividades de natureza técnica, consultiva e de articulação relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização e Letramento ao Longo da Vida, observadas as competências da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á, ordinariamente, conforme cronograma estabelecido pela coordenação, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. As reuniões, discussões, recomendações e encaminhamentos do Comitê serão registrados em ata ou instrumento próprio.

Art. 5º A coordenação do Comitê caberá à Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá organizar as reuniões, promover a articulação entre os integrantes, consolidar as informações e acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos.

Art. 6º O Comitê Estratégico Municipal atuará de forma articulada com o Conselho Municipal de Educação, respeitadas as competências atribuídas a este pela Lei Municipal nº 2.899, de 14 de agosto de 2026, e pela legislação específica.

Art. 7º O Comitê Estratégico Municipal possui natureza técnica, consultiva e de articulação, não lhe competindo aprovar o Plano Municipal de Alfabetização, expedir normas ou exercer atribuições próprias da Secretaria Municipal de Educação ou do Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir atos complementares necessários à organização e ao funcionamento do Comitê, observadas as disposições deste Decreto e da legislação aplicável, vedada a alteração das competências estabelecidas neste Decreto.

Art. 9º A participação no Comitê não implica criação de cargo, função pública, gratificação ou qualquer vantagem pecuniária.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:2D058CF3

GABINETE DO PREFEITO
EXONERAR, A PEDIDO, ALICE PESSETI, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR.

PORTARIA Nº 16.057
Data: 01.10.2026

Exonerar, a pedido, ALICE PESSETI, do cargo efetivo de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 0257/2026;

CONSIDERANDO que a exoneração a pedido constitui direito do servidor público ocupante de cargo efetivo, desde que formalmente requerida, nos termos do inciso III do art. 58 da Lei Complementar Municipal nº 24, de 19 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o ato administrativo de vacância do cargo, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência e segurança jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, nos termos do inciso I, do art. 56, e inciso III do art. 58 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **ALICE PESSETI,** CPF nº 117.***.***-14, do cargo efetivo de Professor, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:4D6944D9

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°371/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 201/2026 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 371/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 53/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Dancin Industria e Comércio de Confecções LTDA - EPP.
OBJETO: Registro de preço para aquisição de figurinos temáticos infantis, kimonos de karatê, camisetas promocionais e acessórios destinados às atividades artísticas, culturais, esportivas e socioeducativas promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Izabel do Oeste – PR, no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do Programa "Raízes do Futuro" e de demais ações institucionais.
VIGÊNCIA: Aditivo de prazo.
DATA: 30/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:D4F9EDC2

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°341/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 341/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 97/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e EVO Sistemas Inteligentes LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Registradores Eletrônicos de Ponto (REP), destinados ao Controle eletrônico de frequência dos servidores públicos do Município de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios.
VIGÊNCIA: 18/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).
DATA: 18/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:5534B111

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, CNPJ 76.205.715/0001-42, torna
público que requereu do IAT a renovação da Licença de Operação do Cemitério
Municipal, instalada LT Único–Cemitério, QD 162, Patrimônio do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:16F02313

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA OUTORGA DE TÍTULO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, **SILVANO TORTELLI**, no exercício de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 16-B/2015(numeração dada pelo Ato da Mesa nº 21/2024) de 07 de abril de 2015 e Lei Complementar n.º 40/2025 de 23 de julho de 2025, e após análise feita pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, nomeada pela Portaria n.º 163/2025 de 22 de outubro de 2025. Faz saber a todos sobre o presente Edital e que dele tiverem conhecimento, que as pessoas abaixo, residentes e domiciliadas nesta cidade, estão requerendo o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE das áreas abaixo relacionadas, na instrução dos processos administrativos apresentaram documentos que comprovam a posse.
Face ao exposto convoca as pessoas que se julgarem prejudicadas pela concessão do TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, para, querendo, apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital. Findo o qual restara precluso o direito de impugnação ou contestação.

Proprietários	Lote	Quadra	Endereço
Albino Refati	48	30	Rua Paranaguá

Estando em termos, expede-se o presente edital para notificações dos interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a emissão do Título Definitivo acima descrito, sob pena de presumirem-se aceito como verdadeiros os dados constantes no mesmo.

Santa Lucia - PR, 30 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:FDD74459

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 157/2026 DATA: 30/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **NELTON DA SILVA** (Motorista), para levar pacientes para internamento na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 27 de setembro de 2026. Saída e retorno no dia 27 de setembro de 2026.

TRANSPORTE: VAN
PLACA: TEB 9J65

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:40AC9245

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 158/2026 DATA: 30/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Autorizar o lançamento de **duas diárias** para o servidor **ELISON CANTIDIO NOGEKOSKI** (Motorista), para levar pacientes para consulta na cidade de Curitiba - PR, no dia 28 de setembro de 2026. Saída no dia 27 de setembro de 2026 e retorno no dia 29 de setembro de 2026.

TRANSPORTE: ARGO
PLACA: TAZ 8F44

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:04C87B7D

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 159/2026 DATA: 30/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **EVERALDO DECEZARO** (Motorista), para buscar de alta hospitalar em hospital na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 29 de setembro de 2026. Saída e retorno no dia 29 de setembro de 2026.

TRANSPORTE: VAN
PLACA: SEB 0E47

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:474DBF52

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº. 19 / 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base no art. 30 do Regimento Interno da Casa
RESOLVE:

Art. 1º Constituir a formação da comissão especial de estudos para atualização e adequação da Lei Complementar Municipal n° 20/2019 que trata sobre o Programa "Porteira Adentro", aos princípios constitucionais da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º A constituição de que trata este Ato se dá com base na segunda parte do art. 64 do Regimento Interno, e em cumprimento ao Requerimento n° 11/2026/CMSL, devidamente aprovado em única discussão e votação na sessão ordinária do dia 28.09.2026.

Art. 3º Conforme deliberação em reunião das comissões do dia 29.09.2026, a Comissão de que trata este Ato passa a ser composta pelos seguintes membros:
I – Presidente: VALSI ROGÉRIO FERNANDES (vereador – PL);
II – Relatora: ZELIA FIORESE CUPINI (vereadora – PP);
III – Membro: DILSON ANTONIO LOPES PEREIRA (vereador – MDB).

Art. 4º A comissão em questão terá prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa plausível, podendo se utilizar dos mecanismos legais e requisições de informações junto à Prefeitura Municipal que se fizerem necessários ao aprimoramento e avanço dos estudos em questão.

Art. 5º Fica a Assessoria Jurídica da Presidência, Mesa Diretiva e Comissões desta Casa de Leis designada a prestar todo o suporte jurídico e orientativo que se fizer necessário aos trabalhos da aludida Comissão de que trata este Ato.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:5D990A16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01351/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01351/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FERNANDA LUIZA ALVES MONTEIRO **MATRÍCULA n.º** 9997298
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 086.***.***-03
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMBORIU, PARA LEVAR ADOLESCENTE QUE NO MOMENTO ESTA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PERIODO DE ESTAGIO DE ADAPTAÇÃO E CONVIVENCIA COM A FAMILIA CONFORME PEDIDO JUDICIAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 04/09/2026-
Data de Retorno: 06/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMBORIU-SC **Código do IBGE:** 03204
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$600,00 (SEISCENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

VALOR TOTAL R$: R$750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:CFA50D29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01352/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01352/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FERNANDO ALVANI BORGES **MATRÍCULA n.º** 9997470
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 006.***.***-61
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMBORIU, PARA LEVAR ADOLESCENTE QUE NO MOMENTO ESTA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PERIODO DE ESTAGIO DE ADAPTAÇÃO E CONVIVENCIA COM A FAMILIA CONFORME PEDIDO JUDICIAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 07/09/2026-
Data de Retorno: 08/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMBORIU-SC **Código do IBGE:** 03204
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$600,00 (SEISCENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

VALOR TOTAL R$: R$750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:F47F227D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01353/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01353/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FERNANDA LUIZA ALVES MONTEIRO **MATRÍCULA n.º** 9997298
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 086.***.***-03

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO REFERENTE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA-SIPIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026-
Data de Retorno: 01/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:6CA89705

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01354/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01354/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ROSALINA STACIAK SALDANHA **MATRÍCULA n.º** 9997297
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 042.***.***-98

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO REFERENTE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA-SIPIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026-
Data de Retorno: 01/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:2224CFA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01355/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01355/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOSE VALDIVINO GOMES **MATRÍCULA n.º** 9997154
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 052.***.***-12

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO REFERENTE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA-SIPIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026-
Data de Retorno: 01/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:5E6EBBF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01356/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01356/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VERONI DE JESUS NUNES MATRÍCULA **n.º 9996857**
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º º** 086.***.***-27

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO REFERENTE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA-SIPIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026-
Data de Retorno: 01/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:5D63B83D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01357/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01357/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR:DIONI ANTONIO PEREIRA**MATRÍCULA n.º**9996856
CARGO:CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º**035.***.***-01

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO REFERENTE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA-SIPIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026-
Data de Retorno: 01/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 30 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:464E2638

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 PROCESSO Nº 875/2026 NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857-19/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO Nº 875/2026
NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857-19/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor JOSÉ DORIVAL BANDEIRA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 19/10/2026, as 09h00min, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada em locação, instalação, operação e manutenção de roda gigante panorâmica, para as comemorações natalinas do município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 02/10/2026, as 08h00min até 19/10/2026, as 08h00min.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br .**
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/09/2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:EB61F1A4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: MC GONÇALVES EQUIPAMENTOS TOPOGRÁ FICOS LTDA
CNPJ Nº 62.797.815/0001-09
Representante: MARCOS CÉSAR GONÇALVES
OBJETO: Aquisição de um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) multissensor profissional, de asa rotativa, estrutura dobrável e acessórios, visando atender às necessidades da Administração Municipal no que se refere ao monitoramento ambiental, fiscalização urbana e atividades de segurança pública..
VALOR TOTAL: R$ 43.840,00 (Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Quarenta Reais)
VIGÊNCIA: 27/08/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 28/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:FF7B9EF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
REF.: Pregão Presencial nº 29/2026
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda Escolar Municipal.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente.

Nº	Proponente	Item	Valor Total
01	RONY FERREIRA MARTINS ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 75, 76, 77, 78, 79.	*R$ 165.862,30*
02	LS SUPERMERCADO LTDA EPP	34, 35, 43, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74.	*R$ 205.978,00*

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.

São José da Boa Vista-Pr, em 29 de setembro de 2026..

JOSÉ LÁZARO FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:C3BE57E8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
REF.: Pregão Eletrônico nº 25/2026
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (Itens de padaria), para suprir as necessidades da administração.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente.

Nº	Proponente	Item	Valor Total
01	LS SUPERMERCADO LTDA	01, 02, 03, 04 e 05.	R$ 59.449,50

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.
São José da Boa Vista-Pr, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:DF1E1762

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

IX EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Contrato n° 50/2022
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista
CONTRATADO: Associação Boavistense de Reciclados e Sucatas - ABRES.
ORIGEM: Inexigibilidade nº 10/2022.
OBJETO: Contratação de Serviços para a coleta seletiva, processamento e destinação final dos resíduos recicláveis deste Município.
VALORES: Fica aditivado o valor de R$ 14.066,10 (quatorze mil sessenta e seis reais e dez centavos) mensal, sendo o valor total aditivado para pagamento da prorrogação de 60(sessenta) dias de R$ 28.132,20 (vinte oito mil cento e trinta e dois reais e vinte centavos);
PRAZO DE VIGENCIA: Fica aditivado o prazo de vigência previsto na cláusula décima quarta do contrato original, firmado em 02 de junho de 2022, objeto da Inexigibilidade nº 10/2022, para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 02 de Dezembro de 2026 por sua natureza contínua, conforme Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 30/09/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 02/06/2022

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:C91DB9AA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

VII EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Contrato n° 71/2021
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADO: Vital Company Ltda EPP.
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº. 57/2021.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de varredura/varrição, jardinagem, pintura de meio fio, poda/supressão, plantio de árvores e coleta de lixo no âmbito do Município de São José da Boa Vista/PR.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência prevista na cláusula segunda do contrato original para mais 90 (noventa) dias, ou seja, até 17/01/2027, por sua natureza contínua.
VALORES: O valor mensal pago é de R$ 92.128,94 (noventa e dois mil cento e vinte oito reais e noventa e quatro centavos), fica sendo o valor total aditivado para pagamento da prorrogação de 90(noventa) dias de R$ 276.386,82 (Duzentos e setenta e seis mil trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 18/10/2021
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 30/09/2026.

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:49D49C6F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
REF: Pregão Presencial nº 29/2026
O pregoeiro oficial, Alan Silveira de Santana, comunica aos interessados no fornecimento do objeto do pregão Presencial nº 29/2026, que após a homologação do objeto às proponentes foram formalizadas as seguintes Atas de Registro de Preços:

Nº	Proponente	Item	Valor Total
47/2026	RONY FERREIRA MARTINS ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 75, 76, 77, 78, 79.	*R$ 165.862,30*
48/2026	LS SUPERMERCADO LTDA EPP	34, 35, 43, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74.	*R$ 205.978,00*

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site:www.comprasgovernamentais.gov.br
As Atas na íntegra encontram-se disponíveis no site: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br

São José da Boa Vista-Pr, em 29 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:1C91F6E4

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REF: Pregão Eletrônico nº 25/2026
O pregoeiro oficial, Alan Silveira de Santana, comunica aos interessados no fornecimento do objeto do pregão Eletrônico nº 25/2026, que após a homologação do objeto à proponente foi formalizada a seguintes Ata de Registro de Preços:

Nº	Proponente	Item	Valor Total
49/2026	LS SUPERMERCADO LTDA	01, 02, 03, 04 e 05.	R$ 59.449,50

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site:www.comprasgovernamentais.gov.br
As Atas na íntegra encontram-se disponíveis no site: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br
São José da Boa Vista-Pr, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:0D6BA594

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 242/2026

PORTARIA nº 242/2026
JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 71/2026 – Pregão Presencial nº 29/2026, tendo por objeto Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda Escolar Municipal;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora das atas de nº 47 e 48/2026, a sra. Diana M. Picon Campos – diretora da Divisão de Educação e como fiscal a sra. Lorena da Silva Alves – auxiliar administrativo.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:396B4807

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 245/2026

PORTARIA nº 245/2026
JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 64/2026 – Pregão Eletrônico nº 25/2026, tendo por objeto Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (Itens de padaria), para suprir as necessidades da administração;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor e fiscal da ata de nº 49/2026, o sr. Dari Francisco de Oliveira Filho – Diretor de compras.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:33A6EA50

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir desta data de 01/10/2026 o Senhor ALAN SOUZA FERREIRA Rg. nº 8.082.0**-*, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Planejamento, Símbolo CC-2, de acordo com a Lei Municipal 570/2003.

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:DA89F934

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 137/2025, Homologado através da Portaria 408/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 01/10/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 137/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matricula	Documento	FUNÇÃO
LUIZ VALTER DE LIMA	1959/2	87*.23*.1**-20	Motorista
GILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS*	2451/2	06*.92*.5**-94	Motorista
BRAYAN INACIO FERREIRA DE LIMA	24897/1	11*.02*.2**-40	Operário
DINAEL GENIS VIEIRA	501/3	03*.09*.4**-56	Operário

*Admissão pela classificação afrodescendente

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 30/09/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 137/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:AA1F62D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 177/2026 - CONCEDE DIÁRIA A SERVIDORA JAQUELINE TERRAS MENDES

PORTARIA N° 177 de 30 de setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: Jaqueline Terras Mendes	
Cargo: Chefe de Divisão de Medicamentos	
CPF: 076.XXX.XX9-59	**RG:** 9.XXX.XX8-0
Destino: São José das Palmeiras/PR a Curitiba/PR.	
Justificativa: Oficina de Apoio a Implantação do eSUSAF -- Paraná.	
Veículo: Ônibus	**Placa:** sem identificação
Saída: 30 de setembro de 2026	**Retorno:** 02 de outubro de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00	**Quantidade de Diária:** 02 (duas)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 800,00 (oitocentos reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:2B053EB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 78/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ALUGUEL DE ESTRUTURAS METÁLICAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA, DURANTE O PERÍODO FESTIVO NATALINO DE 2026/2027. OS SERVIÇOS INCLUEM ALUGUEL COM MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM COM A RETIRADA DAS ESTRUTURAS ALUGADAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 16 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07h30 às 17h00, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 30 de setembro de 2026

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:98541503

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026-PMSPPR - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2026

Objeto:RECAPE ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, COM ÁREA TOTAL DE 27.153,80 M², INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTO, MEIO FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS TECNOLÓGICOS.

Empresa vencedora **CONSTRUTORA LONGUINI LTDA 16.514.870/0001-19,** com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.796.500,00 (dois milhões, setecentos e noventa e seis mil e quinhentos).

São Pedro Do Paraná -Pr, 30 de setembro de 2026

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:34115CAC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em conjunto com o Sr. Ademar Moi Zordan, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2001, torna público que estará realizando Audiência Pública nas dependências do prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, no dia 02 de outubro de 2026, às 16:30 horas, para apresentação, discussão junto a população do Projeto de Lei nº 77 e 78/2026.

São Pedro do Paraná, 30 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADEMAR MOI ZORDAN
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:C6C8C321

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 389/2026

DECRETO Nº 389/2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 116 DE 2025 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 1.000,00 (um mil reais), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.28.	ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.0006.	DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES	
03.001.28.846.0006.2.016.	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.47.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	1.000,00
	Total do Credito Aberto	**1.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Total Geral deste Decreto		**1.000,00**

Artigo 3º Revogada as disposições em contrário este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:A347142B

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 1°PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO CONCORRENCIA Nº 10/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2026
IDEUSO Nº 2026219
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ/PR
CONTRATADA: HF ENGENHARIA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valores do Contrato Administrativo nº 109/2026, referente à execução da obra de construção de 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais, conforme planilha e justificativa técnica constantes do processo administrativo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO: Fica promovida a supressão no valor de R$ 1.049,33 (mil e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), conforme planilha de supressão integrante do processo, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites estabelecidos no art. 125 do mesmo diploma legal.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL: Em razão da presente supressão, o valor do Contrato nº 109/2026 passa de R$ 3.658.500,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) para R$ 3.657.450,67 (três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 109/2026 que não foram expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 29 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:90697A77

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DISPENSA 78/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA – EPP, CNPJ 27.074.498/0001-93

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por

mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 23/09/2026 à 23/09/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 23 de setembro de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 23 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:187B54A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 17/26 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 17/2026

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, considerando a deliberação da plenária ordinária realizada no dia 25 de agosto de 2026.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Município de São Pedro do Paraná, para o período de 2027 a 2036.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná 25 de agosto de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:4B685A11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 18/26 - CMDCA

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SÃO PEDRO DO PARANÁ -PR

Resolução nº 18/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nova convocação de Conselheiros Tutelares Suplentes para substituição temporária de Conselheiro Tutelar titular afastado e dá outras providências.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Santana, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO o resultado da Eleição Extraordinária para Suplentes de Conselheiro Tutelar, realizada no Município de São Pedro do Paraná em 30 de maio de 2026, e a respectiva ordem de classificação dos candidatos;
CONSIDERANDO que os suplentes classificados foram anteriormente convocados para assumir, temporariamente, a função de Conselheiro Tutelar, em razão da necessidade de substituição de Conselheiras Tutelares titulares, conforme estabelecido nas Resoluções nº 12/2026, 13/2026, 14/2026 e 15/2026;
CONSIDERANDO o não comparecimento dos suplentes anteriormente convocados nas datas estabelecidas nas respectivas Resoluções;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade do regular funcionamento do Conselho Tutelar, mediante a substituição temporária de Conselheira Tutelar titular afastada por motivo de atestado médico;
CONSIDERANDO a necessidade de dar celeridade ao processo de convocação e preenchimento da vaga temporária, de modo a garantir a adequada composição e funcionamento do Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em reunião no dia 30 de setembro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Pedro do Paraná realizará **nova convocação dos suplentes do Conselho Tutelar anteriormente convocados** por meio das Resoluções nº 12/2026, 13/2026, 14/2026 e 15/2026, em razão de não ter sido preenchida, até a presente data, a vaga temporária necessária para substituição de Conselheira Tutelar titular afastada.
Parágrafo único. A nova convocação será realizada **individualmente** e de forma sucessiva, mediante resolução específica para cada suplente, observada a ordem de classificação no processo de escolha, sendo convocado o próximo suplente somente após o término do prazo estabelecido para manifestação do suplente anteriormente convocado, caso este não manifeste interesse ou não possa assumir a função, até que seja efetivada a substituição necessária.
Art. 2º Fica estabelecido o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data da publicação para que os suplentes compareçam ou manifestem formalmente seu interesse em assumir temporariamente a função de Conselheiro Tutelar.
Art. 3º O não comparecimento ou a ausência de manifestação do(a) suplente convocado(a) dentro do prazo estabelecido, sem justificativa formal, implicará o prosseguimento da convocação do próximo suplente, observada a ordem de classificação da Eleição Extraordinária realizada em 30 de maio de 2026 e a legislação vigente.
Art. 4º A convocação prevista nesta Resolução possui caráter **temporário** e está vinculada à necessidade de substituição da Conselheira Tutelar titular durante seu período de afastamento, não implicando alteração da condição de suplente ou de sua classificação no processo de escolha.
Parágrafo único. Caso, durante o período de substituição, ocorra vacância definitiva da função de Conselheiro Tutelar titular, em razão de renúncia, afastamento definitivo ou outra hipótese, o(a) suplente convocado(a) poderá ser chamado(a) para assumir a titularidade da função.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 30 de setembro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:783134D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 19/26 - CMDCA

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SÃO PEDRO DO PARANÁ -PR
Resolução nº 19/2026

SÚMULA: Convoca suplente de Conselheiro Tutelar para substituição temporária.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Santana.

CONSIDERANDO a Eleição Extraordinária para Suplente de Conselheiro Tutelar, realizada em 30 de maio de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição temporária de Conselheira Tutelar titular, em razão de seu afastamento por motivo de atestado médico;
CONSIDERANDO a Resolução nº 18/2026 do CMDCA, que estabelece nova convocação individual e sucessiva dos suplentes, observada a ordem de classificação;
RESOLVE:
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Pedro do Paraná **CONVOCA** o suplente ANDRÉ LUIZ DUTRA DOS SANTOS, classificado em 3º lugar na Eleição Extraordinária para Suplente de Conselheiro Tutelar, realizada em 30 de maio de 2026, para comparecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Paraná, nº 555, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da ciência desta Resolução, para tratar de assuntos relacionados à sua convocação para substituição temporária no Conselho Tutelar.
Art. 2º O não comparecimento ou a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido observará o disposto na Resolução nº 18/2026 do CMDCA.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 30 de setembro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:6150FA2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 273, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Decreto nº 273 , de 30 de setembro de 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.309/2026, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), para reforço de dotações constante no orçamento atual, conforme segue:

Suplementação				
06		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
06.001		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
06.001.27.812.0005.2.039		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
144 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	
148 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00	
148 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00	
Total Suplementação:			12.000,00	

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução				
06		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
06.001		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
06.001.27.812.0005.2.039		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO		
143 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00	
147 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00	
147 - 3.3.90.36.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00	
150 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00	
Total Redução:			12.000,00	

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 30 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR	***RENAN HENRIQUE BRAGA***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Sec. Mun. Esporte, Lazer e Turismo	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:252FED3D

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 274, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.668,70 (dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.310/2026, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.668,70 (*dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta centavos*), para reforço de dotações específicas, destinada as manutenções das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, a saber:

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2051 Igualdade de Decisão para Mulheres
223 – 3.3.90.30.00.00.00.00 1011 Material de Consumo.....R$ 2.678,70
223 – 3.3.90.30.00.00.00.00 31011 Material de Consumo.....R$ 1.490,00
224 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31011 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 6.500,00

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o excesso de arrecadação e a anulação parcial de dotação, constante no orçamento atual, como segue:

- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 1011 – Transferências de Outros Programas – Assistência Social.....R$ 2.678,70

- ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO:
08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2051 Igualdade de Decisão para Mulheres
222 – 3.3.90.14.00.00.00.00 31011 Diárias – Civil.....R$ 6.000,00

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
14.422.0007.2051 Igualdade de Decisão para Mulheres
317 – 3.3.90.33.00.00.00.00 31011 Passagens e Despesas com Locomoção.....R$ 1.990,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 30 de setembro de 2.026

EXILAINE GASPAR	***SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Secretária Municipal de Assistência Social	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:E126A54B

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 275, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Realiza transferências de dotações orçamentárias no valor de R$ 103.214,94 (cento e três mil, duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.311/2026, DECRETA:

Art. 1º - Realiza transferências de dotações orçamentárias no valor de R$ 103.214,94 (cento e três mil, duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos), para reforço de dotações específicas, destinada as manutenções das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, a saber:

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2053 Manutenção do Programa Bolsa Família e Cad. Único
239 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3940 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 102.900,31
239 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3745 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 314,63

Art. 2º - Como recurso para atendimento ao disposto no artigo anterior é oferecido as anulações de dotações orçamentárias constante no orçamento em vigor, como segue:

- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO:
08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2053 Manutenção do Programa Bolsa Família e Cad. Único
235 – 3.3.90.14.00.00.00.00 3940 Diárias – Civil.....R$ 6.252,63
236 – 3.3.90.30.00.00.00.00 3745 Material de Consumo.....R$ 314,63
236 – 3.3.90.30.00.00.00.00 3940 Material de Consumo.....R$ 48.609,87
237 – 3.3.90.39.00.00.00.00 3940 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 48.037,81

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 30 de setembro de 2.026

EXILAINE GASPAR	***SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Secretária Municipal de Assistência Social	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:4A7DE1C8

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 276, DE 30 DE SETMBRO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional especial no valor de R$ 310.048,41 (trezentos e dez mil, quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.312/2026, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de *R$ 310.048,41 (trezentos e dez mil, quarenta e oito reais e quarenta e um centavos),* para criação de dotações específica para devolução de saldo remanescente de recursos do Estado destinado a Secretaria Municipal de Saúde, a saber:

07 – Secretária de Saúde
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0006.1031 Aquisição de Veículo Utilitário – Res. 933/2021
3.3.90.93.00.00.00.00 3500 Indenizações e Restituições.....R$ 86.191,06

10.301.0006.1032 Reabilitação Multiprofissional – Res. SESA 870/2021
3.3.90.93.00.00.00.00 3495 Indenizações e Restituições.....R$ 8.379,69
3.3.90.93.00.00.00.00 3500 Indenizações e Restituições.....R$ 11.970,98

10.301.0006.1033 Aquisição de 2 Ambulâncias – Res. SESA 1009/2021
3.3.90.93.00.00.00.00 3500 Indenizações e Restituições.....R$ 203.506,68

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido as anulações de dotações orçamentárias constantes no orçamento em vigor, como segue:

-ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO:
07 – Secretária de Saúde
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0006.2041Manutenção da Atenção Primária A Saúde
155 – 3.3.90.30.00.00.00.00 3495 Material de Consumo.....R$ 1.379,69
163 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3500 Equipamento e Material Permanente.....R$ 49.668,72

10.301.0006.1031 Aquisição de Veículo Utilitário – Res. 933/2021
309 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3500 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 72.000,00

10.301.0006.1032 Reabilitação Multiprofissional – Res. SESA 870/2021
310 – 3.3.90.30.00.00.00.00 3495 Material de Consumo.....R$ 7.000,00
311 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3500 Equipamento e Material Permanente.....R$ 10.000,00

10.301.0006.1033 Aquisição de 2 Ambulâncias – Res. SESA 1009/2021
312 – 4.4.90.52.00.00.00.00 3500 Equipamento e Material Permanente.....R$ 170.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 30 de setembro de 2.026.

EXILAINE GASPAR	*PRISCILA SOUZA DERBLI*	*UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR*
Prefeita Municipal	Secretária Municipal de Saúde	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:6A98F7EE

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 268/2026

Súmula: Concede Período Extraordinário de aula e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Protocolo nº 6387/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Período Extraordinário de aula a senhora Rosana Aparecida Souza Toncovitch, conforme solicitado no Ofício nº 741/2026, durante o período de 30/09/2026 a 14/10/2026, para suprir a servidora afastada Maria Eduarda Fiori Braga.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ADÃO RODRIGUES DA COSTA
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Portaria nº 260/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:69FC5AF6

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 269/2026

Súmula: Concede Período Extraordinário de aula e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Protocolo nº 6451/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Período Extraordinário de aula a senhora Cristiane de Oliveira, conforme solicitado no Ofício nº 749/2026, durante o período de 01 de outubro de 2026 a 18 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ADÃO RODRIGUES DA COSTA
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Portaria nº 260/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:CCE2A8AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 270, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, EXILAINE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026, que estabelece que os membros do Comitê serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, para fins de acompanhamento, monitoramento, avaliação e fortalecimento da política municipal de alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de São Sebastião da Amoreira, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026, conforme a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Francisca Barbosa da Silva Bueno

II – Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Idêuza Cainéli

III – Articulação Municipal da Política de Alfabetização:
Titular: Silmara Ferreira Braga Mashima

IV – Direções das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Andréia Cristina Furlan Peres Barbosa

V – Coordenações pedagógicas das unidades escolares:
Titular: Silvia Maria Consolim Vidotti

VI – Professores das turmas de Pré-escolar V – Educação Infantil, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação:
Titular: Fernanda de Jesus Barbosa

VII – Representante da Educação Infantil:
Titular: Sabrina Felipe Costa de Mattos

VIII – Outros profissionais ou instituições convidadas, quando a pauta justificar:
Titular: Rosana Marto Hugo (diretora escolar)

Art. 2º O mandato dos membros designados por esta Portaria será de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período, conforme estabelecido no art. 6º do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização exercer as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026, especialmente acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da política municipal de alfabetização, seus indicadores, resultados, metas e plano de ação.

Art. 4º A coordenação do Comitê ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026.

Art. 5º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração, nos termos do art. 10 do Decreto nº 231, de 20 de agosto de 2026.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, em 30 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:68851E59

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 106/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026.

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: ENGG CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa Especializada na Execução de Construção de Barracão Industrial, conforme projetos.

Valor: R$ 569.998,24 (quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 28/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:E1783026

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 107/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: 3L BRINQUEDOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis.

Valor: R$ 6.595,00 (seis mil quinhentos e noventa e cinco reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/09/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:672F47C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 40/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 40/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº85/2025 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2026, 153/2026 E 154/2026 COM VIGENCIA DE 12(DOZE) MESES.

OBJETO: Aquisição Parcelada de óleos lubrificantes, fluídos, graxas e demais produtos destinados a manutenção da frota oficial do Município de Sapopema/PR. Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **BONFIM EMPREENDIMENTOS**,CNPJ:46.142.995/0001-26 Valor de R$ 17.800,00(dezessete mil e oitocentos reais) **G B C BARBOSA - ME**,CNPJ:34.152.523/0001-75 Valor de R$ 255.938,60(duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta centavos) **J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP**,CNPJ: 20.649.395/0001-65 Valor de R$ 15.982,00(quinze mil novecentos e oitenta e dois reais). Sendo o valor total do certame R$ 289.720,60 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil, Setecentos e Vinte Reais e Sessenta Centavos).

Sapopema Pr, 30/09/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:92A859A2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 41/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 41/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2026 E EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2026, 35/2026 E 36/2026 COM VIGENCIA DE 12(DOZE) MESES.
OBJETO: **Registro de Preços para Futuras e Eventual Aquisição de Materiais e Uniformes Esportivos Para a Secretaria Municipal de Esporte.** Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA,**CNPJ:63.129.821/0001-42 Valor de R$: 37.351,25(trinta e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos) **LUBE GESTAO E VENDAS LTDA,**CNPJ:54.319.950/0001-02 Valor de R$:36.899,60(trinta e seis mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos) **R. DA SILVA FALCÃ£O UNIFORMES**,CNPJ:29.525.989/0001-39 Valor de R$: 143.717,38(cento e quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e trinta e oito centavos), sendo o valor total do certame R$ 217.968,23 (Duzentos e Dezessete Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Três Centavos).

Sapopema Pr, 30/09/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2026
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 41/2026, publicada no 04 de setembro de 2026, processo administrativo n.º 84/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e

qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR. Av. Bueno Aires,71, Bairro: Batel - CEP: 80.250-070, Telefone (41) 9596-0216- E-mail-distribuidoraguidoni@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 63.129.821/0001-42 neste ato representada pelo Sr. Brunna Monique Guidi, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 093.425.049-90, RG: sob nº 9.540.170-8, conforme consta no registro nº 41213981118 da Junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Curitiba/PR.
OBJETO: **Registro de Preços para Futuras e Eventual Aquisição de Roupeiros e Bancos de reserva Para a Secretaria Municipal de Esporte**,
VALIDADE: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR DE R$:37.351,25(trinta e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)
Sapopema, 30/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 41/2026, publicada no 04 de setembro de 2026, processo administrativo n.º 84/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: LUBE GESTAO E VENDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Lages/SC. Av. Coelho Neto, Bairro: Sagrado Coração de Jesus - CEP: 88.508.560, Telefone (49) 2050-0744- E-mail-licitacao@lubesgestao.com.br. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 54.319.950/0001-02 neste ato representada pelo Sr. Leonardo Bazi, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 02547448939, RG: sob nº 3240233, conforme consta no registro nº 245202285 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Lages/sc.
OBJETO: **Registro de Preços para Futuras e Eventual Aquisição de Roupeiros e Bancos de reserva Para a Secretaria Municipal de Esporte**,
VALIDADE: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR DE R$: 36.899,60(trinta e seis mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)
Sapopema, 30/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 36/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 41/2026, publicada no 04 de setembro de 2026, processo administrativo n.º 84/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: R. DA SILVA FALCAO UNIFORMES, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Jaguapitã/PR. Av. Paraná, Bairro: centro - CEP: 86.610-000, Telefone (43) 99675-4678- E-mail- artesfalcaobrindes@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 29.525.989/0001-39 neste ato representada pelo Sr. Roberto Silva, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 71421635, RG: sob nº 007.122.479-39, conforme consta no registro nº 20235663298 da Junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Jaguapitã/PR.
OBJETO: **Registro de Preços para Futuras e Eventual Aquisição de Roupeiros e Bancos de reserva Para a Secretaria Municipal de Esporte**,
VALIDADE: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR DE R$: 143.717,38(cento e quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e trinta e oito centavos)
Sapopema, 30/09/2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:ACD7AAF0

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DIA 29-09-2026.

ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas na sede da Câmara Municipal de Sapopema, Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, sito a Avenida Manoel Ribas nº. 362, Centro, na presença dos Servidores da Prefeitura Municipal de Sapopema: Claudinei de Mello Maciel, Ana Paula Gomes Alexandre Sartori, Edimara Aparecida da Silva Cruz. Presentes também as Servidora da Câmara Municipal de Sapopema Alessandra Isidoro, Marcilaine dos Santos e Paula Maria Duarte de Souza. Presentes os Senhores Vereadores: Cláudio Kava, Edmar Vieira Rodrigues, Hermínio Bezerra da Silva, Láercio Brizola, Maria Lúcia de Paula Mainardes, Roberto Brito Abrão, Sirineu Moreira David dos Santos. Ausentes os Vereadores Jeanderson da Silva Guerreiro e Luiz Alberto Kava dos Santos. Realizou-se a presente Audiência Pública com a finalidade de apresentar dados referentes a Cumprimento de Metas Fiscais. Dando início foram apresentados os Seguintes relatórios: **Avaliação das Metas Fiscais de Arrecadação Segundo Quadrimestre de 2026**. Onde além das demais informações foram repassados os indicadores de gastos com **Assistência Social:6,62% Educação: 22,95% Saúde: 26,65% percentual aplicado com Fundeb: 64,65% índice de gastos com pessoal Município:48,29% Legislativo:2,56%** Após cada leitura dos Quadrimestres em Pauta o Servidor Claudinei de Mello Maciel juntamente com as Servidoras

Ana Paula Gomes Alexandre Sartori e Edimara Aparecida da Silva Cruz, através do data show prestaram todos os esclarecimentos referentes aos relatórios, inclusive relatando dados correspondentes ao Legislativo Municipal, informou também que o valor da devolução da Câmara para o Executivo foi de R$: 80.000,00 (oitenta mil reais). Relatando que o Município repassou para a Câmara o valor de R$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais) Esclarecendo todas as dúvidas que foram apontadas pelos Vereadores. Cujos relatórios foram distribuídos aos Senhores Vereadores e demais presentes e também ficam anexados a esta presente ata. Nada mais havendo a constar deu-se por encerrada a presente Audiência Pública com a lavratura da presente ata que vai devidamente assinada pelos presentes. Sala das Sessões em 29 de setembro de 2026.

CLÁUDIO KAVA	
EDMAR VIEIRA RODRIGUES	
HERMÍNIO BEZERRA DA SILVA	
JEANDERSON DA SILVA GUERREIRO	**AUSENTE**
LAÉRCIO BRIZOLA	
LUIZ ALBERTO KAVA DOS SANTOS	**AUSENTE**
MARIA LÚCIA DE PAULA MAINARDES	
ROBERTO BRITO ABRÃO	
SIRINEU MOREIRA DAVID DOS SANTOS	
CLAUDINEI DE MELO MACIEL	
EDIMARA APARECIDA DA SILVA CRUZ	
ALESSANDRA ISIDORO	
ANA PAULA GOMES ALEXANDRE SARTORI	
MARCILAINE DOS SANTOS	
PAULA MARIA DUARTE DE SOUZA	

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:C8AA9F93

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE NÚMERO DE CONTRATO.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE NÚMERO DE CONTRATO

A Auxiliar Administrativa, também fiscal de contrato, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria nº 04/2025, torna público as seguintes retificações nos determinados contratos administrativos:

1. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 – RORATO & MOLERO LTDA
1º termo de retificação ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026 – onde se lê Contrato Administrativo nº 02/2026, lê-se: **Contrato Administrativo nº 03/2026;**
1º termo de retificação ao EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2026 – onde se lê Extrato de Contrato nº 02/2026, lê-se: **Extrato de Contrato nº 03/2026;**

2. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 – BID TELECOMUNICAÇÕES LTDA
1º termo de retificação ao CONTRATO Nº 03/2026 – onde se lê Contrato nº 03/2026, lê-se: **Contrato 04/2026;**
1º termo de retificação ao EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2026 – onde se lê Extrato de Contrato nº 03/2026, lê-se: **Extrato de Contrato 04/2026;**

3. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026 – SM COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
1º termo de retificação ao CONTRATO Nº 04/2026 – onde se lê Contrato nº 04/2026, lê-se: **Contrato 05/2026;**
1º termo de retificação ao EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2026 – onde se lê Extrato de Contrato nº 04/2026, lê-se: **Extrato de Contrato 05/2026;**

Sapopema, 30 de setembro de 2026.

ALESSANDRA DE OLIVEIRA ISIDORO
Auxiliar Administrativa/Fiscal de Contrato

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:9CEB2BF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS DA DISPENSA Nº 19/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2026 – CMS
Fornecedor: **64.907.547 DYONATHAN ALMEIDA ANDUJAS**
CNPJ: 64.907.547/0001-58
Valor Total: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Item	Especificação do Item	Métrica	Qde.	Valor Unitário	Valor Total
01	**Serviço de roçada e corte de grama**, considerando a área total de 509,85 m² para corte, além do perímetro para refile, englobando também os jardins internos (arbustos e floreiras), e: - corte da grama entre 3 a 5 cm; - limpeza de canteiros; - retirada manual/mecânica de ervas e raízes em canteiros, calçadas e juntas; - alinhamento de arbustos e floreiras; - varrição/sopragem e limpeza total da área após cada serviço; - recolhimento e destinação final adequada e todos os resíduos gerados (folhas, galhos, cachos, etc.)	Unid	12	R$ 450,00	R$ 5.400,00

Valor total desta Ata: R$ 5.400,00,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Câmara Municipal de Sarandi, 30 dias do mês de setembro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:9B77E183

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 132/2026

Designa o servidor Vagner Rafael Vaz para fiscalização de ata de registro de preços.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:
Art. 1º Designar o servidor Vagner Rafael Vaz, matrícula nº 131, inscrito no CPF sob nº XXX.185.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização das Atas de Registro de Preço que tem por objeto a realização de serviços de roçada e corte de grama:

•
Ata nº 16/2026 – 64.907.547 DYONATHAN ALMEIDA ANDUJAS, CNPJ nº 64.907.547/0001-58

Art. 2º Fica a cargo do servidor mencionada no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas da referida ata, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato Substituto o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho, matrícula nº 128, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos do servidor titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 30 dias do mês de setembro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:B125878E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 2647/2026

SÚMULA: Nomeia membros para comporem o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização

CARLOS ALBERTO DE PAULAJUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o compromisso do Município com a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças e o Decreto N° 1136/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização,

RESOLVE:

Art. 1°. NOMEAR os membros abaixo relacionados para comporem o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instância de articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA.

SEGMENTO	MEMBRO REPRESENTATIVO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Paulo César Florindo Matrícula: 5746
ARTICULADOR MUNICIPAL DO RENALFA	Débora Regina Moreli Alcântara da Silva Matrícula: 5568
FORMADOR MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Raquel Hissae Nagase Matrícula: 7755
FORMADOR MUNICIPAL DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	Alessandra dos Santos Matrícula: 5884
REPRESENTANTE DO NUFAPE	Lucilene Amarante Matrícula: 3011
REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA	Angela dos Santos Trajano Matrícula: 4236
COORDENAÇÃO DAS EQUIPES DE ENSINO	Sheyla Grasiele de Souza Gonçalves Matrícula: 2512
REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos Matrícula: 4519
REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	Fernanda Regina Massarutte Matrícula: 7816
REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR	Zenilda Spada Riguti Matrícula: 7668
REPRESENTANTE DE PROFESSOR	Juliana Aparecida de Araújo Nascimento Matrícula: 7853

Art. 2° Os membros do Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização exercerão mandato de 2 (dois), contados da data de sua designação, sendo permitida uma única recondução por igual período mediante novo ato de designação pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário

Paço Municipal, 23 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:2B7B7F54

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 5º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 444/2023 ID: 9406

ORIGEM:	**Pregão Eletrônico N° 04/2023 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SISAMHIL SISTEMAS DE INFORMACAO E ASSISTENCIA EM INFORMÁTICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**00.909.271/0001-64**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de uso de Software de Registro Eletrônico e Gestão em Saúde do Município de Sarandi/PR**
ADITIVO:	**Cláusula Primeira:** "Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 03 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027, de conformidade com a Cláusula Segunda – Vigência".
ASSINATURA	**28 de setembro de 2026**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:097C5025

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 7° TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 403/2022 ID: 8831

ORIGEM	**PREGÃO 50/2022**
CONTRATANTE	**Município de Sarandi – Pr**
CONTRATADA	**SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ/MF	**03.392.348/0001-60**
OBJETO	**Contratação de empresa especializada para os serviços de COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO e DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, das classes A, B e E - para atender a demanda da Sec. Mun. de Saúde de Sarandi/PR.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato durante o período de 11 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2027, conforme estabelecido na Cláusula segunda do referido contrato".
ASSINATURA	**25 de setembro de 2026**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:2F9C7B36

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA N° 19/2026
CONTRATO Nº 496/2026 ID 11128

ORIGEM:	**Dispensa N° 19/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**PASSO A PASSO ASSESSORIA EM DEPENDENCIA QUIMICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**36.683.940/0001-70**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Acolhimento Institucional Especializado para adolescente com deficiência e necessidades de suporte intensivo, mediante disponibilização de vaga individualizada e atendimento integral 24 (vinte e quatro) horas por dia**
VALOR GLOBAL:	**R$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais).**
VIGÊNCIA:	**30 de setembro de 2026 a 29 de setembro de 2027.**
ASSINATURA:	**30 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:9820744D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 399/2025 – ID 10604
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9-0005/2025

ORIGEM:	Concorrência Eletrônica nº 9-0005/2025 – PMS.
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	ENGEDELP CONSTRUÇÕES CIVIS E INCORPORAÇÕES LTDA.
CNPJ/CPF:	75.064.659/0001-00
OBJETO DA LICITAÇÃO:	Contratação de empresa especializada para Construção de uma Escola 13 Salas no Loteamento Ecovalley - Sarandi/PR, projeto FNDE (Termo de Compromisso 968152 e Operação 1098136-16).
OBJETO DO APOSTILAMENTO:	Registro do reajuste contratual, nos termos da Cláusula VII do Contrato nº 399/2025 e do item 6.6 do Termo de Referência, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, correspondente ao percentual de 3,768810%, incidente sobre o saldo contratual remanescente sujeito ao reajuste, no valor de R$ 9.299.999,99, resultando em reajuste no valor de R$ 350.499,33 e saldo contratual remanescente reajustado de R$ 9.650.499,32.

24 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:69DF0DBA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026 - UASG 988461

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026 – PMS
UASG 988461 - Contratação: 988461-41/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia, para a construção do Restaurante Popular Municipal-Zona Sul, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, fornecimentos e demais elementos necessários à entrega da obra pronta, em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

Data e horário de abertura da Sessão: **dia 21 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.

Local: http://www.compras.gov.br/ - Contratação: 988461-41/2026
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br.

Sarandi, 30 de setembro de 2026.

RENAN BATISTA MEYRING
Agente de Contratações

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:98865091

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2665/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR-Em favor de W.F.M.M.",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
ANA PAULA ALVES DE OLIVEIRA	FISCAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 29 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:0CAA1B4A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM.
INEXIGIBILIDADE 75/2026 - EXTRATO PUBLICACAO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 75/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 75/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**RESIDÊNCIA INCLUSIVA CASA DO DODO**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR - Em favor de W.F.M.M."**
VALOR TOTAL:	**R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, c/c art.79, I, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 25 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:4BB406B5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM.
INEXIGIBILIDADE 75/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **75/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 25 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:C6DE7107

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 184/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;

- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-8529	90	ANA PAULA BARBOSA	55
442-20239	91	LUCIANA FRANCISCA DA SILVA SANTOS	55

PAÇO MUNICIPAL, 24 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F175ADA7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2636/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 952/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 952/2025 de 14 de julho de 2025, que concedia ao servidor municipal **ELIZANGELA DA SILVA PEREIRA**, matrícula **7613**, cargo de PROFESSOR - 20 HORAS, gratificação Mensal de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **DIREÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO**, símbolo FCEDE - 3, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 20 de setembro de 2026.

Sarandi, 21 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:6CC66786

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2671/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 169/2026 de 25 de setembro de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR

INSCRICAO	NOME
442-20121	JÉSSICA SILVA TEIXEIRA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F5A6DB60

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32/2026 – SMED

Dispõe sobre a iniciativa e utilização do Alfabetômetro em movimento – acompanhamento da evolução e fluência leitora, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi/PR.

O**SECRETÁRIOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDOo direito à educação e à aprendizagem assegurado pela Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDOa Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as políticas nacionais e municipais voltadas à alfabetização e à garantia do direito de aprender;
CONSIDERANDOo Decreto Municipal nº 296/2025 que institui o Programa Alfabetiza Sarandi;
CONSIDERANDOaInstrução Normativa nº 004/2025, que estabelece as diretrizes básicas do Programa Alfabetiza Sarandi e orienta quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOaInstrução Normativa nº 006/2025 – SMED, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura - Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOaInstrução Normativa n° 11/2025 - SMED/Sarandi, quedispõe sobre a organização e a realização da Parada Pedagógica por Turma na Rede Municipal de Ensino de

Sarandi, conforme Parecer do Conselho Municipal de Educação nº 95/2025;

CONSIDERANDOaInstrução Normativa 12/2025 que regulamenta a ação "SMED com você na leitura: Sarandi Lê!", desenvolvida com as turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, e dá outras providências.
CONSIDERANDOa necessidade de fortalecer o acompanhamento da aprendizagem da leitura, da fluência leitora e da compreensão textual dos estudantes;
CONSIDERANDOa importância da utilização de evidências de aprendizagem para subsidiar o planejamento pedagógico, as intervenções e as ações de recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDOos princípios da equidade, inclusão e respeito aos diferentes ritmos e processos de aprendizagem;

RESOLVE:
Art. 1ºFica instituído, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi/PR, a iniciativa Alfabetômetro em movimento – acompanhamento da evolução e fluência leitora, como instrumento pedagógico de acompanhamento do desenvolvimento da leitura dos estudantes.

Art. 2ºO instrumento Alfabetômetro possui caráter diagnóstico, formativo e não classificatório, destinando-se a subsidiar o trabalho docente, o planejamento pedagógico, as intervenções e o acompanhamento das ações de alfabetização da rede.

Art. 3ºSão finalidades do Alfabetômetro:
I – acompanhar o desenvolvimento da fluência leitora e da compreensão textual;
II – identificar avanços e necessidades de aprendizagem;
III – subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas;
IV – apoiar as ações de recomposição das aprendizagens;
V – contribuir para o acompanhamento das políticas de alfabetização e para a promoção da equidade educacional.

Art. 4ºA utilização do instrumento Alfabetômetro deverá respeitar:
I – o percurso de aprendizagem de cada estudante;
II – os princípios da equidade, inclusão e diversidade;
III – os direitos de aprendizagem e desenvolvimento;
IV – a finalidade pedagógica do instrumento;
V – a proteção e o sigilo dos dados dos estudantes, conforme a legislação vigente.

Art. 5ºCompete à Secretaria Municipal de Educação, por meio Núcleo Unificado de Formação, Alfabetização, Planejamento e Equidade - NUFAPE/SMED:
I – orientar a implementação e utilização do Alfabetômetro;
II – estabelecer os procedimentos, instrumentos e períodos de acompanhamento;
III– acompanhar e analisar os dados da rede;
IV – apoiar as unidades educacionais na interpretação dos resultados e na definição de estratégias pedagógicas.

Art. 6ºCompete às unidades educacionais:
I – realizar o acompanhamento dos estudantes conforme as orientações do Núcleo Unificado de Formação, Alfabetização, Planejamento e Equidade - NUFAPE/SMED:
II – registrar e manter atualizados os dados;
III – analisar os resultados nos momentos de planejamento pedagógico;
IV – desenvolver intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades identificadas;
V – assegurar o sigilo das informações dos estudantes.

Art. 7ºCompete aos professoresacompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes, utilizar as evidências produzidas para orientar o planejamento e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às necessidades identificadas.

Art. 8ºOs resultados do Alfabetômetro deverão ser analisados conjuntamente com outras evidências de aprendizagem, não constituindo, isoladamente, instrumento para avaliação do estudante ou do trabalho docente.

Art.9º Os dados expressos noAlfabetômetro poderão subsidiar o planejamento pedagógico da unidade educacional e as ações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Núcleo Unificado de Formação, Alfabetização, Planejamento e Equidade - NUFAPE/SMED poderá expedir orientações técnicas complementares para regulamentar os procedimentos de aplicação, registro, análise e acompanhamento do Alfabetômetro.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 29 de setembrode 2026.

PROFESSOR PAULO CEZAR FLORINDO
Secretário Municipal de Educação
Decreto 1201/2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:AF1A1EFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 121/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 121/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do mobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	ENDEREÇO	CPF
BRAZAO GARRA PREST. SERV. APOIO PORTARIA	625333	AVENIDA DAS PALMEIRAS 120 QUADRA 043 DATA 004	07-XXX-XXX/0001-14
FRANCO & SILVA FAMILY SCHOOL LTDA	6113862	RUA TAI 458	35-XXX-XXX/0001-17
S. D. DOS SANTOS ZINCAGEM LTDA- ME	631054	RUA 15 DE NOVEMBRO 512 TERREO	22-XXX-XXX/0001-

Paço Municipal, 31 de Agosto de 2026.

HUGO LEONARDO BEZERRA DA ROCHA
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 142/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:975531F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 122/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 122/2026

Em conformidade com a Įei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Įei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
APARECIDO RODRIGUES DE AĮMEIDA FIĮHO	128457	1	4	JARDIM IMPERIAĮ
IMOBIĮIARIA SOĮ ĮTDA	215929	3	23	JARDIM ANA EĮIZA – NUCĮEO - B
ĮUCIA FERREIRA SOARES PEREIRA	218693	12	14	JARDIM ANA EĮIZA – NUCĮEO - B
EĮIANA AĮBERTO DA HORA	283819	3	7	JARDIM IPANEMA
JOVEĮINO AĮVES	353825	12	14	JARDIM NOVA SARANDI II (DOIS)
ESPOĮIO DE JOSE FIGUEIREDO DA SIĮVA	261831	2	11	CONJUNTO RESIDENCIAĮ TRIANGUĮO
ESPOĮIO DE VAĮDENIR PEREIRA MAGAĮHAES	263370	8	34	CONJUNTO RESIDENCIAĮ TRIANGUĮO
JOAO ĮEOPOĮDINO VIEIRA	355984	4	24	JARDIM DAS TORRES
AUGUSTO CARTAPATTI	358576	14	4	JARDIM DAS TORRES
JAQUEĮINE DE ABREU RAMOS	395392	6	13A	JARDIM NOVA SARANDI III
SANDRO CARDOSO AĮVES	393437	9	15A	JARDIM NOVA SARANDI III
WEĮINGTON VINICIUS UBAĮDO MOREIRA	212008	5	7	JARDIM MERCURIO
TAKY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES ĮTDA	212105	5	16	JARDIM MERCURIO
DANIEĮIE MENDES COSTA	347930	7	8	PARQUE RESIDENCIAĮ BEĮA VISTA 2º PARTE
JOAQUIM POĮIDORO DE AĮMEIDA JUNIOR	346934	3	23	PARQUE RESIDENCIAĮ BEĮA VISTA 2º PARTE
PRISCIĮA FERNANDA DOS SANTOS	346489	2	16	PARQUE RESIDENCIAĮ BEĮA VISTA 2º PARTE
NIDE FERREIRA DA SIĮVA	277037	4	6	CONJUNTO RESIDENCIAĮ VAĮE AZUĮ I (UM)
NOE RAMOS	278157	11	11	CONJUNTO RESIDENCIAĮ VAĮE AZUĮ I (UM)
JEOVA OĮIVEIRA DA SIĮVA	132730	10	6	JARDIM GRAĮHA AZUĮ
MERCEDES GOMES ANTONIO	134112	16	19	JARDIM GRAĮHA AZUĮ
ĮEONARDO STAĮMANN DE FREITAS	253340	2	3	CONJUNTO RESIDENCIAĮ VAĮE AZUĮ
RONAĮDO ĮONGO	390776	164	B-8A	GĮEBA PATRIMONIO SARANDI
DONIZETE FARIAS	390931	167	167N	GĮEBA PATRIMONIO SARANDI

Paço Municipal, 21 de Agosto de 2026.

HUGO ĮEONARDO BEZERRA DA ROCHA
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 142/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:5D8EB72C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 123/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 123/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
GUILHERME ROSENDO ROCHA	336769	11	11	PARQUE RESIDENCIAL BELA VISTA
MARIA APARECIDA SANTOS CARNAVALE	336718	11	6	PARQUE RESIDENCIAL BELA VISTA
VERA THEODORO DE PAULA	336041	8	4	PARQUE RESIDENCIAL BELA VISTA
ROBSON MARCELO MORERIRA	312320	13	8	PARQUE RESIDENCIAL SANTANA
MARTIN BOIKO	312690	14	21	PARQUE RESIDENCIAL SANTANA
ELVIS WILLIAN FRANCA DA SILVA	379042	20	2A	PARQUE RESIDENCIAL SANTANA
ANEZIO CORDEIRO	208680	11	5	JARDIM ESPERANCA IV PTE
ROZENILDO VIEIRA MARQUES	166233	6	16A	JARDIM ESPERANCA IV PTE
NELSON APARECIDO CANDIDO DE AZEVEDO	392500	19	11	LOTEAMENTO ECOVALLEY
ARTHUR LOURENÇO DE FREITAS	392221	2	11/12/13	LOTEAMENTO ECOVALLEY
JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA	256595	10	4	CONJUNTO RESIDENCIAL VALE AZUL II (DOIS)
ODAIR DA SILVA TEOTONIO	256285	9	2	CONJUNTO RESIDENCIAL VALE AZUL II (DOIS)
LOURENCO JOSE DA SILVA	255050	3	2	CONJUNTO RESIDENCIAL VALE AZUL II (DOIS)
LUIZ SANT ANA DA SILVA	322083	37	4	JARDIM MONTE REY
GENECI LEMES DOS SANTOS	319155	26	20	JARDIM MONTE REY
ESPOLIO DE RAITHER BONUGLI VIDAL	390761	5	12A	JARDIM MONTE REY
TEREZINHA LEITE DA SILVA	320927	33C	1	JARDIM MONTE REY
CLEUNICE APARECIDA LUCIANO	321397	35	13	JARDIM MONTE REY
MARCIO DA SILVA	391989	30	8A	JARDIM MONTE REY
DANUVIA DILAIR DE MATOS	391271	15	7A	JARDIM MONTE REY
COMPANHIA DA HABITAÇAO DO PARANA- COHAPAR	372927	24B	7	JARDIM MONTE REY

Paço Municipal, 21 de Agosto de 2026.

HUGO LEONARDO BEZERRA DA ROCHA
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 142/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:987EFA50

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO N° 1367/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3108/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 4.971.081,45 (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

• 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

15.002 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS
15.002.15.451.0027.1.428 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECAPEAMENTO, DRENAGEM E OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA
1193 - 4.4.90.51.00.00 3000 OBRAS E INSTALAÇÕES **R$ 4.971.081,45**

Total Suplementação: **R$ 4.971.081,45** (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, no Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sue Magalli Melges Marinho Farias
Código Identificador:84DBC643

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO N° 1372/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3108/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.100.467,93 (quinze milhões, cem mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

• 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

15.002 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS
15.002.15.451.0027.1.428 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECAPEAMENTO, DRENAGEM E OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA
1193 - 4.4.90.51.00.00 996 OBRAS E INSTALAÇÕES - **R$ 15.100.467,93**

Total Suplementação: **R$ 15.100.467,93** (quinze milhões, cem mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos).

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação.

Receita

Receita: 1.7.2.9.99.0.1.21 TRANSF.CEF-PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA-C/C - **R$ 15.100.467,93**

Total da Receita: **R$ 15.100.467,93** (quinze milhões, cem mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos).

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, no Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sue Magalli Melges Marinho Farias
Código Identificador:3DE99F13

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

DESCRIÇÃO DO DANO:
- TERRENO COM MATO E/OU VEGETAÇÃO;
INCISO III, ART. 5º DA LEI 1650/2009
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMA ADEQUADAS A SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
ART. 34, 35, 36 DO DECRETO Nº 1314/2011
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO. É PROIBIDA A DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 35 - NOS LOTES NÃO EDIFICADOS, CABERÁ AOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS PROCEDER PERIODICAMENTE À RESPECTIVA LIMPEZA, DE MODO A EVITAR O APARECIMENTO DE MATAGAIS, SUSCEPTÍVEIS A AFETAREM DE AFETAREM A SALUBRIDADE DOS LOCAIS OU PROVOCAREM RISCOS DE INCÊNDIOS.
ART. 36 - SEMPRE QUE OS SERVIÇOS MUNICIPAIS ENTENDAM EXISTIR PERIGO DE SALUBRIDADE, OS PROPRIETÁRIOS OU USUFRUTUÁRIOS DE TERRENOS ONDE SE ENCONTREM LIXOS, DETRITOS OU ENTULHOS, MESMO QUE DEPOSITADOS ABUSIVAMENTE POR TERCEIROS, OU COBERTOS DE MATO OU VEGETAÇÃO, SERÃO NOTIFICADOS A LIMPA-LOS.
ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
PARA PRESERVAR A ESTÉTICA E A HIGIENE PÚBLICA É PROIBIDO:
INC. I - MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO INDEVIDA;
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO ALTA;"
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI 1650/2009-ART. 5º, INC.III-LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022-ART. 13, INC.I-REGULAMENTADO DECRETO 1012/2022-ART.8º.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

INFRATOR: TRM ENGENHARIA CIVIL - EIRELI - EPP
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 551 - 26/06/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA PONTA PORÃ, 2086
QUADRA: 165ALOTE: 165A6
GLEBA PATRIMÔNIO SARANDI - SARANDI-PR

INFRATOR: TRM ENGENHARIA CIVIL - EIRELI - EPP
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 552 - 26/06/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA PONTA PORÃ, 2096
QUADRA: 165ALOTE: 165A5
GLEBA PATRIMÔNIO SARANDI - SARANDI-PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:74C12819

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 203/2026

FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
Para não deixar o cachorro preso na corrente 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme Art. 1º da Lei nº 2803/2022.
Art. 1º - Dispondo que é proibido manter e criar animais domésticos como gatos e cachorros, entre outros, presos em correntes 24 (vinte e quatro) horas por dia.
Art. 4º - "Em casos de animais perigosos/agressivos ou imóveis sem algum tipo de cercamento/muros, poderá o tutor prendê-lo, desde que possua uma declaração de profissional adequado, que deverá utilizar corrente do tipo vai e vem. O animal deverá ter equipamento próprio para não machucar sua pele e deverá ser de acordo com o tamanho e peso, e ter espaço que garanta sua locomoção no local".

O não atendimento desta notificação/publicação acarretará em infração com **multa de 200 (duzentos) UFPS.**
NOME: ALEXA DE OLIVEIRA PIRES
ENDEREÇO: RUA PARIS, Nº 1253 F
QUADRA: 17 LOTE: 6REM
Bairro: JD. FRANÇA
Cidade: SARANDI/PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:3C33796C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 249/2026

NOME: LARISSA ANDRIGO SAMPAIO
QUADRA: 46 LOTE: 7
ENDEREÇO: RUA GALAXIA, Nº 30 B
BAIRRO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL GALAXIA MUNHOZ SARANDI/PR
FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
PARA MANTER O ANIMAL DENTRO DO QUINTAL DA RESIDÊNCIA, POIS ENTENDE-SE POR MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS TODA E QUALQUER AÇÃO DECORRENTE DE IMPRUDÊNCIA QUE ATENTE CONTRA A SAÚDE E NECESSIDADES NATURAIS, FÍSICAS E MENTAIS, CONFORME CAPUT DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, CONCOMITANTE COM O INCISO XVI DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, NOS TERMOS QUE DIZ OUTRAS PRÁTICAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS E CONSTATADAS COMO MAUS-TRATOS PELA AUTORIDADE AMBIENTAL.
O NÃO ATENDIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO/PUBLICAÇÃO ACARRETARÁ A LAVRATURA DE INFRAÇÃO, COM APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR MÍNIMO DE R$ 200,00 (DUZENTOS) REAIS, PODENDO ATINGIR O VALOR MÁXIMO DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL) REAIS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 2.288/2016.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:BCC0F1CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 842/2026

EMENTA: Institui o Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sengés, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME, instância permanente de participação, mobilização, articulação, acompanhamento e proposição de políticas públicas educacionais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, preservada sua autonomia de manifestação nas matérias de sua competência.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME atuará em consonância com o Plano Municipal de Educação, com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Nacional de Educação, bem como poderá articular-se com os fóruns estadual, nacional e regionais de educação.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME tem por finalidade acompanhar, monitorar e avaliar, de forma permanente, a execução do Plano Municipal de Educação – PME, bem como colaborar na organização das Conferências Municipais de Educação, competindo-lhe, entre outras atribuições:
I – colaborar, no âmbito de sua esfera de atuação, com a convocação, organização e realização das Conferências Municipais de Educação, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação;
II – promover debates, estudos e consultas públicas sobre temas educacionais de interesse do Município, garantindo ampla participação dos segmentos educacionais e da sociedade civil;
III – acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação e a atuação dos órgãos e instâncias educacionais na implementação de suas metas e estratégias, propondo, quando necessário, recomendações e medidas de aperfeiçoamento;
IV – mobilizar e articular ações da sociedade civil e do poder público municipal voltadas à garantia do direito à educação de qualidade para todos;
V – acompanhar, no âmbito de suas atribuições, a elaboração, a tramitação e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, no que se refere ao financiamento da educação municipal, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle e dos conselhos legalmente instituídos;
VI – propor políticas intersetoriais que contribuam para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
VII – manter articulação permanente com o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Nacional de Educação, bem como com os demais fóruns municipais de educação da região;
VIII – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME terá composição plural e representativa, observada, sempre que possível, a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, sendo integrado, no mínimo, por representantes dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Câmara Municipal de Vereadores;
III – Conselho Municipal de Educação;
IV – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;
V – Conselho Tutelar;
VI – Conselho de Alimentação Escolar;
VII – Direção e equipe pedagógica das escolas municipais;
VIII – rede estadual de ensino com atuação no Município;
IX – rede privada de ensino, quando houver;
X – entidade sindical representativa dos trabalhadores em educação, quando houver;
XI – representantes de pais, mães ou responsáveis de estudantes;
XII – representantes dos Conselhos Escolares;
XIII – organizações da sociedade civil com atuação na área da educação.
§ 1º Os representantes de que trata este artigo, titulares e suplentes, serão indicados por seus respectivos segmentos e nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal.
§ 2º A função de membro do Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME é considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada a qualquer título.
§ 3º O mandato dos membros do Fórum será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME será organizado, no mínimo, pelos seguintes órgãos:
I – Plenária, instância máxima de deliberação, composta pela totalidade de seus membros;
II – Coordenação Geral, eleita entre os membros da Plenária, responsável pela representação e articulação do Fórum;
III – Comissões Temáticas, de caráter permanente ou temporário, instituídas para o estudo e o encaminhamento de temas específicos;
IV – Secretaria Executiva, exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo apoio técnico, administrativo e documental às atividades do Fórum.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação Geral ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME elaborará e aprovará, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua instalação, o respectivo Regimento Interno, no qual serão detalhados sua organização, funcionamento, quórum de deliberação, forma de escolha da Coordenação Geral, composição das comissões e demais aspectos operacionais não previstos nesta Lei.

Art. 7º A Presidência do Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME será exercida pelo dirigente máximo da educação municipal.

CAPÍTULO IV
DO APOIO ADMINISTRATIVO
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará ao Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao seu pleno funcionamento, inclusive quanto à infraestrutura, materiais e local para reuniões.
Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto, especialmente quanto à nomeação dos membros do Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME.
Art. 10. Os casos omissos relativos à organização e ao funcionamento interno do Fórum Municipal de Educação de Sengés – FME serão resolvidos pela Plenária, observado o disposto nesta Lei, no Regimento Interno e na legislação aplicável.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:ACA5D4F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

Na publicação do aviso da Licitação do Pregão Eletrônico nº 088/2026, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição de 29 de setembro de 2026, nº 3627, página 454, onde se lê:
"CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço GLOBAL por lote."
Leia-se:
"CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **:** menor preço unitário por LOTE."
Permanecem inalteradas as demais informações.

Sengés, 30 de setembro de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D9103E00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PARCIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
(Processo Licitatório nº 080/2026)
OBJETO: . O objeto da presente licitação é a REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos essenciais para abastecer a farmácia municipal e bairros da zona rural do município conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA(34223536000198) com o lote: 033 no valor total de R$ 10.804,92 (dez mil, oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos).
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA(35042079000106) com o lote: 010 no valor total de R$ 9.240,00 (nove mil, duzentos e quarenta reais).
MEDINGA COMERCIAL LTDA (57742953000142) com os lotes: 034 e 035 no valor total de R$ 6.639,10 (seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/09/2026

Sengés, 30 de setembro de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:50BA196A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
DECRETO Nº-07/2026

DECRETO LEGISLATIVO N.° 007/2026

SÚMULA: Decreta a suspensão das atividades administrativas da CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS no dia 02 de outubro de 2026.

O presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei e pelo Regimento Interno, resolve:

Art. 1°. **DECRETAR** a suspensão das atividades administrativas da CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS no dia 02 de outubro de 2026, em decorrência ao feriado municipal do dia de Santa Teresinha, padroeira do Município de Sertanópolis que ocorre na data de 01 de outubro de 2026.

Art. 2°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 30 de setembro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:49D9E029

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 05/10/2026

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 05/10/2026 - Sala das Sessões, às 19h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 05 de outubro de 2026, às 19h, para apreciação e votação da seguinte proposição:

Projeto de Lei do Executivo nº 012/2026 (2º Turno) - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e dá outras providências.
Autoria: Executivo Municipal

Projeto de Lei do Executivo nº 020/2026 - Altera a Lei Municipal 3.329/2024, que "Altera a nomenclatura de logradouros dos bairros Residencial das Palmeiras, Residencial Santo Soriani, Jardim Aeroporto, Jardim Aeroporto II e Residencial Cesar Soriani" e Denomina vias do Residencial Maria Casagrande Favoreto e do Jardim Maria Casagrande Favoreto.
Autoria: Executivo Municipal

Sertanópolis-Pr, 30 de setembro de 2026

Atenciosamente,

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:C7C45F6D

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 250/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 250/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: J.C SOARES PRESENTES.
PARANA AVIAMENTOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BARBANTE E TECIDO SACARIA PARA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CRAS.
VALOR: R$3.937,00(TRÊS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6CC34150

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 251/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 251/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MUNDO ESCOLAR LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS ECUCATIVOS PARA USO COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
VALOR: R$9.817,27(NOVE MIL, OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:B4B7C56C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 80/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: RRB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - SUPRILUZ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 58.302.351/0001-37.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CHAVE BOIA ELÉTRICA PARA O SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 1.240,50 (um mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:97A20C78

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 81/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: CASA DOURADO PESCA E ESPORTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 03.984.106/0001-65.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPI MACACÃO PARA SANEAMENTO PARA OS COLABORADORES DO SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:170C0D3B

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA NORMATIVA Nº 40/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista para a instrução dos processos de liquidação de despesas no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista perante as Fazendas Públicas, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
CONSIDERANDO o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que atribui ao fiscal de contrato a competência de acompanhar, fiscalizar e registrar as ocorrências da execução contratual;
CONSIDERANDO a necessidade de manter e fortalecer os mecanismos de governança, gestão de riscos e controles internos voltados ao acompanhamento das contratações públicas, conforme preconiza o parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o objetivo de padronizar os procedimentos internos e garantir a segurança jurídica e orçamentária no processamento das despesas públicas,
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece a obrigatoriedade de apresentação de documentação comprobatória de regularidade fiscal, social e trabalhista das empresas contratadas como condição indispensável para a instrução e o processamento da liquidação e pagamento decorrentes de contratos administrativos.
Art. 2º As disposições desta Portaria aplicam-se a todos os Gestores e Fiscais de Contratos da Administração, aos quais compete a conferência prévia da documentação ao encaminhamento da respectiva Nota Fiscal ao Departamento de Contabilidade.

CAPÍTULO II
DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Art. 3º Para cada Nota Fiscal encaminhada para fins de liquidação de despesa, deverão ser verificadas e anexadas as seguintes certidões e documentos de regularidade, conforme aplicável ao objeto contratado:
I – Receita Federal / PGFN: Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEND) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
II – Receita Estadual: Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Fazenda Estadual competente;
III – Município: Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Fazenda Municipal competente;
IV – FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
V – Justiça do Trabalho: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
Parágrafo único. Todas as certidões mencionadas neste artigo deverão estar válidas na data da conferência e do efetivo encaminhamento do processo ao Departamento de Contabilidade, cabendo ao Gestor ou Fiscal realizar a verificação de autenticidade nos sítios oficiais emissores.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS GESTORES E FISCAIS
Art. 4º Compete exclusivamente aos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito de suas respectivas atribuições funcionais:
a) Acompanhar de forma contínua a execução do contrato;
b) Verificar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada;
c) Reunir e conferir toda a documentação necessária à regular instrução do processo de pagamento;
d) Validar a vigência e a autenticidade das certidões de regularidade exigidas;
e) Notificar formalmente a empresa contratada para a regularização imediata de eventuais pendências documentais identificadas;
f) Encaminhar ao Departamento de Contabilidade apenas os processos que se encontrem devida e integralmente instruídos;

g) Registrar e comunicar formalmente as ocorrências que possam comprometer a execução contratual ou a regularidade dos pagamentos.
Parágrafo único. O envio da Nota Fiscal à Contabilidade não exime o Gestor ou Fiscal de sua responsabilidade legal pela fiscalização do objeto e pela conferência documental.
CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO E REJEIÇÃO PROCESSUAL
Art. 5º O Departamento de Contabilidade não processará para liquidação os processos de pagamento que não estejam instruídos em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Portaria.
Art. 6º Diante da ausência, vencimento, inconsistência ou impossibilidade de validação de qualquer documento obrigatório, o processo será sumariamente devolvido ao Gestor ou Fiscal responsável para as devidas providências de regularização.
§ 1º A devolução do processo visa resguardar a regularidade da instrução processual, mitigar riscos e fortalecer os controles internos da execução orçamentária e financeira.
§ 2º Sanada a pendência documental, o processo poderá ser novamente protocolado no Departamento de Contabilidade para a análise e prosseguimento do trâmite de liquidação e pagamento.
CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO E DA RESPONSABILIZAÇÃO
Art. 7º A verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista das contratadas deve ser realizada de forma contínua durante todo o período de execução do contrato, não se limitando ao momento da contratação ou da entrega da nota fiscal.
Parágrafo único. Recomenda-se que os fiscais mantenham controle atualizado dos prazos de validade das certidões para evitar interrupções no fluxo de pagamentos.
Art. 8º O descumprimento das orientações contidas nesta Portaria ensejará a apuração de responsabilidade funcional, nos termos da legislação vigente.
Art. 9º Situações excepcionais, impossibilidades técnicas comprovadas na obtenção de certidões ou impasses documentais deverão ser formalmente registrados no processo e submetidos à deliberação da autoridade competente, com o suporte do Departamento Jurídico e do Controle Interno, se necessário.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10º Os Gestores e Fiscais de Contratos deverão dar ampla ciência do teor desta norma às empresas contratadas sob sua supervisão.
Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições internas em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:416654F6

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA NORMATIVA Nº 41/2026

Estabelece normas, procedimentos e fluxo interno para a programação, tramitação e efetivação dos pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços no âmbito da entidade.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando a necessidade de estabelecer procedimentos padronizados para a execução financeira, organização

do fluxo de caixa, controle dos pagamentos e adequada tramitação dos processos de despesa,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da entidade, o Fluxo Interno para Programação, Tramitação e Efetivação dos Pagamentos de Fornecedores e Prestadores de Serviços, a ser observado por todos os setores, gestores, fiscais de contratos e servidores envolvidos na execução das despesas.

Art. 2º A presente Portaria tem por finalidade:

I – padronizar os procedimentos internos relacionados aos pagamentos;

II – organizar a programação financeira dos desembolsos;

III – aprimorar o controle do fluxo de caixa;

IV – racionalizar a movimentação financeira e bancária;

V – facilitar a conciliação das contas bancárias;

VI – fortalecer os mecanismos de controle interno;

VII – assegurar maior rastreabilidade dos processos de despesa; e

VIII – promover maior previsibilidade e segurança na execução financeira.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO DOS PAGAMENTOS

Art. 3º Os pagamentos ordinários de fornecedores e prestadores de serviços serão programados, preferencialmente, para realização nas seguintes datas:

I – terças-feiras;

II – quintas-feiras.

Art. 4º No momento da liquidação da despesa, após a conferência e o cumprimento de todos os requisitos necessários, deverá ser definida a respectiva data de vencimento/programação para pagamento.

Parágrafo único. Como regra operacional, a programação deverá observar, sempre que possível, prazo de 05 (cinco) a 15 (quinze) dias para o efetivo pagamento.

Art. 5º A programação do pagamento deverá considerar, cumulativamente, sempre que aplicável:

I – a regularidade da documentação fiscal e contratual;

II – a efetiva liquidação da despesa;

III – a existência de disponibilidade financeira;

IV – a programação do fluxo de caixa;

V – o vencimento da obrigação;

VI – a disponibilidade de recursos na respectiva fonte de recursos;

VII – a programação dos pagamentos já estabelecida; e

VIII – as demais exigências legais, contratuais e administrativas aplicáveis.

Art. 6º A definição da data de pagamento no momento da liquidação não constitui autorização para pagamento imediato, ficando o efetivo desembolso condicionado à programação financeira, à disponibilidade de recursos e ao cumprimento dos procedimentos internos estabelecidos nesta Portaria.

CAPÍTULO III

DA TRAMITAÇÃO DIGITAL DO PROCESSO

Art. 7º O processo de pagamento tramitará exclusivamente por meio digital, através do sistema de Protocolo, observando-se o fluxo interno estabelecido pela entidade.

Art. 8º O fluxo processual terá início após a regular liquidação da despesa, devidamente realizada e assinada por meio do Workflow, acompanhada de toda a documentação necessária.

Art. 9º Concluída a liquidação e realizadas as respectivas assinaturas, o processo deverá ser encaminhado ao Setor de Tesouraria, a quem compete:

I – receber o processo devidamente instruído, liquidado e assinado;

II – verificar a programação e a disponibilidade financeira;

III – proceder ao pagamento na data programada, observando-se, preferencialmente, os dias estabelecidos no art. 3º;

IV – realizar as assinaturas e demais procedimentos necessários à efetivação do pagamento;

V – anexar ao processo os respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes; e

VI – promover o encaminhamento para o arquivo digital, assegurando a integridade e a rastreabilidade do processo.

Art. 10º É vedado o encaminhamento à Tesouraria de processo destinado a pagamento que não esteja devidamente instruído, liquidado e assinado no Workflow, observados os requisitos administrativos, orçamentários, contábeis e financeiros aplicáveis.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES DOS GESTORES E FISCAIS

Art. 11º Compete aos gestores e fiscais de contratos observar rigorosamente os procedimentos estabelecidos nesta Portaria, especialmente quanto ao encaminhamento tempestivo da documentação necessária à regular liquidação das despesas.

Art. 12º A documentação deverá ser apresentada de forma completa, regular e apta a permitir a análise, conferência, atesto e liquidação da despesa dentro do prazo necessário à sua inclusão na programação financeira.

Art. 13º A existência de qualquer das seguintes situações poderá impedir a inclusão da despesa na programação de pagamento até a respectiva regularização:

I – documentação incompleta;

II – inconsistência na nota fiscal;

III – ausência de atesto;

IV – certidões vencidas;

V – pendência contratual;

VI – ausência de documentação exigida;

VII – irregularidade na execução da despesa; ou

VIII – qualquer outra situação que impeça a regular liquidação.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DA TESOURARIA

Art. 14º Compete ao Setor de Tesouraria observar a programação financeira estabelecida, procedendo aos pagamentos de acordo com as datas definidas no processo e com a disponibilidade financeira da entidade.

Art. 15º A efetivação dos pagamentos deverá ser compatível com:

I – a disponibilidade financeira;

II – a respectiva fonte de recursos;

III – a data de vencimento/programação;

IV – as retenções tributárias e demais descontos legalmente aplicáveis;

V – a documentação constante do processo; e

VI – as autorizações e assinaturas exigidas.

Art. 16º Após a efetivação do pagamento, os respectivos comprovantes bancários deverão ser obrigatoriamente anexados ao processo digital, garantindo a completa documentação da despesa e a rastreabilidade do pagamento realizado.

CAPÍTULO VI

DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA E DO CONTROLE FINANCEIRO

Art. 17º O fluxo estabelecido nesta Portaria tem por objetivo aprimorar o planejamento e o controle do fluxo de caixa, permitindo maior previsibilidade dos desembolsos financeiros e melhor compatibilização entre as obrigações assumidas e os recursos disponíveis.

Art. 18º A concentração dos pagamentos em dias previamente definidos visa:

I – melhorar o planejamento financeiro;

II – reduzir a dispersão das movimentações bancárias;

III – facilitar a conferência e a conciliação das contas bancárias;

IV – possibilitar maior controle sobre os saldos por fonte de recursos;

V – aprimorar o acompanhamento das obrigações a pagar;

VI – reduzir inconsistências entre os registros contábeis e os extratos bancários; e

VII – fortalecer os mecanismos de controle interno da execução financeira.

CAPÍTULO VII

DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

Art. 19º Após a efetivação dos pagamentos e a conclusão dos procedimentos internos, os comprovantes de pagamento e os documentos pertinentes serão disponibilizados no Portal da Transparência da entidade, observados os procedimentos de publicidade, transparência e proteção das informações legalmente protegidas.

Art. 20º A disponibilização das informações tem por finalidade assegurar o acesso aos dados relativos à execução da despesa pública,

fortalecendo os princípios da publicidade, transparência, controle social e prestação de contas.

CAPÍTULO VIII

DAS EXCEÇÕES E DO DESCUMPRIMENTO DO FLUXO

Art. 21º Os pagamentos fora dos dias ordinariamente estabelecidos nesta Portaria somente poderão ocorrer em situações excepcionais e devidamente justificadas, especialmente quando houver obrigação legal, contratual ou circunstância que justifique a alteração da programação.

Art. 22º Eventuais situações excepcionais deverão ser formalmente justificadas pelo setor responsável e submetidas à apreciação do Departamento de Fazenda, que avaliará a possibilidade de alteração da programação, considerando a disponibilidade financeira e os demais critérios de controle aplicáveis.

Art. 23º Não deverão ser encaminhadas solicitações de pagamento com expectativa de quitação imediata, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e previamente submetidas à análise da área responsável pela programação financeira.

Art. 24º O Departamento de Fazenda poderá devolver ao setor responsável os processos que não estejam devidamente instruídos, assinados ou que não observem os prazos e procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º O presente fluxo deverá ser observado por todos os setores envolvidos na execução da despesa, desde o encaminhamento da documentação até a liquidação, programação, pagamento e arquivamento do processo.

Art. 26º O procedimento estabelecido nesta Portaria não altera os prazos de vencimento contratualmente pactuados, tampouco afasta a necessidade de cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Art. 27º O cronograma estabelecido constitui rotina interna de programação financeira, destinada a compatibilizar os vencimentos das obrigações com a disponibilidade financeira e a organização do fluxo de caixa da entidade.

Art. 28º O cumprimento das disposições desta Portaria é obrigatório para os setores e servidores envolvidos na execução da despesa, devendo ser observados os procedimentos, prazos e responsabilidades nela estabelecidos.

Art. 29º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições internas em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sertanópolis, 30 de setembro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:13CCE815

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº. 058/2026

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO – COMTUR, E DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO-FUMTUR, DO MUNICÍPIO DE SULINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal Nº 1256/2026 de 02/09/2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica nomeado e empossado o **CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO – COMTUR,** do Município de Sulina, Estado do Paraná, conforme a seguir e prevista no Artigo 2º da Lei Municipal nº 1256/2026:

I- Representantes de Meios de Hospedagem,
Elaine Teresinha Klock Ernzen e Niciele Piantkoski;
II- Representantes do Segmentos de Alimentos e Bebidas,
Laércio Francisco Holdefer e Rafael Thiago Lorini;
III- Representantes do Comércio e Serviços,
Ana Caroline da Rosa Souza e Horácio Matias de Oliveira;
IV- Representantes dos Agricultores Familiares,
Verani Holdefer e Elci Lucia Stein Keske;
V- Representantes dos Empreendimentos Turísticos,
Alexandre Ernzen e Altamir José Fracaro;
VI- Representantes do Artesanato Local,
Cassia Eduarda Goulart Fritzen e Raquel Aparecida Rodio;
VII- Representantes da Sociedade Cívil,
Eliane Ritter Dzivielevski e Gilnei Alcantara;
VIII- Representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR – EMATER,
Adriane Rodrigues Zboralski e Lairana Karoline Spaniol;
IX- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte,
Marcio Santos de Souza e Tânia Cristina Pinheiro;
X- Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,
Giovana Martinelli e Celso José Griebeler;
XI- Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo,
Ana Cristina Lenz e Selvino Lira.

Artigo 2º - O COMTUR de Sulina terá como **Presidente ALEXANDRE KLOCK ERNZEN, como Secretária ANA CRISTINA LENZ, e, segunda secretária ELIANE RITTER DZVIELEVSKI**, com mandato de 02 (dois) anos a saber, 30/09/2026 à 01/10/2028, admitida uma única recondução.

Artigo 3º - Fica nomeada e empossada a **DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR,** do Município de Sulina, Estado do Paraná, conforme previsto no Artigo 18ºD da Lei Municipal nº 1256/2026, conforme a seguir:

a) Presidente – Selvino Lira - Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
b) Vice-Presidente – Alexandre Ernzen - Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
c) Tesoureiro – Ana Cristina Lenz - Membro do Conselho;
d) Secretário – Eliane Ritter Dzivielevski - Membro do Conselho

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 072/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná em 30 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:06AAD93C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº 1260/2026

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.185, de 04 de dezembro de 2024 e da Lei nº 1140, de 27 de setembro de 2023, para instituir nova sistemática de remuneração das Funções Gratificadas – FG, mediante referências e valores fixos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.140, de 27 de setembro de 2023, e da Lei Municipal nº 1.185, de 04 de dezembro de 2024, para adequar o regime de remuneração das funções gratificadas exercidas pelos profissionais do magistério e dos servidores do Quadro geral, substituindo o sistema remuneratório baseado em percentuais incidentes sobre o vencimento básico por Funções Gratificadas de valores fixos,conforme anexo I da presente lei.

Art. 2º O art. 39 da Lei Municipal nº 1.185, de 04 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39. *Art. 39. A gratificação pelo exercício de função em regime de tempo integral corresponderá à atribuição, pelo Chefe do Poder Executivo, de Função Gratificada – FG, classificada nas referências FG-1 a FG-10, conforme o grau de responsabilidade da função exercida, observados os valores fixados no Anexo I desta Lei, a serem pagos adicionalmente ao vencimento do servidor efetivo, de acordo com a essencialidade, complexidade ou responsabilidade das funções ou atribuições, as condições e a natureza do trabalho a ser desempenhado.*

Art. 3º O art. 49 da Lei Municipal nº 1.185, de 04 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. *Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, designado para o exercício de função de Secretário Municipal, chefia, direção, coordenação, supervisão ou assessoramento, poderá ser atribuída Função Gratificada – FG, classificada nas referências FG-1 a FG-10, conforme o grau de responsabilidade da função exercida, observados os valores fixados no Anexo I desta Lei.*

Art. 4º O art. 45 da Lei Municipal nº 1.140/2023, de 27 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 45.** O profissional do magistério designado para o exercício de Função Gratificada perceberá a respectiva gratificação cumulativamente com o vencimento do cargo efetivo.*

***§ 1º** As Funções Gratificadas possuem natureza transitória e destinam-se exclusivamente à retribuição pelo exercício das atribuições de direção escolar, coordenação pedagógica, orientação pedagógica e atuação na Sala de Recursos Multifuncional.*

***§ 2º** Os códigos, valores e critérios das Funções Gratificadas são os previstos na Lei Municipal que dispõe sobre as Funções Gratificadas dos Servidores Públicos Municipais, observada a correspondência constante do Anexo I desta Lei.*

***§ 3º** As Funções Gratificadas não se incorporam ao vencimento básico ou à remuneração permanente, sendo devidas exclusivamente durante o período da designação."*

Art. 5º O art. 47 da Lei Municipal nº 1.140/2023, de 27 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 47.*** O provimento do cargo ou função de diretor escolar deverá obedecer critérios técnicos de mérito e desempenho por livre escolha do chefe do poder executivo Municipal, ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, conforme estabelece o §1º do art. 14, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021.

***§ 1º** {....}*

***§ 2º** {....}*

§ 3º Após a devida escolha, o *profissional do magistério designado para exercer a função de Diretor Escolar fará jus à percepção de Função Gratificada FG-2, observada a presente Lei.*

***§ 4º** {....}"*

Art. 6º O art. 49 da Lei Municipal nº 1.140/2023, de 27 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 49.** O profissional do magistério designado para exercer a função de Coordenador Pedagógico fará jus à percepção da Função Gratificada FG-6, observada a Lei Municipal das Funções Gratificadas."*

Art. 7º O art. 50 da Lei Municipal nº 1.140/2023, de 27 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 50.** O profissional do magistério designado para exercer a função de Orientador Pedagógico fará jus à percepção da Função Gratificada FG-6, observada a Lei Municipal das Funções Gratificadas."*

Art. 8º O art. 51 da Lei Municipal nº 1.140/2023, de 27 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 51.** O profissional do magistério designado para atuar na Sala de Recursos Multifuncional fará jus à percepção da Função Gratificada FG-9, observada a Lei Municipal das Funções Gratificadas."*

Art. 9º Ficam revogadas todas as disposições da Lei Municipal nº 1.140/2023 e Lei Municipal nº 1.185/2024 incompatíveis com esta Lei, especialmente aquelas que estabelecem percentuais incidentes sobre o vencimento básico para remuneração das funções gratificadas

Art. 10º O Anexo I integra esta Lei e os valores nele estabelecidos poderão ser revistos mediante lei específica, observados os mesmos critérios e limites aplicáveis à revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, a legislação fiscal e a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 11º As designações atualmente existentes no quadro Geral e do Magistério, permanecem válidas até que seja promovido o reenquadramento das funções gratificadas nas referências instituídas por esta Lei, mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo.
Art. 12º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 01 de outubro de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 01/10/2026

ANEXO I – FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

REFERÊNCIA	VALOR (R$)
FG-1	3.500,00
FG-2	2.700,00
FG-3	2.400,00
FG-4	2.100,00
FG-5	1.800,00
FG-6	1.400,00
FG-7	1.200,00
FG-8	850,00
FG-9	750,00
FG-10	500,00

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:2AD7AA96

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025

Referente ao Pregão Presencial nº 17/2025. Contratada: **GENTE SEGURADORA S.A.** CNPJ n 90.180.605/0001-02**. Objeto do**

aditivo: INCLUSÃO DE SEGURO DE VEÍCULO: Ficam acrescidos ao contrato original os seguintes veículos: **RENAULT OROCH PRO 1.6 PLACAS UBI3H82 ANO/MODELO 2025/2025** e **FIAT TORO VOLC TD450 AT CHASSI 9882263SWVKX18623**, ambas ficando coberto pela apólice nº **01.31.0150249** e com vigência da cobertura até 27 de maio de 2027. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** O valor global do contrato ora aditado passa a ser de *R$ 345.286,55 (Trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)*, baseando-se no valor presentemente adicionado de *R$ 3.194,06 (Três mil, cento e noventa e quatro reais e seis centavos)*. **Fundamento:** O presente aditivo é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021. Sulina/PR, 30 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:F72A8952

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

Referente à Concorrência Eletrônica nº 07/2025. Contratada: **MARCIO GALLINA CONSTRUCAO CIVIL E MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI**. CNPJ n 16.700.335/0001-52**. Objeto do aditivo: DE PRAZO DE EXECUÇÃO:** Fica acrescido ao contrato original mais 90 (noventa) dias, passando o novo prazo de execução a ser até a data de 24 de dezembro de 2026, conforme parecer técnico emitido pelo Departamento de Engenharia e anuência do Paranacidade. **Fundamento:** O presente instrumento é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021. Sulina/PR, 30 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:7C6E8948

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
RESOLUÇÃO Nº 17/2026

APROVA E CONSOLIDA OS MANUAIS E MAPAS DE PROCEDIMENTOS DO MÓDULO DE BENEFÍCIOS (APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS, COMPULSÓRIA, POR INCAPACIDADE PERMANENTE, PENSÕES E REVISÕES) DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ – RPPS/TS, atualizando a Resolução nº 07/2026, de 31/03/2026, REVOGANDO AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

O **CONSELHO DELIBERATIVO** do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares, Estado Do Paraná – RPPS/TS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.025, de 27 de setembro de 2022 e o Decreto Municipal nº 2.126 de 04 de julho de 2024, e;

CONSIDERANDO a necessidade de modernizar, padronizar e uniformizar as atividades desenvolvidas no âmbito deste Instituto, com foco na eficiência, transparência e segurança jurídica na instrução dos processos administrativos de benefícios;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de normatização interna para a certificação institucional do **Pró-Gestão RPPS**, conforme Manual Versão 4.2 de 2026 no Nível III, que exige manualização da área de Benefícios;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos fluxos de concessão e revisão às regras da Emenda Constitucional nº 103/2019 e legislações locais vigentes, bem como da necessidade do manual e mapas complementares para os processos de aposentadoria compulsória e por incapacidade permanente, identificadas na pré-auditoria realizada para o Pró-Gestão;

CONSIDERANDO que os Manuais de Procedimentos do Módulo de Benefícios – Concessão de Aposentadorias, Concessão de Pensões e Revisão de Aposentadorias e Pensões do RPPS/TS foi deliberado e aprovado na Reunião Ordinária Conjunta, Ata nº 12025, de 27 de novembro de 2025, e a aprovação do Manual e Mapas do Processo de Concessão de Aposentadorias Compulsória e por Incapacidade Permanente, na Ata nº 09/2026, de 24 de setembro de 2026, pelos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, pelo Comitê de Investimento e pela Diretoria Executiva;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os **Manuais de Procedimentos do Módulo de Benefícios** do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná – RPPS/TS, abrangendo:
I - Manual de Concessão de Aposentadorias;
II – Manual do Processo de Concessão de Aposentadoria Compulsória e por Incapacidade Permanente, acompanhado de seus respectivos **Mapas de Fluxograma (Mapa 01 e Mapa 02)**;
III - Manual de Concessão de Pensões por Morte;
IV - Manual de Revisão de Aposentadorias e Pensões.

§ 1º: Os documentos que tratam esta Resolução deverão ser publicados e amplamente divulgados no site oficial do RPPS/TS;
§ 2º: Junto com os manuais serão divulgados os mapas envolvidos e relacionados à cada processo.

Art. 2º Os manuais aprovados estabelecem diretrizes, fluxos, procedimentos, responsabilidades e documentação necessária para a correta execução dos processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários, observando a legislação vigente e os princípios da legalidade, eficiência, transparência e segurança jurídica.

Art. 3º Os manuais passam a integrar os instrumentos de governança do RPPS, sendo de observância obrigatória por todos os setores envolvidos nos processos de benefícios previdenciários.

Art. 4º A Diretoria Executiva do RPPS será responsável pela implementação, acompanhamento e fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nos manuais ora aprovados.

Art. 5º Os manuais poderão ser revisados e atualizados a qualquer tempo, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, visando à melhoria contínua dos processos e à adequação à legislação vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeira Soares, PR, 01 de outubro de 2026.

DARCISIO URNAU
Presidente do Conselho Deliberativo
Decreto Municipal nº 2.126 de 04/07/2024

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:3567A5CB

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
RESOLUÇÃO Nº 18/2026

APROVA E CONSOLIDA OS MANUAIS E MAPAS DE PROCEDIMENTOS DO MÓDULO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV (ATUAÇÃO COMO ENTIDADE DE DESTINO E ENTIDADE DE ORIGEM) DO

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ – RPPS/TS, ATUALIZANDO A RESOLUÇÃO Nº 09/2026, DE 31/03/2026, REVOGANDO AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

O CONSELHO DELIBERATIVO do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares, Estado Do Paraná – RPPS/TS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.025, de 27 de setembro de 2022 e o Decreto Municipal nº 2.126 de 04 de julho de 2024, e;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os controles operacionais, fluxos financeiros e a transparência nas atividades de compensação previdenciária desenvolvidas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social de Teixeira Soares, com foco na eficiência e segurança jurídica na recuperação de créditos e gestão de passivos;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de normatização interna para a certificação institucional do **Pró-Gestão RPPS**, conforme Manual Versão 4.2 de 2026 no Nível III, que exige a completa manualização e mapeamento de diversos processos incluindo os processos de compensação previdenciária;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação contínua dos fluxos de ComPrev às normas federais aplicáveis e às diretrizes de controle interno identificadas na pré-auditoria realizada para o Pró-Gestão;

CONSIDERANDO que os Manuais de Procedimentos do Módulo de Compensação Previdenciária (ComPrev) – atuando como Entidade de Destino e como Entidade de Origem – foram devidamente deliberados e aprovados pelos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, pelo Comitê de Investimento e pela Diretoria Executiva, aprovados na Ata º 09/2026, pelos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, pelo Comitê de Investimento e pela Diretoria Executiva;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar e consolidar os Manuais de Procedimentos e Mapas de Fluxos correspondentes ao **Módulo de Compensação Previdenciária (ComPrev)** do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná – RPPS/TS, abrangendo:
I – Manual do Processo de Análise de Requerimentos de Compensação Previdenciária – Atuação como Órgão de Destino (Regime Instituidor), acompanhado de seu respectivo Mapa de Fluxograma;

II – Manual do Processo de Análise de Requerimentos de Compensação Previdenciária – Atuação como Órgão de Origem (Passivo), acompanhado de seu respectivo Mapa de Fluxograma.

§ 1º Os documentos de que trata esta Resolução deverão ser publicados e amplamente divulgados no site oficial do RPPS/TS.

§ 2º Junto com os manuais serão divulgados os mapas envolvidos e relacionados a cada processo de compensação previdenciária.

Art. 2º Os manuais aprovados estabelecem diretrizes, fluxos, procedimentos, responsabilidades e documentação necessária para a correta condução dos requerimentos ativos e passivos de compensação previdenciária, observando a legislação vigente e os princípios da legalidade, eficiência, transparência e segurança jurídica.

Art. 3º Os manuais passam a integrar os instrumentos de governança do RPPS, sendo de observância obrigatória por todos os setores envolvidos nos processos previdenciários e financeiros.

Art. 4º A Diretoria Executiva do RPPS será responsável pela implementação, acompanhamento e fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nos manuais ora aprovados.

Art. 5º Os manuais poderão ser revisados e atualizados a qualquer tempo, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, visando à melhoria contínua dos processos e à adequação à legislação vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, atualizando e substituindo a Resolução nº 09/2026, de 31/03/2026, bem como revogando as disposições em contrário.

Teixeira Soares, PR, 01 de outubro de 2026.

DARCISIO URNAU
Presidente do Conselho Deliberativo
Decreto Municipal nº 2.126 de 04/07/2024

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:CD733956

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 003/2026 – COMISSÃO CENTRAL
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

EDITAL Nº 003/2026 – COMISSÃO CENTRAL
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

A COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR, instituída pelo Decreto nº 290/2026, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto Municipal nº 283, de 25 de agosto de 2026, e com o Edital nº 001/2026, que estabelece as normas para o Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal,
CONSIDERANDO o resultado preliminar da análise das inscrições divulgado por meio do Edital nº 002/2026 – Comissão Central, publicado em 28 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO que foram analisadas e aprovadas preliminarmente 9 (nove) candidaturas ao Processo de Escolha de Diretores Escolares;
CONSIDERANDO que o prazo estabelecido para interposição de recursos quanto ao resultado preliminar das inscrições encerrou-se em 29 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO que não houve interposição de recursos ou pedidos de reconsideração em relação ao resultado preliminar das inscrições;
CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento às demais etapas previstas no Processo de Escolha de Diretores Escolares;
CONSIDERANDO a necessidade de alteração da data anteriormente prevista no cronograma para a reunião com a Secretaria Municipal de Educação – SME;

TORNA PÚBLICO:
Art. 1º Ficam **HOMOLOGADAS**, em caráter definitivo, as inscrições das candidatas abaixo relacionadas, em razão do encerramento do prazo recursal sem a apresentação de recursos:
01 - Simone Wagner - Escola Alteny Maria de Lourdes Gubert Marquardt
02 - Daiane Danieleski - CMEI Mundo Encantado
03 - Natana Ferreira - CMEI Mundo Encantado
04 - Maira Francine Mulinari – Escola Madre Rosa Rosato
05 - Marines Sander Mendes - Escola Padre Ladislau Maibuk
06 - Elaine Aparecida Viegandt - Escola Padre Ladislau Maibuk
07 - Orli da Aparecida Kuller Ferreira - Escola Machado de Assis
08 - Luciana de Lima França - Escola São Sebastião
09 - Claudia Pereira dos Santos - Escola São Sebastião
Art. 2º As candidatas relacionadas no artigo anterior ficam habilitadas a prosseguir nas demais etapas do Processo de Escolha de Diretores Escolares, observadas as disposições estabelecidas no Edital nº 001/2026 e demais atos expedidos pela Comissão Central.
Art. 3º Fica retificado o cronograma do Processo de Escolha de Diretores Escolares, exclusivamente quanto à etapa referente à reunião

com a Secretaria Municipal de Educação – SME, que anteriormente estava prevista para outra data.
Art. 4º A reunião com a Secretaria Municipal de Educação – SME será realizada no dia 05 de outubro de 2026, ficando esta data estabelecida como a nova data oficial para a referida etapa.
Art. 5º Permanecem inalteradas as demais datas, etapas e disposições do cronograma do Processo de Escolha de Diretores Escolares que não tenham sido expressamente modificadas por este Edital.
Art. 6º Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Central do Processo de Escolha de Diretores Escolares, observadas as normas que regem o processo.
Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Teixeira Soares – PR, 01 de outubro de 2026.

EDSON LUIS MENDES
Secretário da Comissão Central
Processo de Escolha de Diretores Escolares

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:D9C9C549

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 004/2026 – COMISSÃO CENTRAL
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO COM AS CANDIDATAS

EDITAL Nº 004/2026 – COMISSÃO CENTRAL

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO COM AS CANDIDATAS

A COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR, instituída pelo Decreto nº 290/2026, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em conformidade com o Edital nº 001/2026 e demais atos que regulamentam o Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal,
CONSIDERANDO a homologação das inscrições das candidatas por meio do Edital nº 003/2026 – Comissão Central;
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às etapas previstas no Processo de Escolha de Diretores Escolares;
TORNA PÚBLICO:
Art. 1º Ficam CONVOCADAS as candidatas com inscrições homologadas no Processo de Escolha de Diretores Escolares para participarem de reunião junto à Secretaria Municipal de Educação – SME.
Art. 2º A reunião será realizada conforme as seguintes informações:
Data: 05 de outubro de 2026
Horário: 16h
Local: Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação
Endereço: Rua Pedro Paulo Weber, nº 83, Bairro Parque Cidade Nova, Teixeira Soares – PR.
Art. 3º Deverão participar da reunião todas as candidatas com inscrições homologadas, sendo a presença considerada parte integrante do acompanhamento das etapas do Processo de Escolha de Diretores Escolares.
Art. 4º A reunião terá como finalidade o alinhamento e a orientação das candidatas quanto à continuidade do Processo de Escolha de Diretores Escolares, bem como o tratamento dos assuntos pertinentes às próximas etapas, conforme as disposições estabelecidas pela Comissão Central.
Art. 5º Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Central do Processo de Escolha de Diretores Escolares, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Teixeira Soares – PR, 01 de outubro de 2026.

EDSON LUIS MENDES
Secretário da Comissão Central
Processo de Escolha de Diretores Escolares

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:13369FAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 95-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITARIO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de solução integrada de comunicação de dados por fibra óptica, em ITEM ÚNICO E GLOBAL, compreendendo: Link de Internet Dedicado de 1 Gbps simétrico, com trânsito IP nacional e internacional, IPv4 /29, IPv6, sem CGNAT e SLA mínimo de 99,7%; interligação de até 60 (sessenta) unidades municipais por fibra óptica em rede privada LAN to LAN – Camada 2, com velocidade mínima de 500 Mbps simétricos por unidade, Full Duplex e transporte transparente de dados, voz e vídeo; fornecimento, em regime de comodato, de roteadores para as unidades e de equipamento principal (CORE) no Paço Municipal; fornecimento de todos os módulos SFP/SFP+, cabos ópticos, DIOs, caixas, patch cords, fontes, conectores, ferragens e demais acessórios necessários; bem como projeto executivo, lançamento e fusão das fibras, certificação, instalação, configuração, testes, homologação, documentação As Built, gerenciamento, monitoramento, suporte técnico e manutenção integral da solução.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 30.09.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 21.10.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 30 de setembro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:567E7ADE

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 382/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: AUTOMEDICAL LTDA, CNPJ nº 55.152.280/0001-45, com sede São Caetano do Sul, São Paulo, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CAROLINA LORENTE MITSUMOTO, CPF: 376.264.248-67, carteira de Identidade nº 39062967.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **9.350,00 (nove mil, trezentos e cinquenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6A47A043

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 390/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ nº 97.541.831/0001-02, com sede Abelardo Luz, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). GESSICA ZARZEKA OLIVO, CPF: 070.635.909-79, carteira de Identidade nº 103328225.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **50.915,00 (cinquenta mil, novecentos e quinze reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:E34E9796

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 392/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MICRON INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 39.791.096/0001-99, com sede Maravilha, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JACSON EICHSTAEDT, CPF: 011.090.619-51, carteira de Identidade nº 5657859.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **4.129,86 (quatro mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:008CE3F1

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 393/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, com sede Araruna, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ODAIR CAMILOTI DE OLIVEIRA, CPF: 020.202.799-67, carteira de Identidade nº 73941350.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5E2DF5E0

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 395/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: R.E.A. SILVA LTDA, CNPJ nº 50.273.443/0001-24, com sede São Francisco do Sul, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ROSE ELAINE APARECIDA DA SILVA, CPF: 373.059.798-13, carteira de Identidade nº 476836311.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:877D5410

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 397/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 49.059.156/0001-37, com sede Mandaguaçu, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANDREIA CARACATO ROCCO ZANETTI, CPF: 032.300.309-58, carteira de Identidade nº 75952210.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.281,85 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:53F90DC0

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 399/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: VMLX ELETRONICOS EIRELI, CNPJ nº 03.800.477/0001-40, com sede Turvo, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARIA FAVARIN DANDOLINI, CPF: 918.763.709-04, carteira de Identidade nº 1089749.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.080,00 (um mil e oitenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:2B216467

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 403/2026
REF: PREGÃO N° 88/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: TERCERIZA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 43.794.969/0001-94, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MILTON HENRIQUE GRECCHI, CPF: 041.961.449-42, carteira de Identidade nº 76323160.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de serviços de segurança para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esportes..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **24.310,00 (vinte e quatro mil, trezentos e dez reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 30 de setembro de 2026, com vencimento até 30 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:75EF019E

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 400/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 42/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: 29.294.478 KARISTHON VELOSO DANTAS, CNPJ nº 29.294.478/0001-53, com sede RUA PENHA, 203, RESIDENCIAL ATLANTICO II, CEP 87202040, Cianorte - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). KARISTHON VELOSO DANTAS, CPF: 054.336.999-43, carteira de Identidade nº 80978316.

OBJETO: Credenciamento de Profissionais de Educação Física, para prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Esportes, visando atender às demandas das modalidades de Futsal, Voleibol e Basquetebol, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais anexos..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 62.179,88 (sessenta e dois mil, cento e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos) , valor esse que será pago em em ate 30 dias.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de maio de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:40CB3D1F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 413/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 03/2022

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **ANA CLAUDIA C. COSSICH & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n° 00.648.833/0001-63, sediada na Rua Guararapes, 59-B, na Cidade de CIANORTE, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **ANA CLAUDIA CARVALHO COSSICH**, portadora do CPF nº 768.307.809-34 e RG nº 5.140.244-8, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº03/2022, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 413/2022, que tem por objeto o **credenciamento de Pessoa Jurídica da Área da Saúde para Prestação de Serviços de exames de imagens e medicina nuclear, hiperbárica e fonoaudiologia, de forma complementar nos diagnósticos na atenção primária, Secretaria de Saúde e Hospital Municipal** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 413/2022 até 30 de novembro de 2026, com base no art. 57, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de setembro de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0276611C

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 88/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 88/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de serviços de segurança para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esportes.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) TERCERIZA SEGURANÇA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 43.794.969/0001-94 no valor total dos itens vencidos de R$ 24.310,00 (vinte e quatro mil, trezentos e dez reais).

Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6DA881F4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 888/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 01/10/2026 a Senhora **JESSICA DOZOLINA PEREIRA NUNES** portadora do CPF 084.090.509-27 para exercer o cargo efetivo de Agente de Serviços de Limpeza e Alimentação, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:20267253

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 889/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **SHIRLEI FREITAS DA SILVA RODRIGUES** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **01/10/2026** a **30/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8DB655D2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 890/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença Sem Vencimentos a Senhora **CRISTIANE DOMINGOS LUCENA** servidora efetiva desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **01/10/2026** a **29/09/2028.**

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A811C03E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 891/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **JOSE CARLOS PEREIRA LIMA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS – MOTORISTA referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **02/10/2026** a **11/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E9DA050E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 892/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **JANAINA PEDRO ASSUNÇÃO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **05/10/2026** a **03/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1C29D7E9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 893/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **VALDECI FRANCISCO DE LIMA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **06/10/2026** a **15/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8BB48246

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 894/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1737/2022 de 22/12/2022,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 25/09/2026, ao servidor efetivo **FERNANDO GONÇALVES VALENTE**, portador do CPF 550.427.839-20, ocupante do cargo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, **Gratificação de Transporte Coletivo e Serviços Públicos – GTCSP**, no valor de R$ 1.297,44 (mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/09/2026, revogando a **Portaria Nº 867/2026.**

Prefeitura do Município de Terra Boa, 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:819C3024

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 895/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR a Senhora **PAULA DANIELE JEDLICZKA** portadora do CPF 036.420.679-99, ocupante do cargo de ADVOGADA, lotada no Departamento Jurídico, com carga horaria de 20h semanal para compor a equipe de referencia do CREAS (Centro de Referencia Especializado de Assistência Social).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:3CD66432

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.457/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4457/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 168.257,93 (cento e sessenta e oito mil duzentos e cinqüenta e sete reais e noventa e três centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.122.0002.2.049.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
596 - 3.3.90.39.00.00	105	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50,00
09.001.12.361.0006.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
1754 - 3.3.90.30.00.00	1040	MATERIAL DE CONSUMO	49.500,00
09.001.12.365.0006.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
1752 - 3.3.90.30.00.00	1040	MATERIAL DE CONSUMO	33.800,00
09.001.12.365.0006.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
1756 - 3.3.90.30.00.00	1038	MATERIAL DE CONSUMO	37.455,55
09.001.12.365.0006.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
1753 - 3.3.90.30.00.00	1040	MATERIAL DE CONSUMO	31.400,00
09.001.12.365.0006.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
1755 - 3.3.90.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	16.052,38
		Total Suplementação:	**168.257,93**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.06.00000000	Fonte: 105	50,00
Receita:1.7.1.5.50.01.00.00000000	Fonte: 1038	37.455,55
Receita:1.7.1.5.50.01.00.00000000	Fonte: 1039	16.052,38
Receita:1.7.1.5.52.01.00.00000000	Fonte: 1040	114.700,00
	Total da Receita:	**168.257,93**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:90AAC5AB

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.459/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA

Estado do Paraná
Exercício:
2026
Decreto nº 4459/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 27.542,88 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.005.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
11.005.08.241.0003.1.084.		EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
1613 - 4.4.90.52.00.00	32934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.542,88
		Total Suplementação:	**27.542,88**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:86EB4514

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 66/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **FONSECA DA SILVA E GASPAROTTO LTDA, CNPJ 08.304.017/0001-44** com endereço na AVENIDA SAO PAULO, 691 CENTRO - CEP: 87890000 - BAIRRO: VILA BARBOSA, neste ato representada por AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 014.692.619-60, com domicilio na AVENIDA CANDIDO BERTHIER FORTES, 821 Centro - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 2/2026, objetivando a **Registro de preço para compra de ferramentas, material elétrico, equipamentos e material de construção de em geral.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, no contrato acima identificado, fica reajustado o Lote nº 353, de acordo com Termo Reequilíbrio, conforme tabela abaixo:

Lote	**Item**	**Produto**	**Valor Atual**	**Valor reajustado**
LOTE 353	1	TIJOLO DE BARRO BRANCO	R$ 0,87	R$ 1,10

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores ajustados do lote acima mencionado e a quantidade de saldo restante, será necessário acrescer ao contrato o valor de R$ 3.607,55 (Três mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 66/2026 de 09/03/2026.

Terra Rica-Pr, 30/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA***
Prefeito Municipal	Fonseca Da Silva E Gasparotto LTDA

Testemunhas:
_____
Nome:
_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:EBA8BF1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 66/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **FONSECA DA SILVA E GASPAROTTO LTDA, CNPJ 08.304.017/0001-44** com endereço na AVENIDA SAO PAULO, 691 CENTRO - CEP: 87890000 - BAIRRO: VILA BARBOSA, neste ato representada por AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 014.692.619-60, com domicilio na AVENIDA CANDIDO BERTHIER FORTES, 821 Centro - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 2/2026, objetivando a **Registro de preço para compra de ferramentas, material elétrico, equipamentos e material de construção de em geral.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, no contrato acima identificado, fica reajustado o Lote nº 349, de acordo com Termo Reequilíbrio, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Produto	Valor Atual	Valor Reajustado
LOTE 349	1	TELHA 2,44 X 0,50 X 4mm	R$ 17,99	R$ 25,70

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores ajustados dos lotes acima mencionados e a quantidade de saldo restante, será necessário acrescer ao contrato o valor de R$ 12.274,32 (Doze mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 66/2026 de 09/03/2026.

Terra Rica-Pr, 30/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA*
Prefeito Municipal	Fonseca Da Silva E Gasparotto LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:1AF111F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 93/2026.
Processo nº 147/2026
OBJETO: Registro de preço para fornecimento de refeição no sistema self-service - buffet livre e marmitex no município de Terra Rica**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 16/10/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 30/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:41704571

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **64.466.864/0001-86**.

DOMICÍLIO: RUA ODINOT MACHADO, 1660 - CEP: 87704130 - BAIRRO: JARDIM OURO BRANCO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Contratação de empresa para executar oficina de artesanato, balé, capoeira, coral, dança, fanfarra, violão e xadrez para execução de projetos junto a Secretaria de Assistência Social., do Pregão - Eletrônico 51/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 25/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **19.760,00 (Dezenove Mil, Setecentos e Sessenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 25/09/2026(vinte e cinco dias de setembro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Amancio Service Asseio e ConservaçãoLTDA
ALEXANDRO AMÂNCIO DA SILVA
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:A0579360

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.675.016/0001-58**.

DOMICÍLIO: RUA SOUZA NAVES, 1145 - CEP: 87702220 - BAIRRO: JARDIM SÃO CRISTOVÃO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, do Pregão - Eletrônico 77/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 30/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **1.678,00 (Um Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 30/09/2026(trinta dias de setembro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

K Medica Produtos Medico Hospitalar - LTDA
ROSA FERREIRA BRAGA
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:2BA4F35B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AVISO DE SESSÃO PUBLICA

Edital de Pregão - Eletrônico ELETRONICO Nº. 63/2026.
Processo nº 106/2026
OBJETO: Aquisição de tratores e implementos**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.
ABERTURA: A abertura da sessão será às 09:00min do dia 02/10/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/
erra Rica, 30/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:59396EA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 431/2026

SÚMULA: EXONERA O SENHOR LEANDRO DO PRADO BOMFIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADO,** por término de contrato, o Sr. **LEANDRO DO PRADO BOMFIM**, ocupante do cargo temporário de **MOTORISTA PSS,** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 026/2025, a partir de 30 de Setembro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (30/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:1C3D397B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 432/2026

SÚMULA: EXONERA O SENHOR LAERCIO DE OLIVEIRA SENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADO,** por término de contrato, o Sr. **LAERCIO DE OLIVEIRA SENA**, ocupante do cargo temporário de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 30 de Setembro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (30/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:7B889D0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N.º 433/2026

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por Idade com proventos proporcionais a servidora CARMEM APARECIDA LAMAS MACHADO.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e **Considerando** o processo de aposentadoria da servidora **CARMEM APARECIDA LAMAS MACHADO**.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 01 de outubro de 2026 a servidora pública municipal de Terra Rica a Sra. **CARMEM APARECIDA LAMAS MACHADO,** ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** 40 horas, nível 16, Classe GOSG/A, matrícula nº 11246, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTOS MENSAIS CALCULADOS SOBRE A MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DAS MAIORES CONTRIBUIÇÕES EFETUADAS A PARTIR DE JULHO DE 1994,** com fundamento no art. 40, §1º, inciso III, "b" da CF.

Art. 2º- Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria, o valor de R$ 1.046,71 (um mil, quarenta e seis reais e setenta e um centavos), conforme planilha de cálculo de proventos que integram o processo de aposentadoria, e para efeito de percepção do benefício o valor de 01 (um) salário mínimo vigente, ou seja R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais), conforme § 2º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (30/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:376FF8FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N.º 434/2026

Súmula: Concede Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho ao servidor ANDRE FERRO GONÇALVES**.**

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e **Considerando** o processo de aposentadoria do servidor **ANDRE FERRO GONÇALVES**.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 01 de outubro de 2026 ao servidor público municipal de Terra Rica o Sr. **ANDRE FERRO GONÇALVES,** ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASC),** 40 horas, nível 12, Classe GOSG/A, matrícula nº 11290, **APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO, COM PROVENTOS MENSAIS CALCULADOS SOBRE A MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DA TOTALIDADE DE CONTRIBUIÇÕES EFETUADAS A PARTIR DE JULHO DE 1994,** com fundamento no art. 45 da Lei Complementar nº 075/2024.

Art. 2º- Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria, o valor de R$ 1.257,19 (um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e

dezenove centavos), conforme planilha de cálculo de proventos que integram o processo de aposentadoria, e para efeito de percepção do benefício o valor de 01 (um) salário mínimo vigente, ou seja R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais), conforme § 2º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (30/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:698D8833

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18 /2026
TIPO REGISTRO DE PREÇO

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Pregão - Eletrônico 18/2026 O objeto dessa licitação consiste em AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRÁULICAS PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço Por item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRÁULICAS PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO

PRORROGAÇÃO: A nova data de abertura do certame será às 09:00 (nove horas) do dia **14/10/2026** (quatorze dias de outubro de 2026).

O edital completo está disponível no site:https://www.samaetr.com.br ou https:/bllcompras.com/ via e-mail licitacao@samaetr.com.br ou poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, nº 233, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441-2441, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 30/09/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:ABEA930D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE 2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA – PARANÁ. 2º Quadrimestre de 2026

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, estando presentes a Presidente, Senhora Vereadora Aparecida Lourenço da Silva e o vereador Emerson de Oliveira Bachiega, Primeiro-Relator para acompanharem a demonstração da prestação de contas do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e seis, em atendimento ao §4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000). Inicialmente, a Senhora Presidente da Comissão informou que o Edital de Convocação da Audiência Pública, de autoria do Poder Legislativo, foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná. Concluída a leitura, a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Haroldo Bhrem, Secretário de Finanças do Poder Executivo, tendo em vista a apresentação dos relatórios que foram encaminhados ao Poder Legislativo, os quais foram devidamente arquivados na Câmara Municipal. Ato contínuo, o Secretário de Finanças discorreu a respeito do demonstrativo da receita, despesas empenhadas, comparação da receita e despesa, restos a pagar, disponibilidade por fonte de recurso no acumulado, limites constitucionais aplicados na educação e na saúde, gasto com pessoal, posição da dívida consolidada, taxa de iluminação pública e taxa de coleta e destinação dos resíduos sólidos. Em seguida, o Senhor Marcos Paulo Alves, Superintendente da PREVISTERRA discorreu a respeito da autarquia, apresentando os valores oriundos da contribuição patronal, dos servidores ativos, dos servidores inativos, o valor do aporte financeiro no período, parcelamento, compensação previdenciária, rendimentos líquidos e taxa de administração do fundo. Prosseguindo com as suas colocações, mencionou a respeito dos inativos. Comentou a respeito das despesas com a manutenção do fundo, mantidas com recursos da taxa de administração, e finalizou as suas colocações informando os valores dos rendimentos dos recursos aplicados em fundos de investimento. Prosseguindo com a apresentação, foi feita a explanação da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Terra Roxa– PR. Não havendo indagações a serem esclarecidas, a Presidente da Comissão, Vereadora Aparecida Lourenço da Silva, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública de Finanças e Orçamento, da qual eu, Bruno dos Reis Moura, Agente Administrativo, lavrei a presente ata, que, após lida, segue para assinatura dos presentes na data de vinte e nove de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:E9512F96

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR

Dispõe sobre a nova Lei Orgânica do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, e revoga a Lei Orgânica do Município de Terra Roxa promulgada em 1990 e Revisada em 2001 e suas emendas.

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo de Terra Roxa, constituídos no Poder Legislativo deste Município, investidos no pleno exercício dos poderes conferidos na Constituição da República Federativa do Brasil, unidos indissoluvelmente pelos mais elevados propósitos de preservar o Estado de Direito, o culto perene à liberdade e a igualdade de todos perante a lei, intransigentes no combate a toda forma de opressão, preconceito, exploração do homem pelo homem e velando pela Paz e Justiça Social e sob a proteção de DEUS, aprovamos e a Mesa Diretora promulga a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 1º. O Município de Terra Roxa integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil, no Estado do Paraná, e tem como fundamentos:
I - autonomia;
II - cidadania;

III - dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - pluralismo político.

Art. 2º. São objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:
I - assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
II - contribuir para o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 3º. O Município de Terra Roxa, com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. O dia 14 de dezembro de 1961, dia da emancipação política do Município, considerar-se-á feriado municipal.

Art. 4º. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Legislativo.

Art. 5º. São símbolos do Município sua Bandeira, Brasão e seu Hino representantes de sua cultura e história.

CAPÍTULO II
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
Art. 6º. O Município poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros e distritos.
I - denominam-se bairros as porções contínuas e contíguas do território da sede, com denominação própria, representando meras divisões geográficas desta.
II - é facultada a descentralização administrativa com a criação nos bairros, de subsedes da Prefeitura, na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.
III - distrito é a parte do território do Município dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e jurisdição municipal, com denominação própria.

Art. 7º. A criação, organização e supressão de distritos far-se-ão por lei municipal, após consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual específica.
§ 1º Em cada distrito será instituído um conselho distrital de representantes da população, eleitos pelos moradores da localidade, o qual participará do planejamento, execução, fiscalização e controle dos serviços e atividades do Poder Executivo no âmbito do distrito, assegurando-lhe pleno acesso a todas as informações que solicitar.
§ 2º A criação de distrito somente poderá ocorrer até seis meses antes da realização das eleições para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.
§ 3º O distrito poderá ser criado mediante fusão de dois ou mais distritos, ou da divisão de dois distritos, aplicando-se, neste caso, as normas estaduais e municipais cabíveis relativas à criação e à supressão.

Art. 8º. São requisitos mínimos para a criação de distrito no Município:
I. existência de população superior a trezentos habitantes na sede do distrito;
II. existência de escola pública; e
III. existência de posto de saúde

Art. 9º. Comprovar-se-á o atendimento à exigência enumerada no artigo anterior mediante:
I. certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município, certificando o número de moradias;
II. certidões emitidas pelas Secretarias Municipal de Saúde e de Educação, certificando a existência de escola pública e posto de saúde.

Art. 10. Na fixação das divisas distritais devem ser observadas as seguintes normas:
I - sempre que possível serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;
II - preferência para a delimitação das linhas naturais facilmente identificáveis;
III - na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, em que os pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;
IV - é vedada a interrupção da continuidade territorial do Município ou do distrito de origem.
Parágrafo único. As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade, aquelas em que coincidirem com os limites municipais.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO ÚNICA
DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA
Art. 11. Compete ao Município de Terra Roxa:
I - administrar seu patrimônio;
II - criar, organizar e suprimir distritos, observando o disposto nessa Lei Orgânica e na legislação estadual;
III - organizar o quadro funcional, plano de carreira e estabelecer o regime de seus servidores;
IV - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outras, os seguintes serviços:

• transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;
• abastecimento de água e esgotos sanitários;
• mercados, feiras e matadouros locais;
• cemitérios e serviços funerais;
• iluminação pública;
• limpeza pública, coleta domiciliar, hospitalar, detritos industriais, destinando o lixo em área adequada, como aterro sanitário;
• construção e conservação de estradas, parques, jardins e outros.

V - promover no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
VI - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e as ações fiscalizadoras federal e estadual;
VII - promover a cultura, a arte, o desporto e o lazer;
VIII - fomentar a produção agropecuária, industrial, comercial, artesanal e demais atividades econômicas;
IX - realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições estabelecidos em Lei Municipal;
X - fixar:

• tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
• horário de funcionamento dos estabelecimentos públicos municipais.

XI - sinalizar as vias públicas, urbanas e rurais;
XII - regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;
XIII - conceder licença para:

• localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
• fixação de outdoor, letreiros, faixas em locais públicos, emblemas e utilização de alto falantes para fins de publicidade e propaganda em locais públicos;
• exercício do comércio eventual ou ambulante;
• realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
• prestação dos serviços de táxis e demais serviços de utilidade pública.

XIV - elaborar, implantar e executar a política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das áreas habitadas e garantir o bem-estar de seus habitantes;
XV - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;
XVI - disciplinar a localização, instalação, funcionamento de máquinas, motores, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços prestados ao público.

CAPÍTULO IV
DAS VEDAÇÕES
Art. 12. Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município é vedado:
I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração e interesse público;
II - recusar fé aos documentos públicos;
III - outorgar isenções ou anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;
IV - exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;
V - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
VI - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Art. 13. A administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:
I - garantia da participação dos cidadãos e de suas organizações administrativas, através de conselhos colegiados em audiências públicas, além dos mecanismos previstos na Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica;
II - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como os estrangeiros, na forma da lei;
III - a investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração;
IV - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
V - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;
VI - as funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
VII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e definirá os critérios de sua admissão;
VIII - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;
IX - a remuneração dos servidores públicos e os subsídios dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
X - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
XI - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
XII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
XIII - os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o disposto nos incisos XI e XII deste artigo;
XIV - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o limite estabelecido no inciso XXI.

• a de dois cargos de professor;
• a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
• a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas;

XV - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
XVI - nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuídas ao cargo que ocupa, a não ser na hipótese de substituição, percebendo gratificação estabelecida em lei;
XVII - a administração tributária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma de lei;
XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação delas em empresas privadas;
XX - ressalvados os casos determinados na legislação federal específica, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia das obrigações;
XXI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos públicos e funções de administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidas cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite no Município, o subsídio fixado para o Prefeito;
XXII - é vedada a exoneração de servidores sindicalizados, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos.
§ 2º A não observância do disposto nos incisos III e IV deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.
§ 3º O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
§ 4º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objetivo a afixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:
a. o prazo de duração do contrato;
b. os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;
c. a remuneração do pessoal.

§ 5º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelo regime geral de previdência, com a remuneração de cargo, emprego e função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal e desta Lei Orgânica, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

CAPÍTULO VI
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 14. Ao servidor público municipal, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:
I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração;
III - investindo no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime.

Art. 15. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:
I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 16. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Art. 17. É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observando o seguinte:
I - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações;
II - é assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais e profissionais da área de saúde à associação sindical de sua categoria;
III - os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, poderão associar-se em sindicato próprio;
IV - ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
V - a Assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
VI - ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato;
VII - é obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho;
VIII - o servidor aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Art. 18. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Art. 19. Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime próprio de previdência social, de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
§ 1º As idades mínimas para aposentadoria dos servidores públicos municipais observarão:
I - 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, nas hipóteses de aposentadoria voluntária pela regra permanente;
II - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 58 (cinquenta e oito) anos de idade, se homem, nas hipóteses de aposentadoria voluntária pelas regras de transição com pedágio;
III - 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério, na forma da legislação previdenciária municipal;
IV - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, nas hipóteses de aposentadoria pelas regras transitórias por pontos;
V - compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da Constituição Federal
e da legislação complementar aplicável.
§ 2º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e de disponibilidade, observadas as regras da legislação previdenciária municipal.
§ 3º Os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão por morte serão concedidos e reajustados em conformidade com a legislação previdenciária municipal específica e em observância às normas gerais previstas na Constituição Federal.
§ 4º É assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, nos termos da Constituição Federal.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 20. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, que tem funções legislativas de fiscalização, de mediação e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, de assessoramento ao Poder Executivo e de administração de sua economia interna.
Parágrafo único. Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondente cada ano a uma Sessão Legislativa.

Art. 21. A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.
Parágrafo único. O número de Vereadores deste Município será de nove.

Art. 22. A Câmara Municipal reunir-se-á anual e ordinariamente, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, podendo reunir-se também por convocação extraordinária.
§ 1º As sessões inaugurais de cada Sessão Legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com sábados, domingos ou feriados.
§ 2º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

Art. 23. O funcionamento da Câmara Municipal e o processo para composição da Mesa Diretora será regulamentado no Regimento Interno da Casa.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 24. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre assunto de interesse local.

Art. 25. Compete à Câmara Municipal as seguintes atribuições:
I - fixar o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, Secretários Municipais e dos Vereadores, obedecendo o que dispõem as normas de referência previstas na Constituição Federal;
II - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;
III - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;
IV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
V - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração;
VI - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;
VII - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional;
VIII - processar e julgar os Vereadores, na forma desta Lei Orgânica;
IX - representar ao Ministério Público do Estado, mediante aprovação de dois terços dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento;
X - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em Lei;
XI - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;
XII - criar comissões especiais de inquéritos sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;
XIII - convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;
XIV - solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração.
§ 1º A Câmara Municipal, ou qualquer de suas Comissões, poderá convocar Secretários Municipais ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Executivo para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, dentro do prazo de quinze dias úteis, sujeitando-se às sanções previstas em legislação de referência.
§ 2º Os Secretários Municipais poderão comparecer à Câmara Municipal, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a comissão respectiva, para expor assunto de relevância de sua secretaria.
§ 3º A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informações a Secretários Municipais ou a qualquer das pessoas referidas no §1º deste artigo, sujeitando-se às sanções previstas em legislação de referência o não atendimento, dentro do prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas, ressalvadas aquelas informações disponíveis no portal da transparência e disponíveis no Tribunal de Contas.

SEÇÃO III
DOS VEREADORES
Art. 26. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 27. É vedado ao Vereador:
I - desde a expedição do diploma:

• firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
• aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior, salvo aprovação em concurso público, observado as disposições constitucionais.

II - desde a posse:

• ocupar cargo, função ou emprego, de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea a, deste artigo, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;
• exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
• ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
• patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 28. Perderá o mandato o Vereador:
I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
III - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa anual, a terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo motivo de doença devidamente comprovada, licença ou missão autorizada pela Edilidade;
IV - que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;
V - quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, nas Constituições Federal e Estadual;
VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador, à percepção de vantagens ilícitas ou imorais e a revelação do conteúdo de debates considerados secretos pela Câmara Municipal.
§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto aberto e maioria absoluta dos membros da Casa, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.
§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

SEÇÃO IV
DO PROCESSO LEGISLATIVO
Art. 29. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:
I - emenda à Lei Orgânica;
II - lei complementar;
III - lei ordinária;
IV - resolução;
V - decreto legislativo.
Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Art. 30. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:
I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
II - do Prefeito Municipal;
III - dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.
§ 1º A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada em ambos os turnos por dois terços dos membros da Câmara Municipal, e será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.
§ 2º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.
§ 3º A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Art. 31. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 32. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração do:
I - Código Tributário do Município;
II - Código de Obras e Edificações;
III - Código de Posturas.

Art. 33. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:
I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
II - servidores públicos do Poder Executivo, da administração indireta e autarquias, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
III - criação, estruturação e atribuições das secretarias, departamentos, diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;
IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.
§ 1º Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, deste artigo.
§ 2º A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 34. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa.
§ 1º Solicitada urgência, a Câmara deverá se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, contados da data em que a solicitação for deliberada e aprovada pelo Plenário da Casa.
§ 2º Esgotado o prazo de quarenta e cinco dias do início da tramitação, sem deliberação da Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, até que se ultime a votação.
§ 3º O prazo previsto no parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso da Câmara Municipal nem se aplica aos projetos de código.

Art. 35. Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.
§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.
§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção.
§ 4º O veto será apreciado pela Câmara Municipal, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.
§ 5º Se o veto não for mantido será a norma enviada para promulgação ao Prefeito.
§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.
§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo.

Art. 36. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse exclusivo da Câmara e terão efeitos internos, e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa, de efeitos externos.

Art. 37. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO V
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Art. 38. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal instituído em lei.
§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, ao qual compete:
I - apreciar as contas do Poder Executivo;
II - acompanhar as atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
§ 2º As contas do Poder Executivo, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal após emissão e recebimento do respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
§ 3º O Parecer Prévio, emitido pelo Tribunal de Contas ou órgão estadual incumbido dessa atribuição, sobre as contas que o Prefeito e a Mesa Diretora devem anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
§ 4º As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte por sessenta dias, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
§ 5º As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e pelo Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação de contas anual.

Art. 39. O Executivo manterá sistema integrado de controle interno, a fim de:
I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de Governo e dos orçamentos do Município;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Art. 40. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Art. 41. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição em Sessão Solene na Câmara Municipal.
Parágrafo único. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 42. Substituirá o Prefeito, em casos de impedimento ou de vaga, e suceder-lhe-á o Vice-Prefeito.
Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 43. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.
Art. 44. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e de Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara, na forma da lei.
§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 45. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:
I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;
II - em gozo de férias;
III - a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 46. O Prefeito gozará férias anuais, sem prejuízo da remuneração e acrescida de um terço do valor do subsídio do mês imediatamente anterior ao gozo, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 47. Compete privativamente ao Prefeito:
I - representar o Município em juízo e fora dele;
II - nomear e exonerar os Secretários Municipais e demais cargos, nos termos da lei;
III - exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da Administração Municipal;
IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
VI - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
VII - enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Município;
VIII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
IX - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
X - prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da lei;
XI - decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;
XII - decretar as situações de emergência e estado de calamidade pública;
XIII - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de projetos de interesse do Município;
XIV - prestar anualmente à Câmara Municipal, dentro de noventa dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
XV - prestar à Câmara dentro de trinta dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;
XVI - publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
XVII - encaminhar à Câmara Municipal até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;
XVIII - solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos;
XIX - solicitar intervenção estadual;
XX - solicitar convocação extraordinária à Câmara;
XXI - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como aqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;
XXII - requerer à autoridade competente, a prisão administrativa de servidor público omisso ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos;
XXIII - representar aos tribunais contra leis e atos que violem dispositivos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 48. Além das atribuições estabelecidas no artigo anterior, cabe ainda ao Prefeito, até trinta dias antes do término da Legislatura, preparar para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal que conterá, entre outras, informações atualizadas sobre:
I - dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da administração municipal de realizar operações de crédito de qualquer natureza;
II - medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;
III - prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como recebimento de subvenções ou auxílios;
IV - situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;
V - estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os respectivos prazos;
VI - transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;
VII - projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de solicitar prosseguimento ou não da tramitação;
VIII - situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgão em que estão lotados.

SEÇÃO III
DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 49. São auxiliares diretos do Prefeito:
I - Secretários Municipais;
II - Diretores de órgãos da Administração Pública Direta.
Parágrafo único. Os cargos referidos neste artigo são de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

SEÇÃO IV
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 50. O Município poderá constituir Guarda Municipal como força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, mediante lei.

SEÇÃO V
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 51. A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

CAPÍTULO III
DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I
DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS
Art. 52. Os atos administrativos são públicos, salvo quando o interesse da administração exigir sigilo, devendo ser divulgados em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

Art. 53. A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas feita pelos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

SEÇÃO II
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
Art. 54. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
I - decreto numerado, em ordem cronológica, nos seguintes casos:

• nomeação e exoneração de servidores;
• regulamentação de lei;
• instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
• regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
• abertura de créditos especiais e suplementares até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

• declaração de utilidade pública ou necessidade social para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
• aprovação de regulamento ou de regime das entidades que compõem a administração municipal;
• permissão de uso dos bens móveis do Município;
• normas de efeitos externos não privativos da lei.

II - portaria, nos seguintes casos:

• lotação e relotação nos quadros de pessoal;
• abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidade e demais atos individuais de efeitos internos;
• outros casos determinados em lei.

III - contrato, nos seguintes casos:

• admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos da legislação municipal;
• execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

§ 1º Os atos constantes dos Incisos II e III deste artigo poderão ser delegados.
§ 2º Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

CAPÍTULO IV
DOS BENS MUNICIPAIS
Art. 55. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 56. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos casos de doação e permuta;
II - quando móveis, dependerá apenas de leilão, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 57. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, sem prévia autorização legislativa.

Art. 58. O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

CAPÍTULO V
DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS
Art. 59. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano ou projeto respectivo, devendo obrigatoriamente constar:
I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;
II - os pormenores para a sua execução;
III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;
IV - os prazos para início e conclusão, acompanhados da respectiva justificativa.

Art. 60. A permissão de serviço público a título precário será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de procedimento licitatório.
§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões e as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.
§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos ficam sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que executem sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.
§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.
§ 4º O procedimento licitatório para a concessão de serviço público deverá ser precedido de ampla publicidade, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 61. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, deverá ser realizado procedimento licitatório, salvo situações excepcionais admitidas pela legislação.

Art. 62. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros Municípios.

TÍTULO IV
DO ORÇAMENTO E DA TRIBUTAÇÃO

CAPÍTULO I
DOS ORÇAMENTOS
Art. 63. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I - o plano plurianual;
II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais.

§ 1º O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado até 16 de junho e devolvido para sanção até 31 de agosto.
§ 2º O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até 16 de junho e devolvido para sanção até 31 de agosto.
§ 3º O projeto de lei orçamentária será encaminhado até 30 de setembro e devolvido para sanção até 15 de dezembro.
§ 4º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
§ 5º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
§ 6º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:
I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
§ 7º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia e de convênio.

Art. 64. Os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 65. Os orçamentos previstos nos incisos I e II do § 6º do art. 63 serão compatibilizados com o Plano Plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e política de Governo constante do Plano Plurianual.
Parágrafo único. A Prefeitura Municipal poderá solicitar abertura de créditos suplementares e especiais, conforme necessidade, mediante autorização legislativa.

SEÇÃO I
DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 66. São vedados:
I - a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e fixação da despesa;
II - o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;
III - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;
IV - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta de seus membros;
V - a vinculação de receita de impostos a órgão ou fundos especiais, ressalvadas as que se destinem à prestação de garantia às operações de crédito por antecipação da receita;
VI - a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;
IX - a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, observando o disposto nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO II
DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS
Art. 67. Os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma do Regimento Interno.
§ 1º Caberá a Comissão temática da Câmara Municipal:
I - examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre o Parecer Prévio apresentado anualmente pelo Tribunal de Contas;
II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica, bem como acompanhar a fiscalização e as operações resultantes ou não da execução do orçamento.
§ 2º As emendas serão apresentadas e encaminhadas à Comissão de Finanças, Transparência, Governança, Fiscalização e Controle que sobre elas emitirá parecer, devendo ser apreciadas na forma regimental pelo Plenário da Câmara.
§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser apresentadas caso:
I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

• dotação para pessoal e seus encargos;
• serviço da dívida;
• transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

III - sejam relacionadas:

• com a correção de erros ou omissões; ou
• com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
§ 5º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão de Finanças, Transparência, Governança, Fiscalização e Controle, da parte cuja alteração é proposta.
§ 6º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
§ 7º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% da receita corrente líquida do exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§ 8º As programações orçamentárias previstas neste artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.
§ 9º No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa serão adotadas as seguintes medidas:
I - até cento e vinte dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;
II - até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
III - até trinta de setembro ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
IV - se, até vinte de novembro ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.
§ 10 Após o prazo previsto no inciso IV do § 9º, as programações orçamentárias não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados.

Art. 68. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na legislação em vigor.
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou subsídio, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas e as sociedades de economia mista.
§ 2º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, o Município adotará as seguintes providências:
I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
II - exoneração dos servidores não estáveis.
§ 3º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.
§ 4º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
§ 5º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

SEÇÃO III
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Art. 69. A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização de dotações consignadas às despesas para execução dos programas nele determinados, observando sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 70. O Prefeito Municipal fará publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 71. As alterações orçamentárias durante o exercício serão representadas:
I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;
II - pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo único. O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 72. Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento nota de empenho, que contará as características já determinadas nas normas gerais de direito financeiro.

SEÇÃO IV
DA GESTÃO DA TESOURARIA
Art. 73. As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa regularmente instituído.
Parágrafo único. A Câmara Municipal terá tesouraria própria por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

SEÇÃO V
DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
Art. 74. A contabilidade do Município obedecerá na organização do seu sistema administrativo, informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.
Parágrafo único. A Câmara Municipal deverá ter a sua própria contabilidade.

CAPÍTULO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS
Art. 75. Ao Município de Terra Roxa compete instituir:
I - impostos sobre:
a. propriedade predial e territorial urbana;
b. transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
c. serviços de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição Federal.
II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
IV - contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto na Constituição Federal.
§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
§ 2º Sem prejuízo da progressividade, o imposto previsto na alínea "a" do inciso I do caput deste artigo poderá:
I - ser progressivo em razão do valor do imóvel;
II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;
III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
§ 3º O imposto previsto na alínea "a" do inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto.
§ 4º O imposto previsto na alínea "b" do inciso I do caput deste artigo:
I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
II - incide sobre os imóveis localizados na área territorial do Município.
§ 5º Em relação ao imposto previsto na alínea "c" do inciso I do caput deste artigo, cabe à lei complementar:
I - definir os serviços sobre os quais haverá sua incidência;
II - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;
III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
§ 6º As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.
§ 7º O Sistema Tributário Municipal deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
§ 8º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Art. 76. O imposto de competência compartilhada entre Estado e Município seguirá as regras previstas na Constituição Federal.

Art. 77. A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município, e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:
I - cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;
II - lançamento dos tributos;
III - fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;
IV - inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 78. O Prefeito Municipal promoverá periodicamente a atualização da base de cálculo dos tributos municipais mediante autorização legislativa.
§ 1º A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU será atualizada anualmente antes do término do exercício, podendo ser criada comissão de atualização, onde participarão, além dos servidores municipais, representantes dos contribuintes, de acordo com o decreto do Prefeito Municipal.
§ 2º A atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.
§ 3º A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocado à sua disposição, observados os seguintes critérios:
I - quando a variação de custo for inferior ou igual aos índices;
II - atualização monetária poderá ser realizada mensalmente;
III - quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante a ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Art. 79. A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização da Câmara Municipal.

Art. 80. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte e mediante autorização legislativa.

Art. 81. A concessão de isenção, anistia ou moratória, não gera direito adquirido e poderá ser revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixou de satisfazer as condições, bem como não cumpra ou deixe de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 82. Ocorrendo a decadência do direito de contrair o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

TÍTULO V
DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS
Art. 83. Os subsídios dos agentes políticos deverão ser fixados, observando-se o que dispõe a Constituição Federal.

Art. 84. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal.

Art. 85. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios e parâmetros estabelecidos na Constituição Federal.
§ 1º No recesso parlamentar os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 2º Na Sessão Legislativa Extraordinária, é expressamente vedado qualquer pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

Art. 86. Fica assegurada aos agentes políticos municipais a percepção do décimo terceiro subsídio, regulamentado por iniciativa da Câmara Municipal.

TÍTULO VI
DO EXAME DAS CONTAS MUNICIPAIS E DO REPASSE
Art. 87. As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante sessenta dias, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso público, devendo ser disponibilizada sala para acesso do cidadão a equipamento com acesso à internet.
§1º A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.
§ 2º A reclamação apresentada deverá:
I - ter a identificação e a qualificação do reclamante;
II - ser apresentada em quatro vias no protocolo da Câmara;
III - conter elementos e provas nas quais se fundamenta o reclamante.
§ 3º As vias da reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte distinção:
I - a primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara Municipal ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente, mediante ofício;
II - a segunda via se constituirá em recibo para o reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo;
III - a terceira via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciação;
IV - a quarta via será arquivada na Câmara Municipal.

Art. 88. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, serão enviados até o dia vinte de cada mês, em duodécimos de acordo com a Constituição Federal.

TÍTULO VII
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89. O Município, em conformidade com os princípios da Constituição Federal e Estadual, atuará no sentido da promoção do desenvolvimento econômico, que assegura a elevação do nível de vida e bem-estar da população, conciliando a liberdade de iniciativa com os ditames da Justiça Social, observando os seguintes princípios:
I - soberania municipal;
II - promover e incentivar a livre iniciativa;
III - função social da propriedade;
IV - priorizar a geração de emprego, utilizando tecnologia de uso intensivo da mão de obra;
V - proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;
VI - defender e promover o meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
VII - incentivar a diversificação de culturas;
VIII - dar tratamento favorecido à produção artesanal e mercantil, e pequenas empresas municipais;
IX - promover o associativismo, o cooperativismo e outras formas de organização;
X - desenvolver diretamente ou buscar junto a outras esferas de governo, a efetivação de:

• assistência técnica;
• crédito especializado ou subsidiado;
• estímulos fiscais e financeiros;
• serviços de suporte informativo ou de mercado.

§ 1º Dentro de sua competência, cabe ao Município investir em obras de infraestrutura básica, de forma a atrair, apoiar e incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim e obedecerá ao seguinte:
I - a exigência de licitação nos casos previstos em lei;
II - definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;
III - os direitos do usuário;
IV - a política tarifária;
V - a obrigação de manter serviços de boa qualidade;
VI - forma de fiscalização pela comunidade e usuários.
§ 2º O Município atuará, sobretudo, no setor rural, buscando fixar o homem no seu meio, possibilitando-lhe o fácil acesso aos fatores de produção e geração de renda criando infraestrutura necessária para a viabilização deste propósito.

Art. 90. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA URBANA
Art. 91. A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
§ 1º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação do Município.
§ 2º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 92. O Município promoverá, dentro de sua política urbana, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

Parágrafo único. As ações do Município deverão orientar-se no sentido de:
I - ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e serviços (escolas, centros de saúde) e servidos por transporte coletivo;
II - assistir e estimular projetos comunitários e associativos de construção de habitação de serviços, inclusive trazendo esclarecimentos ao público quanto às tecnologias viáveis, econômica e tecnicamente, por meio de cursos, palestras etc.;
III - aplicar recursos financeiros na construção de casas populares, inclusive nas formas do inciso II;
IV - urbanizar, regularizar e estimar as áreas ocupadas por população de baixa renda, possíveis de urbanização;
V - fixar um critério para a distribuição de lotes e moradias populares.

Art. 93. O Município na prestação de serviço de transporte coletivo, público ou privado, deverá obedecer aos critérios básicos de:
I - segurança e conforto dos passageiros, garantindo um especial acesso às pessoas com deficiência;
II - proteção ambiental contra a poluição atmosférica e sonora;
III - participação de usuários e das entidades representativas da comunidade na fiscalização dos serviços de transporte;
IV - deverá estabelecer normas de circulação do tráfego no perímetro urbano.

CAPÍTULO III
DA SAÚDE
Art. 94. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 95. O Município manterá, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviço de saúde pública, higiene e saneamento a serem prestados gratuitamente à população, com as seguintes diretrizes:
I - atendimento integral com propriedade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais;
II - participação da comunidade na formulação, gestão e controle das políticas e ações, através do Conselho Municipal de Saúde;
III - integração das ações da saúde, saneamento básico e ambiental.

Art. 96. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, obedecidos os requisitos da lei e as diretrizes da política de saúde.
§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 97. O Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado e da União, além de outras fontes.

CAPÍTULO IV
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Art. 98. A Assistência Social será prestada pelo Poder Público Municipal a quem necessitar, mediante articulação com os serviços federais e estaduais congêneres, tendo por objetivo:
I - proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e ao idoso;
II - amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 99. Cabe ao Município, em consórcio com outros Municípios, visando o desenvolvimento de serviços comuns de assistência social:
I - conceder subvenções a entidades assistenciais privadas declaradas de utilidade pública por lei municipal;
II - firmar convênios com entidade pública ou privada para a prestação de serviços de assistência social à comunidade;
III - formular política de assistência social em articulação com a política nacional e estadual, regulando as especificidades locais;
IV - coordenar e executar os programas de assistência social, através de órgão específico, a partir da realidade e das reivindicações da população;
V - legislar e estabelecer normas sobre matérias de natureza financeira, política e programática da área de assistência social;
VI - planejar, coordenar, executar, controlar, fiscalizar e avaliar a prestação de serviços e benefícios;
VII - gerir os recursos orçamentários próprios, bem como aqueles repassados por outra esfera de governo para a área de assistência social, respeitados os dispositivos legais vigentes;
VIII - instituir mecanismos de participação popular que propiciem a definição das prioridades e a fiscalização e o controle das ações desenvolvidas na área de assistência social.

CAPÍTULO V
DA EDUCAÇÃO
Art. 100. O dever do Município com a educação será efetivado mediante as seguintes garantias:
I - educação infantil e ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
II - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
III - atendimento das crianças de zero a três anos em creche, e de quatro a cinco anos em educação infantil;
IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e atividade de acordo com a habilidade de cada educando;
V - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VI - atendimento ao educando, na educação infantil e ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
VII - promover o atendimento ao educando com deficiência oferecendo, sempre que necessário, recursos de educação especial assegurando a educação inclusiva.

Art. 101. O ensino oficial do Município será gratuito e prioritário na educação infantil e ensino fundamental.

Art. 102. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 103. O acesso à educação é direito público subjetivo e implica para o Município o dever da garantia de:
I - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, sem limite de idade, preferencialmente na rede regular de ensino com garantia de:

• recursos humanos capacitados;
• materiais e equipamentos públicos adequados;
• vaga na escola próxima à sua residência.

II - preservação dos aspectos humanísticos e profissionalizantes de ensino básico;
III - amparo ao menor infrator e sua formação em escola profissionalizante.

CAPÍTULO VI
DA CULTURA E DO DESPORTO
Art. 104. O Município apoiará e incentivará a valorização, a produção e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à sua história, à sua comunidade e aos seus bens, através de:
I - criação, manutenção e abertura de espaços culturais;
II - acesso livre aos acervos de bibliotecas.

Art. 105. O Município incentivará o lazer como forma de promoção e integração social, construindo e mantendo áreas de lazer.

Art. 106. O Município fomentará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão, observando os princípios da inclusão social, da dignidade da pessoa humana e da promoção da saúde e da educação.

§ 1º O Poder Público Municipal incentivará o esporte em suas diversas manifestações, especialmente:
I - o esporte educacional, integrado ao processo de ensino e formação do educando;
II - o esporte de participação, como forma de lazer e integração comunitária;
III - o esporte de rendimento, respeitados os limites e finalidades do interesse público local.

§ 2º O Município apoiará e incentivará as associações, clubes, ligas, entidades e organizações comunitárias voltadas à promoção de atividades esportivas e recreativas.
§ 3º O Município poderá celebrar convênios, termos de fomento e cooperação com instituições públicas e privadas para a construção, manutenção e utilização de espaços esportivos.

CAPÍTULO VII
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
Art. 107. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, à segurança e à estabilidade da família.
§ 1º A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e às pessoas com deficiência, assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.
§ 2º No âmbito de sua competência, lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público a fim de garantir o acesso adequado às pessoas com deficiência.
§ 3º Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:
I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;
II - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;
III - amparo às pessoas idosas, assegurando participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;
IV - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução de problema dos menores desamparados ou desassistidos, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 108. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 109. O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 110. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo o direito à vida.
§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.
§ 2º A garantia da prioridade e gratuidade na locomoção do idoso, no âmbito municipal e intermunicipal em transporte coletivo conforme especifica a Lei.

CAPÍTULO VIII
DA MULHER
Art. 111. O Município assegurará a proteção do mercado de trabalho da mulher, na forma da lei.

Art. 112. Serão adotadas medidas para efeito de combate e prevenção da violência contra a mulher, mediante:
I - gestão junto ao Estado para criação e manutenção de delegacias de defesa da mulher;
II - instalação e manutenção, através da administração direta, de serviços de assistência jurídica, médica, social e psicológica.

CAPÍTULO IX
DO TURISMO
Art. 113. O Município, colaborando com os seguimentos do setor, apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural.

Art. 114. Cabe ao Município, obedecida a legislação federal e estadual, definir a política municipal de turismo e as diretrizes e ações, devendo:
I - adotar plano integrado e permanente de desenvolvimento do turismo em seu território;
II - desenvolver efetiva infraestrutura turística;
III - estimular e apoiar:

• produção artesanal local;
• feiras e exposições;
• eventos direcionados ao fomento da pecuária leiteira;
• suinocultura, caprinocultura e ovinocultura;
• eventos turísticos.

IV - realizar programas de orientação e divulgação de projetos municipais, bem como elaborar o calendário de eventos;
V - regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico protegendo o patrimônio ecológico e histórico-cultural e incentivando o turismo local;
VI - promover a conscientização do público para a preservação e difusão de recursos naturais e do turismo como atividade econômica e fator de desenvolvimento;
VII - incentivar a formação de pessoal especializado para atendimento das atividades turísticas.

CAPÍTULO X
DO MEIO AMBIENTE
Art. 115. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defender e preservar para as presentes e futuras gerações.
§ 1º O Município, em articulação com a União e o Estado, desenvolverá as ações necessárias para o atendimento do previsto neste Capítulo.
§ 2º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies no ecossistema;
II - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão somente permitida através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
III - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
IV - a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
V - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;
VI - garantir amplo acesso da comunidade às informações sobre fontes causadoras da poluição e degradação ambiental.
§ 3º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo Órgão Público competente, na forma da lei, e especialmente quanto à extração de areia, de cascalho e pedreira.
§ 4º Os rios, lagos, riachos, as matas e demais áreas de valor paisagístico do território municipal ficam sob a proteção do Município e sua utilização se fará na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Art. 116. O Poder Público deverá, mediante planejamento, controlar e fiscalizar as atividades públicas ou privadas causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas ao meio ambiente e ao espaço público.

Art. 117. O Município deverá criar mecanismos para implantação do Plano Municipal de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 118. A preservação do meio ambiente pelo Município será efetivada mediante:
I - estabelecimento de uma política municipal do meio ambiente, objetivando a preservação e o manejo dos recursos naturais, de acordo com o interesse social;
II - normas de controle de poluição visual e sonora;
III - exigência da realização de estudo prévio de impacto ambiental para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;
IV - controle de produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente;
V - elaboração e acompanhamento dos impactos ambientais referentes ao uso e ocupação do solo, de acordo com zoneamento das áreas urbanas;
VI - estabelecimento da obrigatoriedade de reposição da flora nativa, quando necessária à preservação ecológica.

Art. 119. O direito ao ambiente saudável inclui o ambiente de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir e proteger o trabalhador contra toda e qualquer condição nociva à saúde física e mental.

CAPÍTULO XI
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PECUÁRIA
Art. 120. Caberá ao Município fomentar a produção agropecuária, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sócio econômicas e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.

Art. 121. Os planos de desenvolvimento agrícola deverão prover a integração das atividades de preservação do meio ambiente com os setores de apoio econômico e social.

Art. 122. Os planos de desenvolvimento agrícola municipais serão formulados segundo as peculiaridades locais, voltando-se, prioritariamente, para os pequenos e médios produtores, assegurando-lhes:
I - sistematização das ações de política agrícola federal e estadual, que se apliquem ao Município, visando agregar esforços, racionalizar recursos e melhorar resultados;
II - assistência técnica e extensão rural, através de convênio com serviço oficial do Estado, garantindo o atendimento gratuito aos pequenos e médios produtores;
III - a difusão de tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agropecuária, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida no meio rural, fundamentalmente, através do aumento da produção no setor;
IV - estimular e apoiar o processo de organização da população rural, respeitando a unidade familiar, bem como a representação dos produtores rurais;
V - a divulgação de informações conjunturais, nas áreas de agropecuária, comercialização, abastecimento e agroindústria;
VI - auxílio técnico às associações de proteção ao meio ambiente, constituídas na forma da lei;
VII - apoio aos produtores e trabalhadores rurais, extensivo aos grupos indígenas, pescadores artesanais, assentados, quilombolas e àqueles que se dedicam às atividades de extrativismo vegetal não predatório a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos e condomínios;
VIII - orientação às iniciativas de comercialização direta entre pequenos e médios produtores rurais e consumidores, concedendo-lhes estímulos, desde que a venda seja feita por suas entidades representativas;
IX - incremento à implantação de programas de habitação rural;
X - estímulo à geração de cinturões verdes de importância para o abastecimento alimentar municipal.
Art. 123. A administração municipal proporcionará programas regionais de desenvolvimento agrícola em ações próprias ou em consórcio com outros municípios.
TÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 124. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 125. Fica revogada a Lei Orgânica do Município de Terra Roxa promulgada em 1990 e revisada em 2001 e suas emendas.

Art. 126. Esta Lei Orgânica promulgada pela Mesa Diretora entra em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, 30 de setembro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
(PL - Partido Liberal - 22)
Presidente

WALDECYR DOS SANTOS SIMÕES (CICA)
(PP)
Vice-Presidente

APARECIDA LOURENÇO DA SILVA (LORINHA)
(PL - Partido Liberal - 22)
1ª Secretária

EMERSON DE OLIVEIRA BACHIEGA (BACHIEGA)
(MDB)
2º Secretário

CARLOS ADELSON DINIZ (DINIZ)
(PSD)
Vereador

CARLOS AMILCAR BARBARA GASPAR (PORTUGA)
(Republicanos)
Vereador

HELINTON ROGÉRIO MARQUES (CABEÇÃO)
(PSD - Partido Social Democrático - 55)
Vereador

JOSÉ DO EGITO MARQUES SOARES (ZÉ JAPONÊS)
(MDB)
Vereador

KLEBER FRANCISCO CARVALHO (PINGO)
(União Brasil)
Vereador

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:BC9E2FDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17609/2026

PORTARIA N° 17609/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). GISLAINE DA SILVA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). GISLAINE DA SILVA, portador(a) do CPF ***.***.729-**, no cargo de Professor, Classe III, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:65C321AC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17610/2026

PORTARIA N° 17610/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO, portador(a) do CPF ***.***.699-**, no cargo de Professor, Classe III, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:9F243DE8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17611/2026

PORTARIA N° 17611/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). VICTÓRIA EMILIA GOMES MARTINS, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). VICTÓRIA EMILIA GOMES MARTINS, portador(a) do CPF ***.***.869-**, no cargo de Professor de Educação Fisíca, Classe IV, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:EAF865F2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17612/2026

PORTARIA N° 17612/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). EVILYN VITÓRIA LOURENÇO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). EVILYN VITÓRIA LOURENÇO, portador(a) do CPF ***.***.389-**, no cargo de Monitor Educacional, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:B7BC83FE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17613/2026

PORTARIA N° 17613/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). BRUNA STENZEL, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). BRUNA STENZEL, portador(a) do CPF ***.***.499-**, no cargo de Monitor Educacional, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:50DB9439

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17614/2026

PORTARIA N° 17614/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). NAIARA FRANCIELI DOS SANTOS DE SOUZA OLIVEIRA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). NAIARA FRANCIELI DOS SANTOS DE SOUZA OLIVEIRA, portador(a) do CPF ***.***.909-**, no cargo de Monitor Educacional, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:C428672C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17615/2026

PORTARIA N.º 17615/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 17513/2026 em 29/09/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora, Tallita Valotto, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula 119750-02, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, 3 (três) meses de licença especial no período de 10/11/2026 a 07/02/2027, conforme o artigo 128 da Lei Municipal n.º 2274/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:D5C9C96B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17606/2026

PORTARIA Nº 17606/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a partir de 01 de outubro de 2026 a portaria nº 16792/2025 de 24/06/2025, onde designava o Senhor Eder Simões, matrícula 141810-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, para assinar documentos e responder interinamente pela Secretaria Municipal de Planejamento.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:D3925E28

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17607/2026

PORTARIA Nº 17607/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 1º de outubro de 2026, o Sr. Everton Soares de Sousa Barroso, inscrito no CPF sob nº xxx.xxx.699-xx, do cargo de Secretário Municipal de Educação, para o qual foi nomeado por meio da Portaria nº 15725/2024, de 22/01/2024.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:171D0525

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17608/2026

PORTARIA Nº 17608/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 1º de outubro de 2026, o Sr. Augusto Bachiega Ferreira, inscrito no CPF sob nº xxx.xxx.559-xx, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, nos termos da legislação municipal vigente.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:AFD19BEA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 189/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 189/2026
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, PAULA HOSDA DE LIMA, inscrito no CPF sob n° ***.***.219-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Recepcionista, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 03 (três) meses, com início em 01/10/2026 e término em 29/12/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 30 de setembro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:AFB078C1

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 15/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 15/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências..

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que estabelece como objetivos da Assistência Social a proteção social e a garantia de direitos;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para exercer o controle social da Política de Assistência Social no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 223, de 2026, que dispõe sobre o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.172, de 2026, que estabelece orientações e procedimentos relacionados ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências e ao respectivo cofinanciamento federal;
O Conselho Municipal da Assistência Social de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 1808/2020, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião extraordinária em data de 25 de setembro de 2026, sob a ata 03/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para formalização pelo Município de Terra Roxa – Paraná.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Terra Roxa/PR, 25 de setembro de 2026

MARLENE MARTIM DE OLIVEIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:3BD11450

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
ATA N° 014 - CHAMAMENTO N° 001/2025

ATA Nº 014 DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Abertura dos Envelopes do Edital de Chamamento Público nº 001/2025

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações do Paço Municipal, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 17192/2026, composta pelos servidores: Anelise Lana de Oliveira, Antonio Marcos de Carvalho, Alcenia May e Charles Henrique Porcino da Cunha, para abertura dos envelopes, julgamento da proposta e exame das documentações de habilitação das proponentes:

JM GARCIA, CNPJ 67.523.941/0001-80;
CJ COSTENARO SILVA – CLINICA MEDICA LTDA, CNPJ 63.694.825/0001-73.

Participantes do Edital do Chamamento Público nº 001/2025, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E OU PROGRAMAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.**
Os envelopes foram rubricados pelos membros da Comissão de Licitações, e na seqüência foi aberto, analisando-se as documentações de habilitação e proposta de atendimento, e complementação de documentos do envelope anterior, após sendo rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Ficando **INABILITADA** a empresa:
JM GARCIA, CNPJ 67.523.941/0001-80;
A empresa deixou de apresentar Carta Proposta (Anexo II), Carta Credencial (Anexo III), Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, Declarações Anexos IV e V do Edital, Atestado de Capacidade Técnica, Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica e Física junto ao Conselho Regional de Medicina, Diploma de conclusão de curso de Medicina e registro no Conselho Profissional.
CJ COSTENARO SILVA – CLINICA MEDICA LTDA, CNPJ 63.694.825/0001-73;
A empresa deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica.

Ficando com a seguinte colocação:
Item 1.1
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
9°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
11°. M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS
12°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
13°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
14°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
15°. L. P. CASINI LTDA
16°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
19°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
20°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
22°. FCN LATRONICO
23°. P. E. P. BRAGA LTDA
24°. ALPHAMED LTDA
25°. GNS HEALTH CARE LTDA
26°. D DE CAMPOS PERIN
Item 1.2
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
10°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
12°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA

14°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
15°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
16°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
19°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
20°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. FCN LATRONICO
22°. P. E. P. BRAGA LTDA
23°. ALPHAMED LTDA
24°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.3
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. L. R. CARVALHO – CLINICA
3°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
4°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
5°. MARIA AUGUSTA ANDREGUETTI LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
12°. DOMENES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
14°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
15°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
16°. L. P. CASINI LTDA
17°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
18°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
19°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
20°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. FCN LATRONICO
22°. P. E. P. BRAGA LTDA
23°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.4
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
9°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
11°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
12°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
13°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
14°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
15°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
16°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
18°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
19°. P. E. P. BRAGA LTDA
20°. ALPHAMED LTDA
21°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.5
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
10°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
12°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
14°. M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS
15°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
16°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
19°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
20°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
21°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
22°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
23°. FCN LATRONICO
24°. P. E. P. BRAGA LTDA
25°. ALPHAMED LTDA
26°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.6
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. L. R. CARVALHO – CLINICA
3°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
4°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
5°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
7°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
8°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
9°. P. E. P. BRAGA LTDA
10°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.7
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
5°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
6°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
7°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.8
1°. ALESSANDRO K. YASSUE – CLINICA MEDICA
Item 1.9
1°. C. SCHMITT LTDA
2°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Item 1.10
1°. ANA RAFAELLA DE PADUA LIMA – SERVIÇOS MEDICOS
2°. SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Item 1.11
1°. L M MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA
2°. E H S ALMEIDA E CIA LTDA
3°. G.S.P. SERVIÇOS MEDICOS LTDA
4°. CLINICA MÉDICA ENTRE AMIGOS LTDA
Item 1.12
1°. ERICA DE SOUZA LOURENÇO LTDA
2°. E H S ALMEIDA E CIA LTDA

As empresas poderão protocolar envelope com documentos que complementem este envelope, sendo considerado para fins de classificação o último protocolo da empresa.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão Permanente de Licitações deu por encerrada a sessão, que vai devidamente assinada pelo Presidente da Comissão e demais membros.

ANELISE LANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

ANTONIO MARCOS DE CARVALHO
Membro

CHARLES HENRIQUE PORCINO DA CUNHA
Membro

ALCENIA MAY
Membro

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:D966A0D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-27/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna Público e comunica aos interessados que o **Pregão Eletrônico nº 087/2026**, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PÚBLICA OU PRIVADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, PENSÕES E SIMILARES, DE TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, FUNCIONÁRIOS, VINCULADOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, foi declarada **DESERTA,** em face de ausência total de interessados.
Maiores informações poderão ser solicitadas no telefone (44) 3645-8300, em dias úteis das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.

Terra Roxa-PR, 30 de Setembro de 2026.

ANELISE LANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:D18DAB6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 DO CONTRATO Nº 455/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 97/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE PRODUTOS FITOTERÁPICOS MANIPULADOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 29/09/2027, VALOR DE R$ 37.740,00 (TRINTA E SETE MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:0C5B73E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 457/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 86/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: A. ITALO SPOLADORE.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS, VEÍCULOS LEVES, VEICULOS UTILITÁRIOS E VEICULOS CATEGORIZADOS COMO PESADOS, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, COM FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS, TENDO COMO CRITÉRIO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE OS VALORES ENCONTRADOS NO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR, TENDO COMO CRITERIO DE TEMPO A TABELA TEMPARIA SINDIREPA-PR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUTURAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TERRA ROXA-PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 01/10/2027, NO VALOR DE R$ 561.000,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E UM MIL REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: A. ITALO SPOLADORE.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:165ACD6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 456/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 86/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: ZCR BARBOSA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS, VEÍCULOS LEVES, VEICULOS UTILITÁRIOS E VEICULOS CATEGORIZADOS COMO PESADOS, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, COM FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS, TENDO COMO CRITÉRIO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE OS VALORES ENCONTRADOS NO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR, TENDO COMO CRITERIO DE TEMPO A TABELA TEMPARIA SINDIREPA-PR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUTURAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TERRA ROXA-PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 01/10/2027, NO VALOR DE R$ 257.290,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: ZCR BARBOSA LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:B63B9951

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO APOSTILAMENTO N° 004/2026

TERMO APOSTILAMENTO Nº 004/2026 CONTRATO Nº 238/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 45/2025

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. – MF sob nº 75.587.204/0001-70, com sede na Avenida PRES. COSTA E SILVA - 95 CENTRO, Terra Roxa – Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **SR. IVAN REIS DA SILVA**, de outro lado **IPM SISTEMAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o no **01.258.027/0001-41**, neste ato representado por **ALDO LUIZ MEES**, doravante denominado **CONTRATADA**, tem justos e contratados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O contratante através do Processo Licitatório nº 52/2025, na modalidade Pregão sob o nº 45/2025, realizou Contrato nº 238/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Presente Termo Apostilamento tem por objeto Apostilar dotação do contrato no valor de R$ 429.003,44 (quatrocentos e vinte e nove mil, três reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas e em vigor as demais Cláusulas e Condições do contrato.

Terra Roxa, 30 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:8A9BC603

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO nº 04/2026
Dispensa de licitação pelo valor nº 19/2026
Processo Administrativo nº 25/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.594.672/0001-35.
CONTRATADA: VOENET VIAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 43.421.931/0007-61, estabelecida na Av. Sete de Setembro, nº 5388, conj 903, andar 9, cond. Professor Octavio, Bairro Batel, Curitiba - Paraná**.**

OBJETO: Contratação de serviços prestados por Agência de Viagens para aquisição de passagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens, no âmbito do território nacional, atendendo às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: **RS 60.006,00 (Sessenta mil e seis reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01 – LEGISLATIVO MUNICIPAL;
01 – CÂMARA MUNICIPAL;
2.001– LEGISLATIVO MUNICIPAL;
3.3.90.33.00.00 – Passagens de despesas com locomoção;
3.3.90.33.01.00 – Passagens para o País.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, ocorrida em 25 de setembro de 2026.
FORO: Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Tijucas do Sul PR, 30 de setembro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:111938F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6380, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **ELISABEL DE FÁTIMA ROCHA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 14.245.412-2/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, desenvolvendo suas atividades de assessoria na Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos e demais funções descritas no Art. 18 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2026.**

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:B0FB9AA2

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 304/2025, apresentado por **João Ari Gabardo Pereira**, (CPF 622.333.519-91) e **Rosana Beatriz Gabardo Pereira** (057.014.109-51), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação fundiária em área privada rural, na localidade Saltinho do Município de Tijucas do Sul, contendo 1.562,11 m², conforme documentos que integram o processo administrativo.
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, pelo instituto jurídico de legitimação fundiária, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:F3258835

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 413, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Concede licença para tratar de interesses particulares à servidora BIANCA FAGUNDES DA CRUZ

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Conceder licença prevista no art. 86, da Lei nº 50, de 08 de dezembro de 2005, pelo prazo de 02 (dois) anos, com início em 24 de setembro de 2026 e término em 22 de setembro de 2028, a servidora **BIANCA FAGUNDES DA CRUZ**, portadora da cédula de identidade com RG nº 10.826.346-6/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **24 de setembro de 2026**.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:935EADB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 36/2026

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL	Nr.: 36/2026 - PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 36/2026
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19/10/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 36/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.
Tijucas do Sul, 30 de setembro de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:1FE37F66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 113 ANO 2022

Nº DA ATA	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 113/2022	Pregão Eletrônico n° 50/2022	Prorrogação de prazo por 180 dias (17.03.2027) e correção monetária.	**UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ.** CNPJ: 05.342.580/0001-19	18/09/2026

Publicado por:
Fernando Cesar Alves da Rocha
Código Identificador:61CE4BDC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA - P.E. Nº 26/2026

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

A Pregoeira do Município de Tijucas do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispões o item 3. Do termo de referência, convoca as proponentes classificadas como 1º colocadas a enviar amostra dos itens 18, 19, 20, 74, 75 e 125, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme determinado em edital.

3.1.2. *A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar as amostras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro ou comissão de contratação.*

Endereço para envio: Rua Jorge Leprevost, nº 1000, Centro, Tijucas do Sul/PR, Cep. nº 83.190-093.

As licitantes que não enviarem a amostra dentro do período estipulado serão desclassificadas.

Tijucas do Sul, 30 de setembro de 2026

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:CE5C78F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO N.º 074/2026

CONSIDERANDO que a transferência do ponto facultativo e suspensão do expediente nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro se revela conveniente à Administração Municipal e aos Servidores Públicos,

D E C R E T A:

Art. 1º -Fica transferido o ponto facultativo do dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º- Fica suspenso o expediente da Prefeitura Municipal de Tomazina, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 30 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:336A6AC7

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 373/2026

Súmula: Constitui o Conselho Municipal de Educação de Tomazina, Estado do Paraná, em cumprimento da Lei Municipal nº.117/2003 de 23/04/2003 e da Lei Municipal nº. 179/2005 de 20/07/2005.

O Senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Educação, do Município de Tomazina, Estado do Paraná, responsável pela política Municipal da Educação, com mandato de três anos:

Representante da Secretaria Municipal da Educação
Titular: Flavio Santos Fontanelli

Representantes do Poder Executivo Municipal
Titular: Gabriel Donizetti dos Santos
Titular: Ellen Leal Ribeiro
Suplente: Ivanilda Maria Gouveia de Melo

Representantes dos Professores e Diretores da Rede Municipal de Educação
Titular: Vanderleia Depizzol
Titular: Jaqueline Aparecida Antério
Suplente: Luciane Inocencia dos Santos

Representantes dos Servidores das Escolas Públicas da Rede Municipal de Educação
Titular: Vanessa Bassani Marques de Goes
Titular: Juliana Aparecida dos Santos
Suplente: Rafael Marioto

Representante dos Pais de Alunos da Rede Municipal de Educação
Titular: Nabdi Elias Faria
Titular: Aline Galvao Velasco
Suplente: Jesuíno Nunes da Rosa

Representantes da Comunidade Indígena do Pinhalzinho
Titular: Jefferson Gabriel Domingues
Suplente: Silvana Mimbi Veríssimo

Diretoria do Conselho Municipal de Educação
Presidente: Vanderleia Depizzol
Vice-Presidente: Vanessa Bassani Marques de Goes
Secretário: Gabriel Donizetti dos Santos

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
30 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:44545179

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - AJUSTADO

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Estado do Paraná

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF - AJUSTADO
2º QUADRIMESTRE DE 2026
Período de referência: maio a agosto de 2026
Exercício: 2026
Poder: Legislativo Municipal
Órgão: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná – PR

1. APRESENTAÇÃO
A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, apresenta o **Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026**, em atendimento ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
O presente relatório tem por finalidade demonstrar a situação fiscal do Poder Legislativo Municipal, especialmente quanto à **Despesa Total com Pessoal**, permitindo a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
As informações apresentadas têm como base os registros contábeis e fiscais do Poder Legislativo Municipal e deverão guardar conformidade com os demonstrativos oficiais encaminhados aos sistemas de prestação de contas e de informações fiscais.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O Relatório de Gestão Fiscal é elaborado em observância, especialmente, aos seguintes dispositivos:
Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
Artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, relativos aos limites da despesa com pessoal;
Artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, referente ao limite prudencial;
Artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, que determina a emissão do Relatório de Gestão Fiscal;
Artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece o conteúdo do RGF;
Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, da Secretaria do Tesouro Nacional, aplicável ao exercício de 2026;
Demais normas aplicáveis à gestão fiscal e à transparência das contas públicas.

3. OBJETIVO DO RELATÓRIO
O presente Relatório de Gestão Fiscal tem como objetivo demonstrar o acompanhamento da gestão fiscal da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná durante o exercício de 2026, evidenciando especialmente:
a Receita Corrente Líquida – RCL utilizada como base para apuração dos limites;
a Despesa Total com Pessoal do Poder Legislativo;
o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida;
a comparação com os limites máximo, prudencial e de alerta;
o cumprimento das disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RGF – ANEXO 1
Período de apuração: setembro de 2025 a agosto de 2026.

DESPESA COM PESSOAL	VALOR – R$
Despesa Bruta com Pessoal	R$2.215.549,78
Pessoal Ativo	R$ 2.215.549,78
Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis	R$ 1.918.017,34
Obrigações Patronais	R$ 297.532,44
Benefícios Previdenciários	R$ 0,00
Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas	R$ 2.215.549,78
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou contratação indireta	R$ 0,00
Despesas não computadas para fins de apuração	R$ 0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP	**R$ 2.215.549,78**

5. APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL
A Receita Corrente Líquida do Município, considerada para fins de apuração dos limites da despesa com pessoal no período, corresponde a:
Receita Corrente Líquida – RCL: R$ 88.642.122,16
A Despesa Total com Pessoal da Câmara Municipal corresponde a:

Despesa Total com Pessoal – DTP: R$ 2.215.549,78
Percentual da DTP sobre a RCL: 2,50%
Demonstrativo dos limites

APURAÇÃO	VALOR – R$	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida – RCL	**R$ 88.642.122,16**	**100,00%**
Despesa Total com Pessoal – DTP	**R$ 2.215.549,78**	**2,50%**
Limite Máximo – art. 20, III, "a", da LRF	**R$ 5.318.527,33**	**6,00%**
Limite Prudencial – art. 22, parágrafo único, da LRF	**R$ 5.052.600,96**	**5,70%**
Limite de alerta(XI)=(0,90x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**(5,40%) R$ 4.786.674,60**	

6. ANÁLISE DA DESPESA COM PESSOAL
Considerando os valores apurados no período de referência, a Despesa Total com Pessoal da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná atingiu o montante de **R$ 2.215.549,78**, equivalente a2,50 **% da Receita Corrente Líquida** do Município.
Dessa forma, verifica-se que a despesa com pessoal do Poder Legislativo Municipal encontra-se **abaixo do limite máximo de 6,00% da Receita Corrente Líquida**, estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.
Em relação ao limite prudencial de 5,70% e ao limite de alerta de 5,40%, verifica-se que a Câmara Municipal se encontra abaixo do limite.

7. MEDIDAS CORRETIVAS, QUANDO APLICÁVEIS
No período analisado, não houve necessidade de adoção de medidas corretivas relacionadas à Despesa Total com Pessoal, tendo em vista que os valores apurados permaneceram dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

8. DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RGF – ANEXO 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR – R$
Receita Corrente Líquida – RCL	R$88.642.122,16
RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal	R$ 88.642.122,16

Despesa com pessoal

INDICADOR	VALOR – R$	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal – DTP	R$2.215.549,78	2,57%
Limite Máximo	R$ 5.318.527,33	6,00%
Limite Prudencial	R$ 5.052.600,96	5,70%
Limite de Alerta	R$ 4.786.674,60	5,40%

9. TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE
O presente Relatório de Gestão Fiscal deverá receber ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, em observância aos princípios da publicidade e da transparência da gestão fiscal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.
As informações constantes deste relatório deverão corresponder aos demonstrativos oficiais da Câmara Municipal e aos dados contábeis e fiscais relativos ao período de referência.

10. CONCLUSÃO
Com base nas informações apresentadas no Relatório de Gestão Fiscal referente ao **2º Quadrimestre de 2026**, verifica-se que a Câmara Municipal de Três Barras do Paraná apresentou Despesa Total com Pessoal correspondente a2,50 **% da Receita Corrente Líquida ajustada**, frente ao limite máximo de **6,00%** estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
Dessa forma, conclui-se que o Poder Legislativo Municipal **cumpriu** os limites estabelecidos pela legislação fiscal no período analisado.
A Câmara Municipal continuará acompanhando a evolução das despesas, especialmente aquelas relacionadas a pessoal, visando à manutenção do equilíbrio fiscal, ao cumprimento dos limites legais e à transparência na aplicação dos recursos públicos.

Três Barras do Paraná – PR, 30 de setembro de 2026.

Responsáveis

Nome:
ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente da Câmara Municipal

Nome:
BEATRIZ FARIA DE PAULA
1º Secretário(a)

Nome:
SÉRGIO FERNANDES
CRC: 029532-O
Responsável Pela Administração Financeira / Contabilidade

Nome:
ROBERTO TAVARES
Responsável Pelo Controle Interno

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:61FD0FB0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2026

Partes: Município de Três Barras do Paraná e Comércio Faralosso Ltda.

Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados para o fornecimento de produtos hortifrutigranjeiros, conforme pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Licitações.

Item	Valor Registrado	Valor Reequilibrado	Percentual de aumento
Banana Caturra	R$ 4,00/kg	R$ 4,32/kg	8%
Mamão Formosa	R$ 4,95/kg	R$ 10,07/kg	103,43%
Pêra	R$ 7,50/kg	R$ 11,20/kg	49,33%
Vagem	R$ 8,90/kg	R$ 18,09/kg	103,26%

Efeitos: Os valores reequilibrados serão aplicados somente ao saldo remanescente dos itens, sem efeitos retroativos.
Reavaliação: Até **30/12/2026**, a DETENTORA DA ATA deverá comprovar a manutenção do aumento dos custos. Na ausência de comprovação, os valores reequilibrados não serão mantidos em eventual prorrogação da Ata.
Fundamentação: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data: 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:0C0A50C8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 234/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA GEOLÓGICA, MINERÁRIA E AMBIENTAL DESTINADOS À REGULARIZAÇÃO DE SEIS ÁREAS MUNICIPAIS DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e M V KLINGUELFUS BORGES
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021, e Inexigibilidade nº 24/2026, Empreitada por Preço Unitário.
VALOR: R$ 59.950,00 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração até os limites prescritos na Lei.
DATA DE ASSINATURA: 28 de setembro de 2026.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:43911DB6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3188/2026

Data 29/09/2026

Dispõe sobre a criação do Parque Natural Municipal "Passo da Onça".

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica criado o Parque Natural Municipal **"Passo da Onça"**, unidade de conservação – UC de proteção integral, com área total de 17.985,38m² (dezessete mil novecentos e oitenta e cinco vírgula trinta e oito metros quadrados), com objetivo de preservar os ecossistemas naturais remanescentes de importância local e regional, tais como florestas, restingas e manguezais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Art. 2º O Parque Natural Municipal **"Passo da Onça"** é formado por 1 (uma) única área contínua, referente à totalidade da matrícula nº 13.844, do SRI da Comarca, esta de propriedade do município de Três Barras do Paraná, situado no perímetro urbano da cidade de Três Barras do Paraná.
Art. 3º A poligonal do Parque Natural Municipal **"Passo da Onça"** é representada no ANEXO I, parte integrante e indissolúvel da presente Lei.
Art. 4º O Parque Natural Municipal **"Passo da Onça"** será administrado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Três Barras do Paraná, adotando as medidas necessárias à sua gestão, à sua proteção, à sua implementação, e ao controle de usos e ocupação do território.
Art. 5º Deverá ser elaborado e disponibilizado o Plano de Manejo da UC, seguindo as diretrizes estabelecidas no art. 27 da Lei nº 9.985/2000, e considerando os roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo vigentes, num prazo máximo de 24 meses, a contar da publicação desta Lei, a fim de orientar a gestão da UC e de sua Zona de Amortecimento – ZA.
Art. 6º A Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal **"Passo da Onça"**, será delimitada por ocasião da elaboração de seu Plano de Manejo.
Art. 7º O Plano de Manejo, uma vez elaborado e homologado pelo Poder Público, delineará regulamentação específica de normas e procedimentos, a serem aplicados na área da UC e em sua ZA. Todavia, até que se tenha a homologação do Plano de Manejo, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Três Barras do Paraná se responsabilizará pela elaboração das normas a serem aplicadas na área, visando a proteção da UC, conforme o art. 15 do Decreto nº 4.340/2022, considerando ainda o estabelecido nas Leis nº 12.651/2012 e nº 9.985/2000.
Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I

https://tresbarras.pr.gov.br/files/article/Loteamento_Res.Recanto_Verde_v11_111220.pdf

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:BE451383

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA – CACHOEIRA DOS TURCOS

A Prefeitura Municipal de Turvo, por meio do setor responsável pela Regularização Fundiária Urbana – REURB, CONVIDA os moradores da Comunidade Cachoeira dos Turcos que possuem terrenos localizados entre a borda da rodovia PR 466 e a estrada principal, bem como os confrontantes dos imóveis situados junto à estrada principal, para participarem de Audiência Pública.
Também ficam convidados os Vereadores do Município de Turvo e os membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, para participarem da reunião.
A audiência terá como objetivo tratar de assuntos relacionados à abertura de vias, organização e regularização dos terrenos, bem como prestar esclarecimentos e orientar os moradores e demais interessados quanto aos procedimentos necessários para a regularização fundiária da área.
A participação dos moradores, proprietários, confrontantes, vereadores e membros do CONCIDADE é de grande importância para o desenvolvimento das tratativas e para o acompanhamento do processo.
Data: 22 de outubro de 2026
Horário: 19h00
Local: Salão da Comunidade Cachoeira dos Turcos
Público:Moradores da Comunidade Cachoeira dos Turcos que possuem terrenos localizados entre a borda da rodovia PR 466 e a estrada principal, bem como os confrontantes dos imóveis situados junto à estrada principal, Vereadores e membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.
Contamos com a participação de todos os interessados.

Turvo/PR, 30 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Setor de Regularização Fundiária Urbana – REURB

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0E470844

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA – VILA JAIME NÚCLEO I

A Prefeitura Municipal de Turvo, por meio do setor responsável pela Regularização Fundiária Urbana – REURB, CONVIDA todos os moradores da Vila Jaime – Núcleo 01, integrantes do Quinhão 10, bem como os confrontantes dos respectivos terrenos, vereadores e membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, para participarem de Audiência Pública, a ser realizada no dia 20 de outubro de 2026, às 19h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Turvo.
A audiência terá como objetivo tratar de assuntos relacionados ao processo de Regularização Fundiária Urbana – REURB dos terrenos pertencentes ao referido núcleo, bem como prestar esclarecimentos, apresentar informações e orientar os interessados quanto aos procedimentos necessários para a regularização.
A participação dos moradores, confrontantes, vereadores e membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE é de grande importância para o acompanhamento e desenvolvimento do processo de regularização fundiária.
Data: 20 de outubro de 2026
Horário: 19h00
Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Turvo
Público: Moradores da Vila Jaime – Núcleo 01, integrantes do Quinhão 10, confrontantes, vereadores e membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Contamos com a participação de todos os interessados.

Turvo/PR, 30 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Setor de Regularização Fundiária Urbana – REURB

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0670444B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 109/2026

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 65, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o conteúdo da Lei Complementar nº 01/2010, em seu art. 116, alterado pela Lei Complementar 02/2018 de acordo com o art. 118 e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada como Presidente do Conselho da Cidade a Secretária Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, Noeli Bastos Seguro, Secretária-Executiva, Fernanda Foletto e nomeados como membros e suplentes do CONCIDADE, do biênio de 2025/2027:

VAGA	TITULAR	ENTIDADE	SUPLENTE
PODER PUBLICO	TONY LUIZ GOMES	CÂMARA DE VEREADORES	ANDERSON ALDORI DA SILVA
PODER PUBLICO	GUSTAVO PEREIRA VERONEZ	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE ENGENHARIA E URBANISMO	DANIELA BOTTEGA
PODER PUBLICO	MARIANA FERREIRA DO ROSÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENO ECONOMICO	MICHELI SOUZA
PODER PUBLICO	SEBASTIÃO ALMIR BARBOSA	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	LUIZ HENRIQUE BRANCO
MOVIMENTOS POPULARES	CLEVERSON SANTOS	ASSOCIAÇÃO MORADORES BETTEGA	VILMAR CARRIEL JUNIOR
MOVIMENTOS POPULARES	ARILSON SANTOS	ASSOCIAÇÃO MORADORES DINIZ	MARISLEY EURICH
MOVIMENTOS POPULARES	ROSE GOBBI	ASSOCIAÇÃO MORADORES LISBOA	DOUGLAS RUDIAK
TRABALHADORES	JOÃO ALEXANDRE DE MIRANDA	ASSOCIAÇÃO TRABALHADORES	OSNI DE JOSÉ DE MIRANDA
PROFISSIONAIS TÉCNICOS	HELDER VIANA	CREA	RODRIGO WEBER
EMPRESÁRIOS	RAFAEL PEREIRA BRUGER	ACET	ALISSON MOREIRA DE SOUZA

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação;

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 49/2026.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:A1E817F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 157-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 157/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.

2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista B– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Genildo Assis de Paula	7°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9C6300E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 178-2026.

PSS 01-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 178/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Danieli Aparecida dos Santos**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 01 de outubro de 2026, com prazo de encerramento em 30 de setembro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Turvo-PR, 29 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0F87D80A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2026

Contrato Administrativo nº 166/2026 – Pregão Eletrônico Nº 106/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: GEOTRACK COMERCIO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.560.148/0001-20, com sede localizada na Av. Olímpio Prates, Nº 577, no Município de Montes Claros/MG, CEP 39.403-261, neste ato representada por Elisangela Oliveira Magalhães, portadora da cédula de identidade Nº 9.222.904 SSP/MG e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 006.699.726-73 – **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de equipamentos de topografia – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 29/09/2026 a 28/09/2027 - **Valor global:** R$ 38.388,00(trinta e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais)– **Gestora:** Noeli Maria Bastos Seguro - **Fiscal:** Rodrigo Gonçalves Weber **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:913E880D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 687-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para o servidor efetivo **Marcos Antonio Galera Santana**, Operador Ecológico, no período de 30 de setembro de 2026 a 09 de outubro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 964/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:7B6535F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 688-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para a servidora temporária **Isabelle Canal Nascimento Landgraf Messa,** Médica Clinico geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06 de novembro de 2026 a 15 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 10 de julho de 2025 a 09 de julho de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:7BCCDE7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 689-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulares para o servidor efetivo **Cleber Anselmo Routh,** Fiscal da Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 28 de outubro de 2026 a 16 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário de 10 (dez) dias de férias regulares do servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:742231D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 690-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para a servidora efetiva **Pricila Regina Sikora Bruger,** Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 03 de dezembro de 2024 a 02 de dezembro de 2025.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:12CB5E09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 691-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde o gozo dos dias remanescentes de férias, referentes à concessão realizada por meio da Portaria nº 1021/2025, conforme especificado a seguir:

Nome	Quantidade	Período
Ana Zilda do Nascimento Camargo	10 dias	03/12/2026 à 12/12/2026
Cleber Anselmo Routh	15 dias	13/10/2026 à 27/10/2026
Eliane Moteka	10 dias	30/09/2026 à 09/10/2026
Fernanda da Silva Borges	15 dias	04/12/2026 à 18/12/2026
Janice de Fatima Andrade Gusso Brugg	05 dias	05/10/2026 à 09/10/226
Keli Francis de Almeida	15 dias	03/11/2026 à 17/11/2026
Paulo Roberto Parecy Junior	20 dias	05/10/2026 à 24/10/2026
Vivaldo dos santos Souza	15 dias	04/12/2026 à 18/12/2026

Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário os dias remanescentes de férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, referentes às férias concedidas por meio da Portaria nº 1021/2025, conforme especificado a seguir:

Nome	Quantidade
Ana Zilda do Nascimento Camargo	05 dias
Janice de Fatima Andrade Gusso Brugg	10 dias

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:A66AB526

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 692-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva **Leliane Ligoski Marcondes**, Agente Comunitária de Saúde, no período de 16 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 17/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B0F371A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 693-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para o servidor comissionado **Gelson Luiz de Oliveira,** Chefe da Divisão de Construção Civil, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, no período de 05 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2025 a 14 de janeiro de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EA369F8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 694-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 02 de outubro de 2026, a servidora **Mayara Padilha de Mattos Wynnek**, inscrita no CPF nº 122.676.779-62, do cargo efetivo de Pedagoga, com horaria de 40 horas semanais, lotada no Cmei Semente do Amanhã, na Secretaria Municipal de Educação, em atenção à solicitação da mesma através do protocolo nº 3.628/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 02 de outubro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C2AF5585

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 695-2026

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que são lhe conferidas por Lei, em especial pelo Art. 65, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, bem como nos termos dos Art. 217 e seguintes da Lei Municipal Nº 03/2023 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo.
CONSIDERANDO os indícios de condutas irregulares referidas nos autos do Processo Administrativo nº 7.331/2026 em teses cometidas por servidora municipal; em especial artigos 172, incisos I e X, 173, inciso XIII da Lei Complementar Municipal nº 03/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar possíveis irregularidades praticadas pela servidora B.B. matrícula funcional nº 100956.

Art. 2º Para condução do Processo Administrativo Disciplinar e apuração dos fatos noticiados nos Processos Administrativos nº 7.331/2026, fica designada a Comissão Processante, composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

I – Silvia Seiffertt de Almeida – Professora
II – Daiane Correa Batista Dessanoski – Oficial Administrativo
II – Leticia Fernanda Santos – Professora

Art. 3° Ficam designados os servidores Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci, Procuradora Municipal e Robério José Pupo Meira Controlador Geral do Sistema de Controle Interno, para o acompanhamento do Processo Administrativo.

Art. 4º No processo administrativo disciplinar observar-se-á o disposto na Lei Complementar Nº 03/2023 e os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 5º O prazo para conclusão do presente processo não excederá 90 (noventa) dias contados do seu início, prorrogáveis por até igual período, se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 6º A comissão designada na presente portaria, receberá gratificação, sendo determinada que a forma de condução do processo

será por etapa conforme previsão no Decreto Municipal Nº 04/2024 que regulamentou a Lei Complementar Nº 03/2023.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:61D59AC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 111/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 6.841/2026 (1Doc), **AJUDICA E HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 111/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais destinados à ações da Defesa Civil municipal, de acordo com as seguintes indicações:
Lote 01 em favor da empresa **ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ N° 40.539.740/0001-15)** pelo valor de R$ 55.178,40 (cinquenta e cinco mil, cento e setenta e oito reais e quarenta centavos);
Conforme a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 30 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:627272F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CIUENP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DO NOROESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 294/2026

HOMOLOGA e ADJUDICA:

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - **CIUENP**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pelas Comissões Especiais de Licitação sobre a os itens apresentados nas Licitações:
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 29/2026 - CIUENP, que trata da Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de dispositivos de comunicação móvel Smartphones 5G novos, de primeiro uso, acompanhados de acessórios de proteção, visando a atualização tecnológica das unidades móveis de urgência e emergência do CIUENP do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP.
LOTE 01
Proponente ULTRANORTE COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
Situação: Classificado / Vencedor

Art. 2º- Fica adjudicado em favor do licitante vencedor os objetos dos certames licitatórios.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama/PR, 30 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

Publicado por:
Ingrid Ellen Vieira Preto Ronquim
Código Identificador:A1F9712C

CIUENP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DO NOROESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 295/2026

HOMOLOGA e ADJUDICA:

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - **CIUENP**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pelas Comissões Especiais de Licitação sobre a os itens apresentados nas Licitações:
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 26/2026 - CIUENP, que trata da Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e Medicina Ocupacional, compreendendo o planejamento, gerenciamento, elaboração, execução, atualização e assessoramento técnico dos programas legais de SST, gerenciamento dos exames ocupacionais, emissão dos documentos obrigatórios, envio dos eventos de SST ao e-Social, apoio técnico às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA) e assistência técnica em processos administrativos e judiciais, visando atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná – CIUENP.
LOTE 01
Proponente EXT SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME
Situação: Classificado / Vencedor

Art. 2º- Fica adjudicado em favor do licitante vencedor os objetos dos certames licitatórios.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama/PR, 30 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

Publicado por:
Ingrid Ellen Vieira Preto Ronquim
Código Identificador:C6563633

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 205/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/839
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 205/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **J BONATTO PSICOLOGIA LTDA,** para prestação de serviços de saúde especializados de Psicoterapia para: ou Tratamento Bariátrico; ou Terapia Individual; ou Terapia em Grupo, conforme o

Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/839 de 31 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 29 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:CE270ED2

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 206/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/760
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 206/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **COSSI & SILVA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA,** para prestação de serviços de saúde especializados de ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA AORTA ABDOMINAL, ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER ARTERIAL (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER VENOSO (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE PARÓTIDA COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES, ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL), ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO AXIAL C/ DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA), ULTRASSONOGRAFIA RENAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA SUBMANDIBULAR, ULTRASSONOGRAFIA SUPRACLAVICULAR COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER E ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL, conforme o Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 938.532,00 (novecentos e trinta e oito mil e quinhentos e trinta e dois reais).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/760 de 13 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 29 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:FE98B30E

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026 - PMU

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026 - PMU

CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS CORRETIVOS E PREVENTIVOS EM IMÓVEIS, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

1. DO PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 76.247.378/0001-56, com sede à Avenida Rio Branco, nº 3717, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com alterações posteriores, a Lei Municipal nº 4.618, de 01 de dezembro de 2022, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 4.772/2024, os Decretos Municipais nº 067/2023 e nº 123/2025 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS CORRETIVOS E PREVENTIVOS EM IMÓVEIS, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PERTENCENTES OU VINCULADOS AO MUNICÍPIO, conforme demanda das Secretarias e setores da Administração, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento de Chamamento.

1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;

1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital;

1.4 As condições para participação, documentos exigidos, critérios de habilitação e execução dos serviços constam detalhados neste edital e seus anexos, que permanecerão disponíveis ao público, permanecendo o edital aberto durante todo o prazo de vigência, para adesão de novos interessados que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos;

1.5 A solicitação de credenciamento poderá ser realizada por meio do sistema eletrônico disponibilizado pelo Município ou, alternativamente, de forma presencial junto à Casa do Empreendedor, localizada na Av. Rio Branco, nº 4211 (junto à Agência do Trabalhador), Centro, nesta cidade, em dias úteis, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h00.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:0CEA8679

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/07/451
2831-26-UMU-PLFD

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM(S)S/LOTE(S) EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: A presente contratação será destinada para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis enviados pela Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Alimentação Escolar, às escolas municipais e centros municipais de educação infantil para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino no ano de 2027, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 22/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 22/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 22/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 2.288.700,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil e setecentos reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 29 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:BF79DF56

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/08/494

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: O objeto da presente contratação para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos eletrônicos educativos de moderação da velocidade (“radar educativo” ou “lombada eletrônica educativa”), do tipo não metrológico e não intrusivo, para o monitoramento de 80 (oitenta) faixas de tráfego, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, parametrização, operação assistida, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, telemetria, transmissão de dados, substituição de dispositivos defeituosos, remanejamento e posterior desinstalação dos dispositivos, a serem utilizados em vias públicas urbanas sob circunscrição do MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR (MUNICÍPIO).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 19/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 19/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 19/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 465.600,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e seiscentos reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

VALDECIR GONÇALVES CAPELLI
Secretario Municipal da SESTRAM

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:6D7A31C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 251/2026

DECRETO Nº 251/2026

Prorroga, excepcionalmente, o mandato dos membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua no Município de Umuarama – CIAMP-Rua, referente ao biênio 2024/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Decreto Federal n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e prevê a instituição de comitês gestores intersetoriais pelos entes federativos aderentes;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais n.º 168, de 06 de junho de 2022, e n.º 158, de 30 de maio de 2023, que instituem e regulamentam o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua no Município de Umuarama – CIAMP-Rua;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 334, de 31 de outubro de 2024, que nomeou os membros do CIAMP-Rua para o biênio 2024/2026, bem como os atos posteriores de substituição de seus integrantes;

CONSIDERANDO que a regulamentação municipal estabelece mandato de 02 (dois) anos para os membros do CIAMP-Rua, admitida uma recondução por igual período;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganização e atualização da regulamentação do CIAMP-Rua, especialmente quanto à sua composição e às representações da sociedade civil, previamente à realização do processo de escolha destinado ao mandato subsequente;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades do Comitê durante o período necessário à conclusão da reorganização normativa e à realização do processo de escolha das representações da sociedade civil, com a posterior nomeação e posse dos integrantes do novo colegiado;

CONSIDERANDO a proposta aprovada pelo CIAMP-Rua, em reunião extraordinária realizada em 16 de setembro de 2026, de reorganização e consolidação da regulamentação do Comitê, acompanhada da respectiva minuta de Decreto;

CONSIDERANDO a proposta aprovada pelo CIAMP-Rua, na mesma reunião extraordinária, de prorrogação excepcional do mandato vigente, com o consequente adiamento do processo de escolha das representações da sociedade civil;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica excepcionalmente prorrogado, a partir do término do mandato vigente, até 28 de fevereiro de 2027, ou até a posse dos integrantes do mandato subsequente, o que ocorrer primeiro, o mandato dos membros atualmente integrantes do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua no Município de Umuarama – CIAMP-Rua.

§ 1º Permanecem no exercício de suas funções, durante o período de prorrogação, os membros titulares e suplentes regularmente nomeados para o biênio 2024/2026, consideradas as substituições formalizadas até a data de publicação deste Decreto.

§ 2º A prorrogação prevista neste artigo possui caráter excepcional e transitório e não será considerada recondução para fins de eventual participação dos atuais membros ou das entidades representadas no mandato subsequente, observadas as disposições da regulamentação aplicável.

Art. 2º Durante o período de prorrogação previsto no art. 1º, serão adotadas as providências necessárias à implementação da nova regulamentação do CIAMP-Rua e à realização do processo de escolha das representações da sociedade civil para o mandato subsequente.

Parágrafo único. O processo de escolha das representações da sociedade civil para o mandato subsequente observará a composição, os critérios e os procedimentos estabelecidos na nova regulamentação do CIAMP-Rua.

Art. 3º A prorrogação de que trata este Decreto não altera a duração dos mandatos subsequentes, que serão contados a partir da data da posse do respectivo colegiado, na forma da regulamentação aplicável.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:15F70A8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 252/2026

DECRETO Nº 252/2026

Reorganiza o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua no Município de Umuarama – CIAMP-Rua, consolida sua regulamentação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 66 e 91 da Lei Orgânica do Município de Umuarama,

CONSIDERANDO o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que define a dignidade da pessoa humana como sendo um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e estabelece princípios, diretrizes e objetivos para sua implementação;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.894, de 27 de junho de 2019, com as alterações promovidas pelo Decreto Federal nº 11.472, de 6 de abril de 2023, que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 976, relacionada à proteção dos direitos fundamentais da população em situação de rua;

CONSIDERANDO as orientações do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP-Rua/PR acerca da constituição e do funcionamento dos comitês municipais;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 168, de 6 de junho de 2022, e nº 158, de 30 de maio de 2023, que instituíram e posteriormente alteraram a estrutura do CIAMP-Rua no Município de Umuarama;

CONSIDERANDO a experiência acumulada no funcionamento do CIAMP-Rua e a necessidade de atualizar sua estrutura de representação, aperfeiçoar o processo de escolha das representações da sociedade civil e consolidar sua regulamentação em ato normativo único;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA REORGANIZAÇÃO, DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º Fica reorganizado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Município de Umuarama – CIAMP-Rua, órgão de caráter consultivo, propositivo, de monitoramento e controle social da implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua, o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Parágrafo único. Para fins de participação e representação no CIAMP-Rua, poderá ser considerada, ainda, a pessoa com trajetória de vida na rua, assim entendida aquela que tenha vivenciado situação de rua, ainda que não se encontre atualmente nessa condição.

Art. 3º O CIAMP-Rua tem por finalidade possibilitar e auxiliar na implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, a fim de garantir a promoção e proteção dos direitos humanos, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre direitos humanos das pessoas em situação de rua no Município de Umuarama.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua – CIAMP-Rua:

I – propor, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua, em consonância com a Política Nacional;

II – elaborar, acompanhar e propor a atualização periódica do Plano Municipal destinado à população em situação de rua, com definição de objetivos, metas, responsabilidades, ações, indicadores e estratégias intersetoriais;

III – promover a articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, habitação, educação, segurança pública, direitos humanos, trabalho e renda, segurança alimentar e nutricional, cultura, esporte, lazer e demais áreas relacionadas;

IV – propor medidas destinadas à ampliação, simplificação e qualificação do acesso da população em situação de rua às políticas, serviços, programas, projetos e benefícios públicos;

V – promover e estimular mecanismos permanentes de participação da população em situação de rua e com trajetória de vida na rua nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, inclusive por meio de encontros, consultas públicas, reuniões descentralizadas, audiências, seminários e outras formas de participação social;

VI – propor mecanismos destinados à promoção e defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento da violência, discriminação, aporofobia, tratamento degradante e demais violações de direitos praticadas contra a população em situação de rua;

VII – incentivar a produção periódica de dados, diagnósticos, indicadores, levantamentos e estudos acerca da população em situação de rua no Município;

VIII – propor ações de formação continuada e capacitação sobre temas relacionados à população em situação de rua, destinadas aos agentes de segurança pública e privada, aos profissionais que atuam nos serviços públicos e privados voltados a essa população e aos membros do CIAMP-Rua;

IX – acompanhar as condições dos serviços e equipamentos públicos destinados à população em situação de rua, propondo medidas para seu aperfeiçoamento;

X – acompanhar e propor medidas destinadas à garantia dos direitos fundamentais da população em situação de rua, especialmente à moradia, saúde, assistência social, alimentação, trabalho e renda, educação, cultura e segurança;

XI – propor estratégias de enfrentamento à arquitetura hostil e às práticas que dificultem ou impeçam o acesso da população em situação de rua aos espaços e serviços públicos;

XII – propor e acompanhar medidas de proteção dos direitos da população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana;

XIII – receber denúncias relacionadas a violações de direitos humanos das pessoas em situação de rua, encaminhá-las aos órgãos competentes para as providências cabíveis e acompanhar os encaminhamentos realizados;

XIV – articular-se com o CIAMP-Rua Estadual, o CIAMP-Rua Nacional e com outros comitês municipais;

XV – elaborar e apresentar anualmente, à Secretaria Municipal responsável pela política e à sociedade, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Comitê no período;

XVI – elaborar, aprovar e revisar seu Regimento Interno; e

XVII – exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO, DA ESCOLHA E DA DESIGNAÇÃO

Art. 5º O CIAMP-Rua será composto paritariamente por 20 (vinte) representações, sendo 10 (dez) do Poder Público Municipal e 10 (dez) da Sociedade Civil, assegurada a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente para cada representação, com ênfase em critérios de paridade de gênero e étnico-racial.

§ 1º O Poder Público Municipal será representado pelos seguintes órgãos ou áreas de atuação:

I – Secretaria ou órgão municipal responsável pela política de Assistência Social;

II – Secretaria ou órgão municipal responsável pela política de Saúde;

III – Secretaria ou órgão municipal responsável pelas políticas de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana;

IV – Secretaria ou órgão municipal responsável pelas políticas de trabalho, emprego, geração de renda e desenvolvimento econômico;

V – Secretaria ou órgão municipal responsável pela política de Habitação;

VI – Secretaria ou órgão municipal responsável pela área da Fazenda;

VII – Secretaria ou órgão municipal responsável pelos Serviços Públicos;

VIII – Secretaria ou órgão municipal responsável pelas políticas de Educação, Esporte e Lazer;

IX – Secretaria ou órgão municipal responsável pela política de Segurança Alimentar e Nutricional; e

X – Secretaria ou órgão municipal responsável pela política de Cultura.

§ 2º A Sociedade Civil será representada pelos seguintes segmentos:

I – 2 (duas) representações de entidades ou organizações da sociedade civil que atuem na prestação de serviços, atendimento, assessoramento, promoção ou defesa de direitos relacionados à população em situação de rua ou à política de assistência social;

II – 1 (uma) representação de organização da sociedade civil com atuação nas áreas de cuidado, acolhimento, recuperação, reabilitação ou reinserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social;

III – 1 (uma) representação da sociedade civil com atuação na promoção e defesa dos direitos humanos, oriunda de entidade, organização, fórum, movimento ou de conselho municipal de política pública ou de direitos, neste último caso dentre seus representantes da sociedade civil;

IV – 1 (uma) representação de entidades ou conselhos de classe, associações ou organizações de categorias profissionais;

V – 1 (uma) representação de instituição religiosa com atuação social ou em frentes de apoio humanitário nas ruas;

VI – 1 (uma) representação de instituição de ensino superior;

VII – 1 (uma) representação de associação de moradores, organização comunitária ou entidade representativa de comunidades locais; e

VIII – 2 (duas) representações da população em situação de rua ou com trajetória de vida na rua, exercida diretamente ou por intermédio de fórum, movimento, coletivo, associação ou outra forma de organização representativa da população em situação de rua.

§ 3º Os representantes do Poder Público serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º As representações da sociedade civil serão escolhidas mediante processo público, com edital próprio e comissão eleitoral, asseguradas a publicidade, a transparência, o direito ao voto e a igualdade de condições entre os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

§ 5º As entidades, organizações, instituições, fóruns, movimentos ou demais representações escolhidas indicarão seus respectivos representantes titular e suplente, observadas as disposições deste Decreto e do edital.

§ 6º O processo de escolha deverá assegurar condições para a participação efetiva da população em situação de rua e buscar ampliar a diversidade das representações da sociedade civil.

Art. 6º Não havendo representação habilitada para determinada vaga da sociedade civil, dentre as previstas no art. 5º, § 2º, incisos II a VII, esta poderá, excepcionalmente, ser preenchida por outra representação habilitada, que possua interessados excedentes no processo de escolha, desde que:

I – tenha sido assegurada oportunidade de participação ao segmento originariamente destinado à vaga;

II – não haja representação habilitada para ocupá-la;

III – a representação que vier a ocupar a vaga atenda aos requisitos estabelecidos neste Decreto e no edital;

IV – seja preservada a paridade entre Poder Público e sociedade civil; e

V – a situação seja devidamente fundamentada e registrada no processo de escolha e na respectiva ata.

Parágrafo único. O preenchimento previsto no caput terá validade exclusivamente para o respectivo mandato, devendo a vaga ser novamente disponibilizada ao segmento originariamente previsto neste Decreto no processo de escolha subsequente.

Art. 7º O CIAMP-Rua em exercício organizará e acompanhará o processo público de escolha das representações da sociedade civil para composição do mandato subsequente e, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio da Secretaria Executiva dos Conselhos, adotará as providências necessárias à realização do processo e à solicitação das indicações dos representantes do Poder Público para composição do novo colegiado.

Parágrafo único. O edital disciplinará os requisitos de participação, a documentação necessária, os prazos, a habilitação, a forma de escolha, a constituição e as atribuições da comissão responsável pelo processo, quando houver, a apresentação de recursos, a divulgação dos resultados e os demais procedimentos necessários à sua realização.

Art. 8º Poderão participar das reuniões do CIAMP-Rua, na condição de convidados permanentes, com direito a voz e sem direito a voto, representantes das seguintes instituições e órgãos:

I – Câmara Municipal de Umuarama;
II – Ministério Público do Estado do Paraná;

III – Defensoria Pública do Estado do Paraná;

IV – Defensoria Pública da União;

V – Poder Judiciário do Estado do Paraná;

VI – Ministério Público do Trabalho;

VII – Polícia Civil do Estado do Paraná;

VIII – Polícia Militar do Estado do Paraná;

IX – Secretaria(s) ou órgão(s) estadual(is) responsável(is) pelas políticas de assistência social, família, desenvolvimento social, justiça e/ou direitos humanos;

X – Secretaria ou órgão estadual responsável pelas políticas de trabalho, emprego e geração de renda;

XI – Núcleo Regional de Educação;

XII – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

XIII – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama – ACIU;

XIV – Conselho de Desenvolvimento de Umuarama – CDU;

XV – Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG;

XVI – Complexo Social de Umuarama; e

XVII – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

§ 1º O CIAMP-Rua poderá convidar outros órgãos públicos, conselhos de políticas públicas, instituições, especialistas, profissionais, organizações da sociedade civil e demais pessoas cuja participação seja pertinente às matérias em discussão.

§ 2º Deverá ser estimulada a participação de pessoas em situação de rua nas reuniões e atividades do CIAMP-Rua, independentemente de integrarem formalmente sua composição.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º O CIAMP-Rua terá Presidência e Vice-Presidência eleitas dentre seus membros titulares, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.

§ 1º A Presidência e a Vice-Presidência deverão ser exercidas por representantes de segmentos distintos, sendo uma função ocupada por representante do Poder Público e a outra por representante da Sociedade Civil.
§ 2º Será assegurada a alternância entre Poder Público e Sociedade Civil no exercício da Presidência, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

§ 3º A eleição da Presidência e da Vice-Presidência será realizada na primeira reunião do colegiado após a posse.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio da Secretaria Executiva dos Conselhos, prestará apoio técnico-administrativo ao CIAMP-Rua e assegurará os meios necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 11. O CIAMP-Rua reunir-se-á ordinariamente na periodicidade estabelecida em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidência ou na forma estabelecida pelo próprio colegiado.

Art. 12. As reuniões serão registradas em ata e acompanhadas de lista de presença, devendo ser formalmente registradas as proposições, recomendações e os encaminhamentos aprovados.

Art. 13. O CIAMP-Rua poderá constituir comissões, grupos de trabalho ou subcomitês temáticos para estudo, acompanhamento e desenvolvimento de matérias relacionadas às suas competências.

CAPÍTULO V
DO MANDATO E DA PARTICIPAÇÃO

Art. 14. O mandato dos membros do CIAMP-Rua terá duração de 2 (dois) anos, contado da data da posse do respectivo colegiado, permitida uma recondução.

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser admitida nova recondução de representação da Sociedade Civil, correspondente ao Art. 5º, § 2º, inciso I, quando, após a realização de processo público de escolha, não houver outra representação habilitada para o respectivo segmento.

§ 2º A recondução excepcional prevista no § 1º:

I – dependerá da regular realização do processo público de escolha e da comprovação da inexistência ou insuficiência de outras representações habilitadas para o respectivo segmento;

II – deverá ser devidamente fundamentada e registrada em ata;

III – não constituirá direito adquirido à permanência no CIAMP-Rua e deverá ser novamente justificada a cada processo de escolha em que se verificar a mesma situação; e

IV – deverá, obrigatoriamente, observar a alternância das pessoas físicas indicadas pela entidade ou organização da sociedade civil, para exercício das funções de titular e suplente.

§ 3º A excepcionalidade prevista neste artigo não afasta a obrigatoriedade de realização do processo público de escolha, nem dispensa a adoção de medidas destinadas a assegurar sua ampla divulgação e a participação de novas representações da sociedade civil.

Art. 15. A posse dos integrantes do mandato subsequente será realizada, preferencialmente, na reunião ordinária do CIAMP-Rua correspondente ao mês de encerramento do mandato vigente, podendo, quando necessário, ocorrer em reunião extraordinária ou em ato específico convocado para essa finalidade.

Parágrafo único. A posse dos integrantes do mandato subsequente marcará o início do novo mandato e o encerramento do mandato anterior, assegurada a continuidade do funcionamento do CIAMP-Rua.

Art. 16. A substituição de membro titular ou suplente no decorrer do mandato será formalizada mediante nova indicação da respectiva representação e não implicará o início de novo período de mandato, cabendo ao substituto completar o período remanescente.

§ 1º O órgão, entidade, organização, fórum, movimento ou representação deverá indicar novo representante, na hipótese de o membro que o representa se ausentar em 3 (três) reuniões consecutivas, sem o encaminhamento da devida justificativa formal ao CIAMP-Rua.

§ 2º A forma e o prazo para apresentação das justificativas de ausência serão disciplinados pelo Regimento Interno.

Art. 17. A participação no CIAMP-Rua não será remunerada e será considerada prestação de serviço público relevante.

CAPÍTULO VI
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 18. O CIAMP-Rua disciplinará seu funcionamento por meio de Regimento Interno, observado o disposto neste Decreto e nas normas federais e estaduais aplicáveis.

§ 1º O Regimento Interno disporá, especialmente, sobre:

I – convocação e realização das reuniões;

II – quórum de instalação e deliberação;

III – forma de votação e deliberação;

IV – atribuições e processo de alternância da Presidência e Vice-Presidência;

V – justificativas de ausência e substituição de representantes;

VI – comissões, grupos de trabalho ou subcomitês;

VII – participação de convidados;

VIII – demais procedimentos internos necessários ao funcionamento do colegiado.

§ 2º O Regimento Interno vigente permanecerá aplicável, no que for compatível com este Decreto, até sua revisão.

§ 3º A revisão do Regimento Interno deverá ser promovida no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da posse do novo colegiado.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19. As situações não previstas neste Decreto relativas ao processo de escolha das representações da sociedade civil serão disciplinadas pelo respectivo edital, observadas a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a paridade entre Poder Público e sociedade civil, a participação social e os princípios da Administração Pública.

Art. 20. Ficam revogados:

I – o Decreto Municipal nº 168, de 6 de junho de 2022; e

II – o Decreto Municipal nº 158, de 30 de maio de 2023.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7FBE3CA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1269/2026

PORTARIA Nº 1.269/2026

Nomeia SILVIO FERREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **SILVIO FERREIRA**, portador da Cédula de Identidade RG n° 9305427-0-SESP-PR, inscrito no CPF n° 052.143.649-46, para ocupar o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo CC-6, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários - Setor Rodoviário, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 29 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0D401E5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.218/2026

PORTARIA Nº 1.218/2026

Concede licença maternidade a servidora SARA MELO ANGELOTTO MACEDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **SARA MELO ANGELOTTO MACEDO**, matricula 1000401, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.039.521-0 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 082.467.459-64, nomeada em 01 de março de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professor(a), pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 16 de setembro de 2026 à 14 de março de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:42CE84FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.270/2026

PORTARIA Nº 1.270/2026

Revoga a Portaria n° 2.915, de 28 de setembro de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade à servidora HELOIZA SANTANA DE SOUZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar Portaria n° 2.915, de 28 de setembro de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade à servidora **HELOIZA SANTANA DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 13.420.834-1-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 071.247.949-00, nomeada em 21 de setembro de 2022, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de outubro de 2026 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EFBC408C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.272/2026

PORTARIA Nº 1.272/2026

Revoga a Portaria n° 185, de 06 de fevereiro de 2026, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor MARLON LOPES DA FONSECA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria n° 185, de 06 de fevereiro de 2026, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor **MARLON LOPES DA FONSECA,** portador da Cédula de Identidade RG. n.º 13.183.309-1-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 095.473.759-89, nomeado em 11 de julho de 2022, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:05B29802

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.273/2026

PORTARIA Nº 1.273/2026

Interromper a pedido, Licença para tratar de interesses particulares, da servidora MICHELLE APARECIDA BERNARDI DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Interromper a pedido, licença para tratar de interesses particulares, concedida através da Portaria nº 2.176, de 30 de setembro de 2024, à servidora **MICHELLE APARECIDA BERNARDI DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 6.660.068-8-SSP-PR e inscrita no CPF n.º 003.475.919-06, nomeada em 15 de maio de 2006, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo nº 14.156/2026, retornando a sua atividade de origem, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F032E983

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.275/2026

PORTARIA Nº 1.275/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora APARECIDA PATRICIA MOREIRA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **APARECIDA PATRICIA MOREIRA SILVA,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 13.641.796-7-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 051.028.569-44, nomeada em 06 de abril de 2015, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Enfermagem, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 2020/2025, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 3.815/2026, com fruição no período de 13 de outubro de 2026 a 11 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5F67EE98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2189-26.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **CASA DO FORRO & DIVISORIAS UMUARAMA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 32.803.065/0001-61**, para fornecimento de materiais destinados à confecção e instalação de divisórias que tem por finalidade atender à necessidade de adequação provisória das instalações do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 3, para atendimento no Município de Umuarama/PR, com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2189-26, de 19 de agosto de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D3F144D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.06.0052.001.00111-3** em face do fornecedor **MRR COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ** n**. 59.986.969/0001-26**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **06/10/2026 às 09:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.08.0052.001.00075-3** em face do fornecedor **LEVITEK SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA CNPJ n. 56.637.890/0001-00**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **27/10/2026 às 09:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.08.0052.001.00020-3,** em face do fornecedor **GLM DISTRIBUIDORA TUDO EM EPS LTDA n. 49.848.699/0001-33** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.09.0052.001.00339-3** em face do fornecedor **HISENSE GORENJE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA CNPJ n. 57.679.347/0001-20** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **27/10/2026 às 09:30,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **210/2026,** em face do fornecedor **EXCLUSIVE AUTOMOTIVO LTDA,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.08.0052.001.00407-3** em face do fornecedor **NEXACORE SERVIÇOS LTDA CNPJ n. 57.249.726/0001-80**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **27/10/2026**

às 10:30, na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **226/2026,** em face do fornecedor **CONFECÇÃO E-COMMERCE USELAPRAIA,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **280/2026,** em face do fornecedor **FORTILUX INFORMATICA E PARTICIPAÇÕES LTDA** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **291/2026,** em face do fornecedor **INTERNTIONAL PASSAPORT - ESTAÇÃO FÉRIAS,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5D54DDF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.07.0052.001.0047-3,** em face do fornecedor **PRIME PLUS CNPJ n. 46.712.425/0001-24** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 30 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.08.0052.001.00049-3,** em face do fornecedor **V J C DOS SANTOS AUTO PEÇAS n. 66.398.619/0001-04** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.09.0052.001.0045-3,** em face do fornecedor **ITAUPU SOLAR LTDA CNPJ n. 57.249.726/0001-80** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **285/2026,** em face do fornecedor **M. BRASIL MÁQUINAS LTDA,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 29 de setembro de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5DB9497D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 002/2023 – SMS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 002/2023 – SMS

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.° 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.° 3717, Centro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Doutor Paulo Pedrosa de Alencar, n.º4348, Centro, doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **LISBETH PITITTO SCANAVACA**, em razão da competência de delegação atribuída pela Portaria Municipal n.° 003/2025, de 02 de janeiro de 2025, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIVA COM DEUS - CREVD DE UMUARAMA,** doravante denominado simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n° 00.656.240/0001-49, com sede na Rua Ouro Branco, nº 1767, no Conjunto Ouro Branco, Umuarama-Paraná, representado por seu Presidente **WESLEI ODAIR ORLANDI**, com fundamento na Lei Federal n° 13.019/14, alterada pela Lei Federal n° 13.204/15, na Lei Federal nº 12.594/2012 e no Decreto Municipal n° 108, de 08 de Junho de 2017, e nos termos do Edital de Chamamento nº 02/2022, publicado no Diário Oficial do Município em 08 de novembro de 2022, e do Termo de Colaboração Nº 002/2023, resolvem **RESCINDIR** a parceria firmada entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto do presente Termo é a RESCISÃO do Termo de Colaboração nº 002/2023 - SMS, o qual tem por objeto a prestação de serviços de atendimento em atenção residencial de caráter transitório para tratamento referente a reabilitação e reinserção social de pessoas que desenvolveram o estado de dependência química devido o uso abusivo de substâncias psicoativas, em razão de denúncia unilateral da Administração pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO E MOTIVAÇÃO
2.1. O presente Termo de Rescisão tem por fundamento o disposto na cláusula 5.1 do Termo de Colaboração Nº002/2023 - SMS e as disposições correlatas do Edital de Chamamento nº 02/2022, bem como as regulamentações da Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 108/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO/EXTINÇÃO
3.1. Por força do presente Termo de Rescisão, e diante da impossibilidade de continuidade da execução do objeto da parceria, as partes acordam com a RESCISÃO do Termo de Colaboração nº 002/2023 - SMS, extinguindo-o na forma da lei a partir de 27/09/26.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO
4.1.A SMS procederá a apuração de eventuais créditos da organização da sociedade civil parceira pelo que tiver sido executado até a data de assinatura do presente Termo de Rescisão, adotando as medidas necessárias ao pagamento do que for devido;
4.2. O saldo remanescente na conta corrente vinculada a presente parceria será devolvido em estrita observância aos preceitos da Lei Federal Nº13.019/2014, inclusive naquilo que atine ao prazo previsto no art. 52 da referida Lei, sob pena de imediata instauração de tomadas de contas especial do responsável pela extemporaneidade ou retenção indevida.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
5.1. O presente Termo de Rescisão não afasta a obrigatoriedade da apresentação, pela organização da sociedade civil parceira, da prestação de contas final a seu cargo, de acordo com a Seção I do Capítulo IV da Lei Federal nº 13.019/2014 e das demais disposições correlatas.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO
6.1. A SMS providenciará a publicação deste Termo de Rescisão, por extrato, no Diário Oficial do Município, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO
7.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem plenamente de acordo com as cláusulas e condições aqui ajustadas, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual, lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos representantes das partes e duas testemunhas abaixo nomeadas e identificadas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou fora dele.

Umuarama, 27 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 003/2025

WESLEI ODAIR ORLANDI
Presidente do Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD
Ata de nomeação averbada ao registro nº 1.001, Livro nº A-025, Arquivo nº 098

Testemunhas:

1._____
Nome: Elaine Cristina Florian
Coordenadora da Divisão de Saúde Mental Psicóloga
Secretaria Municipal de Saúde

2._____
Nome: Kethyner Renata Ramos Lesse
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A4C78C05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Mesa Diretora Cordovan Frederico de Melo Neto, no uso de suas atribuições que lhe dão conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº 14.133/21 e alterações posteriores, resolve:

HOMOLOGAR o Credenciamento nº 01/2026 nos seguintes Termos:

Processo Administrativo nº 04/2026
Data da Homologação: 30/09/2026
Considerando a análise da documentação apresentada pela empresa **Rádio FM 95 Stereo Ltda.**, bem como a documentação apresentada em sede de diligência;
Considerando que, após a diligência realizada, a empresa atendeu às exigências de habilitação estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026;
Considerando o parecer jurídico emitido nos autos, que analisou a documentação apresentada e a regularidade do procedimento;
Considerando o encerramento da fase recursal, nos termos estabelecidos no Edital;
HOMOLOGO o resultado do procedimento de **Credenciamento nº 01/2026**, quanto à empresa **Rádio FM 95 Stereo Ltda.**, reconhecendo sua condição de **credenciada para os Itens 01 e 02**, conforme as condições e valores estabelecidos no edital:

• Item 01 – Spot gravado (30 segundos): R$ 106,60 por inserção;
• Item 02 – Testemunhal ao vivo (45 segundos): R$ 330,02 por inserção.

A presente homologação não implica obrigação de contratação ou garantia de demanda mínima, ficando as contratações condicionadas à necessidade da Câmara Municipal, à disponibilidade orçamentária e às autorizações de execução, conforme estabelecido no edital.
União da Vitória/PR, 30 de setembro de 2026.

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO
Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:4CB57A0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
Compras.Gov Execução da Contratação: 987937 - 25/2026
(UASG 987937)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para implantação do Sistema de Climatização do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) – Tipo 2, no Município de União da Vitória/PR, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e instalação, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e anexos, decorrente do Termo de Convênio nº 204/2026, firmado com o Fundo Estadual de Saúde do Paraná (FUNSAUDE), registrado sob o e-Protocolo nº 26.241.551-1.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço.

FORMA DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Preço Global.

MODO DE DISPUTA: "Aberto e Fechado"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 20/10/2026 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 2.109.509,02 (Dois milhões cento e nove mil quinhentos e nove reais e dois centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1238 (42) 3521-1200.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal *(www.gov.br/compras)*, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:C89E56B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 502/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.030 – Manutenção da Secretaria Mun. de Ação Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
205	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00

TOTAL CRÉDITO	**6.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação na respectiva fonte.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 30 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 502/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 30 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7CAD2350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 725/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	MATRICULA	A PARTIR DE:
80%	TEREZINHA KOSTESKI MARQUES	PEDAGOGO	ESCOLA MANOEL RIBAS	991504280 e 991505582	01/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:01AC892C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 726/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	MATRICULA	A PARTIR DE:
80%	ANDRESSA CRISTINA WEILLER	PEDAGOGO	AMELIA HOBI	1512468 e 991505196	01/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3202E6A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 727/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.
RESOLVE:
Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	MATRICULA	A PARTIR DE:
80%	ANDREIA CRISTINA DE	PEDAGOGO	MARIO RIESEMBERG	1477201 e 1497601	01/09/2026

	SOUZA				

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6C22AF5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 728/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	MATRICULA	A PARTIR DE:
80%	MARLI DE FREITAS	PEDAGOGO	CMEI HERBERT	1480001 e 1512233	01/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:9B0C2AA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 729/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	MATRICULA	A PARTIR DE:
80%	MARISTELA PAZ DE HORA	PEDAGOGO	CMEI ZILA FERNANDES	1414101 e 1499401	01/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:EE0D0887

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.301, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto 6.301, de 01 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Livia Eveline Martinello, portadora do CPF/MF n.° 091.451.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 01 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:010CE71A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.302 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.302 de 30 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, Alessandra Aparecida Andre Alves, portadora do CPF/MF n.° 055.458.xxx-xx, do cargo de Gerente de Proteção Social Especial, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 30 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:DC1B9EC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.303 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.303 de 30 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, Sabrina Barbosa, portadora do CPF/MF n.° 086.208.xxx-xx, do cargo de Gerente de Controle de Farmácia e Material Ambulatorial, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 30 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:6FEF41E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.304 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.304 de 30 de setembro de 2026
Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, Suzana Regina Sozin, portadora do CPF/MF n.° 042.181.xxx-xx, do cargo de Gerente de Projetos Urbanos, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 30 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:9B74DB3D

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/202

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NCP, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021, ratifica a homologação/adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Processo Administrativo nº 009/2026 – Processo Digital nº 133/2026, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em decoração e iluminação temática comemorativa, mediante locação, transporte, instalação, manutenção, suporte técnico e desmontagem de enfeites, estruturas metálicas tridimensionais, elementos cenográficos, equipamentos interativos e serviços correlatos, ADJUDICADO à empresa abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT.	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE RENA 2D ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$1.990,00	R$39.800,00
2	LOCAÇÃO DE RENA DE NARIZ VERMELHO ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$5.990,00	R$119.800,00
3	LOCAÇÃO DE BALANÇO BORBOLETA GRANDE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	5	R$20.990,00	R$104.950,00
4	LOCAÇÃO DE ASA DE ANJO INSTAGRAMÁVEL ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	50	R$2.990,00	R$149.500,00
5	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO ESTILO NATURAL ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$12.990,00	R$519.600,00
6	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA MASTRO ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$2.990,00	R$119.600,00
7	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 12M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	10	R$76.990,00	R$769.900,00
8	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 21M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	5	R$239.990,00	R$1.199.950,00
9	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 24M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$269.990,00	R$539.980,00
10	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 27,0M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$369.990,00	R$739.980,00
11	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA ESPIRAL 3,65M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$6.990,00	R$279.600,00
12	LOCAÇÃO DE ÁRVORE DE GALHOS 5,00M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$11.990,00	R$239.800,00
13	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGB ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	10	R$104.990,00	R$1.049.900,00
14	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA ESPIRAL 9,0M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$26.990,00	R$539.800,00
15	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA TWINKLY ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$549.990,00	R$1.099.980,00
16	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$749.990,00	R$1.499.980,00
17	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$999.990,00	R$1.999.980,00
18	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$999.990,00	R$1.999.980,00
19	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO TWINKLY ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$1.290.990,00	R$2.581.980,00
20	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 12M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$59.990,00	R$239.960,00
21	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 15M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$99.990,00	R$399.960,00
22	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 18M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$109.990,00	R$219.980,00
23	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 21M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$139.990,00	R$279.980,00
24	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA ESTILO NATURAL ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	30	R$8.990,00	R$269.700,00
25	LOCAÇÃO DE ÁRVORE NOSSA SENHORA 15M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$139.990,00	R$559.960,00
26	LOCAÇÃO DE BALÃO GRANDE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	4	R$36.960,00	R$147.840,00
27	LOCAÇÃO DE BALSA PEQUENA 2,00 x 2,00	PRÓPRIA	Un	50	R$4.990,00	R$249.500,00
28	LOCAÇÃO DE BALSA MÉDIA 3,00 x 3,00	PRÓPRIA	Un	50	R$6.990,00	R$349.500,00
29	LOCAÇÃO DE BALSA MUNDIAL 20,30 x 20,70	PRÓPRIA	m2	2500	R$1.990,00	R$4.975.000,00
30	LOCAÇÃO DE BENGALA DUPLA 3D ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$7.533,60	R$150.672,00
31	LOCAÇÃO DE BISCOITO FEMININO 2D ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
32	LOCAÇÃO DE BISCOITO MASCULINO 2D ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
33	LOCAÇÃO DE BOLA DE LED 0,70M	PRÓPRIA	Un	10	R$1.890,00	R$18.900,00
34	LOCAÇÃO DE DUPLA DE BOLA GRANDE ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	10	R$2.190,00	R$21.900,00
35	LOCAÇÃO DE TRIO DE BOLAS NATAL ILUMINADAS LED	PRÓPRIA	Un	10	R$2.290,00	R$22.900,00
36	LOCAÇÃO DE CAIXA DE PRESENTE 1,90M	PRÓPRIA	Un	10	R$7.990,00	R$79.900,00
37	LOCAÇÃO DE BANCO CAIXA DE PRESENTE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	10	R$8.990,00	R$89.900,00
38	Casinha do Papai Noel Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$159.990,00	R$1.599.900,00

39	LOCAÇÃO DE COMETA PAPAI NOEL ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$5.490,00	R$274.500,00
40	LOCAÇÃO DE COMETA COM ARABESCO ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$4.490,00	R$224.500,00
41	LOCAÇÃO DE COMETA PEQUENO ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$4.290,00	R$214.500,00
42	LOCAÇÃO DE COMETA SLIM COM FLOCO DE NEVE ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$3.990,00	R$199.500,00
43	LOCAÇÃO DE ELEMENTO DE POSTE ÁRVORE DE NATAL	PRÓPRIA	Un	50	R$2.290,00	R$114.500,00
44	LOCAÇÃO DE FLOR DE LÓTUS DECORATIVA ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	20	R$15.990,00	R$319.800,00
45	LOCAÇÃO DE LETREIRO FELIZ NATAL EM LED 6M	PRÓPRIA	Un	5	R$24.990,00	R$124.950,00
46	LOCAÇÃO DE PORTAL BOLA COM ARABESCO	PRÓPRIA	Un	30	R$14.990,00	R$449.700,00
47	LOCAÇÃO DE PORTAL BISCOITO COM LAÇO	PRÓPRIA	Un	30	R$2.990,00	R$89.700,00
48	LOCAÇÃO DE PORTAL BISCOITO COM TOUCA	PRÓPRIA	Un	30	R$2.990,00	R$89.700,00
49	LOCAÇÃO DE PORTAL OGIVAL COM ESTRELAS	PRÓPRIA	Un	30	R$7.990,00	R$239.700,00
50	LOCAÇÃO DE PORTAL URSO	PRÓPRIA	Un	5	R$14.990,00	R$74.950,00
51	LOCAÇÃO DE PORTA RETRATO TOUCA	PRÓPRIA	Un	10	R$5.990,00	R$59.900,00
52	LOCAÇÃO DE URSO COM PORTA RETRATO	PRÓPRIA	Un	10	R$17.990,00	R$179.900,00
53	LOCAÇÃO DE PRESÉPIO 2D ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
54	LOCAÇÃO DE TÚNEL CICLOVIA	PRÓPRIA	Un	20	R$6.990,00	R$139.800,00
55	LOCAÇÃO DE TÚNEL REDONDO	PRÓPRIA	Un	20	R$9.990,00	R$199.800,00
56	Carrossel Mecânico Elétrico Infantil	PRÓPRIA	Un	2	R$269.814,00	R$539.628,00
57	RODA GIGANTE MINI	PRÓPRIA	Un	2	R$159.990,00	R$319.980,00
58	LOCAÇÃO DE RODA GIGANTE	PRÓPRIA	Un	2	R$299.990,00	R$599.980,00
59	SERVIÇO DE PROJEÇÃO MAPEADA COM CRIAÇÃO DE CONTEÚDO – MÉDIO PORTE	PRÓPRIA	Un	3	R$299.990,00	R$899.970,00
60	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA (ÁRVORE FALANTE)	PRÓPRIA	Un	4	R$69.990,00	R$279.960,00
61	PAPAI NOEL ANIMATRÔNICO 3,00M	PRÓPRIA	Un	2	R$99.990,00	R$199.980,00
62	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA 3,00M	PRÓPRIA	Un	2	R$59.990,00	R$119.980,00
63	CAPIVARA ANIMATRÔNICA INTERATIVA 2,50M	PRÓPRIA	Un	2	R$89.990,00	R$179.980,00
64	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA 3,00M COM ELEMENTO CENOGRÁFICO	PRÓPRIA	Un	2	R$59.990,00	R$119.980,00
65	BICICLETA GERADORA DE ENERGIA COM ILUMINAÇÃO LED Ø1,90M	PRÓPRIA	Un	4	R$29.990,00	R$119.960,00
66	ELEVADOR MÁGICO INTERATIVO – EXPERIÊNCIA IMERSIVA	PRÓPRIA	Un	10	R$97.750,00	R$977.500,00
67	DECORAÇÃO CASA DO NOEL	PRÓPRIA	Un	20	R$39.990,00	R$799.800,00
68	Trem Pequeno	PRÓPRIA	Un	2	R$179.990,00	R$359.980,00
69	TREM TURÍSTICO GRANDE	PRÓPRIA	Un	3	R$249.900,00	R$749.700,00
70	Trenzinho Turístico Recreativo Combustível	PRÓPRIA	Un	3	R$299.990,00	R$899.970,00
71	Trem de LED	PRÓPRIA	Un	5	R$99.990,00	R$499.950,00
72	Luminária Interativa LED	PRÓPRIA	Un	2	R$69.990,00	R$139.980,00
73	Balanço com acessibilidade Iluminado – Estrutura Decorativa LED	PRÓPRIA	Un	10	R$49.990,00	R$499.900,00
74	ÁRVORE DE NATAL CENOGRÁFICA COM ESCORREGADOR	PRÓPRIA	Un	10	R$119.990,00	R$1.199.900,00
75	GANGORRA DE NATAL	PRÓPRIA	Un	10	R$49.990,00	R$499.900,00
76	BOLA NATALINA CENOGRÁFICA INTERATIVA	PRÓPRIA	Un	10	R$39.990,00	R$399.900,00
77	BOLA NATALINA CENOGRÁFICA COM ESCORREGADOR	PRÓPRIA	Un	10	R$44.990,00	R$449.900,00
78	XÍCARA GIRATÓRIA CENOGRÁFICA	PRÓPRIA	Un	10	R$34.990,00	R$349.900,00
79	Soldado de Chumbo Cenográfico	PRÓPRIA	Un	10	R$24.990,00	R$249.900,00
80	Torre de Bolas de Natal Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$13.990,00	R$139.900,00
81	Papai Noel Cenográfico	PRÓPRIA	Un	10	R$59.990,00	R$599.900,00
82	Veículo Cenográfico Tipo Calhambeque	PRÓPRIA	Un	10	R$69.990,00	R$699.900,00
83	Bengala de Natal Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$14.990,00	R$149.900,00
84	ESCULTURA CENOGRÁFICA DE CACHORRO	PRÓPRIA	Un	10	R$34.990,00	R$349.900,00
85	Boneco Cenográfico Tipo Urso	PRÓPRIA	Un	10	R$36.990,00	R$369.900,00
86	Escorregador Cenográfico Tremzinho	PRÓPRIA	Un	10	R$19.990,00	R$199.900,00
87	Escorregador Cenográfico com Escalada e Túnel	PRÓPRIA	Un	10	R$59.990,00	R$599.900,00
88	Presépio em Fibra de Vidro	PRÓPRIA	Un	10	R$199.990,00	R$1.999.900,00
89	Sagrada Família Fibra de Vidro	PRÓPRIA	Un	10	R$89.990,00	R$899.900,00
90	PINHEIRINHO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.790,00	R$37.900,00
91	BOLA NATALINA EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$4.990,00	R$49.900,00
92	BOTA GIGANTE EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.590,00	R$35.900,00
93	BISCOITO COM CASACO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.590,00	R$35.900,00
94	PAPAI NOEL “MERRY CHRISTMAS” EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.990,00	R$39.900,00
95	BONECO DE NEVE G EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$7.590,00	R$75.900,00
96	SOLDADINHO DE CHUMBO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.690,00	R$36.900,00
97	RENA EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.890,00	R$38.900,00
98	RENA COMENDO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.890,00	R$38.900,00
99	Cordão de LED Cristal Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
100	Cordão de LED Cristal Laranja Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
101	Cordão de LED Cristal Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
102	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
103	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
104	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
105	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
106	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
107	Cordão de LED Fio Verde Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
108	Cordão de LED Fio Verde Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
109	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
110	Cordão de LED Fio Verde Verde Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
111	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
112	Cordão de LED Fio Verde Azul Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
113	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
114	Cordão de LED Fio Verde Rosa Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
115	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado Warm	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
116	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado Warm	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
117	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado Warm	ATIVA LED	Un	200	R$54,90	R$10.980,00
118	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado Warm	ATIVA LED	Un	200	R$54,90	R$10.980,00
119	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
120	Cordão de LED Transparente Verde Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
121	Cordão de LED Transparente Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
122	Cordão de LED Transparente Azul Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
123	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
124	Cordão de LED Transparente Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00

125	Cordão de LED Transparente Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
126	Cordão de LED Transparente Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
127	Cordão de LED Transparente Verde Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
128	Cordão de LED Transparente Vermelho Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
129	Cordão de LED Transparente Azul Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
130	Cordão de LED Transparente Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
131	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
132	Cordão de LED Transparente Verde Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
133	Cordão de LED Transparente Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
134	Cordão de LED Transparente Azul Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
135	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
136	Cordão de LED Transparente Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
137	Cordão de LED Transparente Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
138	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
139	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
140	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
141	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
142	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
143	Cordão de LED Fio Verde Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
144	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	500	R$59,90	R$29.950,00
145	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	500	R$59,90	R$29.950,00
146	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
147	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
148	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
149	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
150	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
151	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
152	Cordão de LED Fio Verde Verde Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
153	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
154	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
155	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
156	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
157	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
158	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
159	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$129,00	R$258.000,00
160	Cordão de LED Fio Verde Warm Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$129,00	R$258.000,00
161	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$229,00	R$229.000,00
162	Cordão de LED Fio Verde Warm Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$229,00	R$229.000,00
163	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	100	R$259,00	R$25.900,00
164	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	100	R$259,00	R$25.900,00
165	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
166	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
167	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
168	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
169	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
170	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
171	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
172	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
173	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
174	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
175	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
176	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
177	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
178	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
179	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
180	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
181	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
182	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
183	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
184	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
185	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
186	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
187	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
188	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
189	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
190	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
191	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
192	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
193	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
194	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
195	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Laranja	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
196	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
197	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
198	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
199	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
200	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
201	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
202	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
203	Cascata de LED Fio Branco Branco Frio Fixa	WF	Un	2000	R$109,90	R$219.800,00
204	Cascata de LED Transparente Branco Frio Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
205	Cascata de LED Transparente Branco Quente Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
206	Cascata de LED Transparente Azul Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
207	Cascata de LED Transparente Rosa Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
208	Cascata de LED Transparente Roxo Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
209	Cortina de LED Fio Transparente Branco Quente Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$199,90	R$399.800,00
210	Cortina de LED Fio Transparente Branco Frio Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$199,90	R$399.800,00
211	Cordão de LED Blindado 220V Full Flash– Cor Branco Quente (Warm)	ATIVA LED	Un	1000	R$69,90	R$69.900,00
212	Conjunto Snow Fall 10 Hastes Branco Frio	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
213	Conjunto Snow Fall 10 Hastes Branco Frio	ATIVA LED	Un	500	R$99,90	R$49.950,00

214	Tubo Snow Fall 80cm 45 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
215	Snow Fall 80cm Branco Frio	ATIVA LED	Un	1000	R$69,90	R$69.900,00
216	Tubo Snow Fall 80cm 45 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
217	Festão de LED Fio Verde Branco Frio	ATIVA LED	Un	200	R$64,90	R$12.980,00
218	Festão de LED Fio Verde Branco Quente	ATIVA LED	Un	200	R$64,90	R$12.980,00
219	LOCAÇÃO DE VARAL DE LÂMPADAS	ATIVA LED	Un	200	R$169,90	R$33.980,00
220	Luminária Solar Tipo Vagalume com Espeto de Jardim	ATIVA LED	Un	200	R$149,90	R$29.980,00
221	Luminária Solar Tipo Vagalume com Espeto de Jardim	ATIVA LED	Un	200	R$149,90	R$29.980,00
222	LÂMPADA STROBO 3W WARM	ATIVA LED	Un	100	R$54,90	R$5.490,00
223	LÂMPADA STROBO 3W BRANCO FRIO	ATIVA LED	Un	500	R$54,90	R$27.450,00
224	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
225	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
226	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
227	Elemento Decorativo Floco de Neve Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
228	Elemento Decorativo Floco de Neve Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
229	Elemento Decorativo Floco de Neve Azul	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
230	Elemento Decorativo Floco de Neve Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
231	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
232	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
233	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
234	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
235	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Azul	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
236	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
237	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
238	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
239	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
240	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
241	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Azul	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
242	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
243	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
244	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
245	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
246	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
247	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Azul	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
248	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
VALOR TOTAL						**R$59.095.000,00**

ATIVA LUZES E DECORAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.063.632/0001-05.

Valor total adjudicado: R$ 59.095.000,00 (cinquenta e nove milhões e noventa e cinco mil reais).

Londrina/PR, 30 de setembro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:72323EFE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 310 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.288.170,36 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil cento e setenta reais e trinta e seis centavos), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.39 (3135)	2	50.000,00
04.02.15.452.0013.2.010.3.3.90.30 (3138)	5000	30.000,00
04.02.15.452.0013.2.010.3.3.90.39 (3139)	5000	40.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.30 (3000)	5000	200.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.30 (131)	504	200.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.39 (137)	2	70.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.39 (138)	504	150.000,00
06.02.12.782.0005.2.019.3.3.90.33 (229)	104	160.000,00
06.03.12.361.0003.1.013.4.4.90.52 (2310)	1040	1.753,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.39 (2771)	1040	10.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.30 (2179)	1040	5.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.30 (2208)	1040	5.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.3.90.30 (3027)	1040	10.000,00
06.04.13.392.0023.2.031.3.3.90.39 (297)	000	7.016,26
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.47 (328)	000	4.890,09
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.30 (363)	303	40.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.30 (365)	494	20.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.39 (371)	494	50.000,00
08.01.08.244.0008.2.046.3.3.90.32 (458)	**000**	15.000,00
08.02.08.245.0008.1.035.4.4.90.52 (3022)	162	135.000,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.3.90.39 (475)	934	3.839,67
08.03.08.243.0009.5.001.4.4.90.52 (3137)	589	5.671,34
08.04.08.241.0010.1.028.4.4.90.52 (3133)	636	15.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.39 (557)	000	30.000,00
10.01.20.608.0013.2.049.3.3.90.30 (3002)	5000	30.000,00
TOTAL		**1.288.170,36**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.34 (54)	000	1.252,75
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.47 (62)	000	35.000,00
03.01.09.272.0002.2.097.3.3.90.93 (65)	000	100.000,00
03.02.04.123.0002.2.008.3.1.90.04 (69)	000	10.000,00
03.02.04.123.0002.2.008.3.3.90.47 (85)	000	30.000,00
06.02.12.364.0011.2.030.3.3.90.49 (205)	504	350.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (241)	1040	31.753,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.1.90.04 (347)	494	50.000,00
07.02.10.302.0007.2.036.3.3.71.70 (389)	494	20.000,00
08.01.08.122.0008.2.040.3.3.90.14 (434)	000	5.000,00
08.01.08.122.0008.2.040.3.3.90.30 (435)	000	10.000,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.1.90.11 (463)	934	3.839,67
09.01.23.691.0015.2.053.3.1.90.04 (547)	000	34.391,40
09.01.23.691.0015.1.033.4.4.90.51 (544)	000	31.262,20
TOTAL		**712.499,02**

II – Superávit financeiro - Rec. Livres

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Recursos Livres	5000	300.000,00
TOTAL		**300.000,00**

III – Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00 (25)	2	120.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.53.00 (236)	589	5.671,34
1.7.1.6.50.0.1.06.06.00 (342)	636	15.000,00
2.4.1.3.50.0.1.04.00.00 (371)	162	135.000,00
TOTAL		**275.671,34**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 30 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:5D26F1B2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 90/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL

Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89

Exercício: 2026

Decreto nº 90/2026 de 17/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 117.949,94 (cento e dezessete mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	
498 - 3.3.90.93.00.00	33885	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.271,67
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
495 - 3.3.90.30.00.00	35494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.306.0009.2.024.		Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - Recursos Próprios - Ensino Fundamental	
497 - 3.3.90.32.00.00	03107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
07.001.13.392.0014.2.094.		MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA DIVISÃO DE CULTURA	
496 - 3.3.90.39.00.00	31063	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.678,27
Total Suplementação:			**117.949,94**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 17 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:87841FAB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
CONVOCAÇÃO 009-2026

CONVOCAÇÃO Nº 009/2026 - PROCESSO SELETIVO

SIMPLIFICADO - FUNÇÃO PROFESSOR

ALVIR GUYSS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 1168/2017 e Lei Municipal nº 1331/2019, Comissão designada através do Decreto n° 6323/2025, resolve após análise da documentação, divulgar a convocação dos candidatos inscritos na função de Professor, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas na Normativa n° **003/2025**, para comparecer do dia **30/09/2026** a **07/10/2026**, com apresentação da documentação constante do Item **11** da Normativa.

Convocação PSS - NORMATIVA Nº 003/2025									
Área de Atuação: Atuar na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental 40 horas									
Insc.	Candidato	Mestrado 7,0	Especialização 6,0	Pedagogia 5,0	Outra Licenciatura 4,0	Magistério 3,0	Outras Especializações	Tempo de Serviço	Total de Pontos
225	Rosani Larsen		6,0	5,0			3,0		14

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de setembro de 2026.

ALVIR GUYSS

Prefeito Em Exercício

Registre-se

Publique-se e

Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE

Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:173A8227

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
CONVOCAÇÃO 010-2026

CONVOCAÇÃO Nº 010/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - FUNÇÃO PROFESSOR

ALVIR GUYSS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 1168/2017 e Lei Municipal nº 1331/2019, Comissão designada através do Decreto n° 6323/2025, resolve após análise da documentação, divulgar a convocação dos candidatos inscritos na função de Professor, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas na Normativa n° **003/2025**, para comparecer do dia **01/10/2026** a **08/10/2026**, com apresentação da documentação constante do Item **11** da Normativa.

Convocação PSS - NORMATIVA Nº 003/2025									
Área de Atuação: Atuar na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental 40 horas									
Insc.	Candidato	Mestrado 7,0	Especialização 6,0	Pedagogia 5,0	Outra Licenciatura 4,0	Magistério 3,0	Outras Especializações	Tempo de Serviço	Total de Pontos
221	Dayane Ramon de Mattos		6,0	5,0			2,5		13,5

Cruzeiro do Iguaçu, 30 de setembro de 2026.

ALVIR GUYSS

Prefeito em Exercício

Registre-se

Publique-se e

Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE

Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:5DB66F73

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO DECRETO 6611

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso				
Lei/Ato nº 3879 - Decreto nº 6611/2026 de 30/09/2026		**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte				
00000 Recursos Ordinários (Livres)				
Remanejamento	Anulação de Dotações			
3750 11	SECRETARIA DO TURISMO	Anulação	39.000,00	
11.003	DEPARTAMENTO DE TURISMNO	Reabertura		
23.695.0015.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3760 11	SECRETARIA DO TURISMO	Acréscimo		39.000,00
11.003	DEPARTAMENTO DE TURISMNO	Reabertura		
23.695.0015.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO			

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	TOTAL		39.000,00	39.000,00
	TOTAL DAFONTE		**39.000,00**	**39.000,00**
00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica				
Remanejamento	Anulação de Dotações			
2200 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	80.000,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2360 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		80.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
	TOTAL		80.000,00	80.000,00
	TOTAL DAFONTE		**80.000,00**	**80.000,00**
00107 Salário-Educação				
Remanejamento	Anulação de Dotações			
2542 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		5.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CEMEI CRECHE			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
2590 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	2.000,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CEMEI CRECHE			
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
2260 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		10.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
2420 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	15.000,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2701 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		3.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.365.0009.2031	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
2820 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	1.000,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.365.0009.2031	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
	TOTAL		18.000,00	18.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro			
2542 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		7.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CEMEI CRECHE			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
2260 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		20.480,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
2310 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	37.480,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
2701 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		10.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.365.0009.2031	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
	TOTAL		37.480,00	37.480,00
	TOTAL DAFONTE		**55.480,00**	**55.480,00**
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	137.000,00	137.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	137.000,00	137.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	37.480,00	37.480,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Anulação	37.480,00	37.480,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:AB792F3B

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6613

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso				
Lei/Ato nº 3880 -	**Decreto nº 6613/2026 de 30/09/2026**	**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte				
00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias				
Remanejamento	Anulação de Dotações			
780 05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	102.000,00	
05.002	DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.451.0006.1014	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3713 11	SECRETARIA DO TURISMO	Acréscimo		102.000,00
11.003	DEPARTAMENTO DE TURISMNO	Reabertura		
23.695.0015.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO			

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	TOTAL		102.000,00	102.000,00
	TOTAL DAFONTE		**102.000,00**	**102.000,00**

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	102.000,00	102.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	102.000,00	102.000,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:379668F6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 113/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

06.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.601	-MANTER OS SERVIÇOS PUBLICO		
3.3.90.30.00.00-144	-Material de Consumo		
1504	-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	R$	40.000,00
3.3.90.30.00.00-143	-Material de Consumo		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	35.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
13.001.08.244.0008.2.131	-MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.3.90.30.00.00-588	-Material de Consumo		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.122.0000.2.801	-MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
3.3.90.30.00.00-376	-Material de Consumo		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	10.000,00
4.4.90.52.00.00-388	-Equipamento e Material de Permanente		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	15.000,00
3.3.90.39.00.00-382	-Outros Serviços de Terceiros -PJ		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	-MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.30.00.00-410	-Material de Consumo		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**150.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Provável excesso de arrecadação no valor de R$69.400,00 (Sessenta e nove mil e quatrocentos reais)

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	24.400,00
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	45.000,00

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

06.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.601	-MANTER OS SERVIÇOS PUBLICO		
3.3.90.47.00.00-158	-Obrigações Tributárias e Contribuitivas		
1504	-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	R$	2.600,00
4.4.90.52.00.00-160	-Equipamentos e Material Permanente		
1504	-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	R$	13.000,00
02.000.00.000.0000.0.000	**-EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.001.00.000.0000.0.000	-GABINETE DO PREFEITO		
02.001.02.061.0000.2.202	-MANTER O DEPARTAMENTO JURÍDICO		
3.3.90.39.00.00-8	-Outros serviços de Terceiros -PJ		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	-MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.39.00.00-226	-Outros Serviços de Terceiros -PJ		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.007.2.724	Manter Unidade 24 Horas		
3.3.90.36.00.00-296	-Outros Serviços de Terceiros -PF		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.002.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DA CONTABILIDADE		
04.002.04.122.0003.2.403	-MANTER OS SERVIÇOS DA CONTABILIDADE		
3.3.90.30.00.00-99	-Material de Consumo		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.122.0000.2.801	-MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
3.3.90.40.00.00-385	-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.002.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0010.2.819	-MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
3.3.90.47.00.00-461	Obrigações Tributarias e Contribuitivas		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.005.00.000.0000.0.000	-CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
08.005.12.361.0010.1.801	-ADQUIRIR TRANSPORTE ESCOLAR		
4.4.90.52.00.00-481	-Equipamentos e Material Permanente		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	5.000,00
4.4.90.51.00.00-482	-Obras e Instalações		
1104	-Demais impostos vinculados à educação básica	R$	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**80.600,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 30 de Setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:0ADAB8E8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
5046 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - 1.193.200,00

Decreto nº. 5046/2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste para o exercício financeiro de 2026 crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.193.200,00 (um milhão, cento e noventa e três mil e duzentos reais) conforme Relatório de Alteração Orçamentária anexo I ao presente decreto.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua edição (23/09/2026).

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Prefeito

Município de São Jorge D'Oeste - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática				
Anexo I - Decreto nº 5046/2026 de 23/09/2026		**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 10462 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1213	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**	
Suplementar	Anulação de Dotações	874.200,00	874.200,00	
Suplementar	Superávit Financeiro	30.000,00	0,00	
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	30.000,00	
Transferência	Anulação de Dotações	289.000,00	0,00	
Transferência	Anulação de Dotações	0,00	289.000,00	

Despesa			
02	GOVERNO MUNICIPAL	Acréscimo	79.000,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito Transferência		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
110 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Acréscimo	217.000,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
110 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Acréscimo	38.500,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
120 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	30.000,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito	Transferência	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL		
140 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	25.000,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito Transferência		

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
150 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	24.000,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito	Transferência	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
170 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	GOVERNO MUNICIPAL	Acréscimo	600,00
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
210 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Acréscimo	1.100,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.2009	Mautençao das Atividades da Secretaria de Assistência Social e da Mulher		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
660 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	5.000,00
03.004	Fundo Municipal do Idoso	Abertura	
08.241.0008.2013	Fundo Municipal do Idoso	Transferência	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
1100 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Acréscimo	5.000,00
03.004	Fundo Municipal do Idoso	Abertura	
08.241.0008.2013	Fundo Municipal do Idoso	Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1110 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	30.000,00
03.005	Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0008.2014	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1130 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	10.000,00
03.005	Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0008.2014	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
1140 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Anulação	9.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
22.661.0017.1016	Barracões Industriais e Equipamentos		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1330 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Anulação	9.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
22.661.0017.1016	Barracões Industriais e Equipamentos		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1340 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Anulação	9.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
22.661.0017.1016	Barracões Industriais e Equipamentos		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1380 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Anulação	9.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
22.661.0017.1018	Aquisição de Imóveis		
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		
1430 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Acréscimo	3.300,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
23.695.0017.2020	Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
1600 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Acréscimo	8.100,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
1880 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Acréscimo	11.700,00
07.002	Departamento de Contabilidade e Finanças	Abertura	
04.123.0004.2023	Manutenção dos Serviços Contábeis e Financeiros		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
2110 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	18.500,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	

20.606.0016.2033	Manutenção da Atividade Agropecuária		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
2540 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	90.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.608.0016.2035	Programa de melhoria genética e fomento da produção pecurária		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2650 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	21.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.608.0016.2035	Programa de melhoria genética e fomento da produção pecurária		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2660 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	25.000,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2740 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	4.300,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2750 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	2.600,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
2790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	100.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2860 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
3100 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	50.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
3150 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2041	Transporte Escolar		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
3360 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	50.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2042	Merenda Escolar		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
3380 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	100.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.365.0013.2043	Educação Infantil		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3410 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	90.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3550 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	14.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3560 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	9.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
3590 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	15.000,00

10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3600 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	9.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3610 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	10.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.367.0013.2045	Educação Especial		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
3620 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	92.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3630 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	13.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3640 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	50.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E		
3680 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	8.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3700 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	19.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
3730 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	19.000,00
10.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
3740 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	95.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	75.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	29.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3800 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	11.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
3810 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	10.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL		
3820 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	30.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E		
3850 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	10.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3870 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	30.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3880 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	20.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
3940 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	14.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
3950 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	40.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4220 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	89.500,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4345 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	20.500,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4355 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	110.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4430 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	38.000,00
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.1058	Obras, instalações e revitalizaçãi de espaços públicos		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4720 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Anulação	85.000,00
12.002	Departamento de Infra Estrutura Rural	Abertura	
26.782.0009.2062	Manutenção da Divisão de Infra Estrutura Rural		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
4940 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	50.000,00
12.002	Departamento de Infra Estrutura Rural	Abertura	
26.782.0009.2062	Manutenção da Divisão de Infra Estrutura Rural		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
4960 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	10.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.451.0010.2064	Serviços Urbanos		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
5170 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	16.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.451.0010.2064	Serviços Urbanos		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
5230 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	78.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2065	Gestão Integrada de Resíduos Sólidos		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5310 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	16.500,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2065	Gestão Integrada de Resíduos Sólidos		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
5320 00000	Recursos Ordinários (Livres)		

Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	2.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2065	Gestão Integrada de Resíduos Sólidos		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
5390 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Anulação	85.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2066	Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5410 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Anulação	30.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2066	Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
5420 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Anulação	8.200,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2066	Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
5490 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**	
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	874.200,00	874.200,00	
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	874.200,00	874.200,00	
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	30.000,00	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	30.000,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	289.000,00	0,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	289.000,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	289.000,00	#

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:C2C24EE3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DO FMDCA 4º BIMESTRE 2026

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO

4º BIMESTRE DE 2026

Relatório de Gestão elaborado com o objetivo principal de demonstrar acerca da execução das ações de governo na área de direitos da criança e do adolescente que são desenvolvidas através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Saudade do Iguaçu, trazendo informações sobre as fontes de financiamento e também sobre as aplicações dos recursos referentes ao **Quarto Bimestre de 2026.**

1.0 - REALIZAÇÃO DAS RECEITA

RECEITAS		**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	
DESCRIÇÃO	**FONTE**	**ATUALIZADA**	**NO BIM**	**ACUM ANO**
RENDIMENTOS BANCÁRIOS		**51.100,00**	**14.718,74**	**76.129,94**
Rend Fonte Livre do Município	000			
Rend Incentivo Atenção Criança e Adolesc	872			
Rend Incentivo SCFV FIA/PR	891		-	
Rend Doações ao FMDCA/ECA	880	100,00	267,25	1.172,84
Rend Programa Primeira Infancia FIA/PR	905	-	0,07	0,32
Rendimento Incentivo Acesso a Produtos de Higiêne	928	-	-	

Intima - FIA/PR				
Construção de Creche FIA- PR	953	50.000,00	8.109,88	41.499,77
Rendimento Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	1.000,00	2.582,79	19.116,49
Fortalecimento e Desenvolvimento de Ações voltadas a Primeira Infância - Creches	989	-	3.758,75	14.340,52
REPASSES DO MUNICÍPIO		**295.000,00**	**52,85**	**6.894,44**
Receitas de Fonte Livre do Município	000	295.000,00	52,85	6.894,44
Receitas de Alienação de Ativos	501	-	-	-
REPASSES FEDERAIS		-	-	-
REPASSES ESTADUAIS		**1.396.053,40**	-	**0,20**
Incentivo Atenção Criança e Adolesc FIA/PR	872	-	-	-
Incentivo SCFV - FIA/PR	891	-	-	-
Programa Primeira Infancia FIA/PR	905	-	-	0,20
Incentivo Acesso a Produtos de Higiêne Intima - FIA/PR	928			
Construção de Creche FIA- PR	953	1.396.053,40	-	-
Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	-	-	-
Fortalecimento e Desenvolvimento de Ações voltadas a Primeira Infância - Creches	989	-	-	-
REPASSES DE INSTIT PRIVADAS		**4.611,00**	**3.680,20**	**3.680,20**
Doações ao FMDCA/ECA	880	4.611,00	3.680,20	3.680,20
TOTAL		**1.746.764,40**	**18.451,79**	**86.704,78**

1.1 – RECEITAS POR FONTES DE RECURSOS

RECEITAS		**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	
DESCRIÇÃO	**FONTE**	**ATUALIZADA**	**NO BIM**	**ACUM ANO**
Receitas de Fonte Livre do Município	000	295.000,00	52,85	6.894,44
Incentivo Atenção Criança e Adolesc FIA/PR	872	-	-	-
Doações ao FMDCA/ECA	880	4.711,00	3.947,45	4.853,04
Incentivo SCFV - FIA/PR	891	-	-	-
Programa Primeira Infancia FIA/PR	905	-	0,07	0,52
Incentivo Acesso a Produtos de Higiêne Intima - FIA/PR	928	-	-	-
Construção de Creche FIA- PR	953	1.446.053,40	8.109,88	41.499,77
Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	1.000,00	2.582,79	19.116,49
Fortalecimento e Desenvolvimento de Ações voltadas a Primeira Infância - Creches	989	-	3.758,75	14.340,52
TOTAL		**1.746.764,40**	**18.451,79**	**86.704,78**

2.0 EXECUÇÃO DAS DESPESAS ATÉ 31/08/2026:

DESPESAS	**ORÇADA**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**
CORRENTES	**575.443,20**	**270.535,46**	**184.856,30**	**181.261,80**
Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	564.443,20	270.535,46	184.856,30	181.261,80
DE CAPITAL	**2.271.781,58**	**1.870.869,80**	**470.987,51**	**470.987,51**
Investimentos	2.271.781,58	1.870.869,80	470.987,51	470.987,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
TOTAL	**2.847.224,78**	**2.141.405,26**	**655.843,81**	**652.249,31**

2.1– DESPESAS ABERTAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO:

DESPESAS ADICIONAIS ABERTAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025	
FONTE DE RECURSOS	**VALOR ABERTO**
20000 - Recursos Ordinários Livres- Superavit	140.000,00
2880 - Doações ao FMDCA/ECA	28.150,00
2905 - Programa Primeira Infancia FIA/PR	-
2953 - Construção da Creche FIA/PR	636.858,38
2968 - Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	295.452,00
2501 - Receitas de Alienação de Ativos	-
TOTAL DAS FONTES	**1.100.460,38**

2.2- DESPESA LIQUIDADA POR AÇÃO DE GOVERNO:

AÇÕES DE GOVERNO - FMDCA		ORÇADA	DESPESAS	
Nº	**DESCRIÇÃO/NOME**	**ATUALIZADA**	**NO BIMESTRE**	**NO ANO**
5.001	Construções e Ampliações para o FMDCA	2.192.911,78	213.726,90	400.117,71
6.001	Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente	654.313,00	75.349,42	255.726,10
				-
TOTAL		**2.847.224,78**	**289.076,32**	**655.843,81**

Obs: Neste relatório de gestão, do 1º ao 5º bimestre, considera-se despesa executada a despesa liquidada em cada período e para o 6º bimestre considera-se despesa executada a despesa liquidada mais os empenhos inscritos em restos a pagar não processados.

2.3– DETALHAMENTO DA DESPESA EXECUTADA

DESPESAS	Natureza das Despesas	ORÇADA NO ANO	LIQUIDADO NO BIM	LIQUIDADO NO ANO
CORRENTES		**575.443,20**	**50.615,42**	**184.856,30**
Transferências a Instituições Privadas s/ fins - Pessoal e Enc	3.1.50.43	2.000,00		-
Transferências a Instituições Privadas s/ fins - Outras Desp Correntes	3.3.50.43	5.000,00		-
Transferências a Municípios - Pessoal e Encargos	3.1.40.41	5.000,00	-	-
Transferências a Municípios - Outras Desp Correntes	3.3.40.41	10.000,00	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.1.90.11	2.000,00		
Contribuições Patronais	3.1.90.13	1.000,00		
Outras Desp Variáveis - Pessoal Civil	3.1.90.16	1.000,00		
Diárias	3.3.90.14	1.000,00	-	-
Auxilio Financeiro a Estudantes	3.3.90.18	-	-	-
Material de Consumo	3.3.90.30	228.861,00	20.817,02	83.495,34
Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas	3.390.31	12.000,00		
Material, Bem ou Serviço P/ Distr. Gratuita	3.3.90.32	128.000,00	22.961,90	77.260,48
Passagens e Despesas com Locomoção	3.3.90.33	2.000,00	-	-
Outras Desp de Pessoal - Terceirização	3.3.90.34	1.000,00	-	-
Serviços de Consultoria	3.390.35	2.000,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros - PF	3.3.90.36	2.000,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.3.90.39	140.130,20	3.594,50	18.942,16
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	3.3.90.40	2.000,00	-	-
Obrigações Tributárias e Contributivas	3.3.90.47	2.000,00	-	295,32
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	3.3.90.48	24.452,00	3.242,00	4.863,00
Indenizaçãoes e Restituições	3.3.90.93	4.000,00	-	-
CAPITAL		**2.271.781,58**	238.460,90	**470.987,51**
Transferências a Municípios	4.4.40.41	1.000,00		
Transferências a Instituições Privadas s/ fins	4.4.50.41	1.000,00		
Auxílios	4.4.50.42	1.000,00		
Obras e Instalações	4.4.90.51	2.192.911,78	213.726,90	400.117,71
Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52	73.869,80	24.734,00	70.869,80
Indenizações e Restituições	4.490.93	2.000,00		-
TOTAL GERAL		**2.847.224,78**	**289.076,32**	**655.843,81**

3.0- EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS ATÉ 31/08/2026:

	SALDO EM	RECEITA	DESPESA	DESPESA	RESTOS	SALDO
FONTES	**01/01/2026**	**ACUM DO ANO**	**EMPENHADA**	**PAGA**	**PAGOS**	**FINAL**
000	5.357,65	6.894,44	52.743,32	5.703,32	855,45	5.693,32
880	28.510,89	4.853,04	22.646,42	20.166,33	-	13.197,60
905	9,76	0,52	-	-	6,26	4,02
953	636.858,38	41.499,77	1.800.000,00	400.117,71	-	278.240,44
968	374.873,28	19.116,49	266.015,52	226.261,95	63.590,30	104.137,52
989	200.462,17	14.340,52				214.802,69
TOTAL	**1.246.072,13**	**86.704,78**	**2.141.405,26**	**652.249,31**	**64.452,01**	**616.075,59**

4.0– ATENDIMENTOS/SERVIÇOS PRESTADOS COM OS RECURSOS DO FMDCA:

SERVIÇO/ATIVIDADE PRESTADO	PÚBLICO ATENDIDO	ATEND NO 4º BIM
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Crianças de 0 a 6 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	9
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Crianças e Adolescentes de 07 a 14 anos de idade	52
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos de idade	12
Manutenção da Casa Abrigo em Chopinzinho	Crianças e adolescentes com necessidade de abrigamento temporário	0
Manutenção do Programa Capacitando para o Trabalho	Adolescentes e jovens entre 16 e 21 anos	0
Acompanhamento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (Prestação de Serviço a Comunidade)	Adolescentes 12-18 anos	0

Saudade do Iguaçu, 29 de setembro de 2026.

HERONDI DE AVILA DUARTE JUNIOR

Gestor do FMDCA

MARIZA BOM

Contadora

Responsável Pelas Informações Financeiras

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:5C7C5624

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantu, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR, CEP 85.280-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora Elza Aparecida da Silva, promove, com fundamento nos arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente ALTERAÇÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo nº 080/2025, firmado com a empresa H.L.P COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.093.471/0001-97, com sede na Avenida Mario Pereira, nº 01, Centro, Altamira do Paraná/PR, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) do Item 04 – Diesel S-10, integrante do objeto do Contrato Administrativo nº 080/2025, visando atender à necessidade da Administração Municipal e assegurar a continuidade do abastecimento da frota de veículos e maquinários municipais.

1.2. O Contrato Administrativo nº 080/2025 tem por objeto o fornecimento de combustíveis dos tipos Diesel S-10, Diesel S-500, Gasolina Comum e Etanol para abastecimento da frota municipal.

2. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO.

2.1. O Item 04 – Diesel S-10 possui quantitativo originalmente contratado de 300.000 (trezentos mil) litros, sendo acrescidos 75.000 (setenta e cinco mil) litros, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo original do referido item.

2.2. Em decorrência do acréscimo, o quantitativo do Item 04 passa de 300.000 (trezentos mil) litros para 375.000 (trezentos e setenta e cinco mil) litros, conforme demonstrativo:

Item	Descrição	Unid.	Qtd. original	Acréscimo 25%	Nova quantidade	Valor unit. vigente	Valor do acréscimo
04	Diesel S-10	LT	300.000	**75.000**	**375.000**	**R$ 7,65**	**R$ 573.750,00**

3. DO VALOR DO ACRÉSCIMO.

3.1. Em decorrência do acréscimo quantitativo de **75.000 (setenta e cinco mil) litros** do Item 04 – Diesel S-10, considerando o valor unitário vigente de **R$ 7,65 (sete reais e sessenta e cinco centavos)** por litro, o presente Termo Aditivo importa no acréscimo financeiro de **R$ 573.750,00 (quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta reais)**.

3.2. O valor unitário de **R$ 7,65** adotado para fins do presente acréscimo corresponde ao valor vigente do item 04 – Diesel S-10, decorrente das alterações de preço regularmente formalizadas no âmbito do Contrato Administrativo n° 080/2025.

4. DA ALTERAÇÃO UNILATERAL.

4.1. A presente alteração é promovida unilateralmente pela Administração, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da necessidade de modificação quantitativa do objeto contratual.

4.2. Nos termos do art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo determinado pela Administração, observado o limite legal aplicável.

4.3. A alteração promovida pelo presente instrumento não modifica a natureza do objeto contratado, limitando-se ao acréscimo quantitativo necessário ao atendimento da demanda da Administração.

5. DA JUSTIFICATIVA.

5.1. O acréscimo quantitativo decorre da necessidade superveniente de ampliação do quantitativo de Diesel S-10 destinado ao abastecimento dos veículos e maquinários da Administração Municipal, conforme justificativa técnica e demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 130/2025.

5.2. A medida mostra-se necessária para garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelos diversos setores municipais que dependem do abastecimento da frota e dos maquinários, incluindo, entre outros, transporte escolar, serviços de saúde, manutenção de estradas e demais serviços públicos municipais. O próprio contrato registra a natureza transversal do fornecimento de combustível para esses serviços.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. As despesas decorrentes do presente acréscimo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

7. DA VIGÊNCIA.

7.1. O presente Termo Aditivo não altera o prazo de vigência estabelecido no Contrato Administrativo nº 080/2025, permanecendo observadas as disposições do instrumento original quanto à vigência contratual.

8. DA RATIFICAÇÃO.

8.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 080/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 30 de setembro de 2026.

_____

Representante Legal do Contratante

_____

Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:DB8C1519

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
2° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2025

2° Termo aditivo da **Ata de Registro de Preços nº. 081/2025**, decorrente de **Pregão Eletrônico n° 018/2025** de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.235.761/0001-94, com endereço em Mauro Cardoso de Oliveira, 190, Jardim Vesper, Andirá/PR, CEP: 86380-000, representado pela Prefeita Municipal a Sra. **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA** e a empresa **L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob nº. **11.145.401/0001-56,** com sede na Rua Pascoal Gomes Librelotto Nº 20, Parque Dom Antonio Reis – Santa Maria/RS – CEP: 97.065-290, por seu representante legal **LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR**, inscrito no CPF n° ***.047.58*-**, telefone: (55) 3025-9900 - E-mail: junimedsc@hotmail.com, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de **R$ 4.424,79** (quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), com fundamento no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Empresa	Lote	Descrição	Unid.	Valor Unit. Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Último Valor Unitário e Atual
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	12	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA DILUIÇÃO 1:100.000 CAIXA COM 50 TUBETES	CAIXA	R$ 98,12	R$ 108,07	R$ 9,95
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	13	ANESTÉSICO LOCAL SOLUÇÃO INJETÁVEL A BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3%, SEM VASO CONSTRUTOR EM TUBETES DE 1,8 ML (TUBETES CRISTAL) EMBALADOS COM 50 UNIDADES	CAIXA	R$ 147,42	R$ 156,84	R4 9,42
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	114	LAMINA DE BISTURI N° 12 CXS COM 100 UDS	CAIXA	R$ 23,90	R$ 30,58	R$ 6,68
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	175	Agulha hipodérmica descartável 25 X 0,6 (23 G X 1") - Material corpo em aço inox siliconada, tipo ponta bisel curto trifacetado, tipo conexão conector em plástico luer, características adicionais protetor	CAIXA	R$ 6,84	R$ 8,05	R$ 1,21

		plástico, uso estéril, descartável - Caixa com 100 unidades.				
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	215	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL, UTILIZADO PARA PROTEGER O PACIENTE DE RESPINGO DURANTE PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO DIMENSÃO 33CM X 47 PACOTE COM 100 INID CADA	PCT	R$ 13,46	R$ 19,52	R$ 6,06

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Andirá, 30 de setembro de 2026.

Pregão Eletrônico n° 018/2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:94874D13

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.367/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 226.550,00 (duzentos e vinte e seis mil quinhentos e cinqüenta reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
1326 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	123.050,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1421 - 3.3.90.14.00.00	3303	DIÁRIAS - CIVIL	28.000,00
1463 - 3.3.90.30.00.00	3303	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00

1331 - 3.3.90.39.00.00	3303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E INOVAÇÃO	
07.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
07.002.04.122.0002.2.053.		Manter o Centro de Eventos Com. Guido Veltrini	
1464 - 3.3.91.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
		Total Suplementação:	**226.550,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:87724704

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA TERMO ADITIVO – EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° PMA 015/2024 TO

ERRATA TERMO ADITIVO – EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO N° PMA 339/2024 ID. 3982

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° PMA 015/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° PMA 066/2024

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de setembro de 2026, na Edição nº 3.627, sob o Código Identificador nº 381CDE7A.

Retifica-se a publicação, para que passe a vigorar com as seguintes informações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: Em razão da aplicação do reajuste contratual previsto, considerando a variação acumulada do INPC de 3,9833%, correspondente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, o valor vigente do contrato, de R$ 152.914,66 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), passa a ser de **R$ 159.004,80 (cento e cinquenta e nove mil, quatro reais e oitenta centavos).**

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário Anterior (R$)	Valor Total Anterior (R$)	Valor Unitário Reajustado (R$)	Valor Total Reajustado (R$)
01	Serviço veterinário para castração de canino macho com peso menor ou igual a 10KG.	8	R$ 410,67	R$ 3.285,36	R$ 427,03	R$ 3.416,24
02	Serviço veterinário para castração de canino macho com peso maior que 10KG e menor ou igual a 20KG.	10	R$ 577,33	R$ 5.773,30	R$ 600,33	R$ 6.003,30
03	Serviço veterinário para castração de canino macho	8	R$ 732,00	R$ 5.856,00	R$ 761,16	R$ 6.089,28

	com peso maior de 20KG.					
04	Serviço veterinário para castração de canino fêmea com peso menor ou igual a 10KG	26	R$ 572,00	R$ 14.872,00	R$ 594,78	R$ 15.464,28
05	Serviço veterinário para castração de canino fêmea com peso maior que 10KG e menor ou igual a 20KG.	30	R$ 728,00	R$ 21.840,00	R$ 757,00	R$ 22.710,00
06	Serviço veterinário para castração de canino fêmea com peso maior de 20KG.	24	R$ 812,00	R$ 19.488,00	R$ 844,34	R$ 20.264,16
07	Serviço veterinário para castração de felino fêmea.	62	R$ 328,00	R$ 20.336,00	R$ 341,07	R$ 21.146,34
08	Serviço veterinário para castração de felino macho.	12	R$ 172,00	R$ 2.064,00	R$ 178,85	R$ 2.146,20
09	Consulta	300	R$ 99,00	R$ 29.700,00	R$ 102,94	R$ 30.882,00
10	Vacina cão v8	50	R$ 99,00	R$ 4.950,00	R$ 102,94	R$ 5.147,00
11	Vacina gato Felv	50	R$ 117,00	R$ 5.850,00	R$ 121,66	R$ 6.083,00
12	Vacina raiva	50	R$ 69,00	R$ 3.450,00	R$ 71,75	R$ 3.587,50
13	Hemograma	50	R$ 60,00	R$ 3.000,00	R$ 62,39	R$ 3.119,50
14	Testes doença	50	R$ 105,00	R$ 5.250,00	R$ 109,18	R$ 5.459,00
15	Perfil Rim/Fígado	50	R$ 144,00	R$ 7.200,00	R$ 149,74	R$ 7.487,00
Valor Total do Contrato com Reajuste					**R$ 159.004,80**	

As demais informações permanecem inalteradas.

Antonina, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:78380978

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 696/2026

PORTARIA N.º 696/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROGRESSÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Da Classe	Para Classe	A partir de	Protocolo
46876	MARIZETE TORRES DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL	B	C	10/07/2026	16963/2026
42481	IRES JOSÉ DOS SANTOS	CONTADOR	C	D	07/05/2026	10618/2026
30491	MARCIA RENATA REIS DA MOTTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	C	D	03/09/2026	22153/2026
40621	ALAN RICARDO BATISTA ROSA	FISCAL MUNICIPAL	D	E	31/08/2026	21828/2026
30321	NILSABETE MAGATAO	TECNICO EM SAUDE	D	E	17/07/2026	17483/2026
47222	KELVER LUIZ KRIGOSKI	CIRURGIAO DENTISTA	A	B	07/05/2026	10674/2026
30021	JANETE QUIRINO DA LUZ	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	D	E	03/06/2026	13314/2026
30261	ALESSANDRO MAZZON	FISIOTERAPEUTA	D	E	13/04/2026	8310/2026
46925	ADRIANA APARECIDA DE QUADROS	AUXILIAR DE SAUDE	B	C	10/07/2026	16953/2026
41501	CAMILA OLLE DA LUZ SZKLAR	FISIOTERAPEUTA	C	D	06/07/2026	16229/2026
44501	CLEVERSOM MURILO VEDAM	MOTORISTA	B	C	11/08/2026	19482/2026
541703	FERNANDA RIBEIRO FEOLA	PSICOLOGO	A	B	19/08/2026	20345/2026
47421	VIVIAN PANSOLIN	PSICOLOGO	A	B	07/07/2026	16542/2026
46091	RONALDO MARTINS GUIMARAES	MOTORISTA	B	C	29/07/2026	18714/2026
46976	MARCIA DE FATIMA BARAUSSE FERREIRA	AUXILIAR EDUCACIONAL	A	B	09/09/2026	22587/2026

47351	SUELEN APARECIDA DE OLIVEIRA	AGENTE EDUCACIONAL	A	B	09/09/2026	22621/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO

Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:17EBBDFF

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 697/2026

PORTARIA N.º 697/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROMOÇÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Do Nível	Para Nível	A partir de	Protocolo
46876	MARIZETE TORRES DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL	II	III	10/07/2026	16962/2026
46181	SOLANGE DA SILVA MUNIZ RIBEIRO	AGENTE EDUCACIONAL	IV	V	25/06/2026	15194/2026
30921	OSWALDO DIAS DOS SANTOS JUNIOR	TURIMOLOGO	III	IV	14/09/2026	22923/2026
541703	FERNANDA RIBEIRO FEOLA	PSICOLOGO	I	II	19/08/2026	20342/2026
47351	SUELEN APARECIDA DE OLIVEIRA	AGENTE EDUCACIONAL	III	IV	09/09/2026	22622/2026
46976	MARCIA DE FATIMA BARAUSSE	AUXILIAR EDUCACIONAL	I	II	09/09/2026	22586/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO

Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:8C7BBABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 219/2026

PROTOCOLO Nº 17752/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REMANEJAMENTO DO POSTE PARA POSTERIOR INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, nos termos do caput do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: COPEL DISTRIBUICAO S.A. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 04.368.898/0001-06 com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco "C" Bairro: Mossungue, CEP: 81.200-240 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REMANEJAMENTO DO POSTE PARA POSTERIOR INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SRV	1	33,52	33,52

Total: R$ 33,52 (trinta e três reais e cinquenta e dois centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
06001154520005103844905100000	2507	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 30 de Setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:50DFE7E1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 191/2026

DECRETO N° 191/2026

Súmula: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, e a promover alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA) e em conformidade com a autorização contida na Lei Municipal nº 1521 de 29 de setembro de 2026.

Decreta:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 10.582.031,63 (dez milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, trinta e um reais e sessenta e três centavos), mediante a inclusão do Projeto Atividade abaixo especificada:

Órgão:	07.000	-	Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo	
Unidade Orçamentária:	07.002	-	Gabinete do Secretário	
07.002.15.695.0008.1156		-	**Revitalização do Centro de São Luiz do Purunã**	
Fonte	0 2 000	-	Recursos Ordinários (Livres) – exercícios anteriores	
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$ 529.101,59
Fonte	0 1 1180	-	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convenio SECID Centro São Luiz – exercício corrente	
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$ 10.052.930,04
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO PROJETO				**R$ 10.582.031,63**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$ 10.582.031,63**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º deste Decreto, os abaixo especificados:

Oriundo do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 529.101,59 (quinhentos e vinte e nove mil, cento e um reais e cinquenta e nove centavos), nas fontes de recursos abaixo descritas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
000	Recursos Ordinários (Livres)	529.101,59

– Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 10.052.930,04 (dez milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e trinta reais e quatro centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1180	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convenio SECID Centro São Luiz	2.4.2.2.99.0.1.18.00.00.00.00	10.052.930,04

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, na Ação Orçamentaria 1156, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
15	FUNÇÃO: Urbanismo	Urbanização de Vias Turísticas/ M²	Metas Físicas			
695	SUBFUNÇÃO: Turismo		90.000	-	-	-
0008	PROGRAMA: Programa de Incentivo ao Turismo		Metas Financeiras			
1156	PROJETO: Revitalização do Centro de São Luiz do Purunã		10.582.031,63	0,00	0,00	0,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas na Ação Orçamentaria 1156, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
15	FUNÇÃO: Urbanismo	Urbanização de Vias Turísticas/ m²	Metas Físicas
695	SUBFUNÇÃO: Turismo		90.000
0008	PROGRAMA: Programa de Incentivo ao Turismo		Metas Financeiras
1156	PROJETO: Revitalização do Centro de São Luiz do Purunã		10.582.031,63

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 30 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO

Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:62A03E3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

21° Termo aditivo do contrato nº92 / 2024, decorrente de PregãoN°16/ 2024 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL, GASOLINA COMUM E ETANOL HIDRATADO – ARLA) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES E OU LOCADOS AO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **IDEAL GUAPO LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº03.626.094/0012-50, neste ato representada por ABRAO JOSE SIMAO NETO, portador do CPF sob n° 41087020930, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Recomposição (equilíbrio financeiro) com finalidade de reequilíbrio dos

Itens conforme abaixo.

Com fundamento da Lei nº.14.133/21

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR SOLICITADO	VALOR AJUSTADO
1	4	41700	OLEO DIESEL COMUM	LITROS	6,29	6,79	6,79
1	5	31848	DIESEL S-10	LITROS	7,39	7,49	7,49

BARBOSA FERRAZ, 30 de setembro de 2026.

Contratante

Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz

CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Contratada

Ideal Guapo LTDA

03.626.094/0012-50

ABRAO JOSE SIMAO NETO

Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:A87C575E

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo adm Nrº:	132/2026
b) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO SCUDO FURGÃO, TIPO AMBULÂNCIA, 0 KM, ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2025, ORIUNDA DO PREGÃO SRP N° 005/2025, GERENCIADA PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO, COM RECURSOS PROVENIENTES DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1983/2025

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
PRIME COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA	31.981.078/0001-68	R$ 299.750,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO FURGÃO: ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, TRANSFORMADOS EM AMBULÂNCIA SCUDO FURGÃO TIPO A (SIMPLES REMOÇÃO), NOVOS, ANO/MODELO DE FABRICAÇÃO VIGENTE, FIAT, PRONTOS PARA USO, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIOS À SUA PLENA UTILIZAÇÃO, SENDO COM BANCO 01 (UM) BANCO DO ASSISTENTE COM POLTRONA ANATÔMICA E CINTO DE SEGURANÇAS. 01 (UM) BANCO BAÚ LATERAL EM FIBRA DE VIDRO PARA ATÉ 03 PESSOAS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS E ESTOFAMENTOS EM COURVIN DE ALTA RESISTÊNCIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO PROCESSO LICITATÓRIO. POSIÇÃO: DIANTEIRO, TRANSVERSAL, NÚMERO DE CILINDROS: 4 EM LINHA, DIÂMETRO X CURSO: 83,8 X 99 MM, CILINDRADA TOTAL: 2.184 CM³, TAXA DE COMPRESSÃO: 15,7:1, POTÊNCIA: 150 CV A 3.500 RPM, TORQUE: 37,7 KGFM / 370 NM A 1.750 RPM, Nº DE VÁLVULAS POR CILINDRO: 4, COMANDO DE VÁLVULAS: DUPLO NO CABEÇOTE, INJEÇÃO: DIRETA, COMBUSTÍVEL: DIESEL S10, TRANSMISSÃO CÂMBIO MANUAL, COM SEIS MARCHAS, TRAÇÃO: 4X2, SISTEMA DE FREIOS DIANTEIRO: A DISCO VENTILADO, TRASEIRO: A DISCO SÓLIDO, SUSPENSÃO DIANTEIRA, TIPO: INDEPENDENTE, MCPHERSON COM BARRA ESTABILIZADORA, AMORTECEDORES: HIDRÁULICOS E PRESSURIZADOS, ELEMENTO ELÁSTICO: MOLAS HELICOIDAIS, SUSPENSÃO TRASEIRA, TIPO: INDEPENDENTE, COM BRAÇOS TRIANGULARES E BARRA ESTABILIZADORA, AMORTECEDORES: HIDRÁULICOS E PRESSURIZADOS, ELEMENTO ELÁSTICO: MOLAS HELICOIDAIS. DIREÇÃO ASSISTÊNCIA: ELETRO-HIDRÁULICA RODAS MEDIDAS: 16” – AÇO PNEUS: 215/65 R16, PESO DO VEÍCULO EM ORDEM DE MARCHA: 1.826 KG CAPACIDADE DE CARGA: 1.450 KG DIMENSÕES EXTERNAS/CAPACIDADES COMPRIMENTO: 5.330 MM, LARGURA DA CARROCERIA: 2.010 MM, (S/ESPELHOS) / 2.204 MM, (C/ESPELHOS) ALTURA DO VEÍCULO: 1.975 MM DISTÂNCIA ENTRE EIXOS: 3.277 MM COMPRIMENTO MÁXIMO DO BAÚ: 2.862 MM LARGURA MÁXIMA DO BAÚ: 1.636 MM ALTURA MÁXIMA DO BAÚ: 1.337 MM VOLUME ÚTIL DO BAÚ: 6,1 M³ TANQUE DE COMBUSTÍVEL: 70 LITROS TANQUE DE ADBLUE: 20,1 LITROS PERFORMANCE 0 A 100 KM/H: 13,1 S VELOCIDADE MÁXIMA: 179 KM/H CONSUMO PBEV URBANO: 12,4 KM/L RODOVIÁRIO: 13,7	FIAT	UNID	1	299.750,00	299.750,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 299.750,00 (Duzentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais)

Barbosa Ferraz, 30 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:E8128230

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ

ESTADO DO: PR

Exercício: 2026

Decreto n° 74/2026 de 09/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.533.900,00 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil e novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
15 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	180.000,00
28 - 4.4.90.52.00.00	1510	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
32 - 3.3.90.91.00.00	1001	SENTENÇAS JUDICIAIS	30.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
152 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	280.000,00
152 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	250.000,00
153 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	100.000,00
153 - 3.1.90.13.00.00	1039	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	45.000,00
161 - 3.3.90.46.00.00	1001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	55.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.306.0006.2.074		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MERENDA ESCOLAR- ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL	
233 - 3.3.90.32.00.00	1034	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
234 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	175.000,00
234 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.900,00
235 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.000,00
245 - 4.4.90.52.00.00	31040	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
09.001.12.361.0006.2.120		ATIVIDADE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS- EDUCAÇÃO	
246 - 3.3.90.46.00.00	1001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	25.000,00
09.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
09.002.13.392.0007.2.027		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
279 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	4.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
287 - 3.1.90.11.00.00	1511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
288 - 3.1.90.13.00.00	1511	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.2.410		EMENDA IMPOSITIVA FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME	
341 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		Total Suplementação:	1.533.900,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
02.001		ASSESSORIA DE GABINETE E CONTROLE INTERNO	
02.001.04.122.0002.2.099		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
1 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
6 - 3.3.90.33.00.00	1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
17 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.900,00
22 - 3.3.90.33.00.00	1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
23 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	4.000,00
24 - 3.3.90.39.00.00	1510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
31 - 3.2.90.21.00.00	1001	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	55.000,00
34 - 4.6.90.71.00.00	1001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	180.000,00
35 - 4.6.90.91.00.00	1001	SENTENÇAS JUDICIAIS	280.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.001		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
04.001.08.243.0005.6.023		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA LAR E CENTRO INTERPROFISSIONAL DE APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE	
40 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.900,00
04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.122.0005.2.084		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
73 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
77 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
79 - 3.3.90.33.00.00	1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
05.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
05.001.23.122.0061.2.220		MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
103 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	30.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	

07.001.20.608.0010.2.018		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
139 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
154 - 3.1.90.94.00.00	1039	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.000,00
160 - 3.3.90.40.00.00	1039	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
08.001.10.301.0050.2.204		ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
178 - 3.3.90.34.00.00	1001	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	20.000,00
Redução			
178 - 3.3.90.34.00.00	1039	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	20.000,00
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
185 - 3.3.90.14.00.00	1039	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
08.001.10.301.0050.2.215		ATIVIDADES DA SAUDE BUCAL	
196 - 3.3.90.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
08.001.10.303.0050.2.210		MANUTENÇÃO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE	
201 - 3.3.72.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
222 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.900,00
222 - 3.1.90.94.00.00	1039	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	14.000,00
226 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	92.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
238 - 3.3.90.30.00.00	1034	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
238 - 3.3.90.30.00.00	31040	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
240 - 3.3.90.36.00.00	1026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	100.000,00
241 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
242 - 3.3.90.40.00.00	1001	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	15.100,00
09.001.12.365.0006.2.012		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR	
249 - 3.1.90.94.00.00	1026	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.900,00
09.001.12.365.0006.2.013		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE	
262 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
09.002.13.392.0007.2.027		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
282 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.098		IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICPAL DE BARBOSA FERRAZ	
286 - 4.4.90.61.00.00	1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	9.000,00
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
289 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.900,00
291 - 3.3.90.30.00.00	1511	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
294 - 3.3.90.39.00.00	1511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
295 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
10.001.18.541.0018.2.108		CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ-CINDEPAR	
298 - 4.4.71.70.00.00	1001	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	19.300,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.2.410		EMENDA IMPOSITIVA FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME	
342 - 4.4.90.51.00.00	1001	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00
		Total Redução:	1.533.900,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:63C5CAFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL

BELAVISTADACAROBA

SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº059/2026

O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público: 1) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM O KIT DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, CONFORME PREVISTO EM LEI MUNICIPAL Nº 611/2022 - RESOLUÇÃO 07/2025 –CMAS, com vigência de 30 de setembro de 2026 a 29 de setembro de 2027, conforme segue:

ATA SRP Nº 027/2026

4418 - SUPERMERCADO LINK LTDA (01.946.439/0001-74)							
Lote	**Item**	**Material/Serviço**	**Unid. medida**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
1	1	29033 - ÁGUA SANITÁRIA, FRASCO 2L, FÓRMULA CONCENTRADA À BASE DE CLORO ATIVO, AÇÃO DESINFETANTE, ALVEJANTE.	UN	TRIEX	240	6,98	1.675,20
1	2	29034 - CREME DENTAL, 140 G, TRIPLA LIMPEZA COMPLETA, COL FLUOR E CÁLCIO, SABOR MENTOLADO.	UN	SORRISO	240	4,98	1.195,20
1	3	29035 - DESINFETANTE, FRASCO 2L, EXTERMINA 99,9% DOS GERMES E BACTÉRIAS, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SEQUESTRANTE, CORANTES, FRAGRÂNCIA CONSERVANTE, ACIDIFICANTE. FRAGRÂNCIAS VARIADAS.	UN	GIOCA	240	8,08	1.939,20
1	4	29040 - PAPEL HIGIÊNICO, PACOTE COM 12 ROLOS, FOLHA DUPLA, 20M CADA ROLO.	UN	SUAVIT	240	10,45	2.508,00
1	5	29039 - LAVA ROUPAS EM PÓ, PACOTE COM 1.6 KG HIPOALERGENICO, FRAGRANCIAS VARIADAS.	UN	gota limpa	240	14,50	3.480,00
1	6	29041 - SABÃO EM BARRA, 5 UNIDADES, PACOTE 1KG, PARA ROUPAS, GLICERINADO, PESO POR BARRA 200G.	UN	SUPER LAR	240	3,98	955,20
1	7	29038 - ESPONJA MULTIUSO, MATERIAL DA ESPONJA EM FIBRA SINTÉTICA, DUPLA FACE, OFERECENDO UM LADO ABRASIVO PARA A REMOÇÃO DE SUJEIRAS MAIS DIFÍCEIS E UM LADO MACIO PARA UMA LIMPEZA MAIS DELICADA EM SUPERFÍCIES SENSÍVEIS.	UN	CONDOR	240	0,48	115,20
1	8	29037 - ESCOVA, CERDAS PLÁSTICAS, OVAL, COM CABO DE MADEIRA, DIMENSÕES DE 17 CM DE COMPRIMENTO, 8 CM DE LARGURA E 5 CM DE ALTURA, RESISTENTE E DURÁVEL.	UN	CONDOR	240	1,98	475,20
1	9	29036 - DETERGENTE, FRASCO DE 500ML, CONCENTRADO, INGREDIENTES BIODEGRADÁVEIS, TECNOLOGIA DE ELIMINAÇÃO DE ODORES. FRAGRÂNCIAS VARIADAS, INDICADO PARA LAVAGEM DE LOUÇAS, LOUÇAS DE COZINHA, E ATÉ MESMO PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES EM GERAL, COMO BANCADAS E MESAS.	UN	TRIEX	480	2,00	960,00
1	10	29042 - SABONETE, BARRA DE 180 GR, ESPUMAÇÃO CREMOSA E CONTRIBUI PARA A HIDRATAÇÃO DA PELE, TEXTURA MASSAGEADORA, FRAGRANCIAS VARIADAS.	UN	GIPSY	480	1,20	576,00
1	11	29043 - SHAMPOO, FRASCO COM 350 ML, FRAGRANCIAS VARIADAS, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, NEUTRO.	UN	PALMOLIVE	240	8,83	2.119,20
Total (R$):							15.998,40
TOTAL GERAL: R$							**15.998,40**

Bela Vista da Caroba, 30/09/2026.

GELSON MAFFI

Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:B6A1F045

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07, 08, 09, 10, 11 DE 2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

FORNECEDOR: AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - CNPJ: 61.908.002/0001-78

Valor Total do Fornecedor: 3.611,54 (três mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	ÁGUA SANITÁRIA (5 L) - PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% A 2,5% P/P.	TROPPEL	UN	12	R$ 17,26	R$ 207,12
3	ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO 70% PARA MÃOS COM VALVULA DOSADORA (PUMP) - FRASCO 500ML.	SUPER VALE	UN	24	R$ 7,64	R$ 183,36
5	LIMPADOR PERFUMADO MULTIUSO (5 L). (MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: VEJA, YPÊ)	É TOP	UN	6	R$ 14,92	R$ 89,52
7	DESODORIZADOR DE AR AEROSSOL 360ML - FRAGRÂNCIA LAVANDA. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: BOM AR, GLADE, COALA (SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE).	LEV E USA	UN	80	R$ 7,29	R$ 583,20
8	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO (500ML) MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: YPÊ, LIMPOL (SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE).	VIDA	UN	10	R$ 2,91	R$ 29,10
9	DESINFETANTE PARA BANHEIRO 500 ML - FRAGRÂNCIA LAVANDA. DESINFETANTE COM AÇÃO GERMICIDA BACTERICIDA.	GIOCA	UN	30	R$ 3,98	R$ 119,40
10	LIMPADOR PERFUMADO DE AMBIENTES - FRASCO 120ML. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: COALA (SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE).	SUAVE LAR	UN	10	R$ 6,57	R$ 65,70
11	LUSTRA MÓVEIS (500 ML) - BASE DE CERA NATURAL SINTÉTICA, EMULSIFICANTE, PERFUME PRESERVATIVO SILICONE E ÁGUA COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SEBOLD	UN	10	R$ 17,95	R$ 179,50
12	LIMPADOR DILUÍVEL 500ML - PARA USO GERAL FRAGRÂNCIA FRESH LIMÃO. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: AJAX (SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE).	GIOCA	UN	20	R$ 3,12	R$ 62,40
13	REFIL GEL ADESIVO SANITÁRIO - CX COM 6 DISCOS. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: PATO (SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE).	GIOCA	CX	60	R$ 8,96	R$ 537,60
16	SABONETE CREMOSO 5 L , SABONETE CREMOSO 5 LITROS, PEROLADO, COM ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA, PH 100% - 6,5 A 8,5, ELEVADA FORMAÇÃO DE ESPUMA, CONSISTÊNCIA FIRME, BIODEGRADÁVEL, FRAGÂNCIA ERVA DOCE, PRONTO PRA USAR E SER UTILIZADO EM DISPENSER PARA SABONETE - SABONETE CREMOSO 5 L , SABONETE CREMOSO 5 LITROS, PEROLADO, COM ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA, PH 100% - 6,5 A 8,5, ELEVADA FORMAÇÃO DE ESPUMA, CONSISTÊNCIA FIRME, BIODEGRADÁVEL, FRAGÂNCIA ERVA DOCE, PRONTO PRA USAR E SER UTILIZADO EM DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, SEM SER DILUÍDO, ACONDICIONADO EM GALÃO PLÁSTICO RESISTENTE, APRESENTAR EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL: PRODUTO SANEADO NOTIFICADO NA ANVISA/REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA (AFE), DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, RESPONSÁVEL TÉCNICO COM NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CRQ, DADOS DO FABRICANTE OU IMPORTADOR, QUANTIDADE, COMPOSIÇÃO QUÍMICA DETALHADA, PRECAUÇÕES, CONDUTAS EM CASOS DE ACIDENTES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 5 LITROS.	VYTAL	UN	3	R$ 20,29	R$ 60,87
17	ESPONJA DE LÃ DE AÇO (45G) PCT C 8 UND	VEGA	PT	4	R$ 4,49	R$ 17,96
20	PAPEL TOALHA COMPOSTA DE 100 DE FIBRAS CELULÓSICAS, FOLHA DUPLA PICOTADA E TEXTURIZADA, SUPER ABSORÇÃO, PACOTE CONTENDO 02 UNIDADES DE 55 TOALHAS CADA, DE APROXIMADAMENTE 20CM X 22CM. INFORMAÇÕES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	BEST	PT	24	R$ 4,35	R$ 104,40
23	SACO PARA LIXO 50L - PACOTE COM 50 UN, CAPACIDADE PARA 10 KG, DIMENSÕES 63CM X 80 CM, MÍN. 6 MICRAS.	EMBALIXO	PT	20	R$ 13,44	R$ 268,80
24	SACO PARA LIXO 15L - PCT C/ 100 UN, MÍN. 6 MICRAS.	EMBALIXO	UN	20	R$ 11,97	R$ 239,40
25	PÁ COLETORA LIXO - PÁ COLETORA LIXO MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO RESISTENTE, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO: 80CM	VERPLAST	UN	4	R$ 8,78	R$ 35,12
26	ESPONJA DE FIBRA AMARELA - COM MANTA ABRASIVA VERDE PARA LOUÇA (PCT C/ 4 UN).	ALKLIN	PT	15	R$ 2,93	R$ 43,950
27	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE 15 LITROS COM ALÇA PLÁSTICA	ARQPLAST	UN	6	R$ 11,79	R$ 70,74
28	FLANELA MATERIAL ALGODÃO - COR BRANCA, ACABAMENTO NAS BORDAS, DUPLA FACE FLANELADA – 40X60.	CCA	UN	15	R$ 3,01	R$ 45,15
29	FLANELA 100% ALGODÃO - COM DIMENSÕES DE 38X58 CM, COM TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 5%.	CCA	UN	15	R$ 3,03	R$ 45,45
30	FLANELA MICROFIBRA COM DIMENSÕES DE 50X70	HIPERPLAST	UN	30	R$ 11,16	R$ 334,80
31	LUVA LÁTEX ANTIDERRAPANTE TAMANHO M	MEDIX	PAR	3	R$ 2,36	R$ 7,08
34	VASSOURA DE NYLON - COM CABO 22CM, CERDAS PLUMADAS MIN. 10CM.	PEROVINHA	UN	10	R$ 8,50	R$ 85,00
49	LIXEIRA DE PIA PARA COZINHA CESTO LIXO BRANCO 6,5 LITROS	ARQPLAST	UN	2	R$ 13,36	R$ 26,72
51	SAPONÁCEO CREMOSO 250ML MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: CIF, SAPÓLIO	DESORAL	UN	20	R$ 8,46	R$ 169,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026

FORNECEDOR: 65.943.307 VANESSA TAIS PEREIRA - CNPJ: 65.943.307/0001-71

Valor Total do Fornecedor: 80,31 (oitenta reais e trinta e um centavos).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
38	ESCOVA SANITARIA C/ POTE	ORIGINAL LINE	UN	12	R$ 5,08	R$ 60,96
41	PRENDEDOR DE ROUPA PARA VARAL PREGADOR REFORÇADO GRANDE COM 12 UNIDADES	THEOTO	UN	5	R$ 3,87	R$ 19,35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026

FORNECEDOR: NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 45.471.842/0001-60

Valor Total do Fornecedor: 761,65 (setecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
42	DISPENSADOR EM PLÁSTICO DE PAREDE DE ÁLCOOL GEL, NA COR BRANCA COM CAPACIDADE DE SACHE ATÉ 800 ML 28 CM X 11.5 CM X 11.5 CM	PREMISSE UP	UN	15	R$ 29,71	R$ 445,65
47	DISPENSADOR DE PAREDE PARA SABONETE LÍQUIDO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM ACIONAMENTO POR BOMBA MANUAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 800 ML, ACOMPANHADO DOS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.	PREMISSE UP	UN	10	R$ 31,60	R$ 316,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

FORNECEDOR: ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA - CNPJ: 14.323.297/0001-30

Valor Total do Fornecedor: 621,00 (seiscentos e vinte e um reais).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
39	RODO DE PIA. MATERIAL: PLÁSTICO E BORRACHA TERMOPLÁSTICA. DIMENSÕES: 18 CM X 14 CM	ORTHOVIDA	UN	4	R$ 7,40	R$ 29,60
45	CESTO PARA LIXO TELADA CAPACIDADE 15 LITROS EM METAL ARMADO	ORTHOVIDA	UN	20	R$ 29,57	R$ 591,40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

FORNECEDOR: PALAIS DECORACOES LTDA - CNPJ: 42.668.579/0001-05

Valor Total do Fornecedor: 4.695,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
22	PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA DUPLA, PICOTADO, GOFRADO, 100% FIBRAS CELULÓSICAS NATURAIS, COR BRANCA, NEUTRO DE PRIMEIRA QUALIDADE, MEDINDO 30MX10CM CADA, FARDO COM 64 ROLOS.	LAR	FDO	20	R$ 58,50	R$ 1.170,00
44	LIXEIRA 100 LITROS COM TAMPA E PEDAL NA COR BRANCA	WITE	UN	15	R$ 235,00	R$ 3.525,00

VIGÊNCIA DAS ATAS: 30/09/2026 A 30/09/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL

Presidente

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:03403EDC

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
EXTRATO – CONTRATO Nº 04/2026 – DISPENSA Nº 07/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – SST, COMPREENDENDO PGR, PCMSO, LTCAT, ASSESSORIA NOS EVENTOS DE SST DO ESOCIAL E AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR.

CONTRATADA: PREVENT ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM SST LTDA – CNPJ: 46.763.453/0001-70

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Ser	1	R$ 424,00	R$ 424,00
2	Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	Ser	1	R$ 424,00	R$ 424,00
3	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT	Ser	1	R$ 424,00	R$ 424,00
4	Elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP	Ser	1	R$ 424,00	R$ 424,00
5	Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP	Ser	17	5,30	R$ 90,10
6	Elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho – AET	Ser	1	R$ 424,00	R$ 424,00
7	Avaliação de Riscos Psicossociais – NR-1	Ser	17	15,90	R$ 270,30
8	Assessoria e preenchimento das informações de Saúde e Segurança do Trabalho – SST no eSocial	Ser	1	R$ 169,60	R$ 169,60

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 30/09/2026 A 30/09/2027.

BOCAIÚVA DO SUL, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:BEEACD11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DL32/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL32/2026

b) Modalidade: Dispensa

c) Data de homologação: 30/09/2026

d) Objeto da licitação: Contratação do SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrito no CNPJ nº 75.110.585/0001-00, para participação do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul/PR na Imersão Técnica Internacional 2026 – Rede de Secretários

e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

3625 - SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO MICRO EMPRESAS DO PARANA (75.110.585/0001-00)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34696 - Contratação de cota de participação na Imersão Técnica Internacional 2026 - Rede de Secretários | Programa Cidade Empreendedora Sebrae/PR DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN		1	39.990,00	39.990,00
Total (R$):						39.990,00

Bom Jesus do Sul-PR, 30/09/2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BB39414C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2026

Processo Licitatório Nº 105/2026 **– HOMOLOGADO EM 28/09/2026.**

DETENTORA: SUL BRASIL COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES LTDA –

CNPJ: 22.175.110/0001-27.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa ou empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio e de ensaio hidrostático de mangueiras para hidrantes, bem como para o fornecimento de mangueiras, acessórios e materiais de sinalização de emergência, destinados aos imóveis públicos e aos veículos da frota municipal de Bom Sucesso do Sul. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 46/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	Manutenção e recarga em extintor de incêndio de água com 10 (dez) litros. Pinturas em extintores /testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula emanômetro).	Unid.	30	Sul Brasil	47,00	1.410,00
2	Manutenção e recarga em extintor de incêndio tipo pó químico com 4 (quatro) quilos. Classe BC. Pinturas em extintores /testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula emanômetro).	Unid.	29	Sul Brasil	53,00	1.537,00
3	Manutenção e recarga em Extintor de Incêndio tipo pó químico com 4 (quatro) quilos. Classe ABC. Pinturas em extintores / Testes e Reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula e manômetro).	Unid.	5	Sul Brasil	67,50	337,50
4	Manutenção e recarga em extintor de incêndio tipo pó químico com 6 (seis) quilos. Classe ABC. Pinturas em extintores /testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula emanômetro).	Unid.	51	Sul Brasil	79,00	4.029,00
5	Manutenção e recarga em extintor de incêndio tipo pó químico com 8 (oito) quilos. Classe BC. Pinturas em extintores /testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula emanômetro).	Unid.	2	Sul Brasil	59,90	119,80
6	Manutenção e recarga em extintor de incêndio tipo pó químico com 12 (doze) quilos. Classe BC. Pinturas em extintores /testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula emanômetro).	Unid.	1	Sul Brasil	73,00	73,00
7	Manutenção e recarga em extintor de incêndio tipo CO2 com 6 (seis) quilos. Classe 5BC. Pinturas em extintores/testes e reparos nos componentes dos extintores (mangueira, válvula edifusor).	Unid.	7	Sul Brasil	128,00	896,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 8.402,30 (oito mil quatrocentos e dois reais e trinta centavos)**				

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 8.402,30 (oito mil quatrocentos e dois reais e trinta centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 498; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.030 – Transporte Escolar; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 104; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 1488; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa: 490; 08.00 Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.025 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 934; 11.00 Departamento de Industria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Industria, Comércio e Turismo; 22.661.00014.2.038 – Atividades Operacional de Apoio e Industria, Comércio e ao Turismo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 578; Fonte de Recurso 000 – Recurso Livre; 01.00 – Câmera Municipal; 01.01 – Câmara dos Vereadores; 01.031.0001.2.001 – Atividades Operacionais Legislativos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 486; Fonte de Recurso 000 Recurso Livre.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:DDB887DA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2026

Processo Licitatório Nº 105/2026 **– HOMOLOGADO EM 28/09/2026.**

DETENTORA: EXTINCEL EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME –

CNPJ: 03.309.386/0001-06.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa ou empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio e de ensaio hidrostático de mangueiras para hidrantes, bem como para o fornecimento de mangueiras, acessórios e materiais de sinalização de emergência, destinados aos imóveis públicos e aos veículos da frota municipal de Bom Sucesso do Sul. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 46/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
14	Teste hidrostático de mangueira para hidrantes, qualquer dimensão, inclusive fornecimento de laudos.	Unid.	35	Própria	57,77	2.021,95
15	Aquisição de mangueira, tipo 02, com 15,00 metros de comprimento, diâmetro ø 1.1/2", com engates storz, padrão.	Unid.	25	Segurimax	399,60	9.990,00
17	Aquisição de chave STORZ 1 1/2" x 1 1/2" em latão.	Unid.	3	Mocelin	29,56	88,68
18	Fita antiderrapante fotoluminescente 50 mm x 30 mm, preta.	Unid.	2	Mocelin	305,57	611,14
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 12.711,77** **(doze mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 12.711,77 (doze mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 498; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.030 – Transporte Escolar; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 104; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 1488; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa: 490; 08.00 Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.025 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 934; 11.00 Departamento de Industria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Industria, Comércio e Turismo; 22.661.00014.2.038 – Atividades Operacional de Apoio e Industria, Comércio e ao Turismo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 578; Fonte de Recurso 000 – Recurso Livre; 01.00 – Câmera Municipal; 01.01 – Câmara dos Vereadores; 01.031.0001.2.001 – Atividades Operacionais Legislativos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 486; Fonte de Recurso 000 Recurso Livre.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:8014B965

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2026

Processo Licitatório Nº 105/2026 **– HOMOLOGADO EM 28/09/2026.**

DETENTORA: FGS COMERCIAL LTDA - EPP – CNPJ: 39.988.022/0001-47.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa ou empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio e de ensaio hidrostático de mangueiras para hidrantes, bem como para o fornecimento de mangueiras, acessórios e materiais de sinalização de emergência, destinados aos imóveis públicos e aos veículos da frota municipal de Bom Sucesso do Sul. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 46/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
8	Placa indicadora fotoluminescente saída 20x40 cm.	Unid.	5	Visual	10,00	50,00
9	Placa sinalização H hidrante e8 fotoluminescente 20 x 20 cm.	Unid.	6	Visual	10,00	60,00
10	Placa de sinalização bomba de incêndio fotoluminescente 20 x 10 cm.	Unid.	3	Visual	10,00	30,00
11	Placa indicativa – Proibido produzir chama.	Unid.	4	Visual	9,90	39,60
12	Placa indicativa – Proibido fumar.	Unid.	4	Visual	9,90	39,60
13	Placa indicativa – Gás inflamável.	Unid.	4	Visual	9,90	39,60
16	Aquisição de esguicho Regulável 1/ ½ “.	Unid.	5	Segurimax	190,00	950,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR				**R$ 1.208,80** **(mil duzentos e oito reais e oitenta centavos)**		

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 1.208,80 (mil duzentos e oito reais e oitenta centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 498; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.030 – Transporte Escolar; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 104; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 1488; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa: 490; 08.00 Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.025 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 934; 11.00 Departamento de Industria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Industria, Comércio e Turismo; 22.661.00014.2.038 – Atividades Operacional de Apoio e Industria, Comércio e ao Turismo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 578; Fonte de Recurso 000 – Recurso Livre; 01.00 – Câmera Municipal; 01.01 – Câmara dos Vereadores; 01.031.0001.2.001 – Atividades Operacionais Legislativos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 486; Fonte de Recurso 000 Recurso Livre.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 30 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:794B4FDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 054.2026 - BRINQUEDOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 068/2026, referente ao Processo Administrativo nº 116/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 054/2026, registrado no Compras.gov.br sob a Contratação nº 987985-16/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de brinquedos pedagógicos, jogos educativos, materiais pedagógicos, mapas, globos, recursos didáticos e materiais destinados ao Ensino Integral, visando atender às necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal de ensino de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
100%, EDUCACIONAL LTDA CNPJ nº 12.350.642/0001-08	R$ 969,60	novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	52, 53, 54 e 55
58.512.546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS CNPJ nº 58.512.546/0001-01	R$ 6.276,00	seis mil duzentos e setenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	21, 35, 36, 40, 64 e 87
ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ nº 29.889.651/0001-66	R$ 1.820,00	mil oitocentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	81 e 88
ACHOU DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA CNPJ nº 48.529.824/0001-80	R$ 7.036,70	sete mil e trinta e seis reais e setenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	01, 34, 51, 65 e 96
AJITA BRINQUEDOS LTDA CNPJ nº 30.328.915/0001-91	R$ 9.410,00	nove mil quatrocentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	02 e 100
CASA DO NEUROPSICOPEDAGOGO LTDA CNPJ nº 33.776.397/0001-67	R$ 7.400,00	sete mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	85
CECILHANDO KIDS LTDA CNPJ nº 44.000.796/0001-58	R$ 28.881,20	vinte e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	08, 25, 60, 73, 74, 76, 108 e 119
DO RIO ELETRO VAREJISTA LTDA CNPJ nº 22.556.767/0001-34	R$ 6.131,40	seis mil cento e trinta e um reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	63, 93, 94 e 95
DTRM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA CNPJ nº 60.363.177/0001-84	R$ 10.105,40	dez mil cento e cinco reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	18 e 44
E ANTONINI COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ nº 58.545.693/0001-88	R$ 54.115,50	cinquenta e quatro mil cento e quinze reais e cinquenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	22, 23, 26, 37, 38, 77 e 78
EDUARDO J SANTOS & CIA LTDA CNPJ nº 66.143.678/0001-31	R$ 24.088,00	vinte e quatro mil e oitenta e oito reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	04, 05, 06, 30, 31, 99, 104, 105, 111 e 117
FSM COMERCIO LTDA CNPJ nº 51.165.735/0001-06	R$ 2.319,20	dois mil trezentos e dezenove reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	103
GALERIA 23 COMUNICACAO VISUAL E GRAFICA LTDA CNPJ nº 51.257.431/0001-79	R$ 4.400,00	quatro mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	11, 12 e 16
INDUSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA CNPJ nº 13.759.849/0001-95	R$ 2.397,00	dois mil trezentos e noventa e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	91
LIDIANE C DOS SANTOS LTDA CNPJ nº 09.508.504/0001-91	R$ 32.708,50	trinta e dois mil setecentos e oito reais e cinquenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	17, 19, 46, 47, 48, 71, 82, 89, 97 e 98
M. K. SCHITICOSKI CNPJ nº 03.426.221/0001-14	R$ 15.055,25	quinze mil e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	03, 07, 14, 56, 69, 70, 72, 75, 90 e 118
MARIS DISTRIBUIDORA E ASSESSORIA LTDA CNPJ nº 45.702.540/0001-55	R$ 1.338,00	mil trezentos e trinta e oito reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	101
N BORRACHAS LTDA CNPJ nº 50.375.154/0001-36	R$ 11.276,00	onze mil duzentos e setenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	113, 114 e 115

PRIDE COMERCIO VAREJISTA LTDA CNPJ nº 48.829.387/0001-10	R$ 1.588,40	mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	68
PROJ ART COMUNICACAO VISUAL LTDA CNPJ nº 65.900.716/0001-90	R$ 4.427,00	quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	09, 10, 13 e 15
REGIS COMERCIAL LTDA CNPJ nº 47.794.555/0001-16	R$ 10.556,00	dez mil quinhentos e cinquenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	50, 61 e 62
RINOTOYS LTDA CNPJ nº 37.784.943/0001-62	R$ 17.227,00	dezessete mil duzentos e vinte e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	28, 32, 42, 49, 67, 83, 86, 109 e 112
RODRIGUES & ALMEIDA LTDA CNPJ nº 20.490.656/0001-47	R$ 10.100,00	dez mil e cem reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	24, 27, 43, 58, 59, 80, 84, 110 e 116
TRR LICITACOES LTDA CNPJ nº 47.561.189/0001-55	R$ 1.352,00	mil trezentos e cinquenta e dois reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	20
VANINHA UTILIDADES LTDA CNPJ nº 58.421.861/0001-23	R$ 3.338,60	três mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	29, 45, 106 e 107
WANGLES WCS COMERCIAL & SERVICOS LTDA CNPJ nº 54.252.629/0001-58	R$ 510,00	quinhentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	39

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 274.826,75 (duzentos e setenta e quatro mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 25 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3D9EC42C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 068.2026 - PREGÃO Nº 054.2026 - BRINQUEDOS

ATA Nº 068/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2026

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica Compras.gov.br, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 054/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 116/2026 e à Contratação nº 987985-16/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de brinquedos pedagógicos, jogos educativos, materiais pedagógicos, mapas, globos, recursos didáticos e materiais destinados ao Ensino Integral, visando atender às necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal de ensino de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 519.799,95 (quinhentos e dezenove mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item e o modo de disputa aberto. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas e realizou as diligências e convocações necessárias à comprovação do atendimento das exigências do Edital e do Termo de Referência, com solicitação de propostas ajustadas, catálogos, documentos complementares e documentos de habilitação, quando pertinentes. As propostas e produtos que não atenderam às especificações exigidas foram desclassificados, promovendo-se as convocações subsequentes até a obtenção das propostas regulares. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas e realizou as diligências e convocações necessárias à comprovação do atendimento das exigências do Edital e do Termo de Referência, com solicitação de propostas ajustadas, catálogos, documentos complementares e documentos de habilitação, quando pertinentes. As propostas e produtos que não atenderam às especificações exigidas foram desclassificados, promovendo-se as convocações subsequentes até a obtenção das propostas regulares.

Após a análise das propostas e dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas relacionadas na tabela abaixo. Os itens 33, 41, 57, 66, 79, 92 e 102 restaram fracassados, não integrando o valor a ser adjudicado. Concluídas as fases de julgamento e habilitação, foram disponibilizados pelo sistema os respectivos períodos para manifestação de intenção de recurso e, transcorridos os prazos, não consta no relatório registro de manifestação recursal, seguindo o procedimento para adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
100%, EDUCACIONAL LTDA CNPJ nº 12.350.642/0001-08	R$ 969,60	novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	52, 53, 54 e 55
58.512.546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS CNPJ nº 58.512.546/0001-01	R$ 6.276,00	seis mil duzentos e setenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	21, 35, 36, 40, 64 e 87
ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ nº 29.889.651/0001-66	R$ 1.820,00	mil oitocentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	81 e 88
ACHOU DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA CNPJ nº 48.529.824/0001-80	R$ 7.036,70	sete mil e trinta e seis reais e setenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	01, 34, 51, 65 e 96
AJITA BRINQUEDOS LTDA CNPJ nº 30.328.915/0001-91	R$ 9.410,00	nove mil quatrocentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	02 e 100
CASA DO NEUROPSICOPEDAGOGO LTDA CNPJ nº 33.776.397/0001-67	R$ 7.400,00	sete mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	85
CECILHANDO KIDS LTDA CNPJ nº 44.000.796/0001-58	R$ 28.881,20	vinte e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	08, 25, 60, 73, 74, 76, 108 e 119
DO RIO ELETRO VAREJISTA LTDA CNPJ nº 22.556.767/0001-34	R$ 6.131,40	seis mil cento e trinta e um reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	63, 93, 94 e 95
DTRM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA CNPJ nº 60.363.177/0001-84	R$ 10.105,40	dez mil cento e cinco reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	18 e 44
E ANTONINI COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ nº 58.545.693/0001-88	R$ 54.115,50	cinquenta e quatro mil cento e quinze reais e cinquenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	22, 23, 26, 37, 38, 77 e 78
EDUARDO J SANTOS & CIA LTDA CNPJ nº 66.143.678/0001-31	R$ 24.088,00	vinte e quatro mil e oitenta e oito reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	04, 05, 06, 30, 31, 99, 104, 105, 111 e 117
FSM COMERCIO LTDA CNPJ nº 51.165.735/0001-06	R$ 2.319,20	dois mil trezentos e dezenove reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	103
GALERIA 23 COMUNICACAO VISUAL E GRAFICA LTDA CNPJ nº 51.257.431/0001-79	R$ 4.400,00	quatro mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	11, 12 e 16

INDUSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA CNPJ nº 13.759.849/0001-95	R$ 2.397,00	dois mil trezentos e noventa e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	91
LIDIANE C DOS SANTOS LTDA CNPJ nº 09.508.504/0001-91	R$ 32.708,50	trinta e dois mil setecentos e oito reais e cinquenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	17, 19, 46, 47, 48, 71, 82, 89, 97 e 98
M. K. SCHITICOSKI CNPJ nº 03.426.221/0001-14	R$ 15.055,25	quinze mil e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	03, 07, 14, 56, 69, 70, 72, 75, 90 e 118
MARIS DISTRIBUIDORA E ASSESSORIA LTDA CNPJ nº 45.702.540/0001-55	R$ 1.338,00	mil trezentos e trinta e oito reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	101
N BORRACHAS LTDA CNPJ nº 50.375.154/0001-36	R$ 11.276,00	onze mil duzentos e setenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	113, 114 e 115
PRIDE COMERCIO VAREJISTA LTDA CNPJ nº 48.829.387/0001-10	R$ 1.588,40	mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	68
PROJ ART COMUNICACAO VISUAL LTDA CNPJ nº 65.900.716/0001-90	R$ 4.427,00	quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	09, 10, 13 e 15
REGIS COMERCIAL LTDA CNPJ nº 47.794.555/0001-16	R$ 10.556,00	dez mil quinhentos e cinquenta e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	50, 61 e 62
RINOTOYS LTDA CNPJ nº 37.784.943/0001-62	R$ 17.227,00	dezessete mil duzentos e vinte e sete reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	28, 32, 42, 49, 67, 83, 86, 109 e 112
RODRIGUES & ALMEIDA LTDA CNPJ nº 20.490.656/0001-47	R$ 10.100,00	dez mil e cem reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	24, 27, 43, 58, 59, 80, 84, 110 e 116
TRR LICITACOES LTDA CNPJ nº 47.561.189/0001-55	R$ 1.352,00	mil trezentos e cinquenta e dois reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	20
VANINHA UTILIDADES LTDA CNPJ nº 58.421.861/0001-23	R$ 3.338,60	três mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	29, 45, 106 e 107
WANGLES WCS COMERCIAL & SERVICOS LTDA CNPJ nº 54.252.629/0001-58	R$ 510,00	quinhentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	39

O valor total a ser adjudicado é de R$ 274.826,75 (duzentos e setenta e quatro mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 24/09/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING

Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8398ABAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 04.2026 – CMDPI

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 09:00 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campo Magro, em sessão extraordinária, realizada de forma presencial, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro e com possibilidade de participação online, pela plataforma Google Meet. Na ocasião se fizeram presentes os/as conselheiros/as governamentais: **William** Robson Martins de Freitas; **Elisabete** Pianaro; **Josiane** Mariano da Silva Valente; **Paula** Cristina Santos Clazer Chaves; **Cláudia** de Fátima Dalazuana os conselheiros/as Sociedade Civil: **Carla** Cristina da Silva Galindo, **Maria** Aparecida Garcia, **Sueli** Manfron Boza, convidados/as e observadores: **Manoela** Ramos Moraes; **Simone** Santos; residente técnica **Ariane** Lara e **Selma** Cristiane Batista Xavier Queiroz - Secretária Executiva.	4ª Reunião Extraordinária CMDPI 31/08/2026
A presidente, Carla Cristina da Silva Galindo, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Ofício 275.2026 - SAS; • Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária Executiva realizou a leitura do Ofício nº 275/2026 - SAS, que solicita reunião extraordinária para apresentação e apreciação da proposta de utilização de recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa para atendimento aos munícipes idosos em situação de acolhimento e inseridos em instituições de longa permanência, parceiras do município e com contrato vigente. A diretora financeira da SAS, informou que está iniciando novo processo de credenciamento de instituições de acolhimento, com previsão de sete vagas para pessoas idosas, visando ampliar e fortalecer a rede de acolhimento institucional do Município. Informou que atualmente, há três pessoas idosas acolhidas, sendo registrada também a existência de novo caso em situação de hospitalização, com necessidade de posterior acolhimento. Na sequência, a representante do departamento de licitações da SAS, apresentou a necessidade da medida, destacando que o novo credenciamento terá validade de até cinco anos, enquanto os contratos decorrentes serão formalizados conforme a demanda, com vigência anual e somente quando houver pessoa idosa a ser acolhida. Informou-se que, durante o ano de 2026, já ocorreram cinco acolhimentos e que havia novo caso aguardando acolhimento, justificando a previsão de sete vagas no novo credenciamento. A representante responsável pelo processo de contratação esclareceu que o credenciamento será aberto às instituições aptas a prestar o serviço, sendo o contrato formalizado individualmente conforme a necessidade. Apresentou a pesquisa de preços realizada para subsidiar o processo, informando média estimada considerando o valor médio de R$206,81 por diária e a existência atual de 03 (três) idosos em acolhimento, estimando-se, para o período de outubro a dezembro de 2026, o total de 276 diárias, correspondentes a 03 (três) acolhidos durante 92 dias, resultando no montante estimado de R$57.079,56 para o período. Ressaltou que o valor global estimado do credenciamento para o período de 12 (doze) meses, considerando a disponibilização de até 07 (sete) vagas, corresponde a R$528.399,55. Foi esclarecido ainda que o Estudo Técnico Preliminar – ETP contempla diferentes modalidades de acolhimento, inclusive para pessoas de 18 a 59 anos e para pessoas com 60 anos ou mais, porém a eventual utilização do FMDPI seria exclusivamente para o atendimento de pessoas idosas. Quanto ao saldo do Fundo, foi apresentado levantamento segundo o qual havia R$42.276,76 em saldo anterior e, posteriormente, ingresso de R$277.894,54 em recursos provenientes de destinações do Imposto de Renda. Foi informado que 90% desse último valor será destinado às subvenções sociais, permanecendo aproximadamente R$70.066,66 no Fundo Municipal da Pessoa Idosa, valor cuja utilização para custeio das vagas de acolhimento foi submetida à apreciação do Conselho. Aberta a discussão, a Presidente Carla destacou a importância de observar a finalidade e a origem dos recursos do Fundo, relatando que anteriormente havia sido identificado saldo de aproximadamente R$ 20.000,00 cuja destinação não estava claramente definida, razão pela qual o Conselho optou por não utilizá-lo até que sua finalidade fosse devidamente esclarecida. Ressaltou que a rotatividade na composição do Conselho, especialmente entre os representantes governamentais, têm dificultado a continuidade dos planejamentos e projetos. A Presidente reconheceu a relevância do custeio do acolhimento institucional e a necessidade de proteção das pessoas idosas acolhidas, porém ponderou que o recurso recentemente recebido é excepcional e não possui caráter recorrente, não sendo possível assegurar novo ingresso de valor semelhante nos próximos exercícios. Considerou, assim, que a utilização integral ou parcial do recurso para despesas de acolhimento poderia comprometer outras ações planejadas pelo Conselho. Durante a discussão, foram mencionadas outras possibilidades de utilização dos recursos, tais como contratação de apoio técnico para elaboração e captação de projetos, fortalecimento de ações descentralizadas voltadas à pessoa idosa, ampliação de atividades no Centro de Convivência e contratação de profissionais para atividades específicas, além da previsão de recursos para futura Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, além de ser reforçado a possibilidade de utilização estratégica dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para ampliar a captação de novos recursos. Os conselheiros manifestaram compreensão quanto à necessidade apresentada pela SAS, mas destacaram a importância de preservar recursos não recorrentes para projetos estruturantes e de garantir planejamento e continuidade na utilização do Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Os conselheiros manifestaram concordância com a posição da Presidência, reconhecendo também a necessidade de maior organização e planejamento das ações do Conselho. Após os esclarecimentos e manifestações, a Presidência submeteu à apreciação dos conselheiros a proposta de não utilização dos recursos do FMDPI para o custeio das vagas de acolhimento institucional. Os participantes manifestaram concordância com a proposta. **Deliberação:** O CMDPI deliberou, por unanimidade, pela não liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI à Secretaria Municipal de Assistência Social para o custeio das mensalidades de Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, considerando o caráter não recorrente dos recursos disponíveis, a necessidade de observância de sua finalidade e a preservação dos recursos para o financiamento de ações, projetos e iniciativas específicas da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.	
Na sequência, foi discutida a composição da Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, considerando a necessidade de acompanhamento e planejamento da utilização dos recursos disponíveis. Inicialmente, foram manifestadas candidaturas e discutida a participação dos conselheiros, considerando o número reduzido de integrantes do Conselho e a necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos. Após as manifestações, foi definida a participação das conselheiras Carla Cristina da Silva Galindo Medeiros, Maria Aparecida Garcia e Josiane Mariano da Silva Valente, contando também com a participação da servidora Michelle Araújo, representante da SAS, ainda que não integrante do Conselho, para apoio aos trabalhos	2. Comissão

da Comissão. **DELIBERAÇÃO:** Ficou definida a composição da **Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**, com participação de **Carla** Cristina da Silva Galindo Medeiros, **Michelle** Araujo, **Maria** Aparecida Garcia e **Josiane** Mariano da Silva Valente, para acompanhamento, análise e planejamento das ações relacionadas aos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa .	
Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.	• Encerramento.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA C. B XAVIER QUEIROZ	***CARLA CRISTINA DA SILVA GALINDO***
Secretária Executiva	Presidente do CMDPI

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1FE7B305

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 350/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

PROCESSO Nº 3.289/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de kits para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, conforme Lei Municipal nº 1.439/2018, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 066/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 135.499,32** (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 62.350.851/0001-11, com sede na ROD BR 369 – KM 38,5, n° s/n, Quadra A, Lote 11, Bairro Distrito Industrial, CEP 86.380-000, Andirá-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. EDUARDA CASTELHONE DE DEUS,

brasileira, solteira, inscrita no CPF n° 094.***.***-00, residente e domiciliada na Rua Bernardo Sarmento, n° 103, Jardim Itália, CEP: 86.380-000, Andirá-PR endereço eletrônico: magicpaperatacadista@hotmail.com.

Lote	Item/termo de referência	Item/ sistema	Produto/ Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	1	1	Apontador escolar plástico 2 furos. Usado para apontar lápis de diametro padrão e o segundo furo para lápis de diametro mais grosso, como lápis gigante, big e super, cores variadas, certificado INMETRO.	COLORARE	UN	774,00	1,30	1.006,20
1	2	2	Borracha escolar branca nº 20 40 x 30mm, caixa com 20 unidades	COLORARE	CX	39,00	24,40	951,60
1	3	3	Caderno personalizado de cartografia desenho milimetrado, com espiral, capa dura, com 60 folhas, formato 27,5 x 20,0cm, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	774,00	9,60	7.430,40
1	4	4	Caixa confeccionada em cartão triplex, papel kraft ou papelão onda C, cor branca externamente, com arte a ser entregue previamente. A caixa deverá ser em tamanho adequado com o kit e com estrutura suficientemente forte para acondicionar os itens. Deverá ser embalado individualmente em filme termo encolhível, capaz de suportar o peso do seu conteúdo, bem como o empilhamento e demais condições do transporte. A arte da caixa deverá ser submetida à aprovação e validação. Além da arte a caixa deve conter o nome do kit (Educação Infantil, Ensino Fundamental 1° ao 3° ano, Ensino Fundamental 4° e 5° ano) e sua composição.	SAMPACK	UN	774,00	4,90	3.792,60
1	5	5	Cola em bastão 40g, segura para crianças, tampa anti-ressecamento, atóxico.	COLORARE	UN	774,00	2,00	1.548,00
1	6	6	Giz de cera para colorir, formato jumbo, caixa com 12 unidades	PIRA	CX	774,00	3,50	2.709,00
1	7	7	Lápis de cor triangular jumbo. Produto certificado no INMETRO, modelo ergonômico, alta qualidade, comprimento 176mm, caixa com 12 cores.	LEO	CX	774,00	6,60	5.108,40
1	8	8	Lápis grafite 2B, corpo hexagonal cor verde.	FUTURO	UN	774,00	1,39	1.075,86
1	9	9	Massa para modelar. Á base de amido, não tóxica, super macia, caixa com 12 cores.	MAGIX	CX	774,00	5,50	4.257,00
1	10	10	Papel sulfite A4 branco 75g, pacote com 100 folhas.	SENINHA	PCT	774,00	8,50	6.579,00
1	11	11	Pincel chato para pintura nº 12	FUTURO	UN	774,00	2,00	1.548,00
1	12	12	Tesoura escolar tamanho 13cm com blister x 1, anéis ergonômicos.	LEO	UN	774,00	4,40	3.405,60
1	13	13	Tinta guache escolar 15ml, caixa com seis cores, dimensão de 3,5 x 2,5cm, peso de 142g, largura de 6cm, espessura de 4cm	PIRA	CX	774,00	4,40	3.405,60
2	14	1	Apontador sem depósito, design ergonômico: maior conforto no uso, com lâmina de aço temperado, garantia de mais facilidade ao apontar e maior durabilidade. Apontador em metal, sem depósito, lâminas de aço, de alta qualidade dimensões: 2,5 x 1,5 x 1,0cm. Modelo Glizf.	FUTURO	UN	784,00	1,22	956,48
2	15	2	Borracha escolar branca nº 20 40 x 30mm, caixa com 20 unidades	COLORARE	CX	39,00	24,50	955,50
2	16	3	Caderno personalizado brochura capa dura, ¼ pequeno 14x20cm, com 96 folhas, formato 140mmx20mm, folhas pautadas, gramatura 56g/m², com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	3.920,00	4,85	19.012,00
2	17	4	Caderno personalizado brochura, capa dura, grande, com 96 folhas, folhas pautadas, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	784,00	8,90	6.977,60
2	18	5	Caderno personalizado de caligrafia horizontal Brochura, capa dura, 1/4, com 40 folhas, com arte a ser definida no momento da aquisiçao.	LAPEL	UN	784,00	4,00	3.136,00
2	19	6	Caderno personalizado de cartografia desenho milimetrado, com espiral, capa dura, com 60 folhas, formato 27,5 x 20,0cm, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	784,00	9,60	7.526,40
2	20	7	Caderno personalizado quadriculado brochura capa dura, 96 folhas, com margem, caderno costurado, tamanho grande, formato 200mmx275mm, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	784,00	8,90	6.977,60
2	21	8	Caixa confeccionada em cartão triplex, papel kraft ou papelão onda C, cor branca externamente, com arte a ser entregue previamente. A caixa deverá ser em tamanho adequado com o kit e com estrutura suficientemente forte para acondicionar os itens. Deverá ser embalado individualmente em filme termo encolhível, capaz de suportar o peso do seu conteúdo, bem como o empilhamento e demais condições do transporte. A arte da caixa deverá ser submetida à aprovação	SAMPACK	UN	784,00	4,90	3.841,60

			e validação. Além da arte a caixa deve conter o nome do kit (Educação Infantil, Ensino Fundamental 1° ao 3° ano, Ensino Fundamental 4° e 5° ano) e sua composição.					
2	22	9	Cola em bastão 40g, segura para crianças, tampa anti-ressecamento, atóxico.	COLORARE	UN	784,00	3,90	3.057,60
2	23	10	Giz de cera para colorir com 12 estacas de 10cm resistente, produto não atóxico caixa com 12 unidades	PIRA	CX	784,00	3,00	2.352,00
2	24	11	Lápis de cor 12 cores, ponta resistente, fácil de apontar, cores fortes vibrantes, feito em madeira caixa com 12 unidades.	FUTURO	CX	784,00	2,50	1.960,00
2	25	12	Lápis grafite 2B, corpo hexagonal cor verde.	FUTURO	UN	784,00	1,39	1.089,76
2	26	13	Régua 30cm poliestileno	MAX	UN	784,00	0,95	744,80
2	27	14	Tesoura escolar tamanho 13cm com blister x 1, anéis ergonômicos.	LEO	UN	784,00	2,20	1.724,80
3	28	1	Apontador sem depósito, design ergonômico: maior conforto no uso, com lâmina de aço temperado, garantia de mais facilidade ao apontar e maior durabilidade. Apontador em metal, sem depósito, lâminas de aço, de alta qualidade dimensões: 2,5 x 1,5 x 1,0cm. Modelo Glizf.	FUTURO	UN	566,00	0,52	294,32
3	29	2	Borracha escolar branca nº 20 40 x 30mm, caixa com 20 unidades	COLORARE	CX	29,00	8,40	243,60
3	30	3	Caderno personalizado, 10 matérias, 200 folhas, com espiral, capa dura, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	566,00	16,80	9.508,80
3	31	4	Caderno personalizado brochura, capa dura, grande, com 96 folhas, folhas pautadas, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	566,00	8,90	5.037,40
3	32	5	Caderno personalizado de cartografia desenho milimetrado, com espiral, capa dura, com 60 folhas, formato 27,5 x 20,0cm, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	566,00	9,60	5.433,60
3	33	6	Caderno personalizado quadriculado brochura capa dura, 96 folhas, com margem, caderno costurado, tamanho grande, formato 200mmx275mm, com arte a ser definida no momento da aquisição.	LAPEL	UN	566,00	8,90	5.037,40
3	34	7	Caixa confeccionada em cartão triplex, papel kraft ou papelão onda C, cor branca externamente, com arte a ser entregue previamente. A caixa deverá ser em tamanho adequado com o kit e com estrutura suficientemente forte para acondicionar os itens. Deverá ser embalado individualmente em filme termo encolhível, capaz de suportar o peso do seu conteúdo, bem como o empilhamento e demais condições do transporte. A arte da caixa deverá ser submetida à aprovação e validação. Além da arte a caixa deve conter o nome do kit (Educação Infantil, Ensino Fundamental 1° ao 3° ano, Ensino Fundamental 4° e 5° ano) e sua composição.	SAMPACK	UN	566,00	4,90	2.773,40
3	35	8	Caneta esferográfica tinta cor azul, ponta fina, corpo sextavado transparente, ponta com biqueira plástica e esfera em tungstênio, com tampa, caixa com 50 unidades	COMPACTOR	CX	12,00	29,00	348,00
3	36	9	Caneta esferográfica tinta cor preta, ponta fina, corpo sextavado transparente, ponta com biqueira plástica e esfera em tungstênio, com tampa, caixa com 50 unidades	COMPACTOR	CX	12,00	29,50	354,00
3	37	10	Cola em bastão 40g, segura para crianças, tampa anti-ressecamento, atóxico.	COLORARE	UN	566,00	1,20	679,20
3	38	11	Lápis de cor 12 cores, ponta resistente, fácil de apontar, cores fortes vibrantes, feito em madeira caixa com 12 unidades.	FUTURO	CX	566,00	2,00	1.132,00
3	39	12	Lápis grafite 2B, corpo hexagonal cor verde.	FUTURO	UN	566,00	0,30	169,80
3	40	13	Régua 30cm poliestileno	MAX	UN	566,00	0,90	509,40
3	41	14	Tesoura escolar tamanho 13cm com blister x 1, anéis ergonômicos.	LEO	UN	566,00	1,50	849,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Educação

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 06 (seis) mês, sem possibilidade de prorrogação somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	1140	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	1150	06.001.12.361.0005.2014	107	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	1160	06.001.12.361.0005.2014	157	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sr. **Eduarda Castelhone de Deus** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:6F338C40

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 063/2026 - PNCP 22/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 22/2026	
Às 09:23 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).	
Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Graxa	
características adicionais: lubrificante sólido, consistência nlgi: 0, tipo aditivos: anticorrosivo e lubrificante, tipo base: óleo mineral, tipo espessante: lítio	
Quantidade: 8	Valor estimado: R$ 6.124,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Tambor	R$ 48.992,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, melhor lance: R$ 4.689,9900 (unitário) / R$ 37.519,9200 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.383.624/0001-14 - AUTOPECAS BOIANI LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4.689,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 37.519,9200 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: vmax		
Modelo/versão: vmax		
Valor proposta: R$ 6.124,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 8
R$ 48.992,0000 (total)		
64.446.992/0001-68 - BRAZMART MULTIPARTS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4.888,9600 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 39.111,6800 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: KARTER		
Modelo/versão: KARTER GRAXA DE LITIO		
Valor proposta: R$ 6.124,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 8
R$ 48.992,0000 (total)		
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4.690,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 37.520,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: GRAXA RPLAMENTO MPA-2		
Valor proposta: R$ 5.995,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 8
R$ 47.960,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
48.483.406/0001-07 - R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 5.990,8900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 47.927,1200 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: LION		
Modelo/versão: GRAXA MP2		
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 8
R$ 80.000,0000 (total)		
13.990.290/0001-00 - STORE DO BRASIL LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4.998,9600 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 39.991,6800 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: KARTER		
Modelo/versão: KARTER BLUTER MP2		

Valor proposta: R$ 6.124,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 8
R$ 48.992,0000 (total)		

Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:39	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,9900
11/09/2026 às 08:38:30	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,9800
11/09/2026 às 08:38:32	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,9700
11/09/2026 às 08:38:32	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,9600
11/09/2026 às 08:38:34	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,9500
11/09/2026 às 08:38:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,9400
11/09/2026 às 08:38:34	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,9300
11/09/2026 às 08:38:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,9200
11/09/2026 às 08:38:35	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,9100
11/09/2026 às 08:38:36	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,9000
11/09/2026 às 08:38:36	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,8900
11/09/2026 às 08:38:36	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,8800
11/09/2026 às 08:38:37	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,8700
11/09/2026 às 08:38:37	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,8600
11/09/2026 às 08:38:38	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,8500
11/09/2026 às 08:38:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,8400
11/09/2026 às 08:38:39	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,8300
11/09/2026 às 08:38:39	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,8200

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:38:41	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,8100
11/09/2026 às 08:38:41	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,8000
11/09/2026 às 08:38:42	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,7900
11/09/2026 às 08:38:42	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,7800
11/09/2026 às 08:38:43	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,7700
11/09/2026 às 08:38:44	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,7600
11/09/2026 às 08:38:44	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,7500
11/09/2026 às 08:38:45	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,7400
11/09/2026 às 08:38:45	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,7300
11/09/2026 às 08:38:46	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,7200
11/09/2026 às 08:38:47	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,7100
11/09/2026 às 08:38:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,7000
11/09/2026 às 08:38:48	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,6900
11/09/2026 às 08:38:48	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,6800
11/09/2026 às 08:38:50	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,6700
11/09/2026 às 08:38:50	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,6600
11/09/2026 às 08:38:52	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,6500
11/09/2026 às 08:38:52	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,6400
11/09/2026 às 08:38:54	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,6300
11/09/2026 às 08:38:54	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,6200
11/09/2026 às 08:38:55	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,6100
11/09/2026 às 08:38:55	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,6000
11/09/2026 às 08:38:56	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,5900
11/09/2026 às 08:38:56	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,5800
11/09/2026 às 08:38:57	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,5700
11/09/2026 às 08:38:57	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,5600
11/09/2026 às 08:38:59	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,5500
11/09/2026 às 08:38:59	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,5400
11/09/2026 às 08:39:00	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,5300
11/09/2026 às 08:39:00	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,5200
11/09/2026 às 08:39:01	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,5100
11/09/2026 às 08:39:01	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,5000
11/09/2026 às 08:39:02	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,4900
11/09/2026 às 08:39:02	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,4800

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:39:03	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,4700
11/09/2026 às 08:39:03	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,4600
11/09/2026 às 08:39:03	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,4500
11/09/2026 às 08:39:04	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,4400
11/09/2026 às 08:39:04	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,4300
11/09/2026 às 08:39:04	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,4200
11/09/2026 às 08:39:05	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,4100
11/09/2026 às 08:39:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,4000
11/09/2026 às 08:39:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3900
11/09/2026 às 08:39:06	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,3800
11/09/2026 às 08:39:06	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3700
11/09/2026 às 08:39:06	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3600
11/09/2026 às 08:39:07	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,3500
11/09/2026 às 08:39:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3400
11/09/2026 às 08:39:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3300
11/09/2026 às 08:39:08	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,3200
11/09/2026 às 08:39:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3100
11/09/2026 às 08:39:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,3000
11/09/2026 às 08:39:09	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,2900
11/09/2026 às 08:39:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2800
11/09/2026 às 08:39:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2700
11/09/2026 às 08:39:10	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,2600

11/09/2026 às 08:39:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2500
11/09/2026 às 08:39:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2400
11/09/2026 às 08:39:11	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,2300
11/09/2026 às 08:39:11	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2200
11/09/2026 às 08:39:11	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,2100
11/09/2026 às 08:39:12	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,2000
11/09/2026 às 08:39:12	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1900
11/09/2026 às 08:39:12	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1800
11/09/2026 às 08:39:13	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,1700
11/09/2026 às 08:39:13	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1600
11/09/2026 às 08:39:13	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1500
11/09/2026 às 08:39:14	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,1400

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:39:14	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1300
11/09/2026 às 08:39:15	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,1200
11/09/2026 às 08:39:15	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,1100
11/09/2026 às 08:39:16	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,1000
11/09/2026 às 08:39:16	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,0900
11/09/2026 às 08:39:17	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,0800
11/09/2026 às 08:39:17	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,0700
11/09/2026 às 08:39:18	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,0600
11/09/2026 às 08:39:18	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,0500
11/09/2026 às 08:39:19	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,0400
11/09/2026 às 08:39:19	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,0300
11/09/2026 às 08:39:20	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,0200
11/09/2026 às 08:39:20	64.446.992/0001-68	R$ 5.994,0100
11/09/2026 às 08:39:21	48.483.406/0001-07	R$ 5.994,0000
11/09/2026 às 08:39:21	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,9900
11/09/2026 às 08:39:22	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,9800
11/09/2026 às 08:39:22	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,9700
11/09/2026 às 08:39:23	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,9600
11/09/2026 às 08:39:23	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,9500
11/09/2026 às 08:39:24	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,9400
11/09/2026 às 08:39:24	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,9300
11/09/2026 às 08:39:25	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,9200
11/09/2026 às 08:39:25	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,9100
11/09/2026 às 08:39:26	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,9000
11/09/2026 às 08:39:26	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,8900
11/09/2026 às 08:39:27	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,8800
11/09/2026 às 08:39:27	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,8700
11/09/2026 às 08:39:28	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,8600
11/09/2026 às 08:39:28	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,8500
11/09/2026 às 08:39:29	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,8400
11/09/2026 às 08:39:29	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,8300
11/09/2026 às 08:39:30	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,8200
11/09/2026 às 08:39:30	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,8100
11/09/2026 às 08:39:31	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,8000

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:39:31	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,7900
11/09/2026 às 08:39:32	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,7800
11/09/2026 às 08:39:32	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,7700
11/09/2026 às 08:39:33	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,7600
11/09/2026 às 08:39:33	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,7500
11/09/2026 às 08:39:33	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,7400
11/09/2026 às 08:39:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,7300
11/09/2026 às 08:39:34	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,7200
11/09/2026 às 08:39:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,7100
11/09/2026 às 08:39:35	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,7000
11/09/2026 às 08:39:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,6900
11/09/2026 às 08:39:36	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,6800
11/09/2026 às 08:39:37	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,6700
11/09/2026 às 08:39:37	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,6600
11/09/2026 às 08:39:37	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,6500
11/09/2026 às 08:39:38	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,6400
11/09/2026 às 08:39:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,6300
11/09/2026 às 08:39:39	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,6200
11/09/2026 às 08:39:39	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,6100
11/09/2026 às 08:39:40	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,6000
11/09/2026 às 08:39:40	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,5900
11/09/2026 às 08:39:41	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,5800
11/09/2026 às 08:39:41	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,5700
11/09/2026 às 08:39:41	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,5600
11/09/2026 às 08:39:42	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,5500
11/09/2026 às 08:39:43	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,5400
11/09/2026 às 08:39:43	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,5300
11/09/2026 às 08:39:44	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,5200
11/09/2026 às 08:39:44	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,5100
11/09/2026 às 08:39:45	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,5000
11/09/2026 às 08:39:45	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,4900
11/09/2026 às 08:39:46	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,4800
11/09/2026 às 08:39:46	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,4700
11/09/2026 às 08:39:47	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,4600

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:39:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,4500
11/09/2026 às 08:39:48	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,4400
11/09/2026 às 08:39:48	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,4300
11/09/2026 às 08:39:49	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,4200
11/09/2026 às 08:39:49	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,4100
11/09/2026 às 08:39:50	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,4000
11/09/2026 às 08:39:50	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,3900
11/09/2026 às 08:39:51	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,3800
11/09/2026 às 08:39:51	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,3700
11/09/2026 às 08:39:52	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,3600
11/09/2026 às 08:39:53	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,3500
11/09/2026 às 08:39:53	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,3400
11/09/2026 às 08:39:53	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,3300
11/09/2026 às 08:39:54	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,3200
11/09/2026 às 08:39:54	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,3100
11/09/2026 às 08:39:55	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,3000
11/09/2026 às 08:39:55	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,2900
11/09/2026 às 08:39:56	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,2800
11/09/2026 às 08:39:56	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,2700
11/09/2026 às 08:39:57	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,2600
11/09/2026 às 08:39:57	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,2500
11/09/2026 às 08:39:58	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,2400
11/09/2026 às 08:39:58	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,2300
11/09/2026 às 08:39:59	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,2200
11/09/2026 às 08:39:59	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,2100
11/09/2026 às 08:40:00	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,2000
11/09/2026 às 08:40:00	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,1900
11/09/2026 às 08:40:01	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,1800
11/09/2026 às 08:40:01	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,1700
11/09/2026 às 08:40:02	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,1600
11/09/2026 às 08:40:02	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,1500
11/09/2026 às 08:40:03	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,1400
11/09/2026 às 08:40:03	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,1300
11/09/2026 às 08:40:04	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,1200

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:40:04	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,1100
11/09/2026 às 08:40:05	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,1000
11/09/2026 às 08:40:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0900
11/09/2026 às 08:40:06	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,0800
11/09/2026 às 08:40:06	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0700
11/09/2026 às 08:40:07	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,0600
11/09/2026 às 08:40:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0500
11/09/2026 às 08:40:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0400
11/09/2026 às 08:40:08	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,0300
11/09/2026 às 08:40:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0200
11/09/2026 às 08:40:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.993,0100
11/09/2026 às 08:40:09	48.483.406/0001-07	R$ 5.993,0000
11/09/2026 às 08:40:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9900
11/09/2026 às 08:40:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9800
11/09/2026 às 08:40:10	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,9700
11/09/2026 às 08:40:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9600
11/09/2026 às 08:40:11	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,9500
11/09/2026 às 08:40:11	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9400
11/09/2026 às 08:40:12	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,9300
11/09/2026 às 08:40:12	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9200
11/09/2026 às 08:40:13	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,9100
11/09/2026 às 08:40:13	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,9000
11/09/2026 às 08:40:14	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,8900
11/09/2026 às 08:40:14	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,8800
11/09/2026 às 08:40:15	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,8700
11/09/2026 às 08:40:15	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,8600
11/09/2026 às 08:40:16	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,8500
11/09/2026 às 08:40:16	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,8400
11/09/2026 às 08:40:17	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,8300
11/09/2026 às 08:40:17	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,8200
11/09/2026 às 08:40:18	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,8100
11/09/2026 às 08:40:18	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,8000
11/09/2026 às 08:40:19	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,7900
11/09/2026 às 08:40:19	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,7800

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:40:20	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,7700
11/09/2026 às 08:40:20	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,7600
11/09/2026 às 08:40:21	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,7500
11/09/2026 às 08:40:21	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,7400
11/09/2026 às 08:40:22	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,7300
11/09/2026 às 08:40:22	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,7200
11/09/2026 às 08:40:23	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,7100
11/09/2026 às 08:40:23	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,7000
11/09/2026 às 08:40:24	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,6900

11/09/2026 às 08:40:24	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,6800
11/09/2026 às 08:40:25	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,6700
11/09/2026 às 08:40:25	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,6600
11/09/2026 às 08:40:26	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,6500
11/09/2026 às 08:40:26	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,6400
11/09/2026 às 08:40:27	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,6300
11/09/2026 às 08:40:27	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,6200
11/09/2026 às 08:40:28	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,6100
11/09/2026 às 08:40:28	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,6000
11/09/2026 às 08:40:29	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,5900
11/09/2026 às 08:40:29	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,5800
11/09/2026 às 08:40:30	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,5700
11/09/2026 às 08:40:30	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,5600
11/09/2026 às 08:40:30	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,5500
11/09/2026 às 08:40:31	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,5400
11/09/2026 às 08:40:31	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,5300
11/09/2026 às 08:40:31	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,5200
11/09/2026 às 08:40:32	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,5100
11/09/2026 às 08:40:32	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,5000
11/09/2026 às 08:40:33	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,4900
11/09/2026 às 08:40:33	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,4800
11/09/2026 às 08:40:34	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,4700
11/09/2026 às 08:40:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,4600
11/09/2026 às 08:40:35	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,4500
11/09/2026 às 08:40:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,4400
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:40:36	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,4300
11/09/2026 às 08:40:36	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,4200
11/09/2026 às 08:40:37	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,4100
11/09/2026 às 08:40:37	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,4000
11/09/2026 às 08:40:38	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,3900
11/09/2026 às 08:40:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,3800
11/09/2026 às 08:40:39	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,3700
11/09/2026 às 08:40:39	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,3600
11/09/2026 às 08:40:40	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,3500
11/09/2026 às 08:40:40	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,3400
11/09/2026 às 08:40:41	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,3300
11/09/2026 às 08:40:41	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,3200
11/09/2026 às 08:40:42	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,3100
11/09/2026 às 08:40:42	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,3000
11/09/2026 às 08:40:43	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,2900
11/09/2026 às 08:40:43	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,2800
11/09/2026 às 08:40:44	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,2700
11/09/2026 às 08:40:44	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,2600
11/09/2026 às 08:40:45	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,2500
11/09/2026 às 08:40:45	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,2400
11/09/2026 às 08:40:46	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,2300
11/09/2026 às 08:40:46	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,2200
11/09/2026 às 08:40:47	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,2100
11/09/2026 às 08:40:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,2000
11/09/2026 às 08:40:48	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,1900
11/09/2026 às 08:40:48	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,1800
11/09/2026 às 08:40:49	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,1700
11/09/2026 às 08:40:49	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,1600
11/09/2026 às 08:40:50	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,1500
11/09/2026 às 08:40:50	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,1400
11/09/2026 às 08:40:51	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,1300
11/09/2026 às 08:40:51	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,1200
11/09/2026 às 08:40:52	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,1100
11/09/2026 às 08:40:52	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,1000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:40:53	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,0900
11/09/2026 às 08:40:53	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,0800
11/09/2026 às 08:40:54	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,0700
11/09/2026 às 08:40:54	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,0600
11/09/2026 às 08:40:55	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,0500
11/09/2026 às 08:40:55	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,0400
11/09/2026 às 08:40:56	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,0300
11/09/2026 às 08:40:56	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,0200
11/09/2026 às 08:40:57	48.483.406/0001-07	R$ 5.992,0100
11/09/2026 às 08:40:57	64.446.992/0001-68	R$ 5.992,0000
11/09/2026 às 08:40:58	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,9900
11/09/2026 às 08:40:58	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,9800
11/09/2026 às 08:40:58	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,9700
11/09/2026 às 08:40:59	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,9600
11/09/2026 às 08:40:59	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,9500
11/09/2026 às 08:40:59	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,9400
11/09/2026 às 08:41:00	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,9300
11/09/2026 às 08:41:00	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,9200
11/09/2026 às 08:41:01	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,9100
11/09/2026 às 08:41:01	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,9000
11/09/2026 às 08:41:02	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,8900
11/09/2026 às 08:41:03	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,8800
11/09/2026 às 08:41:03	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,8700
11/09/2026 às 08:41:03	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,8600
11/09/2026 às 08:41:04	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,8500
11/09/2026 às 08:41:04	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,8400
11/09/2026 às 08:41:05	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,8300
11/09/2026 às 08:41:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,8200

11/09/2026 às 08:41:06	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,8100
11/09/2026 às 08:41:06	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,8000
11/09/2026 às 08:41:07	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,7900
11/09/2026 às 08:41:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7800
11/09/2026 às 08:41:08	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,7700
11/09/2026 às 08:41:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7600
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7500
11/09/2026 às 08:41:09	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,7400
11/09/2026 às 08:41:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7300
11/09/2026 às 08:41:09	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7200
11/09/2026 às 08:41:10	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,7100
11/09/2026 às 08:41:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,7000
11/09/2026 às 08:41:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6900
11/09/2026 às 08:41:11	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,6800
11/09/2026 às 08:41:11	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6700
11/09/2026 às 08:41:11	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6600
11/09/2026 às 08:41:12	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,6500
11/09/2026 às 08:41:12	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6400
11/09/2026 às 08:41:13	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,6300
11/09/2026 às 08:41:13	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6200
11/09/2026 às 08:41:14	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,6100
11/09/2026 às 08:41:14	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,6000
11/09/2026 às 08:41:15	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,5900
11/09/2026 às 08:41:15	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,5800
11/09/2026 às 08:41:16	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,5700
11/09/2026 às 08:41:16	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,5600
11/09/2026 às 08:41:17	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,5500
11/09/2026 às 08:41:17	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,5400
11/09/2026 às 08:41:18	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,5300
11/09/2026 às 08:41:18	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,5200
11/09/2026 às 08:41:19	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,5100
11/09/2026 às 08:41:19	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,5000
11/09/2026 às 08:41:20	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,4900
11/09/2026 às 08:41:20	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,4800
11/09/2026 às 08:41:21	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,4700
11/09/2026 às 08:41:21	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,4600
11/09/2026 às 08:41:22	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,4500
11/09/2026 às 08:41:22	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,4400
11/09/2026 às 08:41:23	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,4300
11/09/2026 às 08:41:23	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,4200
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:24	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,4100
11/09/2026 às 08:41:24	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,4000
11/09/2026 às 08:41:25	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,3900
11/09/2026 às 08:41:25	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,3800
11/09/2026 às 08:41:26	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,3700
11/09/2026 às 08:41:26	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,3600
11/09/2026 às 08:41:27	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,3500
11/09/2026 às 08:41:27	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,3400
11/09/2026 às 08:41:28	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,3300
11/09/2026 às 08:41:28	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,3200
11/09/2026 às 08:41:29	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,3100
11/09/2026 às 08:41:29	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,3000
11/09/2026 às 08:41:30	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,2900
11/09/2026 às 08:41:30	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,2800
11/09/2026 às 08:41:31	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,2700
11/09/2026 às 08:41:31	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,2600
11/09/2026 às 08:41:32	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,2500
11/09/2026 às 08:41:32	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,2400
11/09/2026 às 08:41:33	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,2300
11/09/2026 às 08:41:33	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,2200
11/09/2026 às 08:41:34	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,2100
11/09/2026 às 08:41:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,2000
11/09/2026 às 08:41:35	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,1900
11/09/2026 às 08:41:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,1800
11/09/2026 às 08:41:36	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,1700
11/09/2026 às 08:41:36	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,1600
11/09/2026 às 08:41:37	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,1500
11/09/2026 às 08:41:37	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,1400
11/09/2026 às 08:41:38	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,1300
11/09/2026 às 08:41:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,1200
11/09/2026 às 08:41:38	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,1100
11/09/2026 às 08:41:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,1000
11/09/2026 às 08:41:39	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,0900
11/09/2026 às 08:41:39	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,0800
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:40	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,0700
11/09/2026 às 08:41:40	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,0600
11/09/2026 às 08:41:41	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,0500
11/09/2026 às 08:41:41	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,0400
11/09/2026 às 08:41:42	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,0300
11/09/2026 às 08:41:42	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,0200
11/09/2026 às 08:41:43	48.483.406/0001-07	R$ 5.991,0100
11/09/2026 às 08:41:43	64.446.992/0001-68	R$ 5.991,0000
11/09/2026 às 08:41:44	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,9900
11/09/2026 às 08:41:44	64.446.992/0001-68	R$ 5.990,9800
11/09/2026 às 08:41:45	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,9700
11/09/2026 às 08:41:45	64.446.992/0001-68	R$ 5.990,9600

11/09/2026 às 08:41:46	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,9500
11/09/2026 às 08:41:46	64.446.992/0001-68	R$ 5.990,9400
11/09/2026 às 08:41:47	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,9300
11/09/2026 às 08:41:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.990,9200
11/09/2026 às 08:41:47	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,9100
11/09/2026 às 08:41:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.990,9000
11/09/2026 às 08:41:48	30.846.202/0001-10	R$ 5.500,0000
11/09/2026 às 08:41:48	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9900
11/09/2026 às 08:41:48	48.483.406/0001-07	R$ 5.990,8900
11/09/2026 às 08:41:54	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,9800
11/09/2026 às 08:41:55	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9700
11/09/2026 às 08:42:01	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,9600
11/09/2026 às 08:42:02	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9500
11/09/2026 às 08:42:08	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,9400
11/09/2026 às 08:42:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9300
11/09/2026 às 08:42:08	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9200
11/09/2026 às 08:42:15	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,9100
11/09/2026 às 08:42:15	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,9000
11/09/2026 às 08:42:22	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,8900
11/09/2026 às 08:42:22	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,8800
11/09/2026 às 08:42:28	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,8700
11/09/2026 às 08:42:28	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,8600
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:42:35	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,8500
11/09/2026 às 08:42:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,8400
11/09/2026 às 08:42:42	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,8300
11/09/2026 às 08:42:42	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,8200
11/09/2026 às 08:42:48	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,8100
11/09/2026 às 08:42:48	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,8000
11/09/2026 às 08:42:54	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,7900
11/09/2026 às 08:42:54	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,7800
11/09/2026 às 08:43:00	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,7700
11/09/2026 às 08:43:00	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,7600
11/09/2026 às 08:43:06	13.990.290/0001-00	R$ 5.499,7500
11/09/2026 às 08:43:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,7400
11/09/2026 às 08:43:07	64.446.992/0001-68	R$ 5.499,7300
11/09/2026 às 08:43:10	30.846.202/0001-10	R$ 5.450,0000
11/09/2026 às 08:43:10	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,9900
11/09/2026 às 08:43:16	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,9800
11/09/2026 às 08:43:16	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,9700
11/09/2026 às 08:43:22	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,9600
11/09/2026 às 08:43:23	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,9500
11/09/2026 às 08:43:28	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,9400
11/09/2026 às 08:43:29	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,9300
11/09/2026 às 08:43:34	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,9200
11/09/2026 às 08:43:35	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,9100
11/09/2026 às 08:43:40	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,9000
11/09/2026 às 08:43:41	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8900
11/09/2026 às 08:43:47	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,8800
11/09/2026 às 08:43:47	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8700
11/09/2026 às 08:43:53	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,8600
11/09/2026 às 08:43:53	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8500
11/09/2026 às 08:43:59	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,8400
11/09/2026 às 08:43:59	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8300
11/09/2026 às 08:44:05	13.990.290/0001-00	R$ 5.449,8200
11/09/2026 às 08:44:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8100
11/09/2026 às 08:44:05	30.846.202/0001-10	R$ 5.400,0000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:44:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.449,8000
11/09/2026 às 08:44:05	64.446.992/0001-68	R$ 5.399,9900
11/09/2026 às 08:44:06	64.446.992/0001-68	R$ 5.399,9800
11/09/2026 às 08:44:12	13.990.290/0001-00	R$ 5.399,9700
11/09/2026 às 08:44:12	64.446.992/0001-68	R$ 5.399,9600
11/09/2026 às 08:44:16	30.846.202/0001-10	R$ 5.300,0000
11/09/2026 às 08:44:16	64.446.992/0001-68	R$ 5.299,9900
11/09/2026 às 08:44:22	13.990.290/0001-00	R$ 5.299,9800
11/09/2026 às 08:44:22	64.446.992/0001-68	R$ 5.299,9700
11/09/2026 às 08:44:28	13.990.290/0001-00	R$ 5.299,9600
11/09/2026 às 08:44:28	64.446.992/0001-68	R$ 5.299,9500
11/09/2026 às 08:44:34	13.990.290/0001-00	R$ 5.299,9400
11/09/2026 às 08:44:34	64.446.992/0001-68	R$ 5.299,9300
11/09/2026 às 08:44:38	30.846.202/0001-10	R$ 5.200,0000
11/09/2026 às 08:44:38	64.446.992/0001-68	R$ 5.199,9900
11/09/2026 às 08:44:44	13.990.290/0001-00	R$ 5.199,9800
11/09/2026 às 08:44:44	64.446.992/0001-68	R$ 5.199,9700
11/09/2026 às 08:44:50	13.990.290/0001-00	R$ 5.199,9600
11/09/2026 às 08:44:51	64.446.992/0001-68	R$ 5.199,9500
11/09/2026 às 08:44:53	30.846.202/0001-10	R$ 5.000,0000
11/09/2026 às 08:44:59	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,9900
11/09/2026 às 08:45:16	12.383.624/0001-14	R$ 4.999,9600
11/09/2026 às 08:45:22	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,9500
11/09/2026 às 08:45:38	12.383.624/0001-14	R$ 4.999,9100
11/09/2026 às 08:45:45	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,9000
11/09/2026 às 08:46:01	12.383.624/0001-14	R$ 4.999,8600
11/09/2026 às 08:46:08	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,8500
11/09/2026 às 08:46:11	30.846.202/0001-10	R$ 4.900,0000
11/09/2026 às 08:46:27	12.383.624/0001-14	R$ 4.899,9500
11/09/2026 às 08:47:30	30.846.202/0001-10	R$ 4.898,0000
11/09/2026 às 08:47:45	12.383.624/0001-14	R$ 4.897,9700

11/09/2026 às 08:48:16	64.446.992/0001-68	R$ 4.999,8400
11/09/2026 às 08:48:18	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,8300
11/09/2026 às 08:48:21	30.846.202/0001-10	R$ 4.896,0000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:48:37	12.383.624/0001-14	R$ 4.895,9700
11/09/2026 às 08:48:37	64.446.992/0001-68	R$ 4.999,8200
11/09/2026 às 08:48:37	13.990.290/0001-00	R$ 4.999,8100
11/09/2026 às 08:48:52	64.446.992/0001-68	R$ 4.999,0000
11/09/2026 às 08:48:54	13.990.290/0001-00	R$ 4.998,9900
11/09/2026 às 08:49:06	64.446.992/0001-68	R$ 4.998,9700
11/09/2026 às 08:49:10	13.990.290/0001-00	R$ 4.998,9600
11/09/2026 às 08:49:51	30.846.202/0001-10	R$ 4.890,0000
11/09/2026 às 08:50:07	12.383.624/0001-14	R$ 4.889,9500
11/09/2026 às 08:50:26	30.846.202/0001-10	R$ 4.889,0000
11/09/2026 às 08:50:42	12.383.624/0001-14	R$ 4.888,9700
11/09/2026 às 08:51:01	64.446.992/0001-68	R$ 4.888,9600
11/09/2026 às 08:51:12	30.846.202/0001-10	R$ 4.888,0000
11/09/2026 às 08:51:30	12.383.624/0001-14	R$ 4.887,9900
11/09/2026 às 08:51:54	30.846.202/0001-10	R$ 4.887,0000
11/09/2026 às 08:51:58	12.383.624/0001-14	R$ 4.886,9900
11/09/2026 às 08:52:12	30.846.202/0001-10	R$ 4.886,0000
11/09/2026 às 08:52:14	12.383.624/0001-14	R$ 4.885,9900
11/09/2026 às 08:52:21	30.846.202/0001-10	R$ 4.885,0000
11/09/2026 às 08:52:24	12.383.624/0001-14	R$ 4.884,9900
11/09/2026 às 08:52:34	30.846.202/0001-10	R$ 4.884,0000
11/09/2026 às 08:52:39	12.383.624/0001-14	R$ 4.883,9900
11/09/2026 às 08:53:08	30.846.202/0001-10	R$ 4.883,0000
11/09/2026 às 08:53:10	12.383.624/0001-14	R$ 4.882,9900
11/09/2026 às 08:53:18	30.846.202/0001-10	R$ 4.882,0000
11/09/2026 às 08:53:20	12.383.624/0001-14	R$ 4.881,9900
11/09/2026 às 08:53:27	30.846.202/0001-10	R$ 4.881,0000
11/09/2026 às 08:53:29	12.383.624/0001-14	R$ 4.880,9900
11/09/2026 às 08:53:39	30.846.202/0001-10	R$ 4.880,0000
11/09/2026 às 08:53:45	12.383.624/0001-14	R$ 4.879,9900
11/09/2026 às 08:53:57	30.846.202/0001-10	R$ 4.800,0000
11/09/2026 às 08:54:00	12.383.624/0001-14	R$ 4.799,9900
11/09/2026 às 08:54:51	30.846.202/0001-10	R$ 4.790,0000
11/09/2026 às 08:54:55	12.383.624/0001-14	R$ 4.789,9900
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:55:33	30.846.202/0001-10	R$ 4.780,0000
11/09/2026 às 08:55:36	12.383.624/0001-14	R$ 4.779,9900
11/09/2026 às 08:56:29	30.846.202/0001-10	R$ 4.770,0000
11/09/2026 às 08:56:32	12.383.624/0001-14	R$ 4.769,9900
11/09/2026 às 08:57:07	30.846.202/0001-10	R$ 4.765,0000
11/09/2026 às 08:57:09	12.383.624/0001-14	R$ 4.764,9900
11/09/2026 às 08:57:32	30.846.202/0001-10	R$ 4.764,0000
11/09/2026 às 08:57:34	12.383.624/0001-14	R$ 4.763,9900
11/09/2026 às 08:57:50	30.846.202/0001-10	R$ 4.763,0000
11/09/2026 às 08:57:53	12.383.624/0001-14	R$ 4.762,9900
11/09/2026 às 08:58:05	30.846.202/0001-10	R$ 4.762,0000
11/09/2026 às 08:58:09	12.383.624/0001-14	R$ 4.761,9900
11/09/2026 às 08:59:31	30.846.202/0001-10	R$ 4.761,0000
11/09/2026 às 08:59:36	12.383.624/0001-14	R$ 4.760,9900
11/09/2026 às 09:00:53	30.846.202/0001-10	R$ 4.760,0000
11/09/2026 às 09:00:57	12.383.624/0001-14	R$ 4.759,9900
11/09/2026 às 09:01:31	30.846.202/0001-10	R$ 4.759,0000
11/09/2026 às 09:01:33	12.383.624/0001-14	R$ 4.758,9900
11/09/2026 às 09:01:59	30.846.202/0001-10	R$ 4.758,0000
11/09/2026 às 09:02:04	12.383.624/0001-14	R$ 4.757,9900
11/09/2026 às 09:02:31	30.846.202/0001-10	R$ 4.757,0000
11/09/2026 às 09:02:34	12.383.624/0001-14	R$ 4.756,9900
11/09/2026 às 09:03:12	30.846.202/0001-10	R$ 4.756,0000
11/09/2026 às 09:03:15	12.383.624/0001-14	R$ 4.755,9900
11/09/2026 às 09:03:39	30.846.202/0001-10	R$ 4.755,0000
11/09/2026 às 09:03:42	12.383.624/0001-14	R$ 4.754,9900
11/09/2026 às 09:04:03	30.846.202/0001-10	R$ 4.754,0000
11/09/2026 às 09:04:06	12.383.624/0001-14	R$ 4.753,9900
11/09/2026 às 09:04:54	30.846.202/0001-10	R$ 4.753,0000
11/09/2026 às 09:04:58	12.383.624/0001-14	R$ 4.752,9900
11/09/2026 às 09:05:29	30.846.202/0001-10	R$ 4.752,0000
11/09/2026 às 09:05:34	12.383.624/0001-14	R$ 4.751,9900
11/09/2026 às 09:05:49	30.846.202/0001-10	R$ 4.751,0000
11/09/2026 às 09:05:54	12.383.624/0001-14	R$ 4.750,9900

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 09:07:05	30.846.202/0001-10	R$ 4.750,0000
11/09/2026 às 09:07:10	12.383.624/0001-14	R$ 4.749,9900
11/09/2026 às 09:07:56	30.846.202/0001-10	R$ 4.749,0000
11/09/2026 às 09:08:01	12.383.624/0001-14	R$ 4.748,9900
11/09/2026 às 09:08:25	30.846.202/0001-10	R$ 4.748,0000
11/09/2026 às 09:08:27	12.383.624/0001-14	R$ 4.747,9900
11/09/2026 às 09:08:45	30.846.202/0001-10	R$ 4.747,0000
11/09/2026 às 09:08:47	12.383.624/0001-14	R$ 4.746,9900
11/09/2026 às 09:08:55	30.846.202/0001-10	R$ 4.746,0000
11/09/2026 às 09:08:57	12.383.624/0001-14	R$ 4.745,9900
11/09/2026 às 09:09:02	30.846.202/0001-10	R$ 4.745,0000
11/09/2026 às 09:09:04	12.383.624/0001-14	R$ 4.744,9900

11/09/2026 às 09:09:19	30.846.202/0001-10	R$ 4.740,0000
11/09/2026 às 09:09:23	12.383.624/0001-14	R$ 4.739,9900
11/09/2026 às 09:09:38	30.846.202/0001-10	R$ 4.700,0000
11/09/2026 às 09:09:43	12.383.624/0001-14	R$ 4.699,9900
11/09/2026 às 09:10:14	30.846.202/0001-10	R$ 4.690,0000
11/09/2026 às 09:10:17	12.383.624/0001-14	R$ 4.689,9900

Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 09:12:18	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:24:43	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:25:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:54:15	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:54:15 de 11/09/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 09:30:41	Prezado, realizando consulta do produto proposto VMAX na internet, por meio de IA, é possível perceber que o referido produto atende integralmente ao exigido pelo edital, no entanto, confirma se o modelo é o VMAX MP2 Azul (Lítio)?
Pelo participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 09:46:01	Bom dia prezados, confirmamos que o produto ofertado corresponde exatamente à graxa especificada, atendendo integralmente às características e especificações técnicas exigidas no edital. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 09:50:45	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:51:00 do dia 14/09/2026. Justificativa: Corrigir a proposta, inserindo MARCA e MODELO do produto ofertado, inserindo também o número do registro deste na ANP..
Pelo participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 10:17:41	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:17:41 de 14/09/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.
Pelo participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 10:20:07	Sr. Pregoeiro, encaminhamos a proposta atualizada. Caso necessite de qualquer esclarecimento ou ajuste, permanecemos à disposição.
Sistema	14/09/2026 às 10:30:20	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 14/09/2026 10:40:20.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	21/09/2026 às 16:50:51	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:51:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Prezado, atualizar a proposta inserindo apenas os dois itens vencidos (01 e 05).
Pelo participante 12.383.624/0001-14	21/09/2026 às 16:58:06	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:58:06 de 21/09/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.
Sistema	22/09/2026 às 09:22:01	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:32:01.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	14/09/2026 10:40:20
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:32:01

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 22/2026	
Às 09:23 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 2 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).	
Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.

Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Óleo Lubrificante.

apresentação: líquido, cor: amarelo-claro, origem: sintético, tipo: semissintetico, viscosidade: sae 15w40

Quantidade: 192	Valor estimado: R$ 392,5500 (unitário)
Unidade de fornecimento: Galão	R$ 75.369,6000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, melhor lance: R$ 392,0000 (unitário) / R$ 75.264,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
46.142.995/0001-26 - BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 392,5500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 75.369,6000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: DEITON		
Modelo/versão: 15W40 CK-4		
Valor proposta: R$ 392,5500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 192
R$ 75.369,6000 (total)		
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 392,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 75.264,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TESA DO BRASIL		
Modelo/versão: TEXSA SUPER TURBO PLUS CI-4 15W40		
Valor proposta: R$ 392,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 192
R$ 75.264,0000 (total)		

Lances do Item 2

Nenhum lance foi registrado para o Item 2.

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A abertura do item 2 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.

Sistema	11/09/2026 às 08:31:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:41:01	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	11/09/2026 às 09:24:56	Sr. Fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 11:25:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 30.846.202/0001-10	11/09/2026 às 11:10:34	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:10:34 de 11/09/2026. 19 anexos foram enviados pelo fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10.
Sistema	14/09/2026 às 11:47:57	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 14/09/2026 11:57:57.
Sistema	22/09/2026 às 09:21:18	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:31:18.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	14/09/2026 11:57:57
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:31:18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 22/2026	
Às 09:23 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 3 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).	
Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Óleo Lubrificante.	
apresentação: líquido, cor: amarelo-claro, origem: sintético, tipo: semissintetico, viscosidade: sae 15w40	
Quantidade: 63	Valor estimado: R$ 392,5500 (unitário)
Unidade de fornecimento: Galão	R$ 24.730,6500 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Cota reservada ME/EPP (inciso III, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, melhor lance: R$ 392,0000 (unitário) / R$ 24.696,0000 (total)	

Propostas do Item 3		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
46.142.995/0001-26 - BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 392,5500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 24.730,6500 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: DEITON		
Modelo/versão: 15W40CK-4		
Valor proposta: R$ 392,5500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 63
R$ 24.730,6500 (total)		
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 392,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 24.696,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: SUPER TURBO PLUS CI-4 15W40		
Valor proposta: R$ 392,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 63
R$ 24.696,0000 (total)		

Lances do Item 3
Nenhum lance foi registrado para o Item 3.

Mensagens do chat do Item 3		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A abertura do item 3 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:00	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:41:01	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	11/09/2026 às 09:25:11	Sr. Fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 11:26:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Pelo participante 30.846.202/0001-10	11/09/2026 às 11:12:07	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:12:07 de 11/09/2026. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10.
Sistema	14/09/2026 às 11:48:13	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 14/09/2026 11:58:13.
Sistema	22/09/2026 às 09:21:24	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:31:24.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	14/09/2026 11:58:13
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:31:24

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR
PREGÃO 22/2026
Às 09:23 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 4 do

Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).		
Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 4 - Óleo Lubrificante		
classificação: api gl-5, tipo: sintético, uso: diferenciais e câmbio automotivos, viscosidade: sae 75w-90		
Quantidade: 90	Valor estimado: R$ 52,8800 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Galão	R$ 4.759,2000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, melhor lance: R$ 52,8700 (unitário) / R$ 4.758,3000 (total)		
Propostas do Item 4		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.383.624/0001-14 - AUTOPECAS BOIANI LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 31,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.879,1000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: vr grena		
Modelo/versão: 75W80GL-5		
Valor proposta: R$ 52,8800 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 90
R$ 4.759,2000 (total)		
64.446.992/0001-68 - BRAZMART MULTIPARTS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 38,7200 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 3.484,8000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		

Marca/Fabricante: VR LUB		
Modelo/versão: VR GRENA		
Valor proposta: R$ 52,8800 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 90
R$ 4.759,2000 (total)		
55.562.669/0001-69 - GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 32,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 2.880,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MOTORLUB		
Modelo/versão: 75W80 GL5		
Valor proposta: R$ 50,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 90
R$ 4.500,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
48.483.406/0001-07 - R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 52,8700 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.758,3000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: PANTHER		
Modelo/versão: 75W80		
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 90
R$ 45.000,0000 (total)		

Lances do Item 4		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:39	48.483.406/0001-07	R$ 52,8700
11/09/2026 às 08:38:30	64.446.992/0001-68	R$ 49,9900
11/09/2026 às 08:39:18	12.383.624/0001-14	R$ 49,9500
11/09/2026 às 08:39:19	64.446.992/0001-68	R$ 49,9400
11/09/2026 às 08:39:36	12.383.624/0001-14	R$ 49,9200
11/09/2026 às 08:39:36	64.446.992/0001-68	R$ 49,9100
11/09/2026 às 08:39:52	12.383.624/0001-14	R$ 49,8700
11/09/2026 às 08:39:52	64.446.992/0001-68	R$ 49,8600
11/09/2026 às 08:40:09	12.383.624/0001-14	R$ 49,8300
11/09/2026 às 08:40:09	64.446.992/0001-68	R$ 49,8200
11/09/2026 às 08:40:09	64.446.992/0001-68	R$ 49,8100
11/09/2026 às 08:40:26	12.383.624/0001-14	R$ 49,7800
11/09/2026 às 08:40:27	64.446.992/0001-68	R$ 49,7700
11/09/2026 às 08:40:43	12.383.624/0001-14	R$ 49,7200
11/09/2026 às 08:40:43	64.446.992/0001-68	R$ 49,7100
11/09/2026 às 08:40:59	12.383.624/0001-14	R$ 49,6800
11/09/2026 às 08:41:00	64.446.992/0001-68	R$ 49,6700
11/09/2026 às 08:41:16	12.383.624/0001-14	R$ 49,6200
11/09/2026 às 08:41:17	64.446.992/0001-68	R$ 49,6100
11/09/2026 às 08:41:33	12.383.624/0001-14	R$ 49,5700
11/09/2026 às 08:41:34	64.446.992/0001-68	R$ 49,5600
11/09/2026 às 08:41:48	55.562.669/0001-69	R$ 49,0000
11/09/2026 às 08:41:48	64.446.992/0001-68	R$ 48,9900
11/09/2026 às 08:41:55	55.562.669/0001-69	R$ 45,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:56	64.446.992/0001-68	R$ 44,9900
11/09/2026 às 08:41:57	55.562.669/0001-69	R$ 40,0000
11/09/2026 às 08:41:58	64.446.992/0001-68	R$ 39,9900
11/09/2026 às 08:42:02	55.562.669/0001-69	R$ 32,0000
11/09/2026 às 08:42:18	12.383.624/0001-14	R$ 39,9600
11/09/2026 às 08:42:24	64.446.992/0001-68	R$ 39,9500
11/09/2026 às 08:42:40	12.383.624/0001-14	R$ 39,9200
11/09/2026 às 08:42:45	64.446.992/0001-68	R$ 39,9100
11/09/2026 às 08:43:01	12.383.624/0001-14	R$ 39,8600
11/09/2026 às 08:43:06	64.446.992/0001-68	R$ 39,8500
11/09/2026 às 08:43:07	64.446.992/0001-68	R$ 39,8400
11/09/2026 às 08:43:23	12.383.624/0001-14	R$ 39,8000
11/09/2026 às 08:43:28	64.446.992/0001-68	R$ 39,7900
11/09/2026 às 08:43:44	12.383.624/0001-14	R$ 39,7500
11/09/2026 às 08:43:49	64.446.992/0001-68	R$ 39,7400
11/09/2026 às 08:44:05	12.383.624/0001-14	R$ 39,6900
11/09/2026 às 08:44:10	64.446.992/0001-68	R$ 39,6800
11/09/2026 às 08:44:25	12.383.624/0001-14	R$ 39,6400
11/09/2026 às 08:44:30	64.446.992/0001-68	R$ 39,6300
11/09/2026 às 08:44:46	12.383.624/0001-14	R$ 39,5900
11/09/2026 às 08:44:51	64.446.992/0001-68	R$ 39,5800
11/09/2026 às 08:45:07	12.383.624/0001-14	R$ 39,5300
11/09/2026 às 08:45:11	64.446.992/0001-68	R$ 39,5200
11/09/2026 às 08:45:27	12.383.624/0001-14	R$ 39,4700
11/09/2026 às 08:45:31	64.446.992/0001-68	R$ 39,4600
11/09/2026 às 08:45:48	12.383.624/0001-14	R$ 39,4300
11/09/2026 às 08:45:52	64.446.992/0001-68	R$ 39,4200
11/09/2026 às 08:46:08	12.383.624/0001-14	R$ 39,3900
11/09/2026 às 08:46:13	64.446.992/0001-68	R$ 39,3800
11/09/2026 às 08:46:29	12.383.624/0001-14	R$ 39,3500

11/09/2026 às 08:46:33	64.446.992/0001-68	R$ 39,3400
11/09/2026 às 08:46:49	12.383.624/0001-14	R$ 39,3000
11/09/2026 às 08:46:54	64.446.992/0001-68	R$ 39,2900
11/09/2026 às 08:47:10	12.383.624/0001-14	R$ 39,2600

Data/hora	Participante	Lance
11/09/2026 às 08:47:14	64.446.992/0001-68	R$ 39,2500
11/09/2026 às 08:47:30	12.383.624/0001-14	R$ 39,2200
11/09/2026 às 08:47:35	64.446.992/0001-68	R$ 39,2100
11/09/2026 às 08:47:51	12.383.624/0001-14	R$ 39,1600
11/09/2026 às 08:47:55	64.446.992/0001-68	R$ 39,1500
11/09/2026 às 08:48:12	12.383.624/0001-14	R$ 39,1200
11/09/2026 às 08:48:16	64.446.992/0001-68	R$ 39,1100
11/09/2026 às 08:48:32	12.383.624/0001-14	R$ 39,0600
11/09/2026 às 08:48:36	64.446.992/0001-68	R$ 39,0500
11/09/2026 às 08:48:53	12.383.624/0001-14	R$ 39,0000
11/09/2026 às 08:48:57	64.446.992/0001-68	R$ 38,9900
11/09/2026 às 08:49:13	12.383.624/0001-14	R$ 38,9600
11/09/2026 às 08:49:18	64.446.992/0001-68	R$ 38,9500
11/09/2026 às 08:49:34	12.383.624/0001-14	R$ 38,9000
11/09/2026 às 08:49:39	64.446.992/0001-68	R$ 38,8900
11/09/2026 às 08:49:55	12.383.624/0001-14	R$ 38,8400
11/09/2026 às 08:50:00	64.446.992/0001-68	R$ 38,8300
11/09/2026 às 08:50:16	12.383.624/0001-14	R$ 38,7900
11/09/2026 às 08:50:21	64.446.992/0001-68	R$ 38,7800
11/09/2026 às 08:50:37	12.383.624/0001-14	R$ 38,7300
11/09/2026 às 08:50:42	64.446.992/0001-68	R$ 38,7200
11/09/2026 às 08:50:58	12.383.624/0001-14	R$ 38,6700
11/09/2026 às 08:51:37	12.383.624/0001-14	R$ 31,9900

Mensagens do chat do Item 4

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 4 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:53:38	O item 4 está encerrado.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:25:22	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:26:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:54:29	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:54:29 de 11/09/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 10:34:44	Prezado o modelo do prod uto ofertado é semissintético, enquanto o exigido pelo edital é sintético.
Sistema para o participante 55.562.669/0001-69	17/09/2026 às 09:12:10	Sr. Fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:13:00 do dia 17/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido.
Pelo participante 55.562.669/0001-69	17/09/2026 às 09:55:26	Bom dia Sr. pregoeiro (a), peço por gentileza a desclassificação de minha empresa, visto que meu produto é semisintetico e a adm exige sintetico. Obrigada
Pelo participante 55.562.669/0001-69	17/09/2026 às 09:56:11	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:56:11 de 17/09/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69.
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 09:17:21	Sr. Fornecedor BRAZMART MULTIPARTS LTDA, CNPJ 64.446.992/0001-68, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:18:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) ..
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:22:16	Prezado, após realizada análise na internet por IA do produto ofertado (Marca Panther / Modelo 75W80), foi verificado que a base é semissintética, e não sintética como exigido em edital. Poderia confirmar?
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 09:24:15	Prezado, após realizada análise na internet por IA do produto ofertado (VR LUB VR GRENA 75W80), foi verificado que a base é semissintética, e não sintética como exigido em edital. Poderia confirmar?
Pelo participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:27:36	Bom dia, estamos solicitando ficha técnica ao fornecedor, em instantes enviaremos resposta.
Pelo participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:34:44	Sr. pregoeiro, acabamos de receber resposta do nosso fornecedor
Pelo participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:36:44	O trata-se de óleo lubrificante 100% sintético de altíssimo desempenho
Pelo participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:37:40	Para constatação podemos enviar a ficha técnica oficial do produto
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:43:25	Sim, abrirei o anexo para que anexe a proposta e ficha técnica do produto.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:43:58	Na ocasião da não aceitação da proposta do licitante anterior, a sua será analisada na sequência.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 09:44:32	Sr. Fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:45:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital).
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 11:18:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:18:00 de 21/09/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor BRAZMART MULTIPARTS LTDA, CNPJ 64.446.992/0001-68.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 11:37:03	Prezado, seu prazo está encerrando.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 11:45:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:45:00 de 21/09/2026. 15 anexos foram enviados pelo fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07.
Sistema	21/09/2026 às 13:42:11	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 21/09/2026 13:52:11.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 16:26:36	Sr. Fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 18:27:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar as demonstrações contábeis (BP e DRE) dos dois últimos exercícios (2024 e 2025)..
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 18:27:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:27:00 de 21/09/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 09:07:08	Prezado, analisando sua declaração encaminhada, a qual justifica a ausência das demonstrações contábeis obrigatórias, informo que, em consulta ao site de optantes do simples nacional, disponível em https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21, é possível confirmar a informação de que a empresa desenquadrou do MEI recentemente, ocorrido em 30/04/2026, e por essa razão não está obrigada a elaborar tais documentos.

Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 09:08:49	Como sugestão em um próximo processo licitatório, que a empresa anexe a declaração junto à consulta disponível no site do SIMEI.
Pelo participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 09:11:46	Bom dia
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 09:16:47	Sr. Fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 22/09/2026. Justificativa: Prezado, anexar a certidão de falência e concordata devidamente vigente e preexistente (data da abertura da licitação)..
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 10:23:00	Prezado, lembrando que seu prazo finaliza às 11:17h.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	22/09/2026 às 11:17:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:17:00 de 22/09/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07.
Sistema	22/09/2026 às 11:37:39	O item 4 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 11:47:39.
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	21/09/2026 13:52:11	
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 11:47:39	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 22/2026

Às 09:24 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 5 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).

Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 5 - Óleo Lubrificante

classificação: atf, tipo: hidráulico, uso: sistema hidraulico, viscosidade: a sufixo a		
Quantidade: 75	Valor estimado: R$ 36,3200 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 2.724,0000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, melhor lance: R$ 27,3500 (unitário) / R$ 2.051,2500 (total)		
Propostas do Item 5		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.383.624/0001-14 - AUTOPECAS BOIANI LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 27,3500 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 2.051,2500 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FALUB MATIC DX		
Modelo/versão: ATF		
Valor proposta: R$ 36,3200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 75
R$ 2.724,0000 (total)		
64.446.992/0001-68 - BRAZMART MULTIPARTS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Ouro	R$ 31,9900 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.399,2500 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FALUB		
Modelo/versão: FALUB MATIC DX		
Valor proposta: R$ 36,3200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 75
R$ 2.724,0000 (total)		
55.562.669/0001-69 - GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Ouro	R$ 28,9000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.167,5000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MOTORLUB		
Modelo/versão: ATF TASA		
Valor proposta: R$ 35,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 75
R$ 2.625,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 27,4000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.055,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: TEXSA TASA		
Valor proposta: R$ 36,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 75
R$ 2.700,0000 (total)		
48.483.406/0001-07 - R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 35,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 2.699,2500 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: LION		
Modelo/versão: ATF		
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 75
R$ 37.500,0000 (total)		

Lances do Item 5

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:40	48.483.406/0001-07	R$ 35,9900
11/09/2026 às 08:38:30	64.446.992/0001-68	R$ 34,9900
11/09/2026 às 08:39:18	12.383.624/0001-14	R$ 34,9500
11/09/2026 às 08:39:19	64.446.992/0001-68	R$ 34,9400
11/09/2026 às 08:39:36	12.383.624/0001-14	R$ 34,9000
11/09/2026 às 08:39:36	64.446.992/0001-68	R$ 34,8900
11/09/2026 às 08:39:52	12.383.624/0001-14	R$ 34,8400
11/09/2026 às 08:39:52	64.446.992/0001-68	R$ 34,8300
11/09/2026 às 08:40:09	12.383.624/0001-14	R$ 34,7900
11/09/2026 às 08:40:09	64.446.992/0001-68	R$ 34,7800
11/09/2026 às 08:40:10	64.446.992/0001-68	R$ 34,7700
11/09/2026 às 08:40:26	12.383.624/0001-14	R$ 34,7300
11/09/2026 às 08:40:27	64.446.992/0001-68	R$ 34,7200
11/09/2026 às 08:40:43	12.383.624/0001-14	R$ 34,6900
11/09/2026 às 08:40:43	64.446.992/0001-68	R$ 34,6800
11/09/2026 às 08:40:59	12.383.624/0001-14	R$ 34,6500
11/09/2026 às 08:41:00	64.446.992/0001-68	R$ 34,6400

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:16	12.383.624/0001-14	R$ 34,6100
11/09/2026 às 08:41:17	64.446.992/0001-68	R$ 34,6000

11/09/2026 às 08:41:33	12.383.624/0001-14	R$ 34,5600
11/09/2026 às 08:41:34	64.446.992/0001-68	R$ 34,5500
11/09/2026 às 08:41:50	12.383.624/0001-14	R$ 34,5000
11/09/2026 às 08:41:51	64.446.992/0001-68	R$ 34,4900
11/09/2026 às 08:42:07	12.383.624/0001-14	R$ 34,4500
11/09/2026 às 08:42:07	64.446.992/0001-68	R$ 34,4400
11/09/2026 às 08:42:09	55.562.669/0001-69	R$ 32,0000
11/09/2026 às 08:42:09	64.446.992/0001-68	R$ 31,9900
11/09/2026 às 08:42:11	55.562.669/0001-69	R$ 30,0000
11/09/2026 às 08:42:27	12.383.624/0001-14	R$ 29,9600
11/09/2026 às 08:42:40	55.562.669/0001-69	R$ 29,5000
11/09/2026 às 08:42:56	12.383.624/0001-14	R$ 29,4600
11/09/2026 às 08:43:13	55.562.669/0001-69	R$ 29,3000
11/09/2026 às 08:43:29	12.383.624/0001-14	R$ 29,2700
11/09/2026 às 08:43:42	55.562.669/0001-69	R$ 29,0000
11/09/2026 às 08:43:58	12.383.624/0001-14	R$ 28,9700
11/09/2026 às 08:44:08	55.562.669/0001-69	R$ 28,9000
11/09/2026 às 08:44:23	12.383.624/0001-14	R$ 28,8500
11/09/2026 às 08:45:27	30.846.202/0001-10	R$ 27,5000
11/09/2026 às 08:45:43	12.383.624/0001-14	R$ 27,4700
11/09/2026 às 08:47:01	30.846.202/0001-10	R$ 27,4000
11/09/2026 às 08:47:17	12.383.624/0001-14	R$ 27,3500

Mensagens do chat do Item 5

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 5 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:49:18	O item 5 está encerrado.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:25:34	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 5. Prazo para encerrar o envio: 11:26:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:54:58	O item 5 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:54:58 de 11/09/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	14/09/2026 às 10:40:18	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 14/09/2026 10:50:18.
Sistema	22/09/2026 às 09:22:11	O item 5 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:32:11.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	14/09/2026 10:50:18
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:32:11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 22/2026

Às 09:24 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 6 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).

Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 6 - Óleo Lubrificante		
classificação: atf, tipo: sintético, uso: automotivo, viscosidade: sae 32		
Quantidade: 28	Valor estimado: R$ 671,7300 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Galão	R$ 18.808,4400 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, melhor lance: R$ 595,0000 (unitário) / R$ 16.660,0000 (total)		
Propostas do Item 6		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
46.142.995/0001-26 - BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 671,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 18.788,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: VALVOLINE		
Modelo/versão: SYNGARD		
Valor proposta: R$ 671,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 28
R$ 18.788,0000 (total)		
55.562.669/0001-69 - GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Ouro	R$ 594,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 16.632,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MOTORLUB		
Modelo/versão: DEXRON III		
Valor proposta: R$ 640,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 28
R$ 17.920,0000 (total)		
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 595,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 16.660,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: TEXSA ATF SUPER		
Valor proposta: R$ 595,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 28
R$ 16.660,0000 (total)		

Lances do Item 6

Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:21	55.562.669/0001-69	R$ 594,0000

Mensagens do chat do Item 6

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 6 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 6 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:41:02	O item 6 está encerrado.
Sistema para o participante 55.562.669/0001-69	11/09/2026 às 09:25:54	Sr. Fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69, você foi convocado para enviar anexos para o item 6. Prazo para encerrar o envio: 11:26:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 55.562.669/0001-69	11/09/2026 às 11:24:25	O item 6 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:24:25 de 11/09/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	14/09/2026 às 10:05:31	Sr. Fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, você foi convocado para enviar anexos para o item 6. Prazo para encerrar o envio: 12:06:00 do dia 14/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. .
Sistema para o participante	14/09/2026 às 11:55:06	O item 6 teve a convocação para envio de anexo(s) CANCELADA às 11:55:06 de 14/09/2026. Anexos vinculados à esta convocação e enviados

30.846.202/0001-10		pelo fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10 foram excluídos. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 09:03:44	Prezado, relizando nova analise do produto ofertado com base na ficha técnica enviada pelo anexo do Item 07, é possível verificar que o produto atende todas as tecnologias exigidas em edital, exceto pelo fato de possui base sintética ao invés de base semissintética. No entanto, como a base sintética é de tecnologia superior ao solicitado (semissintética), o produto será aceito.
Sistema	17/09/2026 às 09:04:05	O item 6 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/09/2026 09:14:05.
Sistema	22/09/2026 às 09:21:34	O item 6 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:31:34.
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	17/09/2026 09:14:05	
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:31:34	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 22/2026

Às 09:25 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 7 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).

Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 7 - Óleo Lubrificante	
classificação: atf, tipo: sintético, uso: automotivo, viscosidade: sae 32	
Quantidade: 30	Valor estimado: R$ 641,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Galão	R$ 19.230,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, melhor lance: R$ 595,0000 (unitário) / R$ 17.850,0000 (total)		
Propostas do Item 7		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
46.142.995/0001-26 - BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 641,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 19.230,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: VALVOLINE		
Modelo/versão: SYNGARD		
Valor proposta: R$641,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 30
R$19.230,0000 (total)		
55.562.669/0001-69 - GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 594,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 17.820,0000(total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MOTORLUB		
Modelo/versão: DEXRON III		
Valor proposta: R$640,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 30
R$19.200,0000 (total)		
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 595,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 17.850,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: TEXSA ATF SUPER DEXROM III SINTETICO		
Valor proposta: R$595,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 30
R$17.850,0000 (total)		
Lances do Item 7		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:25	55.562.669/0001-69	R$ 594,0000
Mensagens do chat	do Item 7	
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 7 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 7 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:41:02	O item 7 está encerrado.
Sistema para o participante 55.562.669/0001-69	11/09/2026 às 09:26:05	Sr. Fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69, você foi convocado para enviar anexos para o item 7. Prazo para encerrar o envio: 11:27:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 55.562.669/0001-69	11/09/2026 às 11:24:41	O item 7 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:24:41 de 11/09/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	14/09/2026 às 10:07:18	Sr. Fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, você foi convocado para enviar anexos para o item 7. Prazo para encerrar o envio: 12:08:00 do dia 14/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido..
Pelo participante 30.846.202/0001-10	14/09/2026 às 11:57:50	O item 7 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:57:50 de 14/09/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10.
Pelo participante 30.846.202/0001-10	14/09/2026 às 11:58:30	Sr Pregoeiro o item 6 e 7 são os mesmos produtos
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	15/09/2026 às 15:06:38	Prezado, o item 06 é exigido tecnologia semissintética, enquanto o item 07 é exigido sintético.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	15/09/2026 às 15:17:16	Confirma por favor qual o modelo do óleo para o item 06 e qual o modelo para o item 07
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	15/09/2026 às 15:17:41	Se seria os mesmos modelos das fichas anexadas anteriormente.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 09:03:01	Prezado, relizando nova analise do produto ofertado com base na ficha técnica enviada pelo anexo do Item 07, é possível verificar que o produto atende todas as tecnologias exigidas em edital, exceto pelo fato de possui base sintética ao invés de base semissintética. No entanto, como a base sintética é de tecnologia superior ao solicitado (semissintética), o produto será aceito.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 09:03:33	Essa aceitação é para o item 06.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 09:07:44	Para o item 07, e considerando a informação dada por sua empresa de que o produto ofertado é o mesmo do item 06, inclusive com mesmo valor ofertado (R$ 595,00), nesse caso será aceito com base na ficha técnica anexada como "item 6" para ambos os itens vencidos (06 e 07).
Sistema	17/09/2026 às 09:08:57	O item 7 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/09/2026 09:18:57.
Sistema	22/09/2026 às 09:21:42	O item 7 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 09:31:42.
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	17/09/2026 09:18:57	
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 09:31:42	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 22/2026		
Às 09:25 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 8 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021		Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto		Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não		UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).		
Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30		

Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas	
Item 8 - Óleo Lubrificante		
classificação: api sl ou jaso ma2, tipo: mineral, uso: motores 4 tempos, viscosidade: 20w50		
Quantidade: 25		Valor estimado: R$ 48,1000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro		R$ 1.202,5000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100		Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, melhor lance: R$ 48,0800 (unitário) / R$ 1.202,0000 (total)		
Propostas do Item 8		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.383.624/0001-14 - AUTOPECAS BOIANI LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 28,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 724,7500 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FALUB MAGNUM		
Modelo/versão: 20/50		
Valor proposta: R$48,1000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
R$1.202,5000 (total)		
64.446.992/0001-68 - BRAZMART MULTIPARTS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 29,5400 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 738,5000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FALUB		
Modelo/versão: FALUB RANCING		
Valor proposta: R$48,1000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
R$1.202,5000 (total)		
55.562.669/0001-69 - GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 30,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 750,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		

UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MOTORLUB		
Modelo/versão: 20W50 SL		
Valor proposta: R$40,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
R$1.000,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
30.846.202/0001-10 - NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 29,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 725,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: TEXSA DO BRASIL		
Modelo/versão: SUPREMA SL 20W50		
Valor proposta: R$39,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
R$975,0000 (total)		
48.483.406/0001-07 - R& C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 48,0800 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 1.202,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: PANTHER		
Modelo/versão: 20W50		
Valor proposta: R$500,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
R$12.500,0000 (total)		
Lances do Item 8		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:31:32	55.562.669/0001-69	R$ 38,0000
11/09/2026 às 08:31:41	48.483.406/0001-07	R$ 48,0900
11/09/2026 às 08:31:42	48.483.406/0001-07	R$ 48,0800
11/09/2026 às 08:38:30	64.446.992/0001-68	R$ 37,9900
11/09/2026 às 08:39:19	12.383.624/0001-14	R$ 37,9400
11/09/2026 às 08:39:20	64.446.992/0001-68	R$ 37,9300
11/09/2026 às 08:39:37	12.383.624/0001-14	R$ 37,8900
11/09/2026 às 08:39:37	64.446.992/0001-68	R$ 37,8800
11/09/2026 às 08:39:54	12.383.624/0001-14	R$ 37,8500
11/09/2026 às 08:39:54	64.446.992/0001-68	R$ 37,8400
11/09/2026 às 08:40:10	12.383.624/0001-14	R$ 37,7900
11/09/2026 às 08:40:10	64.446.992/0001-68	R$ 37,7800
11/09/2026 às 08:40:26	12.383.624/0001-14	R$ 37,7400
11/09/2026 às 08:40:26	64.446.992/0001-68	R$ 37,7300
11/09/2026 às 08:40:43	12.383.624/0001-14	R$ 37,7000
11/09/2026 às 08:40:43	64.446.992/0001-68	R$ 37,6900
11/09/2026 às 08:40:59	12.383.624/0001-14	R$ 37,6400
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:41:00	64.446.992/0001-68	R$ 37,6300
11/09/2026 às 08:41:16	12.383.624/0001-14	R$ 37,5900
11/09/2026 às 08:41:17	64.446.992/0001-68	R$ 37,5800
11/09/2026 às 08:41:20	30.846.202/0001-10	R$ 35,0000
11/09/2026 às 08:41:20	64.446.992/0001-68	R$ 34,9900
11/09/2026 às 08:41:36	12.383.624/0001-14	R$ 34,9600
11/09/2026 às 08:41:37	64.446.992/0001-68	R$ 34,9500
11/09/2026 às 08:41:52	12.383.624/0001-14	R$ 34,9100
11/09/2026 às 08:41:53	64.446.992/0001-68	R$ 34,9000
11/09/2026 às 08:42:09	12.383.624/0001-14	R$ 34,8500
11/09/2026 às 08:42:09	64.446.992/0001-68	R$ 34,8400
11/09/2026 às 08:42:09	64.446.992/0001-68	R$ 34,8300
11/09/2026 às 08:42:19	55.562.669/0001-69	R$ 32,0000
11/09/2026 às 08:42:20	64.446.992/0001-68	R$ 31,9900
11/09/2026 às 08:42:21	55.562.669/0001-69	R$ 31,0000
11/09/2026 às 08:42:22	64.446.992/0001-68	R$ 30,9900
11/09/2026 às 08:42:23	55.562.669/0001-69	R$ 30,0000
11/09/2026 às 08:42:23	64.446.992/0001-68	R$ 29,9900
11/09/2026 às 08:42:39	12.383.624/0001-14	R$ 29,9400
11/09/2026 às 08:42:39	64.446.992/0001-68	R$ 29,9300
11/09/2026 às 08:42:55	12.383.624/0001-14	R$ 29,9000
11/09/2026 às 08:44:45	64.446.992/0001-68	R$ 29,8900
11/09/2026 às 08:45:01	12.383.624/0001-14	R$ 29,8600
11/09/2026 às 08:46:22	64.446.992/0001-68	R$ 29,8500
11/09/2026 às 08:46:38	12.383.624/0001-14	R$ 29,8200
11/09/2026 às 08:46:46	64.446.992/0001-68	R$ 29,8100
11/09/2026 às 08:47:02	12.383.624/0001-14	R$ 29,7700
11/09/2026 às 08:47:12	30.846.202/0001-10	R$ 29,7000
11/09/2026 às 08:47:27	12.383.624/0001-14	R$ 29,6500
11/09/2026 às 08:47:48	64.446.992/0001-68	R$ 29,6400
11/09/2026 às 08:48:04	12.383.624/0001-14	R$ 29,5900
11/09/2026 às 08:49:18	64.446.992/0001-68	R$ 29,5800
11/09/2026 às 08:49:34	12.383.624/0001-14	R$ 29,5500
11/09/2026 às 08:51:16	64.446.992/0001-68	R$ 29,5400
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:51:30	12.383.624/0001-14	R$ 29,5300
11/09/2026 às 08:51:32	30.846.202/0001-10	R$ 29,5000
11/09/2026 às 08:51:35	12.383.624/0001-14	R$ 29,4900
11/09/2026 às 08:52:50	30.846.202/0001-10	R$ 29,4000
11/09/2026 às 08:52:54	12.383.624/0001-14	R$ 29,3900
11/09/2026 às 08:54:30	30.846.202/0001-10	R$ 29,3000

11/09/2026 às 08:54:32	12.383.624/0001-14	R$ 29,2900
11/09/2026 às 08:56:16	30.846.202/0001-10	R$ 29,0000
11/09/2026 às 08:56:17	12.383.624/0001-14	R$ 28,9900

Mensagens do chat do Item 8

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 8 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 8 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:58:18	O item 8 está encerrado.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:26:17	Sr. Fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 11:27:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) .
Pelo participante 12.383.624/0001-14	11/09/2026 às 09:55:16	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:55:16 de 11/09/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor AUTOPECAS BOIANI LTDA, CNPJ 12.383.624/0001-14.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 10:44:00	Prezado, em consulta do produto na internet, constou que o produto é para uso em automóveis e camionetes e não para motos. Poderia verificar a informação?
Pelo participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 11:21:35	Sr. Pregoeiro, estamos confirmando essa informação junto ao fabricante e, assim que tivermos o retorno, responderemos prontamente, juntamente com o item 4.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 11:42:46	Tudo bem, aguardo a confirmação até às 13:30h. deste dia.
Pelo participante 12.383.624/0001-14	14/09/2026 às 13:02:15	Sr. Pregoeiro, confirmamos que a observação procede. Houve uma falha de nossa parte na inclusão desses produtos, que realmente não atendem integralmente ao edital. Pedimos desculpas pelo equívoco e, se possível, solicitamos a desclassificação apenas desses itens, mantendo nossa participação nos demais itens que atendem às especificações.
Sistema para o participante 12.383.624/0001-14	15/09/2026 às 14:45:39	Tudo bem, na sequência solicitarei a atualização da proposta somente dos itens vencidos.
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 09:10:59	Sr. Fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 11:11:00 do dia 17/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido..
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	17/09/2026 às 11:11:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:11:00 de 17/09/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.846.202/0001-10.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 30.846.202/0001-10	21/09/2026 às 09:27:52	Prezado, em consulta do produto na internet por meio de IA, constou que o produto é para uso em automóveis e camionetes e não para motos. Poderia verificar a informação no prazo de 20 minutos?
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 09:34:16	Prezado, com objetivo de dar celeridade ao julgamento, irei pedir a sua proposta e ficha técnica do produto no sistema. Na ocasião da não aceitação da proposta do licitante anterior, a sua será analisada na sequência.
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 09:34:59	Sr. Fornecedor BRAZMART MULTIPARTS LTDA, CNPJ 64.446.992/0001-68, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 11:35:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) ..
Sistema para o participante 64.446.992/0001-68	21/09/2026 às 11:35:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:35:00 de 21/09/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor BRAZMART MULTIPARTS LTDA, CNPJ 64.446.992/0001-68.
Sistema para o participante 55.562.669/0001-69	21/09/2026 às 11:39:07	Sr. Fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 13:40:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Sistema para o participante 55.562.669/0001-69	21/09/2026 às 13:40:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:40:00 de 21/09/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor GIORE SOLUCOES E COMERCIO LTDA, CNPJ 55.562.669/0001-69.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 13:45:18	Sr. Fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 15:46:00 do dia 21/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	21/09/2026 às 15:46:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:46:00 de 21/09/2026. 15 anexos foram enviados pelo fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07.
Sistema	21/09/2026 às 15:59:26	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 21/09/2026 16:09:26.
Sistema	22/09/2026 às 11:37:54	O item 8 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 11:47:54.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	21/09/2026 16:09:26
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 11:47:54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 22/2026

Às 09:25 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 9 do Pregão nº 22/2026, Processo nº 3.255/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026).

Entrega de propostas: De 27/08/2026 às 08:00 até 11/09/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 11/09/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/09/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:30:30	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/09/2026 às 09:16:55	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/09/2026 às 09:19:20	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 09:22:46	Prezados Licitantes vencedores, favor anexar as propostas individuais (por item).
Sistema	11/09/2026 às 09:23:08	Anexar junto a proposta, a ficha técnica dos produtos ofertados.
Sistema	11/09/2026 às 11:31:51	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia
Sistema	11/09/2026 às 13:28:54	Prezados, boa tarde. Devido a instabilidade de energia e da rede de internet nessa região, retornamos o julgamento às 15:30h.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:27	Prezados, boa tarde.
Sistema	11/09/2026 às 15:40:42	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	11/09/2026 às 16:06:01	Prezados, retornamos o presente julgamento no dia 14/09 às 08:30h.
Sistema	14/09/2026 às 08:35:23	Prezados, bom dia.

Sistema	14/09/2026 às 08:35:44	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	14/09/2026 às 11:59:11	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	14/09/2026 às 16:24:39	Prezados, devido a necessidade de estar resolvendo outras atividades inadiáveis do setor, suspendo a sessão neste momento, retornando amanhã (15/09) às 13:30h.
Sistema	15/09/2026 às 14:03:16	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	15/09/2026 às 14:03:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	15/09/2026 às 17:11:45	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (16/09) às 08:20h.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:35	Prezados, bom dia.
Sistema	16/09/2026 às 08:20:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 11:56:05	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:01	Prezados, boa tarde.
Sistema	16/09/2026 às 13:35:05	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	16/09/2026 às 17:13:04	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (17/09) às 08:20h.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:08	Prezados, bom dia.
Sistema	17/09/2026 às 08:28:18	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 11:58:57	Prezados, retornamos o julgamento às 15:30h. deste dia.
Sistema	17/09/2026 às 16:33:11	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	17/09/2026 às 17:07:29	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (18/09) às 13:30h.
Sistema	18/09/2026 às 13:46:19	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	18/09/2026 às 16:56:20	Prezados, retornamos o julgamento na segunda-feira (21/09) às 08:30h.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:26	Prezados, bom dia.
Sistema	21/09/2026 às 08:34:40	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 11:52:31	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h.
Sistema	21/09/2026 às 13:33:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	21/09/2026 às 13:34:07	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	21/09/2026 às 16:52:32	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (22/09) às 08:30h.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:36	Prezados, bom dia.
Sistema	22/09/2026 às 08:59:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
11/09/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
11/09/2026 às 09:16:54	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 9 - Pano Limpeza		
aplicação: limpeza pesada, comprimento: 17,5, cor: branca, largura: 14, material: polipropileno e celulose		
Quantidade: 372	Valor estimado: R$ 13,5600 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 5.044,3200 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, melhor lance: R$ 13,5500 (unitário) / R$ 5.040,6000 (total)		
Propostas do Item 9		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
48.483.406/0001-07 - R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 13,5500 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 5.040,6000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ESTOVEL		
Modelo/versão: MALHA COSTURADA		
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 372
R$ 186.000,0000 (total)		

Lances do Item 9		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
11/09/2026 às 08:34:50	48.483.406/0001-07	R$ 13,5500
Mensagens do chat do Item 9		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/09/2026 às 08:30:01	A abertura do item 9 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/09/2026 às 08:31:01	O item 9 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/09/2026 às 08:41:02	O item 9 está encerrado.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	11/09/2026 às 09:26:30	Sr. Fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07, você foi convocado para enviar anexos para o item 9. Prazo para encerrar o envio: 11:27:00 do dia 11/09/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica do produto vencido. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a
Pelo participante 48.483.406/0001-07	11/09/2026 às 10:41:59	Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital) . Sr. pregoeiro, bom dia
Pelo participante 48.483.406/0001-07	11/09/2026 às 10:44:30	Por se tratar apenas de pano costurado, o produto não possui ficha técnica.
Sistema para o participante 48.483.406/0001-07	11/09/2026 às 11:27:00	O item 9 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:27:00 de 11/09/2026. 13 anexos foram enviados pelo fornecedor R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 48.483.406/0001-07.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	14/09/2026 às 10:16:08	O item 9 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 14/09/2026 10:26:08.
Sistema	22/09/2026 às 11:38:01	O item 9 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/09/2026 11:48:01.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	14/09/2026 10:26:08
Intenção de recurso na habilitação:	22/09/2026 11:48:01

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:B08D2F2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40465/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2025, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1ª PRORROGAÇÃO (6 MESES) A PARTIR DE:
20147	VERA LUCIA ROCHA DE SOUZA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20148	SUELI APARECIDA QUINTILHATO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20149	LOURDES SALETE CARDOSO MARINI	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20150	NILZA APARECIDA CORREA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20151	ELIZETE DE OLIVEIRA BONFIM FERREIRA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20152	VERACI DE CASSIA NADOLNY	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20153	SIRLEY ZAFALÃO DE OLIVEIRA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20154	ELENITA LUISA DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20155	DANIELLA FELICIO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20156	PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20157	DANIELA CRISTIANE GONCALVES DE ALMEIDA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20158	SORAIA CRISTINA RIBAS DE ANDRADE	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20159	VIVIANE REGINA ALVES DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20160	DAIANY CORDEIRO LEAL	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20161	DANIELA DALSENTER	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20162	LILIAN FOGACA DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20163	FERNANDA DO ROCIO BUTCHER DE OLIVEIRA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20164	FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA NASCIMENTO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20165	ROSANA APARECIDA SILVA PEREIRA DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20166	EVANDRA BARANKEVICZ	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20167	NATALY HOSANA LOPES DA CRUZ GOBETI	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20168	VALERIA DE SOUZA VICENTIN	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20169	THAYRINI KAUANA DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20170	BRUNA RICARDO DE PIM	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20171	JOICE RIBEIRO RODRIGUES DA CUNHA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20172	CLEIDE MARIA PEREIRA POLGA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20173	ROSILAINE ELIAS DE FARIA DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20174	ELISABETE DO ROCIO FALCÃO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20175	GLEICE DE OLIVEIRA ALBINO ARAUJO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20176	ROSANA DE JESUS	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20177	BRUNA DAL CORTIVO DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20178	VANDERLEIA GASPARIN FIORESE	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20179	ELAINE DOS SANTOS CAETANO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20180	GRAZIELE ALVES	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20181	LORENA CEZARIO ALVES DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20183	VALDENICE DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20184	GRACIELA PADILHA FORTES DA ROCHA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20185	GISELE NASCIMENTO BEIRA SOARES	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20186	ALETICIA APARECIDA FERNANDES DE ASSIS DE MELO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20187	JAMILLE COLLOGE PACHECO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20188	JUCELI DE FATIMA JAMBISKI	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20189	ALISSA DA SILVA PRATES	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20190	LUCILENE DA SILVA FRANCISCO	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20191	EVILIN CRISTINA DA SILVA MOREIRA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20192	FERNANDA PALHARES DOMINGUES	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026

20193	OSANA FONSECA IZEL	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20194	ALANA OLIVEIRA ALBUQUERQUE	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20195	PEDRO JORGE SANTOS DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20196	MARIA DE FATIMA DE LIMA ALVES MILANI	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20197	ANDREIA ALVES DE SOUZA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20198	ANDREA SOARES BARBOSA	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20199	LAIS CRISTINE CRUZ MACEDO FITZ	PROFESSOR 20 HORAS	13/10/2026
20203	KETLYN TACIELLE SALDINHA DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20205	ERIKA CARLA FAGUNDES MARQUES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20206	GABRIELE NUNES DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20208	JHENIFER APARECIDA DE ASSIS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20210	NAYARA MIRELI CABRAL	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20212	LILIAN CRISTINA DE LIMA ALVES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20213	EVELYN CAROLINA CARDOZO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20217	SHIRLEY DO ROCIO GONCALVES DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20225	BRUNA BEATRIZ SPADA DA CONCEICAO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20228	VALDELICE RIBEIRO DA SILVA PALIOTA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20232	SANDRA MARA DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20233	ELIABE GRASSMANN	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20239	KEILA ARACI DE FRANCA REICHEL	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20240	THAISA VIVIANE HONORIO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20242	ANDRIGO LEPINSKI	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20243	FRANCIELE NATALI CARNIO BERGER	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20246	VINICIUS JUNIO FERNANDES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20249	CHARIANE ANTUNES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20251	JESSICA VALDERES DA SILVA RIBEIRO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20252	DAIANA PALHANO BUENO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20254	ALERRANDRO CAMARGO ALVES DE PAULA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20255	WALLACE VINICIUS OLIVEIRA DE FREITAS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20256	ANGELICA DOS PASSOS CAMPOLIN	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20257	JENIFFER DE SOUZA BRASIL	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20258	BRESSANY CAMILE PADILHA SANGUINO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20265	ALEXS PAULO DO ESPIRITO SANTO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20270	HENRIQUE ARGOZO MINELI	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20271	VERONICA STRAPASSON	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20273	THAINA GABRIELE OLIVEIRA DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20275	NICOLLY DOS REIS MACHADO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20276	RAFAELA ANTUNES AZEVEDO DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20277	MIGUEL MENDES DE ARAUJO FRANCO DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO

Secretário Municipal de Administração Interino

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:598F9237

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40954/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 001/2025, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1ª PRORROGAÇÃO (6 MESES) A PARTIR DE:
20121	LUCILENA DA SILVEIRA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20122	ANA PAULA ZIMMERMANN	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20123	ANGELICA ELENIS SOUZA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20125	SUSANE APARECIDA BERTOLINO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20126	MIRIAM GONCALVES	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20127	LILBA MARIA DE FRANCA VIEIRA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20128	DEBORA CRISTINA BINECK	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20129	ALINE PAOLA MACHADO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20130	ANDREIA CRISTIANE FERNANDES PRATKA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20131	SUSAN KEILA PEDREIRA LIMA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20132	GLACIANE GOMES MOREIRA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20134	ANGELA MARIA PEDROSO DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20135	FABIANA CAROLINA CARVALHO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20136	SIMONE CRISTINA MACHADO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20137	STEPHANIE ARACI DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20138	CAMILA TAVERNA VALENCIO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20139	LILIAN MARA DE MATTOS ADELINO	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20140	DULCINEIA ANTONIO KUCEWICZ	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20141	MICHELI DE OLIVEIRA LIMA MARTINS DUARTE	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20142	ITAMAR SARAIVA BATISTA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20143	ELAINE CRISTINA BARBOSA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20144	TAVANIA DE JESUS BITENCOURT DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20145	HELEN CRISTIANE VASCO DE OLIVEIRA	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20146	CRISTIANE MERTEN	EDUCADOR INFANTIL	13/10/2026
20202	DANIELA DA SILVA CORDEIRO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20207	KEISE HELLEN CARIA RABELLO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20209	OSMANE MARIA TEMISTOCLE	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20211	MELISSA FERREIRA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20214	AMANDA KAROLINY TAVARES DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20215	ERIANE DA COSTA LIMAO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20216	ZICLEIA DE OLIVEIRA ALVES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20220	DILMA BRAUNINO DA SILVA DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20221	JANICE RIBEIRO VIEIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20223	MICHIELE DE PROENCA CARVALHO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20224	JAQUELINE MOREIRA PAES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20226	PRISCILA APARECIDA GONCALVES ANDRADE CORDEIRO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20227	MAYARA VIEIRA DE ANDRADE	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20231	KLENI DE SENA GONCALVES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20234	ABELIANE BEZERRA COSTA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20236	ROSANGELA APARECIDA EUCLIDES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20237	LUCIANE DE SOUZA LINS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20238	NAIARA PEREIRA DA CUNHA DA SILVA SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20244	SANDRA MARA LEAL DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20245	PAMELLA ALVES FILLUS	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20247	DAIANE PEREIRA HAYASHI DA MOTA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20260	PALOMA ZANINI DE AGUIAR	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026

20262	JOELLEN KARINE DO NASCIMENTO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20263	MARIANA RODRIGUES DE PAULA	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20264	ANA CAROLINA DA PAIXAO LOBO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20267	CAMILE MARIA JORDAO RIBEIRO	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20268	JHIULIANA VITORIA CHAMBERLAIN	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026
20272	KETELLYN CHAYANE DA SILVA ANTUNES	ASSISTENTE DE ALUNOS	13/10/2026

Colombo, 30 de setembro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEANDRO MASCHIO

Secretário Municipal de Administração Interino

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:9E5D8CA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE HOMOLOGAR** o Pregão Eletrônico de nº 048/2026, destinado à escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de **02 (duas)** Ambulâncias de Suporte Básico – Tipo B destinadas ao transporte sanitário municipal, conforme segue:

CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 35.741.144/0001-83, vencedora do lote abaixo com seu respectivo valor:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	Marca	QNT. Total	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Veículo tipo furgão adaptado para ambulância, destinado ao transporte de pacientes com risco de vida conhecido e ao Atendimento de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino. Veículo tipo furgão comercial, longo e de teto alto, adaptado para ambulância de suporte básico construído em aço automotivo, original de fábrica, zero KM, modelo do ano da entrega ou do ano posterior, com carroceria monobloco ou montado sobre chassi (original de fábrica), fabricado de acordo com padrão de segurança que permita a absorção de impacto observados em sua estrutura monobloco, fornecendo uma estrutura com reduzida deformação em caso de acidentes, prevendo-se a absorção otimizada de impactos e transferindo as forças oriunda de colisão, tanto frontal quanto lateral, para estrutura inferior adaptado para ambulância, com porta lateral direita e portas traseiras. Potência mínima 126 cv.	PEUGEOT EXPERT TETO ALTO	2	R$ 282.000,00	R$ 564.000,00

Valor total: R$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais**)**

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:1A6EDA23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
RESOLUÇÃO 01-2026 ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Câmara Municipal de Vereadores de Diamante do Sul						
CNPJ: 73.695.728/0001-59			**Usuário:** Maicon André	**Chave de Autenticação Digital**		
				1295-6102-823		
Relação de Alterações Orçamentárias						
Fundamento: Decreto 001 de 28/08/2026						
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de Vereadores de Diamante do Sul						
Órgão orçamentário: 1000 - Legislativo Municipal						
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul						
Função: 1 - Legislativa						
Subfunção: 31 - Ação Legislativa						
Programa: 101 - GESTÃO LEGISLATIVA						
Ação: 2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL						
Despesa 17 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais						
Fonte de recurso: 1001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) - 1.501.0000						
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**		**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	16258	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa		65.000,00	
			Total da despesa:		65.000,00	0,00
Despesa 290 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil						
Fonte de recurso: 1001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) - 1.501.0000						
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**		**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	16259	Redução da Despesa				65.000,00
				Total da despesa:	0,00	65.000,00
				Total da unidade orçamentária:	65.000,00	65.000,00
				Total do órgão orçamentário:	65.000,00	65.000,00
				Total do fundamento:	65.000,00	65.000,00
				Total geral	65.000,00	65.000,00

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:51BF67DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AFI1I65	275410D000050618	11/07/2026	74550	R$ 130.16
AHG7311	275410D000050609	11/07/2026	74550	R$ 130.16
AHS0994	275410D000050517	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AIL3900	275410D000050689	13/07/2026	74630	R$ 195.23
AJI6514	275410D000050557	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AKK1749	275410D000050653	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AKO1368	275410D000050564	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AKW0C69	275410D000050601	10/07/2026	74550	R$ 130.16
ALZ5830	275410D000050681	13/07/2026	74550	R$ 130.16
AMC7J58	275410D000050676	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AMF1E68	275410D000050535	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AMP2643	275410D000050633	11/07/2026	74550	R$ 130.16
AMP6H91	275410D000050551	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AMR3J70	275410D000050672	12/07/2026	74550	R$ 130.16

ANJ0D48	275410D000050665	12/07/2026	74630	R$ 195.23
ANP5F24	275410D000050484	08/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000050496	08/07/2026	74630	R$ 195.23
ANP5F24	275410D000050497	08/07/2026	74630	R$ 195.23
ANS6D05	275410D000050670	12/07/2026	74550	R$ 130.16
ANT0D03	275410D000050558	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AOB1769	275410D000050494	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AON5A19	275410D000050521	09/07/2026	74550	R$ 130.16
APD6H55	275410D000050527	09/07/2026	74550	R$ 130.16
ARB5636	275410D000050499	08/07/2026	74710	R$ 880.41
ARB5636	275410D000050489	08/07/2026	74710	R$ 880.41
ARQ1G48	275410D000050605	11/07/2026	74550	R$ 130.16
ARW2D19	275410D000050525	09/07/2026	74550	R$ 130.16
ASA3319	275410D000050553	09/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000050685	13/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000050686	13/07/2026	74630	R$ 195.23
ASI5E93	275410D000050586	10/07/2026	74550	R$ 130.16
ASK3H16	275410D000050577	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AST9H94	275410D000050619	11/07/2026	74550	R$ 130.16
ATB5J45	275410D000050643	12/07/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410D000050667	12/07/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410D000050607	11/07/2026	74550	R$ 130.16
ATI5J56	275410D000050563	09/07/2026	74710	R$ 880.41
AUC3681	275410D000050627	11/07/2026	74550	R$ 130.16
AUT8D25	275410D000050485	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AVH8431	275410D000050536	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000050567	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AVO9E36	275410D000050531	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AVO9E36	275410D000050532	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AVO9E36	275410D000050538	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AVV6967	275410D000050537	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AVV8F79	275410D000050480	08/07/2026	74630	R$ 195.23
AWA9900	275410D000050576	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AWD9A34	275410D000050509	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AWF8C04	275410D000050495	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AXB4654	275410D000050593	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AXB9758	275410D000050579	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AXL3G09	275410D000050501	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AXP9F68	275410D000050540	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AXP9F68	275410D000050541	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AXQ1214	275410D000050585	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AYG4D39	275410D000050616	11/07/2026	74630	R$ 195.23
AYL3365	275410D000050695	13/07/2026	74710	R$ 880.41
AYN0H63	275410D000050543	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AYX2B97	275410D000050533	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AYX5J32	275410D000050492	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AZX1F66	275410D000050696	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BAQ2E97	275410D000050598	10/07/2026	74550	R$ 130.16
BAR8015	275410D000050682	13/07/2026	74630	R$ 195.23
BBW9H24	275410D000050522	09/07/2026	74550	R$ 130.16
BCJ5D00	275410D000050546	09/07/2026	74550	R$ 130.16
BCQ9J63	275410D000050675	12/07/2026	74630	R$ 195.23
BCQ9J63	275410D000050677	12/07/2026	74550	R$ 130.16
BCT5A81	275410D000050646	12/07/2026	74550	R$ 130.16
BCT9A88	275410D000050548	09/07/2026	74550	R$ 130.16
BCY6A41	275410D000050513	09/07/2026	74710	R$ 880.41
BCY6A41	275410D000050571	10/07/2026	74630	R$ 195.23
BCY6A41	275410D000050596	10/07/2026	74630	R$ 195.23
BCY6A41	275410D000050570	10/07/2026	74630	R$ 195.23
BDA2E98	275410D000050511	09/07/2026	74630	R$ 195.23
BDB7F89	275410D000050613	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BEB6F34	275410D000050526	09/07/2026	74630	R$ 195.23
BEB9C44	275410D000050624	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BEL6B68	275410D000050647	12/07/2026	74710	R$ 880.41
BEP2D22	275410D000050691	13/07/2026	74630	R$ 195.23
BEP2D22	275410D000050690	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000050615	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000050621	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BXZ5I76	275410D000050662	12/07/2026	74550	R$ 130.16
CGG6G08	275410D000050610	11/07/2026	74550	R$ 130.16
DHR8A06	275410D000050500	08/07/2026	74550	R$ 130.16
DYH9H39	275410D000050592	10/07/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000050581	10/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000050502	08/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000050552	09/07/2026	74550	R$ 130.16
FSD6J62	275410D000050629	11/07/2026	74710	R$ 880.41
FSV3I08	275410D000050550	09/07/2026	74550	R$ 130.16
FXB9I06	275410D000050529	09/07/2026	74550	R$ 130.16
GIE9G49	275410D000050641	12/07/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000050684	13/07/2026	74630	R$ 195.23
HCZ1D10	275410D000050566	10/07/2026	74550	R$ 130.16
HKR5E38	275410D000050539	09/07/2026	74630	R$ 195.23
IKB9G90	275410D000050481	08/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000050530	09/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000050534	09/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000050599	10/07/2026	74550	R$ 130.16
INK4A24	275410D000050693	13/07/2026	74550	R$ 130.16
INK4A24	275410D000050692	13/07/2026	74550	R$ 130.16
INQ4869	275410D000050634	11/07/2026	74630	R$ 195.23

IQR2I49	275410D000050635	11/07/2026	74550	R$ 130.16
IRV7B89	275410D000050694	13/07/2026	74550	R$ 130.16
IXS2I43	275410D000050661	12/07/2026	74550	R$ 130.16
IYH2I49	275410D000050673	12/07/2026	74630	R$ 195.23
IYH2I49	275410D000050545	09/07/2026	74630	R$ 195.23
IYS5B36	275410D000050668	12/07/2026	74630	R$ 195.23
JAK2C51	275410D000050562	09/07/2026	74550	R$ 130.16
JCJ5B26	275410D000050611	11/07/2026	74550	R$ 130.16
JGD1956	275410D000050608	11/07/2026	74550	R$ 130.16
KAU3F82	275410D000050600	10/07/2026	74550	R$ 130.16
KIW3150	275410D000050493	08/07/2026	74630	R$ 195.23
LXJ5A05	275410D000050679	13/07/2026	74550	R$ 130.16
LXJ5A05	275410D000050688	13/07/2026	74550	R$ 130.16
LXJ5A05	275410D000050678	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MBB6347	275410D000050572	10/07/2026	74550	R$ 130.16
MBQ3974	275410D000050687	13/07/2026	74550	R$ 130.16
MEW9309	275410D000050669	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MEW9309	275410D000050487	08/07/2026	74630	R$ 195.23
MEZ5029	275410D000050655	12/07/2026	74630	R$ 195.23
MEZ5029	275410D000050520	09/07/2026	74630	R$ 195.23
MEZ5829	275410D000050654	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MFK5821	275410D000050628	11/07/2026	74550	R$ 130.16
MFT1H99	275410D000050658	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MGL6853	275410D000050518	09/07/2026	74550	R$ 130.16
MHW5235	275410D000050505	08/07/2026	74630	R$ 195.23
MIZ0930	275410D000050482	08/07/2026	74630	R$ 195.23
MJF9392	275410D000050516	09/07/2026	74550	R$ 130.16
MLK6G74	275410D000050578	10/07/2026	74550	R$ 130.16
NLF9A21	275410D000050602	11/07/2026	74630	R$ 195.23
PVF4J44	275410D000050588	10/07/2026	74550	R$ 130.16
PVS8J51	275410D000050504	08/07/2026	74550	R$ 130.16
PZF1G56	275410D000050486	08/07/2026	74630	R$ 195.23
PZF1G56	275410D000050498	08/07/2026	74550	R$ 130.16
QAH8H89	275410D000050490	08/07/2026	74550	R$ 130.16
QIU3E56	275410D000050623	11/07/2026	74550	R$ 130.16
QJB2H78	275410D000050620	11/07/2026	74630	R$ 195.23
QOH3B28	275410D000050575	10/07/2026	74550	R$ 130.16
RHF9G08	275410D000050559	09/07/2026	74550	R$ 130.16
RMF7C48	275410D000050595	10/07/2026	74550	R$ 130.16
RVM7G99	275410D000050656	12/07/2026	74630	R$ 195.23
SEC4J32	275410D000050560	09/07/2026	74550	R$ 130.16
SEL8J80	275410D000050683	13/07/2026	74550	R$ 130.16
SFH1A61	275410D000050568	10/07/2026	74550	R$ 130.16
TAZ9B75	275410D000050606	11/07/2026	74550	R$ 130.16
TBQ0I86	275410D000050652	12/07/2026	74550	R$ 130.16
TCY8H96	275410D000050645	12/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000050632	11/07/2026	74630	R$ 195.23
TTT4A96	275410D000050614	11/07/2026	74550	R$ 130.16
UBE9F51	275410D000050597	10/07/2026	74630	R$ 195.23
UBH3A61	275410D000050631	11/07/2026	74550	R$ 130.16
UBT3J58	275410D000050528	09/07/2026	74550	R$ 130.16
UBX7F90	275410D000050591	10/07/2026	74550	R$ 130.16
UBZ0C50	275410D000050574	10/07/2026	74630	R$ 195.23
UBZ0C50	275410D000050573	10/07/2026	74630	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AEJ9J89	275410D000050642	12/07/2026	74550
AGQ0155	275410D000050651	12/07/2026	74550
AOK0E50	275410D000050603	11/07/2026	74550
AOW1F58	275410D000050636	12/07/2026	74550
ASA1B83	275410D000050556	09/07/2026	74550
AST5E50	275410D000050583	10/07/2026	74550
ATA8G70	275410D000050510	09/07/2026	74550
ATX9C62	275410D000050644	12/07/2026	74550
AUT4I08	275410D000050589	10/07/2026	74550
AVR9B98	275410D000050626	11/07/2026	74550
AVV8F79	275410D000050639	12/07/2026	74550
AVV8F79	275410D000050638	12/07/2026	74550
AYN0H63	275410D000050542	09/07/2026	74550
BBE0G74	275410D000050649	12/07/2026	74550
BDQ7H87	275410D000050663	12/07/2026	74550
BEP3I41	275410D000050514	09/07/2026	74550
CCQ4B93	275410D000050544	09/07/2026	74550
DXU1J04	275410D000050491	08/07/2026	74550
EEY9A42	275410D000050612	11/07/2026	74550
EGP2319	275410D000050488	08/07/2026	74550
IUK1465	275410D000050587	10/07/2026	74550
LCL8I81	275410D000050630	11/07/2026	74550
LWW4862	275410D000050604	11/07/2026	74550
MEK2B29	275410D000050657	12/07/2026	74550
MHW5235	275410D000050506	08/07/2026	74550
MIZ0930	275410D000050483	08/07/2026	74550

MLX0255	275410D000050565	09/07/2026	74550
QPA1H99	275410D000050594	10/07/2026	74550
QUT9B38	275410D000050640	12/07/2026	74550
RAJ3I60	275410D000050519	09/07/2026	74550
RBX7H80	275410D000050648	12/07/2026	74550
RHG6D89	275410D000050554	09/07/2026	74550
RHH7A45	275410D000050549	09/07/2026	74550
RHY3A19	275410D000050590	10/07/2026	74550
TAI5D14	275410D000050512	09/07/2026	74550
TAO7H63	275410D000050561	09/07/2026	74550
TAR8D98	275410D000050523	09/07/2026	74550
TPK1J91	275410D000050584	10/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAY2H08	275410T000002273	08/07/2026	58780
ARQ9464	275410T000002723	10/07/2026	73232

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de				
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABW6991	275410T000002716	09/07/2026	76331	R$ 293.47
ACZ4A17	275410T000002460	14/07/2026	76331	R$ 293.47
AES2863	275410T000002643	08/07/2026	65800	R$ 293.47
AIA7727	275410T000002727	13/07/2026	51930	R$ 293.47
AKW0C69	275410T000002714	09/07/2026	51851	R$ 195.23
AKW0C69	275410T000002715	09/07/2026	58431	R$ 195.23
AKW0C69	275410T000002713	09/07/2026	59910	R$ 293.47
ALT4038	275410T000002649	08/07/2026	51851	R$ 195.23
AND2F55	275410T000002272	08/07/2026	76331	R$ 293.47
APH5D90	275410T000002701	08/07/2026	51930	R$ 293.47
AQD0C50	275410T000002276	10/07/2026	54522	R$ 195.23
AUV7C56	275410T000000069	13/07/2026	60681	R$ 195.23
AWJ4A14	275410T000002650	08/07/2026	51930	R$ 293.47
AWR6F99	275410NIC0015100	26/06/2026	50020	R$ 390.46
AXB6056	275410T000002708	09/07/2026	61220	R$ 293.47
AXK0D62	275410T000002731	13/07/2026	51930	R$ 293.47
AXN2487	275410T000002725	13/07/2026	66020	R$ 293.47
AXV2F66	275410T000002742	15/07/2026	76331	R$ 293.47
AXV2F66	275410T000002465	15/07/2026	76331	R$ 293.47
AXY1432	275410T000002710	09/07/2026	76331	R$ 293.47
AXY2I30	275410T000002280	13/07/2026	76331	R$ 293.47
AYQ0C69	275410T000002461	14/07/2026	76331	R$ 293.47
AYT4783	275410T000002721	09/07/2026	51851	R$ 195.23
AZI7217	275410T000002719	09/07/2026	61220	R$ 293.47
BAJ5D53	275410T000002274	09/07/2026	76331	R$ 293.47
BAM4551	275410T000002732	13/07/2026	76331	R$ 293.47
BBG2840	275410T000002464	15/07/2026	76331	R$ 293.47
BBT8826	275410T000002640	08/07/2026	60175	R$ 293.47
BCP1857	275410T000002739	14/07/2026	76331	R$ 293.47
BCU9G41	275410T000002711	09/07/2026	76331	R$ 293.47
BEJ2G85	275410T000002738	14/07/2026	59910	R$ 293.47
BES6J76	275410T000002275	09/07/2026	76331	R$ 293.47
CVE3I45	275410T000002729	13/07/2026	51930	R$ 293.47
EJB0G74	275410T000002741	14/07/2026	61220	R$ 293.47
ETQ5G29	275410T000002644	08/07/2026	65800	R$ 293.47
FHB2G34	275410T000002726	13/07/2026	76331	R$ 293.47
FPO7J23	275410T000002641	08/07/2026	51930	R$ 293.47
FSP3C49	275410T000000704	07/07/2026	57380	R$ 293.47
GEY9G36	275410T000002278	13/07/2026	76331	R$ 293.47
ILG4027	275410T000002705	08/07/2026	76331	R$ 293.47
IVX4E36	275410T000002736	14/07/2026	66020	R$ 293.47
IZO0C39	275410T000002704	08/07/2026	76331	R$ 293.47
KRZ9I30	275410T000002706	08/07/2026	60171	R$ 293.47
LSK4A29	275410T000002463	14/07/2026	76331	R$ 293.47
LWT7813	275410T000002645	08/07/2026	51930	R$ 293.47
LWT7813	275410T000002646	08/07/2026	66020	R$ 293.47
LWT7813	275410T000002647	08/07/2026	60502	R$ 293.47
LXJ3H01	275410T000002702	08/07/2026	76331	R$ 293.47
MFU5F93	275410T000002462	14/07/2026	76331	R$ 293.47
MHW9C68	275410T000000250	09/07/2026	54522	R$ 195.23
MJY9J14	275410T000002743	15/07/2026	76331	R$ 293.47
MKN2I00	275410T000002458	09/07/2026	76331	R$ 293.47
MLB4669	275410T000002466	15/07/2026	76331	R$ 293.47
NEC8J47	275410T000002703	08/07/2026	76331	R$ 293.47
NJV1H42	275410T000002052	08/07/2026	57200	R$ 195.23
QHC3F95	275410T000002281	14/07/2026	76331	R$ 293.47
QHE6E08	275410T000002459	09/07/2026	76331	R$ 293.47

QMT0E60	275410T000002740	14/07/2026	76332	R$ 293.47
QPZ3A07	275410T000002282	15/07/2026	76331	R$ 293.47
QUI4F16	275410T000002724	13/07/2026	76331	R$ 293.47
QXQ1D06	275410T000002051	08/07/2026	57380	R$ 293.47
RHH2J87	275410T000002717	09/07/2026	61220	R$ 293.47
RHO3F04	275410T000002707	09/07/2026	76331	R$ 293.47
RVJ7J98	275410T000002737	14/07/2026	76331	R$ 293.47
SDZ8G17	275410T000002642	08/07/2026	76331	R$ 293.47
SEM5A77	275410T000002709	09/07/2026	76331	R$ 293.47
SEU8E43	275410T000002648	08/07/2026	51851	R$ 195.23
SFB8C06	275410T000002457	09/07/2026	76331	R$ 293.47
SFF1F86	275410T000002722	10/07/2026	59910	R$ 293.47
SWL3C81	275410T000002735	14/07/2026	61220	R$ 293.47
SXV0E37	275410T000002730	13/07/2026	76331	R$ 293.47
TAI9C35	275410T000002277	13/07/2026	76331	R$ 293.47
TAV6E91	275410T000002718	09/07/2026	76331	R$ 293.47
TAY8B15	275410NIC0015099	26/06/2026	50020	R$ 586.94
TBZ4D07	275410T000002456	09/07/2026	76331	R$ 293.47
TER9A85	275410T000002712	09/07/2026	51930	R$ 293.47
UBO0H43	275410T000002728	13/07/2026	51851	R$ 195.23
UBO0H43	275410T000002279	13/07/2026	76331	R$ 293.47

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto
à DEPTRAN-DV até 09/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAW5J76	275410D000054680	12/09/2026	74550
ACS6E18	275410D000055013	16/09/2026	74550
AFF7J13	275410D000054729	12/09/2026	74630
AFO6F88	275410D000054637	11/09/2026	74550
AGC0F55	275410D000054776	13/09/2026	74630
AHG1199	275410D000054640	11/09/2026	74550
AHO7H55	275410D000055062	17/09/2026	74630
AHO7H55	275410D000055066	17/09/2026	74630
AIG3334	275410D000055075	17/09/2026	74550
AII3I48	275410D000054821	13/09/2026	74550
AIX8047	275410D000055071	17/09/2026	74550
AIZ1440	275410D000054811	13/09/2026	74550
AJH0B71	275410D000055042	17/09/2026	74630
AJO6J14	275410D000054678	11/09/2026	74630
AJT4863	275410D000054864	14/09/2026	74550
AJZ5224	275410D000054901	14/09/2026	74550
AKF4465	275410D000054929	15/09/2026	74550
AKF4465	275410D000054941	15/09/2026	74550
AKH0086	275410D000054879	14/09/2026	74550
AKJ2666	275410D000054832	13/09/2026	74550
AKM1073	275410D000055026	16/09/2026	74550
AKM6E14	275410D000054847	13/09/2026	74630
AKN3407	275410D000054959	15/09/2026	74550
ALD9D06	275410D000054887	14/09/2026	74550
ALE4150	275410D000054752	12/09/2026	74550
ALH7281	275410D000054805	13/09/2026	74550
ALH7281	275410D000054806	13/09/2026	74550
ALQ1673	275410D000055045	17/09/2026	74550
ALR1514	275410D000054809	13/09/2026	74550
ALZ6C47	275410D000054658	11/09/2026	74550
AMA5412	275410D000054634	11/09/2026	74550
AMA5412	275410D000054628	11/09/2026	74550
AMG4I08	275410D000054973	15/09/2026	74550
AMM3G25	275410D000054764	12/09/2026	74630
AMP4125	275410D000054893	14/09/2026	74630
AMP6H91	275410D000055029	16/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000054892	14/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000054913	14/09/2026	74550
ANA3F44	275410D000054923	15/09/2026	74550
ANC1481	275410D000054889	14/09/2026	74550
ANN6932	275410D000054745	12/09/2026	74550
ANN8I20	275410T000003172	12/09/2026	60681
ANO8F96	275410D000054886	14/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000054813	13/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000054779	13/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000054727	12/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055031	16/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000054736	12/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000054757	12/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000054815	13/09/2026	74630
ANQ1B78	275410D000054890	14/09/2026	74550
ANT4238	275410D000055019	16/09/2026	74550
AOA6233	275410D000054717	12/09/2026	74630
AOC9425	275410D000054732	12/09/2026	74550
AOH6884	275410D000054646	11/09/2026	74630
AOH6H93	275410D000055034	16/09/2026	74550
AOQ6I05	275410D000054873	14/09/2026	74550
AOT1A69	275410D000054773	12/09/2026	74550
AOX8377	275410D000054663	11/09/2026	74550

APC1I84	275410D000054812	13/09/2026	74630
APD6B73	275410D000055076	17/09/2026	74550
APF2263	275410D000054858	14/09/2026	74550
APG1B79	275410D000054720	12/09/2026	74550
API8J50	275410D000054926	15/09/2026	74550
APQ9F99	275410D000055005	16/09/2026	74630
APX2H00	275410D000055021	16/09/2026	74550
AQA0B38	275410D000054742	12/09/2026	74630
AQD4J20	275410D000054662	11/09/2026	74550
AQL5G69	275410D000054706	12/09/2026	74550
AQL9B41	275410D000054810	13/09/2026	74710
AQL9B41	275410D000054715	12/09/2026	74550
AQL9B41	275410D000055049	17/09/2026	74710
AQL9B41	275410D000054905	14/09/2026	74550
AQY5706	275410D000054862	14/09/2026	74550
AQY5J57	275410D000054882	14/09/2026	74550
ARB5636	275410D000054895	14/09/2026	74630
ARB5636	275410D000054904	14/09/2026	74630
ARC1D76	275410D000054947	15/09/2026	74550
ARF1D90	275410D000054763	12/09/2026	74550
ARI6B11	275410D000054842	13/09/2026	74550
ARN1G57	275410D000054891	14/09/2026	74550
ARR5J97	275410D000054730	12/09/2026	74550
ARV5746	275410D000054642	11/09/2026	74630
ARV5746	275410D000054661	11/09/2026	74630
ARV5746	275410D000054868	14/09/2026	74550
ARV5746	275410D000054957	15/09/2026	74550
ARV5746	275410D000054980	16/09/2026	74550
ARX5D40	275410D000054817	13/09/2026	74550
ASA3319	275410D000054676	11/09/2026	74630
ASB9681	275410D000054922	15/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055030	16/09/2026	74710
ASB9681	275410D000054860	14/09/2026	74550
ASB9681	275410D000054907	14/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055053	17/09/2026	74630
ASB9681	275410D000054693	12/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055052	17/09/2026	74710
ASB9681	275410D000054985	16/09/2026	74710
ASB9681	275410D000054984	16/09/2026	74710
ASB9681	275410D000054983	16/09/2026	74710
ASF6A62	275410D000054894	14/09/2026	74550
ASO1B92	275410D000054696	12/09/2026	74550
ASV7B94	275410D000054940	15/09/2026	74710
ASV8259	275410D000054780	13/09/2026	74550
ASV8259	275410D000054781	13/09/2026	74550
ASY4J19	275410D000054852	14/09/2026	74550
ATG5J05	275410D000054728	12/09/2026	74550
ATM6E78	275410D000054719	12/09/2026	74550
ATM6E78	275410D000054723	12/09/2026	74550
AUH3E60	275410D000054958	15/09/2026	74550
AUH4J59	275410D000054827	13/09/2026	74630
AUH6C29	275410D000054645	11/09/2026	74550
AUJ0192	275410D000054928	15/09/2026	74550
AUV5F63	275410D000054921	15/09/2026	74550
AUZ2H25	275410D000054682	12/09/2026	74550
AVB8A62	275410D000054870	14/09/2026	74550
AVH4E11	275410D000054988	16/09/2026	74550
AVJ1G53	275410D000054944	15/09/2026	74550
AVM6B63	275410D000054709	12/09/2026	74550
AVM8E74	275410D000054953	15/09/2026	74550
AVT2F21	275410D000055043	17/09/2026	74550
AVV3235	275410D000054877	14/09/2026	74550
AVV6967	275410D000054918	15/09/2026	74710
AVV6967	275410D000054855	14/09/2026	74710
AVV6967	275410D000054903	14/09/2026	74710
AVV6967	275410D000054838	13/09/2026	74550
AVV6967	275410D000054830	13/09/2026	74550
AVV6967	275410D000054688	12/09/2026	74630
AVZ0H04	275410D000054784	13/09/2026	74550
AWD4B93	275410D000054708	12/09/2026	74630
AWP0C36	275410D000054778	13/09/2026	74550
AWP6J08	275410D000054851	13/09/2026	74550
AWR9H90	275410D000055038	16/09/2026	74550
AWS3C12	275410D000055044	17/09/2026	74550
AWT0J58	275410D000054975	16/09/2026	74550
AWT0J58	275410D000054917	15/09/2026	74550
AWT3201	275410D000054768	12/09/2026	74550
AWV2711	275410D000054743	12/09/2026	74550
AXB4654	275410D000055046	17/09/2026	74550
AXD1132	275410D000054933	15/09/2026	74550
AXD3A35	275410T000003177	15/09/2026	76331
AXG1F38	275410D000054968	15/09/2026	74550
AXJ6G72	275410D000055067	17/09/2026	74550
AXM2C14	275410D000055004	16/09/2026	74550
AXM3B52	275410D000054837	13/09/2026	74550
AXN1B44	275410D000054721	12/09/2026	74630
AXP3E33	275410D000054746	12/09/2026	74550
AXR8F23	275410L000001446	08/09/2026	55412
AXX1B23	275410D000054683	12/09/2026	74550

AXX1B23	275410D000054761	12/09/2026	74630
AXX1B23	275410D000054713	12/09/2026	74550
AXX1B23	275410D000054748	12/09/2026	74550
AYA2E63	275410D000054859	14/09/2026	74550
AYA6I01	275410D000054798	13/09/2026	74550
AYB5D48	275410D000054686	12/09/2026	74550
AYD7F50	275410D000054791	13/09/2026	74550
AYL2108	275410D000055014	16/09/2026	74550
AYS3B36	275410D000054792	13/09/2026	74550
AZK7351	275410D000054657	11/09/2026	74550
AZT2A65	275410D000054919	15/09/2026	74550
AZV6B39	275410D000055058	17/09/2026	74550
AZZ5C71	275410D000054769	12/09/2026	74630
BAA3J51	275410D000054624	11/09/2026	74550
BAK9F21	275410D000054856	14/09/2026	74550
BAK9F21	275410D000054689	12/09/2026	74550
BAO7H73	275410D000054797	13/09/2026	74550
BAP4C82	275410D000054932	15/09/2026	74550
BAU0A72	275410T000003178	15/09/2026	76331
BAY2J13	275410D000055068	17/09/2026	74550
BBA2311	275410D000054664	11/09/2026	74550
BBD9G88	275410D000054962	15/09/2026	74630
BBD9G88	275410D000054970	15/09/2026	74550
BBE6J63	275410D000054674	11/09/2026	74550
BBI5H02	275410D000054724	12/09/2026	74550
BBI7B03	275410D000054936	15/09/2026	74550
BBJ2H01	275410D000054643	11/09/2026	74550
BBJ2H01	275410D000054641	11/09/2026	74550
BBM0E46	275410D000054685	12/09/2026	74550
BBM7F15	275410D000054766	12/09/2026	74550
BBP2A18	275410D000054635	11/09/2026	74630
BBT9F51	275410D000054833	13/09/2026	74550
BCC0A97	275410D000054826	13/09/2026	74550
BCC8865	275410D000054639	11/09/2026	74550
BCD8G68	275410D000054867	14/09/2026	74550
BCF1309	275410D000054880	14/09/2026	74550
BCI4C16	275410D000054735	12/09/2026	74630
BCV7F00	275410D000054756	12/09/2026	74550
BDA1D09	275410D000054631	11/09/2026	74550
BDO6J85	275410D000054863	14/09/2026	74550
BDQ0B94	275410D000054692	12/09/2026	74550
BDQ5J10	275410D000054668	11/09/2026	74630
BDQ9E91	275410D000054787	13/09/2026	74550
BDS0J23	275410D000054803	13/09/2026	74550
BDT3B22	275410D000055012	16/09/2026	74550
BED3G69	275410D000054681	12/09/2026	74550
BED6E87	275410D000054802	13/09/2026	74550
BED9J07	275410D000055065	17/09/2026	74550
BEL4F15	275410D000054718	12/09/2026	74550
BEO7A47	275410D000054788	13/09/2026	74550
BEP2D22	275410D000054697	12/09/2026	74550
BER8A78	275410D000054840	13/09/2026	74550
BET4F59	275410D000054700	12/09/2026	74550
BET8I57	275410D000055016	16/09/2026	74550
BGC1E35	275410D000055069	17/09/2026	74550
BOZ0399	275410D000054622	11/09/2026	74550
BYW5G98	275410D000054906	14/09/2026	74550
CCC3H85	275410D000054754	12/09/2026	74550
CCH6B76	275410D000054902	14/09/2026	74550
CFU2F25	275410D000054702	12/09/2026	74550
CIU4A85	275410D000054741	12/09/2026	74550
CNX6D94	275410D000054695	12/09/2026	74550
CNX6D94	275410D000054651	11/09/2026	74550
DAY9E90	275410D000054636	11/09/2026	74550
DFX9I57	275410D000055073	17/09/2026	74630
DFX9I57	275410D000055077	17/09/2026	74630
DPC1779	275410D000054934	15/09/2026	74550
DTP2H70	275410D000054699	12/09/2026	74550
DUJ9132	275410D000054627	11/09/2026	74550
DVN2B66	275410D000054705	12/09/2026	74550
EAB9278	275410D000055054	17/09/2026	74550
EAB9278	275410D000054714	12/09/2026	74550
EAM8B18	275410T000003179	16/09/2026	76331
EKR0E28	275410D000054672	11/09/2026	74550
ELR4207	275410D000054673	11/09/2026	74630
ETE0J41	275410D000054982	16/09/2026	74630
EXY5B52	275410D000054866	14/09/2026	74550
EYD5E59	275410T000003256	17/09/2026	76331
EZF1G81	275410D000054704	12/09/2026	74550
EZH5G32	275410D000054853	14/09/2026	74550
FAO5J29	275410D000054632	11/09/2026	74550
FEE9B24	275410D000054800	13/09/2026	74630
FGH6A13	275410D000054684	12/09/2026	74550
FHT8J11	275410D000055017	16/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000055022	16/09/2026	74630
FIQ9246	275410D000054979	16/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000054954	15/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000054952	15/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000054992	16/09/2026	74550

FIQ9246	275410D000055024	16/09/2026	74630
FIQ9246	275410D000055023	16/09/2026	74550
FJR0J92	275410D000054888	14/09/2026	74550
FKL8C34	275410D000054969	15/09/2026	74550
FVF1C09	275410D000054871	14/09/2026	74550
FWI6G09	275410L000001450	08/09/2026	55412
FYV3H54	275410D000055025	16/09/2026	74550
FZY4A91	275410D000055047	17/09/2026	74550
GAL3J70	275410D000055040	17/09/2026	74550
GEH0G21	275410T000003170	11/09/2026	60681
GKA7A64	275410D000054839	13/09/2026	74550
GZM9F69	275410D000054875	14/09/2026	74550
HBJ4I65	275410D000054650	11/09/2026	74550
HBJ4I65	275410D000054652	11/09/2026	74550
HCZ1D10	275410D000054927	15/09/2026	74550
HJW6E14	275410D000054655	11/09/2026	74550
HTJ5H02	275410D000055008	16/09/2026	74550
HTR7A52	275410D000055055	17/09/2026	74630
IGS1656	275410D000054829	13/09/2026	74550
IGS1656	275410L000001452	08/09/2026	55412
IHE1606	275410D000054775	12/09/2026	74550
IKN3J66	275410D000054767	12/09/2026	74550
IKV6A23	275410D000054759	12/09/2026	74550
ILB5H21	275410D000054850	13/09/2026	74550
ILT3762	275410D000054823	13/09/2026	74550
INB6E61	275410T000003180	17/09/2026	76331
IQF1208	275410T000003171	12/09/2026	76331
IQO7I07	275410D000055063	17/09/2026	74550
IRJ9482	275410D000054738	12/09/2026	74550
ITN5J65	275410D000054998	16/09/2026	74630
IUG8I01	275410D000054807	13/09/2026	74550
IUY1F66	275410L000001449	08/09/2026	55412
IYQ6J29	275410D000055056	17/09/2026	74550
IZS8A95	275410D000054722	12/09/2026	74550
JAV8A01	275410D000054667	11/09/2026	74550
JBP8G27	275410D000054737	12/09/2026	74550
JFL3A86	275410L000001448	08/09/2026	55412
JGW0A38	275410D000054883	14/09/2026	74550
JMS6A09	275410D000054849	13/09/2026	74550
JNS3562	275410D000054977	16/09/2026	74550
JVT8B69	275410D000055020	16/09/2026	74550
JYX3I80	275410D000054825	13/09/2026	74550
JZH0267	275410D000054943	15/09/2026	74550
KAT1450	275410D000054816	13/09/2026	74550
KEJ3H02	275410D000054762	12/09/2026	74550
KJK3E17	275410D000054744	12/09/2026	74550
KNY4B62	275410D000054734	12/09/2026	74710
KVP3E18	275410D000054794	13/09/2026	74550
KZW9058	275410D000054844	13/09/2026	74630
LNI6A10	275410D000054795	13/09/2026	74550
LNI6A10	275410D000054796	13/09/2026	74550
LTQ2J53	275410D000054644	11/09/2026	74550
LYB4788	275410D000054981	16/09/2026	74550
LYB4788	275410D000054964	15/09/2026	74550
LYW6F76	275410D000054656	11/09/2026	74550
MAS2411	275410D000054808	13/09/2026	74550
MAS2411	275410D000054801	13/09/2026	74630
MAY8C24	275410D000055033	16/09/2026	74550
MAZ5170	275410D000054677	11/09/2026	74550
MBQ1944	275410D000055009	16/09/2026	74550
MBQ1944	275410D000054846	13/09/2026	74550
MBQ1944	275410D000054848	13/09/2026	74550
MBQ1944	275410D000054884	14/09/2026	74550
MBQ1944	275410D000054675	11/09/2026	74550
MCA1177	275410D000054986	16/09/2026	74550
MCA6865	275410D000054799	13/09/2026	74550
MCG2H76	275410D000054935	15/09/2026	74630
MCG2H76	275410D000054666	11/09/2026	74550
MCI0705	275410D000054967	15/09/2026	74630
MCI0805	275410D000054755	12/09/2026	74550
MCK5424	275410D000054649	11/09/2026	74630
MCK5424	275410D000054648	11/09/2026	74630
MDA7854	275410D000054939	15/09/2026	74550
MDE3400	275410D000055050	17/09/2026	74550
MDE3400	275410D000055051	17/09/2026	74550
MDG4A24	275410D000054956	15/09/2026	74550
MDI0448	275410D000054760	12/09/2026	74550
MDK5B47	275410D000054874	14/09/2026	74630
MDK5B47	275410D000054793	13/09/2026	74550
MDO8H62	275410D000054911	14/09/2026	74550
MDV8334	275410D000054671	11/09/2026	74550
MEC9F99	275410D000055041	17/09/2026	74550
MEE8636	275410D000054731	12/09/2026	74550
MEP8G16	275410D000054653	11/09/2026	74550
MEP8G16	275410D000054691	12/09/2026	74550
MEQ6I00	275410D000054750	12/09/2026	74550
MEU2J97	275410D000054679	11/09/2026	74550
MEU2J97	275410D000054733	12/09/2026	74550
MEW4H72	275410T000003173	14/09/2026	76331

MEX2341	275410D000054914	14/09/2026	74550
MFA7J36	275410D000054920	15/09/2026	74550
MFF3J49	275410D000054909	14/09/2026	74550
MFI8443	275410D000054774	12/09/2026	74550
MFI8443	275410D000055039	17/09/2026	74550
MFM9606	275410D000054976	16/09/2026	74550
MFR3158	275410D000054749	12/09/2026	74550
MFR9J04	275410D000054660	11/09/2026	74550
MFR9J04	275410D000054659	11/09/2026	74550
MFT1H99	275410D000054878	14/09/2026	74550
MFW7J80	275410D000055036	16/09/2026	74550
MGD8C94	275410D000054726	12/09/2026	74550
MGN6812	275410D000054707	12/09/2026	74550
MHN8C19	275410D000054843	13/09/2026	74550
MIM5269	275410D000054740	12/09/2026	74630
MIV5I70	275410D000054949	15/09/2026	74550
MIW5I25	275410D000054783	13/09/2026	74550
MIX0H98	275410D000054912	14/09/2026	74550
MJP3J07	275410D000054900	14/09/2026	74550
MKA2G64	275410D000054785	13/09/2026	74550
MKK7D51	275410D000054896	14/09/2026	74550
MKM8I01	275410D000054725	12/09/2026	74630
MLF5E93	275410D000054898	14/09/2026	74550
MLL5B98	275410D000055006	16/09/2026	74550
MMH3E65	275410D000054819	13/09/2026	74550
MMJ4590	275410D000054834	13/09/2026	74550
MMJ4590	275410D000054786	13/09/2026	74550
MOJ0G04	275410D000054669	11/09/2026	74630
NCV2E28	275410D000054629	11/09/2026	74550
NDN7733	275410D000054818	13/09/2026	74550
NPA3C64	275410D000054654	11/09/2026	74550
NPN4G91	275410D000054716	12/09/2026	74550
OFN1980	275410D000054770	12/09/2026	74550
OFN1980	275410D000054831	13/09/2026	74550
OFN1980	275410D000054765	12/09/2026	74550
OFN1980	275410D000054824	13/09/2026	74630
OFN1980	275410D000054822	13/09/2026	74630
OMF3B20	275410D000054963	15/09/2026	74550
OOW6B98	275410D000055035	16/09/2026	74550
OSF2A70	275410D000055057	17/09/2026	74550
PIP2A65	275410D000054995	16/09/2026	74710
PKV1B22	275410L000001445	09/09/2026	55412
PQO9C73	275410D000054996	16/09/2026	74550
PUU5013	275410D000054701	12/09/2026	74550
PZF1G56	275410D000054989	16/09/2026	74630
PZF1G56	275410D000054990	16/09/2026	74550
QCN8D96	275410D000054751	12/09/2026	74550
QDC2C85	275410D000054978	16/09/2026	74550
QHY2F56	275410D000054971	15/09/2026	74550
QII8H92	275410D000054938	15/09/2026	74550
QIL0F16	275410D000054777	13/09/2026	74550
QIP1I71	275410D000054841	13/09/2026	74550
QIV2B67	275410D000055011	16/09/2026	74550
QJX7H09	275410D000054961	15/09/2026	74550
QNZ1E74	275410D000054881	14/09/2026	74550
QPL8F43	275410D000054872	14/09/2026	74550
QPS1H13	275410D000055000	16/09/2026	74550
QRP8J68	275410T000003174	14/09/2026	76331
QUA3B09	275410D000054782	13/09/2026	74630
QUP8H57	275410D000054974	16/09/2026	74550
QWL0C41	275410D000054771	12/09/2026	74550
RAP1C35	275410T000003175	14/09/2026	76331
RBV2I89	275410D000054772	12/09/2026	74550
RBV2I89	275410D000054789	13/09/2026	74550
RBV2I89	275410D000054790	13/09/2026	74550
RCM1D56	275410D000054931	15/09/2026	74550
RFQ2A96	275410D000054993	16/09/2026	74550
RHE3G20	275410D000054758	12/09/2026	74550
RHH9I24	275410D000055064	17/09/2026	74550
RHI5C48	275410D000054703	12/09/2026	74550
RHK9C89	275410D000054647	11/09/2026	74550
RHP6E73	275410D000054994	16/09/2026	74550
RHV7A55	275410D000054897	14/09/2026	74550
RHW1I87	275410D000054948	15/09/2026	74710
RHZ9I10	275410D000054753	12/09/2026	74550
RKZ7A14	275410D000055018	16/09/2026	74550
RLA9F55	275410D000054966	15/09/2026	74630
RLK7J66	275410D000054857	14/09/2026	74550
RPB9B29	275410D000054633	11/09/2026	74550
RXU1I62	275410D000054630	11/09/2026	74550
RYQ3A68	275410D000054694	12/09/2026	74550
RYR8C88	275410D000054945	15/09/2026	74550
SDR6F43	275410D000055001	16/09/2026	74550
SDX5D48	275410T000003176	15/09/2026	76331
SED6A33	275410D000055060	17/09/2026	74550
SEG5D53	275410D000054835	13/09/2026	74550
SEP0I87	275410D000054950	15/09/2026	74550
SEP2G07	275410D000054924	15/09/2026	74550
SEQ3G44	275410D000054665	11/09/2026	74550

SES7B45	275410D000054828	13/09/2026	74550
SEV8B82	275410D000054991	16/09/2026	74550
SEV8B82	275410D000054925	15/09/2026	74550
SFC2A81	275410D000054712	12/09/2026	74550
SFF7E56	275410D000054698	12/09/2026	74550
SFH5D86	275410L000001451	08/09/2026	55412
SFK8F49	275410D000054804	13/09/2026	74550
SFK9A88	275410D000054960	15/09/2026	74550
SFL7J86	275410D000054836	13/09/2026	74550
SFM5E73	275410D000055010	16/09/2026	74550
SFO8I47	275410D000054687	12/09/2026	74550
SJE5G59	275410L000001447	08/09/2026	55412
SPI7I42	275410D000054997	16/09/2026	74550
SQX9G38	275410D000055032	16/09/2026	74550
SUQ7E11	275410D000055061	17/09/2026	74550
SXE3J71	275410D000054638	11/09/2026	74550
SXV6F92	275410D000054876	14/09/2026	74550
TAI1D23	275410D000054711	12/09/2026	74550
TAK3I59	275410D000055027	16/09/2026	74550
TAL4J46	275410D000055028	16/09/2026	74550
TAL9J22	275410D000055037	16/09/2026	74710
TAQ2D52	275410D000054910	14/09/2026	74550
TAV1C86	275410D000054623	11/09/2026	74550
TAY3F30	275410D000054854	14/09/2026	74550
TBF4E65	275410D000054820	13/09/2026	74550
TBH5C85	275410D000054972	15/09/2026	74550
TBH5H01	275410D000054625	11/09/2026	74550
TBJ2G84	275410D000054951	15/09/2026	74550
TBO6E75	275410D000054710	12/09/2026	74550
TBR7G47	275410D000054869	14/09/2026	74550
TBU1J20	275410D000054955	15/09/2026	74550
TBX6B51	275410D000055002	16/09/2026	74550
TCI0A21	275410T000003254	11/09/2026	76331
TMG3J64	275410D000054899	14/09/2026	74550
TYX4C88	275410D000054885	14/09/2026	74550
TZZ5F61	275410D000054916	15/09/2026	74550
UBF7E64	275410D000054670	11/09/2026	74550
UBG8A24	275410D000055007	16/09/2026	74550
UBH1D06	275410D000054739	12/09/2026	74630
UBH7B84	275410D000054747	12/09/2026	74550
UBM8D04	275410D000054930	15/09/2026	74550
UBM8D04	275410D000055015	16/09/2026	74550
UBO3H11	275410D000054845	13/09/2026	74550
UBO3H11	275410D000054946	15/09/2026	74550
UBQ5A34	275410D000054999	16/09/2026	74550
UBV2B45	275410D000054987	16/09/2026	74550
UBW9A12	275410D000054626	11/09/2026	74550
UBZ1G58	275410D000054690	12/09/2026	74550
UCK5I44	275410D000055048	17/09/2026	74550
UCL1D85	275410D000054861	14/09/2026	74550
UCN8H56	275410D000054814	13/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000054965	15/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000054908	14/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055059	17/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055070	17/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055072	17/09/2026	74630
UDH4C76	275410T000003181	17/09/2026	76331
UDZ5J42	275410D000054942	15/09/2026	74550
UMN5H54	275410D000054865	14/09/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIG3334	275410D000050767	14/07/2026	74550
AJC5581	275410D000050706	13/07/2026	74550
AOY1638	275410D000050789	15/07/2026	74550
AOZ7836	275410D000050769	14/07/2026	74550
APY6189	275410D000050757	14/07/2026	74550
ARW2D19	275410D000050735	14/07/2026	74550
BBH8916	275410D000050711	13/07/2026	74550
BBY5C11	275410D000050756	14/07/2026	74550
EKX9623	275410D000050772	14/07/2026	74550
IHK4C07	275410D000050766	14/07/2026	74550
IKG0C35	275410D000050698	13/07/2026	74550
PHD6J69	275410D000050758	14/07/2026	74550
QOS3H78	275410D000050805	15/07/2026	74550
REB7B01	275410D000050804	15/07/2026	74550
RHW3F30	275410D000050729	13/07/2026	74550
TAP5C39	275410D000050738	14/07/2026	74550
TBN5B06	275410D000050728	13/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS		

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV
até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACM9C00	275410D000050721	13/07/2026	74550	R$ 130.16
AHY3H49	275410D000050809	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AID4E33	275410D000050703	13/07/2026	74630	R$ 195.23
AKD1132	275410D000050782	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AKW0C69	275410D000050776	14/07/2026	74630	R$ 195.23
ALZ9F64	275410D000050748	14/07/2026	74550	R$ 130.16
ANT1464	275410D000050744	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AOW4C25	275410D000050759	14/07/2026	74550	R$ 130.16
APY7D54	275410D000045084	09/05/2026	74550	R$ 130.16
AQG4642	275410L000001187	08/07/2026	55412	R$ 195.23
AQK4881	275410D000050787	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AQZ4H56	275410L000001201	07/07/2026	55412	R$ 195.23
ARW2D19	275410D000050803	15/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000050790	15/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000050730	14/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000050731	14/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000050770	14/07/2026	74710	R$ 880.41
ASJ2869	275410D000050792	15/07/2026	74550	R$ 130.16
ASR4262	275410D000050791	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AST9H94	275410D000050722	13/07/2026	74550	R$ 130.16
ATP3J79	275410L000001190	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AUV1J81	275410L000001188	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AVB5I29	275410L000001189	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AVH4E11	275410D000044995	07/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000050784	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000050807	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AVW6B63	275410D000050713	13/07/2026	74550	R$ 130.16
AWB9H02	275410D000050715	13/07/2026	74550	R$ 130.16
AWO9G12	275410L000001199	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AWY5221	275410D000050798	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AXL1I07	275410D000050808	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AXL7C84	275410D000050754	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AXR9J74	275410L000001200	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AXU4H72	275410D000050761	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AXU4H72	275410D000050749	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AXW4756	275410D000050699	13/07/2026	74630	R$ 195.23
AYS9690	275410L000001198	07/07/2026	55412	R$ 195.23
AZO1852	275410L000001203	07/07/2026	55412	R$ 195.23
BAQ2E97	275410D000050777	14/07/2026	74630	R$ 195.23
BAQ8737	275410D000050710	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BCA0C23	275410D000050707	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BCD5581	275410D000050716	13/07/2026	74630	R$ 195.23
BCD5I73	275410D000050773	14/07/2026	74550	R$ 130.16
BCZ3C88	275410D000045062	08/05/2026	74550	R$ 130.16
BDE6C45	275410D000050747	14/07/2026	74630	R$ 195.23
BDM3I99	275410D000050779	14/07/2026	74550	R$ 130.16
BDO3H02	275410D000050788	15/07/2026	74550	R$ 130.16
BDW4F93	275410D000050751	14/07/2026	74630	R$ 195.23
BDY8G57	275410D000050702	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BEG8G35	275410L000001196	07/07/2026	55412	R$ 195.23
BER3B87	275410D000044940	06/05/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000050739	14/07/2026	74630	R$ 195.23
DYM0B83	275410D000050709	13/07/2026	74630	R$ 195.23
EEZ9D67	275410L000001192	07/07/2026	55412	R$ 195.23
ERS9F27	275410D000050760	14/07/2026	74550	R$ 130.16
FFN9H14	275410D000045485	03/05/2026	74550	R$ 130.16
FGQ7394	275410D000050704	13/07/2026	74630	R$ 195.23
FYO0B03	275410D000050799	15/07/2026	74550	R$ 130.16
HRU1766	275410D000050795	15/07/2026	74630	R$ 195.23
IGS1656	275410L000001197	07/07/2026	55412	R$ 195.23
IJD5B92	275410D000050717	13/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000050781	14/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000050806	15/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000050752	14/07/2026	74550	R$ 130.16
INQ4869	275410D000050740	14/07/2026	74710	R$ 880.41
IVU8403	275410L000001194	07/07/2026	55412	R$ 195.23
IVZ8F83	275410D000050724	13/07/2026	74550	R$ 130.16
IXP5F12	275410D000050746	14/07/2026	74630	R$ 195.23
IYH2I49	275410D000050732	14/07/2026	74630	R$ 195.23
KAG0H73	275410D000050743	14/07/2026	74550	R$ 130.16
LYW6F76	275410D000050801	15/07/2026	74550	R$ 130.16
MAU0A42	275410D000050720	13/07/2026	74550	R$ 130.16
MDI2749	275410D000050780	14/07/2026	74550	R$ 130.16
MDQ5E28	275410D000050783	15/07/2026	74630	R$ 195.23
MEQ6I00	275410D000050745	14/07/2026	74630	R$ 195.23
MEQ6I00	275410D000050708	13/07/2026	74710	R$ 880.41
MJD6A43	275410D000050750	14/07/2026	74550	R$ 130.16
MZX2D71	275410L000001202	07/07/2026	55412	R$ 195.23
NGD5G48	275410D000050785	15/07/2026	74550	R$ 130.16
NXY4J43	275410D000048021	13/06/2026	74550	R$ 130.16
OGI9G08	275410D000050793	15/07/2026	74630	R$ 195.23
PHD6J69	275410D000050753	14/07/2026	74630	R$ 195.23
PKM0A82	275410L000001195	07/07/2026	55412	R$ 195.23
QJO6D63	275410D000050768	14/07/2026	74630	R$ 195.23

QPO8G16	275410D000047992	11/06/2026	74550	R$ 130.16
QUJ2J06	275410D000050718	13/07/2026	74550	R$ 130.16
QXY7C22	275410D000050786	15/07/2026	74550	R$ 130.16
RHK8F05	275410D000050794	15/07/2026	74550	R$ 130.16
RHM4G54	275410D000050742	14/07/2026	74630	R$ 195.23
RHW3F30	275410D000050727	13/07/2026	74630	R$ 195.23
RUH8A37	275410D000050733	14/07/2026	74550	R$ 130.16
SED5B55	275410L000001191	07/07/2026	55412	R$ 195.23
SEH9E29	275410L000001193	07/07/2026	55412	R$ 195.23
SFJ3G42	275410D000050714	13/07/2026	74550	R$ 130.16
SFN0C33	275410D000050734	14/07/2026	74550	R$ 130.16
SXC5J21	275410D000050719	13/07/2026	74550	R$ 130.16
SYI4B71	275410D000050705	13/07/2026	74550	R$ 130.16
TAR6B31	116100T002298041	09/07/2026	54600	R$ 130.16
TAS7F51	275410D000050723	13/07/2026	74550	R$ 130.16
TBG4B17	275410D000050765	14/07/2026	74630	R$ 195.23
TBG4B17	275410D000050796	15/07/2026	74630	R$ 195.23
TBG4B17	275410D000050764	14/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000050774	14/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000050775	14/07/2026	74630	R$ 195.23
UBI2I95	275410D000050802	15/07/2026	74550	R$ 130.16
UBO0H43	275410D000050712	13/07/2026	74630	R$ 195.23
UBY3E51	275410D000047909	04/06/2026	74550	R$ 130.16
UCJ4A00	275410D000050763	14/07/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 12/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
UBO7A50	275410D000050725	13/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 09/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFJ7B91	275410NIC0016185	01/09/2026	50020
AHS0994	275410NIC0016191	01/09/2026	50020
AIQ0A66	275410NIC0016173	01/09/2026	50020
AOB8E89	275410NIC0016170	01/09/2026	50020
AQW0F08	275410NIC0016172	01/09/2026	50020
ARN8G85	275410NIC0016188	01/09/2026	50020
ASG4D77	275410NIC0016194	01/09/2026	50020
ASG4D77	275410NIC0016183	01/09/2026	50020
ATE1651	275410NIC0016160	01/09/2026	50020
ATE1651	275410NIC0016200	01/09/2026	50020
ATO2A58	275410NIC0016193	01/09/2026	50020
AUT8D25	275410NIC0016197	01/09/2026	50020
AVS9I17	275410NIC0016149	01/09/2026	50020
AVS9I17	275410NIC0016186	01/09/2026	50020
AVV6967	275410NIC0016196	01/09/2026	50020
AWF8C04	275410NIC0016159	01/09/2026	50020
AWV5721	275410NIC0016148	01/09/2026	50020
AYX5J32	275410NIC0016199	01/09/2026	50020
AZN3D22	275410NIC0016141	01/09/2026	50020
BAQ2E97	275410NIC0016158	01/09/2026	50020
BAY6C53	275410NIC0016176	01/09/2026	50020
BBQ9J44	275410NIC0016167	01/09/2026	50020
BCQ9J63	275410NIC0016163	01/09/2026	50020
BCQ9J63	275410NIC0016162	01/09/2026	50020
BCT5A81	275410NIC0016203	01/09/2026	50020
BDM3I99	275410NIC0016189	01/09/2026	50020
BET6E58	275410NIC0016190	01/09/2026	50020
CUQ1J58	275410NIC0016166	01/09/2026	50020
DHR8A06	275410NIC0016192	01/09/2026	50020
GJH6G62	275410NIC0016154	01/09/2026	50020
IZL2C35	275410NIC0016156	01/09/2026	50020
JCJ5B26	275410NIC0016157	01/09/2026	50020
JCJ5B26	275410NIC0016201	01/09/2026	50020
QAH8H89	275410NIC0016195	01/09/2026	50020
QIY3H28	275410NIC0016187	01/09/2026	50020
QIY3H28	275410NIC0016184	01/09/2026	50020
QIY3H28	275410NIC0016146	01/09/2026	50020
QIY3H28	275410NIC0016147	01/09/2026	50020
QUL8A44	275410NIC0016145	01/09/2026	50020
QUL8A44	275410NIC0016174	01/09/2026	50020
QXO4F59	275410NIC0016177	01/09/2026	50020
QXT0A99	275410NIC0016168	01/09/2026	50020
QXT0A99	275410NIC0016169	01/09/2026	50020
RHZ7E69	275410NIC0016171	01/09/2026	50020
SDS4B08	275410NIC0016179	01/09/2026	50020
SED4F66	275410NIC0016143	01/09/2026	50020

SEU3B27	275410NIC0016178	01/09/2026	50020
SFK5A92	275410NIC0016144	01/09/2026	50020
TAI4E91	275410NIC0016175	01/09/2026	50020
TAI9H73	275410NIC0016182	01/09/2026	50020
TBB8G02	275410NIC0016181	01/09/2026	50020
TBX9F19	275410NIC0016150	01/09/2026	50020
TCY8H96	275410NIC0016202	01/09/2026	50020
TDI5I14	275410NIC0016180	01/09/2026	50020
TKC3B04	275410NIC0016153	01/09/2026	50020
TTT4A96	275410NIC0016165	01/09/2026	50020
TXU9H40	275410NIC0016155	01/09/2026	50020
UBH3A61	275410NIC0016164	01/09/2026	50020
UBH7B84	275410NIC0016151	01/09/2026	50020
UBM0D57	275410NIC0016152	01/09/2026	50020
UBT3J58	275410NIC0016198	01/09/2026	50020
UBX7F90	275410NIC0016161	01/09/2026	50020
UBZ3J64	275410NIC0016142	01/09/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 12/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ACZ4A17	275410NIC0016215	04/09/2026	50020
AUV7C56	275410NIC0016213	04/09/2026	50020
AXB6056	275410NIC0016206	04/09/2026	50020
BBG2840	275410NIC0016204	04/09/2026	50020
BCU9G41	275410NIC0016209	04/09/2026	50020
IZO0C39	275410NIC0016214	04/09/2026	50020
QPZ3A07	275410NIC0016211	04/09/2026	50020
QUI4F16	275410NIC0016216	04/09/2026	50020
RHO3F04	275410NIC0016207	04/09/2026	50020
RVJ7J98	275410NIC0016212	04/09/2026	50020
SDZ8G17	275410NIC0016205	04/09/2026	50020
UBO0H43	275410NIC0016210	04/09/2026	50020
UBO0H43	275410NIC0016208	04/09/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 12/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ACZ4A17	275410NIC0016215	04/09/2026	50020
AUV7C56	275410NIC0016213	04/09/2026	50020
AXB6056	275410NIC0016206	04/09/2026	50020
BBG2840	275410NIC0016204	04/09/2026	50020
BCU9G41	275410NIC0016209	04/09/2026	50020
IZO0C39	275410NIC0016214	04/09/2026	50020
QPZ3A07	275410NIC0016211	04/09/2026	50020
QUI4F16	275410NIC0016216	04/09/2026	50020
RHO3F04	275410NIC0016207	04/09/2026	50020
RVJ7J98	275410NIC0016212	04/09/2026	50020
SDZ8G17	275410NIC0016205	04/09/2026	50020
UBO0H43	275410NIC0016210	04/09/2026	50020
UBO0H43	275410NIC0016208	04/09/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 13/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AOC2787	275410D000045593	11/05/2026	74550	R$ 130.16
APY1516	275410D000050828	15/07/2026	74550	R$ 130.16
ARR4A54	275410L000001204	09/07/2026	55412	R$ 195.23
ARW2D19	275410D000050844	16/07/2026	74550	R$ 130.16
ATS4255	275410D000050820	15/07/2026	74630	R$ 195.23
AUW9F11	275410D000050813	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AVM8E74	275410D000050812	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AWB9H02	275410D000045598	11/05/2026	74550	R$ 130.16
AWB9H02	275410D000045576	10/05/2026	74550	R$ 130.16
AXG6J74	275410D000050833	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AXV4054	275410D000045612	12/05/2026	74550	R$ 130.16
AZO1852	275410L000001209	09/07/2026	55412	R$ 195.23
BAG5E89	275410D000050824	15/07/2026	74630	R$ 195.23
BCB7G42	275410L000001208	09/07/2026	55412	R$ 195.23
BDL9G62	275410D000050832	15/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000050836	15/07/2026	74550	R$ 130.16
CUQ0A45	275410D000050823	15/07/2026	74550	R$ 130.16
DNF6C66	275410D000050839	15/07/2026	74550	R$ 130.16
DNF6C66	275410D000050834	15/07/2026	74550	R$ 130.16

FIQ9246	275410D000050841	16/07/2026	74710	R$ 880.41
IJZ5653	275410D000045627	13/05/2026	74550	R$ 130.16
IKN2126	275410D000045244	11/05/2026	74550	R$ 130.16
IKN2126	275410D000045285	12/05/2026	74550	R$ 130.16
IQL7I92	275410D000045591	11/05/2026	74550	R$ 130.16
IRQ7A01	275410D000050815	15/07/2026	74550	R$ 130.16
IXX6I88	275410D000045231	11/05/2026	74550	R$ 130.16
LRN0I83	275410D000045163	10/05/2026	74550	R$ 130.16
LRN0I83	275410D000045312	13/05/2026	74550	R$ 130.16
LYW6F76	275410D000050829	15/07/2026	74550	R$ 130.16
LYW6F76	275410D000050817	15/07/2026	74630	R$ 195.23
MEO5930	275410D000050819	15/07/2026	74630	R$ 195.23
PPQ4G68	275410D000045352	13/05/2026	74550	R$ 130.16
PWP5I43	275410D000050830	15/07/2026	74550	R$ 130.16
PZJ9H71	275410L000001205	09/07/2026	55412	R$ 195.23
PZW2F24	275410L000001206	09/07/2026	55412	R$ 195.23
RHQ8F28	275410D000050816	15/07/2026	74550	R$ 130.16
TAV0B46	275410L000001207	09/07/2026	55412	R$ 195.23
TIV7C60	275410D000050825	15/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000050837	15/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000050835	15/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000050840	15/07/2026	74630	R$ 195.23
UAW5E03	275410D000045290	12/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 13/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AXL7C84	275410NIC0016218	05/09/2026	50020
BAQ2E97	275410NIC0016230	05/09/2026	50020
BDM3I99	275410NIC0016229	05/09/2026	50020
BDO3H02	275410NIC0016221	05/09/2026	50020
QUJ2J06	275410NIC0016227	05/09/2026	50020
QXY7C22	275410NIC0016217	05/09/2026	50020
SEH9E29	275410NIC0016231	05/09/2026	50020
SFJ3G42	275410NIC0016228	05/09/2026	50020
SXC5J21	275410NIC0016226	05/09/2026	50020
SYI4B71	275410NIC0016225	05/09/2026	50020
TBG4B17	275410NIC0016222	05/09/2026	50020
TBG4B17	275410NIC0016219	05/09/2026	50020
TBG4B17	275410NIC0016220	05/09/2026	50020
UBO0H43	275410NIC0016224	05/09/2026	50020
UCJ4A00	275410NIC0016223	05/09/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ANR3778	275410D000048095	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AUD2490	275410D000048075	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AWC2C21	275410D000048053	03/06/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000048049	03/06/2026	74550	R$ 130.16
LUO0D53	275410D000048082	04/06/2026	74550	R$ 130.16
LXV5279	275410D000048091	04/06/2026	74550	R$ 130.16
MIM3I52	275410D000048035	03/06/2026	74550	R$ 130.16
MIM3I52	275410D000048029	03/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
FSL2B59	275410D000045728	14/05/2026	74550	R$ 130.16
MAQ4841	275410D000045701	14/05/2026	74550	R$ 130.16
OWJ2B05	275410D000045373	14/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
MZU6H36	275410CND0000158	18/08/2026	50450
MZU6H36	275410CND0000156	11/08/2026	50450
MZU6H36	275410CND0000157	30/07/2026	50450

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito,				
dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 16/11/2026,				
o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAR9C42	275410D000048541	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AGV7I28	275410D000045987	16/05/2026	74550	R$ 130.16
ARW2D19	275410D000048377	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ARW2D19	275410D000048449	11/06/2026	74550	R$ 130.16
ARX7692	275410D000045885	15/05/2026	74550	R$ 130.16
ASK5C77	275410D000045956	16/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000045763	14/05/2026	74550	R$ 130.16
AWC7153	275410D000048495	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AXV4054	275410D000048536	13/06/2026	74550	R$ 130.16
BCG7F46	275410D000046040	16/05/2026	74550	R$ 130.16
BCY0J79	275410D000045449	15/05/2026	74550	R$ 130.16
BCY0J79	275410D000045459	15/05/2026	74550	R$ 130.16
BDF7B42	275410D000045883	15/05/2026	74550	R$ 130.16
BUO5I50	275410D000046028	16/05/2026	74550	R$ 130.16
GRW4B52	275410D000048503	12/06/2026	74550	R$ 130.16
IBI3D51	275410D000048388	09/06/2026	74550	R$ 130.16
INN3B45	275410D000048381	09/06/2026	74550	R$ 130.16
JAN6D64	275410D000046022	16/05/2026	74550	R$ 130.16
MLQ7027	275410D000045793	15/05/2026	74550	R$ 130.16
RAF2F93	275410D000048359	08/06/2026	74550	R$ 130.16
RHD9J48	275410D000045778	14/05/2026	74550	R$ 130.16
RHZ2F47	275410D000045968	16/05/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000048543	13/06/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000048574	14/06/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000048497	12/06/2026	74550	R$ 130.16
SEY5H38	275410D000048465	11/06/2026	74550	R$ 130.16
SEY5H38	275410D000048445	11/06/2026	74550	R$ 130.16
TAW9H51	275410D000048473	11/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo			
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto			
à DEPTRAN-DV até 16/11/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFR1J05	275410T000003198	25/09/2026	76331
AOF4G26	275410T000003185	23/09/2026	76331
AQL8H01	275410T000003196	25/09/2026	76331
AQQ6H23	275410T000003188	24/09/2026	51930
ASY3B24	275410T000003197	25/09/2026	76331
AUF0E62	275410T000003194	25/09/2026	55411
AUF9B92	275410T000003186	23/09/2026	76331
AYR6B17	275410T000003192	25/09/2026	76331
BWW4F27	275410T000003187	23/09/2026	76331
CCJ0C28	275410T000003191	24/09/2026	76331
DZW0I42	275410T000003257	22/09/2026	76331
FER3D70	275410T000003199	28/09/2026	76331
FVH1F17	275410T000003195	25/09/2026	76331
GAM2E59	275410T000003260	24/09/2026	76331
MEL3834	275410T000003259	23/09/2026	55412
MGZ1H65	275410T000003183	23/09/2026	54526
MLG1D09	275410T000000456	21/09/2026	52152
QTY3G45	275410T000003193	25/09/2026	76331
RHA5J47	275410T000003182	21/09/2026	76331
SEA4A42	275410T000003184	23/09/2026	76331
SYD3F45	275410T000003190	24/09/2026	76331
TAK7E71	275410T000003189	24/09/2026	76331
TCP2C87	275410T000000156	25/09/2026	76251
UAS1B13	275410T000003258	22/09/2026	76331

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de				
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ADB3B18	275410L000001239	14/07/2026	55412	R$ 195.23
AFJ7B91	275410NIC0015298	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AHD3283	275410D000051106	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AHG2J39	275410D000051168	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AHQ0I53	275410D000051155	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AIB6G58	275410NIC0015302	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AIY5F65	275410D000051091	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AJF8B04	275410NIC0015473	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AJM7E39	275410L000001241	14/07/2026	55412	R$ 195.23
AJQ8H62	275410D000051107	10/07/2026	74550	R$ 130.16

AJY4612	275410D000051084	08/07/2026	74550	R$ 130.16
AKA5F96	275410D000051090	09/07/2026	74630	R$ 195.23
AKM1073	275410D000051198	14/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM4341	275410D000051092	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AKO1268	275410D000050850	16/07/2026	74630	R$ 195.23
AKP6839	275410NIC0015358	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AMC0I15	275410L000001230	15/07/2026	55412	R$ 195.23
AMF3A31	275410NIC0015477	10/07/2026	50020	R$ 260.32
AMG9G02	275410D000051136	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AMU0355	275410L000001238	14/07/2026	55412	R$ 195.23
ANO6J43	275410NIC0015347	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ANW0D63	275410T000002467	15/07/2026	76331	R$ 293.47
ANX8I67	275410L000001237	14/07/2026	55412	R$ 195.23
ANZ1I25	275410NIC0015364	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AOC2787	275410D000050856	16/07/2026	74630	R$ 195.23
AOK7619	275410D000050860	16/07/2026	74550	R$ 130.16
AOY6A09	275410NIC0015337	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AOZ0H73	275410L000001231	15/07/2026	55412	R$ 195.23
APN2D16	275410D000051160	12/07/2026	74550	R$ 130.16
APP1254	275410D000051122	11/07/2026	74550	R$ 130.16
APP1254	275410D000051215	15/07/2026	74630	R$ 195.23
AQQ5112	275410L000001233	15/07/2026	55412	R$ 195.23
ARI6D75	275410D000051171	12/07/2026	74550	R$ 130.16
ARU7C28	275410D000051108	10/07/2026	74550	R$ 130.16
ASN1C51	275410L000001235	14/07/2026	55412	R$ 195.23
ASU2A32	275410NIC0015391	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ASW1D99	275410D000051210	14/07/2026	74550	R$ 130.16
ASZ0A22	275410D000050853	16/07/2026	74630	R$ 195.23
ATD6A62	275410D000051197	14/07/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410NIC0015377	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ATE1651	275410NIC0015486	10/07/2026	50020	R$ 260.32
ATI4C73	275410NIC0015328	07/07/2026	50020	R$ 586.94
ATM9249	275410L000001232	15/07/2026	55412	R$ 195.23
ATN4I32	275410NIC0015428	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ATU4C56	275410D000051135	12/07/2026	74550	R$ 130.16
ATZ3A55	275410NIC0015333	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AUF2I87	275410NIC0015433	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AUH4J59	275410D000051142	12/07/2026	74630	R$ 195.23
AUS0B37	275410D000051150	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AUX3G53	275410NIC0015413	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AVB5I29	275410L000001226	15/07/2026	55412	R$ 195.23
AVL5790	275410NIC0015366	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AVM1B50	275410NIC0015378	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AVM8E74	275410D000050854	16/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ4A20	275410D000051174	13/07/2026	74550	R$ 130.16
AVR3I76	275410NIC0015148	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AVR5C20	275410D000051144	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AVS9I17	275410NIC0015462	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AWD7F05	275410NIC0015325	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AWS8G92	275410D000051138	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AWS9F05	275410D000050855	16/07/2026	74710	R$ 880.41
AWT3203	275410D000050846	16/07/2026	74550	R$ 130.16
AWV5721	275410NIC0015386	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AWY9C80	275410D000051102	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AXB6056	275410NIC0015157	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AXJ3J04	275410D000051128	11/07/2026	74550	R$ 130.16
AXV4054	275410D000050862	16/07/2026	74550	R$ 130.16
AXY1F06	275410D000051218	15/07/2026	74550	R$ 130.16
AXZ3528	275410NIC0015278	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AXZ3528	275410NIC0015373	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AYB1H07	275410NIC0015368	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AYB9I30	275410D000051103	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AYK4821	275410NIC0015472	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AYM0J42	275410D000051097	10/07/2026	74550	R$ 130.16
AYX5J32	275410D000051088	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AZF6D84	275410D000051089	09/07/2026	74550	R$ 130.16
AZH1I04	275410D000051147	12/07/2026	74550	R$ 130.16
AZH3D12	275410NIC0015324	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AZH4907	275410NIC0015506	11/07/2026	50020	R$ 390.46
AZL0F16	275410NIC0015156	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AZP3F26	275410NIC0015154	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AZY3848	275410NIC0015496	10/07/2026	50020	R$ 260.32
BAB2154	275410NIC0015389	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BAH2373	275410NIC0015372	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BAH2373	275410NIC0015425	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BAZ2708	275410D000051109	10/07/2026	74550	R$ 130.16
BBI9317	275410NIC0015297	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BBQ1859	275410NIC0015443	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BBR9D61	275410NIC0015395	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BBT1H77	275410T000002468	15/07/2026	76331	R$ 293.47
BBU4782	275410NIC0015356	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BBX8458	275410D000051212	14/07/2026	74550	R$ 130.16
BBY5A06	275410NIC0015144	07/07/2026	50020	R$ 586.94
BCA6052	275410NIC0015457	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BCB6660	275410NIC0015295	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BCG0J01	275410NIC0015287	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BCG9C15	275410D000051129	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BCH3826	275410D000051116	11/07/2026	74550	R$ 130.16
BCJ2475	275410NIC0015306	07/07/2026	50020	R$ 260.32

BCN5I49	275410NIC0015370	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BCY9B92	275410D000051192	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BDF3F47	275410NIC0015375	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BDG3I67	275410D000051093	10/07/2026	74550	R$ 130.16
BDG3I67	275410NIC0015334	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BDI5B69	275410NIC0015406	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BDI5B76	275410NIC0015442	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BDK3I42	275410NIC0015341	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BDR3B90	275410NIC0015274	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BDT5F86	275410NIC0015353	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BDT5F86	275410NIC0015284	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BDW0I61	275410D000051203	14/07/2026	74550	R$ 130.16
BDZ6C36	275410NIC0015421	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BEC1B80	275410D000050849	16/07/2026	74550	R$ 130.16
BEK3B49	275410NIC0015419	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BEK3B49	275410NIC0015484	10/07/2026	50020	R$ 260.32
BEK7B48	275410D000050859	16/07/2026	74630	R$ 195.23
BEM2882	275410D000051188	13/07/2026	74550	R$ 130.16
BEN0I43	275410NIC0015478	10/07/2026	50020	R$ 390.46
BEN7B13	275410NIC0015361	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BEO3G99	275410NIC0015365	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BER2I42	275410NIC0015489	10/07/2026	50020	R$ 260.32
BER2I42	275410NIC0015449	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BER9C95	275410NIC0015382	07/07/2026	50020	R$ 390.46
BES8G17	275410L000001240	14/07/2026	55412	R$ 195.23
BEU4D33	275410D000051105	10/07/2026	74550	R$ 130.16
BEV4H12	275410NIC0015317	07/07/2026	50020	R$ 586.94
BEZ8E79	275410D000051096	10/07/2026	74550	R$ 130.16
BVU2C72	275410D000051169	12/07/2026	74550	R$ 130.16
CTI8D62	275410D000051195	14/07/2026	74550	R$ 130.16
CUG5A99	275410D000051222	15/07/2026	74630	R$ 195.23
DAK6F65	275410D000051172	12/07/2026	74630	R$ 195.23
DAY9E90	275410T000002744	15/07/2026	58270	R$ 195.23
DAY9E90	275410T000002745	15/07/2026	51851	R$ 195.23
DZW0I42	275410L000001229	15/07/2026	55412	R$ 195.23
EVJ7822	275410D000051221	15/07/2026	74550	R$ 130.16
FFS3D69	275410NIC0015466	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FJM0J40	275410NIC0015456	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FJM0J40	275410NIC0015460	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FJV7E52	275410NIC0015355	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FMY7A06	275410D000051185	13/07/2026	74550	R$ 130.16
FRY5D42	275410NIC0015474	07/07/2026	50020	R$ 390.46
FVN6F46	275410D000051132	11/07/2026	74550	R$ 130.16
GHB0G41	275410D000051127	11/07/2026	74630	R$ 195.23
GJH1B64	275410D000051159	12/07/2026	74550	R$ 130.16
GKD9D53	275410NIC0015437	07/07/2026	50020	R$ 260.32
HGC4A24	275410D000050852	16/07/2026	74710	R$ 880.41
HHW0E59	275410L000001225	15/07/2026	55412	R$ 195.23
HSG2B97	275410NIC0015444	07/07/2026	50020	R$ 260.32
HSG2B97	275410NIC0015461	07/07/2026	50020	R$ 260.32
HSG2B97	275410NIC0015454	07/07/2026	50020	R$ 260.32
IGS1656	275410L000001234	15/07/2026	55412	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000050857	16/07/2026	74550	R$ 130.16
IMJ1E76	275410NIC0015510	11/07/2026	50020	R$ 260.32
IQO7I07	275410D000051156	12/07/2026	74550	R$ 130.16
IUX1J62	275410NIC0015450	07/07/2026	50020	R$ 260.32
IWF9D07	275410D000051217	15/07/2026	74550	R$ 130.16
IWJ9H25	275410NIC0015357	07/07/2026	50020	R$ 260.32
IXG7563	275410NIC0015290	07/07/2026	50020	R$ 260.32
IXQ9A66	275410NIC0015330	07/07/2026	50020	R$ 586.94
IXR6B02	275410NIC0015446	07/07/2026	50020	R$ 390.46
IXR6B02	275410NIC0015498	10/07/2026	50020	R$ 1760.82
IXR6B02	275410NIC0015452	07/07/2026	50020	R$ 390.46
IXR6B02	275410NIC0015500	11/07/2026	50020	R$ 390.46
JAM0J07	275410NIC0015280	07/07/2026	50020	R$ 260.32
JCS2J60	275410D000051213	15/07/2026	74550	R$ 130.16
JCT4F34	275410NIC0015482	10/07/2026	50020	R$ 260.32
LLT3F33	275410D000051189	13/07/2026	74550	R$ 130.16
MAH0J01	275410D000051175	13/07/2026	74550	R$ 130.16
MBK2I59	275410D000051137	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MCU2H85	275410D000051126	11/07/2026	74550	R$ 130.16
MEE7202	275410D000051151	12/07/2026	74550	R$ 130.16
MFB9B99	275410NIC0015475	07/07/2026	50020	R$ 390.46
MJA3277	275410L000001228	15/07/2026	55412	R$ 195.23
MJH2I02	275410D000051228	15/07/2026	74550	R$ 130.16
MJP4763	275410D000051101	10/07/2026	74550	R$ 130.16
MKM1G58	275410NIC0015440	07/07/2026	50020	R$ 390.46
MKM1G58	275410NIC0015467	07/07/2026	50020	R$ 260.32
MLL7I39	275410D000051176	13/07/2026	74550	R$ 130.16
MLZ6B45	275410D000051115	11/07/2026	74550	R$ 130.16
MMD4A13	275410D000051182	13/07/2026	74550	R$ 130.16
NCA7D63	275410D000051205	14/07/2026	74550	R$ 130.16
NME8I19	275410T000002746	15/07/2026	76331	R$ 293.47
NPN4G91	275410D000051123	11/07/2026	74550	R$ 130.16
NYC5B76	275410L000001227	15/07/2026	55412	R$ 195.23
OAA8J01	275410NIC0015345	07/07/2026	50020	R$ 260.32
OAB2B33	275410NIC0015379	07/07/2026	50020	R$ 260.32
OAB2B33	275410NIC0015431	07/07/2026	50020	R$ 260.32
OID1C14	275410D000051113	10/07/2026	74550	R$ 130.16

OID1C14	275410D000051114	10/07/2026	74550	R$ 130.16
OID1C14	275410D000051117	11/07/2026	74550	R$ 130.16
OOG7F78	275410NIC0015286	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ORR1C43	275410L000001242	14/07/2026	55412	R$ 195.23
PXS7G89	275410D000050851	16/07/2026	74550	R$ 130.16
PXS7G89	275410NIC0015383	07/07/2026	50020	R$ 260.32
PXU4325	275410NIC0015430	07/07/2026	50020	R$ 586.94
PYV4E43	275410D000051196	14/07/2026	74550	R$ 130.16
QAH8H89	275410NIC0015273	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QBC1I42	275410NIC0015407	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QIW7E89	275410NIC0015289	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QJA7C69	275410NIC0015147	07/07/2026	50020	R$ 586.94
QNH1I60	275410D000051186	13/07/2026	74550	R$ 130.16
QNR0F66	275410NIC0015451	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QNR9G00	275410D000051220	15/07/2026	74550	R$ 130.16
QTE3D75	275410D000051139	12/07/2026	74630	R$ 195.23
QTM1J80	275410D000051180	13/07/2026	74550	R$ 130.16
QUK9J36	275410NIC0015420	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QWS8A72	275410NIC0015409	07/07/2026	50020	R$ 1760.82
QWS8A72	275410NIC0015158	07/07/2026	50020	R$ 1760.82
QWS8A72	275410NIC0015476	10/07/2026	50020	R$ 390.46
QWS8A72	275410NIC0015408	07/07/2026	50020	R$ 390.46
QXD4F50	275410NIC0015318	07/07/2026	50020	R$ 586.94
QXT7F93	275410NIC0015471	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RAV6G58	275410NIC0015272	07/07/2026	50020	R$ 260.32
REW5H95	275410NIC0015367	07/07/2026	50020	R$ 260.32
REW5H95	275410NIC0015281	07/07/2026	50020	R$ 390.46
RFY5B40	275410NIC0015354	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RGN7G07	275410NIC0015301	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RHB7F13	275410NIC0015387	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RHK4D18	275410D000051200	14/07/2026	74550	R$ 130.16
RHK5E14	275410NIC0015294	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RHK8E92	275410NIC0015411	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RHK9D07	275410NIC0015441	07/07/2026	50020	R$ 390.46
RHM8I22	275410NIC0015479	10/07/2026	50020	R$ 390.46
RHP1A19	275410D000051201	14/07/2026	74630	R$ 195.23
RHS3A25	275410D000051111	10/07/2026	74550	R$ 130.16
RHU3H98	275410D000051153	12/07/2026	74550	R$ 130.16
RHZ7G37	275410D000051183	13/07/2026	74550	R$ 130.16
RJG7F75	275410D000051178	13/07/2026	74550	R$ 130.16
RKY6D25	275410D000051118	11/07/2026	74550	R$ 130.16
RKZ7A14	275410NIC0015501	11/07/2026	50020	R$ 260.32
RLA2E72	275410NIC0015338	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RLG1J54	275410D000051216	15/07/2026	74550	R$ 130.16
RNJ3J04	275410NIC0015438	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RNJ3J04	275410NIC0015447	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RNR6B42	275410D000051225	15/07/2026	74550	R$ 130.16
RTK8F22	275410D000051140	12/07/2026	74550	R$ 130.16
RVB3B43	275410D000051094	10/07/2026	74550	R$ 130.16
RWA7A91	275410NIC0015405	07/07/2026	50020	R$ 390.46
RYS0E43	275410NIC0015376	07/07/2026	50020	R$ 260.32
RYY4I31	275410NIC0015342	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDS5B80	275410NIC0015398	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDU5F90	275410NIC0015393	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDW1D68	275410NIC0015332	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDY7B94	275410D000051121	11/07/2026	74550	R$ 130.16
SDZ8G17	275410NIC0015380	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDZ8G17	275410NIC0015381	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SDZ8G17	275410NIC0015145	07/07/2026	50020	R$ 586.94
SEB9D77	275410NIC0015277	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SED4F66	275410NIC0015432	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SED4F66	275410D000051110	10/07/2026	74550	R$ 130.16
SED6A33	275410NIC0015299	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SEJ1F52	275410D000051224	15/07/2026	74550	R$ 130.16
SEN2D60	275410NIC0015427	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SEN2D60	275410NIC0015414	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SEN2D60	275410NIC0015426	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SEU5I13	275410D000051095	10/07/2026	74550	R$ 130.16
SEW2E74	275410NIC0015422	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SEW4J42	275410D000051148	12/07/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410NIC0015483	10/07/2026	50020	R$ 260.32
SFB7J63	275410NIC0015404	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SFB7J63	275410NIC0015403	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SFB7J63	275410NIC0015490	10/07/2026	50020	R$ 390.46
SFD3H46	275410D000051163	12/07/2026	74630	R$ 195.23
SFD7C34	275410NIC0015305	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFE1I88	275410D000051146	12/07/2026	74550	R$ 130.16
SFF5F35	275410NIC0015283	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFI1B72	275410NIC0015369	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFI7D49	275410NIC0015465	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFM5E73	275410NIC0015415	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFM5E73	275410NIC0015417	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFM5F72	275410NIC0015459	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SFM5F72	275410NIC0015458	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SFO3F56	275410NIC0015468	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SHP7F43	275410NIC0015292	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SHP7F43	275410NIC0015285	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SHP7F43	275410NIC0015487	10/07/2026	50020	R$ 260.32
SHV0E28	275410NIC0015360	07/07/2026	50020	R$ 260.32

SHW7J21	275410NIC0015399	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SHZ5F50	275410NIC0015402	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SIQ7J83	275410NIC0015495	10/07/2026	50020	R$ 390.46
SIQ7J83	275410NIC0015400	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SIQ7J83	275410NIC0015401	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SIR9H97	275410NIC0015282	07/07/2026	50020	R$ 390.46
SIY5E97	275410D000051170	12/07/2026	74550	R$ 130.16
SPY5I11	275410NIC0015469	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SUI8G90	275410NIC0015293	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SUJ7G00	275410NIC0015296	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SWU7I02	275410NIC0015351	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SXR3J24	275410NIC0015303	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SXV5I26	275410D000050858	16/07/2026	74550	R$ 130.16
SXW5A74	275410NIC0015394	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SXZ9C26	275410D000051181	13/07/2026	74550	R$ 130.16
SXZ9C82	275410NIC0015371	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TAL3C86	275410NIC0015434	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TAL3C86	275410NIC0015453	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TAP7H34	275410D000051098	10/07/2026	74550	R$ 130.16
TAQ4D98	275410NIC0015509	11/07/2026	50020	R$ 260.32
TAV3I18	275410NIC0015155	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TAY3A10	275410NIC0015321	07/07/2026	50020	R$ 586.94
TAY3C80	275410NIC0015279	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TAY8B15	275410NIC0015412	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBB5J08	275410NIC0015359	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBE0J35	275410NIC0015288	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBE3J47	275410NIC0015491	10/07/2026	50020	R$ 260.32
TBH7C04	275410NIC0015463	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TBH7C04	275410NIC0015464	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBJ3F86	275410NIC0015396	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBL4H50	275410NIC0015276	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBR0H23	275410NIC0015384	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBR0H23	275410NIC0015418	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TBR0H23	275410NIC0015388	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TBR0H23	275410NIC0015392	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TBR0H23	275410NIC0015397	07/07/2026	50020	R$ 390.46
TBR7F86	275410D000051207	14/07/2026	74550	R$ 130.16
TBX4B09	275410NIC0015270	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TCI1I32	275410NIC0015344	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TJO4J95	275410NIC0015349	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TLT8G68	275410NIC0015271	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TPI9I42	275410D000051229	15/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000051134	11/07/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000051166	12/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000051167	12/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000051165	12/07/2026	74630	R$ 195.23
TPT0G46	275410NIC0015488	10/07/2026	50020	R$ 260.32
TXH0C62	275410NIC0015485	10/07/2026	50020	R$ 260.32
TXV2H32	275410NIC0015445	07/07/2026	50020	R$ 260.32
TYQ8F40	275410NIC0015300	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UAV6C39	275410NIC0015494	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UAW8J91	275410D000051184	13/07/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C61	275410NIC0015480	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C61	275410NIC0015481	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C61	275410NIC0015410	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C75	275410NIC0015429	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C83	275410NIC0015513	11/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C83	275410NIC0015493	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C83	275410NIC0015512	11/07/2026	50020	R$ 260.32
UAZ6D71	275410NIC0015505	11/07/2026	50020	R$ 260.32
UBB7I98	275410D000051164	12/07/2026	74550	R$ 130.16
UBE3E22	275410NIC0015423	07/07/2026	50020	R$ 1760.82
UBE3E22	275410NIC0015424	07/07/2026	50020	R$ 1760.82
UBF8B78	275410NIC0015492	10/07/2026	50020	R$ 260.32
UBG6H33	275410NIC0015291	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBK3G98	275410NIC0015363	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBK4B57	275410NIC0015416	07/07/2026	50020	R$ 1760.82
UBL2F51	275410NIC0015470	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBM1F83	275410NIC0015436	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBM1F83	275410NIC0015435	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBO2F86	275410NIC0015448	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBO4G53	275410NIC0015455	07/07/2026	50020	R$ 390.46
UBP0E27	275410NIC0015362	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBP7A14	275410NIC0015385	07/07/2026	50020	R$ 390.46
UBS3J55	275410NIC0015390	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBS9A51	275410NIC0015275	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBU9J40	275410NIC0015146	07/07/2026	50020	R$ 586.94
UBX1D92	275410D000051227	15/07/2026	74550	R$ 130.16
UCD9G65	275410D000051119	11/07/2026	74550	R$ 130.16
UCH8A88	275410D000051143	12/07/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração

AKS5A59	275410D000051085	09/07/2026	74550
ANZ2J83	275410D000051104	10/07/2026	74550
APG4F74	275410D000051131	11/07/2026	74550
ARR0E13	275410D000051133	11/07/2026	74550
AUG4D73	275410D000051154	12/07/2026	74550
AVT9D03	275410D000051179	13/07/2026	74550
AWK8A15	275410D000051141	12/07/2026	74550
BCC7J81	275410D000051152	12/07/2026	74550
BCK9706	275410D000051206	14/07/2026	74550
BCR2J47	275410D000051161	12/07/2026	74550
BCW4G50	275410D000051199	14/07/2026	74550
BDA2H54	275410D000051219	15/07/2026	74550
CZL6C00	275410D000051158	12/07/2026	74550
DIQ6I28	275410D000051125	11/07/2026	74550
KWY9H18	275410D000051211	14/07/2026	74550
MDU0234	275410D000051149	12/07/2026	74550
MLU8H10	275410D000051162	12/07/2026	74550
NZP8H27	275410D000051208	14/07/2026	74550
QEE2G29	275410D000051145	12/07/2026	74550
QJS6I78	275410D000051226	15/07/2026	74550
RHQ7E32	275410D000051223	15/07/2026	74550
RLE7E19	275410D000051087	09/07/2026	74550
RTW6G87	275410D000051202	14/07/2026	74550
SEG7E77	275410D000050861	16/07/2026	74550
SEO2G80	275410D000051157	12/07/2026	74550
SXD0A06	275410D000051086	09/07/2026	74550
TJJ7H67	275410D000051130	11/07/2026	74550
UAY0D72	275410D000051112	10/07/2026	74550
UBB0D69	275410D000051100	10/07/2026	74550
UBP8A56	275410D000051124	11/07/2026	74550
UCB9I79	275410D000051099	10/07/2026	74550
UCH1G96	275410D000051190	13/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo			
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto			
à DEPTRAN-DV até 16/11/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAA7F43	275410D000055122	18/09/2026	74550
AAW5350	275410D000055258	20/09/2026	74630
ABA0H04	275410D000055484	24/09/2026	74550
ABL1E22	275410D000055679	27/09/2026	74550
ABM5B01	275410D000055303	21/09/2026	74550
ABO4F45	275410D000055090	17/09/2026	74550
ABO4F45	275410D000055297	21/09/2026	74550
ABW4I88	275410D000055413	23/09/2026	74550
ACO0A41	275410D000055659	27/09/2026	74550
ACS8D37	275410D000055539	25/09/2026	74550
ADE3G51	275410D000055490	24/09/2026	74550
ADX9A35	275410D000055261	20/09/2026	74630
ADX9A35	275410D000055207	19/09/2026	74550
ADX9A35	275410D000055208	19/09/2026	74550
ADX9A35	275410D000055665	27/09/2026	74550
ADX9A35	275410D000055666	27/09/2026	74550
AES9B22	275410D000055573	25/09/2026	74550
AFM8H31	275410D000055130	18/09/2026	74550
AGE6H11	275410D000055233	20/09/2026	74550
AGH8A90	275410D000055641	26/09/2026	74550
AGN0C34	275410D000055571	25/09/2026	74550
AHG7311	275410D000055489	24/09/2026	74550
AHX2954	275410D000055206	19/09/2026	74550
AIB2269	275410D000055648	26/09/2026	74550
AIC2E44	275410D000055280	20/09/2026	74630
AIE0H78	275410D000055578	25/09/2026	74550
AJE6660	275410D000055673	27/09/2026	74550
AJH0B71	275410D000055175	18/09/2026	74550
AJH0B71	275410D000055668	27/09/2026	74550
AJN0D91	275410D000055631	26/09/2026	74630
AJR2877	275410D000055598	26/09/2026	74630
AJR2877	275410D000055614	26/09/2026	74550
AJU6047	275410D000055687	27/09/2026	74550
AJY4612	275410D000055321	21/09/2026	74550
AJZ5224	275410D000055298	21/09/2026	74630
AJZ5224	275410D000055601	26/09/2026	74630
AKC0C25	275410D000055253	20/09/2026	74550
AKF4465	275410D000055273	20/09/2026	74630
AKF4465	275410D000055441	23/09/2026	74550
AKF4465	275410D000055694	27/09/2026	74550
AKF4465	275410D000055506	24/09/2026	74630
AKL3294	275410D000055427	23/09/2026	74550
AKL8G23	275410L000001476	21/09/2026	55412
AKM1073	275410D000055287	20/09/2026	74550
AKM1073	275410D000055254	20/09/2026	74550
AKM1073	275410D000055724	27/09/2026	74550
AKM1073	275410D000055108	18/09/2026	74550
AKO2B21	275410D000055312	21/09/2026	74550

AKT0797	275410D000055461	23/09/2026	74550
AKY4A26	275410D000055315	21/09/2026	74550
ALE4088	275410D000055328	21/09/2026	74550
ALJ4I04	275410D000055651	26/09/2026	74550
ALM7F07	275410D000055257	20/09/2026	74550
ALN8I82	275410D000055152	18/09/2026	74630
ALT5980	275410D000055696	27/09/2026	74630
ALT5980	275410D000055692	27/09/2026	74550
ALW1E94	275410D000055723	27/09/2026	74550
AMP5F03	275410D000055503	24/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000055204	19/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000055394	22/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000055683	27/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000055655	26/09/2026	74550
AMQ5A26	275410D000055551	25/09/2026	74550
AMW4A44	275410D000055538	25/09/2026	74550
ANN2G36	275410D000055596	26/09/2026	74550
ANO2C82	275410D000055093	17/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055118	18/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055143	18/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000055120	18/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055450	23/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055725	27/09/2026	74630
ANP5F24	275410D000055139	18/09/2026	74550
ANP5F24	275410D000055137	18/09/2026	74550
ANT0D03	275410D000055453	23/09/2026	74550
ANV7F29	275410D000055654	26/09/2026	74550
ANX3974	275410D000055236	20/09/2026	74550
ANX3974	275410D000055713	27/09/2026	74550
ANX3974	275410D000055255	20/09/2026	74630
ANX3974	275410D000055155	18/09/2026	74630
ANX3974	275410D000055156	18/09/2026	74550
AOB1769	275410D000055124	18/09/2026	74630
AOE8A53	275410D000055387	22/09/2026	74550
AOX0848	275410D000055512	24/09/2026	74630
AOX0848	275410D000055423	23/09/2026	74710
AOX0848	275410D000055420	23/09/2026	74630
AOY0237	275410D000055357	22/09/2026	74630
AOZ7836	275410D000055464	24/09/2026	74550
APA6249	275410D000055635	26/09/2026	74630
APP1766	275410D000055644	26/09/2026	74550
APQ9F99	275410D000055317	21/09/2026	74550
APS6382	275410D000055587	26/09/2026	74550
APS6382	275410D000055465	24/09/2026	74550
APT2J56	275410D000055171	18/09/2026	74550
APT2J56	275410D000055353	22/09/2026	74550
APV5B10	275410D000055470	24/09/2026	74550
APV5B10	275410D000055377	22/09/2026	74550
APV5B10	275410D000055376	22/09/2026	74550
APX0227	275410D000055440	23/09/2026	74550
AQA0B38	275410D000055685	27/09/2026	74550
AQC2678	275410D000055322	21/09/2026	74630
AQC2678	275410D000055319	21/09/2026	74710
AQC2678	275410D000055249	20/09/2026	74710
AQC9B41	275410D000055193	19/09/2026	74630
AQC9B41	275410D000055164	18/09/2026	74710
AQF7A94	275410D000055608	26/09/2026	74550
AQL9B41	275410D000055409	23/09/2026	74630
AQL9B41	275410D000055577	25/09/2026	74550
AQL9B41	275410D000055326	21/09/2026	74630
AQL9B41	275410D000055231	20/09/2026	74550
AQL9B41	275410D000055232	20/09/2026	74630
AQM2E23	275410D000055149	18/09/2026	74550
AQM8D25	275410D000055618	26/09/2026	74550
AQS5649	275410D000055392	22/09/2026	74550
AQW0742	275410D000055334	21/09/2026	74550
AQX5131	275410D000055288	20/09/2026	74550
ARD9506	275410D000055179	19/09/2026	74550
ARL1I97	275410D000055715	27/09/2026	74550
ARL8348	275410D000055695	27/09/2026	74550
ARQ1G48	275410D000055593	26/09/2026	74550
ARQ1G48	275410D000055594	26/09/2026	74550
ARV1288	275410D000055706	27/09/2026	74550
ARV5746	275410D000055162	18/09/2026	74550
ARV5746	275410D000055436	23/09/2026	74550
ARV5746	275410D000055380	22/09/2026	74550
ARV5746	275410D000055279	20/09/2026	74550
ASB9681	275410D000055513	24/09/2026	74710
ASB9681	275410D000055112	18/09/2026	74710
ASB9681	275410D000055111	18/09/2026	74710
ASB9681	275410D000055733	28/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055388	22/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055385	22/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055342	22/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055333	21/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055309	21/09/2026	74550
ASB9681	275410D000055294	21/09/2026	74630
ASB9681	275410D000055293	21/09/2026	74630
ASH3A08	275410D000055633	26/09/2026	74630

ASJ2869	275410D000055344	22/09/2026	74550
ASJ2869	275410D000055482	24/09/2026	74550
ASJ2869	275410D000055555	25/09/2026	74550
ASJ2869	275410D000055472	24/09/2026	74550
ASJ2869	275410D000055434	23/09/2026	74550
ASK3703	275410D000055250	20/09/2026	74550
ASK6D59	275410D000055386	22/09/2026	74550
ASK6D59	275410D000055395	22/09/2026	74550
ASN6E61	275410D000055198	19/09/2026	74550
ASR4262	275410D000055437	23/09/2026	74550
ASS6631	275410L000001457	15/09/2026	55412
ASU9473	275410D000055588	26/09/2026	74550
ASV6C04	275410D000055272	20/09/2026	74550
ASV8259	275410D000055209	19/09/2026	74550
ASV8259	275410D000055443	23/09/2026	74550
ASV8259	275410D000055500	24/09/2026	74550
ASV8259	275410D000055121	18/09/2026	74550
ASV8259	275410D000055475	24/09/2026	74550
ASX0178	275410D000055177	19/09/2026	74630
ASY4J19	275410D000055166	18/09/2026	74550
ATE1651	275410D000055211	19/09/2026	74550
ATE1651	275410D000055703	27/09/2026	74630
ATE9B55	275410D000055133	18/09/2026	74550
ATK2566	275410D000055599	26/09/2026	74550
ATN4I32	275410D000055346	22/09/2026	74550
ATN6599	275410D000055219	20/09/2026	74550
ATP3E69	275410D000055672	27/09/2026	74550
ATP6F87	275410D000055710	27/09/2026	74550
ATV5449	275410D000055488	24/09/2026	74550
ATW0E65	275410D000055574	25/09/2026	74630
ATY7J86	275410D000055575	25/09/2026	74550
AUD3937	275410D000055669	27/09/2026	74550
AUH4J59	275410D000055439	23/09/2026	74630
AUK7G01	275410D000055438	23/09/2026	74630
AUK7J26	275410D000055690	27/09/2026	74630
AUL6F96	275410D000055221	20/09/2026	74550
AUO1A09	275410D000055739	28/09/2026	74550
AUT4I08	275410D000055225	20/09/2026	74550
AUU8784	275410D000055132	18/09/2026	74550
AUV4B04	275410D000055197	19/09/2026	74550
AUV4B04	275410D000055199	19/09/2026	74550
AUW6G13	275410D000055636	26/09/2026	74550
AVA1B05	275410D000055110	18/09/2026	74550
AVA8G16	275410L000001453	16/09/2026	55412
AVG6309	275410D000055662	27/09/2026	74630
AVP5J99	275410D000055726	27/09/2026	74550
AVQ6115	275410D000055383	22/09/2026	74550
AVU0389	275410D000055136	18/09/2026	74550
AVU1376	275410D000055495	24/09/2026	74550
AVU3F35	275410D000055531	25/09/2026	74550
AVV6967	275410D000055332	21/09/2026	74550
AVV6967	275410D000055265	20/09/2026	74550
AVV6967	275410D000055266	20/09/2026	74550
AVV6967	275410D000055229	20/09/2026	74630
AVV6967	275410D000055267	20/09/2026	74630
AWA8235	275410D000055396	22/09/2026	74550
AWB3381	275410D000055104	17/09/2026	74550
AWE0F36	275410D000055433	23/09/2026	74550
AWJ3H44	275410D000055109	18/09/2026	74550
AWL0C95	275410D000055699	27/09/2026	74550
AWM7I59	275410D000055135	18/09/2026	74550
AWR4G21	275410D000055424	23/09/2026	74630
AWS4520	275410D000055168	18/09/2026	74550
AWV7J98	275410D000055117	18/09/2026	74550
AWY6B82	275410D000055629	26/09/2026	74550
AXB4654	275410D000055341	22/09/2026	74550
AXC4C96	275410L000001470	14/09/2026	55412
AXF7F25	275410D000055306	21/09/2026	74550
AXK9C13	275410D000055425	23/09/2026	74550
AXN9490	275410D000055686	27/09/2026	74550
AXR4H22	275410D000055248	20/09/2026	74550
AXV1392	275410D000055705	27/09/2026	74630
AXV1392	275410D000055704	27/09/2026	74550
AXV4054	275410D000055140	18/09/2026	74550
AXX2A01	275410D000055647	26/09/2026	74550
AXX2A01	275410D000055316	21/09/2026	74550
AXX5C92	275410L000001484	17/09/2026	55412
AXX5C92	275410L000001477	21/09/2026	55412
AXX5C92	275410L000001471	14/09/2026	55412
AXZ2762	275410D000055509	24/09/2026	74550
AXZ6F19	275410D000055607	26/09/2026	74550
AYB2B50	275410D000055087	17/09/2026	74630
AYB2I54	275410D000055650	26/09/2026	74550
AYB8A70	275410D000055709	27/09/2026	74550
AYF2E05	275410D000055444	23/09/2026	74550
AYG4F53	275410D000055458	23/09/2026	74550
AYO1J92	275410D000055610	26/09/2026	74630
AYO3542	275410D000055626	26/09/2026	74550
AYO7437	275410D000055365	22/09/2026	74550

AYO9C01	275410D000055463	24/09/2026	74550
AYQ3J30	275410D000055661	27/09/2026	74550
AYQ3J30	275410D000055585	25/09/2026	74550
AYQ5J30	275410D000055292	21/09/2026	74550
AYW3J22	275410D000055300	21/09/2026	74550
AYW5930	275410D000055483	24/09/2026	74630
AYW5B03	275410L000001472	14/09/2026	55412
AYX8112	275410D000055364	22/09/2026	74710
AYZ8D49	275410D000055711	27/09/2026	74550
AZB1J07	275410D000055291	21/09/2026	74550
AZD2151	275410D000055496	24/09/2026	74550
AZD8F64	275410D000055638	26/09/2026	74550
AZI1F87	275410D000055417	23/09/2026	74550
AZI9B94	275410D000055405	23/09/2026	74630
AZT0784	275410L000001464	14/09/2026	55412
AZV2460	275410D000055457	23/09/2026	74550
AZX8D29	275410D000055684	27/09/2026	74550
AZY3698	275410D000055664	27/09/2026	74630
AZY8H59	275410D000055268	20/09/2026	74550
BAE7C35	275410D000055554	25/09/2026	74550
BAI0H21	275410D000055445	23/09/2026	74550
BAK7854	275410D000055252	20/09/2026	74550
BAK9F21	275410D000055165	18/09/2026	74550
BAO6254	275410D000055311	21/09/2026	74550
BAS5D99	275410D000055082	17/09/2026	74550
BAT9919	275410D000055389	22/09/2026	74550
BAV4J14	275410D000055106	18/09/2026	74550
BAX3H75	275410D000055471	24/09/2026	74550
BAX8E78	275410D000055492	24/09/2026	74550
BAY0J61	275410D000055345	22/09/2026	74630
BAZ0951	275410D000055218	20/09/2026	74550
BAZ0951	275410D000055671	27/09/2026	74550
BBA2D28	275410D000055359	22/09/2026	74550
BBD8D63	275410D000055550	25/09/2026	74550
BBM1E86	275410D000055105	18/09/2026	74550
BBN9697	275410D000055101	17/09/2026	74550
BBO4D80	275410D000055561	25/09/2026	74550
BBO7J05	275410D000055356	22/09/2026	74550
BBR5D72	275410D000055418	23/09/2026	74550
BBS6030	275410D000055347	22/09/2026	74550
BBS9H30	275410L000001467	14/09/2026	55412
BBU7I04	275410D000055358	22/09/2026	74550
BBV5F32	275410D000055667	27/09/2026	74550
BBY9E69	275410D000055256	20/09/2026	74550
BCB0379	275410D000055246	20/09/2026	74550
BCI4C16	275410D000055611	26/09/2026	74550
BCM9387	275410D000055088	17/09/2026	74630
BCT9A88	275410D000055646	26/09/2026	74550
BCW4E06	275410D000055429	23/09/2026	74630
BCY3C56	275410D000055479	24/09/2026	74550
BDC5H04	275410D000055414	23/09/2026	74550
BDF8H75	275410D000055625	26/09/2026	74550
BDJ0116	275410D000055374	22/09/2026	74630
BDJ7878	275410D000055549	25/09/2026	74550
BDM3H39	275410D000055511	24/09/2026	74550
BDM3I99	275410D000055402	23/09/2026	74550
BDQ6H28	275410D000055515	24/09/2026	74550
BDV0G76	275410D000055401	23/09/2026	74550
BEC3I15	275410D000055127	18/09/2026	74630
BEC6H37	275410D000055562	25/09/2026	74550
BED8H45	275410D000055362	22/09/2026	74550
BED9J57	275410D000055701	27/09/2026	74550
BEG7E65	275410D000055502	24/09/2026	74630
BEH7H40	275410D000055259	20/09/2026	74550
BEI0J30	275410L000001458	15/09/2026	55412
BEK7H14	275410D000055689	27/09/2026	74550
BEM1235	275410D000055335	21/09/2026	74550
BEM1235	275410D000055560	25/09/2026	74550
BER1I65	275410D000055586	26/09/2026	74550
BER5J80	275410L000001483	17/09/2026	55412
BER7F77	275410D000055144	18/09/2026	74710
BEV1F85	275410D000055212	19/09/2026	74550
BEW1A73	275410D000055251	20/09/2026	74550
BGC1E35	275410D000055678	27/09/2026	74550
BIW5E68	275410D000055467	24/09/2026	74550
BMK0F81	275410D000055234	20/09/2026	74550
BZF4A65	275410D000055712	27/09/2026	74550
CRT9143	275410D000055603	26/09/2026	74550
CSA4968	275410D000055301	21/09/2026	74550
CUQ0A45	275410D000055094	17/09/2026	74550
CVM2H93	275410D000055565	25/09/2026	74550
CVT1E69	275410D000055734	28/09/2026	74630
CZZ5I11	275410D000055518	24/09/2026	74630
DFX9I57	275410D000055089	17/09/2026	74550
DHS8G58	275410D000055186	19/09/2026	74550
DIW5E68	275410D000055576	25/09/2026	74550
DMD5I38	275410D000055351	22/09/2026	74550
DMJ8G58	275410D000055241	20/09/2026	74550
DNI7G62	275410D000055544	25/09/2026	74550

DNI7G62	275410D000055545	25/09/2026	74550
DON4B17	275410D000055217	20/09/2026	74550
DQL1J63	275410D000055616	26/09/2026	74550
DQP1G62	275410D000055382	22/09/2026	74550
DQV7G47	275410D000055305	21/09/2026	74550
DRT1E17	275410D000055688	27/09/2026	74550
DTA6752	275410D000055627	26/09/2026	74550
DTA6752	275410D000055081	17/09/2026	74550
DUI4I80	275410D000055146	18/09/2026	74550
EDP0B12	275410D000055504	24/09/2026	74550
EES3F01	275410D000055727	27/09/2026	74550
EJB2F73	275410D000055674	27/09/2026	74550
EJB2F73	275410D000055675	27/09/2026	74550
ELR4207	275410D000055454	23/09/2026	74710
ELR4207	275410D000055408	23/09/2026	74630
ELR4207	275410D000055407	23/09/2026	74710
EMN2B25	275410D000055196	19/09/2026	74630
EMN2B25	275410D000055195	19/09/2026	74550
EMW9617	275410D000055507	24/09/2026	74550
ENJ2C78	275410D000055660	27/09/2026	74550
ENJ2C78	275410D000055708	27/09/2026	74550
EPL8I22	275410D000055617	26/09/2026	74550
ERC2C78	275410D000055098	17/09/2026	74550
ERQ2A24	275410D000055274	20/09/2026	74550
ETK1E88	275410D000055243	20/09/2026	74550
EUF5J40	275410D000055736	28/09/2026	74550
EVB1J01	275410D000055174	18/09/2026	74550
EVQ5H22	275410D000055613	26/09/2026	74550
EVQ5H22	275410D000055615	26/09/2026	74550
EZA1J91	275410D000055216	19/09/2026	74550
FID6G12	275410D000055442	23/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000055361	22/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000055324	21/09/2026	74550
FIQ9246	275410D000055384	22/09/2026	74550
FOW8A55	275410L000001469	14/09/2026	55412
FSV3I08	275410D000055327	21/09/2026	74550
FTM2C21	275410D000055630	26/09/2026	74550
FVA1D34	275410D000055718	27/09/2026	74550
FVH8D95	275410D000055738	28/09/2026	74550
FXD7H15	275410D000055498	24/09/2026	74550
FXX0G18	275410D000055214	19/09/2026	74550
FZT6H80	275410D000055559	25/09/2026	74550
GAL3J70	275410D000055537	25/09/2026	74550
GAL3J70	275410L000001468	14/09/2026	55412
GAL3J70	275410L000001459	15/09/2026	55412
GAL3J70	275410D000055592	26/09/2026	74550
GAU3A54	275410D000055707	27/09/2026	74550
GAW8I83	275410D000055670	27/09/2026	74550
GBM2C45	275410D000055676	27/09/2026	74550
GCQ2C25	275410D000055721	27/09/2026	74550
GHK4H82	275410D000055227	20/09/2026	74550
GJB1I52	275410D000055645	26/09/2026	74550
GKH3E99	275410D000055589	26/09/2026	74550
HNV8J15	275410D000055150	18/09/2026	74550
IGS1656	275410L000001462	15/09/2026	55412
IHI4E48	275410D000055732	28/09/2026	74550
IIV7E96	275410D000055147	18/09/2026	74550
IKS6504	275410D000055247	20/09/2026	74550
IKV6A23	275410D000055527	24/09/2026	74550
IKV6A23	275410D000055653	26/09/2026	74550
IMA3J30	275410D000055172	18/09/2026	74550
IML1B42	275410D000055215	19/09/2026	74550
IMR8G62	275410D000055304	21/09/2026	74550
IPE9D33	275410D000055524	24/09/2026	74550
IQO7I07	275410D000055295	21/09/2026	74550
IQO7I07	275410D000055567	25/09/2026	74550
IQO7I07	275410D000055572	25/09/2026	74550
IQO7I07	275410D000055079	17/09/2026	74550
IQO7I07	275410L000001479	21/09/2026	55412
IQO7I07	275410D000055597	26/09/2026	74550
ISP7C01	275410D000055134	18/09/2026	74550
ISP7C01	275410D000055546	25/09/2026	74550
ITM5C07	275410D000055698	27/09/2026	74550
IWB3D91	275410D000055514	24/09/2026	74550
IWE7872	275410D000055628	26/09/2026	74550
IWF1J57	275410D000055639	26/09/2026	74550
IXF1G02	275410D000055497	24/09/2026	74550
IYZ7C84	275410L000001456	15/09/2026	55412
IZH5J21	275410D000055269	20/09/2026	74550
JCD3G27	275410D000055167	18/09/2026	74550
JCS5B85	275410D000055275	20/09/2026	74550
JMP6J39	275410D000055163	18/09/2026	74550
KRY6D94	275410D000055220	20/09/2026	74550
KRY6D94	275410D000055410	23/09/2026	74550
KRY6D94	275410D000055286	20/09/2026	74550
LCF9116	275410D000055473	24/09/2026	74550
LPW2J56	275410D000055260	20/09/2026	74550
LQS3E53	275410D000055285	20/09/2026	74550
LRN0I83	275410D000055730	28/09/2026	74550

LRN0I83	275410D000055722	27/09/2026	74630
LRN0I83	275410D000055536	25/09/2026	74550
LRN0I83	275410D000055729	28/09/2026	74550
LRN0I83	275410D000055406	23/09/2026	74550
LRN0I83	275410D000055119	18/09/2026	74550
LRN0I83	275410D000055398	22/09/2026	74550
LRR6B98	275410D000055078	17/09/2026	74550
LVE2E67	275410D000055449	23/09/2026	74630
LVV8B90	275410D000055131	18/09/2026	74550
LYB4788	275410D000055426	23/09/2026	74630
LYB4788	275410D000055113	18/09/2026	74630
LYB4788	275410D000055138	18/09/2026	74550
LYP4070	275410D000055318	21/09/2026	74550
LZO2272	275410D000055178	19/09/2026	74630
LZX4D43	275410D000055481	24/09/2026	74550
MBA7392	275410D000055621	26/09/2026	74550
MBI3593	275410D000055609	26/09/2026	74550
MBM0358	275410L000001463	15/09/2026	55412
MBM5G16	275410D000055510	24/09/2026	74550
MCI0705	275410D000055582	25/09/2026	74550
MCI0705	275410D000055579	25/09/2026	74550
MCI0705	275410D000055583	25/09/2026	74550
MCI0705	275410D000055581	25/09/2026	74550
MDB3I67	275410D000055466	24/09/2026	74550
MDG4A24	275410D000055283	20/09/2026	74550
MDG4A24	275410D000055325	21/09/2026	74550
MDI0448	275410D000055459	23/09/2026	74630
MDI5D27	275410D000055622	26/09/2026	74550
MDM1137	275410L000001454	16/09/2026	55412
MDP5D92	275410D000055460	23/09/2026	74550
MDP5D92	275410D000055102	17/09/2026	74550
MDU0261	275410L000001474	21/09/2026	55412
MDV4005	275410D000055276	20/09/2026	74550
MDV8334	275410D000055159	18/09/2026	74550
MDW3J51	275410D000055230	20/09/2026	74550
MEJ3G13	275410D000055637	26/09/2026	74710
MEJ3G13	275410D000055462	23/09/2026	74630
MEQ6I00	275410D000055307	21/09/2026	74550
MEX2341	275410D000055169	18/09/2026	74550
MEZ3C89	275410D000055508	24/09/2026	74550
MFB4F31	275410D000055180	19/09/2026	74630
MFM9606	275410D000055469	24/09/2026	74550
MFM9606	275410D000055181	19/09/2026	74550
MFM9606	275410D000055468	24/09/2026	74550
MFO9902	275410D000055680	27/09/2026	74630
MFR9J04	275410D000055564	25/09/2026	74550
MFR9J04	275410D000055566	25/09/2026	74550
MFT1H99	275410D000055339	21/09/2026	74550
MFW0497	275410D000055521	24/09/2026	74550
MFW0497	275410D000055517	24/09/2026	74550
MFW0497	275410D000055520	24/09/2026	74630
MGD8C94	275410D000055282	20/09/2026	74550
MGG7G40	275410D000055487	24/09/2026	74550
MGG7G40	275410D000055085	17/09/2026	74550
MGG7G40	275410D000055652	26/09/2026	74550
MHA2I76	275410D000055591	26/09/2026	74550
MHA8H14	275410D000055476	24/09/2026	74550
MHA8H14	275410D000055336	21/09/2026	74550
MHB5J32	275410D000055375	22/09/2026	74550
MHC0557	275410D000055097	17/09/2026	74550
MHH2D38	275410L000001455	15/09/2026	55412
MHI0E41	275410D000055399	22/09/2026	74550
MHL7H78	275410D000055606	26/09/2026	74550
MHW0A91	275410D000055505	24/09/2026	74550
MHZ4H57	275410D000055534	25/09/2026	74550
MIO1486	275410D000055154	18/09/2026	74630
MIO1486	275410D000055158	18/09/2026	74550
MJC9C65	275410D000055532	25/09/2026	74550
MJF9392	275410D000055702	27/09/2026	74550
MJF9392	275410D000055369	22/09/2026	74630
MJF9392	275410D000055378	22/09/2026	74630
MJF9392	275410D000055632	26/09/2026	74550
MJH7H30	275410D000055542	25/09/2026	74550
MJP3J07	275410D000055116	18/09/2026	74550
MKT5A62	275410D000055240	20/09/2026	74630
MKW1G33	275410D000055191	19/09/2026	74550
MLG3C28	275410D000055569	25/09/2026	74630
MLS4D98	275410D000055348	22/09/2026	74550
MLT5E62	275410D000055656	26/09/2026	74550
MMC3D51	275410D000055526	24/09/2026	74630
MMC7A77	275410D000055737	28/09/2026	74550
MMH2C49	275410D000055270	20/09/2026	74550
MWU4330	275410D000055557	25/09/2026	74550
MWU4330	275410D000055556	25/09/2026	74550
NFY9A82	275410D000055681	27/09/2026	74550
NFY9A82	275410D000055584	25/09/2026	74550
NGB0G74	275410D000055381	22/09/2026	74550
NKC6I42	275410D000055281	20/09/2026	74550
NOX5421	275410D000055516	24/09/2026	74550

NPK9G46	275410D000055125	18/09/2026	74550
NPN4G91	275410D000055271	20/09/2026	74550
NPP2D57	275410D000055731	28/09/2026	74550
NTX1407	275410D000055203	19/09/2026	74550
NTX1407	275410D000055278	20/09/2026	74550
OAS1H27	275410D000055474	24/09/2026	74550
OFN0D24	275410D000055222	20/09/2026	74550
OGM1I03	275410D000055543	25/09/2026	74550
ONA0F58	275410D000055192	19/09/2026	74550
OOW6B98	275410D000055519	24/09/2026	74550
OPL6G55	275410L000001460	15/09/2026	55412
OQB8851	275410D000055371	22/09/2026	74550
OTM5D68	275410D000055095	17/09/2026	74550
PCS9C30	275410D000055682	27/09/2026	74550
PQO9C73	275410L000001481	17/09/2026	55412
PQU2B49	275410D000055224	20/09/2026	74550
PST5A71	275410L000001466	14/09/2026	55412
PWN7A74	275410D000055499	24/09/2026	74550
PXP2D76	275410D000055691	27/09/2026	74550
PYL1A17	275410D000055188	19/09/2026	74550
QAF8H20	275410D000055284	20/09/2026	74550
QBH1A07	275410D000055403	23/09/2026	74550
QCH7D07	275410L000001475	21/09/2026	55412
QCL6G23	275410D000055540	25/09/2026	74550
QHP9B48	275410D000055716	27/09/2026	74550
QHQ8J67	275410D000055323	21/09/2026	74550
QIB2D16	275410D000055350	22/09/2026	74550
QJO7I49	275410D000055528	24/09/2026	74550
QJS7G30	275410D000055170	18/09/2026	74550
QJT8F34	275410D000055563	25/09/2026	74550
QNI8G52	275410D000055189	19/09/2026	74550
QOI0C21	275410D000055558	25/09/2026	74550
QOM2A79	275410D000055263	20/09/2026	74550
QPO8I83	275410D000055128	18/09/2026	74550
QPQ7D07	275410D000055368	22/09/2026	74550
QQW1D53	275410D000055264	20/09/2026	74550
QTO1I58	275410D000055320	21/09/2026	74630
QUE0G40	275410D000055522	24/09/2026	74550
QUR7G35	275410D000055486	24/09/2026	74550
QUS8D50	275410D000055194	19/09/2026	74550
RAA3G39	275410D000055634	26/09/2026	74550
REY8I76	275410D000055145	18/09/2026	74550
RHF4J03	275410L000001478	21/09/2026	55412
RHH2F91	275410D000055363	22/09/2026	74550
RHJ5I70	275410D000055390	22/09/2026	74550
RHL0D65	275410D000055103	17/09/2026	74550
RHN0D34	275410D000055289	21/09/2026	74550
RHN0G89	275410D000055525	24/09/2026	74550
RHN8B42	275410D000055299	21/09/2026	74550
RHP0F22	275410L000001461	15/09/2026	55412
RHP3C84	275410D000055228	20/09/2026	74550
RHQ1H45	275410D000055523	24/09/2026	74550
RHR1G11	275410D000055693	27/09/2026	74550
RJG7F75	275410D000055153	18/09/2026	74550
RLD5E23	275410D000055126	18/09/2026	74630
RLI9E95	275410D000055477	24/09/2026	74550
RLK6C95	275410D000055448	23/09/2026	74550
RNI6G78	275410D000055190	19/09/2026	74550
RNR4F10	275410D000055714	27/09/2026	74550
RRW6B74	275410D000055084	17/09/2026	74550
RSU0G68	275410D000055226	20/09/2026	74550
RTG4G59	275410L000001482	17/09/2026	55412
RTJ7E21	275410D000055620	26/09/2026	74550
RTW6G87	275410D000055717	27/09/2026	74550
RUE0A74	275410D000055623	26/09/2026	74550
RVF7E85	275410D000055435	23/09/2026	74550
RVJ1D24	275410D000055451	23/09/2026	74550
RVJ1D24	275410D000055366	22/09/2026	74550
RYE2G39	275410D000055202	19/09/2026	74550
RYH4G09	275410D000055478	24/09/2026	74550
RYI6H78	275410D000055393	22/09/2026	74550
RYR5B15	275410D000055352	22/09/2026	74550
RYW9D39	275410D000055373	22/09/2026	74550
RYX7G75	275410D000055415	23/09/2026	74550
SDP5B28	275410D000055570	25/09/2026	74550
SDT2F59	275410D000055083	17/09/2026	74550
SDV7D42	275410D000055245	20/09/2026	74550
SDX1H64	275410D000055452	23/09/2026	74550
SDY9F91	275410D000055308	21/09/2026	74550
SDZ7G82	275410D000055349	22/09/2026	74550
SED5D57	275410D000055491	24/09/2026	74550
SEE5E82	275410D000055419	23/09/2026	74550
SEF7C61	275410D000055624	26/09/2026	74550
SEG7I59	275410D000055422	23/09/2026	74550
SEH5J87	275410D000055640	26/09/2026	74630
SEH5J87	275410D000055642	26/09/2026	74630
SEH7D68	275410D000055719	27/09/2026	74550
SEI7A95	275410D000055535	25/09/2026	74550
SEK7J35	275410D000055412	23/09/2026	74550

SEN6H97	275410D000055533	25/09/2026	74550
SEQ5J51	275410D000055416	23/09/2026	74550
SEQ6B24	275410D000055553	25/09/2026	74550
SET1H31	275410D000055160	18/09/2026	74550
SEV9A87	275410D000055329	21/09/2026	74550
SEW4H86	275410L000001473	21/09/2026	55412
SEY5B92	275410D000055141	18/09/2026	74550
SFD2F57	275410D000055431	23/09/2026	74550
SFD2F57	275410D000055432	23/09/2026	74550
SFJ2C79	275410D000055355	22/09/2026	74550
SFJ3G67	275410D000055548	25/09/2026	74550
SFJ5I93	275410D000055397	22/09/2026	74550
SFK8F17	275410D000055547	25/09/2026	74550
SFL5A96	275410D000055411	23/09/2026	74550
SHF5E49	275410D000055148	18/09/2026	74550
SHM3G30	275410D000055595	26/09/2026	74550
SJC3B92	275410D000055400	23/09/2026	74550
SQX9G38	275410D000055187	19/09/2026	74550
SUH3D24	275410D000055237	20/09/2026	74630
SVY9D44	275410D000055590	26/09/2026	74550
SXE8D72	275410D000055379	22/09/2026	74550
SXJ7D57	275410D000055485	24/09/2026	74550
SXS1I28	275410D000055338	21/09/2026	74550
SXV0E37	275410D000055602	26/09/2026	74550
SXW1H99	275410D000055456	23/09/2026	74550
SXZ5A88	275410D000055580	25/09/2026	74630
TAI1D23	275410D000055115	18/09/2026	74550
TAI1D23	275410D000055114	18/09/2026	74630
TAI1D23	275410D000055107	18/09/2026	74550
TAI3I65	275410D000055568	25/09/2026	74550
TAJ2B61	275410D000055086	17/09/2026	74550
TAK3I59	275410D000055658	26/09/2026	74550
TAL4B54	275410L000001465	14/09/2026	55412
TAL9E08	275410D000055314	21/09/2026	74550
TAM2E74	275410D000055331	21/09/2026	74550
TAR1A89	275410D000055494	24/09/2026	74550
TAR8A63	275410D000055182	19/09/2026	74550
TAR8I52	275410D000055184	19/09/2026	74550
TAT8F93	275410D000055100	17/09/2026	74550
TAX2A44	275410D000055619	26/09/2026	74550
TAX2A44	275410D000055600	26/09/2026	74550
TAX2H05	275410D000055663	27/09/2026	74550
TAY1G35	275410D000055700	27/09/2026	74550
TAY3C30	275410D000055340	21/09/2026	74550
TBA7I48	275410L000001480	17/09/2026	55412
TBC0C37	275410D000055099	17/09/2026	74550
TBC2B51	275410D000055151	18/09/2026	74630
TBC8J27	275410D000055677	27/09/2026	74550
TBH4F58	275410D000055605	26/09/2026	74550
TBL9E29	275410D000055262	20/09/2026	74550
TBO9J28	275410D000055157	18/09/2026	74550
TBQ1A81	275410D000055428	23/09/2026	74550
TBT7H89	275410D000055129	18/09/2026	74550
TBX4F71	275410D000055080	17/09/2026	74550
TBX6E92	275410D000055235	20/09/2026	74550
TBY4D20	275410D000055091	17/09/2026	74550
TEO4I40	275410D000055446	23/09/2026	74550
TIV7C60	275410NIC0016232	09/09/2026	50020
TNI5D78	275410D000055604	26/09/2026	74550
TPK4D77	275410D000055313	21/09/2026	74550
TPP1F02	275410D000055541	25/09/2026	74550
TPR4H85	275410D000055142	18/09/2026	74550
TPW0G98	275410D000055720	27/09/2026	74550
TPW0G98	275410D000055210	19/09/2026	74550
TRJ0D07	275410D000055643	26/09/2026	74550
TYE3G75	275410D000055302	21/09/2026	74630
TZN6A62	275410D000055238	20/09/2026	74550
UAD9F97	275410D000055493	24/09/2026	74550
UAS0H56	275410D000055447	23/09/2026	74550
UAY1G47	275410D000055183	19/09/2026	74550
UAZ2E82	275410D000055185	19/09/2026	74630
UAZ8F68	275410D000055242	20/09/2026	74550
UBC1B98	275410D000055239	20/09/2026	74550
UBC3I77	275410D000055697	27/09/2026	74550
UBD6F33	275410D000055360	22/09/2026	74550
UBG6E38	275410D000055657	26/09/2026	74630
UBH7B84	275410D000055529	25/09/2026	74550
UBM8C53	275410D000055391	22/09/2026	74550
UBR4C39	275410D000055161	18/09/2026	74550
UBS1I42	275410D000055530	25/09/2026	74550
UCA1I68	275410D000055430	23/09/2026	74550
UCB9E42	275410D000055330	21/09/2026	74550
UCB9I79	275410D000055552	25/09/2026	74630
UCE4H54	275410D000055501	24/09/2026	74550
UCI6J29	275410D000055123	18/09/2026	74550
UCI6J29	275410D000055735	28/09/2026	74630
UCK4J92	275410D000055367	22/09/2026	74550
UCK4J92	275410D000055370	22/09/2026	74550
UCK5I41	275410D000055372	22/09/2026	74550

UCK5I44	275410D000055223	20/09/2026	74550
UCM0I54	275410D000055290	21/09/2026	74550
UCN8H56	275410D000055176	18/09/2026	74550
UCN8H56	275410D000055173	18/09/2026	74550
UCQ2F06	275410D000055404	23/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055480	24/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055455	23/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055205	19/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055096	17/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055244	20/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055649	26/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055421	23/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055354	22/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055310	21/09/2026	74630
UCQ9I80	275410D000055277	20/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055612	26/09/2026	74630

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:DC8A4632

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF ANEXO I

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026		
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.606.324,00	0,00
Pessoal Ativo	1.606.324,00	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.329.188,47	0,00
Obrigações Patronais	277.135,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.606.324,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.915.340,77	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	800.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	443.938,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	40.671.402,77	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.606.324,00**	**3,95**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.440.284,17	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.318.269,96	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.196.255,75	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 29/set/2026 as 18h e 08m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	***SANDRA ANDREA CARIBATTI***	***ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR***
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:8BD89925

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 307/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício:2026

Decreto nº 307/2026 de 28/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 995.954,81 (novecentos e noventa e cinco mil novecentos e cinqüenta e quatro reais e oitenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
05.001.04.128.0001.2.005.		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	
31 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	879,04
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
06.003.04.123.0001.2.010.		Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	
84 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.447,97
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0013.2.039.		Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
93 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	332.311,99
96 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.958,66
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
110 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.696,90
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.003.		Manutenção do Conselho Tutelar	
206 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	824,86
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
231 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	187.635,56
232 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.105,44
233 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	31.301,41
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	

258 - 3.3.90.33.00.00	01103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	38.000,00
259 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	159.229,41
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
268 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.414,50
482 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	820,90
271 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.258,92
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
278 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -	40.023,06

		PESSOAL CIVIL	
483 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	435,65
282 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.740,11
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.051.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
345 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.292,75
346 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.763,43
614 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.648,17
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
354 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	714,22
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
375 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.821,34
378 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.954,79
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
404 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.862,51
405 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.412,91
407 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.400,31
		Total Suplementação:	**995.954,81**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desteDecreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
58 - 3.3.90.47.00.00	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.522,29
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
06.001.04.122.0001.2.008.		Manutenção do Departamento de Contabilidade	
65 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
06.002.04.129.0001.2.009.		Manutenção do Departamento de Tributação	
78 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
79 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
80 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
82 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.695,00
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
06.003.28.843.0000.2.065.		Encargos e Amortização da Dívida Pública	
91 - 3.2.90.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	5.000,00
92 - 4.6.90.72.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
123 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	376.967,55
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
166 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
08.001.08.122.0012.2.073.		Proteção Social Básica	
169 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
170 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.245.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
184 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00

194 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
08.002.08.245.0009.2.038.		Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	
196 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
197 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.003.		Manutenção do Conselho Tutelar	
208 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
209 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
210 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO	
08.004.08.241.0009.2.088.		Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	
217 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.060.			
234 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	298.735,55
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	
10.001.15.452.0014.2.047.		Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	

305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
308 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
312 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
10.001.15.452.0014.2.084.		Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)	
314 - 3.3.22.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.048.		Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	
321 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
323 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
325 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
327 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
335 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.1.041.		Armazém da Família	
343 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
12.001.20.606.0017.2.051.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
350 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
351 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	6.000,00

		JURÍDICA	
12.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA	
12.002.20.606.0017.2.053.		Manutenção do Departamento de Pecuária	
366 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
367 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
381 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
13.002.15.452.0014.2.064.		Manutenção com Iluminação Pública	
383 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.1.013.		Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	
387 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
14.001.18.541.0007.1.032.		Promoção da Educação Ambiental no município	
388 - 3.3.22.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
14.001.18.541.0007.1.049.		Manejo de Resíduos Sólidos	
391 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
14.001.18.541.0007.2.030.		Manutenção do Cemitério Municipal	
395 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	700,00
396 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
397 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
398 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
400 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000,00
14.001.18.541.0007.2.033.		Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial	
401 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
402 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
403 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
14.001.18.541.0007.2.093.		PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	
413 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.27.812.0018.2.057.		Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	
420 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
421 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	10.000,00
422 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,01
425 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.13.392.0019.1.051.		"Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"	
427 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
428 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	2.000,00
		FÍSICA	
429 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
430 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
16.001.13.392.0019.2.058.		Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
431 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
434 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	8.000,00
16.001.13.392.0019.2.100.		Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25	
439 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
16.001.13.392.0022.1.056.		Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas	
440 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00

441 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.193,48
442 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
443 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.04.121.0001.2.059.		Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	
447 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
17.001.04.121.0001.2.060.		Manutenção do Departamento de Projetos	
448 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
449 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	500,00
450 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.778,76
451 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.001,00
452 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
453 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.001,00
17.001.04.121.0001.2.061.		Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo	
457 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.360,17
		Total Redução:	**995.954,81**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:767097CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO DE FLORIDA			
Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência			
Bimestre Janeiro/Agosto de 2026			
IN 36/2009 - TCE			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o 04º bim (b)**	**% (b/a)**
RECEITAS CORRENTES	**35.592.630,77**	**22.220.867,24**	**62%**
Receita de Impostos, Taxas e C M	2.657.500,00	1.697.438,23	**64%**
Receita de Contribuições	322.000,00	189.817,84	**59%**
Receita Patrimonial	571.546,82	1.006.113,13	**176%**
Receita Industrial	0,00	0,00	**0%**
Receita de Serviços	983.000,00	510.058,18	**52%**
Transferências Correntes	31.058.583,95	18.802.918,99	**61%**
Outras Receitas Correntes	0,00	14.520,87	**0%**
RECEITAS DE CAPITAL	**18.067.280,62**	**5.620.601,01**	**31%**
Operações de Crédito	288.491,30	78.900,00	**0%**
Alienação de Bens	200.000,00	0,00	**0%**
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	**0%**
Transferências de Capital	17.578.789,32	5.541.701,01	**0%**
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	**0%**
Receitas Intraorçamentarias	0,00	0,00	**0%**
TOTAL	**53.659.911,39**	**27.841.468,25**	**52%**
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o 04º bim (d)**	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	**1.098.683,76**	**483.075,95**	**44%**
Pessoal e Encargos Sociais	273.913,68	160.394,10	**59%**
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	**0%**
Outras Despesas Correntes	824.770,08	322.681,85	**39%**
DESPESAS DE CAPITAL	**46.000,00**	**10.448,00**	**23%**

Investimentos	46.000,00	10.448,00	**23%**
Inversões Financeiras	0,00	0,00	**0%**
Amortização da Dívida	0,00	0,00	**0%**
TOTAL (IV)	**1.144.683,76**	**493.523,95**	**43%**
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o 04º bim (d)**	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	**436.799,13**	**193.149,47**	**44%**
Pessoal e Encargos Sociais	148.800,00	109.922,72	**74%**
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	**0%**
Outras Despesas Correntes	287.999,13	83.226,75	**29%**
DESPESAS DE CAPITAL	**8.000,00**	**0,00**	**0%**
Investimentos	8.000,00	0,00	**0%**
Inversões Financeiras	0,00	0,00	**0%**
Amortização da Dívida	0,00	0,00	**0%**
TOTAL (IV)	**444.799,13**	**193.149,47**	**43%**
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o 02º bim (f)**	**% (f/e)**
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	444.799,13	193.149,47	**43%**
TOTAL	**444.799,13**	**193.149,47**	**16%**
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À	**(e/a) %**	**(f/b) %**	
RECEITA	**0,83%**	**0,69%**	
ANTONIO EMERSON SETTE			
Prefeito Municipal			
PAULO SERGIO PEREIRA			
Contador CRC 033313/O-5			
PABLO HENRIQUE BENHOSSI			
Controle Interno			

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:5CF3AB37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO I

ANEXO I

CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$20.000,00 (vinte mil reais).

Serão disponibilizadas 16 vagas conforme a seguinte distribuição:

2.DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	Vagas ampla concorrência	Cotas pessoas negras	Cotas pessoas indígenas	Cotas PCD	Total de vagas	Valor do prêmio	Valor total
Artesanato	01	01	01	00	03	R$ 1.250,00	R$ 3.750,00
Literatura	01	00	00	00	01	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
Artes Visuais	01	00	00	00	01	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
Artes Cênicas	01	00	00	00	01	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
Dança	02	00	00	00	02	R$ 1.250,00	R$ 2.500,00
Música	05	01	01	01	08	R$ 1.250,00	R$ 10.000,00
TOTAL							**R$ 20.000,00**

3. CATEGORIAS:

ARTESANATO - 03 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais)

LITERATURA - 01 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) em premiação.

ARTES VISUAIS - 01 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) em premiação.

ARTES CÊNICAS - 01 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) em premiação.

DANÇA - 02 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em premiação.

MÚSICA - 08 vagas no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por trajetória artístico-cultural, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) em premiação.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:86803B64

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DO AGENTE CULTURAL

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):

RG:

Data de nascimento:

E-mail:

Telefone:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional

( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas

( ) Comunidades Rurais

( ) Indígenas

( ) Povos Ciganos

( ) Pescadores(as) Artesanais

( ) Povos de Terreiro

( ) Quilombolas

( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária

( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Indígena

( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação Completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)

( ) Nenhuma renda.

( ) Até 1 salário mínimo

( ) De 1 a 3 salários mínimos

( ) De 3 a 5 salários mínimos

( ) De 5 a 8 salários mínimos

( ) De 8 a 10 salários mínimos

( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não

( ) Bolsa família

( ) Benefício de Prestação Continuada

( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas ?

( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?

( ) Pessoa negra

( ) Pessoa indígena

( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.

( ) Curador(a), Programador(a) e afins.

( ) Produtor(a)

( ) Gestor(a)

( ) Técnico(a)

( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não

( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:

Ano de Criação:

Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL

Razão Social:

Nome fantasia:

CNPJ:

Endereço da sede:

Cidade:

Estado:

Número de representantes legais:

Nome do representante legal:

CPF do representante legal:

E-mail do representante legal:

Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Não Binária

( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência

Pessoas em situação de pobreza

Pessoas em situação de rua (moradores de rua)

Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)

Pessoas com deficiência

Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico

Mulheres

LGBTQIAPN+

Povos e comunidades tradicionais

Negros e/ou negras

Ciganos

Indígenas

Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos

Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) a audiodescrição;

( ) as legendas;

( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:

Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros

( )Apoio financeiro municipal

( )Apoio financeiro estadual

( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual

( )Recursos de Lei de Incentivo Federal

( )Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional

( ) Doações de Pessoas Físicas

( )Doações de Empresas

( ) Cobrança de ingressos

( )Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliem na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:86681B54

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANEXO III - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;

• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;

• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;

• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural de General Carneiro/PR** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de General Carneiro/PR.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
K	Agentes culturais residentes em regiões de menor IDH	5

PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL	20 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		25 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídas individualmente por cada membro da comissão de pareceristas;

Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:

Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:FCCBCED0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESULTADO AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS TÍTULOS - EDITAL 001/2026

Edital 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP

EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná**,no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, **RESOLVE** divulgar as **Resultado Avaliação Preliminar dos Títulos, conforme segue:**

07 - Professor de Arte

Inscrição	Nome	Prova Títulos
41040	Adiana da Costa Farias	3,00
39260	Adriane Aparecida Valtrin	2,00
39268	Adriane de Fatima Ferreira Krulikoski	1,00
40768	Alehandra Talita de Oliveira Mendes	3,00
39321	Aline Cristina dos Santos	1,00
39253	Ana Claudia de Paula	1,00
40127	Ana Paula Cordeiro	3,00
39240	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	2,00
39015	Andressa Caroline Furtado	0,00
39025	Andressa Texeira Lascoski	2,00
39747	Ariana de Oliveira Mendes	3,00
40640	Ariane Margarida Seroiska	3,00
38821	Bianca Rotta	3,00
39334	Camille Vitoria Nedilha	0,00
40870	Carina Cristiane Padilha	3,00
40866	Caroline Aparecida Stankievicz	1,00
39217	Claudia Gaiovez	3,00
39024	Claudineia Andrade de Araujo	2,00
39290	Cristiane Medeiros Machado Montoski	0,00
38942	Daiane da Silva Rocha	3,00
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul**Afrodesc.**	3,00
40414	Daniele Ferreira	2,00
39961	Danuza Aparecida de Lara Ribas	2,00
40760	Deiziele de Fatima Silva	0,00
38907	Deyse Cristiane Wunderlich	0,00
39123	Elaine Cristina dos Santos**Afrodesc.**	2,00
39129	Eliane Bernardi Sheid	3,00
39106	Eliza Maria Jasko	0,00
39966	Estela Samara de Lima	0,00
39131	Ezelina Cristina Gaiovicz	3,00
38814	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	1,00
39042	Fernando Mendes	3,00
39207	Flavia Aparecida da Cruz	1,00
39352	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	1,00
39054	Jessica Balbinotti	3,00
39201	Joceilene Cristina Maia**Afrodesc.**	0,00
39092	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	2,00
39250	Jucelha Aparecida Fernandes	0,00
39950	Juliana de Fatima Dutzol	1,00
38799	Jussara Siega	1,00
40634	Karina Batista Mendes	2,00
39351	Keli Cristiane Gelaski	0,00
39351	Keli Cristiane Gelaski	3,00
40767	Kevelin Vitalina Nedilha de Souza	0,00
39277	Lairiane Cristina Melek Frere	0,00
40890	Maiara Cristiane da Silva	3,00
40842	Marcelo Ribeiro	0,00
40639	Marileia Franciane da Silva	2,00
40881	Marta Artigas de Oliveira Carlim	1,00
39419	Mayra Amancio	0,00
38843	Michelle Portman de Lima	1,00
40049	Naiara da Silva	3,00
39034	Nereide Pereira Chokailo**Afrodesc.**	1,00
39195	Paloma Aparecida Nunes	3,00
40794	Roberta Danilau	0,00
40802	Roberta Franciele da Silva	0,00
40849	Rosane Aparecida Lopes	3,00
40871	Rosangela de Lourdes da Silva	3,00
40423	Rosi Cleia Danilau	3,00
39082	Saimon Rodrigo da Silva	3,00
40969	Salete de Freitas	2,00
39300	Samara Pereira da Conceicao	3,00
41014	Sandra Dutsol Maguelniski	2,00
39248	Simone de Fatima Chagas**Afrodesc.**	2,00
38993	Sofia Mayara Serpa Sodre	3,00
38816	Taciane Budnhak Siqueira	3,00
40099	Tatiane Drabecki Karmazyn	3,00
40048	Valeria Angela Martins	3,00
39342	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	2,00
41057	Vanderleia Sampaio dos Santos	3,00
40798	Vanessa Aparecida Alves dos Santos	0,00
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves**Afrodesc.**	0,00

08 - Professor de Educação Física

Inscrição	Nome	Prova Títulos
39041	Adalcio Masiero	3,00
40977	Adenilson Pasckievic de Miranda	0,00
41171	Alisson Mateus Stange Pikissius	0,00

40839	Daniele Ferreira	3,00
39164	Douglas Machado Doa Santos	2,00
39325	Emanuel Araujo Dalbosco	3,00
38866	Flaviane Fatima Cordeiro Pinheiro	0,00
39089	Jaqueline Dieli Moraes	3,00
39279	Juliane Beatriz Scheid	2,00
38984	Lidiane Santos de Moura	2,00
39026	Luciana Cristina Marques Fidelis	2,00
39318	Marcos Alexandre Cordeiro Esmocoviski	0,00
38856	Marta Chagas Palhano	0,00
39162	Osvanir Aparecido Olegario da Silva	1,00
38879	Rayane Caroline Mochnacz	3,00
39176	Valter Buennemeyer	3,00

09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Escolas Urbanas

Inscrição	Nome	Prova Títulos
39258	Adriane Aparecida Valtrin	2,00
41157	Ailana Victoria Uniat	0,00
39320	Aline Cristina dos Santos	1,00
41172	Alisson Mateus Stange Pikissius	0,00
38800	Amanda Aparecida Kapica	0,00
39219	Ana Maria Rodrigues	0,00
39238	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	2,00
39014	Andressa Caroline Furtado	0,00
39742	Ariana de Oliveira Mendes	3,00
40641	Ariane Margarida Seroiska	3,00
39224	Beatriz da Silva Costa	0,00
39110	Bianca Caroliny Gaiovicz	0,00
39270	Camila Paola Damas da Silveira	1,00
40357	Camila Puff	0,00
39291	Carina Cristiane Padilha**Afrodesc.**	3,00
40867	Caroline Aparecida Stankievicz	1,00
38800	Carolline Paxesnik Maria	0,00
38899	Chayane Beatriz Zanlorenzi Ramos	3,00
39216	Claudia Gaiovez	3,00
39021	Claudineia Andrade de Araujo	2,00
39086	Cleice Keli de Bastiani	0,00
38794	Cleslaine Taiara Muller	0,00
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul**Afrodesc.**	3,00
39012	Debora Alves Ferreira	2,00
40783	Edson Ribeiro	0,00
40053	Elaine Lascoski	2,00
39130	Eliane Bernardi Sheid	3,00
39180	Elisiane Maria Castilho Paes	3,00
39058	Emilly Caroline dos Santos	0,00
39049	Emily Brenda Arantes	0,00
40784	Fabiana Vanessa Busck	3,00
40917	Francielli Juliana Picur Cirino	0,00
41137	Higor Natan da Silva	0,00
39091	Jaqueline Dieli Moraes	3,00
39053	Jessica Balbinotti	0,00
39202	Joceilene Cristina Maia**Afrodesc.**	2,00
38874	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	2,00
38849	Jucelha Aparecida Fernandes	3,00
40198	Julia Zaions Sampaio	0,00
38798	Jussara Siega	1,00
40835	Kaiane Jaine Costa	0,00
39358	Kamile Tibes Cordeiro	0,00
40632	Karina Batista Mendes	2,00
39350	Kaylane Tibes Cordeiro	0,00
39348	Keli Cristiane Gelaski	3,00
38860	Kelli Maria Jakimiu Dias	0,00
39237	Luana Taborda de Lima	0,00
40889	Maiara Cristiane da Silva	3,00
38921	Marcia Eliane Nestor Mochnacz	2,00
41119	Marcos Luiz Bertoletti	0,00
40404	Mariana Cardoso	0,00
39229	Marta Batista de Freitas	3,00
38855	Marta Chagas Palhano	0,00
39935	Melaine Sabrina Paxesnik	3,00
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	3,00
40663	Miriam Bertoletti	1,00
40047	Naiara da Silva	3,00
41025	Poliane Branco Ribeiro	1,00
40315	Rafaela Puff	0,00
38883	Rayane Caroline Mochnacz	3,00
40847	Rosane Aparecida Lopes	3,00
40795	Rosane Fatima Ortigara Masiero	0,00
40586	Sabrina de Souza Alves do Nascimento	0,00
41015	Sandra Dutsol Maguelniski	2,00

39032	Severina Martins da Rosa	3,00
41030	Simone de Oliveira da Fonseca	3,00
39070	Stefani Caroline da Silva e Oliveira	0,00
40591	Surielen Marli Chechelak	0,00
40046	Valeria Angela Martins	3,00
39443	Victoria Eduarda Alves	0,00

10 - Prof. EI e EF I - E. Helena D. Onesko – Escola do Campo

Inscrição	Nome	Prova Títulos
39107	Maria Marly Soroca Ferreira	1,00

11 - Prof. EI e EF I - E. São José – Escola do Campo

Inscrição	Nome	Prova Títulos
39335	Camille Vitoria Nedilha	0.00
38880	Eliane Griep Gomes Bitencourt	5,00

14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde – Escola do Campo

Inscrição	Nome	Prova Títulos
39163	Ana Flavia Puff	3,00
39197	Martina Castoldi	0,00

15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf – Escola do Campo

Inscrição	Nome	Prova Títulos
38983	Andressa Texeira Lascoski	3,00
39126	Ezelina Cristina Gaiovicz	3,00

General Carneiro/PR, 29 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:FE15010E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 08, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Resolução nº 08, de 19 de Agosto de 2026

Dispõe sobre a apresentação, apreciação e aprovação do Plano de Aplicação Financeira do Município General Carneiro referente aos recursos de custeio e capital recebidos através do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA-PARANÁ para o ano de 2026.

A plenária do Conselho Municipal de Saúde do município de General Carneiro/PR, em reunião ordinária, realizada em 19 de agosto de 2026 no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1403 de 14 de abril de 2016 e das prerrogativas conferidas pela Lei Federal no 8.080, de 19/09/90, Lei Federal no 8.142, de 28/12/90,

Resolve:

Art. 1º **Aprovar** o Plano de Aplicação Financeira do Município General Carneiro referente aos recursos de custeio e capital recebidos através do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA-PARANÁ, no exercício de 2026 e saldos remanescentes de anos anteriores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

General Carneiro, 19 de Agosto de 2026.

JEFERSON RIBEIRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO

Descritivo da execução das despesas até 31/07/2026

Categoria	R$ Recebido Até 31/07/2026	R$ Executado Até 31/07/2026	R$ Saldo Até 31/07/2026
CUSTEIO	R$ 337.176,82	R$ 117.669,28	**R$ 219.507,54**
CAPITAL	R$ 270.609,08	R$ 130.724,97	**R$ 139.884,11**

Descritivo das despesas de custeio

SERVIÇOS DE TERCEIROS	Quant.	Valor
Realização de Capacitações específicas com conteúdo da Vigilância em saúde, para todos os profissionais com vínculo	Diversos	R$ 10.000,00
Confecção de material informativo e educativo em vigilância em saúde no formato de folder, cartaz, peças documentais, apostilas, cartilhas, adesivos, elementos eletrônicos e outros.	Diversos	R$ 15.000,00
Manutenção da rede de frios e de conservação das vacinas	Diversos	R$ 15.000,00
Manutenção de veículos e equipamentos utilizados nas ações de vigilância em saúde	Diversos	R$ 10.000,00
Locação de brinquedos a serem utilizados nas Campanhas de Vacinas (Cama Elástica, piscina de bolinha, entre outros)	Diversos	R$ 5.000,00
Hospedagem para capacitação em outro município	Diversos	R$ 3.000,00
DIÁRIAS	**Quant.**	**Valor**
Diárias Servidores	Diversos	R$ 3.000,00
MATERIAL DE CONSUMO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**Quant.**	**Valor**
Material de Escritório e Expediente	Diversos	R$ 5.100,00
Materiais para Campanhas de Saúde (Ex: Balão, TNT, EVA, entre outros)	Diversos	R$ 15.000,00
Brindes para distribuição em campanhas de saúde	Diversos	R$ 34.187,54
Gêneros Alimentícios (pirulito, balas, entre outros)	Diversos	R$ 10.000,00
Aquisição de Equipamentos de proteção individual – EPI's (Ex: Máscaras, Luvas, entre outros)	Diversos	R$ 5.100,00
Aquisição de materiais de construção para reforma predial da sala de vacinas	Diversos	R$ 10.000,00
Coffee break para reunião e eventos da vigilância em saúde	Diversos	R$ 2.000,00
Combustível veículos utilizados exclusivamente para as vigilâncias.	Diversos	R$ 25.000,00
Uniformes: Calça, Jaqueta, Colete e Camisetas	Diversos	R$ 16.520,00

Caixa térmica com termômetro	1	R$ 600,00
Caixa térmica pequena com termômetro	1	R$ 200,00
Caixa Térmica Pequena SEM termômetro	1	R$ 400,00
Álcool isopropílico 1 litro	30	R$ 900,00
Capa de chuva em PVC	10	R$ 500,00
Lanterna de cabeça de led	10	R$ 700,00
Lanterna de mão	10	R$ 800,00
Kit Estesiômetro Monofilamentos para avaliação de sensibilidade Hanseníase	10	R$ 3.300,00
Lupa de mão: diâmetro da lente: 50mm; referência: MB-1013	10	R$ 400,00
Copos/vasos plásticos pretos de 1 litro para ovitrampas	300	R$ 1.200,00
Palhetas Eucatex 13 cm x 3 cm para ovitrampas	2500	R$ 2.750,00
Fantasias Zé e Maria Gotinha	8	R$ 20.000,00
Persianas	3	R$ 3.600,00
Caixa organizadora reutilizável com tampa	5	R$ 250,00
TOTAL PLANO DE APLICAÇÃO SALDO DE CUSTEIO		**R$ 219.507,54**

Descritivo das despesas de capital

DESCRIÇÃO	Quant.	Valor
Computador Completo de Mesa	11	R$ 24.200,00
Notebook	7	R$ 28.000,00
Monitor Extra	2	R$ 1.000,00
Impressora Multifuncional	3	R$ 10.500,00
Impressora de Etiquetas	1	R$ 1.000,00
Impressora Colorida	3	R$ 4.200,00
Mesa de Escritório com 2 gavetas	5	R$ 2.500,00
Armário de Escritório com 2 Portas	10	R$ 6.000,00
Cadeira Ergonômica Giratória e regulável	15	R$ 6.000,00
Tenda Gazebo 6X6m, Estrutura em Aço e Dobrável	2	R$ 6.634,80
Lupa Entomológica Estereomicroscópio	1	R$ 4.000,00
Freezer Vertical 1 Porta – Sala De Vacina (220 Lt)	1	R$ 3.000,00
Câmera de conservação de Vacinas - Mínimo 500 Lt	1	R$ 30.000,00
Balcão Sob Medida – Sala De Vacina	1	R$ 5.099,31
Ar-Condicionado – Sala De Vacina 12.000 BTU	1	R$ 3.000,00
Ventilador de Coluna	1	R$ 350,00
Pia / Lavatório Portátil	1	R$ 500,00
Cadeira de Pé Fixo	10	R$ 1.500,00
Máquina Algodão Doce Bivolt	2	R$ 2.400,00
TOTAL PLANO DE APLICAÇÃO SALDO DE CAPITAL		**R$ 139.884,11**

JEFERSON RIBEIRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:E5B50E9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2026

TERMO DE FOMENTO N° 017/2026

Concedente: Município de Goioerê/PR.

CNPJ: 78.198.975/0001-63.

Tomador: Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer**.**

CNPJ: 28.088.224/0001-16.

Objeto Proposto: O presente instrumento tem por objeto prestar assistência a pessoas acamadas em situação de vulnerabilidade social, por meio da confecção de fraldas geriátricas e sua distribuição gratuita, sendo o atendimento destinado prioritariamente a indivíduos que não possuem condições financeiras de arcar com a compra desses insumos, sendo considerado o critério de renda familiar de até um salário mínimo.

Valor Total do Repasse: Orçamento Impositivo no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), destinados às ações com Assistência Comunitária – Unidos por Amor ao Próximo.

Projeto de Lei nº 060/17/2025	
Vereador	**Valor da Emenda**
Amarildo Alves	R$ 5.000,00
Leonildo de Oliveira Souza	R$ 5.000,00
Mayk Ramalho dos Santos	R$ 20.000,00
Patrik Pelói Flávio	R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária: 14.002.8.244.0009.2.298.3.3.50.43.00.00.0.00 (395)

Base Legal: Artigos 29 e 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, e Artigo 9, §§ 2° e 4º, do Decreto Municipal nº 7.843/2022.

Goioerê-PR, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:9C34C273

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 246/2.026

Dispensa nº 37/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICÍPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito em Exercício, **Sr. ADILSON SOUZA DE BRITO**, conforme Decreto Legislativo nº 001/2026 e nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604010, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da contratação direta na modalidade de dispensa, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SUPRITECNICA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 13.107.128/0001-09, situada na Rua Terra Rica nº 855, Emiliano Perneta, CEP 83.324-195, no Município de Pinhais, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **JOSE ANTONIO GUERREIRO**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Aviso de Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	**Und. medida**	**Qtd**	**Descrição**	**Marca / Fabricante**	**Vlr unitário R$**
1	UN	15	Hemácias sensibilizadas para Controle de Coombs - com validade não inferior a 28 dias - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	81,95
2	UN	15	Reagente de Hemácia I e II - Teste para Pesquisa de Anticorpos Irregulares - com validade não inferior a 28 dias - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	111,75
3	UN	15	Suspensão de hemácias A1 e B a 5% - com validade não inferior a 28 dias - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	89,40
4	UN	30	Bio PeG- aditivo de polietilenoglicol + liss – Teste de detecção e identificação de anticorpos- frasco 10 ml.	IMUNOSCAN	22,95
5	UN	07	Controle de Rh - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	20,04
6	ML	70	Soro Anti-A Monoclonal - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	2,00

7	ML	70	Soro Anti-B Monoclonal - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	2,00
8	ML	70	Soro Anti-D (RH 1) Monoclonal IgM+IgG - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	2,98
9	UN	30	Soro de Coombs Policlonal (antigamaglobulina humana – IgG) - frasco 10mL.	IMUNOSCAN	32,78

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 30 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO

Município de Goioerê

JOSE ANTONIO GUERREIRO

Supritecnica LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:734245B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício ADILSON SOUZA DE BRITO, conforme Decreto Legislativo nº 001/2026 e nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, matrícula funcional nº 604010 e a empresa EDUARDO DIAS EVANGELISTA 06435048932 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.635.134/0001-40, sediada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, na Rua Campo Mourão, nº 687, Centro, CEP: 87.360-000, neste ato representada pelo senhor EDUARDO DIAS EVANGELISTA, tendo em vista o que consta no Processo nº 128/2025 e em observância às disposições da e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal n° 8.518/2023 e demais legislação aplicáveis, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 101/2025, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato nº 101/2025.

1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano e o reajuste pelo INPC (ago/2026) em 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento) do Contrato nº 101/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Detalhamento dos itens:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtd	Valor Unitário R$	Valor Unitário Reajustado R$
01	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CÓPIA DE CHAVE DE VEÍCULO COM CHIP – para todas	Serv.	05	415,62	432,16

	as marcas e modelos pertencentes a frota do Município de Goioerê.				
02	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CÓPIA DE CHAVE DE VEICULO - CHAVE COMUM - para todas as marcas e modelos pertencentes a frota do Município de Goioerê.	Serv.	07	98,86	102,79
03	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CÓPIA CHAVE COMUM – para todas as marcas e modelos de fechaduras existentes nos prédios públicos municipais pertencentes ao Município de Goioerê.	Serv.	250	15,10	15,70
04	SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CILINDRO DE FECHADURA - para todas as marcas e modelos de fechaduras existentes nos prédios públicos municipais pertencentes ao Município de Goioerê.	Serv.	25	122,81	127,69
05	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM FECHADURA COMUM - para todas as marcas e modelos de fechaduras existentes nos prédios públicos municipais pertencentes ao Município de Goioerê. Deve estar incluso os materiais necessários.	Serv.	100	128,12	133,21
06	SERVIÇO DE ABERTURA DE PORTA DE MADEIRA/METAL/VIDRO COM FECHADURA - para todas as marcas e modelos de fechaduras existentes nos prédios públicos municipais pertencentes ao Município de Goioerê. Deve estar incluso os materiais, ferramentas e equipamentos necessários	Serv.	25	183,33	190,62

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 28.084,08 (vinte e oito mil oitenta e quatro reais e oito centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód. Red	Un. Orç	Proj/Ativ	Elemento da Despesa	Recurso
8	02.001	2002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
14	02.002	2.004	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
24	03.001	2005	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
30	03.002	2.006	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
33	04.001	2.007	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
36	05.001	2.008	3.3.0.39.00.00.00.00	00000
41	06.001	2009	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
46	07.001	2.010	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
54	08.001	2011	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
57	08.002	2012	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09001	2018	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
80	09.004	2.017	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
88	10001	2019	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
93	10002	2020	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
96	10003	2021	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
99	10004	2022	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
108	11001	2023	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
116	11002	2024	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
128	11003	2025	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
137	11004	2025	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
137	11004	2026	3.3.90.39.00.00.00.00	00510
148	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
158	12.001	2.027	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
171	12.001	2.029	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
220	12.001	2.035	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00510
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
323	13001	2051	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
333	13004	2050	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
357	14001	6001	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
366	14002	2054	3.3.90.39.00.00.00.00	00934
373	14002	2055	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
380	14002	2056	3.3.90.39.00.00.00.00	00935
387	14002	2057	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
402	14003	6002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
418	14004	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

435	14005	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
450	15001	2066	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
455	15002	2067	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
471	15004	2070	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
482	16001	2071	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
498	16003	1201	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
504	16003	2072	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
538	18001	2077	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
560	19001	2079	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
579	20001	2081	3.3.90.39.00.00.00.00	01060
591	21001	2082	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
597	21001	2083	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo de aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 28 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO

Município de Goioerê

EDUARDO DIAS EVANGELISTA

Eduardo Dias Evangelista 06435048932.

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:8299E336

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2025,

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício ADILSON SOUZA DE BRITO, conforme Decreto Legislativo nº 001/2026 e nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, matrícula funcional nº 604010 e a empresa IVANILDO JOSÉ DE LIMA 01718823932, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.696.077/0001-49, sediada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, na Rua Doutor Saul Gurgel, nº 75, Jardim Curitiba, CEP: 87.360-000, neste ato representada pelo senhor IVANILDO JOSÉ DE LIMA, tendo em vista o que consta no Processo nº 40/2025 e em observância às disposições da e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal n° 8.518/2023 e demais legislação aplicáveis, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 96/2025, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato nº 96/2025.

1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano e o reajuste pelo INPC (ago/2026) em 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento) do Contrato nº 96/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Detalhamento dos itens:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unitário (R$)	Valor Unitário Reajustado (R$)
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MOTOCICLETA) - Limpeza completa, com enceramento.	Serv.	01	31,68	32,94
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (CAMINHÕES) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	20	296,50	308,30
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	25	399,03	310,93
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (VEICULOS EM GERAL DE ATÉ 7 PASSAGEIROS) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	125	63,33	65,85
06	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (KOMBI E VAN) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	50	136,65	142,08
07	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (AMBULÂNCIA) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	50	151,10	157,11

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 37.162,94 (trinta e sete mil cento e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód. Red	Un. Orç	Proj/Ativ	Elemento da Despesa	Recurso
8	02.001	2002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
24	03.001	2005	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
41	06.001	2009	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
54	08.001	2011	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
57	08.002	2012	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09001	2018	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
88	10001	2019	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
93	10002	2020	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
96	10003	2021	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
99	10004	2022	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
108	11001	2023	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
116	11002	2024	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
128	11003	2025	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
137	11004	2025	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
137	11004	2026	3.3.90.39.00.00.00.00	00510
148	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
198	12001	2031	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00510
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
333	13004	2050	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
357	14001	6001	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

373	14002	2055	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
380	14002	2056	3.3.90.39.00.00.00.00	00935
387	14002	2057	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
402	14003	6002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
418	14004	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
435	14005	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
450	15001	2066	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
455	15002	2067	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
471	15004	2070	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
482	16001	2071	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
498	16003	1201	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
504	16003	2072	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
538	18001	2077	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
560	19001	2079	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
579	20001	2081	3.3.90.39.00.00.00.00	01060
591	21001	2082	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
597	21001	2083	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo de aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 28 de setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO

Município de Goioerê

IVANILDO JOSÉ DE LIMA

Ivanildo José de Lima 01718823932.

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:750CF44A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2025

IDENTIFICAÇÃO	**DADOS**
Pregão Eletrônico SRP	065/2025
Processo Administrativo	144/2025
Vigência prorrogada	07/11/2026 a 06/11/2027
Objeto	Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados à Administração Pública Municipal.

GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.607.627/0001-78, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Centro, Goioxim/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDER DOS SANTOS.

FORNECEDOR: TAUSCHER EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 60.027.685/0001-91, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 363, Centro, Goioxim/PR, representada por JOSIANE DE FATIMA TAUSCHER.

As partes resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 184/2025, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 065/2025, Processo Administrativo nº 144/2025, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços nº 184/2025 por mais 12 (doze) meses, preservadas as condições não expressamente alteradas por este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. Fica prorrogada a vigência da Ata pelo período de 07/11/2026 a 06/11/2027, sem solução de continuidade, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Terceira, item 3.1, da Ata originária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA NECESSIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

3.1. A prorrogação destina-se a assegurar continuidade no abastecimento de materiais de higiene e limpeza de uso permanente em todos os setores administrativos, secretarias, departamentos e unidades municipais, necessários à limpeza, salubridade, conservação dos espaços públicos e regular funcionamento das atividades e do atendimento à população.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DA VANTAJOSIDADE

4.1. Permanecem mantidos os preços unitários registrados na Ata originária, não havendo reajuste ou majoração decorrente exclusivamente desta prorrogação.

4.2. A vantajosidade econômica da prorrogação está documentalmente corroborada pelos orçamentos de mercado de MIRANDA SUPERMERCADO, CNPJ nº 78.914.306/0001-40, assinado em 23/09/2026, e AUDONEI JOSÉ ADAMOWSKI, CNPJ nº 47.916.294/0001-60, datado de 16/09/2026, ambos com validade de 60 dias. Em itens diretamente comparáveis, os valores registrados permanecem inferiores às referências apresentadas, a exemplo do álcool líquido 70% de 1 litro (ARP: R$ 5,99; Miranda: R$ 8,99; Audonei: R$ 13,95), da escova plástica oval (ARP: R$ 4,96; Miranda: R$ 8,23; Audonei: R$ 9,50), do aromatizador de ambientes 360 ml (ARP: R$ 16,84; Miranda: R$ 21,99; Audonei: R$ 26,00) e do balde plástico de 20 litros (ARP: R$ 18,89; Miranda: R$ 31,40; Audonei: R$ 26,50).

4.3. Os orçamentos integrais permanecem juntados aos autos e integram a fundamentação administrativa da vantajosidade, sem alteração automática das demais condições da Ata originária.

4.4. A relação completa dos itens registrados, com identificação do lote, descrição resumida, marca, unidade, quantitativo originalmente registrado, valor unitário e valor total correspondente, integra o ANEXO I deste Termo Aditivo, reproduzindo os valores constantes da Ata de Registro de Preços nº 184/2025.

4.5. O valor global correspondente aos quantitativos originalmente registrados é de R$ 107.630,35 (cento e sete mil, seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos). A indicação dos quantitativos e totais no Anexo I possui finalidade de identificação dos registros originários e não implica aquisição integral, permanecendo as contratações condicionadas às necessidades da Administração e às condições da Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DA HABILITAÇÃO E EXECUÇÃO

5.1. O Fornecedor declara manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento originário, obrigando-se a preservá-las durante toda a vigência prorrogada.

5.2. Permanecem aplicáveis as condições de fornecimento, entrega, recebimento, fiscalização, obrigações e responsabilidades previstas na Ata originária, no Edital e nos respectivos anexos.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

6.1. O Gerenciador providenciará a divulgação do presente Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio oficial do Município e nos demais meios exigidos pela legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

7.1. Permanecem ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 184/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

Goioxim/PR, 30 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS

Prefeito Municipal – Gerenciador

JOSIANE DE FATIMA TAUSCHER

Representante Legal - Tauscher Empreendimentos LTDA

ANEXO I - QUADRO DOS ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES REGISTRADOS

Os itens abaixo reproduzem os registros da Ata de Registro de Preços nº 184/2025 para fins de identificação do objeto, dos preços e dos quantitativos originalmente registrados. As especificações completas permanecem as constantes da Ata originária, do Edital, do Termo de Referência e da proposta da fornecedora. A prorrogação não implica obrigação de aquisição integral.

Lote	Descrição resumida	Marca	Unid.	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
001	Álcool líquido 70% etílico hidratado embalagem com 1 litro	super vale	UN	200,00	5,99	1.198,00
002	Escova plástica oval, com cerdas em nylon para lavar roupa	Bettanin	UN	60,00	4,96	297,60
003	Flanela para limpeza 55 x 45	Panosul	UN	30,00	3,96	118,80
006	Álcool em gel 70°. INPM: Aspecto, líquido, viscoso, para higienização das mãos, composto por álcool, trietanolamina, carbopol, propileno glicol, glicerina, benzoato de denatonio e água...	super vale	UN	200,00	6,44	1.288,00
007	Álcool Etílico 92,8 % - frascos de 01 litro. Deverá obedecer rigorosamente as normas de comercialização exigidas pela ABNT. Obrigatório apresentar no rótulo composição, responsável químico...	super vale	L	200,00	7,08	1.416,00
009	Amaciante de roupas com aroma suave, com tensoativo catiônico coadjuvantes, emulsão de silicone, diluente, conservante, fragrância, corante azul e água. Composto ativo: cloreto de...	guimaraes	L	250,00	6,94	1.735,00
010	Aromatizador de ambientes, tipo aromatizador, em aerossol, fragrâncias diversas, embalagem com 360ml, obrigatório conter externamente na embalagem os dados de identificação, procedência...	ar agradavel	UN	60,00	16,84	1.010,40
011	Balde plástico 15L Capacidade de 15 litros características: balde plástico resistente com alça.	arqplast	UN	50,00	13,89	694,50
012	Balde plástico 20 L Capacidade de 20 litros características: balde plástico resistente com alça, dimensões aproximadas: 350x345mm	arqplast	UN	10,00	18,89	188,90
013	Bandeja retangular feita com plástico polipropileno de qualidade (PP) ou plástico em ABS para buffet, dimensões: comprimento 48 cm, largura 33 cm, altura 1,5 cm ,não dobrável, com cor a ser...	arqplast	UN	30,00	30,79	923,70
014	Bobina de saco plástico. Para armazenamento de alimentos picotada, 35x25, cada bobina com 100 unidades.	Giopack	UN	100,00	8,89	889,00
015	Bobina de saco plástico. Para armazenamento de alimentos picotada, 60x40, cada bobina com 100 unidades.	Giopack	UN	100,00	8,98	898,00
016	CORDA DE VARAL 15 MT CORDA DE VARAL 15 MT	Poli corda	UN	100,00	11,49	1.149,00
017	Desinfetante com perfumes flores e sonhos - composição: amina óxida, álcool etoxilado, alcalinizante, coadjuvante, espessante, corante, fragrância, conservante e água, embalagem de 2 litros	alpes	UN	50,00	4,58	229,00
018	Desinfetante com perfumes flores e sonhos - composição: amina óxida, álcool etoxilado, alcalinizante, coadjuvante, espessante, corante, fragrância, conservante e água, embalagem de 5 litros	alpes	UN	200,00	13,49	2.698,00
020	Desinfetante sanitário com bactericida, fungicida, germicida combate mau cheiro de banheiro, de animais domésticos e gordura com perfume fragrâncias pinho, limão, eucalipto, lavanda frasco...	alpes	UN	100,00	7,49	749,00
021	Detergente biodegradável para louça, consistente, para remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aromas diversos. Obrigatório conter externamente na embalagem os dados de...	alpes	UN	200,00	1,94	388,00
022	DISPENSE PARA PAPEL TOLHA Especificação: Características Gerais: Dispenser para papel toalha interfolhado, confeccionado em ABS, dimensões aproximadas 25 x28 x12 cm (L X A X P). Acompanha...	arplast	UN	30,00	54,89	1.646,70
023	Dispenser de álcool Gel/sabonete, de parede, recarregável (deve conter reservatório para que seja abastecido apenas com o produto, não necessitando a compra de refil; capacidade mínima de...	arplast	UN	30,00	54,89	1.646,70
024	Dispenser Porta Papel Toalha Interfolhado - Medidas aproximadas: 11cm x 30,5cm x 25cm	arplast	UN	30,00	59,79	1.793,70
025	Escova de Chão Média cerdas plásticas	Condor	UN	300,00	11,98	3.594,00
026	Escova de limpeza para mamadeira com cerdas resistentes e cabo longo, com aproximadamente 25cm de comprimento	Lilo	UN	300,00	3,98	1.194,00
027	Escova para limpeza sanitária, com dois lados, composição: material sintético e plástico. Com suporte	Condor	UN	100,00	13,49	1.349,00
028	Escova sanitária, em plástico, com cabo de 40cm e copo suporte	Condor	UN	100,00	13,44	1.344,00
029	Esfregão/Vassoura Com Espuma + Cabo 2 Metros Para Lavagem De Veículos Produzido com uma base plástica rígida com Cerdas de PET 0,20mm plumadas e com uma espuma que ajuda reter o sabão. Suas...	condor	UN	100,00	12,98	1.298,00
030	Esponja metálica para limpeza pesada, fabricada em aço inoxidável de alta durabilidade e resistência à oxidação. Indicada para remoção de sujeiras incrustadas, gorduras, crostas e resíduos...	assolan	UN	100,00	3,66	366,00
031	ESPONJA DE LÁ DE AÇO, PACOTE COM 08 UNIDADES	Assolan	UN	100,00	2,42	242,00
032	Esponja dupla face para lavar louças, 110 x 75 x 20mm, formato retangular, em poliuretano e fibra sintética, com faces verde e amarela para limpeza pesada. Embalagem contendo 4 unidade	Condor	UN	500,00	4,18	2.090,00
033	Faca para refeição ponta arredondada totalmente feita em aço inox dimensões: comprimento 21,2 cm x largura 1,9 cm x altura 0,3 cm	simonaggio	UN	20,00	5,24	104,80
034	Fósforo de Cozinha, pacotes com 10 caixas. Cada caixa deve conter no mínimo 40 fósforos	parana	UN	20,00	3,49	69,80
035	Garrafa térmica 2,5L, de pressão, em inox	termolar	UN	10,00	78,99	789,90

036	Inseticida Aerosol 380 ML. Inseticida Aerosol 380 ML.	sbp	UN	50,00	16,89	844,50
037	Inseticida doméstico aerossol. Características: acondicionado em frasco metálico de 300ml. Composição: transflutrina, ciflutrina, emulsificantes, água, solventes e propelentes.	sbp	UN	50,00	15,89	794,50
038	Isqueiro plástico à gás, tamanho padrão	bic	UN	20,00	4,49	89,80
039	Limpa vidros líquido, incolor/azul, embalagem de 500ml. Obrigatório conter externamente na embalagem os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro na...	alpes	UN	50,00	8,79	439,50
040	Limpador instantâneo multiuso doméstico líquido 500ml, composto de lenear alquil benzeno sulfato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestranet, éster glicólico, álcool...	alpes	UN	100,00	5,89	589,00
041	LIMPADOR PERFUMADO 1 LT LIMPADOR PERFUMADO 1 LT	alpes	UN	50,00	6,39	319,50
042	Lixeira em plástico tipo cesto capacidade 10 litros	arqplast	UN	50,00	19,89	994,50
043	Lixeira plástica 100L com tampa, pedal e suporte, na cor branca, super resistente	arqplast	UN	20,00	104,99	2.099,80
044	Lixeira plástica 50 Litros com tampa e pedal, em material virgem não reciclado	arqplast	UN	50,00	99,79	4.989,50
045	Lixeira plástica com tampa e pedal, 30 litros na cor preta	arqplast	UN	50,00	78,89	3.944,50
046	Lixeira plástica redonda 20 Lisa com tampa e pedal capacidade 20 litros material de alta qualidade e resistência. Composição: Polipropileno. Medidas: 35 cm x 26 (alt. X larg.).	arqplast	UN	50,00	56,89	2.844,50
047	MATA BARATA 10 GR MATA BARATA 10 GR	mat inset	UN	80,00	13,49	1.079,20
048	Pano de prato atoalhado 100% algodão, com aproximadamente 175g, felpudo, bainha simples, tamanho mínimo de 43cm x 64cm.	pano sul	UN	50,00	8,52	426,00
049	Pano para limpeza de chão, tipo saco de algodão alvejado medidas 80 x 54cm	pano sul	UN	50,00	13,52	676,00
050	Papel alumínio 45 X 7,5 mt de comprimento	gio pack	UN	20,00	7,88	157,60
051	Papel higiênico branco, folha simples rolo 10cm x 30mt produto absorvente fabricado com fibras virgens 100% celulose (não reciclado) conforme Abnt Nbr Nm Isso 2470. pintas inferior 17m...	folha lev	UN	100,00	39,98	3.998,00
052	Papel higiênico folha dupla neutro papel branco medidas 30m x 10cm folhas 100% celulose virgem embalagem cm 12 rolos	folha lev	UN	80,00	11,89	951,20
055	Pedra Sanitária Com 25 GR, Aromas variados	alpes	UN	200,00	1,84	368,00
056	Desinfetante líquido concentrado 1L à base de derivados de pinho, indicado para a limpeza e desinfecção de superfícies laváveis em ambientes internos e externos. Sua fórmula possui ação...	Alpes	UN	50,00	9,84	492,00
057	PRENDEDOR DE ROUPA PQ PRENDEDOR DE ROUPA PQ	both	UN	20,00	2,04	40,80
058	QUEROSENE 900 ML QUEROSENE 900 ML	Luzvel	UN	20,00	16,84	336,80
059	Removedor líquido multiuso 5L de alta performance, desenvolvido para a remoção eficaz de ceras, resíduos de sujeira pesada, graxas, óleos e marcas difíceis em superfícies laváveis. Indicado...	Removex	UN	50,00	29,99	1.499,50
060	Removedor líquido multiuso 2L de alta performance, desenvolvido para a remoção eficaz de ceras, resíduos de sujeira pesada, graxas, óleos e marcas difíceis em superfícies laváveis. Indicado...	REmovex	UN	80,00	13,99	1.119,20
061	RODO DE ESPUMA C/ ABRASIVO RODO DE ESPUMA C/ ABRASIVO	uniao	UN	100,00	12,94	1.294,00
062	RODO DE INOX 50 CM RODO DE INOX 50 CM	rodoinox	UN	50,00	48,99	2.449,50
063	RODO DE MADEIRA COM BORACHA 50 CM	unia	UN	20,00	27,99	559,80
064	RODO PLASTICO C/ BORRACHA 50 CM	unia	UN	10,00	17,49	174,90
065	Sabão em pó 1,6 kg Composição: tensoativo aniônico, tamponates coadjuvantes, sinergistas, branqueadores ópticos, enzimas, corante, fragrância, produto ecológico, não contém tripolifosfato...	GIrassol	UN	300,00	12,89	3.867,00
066	Sabão glicerinado, com álcool, ácidos graxos, coadjuvante, glicerina, fragrância etc. Embalagem plástica, 800 gramas a 1kg, com 5 unidades, prazo de validade no mínimo 6 meses no momento da...	alpes	UN	200,00	7,89	1.578,00
067	Sabao Liquido Concentrado - Frsco de 2Lts Composição: - Alquil Sulfato De Sódio Etoxilado, Linear Alquil Benzeno Sulfato De Sódio, Alcool Etoxilado Tensoativo Nãolônico, Estabilizante...	alpes	UN	50,00	19,98	999,00
068	Sabao Liquido suave aspecto físico sólido 150g com registro em órgão competente	premisse	UN	50,00	2,89	144,50
069	Sabonete líquido 1 Litro Produto viscoso, com aroma de lavanda, morango, rosas e ameixa, à base de lauril éter, sulfato de sódio, metilisotializolinona, edta, ácido cítrico, cloreto de...	premisse	UN	100,00	8,98	898,00
070	Sabonete líquido 5 Litros Produto viscoso, com aroma de lavanda, morango, rosas e ameixa, à base de lauril éter, sulfato de sódio, metilisotializolinona, edta, ácido cítrico, cloreto de...	Premisse	UN	100,00	28,84	2.884,00
071	Saco de algodão.40x70cm Composição 100% algodão pano p/ limpeza multiuso 40x60cm.	panosul	UN	50,00	8,89	444,50
072	Saco de lixo preto capacidade para 30 litros pacote ou rolo com 100 um.	embalixo	UN	100,00	12,89	1.289,00
073	Saco de lixo preto capacidade para 50 Lt pacote ou rolo com 100 um.	embalixo	UN	50,00	12,49	624,50
074	Saco de lixo, com capacidade de 100 litros reforçado para suportar até 20 kg, com micragem de 0.8 especificada na embalagem, com validade indeterminada, super-resistente (reforçado). Norma...	embalixo	UN	100,00	12,89	1.289,00
075	Saco de lixo, com capacidade de 200 litros, com validade indeterminada, super-resistente (reforçado). Fardo com no mínimo 50 sacos.	embalixo	UN	100,00	78,98	7.898,00
076	Limpador cremoso abrasivo 250 com ação abrasiva suave, especialmente formulado para remover sujeiras difíceis, manchas, gordura e incrustações em superfícies laváveis. Ideal para limpeza...	sanybril	UN	300,00	7,98	2.394,00
077	Limpador abrasivo em pó 300ml indicado para remoção de sujeiras pesadas, manchas, crostas, ferrugem e incrustações em superfícies laváveis. Possui ação desincrustante eficiente, ideal para...	sanybril	UN	150,00	4,49	673,50
078	Saponáceo cremoso 300g , original, composto de tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo, componente ativo linear...	sanybril	UN	300,00	8,88	2.664,00
079	Soda cáustica 1 Kg em escamas 99%.	soda bel	UN	300,00	19,96	5.988,00
080	SODA LIQUIDA 1 LT SODA LIQUIDA 1 LT	luzvel	UN	20,00	18,97	379,40
081	Toalha de banho 1,40 x 0,70m, 100% algodão, cores variadas	panosul	UN	20,00	23,98	479,60
082	Toalha de rosto 100% algodão, 41 x 70cm, na cor verde.	panosul	UN	20,00	15,98	319,60
083	Toalha de rosto branca 45x75cm, material 100% algodão	panosul	UN	25,00	17,49	437,25
084	Touca Descartável: Confeccionada inteiramente em polipropileno, tipo sanfonada, com boa aeração do couro cabeludo, com elástico revestido para melhor vedação durante sua utilização, soldada...	talge	UN	50,00	11,98	599,00
085	Vassoura de nylon tamanho de 30 cm Características: tamanho de 30 cm, com cerdas de nylon. Tipos das cerdas: tipo pontas plumadas. Matéria prima do cabo: cabo de madeira com 120cm. c/ rosca...	condor	UN	80,00	13,94	1.115,20
086	Vassoura de palha com cabo de madeira para limpeza doméstica.	caipira	UN	80,00	27,49	2.199,20
087	Vassoura tipo escovão 30cm com cabo em madeira, tamanho mínimo 1,20mt com cerdas resistentes.	condor	UN	50,00	29,89	1.494,50
VALOR TOTAL DA ATA:						**R$ 107.630,35**

Valor total por extenso: cento e sete mil, seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:C5837DF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 195/2026

DECRETO 195/2026

Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal de Iguaraçu, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base na Lei Municipal 34/2026 de 30 de Setembro de 2026.

DECRETA

Art. 1.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 2.708.595,03 (Dois Milhões, Setecentos e Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Tres Centavos), para suplementação das seguintes dotações:

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.16.482.0013.1.091	**Construção Casas Populares**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00890	**Obras e Instalações**	1.300.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00000	**Obras e Instalações**	13.000,00
09000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
09.001	**Departamento Municipal de Esportes e Lazer**	
09.001.27.812.0014.1.089	**Reforma, Ampliação Ginasio Esportes Centro Esportivo Henrique Perez**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00874	**Obras e Instalações**	632.000,00
12000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
12.002	**Fundo Municipal de Saúde**	
12.002.10.301.0010.1.087	**CONSTRUÇÃO UNIDADE MISTA DE SAÚDE**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02002	**Obras e Instalações**	449.095,03
13000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E DEFESA SOCIAL**	
13.001	**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E DEFESA SOCIAL**	
13.001.06.182.0012.1.090	**AQUISIÇÃO DE CAMERAS DE MONITORAMENTO**	
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00878	**Equipamentos e Material Permanente**	313.000,00
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00000	**Equipamentos e Material Permanente**	1.500,00

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art.1.º deste decreto serão provenientes do provável **excesso de arrecadação da fonte 00874, no valor de R$ 632.000,00** da fonte **00878 no valor de R$ 313.000,00**, fonte **00890 no valor de R$ 1.300.000,00,** conforme Art. 43 § 1.º, I da Lei Federal 4.320/64, e anulação das dotações abaixo conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64:

1000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
10001	**Departamento Municipal de Educação**	
10.001.12.365.0008.1.085	**Construção Creche Municipal Gente Pequena -II**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02002	**Obras e Instalações**	449.095,03
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.002	**Departamento de Frotas e Logística**	
08.002.26.782.0013.2.020	**Manutenção do Departamento de Pátio, Oficinas e Máquinas**	
3.3.90.36.00.00 – Fonte 00000	**Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física**	14.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 30 dias do mês de Setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:52FB54B7

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 196/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu

Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000

CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR

DECRETO N.º 196/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram	
conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.	
DECRETA:	
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO	
DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 13.000,00, destinados ao reforço das seguintes	
Dotações Orçamentárias.	
Suplementação(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08002 - DEPARTAMENTO DE FROTA E LOGISTICA	
Funcional - 26.782.0013.2020000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PÁTIO, OFICINAS E MÁQUINAS	
Despesa - 283 - 339036 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	13.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou	
total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº	
4.320/64.	
Redução(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.452.0013.2015000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Despesa - 241 - 339036 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	13.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.	
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 30 de setembro de 2026	
CLÁUDIO APARECIDO BERNIN	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3B2037D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 176/2026

RESOLUÇÃO Nº 176/2026

Em consideração ao Chamamento Público Nº 07/2026, derivado do processo administrativo para a Inexigibilidade de Licitação para credenciamento de profissionais pessoas jurídicas da área da saúde para o ano de 2026/2027, vem editar e estruturar medida legal.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias:

RESOLVE

Art. 1º - Vem aprovar no anexo II do edital de credenciamento de serviços de saúde, para a seguinte forma o item:

Anexo - Tabela de Valores

LOTE 1	BOLSAS COLOSTOMIA E ADJUVANTES	UND	QUANTIDADE	VALOR UNTÁRIO
1	**Conjunto de Placa e Bolsa para Urostomia** composta de: **Placa base plana**, recortável, flange de encaixe de 57mm ou 70mm, base adesiva para estomia com adesivo microporoso, resina sintética composta no mínimo de carboximetilcelulose e pectina, com ceramidas. **Bolsa** para urostomia encaixe em placa com flange de 57mm ou 70mm, confeccionada de plástico maleável e anti-odor, **transparente** com face posterior tela protetora de plástico micro perfurado ou poliésternão tecido e abertura de drenagem com válvula para fechamento que facilite o manuseio do usuário, com sistema anti refluxo na bolsa. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	1.400	R$ 86,83
2	**Conjunto de Placa e Bolsa para Urostomia** composta de: **Placa base plana**, recortável, flange de encaixe de 40mm, 45mm ou 50mm, base adesiva para estomia sem adesivo microporoso, resina sintética composta no mínimo de carboximetilcelulose e pectina. Bolsa para urostomia encaixe em placa com flange de 40mm, 45mm ou 50mm, confeccionada de plástico maleável e anti-odor, transparente ou opaca com face posterior tela protetora de plástico micro perfurado ou poliéster não tecido, e abertura de drenagem com válvula para fechamento que facilite o manuseio do usuário, e sistema anti refluxo na bolsa. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	900	R$ 41,06
3	Conjunto de Placa e Bolsa para Urostomia composta de: Placa base convexa macia, recortável, flange de encaixe de 70mm, base adesiva para urostomia com adesivo acrílico hipoalergênico, resina sintética composta no mínimo de carboximetilcelulose, pectina e ceramidas. Bolsa para urostomia encaixe em placa com flange de 70mm, confeccionada de plástico maleável e anti-odor, transparente com face posterior tela protetora de plástico micro perfurado ou poliéster não tecido, e abertura de drenagem com válvula para fechamento que facilite o manuseio do usuário, e sistema anti refluxo na bolsa. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	1300	R$ 87,23
4	**Bolsa para colo/ileostomia** de **1 peça**, transparente, drenável, recortável 10-80 mm, composta por uma película fina, a prova de odor. Face posterior da bolsa revestida por tela de poliéster, macia e bege, que permite conforto durante o uso e saúde da pele em contato. Fechamento da Bolsa com clamp individual, adesivo, seguro e higiênico, composto de espuma. Base adesiva com estrutura disposta em formato espiral, flexível e fina, que se conforma aos contornos do corpo, garantido adesão constante, composta de pectina, gelatina, carboximetilcelulose Sódica (CMC), óxido de zinco, borracha de butila, estireno-isopreno-estireno (SIS) e polisobutileno (PIB), totalmente hipoalergênica. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	1200	R$ 19,35
5	**Bolsa para colo/ileostomia** de **1 peça**, opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma, drenável, recortável de 10 - 60 mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Fitro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva côncava em forma de "estrela", composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), poliisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas, com anel de estabilidade integrado na zona central e 1 camada de filme elástico superior. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	1.200	R$ 55,00
6	**Conjunto de Placa e Bolsa para Colostomia/ Ileostomi**a, composta de: **Placa base plana** Standart**,** flange de 50mm, 60mm ou 70mm, Base adesiva para estomia, sem adesivo microporoso, resina sintética com dupla camada, composta por gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica, amido de batata, goma guar, óxido de ferro sintético, borracha de butila, SIS e PIB. Com bordas externas adesivas de resina delgadas, flexíveis e possuindo 05 (cinco) pontos de extra-flexibilidade. **Bolsa** para colostomia/ileostomia transparente/opaca flange de 50mm, 60mm ou 70mm, com sistema de encaixe com dupla trava de segurança audível por um click, confeccionada de plástico maleável e anti-odor, transparente ou opaca, e revestimento externo macio em poliéster não tecido, com filtro de carvão ativado anti odor incorporado e abertura de drenagem com fechamento tipo envelope e velcro. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	6500	R$ 60,00
7	**Conjunto de Placa de Bolsa para Colostomia/ileostomia**, composta de: **Placa base convexa** Standart, flange de 50-60-70mm. Base adesiva para estomias, com ou sem adesivo microporoso, resina sintética com dupla camada, composta por hidrocoloide. **Bolsa** para colostomia/ileostomia, transparente/opaca, flange 50-60-70mm, confeccionada de plástico maleável e enti-odor, revestimento externo macio em poliéster não tecido, com filtro de carvão ativado anti odor incorporado e abertura de drenagem com fechamento tipo envelope e velcro. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2500	R$ 57,61
8	**Conjunto de Placa e Bolsa para Colostomia/Ileostomia,** composta de: **Placa base plana**, recortável, flange de encaixe de 57mm ou 60mm, base adesiva para estomia com ou sem adesivo microporoso, resina sintética composta no mínimo de carboximetilcelulose e pectina. **Bolsa** para Colostomia/ileostomia encaixe em placa com flange de 57mm ou 60mm, confeccionada de plástico maleável e anti-odor, transparente ou opaca com face posterior tela protetora de plástico micro perfurado ou poliéster não tecido, e abertura de drenagem com fechamento integrado a bolsa ou clip individual para cada bolsa. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2000	R$ 53,22
9	**Conjunto de Placa e Bolsa para colostomia/ileostomia**, **CONVEXA** macia com adesivo acrílico hipoalergênico, flange flotante de 57 mm. **Placa para ostomia, base CONVEXA**, composta por resina sintética, com infusão de ceramidas, composta no mínimo por: pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isoprenoestireno e petrolato. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Recorte de 13 à 38 mm. Flange flotante de baixo perfil, com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Bolsa transparente ou opaca, drenável composta por 4 camadas plásticas, silencioso e anti-odor com tela protetora não aderente filtro de carvão ativado com membrana que impede que o filtro perda a sua função. Flange com abas para encaixo do cinto e fechamento por conectores plásticos. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2.000	R$ 90,00
10	Bolsa neonatal plana, recortável, drenável com dupla função: urostomia e estomia intestinais. composta por hidrocolóides: carboximetilcelulose, pectina e gelatina e fibras de algodão. sem recorte inicial e recortável até 35x25 mm. embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo dados de identificação, procedência, data fabricação/validade e lote. possuir registro na anvisa e no ministério da saúde.	UNID	300	R$ 67,00

11	**Bolsa para colostomia/ileostomia, infantil,** 1 peça, sistema drenável sem adesivo hipoalergênico com filtro de carvão acoplado, confeccionada com 4 camadas plásticas silencioso e anti-odor com tela protetora não aderente, barreira de resina sintética plana, composta por: PIB, pectina, gelatina e fibras de algodão, tecnologia de espaçamento de ar, altamente flexível e suave, adesividade e proteção periestoma. Recortável até 51mm, fechamento integrado por conectores plásticos, com filtro anti-odor de carvão ativado incorporado, possuindo membrana protetora que impeça o contato com a água, evitando a perda dafunção do carvão ativado. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	300	R$ 18,50
12	**Bolsa para colostomia/ileostomia,** 1 peça, **plana**, adulto, opaca com janela de visualização. Placa com barreira de resina sintética composta por carboximetilcelulose, pectina e ceramidas recortável de 13mm até 64mm. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Possuindo filtro de carvão ativado desodorante para gases. Bolsa composta de 4 camadas plásticas silencioso e anti-odor e fechamento por conectores plásticos. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	2.500	R$ 37,72
13	**Bolsa para colostomia**, 1 peça, **CONVEXA**, adulto, opaca com janela de visualização. Placa com barreira de resina sintética composta por carboximetilcelulose, pectina e ceramidas, recortável de 13mm até 55mm. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Bolsa possuindo filtro de carvão ativado desodorante para gases, composta de 4 camadas plásticas silencioso e anti-odor e fechamento por conectores plásticos e abas para o encaixe do cinto. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	2000	R$ 54,30
14	**Conjunto de Placa e Bolsa para colostomia/ileostomia**, plana. Com adesivo acrílico hipoalergênico com flange de 57 mm. Placa para ostomia, base plana, composta por resina sintética, composta por pectina, carboximetilcelulose sódica, ceramidas, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno e petrolato. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Recortável até 44 mm. Flange flotante de baixo perfil, com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Bolsa opaca, drenável composta por 4 camadas plásticas, silencioso e anti-odor com tela protetora não aderente e filtro de carvão ativado com membrana que impede que o filtro perda a sua função. Flange com abas para encaixe do cinto e fechamento por conectores plásticos. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2.000	R$ 79,50
15	**Conjunto de Placa e Bolsa para colostomia/ileostomia**, plana, com adesivo acrílico hipoalergênico com flange flotante de 70 mm. Placa para ostomia, base plana, composta por resina sintética, composta no mínimo por: pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, ceramidas, copolímero de estireno-isopreno-estireno e petrolato. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Recorte de 13 à 57 mm. Flange flotante de baixo perfil, com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Bolsa transparente ou opaca, drenável composta por 4 camadas plásticas, silencioso e anti-odor com tela protetora não aderente filtro de carvão ativado com membrana que impede que o filtro perda a sua função. Flange com abas para encaixo do cinto e fechamento por conectores plásticos. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2.000	R$ 83,00
16	**Conjunto de placa e bolsa para Colostomia/ileostomia**, plana, com adesivo acrílico hipoalerênico com flange de 102 mm. Placa para estomia, base plana, composta de resina sintética no mínimo por: pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno e petrolato com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Recorte de 13 à 89 mm. Flange flotante de baixo perfil, com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Bolsa transparente, drenável composta por 4 camadas plásticas, silencioso e anti-odor com tela protetora e fechamento por conectores plásticos. Flange com abas para encaixe do cinto. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	600	R$ 252,11
17	**Conjunto de Placa e Bolsa para colostomia/ileostomia**, com adesivo acrílico hipoalergênico na flange flotante de 70 mm. **Placa para ostomia, base CONVEXA**, macia, composta por resina sintética, composta no mínimo por: pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, ceramidas, copolímero de estireno-isopreno-estireno e petrolato. Com adesivo hipoalergênico acrílico, flexível e gás permeável. Recorte de 13 à 51 mm. Flange flotante de baixo perfil, com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Bolsa transparente ou opaca, drenável composta por 4 camadas plásticas, silencioso e anti-odor com tela protetora não aderente filtro de carvão ativado com membrana que impede que o filtro perda a sua função. Flange com abas para encaixo do cinto e fechamento por conectores plásticos. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2.000	R$ 92,00
18	**Conjunto de placa e bolsa para colostomia/ileostomia**. Sistema de 02 peças, drenável, com flange recortável de até 70mm, constituída de placa flexível, quadrada, com flange de baixo perfil possuindo sistema de travamento fácil e seguro. Deve conter barreira de resina sintética composta por no mínimo gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica e poliisobutileno, com suporte adesivo hipoalergênico externamente à flange. Bolsa opaca/transparente, confeccionada com no mínimo três películas plásticas e tela protetora que permita a respiração da pele, devo possuir sistema de acoplamento na placa com no mínimo de oito pontos de fixação e três suportes para cinto. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	2000	R$ 51,99
19	**Conjunto de Placa e Bolsa para colostomia/ileostomia**. Sistema 2 peças, drenável, com flange de 100mm, recortável, constituída de placa flexível, quadrada, com flange de baixo perfil possuindo sistema de travamento fácil e seguro. Deve conter barreira de resina sintética composta por gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica e poliisobutileno, com suporte do mesmo hidrocoloide externamente à flange (livre de adesivo microporoso). Bolsa transparente, confeccionada com no mínimo três películas plásticas e tela protetora que permita a respiração da pele, deve possuir sistema de acoplamento na placa com no mínimo de oito pontos de fixação e três suportes para cinto. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	KIT	400	R$ 117,16
20	**Bolsa para colo/ileostomia,** 1 peça, opaca, drenável, recortável de 10 – 76 mm, adesivo plano com dupla camada de proteção e segurança composta de óxido de ferro sintético, carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS) e poliisobutileno (PIB), adesivo em formato oval, borda extra flexível, que se dobra em todas as direções, com cinco zonas flex, que asseguram adesão constante. Bolsa composta de tecido macio, hidrofóbico, sem tramas, fortalecido, promovendo secagem rápida. Filtro de carvão integrado. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	1500	R$ 24,55
21	**Cateter uretral** com revestimento hidrofílico (feminino/masculino), lubrificado, pronto para uso, de uso único, para cateterização intermitente. Confeccionado em poliuretano, atóxico, hipoalergênico, revestido por substância com propriedades lubrificantes à base de polivinilpirrolidona (PVP) e cloreto de sódio, em toda a extensão; resistente a torções com orifícios radiais, polidos e lubrificados. Em embalagem de alumínio que garante a integridade do produto e a manutenção ideal da lubrificação, promove barreira antimicrobiana e abertura asséptica. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	4.000	R$ 13,00
22	**Cateter uretral hidrofílico,** (masculino/feminino) com revestimento Hidrófílica (PVP) e fluído de hidratação glicerol, água e ar almofada de deslizamento (hidrogel), pronto uso único, para cateterização intermitente. Confeccionado em TPE (elastômero termoplástico) livre de látes e ftalato, tubo transparente, com pinça ergonômica fácil e sem toque no cateter masculino.	UNID	4.000	R$ 19,00
23	**Cateter uretral hidrofílico**, (masculino/feminino), com propriedade hidrofílica incorporada em toda extensão do tubo; Cateter composto por tubo confeccionado a base de elastômero de Poliolefina (POBE) adicionado de aditivos hidrofílicos, sem revestimento pegajoso e/ou aderente quando seco, flexível com orifícios polidos e conector plástico. Contendo sachê de água estéril, e manga de proteção para o cateterismo preciso e sem toque. Embalagem segura, não metálica, que não ofereça riscos de ferimentos ao usuário/profissional, que promova barreira antimicrobiana e abertura asséptica, com orifício de suporte para o dedo e adesivo na embalagem para fixação em superfície para facilitar a retirada do cateter. Produto esterilizado por óxido de etileno e de uso único. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a	UNID	4.000	R$ 10,90

	integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.			
24	**Sonda uretral nº 12** - descartável, confeccionada em material atóxico, maleável, transparente, atraumática, siliconizada, com orifícios laterais, conector universal, estéril, embalado em papel grau. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	4000	R$ 1,00
25	**Pó para estomia** para uso na pele periestoma macerada mantendo a pele seca, absorve a umidade do local, exsudatos e secreções reduzindo a irritação, composto de carboximetilcelulose, frasco com no mínimo 25g. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	300	R$ 50,02
26	**Cinto ajustável para bolsa de estomia**: elástico conector tamanhos P/M/G. Antialérgico, reutilizável, flexível, lavável.	UNID	100	R$ 42,62
27	**Película protetora** em spray ou aerossol para proteção cutânea, formadora de película transparente fina e confortável, sem resíduos resistentes a água e a bactérias. Embalagem de no mínimo 28 a 50ml.	UNID	200	R$ 79,08
28	**Creme** para utilização ao redor do estoma, indicado para proteção, fricção e efluentes do estoma, devendo possibilitar a aderência de adesivos, tubo com mínimo de 60 gramas.	UNID	50	R$ 48,00
29	**Pasta protetora de pele para ostomias**, constituídas de hidrocoloide moldável, usado para correção e nivelamento de pregas e irregularidades cutânea, **com álcool** com 60g. contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	300	R$ 55,03
30	**Pasta protetora de pele para ostomias**, constituídas de hidrocoloide moldável, usado para correção e nivelamento de pregas e irregularidades cutânea, **sem álcool** com 60g. contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	200	R$ 76,00
31	**Adesivo flexível**, elástico e macio, composto de hidrocoloide, reforço a fixação e aderência do adesivo da bolsa de estoma e aumento da segurança. Possui 55 mm de bordas biseladas para maior conformidade e ao contorno do corpo. Composto de estireno-isopreno-estireno (SIS), poliestireno, resina de hidrocarboneto hidrogenado, adipato dioctilo, dióxido de titanio, CMC e amido de batata acondicionado em embalagem com 20 und. Contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	CX	500	R$ 260,00
32	**Anéis planos,** de hidrocolóide com ceramidas, barreira de resina sintética flextend M e ceramidas, barreira protetora de pele, flexível e adaptável, indicada para proteção e nivelamento da pele e para prevenção de vazamento de efluentes. Pode ser cortado, esticado ou sobreposto para melhorar o ajuste e adaptação, aumentando a durabilidade do equipamento coletor. Podem ser utilizados sob barreiras de pele, adesivos ou em combinação com a pasta. Diâmetro externo de 48mm e espessura de 4,5 mm. Contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	2.000	R$ 17,77
33	**Anel moldáve**l indicado para nivelar distintas irregularidades cutâneas e promover o selamento seguro entre o estoma e a base adesiva do equipamento de estomia. Composto porEstireno-etileno/butileno, Etileno-propileno, Etileno-acetato de vinila, Polipropilenoglicol, isobutileno-buteno, Cera de Parafina, Óxido de Titânio, Hidroxietilcelulose, Polissacarídeos, Galactomanan, Carboximetilcelulose, Gelatina. O produto oferece dupla ação contra vazamentos, protege e se molda a pele ao redor do estoma. Diâmetro 48mm e espessura 4.2mm. Não estéril. Embalado individualmente em blister de PET (Politereftalato de etileno) com uma etiqueta ressalável de Polipropileno, acondicionados em caixas com 30 unidades. contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	CX	100	R$ 300,00
34	Bolsa para colo/ileostomia de 1 peça, infantil, recortável de 8mm até 40mm, drenável, sem adesivo microporoso, base adesiva contendo seis recortes que auxiliam na aderência a qualquer formato, hipoalergênica, flexível, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica. Bolsa opaca com janela para visualização do estoma, facilitando a aplicação e mantendo a discrição, com cinco camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio, silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado.	UNID	1000	R$ 39,90
35	Bolsa para colostomia, sistema de 1 peça, neonatal, recortável de 8mm até 40mm, drenável, sem adesivo microporoso. Placa hipoalergênica, flexível, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, placa contendo seis recortes que auxiliam na aderência a qualquer formato, bolsa opaca com janela para visualização do estoma, facilitando a aplicação e mantendo a discrição, com cinco camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio, silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro anvisa	UNID	720	R$ 34,96
36	Bolsa para colostomia, sistema de 1 peça, pediátrica, recortável de 8mm até 40mm, drenável, sem adesivo microporoso. Placa hipoalergênica, flexível, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, placa contendo seis recortes que auxiliam na aderência a qualquer formato, bolsa opaca com janela para visualização do estoma, facilitando a aplicação e mantendo a discrição, com cinco camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio, silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro anvisa	UNID	720	R$ 29,45
37	Bolsa para colostomia ou ileostomia sistema 1 peça, convexa, drenável, recortável de 13mm até 38mm, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (eva) e cloreto de polivinilideno (pvdc), silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio. Com velcro auxiliar posicionado entre a camada de não tecido e de eva para duplo fechamento. Placa adesiva com convexidade macia, flexível, com suporte de fixação de cinto, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera, contendo cinco recortes na borda da placa. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Embalagem com data de fabricação, data de validade, número de lote e registro de anvisa	UNID	600	R$ 57,06
38	Bolsa para colostomia ou ileostomia sistema 1 peça, convexa, drenável, recortável de 13mm até 52mm, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (eva) e cloreto de polivinilideno (pvdc), silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio. Com velcro auxiliar posicionado entre a camada de não tecido e de eva para duplo fechamento. Placa adesiva com convexidade macia, flexível, com suporte de fixação de cinto, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera, contendo cinco recortes na borda da placa. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Embalagem com data de fabricação, data de validade, número de lote e registro de anvisa	UNID	600	R$ 58,01
39	Bolsa para colostomia ou ileostomia sistema 1 peça, drenável, recortável de 13mm até 80mm na vertical e 13 à 90mm na horizontal, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (eva) e cloreto de polivinilideno (pvdc), silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio. Com velcro auxiliar posicionado entre a camada de não tecido e de eva para duplo fechamento. Placa de barreira de resina sintética plana, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera, contendo cinco recortes na borda da placa. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Embalagem com data de fabricação, data de validade, número de lote e registro anvisa	UNID	600	R$ 40,00
40	Bolsa para colostomia ou ileostomia sistema 1 peça, drenável, recortável de 13mm até 55mm na vertical e 13 à 70mm na horizontal, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (eva) e cloreto de polivinilideno (pvdc), silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio. Com velcro auxiliar posicionado entre a camada de não tecido e de eva para duplo fechamento. Placa de barreira de resina sintética plana, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera, contendo cinco recortes na borda da placa. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Embalagem com data de fabricação, data de validade, número de lote e registro anvisa	UNID	600	R$ 33,00

41	Bolsa para estomia intestinal (colostomia/ileostomia) de 01 peça, drenável, recortável, 19 a 64mm, sendo a bolsaconfeccionada em plástico flexível e composta por três películas plásticas sendo EVA, PVDC e tela protetora da pele confeccionada em TNT hipoalergênico resistente à umidade e tração,silenciosa, com barreira à prova de odor e vazamento, transparente / opaca, com selagem resistente entre a placa de resina e a bolsa plástica. Placa de barreira de pele de hidrocolóides (pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica), reforçada por uma borda de adesivo acrílico, hipoalergênica, flexível, que garanta a proteção cutânea. Filtro de carvão em formato de "S" embutido para redução ou eliminação de odores e gases com protetor de umidade de polietileno, facilidade de aplicação e remoção, resistente à umidade e tração. Base adesiva com área de recorte de 19mm a 64mm. Sistema de fechamento acoplado a bolsa coletora composto por duas tiras plásticas sendo elas de poliestireno e ainda duas tiras plásticas serrilhadas compostas de propileno; possui também uma discreta abertura em formato de bolso para ocultar o fecho, seguro e de fácil manuseio. Embalado conforme o fabricante, de forma a garantir a integridade do produto, contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação/validade, lote e registro no Ministério da Saúde.	UNID	1200	R$ 26,25
42	Bolsa Infantil drenável, para colostomia / ileostomia, de 8 mm até 50mm, recortável, constituida três películas plásticas compostas de EVA (acetato de vinil etileno) e PVDC (cloreto de polivinilideno), sendo a externa uma tela plástica protetora e não aderente. Com barreira protetora periestomal constituída por gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica e poliisobutileno. A empresa vencedora deverá apresentar carta de credenciamento do fabricante, amostra, certificado de enfermeiro estomaterapeuta para realizar treinamento, apresentar bula. Deve possuir registro na ANVISA.	UNID	300	R$ 32,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 26 de outubro de 2026 revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 29 de setembro de 2026.

BERTOLDO ROVER

Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:238C45DD

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2025.

Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EM GERAL, NOVOS, ORIGINAIS E GENUÍNAS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL (EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS, MÁQUINAS PESADAS E DEMAIS VEÍCULOS EM GERAL).** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **A&L AUTO PEÇAS LTDA** - CNPJ n° 07.086.032/0001-09. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 24/09/2027, o valor total estimado a quantia de **R$ 710.000,00 (Setecentos e dez mil reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, da Contratada, Parecer Jurídico, conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	APRES.	R$ GLOBAL DO LOTE	% DE DESCONTO PEÇAS GENUÍNAS	% DE DESCONTO PEÇAS ORIGINAIS
002	BRITADOR MÓVEL - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	34,50%	69%
030	NEW HOLLAND EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 50.000,00	40 %	80%
031	RENAULT AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS E VANS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 200.000,00	46%	92%
033	TOYOTA BANDEIRANTE - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 50.000,00	36%	72%
037	VOLKSWAGEN CAMINHÕES - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 250.000,00	45%	90%
039	XCMG EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	45,20%	90,4%

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2025.

Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **NS REPOSIÇÕES DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA** - CNPJ n° 51.517.539/0001-53. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 24/09/2027, o valor total estimado a quantia de **R$** 1.040.000,00 (Um milhão e quarenta mil reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, da Contratada, Parecer Jurídico, conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	APRES.	R$ GLOBAL DO LOTE	% DE DESCONTO PEÇAS GENUÍNAS	% DE DESCONTO PEÇAS ORIGINAIS
001	BOMAG EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 50.000,00	43%	86%
004	CASE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	46%	92%

005	CATERPILLAR EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 150.000,00	46%	92%
007	DOOSAN EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	44%	88%
016	HYUNDAI EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	46,10%	92,20%
022	JCB EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	45,10%	90,20%
023	JOHN DEERE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 60.000,00	45%	90%
024	KOMATSU EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 400.000,00	45%	90%
038	VOLVO EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 60.000,00	46,50%	93%

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2025.

Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **TRATORNIL PEÇAS PARA TRATORES LTDA** - CNPJ n° 20.077.322/0001-81. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 24/09/2027, o valor total estimado a quantia de **R$** 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, da Contratada, Parecer Jurídico, conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	APRES.	R$ GLOBAL DO LOTE	% DE DESCONTO PEÇAS GENUÍNAS	% DE DESCONTO PEÇAS ORIGINAIS
012	FORZA EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 50.000,00	39,50 %	79 %

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2025.

Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **AUTO MOLAS E PEÇAS SÃO GERALDO LTDA** - CNPJ n° 02.394.903/0001-20. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 24/09/2027, o valor total estimado a quantia de **R$** 1.070.000,00 (Um milhão e setenta mil reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, da Contratada, Parecer Jurídico, conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	APRES.	R$ GLOBAL DO LOTE	% DE DESCONTO PEÇAS GENUÍNAS	% DE DESCONTO PEÇAS ORIGINAIS
009	FIAT AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS E VANS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 110.000,00	42%	84%
010	FORD AUTOMÓVEIS LEVES E VANS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 100.000,00	35%	70%
011	FORD CAMINHÕES - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 180.000,00	39%	78%
014	GM CHEVROLET AUTOMÓVEIS LEVES E UTILITÁRIOS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 90.000,00	36%	72%
025	MAHINDRA EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 30.000,00	11%	22%
026	MERCEDES BENS CAMINHÕES - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 100.000,00	47%	94%
027	MERCEDES BENS ÔNIBUS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 300.000,00	46,10%	92,20%
028	MERCEDES BENS VANS - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	33%	66%
029	MITSUBISHI CAMINHONETES - PEÇAS E ACESSÓRIOS	GB	R$ 80.000,00	33%	66%

Assinatura: 25/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:9B7CD282

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 002 – ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE 25%

TERMO ADITIVO Nº 002 – ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE 25% DA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025

Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (COM ABASTECIMENTO DIRETO NO TANQUE DOS VEÍCULOS) E ARLA 32, DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **H R PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ n° 14.219.973/0001-20. Fica pactuada, a partir da presente data, o acréscimo financeiro no valor de **R$ 2.973,21 (Dois mil, novecentos e setenta e três reais e vinte e um centavos)** equivalente a 25% do valor contratual, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico, nos termos do Art.125 da Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 208/2026, proveniente dos referidos valores unitários e quantidades:

ITENS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	APRE.	QUANT.	R$ UN.	R$ TOTAL
1	1	ARLA 32, BALDE COM 20 LIROS	BALDE	31	R$ 95,91	**R$ 2.973,21**
TOTAL FINAL						**R$ 2.973,21**

Assinatura: 23/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:5A56B84C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

			EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO:			Nº 001/2026
PROCESSO DIGITAL:			Nº 509090/2026
OBJETO:			Concessão de uso a título gratuito de espaço público integrante do Complexo Social Cidade do Idoso para implantação e funcionamento de Clínica-Escola de Fisioterapia em regime de mútua cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:			09h00min do dia outubro de 2026. 14 de
VISITA TÉCNICA:			Facultativa
TIPO DE PROCEDIMENTO:			Chamamento Público - Lei nº 13.019/2014 (Melhor Técnica e Proposta de Plano de Trabalho)
QUESTIONAMENTOS,	ESCLARECIMENTOS	E	E-mail:
IMPUGNAÇÕES:			gestaoirati@gmail.com
			assistenciasocial@irati.pr.gov
			.br

TELEFONES PARA CONTATO:	(42) 3132-6200
O Edital e demais Anexos poderão ser obtidos por meio do Portal da Transparência do Município de Irati (https://irati.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/li citacoes - na aba Modalidade: 1002 - Chamamento Público) e/ou e-mail do Departamento competente acima descritos, ou ainda diretamente no Departamento competente, localizado Rua Dr. Correia, nº 471 - Centro - Irati - PR - CEP: 84.500-021. O edital está disponível na Internet, nas páginas do Portal da Transparência de Irati e nas plataformas oficiais de divulgação de parcerias da Administração Pública.	
É de fundamental importância a leitura integral e minuciosa do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente, em especial a Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).	

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE IRATI-PR torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), Decreto Municipal regulamentador e demais legislações aplicáveis, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, encontra-se aberto o procedimento de CHAMAMENTO PÚBLICO/SELEÇÃO, a se processar de forma digital, do tipo MELHOR PROPOSTA TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO, para celebração de Acordo de Cooperação e Concessão Gratuita de Uso de Bem Público, conforme quantidades e especificações em seus anexos.

1.2. O Edital e demais Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: Portal da Transparência do Município de Irati (https://irati.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes - na aba Modalidade: 1002 - Chamamento Público) e/ou e-mail gestaoirati@gmail.com.

1.3. A sessão será conduzida pela Comissão de Seleção, legalmente designada na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

2. DO OBJETO E DO LOCAL

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para formalização de parceria com o Município de Irati, por meio de Acordo de Cooperação e Termo de Concessão Gratuita de Uso de espaço público delimitado, integrante do Complexo Social Cidade do Idoso (Centro de Tradições Willy Laars), para a implantação, instalação e funcionamento de Clínica-Escola de Fisioterapia, com oferta gratuita de atendimento à comunidade e campo de estágio supervisionado, conforme condições estabelecidas.

2.2. A seleção será realizada em lote único, correspondendo ao espaço delimitado nas dependências do Complexo Social Cidade do Idoso, incluindo a utilização da piscina terapêutica mediante protocolos técnicos de biossegurança.

2.3. Não haverá repasse de recursos financeiros pelo Município à entidade parceira, caracterizando-se a avença como Acordo de Cooperação/Concessão de Uso a Título Gratuito, cabendo à Organização da Sociedade Civil parceira os custos de instalação, operação, profissionais e materiais.

3.DA FINALIDADE E DAS DIRETRIZES

3.1.A parceria possui como meta central a ampliação do acesso da população a serviços gratuitos de reabilitação fisioterapêutica (traumato-ortopedia, neurofisioterapia adulta e infantil, fisioterapia aquática e saúde coletiva), promovendo a autonomia, capacidade funcional e qualidade de vida dos usuários, com prioridade para pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais e públicos atendidos na linha de promoção e garantia de direitos humanos.

3.2.A utilização do bem público será formalizada mediante Termo de Concessão Gratuita de Uso/Acordo de Cooperação regido pela Lei nº 13.019/2014, respaldado no relevante interesse público e social das atividades e no cumprimento das contrapartidas sociais pactuadas no Plano de Trabalho.

4. DOS ENCARGOS DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

A Organização da Sociedade Civil selecionada assumirá obrigações específicas para a execução da parceria, entre as quais se destacam:

a) cumprir rigorosamente o cronograma de instalação e início das atividades assistenciais e de estágio da Clínica-Escola;

b) cumprir as metas quantitativas e qualitativas de atendimento pactuadas no Plano de Trabalho, observada a capacidade operacional efetivamente aprovada e a compatibilidade entre demanda, equipe, estrutura física, equipamentos e horários de funcionamento;

c) disponibilizar equipe técnica habilitada, preceptores/docentes fisioterapeutas e acadêmicos estagiários, observando a proporção legal e as normas dos Conselhos Profissionais (COFFITO/CREFITO);

d) arcar integralmente com todos os custos de conservação, adequações físicas, equipamentos, insumos e manutenção da área concedida e da piscina terapêutica;

e) manter a gratuidade irrestrita dos atendimentos aos pacientes encaminhados pela rede municipal;

f) obter e manter vigentes todas as licenças sanitárias, operacionais e alvarás perante os órgãos competentes.

5. DA VIGÊNCIA E DA REVERSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

5.1. O prazo de vigência da concessão de uso e da parceria será de 05 (cinco) anos, contados da celebração do instrumento, podendo ser prorrogado por igual período mediante avaliação prévia de cumprimento das metas e interesse público recíproco.

5.2. O espaço concedido e os bens municipais sofrerão reversão imediata à Administração Pública, com rescisão da parceria, sem direito a indenização ou retenção por benfeitorias, nas seguintes hipóteses:

a) desvio da finalidade social, acadêmica ou assistencial estabelecida no Edital e na Lei Municipal autorizadora;

b) cobrança de qualquer valor dos usuários encaminhados pelo Município;

c) descumprimento injustificado das metas e obrigações estipuladas no Plano de Trabalho;

d) paralisação ou abandono injustificado das atividades da Clínica-Escola;

e) cessão, sublocação ou transferência irregular do espaço a terceiros não autorizados.

5.3 A administração pública poderá assumir ou transferir a execução do objeto em caso de paralisação das atividades por período superior a 30 dias, para evitar sua descontinuidade.

6. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

6.1.Qualquer pessoa ou Organização da Sociedade Civil é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.019/2014, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data limite fixada para a apresentação das propostas, presencialmente Departamento competente acima descritos, ou ainda diretamente no Departamento competente, localizado Rua Dr. Correia, nº 471 - Centro - Irati - PR - CEP: 84.500-021 ou pelo e-mail: gestaoirati@gmail.com.

6.2. A Comissão de Seleção responderá aos pedidos de esclarecimento ou impugnação em até 3 (três) dias úteis, disponibilizando as respostas no sítio eletrônico oficial do Município.

6.3.As impugnações não possuem efeito suspensivo automático, cabendo à Comissão de Seleção avaliar eventuais situações de excepcional necessidade de suspensão do certame.

6.4. Acolhida a impugnação que afete a formulação das propostas, será designada nova data para apresentação dos documentos e planos de trabalho.

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1. As Organizações da Sociedade Civil interessadas poderão realizar visita técnica ao espaço físico no Complexo Social Cidade do Idoso (Centro de Tradições Willy Laars) até 01 (um) dia útil antes da data fixada para recebimento das propostas, a fim de tomar ciência das condições do imóvel e da piscina.

7.2. A visita técnica é facultativa, podendo a OSC participante optar por apresentar Declaração Formal de Dispensa de Vistoria e de Pleno Conhecimento das Condições do Imóvel.

7.3. Os custos associados à visita correrão por conta da proponente.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei n° 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

I - guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

II - tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

III - garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

IV - não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

V - fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

VI - adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

VII - em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

a) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

b) as informações sobre os titulares envolvidos;

c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

d) os riscos relacionados ao incidente;

e) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

f) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

g) demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

h) utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

i) armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

j) apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

k) anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

l) não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais e prontuários médicos/fisioterapêuticos que receber em decorrência da parceria, ressalvados relatórios consolidados e anonimizados.

8.2. A Organização parceira ficará obrigada a reparar eventuais danos decorrentes do descumprimento da legislação de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018).

8.3. Os documentos de prestação de contas e relatórios de execução do objeto serão públicos, respeitado o sigilo dos prontuários clínicos dos pacientes.

9. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

9.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Política Municipal de Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, atesta que elaborou e aprovou integralmente o presente Termo de Referência para a seleção de OSC e formalização da Concessão Gratuita de Uso e Acordo de Cooperação.

10.**DA PARTICIPAÇÃO E DAS VEDAÇÕES**

10.1. Poderá participar deste Chamamento Público qualquer Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014, regularmente constituída, que atenda aos seguintes requisitos:

a) possua objetivos estatutários compatíveis com a execução das atividades de saúde, fisioterapia, assistência social, ensino, pesquisa ou extensão universitária;

b) comprove existência de no mínimo 1 (um) ano de prévio funcionamento e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;

c) demonstre experiência prévia e capacidade técnica-operacional para a implantação e operacionalização de serviços fisioterapêuticos ou gestão de clínica-escola de fisioterapia;

d) não incorre nas vedações do art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

10.2.Não poderá participar do presente Chamamento Público a Organização da Sociedade Civil que:

10.2.1esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

10.2.2. tenha tido contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 8 (oito) anos, ressalvadas as hipóteses legais de revisão ou quitação;

10.2.3.tenha sido punida com as sanções de suspensão temporária da participação em chamamento ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento ou celebrar parceria com a Administração Pública;

10.2.4. tenha entre seus dirigentes membros de Poder ou do Ministério Público, ou dirigentes de órgão público municipal de Irati, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau;

10.2.5. tenha contratado menores em desacordo com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou tenha sido condenada por exploração de trabalho análogo ao escravo.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO PLANO DE TRABALHO

11.1. A Organização da Sociedade Civil interessada deverá protocolar sua proposta contendo o Plano de Trabalho Detalhado, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014, contemplando obrigatoriamente:

a) descrição minuciosa da metodologia de atendimento da Clínica-Escola de Fisioterapia nas áreas de Traumato-Ortopedia, Neurofisioterapia Adulta e Infantil, Fisioterapia Aquática e Saúde Coletiva;

b) cronograma de implantação, preparação do espaço e início do atendimento aos usuários encaminhados pelo Município;

c) estimativa de investimentos em infraestrutura, equipamentos fisioterapêuticos e manutenção da piscina;

d) capacidade estimada de atendimento, compatível com a estrutura física, equipe profissional, equipamentos, horários de funcionamento e metodologia assistencial, tendo como referência para planejamento a capacidade de até 250 (duzentas e cinquenta) sessões semanais, sem prejuízo de proposta de capacidade inferior ou superior, desde que tecnicamente justificada;

12. DA SESSÃO PÚBLICA, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

12.1. A Comissão de Seleção realizará a sessão de recebimento e julgamento das propostas na data e local designados neste Edital.

12.2. A avaliação das propostas observará os critérios técnicos de mérito do Plano de Trabalho, clareza das metas, capacidade instalada, qualificação da equipe multidisciplinar e sustentabilidade do projeto assistencial e pedagógico.

12.3. Em caso de empate na pontuação final das propostas, serão observados os critérios de desempate estabelecidos no item 14.13 deste Edital.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS (LEI 13.019/2014)

13.1.Encerrado o julgamento das propostas, a Comissão de Seleção verificará a regularidade jurídica e fiscal da OSC primeira colocada, mediante a apresentação de:

a) Cópia do Estatuto Social registrado, demonstrando finalidade compatível e previsão expressa de destinação do patrimônio líquido a outra entidade congênere em caso de dissolução (art. 33, III, da Lei 13.019/2014);

b) Comprovante de inscrição no CNPJ emitido pela Receita Federal;

c) Certidões de Regularidade Fiscal Federal/INSS, Estadual e Municipal de seu domicílio;

d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

e) Declaração de não incorrer nas vedações do art. 39 da Lei nº 13.019/2014;

f) Comprovação de no mínimo 1 (um) ano de prévio funcionamento e experiência na área do objeto.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PONTUAÇÃO

A avaliação das propostas deverá considerar exclusivamente elementos objetivos relacionados à qualidade, viabilidade, capacidade de execução e interesse público da proposta apresentada, totalizando 100 (cem) pontos.

14.1.Qualidade e Consistência do Plano de Trabalho – 25 pontos

Será avaliada a qualidade da metodologia apresentada para implantação e funcionamento da Clínica-Escola, considerando a coerência entre diagnóstico, objetivos, público-alvo, metodologia, cronograma, metas e indicadores.

Item	**Pontuação**
Diagnóstico da demanda e caracterização do público	5
Metodologia de atendimento	5
Organização do fluxo de usuários	5
Cronograma de implantação	5
Indicadores e mecanismos de avaliação	5
Total	**25**

14.2.Capacidade Técnico-Operacional e Equipe – 25 pontos

Será avaliada a capacidade comprovada da organização para executar o objeto, considerando experiência anterior, composição da equipe e capacidade de implantação.

Item	**Pontuação**
Experiência comprovada em serviços de fisioterapia ou reabilitação	8
Experiência em gestão ou execução de clínica-escola, estágio ou atividades práticas supervisionadas	5
Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis	5
Plano de composição e disponibilidade da equipe mínima de 4 fisioterapeutas	4
Capacidade de supervisão acadêmica e preceptoria	3
Total	**25**

14.3.Estrutura, Investimentos e Sustentabilidade da Clínica-Escola – 20 pontos

Será avaliada a adequação da proposta quanto à estrutura física, aos equipamentos, à manutenção, aos materiais e insumos necessários ao funcionamento da Clínica-Escola e à capacidade de implantação e sustentabilidade das atividades.

Item	Pontuação
Plano de adequação do espaço físico	5
Relação e suficiência dos equipamentos e mobiliários	5
Plano de manutenção preventiva e corretiva	4
Plano de custeio dos materiais e insumos	3
Cronograma e capacidade financeira para implantação	3
Total	**20**

14.4. Abrangência e Qualidade das Linhas Assistenciais – 15 pontos

Será avaliada a abrangência das ações fisioterapêuticas previstas na proposta, considerando as diferentes linhas assistenciais que integram o objeto da parceria.

Item	Pontuação
Traumato-ortopedia	3
Neurofisioterapia adulta	3
Neurofisioterapia infantil	3
Fisioterapia aquática	3
Ações coletivas de promoção da saúde e prevenção	3
Total	**15**

14.5. Segurança, Acessibilidade e Qualidade Assistencial – 15 pontos

Será avaliada a adoção de medidas destinadas à segurança dos usuários, à prevenção e resposta a intercorrências, à acessibilidade, à inclusão e à adequada execução das atividades, especialmente aquelas relacionadas à utilização da piscina terapêutica.

Item	Pontuação
Plano de segurança dos usuários	3
Plano de prevenção e resposta a intercorrências	3

Item Pontuação

Protocolos de utilização segura da piscina	3
Plano de acessibilidade e inclusão	3
Protocolos de higiene, limpeza e controle sanitário	3
Total	**15**

14.6. Pontuação Total

A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos, distribuídos da seguinte forma:

Critério	Pontuação
14.1. Qualidade e Consistência do Plano de Trabalho	25
14.2. Capacidade Técnico-Operacional e Equipe	25
14.3. Estrutura, Investimentos e Sustentabilidade	20
14.4. Abrangência e Qualidade das Linhas Assistenciais	15
14.5. Segurança, Acessibilidade e Qualidade Assistencial	15
TOTAL	**100 pontos**

14.7. Nota Mínima

Será considerada tecnicamente classificada a proposta que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos do total de 100 (cem) pontos possíveis, desde que tenha atendido integralmente aos requisitos mínimos de habilitação e aos requisitos técnicos obrigatórios estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

14.8. Requisitos Mínimos

O atendimento aos requisitos mínimos de habilitação e execução constitui condição de participação e não será objeto de pontuação compensatória.

14.9. Capacidade de Atendimento

A organização deverá apresentar capacidade estimada de atendimento compatível com sua estrutura física, equipe profissional, equipamentos, horários de funcionamento e metodologia assistencial, sendo considerada como referência para planejamento a capacidade de até 250 (duzentas e cinquenta) sessões semanais, sem prejuízo de proposta de capacidade inferior ou superior, desde que tecnicamente justificada.

14.10Compatibilidade da Capacidade de Atendimento com a Estrutura Proposta

Será avaliada a compatibilidade entre a capacidade de atendimento proposta e os recursos humanos, físicos, materiais e operacionais apresentados, não sendo atribuída pontuação exclusivamente em razão da maior quantidade nominal de atendimentos ofertados.

14.11. Estágio Curricular Supervisionado

A avaliação da supervisão acadêmica considerará a qualidade do programa de estágio curricular supervisionado e a adequação da proposta de supervisão às normas profissionais e educacionais aplicáveis, vedada a exigência ou pontuação vinculada a instituição de ensino específica.

14.12Fisioterapia Aquática

A fisioterapia aquática somente será considerada para fins de pontuação quando a organização demonstrar condições técnicas e operacionais para execução da atividade, observados os requisitos de segurança, acessibilidade, higiene, tratamento da água, manutenção e funcionamento adequado da piscina terapêutica.

14.13Critérios de Desempate

Em caso de empate na pontuação final, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I– maior pontuação no Critério 14.1 – Qualidade e Consistência do Plano de Trabalho;

II– maior pontuação no Critério 14.3 – Estrutura, Investimentos e Sustentabilidade;

III– maior pontuação no Critério 14.5 – Segurança, Acessibilidade e Qualidade Assistencial;

IV– maior pontuação no Critério 14.2 – Capacidade Técnico-Operacional e Equipe;

V– persistindo o empate, realização de sorteio público, na forma estabelecida neste Edital.

15. DOS RECURSOS (LEI Nº 13.019/2014)

15.1. Da decisão da Comissão de Seleção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação do resultado preliminar no sítio oficial do Município, dirigido à Comissão de Seleção. 15.2. A Comissão poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhar o recurso devidamente instruído à Autoridade Competente para decisão final em até 5 (cinco) dias úteis. 15.3. Os demais proponentes terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar contrarrazões ao recurso, contado da intimação da interposição.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

Concluído o julgamento dos recursos e homologado o resultado do Chamamento Público pela Autoridade Competente, a Organização da Sociedade Civil selecionada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Acordo de Cooperação e Termo de Concessão Gratuita de Uso do Espaço Público.

O Plano de Trabalho aprovado constituirá parte integrante e indissociável do instrumento jurídico celebrado.

17. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE USO

17.1. A Concessão Gratuita de Uso terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, admitida a prorrogação por igual período caso atestada a regularidade na consecução do objeto e a manutenção do interesse público.

17.2. Fica expressamente vedada a utilização do espaço para finalidade estranha às atividades de Clínica-Escola de Fisioterapia e atendimento comunitário gratuito.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 73 DA LEI Nº 13.019/2014)

18.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções: I - Advertência; II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades formais que não ensejem prejuízo grave à execução do objeto.

19. DAS CLÁUSULAS DE ÉTICA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

19.1. As partes comprometem-se a observar os mais estritos princípios éticos, de probidade e de combate a fraudes e desvios durante a execução da parceria, sendo vedada a prática de qualquer ato contrário à legislação anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) ou à moralidade administrativa.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A participação no presente chamamento público implica a concordância integral e irretratável da Organização da Sociedade Civil com os termos deste Edital, seus Anexos e as regras da Lei Federal nº 13.019/2014. 4

20.2. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente procedimento, elege-se o Foro da Comarca de Irati/PR.

Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência / Projeto Básico (Lei Federal nº 13.019/2014);

Anexo II - Modelo de Proposta / Plano de Trabalho de Fisioterapia;

Anexo III - Modelo de Termo de Vistoria / Renúncia à Visita Técnica;

Anexo IV - Modelo de Declaração Conjunta de Atendimento à Lei 13.019/2014;

Anexo V - Minuta de Acordo de Cooperação e Termo de Concessão Gratuita de Uso.

Irati, 30 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO DA ROCHA GOMES

Prefeito Municipal de Irati Autoridade Competente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – PARANÁ

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA – LEI FEDERAL N° 13.019/2014

1. DO ÓRGÃO SOLICITANTE E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Política Municipal de Direitos Humanos do Município de Irati visa, por meio da presente concessão gratuita de uso e celebração de Acordo de Cooperação nos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014, viabilizar a implantação e operação contínua de uma Clínica-Escola de Fisioterapia nas dependências do Complexo Social Cidade do Idoso (situado no Centro de Tradições Willy Laars).

1.2. A implantação da Clínica-Escola atende à urgente necessidade de ampliação do acesso da população a serviços especializados de reabilitação traumato-ortopédica, neurológica adulta e infantil, hidroterapia/fisioterapia aquática e ações de saúde coletiva, com prioridade de atendimento às pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais e aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social encaminhados pelas políticas municipais de garantia de direitos.

1.3. A utilização do espaço público é otimizada pelo aproveitamento da infraestrutura predial e da piscina existente no Complexo Social Cidade do Idoso, integrando atendimento comunitário gratuito e estágio curricular supervisionado de formação acadêmica em saúde, sem transferência de recursos financeiros pelo Município à entidade executora.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. O presente procedimento fundamenta-se nos preceitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (MROSC), Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), Lei Federal nº 13.146/2015 (LBI), Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO nº 431/2013 e nº 139/1992) e Lei Municipal autorizadora da concessão de uso.

3. DO OBJETO

3.1. Concessão de uso a título gratuito de espaço público delimitado, integrante do Complexo Social Cidade do Idoso, para implantação, instalação e funcionamento de Clínica-Escola de Fisioterapia em regime de mútua cooperação institucional com Organização da Sociedade Civil.

3.2. Valor estimado: Sem repasse financeiro do Município. As obras, adequações, instalação de maquinários, contratação de profissionais e manutenção da piscina e ambientes serão integralmente custeadas pela entidade parceira.

3.3. Prazo: 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período nos termos do art. 55 da Lei nº 13.019/2014.

4. DA JUSTIFICATIVA E INTERESSE PÚBLICO

4.1. A parceria viabiliza o atendimento fisioterapêutico qualificado e gratuito à comunidade de Irati, ampliando o acesso da população a ações de reabilitação e promoção da funcionalidade, especialmente dos públicos definidos como prioritários, além de proporcionar campo de prática para acadêmicos de Fisioterapia sob supervisão de profissionais habilitados.

4.2. A parceria destina área pública municipal a finalidade de relevante alcance social, estabelecendo retorno público mensurável por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas pactuadas no Plano de Trabalho, considerando-se como referência de capacidade a realização de até 250 (duzentas e cinquenta) sessões semanais, conforme a estrutura física, a equipe disponível, os horários de funcionamento e as condições operacionais da Clínica-Escola.

4.3. Não há doação, alienação ou desapropriação do patrimônio público, permanecendo o imóvel sob domínio municipal e fiscalização contínua.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E LINHAS ASSISTENCIAIS

5.1. A Clínica-Escola atuará nas seguintes linhas de cuidado: a) Traumato-Ortopedia: avaliação funcional, controle de dor, recuperação motora e pós-operatórios; b) Neurofisioterapia Adulta: treino de marcha, equilíbrio e reabilitação funcional para adultos e idosos; c) Neurofisioterapia Infantil: estimulação neuromotora e funcional para crianças e adolescentes; d) Fisioterapia Aquática (Hidroterapia): intervenções terapêuticas na piscina adaptada do Complexo Social Cidade do Idoso; e) Saúde Pública e Coletiva: grupos de prevenção de quedas, promoção de saúde funcional e educação comunitária.

5.2. A Organização da Sociedade Civil deverá manter, durante a execução da parceria, equipe mínima de 04 (quatro) fisioterapeutas, devidamente habilitados e inscritos no respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO, em quantitativo e carga horária compatíveis com o funcionamento da Clínica-Escola, sem prejuízo da disponibilização de profissionais adicionais sempre que necessários ao cumprimento das metas e à adequada execução das atividades.

6. DAS RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS E DA VISTORIA

6.1. O Município disponibilizará formalmente o espaço público delimitado no Complexo Social Cidade do Idoso e, no âmbito de suas competências institucionais, promoverá a articulação necessária para o encaminhamento e acesso dos usuários ao serviço, observados os critérios, fluxos e prioridades estabelecidos no Plano de Trabalho e nos demais instrumentos da parceria.

6.2.A Organização da Sociedade Civil selecionada assumirá todas as despesas com reformas, materiais de consumo, aparelhos fisioterapêuticos, higienização diária do ambiente e tratamento físico-químico da água da piscina.

6.3.As entidades interessadas poderão realizar visita técnica prévia ao local ou emitir declaração formal de dispensa de visita técnica.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (OSC)

São obrigações da Organização da Sociedade Civil parceira:

7.1. Executar o Plano de Trabalho com estrita observância das metas quantitativas e qualitativas;

7.2. Garantir atendimento gratuito a todos os usuários encaminhados pelo Município de Irati;

7.3.Assegurar a responsabilidade técnica e o cumprimento integral das normas do COFFITO/CREFITO e Vigilância Sanitária;

7.4.Manter a limpeza, conservação e integridade do espaço cedido e da piscina terapêutica;

7.5.Encaminhar relatórios mensais e anuais de execução do objeto à Secretaria Gestora;

7.6. Não ceder, alugar, subconceder ou transferir o espaço público a terceiros para finalidades alheias ao objeto.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IRATI

São obrigações do Município:

8.1. Disponibilizar o espaço físico delimitado na Cidade do Idoso para a realização das atividades da Clínica-Escola;

8.2. Designar gestor da parceria e comissão de monitoramento e avaliação para acompanhamento das metas;

8.3. Regular e encaminhar os munícipes atendidos, priorizando idosos e pessoas em vulnerabilidade social;

8.4. Realizar vistorias periódicas para conferência do bom uso do patrimônio público.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A Comissão de Seleção avaliará as propostas técnicas apresentadas com base em critérios objetivos relacionados à qualidade, viabilidade, capacidade de execução e interesse público da proposta, observada a pontuação estabelecida neste Edital.

CRITÉRIO I – QUALIDADE E CONSISTÊNCIA DO PLANO DE TRABALHO – 25 PONTOS

Será avaliada a qualidade da metodologia apresentada para implantação e funcionamento da Clínica-Escola, considerando a coerência entre diagnóstico, objetivos, público-alvo, metodologia, cronograma, metas e indicadores.

Diagnóstico da demanda e caracterização do público: 5 pontos;

Metodologia de atendimento: 5 pontos;

Organização do fluxo de usuários: 5 pontos;

Cronograma de implantação: 5 pontos;

Indicadores e mecanismos de avaliação: 5 pontos.

CRITÉRIO II – CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E EQUIPE – 25 PONTOS

Será avaliada a capacidade comprovada da organização para executar o objeto, considerando experiência anterior, composição da equipe, qualificação profissional e capacidade de implantação.

Experiência comprovada em serviços de fisioterapia ou reabilitação: 8 pontos;

Experiência em gestão ou execução de clínica-escola, estágio ou atividades práticas supervisionadas: 5 pontos;

Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis: 5 pontos;

Plano de composição e disponibilidade da equipe mínima de 4 (quatro) fisioterapeutas: 4 pontos;

Capacidade de supervisão acadêmica e preceptoria: 3 pontos.

CRITÉRIO III – ESTRUTURA, INVESTIMENTOS E SUSTENTABILIDADE DA CLÍNICA-ESCOLA – 20 PONTOS

Será avaliada a adequação da proposta quanto à estrutura física, aos equipamentos, à manutenção, aos materiais e insumos necessários ao funcionamento da Clínica-Escola e à capacidade de implantação e sustentabilidade das atividades.

Plano de adequação do espaço físico: 5 pontos;

Relação e suficiência dos equipamentos e mobiliários: 5 pontos;

Plano de manutenção preventiva e corretiva: 4 pontos;

Plano de custeio dos materiais e insumos: 3 pontos;

Cronograma e capacidade financeira para implantação: 3 pontos.

CRITÉRIO IV – ABRANGÊNCIA E QUALIDADE DAS LINHAS ASSISTENCIAIS – 15 PONTOS

Será avaliada a abrangência das ações fisioterapêuticas previstas na proposta, considerando as diferentes linhas assistenciais que integram o objeto da parceria.

Traumato-ortopedia: 3 pontos;

Neurofisioterapia adulta: 3 pontos;

Neurofisioterapia infantil: 3 pontos;

Fisioterapia aquática: 3 pontos;

Ações coletivas de promoção da saúde e prevenção: 3 pontos.

CRITÉRIO V – SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE ASSISTENCIAL – 15 PONTOS

Será avaliada a adoção de medidas destinadas à segurança dos usuários, à prevenção e resposta a intercorrências, à acessibilidade, à inclusão e à adequada execução das atividades, especialmente aquelas relacionadas à utilização da piscina terapêutica.

Plano de segurança dos usuários: 3 pontos;

Plano de prevenção e resposta a intercorrências: 3 pontos;

Protocolos de utilização segura da piscina: 3 pontos;

Plano de acessibilidade e inclusão: 3 pontos;

Protocolos de higiene, limpeza e controle sanitário: 3 pontos.

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 100 (CEM) PONTOS.

10. ANÁLISE DE RISCOS DA PARCERIA (LEI Nº 13.019/2014)

10.1. A matriz de gerenciamento de riscos identifica os principais fatores de risco e respectivas medidas preventivas:

a) Risco: Não cumprimento das metas quantitativas ou qualitativas pactuadas no Plano de Trabalho. Ação: Monitoramento periódico da execução pela gestão da parceria, com análise dos indicadores, avaliação dos fluxos de atendimento e adoção de medidas corretivas quando necessárias.

b) Risco: Intercorrência ou contaminação na piscina terapêutica. Ação: Cumprimento rigoroso do POP de tratamento de água, vistoria sanitária e testes laboratoriais periódicos.

c) Risco: Descontinuidade ou insuficiência das atividades de estágio curricular supervisionado. Ação: Exigência de comprovação da vinculação acadêmica necessária à realização dos estágios, manutenção de supervisão profissional adequada e acompanhamento periódico das atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Clínica-Escola.

11. DA APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

11.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos aprova o presente Projeto Básico nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – PARANÁ MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO

(LEI FEDERAL Nº 13.019/2014)

RAZÃO SOCIAL DA OSC:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE / E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CONVENIADA OU VINCULADA, QUANDO APLICÁVEL:

OBJETO

Concessão de uso a título gratuito de espaço público delimitado, integrante do Complexo Social Cidade do Idoso, para implantação, instalação e funcionamento de Clínica-Escola de Fisioterapia, em regime de cooperação com o Município de Irati/PR, mediante oferta gratuita de atendimento à comunidade e desenvolvimento de estágio curricular supervisionado, conforme as condições estabelecidas no Edital e no Plano de Trabalho.

1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar, de forma objetiva e detalhada, a proposta de implantação e funcionamento da Clínica-Escola de Fisioterapia, demonstrando a metodologia de execução, a capacidade técnico-operacional, a estrutura prevista, a equipe responsável, as linhas assistenciais ofertadas e os mecanismos de acompanhamento e avaliação.

2. CAPACIDADE OPERACIONAL PREVISTA

2.1. Carga horária semanal prevista: horas semanais.

2.2. Dias e horários de funcionamento:

2.3. Capacidade estimada de atendimento: sessões semanais.

2.4. A capacidade de atendimento proposta deverá ser acompanhada de justificativa quanto à sua compatibilidade com o número de profissionais, horários de funcionamento, estrutura física, quantidade de salas, equipamentos, materiais, modalidades assistenciais e metodologia de atendimento.

2.5. Para fins de planejamento, considera-se como referência a capacidade de até 250 (duzentas e cinquenta) sessões semanais, sem prejuízo da apresentação de capacidade inferior ou superior, desde que tecnicamente justificada e compatível com os recursos apresentados.

3. LINHAS DE ATENDIMENTO

A OSC deverá assinalar as linhas assistenciais que serão efetivamente ofertadas e apresentar, no Plano de Trabalho, a respectiva metodologia de execução:

( ) Traumato-Ortopedia

( ) Neurofisioterapia Adulta ( ) Neurofisioterapia Infantil ( ) Fisioterapia Aquática

( ) Ações Coletivas de Promoção da Saúde e Prevenção

4.EQUIPE TÉCNICA E SUPERVISÃO

4.1. Número de fisioterapeutas que serão disponibilizados: profissionais.

4.2. A proposta deverá demonstrar a composição da equipe responsável pela execução dos serviços, indicando formação, registro profissional, experiência e atribuições dos profissionais envolvidos.

4.3. A OSC deverá observar as normas profissionais aplicáveis à fisioterapia e as normas educacionais pertinentes ao estágio curricular supervisionado, inclusive quanto à supervisão e à relação entre supervisores e estagiários.

5. ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E INVESTIMENTOS

A OSC deverá apresentar, no Plano de Trabalho, a relação das adequações físicas, equipamentos, mobiliários, materiais e demais recursos necessários à implantação e ao funcionamento da Clínica-Escola, indicando, quando aplicável, cronograma de implantação e responsabilidade pelo custeio.

6. METODOLOGIA E FLUXO DE ATENDIMENTO

A OSC deverá apresentar a metodologia de atendimento, incluindo os critérios de acolhimento, avaliação, definição do plano terapêutico, acompanhamento da evolução, alta e encaminhamentos, bem como o fluxo de atendimento dos usuários encaminhados pelo Município.

7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A proposta deverá descrever a forma de desenvolvimento do estágio curricular supervisionado, incluindo a participação dos acadêmicos, a supervisão profissional, as atividades práticas e a articulação com a instituição de ensino superior, quando aplicável, observadas as normas profissionais e educacionais vigentes.

8. SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE E FISIOTERAPIA AQUÁTICA

A OSC deverá apresentar os procedimentos destinados à segurança dos usuários, prevenção e resposta a intercorrências, acessibilidade e inclusão, bem como os protocolos de utilização, higienização, tratamento e manutenção da piscina terapêutica, quando houver oferta de fisioterapia aquática.

9. METAS E INDICADORES

A proposta deverá apresentar metas quantitativas e qualitativas, acompanhadas dos respectivos indicadores e meios de verificação, de modo a permitir o acompanhamento da execução e dos resultados da parceria.

10. DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

A Organização da Sociedade Civil declara, sob as penas da lei, que:

I– os atendimentos prestados no âmbito da parceria serão integralmente gratuitos aos usuários encaminhados pelo Município de Irati/PR;

II – dispõe ou disponibilizará equipe profissional habilitada e regularmente inscrita no respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO, em número compatível com as exigências estabelecidas no Edital e no Plano de Trabalho;

III– observará as normas profissionais, sanitárias, de segurança, acessibilidade, proteção de dados pessoais e demais normas aplicáveis à execução do objeto;

IV– assegurará a supervisão adequada das atividades de estágio curricular, quando houver, em conformidade com a legislação e as normas profissionais e educacionais aplicáveis;

V– assumirá os custos e responsabilidades previstos no Edital, no Plano de Trabalho e no instrumento de parceria;

VI– tem pleno conhecimento das condições do espaço público objeto da concessão e das obrigações decorrentes de sua utilização;

VII– tem pleno conhecimento e aceita integralmente as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público, seus anexos e na legislação aplicável.

Irati, de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome:

CPF:

MODELO DE TERMO DE VISTORIA / TERMO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – PARANÁ

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

TERMO DE VISTORIA / TERMO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA RAZÃO SOCIAL DA OSC:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

A Organização da Sociedade Civil acima identificada, por intermédio de seu representante legal, para fins de participação no Chamamento Público nº 007/2026, cujo objeto consiste na disponibilização, a título gratuito, de espaço público delimitado integrante do Complexo Social Cidade do Idoso, para implantação e funcionamento de Clínica-Escola de Fisioterapia, em regime de cooperação com o Município de Irati/PR, DECLARA, para os devidos fins, que:

( ) REALIZOU A VISITA TÉCNICA

Declara que realizou visita técnica às instalações e ao espaço físico destinado à implantação da Clínica-Escola de Fisioterapia, incluindo, quando aplicável, as áreas de atendimento, circulação, acessibilidade, instalações disponíveis e piscina, tendo tido oportunidade de conhecer as condições existentes no local e suas características, para fins de elaboração de sua proposta e Plano de Trabalho.

( ) RENUNCIOU À REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

Declara que, por sua livre decisão, optou por não realizar a visita técnica, assumindo integralmente os riscos decorrentes da ausência de vistoria presencial e declarando que utilizará as informações, características e condições do espaço

disponibilizadas no Chamamento Público e em seus anexos para elaboração de sua proposta e Plano de Trabalho.

Em qualquer das hipóteses acima, a Organização da Sociedade Civil declara estar ciente de que eventuais adequações, instalações, equipamentos, materiais, medidas de segurança, acessibilidade, manutenção e demais providências necessárias à implantação e ao funcionamento da Clínica-Escola de Fisioterapia, conforme as obrigações estabelecidas no Chamamento Público e no instrumento de parceria, serão de sua responsabilidade, não podendo a ausência de visita técnica ser posteriormente alegada como justificativa para o descumprimento das obrigações assumidas.

Por ser expressão da verdade, firma o presente Termo para os fins previstos no Chamamento Público nº 007/2026.

Irati, de

de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA OSC

Nome:

CPF:

Cargo:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

RAZÃO SOCIAL DA OSC:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF: CARGO:

A Organização da Sociedade Civil acima qualificada, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que:

1. Tem pleno conhecimento e aceita integralmente as condições, exigências e regras estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, seus anexos e demais documentos que dele fazem parte, bem como às disposições aplicáveis da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas pertinentes;

2. Não incorre em nenhuma das hipóteses de impedimento ou vedação previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, comprometendo-se a comunicar imediatamente ao Município qualquer fato superveniente que possa alterar essa condição;

3. Declara, ainda, que não possui entre seus dirigentes pessoa que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na legislação aplicável e no Edital de Chamamento Público, inclusive aquelas relacionadas à participação de membros de Poder, do Ministério Público ou de dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública, quando configuradas as situações de impedimento legal;

4. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5. Compromete-se a assegurar a gratuidade integral dos atendimentos realizados no âmbito da Clínica-Escola de Fisioterapia aos usuários encaminhados ou regulados conforme os critérios estabelecidos pelo Município, sendo vedada a cobrança de qualquer valor, taxa, contribuição ou contraprestação dos usuários em razão dos atendimentos objeto da parceria;

6. Possui capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com a execução do objeto proposto, responsabilizando-se pela disponibilização dos profissionais, equipamentos, materiais, insumos, adequações e demais recursos necessários ao funcionamento da Clínica-Escola, nos termos do Edital, do Plano de Trabalho aprovado e do instrumento de parceria;

7. Compromete-se a manter, durante toda a vigência da parceria, as condições de habilitação, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como as licenças, autorizações e demais requisitos sanitários, profissionais e técnicos necessários à execução regular do objeto, quando exigíveis;

8. Todas as informações, documentos e declarações apresentados no âmbito do Chamamento Público são verdadeiros, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente pela sua veracidade e autenticidade;

9. Compromete-se a cumprir integralmente as obrigações assumidas no Plano de Trabalho aprovado, no instrumento de parceria e nos demais documentos integrantes do Chamamento Público, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, segurança, acessibilidade e gratuidade dos serviços objeto da parceria.

Por ser expressão da verdade, firma a presente Declaração para os fins previstos no Chamamento Público nº 00/2026.

Irati, de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA OSC

Nome:

CPF:

Cargo:

MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

ACORDO DE COOPERAÇÃO E TERMO DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO Nº /2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE IRATI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Emílio Gomes, nº 22, Centro, Irati/PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.654.574/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Emiliano Augusto da Rocha Gomes**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, qualificada conforme abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO E TERMO DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO**, decorrente do Chamamento Público nº 001/2026, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no ato autorizativo para utilização do espaço público, no Edital de Chamamento Público, no Plano de Trabalho aprovado e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer parceria entre o MUNICÍPIO e a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para a implantação, instalação e funcionamento de **Clínica-Escola de Fisioterapia**, mediante a disponibilização, a título gratuito, de espaço público delimitado integrante do **Complexo Social Cidade do Idoso, localizado no Centro de Tradições WillyLaars, em Irati/PR**, para desenvolvimento de atividades de atendimento fisioterapêutico gratuito e de formação prática supervisionada, nos termos do Plano de Trabalho aprovado.

§1º. A utilização do espaço público deverá permanecer vinculada exclusivamente às finalidades previstas neste instrumento, no Edital de Chamamento Público e no Plano de Trabalho.

§2º. A parceria deverá assegurar a gratuidade integral dos atendimentos realizados no âmbito da Clínica-Escola, sendo vedada a cobrança de valores, taxas, contribuições ou qualquer outra forma de contraprestação dos usuários em razão dos serviços objeto desta parceria.

§3º. As atividades deverão observar as normas técnicas, éticas, sanitárias, profissionais, de acessibilidade, segurança e proteção de dados aplicáveis às atividades desenvolvidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA DA PARCERIA E DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente instrumento constitui parceria sem transferência de recursos financeiros do MUNICÍPIO para a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, destinada à consecução do objeto de interesse público estabelecido no Plano de Trabalho.

§1º. O MUNICÍPIO disponibilizará o espaço público objeto deste instrumento, nos limites e condições estabelecidos no Edital, neste instrumento e no Plano de Trabalho.

§2º. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA será responsável pelos recursos humanos, equipamentos, materiais, insumos, adequações, manutenção e demais despesas necessárias à implantação e execução das atividades que lhe competem, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

§3º. A utilização do espaço público não gera à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA direito de propriedade, posse autônoma ou qualquer outro direito real sobre o imóvel, permanecendo sua titularidade e administração com o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO

Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito:

– o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e seus anexos;

– o Plano de Trabalho aprovado;

– a Proposta Técnica apresentada pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

– os documentos de habilitação apresentados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

– os termos, declarações e demais documentos produzidos no curso do procedimento que tenham pertinência com a execução do objeto; e

– eventuais termos aditivos e instrumentos complementares formalmente celebrados entre as partes.

Parágrafo único. Em caso de divergência entre os documentos integrantes da parceria, deverão ser observadas a legislação aplicável, as disposições deste instrumento, o Edital e o Plano de Trabalho, respeitada a ordem de prevalência decorrente da natureza de cada documento e do ato que formalizar eventual alteração.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura ou da data nele expressamente estabelecida.

§1º. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, mediante formalização do instrumento cabível, desde que demonstrados o interesse público, a continuidade da necessidade que fundamentou a parceria, a regularidade da execução do objeto e o cumprimento satisfatório das metas estabelecidas.

§2º. A eventual prorrogação dependerá de avaliação da execução da parceria e da conveniência e oportunidade administrativas, não constituindo direito automático da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

São obrigações da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA:

– executar integralmente o objeto da parceria, observando o Edital, este instrumento e o Plano de Trabalho aprovado;

– implantar e manter em funcionamento a Clínica-Escola de Fisioterapia no espaço disponibilizado pelo MUNICÍPIO;

– assegurar a gratuidade integral dos atendimentos destinados aos usuários abrangidos pelo objeto da parceria;

– disponibilizar equipe profissional habilitada e regularmente inscrita nos respectivos órgãos de fiscalização profissional, observada a legislação aplicável;

– manter, como requisito mínimo para a execução do objeto, 04 (quatro) fisioterapeutas, sem prejuízo da ampliação da equipe quando necessária à adequada execução das atividades e ao cumprimento do Plano de Trabalho;

– disponibilizar docentes, supervisores, preceptores e acadêmicos estagiários em quantidade e condições compatíveis com as atividades desenvolvidas, observadas as normas éticas e profissionais aplicáveis;

– responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de adequações, instalações, equipamentos, mobiliário, materiais, insumos, manutenção, limpeza das áreas de uso exclusivo e demais providências necessárias ao funcionamento da Clínica-Escola, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

– responsabilizar-se pela manutenção e pelo tratamento físico-químico da água da piscina utilizada para fisioterapia aquática, quando integrante da execução do objeto, observando as normas sanitárias e de segurança aplicáveis;

– manter as licenças, autorizações, registros, alvarás e demais documentos exigíveis para o regular funcionamento das atividades sob sua responsabilidade;

– observar as normas de acessibilidade, segurança, higiene, prevenção e resposta a incidentes e demais requisitos técnicos aplicáveis;

– garantir que as atividades de estágio sejam realizadas mediante supervisão adequada, observadas as normas legais, acadêmicas, profissionais e éticas pertinentes;

– apresentar os relatórios de execução e demais documentos necessários ao acompanhamento, monitoramento e avaliação da parceria;

– comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer fato que possa comprometer ou interromper a execução do objeto;

– permitir e facilitar o acesso dos agentes públicos responsáveis pela gestão, fiscalização, monitoramento e avaliação da parceria aos espaços e documentos relacionados à execução do objeto;

– manter, durante toda a vigência da parceria, as condições de habilitação e regularidade exigidas no Chamamento Público e na legislação aplicável;

– não utilizar o espaço para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, no Edital ou no Plano de Trabalho;

– não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a utilização do espaço público ou a execução do objeto, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação e previamente autorizadas pelo MUNICÍPIO;

– preservar os bens públicos e as instalações integrantes do espaço disponibilizado, respondendo pelos danos que causar por ação ou omissão, sem prejuízo das responsabilidades legalmente previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

– disponibilizar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA o espaço público delimitado no Complexo Social Cidade do Idoso, nas condições estabelecidas no Edital, neste instrumento e no Plano de Trabalho;

– assegurar, durante a vigência da parceria, a disponibilidade do espaço para a finalidade estabelecida, ressalvadas as hipóteses legais e contratuais de suspensão, alteração ou extinção da parceria;

– designar Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação, na forma da legislação aplicável;

– acompanhar, monitorar e avaliar a execução do objeto e o cumprimento das metas pactuadas;

– realizar visitas técnicas, reuniões, diligências e demais ações necessárias ao acompanhamento da parceria;

– articular, quando cabível e dentro das competências institucionais do Município, os fluxos de encaminhamento e acesso dos usuários ao serviço, observadas as regras estabelecidas no Plano de Trabalho;

– comunicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA eventuais irregularidades identificadas na execução do objeto, assegurando o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis;

– preservar, na medida de suas atribuições, o funcionamento dos demais serviços, atividades e ambientes existentes no Complexo Social Cidade do Idoso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DAS METAS

A capacidade de atendimento da Clínica-Escola será aquela estabelecida no Plano de Trabalho aprovado, considerando a estrutura física disponibilizada, a equipe profissional, os equipamentos, os recursos materiais, os horários de funcionamento e a metodologia de execução apresentada pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.

§1º. A referência de **até 250 (duzentos e cinquenta) sessões semanais** constitui parâmetro de capacidade de atendimento, não representando obrigação automática de atingimento desse quantitativo, devendo as metas efetivamente pactuadas ser compatíveis com a estrutura e os recursos disponíveis.

§2º. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá demonstrar, no Plano de Trabalho e durante a execução da parceria, a compatibilidade entre a capacidade de atendimento proposta, a equipe disponível, os horários de funcionamento, a estrutura física e os recursos necessários à prestação adequada dos serviços.

§3º. A alteração significativa da capacidade de atendimento, das linhas de cuidado ou da metodologia de execução deverá ser formalmente comunicada e, quando necessário, submetida à apreciação do MUNICÍPIO para adequação do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A gestão e o monitoramento da parceria serão realizados pelo MUNICÍPIO por meio do Gestor da Parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação formalmente designados, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.

§1º. O acompanhamento terá por finalidade verificar, entre outros aspectos, o cumprimento do objeto, das metas quantitativas e qualitativas, a qualidade dos atendimentos, a adequação da estrutura, a gratuidade dos serviços, a regularidade das atividades acadêmicas e o cumprimento das obrigações assumidas.

§2º. O MUNICÍPIO poderá realizar visitas técnicas e diligências *in loco*, solicitar informações, documentos e esclarecimentos e utilizar outros instrumentos de monitoramento previstos na legislação e no Plano de Trabalho.

§3º. Poderão ser utilizados indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação da execução, incluindo, conforme aplicável, número de usuários atendidos, sessões realizadas, taxa de ocupação, absenteísmo, atividades acadêmicas desenvolvidas, cumprimento das metas pactuadas, satisfação dos usuários e indicadores de evolução funcional.

§4º. A avaliação da execução deverá considerar as características do objeto e as metas efetivamente pactuadas, não sendo considerada, isoladamente, a quantidade nominal de atendimentos como único parâmetro de qualidade da parceria.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá apresentar os relatórios necessários à demonstração da execução do objeto, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pelo MUNICÍPIO e no Plano de Trabalho.

§1º. Os relatórios deverão conter, no mínimo:

– descrição das atividades desenvolvidas no período;

– demonstração do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas pactuadas;

– informações sobre os atendimentos realizados e as atividades acadêmicas desenvolvidas;

– indicadores e respectivos meios de verificação;

– informações sobre eventuais dificuldades, intercorrências ou alterações ocorridas durante a execução; e

– medidas adotadas para correção ou aperfeiçoamento da execução, quando necessárias.

§2º. Os documentos apresentados deverão observar a legislação relativa à proteção de dados pessoais, ao sigilo profissional e à confidencialidade das informações dos usuários.

§3º. Considerando a inexistência de transferência de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, a demonstração da execução da parceria será centrada no cumprimento do objeto e das metas pactuadas, sem prejuízo da apresentação de documentos e informações que sejam necessários à comprovação da regularidade da execução e à fiscalização administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GRATUIDADE DOS ATENDIMENTOS

É expressamente vedada à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA a cobrança de qualquer valor dos usuários pelos atendimentos realizados no âmbito do objeto desta parceria.

§1º. A vedação compreende taxas, consultas, sessões, avaliações, contribuições, mensalidades, pagamentos indiretos ou qualquer outra forma de contraprestação relacionada aos serviços prestados no âmbito da Clínica-Escola.

§2º. A constatação de cobrança indevida será considerada descumprimento grave das obrigações assumidas e poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a extinção da parceria, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DAS BENFEITORIAS

A utilização do espaço público será restrita às finalidades previstas neste instrumento e no Plano de Trabalho.

§1º. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não poderá realizar alterações estruturais, obras ou intervenções permanentes no imóvel sem prévia autorização formal do MUNICÍPIO e observância das exigências técnicas e legais pertinentes.

§2º. As adequações e benfeitorias realizadas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, quando autorizadas e incorporáveis ao imóvel, integrarão o patrimônio público municipal, sem direito de retenção ou indenização, salvo disposição expressa em contrário estabelecida em instrumento próprio e juridicamente admissível.

§3º. Os equipamentos, mobiliários e bens móveis adquiridos ou disponibilizados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA permanecerão sob sua titularidade, salvo disposição diversa constante do Plano de Trabalho ou de instrumento específico, devendo sua retirada, ao término da parceria, ocorrer de forma a não causar danos ao imóvel ou às instalações públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento ou com as disposições legais aplicáveis, poderão ser adotadas as medidas e aplicadas as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo.

§1º. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e observada a legislação: I – advertência;

– suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública, nos termos e limites previstos na legislação; e

– declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

§2º. A aplicação das sanções não afasta a possibilidade de adoção das demais medidas administrativas, civis ou judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA PARCERIA

O presente instrumento poderá ser extinto:

– pelo término do prazo de vigência;

– por acordo entre as partes;

– por denúncia de qualquer das partes, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ressalvadas situações que justifiquem prazo diverso;

– por descumprimento das obrigações assumidas, observado o devido processo administrativo quando cabível;

– por desvio de finalidade na utilização do espaço ou na execução do objeto;

– pela cobrança de valores dos usuários em razão dos atendimentos objeto da parceria;f

– pela paralisação injustificada das atividades ou abandono do objeto;

– pela perda das condições necessárias à execução regular da parceria; ou

– nas demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, neste instrumento e na legislação aplicável.

§1º. Extinta a parceria, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá desocupar e restituir o espaço público ao MUNICÍPIO, livre de pessoas e bens de sua propriedade, no prazo estabelecido pela Administração, ressalvadas as benfeitorias incorporadas ao patrimônio público.

§2º. A extinção da parceria não prejudicará a apuração de eventuais responsabilidades decorrentes de atos praticados durante sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTINUIDADE E DA DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Em caso de interrupção ou paralisação das atividades, o MUNICÍPIO adotará as providências administrativas necessárias para evitar prejuízo ao interesse público e assegurar, quando possível, a continuidade das atividades essenciais relacionadas ao objeto.

Parágrafo único. A adoção de medidas para preservação da continuidade do serviço não implicará transferência automática das obrigações da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA a terceiros, devendo qualquer solução observar a legislação aplicável e as competências administrativas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis eventualmente realizados em razão da execução desta parceria.

§1º. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá:

– tratar os dados pessoais somente para finalidades legítimas e compatíveis com a execução do objeto;

– observar os princípios e bases legais previstos na legislação de proteção de dados;

– limitar o acesso aos dados às pessoas que efetivamente necessitem deles para o desempenho de suas funções;

– adotar medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dos dados contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

– preservar o sigilo das informações dos usuários e observar as normas de confidencialidade e sigilo profissional aplicáveis;

– comunicar ao MUNICÍPIO, em prazo razoável e sem demora injustificada, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, fornecendo as informações necessárias para adoção das providências cabíveis;

– manter os dados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades para as quais foram coletados e das obrigações legais e regulatórias aplicáveis; e

– não compartilhar dados pessoais com terceiros sem fundamento jurídico adequado e sem observância das disposições legais aplicáveis.

§2º. O tratamento de dados pessoais de saúde, quando realizado no âmbito da Clínica-Escola, deverá observar as regras específicas aplicáveis aos dados pessoais sensíveis e ao sigilo profissional.

§3º. A divulgação de informações relativas à execução da parceria deverá observar os deveres de transparência da Administração Pública, sem prejuízo da proteção dos dados pessoais e das informações protegidas por sigilo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA responderá pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros em decorrência de atos ou omissões relacionados à execução das atividades que lhe competirem, observada a legislação aplicável.

§1º. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA será responsável pela regularidade dos profissionais por ela disponibilizados, inclusive quanto aos registros profissionais, vínculos, encargos e demais obrigações decorrentes de sua atuação.

§2º. A existência de acompanhamento, fiscalização ou monitoramento pelo MUNICÍPIO não exclui ou reduz a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA pela adequada execução das atividades que lhe competem.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

O presente instrumento e os atos dele decorrentes serão divulgados nos meios oficiais de transparência e publicidade do MUNICÍPIO, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. A publicidade deverá observar os princípios da transparência administrativa, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal e os dados pessoais cuja divulgação não seja autorizada pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS E DAS ALTERAÇÕES

Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, a legislação municipal aplicável, às demais normas pertinentes ao objeto e os princípios que regem a Administração Pública.

§1º. Qualquer alteração das condições estabelecidas neste instrumento ou no Plano de Trabalho deverá ser formalizada pelo instrumento jurídico adequado, observada a legislação aplicável.

§2º. As alterações não poderão descaracterizar o objeto da parceria nem afastar as condições essenciais que fundamentaram a seleção da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

As partes buscarão solucionar administrativamente, de forma consensual e fundamentada, eventuais divergências decorrentes da execução desta parceria, mediante comunicação formal e manifestação dos responsáveis pela gestão do instrumento.

Parágrafo único. Não sendo possível a solução administrativa, ficam preservados os meios legais de solução da controvérsia, observado o foro competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Irati, Estado do Paraná, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente instrumento que não puderem ser solucionadas administrativamente, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas em lei.

E, por estarem de acordo com as condições estabelecidas, firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Irati/PR, de de 2026.

EMILIANO AUGUSTO DA ROCHA GOMES

Prefeito Municipal de Irati

ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Representante Legal Nome:

CPF:

Cargo:

Gestor(A) Da Parceria

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

1.

CPF:

2.

CPF:

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C6F66F64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.438/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Decreto nº 5538/2026 de 28/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.439.800,00 (um milhão quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PROCURADOR	
03.001.02.062.0013.2.004.		Manutenção da Procuradoria Jurídica	
14 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
15 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E RELAÇOES DO TRABALHO	
04.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADM., PLANEJAMENTO, FINANÇAS E RELAÇOES DO TRABALHO	
04.001.04.122.0009.2.006.		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	
45 - 3.1.90.03.00.00	01000	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	12.000,00
47 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
04.001.04.122.0009.2.007.		Manutenção do Departamento de Contabilidade	
58 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.000,00
59 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
04.001.04.122.0009.2.008.		Manutenção do Departamento de Licitações, Compras e Patrimônio	
65 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
04.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO TRIBUTÁRIO	
04.003.04.129.0009.2.010.		Manutenção do Departamento de Tributação	
81 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS, VIAÇÃO, HABITAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E OBRAS	
05.001.15.451.0006.2.012.		Manutenção do Departamento de Serviços Públicos e Obras	
88 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	18.000,00
91 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
98 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS	
05.002.26.782.0006.2.013.		Manutenção do Departamento de Viação e Controle de Frotas	
108 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
111 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0002.2.021.		Suporte à Educação Municipal - 5%	
164 - 3.1.90.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
06.004.00.000.0000.0.000.		FUNDEB	
06.004.12.361.0002.2.019.		Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB	
241 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500.000,00
243 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0003.2.025.		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
255 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.000,00
256 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, IND., COM., TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECON.	
08.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
08.001.20.608.0004.2.035.		Manutenção do Departamento da Agricultura, Agropecuária e Pequenos Produtores Rurais	
323 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
10.001.10.301.0001.2.045.		Manutenção do Departamento de Saúde	
387 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -	100.000,00
		PESSOAL CIVIL	
389 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
390 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	309.800,00
10.001.10.301.0001.2.051.		Gestão de Recursos Federais em Saúde	
412 - 3.1.90.11.00.00	11051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
413 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	80.000,00
10.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
10.002.10.304.0001.2.049.		Vigilância Sanitária	
451 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Suplementação:	**1.439.800,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E RELAÇOES DO TRABALHO	
04.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO FINANCEIRO	
04.002.28.843.0010.2.011.		Amortização da Dívida	
78 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	100.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS, VIAÇÃO, HABITAÇÃO E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEFESA CIVIL	
05.003.06.182.0006.2.016.		Defesa Civil	
116 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
117 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
05.004.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E URBANISMO	
05.004.15.452.0006.2.015.		Manutenção do Departamento de Urbanismo	
127 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
05.005.00.000.0000.0.000.		SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
05.005.25.752.0011.2.017.		Serviço de Iluminação Pública	
138 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	126.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.365.0002.6.001.		Fortalecimento da Educação Infantil - OCA	
173 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500.000,00
177 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		Transporte	
06.003.12.782.0002.6.004.		Transporte Escolar	
236 - 3.3.90.39.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
10.002.10.304.0001.2.049.		Vigilância Sanitária	
440 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.000,00
441 - 3.3.90.14.00.00	01303	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
443 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
448 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.002.10.305.0001.2.050.		Vigilância Epidemiológica	
454 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
455 - 3.1.90.11.00.00	11051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
456 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	49.800,00
457 - 3.3.90.14.00.00	01303	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
459 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
464 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
10.003.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA HOSPITALARE AMBULATORIAL	
10.003.10.302.0001.2.048.		Assistência Hospitalar e ambulatorial	
471 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
		Total Redução:	**1.439.800,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:AE23664F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO - GABARITOS DEFINITIVOS

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	QUESTÃO	RESPOSTA	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	D	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	C	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	A	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	QUESTÃO	RESPOSTA	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	D	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	B	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	B	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	B	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

EDUCADOR SOCIAL			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	B	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	D	2.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	21	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	22	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	23	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	24	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	25	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	26	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	27	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	28	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	29	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	30	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	31	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	32	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	33	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	34	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	35	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	36	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	37	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	38	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	39	C	3.00

CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	40	B	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

CIRURGIÃO DENTISTA			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00

LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	D	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	C	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

CONTADOR			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	21	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	22	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	23	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	24	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	25	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	26	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	27	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	28	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	29	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	30	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	31	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	32	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	33	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	34	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	35	A	3.00

CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	36	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	37	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	38	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	39	A	3.00

CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	40	B	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

FARMACÊUTICO			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	D	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	C	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

FISIOTERAPEUTA			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00

RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	A	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	A	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

FONOAUDIÓLOGO			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	X	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	C	3.00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	D	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

MÉDICO VETERINÁRIO			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	21	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	22	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	23	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	24	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	25	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	26	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	27	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	28	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	29	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	30	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	31	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	32	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	33	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	34	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	35	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	36	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	37	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	38	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	39	A	3.00

CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	40	B	3.00

CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 01-2026.GABARITO DEFINITIVO

PSICÓLOGO			
PROVA OBJETIVA			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	5	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	C	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	D	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	D	2.00

INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	21	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	22	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	23	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	24	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	25	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	26	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	27	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	28	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	29	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	30	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	31	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	32	B	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	33	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	34	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	35	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	36	D	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	37	C	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	38	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	39	A	3.00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.	40	C	3.00

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:72E80565

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 01-2026 – CONCURSO PÚBLICO – 2ª RETIFICAÇÃO. EDITAL COMPLEMENTAR N.º 11-2026. DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO, O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

O Município de Itaperuçu, (PR), através do Prefeito Municipal, torna público o Edital Complementar n.º 11 que DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO, O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

O Gabarito Definitivo encontra-se disponíveL no site www.msconcursos.com.br, aba "**GABARITOS**".

O Resultado Preliminar da Prova Objetiva encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**RESULTADOS**".

Classificação Preliminar encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**CLASSIFICAÇÃO**".

Eventual recurso sobre o Resultado Preliminar da Prova Objetiva e a Classificação Preliminar poderá ser interposto nos dias 03 e 04/10/2026, nos termos do item **VI**, do **EDITAL N.º 001-2026 – CONCURSO PÚBLICO.**

Itaperuçu, (PR), 30 de setembro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS.

Prefeito.

Comissão Especial para Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público nº 001/2026 e Concurso Público Modalidade Emprego Público nº 002/2026.

JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES.

ROSIELE BUENO DOS SANTOS CORDEIRO.

LARISSA CRETELA TEIXEIRA.

CARLA MAYARA BUENO RIBEIRO DE LIMA.

MARIA EDUARDA DE MIRANDA.

RESULTADO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA

N° INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	SITUAÇÃO	SEQ
CARGO: AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA				
109	CARLOS EDUARDO LEITE DO CARMO		Ausente	1
188	CHAUANE SUELLEN DA SILVA FRAÇA		Ausente	2
263	CLAUDIANA FARIA DOS SANTOS		Ausente	3
140	DIENIFFER CAROLINE ARTIGAS SANTOS	40,00	**REPROVADO**	4
74	DURCILIA DE JESUS DOS SANTOS	64,00	**APROVADO**	5
69	ELAINE VIDAL DE OLIVEIRA		Ausente	6
278	EMANUELI KARINE MIKOSKI	65,00	**APROVADO**	7
321	IGOR RAFAEL RODRIGUES FLORÊNCIO		Ausente	8
259	LARISSA GARCIA DA ROSA		Ausente	9
89	LEONARDO PATRICK COITO DOS SANTOS		Ausente	10
170	LORYELTON SANTOS	54,00	**APROVADO**	11
319	LUANA JUSTINE BOMFIM SANTOS	55,00	**APROVADO**	12
73	NICOLY GABRIELLY BONFIM OLIVEIRA		Ausente	13
172	SHANAIA CRIS FARIA		Ausente	14
105	SIRLEI MACIEL FERNANDES DE CRISTO	36,00	**REPROVADO**	15
220	THAIS BORG JAVORS	43,00	**REPROVADO**	16
24	VANIA ALVES DE BRITO		Ausente	17
CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO				
47	ANGELITA APARECIDA LIMA		Ausente	1
241	JULIA EMANUELE DE MELO DA SILVA		Ausente	2
8	JULIANA COUTINHO COLOMBO	68,00	**APROVADO**	3
110	TALITA APARECIDA DE ARAÚJO MACHADO	65,00	**APROVADO**	4
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA				
48	ANNA CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO		Ausente	1
141	DANIELLI JUSSARA HELENA DE FARIA CRISTIANO		Ausente	2
117	FELIPE PRESTAVSKI DE LIMA	77,00	**APROVADO**	3
78	JAYANNE SABRINA REBOUCAS MORAES	65,00	**APROVADO**	4
221	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA		Ausente	5
290	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA	53,00	**APROVADO**	6
160	LOHARA CAMILA DE JESUS	77,00	**APROVADO**	7
293	MARIANE NASCIMENTO DO CARMO	50,00	**APROVADO**	8
262	MATHEUS DE ASSIS BESTEL	57,00	**APROVADO**	9
121	SIULANE SILVA DE MELO		Ausente	10
251	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS GROHS	78,00	**APROVADO**	11
CARGO: CONTADOR				
230	ALEXANDRO D S HILLMAN		Ausente	1
164	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	45,00	**REPROVADO**	2
38	CLEVERSON EDUARDO MACHADO ZAZE DIAS DE ASSIS		Ausente	3
76	DIEGO JOSE MARCOS	26,00	**REPROVADO**	4
250	ERICK FRANÇOA CAMARGO DO NASCIMENTO	44,00	**REPROVADO**	5
67	GUILHERME LEONARDO DA SILVA		Ausente	6
30	JAQUELINE VISNESKI		Ausente	7
151	KASSIA ZANONI		Ausente	8
59	KEILA CRISTINA FIUZA	31,00	**REPROVADO**	9
124	MARIA APARECIDA DE LIMA		Ausente	10
204	MARIA EDUARDA CORDEIRO DE LARA	33,00	**REPROVADO**	11
193	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS DE CRISTO	47,00	**REPROVADO**	12
147	ROBSON PIRES DA SILVA		Ausente	13
CARGO: EDUCADOR SOCIAL				
65	ADRIANA DA LUZ SIQUEIRA		Ausente	1
13	ALESSANDRA RIBEIRO DOS SANTOS		Ausente	2
183	ALLANE DA COSTA PASSOS		Ausente	3
46	ANA CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO		Ausente	4
146	ANA PAULA DE FRANÇA SPAER		Ausente	5
107	ANA SANTINA DE FARIA	47,00	**REPROVADO**	6
236	ANGELITA RODRIGUES DE CASTRO	47,00	**REPROVADO**	7
270	CAMILA APARECIDA DA SILVA DRULA	44,00	**REPROVADO**	8
242	CARINE DOS SANTOS COSTA	47,00	**REPROVADO**	9
135	CINTIA RIBEIRO CASTRO		Ausente	10
191	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES	65,00	**APROVADO**	11
80	DAIANE BUENO RODRIGUES		Ausente	12
192	DELMA DE LARA		Ausente	13
33	DIOGO DOS SANTOS MAJOR	54,00	**APROVADO**	14
26	DOUGLAS RUAN ANDRADE LOURENÇO		Ausente	15

71	EDUARDA SANTOS STRESSER	49,00	**REPROVADO**	16
91	ELANA ARIELLY COSTA DO ROSARIO	37,00	**REPROVADO**	17
314	ELIANE ARTIGAS DE MOURA	53,00	**APROVADO**	18
60	ELIANE DE OLIVEIRA LEFFLER DOS SANTOS	43,00	**REPROVADO**	19
145	ENILY VITÓRIA ALCÂNTARA ALMEIDA		Ausente	20
201	ERICA NAIARA FARIA DE BOMFIM	40,00	**REPROVADO**	21
81	FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN		Ausente	22
115	FRANCIELE DE FARIA BUENO	62,00	**APROVADO**	23
68	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA	50,00	**APROVADO**	24
311	ISABELE DE FARIA	43,00	**REPROVADO**	25
223	IVETE BATISTA DE LARA		Ausente	26
64	JAÍNE PEDROSO DE MORAES		Ausente	27
63	JAQUELINE DOS SANTOS FRANCISCO		Ausente	28
83	JAQUELINE LOURENÇO LOPES		Ausente	29
25	JÉSSICA LARISSA LINS VIEIRA		Ausente	30
304	JHENIFER FARIA DOS SANTOS	37,00	**REPROVADO**	31
156	JOCI MARIA DE SIQUEIRA LEDER	26,00	**REPROVADO**	32
62	JOELITON PEREIRA		Ausente	33
320	JOSÉ FÁBIO BONFIM SANTOS	46,00	**REPROVADO**	34
209	JOSEFA APARECIDA NESNYK MELO		Ausente	35
218	JUDITE RODRIGUES DE CASTRO	42,00	**REPROVADO**	36
104	KAROLAINE OLIVEIRA MACHADO		Ausente	37
22	KAUANE VITORIA COSTA DE SOUZA	55,00	**APROVADO**	38
198	KEILA MARIA RIBAS MARTINS	47,00	**REPROVADO**	39
132	KETLEY DE ALMEIDA CECCON		Ausente	40
265	LARISSA COSTA ROSA	37,00	**REPROVADO**	41
302	LEOCADIA JAINE LESNIOVSKI		Ausente	42
190	LUAN RODHAIR FERREIRA DA SILVA		Ausente	43
309	LUCAS EDUARDO MARTINS		Ausente	44
208	LUIZ WEBER NETO	45,00	**REPROVADO**	45
43	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM		Ausente	46
199	MARIA LUIZA SANTANA FARIA		Ausente	47
97	MARIA MARQUES CASTRO RIBAS	29,00	**REPROVADO**	48
10	NEIDE MARIA ANGELO DOS REIS		Ausente	49
245	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA		Ausente	50
174	PAULA REGINA CAMARGO ABRÃO	51,00	**APROVADO**	51
127	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA		Ausente	52
266	RAIANA APARECIDA FAGUNDES SANTOS		Ausente	53
154	RAQUEL REGINA SILVEIRA DA SILVA		Ausente	54
79	RÔMULO FRANCISCO DE LIMA	61,00	**APROVADO**	55
213	ROSANA ALVES DOS SANTOS LARA		Ausente	56
9	SAMUEL MENDES		Ausente	57
101	SANDRA MARA ROSARIO DE JESUS	46,00	**REPROVADO**	58
35	SILVIO MANOEL DA SILVA JUNIOR		Ausente	59
45	SOELEM BITENCOURT RAMOS		Ausente	60
184	THAIS FERNANDA LINS		Ausente	61
256	THAIS OLIVEIRA SCHENEIDER		Ausente	62
CARGO: FARMACÊUTICO				
318	HELOISE FARIAS MOREIRA STINGELIN	52,00	**APROVADO**	1
212	TÂNIA CRISTINA REZENDE	56,00	**APROVADO**	2
CARGO: FISIOTERAPEUTA				
238	ADRIANO SOARES	25,00	**REPROVADO**	1
137	ANTONY AUGUSTO DOS REIS PROTOPAPA		Ausente	2
111	BILUARA SANTOS FRANCA	32,00	**REPROVADO**	3
51	BRUNA CARDOSO DE SOUSA	49,00	**REPROVADO**	4
75	BRUNA COSTA DE BRITO		Ausente	5
195	CAMILA DA SILVA LEMOS		Ausente	6
82	DEISSY ALVES CAMARA		Ausente	7
136	ERICA KAUANE ROCHER DE PAULA		Ausente	8
57	JANETE KAISER VIEIRA	51,00	**APROVADO**	9
194	KLINGER PENA DA SILVA		Ausente	10
113	LILIANE FARIA DOS SANTOS	33,00	**REPROVADO**	11
131	MARIANA APARECIDA DOS SANTOS		Ausente	12
153	MATHEUS LAAF	44,00	**REPROVADO**	13
282	NATALIA VITORIA DE CRISTO	33,00	**REPROVADO**	14
161	RAFAEL EDUARDO MACHADO	47,00	**REPROVADO**	15
84	RAFAELA MARIANO DE BRITO	45,00	**REPROVADO**	16
32	SONIA BORGES LIMA	37,00	**REPROVADO**	17
17	SUELLEN CAROLINE SANTOS PEDROSO	55,00	**APROVADO**	18
312	THAINABUS KLOSIENSKI	39,00	**REPROVADO**	19
CARGO: FONOAUDIÓLOGO				
313	AMANDA CRISTINA CASTRO GONCALVES	53,00	**APROVADO**	1
279	AMANDA RACHEL CZELUSNIAK VAZ	64,00	**APROVADO**	2
87	ARIELY BONFIM COSTA ROSA		Ausente	3
323	JULIA MORAES DE LARA		Ausente	4
287	RAQUEL DO ROCIO SILVA SANTOS	62,00	**APROVADO**	5
303	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI	53,00	**APROVADO**	6
189	YASMIN DUARTE DA SILVA	50,00	**APROVADO**	7
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO				
167	AMANDA PAUL		Ausente	1
88	ANA CLARA DE LIMA FIORI		Ausente	2
173	CHARLES CHUEIRI FILHO	67,00	**APROVADO**	3
143	DEBORA OSTERMAYER		Ausente	4
72	IGOR ALVES DA SILVA	56,00	**APROVADO**	5
126	LUDIMYLA PASSOS SILVA	69,00	**APROVADO**	6
149	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	72,00	**APROVADO**	7
138	MARINA GIULIA BINI ELIAS	64,00	**APROVADO**	8
182	NIKOLAS HORTMANN RAMOS		Ausente	9
175	RAI LEONARDO LUZ DE OLIVEIRA	51,00	**APROVADO**	10

CARGO: PSICÓLOGO				
129	ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA		Ausente	1
216	ADRIEL RIBEIRO MACHADO		Ausente	2
231	ANA JÚLIA DE OLIVEIRA	35,00	**REPROVADO**	3
16	ANA PAULA REGGIANI		Ausente	4
58	JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO	36,00	**REPROVADO**	5
229	KAUAN BONFIM DOS SANTOS	53,00	**APROVADO**	6
254	MARA LUCIA PIASSA	24,00	**REPROVADO**	7
316	PATRICIA DEIZIELE VAZ CORREA	23,00	**REPROVADO**	8
317	SHEILA PATRICIA MATHIAS DA SILVA		Ausente	9

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR – CANDIDATOS - NEGROS

CIRURGIÃO DENTISTA

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	290	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA	53	39	8	20/10/1978	0	6

EDUCADOR SOCIAL

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	191	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES	65	39	12	28/05/1982	8	6

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR GERAL

AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	278	EMANUELI KARINE MIKOSKI	65	45	12	24/08/2006	6	2
2	74	DURCILIA DE JESUS DOS SANTOS	64	48	12	04/04/1972	0	4
3	319	LUANA JUSTINE BOMFIM SANTOS	55	39	6	30/11/2007	6	4
4	170	LORYELTON SANTOS	54	36	8	24/09/2006	6	4

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	8	JULIANA COUTINHO COLOMBO	68	48	8	07/12/1985	6	6
2	110	TALITA APARECIDA DE ARAÚJO MACHADO	65	57	6	09/08/2000	0	2

CIRURGIÃO DENTISTA

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	251	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS GROHS	78	54	12	03/06/1991	6	6
2	160	LOHARA CAMILA DE JESUS	77	51	14	22/01/2001	6	6
3	117	FELIPE PRESTAVSKI DE LIMA	77	51	10	07/04/1996	8	8
4	78	JAYANNE SABRINA REBOUCAS MORAES	65	45	12	26/12/1981	4	4
5	262	MATHEUS DE ASSIS BESTEL	57	45	8	28/03/2001	2	2
6	290	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA	53	39	8	20/10/1978	0	6
7	293	MARIANE NASCIMENTO DO CARMO	50	36	8	05/12/2003	6	0

EDUCADOR SOCIAL

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	191	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES	65	39	12	28/05/1982	8	6
2	115	FRANCIELE DE FARIA BUENO	62	42	12	27/07/1996	6	2
3	79	RÔMULO FRANCISCO DE LIMA	61	45	8	17/11/1995	4	4
4	22	KAUANE VITORIA COSTA DE SOUZA	55	39	10	11/02/2003	0	6
5	33	DIOGO DOS SANTOS MAJOR	54	42	6	23/08/2006	2	4
6	314	ELIANE ARTIGAS DE MOURA	53	39	10	06/11/1986	2	2
7	174	PAULA REGINA CAMARGO ABRÃO	51	39	4	15/10/1981	6	2
8	68	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA	50	36	4	22/09/1993	6	4

FARMACÊUTICO

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	212	TÂNIA CRISTINA REZENDE	56	30	16	28/07/1969	2	8
2	318	HELOISE FARIAS MOREIRA STINGELIN	52	36	6	26/06/2000	6	4

FISIOTERAPEUTA

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	17	SUELLEN CAROLINE SANTOS PEDROSO	55	33	10	19/07/1988	6	6
2	57	JANETE KAISER VIEIRA	51	27	8	18/12/1973	8	8

FONOAUDIÓLOGO

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	279	AMANDA RACHEL CZELUSNIAK VAZ	64	48	12	27/05/1988	0	4
2	287	RAQUEL DO ROCIO SILVA SANTOS	62	42	8	04/07/1981	4	8
3	303	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI	53	39	10	21/11/1988	0	4
4	313	AMANDA CRISTINA CASTRO GONCALVES	53	39	6	27/09/1994	2	6
5	189	YASMIN DUARTE DA SILVA	50	36	6	23/05/2003	4	4

MÉDICO VETERINÁRIO

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	149	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	72	54	6	14/02/1988	6	6
2	126	LUDIMYLA PASSOS SILVA	69	45	14	10/12/1991	4	6
3	173	CHARLES CHUEIRI FILHO	67	51	10	22/04/1987	4	2
4	138	MARINA GIULIA BINI ELIAS	64	48	8	28/02/2001	6	2
5	72	IGOR ALVES DA SILVA	56	36	6	20/12/2001	6	8
6	175	RAI LEONARDO LUZ DE OLIVEIRA	51	33	8	27/08/1999	6	4

PSICÓLOGO

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	229	KAUAN BONFIM DOS SANTOS	53	33	10	23/12/2004	6	4

LEGENDA

CL= Classificação

PF= Pontuação Final

CE= Conhecimentos Especificos

LP= Lingua Portuguesa

Aniver= Data de Nascimento

RL= Raciocinio Logico

IB= Informatica Basica

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:23092204

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 02-2026 – EMPREGO PÚBLICO EDITAL COMPLEMENTAR N.º 10-2026. DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO, O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

O Município de Itaperuçu, (PR), através do Prefeito Municipal, torna público o Edital Complementar n.º 10 que DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO, O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

O Gabarito Definitivo encontra-se disponíveL no site www.msconcursos.com.br, aba "**GABARITOS**".

O Resultado Preliminar da Prova Objetiva encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**RESULTADOS**".

Classificação Preliminar encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**CLASSIFICAÇÃO**".

Eventual recurso sobre o Resultado Preliminar da Prova Objetiva e a Classificação Preliminar poderá ser interposto nos dias 03 e 04/10/2026, nos termos do item **VII**, do **EDITAL N.º 002-2026 – EMPREGO PÚBLICO.**

Itaperuçu, (PR), 30 de setembro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS.

Prefeito.

Comissão Especial Para Organização, Acompanhamento E Fiscalização Do Concurso Público Nº 001/2026 E Concurso Público Modalidade Emprego Público Nº 002/2026.

JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES.

ROSIELE BUENO DOS SANTOS CORDEIRO.

LARISSA CRETELA TEIXEIRA.

CARLA MAYARA BUENO RIBEIRO DE LIMA.

MARIA EDUARDA DE MIRANDA.

RESULTADO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

N° INSCRIÇÃO	NOME	Nota Prova Objetiva	Situação	Seq
80	ABIQUEILA MORAES COSTA	54,00	APROVADO	1
302	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	41,00	REPROVADO	2
298	ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS FERREIRA		Ausente	3
70	AGATHA CAROLINE ANTUNES DA SILVA	77,00	APROVADO	4
119	ALANA CASTRO LARA	76,00	APROVADO	5
93	ALANES FRANÇA NASCIMENTO	47,00	REPROVADO	6
96	ALEX RICARDO NUNES DE OLIVEIRA	42,00	REPROVADO	7
201	ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER		Ausente	8
33	ALINE DE FATIMA MATIAS LUCIANO	72,00	APROVADO	9
137	ALISSON FELIPE PRUDENCIO SANTOS	44,00	REPROVADO	10
88	AMANDA CRISTINA NUNES DE GODOY	67,00	APROVADO	11
56	AMANDA RAFAELA LOURENÇO DE MORAES		Ausente	12
290	ANA ELOIZA LOURENCO DE PAULA	61,00	APROVADO	13
136	ANA GABRIELA CARDOSO DE AVELAR		Ausente	14
321	ANA GABRIELA PORTES RIBAS	70,00	APROVADO	15
196	ANA LUIZA FRANÇA DE FARIA	78,00	APROVADO	16
213	ANA LUIZA GODOY STOCCHERO	77,00	APROVADO	17
214	ANA PAULA APARECIDA DE LARA	73,00	APROVADO	18
284	ANA PAULA DE JESUS VIEIRA		Ausente	19
261	ANA PAULA PEREIRA JARECK	56,00	APROVADO	20

42	ANDERSON FAGUNDES GIMENES		Ausente	21
14	ANDREIA MIRANDA PINTO	57,00	APROVADO	22
89	ANDRESSA CIRINO MARINHO	62,00	APROVADO	23
291	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO		Ausente	24
153	ANTONIA DAIANE DE CRISTO DE LARA	81,00	APROVADO	25
92	ANTONIA SILVA DE PAULA	67,00	APROVADO	26
36	ANTONY GABRIEL COSTA DE FARIA	75,00	APROVADO	27
293	ARIELE DOS SANTOS TEIXEIRA	69,00	APROVADO	28
177	BEATRIZ DOS SANTOS MATOSO	62,00	APROVADO	29
2	BRENDON ALEXANDRE ANTUNES MACHADO	59,00	APROVADO	30
51	BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ	69,00	APROVADO	31
135	BRUNA RAFAELA CARDOSO DE AVELAR		Ausente	32
180	CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO	67,00	APROVADO	33
40	CAROLINE MATOSO DOS SANTOS	57,00	APROVADO	34
226	CASSIA CORDEIRO LINS		Ausente	35
112	CHAIANE EDUARDA DOS SANTOS	58,00	APROVADO	36
94	CHERLE DE FATIMA BONFIM		Ausente	37
300	FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS	52,00	APROVADO	80
245	FRANCIELE CRISTINA TOSTO	65,00	APROVADO	81
9	FRANCINE LUIZE DOS SANTOS PIMENTEL	58,00	APROVADO	82
72	FRANCO CUSUMANO JUNIOR	68,00	APROVADO	83
78	GEOVANA MACHADO PEREIRA		Ausente	84
50	GEOVANA MARIA DO NASCIMENTO STRAUB	56,00	APROVADO	85
99	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA		Ausente	86
216	GISELE PRISCILA PARECIDO	63,00	APROVADO	87
73	GISELI DA GUIA SILVA BREINE	72,00	APROVADO	88
228	GISLAINE LOPES PEREIRA	76,00	APROVADO	89
175	GISLAINE MATOSO DE FRANCA BARROS		Ausente	90
168	INGRID RAFAELA DE JESUS MATIAS	66,00	APROVADO	91
193	IOLANDA GOMES ALVES		Ausente	92
84	IRENE BUENO DOS SANTOS FARIA		Ausente	93
267	ISABELA KARINE DE OLIVEIRA		Ausente	94
171	ISABELA SANTOS CASTRO PEREIRA	63,00	APROVADO	95
31	IVONETE ANDRADE	51,00	APROVADO	96
209	IVONETE DE JESUS LINS	49,00	REPROVADO	97
30	JAMAYANA CAVALI	52,00	APROVADO	98
142	JAMILI AMANDA PEREIRA SALDANHA		Ausente	99
172	JAMILY CRISTINA DE MATOS PEREIRA	75,00	APROVADO	100
183	JAQUELINE SILVA MACHADO OLIVEIRA		Ausente	101
233	JEAN WESLEY DA COSTA	80,00	APROVADO	102
286	JENIFER CAMILA BUENO DOS SANTOS DE JESUS NOVREGA		Ausente	103
232	JESSICA PRISCILA BONFIM		Ausente	104
247	JOÃO VICTOR RODRIGUES DE CASTRO	65,00	APROVADO	105
179	JOHN HENRY STRESSER FARIA	60,00	APROVADO	106
156	JOSE RAMON NUNEZ CUTINO	67,00	APROVADO	107
170	JOSELIA DE BARROS MACHADO	51,00	APROVADO	108
115	JOSIELE DOS SANTOS	31,00	REPROVADO	109
283	JOSNEI DE LIMA	49,00	REPROVADO	110
41	JULIANA MAIARA DE SOUZA	67,00	APROVADO	111
121	JULIANE KEICIELLI CARDOSO		Ausente	112
26	JULIENE COSTA COUTINHO		Ausente	113
262	JUVELINA TEIXEIRA DE CASTRO STRESSER		Ausente	114
63	KAUANE CRISTINA FRANÇA RODRIGUES		Ausente	115
133	KAUANE MACHADO CORDEIRO	52,00	APROVADO	116
230	KAUANE VITORIA STRAPASSON DOS SANTOS	63,00	APROVADO	117
231	KAUANY FERNANDES PINHEIRO	59,00	APROVADO	118
49	KEILA APARECIDA FRANÇA	29,00	REPROVADO	119
165	KEITY SUELEN BUTSCHER	67,00	APROVADO	120
74	KEROLIN FARIAS		Ausente	122
11	KETSLEY KARINY PINHEIRO DOS SANTOS	71,00	APROVADO	123
254	KRISLAINE ALEXANDRA TOME		Ausente	124
110	LAIRA THAISLAINE RIBEIRO	56,00	APROVADO	125
223	LAIZA MONIQUI MACHADO DONADONI	76,00	APROVADO	126
19	LARISSA ANDRADE DE LIMA		Ausente	127
5	LARISSA FERNANDA DE BOMFIM	71,00	APROVADO	128
8	LARISSA RAMOS GARCIA	57,00	APROVADO	129
124	LAYANNY CRISTINA DE SOUZA		Ausente	130
57	LEIA ALVES COUTINHO	41,00	REPROVADO	131
157	LENIR BONFIM ALVES RIBAS	51,00	APROVADO	132
127	LESLIANE DE OLIVEIRA FRANÇA	52,00	APROVADO	133
259	LETICIA DOS SANTOS BARBOSA BERNARDINO	50,00	APROVADO	134
147	LILIAN TAYSE PASK COSTA	61,00	APROVADO	135
206	LUANA DE FÁTIMA DOS SANTOS	56,00	APROVADO	136
95	LUANA DE MOURA DA SILVA		Ausente	137
108	LUANA LEAL RIBEIRO	65,00	APROVADO	138
307	LUANA RIBAS PORTES	58,00	APROVADO	139
161	LUCAS FELIPE PASKE DE FRANÇA	46,00	REPROVADO	140
272	LUCAS NATÃ COSTA MACHADO	72,00	APROVADO	141
296	LUCELIA LAPOLA DA SILVA DE CASTRO	55,00	APROVADO	142
18	LUCIMARA ALVES ARTIGAS	67,00	APROVADO	143
65	LUIGI KAUAN LARA DA LUZ	80,00	APROVADO	144
81	LUIGI MARCOS DE LARA FRANÇA	55,00	APROVADO	145
217	LUIS FELIPE BUENO		Ausente	146
191	LUIZ FELIPE GEFFER DOS SANTOS		Ausente	147
86	LUIZA CAROLINE DOS SANTOS	89,00	APROVADO	148
210	MAIUANE APARECIDA MATOZO		Ausente	149
61	MARCIA DE FATIMA SANTANA MORAES		Ausente	150
71	MARCIA DE MORAIS		Ausente	151
181	MARCOS VINICIUS GONCALVES DE ARAUJO		Ausente	152

68	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM		Ausente	153
123	MARIA CLARA CASTRO PEDROSO DE MORAES		Ausente	154
54	MARIA DE FATIMA DE LARA	53,00	APROVADO	155
192	MARIA DE LARA		Ausente	156
316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO	52,00	APROVADO	157
55	MARIA JOSEFA DOS SANTOS	54,00	APROVADO	158
15	MARIA PAULA DE LARA DE PAULA	64,00	APROVADO	159
159	MARIA VIVIANE DOS SANTOS		Ausente	160
116	MARIELE CORDEIRO DA SILVA DE OLIVEIRA	80,00	APROVADO	161
10	MARIS JANAINA FRANÇA COSTA	49,00	REPROVADO	162
134	MARIZE CASTRO DE LARA		Ausente	163
264	MARIZETE DE JESUS MIRANDA GOVEA		Ausente	164
87	MARLENE COSTA GOMES DE LARA	74,00	APROVADO	165
294	MAYARA CRISTINE DOS SANTOS		Ausente	166
132	MAYLLA NATASHA NUNES	47,00	REPROVADO	167
224	MILDRINS PERPÉTUA ALVES CAVALLI	70,00	APROVADO	168
143	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS		Ausente	169
58	MONIQUE MAYARA DE SOUZA CARDOSO	50,00	APROVADO	170
270	NAIANE DOS SANTOS	56,00	APROVADO	171
164	NAIARA CANDIDO DE LARA	58,00	APROVADO	172
257	NATACHA THAYNNA UNRREIN RIBEIRO	71,00	APROVADO	173
185	NATAN RAMIRO TEIXEIRA DE LARA	72,00	APROVADO	174
77	NAYANE VANESSA LOURENÇO GEFFER		Ausente	175
289	NICOLAS GABRIEL WEIDGENANNT LIBERATO	78,00	APROVADO	176
219	NICOLY NATHALIA NASCIMENTO SANTOS	40,00	REPROVADO	177
279	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA		Ausente	178
1	NOELI SANTOS MACHADO LARA	59,00	APROVADO	179
258	NYCOLE RITA DOS SANTOS	66,00	APROVADO	180
150	ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS	48,00	REPROVADO	181
155	ODETE APARECIDA MACHADO DE LARA	42,00	REPROVADO	182
167	PATRICIA CRISTINA DE BONFIM DE OLIVEIRA	52,00	APROVADO	183
212	PATRICIA CRISTINA LINS	61,00	APROVADO	184
27	PATRICIA DA LUZ DOS SANTOS	47,00	REPROVADO	185
236	PATRICIA DO ROCIO ANDRADE		Ausente	186
269	PATRICIA SANTOS DE CASTRO COSTA		Ausente	187
97	PEDRO ALEX FERREIRA LIMA	57,00	APROVADO	188
174	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA		Ausente	189
128	PEDRO RAONI COSTA DE LARA		Ausente	190
69	PRISCILA DA SILVA		Ausente	191
7	RAFAELA FERNANDA GOMES DE CASTRO		Ausente	192
265	RAYSSA DOS SANTOS	70,00	APROVADO	193
47	RAYSSA GABRIELA GEFFER RIBEIRO	49,00	REPROVADO	194
271	REGIAN BELIZARIO P	45,00	REPROVADO	195
12	REGIANE FRANCA FREITAS		Ausente	196
240	REINALDO MACHADO RODRIGUES		Ausente	197
44	RICHARD LARA DOS SANTOS		Ausente	198
246	ROSA CANDIDA DE LARA		Ausente	199
104	ROSA MACHADO		Ausente	200
304	ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA AIRES DE ARAUJO	52,00	APROVADO	201
197	ROSELI RODRIGUES DA SILVA		Ausente	204
148	ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS	43,00	REPROVADO	205
106	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO		Ausente	206
101	ROSIMARA APARECIDA PASK DOS SANTOS	48,00	REPROVADO	207
23	RUBIANE DOS SANTOS	61,00	APROVADO	208
111	SABRINA FERNANDA DE ANDRADE STRESSER	73,00	APROVADO	209
188	SARA CRISTINA RODRIGUES DE PONTES	69,00	APROVADO	210
83	SENEIA ALVES DA SILVA SANTOS	59,00	APROVADO	211
256	SIRLENE BENTO DE FRANÇA	16,00	REPROVADO	212
131	SOELI FERREIRA DE LARA	58,00	APROVADO	213
62	SUZANE DE MIRANDA BONFIM		Ausente	214
203	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO		Ausente	215
75	TAINARA FERNADA GEFFER	71,00	APROVADO	216
120	TAIS CAROLINA VAZ	70,00	APROVADO	217
79	TAIS CAROLINE LESNIOWSKI ALVES	56,00	APROVADO	218
52	TALITA	62,00	APROVADO	219
268	TALITA NATEL	64,00	APROVADO	220
238	THAIS LAIZA NATEL DOS SANTOS	58,00	APROVADO	221
53	THALITA ALVES DE OLIVEIRA	70,00	APROVADO	222
24	THALITA DE JESUS MAKOSKI	51,00	APROVADO	223
28	THIAGO ODENIR COSTA LAPOLA	55,00	APROVADO	224
243	VALDIRENE DOS SANTOS FONTOURA		Ausente	225
215	VALERIA DA SILVA FARIA	56,00	APROVADO	226
288	VALERIA DOS SANTOS PINTO		Ausente	227
17	VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS	82,00	APROVADO	228
194	VANESSA HALPES	71,00	APROVADO	229
204	VANESSA PEREIRA VANNES		Ausente	230
114	VÂNIA MARIA FRANÇA		Ausente	231
66	VERIDIANA MACHADO DOS SANTOS	49,00	REPROVADO	232
211	VICTOR GABRIEL CAMARGO GUEDES	87,00	APROVADO	233
222	VILIAN MATOS PEREIRA		Ausente	234
299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA	89,00	APROVADO	235
16	VINICIUS VIDAL MARCANTE	58,00	APROVADO	236

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR GERAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CL	N° Inscrição	Nome	PF	CE	LP.	Aniver	RL	IB
1	86	LUIZA CAROLINE DOS SANTOS	89	57	18	11/11/1999	6	8
2	299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA	89	57	16	12/12/1990	8	8
3	211	VICTOR GABRIEL CAMARGO GUEDES	87	57	16	16/01/2001	6	8
4	17	VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS	82	54	16	02/02/1986	4	8
5	153	ANTONIA DAIANE DE CRISTO DE LARA	81	57	12	14/03/1994	6	6
6	116	MARIELE CORDEIRO DA SILVA DE OLIVEIRA	80	54	16	17/08/1993	4	6
7	65	LUIGI KAUAN LARA DA LUZ	80	54	16	09/07/2006	8	2
8	233	JEAN WESLEY DA COSTA	80	54	12	06/08/1998	6	8
9	85	CINTIA RIBEIRO CASTRO	79	57	12	25/07/2001	4	6
10	151	DANIELE KAROLINA PASKE DE ARAUJO	79	57	10	07/05/2003	4	8
11	196	ANA LUIZA FRANÇA DE FARIA	78	60	14	14/02/2006	2	2
12	289	NICOLAS GABRIEL WEIDGENANNT LIBERATO	78	54	12	16/01/2006	4	8
13	70	AGATHA CAROLINE ANTUNES DA SILVA	77	57	14	13/09/2001	2	4
14	213	ANA LUIZA GODOY STOCCHERO	77	51	14	21/05/2005	6	6
15	228	GISLAINE LOPES PEREIRA	76	54	12	18/03/1984	6	4
16	119	ALANA CASTRO LARA	76	48	18	28/06/2006	6	4
17	223	LAIZA MONIQUI MACHADO DONADONI	76	48	12	14/09/2002	8	8
18	172	JAMILY CRISTINA DE MATOS PEREIRA	75	57	10	11/06/2004	4	4
19	36	ANTONY GABRIEL COSTA DE FARIA	75	57	6	05/03/2008	10	2
20	87	MARLENE COSTA GOMES DE LARA	74	54	14	18/03/1982	4	2
21	214	ANA PAULA APARECIDA DE LARA	73	51	16	17/02/2000	4	2
22	111	SABRINA FERNANDA DE ANDRADE STRESSER	73	51	10	17/04/1998	6	6
23	73	GISELI DA GUIA SILVA BREINE	72	54	10	04/05/1983	2	6
24	272	LUCAS NATÃ COSTA MACHADO	72	54	8	13/12/2004	4	6
25	33	ALINE DE FATIMA MATIAS LUCIANO	72	48	14	26/11/1989	4	6
26	185	NATAN RAMIRO TEIXEIRA DE LARA	72	48	8	04/07/2000	10	6
27	257	NATACHA THAYNNA UNRREIN RIBEIRO	71	51	10	17/07/1995	4	6
28	5	LARISSA FERNANDA DE BOMFIM	71	51	10	28/04/1997	6	4
29	194	VANESSA HALPES	71	51	10	29/12/2000	4	6
30	11	KETSLEY KARINY PINHEIRO DOS SANTOS	71	51	8	12/06/1996	6	6
31	75	TAINARA FERNADA GEFFER	71	51	8	12/05/1997	6	6
32	224	MILDRINS PERPÉTUA ALVES CAVALLI	70	54	10	26/02/1988	6	0
33	103	ELIZAINE MACHADO CASTILHO	70	54	8	28/02/1994	4	4
34	53	THALITA ALVES DE OLIVEIRA	70	54	8	03/04/2004	4	4
35	120	TAIS CAROLINA VAZ	70	54	4	21/11/1989	6	6
36	265	RAYSSA DOS SANTOS	70	48	14	25/04/2000	4	4
37	321	ANA GABRIELA PORTES RIBAS	70	48	12	14/04/2003	6	4
38	293	ARIELE DOS SANTOS TEIXEIRA	69	51	10	10/08/2004	6	2
39	188	SARA CRISTINA RODRIGUES DE PONTES	69	51	10	14/08/2004	2	6
40	51	BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ	69	51	6	09/04/1996	6	6
41	20	FELIPE COSTA ROSA	69	45	14	07/11/2006	4	6
42	72	FRANCO CUSUMANO JUNIOR	68	48	14	02/01/1996	0	6
43	13	EMILI ILIDIA DE LARA	68	48	10	12/04/1988	4	6
44	156	JOSE RAMON NUNEZ CUTINO	67	51	6	23/03/1964	4	6
45	234	FELIPE DE JESUS BELIZARIO PINTO	67	51	8	16/05/1994	4	4
46	180	CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO	67	51	8	22/07/1994	6	2
47	248	FABIANE LETÍCIA FARIA	67	51	8	09/03/1997	4	4
48	88	AMANDA CRISTINA NUNES DE GODOY	67	51	6	26/03/2002	6	4
49	165	KEITY SUELEN BUTSCHER	67	51	6	13/07/2005	6	4
50	92	ANTONIA SILVA DE PAULA	67	45	12	24/03/1974	6	4
51	18	LUCIMARA ALVES ARTIGAS	67	45	12	09/11/1979	8	2
52	41	JULIANA MAIARA DE SOUZA	67	45	8	18/03/1993	10	4
53	258	NYCOLE RITA DOS SANTOS	66	48	8	03/05/2002	6	4
54	168	INGRID RAFAELA DE JESUS MATIAS	66	48	6	30/01/2003	6	6
55	189	ELIANE DE LARA	65	51	10	30/06/1989	2	2
56	109	ELZA DO NASCIMENTO DE JESUS	65	51	4	16/02/1985	6	4
57	25	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA	65	45	14	19/11/1992	4	2
58	245	FRANCIELE CRISTINA TOSTO	65	45	10	01/07/1983	6	4
59	247	JOÃO VICTOR RODRIGUES DE CASTRO	65	45	10	19/09/2007	8	2
60	108	LUANA LEAL RIBEIRO	65	45	8	21/07/1996	8	4
61	91	ERICA AP DOS SANTOS CARVALHO	64	54	2	14/03/1997	6	2
62	118	EMILY VITÓRIA CAMARGO DA SILVA	64	48	14	21/10/2007	0	2
63	268	TALITA NATEL	64	48	8	05/12/2001	4	4
64	15	MARIA PAULA DE LARA DE PAULA	64	48	8	07/04/2004	2	6
65	184	CRISTIANE LARA DOS SANTOS	63	51	10	16/01/1983	0	2
66	216	GISELE PRISCILA PARECIDO	63	51	8	12/07/1984	0	4
67	230	KAUANE VITORIA STRAPASSON DOS SANTOS	63	51	8	31/05/2004	4	0
68	171	ISABELA SANTOS CASTRO PEREIRA	63	39	12	30/12/2001	8	4
69	89	ANDRESSA CIRINO MARINHO	62	48	8	10/02/1996	6	0
70	177	BEATRIZ DOS SANTOS MATOSO	62	48	6	10/02/2000	2	6
71	52	TALITA	62	48	4	04/02/1992	4	6
72	220	ELIANE MARIA MARTINS DE FREITAS	61	51	6	09/11/1989	2	2
73	147	LILIAN TAYSE PASK COSTA	61	51	2	20/10/1997	6	2
74	23	RUBIANE DOS SANTOS	61	45	10	03/02/1994	4	2
75	212	PATRICIA CRISTINA LINS	61	45	6	18/02/1988	4	6
76	290	ANA ELOIZA LOURENCO DE PAULA	61	45	6	16/05/2007	8	2
77	179	JOHN HENRY STRESSER FARIA	60	48	8	14/04/2005	0	4
78	231	KAUANY FERNANDES PINHEIRO	59	51	4	17/03/2006	4	0
79	2	BRENDON ALEXANDRE ANTUNES MACHADO	59	45	8	21/11/1998	2	4
80	1	NOELI SANTOS MACHADO LARA	59	45	6	10/01/1985	2	6
81	83	SENEIA ALVES DA SILVA SANTOS	59	45	4	02/07/1988	6	4
82	164	NAIARA CANDIDO DE LARA	58	48	6	01/10/1196	2	2
83	238	THAIS LAIZA NATEL DOS SANTOS	58	48	8	08/11/2004	2	0
84	16	VINICIUS VIDAL MARCANTE	58	48	6	08/04/2008	2	2
85	131	SOELI FERREIRA DE LARA	58	42	8	21/05/1980	4	4
86	9	FRANCINE LUIZE DOS SANTOS PIMENTEL	58	42	8	02/11/2001	4	4
87	112	CHAIANE EDUARDA DOS SANTOS	58	42	8	04/04/2005	6	2
88	307	LUANA RIBAS PORTES	58	42	8	25/05/2006	4	4

89	14	ANDREIA MIRANDA PINTO	57	51	2	18/08/1986	2	2
90	97	PEDRO ALEX FERREIRA LIMA	57	45	8	07/05/1998	0	4
91	40	CAROLINE MATOSO DOS SANTOS	57	39	12	29/06/2001	4	2
92	8	LARISSA RAMOS GARCIA	57	39	12	19/07/2001	0	6
93	50	GEOVANA MARIA DO NASCIMENTO STRAUB	56	48	0	27/12/1983	4	4
94	261	ANA PAULA PEREIRA JARECK	56	42	8	17/08/1982	2	4
95	79	TAIS CAROLINE LESNIOWSKI ALVES	56	42	8	12/04/1998	4	2
96	110	LAIRA THAISLAINE RIBEIRO	56	42	8	04/08/1999	4	2
97	206	LUANA DE FÁTIMA DOS SANTOS	56	42	2	28/07/1999	6	6
98	270	NAIANE DOS SANTOS	56	36	10	13/09/1993	6	4
99	250	ELISANE DE PONTES MEDEIROS	56	36	8	26/09/1981	10	2
100	215	VALERIA DA SILVA FARIA	56	36	8	02/05/1996	8	4
101	296	LUCELIA LAPOLA DA SILVA DE CASTRO	55	45	6	23/01/1990	2	2
102	287	EVELIN APARECIDA DA SILVA	55	45	6	26/10/1992	2	2
103	81	LUIGI MARCOS DE LARA FRANÇA	55	39	10	28/05/2003	6	0
104	28	THIAGO ODENIR COSTA LAPOLA	55	39	6	27/07/2005	6	4
105	55	MARIA JOSEFA DOS SANTOS	54	48	4	08/12/1971	0	2
106	22	DAIANE CRISTINA CÂNDIDO DE MORAES	54	42	6	02/02/1988	4	2
107	80	ABIQUEILA MORAES COSTA	54	42	2	26/03/1984	8	2
108	195	DAIANE DE FRANÇA GOMES	53	45	4	29/11/1994	0	4
109	37	EUNICE FARIA	53	39	10	02/02/1974	0	4
110	54	MARIA DE FATIMA DE LARA	53	39	10	18/06/1982	2	2
111	235	CRISLAINE APARECIDA COLODEL	53	39	8	17/09/1987	4	2
112	169	DEIZIANE APARECIDA TARTAIA	53	39	8	04/09/1994	2	4
113	304	ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA AIRES DE ARAUJO	52	48	2	28/09/1979	0	2
114	30	JAMAYANA CAVALI	52	42	10	15/07/1987	0	0
115	127	LESLIANE DE OLIVEIRA FRANÇA	52	42	8	02/01/1987	2	0
116	133	KAUANE MACHADO CORDEIRO	52	42	6	12/02/2008	4	0
117	167	PATRICIA CRISTINA DE BONFIM DE OLIVEIRA	52	42	4	18/08/1987	4	2
118	300	FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS	52	42	2	20/10/1990	4	4
119	316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO	52	36	10	04/06/2005	2	4
120	157	LENIR BONFIM ALVES RIBAS	51	39	8	31/12/1982	0	4
121	170	JOSELIA DE BARROS MACHADO	51	39	8	20/11/1987	2	2
122	31	IVONETE ANDRADE	51	39	6	11/06/1970	2	4
123	24	THALITA DE JESUS MAKOSKI	51	39	6	21/02/2001	4	2
124	259	LETICIA DOS SANTOS BARBOSA BERNARDINO	50	42	6	26/01/1982	2	0
125	140	CRISTIANE BRITO SILVA	50	42	4	03/06/1988	2	2
126	253	ELOIZA GRAZIELE RODRIGUES PESCHEL	50	42	4	01/12/2006	4	0
127	58	MONIQUE MAYARA DE SOUZA CARDOSO	50	36	4	10/06/2005	4	6

LEGENDA

CL= Classificação

PF= Pontuação Final

CE= Conhecimentos Especificos

LP= Lingua Portuguesa

Aniver= Data de Nascimento

RL= Raciocinio Logico

IB= Informatica Basica

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:4B2BBFCF

GABINETE DO PREFEITO
EMPREGO PÚBLICO - GABARITO DEFINITIVO

CONCURSO PÚBLICO MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, (PR), EDITAL N.º 002-2026.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.			
PROVA OBJETIVA.			
COMPONENTE	**QUESTÃO**	**RESPOSTA**	**VALOR**
LÍNGUA PORTUGUESA.	1	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	2	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	3	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	4	C	2.00

LÍNGUA PORTUGUESA.	5	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	6	A	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	7	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	8	D	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	9	B	2.00
LÍNGUA PORTUGUESA.	10	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	11	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	12	A	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	13	C	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	14	B	2.00
RACIOCÍNIO LÓGICO.	15	C	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	16	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	17	A	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	18	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	19	D	2.00
INFORMÁTICA BÁSICA.	20	A	2.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	21	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	22	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	23	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	24	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	25	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	26	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	27	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	28	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	29	B	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	30	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	31	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	32	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	33	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	34	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	35	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	36	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	37	D	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	38	A	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	39	C	3.00
CONHECIMENTO ESPECÍFICO.	40	C	3.00

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:BE5EBD83

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

PROCESSO DE SELEÇÃO E CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA ESCOLHA DE DIRETORES(AS) E VICE-DIRETORES(AS) DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPERUÇU – GESTÃO 2027/2029, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1002/2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, § 1º, da Lei Municipal nº 1002/2026, torna público que se encontra aberto o processo de seleção e de consulta à comunidade escolar para escolha de Diretores(as) e Vice-Diretores(as) das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, em cumprimento ao art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, ao art. 14 da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB) e à referida Lei, que "Dispõe sobre a escolha, o provimento e o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares do Município de Itaperuçu e dá outras providências", com a finalidade de eleger profissionais do quadro efetivo do Magistério Público Municipal para o exercício das funções gratificadas de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar.

1 – DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

1.1. O processo de escolha, realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, será conduzido pela Comissão Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal de Educação, e obedecerá às normas do presente Edital e da Lei Municipal nº 1002/2026, cujas disposições se aplicam integralmente ao processo eleitoral de 2026 (art. 48 da Lei).

1.2. O processo de escolha observará critérios técnicos de mérito e desempenho, aliados à consulta à comunidade escolar, assegurada a igualdade de condições a todos os interessados habilitados, e compreende duas etapas sucessivas (art. 7º da Lei):

a) **1ª Etapa – Avaliação de Mérito e Desempenho:** de caráter eliminatório, destinada aos Professores e/ou Especialistas em Educação do quadro efetivo do Magistério Público Municipal, compreendendo a participação no curso de formação promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e a obtenção de rendimento mínimo na avaliação de desempenho, nos termos do item 5 deste Edital;

b) **2ª Etapa – Consulta à Comunidade Escolar:** eleição direta, da qual somente poderão participar como candidatos os profissionais aprovados e classificados na 1ª Etapa, conforme item 5 deste Edital (art. 7º, § 2º, da Lei).

1.3. Nos termos do art. 7º, § 3º, da Lei, a capacitação exigida para participação no certame corresponde às 02 (duas) formações na área de gestão escolar integrantes do curso de formação previsto no item 5 deste Edital.

1.4. A Comissão Eleitoral, instituída pelo Conselho Municipal de Educação, é composta por 05 (cinco) membros, nos termos do art. 20 da Lei:

I – dois trabalhadores da Educação Pública em exercício nos estabelecimentos de ensino, designados pelo Conselho Municipal de Educação;

II – dois técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, designados pelo Secretário da pasta;

III – um representante do Sindicato da categoria, eleito em Assembleia específica.

1.5. A Comissão Eleitoral será presidida por um de seus membros, de livre escolha e designação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, competindo-lhe coordenar, supervisionar e conduzir o processo eleitoral; orientar as Mesas Eleitorais; examinar e julgar os pedidos de registro de candidatura; apreciar recursos e impugnações; apurar denúncias; encaminhar ao Secretário os indícios de irregularidades funcionais; consolidar os relatórios das Mesas, divulgar o resultado final e proclamar os eleitos.

2 – DAS FUNÇÕES, DA TIPOLOGIA DAS UNIDADES ESCOLARES E DAS VAGAS

2.1. As unidades escolares são classificadas conforme o número de estudantes matriculados, de acordo com a seguinte tipologia:

I – **Tipo A:** escola a partir de 501 estudantes em tempo parcial ou escola a partir de 251 estudantes em tempo integral;

II – **Tipo B:** escola com até 500 estudantes em tempo parcial ou escola com até 250 estudantes em tempo integral.

2.2. Nas unidades em que coexistam turmas em tempo parcial e em tempo integral, o número total de estudantes, para fins de classificação, será obtido pela soma do número de alunos matriculados em tempo parcial com o dobro do número de alunos matriculados em tempo integral.

2.3. A equipe de direção de cada unidade escolar será composta da seguinte forma (art. 6º da Lei):

I – **Tipo A:** 01 (um) Diretor(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e 01 (um) Vice-Diretor(a), com carga horária correspondente ao turno escolar de sua atribuição, assegurada a presença de membro da equipe gestora durante todo o funcionamento da unidade;

II – **Tipo B:** 01 (um) Diretor(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

2.4. A relação das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, regularmente cadastradas junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a respectiva tipologia e o número de vagas, consta do **Anexo II** deste Edital.

2.5. O mandato do(a) Diretor(a) e do(a) Vice-Diretor(a) será de 03 (três) anos, com posse e início do exercício no último dia letivo de 2026, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo, condicionada à comprovação de bom desempenho no exercício da função, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo (art. 8º da Lei).

2.6. O profissional que já tiver atingido o limite de reeleição, na função de Diretor(a) ou de Vice-Diretor(a), **não poderá se candidatar a nenhuma das funções da gestão escolar** no mandato imediatamente posterior. As designações com duração superior a 01 (um) ano, inclusive as decorrentes de vacância ou de ausência de quórum, contam como mandato integral para esse fim; não se considera mandato a atuação na gestão de extensão ou anexo escolar anterior à sua criação formal como unidade autônoma (art. 8º, §§ 2º a 5º, da Lei).

2.8. A existência da função de Vice-Diretor na unidade escolar não implica redução, supressão ou compensação do quantitativo de vagas destinado a Coordenador Pedagógico (art. 3º, parágrafo único, da Lei).

3 – DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA

3.1. Poderá se inscrever para concorrer às funções de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) o membro concursado, em efetivo exercício no Magistério Público Municipal, que preencha os seguintes requisitos:

I – ter sido habilitado na 1ª Etapa – Avaliação de Mérito e Desempenho, nos termos do item 1.2 deste Edital, e atender às condições de mandato e reeleição previstas no art. 8º da Lei;

II – ser estável no serviço público municipal;

III – concordar expressamente com os termos deste Edital e das leis que regulam a candidatura;

IV – ter, no mínimo, 05 (cinco) anos de exercício no Magistério Público Municipal, ressalvado o disposto no item 3.3;

V – não ter sofrido penalidade disciplinar de suspensão ou de maior gravidade, resultante de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com trânsito em julgado administrativo, nos últimos 05 (cinco) anos;

VI – estar em efetivo exercício na unidade escolar para a qual pretende concorrer durante o ano de 2026, ou possuir ato formal de remoção já deferido com exercício fixado para a referida unidade;

VII – apresentar índice de faltas injustificadas inferior a 10% (dez por cento) dos dias de efetivo trabalho escolar em 2026, não se computando as ausências legalmente justificadas ou abonadas por atestado médico;

VIII – ter o registro de candidatura homologado, nos termos deste Edital.

3.2. Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de um estabelecimento de ensino. O(A) profissional com exercício em 02 (duas) unidades deverá optar pela candidatura em apenas uma delas.

3.3. Excepcionalmente, nas unidades escolares em que não houver pelo menos 02 (dois) professores que preencham o requisito de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no Magistério Municipal, poderão concorrer às funções de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) os docentes que tenham concluído e sido aprovados no estágio probatório (art. 23, § 3º, da Lei).

3.4. O(A) candidato(a) eleito(a) deverá dispor de carga horária compatível com a da função pretendida, nos termos do item 2.3 deste Edital.

4 – DA INSCRIÇÃO ÚNICA

4.1. A inscrição é **única** e vale, ao mesmo tempo, para a participação na 1ª Etapa (curso de formação e avaliação) e para o registro da candidatura na 2ª Etapa (consulta à comunidade escolar), não sendo necessária nova inscrição após o curso.

4.2. As inscrições serão realizadas no período de **29/09/2026 a 06/10/2026**, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, das 08h às 11h e das 13h às 17h, mediante entrega da Ficha de Inscrição (**Anexo III**) e dos documentos do item 4.4.

4.3. O registro de candidatos a Diretor(a) e Vice-Diretor(a) será feito em **chapa única**. Nas unidades do Tipo B, a chapa será composta apenas pelo(a) candidato(a) a Diretor(a). A inscrição poderá ser feita já em chapa ou individualmente, indicando a função pretendida; neste caso, a composição da chapa deverá ser confirmada no prazo do item 6.1.

4.4. Cada candidato(a) apresentará, no ato da inscrição:

4.4.1. cópia autenticada de documento de identidade com foto ou de outro documento oficial com foto;

4.4.2. cópia autenticada do diploma de graduação, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;

4.4.3. Declaração de Concordância e Aceitação das Condições Gerais (**Anexo IV**), com firma reconhecida;

4.4.4. Certidão de Regularidade do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) junto à Receita Federal do Brasil;

4.4.5. declaração do setor de Recursos Humanos atestando a estabilidade no serviço público, o tempo de exercício no Magistério Público Municipal, o índice de faltas injustificadas no ano de 2026 e o histórico de exercício em funções de gestão escolar (para verificação do limite de reeleição);

4.4.6. declaração de efetivo exercício na unidade escolar no ano de 2026 ou cópia do ato de remoção deferido para a unidade, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

4.4.7. declaração de inexistência de penalidade de suspensão ou mais grave decorrente de PAD nos últimos 05 (cinco) anos, emitida pela Comissão de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar.

4.5. O Plano de Ação (**Anexo V**) **não** será entregue no ato da inscrição, mas no prazo do item 6.1, após a conclusão do curso de formação, que tratará de sua elaboração.

4.6. Não serão permitidas inscrições por procuração, nem inscrições condicionadas, extemporâneas ou em desacordo com as normas deste Edital.

4.7. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo fará a conferência documental e publicará, até **08/10/2026**, a relação dos inscritos convocados para o curso de formação. O(A) inscrito(a) que não atender aos requisitos do item 3 não será convocado(a), cabendo recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo até às 18h de **09/10/2026**.

5 – DA 1ª ETAPA: CURSO DE FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

5.1. O curso de formação, de caráter obrigatório e eliminatório, será composto por 02 (duas) formações e uma avaliação de desempenho, com carga horária total de 12 (doze) horas, conforme o quadro abaixo:

ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO
Formação I	10/10	8h	Programas Financeiros do Governo/ avaliações externas/atribuições do diretor
Formação II	17/10	8h	Gestão escolar/ Recursos humanos/ liderança pedagógica
Avaliação de desempenho	17/10	13h	Prova escrita sobre os conteúdos das Formações I e II.

5.2. As atividades serão realizadas em sala de reuniões da prefeitura, com tolerância de 15 (quinze) minutos para o início de cada período. Na avaliação, o(a) candidato(a) deverá apresentar documento oficial com foto.

5.3. Será considerado(a) **habilitado(a)** o(a) inscrito(a) que obtiver **frequência integral** nas Formações I e II e **nota mínima de 6**, em escala de 0 (zero) a 10 (dez), na avaliação de desempenho, rendimento mínimo fixado por este Edital.. Os aprovados serão relacionados em ordem decrescente de nota (classificação), com desempate pelo maior tempo de efetivo serviço no Magistério Público Municipal.

5.4. A ausência em qualquer das atividades do item 5.1, por qualquer motivo, implicará a eliminação do(a) inscrito(a), não havendo reposição ou segunda chamada.

5.5. O resultado da 1ª Etapa será publicado em 19/10 Caberá recurso quanto à nota ou à frequência até às 18h de 20/10, a ser decidido pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo até 22/10, data em que será publicada a relação final dos aprovados e classificados.

5.6. O(A) inscrito(a) não habilitado(a) terá sua inscrição automaticamente encerrada, não podendo integrar chapa na 2ª Etapa.

6 – DA CONFIRMAÇÃO DAS CHAPAS E DA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS PELA COMISSÃO ELEITORAL

6.1. Nos dias 23/10 **e** 26/10, das 08h às 11h e das 13h às 16h, as chapas formadas exclusivamente por candidatos(as) habilitados(as) deverão, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo:

a) entregar o Plano de Ação para os 03 (três) anos de mandato (**Anexo V**), assinado pelos integrantes da chapa;

b) confirmar a composição da chapa, quando a inscrição tiver sido individual, ou substituir integrante não habilitado por outro(a) inscrito(a) habilitado(a) da mesma unidade escolar.

6.2. Encerrado o prazo do item 6.1, os pedidos de registro das chapas serão encaminhados à Comissão Eleitoral em **26/10/2026**, observado o limite de 30 (trinta) dias de antecedência do pleito (art. 24 da Lei).

6.3. A Comissão Eleitoral examinará e julgará os pedidos de registro e publicará, até 06/11, a **lista dos candidatos inscritos**, com as candidaturas deferidas e indeferidas.

6.4. Do indeferimento caberá recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, interposto perante a Comissão Eleitoral até às 18h de 12/11. A Comissão poderá reconsiderar sua decisão em 24 (vinte e quatro) horas ou encaminhar o recurso ao Secretário, que decidirá em caráter final e irrecorrível em até 03 (três) dias úteis (art. 43 da Lei).

6.5. Qualquer membro da comunidade escolar poderá impugnar o registro de candidatura, mediante requerimento fundamentado e acompanhado das provas cabíveis, dirigido à Comissão Eleitoral em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da lista de candidatos inscritos (até 10/11/2026), vedado o anonimato. O candidato impugnado será notificado para apresentar defesa em 24 (vinte e quatro) horas, e a Comissão julgará a impugnação em até 03 (três) dias úteis, até 13/11/2026 (art. 44 da Lei).

6.6. O Plano de Ação será submetido à homologação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, e o parecer de homologação das candidaturas será publicado no órgão oficial de imprensa do Município até **06/11/2026**, 20 (vinte) dias antes do pleito, sem prejuízo dos recursos pendentes, que não têm efeito suspensivo (art. 40 da Lei). Decididos os recursos e as impugnações, a relação definitiva das candidaturas homologadas será republicada no órgão oficial de imprensa do Município até 19/11/2026, antes do início da campanha eleitoral.

6.7. Nas unidades escolares em que não houver chapa habilitada, o Prefeito Municipal designará professor ou especialista em educação aprovado na Avaliação de Mérito e Desempenho para o exercício da função, podendo a designação recair sobre servidor em estágio probatório, hipótese em que a contagem do estágio ficará suspensa durante o exercício da função (art. 46 da Lei).

7 – DA CAMPANHA ELEITORAL

7.1. A propaganda e a campanha eleitoral ficam restritas aos 07 (sete) dias que antecedem o pleito, ou seja, de **20/11/2026 a 26/11/2026**, sendo vedada qualquer campanha no dia da eleição.

7.2. Os candidatos deverão se ausentar de suas funções laborais nos 07 (sete) dias que antecedem o pleito, sem prejuízo de sua remuneração.

7.3. As candidaturas terão formato igualitário quanto ao quantitativo, formato, tamanho e materiais utilizados para divulgação e quanto à disponibilidade de acesso aos eleitores, de modo a impedir o abuso de poder econômico.

7.4. Não será permitida campanha durante reuniões pedagógicas, reuniões com pais e atendimentos pedagógicos no horário de trabalho.

7.5. As regras, os limites, os meios permitidos e as vedações aplicáveis à propaganda eleitoral, interna e externa, poderão ser complementados por ato normativo específico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

7.6. O descumprimento das regras deste item será analisado pela Comissão Eleitoral e, confirmada a irregularidade, poderá acarretar a cassação do registro da candidatura.

8 – DAS CONDUTAS VEDADAS E DAS INFRAÇÕES ELEITORAIS

8.1. Ficam vedadas as seguintes condutas aos candidatos e apoiadores durante o ano eleitoral (art. 37 da Lei):

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público ou a coligações político-partidárias;

II – usar serviços ou materiais custeados por outrem que não o próprio candidato;

III – fazer qualquer forma de associação de sua imagem a questões político-partidárias ou religiosas;

IV – realizar qualquer ato que possa ser considerado troca de favores ou benefícios por votos;

V – realizar ato que configure abuso de autoridade;

VI – utilizar recursos financeiros não compatíveis com a renda do próprio candidato, não sendo permitidas doações de qualquer espécie aos candidatos;

VII – prestar falso testemunho ou falsas declarações com o intuito de desacreditar outro candidato;

VIII – fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, que ofenda a dignidade ou o decoro de alguém ou dilapide o patrimônio público e privado, em desacordo com o Estatuto do Servidor Público Municipal;

IX – falsificar, no todo ou em parte, documento público, alterar documento público verdadeiro ou fazer uso deles para fins eleitorais;

X – violar ou tentar violar o sigilo do voto;

XI – divulgar, sob qualquer forma, fato que sabe inverídico em relação a si ou a outros candidatos, capaz de exercer influência sobre o eleitorado;

XII – distribuir mercadorias, utilidades, prêmios ou sorteios, ou conceder qualquer vantagem, visando angariar voto ou obter abstenção;

XIII – praticar, o membro da Mesa Eleitoral, ou permitir que seja praticada qualquer irregularidade que determine a anulação da votação;

XIV – coagir ou aliciar subordinado em favor ou desfavor de candidatura registrada;

XV – usar do poder econômico ou do desvio ou abuso do poder de qualquer autoridade para obstar a liberdade do voto.

8.2. As denúncias por descumprimento das regras de campanha poderão ser apresentadas à Comissão Eleitoral a qualquer tempo durante o período eleitoral, encerrando-se o prazo 24 (vinte e quatro) horas antes do início da votação.

8.3. Recebida a denúncia, a Comissão Eleitoral notificará imediatamente o candidato ou a chapa representada para, querendo, apresentar defesa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da notificação, e proferirá decisão em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do prazo de defesa, por maioria simples de seus membros, sobre a cassação ou a manutenção do registro, com divulgação imediata nos meios oficiais de publicação.

8.4. Sujeita-se às mesmas sanções o servidor que concorrer para a prática da infração eleitoral ou dela se beneficiar cientemente.

8.5. Verificada a seriedade da denúncia pela Comissão Eleitoral, o Secretário Municipal de Educação poderá determinar a apuração dos fatos e das responsabilidades funcionais do servidor, na forma do art. 39 da Lei.

9 – DOS ELEITORES

9.1. Terão direito a voto:

I – cada família, com direito a 01 (um) voto, podendo votar apenas um dos responsáveis pelo(s) estudante(s) matriculado(s) na unidade, mediante apresentação de documento oficial com foto;

II – os membros do Magistério Público Municipal e os demais servidores públicos efetivos dos quadros de apoio e serviços escolares em efetivo exercício na unidade escolar.

9.2. Ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento de ensino, ainda que seja pai ou responsável por mais de um educando, represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções, devendo optar por um dos segmentos.

9.3. Caberá à secretaria da unidade escolar emitir a lista de votantes, por segmento, para conferência dos eleitores na data do pleito pelo Conselho Escolar.

9.4. Somente poderão votar os eleitores constantes da lista de votantes que comparecerem ao local de votação munidos de documento oficial de identificação com foto. É expressamente proibida a votação por representação ou procuração.

10 – DA VOTAÇÃO

10.1. A eleição será realizada no dia **27 de novembro de 2026** (última sexta-feira de novembro), das **08h00 às 19h00**, exclusivamente nas unidades escolares, que permanecerão abertas normalmente no dia do pleito.

10.2. O voto é direto, secreto e facultativo.

10.3. Cada unidade escolar receberá urna própria, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, que será colocada em local de fácil acesso e monitoramento pelos fiscais.

10.4. As cédulas de votação serão confeccionadas em cores distintas para cada segmento: uma cor para pais/responsáveis e outra para membros do Magistério e Servidores de Serviço e Apoio Escolar.

10.5. Cada chapa poderá indicar 02 (dois) fiscais, devidamente cadastrados junto à Comissão Eleitoral até **19/11/2026**, para acompanhar a votação e a apuração, além de 01 (um) mesário para compor a Mesa Receptora e Apuradora, previamente registrado em ata e ratificado pela Comissão Eleitoral.

10.6. A Mesa Receptora conferirá a documentação exigida e colherá a assinatura do eleitor na lista de votantes confeccionada pelo Secretário Escolar.

10.7. A votação somente terá validade se a participação mínima do segmento pais/responsáveis atingir **20% (vinte por cento)** e a do segmento Magistério/Servidores atingir **50% (cinquenta por cento)** do respectivo universo de eleitores.

10.8. Não atingido o percentual mínimo em qualquer dos segmentos, será realizada nova votação no prazo de 07 (sete) dias (**04/12/2026**), mantidas as regras deste Edital. Persistindo a ausência de participação mínima, caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo a indicação do(a) Diretor(a) e, se for o caso, do(a) Vice-Diretor(a), vedada a indicação de membros das chapas que concorreram no pleito.

11 – DA APURAÇÃO E DA CONTABILIZAÇÃO DOS VOTOS

11.1. A apuração será realizada no próprio estabelecimento de ensino, imediatamente após o encerramento da votação, pela Mesa Receptora e Apuradora, na presença dos candidatos e de seus fiscais.

11.2. Os votos serão contados separadamente por segmento, devendo os **resultados brutos** de cada segmento ser registrados em ata específica, **sem a aplicação de qualquer fator de ponderação nesta etapa**.

11.3. A ata de apuração local, as urnas lacradas e os demais materiais do pleito serão assinados pelos mesários, fiscais e candidatos presentes e entregues no mesmo dia, por membro designado, à Comissão Eleitoral, mediante recibo de entrega e termo de lacre.

11.4. É vedada, na etapa de apuração local, a proclamação de resultado ou qualquer manifestação pública ou em meios digitais, inclusive redes sociais e aplicativos de mensagens, que anuncie ou sugira o vencedor.

11.5. De posse das atas de todas as unidades, a Comissão Eleitoral, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da última ata, convocará os candidatos e fiscais para **sessão pública de aplicação da fórmula de contabilização**, cujos cálculos e resultados serão registrados em ata.

11.6. A contabilização observará a seguinte fórmula (art. 32 da Lei):

TOTAL DA CHAPA = (votos dos pais/responsáveis × 1) + (votos do Magistério e servidores efetivos de apoio e serviços escolares × 3)

11.7. Será considerada eleita a chapa que obtiver o maior total, apurado na forma do item 11.6.

11.8. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais chapas, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios, considerando-se o(a) candidato(a) a Diretor(a) (art. 33 da Lei):

I – maior número de votos no segmento do Magistério e dos servidores de apoio e serviços escolares;

II – maior titulação acadêmica na área de Educação ou Gestão Escolar, na seguinte ordem: Doutorado, Mestrado e Especialização;

III – maior carga horária acumulada em cursos de formação continuada e capacitação em gestão escolar ou educação;

IV – maior tempo de efetivo serviço público prestado ao Município de Itaperuçu no cargo efetivo;

V – maior idade.

12 – DA ACLAMAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

12.1. Concluída a aplicação da fórmula, a Comissão Eleitoral procederá à aclamação do resultado em sessão pública.

12.2. O resultado aclamado não produzirá efeitos definitivos nem investirá o candidato na função até sua homologação pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Turismo e pelo Conselho Municipal de Educação, no prazo de até 15 (quinze) dias da aclamação, com publicação no órgão oficial de imprensa do Município.

12.3. Somente após a publicação da homologação o resultado será considerado oficial e definitivo, sendo nula e sem qualquer efeito jurídico ou administrativo toda proclamação de vitória anterior a essa publicação.

12.4. É vedado a candidatos, fiscais, membros da Comissão Eleitoral, do Conselho Escolar ou do Conselho Municipal de Educação, bem como a qualquer pessoa, anunciar, proclamar, declarar ou sugerir, por qualquer meio, vitória, derrota ou qualquer resultado antes da publicação da homologação.

12.5. O candidato que proclamar ou permitir, por ato próprio ou de pessoas a ele vinculadas, a divulgação antecipada de resultado favorável a si estará sujeito, após processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, às seguintes sanções, isolada ou cumulativamente: advertência formal pela Comissão Eleitoral; cassação do registro de candidatura; ou, se já eleito e não empossado, sustação da homologação até a apuração dos fatos.

13 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

13.1. As impugnações e os recursos não terão efeito suspensivo.

13.2. Qualquer membro da comunidade escolar poderá formular, por escrito, pedido de impugnação à Comissão Eleitoral, preferencialmente no modelo do **Anexo VI**, vedado o anonimato. Não será conhecida a impugnação cujo autor não possa ser identificado.

13.3. Dissolvida a Mesa Eleitoral, as impugnações referentes ao pleito serão recebidas pela Comissão Eleitoral até às 18h do primeiro dia útil subsequente à eleição, e decididas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com notificação dos requerentes.

13.4. A Comissão Eleitoral apreciará e julgará os recursos que lhe forem dirigidos no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13.5. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso administrativo ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, interposto perante a própria Comissão até às 18h do primeiro dia útil subsequente à notificação ou publicação do ato. A Comissão poderá reconsiderar sua decisão em 24 (vinte e quatro) horas ou encaminhar o recurso instruído ao Secretário, que decidirá em caráter final e irrecorrível em até 03 (três) dias úteis.

14 – DO CRONOGRAMA

14.1. O cronograma geral do processo de escolha consta do **Anexo I**, que integra este Edital.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O desempenho das atividades da Comissão Eleitoral é considerado de relevante interesse da Administração Municipal e terá prioridade sobre o exercício de cargo público municipal.

15.2. Os atuais ocupantes das funções de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) permanecerão em exercício até o último dia letivo de 2026, data da transição e da posse dos eleitos, cabendo-lhes apresentar as questões de planejamento, documentação e prestação de contas. Na hipótese de atraso na homologação do pleito ou de vacância sem sucessor eleito, permanecerão em exercício provisório até a posse ou a designação interina.

15.3. Os eleitos deverão apresentar, anualmente, relatório sobre a situação da escola ao Conselho Escolar, nos termos do art. 11 da Lei.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, em conjunto com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação, com base na Lei Municipal nº 1002/2026.

15.5. Integram este Edital: Anexo I – Cronograma; Anexo II – Quadro de Unidades Escolares, Tipologia e Vagas; Anexo III – Ficha de Inscrição; Anexo IV – Declaração de Concordância e Aceitação das Condições Gerais; Anexo V – Plano de Ação; Anexo VI – Formulário de Impugnação/Recurso.

Itaperuçu, __ de setembro de 2026.

JEFFERSON CECCON

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Portaria 45/2026 – 09/02/2026

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES(AS) E VICE-DIRETORES(AS) – GESTÃO 2027/2029

EVENTO	DATA / PRAZO	BASE LEGAL
Publicação do Edital de Convocação	Até 28/09/2026 (60 dias antes do pleito)	Arts. 7º, § 1º, e 19
Inscrição única (curso de formação + candidatura)	29/09/2026 a 06/10/2026	Arts. 7º, 22 e 24
Publicação dos convocados para o curso de formação	Até 08/10/2026	Art. 23
Recurso contra não convocação	Até 18h de 09/10/2026	—
Instituição da Comissão Eleitoral pelo CME	Até 09/10/2026	Art. 20
Formação I	10/10/2026 – 08h	Art. 7º, § 3º
Formação II	17/10/2026 – 08h	Art. 7º, § 3º
Avaliação de desempenho	17/10/2026 – 13h	Art. 7º, § 1º
Resultado da 1ª Etapa	19/10/2026	Art. 7º, § 2º
Recurso contra o resultado da 1ª Etapa	Até 18h de 20/10/2026	—
Relação final dos aprovados e classificados	22/10/2026	Art. 7º, § 2º
Entrega do Plano de Ação e confirmação das chapas	23/10/2026 e 26/10/2026	Arts. 22 e 24
Encaminhamento dos registros à Comissão Eleitoral	26/10/2026	Art. 24
Publicação da lista de candidatos inscritos (deferidos/indeferidos)	Até 06/11/2026	Art. 21, III
Recurso contra indeferimento (perante a Comissão)	Até 18h de 12/11/2026	Art. 43
Impugnação de registro pela comunidade escolar	Até 10/11/2026	Art. 44
Decisão do Secretário sobre recursos de indeferimento	Até 18/11/2026	Art. 43, § 2º
Julgamento das impugnações (após defesa em 24h)	Até 13/11/2026	Art. 44, parágrafo único
Publicação da homologação das candidaturas	Até 06/11/2026	Art. 24, § 1º
Republicação da homologação definitiva	Até 19/11/2026	Arts. 24, § 1º, e 40
Cadastro de fiscais e mesários das chapas	Até 19/11/2026	Art. 31, §§ 1º e 2º
Campanha eleitoral e afastamento dos candidatos de suas funções	20/11/2026 a 26/11/2026	Arts. 25 e 26
Prazo final para denúncias de campanha	26/11/2026, às 08h	Art. 37, § 1º
ELEIÇÃO (votação das 08h às 19h e apuração local)	27/11/2026	Arts. 30, 31 e 34
Impugnações referentes ao pleito	Até 18h de 30/11/2026	Art. 41, § 2º
Nova votação (somente nas unidades sem quórum mínimo)	04/12/2026	Art. 30, § 3º
Sessão pública de aplicação da fórmula e aclamação do resultado	Até 10 dias do recebimento da última ata (previsão: 14/12/2026)	Arts. 35 e 36
Homologação e publicação do resultado oficial	Até 15 dias da aclamação, antes do último dia letivo	Art. 36, § 2º
Transição e posse dos eleitos	Último dia letivo de 2026	Arts. 8º e 47

Obs.: as datas previstas para as fases posteriores ao pleito poderão ser antecipadas pela Comissão Eleitoral, respeitados os prazos máximos da Lei.

ANEXO II

QUADRO DE UNIDADES ESCOLARES, TIPOLOGIA E VAGAS

UNIDADE ESCOLAR	CÓDIGO INEP	MATRÍC. PARCIAL (A)	MATRÍC. INTEGRAL (B)	TOTAL (A + 2×B)	TIPO	VAGAS

Critérios (arts. 5º e 6º da Lei): **Tipo A** – total superior a 500 estudantes em tempo parcial ou superior a 250 em tempo integral: 01 Diretor(a) 40h + 01 Vice-Diretor(a) com carga horária do turno de sua atribuição. **Tipo B** – até 500 estudantes em tempo parcial ou até 250 em tempo integral: 01 Diretor(a) 40h. Base de matrículas: Censo Escolar/2026.

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO ÚNICA (CURSO DE FORMAÇÃO E CANDIDATURA)

PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR – GESTÃO 2027/2029

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

DADOS DA UNIDADE ESCOLAR	
Unidade escolar:	
Tipologia:	( ) Tipo A – Diretor + Vice-Diretor ( ) Tipo B – somente Diretor
Forma de inscrição:	( ) Em chapa completa ( ) Individual – função: ( ) Diretor(a) ( ) Vice-Diretor(a)

CANDIDATO(A) A DIRETOR(A)			
Nome completo:			
RG:		CPF:	
Matrícula funcional:		Carga horária:	

Formação acadêmica (curso):			
Nível:	( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado		
Tempo no Magistério Municipal:		Estável?	( ) Sim ( ) Não
Endereço residencial:			
Bairro / Cidade / UF:		CEP:	
Celular / WhatsApp:		E-mail:	

CANDIDATO(A) A VICE-DIRETOR(A) (somente unidades Tipo A)			
Nome completo:			
RG:		CPF:	
Matrícula funcional:		Carga horária:	
Formação acadêmica (curso):			
Nível:	( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado		
Tempo no Magistério Municipal:		Estável?	( ) Sim ( ) Não
Endereço residencial:			
Bairro / Cidade / UF:		CEP:	
Celular / WhatsApp:		E-mail:	

INDICAÇÃO DE FISCAIS E MESÁRIO PARA O DIA DO PLEITO (cadastro até 19/11/2026)			
Fiscal 01 – Nome:		RG / Celular:	
Fiscal 02 – Nome:		RG / Celular:	
Mesário – Nome:		RG / Celular:	

Itaperuçu, ____ de _____ de 2026.

_____

Candidato(a) a Diretor(a)

_____

Candidato(a) a Vice-Diretor(a)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR – GESTÃO 2027/2029

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, membro efetivo do Magistério Público Municipal de Itaperuçu, candidato(a) à função de ( ) Diretor(a) ( ) Vice-Diretor(a) na unidade escolar _____, **DECLARO** que:

I – estou ciente e concordo com as condições expressas na Lei Municipal nº 1002/2026 e no Edital de Convocação nº 001/2026, que dispõem sobre a escolha, o provimento e o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

II – preencho todos os requisitos previstos no art. 23 da referida Lei e no item 3 do Edital, e que são verdadeiras as informações e os documentos apresentados;

III – não concorro, simultaneamente, em outro estabelecimento de ensino;

IV – tenho conhecimento das condutas vedadas e das sanções previstas nos arts. 37 e 38 da Lei, inclusive da vedação à proclamação de resultado antes da publicação da homologação;

V – estou ciente de que o resultado somente será oficial após a homologação pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Turismo e pelo Conselho Municipal de Educação, publicada no órgão oficial do Município.

Itaperuçu, ____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura (com firma reconhecida)

ANEXO V

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO 2027/2029

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

IDENTIFICAÇÃO			
Candidato(a) a Diretor(a):			
Candidato(a) a Vice-Diretor(a):			
Unidade escolar:		Tipologia:	( ) A ( ) B

Orientação: entregar em 23 ou 26/10/2026, após o curso de formação. O Plano de Ação deve abranger os 03 (três) anos de mandato e contemplar as dimensões de gestão definidas no art. 11, § 6º, da Lei (administrativo-financeira, pedagógica e democrática), com metas verificáveis que servirão de base para os relatórios anuais ao Conselho Escolar.

DIMENSÃO	**META**	**AÇÕES (O QUE / COMO)**	**PRAZO / ANO**	**RESPONSÁVEIS**	**INDICADOR DE RESULTADO**
Gestão pedagógica					
Gestão pedagógica					
Gestão pedagógica					
Gestão administrativo-financeira					
Gestão administrativo-financeira					
Gestão administrativo-financeira					
Gestão democrática					
Gestão democrática					
Gestão democrática					

Itaperuçu, ____ de _____ de 2026.

_____

Candidato(a) a Diretor(a)

_____

Candidato(a) a Vice-Diretor(a)

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE IMPUGNAÇÃO / RECURSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (vedado o anonimato)			
Nome completo:			
RG:		CPF:	
Segmento:	( ) Pai/mãe/responsável ( ) Magistério ( ) Servidor de apoio ( ) Candidato(a)		
Unidade escolar:			
Telefone / E-mail:			
TIPO DE PEDIDO			
( ) Recurso contra não convocação ao curso ( ) Recurso contra resultado da 1ª Etapa ( ) Impugnação de registro de candidatura (até 10/11/2026) ( ) Denúncia de conduta vedada ( ) Impugnação referente ao pleito ( ) Recurso contra decisão da Comissão Eleitoral ( ) Recurso ao Secretário Municipal de Educação (interposto perante a Comissão)			
FUNDAMENTAÇÃO (descrever os fatos, indicar o dispositivo legal e anexar provas, se houver)			

Itaperuçu, ____ de _____ de 2026, às ____h____.

_____

Assinatura do(a) requerente

RECEBIDO PELA COMISSÃO ELEITORAL em ____/____/2026, às ____h____.

Assinatura: _____

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:28E861B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 034/2026-PMI

CONTRATO Nº. 113/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **ADEMIR DE SOUZA SILVA 09446576997, inscrita no CNPJ nº. 31.880.920/0001-75.**

OBJETO **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Pintura (cal) em meio-fio nas Ruas e Avenidas pertencentes ao Munícipio de Ivatuba -PR.**

FISCAL DESIGNADO: **Aland Nehring Wunderlich, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação	R$ Unit.	R$ Total
1.1	Metro Linear	100.000	Serviço de mão de obras para pintura em meio fio nas ruas e avenidas pertencentes ao munícipio, com cal, (a cal será fornecida pelo munícipio).	0,52	52.000,00
TOTAL					**52.000,00**

VALOR: **R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2026.**

TERMINO DA VIGÊNCIA: **30 de setembro de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 30 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:BB4D3325

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 55 2026

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA							
Estado do Paraná							
Exercício: 2026							
TERMO DE D ISPENSADE LICIT A Ç Ã O 55 / 2026							
DATA: 30/09/2026		**PROTOCOLO:** 104 / 2026			**PROCESSO:** 104		
CONTRATANTE							
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: MARCIELLI GONÇALVES FERREIRA DOS REIS							
CNPJ: 37.522.611/0001-00					**Insc. Estadual:** ISENTO		
Endereço: AVENIDA TIRADENTES, 1008							
Bairro: CENTRO		**Cidade:** Jardim Olinda - PR			**CEP:** 87.690-010		
Telefone:							
OBJETO							
Contratação de empresa especializada para aquisição de garrafas 600 ml personalizadas destinadas aos professores da rede municipal de ensino, em razão das comemorações alusivas ao Dia dos Professores.							
JUSTIFICATIVA							
AUTORIZAR a contratação da empresa MARCIELLI GONÇALVES FERREIRA DOS REIS - MEI para Contratação de empresa especializada para aquisição de garrafas 600 ml personalizadas destinadas aos professores da rede municipal de ensino, em razão das comemorações alusivas ao Dia dos Professores, pelo valor de R$ 2.236,00 (dois mil duzentos e trinta e seis reais) por DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.							
DESPESA							
Programática		**Fonte**	**Descrição**				
04002123610401207033903200000		10104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
04002123650401206833903200000		10104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
04002123650401206933903200000		10104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
ITEM(S)							
Lot	**Orde**	**Item**	**Descrição**	**Unidade**	**Qtde.**	**V. Unitário**	**V. Total**
1	1	32223	Garrafa térmica em aço inoxidável 600 ml personalizada	UN	40.00	55,90	2.236,00
Total:							**2,236.00**
EMBASAMENTO LEGAL							
Nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico.							
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL							
WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA							
Prefeito Municipal							

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:72971A4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 186.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Decreto nº 186/2026 de 18/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.643.150,00 (um milhão seiscentos e quarenta e três mil cento e cinqüenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO-GPRE	
02.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
02.002.04.124.0002.2.083.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
48 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.1.002.		REEQUIPAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	

50 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
84 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.150,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
149 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
173 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
309 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.074.		ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS	
399 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.074.		ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS	
408 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	120.000,00
		FÍSICA	
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
645 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
654 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
722 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
723 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	
07.003.15.451.0017.1.070.		RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
780 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	104.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1052 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1076 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1077 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1085 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1088 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1325 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1401 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1426 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1648 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0013.2.131.		MANUTENçãO E EXPANSãO DA REDE DE ILUMINAçãO PúBLICA	
1661 - 3.3.90.30.00.00	01507	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
		Total Suplementação:	**1.643.150,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO-GPRE	
02.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
02.002.04.124.0002.2.083.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
36 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
81 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.150,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
151 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
171 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
05.001.04.122.0008.2.123.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEIC	
242 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC	
05.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
05.002.22.661.0008.1.003.		INCENTIVO A INSTALAçãO INDUSTRIAL	
248 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
276 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.365.0010.1.032.		CONSTRUÇÃO DE CRECHES	
335 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.1.007.		AQUISIçãO DE VEíCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	
349 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.018.		MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	
379 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.1.010.		REEQUIPAMENTO E AMPLIAçãO DE UNIDADES PRé-ESCOLARES E CRECHES	
420 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
428 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
440 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.1.091.		CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO	
546 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
652 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.08.244.0015.1.097.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
674 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.08.244.0015.2.031.		MANUTENçãO DO CEMITéRIO MUNICIPAL	
690 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.018.		REEQUIPAR USINA DE ASFALTO	
698 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.076.		IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA	
700 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.076.		IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA	
701 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	

07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
706 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
718 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.781.0017.1.085.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL	
730 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	19.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.781.0017.1.085.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL	
731 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.781.0017.2.033.		MANUTENçãO DO AEROPORTO MUNICIPAL	
735 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.1.016.		REEQUIPAR PARQUE DE MáQUINAS	
737 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.1.066.		REFORMA E READEQUAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	
739 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.1.067.		RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
751 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.137.		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	
812 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1048 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1064 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1087 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.054.		MANUTENçãO DE ATENDIMENTO ODONTOLóGICO	
1119 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.058.		MANUTENçãO DE CONVêNIO DO CONSóRCIO INTERMUNICIPAL DE SAúDE	
1136 - 3.3.72.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1148 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1187 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1191 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	71.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1197 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	14.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1199 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1202 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.099.		CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA MANUTENÇÃO DO CIUNEP - SAMU	
1347 - 3.1.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	

16.002.15.452.0013.1.104.		EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
1652 - 4.4.90.51.00.00	01507	OBRAS E INSTALAÇÕES	90.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0013.1.104.		EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
1653 - 4.4.90.52.00.00	01507	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.17.512.0017.2.134.		REPAROS E CONSERVAçãO DE GALERIAS PLUVIAIS	
1741 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
17.001.04.122.0016.2.136.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB	
1767 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
		Total Redução:	**1.643.150,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:E9B6C603

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 ARP Nº203/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2025-PML

PREGÃO ELETRÔNICO Nº091/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº165/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA

EMPRESA CONTRATADA: MARCOS LOPES DE SOUZA PANIFICADORA ME

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado na Ata de Registro de Preços ora aditivada, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **MARCOS LOPES DE SOUZA PANIFICADORA ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito a Avenida Brasil, nº 814, Centro, Telefone: (44) 99956-9946, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.800.587/0001-49, neste ato por seu representante legal, Senhor Marcos Lopes de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 031.356.829-43, RG nº 7.839.055-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Natalício Alves da Silva, nº 271, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços de nº203/2025-PML, Pregão Eletrônico nº091/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Ata tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de salgados, lanche natural, bolos, frios, chá e café, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr.

CLAUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços nº203/2025-PML, possui amparo no Art.84 da Lei 14.133/2021, onde dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.84 da Lei 14.133/21, resolvem aditivar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº203/2025-PML, por mais 12 (doze) meses, considerando a vantajosidade de sua prorrogação devidamente comprovada pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA QUARTA

Considerando a prorrogação do prazo de vigência a data de vencimento da Ata de Registro de Preços nº203/2025-PML será dia 24/10/2027.

CLAUSULA QUINTA

A presente prorrogação não implicará **atualização periódica dos preços registrados,** permanecendo os valores já pactuados.

O fornecimento dar-se-á com o restabelecimento de saldo, observado o quantitativo e o limite financeiro conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	CAFÉ PURO ADOÇADO SUAVEMENTE.	LITRO	400 (com restabelecimento de saldo)	14,80	5.920,00
2	BOLO RECHEADO COM LEITE CONDENSADO E COBERTURA.	KG	200 (com restabelecimento de saldo)	67,90	13.580,00
3	SALGADO TIPO QUIBE.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	106,90	32.070,00
4	SALGADO TIPO RIZZOLLES DE CARNE BOVINA.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	102,50	30.750,00
5	SALGADO TIPO RIZZOLLES DE PRESUNTO E QUEIJO.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	100,50	30.150,00
6	SALGADO TIPO COXINHA DE CARNE DE FRANGO.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	103,50	31.050,00
7	SALGADO TIPO BOMBINHAS DE CARNE DE FRANGO.	CENTO	300	122,50	36.750,00

			(com restabelecimento de saldo)		
8	SALGADO TIPO PÃO DE QUEIJO.	KG	300 (com restabelecimento de saldo)	46,50	13.950,00
9	BOLO COM COBERTURA SABORES VARIADOS.	KG	600 (com restabelecimento de saldo)	42,50	25.500,00
10	SALGADO TIPO COXINHA DE CARNE BOVINA.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	100,50	30.150,00
11	SALGADO TIPO RIZZOLLES DE CARNE DE FRANGO.	CENTO	300 (com restabelecimento de saldo)	101,50	30.450,00
12	MINI PÃO FRANCÊS LANCHE NATURAL (PRESUNTO, MUSSARELA E ALFACE).	UN	15000 (com restabelecimento de saldo)	3,79	56.850,00
13	CHÁ MATE ADOÇADO SUAVEMENTE.	LITRO	500 (com restabelecimento de saldo)	13,90	6.950,00
14	SALGADO ASSADO TIPO ESFIRRA DE CARNE BOVINA.	KG	300 (com restabelecimento de saldo)	78,80	23.640,00
15	SALGADO ASSADO TIPO ESFIRRA DE CARNE DE FRANGO.	KG	150 (com restabelecimento de saldo)	76,80	11.520,00
16	SALGADO ASSADO TIPO ENROLADINHO DE SALSICHA.	KG	150 (com restabelecimento de saldo)	71,80	10.770,00
17	SALGADO ASSADO TIPO ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO.	KG	150 (com restabelecimento de saldo)	67,80	10.170,00
18	QUEIJO, TIPO MUÇARELA, DE 1ª QUALIDADE. A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE, FATIADO (LÂMINAS DE 20 G), REFRIGERADO. APRESENTAR PESO NA EMBALAGEM CONFORME SOLICITAÇÃO. DEVERÁ CONTER TODOS OS CERTIFICADOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	KG	600 (com restabelecimento de saldo)	60,80	36.480,00
19	APRESUNTADO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALADO EM PEÇA, COZIDO, OBTIDO DE CARNES DE SUÍNO SADIO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES, DE MISTURA HOMOGÊNEA, SEM APARÊNCIA GORDUROSA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE, FATIADO (LÂMINAS DE 20G), REFRIGERADO. APRESENTAR PESO NA EMBALAGEM CONFORME SOLICITAÇÃO. DEVERÁ CONTER TODOS OS CERTIFICADOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	KG	600 (com restabelecimento de saldo)	34,80	20.880,00
VALOR TOTAL.....R$ 457.580,00					

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº203/2025-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº203/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 16 de setembro de 2.026.

Contratante:

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

Empresa Detentora:

MARCOS LOPES DE SOUZA

Marcos Lopes de Souza Panificadora ME

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6A5AA3C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0295/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0295/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0295/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		**MATR.**	**1012202**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	UCA-9B06

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE**		**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**	**DESTINO**	**UF**		
19/09/2026	29/09/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	04

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	

PACIENTES CASCAVEL/PR ;
AGAPITO RODRIGUES (DIA 29/09/2026) .
DOMINGOS CARBONERA (DIA 21/09/2026) .
HEITOR MATIAS DA SILVA (DIA 24/09/2026) .
SEBASTIÃO CRUGUER (DIA 19/09/2026) .

Manfrinópolis – PR, 29 de setembro de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:B814F95A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026. EMPRESA: Rodrize Mecânica de Caminhões Ltda, inscrito no CNPJ nº 04.325.195/0001-09, inscrição estadual nº 9042073730, doravante designada DETENTORA DA ATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de veículos do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
1	Alavanca de Comando - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	849,42	849,42	KMP
3	Amortecedor Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	1.067,22	4.268,88	COFAP
6	Anel Sincronizado Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	457,38	2.744,28	REX
13	Atuador de turbina - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.103,65	3.103,65	BIAGIO
42	Bucha estabilizador grande - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	98,01	392,04	REI
43	Buchas barra estabilizadora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	87,12	522,72	REI
44	Buchas de Comando - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	163,35	980,10	REI
45	Bucha da suspensão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	16	UND	326,70	5.227,20	REI
46	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	707,85	707,85	WABCO
47	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	925,65	925,65	WABCO
48	Cabeçote completo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	16.117,20	16.117,20	GENUINO
49	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.306,80	1.306,80	GENUINO
50	Cabo acionamento caçamba - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	381,15	381,15	CABOVEL

56	Camisa de cilindro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	1.579,05	9.474,30	VARGA
57	Cano de bico injetor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	707,85	4.247,10	BOSCH
61	Cano saída motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	699,00	2.796,00	FABBOF
62	Carcaça do volante do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.999,00	6.999,00	MTE THOMSON
63	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.999,00	4.999,00	REI
64	Cárter do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	ATOS
65	Catalisador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.999,00	6.999,00	VANZIN
66	Catraca de Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	18	UND	599,00	10.782,00	LNG
67	Chicote do injetor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	1.999,00	11.994,00	BOSCH
68	Chicote elétrico do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.999,00	3.999,00	BOSCH
69	cilindro aux embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	VARGA
70	Cilindro mestre embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	VARGA
71	Coifa Cardan Cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	299,00	598,00	REI
72	coletor escape - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	INDISA
73	Comando de valvulas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.999,00	2.999,00	KMP
74	Compressor de Ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.999,00	4.999,00	WABCO
75	Compressor de ar condionado - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.999,00	2.999,00	WABCO
76	Condensadora de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	GENUINO
77	Cone sincronizador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
78	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.999,00	6.999,00	REX
79	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.999,00	3.999,00	GENUINO
80	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REX
81	Corpo Sincronizador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REX
82	Correia da direção hidráulica - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	299,00	598,00	GATES
83	Correia Do Motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	199,00	398,00	GATES
84	Correia do ventilador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	299,00	598,00	GATES
85	Coxim do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	499,00	3.992,00	REI
86	Cruzeta Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	399,00	2.394,00	REI
87	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	999,00	5.994,00	KNORR
88	Cuica de Freio Traseira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	12	UND	999,00	11.988,00	KNORR

89	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	489,00	489,00	FABBOF
90	curva freio motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	FABBOF
91	Diafragma cuica de freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	189,00	756,00	KNORR
92	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.999,00	6.999,00	BOSCH
93	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	5.989,50	5.989,50	PATRAL
94	Eixo dos balancins - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	899,00	7.192,00	COFAP
95	Eixo Entalhado - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	PATRAL
96	Eixo intermediário - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.999,00	6.999,00	PATRAL
97	Eixo Piloto - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	REX
98	Eixo Primairo Cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.999,00	3.999,00	REX

99	Eixo Segundario Cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.999,00	4.999,00	PATRAL
100	Eixo Setor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	BOSCH
101	Eletro ventilador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	PATRAL
102	Embreagem viscosa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	GENUINO
103	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	899,00	1.798,00	PATRAL
104	engrenagem 1a - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REX
105	Engrenagem 2ª - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
106	Engrenagem 3ª - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REX
107	Engrenagem 4ª - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REX
108	Engrenagem 5ª - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
109	Engrenagem 6° marcha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
110	Engrenagem 7ª marcha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
111	Engrenagem 8ª marcha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
112	Engrenagem caixa de tração - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.499,00	4.499,00	REX
113	Engrenagem Ré - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	899,00	899,00	REX
114	Engrenagem do comando de válvula - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
115	Escapamento silencioso - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.999,00	2.999,00	GENUINO
116	Espelho retrovisor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	299,00	598,00	UNIVERSAL
117	Espiga do Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	REI
118	Esticador Correia Motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	799,00	799,00	GATES
119	Pisante do paralama estribo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	399,00	798,00	LUMINAR
120	Evaporadora de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.299,00	2.299,00	GENUINO
121	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	20	UND	129,00	2.580,00	3M
122	Fechadura da porta completa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	1.299,00	2.598,00	GENUINO
123	Fechadura De Capo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
124	Fechadura traseira cabine - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	799,00	799,00	GENUINO
125	Feixe De Molas Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	4.499,00	8.998,00	REX
126	Feixe de Molas Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	6.199,00	12.398,00	REX
127	Flange câmbio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	LNG
128	Flange do Cardan com orelha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	REI
129	Flange do central do cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REI
130	Flange pinhão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	LNG
131	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	FLEX
132	Flexivel Do Filtro Motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	499,00	998,00	FLEX
133	Flexivel Do Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	119,00	714,00	FLEX
134	Garfo de embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	499,00	499,00	REX
135	Garfo de Engate - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.199,00	2.199,00	REX
136	Gás 141B para ar condicionado - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	GENUINO
137	Gás R134 para ar condicionado - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
138	Grade Dianteira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	AMERICAPARTS
139	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	189,00	189,00	REI
140	Hélice do ventilador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	1.499,00	2.998,00	WIND
141	Intercooler - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.999,00	3.999,00	VISCONDE
142	Junta da tampa de válvulas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	319,00	319,00	KNORR
143	Junta do cabeçote - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
144	Junta do cárter - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	189,00	189,00	ATOS
145	Junta do coletor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	189,00	189,00	INDISA

146	Jogo de junta completo de caixa de cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	PATRAL
147	,	1	UND	1.999,00	1.999,00	SABÓ
148	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.499,00	2.499,00	PATRAL
149	Juntas do coletor de escape - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	159,00	954,00	INDISA
150	Kit disco de embreagem e plato - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	5.199,00	5.199,00	FRUM
151	Kit retentores de cubos - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	899,00	899,00	SABBO
152	Kit reparo dos injetores - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	BOSCH
153	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	799,00	799,00	PATRAL
154	Lona de Freio Dianteira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	16	UND	599,00	9.584,00	LONA FLEX
155	Lona de Freio Traseira - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	40	UND	749,00	29.960,00	LONA FLEX
156	Luva Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	REI
157	Luva de Engate - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.299,00	1.299,00	LNG
158	Luva Deslizante - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.599,00	1.599,00	LNG
159	Maçaneta de porta externa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	249,00	249,00	GENUINO
160	Mancal do comando - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.199,00	1.199,00	KMP
161	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	LNG
162	Mangueira da Turbina - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	457,38	457,38	FLEX
163	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	299,00	2.392,00	FLEX
164	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.499,00	2.499,00	FLEX
165	Mangueira do intercooler - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	499,00	499,00	FLEX
166	Máquina de vidro direita - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
167	Máquina de vidro esquerda - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
168	Mola Patim Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	189,00	1.512,00	REX
169	Palheta limpador de parabrisa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	299,00	1.196,00	AMERICA
170	Parachoque dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.579,05	1.579,05	AMALCABURIO
171	Paralama - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.499,00	2.499,00	LUMINAR
172	Parabrisa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.099,00	3.099,00	AMERICA
173	Parafuso Caixa satélite - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	30	UND	69,00	2.070,00	REX
174	Parafuso Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	26	UND	26,00	676,00	REX
175	Parafuso coroa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	42	UND	59,00	2.478,00	REX
176	Parafuso da Roda - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	70	UND	29,00	2.030,00	REX
177	Parafuso do cabeçote - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	26	UND	149,00	3.874,00	REX
178	Patim de freio dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	699,00	2.796,00	ORLI
179	Patim de Freio Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	799,00	6.392,00	ORLI
180	Peito De Aco Suspensao - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	2.499,00	14.994,00	GENUINO
181	Pescador de óleo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	499,00	499,00	TRW
182	Pistão do Compressor ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	KMP
183	Pistão do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	1.299,00	7.794,00	KMP
184	Planetária - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.599,00	1.599,00	CINPAL
185	Polia Anti Vibradora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.395,80	2.395,80	BOSCH

186	Polia auxiliar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	489,00	489,00	BOSCH
187	Polia do virabrequim - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.299,00	2.299,00	BOSCH
188	polia viscosa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.484,80	3.484,80	BOSCH
189	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	5.199,00	10.398,00	GENUINO
190	Ponteira Para-choque - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	999,00	1.998,00	LNG
191	Porca ajuste coroa - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	189,00	378,00	REX
192	Porca ajuste pinhão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	199,00	398,00	REI
193	Porca carcaça - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	79,00	474,00	REI
194	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	149,00	894,00	REI
195	Porca de Roda - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	70	UND	29,00	2.030,00	REI
196	Pratos das válvulas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	24	UND	130,68	3.136,32	KNORR
197	Pressostato de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
198	Prisioneiro do cabeçote - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	26	UND	149,00	3.874,00	REI
199	Radiador de água - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	5.199,00	5.199,00	VISCONDE
200	Rebite para lona de freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	600	UND	0,99	594,00	NAC
201	Relógio velocímetro completo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.099,00	3.099,00	12M
202	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	299,00	299,00	KNORR
203	Reparo valvula descarga ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	199,00	199,00	KNORR
204	Freio estacionário completo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.499,00	4.499,00	MASTER
205	Reparo valvula governadora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	299,00	299,00	KNORR
206	Reparo valvula pedal - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	129,00	129,00	KNORR
207	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	KNORR
208	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	299,00	299,00	KNORR
209	Kit completo de reparo da bomba de água - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK
210	Reservatorio de agua - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	399,00	399,00	BEPO
211	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	BEPO
212	Resistência do eletro ventilador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	ZF
213	Kit completo de retentor da roda - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	SABBO
214	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	149,00	149,00	SUSIN
215	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	259,00	259,00	SUSIN
216	Retentor do pinhão do diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	399,00	399,00	PATRAL
217	Roda em alumínio na medida R22,5 - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	2.999,00	17.994,00	BZ
218	Kit completo de rolamento do diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.499,00	4.499,00	LNG
219	Rolamento do berço - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	LNG
220	Rolamento dos cubos - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	499,00	3.992,00	LNG

221	Selo de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	149,00	149,00	NAC
222	Rolete Do Patim Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	26	UND	189,00	4.914,00	LNG
223	Sensor de pressão do óleo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	179,00	179,00	BOSCH
224	Sensor de pressão do combustível - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	BOSCH
225	Sensor de rotaçao - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	399,00	399,00	BOSCH
226	Sensor de temperatura do ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	BOSCH
227	Sensor de temperatura do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	399,00	399,00	BOSCH
228	Sensor Oleo Motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	BOSCH
229	Sensor Pressão de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	799,00	799,00	BOSCH
230	Servo freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.999,00	3.999,00	MASTER
231	Silencioso - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.599,00	2.599,00	FABBOF
232	Sino Diferencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.199,00	3.199,00	PATRAL
233	suporte cabine dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	699,00	1.398,00	REI
234	suporte cabine traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	799,00	1.598,00	REI
235	Suporte Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	1.199,00	4.796,00	REI
236	Suporte do filtro de óleo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.499,00	2.499,00	REI
237	Suporte do mancal central - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	REI
238	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	1.499,00	2.998,00	REI
239	Suporte Motor Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	1.199,00	2.398,00	REI
240	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	2.099,00	8.396,00	FRUM
241	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	2.499,00	19.992,00	FRUM
242	Tampa Do Radiador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	199,00	199,00	VISCONDE
243	Tampa tanque de combustível - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	299,00	299,00	CLICK
244	Tanque de arla - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.192,65	4.192,65	CLICK
245	Tanque de Combustível - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	6.299,00	6.299,00	CLICK
246	Tensor da correia - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	REX
247	Terminal de Direção Lado direito - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	699,00	1.398,00	REI
248	Terminal de Direção lado esquerdo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	699,00	1.398,00	REI
249	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	599,00	1.198,00	REI
250	Valvula freio mão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	599,00	1.198,00	KNORR
251	Terminal De Embreagem - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	99,00	198,00	REI
252	Termostato de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	707,85	707,85	MTE
253	Tirante estabilizador - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	899,00	3.596,00	GENUINO
254	Trambulador marcha - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.299,00	1.299,00	RX
255	Trava Aranha Roda - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	129,00	1.032,00	REI
256	Trava do eixo piloto - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	189,00	1.512,00	REX
257	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	70,78	283,12	REI
258	Turbina - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	9.256,50	9.256,50	BIAGIO
259	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.499,00	1.499,00	KNORR
260	Valvula alivio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	KNORR

261	Valvula APU - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.399,00	2.399,00	KNORR
262	Valvula de Admissão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	199,00	199,00	KNORR
263	Valvula de escape - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	249,00	249,00	KNORR
264	Valvula de pressão do arla - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.599,00	1.599,00	KNORR
265	Valvula de Retorno - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	189,00	189,00	KNORR
266	Valvula descarga ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	999,00	999,00	KNORR
267	Valvula descarga rápida - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	KNORR
268	Valvula Do Rele Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.299,00	1.299,00	KNORR
269	Válvula do freio estacionário - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.899,00	1.899,00	KNORR
270	Valvula governadora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	699,00	699,00	KNORR
271	Valvula relê quatro circuito - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.999,00	1.999,00	KNORR
272	Valvula relê simples circuito - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	899,00	899,00	KNORR
273	Valvula termostatica - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	799,00	799,00	KNORR
274	Vareta de nível - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	299,00	299,00	NAC
275	Veda escapamento - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	189,00	378,00	GENUINO
276	Virabrequim - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	9.692,10	9.692,10	SUSIN
277	Volante do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	3.499,00	3.499,00	GENUINO
278	Alavanca de Comando - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	699,00	699,00	KMP
279	Amortecedor cabine - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	1.199,00	4.796,00	COFAP
280	Amortecedor Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	899,00	3.596,00	COFAP

281	Aneis de Pistão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	18	UND	683,10	12.295,80	REX
282	Anel De Vedacao Molas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	79,00	316,00	REX
283	Anel Sincronizado Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	399,00	2.394,00	REX
284	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	336,60	1.346,40	REI
285	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	39,00	156,00	REI
286	Arruela cubo Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	39,00	312,00	REI
287	Arruela De Molas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	20	UND	9,99	199,80	REX
288	Arruela Difrencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	20	UND	49,00	980,00	REI
289	Arruelas de encosto - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	20	UND	89,00	1.780,00	REI
290	Atuador da turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.799,00	2.799,00	BIAGIO
291	Atuador do freio motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.899,00	1.899,00	MASTER
292	Balancim comando de valvula - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	792,00	792,00	KMP
293	Barra de Direção Curta - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.199,00	1.199,00	WR
294	Barra estabilizadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	1.399,00	2.798,00	PATRAL
295	Bico injetore - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	2.899,00	17.394,00	BOSCH
296	Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	1.099,00	8.792,00	KMP
297	Bloco de motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	17.999,00	17.999,00	AUTOLINEA
298	Bobina de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	499,00	499,00	NAC
299	Bomba alimentadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.199,00	2.199,00	SCHADEK
300	Bomba de água - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.299,00	1.299,00	SCHADEK
301	Bomba de alta pressão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	8.799,00	8.799,00	SCHADEK
302	Bomba de Arla - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.499,00	4.499,00	SCHADEK

303	Bomba de Baixa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.299,00	1.299,00	SCHADEK
304	Bomba de oleo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.099,00	2.099,00	SCHADEK
305	Bomba hidráulica da direção - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.499,00	3.499,00	SCHADEK
306	Bomba hidráulica levante da caçamba - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.099,00	4.099,00	SCHADEK
307	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	9.199,00	9.199,00	BOSCH
308	Borracha Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	199,00	1.592,00	REI
309	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	149,00	894,00	KNORR
310	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	399,00	2.394,00	KNORR
311	Braco Pitmam Direcao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	899,00	899,00	TRW
312	Bronzina de Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	12	UND	399,00	4.788,00	KMP
313	Bronzina de mancal - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	14	UND	499,00	6.986,00	MAHLE
314	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	249,00	996,00	REI
315	Bucha de Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	12	UND	239,00	2.868,00	REI
382	Engrenagem 2ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.188,00	1.188,00	REX
628	Cone sincronizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.599,00	1.599,00	GENUINO
629	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	6.399,00	6.399,00	REX
630	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.399,00	4.399,00	GENUINO
631	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.099,00	1.099,00	REX
632	Corpo Sincronizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.199,00	1.199,00	REX
633	Correia da direção hidráulica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	249,00	249,00	GATES
634	Correia Do Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	219,00	219,00	GATES
635	Correia do ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	249,00	249,00	GATES
636	Coxim do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	449,00	3.592,00	REI
637	Cruzeta Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	409,00	2.454,00	REI
638	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	949,00	5.694,00	KNORR
639	Cuica de Freio Traseira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	12	UND	999,00	11.988,00	KNORR
640	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	399,00	399,00	FABBOF
641	curva freio motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.899,00	1.899,00	FABBOF

642	Diafragma cuica de freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	149,00	596,00	KNORR
643	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	6.399,00	6.399,00	BOSCH
644	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	5.399,00	5.399,00	PATRAL
645	Eixo dos balancins - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	799,00	6.392,00	COFAP
646	Eixo Entalhado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.299,00	2.299,00	PATRAL
647	Eixo intermediário - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	6.599,00	6.599,00	PATRAL
679	Flange do Cardan com orelha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.099,00	1.099,00	REI
680	Flange do central do cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	899,00	899,00	REI
681	Flange pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.199,00	1.199,00	LNG
682	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-	1	UND	599,00	599,00	FLEX

	3F27					
683	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	449,00	449,00	FLEX
684	Flexivel Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	99,00	594,00	FLEX
685	Garfo de embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	449,00	449,00	REX
687	Gás 141B para ar condicionado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.199,00	1.199,00	GENUINO
829	Alavanca de Comando - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	KMP
830	Amortecedor cabine - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	1.398,38	5.593,52	COFAP
831	Amortecedor Dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	999,00	3.996,00	COFAP
832	Aneis de Pistão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	18	UND	769,00	13.842,00	REX
833	Anel De Vedacao Molas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	89,00	356,00	REX
834	Anel Sincronizado Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	399,00	2.394,00	REX
835	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	299,00	1.794,00	REI
836	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	39,00	156,00	REI
837	Arruela cubo Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	49,00	392,00	REI
839	Arruela Difrencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	20	UND	59,00	1.180,00	REI
840	Arruela de encosto - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	18	UND	99,00	1.782,00	REI
841	Atuador da turbina - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.188,30	3.188,30	BIAGIO
842	Atuador do freio motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.199,00	2.199,00	MASTER
843	Balancim comando de valvula - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	894,96	894,96	KMP
844	Barra de Direção Curta - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.387,19	1.387,19	WR
845	Barra estabilizadora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	1.599,00	3.198,00	PATRAL
846	Bico injetor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	3.299,00	19.794,00	BOSCH
847	Biela - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	1.199,00	9.592,00	KMP
848	Bloco do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	20.695,95	20.695,95	AUTOLINEA
849	Bobina de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	599,00	599,00	NAC
850	Bomba alimentadora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.796,75	2.796,75	SCHADEK
851	Bomba de água - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	SCHADEK
852	Bomba de alta pressão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	9.956,43	9.956,43	SCHADEK
853	Bomba de arla - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.369,76	5.369,76	SCHADEK
854	Bomba de Baixa pressão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	SCHADEK
855	Bomba de oleo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.399,00	2.399,00	SCHADEK
856	Bomba hidráulica da direção - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.299,00	4.299,00	SCHADEK
857	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	10.627,65	10.627,65	BOSCH
858	Borracha Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	268,49	2.147,92	REI
859	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	201,37	1.208,22	KNORR
860	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão Iveco Tector	6	UND	499,00	2.994,00	KNORR

	170E22, Ano 2013, placa AZO-6903					
861	Braco Pitmam Direcao - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.096,33	1.096,33	TRW
862	Bronzina de Biela - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	399,00	399,00	KMP
863	Bronzina de mancal - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	14	UND	648,85	9.083,90	MAHLE
864	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	289,00	1.156,00	REI
865	Bucha de Biela - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	12	UND	279,68	3.356,16	REI
866	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	289,00	1.734,00	REI
867	Bucha do mancal - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	199,00	1.592,00	REI
868	Bucha Do Molejo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	12	UND	199,00	2.388,00	REI
869	Bucha estabilizador grande - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	99,00	396,00	REI
870	Buchas barra estabilizadora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	89,50	537,00	REI
871	Buchas de Comando - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	159,00	954,00	REI
872	Bucha de suspensão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	16	UND	299,00	4.784,00	REI
873	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	WABCO
874	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	899,00	899,00	WABCO
875	Cabeçote completo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	16.556,76	16.556,76	GENUINO
876	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.342,44	1.342,44	GENUINO
877	Cabo velocimetro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	CABOVEL
878	Caixa de cambio completa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	42.510,60	42.510,60	PATRAL
879	Caixa Satélite - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	REX
880	Calço pinhão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	199,00	1.592,00	NAC
881	Camisa de pistão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	1.499,00	8.994,00	KMP
882	Camisa de cilindro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	1.599,00	9.594,00	VARGA
883	Cano de bico injetor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	699,00	4.194,00	BOSCH
884	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	FABBOF
885	Cano Retorno Turbina - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	FABBOF
886	Cano saída escape - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	FABBOF
887	Cano saída motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	699,00	2.796,00	FABBOF
888	Carcaça do volante do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	7.271,55	7.271,55	MTE THOMSON
889	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.369,76	5.369,76	REI
890	Cárter do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.699,00	2.699,00	ATOS
891	Catalisador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	7.599,00	7.599,00	VANZIN
892	Catraca de Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	18	UND	599,00	10.782,00	LNG
893	Chicote dos injetores - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	2.399,00	14.394,00	BOSCH
894	Chicote elétrico do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.399,00	4.399,00	BOSCH
895	cilindro aux embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	VARGA

896	Cilindro mestre embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.096,33	1.096,33	VARGA
897	Coifa Cardan Cambio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	REI
898	coletor escape - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.599,00	2.599,00	INDISA
899	Comando de valvulas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.579,84	3.579,84	KMP
900	Compressor de Ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.399,00	5.399,00	WABCO
901	Compressor do ar condicionado - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.799,00	3.799,00	WABCO
902	Condensadora de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	GENUINO
903	Cone sincronizador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.799,00	1.799,00	GENUINO
904	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.271,55	4.271,55	REX
905	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	GENUINO
906	Corpo de Acoplamento 1ª a 5ª marcha - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
907	Corpo Sincronizador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
908	Correia da direção hidráulica - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	GATES
909	Correia Do Motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	268,49	268,49	GATES
910	Correia do ventilador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	313,24	313,24	GATES
911	Coxim do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	536,98	4.295,84	REI
912	Cruzeta Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	399,00	2.394,00	REI
913	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	999,00	5.994,00	KNORR
914	Cuica de Freio Traseira - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	12	UND	999,00	11.988,00	KNORR
915	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	FABBOF
916	curva freio motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	FABBOF
917	Diafragma cuica de freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	KNORR
918	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	7.217,55	7.217,55	BOSCH
919	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	6.152,85	6.152,85	PATRAL
920	Eixo dos balancins - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	999,00	7.992,00	COFAP
921	Eixo Entalhado - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.699,00	2.699,00	PATRAL
922	Eixo intermediário - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	7.495,29	7.495,29	PATRAL
923	Eixo Piloto - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.499,00	2.499,00	REX
924	Eixo Primairo Cambio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	REX
925	Eixo Segundario Cambio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.399,00	5.399,00	PATRAL
926	Eixo Setor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.399,00	1.399,00	BOSCH
927	Eletro ventilador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.349,27	2.349,27	PATRAL
928	Embreagem Viscosa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	GENUINO
929	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	899,00	1.798,00	PATRAL
930	engrenagem 1a - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.399,00	1.399,00	REX

931	Engrenagem 2ª - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
932	Engrenagem 3ª - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
933	Engrenagem 4ª - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	REX
934	Engrenagem 5ª - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.789,92	1.789,92	REX
935	Engrenagem caixa de tração - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	REX
936	Engrenagem Ré - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	REX
937	Engrenagem do comando de válvula - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	REX
938	Escapamento silencioso - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.099,00	3.099,00	GENUINO
939	Espelho retrovisor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	299,00	598,00	UNIVERSAL
940	Espiga do Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	REI
941	Esticador Correia Motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	GATES
942	Pisante do paralama estribo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	399,00	798,00	LUMINAR
943	Evaporadora de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.399,00	2.399,00	GENUINO
944	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	20	UND	129,00	2.580,00	3M
945	Fechadura da porta completa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	GENUINO
946	Fechadura De Capo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
947	Fechadura traseira cabine - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	GENUINO
948	Feixe De Molas dianterio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	REX
949	Feixe de molas traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.999,00	5.999,00	REX
950	Flange câmbio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	LNG
951	Flange do Cardan com orelha - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	REI
952	Flange do central do cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	REI
953	Flange pinhão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	LNG
954	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	FLEX
955	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	FLEX
956	Flexivel Do Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	129,00	774,00	FLEX
957	Garfo de embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	REX
958	Garfo de Engate - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.399,00	2.399,00	REX
959	Gás 141B para ar condicionado - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.399,00	1.399,00	GENUINO
960	Gás R134 para ar condicionado - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
961	Grade Dianteira - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	AMERICAPAR TS
962	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	REI
963	Hélice do ventilador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	1.599,00	3.198,00	WIND
964	Intercooler - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.199,00	4.199,00	VISCONDE
965	Junta da tampa de válvulas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	357,98	357,98	KNORR

966	Junta do cabeçote - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
967	Junta do cárter - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	ATOS
968	Juntas do coletor de escape - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	INDISA
969	Jogo de junta completa de caixa de cambio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	PATRAL
970	Jogo de junta completo do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.199,00	2.199,00	SABÓ
971	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.799,00	2.799,00	PATRAL
972	Kit disco embreagem plato - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.399,00	5.399,00	FRUM
973	Kit retentores de cubos - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	899,00	899,00	SABBO
974	Kit reparo dos injetores - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	BOSCH
975	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	PATRAL
976	Lonas de Freio Dian - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	16	UND	599,00	9.584,00	LONA FLEX
977	Lonas de Freio Tras - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	40	UND	799,00	31.960,00	LONA FLEX
978	Luva Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	REI
979	Luva de Engate - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.342,44	1.342,44	LNG
980	Luva Deslizante - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.678,05	1.678,05	LNG
981	Maçaneta de porta externa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	GENUINO
982	Mancal do comando - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	KMP
983	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	LNG
984	Mangueira da Turbina - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	399,00	399,00	FLEX
985	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	299,00	2.392,00	FLEX
986	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.684,88	2.684,88	FLEX
987	Mangueira do intercooler - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	FLEX
988	Máquina de vidro direita - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
989	Máquina de vidro esquerda - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
990	Mola Patim Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	199,00	1.592,00	REX
991	Palheta limpador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	299,00	1.196,00	TIGER AUTO
992	Parachoque dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	AMALCABURIO
993	Paralamas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.796,75	2.796,75	LUMINAR
994	Parabrisa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.188,30	3.188,30	AMERICA
995	Parafuso Caixa satélite - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	30	UND	69,00	2.070,00	REX

996	Parafuso Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	26	UND	19,00	494,00	REX
997	Parafuso coroa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	42	UND	59,00	2.478,00	REX
998	Parafuso da Roda - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	70	UND	29,00	2.030,00	REX
999	Parafuso do cabeçote - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	26	UND	149,00	3.874,00	REX
1000	Patim de freio dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	749,00	2.996,00	ORLI
1001	Patim de Freio Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	799,00	6.392,00	ORLI
1002	Peito De Aco Suspensao - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	2.796,75	16.780,50	GENUINO
1003	Pescador de óleo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	TRW
1004	Pistão do Compressor ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	KMP
1005	Pistão do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.499,00	1.499,00	KMP
1006	Planetária - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	CINPAL
1007	Polia Anti Vibradora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.399,00	2.399,00	BOSCH
1008	Polia auxiliar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	BOSCH
1009	Polia do virabrequim - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.399,00	2.399,00	BOSCH
1010	polia viscosa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.579,84	3.579,84	BOSCH
1011	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	5.369,76	10.739,52	GENUINO
1012	Ponteira Para-choque - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	999,00	1.998,00	LNG
1013	Porca ajuste coroa - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	199,00	398,00	REX
1014	Porca ajuste pinhão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	199,00	398,00	REI
1015	Porca carcaça - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	99,00	594,00	REI
1016	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	149,00	894,00	REI
1017	Porca de Roda - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	70	UND	29,00	2.030,00	REI
1018	Pratos das válvulas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	24	UND	129,00	3.096,00	KNORR
1019	Presostato de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
1020	Prisioneira de cabeçote - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	26	UND	149,00	3.874,00	REI
1021	Radiador de água - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	5.369,76	5.369,76	VISCONDE
1022	Rebite para lona de freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	600	UND	0,99	594,00	NAC
1023	Relógio velocímetro completo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.188,30	3.188,30	12M
1024	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	357,98	357,98	KNORR
1025	Reparo valvula descarga ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	239,00	239,00	KNORR
1026	Freio estacionário completo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	MASTER
1027	Reparo valvula governadora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	KNORR
1028	Reparo valvula pedal - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	129,00	129,00	KNORR

1029	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	KNORR

1030	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	KNORR
1031	Kit completo de reparo da bomba de água - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK
1032	Reservatorio de agua - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	399,00	399,00	BEPO
1033	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	BEPO
1034	Resistência do eletro ventilador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	ZF
1035	Kit completo de retentor Da Roda - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	SABBO
1036	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	SUSIN
1037	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	SUSIN
1038	Retentor Do Pinhao Diferencail - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	399,00	399,00	SABBO
1039	Roda em alumínio na medida R22,5 - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	6	UND	3.188,30	19.129,80	BZ
1040	Kit completo do rolamento diferencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.999,00	4.999,00	LNG
1041	Rolamento do berço - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	LNG
1042	Rolamento dos cubos - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	499,00	499,00	LNG
1043	Rolete Do Patim Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	26	UND	199,00	5.174,00	LNG
1044	Selo de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	149,00	149,00	NAC
1045	Sensor de pressão de óleo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	BOSCH
1046	Sensor de pressão do combustível - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	BOSCH
1047	Sensor Rotação - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	BOSCH
1048	Sensor Temperatura do ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.099,00	1.099,00	BOSCH
1049	Sensor de temperatura do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	399,00	399,00	BOSCH
1050	Sensor Oleo Motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.199,00	1.199,00	BOSCH
1051	Sensor Pressão de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	883,77	883,77	BOSCH
1052	Servo freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.299,00	4.299,00	MASTER
1053	Silencioso - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.699,00	2.699,00	FABBOF
1054	Sino Diferencial - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.579,84	3.579,84	PATRAL
1055	suporte cabine dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	699,00	1.398,00	REI
1056	suporte cabine traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	799,00	1.598,00	REI
1057	Suporte Cardan - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	1.299,00	5.196,00	REI
1058	Suporte do filtro de óleo - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.499,00	2.499,00	REI
1059	Suporte do mancal central - Caminhão Iveco Tector 170E22, ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	REI
1060	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	1.499,00	2.998,00	REI
1061	Suporte Motor Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	1.399,00	2.798,00	REI
1062	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	2.181,46	8.725,84	FRUM
1063	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	2.599,00	20.792,00	FRUM
1064	Tampa Do Radiador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	VISCONDE
1065	Tampa tanque de combustível - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano	1	UND	299,00	299,00	CLICK

	2013, placa AZO-6903					
1066	Tanque de arla - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	4.299,00	4.299,00	CLICK
1067	Tanque de Combustível - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	6.488,46	6.488,46	CLICK
1068	Tensor da correia - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	REX
1069	Terminal de Direção LD - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	699,00	1.398,00	REI
1070	Terminal de Direção LE - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	699,00	1.398,00	REI
1071	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	693,59	1.387,18	REI
1072	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	693,59	1.387,18	REI
1073	Terminal De Embreagem - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	199,00	398,00	REI
1074	Termostato de ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	MTE
1075	Tirante estabilizador - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	899,00	3.596,00	GENUINO
1076	Trambulador marcha - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.398,38	1.398,38	RX
1077	Trava Aranha Roda - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	129,00	1.032,00	REI
1078	Trava do eixo piloto - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	8	UND	199,00	1.592,00	REX
1079	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	4	UND	69,00	276,00	REI
1080	Turbina - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	9.508,95	9.508,95	BIAGIO
1081	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	KNORR
1082	Valvula alivio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.096,33	1.096,33	KNORR
1083	Valvula APU - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	2.499,00	2.499,00	KNORR
1084	Valvula de Admissão - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	KNORR
1085	Valvula de escape - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	289,00	289,00	KNORR
1086	Valvula de pressão do arla - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.599,00	1.599,00	KNORR
1087	Valvula de Retorno - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	199,00	199,00	KNORR
1088	Valvula descarga ar - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	999,00	999,00	KNORR
1089	Valvula descarga rápida - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	KNORR
1090	Valvula Do Rele Freio - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.299,00	1.299,00	KNORR
1091	Válvula do freio estacionário - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	KNORR
1092	Valvula governadora - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	699,00	699,00	KNORR
1093	Valvula relê quatro circuito - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	1.999,00	1.999,00	KNORR
1094	Valvula relê simples circuito - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	899,00	899,00	KNORR
1095	Valvula termostatica - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	799,00	799,00	KNORR
1096	Vareta de nível - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	299,00	299,00	NAC
1097	Veda escapamento - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	2	UND	199,00	398,00	GENUINO
1098	Virabrequim - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	9.956,43	9.956,43	SUSIN
1099	Volante do motor - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	3.599,00	3.599,00	GENUINO

1142	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	715,28	715,28	WABCO
1618	Alavanca de Comando - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	599,00	599,00	KMP
1619	Bobina de campo - Retroescavadeira XCMG 870BR-I, ano 2023	6	UND	999,00	5.994,00	BOSCH
1620	Amortecedor Dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	799,00	3.196,00	COFAP
1621	Aneis de Pistão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	18	UND	449,00	8.082,00	REX
1622	Anel De Vedacao Molas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	71,53	71,53	REX
1623	Anel Sincronizado Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	349,00	349,00	REX
1624	Aranha trava cubo traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	149,00	894,00	REI
1625	Arruela cubo Dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	34,00	136,00	REI
1626	Arruela cubo Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	39,00	312,00	REI
1627	Arruela De Molas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	20	UND	14,99	299,80	REX
1628	Arruela Difrencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	20	UND	45,00	900,00	REI
1629	Arruelas de encosto - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	18	UND	79,94	1.438,92	REI
1630	Atuador de turbina - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.398,28	2.398,28	BIAGIO

1631	Atuador de freio motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.599,00	1.599,00	NAKATA
1632	Balancim comando de valvula - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	599,00	599,00	KMP
1633	Barra de Direção Curta - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	699,00	699,00	WR
1634	Barra estabilizadora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	899,00	1.798,00	PATRAL
1635	Biela - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	899,00	899,00	KMP
1636	Bloco do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	15.567,75	15.567,75	AUTOLINEA
1637	Bobina de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	488,07	488,07	NAC
1638	Bomba alimentadora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.399,00	1.399,00	SCHADEK
1639	Bomba de água - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.136,03	1.136,03	SCHADEK
1643	Bomba hidráulica da direção - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.699,99	2.699,99	SCHADEK
1644	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	7.994,25	7.994,25	BOSCH
1646	Borracha Cuica Do Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	149,00	894,00	KNORR
1647	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	378,68	2.272,08	KNORR
1648	Braco Pitmam Direcao - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	824,67	824,67	TRW
1651	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	218,79	875,16	REI
1652	Bucha de Biela - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	12	UND	110,00	1.320,00	REI
1653	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	218,79	875,16	REI
1654	Bucha do mancal - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	149,99	1.199,92	REI
1655	Bucha Do Molejo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	12	UND	99,00	1.188,00	REI
1656	Bucha estabilizador grande - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	75,74	302,96	REI
1657	Buchas barra estabilizadora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	67,32	403,92	REI
1658	Buchas de Comando - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008,	6	UND	119,00	714,00	REI

	placa DBL-9F74					
1660	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	WABCO
1661	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	715,28	715,28	WABCO
1662	Cabeçote completo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	12.454,20	12.454,20	GENUINO
1664	Cabo de velocímetro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	249,00	249,00	CABOVEL
1665	Caixa de cambio completa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	15.345,00	15.345,00	PATRAL
1666	Caixa Satélite - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.599,00	2.599,00	REX
1667	Calço pinhão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	99,00	792,00	NAC
1668	Camisa de pistão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	649,00	3.894,00	KMP
1669	Camisa de cilindro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	699,00	4.194,00	VARGA
1670	Cano de bico injetor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	399,00	2.394,00	BOSCH
1671	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	FABBOF
1672	Cano Retorno Turbina - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	656,37	656,37	FABBOF
1673	Cano saída escape - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	757,35	757,35	FABBOF
1674	Cano saída motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	FABBOF
1675	Carcaça do volante do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.899,00	2.899,00	MTE THOMSON
1676	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.599,00	2.599,00	REI
1677	Cárter do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.999,00	1.999,00	ATOS
1678	Catalisador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	5.699,00	5.699,00	VANZIN
1679	Catraca de Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	18	UND	379,00	6.822,00	LNG
1680	Chicote dos injetores - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	899,00	5.394,00	BOSCH

1681	Chicote elétrico do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.299,00	3.299,00	BOSCH
1682	cilindro aux embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	VARGA
1683	Cilindro mestre embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	824,67	824,67	VARGA
1684	Coifa Cardan Cambio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	289,00	289,00	REI
1685	coletor escape - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	INDISA
1688	Condensadora de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.499,00	1.499,00	GENUINO
1689	Cone sincronizador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	599,00	599,00	GENUINO
1690	Conjunto coroa e pinhão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	5.469,75	5.469,75	REX
1691	Conjunto volante e cremalheira - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.786,75	3.786,75	GENUINO

1692	Corpo de Acoplamento 1ª a 5ª marcha - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	REX
1693	Corpo Sincronizador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.099,00	1.099,00	REX
1694	Correia da direção hidráulica - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	235,62	235,62	GATES
1695	Correia Do Motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	GATES
1696	Correia do ventilador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	229,00	229,00	GATES
1697	Coxim do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	399,00	3.192,00	REI
1698	Cruzeta Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	349,00	2.094,00	REI
1699	Cuica de Freio Dianteira - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	589,00	3.534,00	KNORR
1700	Cuica de Freio Traseira - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	12	UND	883,58	10.602,96	KNORR
1701	Curva de escape 3.1/2 - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	359,00	359,00	FABBOF
1702	curva freio motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,00	799,00	FABBOF
1703	Diafragma cuica de freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	KNORR
1704	Eixo Comando de Valvulas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.000,00	3.000,00	BOSCH
1705	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.500,00	2.500,00	PATRAL
1706	Eixo dos balancins - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	757,35	757,35	COFAP
1707	Eixo Entalhado - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.999,00	1.999,00	PATRAL
1708	Eixo intermediário - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	5.599,00	5.599,00	PATRAL
1709	Eixo Piloto - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.899,00	1.899,00	REX
1710	Eixo Primairo Cambio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.786,75	3.786,75	REX
1711	Eixo Segundario Cambio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	4.081,28	4.081,28	PATRAL
1712	Eixo Setor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.093,95	1.093,95	BOSCH
1713	Eletro ventilador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	PATRAL
1714	Embreagem viscosa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.499,00	1.499,00	GENUINO
1715	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	499,00	998,00	PATRAL
1716	engrenagem 1a - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.093,95	1.093,95	REX
1717	Engrenagem 2ª - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	REX
1718	Engrenagem 3ª - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.099,00	1.099,00	REX
1719	Engrenagem 4ª - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.178,10	1.178,10	REX
1720	Engrenagem 5ª - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
1721	Engrenagem caixa de tração - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.900,00	1.900,00	REX
1722	Engrenagem Ré - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	757,35	757,35	REX
1723	Engrenagem do comando de válvula - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	949,00	949,00	REX

1724	Escapamento silencioso - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.500,00	1.500,00	GENUINO

1725	Espelho retrovisor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	269,28	538,56	UNIVERSAL
1726	Espiga do Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	REI
1727	Esticador Correia Motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	629,00	629,00	GATES
1728	Pisante do paralama estribo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	336,60	673,20	LUMINAR
1729	Evaporadora de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.799,00	1.799,00	GENUINO
1730	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	20	UND	99,00	1.980,00	3M
1731	Fechadura da porta completa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	899,00	899,00	GENUINO
1732	Fechadura De Capo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	349,00	349,00	GENUINO
1733	Feixe De Molas dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.500,00	2.500,00	REX
1734	Feixe de molas traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.020,00	3.020,00	REX
1735	Flange câmbio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	700,00	700,00	LNG
1736	Flange do Cardan com orelha - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	889,00	889,00	REI
1737	Flange do central do cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	REI
1738	Flange pinhão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	899,00	899,00	LNG
1739	Flexivel Caixa Direcao - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	FLEX
1740	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	FLEX
1741	Flexivel Do Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	98,00	588,00	FLEX
1742	Garfo de embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	REX
1743	Garfo de Engate - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.350,00	1.350,00	REX
1744	Gás 141B para ar condicionado - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	699,00	699,00	GENUINO
1745	Gás R134 para ar condicionado - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	599,00	599,00	GENUINO
1746	Grade Dianteira - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.099,00	1.099,00	AMERICAPARTS
1747	Haste Regulador De Embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	REI
1748	Hélice do ventilador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	799,00	1.598,00	WIND
1749	Intercooler - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.799,00	1.799,00	VISCONDE
1750	Junta da tampa de valvulas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	KNORR
1751	Junta do cabeçote - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	GENUINO
1752	Junta do cárter - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	ATOS
1753	Jogo de junta completo de caixa de cambio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	589,05	589,05	PATRAL
1754	Jogo de junta completo do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.683,00	1.683,00	SABÓ
1755	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	PATRAL
1756	Juntas do coletor de escape - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	119,00	119,00	INDISA
1757	Kit Disco de embreagem Plator- Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	4.081,28	4.081,28	FRUM
1758	Kit retentores de cubos - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	715,28	715,28	SABBO
1759	Kit reparo dos injetores - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	699,00	4.194,00	BOSCH

1760	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	PATRAL
1761	Lonas de Freio Dian - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	16	UND	488,07	7.809,12	LONA FLEX
1762	Lonas de Freio Tras - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	40	UND	399,00	15.960,00	LONA FLEX
1763	Luva Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	REI
1764	Luva de Engate - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	LNG
1765	Luva Deslizante - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	699,00	699,00	LNG
1766	Maçaneta de porta externa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	GENUINO
1767	Mancal do comando - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	KMP
1768	Mancal do rolamento embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	LNG
1769	Mangueira da Turbina - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	349,00	349,00	FLEX
1770	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	269,28	2.154,24	FLEX
1771	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.599,00	1.599,00	FLEX
1772	Mangueira do intercooler - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	FLEX
1773	Máquina de vidro direita - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	GENUINO
1774	Máquina de vidro esquerda - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	GENUINO
1775	Mola Patim Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	149,00	1.192,00	REX
1776	Palheta limpador de parabrisa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	229,00	916,00	AMERICA
1777	Parachoque dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.199,00	1.199,00	AMALCABURIO
1778	Paralamas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.099,00	2.099,00	LUMINAR
1779	Parabrisa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.398,28	2.398,28	AMERICA
1780	Parafuso Caixa satélite - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	30	UND	43,00	1.290,00	REX
1781	Parafuso Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	26	UND	19,00	494,00	REX
1782	Parafuso coroa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	42	UND	44,00	1.848,00	REX
1783	Parafuso da Roda - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	70	UND	28,00	1.960,00	REX
1784	Parafuso do cabeçote - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	26	UND	65,00	1.690,00	REX
1785	Patim de freio dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	350,00	1.400,00	ORLI
1786	Patim de Freio Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	350,00	2.800,00	ORLI
1787	Peito De Aco Suspensao - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	999,00	5.994,00	GENUINO
1788	Pescador de óleo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	TRW
1789	Pistão do Compressor ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	KMP

1790	Pistão do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	750,00	4.500,00	KMP
1791	Planetária - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.199,00	1.199,00	CINPAL
1792	Polia Anti Vibradora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.799,00	1.799,00	BOSCH
1793	Polia auxiliar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	378,68	378,68	BOSCH
1794	Polia do virabrequim - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.799,00	1.799,00	BOSCH
1795	polia viscosa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.692,80	2.692,80	BOSCH
1796	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	1.599,00	6.396,00	GENUINO
1797	Ponteira Para-choque - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	799,42	1.598,84	LNG
1798	Porca ajuste coroa - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	149,00	298,00	REX
1799	Porca ajuste pinhão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	169,00	338,00	REI
1800	Porca carcaça - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	69,00	414,00	REI
1801	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	109,00	654,00	REI
1802	Porca de Roda - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	70	UND	19,00	1.330,00	REI
1803	Pratos de válvulas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	24	UND	99,00	2.376,00	KNORR
1804	Presostato de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	GENUINO
1805	Prisioneira de cabeçote - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	26	UND	109,00	2.834,00	REI
1806	Radiador de água - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.398,00	2.398,00	VISCONDE

1807	Rebite para lona de freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	600	UND	0,99	594,00	NAC
1808	Relógio velocímetro completo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.398,28	2.398,28	12M
1809	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	269,28	269,28	KNORR
1810	Reparo valvula descarga ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	179,00	179,00	KNORR
1811	Freio estacionario completo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.399,00	2.399,00	MASTER
1812	Reparo valvula governadora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	229,00	229,00	KNORR
1813	Reparo valvula pedal - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	99,00	99,00	KNORR
1814	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	KNORR
1815	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	269,28	269,28	KNORR
1816	Kit completo de reparos da bomba de água - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	SCHADEK
1817	Reservatorio de agua - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	349,00	349,00	BEPO
1818	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	600,00	600,00	BEPO
1819	Resistência do eletro ventilador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	ZF
1820	Kit completo de retentor Da Roda - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	399,00	399,00	SABBO

1821	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	SUSIN
1822	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	SUSIN
1823	Retentor Do Pinhao Diferencail - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	319,77	319,77	SABBO
1824	Roda em alumínio na medida R17,5 - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	6	UND	2.379,00	14.274,00	BZ
1825	Kit completo de rolamento diferencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.899,00	1.899,00	LNG
1826	Rolamento do berço - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	LNG
1827	Rolamento dos cubos - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	211,00	1.688,00	LNG
1828	Rolete Do Patim Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	26	UND	99,00	2.574,00	LNG
1829	Selo de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	109,00	109,00	NAC
1830	Sensor Pressão de óleo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	BOSCH
1831	Sensor de pressão do combustível - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	349,00	349,00	BOSCH
1832	Sensor Rotação - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	353,43	353,43	BOSCH
1833	Sensor Temperatura do ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	883,58	883,58	BOSCH
1834	Sensor de temperatura do motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	319,77	319,77	BOSCH
1835	Sensor Oleo Motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,00	799,00	BOSCH
1836	Servo freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.199,00	3.199,00	MASTER
1837	Silencioso - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.199,00	1.199,00	FABBOF
1838	Sino Diferencial - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.692,80	2.692,80	PATRAL
1839	Suporte cabine dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	399,00	798,00	REI
1840	Suporte de cabine traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	656,37	1.312,74	REI
1841	Suporte Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	597,00	2.388,00	REI
1842	Suporte do filtro de óleo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.297,00	1.297,00	REI
1843	Suporte do mancal central - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	REI
1844	Suporte Motor Dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	799,00	1.598,00	REI
1845	Suporte Motor Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	999,00	1.998,00	REI
1846	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	1.299,00	5.196,00	FRUM
1847	Tambor de Freio Traseiro - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	999,00	3.996,00	FRUM

1848	Tampa Do Radiador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	VISCONDE
1849	Tampa tanque de combustível - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	249,00	249,00	CLICK
1850	Tanque de Combustível - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.999,00	3.999,00	CLICK
1851	Tensor da correia - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	546,98	546,98	REX

1852	Terminal de Direção LD - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	290,00	580,00	REI
1853	Terminal de Direção LE - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	290,00	580,00	REI
1854	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	290,00	580,00	REI
1855	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	290,00	580,00	REI
1856	Terminal De Embreagem - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	REI
1857	Termostato de ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	299,00	299,00	MTE
1858	Tirante estabilizador - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	499,00	1.996,00	GENUINO
1859	Trambulador marcha - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	RX
1860	Trava Aranha Roda - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	99,00	792,00	REI
1861	Trava do eixo piloto - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	99,00	792,00	REX
1862	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	4	UND	49,00	196,00	REI
1863	Turbina - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	3.499,00	3.499,00	BIAGIO
1864	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.199,00	1.199,00	KNORR
1865	Valvula alivio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	824,67	824,67	KNORR
1866	Valvula APU - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.299,00	1.299,00	KNORR
1867	Valvula de Admissão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	179,00	179,00	KNORR
1868	Valvula de escape - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	199,00	199,00	KNORR
1869	Valvula de pressão do arla - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	699,00	699,00	KNORR
1870	Valvula de Retorno - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	149,00	149,00	KNORR
1871	Valvula descarga ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	799,42	799,42	KNORR
1872	Valvula descarga rápida - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	499,00	499,00	KNORR
1873	Valvula Do Rele Freio - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	999,00	999,00	KNORR
1874	Valvula do freio estacionário - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.499,00	1.499,00	KNORR
1875	Valvula governadora - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	499,00	499,00	KNORR
1876	Valvula relê quatro circuito - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.029,00	1.029,00	KNORR
1877	Valvula relê simples circuito - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	699,00	699,00	KNORR
1878	Valvula termostatica - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	656,37	656,37	KNORR
1879	Vareta de nível - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	249,00	249,00	NAC
1880	Veda escapamento - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	2	UND	149,00	298,00	GENUINO
1881	Virabrequim - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	7.464,00	7.464,00	SUSIN
1882	Volante de motor - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.699,00	2.699,00	GENUINO
1883	Alavanca de comando - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	888,03	888,03	KMP

1884	Amortecedor cabine - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	599,00	2.396,00	COFAP
1885	Amortecedor dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	1.099,00	4.396,00	COFAP
1886	Aneis de pistão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	18	UND	779,00	14.022,00	REX
1887	Anel de vedaçaõ molas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	96,77	387,08	REX
1888	Anel sincronizado freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	478,17	2.869,02	REX
1889	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	159,00	954,00	REI

1890	Arruela cubo traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	47,82	191,28	REI
1891	Arruela cubo dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	54,65	437,20	REI
1892	Arruela de molas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	20	UND	19,00	380,00	REX
1893	Arruela diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	20	UND	62,62	1.252,40	REI
1894	Arruelas de encosto - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	18	UND	99,00	1.782,00	REI
1895	Atuador de turbina - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.169,00	3.169,00	BIAGIO
1896	Atuador do freio motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.199,00	2.199,00	MASTER
1897	Balancim comando de válvula - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	910,80	910,80	KMP
1898	Barra de direçaõ curta - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.411,74	1.411,74	WR
1899	Barra estabilizadora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.684,98	3.369,96	PATRAL
1900	Bico injetor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	2.399,00	14.394,00	BOSCH
1901	Bielas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	1.299,00	10.392,00	KMP
1902	Bloco do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	21.062,25	21.062,25	AUTOLINEA
1903	Bobina de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	659,00	659,00	NAC
1904	Bomba alimentadora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK
1905	Bomba de água - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	899,00	899,00	SCHADEK
1906	Bomba de alta pressão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	10.132,65	10.132,65	SCHADEK
1907	Bomba de Arla - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.464,80	5.464,80	SCHADEK
1908	Bomba de baixa pressão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.599,00	1.599,00	SCHADEK
1909	Bomba de óleo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.399,00	2.399,00	SCHADEK
1910	Bomba hidráulica da direção - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.199,00	2.199,00	SCHADEK
1911	Bomba hidráulica levante da caçamba - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.089,00	3.089,00	SCHADEK
1912	Bomba injetora adequada ao modelo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.399,00	3.399,00	BOSCH
1913	Borracha do cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	139,00	1.112,00	REI
1914	Borracha cuica do freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025,	6	UND	99,00	594,00	KNORR

	placas TBD-0B43					
1915	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	279,00	1.674,00	KNORR
1916	Braço pitman direção - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.099,00	1.099,00	TRW
1917	Bronzina da biela - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	12	UND	478,17	5.738,04	KMP
1918	Bronzina de mancal - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	14	UND	550,00	7.700,00	MAHLE
1919	Bucha de balança suspenção - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	296,01	1.184,04	REI
1920	Bucha de biela - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	12	UND	199,00	2.388,00	REI
1921	Bucha de estabilizador suspensão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	199,00	1.194,00	REI
1922	Bucha do mancal - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	199,00	1.592,00	REI
1923	Bucha do molejo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	12	UND	224,00	2.688,00	REI
1924	Bucha estabilizador grande - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	99,00	396,00	REI
1925	Bucha barra estabilizadora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	91,08	546,48	REI
1926	Bucha de comando - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	169,00	1.014,00	REI
1927	Bucha de suspensão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	16	UND	199,00	3.184,00	REI
1928	Burrinho mestre auxiliar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,02	740,02	WABCO
1929	Burrinho mestre embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	967,72	967,72	WABCO
1930	Cabeçote completo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	16.849,80	16.849,80	GENUINO
1931	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	GENUINO

1932	Cabo acionamento caçamba - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	398,48	398,48	CABOVEL
1933	Cabo velocímetro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	CABOVEL
1934	Caixa de cambio completa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	43.263,00	43.263,00	PATRAL
1935	Caixa satélite - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.099,00	5.099,00	REX
1936	Calço pinhão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	139,00	1.112,00	NAC
1937	Camisa de pistão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	799,00	4.794,00	KMP
1938	Camisa de cilindro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	799,00	4.794,00	VARGA
1939	Cano de bico injetor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	469,76	2.818,56	BOSCH
1940	Cano escape reto 3.1/2 - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	3	UND	546,48	1.639,44	FABBOF
1941	Cano retorno turbina - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	888,03	888,03	FABBOF
1942	Cano saída escape - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	599,00	599,00	FABBOF
1943	Cano saída motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	439,00	439,00	FABBOF
1944	Carcaça do volante do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	4.999,00	4.999,00	MTE THOMSON
1945	Cardan saída do diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.999,00	2.999,00	REI

1946	Cárter do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.699,00	2.699,00	ATOS
1948	Catraca de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	18	UND	499,00	8.982,00	LNG
1949	Chicote dos injetores - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	1.299,00	7.794,00	BOSCH
1950	Chicote elétrico do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.599,00	3.599,00	BOSCH
1951	Cilindro auxiliar de embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,02	740,02	VARGA
1952	Cilindro mestre embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	799,00	799,00	VARGA
1953	Coifa cardan cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	REI
1954	Coletor de escape - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.399,00	1.399,00	INDISA
1955	Comando de válvulas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.599,00	1.599,00	KMP
1956	Compressor de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	4.599,00	4.599,00	WABCO
1957	Compressor de ar-condicionado - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.999,00	1.999,00	WABCO
1958	Condensadora de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.199,00	1.199,00	GENUINO
1960	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	4.199,00	4.199,00	REX
1962	Corpo de acoplamento 1ª a 6ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
1963	Corpo sincronizador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.593,90	1.593,90	REX
1964	Correia da direção hidráulica - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	GATES
1965	Correia do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	269,00	269,00	GATES
1966	Correia do ventilador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	GATES
1967	Coxim do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	259,00	2.072,00	REI
1968	Cruzeta do cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	478,17	478,17	REI
1969	Cuica de freio dianteira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	499,00	2.994,00	KNORR
1970	Cuica de freio traseira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	12	UND	499,00	5.988,00	KNORR
1971	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	512,33	512,33	FABBOF
1972	Curva freio motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	FABBOF
1973	Diafragma cuica de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	129,00	516,00	KNORR
1974	Eixo comando de válvulas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.199,00	3.199,00	BOSCH
1975	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.599,00	3.599,00	PATRAL

1976	Eixo dos balancins - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	599,00	4.792,00	COFAP
1977	Eixo entalhado - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.499,00	2.998,00	PATRAL
1978	Eixo intermediário - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.899,00	3.899,00	PATRAL
1979	Eixo piloto - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.599,00	2.599,00	REX
1980	Eixo primário cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.099,00	5.099,00	REX
1981	Eixo secundário do cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025,	1	UND	5.499,00	5.499,00	REX

	placas TBD-0B43					
1982	Eixo setor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.399,00	1.399,00	BOSCH
1983	Eletro ventilador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.299,00	1.299,00	PATRAL
1984	Embreagem viscosa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.099,00	2.099,00	GENUINO
1985	Embuchamento eixo dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	899,00	1.798,00	PATRAL
1986	Engrenagem 1ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.399,00	1.399,00	REX
1987	Engrenagem 2ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.299,00	1.299,00	REX
1988	Engrenagem 3ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.593,90	1.593,90	REX
1989	Engrenagem 4ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.593,90	1.593,90	REX
1990	Engrenagem 5ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	929,00	929,00	REX
1991	Engrenagem 6ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	REX
1992	Engrenagem 7ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.099,00	2.099,00	REX
1993	Engrenagem 8ª marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.390,85	2.390,85	REX
1994	Engrenagem caixa de tração - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.699,00	2.699,00	REX
1995	Engrenagem ré - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	REX
1996	Engrenagem do comando de válvula - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.799,00	1.799,00	REX
1997	Escapamento silencioso - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.799,00	2.799,00	GENUINO
1998	Espelho retrovisor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	359,00	718,00	UNIVERSAL
1999	Espiga do cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.299,00	1.299,00	REI
2000	Esticador correia do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	853,88	853,88	GATES
2001	Pisante do paralama estribo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	429,00	858,00	LUMINAR
2002	Evaporadora de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.389,00	2.389,00	GENUINO
2004	Fechadura da porta completa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.289,00	1.289,00	GENUINO
2005	Fechadura do capo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	689,00	689,00	GENUINO
2006	Fechadura traseira da cabine - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	799,00	799,00	GENUINO
2009	Flange de cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	899,00	899,00	LNG
2010	Flange do cardan com orelha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	799,00	799,00	REI
2011	Flange central do cardn - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	LNG
2012	Flange do pinhão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	899,00	899,00	LNG
2013	Flexível caixa direção - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	FLEX
2014	Flexível do filtro motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	229,00	229,00	FLEX
2015	Flexível de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	129,00	774,00	FLEX
2016	Garfo embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	499,00	499,00	COFAP
2017	Garfo de engate - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.199,00	1.199,00	REX
2018	Gás 141B para ar-condicionado - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	GENUINO

2019	Gás R134 para ar-condicionado - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	GENUINO
2020	Grade dianteira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.499,00	1.499,00	AMERICAPARTS
2021	Haste regulador de embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	109,00	109,00	REI
2022	Hélice do ventilador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.684,98	3.369,96	WIND
2023	Intercooler - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	4.099,00	4.099,00	VISCONDE
2024	Junta da tampa de válvulas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	364,32	364,32	KNORR
2025	Junta de cabeçote - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	739,00	739,00	GENUINO
2026	Junta do cárter - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	199,00	199,00	ATOS
2027	Junta do coletor de escape - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	199,00	199,00	INDISA
2028	Jogo de junta completo de caixa de cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	796,95	796,95	PATRAL
2029	Jogo de junta completo do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	SABÓ
2030	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	139,00	139,00	PATRAL
2031	Kit disco embreagem e plato - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.599,00	3.599,00	FRUM
2032	Kit retentores de cubos - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	699,00	699,00	SABBO
2033	Kit reparo dos injetores - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	BOSCH
2034	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	399,00	399,00	PATRAL
2035	Lona de freio dianteira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	16	UND	399,99	6.399,84	LONA FLEX
2036	Lona de freio traseira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	40	UND	599,99	23.999,60	LONA FLEX
2037	Luva cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.599,00	1.599,00	REI
2038	Luva de engate - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	LNG
2039	Luva deslizante - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.299,00	1.299,00	LNG
2040	Maçaneta de porta externa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	200,00	200,00	GENUINO
2041	Mancal do comando - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	KMP
2042	Mancal do rolamento de embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	699,00	699,00	LNG
2043	Mangueira da turbina - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	FLEX
2044	Mangueira de freio da cuica - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	364,32	2.914,56	FLEX
2045	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	999,00	999,00	FLEX
2046	Mangueira do intercooler - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	299,00	299,00	FLEX
2047	Máquina de vidro direita - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	998,00	998,00	GENUINO
2048	Máquina de vidro esquerda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	996,00	996,00	GENUINO
2049	Mola patim de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	199,00	1.592,00	REX
2050	Palheta do limpador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	299,00	1.196,00	TIGER AUTO
2051	Parachoque dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.599,00	1.599,00	AMALCABURIO
2052	Paralamas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.799,00	2.799,00	LUMINAR
2053	Parabrisa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.199,00	3.199,00	AMERICA
2054	Parafuso caixa satélite - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	30	UND	39,00	1.170,00	REX

2055	Parafuso cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	26	UND	19,00	494,00	REX
2056	Parafuso coroa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	42	UND	39,00	1.638,00	REX
2057	Parafuso da roda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	70	UND	25,00	1.750,00	REX
2058	Parafuso do cabeçote - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	26	UND	99,00	2.574,00	REX
2059	Patim de freio dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	599,00	2.396,00	ORLI
2060	Patim de freio traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	888,03	7.104,24	ORLI
2062	Pescador de óleo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	546,48	546,48	TRW
2063	Pistão do compressor de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,02	740,02	KMP

2070	Ponta de eixo traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	5.464,80	10.929,60	GENUINO
2074	Porca carcaça - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	102,46	614,76	REI
2076	Porca de roda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	70	UND	39,85	2.789,50	REI
2079	Prisioneiro do cabeçote - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	16	UND	159,39	2.550,24	REI
2086	Reparo válvula governadora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	318,78	318,78	KNORR
2091	Reservatório de água - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	478,17	478,17	BEPO
2101	Rolamento dos cubos - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	546,48	4.371,84	LNG
2103	Selo do ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	159,39	159,39	NAC
2105	Sensor de pressão do combustível - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	774,18	774,18	BOSCH
2106	Sensor de rotação - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	478,17	478,17	BOSCH
2107	Sensor de temperatura do ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.195,42	1.195,42	BOSCH
2110	Sensor pressão de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43,	1	UND	899,42	899,42	BOSCH
2115	Suporte cabine traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	888,03	1.776,06	REI
2119	Suporte motor dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.593,90	3.187,80	REI
2122	Tambor de freio traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	2.675,48	21.403,84	FRUM
2125	Tanque de combustível - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	4.383,23	4.383,23	CLICK
2128	Terminal de direção lado direito - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	740,02	1.480,04	REI
2129	Terminal de direção lado esquerdo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	774,18	1.548,36	REI
2130	Terminal de direção rosca direita - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	705,87	1.411,74	REI
2131	Terminal de direção rosca esquerda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	705,87	1.411,74	REI
2134	Tirante estabilizador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	967,72	3.870,88	GENUINO
2139	Turbina - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	9.677,25	9.677,25	BIAGIO
2151	Válvula governadora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	774,18	774,18	KNORR
2154	Válvula termostática - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	888,03	888,03	KNORR

VALOR TOTAL: R$ 2.668.116,46. Despesa: 611. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU

ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 30 de Setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK

- Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:1D96BB6A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026. EMPRESA: Lubripeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.777.790/0001-23 e Inscrição Estadual sob o nº 90.671.136-21, doravante designada DETENTORA DA ATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de veículos do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD .	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
2	Amortecedor cabine - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	4	UND	1.361,00	5.444,00	COFAP
4	Aneis de Pistão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	18	UND	750,00	13.500,00	MAHLE
5	Anel De Vedacao Molas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	90,00	360,00	APC
7	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	370,00	2.220,00	RX
8	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	40,00	160,00	RX
9	Arruela cubo Traseiro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	8	UND	50,00	400,00	RX
10	Arruela De Molas - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	20	UND	15,00	300,00	RX
11	Arruela Difrencial - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	20	UND	50,00	1.000,00	RX
12	Arruelas de encosto - - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	18	UND	100,00	1.800,00	RX
14	Atuador do freio motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.150,00	2.150,00	BZ
15	Balancim comando de valvula - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	800,00	800,00	TARANTO
16	Barra de Direção Curta - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	2	UND	1.320,00	2.640,00	TRW
17	Barra estabilizadora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	2	UND	1.500,00	3.000,00	TRW
18	Bico injetor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	3.200,00	19.200,00	BOSCH
19	Biela - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	1.250,00	10.000,00	TARANTO
20	Bloco do motor - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	20.000,0 0	20.000,00	CUMMINS
21	Bobina de ar - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	600,00	600,00	BZ
22	Bomba alimentadora - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	1	UND	2.000,00	2.000,00	BOSCH
23	Bomba de água - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.300,00	1.300,00	URBA
24	Bomba de alta pressão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	9.000,00	9.000,00	BOSCH
25	Bomba de Arla - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	5.000,00	5.000,00	BOSCH
26	Bomba de Baixa pressão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
27	Bomba de oleo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	2.000,00	2.000,00	URBA
28	Bomba hidráulica da direção - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.000,00	4.000,00	MEDAL
29	Bomba hidráulica levante da caçamba - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.200,00	4.200,00	MEDAL
30	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	10.000,0 0	10.000,00	BOSCÃ
31	Borracha Cardan - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	8	UND	260,00	2.080,00	BZ
32	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	190,00	1.140,00	BZ
33	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	490,00	2.940,00	BZ
34	Braco Pitmam Direcao - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	1.000,00	1.000,00	TRW
35	Bronzina de Biela - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	12	UND	450,00	5.400,00	MAHLE
36	Bronzina de mancal - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	14	UND	600,00	8.400,00	MAHLE
37	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	4	UND	280,00	1.120,00	MAHLE
38	Bucha de Biela - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	12	UND	270,00	3.240,00	MAHLE
39	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	6	UND	280,00	1.680,00	BZ
40	Bucha do mancal - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	8	UND	190,00	1.520,00	MAHLE
41	Bucha Do Molejo - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	12	UND	200,00	2.400,00	REI
51	Cabo velocimetro - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	1	UND	300,00	300,00	CURTI
52	Caixa de cambio - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	1	UND	41.000,0 0	41.000,00	EATON
53	Caixa Satélite - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	4.500,00	4.500,00	SIMPALREX
54	Calço pinhão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	8	UND	190,00	1.520,00	SIMPALREX
55	Camisa de pistão - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	6	UND	1.200,00	7.200,00	MAHLE
58	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	500,00	500,00	FABBOF
59	Cano Retorno Turbina - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR-4A26	1	UND	800,00	800,00	FABBOF
60	Cano saída escape - Caminhão Ford 2629 6x4, Ano 2017, placa BBR- 4A26	1	UND	900,00	900,00	FABBOF
316	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	250,00	1.500,00	REI
317	Bucha do mancal - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	150,00	1.200,00	MAHLE
318	Bucha Do Molejo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	12	UND	150,00	1.800,00	REI
319	Bucha estabilizador grande - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	80,00	320,00	REI
320	Buchas barra estabilizadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	70,00	420,00	REI

321	Buchas de Comando - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	6	UND	140,00	840,00	MAHLE
322	Buchas de suspensão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	16	UND	290,00	4.640,00	REI
323	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	EATON
324	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	800,00	800,00	EATON
325	Cabeçote completo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	14.500,0 0	14.500,00	CUMMINS
326	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	ROCHE
327	Cabo acionamento caçamba - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	300,00	300,00	CURTI
328	Cabo velocimetro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	290,00	290,00	CURTI
329	Caixa de cambio completa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	37.000,0 0	37.000,00	ZF
330	Caixa Satélite - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.200,00	4.200,00	SIMPALREX
331	Calço pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	150,00	1.200,00	SIMPALREX
332	Camisa de pistão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	1.300,00	7.800,00	MAHLE
333	Camisas de cilindro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	6	UND	1.300,00	7.800,00	MAHLE
334	Cano de bico injetor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	6	UND	640,00	3.840,00	MB
335	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	450,00	450,00	FABBOF
336	Cano Retorno Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	750,00	750,00	FABBOF
337	Cano saída escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	850,00	850,00	FABBOF
338	Cano saída motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	4	UND	600,00	2.400,00	FABBOF
339	Carcaça do volante do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	6.400,00	6.400,00	MB
340	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.500,00	4.500,00	LNG
341	Cárter do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.400,00	2.400,00	MB
342	Catalisador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	6.400,00	6.400,00	MB
343	Catraca de Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	18	UND	570,00	10.260,00	BZ
344	Chicote dos injetores - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	6	UND	2.100,00	12.600,00	MB
345	Chicote elétrico do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.900,00	3.900,00	MB
346	cilindro aux embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	640,00	640,00	CIPEC
347	Cilindro mestre embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	950,00	950,00	CIPEC
348	Coifa Cardan Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	300,00	600,00	UNIVERSAL
349	coletor escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.300,00	2.300,00	FABBOF
350	Comando de valvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	3.100,00	3.100,00	MB
351	Compressor de Ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	4.800,00	4.800,00	WABCO
352	Compressor do ar condicionado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.400,00	3.400,00	UNIVERSAL
353	Condensadora de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
354	Cone sincronizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.600,00	1.600,00	ZF
355	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	6.400,00	6.400,00	ZF
356	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	MB
357	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	ZF
358	Corpo Sincronizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.300,00	1.300,00	ZF
359	Correia da direção hidráulica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	250,00	500,00	GATES
360	Correia Do Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	230,00	460,00	GATES
361	Correia do ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	250,00	500,00	GATES
362	Coxim do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	450,00	3.600,00	REI
363	Cruzeta Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	400,00	2.400,00	LNG
364	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	950,00	5.700,00	BZ
365	Cuica de Freio Traseira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	12	UND	1.000,00	12.000,00	BZ
366	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	420,00	420,00	FABBOF
367	curva freio motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.979,00	1.979,00	FABBOF
368	Diafragma cuica de freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	150,00	150,00	BZ
369	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	6.400,00	6.400,00	MB
370	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	5.400,00	5.400,00	CINPAL
371	Eixo dos balancins - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	8	UND	800,00	6.400,00	MB
372	Eixo Entalhado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.300,00	2.300,00	CINPAL
373	Eixo intermediário - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	6.600,00	6.600,00	CINPAL
374	Eixo Piloto - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.200,00	2.200,00	CINPAL
375	Eixo Primairo Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	CINPAL
376	Eixo Segundario Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.800,00	4.800,00	CINPAL
377	Eixo Setor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.250,00	1.250,00	CINPAL
378	Eletro ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.000,00	2.000,00	12M
379	Embreagem viscosa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
380	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	800,00	1.600,00	REI
381	engrenagem 1a - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	CINPAL
383	Engrenagem 3ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	CINPAL
384	Engrenagem 4ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	CINPAL
385	Engrenagem 5ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.500,00	1.500,00	CINPAL
386	Engrenagem 6° marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.600,00	1.600,00	CINPAL
387	Engrenagem 7ª marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.800,00	1.800,00	CINPAL
388	Engrenagem 8ª marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.000,00	2.000,00	CINPAL
389	Engrenagem caixa de tração - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	CINPAL
390	Engrenagem Ré - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	800,00	800,00	CINPAL
391	Engrenagem comando de válvula - Caminhão MB Atron 2729, ano 2014, placas AYI-8G20	1	UND	1.700,00	1.700,00	CINPAL
392	Escapamento silencioso - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.700,00	2.700,00	FABBOF
393	Espelho retrovisor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	300,00	600,00	UNIVERSAL
394	Espiga do Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	LNG
395	Esticador Correia Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	700,00	700,00	LNG
396	Pisante do paralama estribo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	300,00	600,00	UNIVERSAL
397	Evaporadora de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
398	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	20	UND	110,00	2.200,00	3M
399	Fechadura da porta completa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	UNIVERSAL
400	Fechadura De Capo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	640,00	640,00	UNIVERSAL
401	Fechadura traseira cabine - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	700,00	700,00	UNIVERSAL
402	Feixe De Molas dinteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	FAMA
403	Feixe de molas traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	5.700,00	5.700,00	FAMA
404	Flange câmbio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	LNG
405	Flange do Cardan com orelha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	LNG
406	Flange do central do cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	LNG
407	Flange pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.300,00	1.300,00	LNG
408	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	600,00	600,00	FLEX
409	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	400,00	400,00	FLEX
410	Flexivel Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	110,00	660,00	FLEX

411	Garfo de embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	475,00	475,00	CINPAL
412	Garfo de Engate - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.100,00	2.100,00	CINPAL
413	Gás 141B para ar condicionado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	GÁSCH
414	Gás R134 para ar condicionado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	GÁSCH
415	Grade Dianteira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.300,00	1.300,00	UNIVERSAL
416	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	178,00	178,00	CINPAL
417	Hélice do ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	1.400,00	2.800,00	MB
418	Intercooler - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.700,00	3.700,00	MB
419	Junta da tampa de válvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	300,00	300,00	SABO
420	Junta do cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	600,00	600,00	SABO
421	Junta do cárter - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	150,00	150,00	SABO
422	Jogo de junta completo da caixa de cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	SABO
423	Jogo de junta completo do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.900,00	1.900,00	SABO
424	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.400,00	2.400,00	SABO
425	Juntas do coletor de escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	140,00	140,00	SABO
426	Kit Disco de embreagem Plator - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.800,00	4.800,00	KISCH
427	Kit retentores de cubos - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	800,00	800,00	SABO
428	Kit reparo dos injetores - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
429	Kit de retentores de caixa de cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	700,00	700,00	SABO
430	Lonas de Freio Dian - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	16	UND	500,00	8.000,00	LONAFLEX
431	Lonas de Freio Tras - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	40	UND	700,00	28.000,00	LONAFLEX
432	Luva Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
433	Luva de Engate - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
434	Luva Deslizante - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	LNG
435	Maçaneta de porta externa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
436	Mancal do comando - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	TARANTO
437	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	NTN
438	Mangueira da Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
439	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	300,00	2.400,00	FLEX
440	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.200,00	2.200,00	JAMAICA
441	Mangueira do intercooler - Caminhão MB 2729 Atron, ano 2014, placa AYI-8G20	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
442	Máquina de vidro direita - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	UNIVERSAL
443	Máquina de vidro esquerda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	UNIVERSAL
444	Mola Patim Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	8	UND	150,00	1.200,00	REX
445	Palheta limpador de parabrisa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	250,00	1.000,00	AUTOIMPACT
446	Parachoque dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	UNIVERSAL
447	Paralamas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	2.400,00	4.800,00	UNIVERSAL
448	Parabrisa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.400,00	2.400,00	AMÉRICA
449	Parafuso Caixa satélite - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	30	UND	60,00	1.800,00	REX
450	Parafuso Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	26	UND	20,00	520,00	REX
451	Parafuso coroa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	42	UND	54,00	2.268,00	REX
452	Parafuso da Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	70	UND	30,00	2.100,00	REX
453	Parafuso do cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	26	UND	130,00	3.380,00	MB
454	Patim de freio dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	650,00	2.600,00	ORLI
455	Patim de Freio Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	750,00	6.000,00	ORLI
456	Peito De Aco Suspensao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	2.400,00	14.400,00	UNIVERSAL
457	Pescador de óleo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	450,00	450,00	MB
458	Pistão do Compressor ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	640,00	640,00	MAHLE
459	Pistão do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	1.300,00	7.800,00	MAHLE
460	Planetária - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	SIMPALREX
461	Polia Anti Vibradora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
462	Polia auxiliar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	400,00	400,00	MB
463	Polia do virabrequim - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
464	polia viscosa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.100,00	3.100,00	MB
465	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	4.400,00	8.800,00	SIMPALREX
466	Ponteira Para-choque - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	900,00	1.800,00	UNIVERSAL
467	Porca ajuste coroa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	150,00	300,00	REX
468	Porca ajuste pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	200,00	400,00	REX
469	Porca carcaça - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	80,00	480,00	REX
470	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	130,00	780,00	REX
471	Porca de Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	70	UND	30,00	2.100,00	REX
472	Pratos das válvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	24	UND	118,00	2.832,00	TARANTO
473	Presostato de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	12M
474	Prisioneira de cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	26	UND	130,00	3.380,00	TARANTO
475	Radiador de água - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	ZAGO
476	Rebite para lona de freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	600	UND	1,00	600,00	UNIVERSAL
477	Relógio velocímetro completo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.800,00	2.800,00	12M
478	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	300,00	300,00	WABCO
479	Reparo valvula descarga ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	200,00	200,00	WABCO
480	Freio estacionário completo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	TRW
481	Reparo valvula governadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	200,00	200,00	WABCO
482	Reparo valvula pedal - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	100,00	100,00	WABCO
483	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	WABCO
484	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	300,00	300,00	WABCO
485	Kit completo de reparo da bomba de água - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	URBA
486	Reservatorio de agua - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	400,00	400,00	RESERPLASTI C
487	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.500,00	1.500,00	RESERPLASTI C
488	Resistência do eletro ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	12M
489	Kit completo de retentor Da Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	SABO
490	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	150,00	150,00	SABO
491	Retentor Traseiro do virabrequim - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	230,00	230,00	SABO
492	Retentor do pinhão diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	350,00	350,00	SABO
493	Roda em alumínio na medida R22,5 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	6	UND	2.821,00	16.926,00	ROADLINE
494	Kit completo de rolamento do diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	4.400,00	4.400,00	NTN
495	Rolamento do berço - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	940,00	940,00	NTN
496	Rolamento dos cubos - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	8	UND	450,00	3.600,00	NTN
497	Rolete Do Patim Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	26	UND	150,00	3.900,00	ORLI
498	Selo de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	130,00	130,00	12M
499	Sensor de pressão de óleo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	150,00	150,00	12M

500	Sensor de pressão do combustível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	650,00	650,00	12M
501	Sensor Rotação - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	410,00	410,00	12M
502	Sensor Temperatura do ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.000,00	1.000,00	12M
503	Sensor de temperatura do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	350,00	350,00	12M
504	Sensor Oleo Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.000,00	1.000,00	12M
505	Sensor Pressão de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	750,00	750,00	12M
506	Servo freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.300,00	2.300,00	SCHULZ
507	Silencioso - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.300,00	2.300,00	FABBOF
508	Sino Diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.100,00	3.100,00	SIMPALREX
509	suporte cabine dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	REI
510	suporte cabine traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	700,00	1.400,00	REI
511	Suporte Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	1.100,00	4.400,00	REI
512	Suporte do filtro de óleo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
513	Suporte do mancal central - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	REI
514	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	1.300,00	2.600,00	REI
515	Suporte Motor Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	1.200,00	2.400,00	REI
516	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	1.800,00	7.200,00	FREMAX
517	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	8	UND	2.300,00	18.400,00	FREMAX
518	Tampa Do Radiador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
519	Tampa tanque de combustível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	290,00	290,00	UNIVERSAL
520	Tanque de arla - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.800,00	3.800,00	MB
521	Tanque de Combustível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	5.500,00	5.500,00	MB
522	Tensor da correia - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	600,00	600,00	NTN
523	Terminal de Direção LD - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
524	Terminal de Direção LE - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
525	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
526	Terminal De Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	2	UND	600,00	1.200,00	LNG
527	Termostato de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	AYMOSTATO
528	Tirante estabilizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	4	UND	800,00	3.200,00	REI
529	Trambulador marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.200,00	1.200,00	MB
530	Trava Aranha Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	8	UND	118,00	944,00	SIMPALREX
531	Trava do eixo piloto - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	8	UND	118,00	944,00	SIMPALREX
532	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	4	UND	60,00	240,00	ORLI
533	Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	8.400,00	8.400,00	BIAGIO
534	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	WABCO
535	Valvula alivio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	900,00	900,00	WABCO
536	Valvula APU - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	2.200,00	2.200,00	WABCO
537	Valvula de Admissão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	200,00	200,00	MAHLE
538	Valvula de escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	250,00	250,00	MAHLE
539	Valvula de pressão do arla - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.400,00	1.400,00	MB
540	Valvula de Retorno - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	150,00	150,00	MB
541	Valvula descarga ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	900,00	900,00	LNG
542	Valvula descarga rápida - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	600,00	600,00	LNG
543	Valvula Do Rele Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	1.100,00	1.100,00	LNG
544	Válvula do freio estacinário - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
545	Valvula governadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	650,00	650,00	LNG
546	Valvula relê quatro circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
547	Valvula relê simples circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	800,00	800,00	LNG
548	Valvula termostatica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	750,00	750,00	TEM
549	Válvulas de admissão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	1	UND	200,00	200,00	TARANTO
550	Vareta de nível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	300,00	300,00	MB
551	Veda escapamento - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI- 8620	2	UND	150,00	300,00	3M
552	Virabrequim - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	8.500,00	8.500,00	SUZIM
553	Volante do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2014, placa AYI-8620	1	UND	3.200,00	3.200,00	AUTIMPEX
554	Alavanca de Comando - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	750,00	750,00	UNIVERSAL
555	Amortecedor cabine - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	4	UND	1.200,00	4.800,00	COFAP
556	Amortecedor Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	950,00	3.800,00	COFAP
557	Aneis de Pistão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	18	UND	650,00	11.700,00	MAHLE
558	Anel De Vedacao Molas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	80,00	320,00	APC
559	Anel Sincronizado Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	400,00	2.400,00	WABCO
560	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	300,00	1.800,00	REI
561	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	40,00	160,00	REI
562	Arruela cubo Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	40,00	320,00	REI
563	Arruela De Molas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	20	UND	10,00	200,00	REI
564	Arruela Difrencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	20	UND	50,00	1.000,00	SIMPALREX
565	Arruela de encosto - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	18	UND	90,00	1.620,00	SIMPALREX
566	Atuador da turbina - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.800,00	2.800,00	MASTERPOW ER
567	Atuador do freio motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.900,00	1.900,00	UNIVERSAL
568	Balancim comando de valvula - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	700,00	700,00	MAHLE
569	Barra de Direção Curta - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.200,00	1.200,00	TRW
570	Barra estabilizadora - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	1.400,00	2.800,00	TRW
571	Bico injetor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	2.900,00	17.400,00	BOSCH
572	Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	1.100,00	8.800,00	TARANTO
573	Bloco do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	18.300,0 0	18.300,00	MB
574	Bobina de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	500,00	500,00	BZ
575	Bomba alimentadora - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.400,00	2.400,00	BOSCH
576	Bomba de água - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.300,00	1.300,00	URBA
577	Bomba de alta pressão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	8.800,00	8.800,00	BOSCH
578	Bomba de arla - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.700,00	4.700,00	BOSCH
579	Bomba de Baixa pressão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.300,00	1.300,00	BOSCH
580	Bomba de oleo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.100,00	2.100,00	URBA
581	Bomba hidráulica da direção - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.800,00	3.800,00	MEDAL
582	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	9.400,00	9.400,00	BOSCH
583	Borracha Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	8	UND	230,00	1.840,00	LNG
584	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	150,00	900,00	LNG
585	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	400,00	2.400,00	UNIVERSAL
586	Braco Pitmam Direcao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	TRW
587	Bronzina de Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	12	UND	400,00	4.800,00	MAHLE
588	Bronzina de mancal - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	14	UND	550,00	7.700,00	MAHLE

589	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	200,00	800,00	REI
590	Bucha de Biela - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	12	UND	240,00	2.880,00	MAHLE
591	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	250,00	1.500,00	REI
592	Bucha do mancal - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	150,00	1.200,00	MAHLE
593	Bucha Do Molejo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	12	UND	180,00	2.160,00	REI
594	Bucha estabilizador grande - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	80,00	320,00	REI
595	Buchas barra estabilizadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	70,00	420,00	REI
596	Buchas de Comando - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	140,00	840,00	MAHLE
597	Bucha de suspensão - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	16	UND	290,00	4.640,00	REI
598	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	EATON
599	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	800,00	800,00	EATON
600	Cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	14.650,0 0	14.650,00	MB
601	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.100,00	1.100,00	OM
602	Cabo velocimetro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	290,00	290,00	CURTI
603	Caixa de cambio completa - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	37.000,0 0	37.000,00	SIMPALREX
604	Caixa Satélite - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.400,00	4.400,00	SIMPALREX
605	Calço pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	SIMPALREX
606	Camisa de pistão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	6	UND	1.300,00	7.800,00	MAHLE
607	Camisas de cilindro - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	1.300,00	7.800,00	EATON
608	Canos de bico - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	600,00	3.600,00	MB
609	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	450,00	450,00	FABBOF
610	Cano Retorno Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	700,00	700,00	FABBOF
611	Cano saída escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	800,00	800,00	FABBOF
612	Cano saída motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	600,00	600,00	FABBOF
613	Carcaça do volante do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	6.400,00	6.400,00	AUTOIMPEX
614	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.700,00	4.700,00	LNG
615	Cárter do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	2.400,00	2.400,00	MB
616	Catalisador - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	MB
617	Catraca de Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	18	UND	500,00	9.000,00	BZ
618	Chicote dos injetores - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	2.000,00	12.000,00	MB
619	Chicote eletrico do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.900,00	3.900,00	MB
620	cilindro aux embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	EATON
621	Cilindro mestre embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	950,00	950,00	EATON
622	Coifa Cardan Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	340,00	340,00	UNIVERSAL
623	coletor escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.300,00	2.300,00	FABBOF
624	Comando de valvulas - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.100,00	3.100,00	TARANTO
625	Compressor de Ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	4.500,00	4.500,00	WABCO
626	Compressor do ar condicionado - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.400,00	3.400,00	MB
627	Condensadora de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
648	Eixo Piloto - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.900,00	1.900,00	ZF
649	Eixo Primairo Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.000,00	4.000,00	ZF
650	Eixo Segundario Cambio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.500,00	4.500,00	ZG
651	Eixo Setor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.100,00	1.100,00	BOSCH
652	Eletro ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.700,00	1.700,00	MB
653	Embreagem viscosa - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.600,00	1.600,00	MB
654	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	778,00	1.556,00	REI
655	engrenagem 1a - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	980,00	980,00	ZF
656	Engrenagem 2ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	996,00	996,00	ZF
657	Engrenagem 3ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.170,00	1.170,00	ZF
658	Engrenagem 4ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.178,00	1.178,00	ZF
659	Engrenagem 5ª - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.170,00	1.170,00	ZF
660	Engrenagem 6° marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.480,00	1.480,00	ZF
661	Engrenagem 7ª marcha - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.680,00	1.680,00	ZF
662	Engrenagem 8ª marcha - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.888,00	1.888,00	ZF
663	Engrenagem caixa de tração - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.289,00	4.289,00	ZF
664	Engrenagem Ré - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	780,00	780,00	ZF
665	Engrenagem do comando de válvula - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.590,00	1.590,00	ZF
666	Escapamento silencioso - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.690,00	1.690,00	FABBOF
667	Espelho retrovisor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	2	UND	288,00	576,00	UNIVERSAL
668	Espiga do Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.098,00	1.098,00	LNG
669	Esticador Correia Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	698,00	698,00	NTN
670	Pisante do paralama estribo - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	348,00	696,00	UNIVERSAL
671	Evaporadora de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.998,00	1.998,00	MB
672	Faixa refletiva adesiva 50mmx3mm - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	20	UND	116,00	2.320,00	3M
673	Fechadura da porta completa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.185,00	1.185,00	UNIVERSAL
674	Fechadura De Capo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	598,00	598,00	UNIVERSAL
675	Fechadura traseira cabine - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	700,00	700,00	UNIVERSAL
676	Feixe De Molas dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.454,00	4.454,00	FAMA
677	Feixe de molas traseiro - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	5.700,00	5.700,00	FAMA
678	Flange câmbio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.400,00	1.400,00	LNG
686	Garfo de Engate - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.998,00	1.998,00	LNG
688	Gás R134 para ar condicionado - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	890,00	890,00	GENERTRON
689	Grade Dianteira - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.290,00	1.290,00	UNIVERSAL
690	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	BZ
691	Hélice do ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	2	UND	1.400,00	2.800,00	WIND
692	Intercooler - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.500,00	3.500,00	MB
693	Junta da tampa de válvulas - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	300,00	300,00	SABO
694	Junta do cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	600,00	600,00	SABO
695	Junta do cárter - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	SABO
696	Juntas do coletor de escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	SABO
697	Jogo de junta completo de cambio - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	500,00	500,00	ZF
698	Jogo de junta completo do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.979,00	1.979,00	SABO
699	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.400,00	2.400,00	SABO
700	Junta do coletor de escape - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	148,00	148,00	SABO
701	Kit disco embregame e plato - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.800,00	4.800,00	SACHS
702	Kit retentores de cubos - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	800,00	800,00	SABO
703	Kit reparo dos injetores - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
704	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	700,00	700,00	ZF
705	Lonas de Freio Dian - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	16	UND	550,00	8.800,00	LONAFLEX

706	Lonas de Freio Tras - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	40	UND	700,00	28.000,00	LONAFLEX
707	Luva Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
708	Luva de Engate - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.100,00	1.100,00	LNG
709	Luva Deslizante - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.100,00	1.100,00	LNG
710	Maçaneta de porta externa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
711	Mancal do comando - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.100,00	1.100,00	MAHLE
712	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	LNG
713	Mangueira da Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
714	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	300,00	2.400,00	FLEX
715	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.300,00	2.300,00	JAMAICA
716	Mangueira do intercooler - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
717	Máquina de vidro direita - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	UNIVERSAL
718	Máquina de vidro esquerda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	UNIVERSAL
719	Mola Patim Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	8	UND	150,00	1.200,00	ORLI
720	Palheta limpador de parabrisa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	250,00	500,00	AUTOIMPACT
721	Parachoque dianteiro - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.300,00	1.300,00	UNIVERSAL
722	Paralamas - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.400,00	2.400,00	UNIVERSAL
723	Parabrisa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.500,00	2.500,00	UNIVERSAL
724	Parafuso Caixa satélite - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	30	UND	60,00	1.800,00	REX
725	Parafuso Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	26	UND	20,00	520,00	REX
726	Parafuso coroa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	42	UND	30,00	1.260,00	REX
727	Parafuso da Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	70	UND	30,00	2.100,00	REX
728	Parafuso do cabeçote - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	26	UND	130,00	3.380,00	REX
729	Patim de freio dianteiro - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	673,00	2.692,00	ORLI
730	Patim de Freio Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	700,00	5.600,00	ORLI
731	Peito De Aco Suspensao - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	2.400,00	14.400,00	MB
732	Pescador de óleo - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	MB
733	Pistão do Compressor ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	MAHLE
734	Pistão do motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	6	UND	1.200,00	7.200,00	MAHLE
735	Planetária - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.400,00	1.400,00	SIMPALREX
736	Polia Anti Vibradora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	2.000,00	2.000,00	MB
737	Polia auxiliar - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	MB
738	Polia do virabrequim - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
739	polia viscosa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.100,00	3.100,00	MB
740	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.500,00	4.500,00	SIMPALREX
741	Ponteira Para-choque - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	900,00	1.800,00	UNIVERSAL
742	Porca ajuste coroa - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	2	UND	150,00	300,00	REX
743	Porca ajuste pinhão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	2	UND	200,00	400,00	REX
744	Porca carcaça - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	80,00	480,00	REX
745	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	138,00	828,00	REX
746	Porca de Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	70	UND	30,00	2.100,00	REX
747	Pratos das válvulas - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	24	UND	100,00	2.400,00	TARANTO
748	Presostato de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	600,00	600,00	TEM
749	Prisioneira de cabeçote - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	26	UND	120,00	3.120,00	REX
750	Radiador de água - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	4.400,00	4.400,00	ZAGO
751	Rebite para lona de freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	600	UND	1,00	600,00	UNIVERSAL
752	Relógio velocímetro completo - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.500,00	2.500,00	CTE
753	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	300,00	300,00	LNG
754	Reparo valvula descarga ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	200,00	200,00	LNG
755	Freio estacionário completo - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.400,00	4.400,00	LNG
756	Reparo valvula governadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	200,00	200,00	LNG
757	Reparo valvula pedal - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	100,00	100,00	LNG
758	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	LNG
759	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	300,00	300,00	LNG
760	Kit completo reparo da bomba de água - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	URBA
761	Reservatorio de agua - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	REPLASTEC
762	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.500,00	1.500,00	REPLASTEC
763	Resistência do eletro ventilador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	TEM
764	Kit completo de retentor da roda - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	SABO
765	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	SABO
766	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	200,00	200,00	SABO
767	Retentor do pinhão diferencial - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	350,00	350,00	SABO
768	Roda em alumínio na medida R 22,5 - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	6	UND	2.800,00	16.800,00	RODALINE
769	Kit completo de rolamento do diferencial - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	4.400,00	4.400,00	NTN
770	Rolamento do berço - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	900,00	900,00	NTN
771	Rolamento dos cubos - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	450,00	3.600,00	NTN
772	Rolete Do Patim Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	26	UND	150,00	3.900,00	ORLI
773	Selo de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	130,00	130,00	MB
774	Sensor de pressão do óleo - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	150,00	150,00	TEM
775	Sensor de pressão do combustível - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	TEM
776	Sensor de rotação - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	400,00	400,00	TEM
777	Sensor de temperatura do ar - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.000,00	1.000,00	TEM
778	Sensor de temperatura do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	350,00	350,00	TEM
779	Sensor Oleo Motor - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	1.000,00	1.000,00	TEM
780	Sensor Pressão de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	750,00	750,00	TEM
781	Servo freio - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.500,00	3.500,00	EATON
782	Silencioso - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.400,00	2.400,00	FABBOF
783	Sino Diferencial - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	3.100,00	3.100,00	SIMPALREX
784	suporte cabine dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	600,00	1.200,00	REI
785	suporte cabine traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	700,00	1.400,00	REI
786	Suporte Cardan - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	4	UND	1.100,00	4.400,00	LNG
787	Suporte do filtro de óleo - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.100,00	2.100,00	MB
788	Suporte do macal central - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	MB
789	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	1.300,00	2.600,00	REI
790	Suporte Motor Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	1.200,00	2.400,00	REI
791	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	1.900,00	7.600,00	FREMAX
792	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	8	UND	2.300,00	18.400,00	FREMAX
793	Tampa Do Radiador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
794	Tampa tanque de combustível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	296,00	296,00	MB

795	Tanque de arla - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.800,00	3.800,00	MB
796	Tanque de Combustível - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	5.700,00	5.700,00	MB
797	Tensor da correia - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	NTN
798	Terminal de Direção LD - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
799	Terminal de Direção LE - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	670,00	1.340,00	TRW
800	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
801	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	600,00	1.200,00	TRW
802	Terminal De Embreagem - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	2	UND	178,00	356,00	LNG
803	Termostato de ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	600,00	600,00	TEM
804	Tirante estabilizador - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	4	UND	800,00	3.200,00	TRW
805	Trambulador marcha - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.200,00	1.200,00	UNIVERSAL
806	Trava Aranha Roda - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	8	UND	100,00	800,00	REX
807	Trava do eixo piloto - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	8	UND	150,00	1.200,00	ZG
808	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	4	UND	60,00	240,00	ORLI
809	Turbina - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	8.400,00	8.400,00	BIAGIO
810	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.400,00	1.400,00	WABCO
811	Valvula alivio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	900,00	900,00	WABCO
812	Valvula APU - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	2.200,00	2.200,00	WABCO
813	Valvula de Admissão - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	200,00	200,00	MAHLE
814	Valvula de escape - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	200,00	200,00	MAHLE
815	Valvula de pressão do arla - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.400,00	1.400,00	MB
816	Valvula de Retorno - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	150,00	150,00	WABCO
817	Valvula descarga ar - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	900,00	900,00	WABCO
818	Valvula descarga rápida - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	600,00	600,00	WABCO
819	Valvula Do Rele Freio - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.187,00	1.187,00	WABCO
820	Válvula do freio estacionário - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.500,00	1.500,00	WABCO
821	Valvula governadora - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	600,00	600,00	LNG
822	Valvula relê quatro circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	1.800,00	1.800,00	WABCO
823	Valvula relê simples circuito - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	800,00	800,00	WABCO
824	Valvula termostatica - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	1	UND	700,00	700,00	TEM
825	Vareta de nível - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	300,00	300,00	MB
826	Veda escapamento - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW- 3F27	2	UND	150,00	300,00	3M
827	Virabrequim - Caminhão MB Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	8.798,00	8.798,00	SUZIM
828	Volante do motor - Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, Ano 2013, placa AWW-3F27	1	UND	3.198,00	3.198,00	AUTIMPEX
838	Arruela De Molas - Caminhão Iveco Tector 170E22, Ano 2013, placa AZO-6903	20	UND	20,00	400,00	BZ
1100	Alavanca de Comando - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	600,00	600,00	UNIVERSAL
1101	Amortecedor cabine - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	1.000,00	4.000,00	COFAP
1102	Amortecedor Dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	800,00	3.200,00	COFAP
1103	Aneis de pistão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	18	UND	500,00	9.000,00	MAHLE
1104	Anel De Vedacao Molas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	4	UND	70,00	280,00	ZF
1105	Anel Sincronizado Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	300,00	1.800,00	ZF
1106	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	200,00	1.200,00	SIMPALREX
1107	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	35,00	140,00	SIMPALREX
1108	Arruela cubo Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	40,00	320,00	SIMPALREX
1109	Arruela De Molas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	20	UND	15,00	300,00	REI
1110	Arruela Difrencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	20	UND	40,00	800,00	SIMPALREX
1111	Arruela de encosto - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	18	UND	79,00	1.422,00	SIMPALREX
1112	Atuador da turbina - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.397,00	2.397,00	MASTERPOW ER
1113	Atuador do freio motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.600,00	1.600,00	ZUPAN
1114	Balancim comando de valvula - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	600,00	600,00	TARANTO
1115	Barra de Direção Curta - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	TRW
1116	Barra estabilizadora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	1.200,00	2.400,00	TRW
1117	Biela - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	900,00	7.200,00	TARANTO
1118	Bloco do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	15.567,0 0	15.567,00	MB
1119	Bobina de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	400,00	400,00	WABCO
1120	Bomba alimentadora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.100,00	2.100,00	BOSCH
1121	Bomba de água - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	URBA
1122	Bomba de alta pressão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	7.489,00	7.489,00	BOSCH
1123	Bomba de baixa pressão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
1124	Bomba de oleo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.800,00	1.800,00	URBA
1125	Bomba hidráulica da direção - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.200,00	3.200,00	MEDAL
1126	Borracha Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	200,00	1.600,00	LNG
1127	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	150,00	900,00	BZ
1128	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	300,00	1.800,00	UNIVERSAL
1129	Braco Pitmam Direcao - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	800,00	800,00	TRW
1130	Bronzina de Biela - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	12	UND	300,00	3.600,00	MAHLE
1131	Bronzina de mancal - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	14	UND	488,00	6.832,00	MAHLE
1132	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	200,00	800,00	REI
1133	Bucha de Biela - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	12	UND	200,00	2.400,00	MAHLE
1134	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	200,00	1.200,00	TRW
1135	Bucha do mancal - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	150,00	1.200,00	MAHLE
1136	Bucha Do Molejo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	12	UND	100,00	1.200,00	REI
1137	Bucha estabilizador grande - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	4	UND	70,00	280,00	REI
1138	Buchas barra estabilizadora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	60,00	360,00	REI
1139	Buchas de Comando - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	120,00	720,00	MAHLE
1140	Bucha da suspensão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	16	UND	200,00	3.200,00	REI
1141	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	500,00	500,00	EATON
1143	Cabeçote Completo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	8.909,00	8.909,00	MB
1144	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	OM
1145	Cabo velocimetro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	CURTI
1146	Caixa de cambio completa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	24.749,0 0	24.749,00	MB
1147	Caixa Satélite - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	SIMPALREX
1148	Calço pinhão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	150,00	1.200,00	SIMPALREX
1149	Camisa de pistão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	1.100,00	6.600,00	MAHLE
1150	Camisas de cilindro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	1.200,00	7.200,00	MAHLE
1151	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	400,00	400,00	FABBOF
1152	Cano Retorno Turbina - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	600,00	600,00	FABBOF
1153	Cano saída escape - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	757,00	757,00	FABBOF
1154	Cano saída motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	FABBOF

1155	Carcaça do volante do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	5.469,00	5.469,00	LNG
1156	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	4.000,00	4.000,00	LNG
1157	Cárter do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.000,00	2.000,00	MB
1158	Catalisador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	5.700,00	5.700,00	MB
1159	Catraca de Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	18	UND	400,00	7.200,00	BZ
1160	Chicote eletrico do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	3.300,00	3.300,00	TEM
1161	cilindro aux embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	500,00	500,00	TRW
1162	Cilindro mestre embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	800,00	800,00	TRW
1163	Coifa Cardan Cambio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	200,00	800,00	UNIVERSAL
1164	coletor escape - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548 3	1	UND	1.900,00	1.900,00	FABBOF
1165	Comando de valvulas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.692,00	2.692,00	MB
1166	Compressor de Ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	4.081,00	4.081,00	WABCO
1167	Condensadora de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	MB
1168	Cone sincronizador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.388,00	1.388,00	MB
1169	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	5.467,00	5.467,00	SIMPALREX
1170	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	DALVILE
1171	Corpo de Acoplamento 1ª a 5ª marcha - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1172	Corpo Sincronizador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1173	Correia da direção hidráulica - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	GATES
1174	Correia Do Motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	GATES
1175	Correia do ventilador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	GATES
1176	Coxim do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	400,00	3.200,00	REI
1177	Cruzeta Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	300,00	1.800,00	LNG
1178	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	800,00	4.800,00	BZ
1179	Cuica de Freio Traseira - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	12	UND	800,00	9.600,00	BZ
1180	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	300,00	300,00	FABBOF
1181	curva freio motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.600,00	1.600,00	FABBOF
1182	Diafragma cuica de freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	4	UND	150,00	600,00	BZ
1183	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	5.469,00	5.469,00	TARANTO
1184	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	400,00	400,00	VSCR
1185	Eixo dos balancins - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	700,00	5.600,00	TARANTO
1186	Eixo Entalhado - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.000,00	2.000,00	VSCR
1187	Eixo intermediário - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	5.600,00	5.600,00	ORIGINAL
1188	Eixo Piloto - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.900,00	1.900,00	VSCR
1189	Eixo Primairo Cambio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	VSCR
1190	Eixo Segundario Cambio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	4.080,00	4.080,00	VSCR
1191	Eixo Setor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	TRW
1192	Eletro ventilador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.700,00	1.700,00	MTE
1193	Embreagem viscosa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	MTE
1194	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	700,00	1.400,00	REI
1195	engrenagem 1a - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1196	Engrenagem 2ª - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1197	Engrenagem 3ª - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1198	Engrenagem 4ª - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	VSCR
1199	Engrenagem 5ª - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.300,00	1.300,00	VSCR
1200	Engrenagem caixa de tração - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	VSCR
1201	Engrenagem Ré - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	700,00	700,00	VSCR
1202	Engrenagem do comando de válvula - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	VSCR
1203	Escapamento silencioso - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	2.300,00	2.300,00	FABBOF
1204	Espelho retrovisor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	200,00	400,00	UNIVERSAL
1205	Espiga do Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1206	Esticador Correia Motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	600,00	600,00	LNG
1207	Pisante do paralama estribo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	300,00	600,00	UNIVERSAL
1208	Evaporadora de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
1209	Faixa refletiva adesiva direita 50mm3m - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	20	UND	100,00	2.000,00	3M
1210	Fechadura da porta completa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	UNIVERSAL
1211	Fechadura De Capo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	UNIVERSAL
1212	Fechadura traseira cabine - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	600,00	600,00	UNIVERSAL
1213	Feixe De Molas dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	FAMA
1214	Feixe de molas traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	4.880,00	4.880,00	FAMA
1215	Flange câmbio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.200,00	1.200,00	LNG
1216	Flange do Cardan com orelha - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1217	Flange do central do cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	799,00	799,00	LNG
1218	Flange pinhão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1219	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	FLEX
1220	Flexivel Do Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	100,00	600,00	FLEX
1221	Garfo de embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	400,00	400,00	LNG
1222	Garfo de Engate - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.800,00	1.800,00	LNG
1223	Grade Dianteira - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	UNIVERSAL
1224	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	100,00	100,00	DALVILE
1225	Hélice do ventilador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	1.200,00	2.400,00	WIND
1226	Intercoller - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.197,00	3.197,00	MB
1227	Junta da tampa de válvula - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	200,00	200,00	SABO
1228	Junta do cabeçote - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	SABO
1229	Junta do carter - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	150,00	150,00	SABO
1230	Jogo de junta completo de caixa de cambio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	SABO
1231	Jogo de junta completo do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.680,00	1.680,00	SABO
1232	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.100,00	2.100,00	SABO
1233	Juntas do coletor de escape - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	120,00	120,00	SABO
1234	Kit Disco embreagem e plato - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	4.081,00	4.081,00	SACHS
1235	Kit retentores de cubos - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	700,00	700,00	SABO
1236	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	600,00	600,00	SABO
1237	Lonas de Freio Dian - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	16	UND	400,00	6.400,00	LONAFLEX
1238	Lonas de Freio Tras - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	40	UND	600,00	24.000,00	LONAFLEX
1239	Luva Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
1240	Luva de Engate - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1241	Luva Deslizante - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.200,00	1.200,00	LNG
1242	Maçaneta de porta externa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
1243	Mancal do comando - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	TARANTO

1244	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	799,00	799,00	DALVILE
1245	Mangueira da Turbina - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	300,00	300,00	JAMAICA
1246	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	200,00	1.600,00	FLEX
1247	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	2.000,00	4.000,00	JAMAICA
1248	Mangueira do Intercooler - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
1249	Máquina de vidro direita - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	799,00	799,00	UNIVERSAL
1250	Máquina de vidro esquerda - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	799,00	799,00	UNIVERSAL
1251	Mola Patim Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	150,00	1.200,00	ORLI
1252	Palheta limpador de parabrisa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	200,00	800,00	AUTOIMOPAC T
1253	Parachoque dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.200,00	1.200,00	UNIVERSAL
1254	Paralamas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.100,00	2.100,00	UNIVERSAL
1255	Parabrisa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.397,00	2.397,00	AMERICA
1256	Parafuso Caixa satélite - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	30	UND	54,00	1.620,00	REX
1257	Parafuso Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	26	UND	20,00	520,00	REX
1258	Parafuso coroa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	42	UND	50,00	2.100,00	REX
1259	Parafuso da Roda - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	70	UND	20,00	1.400,00	REX
1260	Parafuso do cabeçote - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	26	UND	100,00	2.600,00	REX
1261	Patim de freio dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	4	UND	500,00	2.000,00	ORLI
1262	Patim de Freio Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	600,00	4.800,00	ORLI
1263	Peito De Aco Suspensao - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	2.100,00	12.600,00	TRW
1264	Pescador de óleo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	400,00	400,00	TARANTO
1265	Pistão do Compressor ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	500,00	500,00	MAHLE
1266	Pistão do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	1.000,00	6.000,00	MAHLE
1267	Planetária - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.200,00	1.200,00	SIMPALREX
1268	Polia anti vibradora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.800,00	1.800,00	MTE
1269	Polia auxiliar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	300,00	300,00	REI
1270	Polia do virabrequim - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.800,00	1.800,00	REI
1271	Polia viscosa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.690,00	2.690,00	REI
1272	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	4.000,00	4.000,00	SIMPALREX
1273	Ponteira Para-choque - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	799,00	1.598,00	UNIVERSAL
1274	Porca ajuste coroa - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	150,00	300,00	SIMPALREX
1275	Porca ajuste pinhão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	180,00	360,00	SIMPALREX
1276	Porca carcaça - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	70,00	420,00	REX
1277	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	6	UND	100,00	600,00	REX
1278	Porca de Roda - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	70	UND	20,00	1.400,00	REX
1279	Pratos das válvulas - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	24	UND	100,00	2.400,00	MAHLE
1280	Presostato de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	MTE
1281	Prisioneira de cabeçote - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	26	UND	100,00	2.600,00	REX
1282	Radiador de água - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	4.000,00	4.000,00	ZAGO
1283	Rebite para lona de freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	600	UND	1,00	600,00	UNIVERSAL
1284	Relógio velocímetro completo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.398,00	2.398,00	MTE
1285	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	200,00	200,00	WABCO
1286	Reparo valvula descarga ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	180,00	180,00	WABCO
1287	Freio estacionário completo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	LNG
1288	Reparo valvula governadora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	200,00	200,00	LNG
1289	Reparo valvula pedal - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	100,00	100,00	LNG
1290	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	LNG
1291	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	LNG
1292	Kit completo de reparos da bomba de água - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	799,00	799,00	URBA
1293	Reservatorio de agua - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	350,00	350,00	REPLASTEC
1294	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	REPLASTEC
1295	Resistência do eletro ventilador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	MTE
1296	Kit completo de retentor Da Roda - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	799,00	799,00	SABO
1297	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	150,00	150,00	SABO
1298	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	SABO
1299	Retentor Do Pinhao Diferencail - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	300,00	300,00	SABO
1300	Roda em aluminio na medida R22,5 - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	6	UND	2.398,00	14.388,00	BORLEM
1301	Kit completo de rolamento do diferencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.786,00	3.786,00	NTN
1302	Rolamento do berço - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	799,00	799,00	NTN
1303	Rolamento dos cubos - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	400,00	3.200,00	NTN
1304	Rolete Do Patim Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	26	UND	150,00	3.900,00	ORLI
1305	Selo de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	100,00	100,00	RX
1306	Sensor de pressão do óleo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	150,00	150,00	MTE
1307	Sensor de pressão do combustível - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	570,00	570,00	MTE
1308	Sensor Rotação - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	350,00	350,00	MTE
1309	Automático auxiliar - Caminhão Iveco Tector 170E22, ano 2013, placa AZO-6903	1	UND	883,00	883,00	MTE
1310	Sensor de temperatura do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	300,00	300,00	MTE
1311	Sensor Oleo Motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	900,00	900,00	MTE
1312	Sensor Pressão de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	600,00	600,00	MTE
1313	Servo freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	3.200,00	3.200,00	TRW
1314	Silencioso - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.000,00	2.000,00	FABBOF
1315	Sino Diferencial - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.690,00	2.690,00	SIMPALREX
1316	suporte cabine dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	2	UND	500,00	1.000,00	REI
1317	suporte cabine traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	600,00	1.200,00	REI
1318	Suporte Cardan - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	820,00	3.280,00	LNG
1319	Suporte do filtro de óleo - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	RD
1320	Suporte do mancal central - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	650,00	650,00	RD
1321	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	2	UND	790,00	1.580,00	REI
1322	Suporte Motor Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	680,00	1.360,00	REI
1323	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	4	UND	980,00	3.920,00	FREMAX
1324	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	8	UND	1.200,00	9.600,00	FREMAX
1325	Tampa Do Radiador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	REPLASTEC
1326	Tampa tanque de combustível - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	REPLASTEC
1327	Tanque de Combustível - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	4.800,00	4.800,00	REPLASTEC
1328	Tensor da correia - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	498,00	498,00	NTN
1329	Terminal de Direção LD - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	2	UND	500,00	1.000,00	TRW
1330	Terminal de Direção LE - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	500,00	1.000,00	TRW
1331	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	500,00	1.000,00	TRW
1332	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	500,00	1.000,00	TRW

1333	Terminal De Embreagem - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	2	UND	150,00	300,00	BRC
1334	Termostato de ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	500,00	500,00	MTE
1335	Tirante estabilizador - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	700,00	2.800,00	TRW
1336	Trambulador marcha - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	BRC
1337	Trava Aranha Roda - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	100,00	100,00	BZ
1338	Trava do eixo piloto - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	8	UND	100,00	800,00	BZ
1339	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	4	UND	54,00	216,00	BZ
1340	Turbina - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	5.000,00	5.000,00	GIAGGIO
1341	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	800,00	800,00	SCHULZ
1342	Valvula alivio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	800,00	800,00	SCHULZ
1343	Valvula APU - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	SCHULZ
1344	Valvula de Admissão - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	180,00	180,00	TARANTO
1345	Valvula de escape - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	200,00	200,00	TARANTO
1346	Valvula de Retorno - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	150,00	150,00	SCHULZ
1347	Valvula descarga ar - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	700,00	700,00	SCHULZ
1348	Valvula descarga rápida - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	500,00	500,00	SCHULZ
1349	Valvula do rele de freio - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	1.000,00	1.000,00	SCHULZ
1350	Valvula do freio estacionario - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	SCHULZ
1351	Valvula governadora - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	570,00	570,00	SCHULZ
1352	Valvula relê quatro circuito - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	1.500,00	1.500,00	SCHULZ
1353	Valvula relê simples circuito - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM- 2548	1	UND	700,00	700,00	SCHULZ
1354	Valvula termostatica - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	656,00	656,00	MTE
1355	Vareta de nível - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	269,00	269,00	TARANTO
1356	Veda escapamento - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	2	UND	150,00	300,00	3M
1357	Virabrequim - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	7.489,00	7.489,00	SUZIM
1358	Volante do motor - Caminhão MB 1113, Ano 1978, placa AIM-2548	1	UND	2.700,00	2.700,00	DALVILLE
1359	Alavanca de Comando - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	656,00	656,00	BRORRACHA S
1360	Amortecedor cabine - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	700,00	2.800,00	COFAP
1361	Amortecedor Dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	600,00	2.400,00	COFAP
1362	Aneis de Pistão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	18	UND	580,00	10.440,00	MAHLE
1363	Anel De Vedacao Molas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	70,00	280,00	REI
1364	Anel Sincronizado Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	6	UND	350,00	2.100,00	BZ
1365	Aranha trava cubo traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	280,00	1.680,00	BZ
1366	Arruela cubo Dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	35,00	140,00	BZ
1367	Arruela cubo Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	8	UND	40,00	320,00	BZ
1368	Arruela De Molas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	20	UND	15,00	300,00	BZ
1369	Arruela Difrencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	20	UND	46,00	920,00	SIMPALREX
1370	Arruelas de encosto - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	18	UND	79,00	1.422,00	SIMPALREX
1371	Atuador da turbina - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	BIAGGIO
1372	Atuador do freio motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	950,00	950,00	BZ
1373	Balancim comando de valvula - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	550,00	550,00	TARANTO
1374	Barra de Direção Curta - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	700,00	700,00	TRW
1375	Barra estabilizadora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	700,00	1.400,00	TRW
1376	Bico injetor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	2.480,00	14.880,00	BOSCH
1377	Biela - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	960,00	7.680,00	TARANTO
1378	Bloco do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	15.567,0 0	15.567,00	MB
1379	Bobina de ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	480,00	480,00	MTE
1380	Bomba alimentadora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	2.100,00	2.100,00	BOSCH
1381	Bomba de água - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	800,00	800,00	URBA
1382	Bomba de baixa pressão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	800,00	800,00	BOSCH
1383	Bomba de oleo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	URBA
1384	Bomba hidráulica da direção - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.600,00	1.600,00	MEDA
1385	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.200,00	3.200,00	BOSCH
1386	Borracha Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	200,00	1.600,00	LNG
1387	Borracha Cuica Do Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	151,00	906,00	BZ
1388	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	378,00	2.268,00	UNIVERSAL
1389	Braco Pitmam Direcao - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	599,00	599,00	TRW
1390	Bronzina de Biela - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	12	UND	353,00	4.236,00	MAHLE
1391	Bronzina de mancal - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	14	UND	470,00	6.580,00	MAHLE
1392	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	218,00	872,00	REI
1393	Bucha de Biela - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	12	UND	200,00	2.400,00	MAHLE
1394	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	200,00	1.200,00	REI
1395	Bucha do mancal - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	150,00	1.200,00	MAHLE
1396	Bucha Do Molejo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	12	UND	168,00	2.016,00	REI
1397	Bucha estabilizador grande - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	70,00	280,00	REI
1398	Buchas barra estabilizadora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	60,00	360,00	REI
1399	Buchas de Comando - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	6	UND	120,00	720,00	MAHLE
1400	Bucha de suspensão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	16	UND	250,00	4.000,00	REI
1401	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	400,00	400,00	TRW
1402	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	450,00	450,00	TRW
1403	Cabeçote completo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	12.400,0 0	12.400,00	OM
1404	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	650,00	650,00	OM
1405	Cabo velocimetro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	250,00	250,00	CURTI
1406	Caixa de cambio completa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	14.800,0 0	14.800,00	MB
1407	Caixa Satélite - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	SIMPALREX
1408	Calço pinhão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	150,00	1.200,00	SIMPALREX
1409	Camisa de pistão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	1.170,00	7.020,00	MAHLE
1410	Camisa de cilindro - Caminhonete MB 608D, ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	1.200,00	7.200,00	MAHLE
1411	Canos de bico injetor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	6	UND	500,00	3.000,00	BOSCH
1412	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	400,00	400,00	FABBOF
1413	Cano Retorno Turbina - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	490,00	490,00	FABBOF
1414	Cano saída escape - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	700,00	700,00	FABBOF
1415	Cano saída motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	500,00	500,00	FABBOF
1416	Carcaça do volante do motor - - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	5.400,00	5.400,00	VETORE
1417	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
1418	Cárter do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	MB
1419	Catalisador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.000,00	2.000,00	MB
1420	Catraca de Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	18	UND	320,00	5.760,00	BZ
1421	cilindro aux embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	350,00	350,00	TRW

1422	Coifa Cardan Cambio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
1423	Chicote elétrico do motor - Caminhonete MB 608D, ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.300,00	3.300,00	MTE
1424	Clindro mestre embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	824,00	824,00	TRW
1425	coletor escape - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	800,00	800,00	FABBOF
1426	Comando de valvulas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	2.600,00	2.600,00	TARANTO
1427	Compressor de Ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	4.000,00	4.000,00	WABCO
1428	Condensadora de ar - Caminhonete MB 608D, ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.400,00	1.400,00	MB
1429	Cone sincronizador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.200,00	1.200,00	NTN
1430	Conjunto coroa e pinhão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	5.400,00	5.400,00	SIMPALREX
1431	Conjunto volante e cremalheira - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.780,00	3.780,00	OM
1432	Corpo de Acoplamento 1ª à 5ª marcha - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.020,00	1.020,00	CIMPAL
1433	Corpo Sincronizador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.178,00	1.178,00	CIMPAL
1434	Correia da direção hidráulica - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	180,00	180,00	GATES
1435	Correia Do Motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	GATES
1436	Correia do ventilador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	230,00	230,00	GATES
1437	Coxim do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	250,00	2.000,00	REI
1438	Cruzeta Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	LNG
1439	Cuica de Freio Dianteira - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	800,00	4.800,00	BZ
1440	Cuica de Freio Traseira - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	12	UND	883,00	10.596,00	BZ
1441	Curva de escape 3.1/2 - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	350,00	350,00	FABBOF
1442	curva freio motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	FABBOF
1443	Diafragma cuica de freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	150,00	600,00	BZ
1444	Eixo Comando de Valvulas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	5.469,00	5.469,00	TARANTO
1445	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	4.600,00	4.600,00	LNG
1446	Eixo dos balancins - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	757,00	6.056,00	MAHLE
1447	Eixo Entalhado - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.000,00	2.000,00	KL
1448	Eixo intermediário - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	5.600,00	5.600,00	KL
1449	Eixo Piloto - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.900,00	1.900,00	KL
1450	Eixo Primairo Cambio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	3.786,00	3.786,00	KL
1451	Eixo Segundario Cambio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	4.081,00	4.081,00	KL
1452	Eixo Setor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	TRW
1453	Embreagem Viscosa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.499,00	1.499,00	MTE
1454	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	700,00	1.400,00	REI
1455	engrenagem 1a - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	KL
1456	Engrenagem 2ª - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	KL
1457	Engrenagem 3ª - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	KL
1458	Engrenagem 4ª - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	KL
1459	Engrenagem 5ª - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.300,00	1.300,00	KL
1460	Engrenagem caixa de tração - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.780,00	3.780,00	KL
1461	Engrenagem Ré - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	700,00	700,00	KL
1462	Engrenagem do comando de válvula - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	KL
1463	Escapamento silencioso - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.300,00	2.300,00	FABBOF
1464	Espelho retrovisor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	200,00	400,00	UNIVERSAL
1465	Espiga do Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1466	Esticador Correia Motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	600,00	600,00	NTN
1467	Pisante do paralama estribo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	336,00	672,00	UNIVERSAL
1468	Evaporadora de ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
1469	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	20	UND	100,00	2.000,00	3M
1470	Fechadura da porta completa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	UNIVERSAL
1471	Fechadura De Capo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	546,00	546,00	UNIVERSAL
1472	Fechadura traseira cabine - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	631,00	631,00	UNIVERSAL
1473	Feixe De Molas dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.786,00	3.786,00	FAMA
1474	Feixe de molas traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	4.880,00	4.880,00	FAMA
1475	Flange câmbio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.200,00	1.200,00	LNG
1476	Flange do Cardan com orelha - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1477	Flange do central do cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	799,00	799,00	LNG
1478	Flange pinhão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	LNG
1479	Flexivel Caixa Direcao - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	546,00	546,00	FLEX
1480	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	400,00	400,00	FLEX
1481	Flexivel Do Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	89,00	534,00	FLEX
1482	Garfo de embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	400,00	400,00	KL
1483	Garfo de Engate - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	699,00	699,00	KL
1484	Grade Dianteira - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.100,00	1.100,00	UNIVERSAL
1485	Haste Regulador De Embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	KL
1486	Hélice do ventilador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	1.200,00	2.400,00	WIND
1487	Intercooler - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.200,00	1.200,00	MB
1488	Junta da tampa de válvulas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	200,00	200,00	SABO
1489	Junta do cabeçote - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	320,00	320,00	SABO
1490	Junta do cárter - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	SABO
1491	Jogo de junta completo de caixa de cambio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	450,00	450,00	SABO
1492	Jogo de junta completo do motor - Caminhonete MB 608D, ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	890,00	890,00	SABO
1493	Jogo de junta completo do diferencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.200,00	1.200,00	SABO
1494	Juntas do coletor de escape - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	120,00	120,00	SABO
1495	Kit Disco de embreagem Plator- Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.000,00	2.000,00	SACHS
1496	Kit retentores de cubos - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	450,00	450,00	SABO
1497	Kit retentores de caixa de cambio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	400,00	400,00	SABO
1498	Lonas de Freio Dian - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	16	UND	320,00	5.120,00	LONAFLEX
1499	Lonas de Freio Tras - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	40	UND	350,00	14.000,00	LONAFLEX
1500	Luva Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	LNG
1501	Luva de Engate - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	580,00	580,00	LNG
1502	Luva Deslizante - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	700,00	700,00	KL
1503	Maçaneta de porta externa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL
1504	Mancal de comando - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	620,00	620,00	TARANTO
1505	Mancal do rolamento embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	600,00	600,00	LNG
1506	Mangueira da Turbina - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	350,00	350,00	JAMAICA
1507	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	8	UND	260,00	2.080,00	BZ
1508	Kit completo de mangueiras do radiador de arrefecimento - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	998,00	998,00	JAMAICA
1509	Mangueira do intercooler - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	400,00	400,00	JAMAICA
1510	Máquina de vidro direita - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	670,00	670,00	UNIVERSAL

1511	Máquina de vidro esquerda - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	799,00	799,00	UNIVERSAL
1512	Mola Patim Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	8	UND	150,00	1.200,00	ORLI
1513	Palheta limpador de parabrisa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	230,00	920,00	AUTOIMPACT
1514	Parachoque dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.200,00	1.200,00	UNIVERSAL
1515	Paralama - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.199,00	1.199,00	UNIVERSAL
1516	Parabrisa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.199,00	1.199,00	AMERICA
1517	Parafuso Caixa satélite - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	30	UND	54,00	1.620,00	REX
1518	Parafuso Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	26	UND	21,00	546,00	REX
1519	Parafuso coroa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	42	UND	38,00	1.596,00	REX
1520	Parafuso da Roda - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	70	UND	20,00	1.400,00	REX
1521	Parafuso do cabeçote - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	26	UND	110,00	2.860,00	REX
1522	Patim de freio dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	570,00	2.280,00	ORLI
1523	Patim de Freio Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	8	UND	650,00	5.200,00	ORLI
1524	Peito De Aco Suspensao - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	1.299,00	7.794,00	MB
1525	Pescador de óleo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	400,00	400,00	TARANTO
1526	Pistão do Compressor ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	546,00	546,00	MAHLE
1527	Pistão do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	649,00	3.894,00	MAHLE
1528	Planetária - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	1.200,00	2.400,00	SIMPALREX
1529	Polia anti vibradora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.100,00	1.100,00	MB
1530	Polia auxiliar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	378,00	378,00	MB
1531	Polia do virabrequim - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.800,00	1.800,00	MB
1532	Polia viscosa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.399,00	1.399,00	MB
1533	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	2.599,00	2.599,00	SIMPALREX
1534	Ponteira Para-choque - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	798,00	1.596,00	UNIVERSAL
1535	Porca ajuste coroa - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	150,00	300,00	REX
1536	Porca ajuste pinhão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	180,00	360,00	REX
1537	Porca carcaça - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	70,00	420,00	REX
1538	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	110,00	660,00	REX
1539	Porca de Roda - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	70	UND	20,00	1.400,00	REX

1540	Pratos das válvulas - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	24	UND	100,00	2.400,00	LNG
1541	Presostato de ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	546,00	546,00	TEM
1542	Prisioneira de cabeçote - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	26	UND	110,00	2.860,00	REX
1543	Radiador de água - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.499,00	1.499,00	ZAGO
1544	Rebite para lona de freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	600	UND	1,00	600,00	UNIVERSAL
1545	Relógio velocímetro completo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.399,00	1.399,00	MTE
1546	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	260,00	260,00	WABCO
1547	Reparo valvula descarga ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	180,00	180,00	WABCO
1548	Freio estacionário completo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.999,00	1.999,00	LNG
1549	Reparo valvula governadora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	230,00	230,00	WABCO
1550	Reparo valvula pedal - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	100,00	100,00	WABCO
1551	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	399,00	399,00	WABCO
1552	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	269,00	269,00	WABCO
1553	Kit completo de reparos da bomba de água - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	799,00	799,00	WABCO
1554	Reservatorio de agua - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	350,00	350,00	REPLASTEC
1555	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	REPLASTEC
1556	Resistência do eletro ventilador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	546,00	546,00	MTE
1557	Kit completo de retentor Da Roda - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	799,00	799,00	SABO
1558	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	SABO
1559	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	200,00	200,00	SABO
1560	Retentor Do Pinhao Diferencail - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	319,00	319,00	SABO
1561	Roda em alumínio na medida 6x16 - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	6	UND	1.199,00	7.194,00	CARRETÃO
1562	Kit completo de rolamento diferencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.700,00	3.700,00	NTN
1563	Rolamento do berço - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	799,00	799,00	NTN
1564	Rolamento dos cubos - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	8	UND	400,00	3.200,00	NTN
1565	Rolete Do Patim Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	26	UND	150,00	3.900,00	ORLI
1566	Selo de ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	110,00	110,00	RX
1567	Sensor de pressão de óleo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	MTE
1568	Sensor de pressão do combustível - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	570,00	570,00	MTE
1569	Sensor de rotação - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	350,00	350,00	MTE
1570	Chave de contato - Caminhão Ford 2629 4x4, ano 2017, placa BBR- 4A26	1	UND	883,00	883,00	MTE
1571	Sensor de temperatura do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	220,00	220,00	MTE
1572	Sensor de pressão do ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	664,00	664,00	MTE
1573	Servo freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	3.200,00	3.200,00	SCHULZ
1574	Silencioso - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.299,00	1.299,00	FABBOF
1575	Sino Diferencial - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.600,00	2.600,00	SIMPALREX
1576	suporte cabine dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	540,00	1.080,00	REI
1577	suporte cabine traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	650,00	1.300,00	REI
1578	Suporte Cardan - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	1.000,00	4.000,00	LNG
1579	Suporte do filtro de óleo - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.900,00	1.900,00	OM
1580	Suporte do mancal central - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	799,00	799,00	OM
1581	Suporte Motor Dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	1.000,00	2.000,00	REI
1582	Suporte Motor Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	1.093,00	2.186,00	REI
1583	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	999,00	3.996,00	FREMAX
1584	Tambor de Freio Traseiro - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	4	UND	1.900,00	7.600,00	FREMAX
1585	Tampa Do Radiador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	210,00	210,00	REPLASTEC
1586	Tampa tanque de combustível - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	250,00	250,00	REPLASTEC
1587	Tanque de Combustível - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	4.880,00	4.880,00	REPLASTEC
1588	Tensor da correia - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	546,00	546,00	NTN
1589	Terminal de Direção LD - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	546,00	1.092,00	TRW
1590	Terminal de Direção LE - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	570,00	1.140,00	TRW
1591	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	399,00	798,00	TRW
1592	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	2	UND	399,00	798,00	TRW
1593	Terminal De Embreagem - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	TRW
1594	Termostato de ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	400,00	400,00	MTE
1595	Tirante estabilizador - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	4	UND	715,00	2.860,00	REI
1596	Trambulador marcha - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	UNIVERSAL

1597	Trava Aranha Roda - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	100,00	100,00	RX
1598	Trava do eixo piloto - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	150,00	150,00	RX
1599	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	54,00	54,00	RX
1600	Turbina - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	4.999,00	4.999,00	BIAGGIO
1601	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	800,00	800,00	SCHULZ
1602	Valvula alivio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	800,00	800,00	SCHULZ
1603	Valvula de Admissão - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	180,00	180,00	MAHLE
1604	Valvula de escape - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	200,00	200,00	MAHLE
1605	Valvula de Retorno - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	150,00	150,00	SCHULZ
1606	Valvula descarga ar - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	799,00	799,00	SCHULZ
1607	Valvula descarga rápida - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	546,00	546,00	SCHULZ
1608	Valvula Do Rele Freio - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	1.000,00	1.000,00	SCHULZ
1609	Valvula do freio estacionário - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.500,00	1.500,00	SCHULZ
1610	Valvula governadora - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	570,00	570,00	LNG
1611	Valvula Reduzida - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	1.099,00	1.099,00	LNG
1612	Valvula relê quatro circuito - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	715,00	715,00	SCHULZ
1613	Valvula termostatica - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	1	UND	399,00	399,00	MTE
1614	Vareta de nível - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	269,00	269,00	UNIVERSAL
1615	Veda escapamento - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ- 6744	2	UND	89,00	178,00	3M
1616	Virabrequim - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	7.489,00	7.489,00	SUZIM
1617	Volante do motor - Caminhonete MB 608D, Ano 1984, placa AFQ-6744	1	UND	2.700,00	2.700,00	AUTIMPEX
1640	Bomba de alta pressão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	7.500,00	7.500,00	BOSCH
1641	Bomba de Baixa pressão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
1642	Bomba de oleo - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.800,00	1.800,00	BOSCH
1645	Borracha Cardan - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	8	UND	200,00	1.600,00	LNG
1649	Bronzina de Biela - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	12	UND	350,00	4.200,00	MAHLE
1650	Bronzina de mancal - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	14	UND	490,00	6.860,00	MAHLE
1659	Bucha da suspensão - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	12	UND	250,00	3.000,00	REI
1663	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	1.000,00	1.000,00	NTO
1686	Comando de valvulas - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	2.700,00	2.700,00	TARANTO
1687	Compressor de Ar - Caminhonete VW 8.150 E Delivery, Ano 2008, placa DBL-9F74	1	UND	4.100,00	4.100,00	SCHULZ
1947	Catalisador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	7.800,00	7.800,00	FABBOF
1959	Cone sincronizador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.800,00	1.800,00	NTN
1961	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.100,00	5.100,00	REI
2003	Faixa refletiva adesiva direita 50mmx3m - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	20	UND	130,00	2.600,00	3M
2008	Feixe de molas traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	6.600,00	6.600,00	FAMA
2061	Peito de aço da suspensão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	2.800,00	16.800,00	UNIVERSAL
2064	Pistão do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	1.500,00	9.000,00	MAHLE
2065	Planetária - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	1.700,00	1.700,00	REX
2066	Polia anti vibradora - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.400,00	2.400,00	MTE
2067	Polia auxiliar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	500,00	500,00	POLITENS
2068	Polia do virabrequim - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.400,00	2.400,00	MTE
2069	Polia viscosa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	3.600,00	3.600,00	MODEFER
2071	Ponteira parachoque - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.000,00	2.000,00	VW
2072	Porca ajuste coroa - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	200,00	400,00	REI
2073	Porca ajuste pinhão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	200,00	400,00	REI
2075	Porca castelo ponta eixo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	160,00	960,00	SIMPALREX
2077	Pratos de válvulas - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	24	UND	130,00	3.120,00	SCHULZ
2078	Pressostato de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	MTE
2080	Radiador de água - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.500,00	5.500,00	VISCONDE
2081	Rebite para lona de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	600	UND	1,00	600,00	RX
2082	Relógio velocímetro completo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.200,00	3.200,00	MTE
2083	Reparo de válvula do freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	360,00	360,00	KNORR
2084	Reparo válvula descarga ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	250,00	250,00	SCHULZ
2085	Freio estacionario completo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.100,00	5.100,00	KNORR
2087	Reparo válvula pedal - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	130,00	130,00	SCHULZ
2088	Reparo válvula quatro circuito - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	KNORR
2089	Reparo válvula rele simples circuito - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	360,00	360,00	KNORR
2090	Kit completo de reparo da bomba de água - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	URBA
2092	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.000,00	2.000,00	UNIVERSAL
2093	Resistencia do eletro ventilador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	TEM
2094	Kit completo de retentor da roda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	SABÓ
2095	Retentor dianteiro do virabrequim - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	200,00	200,00	SABÓ
2096	Retentor traseiro do virabrequim - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	270,00	270,00	SABO
2097	Retentor do pinhão diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	430,00	430,00	SABÓ
2098	Roda em alumínio na medida R22,5 - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	6	UND	3.200,00	19.200,00	CARRETÃO
2099	Kit completo de rolamento do diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	5.100,00	5.100,00	NTN
2100	Rolamento do berço - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	NTN
2102	Rolete do patim freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	26	UND	200,00	5.200,00	ORLI
2104	Sensor de pressão de óleo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	200,00	200,00	MTE
2108	Sensor de temperatura do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	430,00	430,00	MTE
2109	Sensor óleo motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.200,00	1.200,00	REI
2111	Servo freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	4.400,00	4.400,00	TRW
2112	Silencioso - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	2.800,00	2.800,00	FABBOF
2113	Sino diferencial - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.600,00	3.600,00	SIMPALREX
2114	Suporte cabine dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	740,00	1.480,00	REI
2116	Suporte Cardan - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	1.300,00	5.200,00	LNG
2117	Suporte do filtro de óleo - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.600,00	2.600,00	VW
2118	Suporte do mancal central - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	REI
2120	Suporte motor traseiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	1.400,00	2.800,00	REI
2121	Tambor de freio dianteiro - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	2.200,00	8.800,00	FREMAX
2123	Tampa do radiador - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	280,00	280,00	TANCLICK
2124	Tampa tanque de combustível - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	340,00	340,00	TANCLICK
2126	Tanque de Arla - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	6.600,00	6.600,00	TANCLICK
2127	Tensor da correia - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	NTN
2132	Terminal de embreagem - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	200,00	400,00	TRW
2133	Termostato de ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	MTE
2135	Trambulador marcha - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.400,00	1.400,00	VW
2136	Trava aranha roda - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	130,00	1.040,00	REX

2137	Trava de eixo piloto - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	8	UND	200,00	1.600,00	VW
2138	Trava do patim de freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	4	UND	73,00	292,00	ORLI
2140	Válvula 4 vias do freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.600,00	1.600,00	KNORR
2141	Válvula alívio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	1.100,00	1.100,00	KNORR
2142	Válvula APU - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	2.500,00	2.500,00	KNORR
2143	Válvula de admissão - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	245,00	245,00	TARANTO
2144	Válvula de escape - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	290,00	290,00	TARANTO
2145	Válvula de pressão de arla - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.700,00	1.700,00	TARANTO
2146	Válvula de retorno - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	200,00	200,00	MTE
2147	Válvula descarga ar - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.000,00	1.000,00	KNORR
2148	Válvula descarga rápida - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	740,00	740,00	KNORR
2149	Válvula do rele freio - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	1.300,00	1.300,00	KNORR
2150	Válvula do freio estacionário - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.000,00	2.000,00	KNORR
2152	Válvula rele quatro circuito - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	2.100,00	2.100,00	SCHULZ
2153	Válvula rele simples circuito - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	970,00	970,00	LG
2155	Vareta de nível - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	360,00	360,00	VW
2156	Veda escapamento - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	2	UND	200,00	400,00	ORIGINAL
2157	Virabrequim - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD- 0B43	1	UND	10.000,0 0	10.000,00	SUZIM
2158	Volante do motor - Caminhão VW 31.320 CRM 6x4, Ano 2025, placas TBD-0B43	1	UND	3.700,00	3.700,00	VW

VALOR TOTAL: R$ 2.745.342,00. Despesa: 611. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 30 de Setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK –

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:82970605

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N. 38/2026.

RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N. 38/2026. VENCEDORES DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 583/2026. OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para máquinas do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA	FORNECEDOR
1	1	Correia do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	199,00	398,00	GATTES	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	2	Tensor da correia - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	399,00	399,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	3	Bomba de água - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	999,00	999,00	DELPHI	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	4	Bomba de combustível - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.499,00	1.499,00	DELPHI	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	5	Motor de partida - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.999,00	1.999,00	ZM	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	12	Cárter do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.599,00	2.599,00	DHF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	21	Conversor de torque - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.490,00	1.490,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	22	Cruzeta - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	60,00	60,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	23	Cardan - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.000,00	3.000,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	26	Eixo dianteiro - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.200,00	3.200,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	43	Parafuso da lamina - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	60	UND	4,00	240,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	45	Limpador de parabrisa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	81,00	81,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	46	Palheta - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	13,00	52,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	47	Espelho retrovisor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	34,00	68,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	48	Amortecedor da porta - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	28,00	56,00	NAKATA	TRATORMAX COM DE PEÇAS

								P/TRATORES LTDA
1	49	Cilindro de freio - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	138,00	138,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	50	Cilindro mestre do freio - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	250,00	250,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	51	Parabrisa (vidro frontal) - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	560,00	560,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	52	Vidro frontal inferior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	232,00	232,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	53	Vidro frontal inferior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	232,00	232,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	54	Vidro superior da porta esquerda - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	205,00	205,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	55	Vidro inferior da porta esquerda - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	188,00	188,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	56	Vidro superior da porta direita - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	205,00	205,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	57	Vidro inferior da porta direita - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	200,00	200,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	58	Vidro traseiro superior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	59	Vidro traseiro inferior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	200,00	200,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	60	Vidro traseiro superior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	61	Vidro traseiro inferior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	62	Conjunto de farol dianteiro esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	141,00	141,00	FORTLUZ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	63	Conjunto do farol dianteiro direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	141,00	141,00	FORTLUZ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	65	Canto da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	200,00	1.200,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	67	Porca da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	72	UND	1,80	129,60	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	70	Sapata do escarificador - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	10	UND	145,00	1.450,00	YCT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	71	Giro do círculo - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	1.950,00	1.950,00	ENAR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	72	Unidade injetora - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	525,00	3.150,00	DISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	73	Bomba de água - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	525,00	525,00	DELPHI	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	74	Válvula termostática - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	104,00	104,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	75	0R7197 TURBINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.274,00	1.274,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	76	Kit reparo do cilindro de levantamento (dir/esq) - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	288,00	288,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	77	Kit reparo do cilindro de deslocamento lateral - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	256,00	256,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	78	Kit reparo do cilindro de inclinação da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	272,00	272,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	79	Kit reparo do cilindro de articulação do chassi - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	320,00	320,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	80	Kit reparo do cilindro da direção - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	256,00	256,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	81	Bomba hidráulica principal - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	3.750,00	3.750,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	82	Corrente do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	900,00	5.400,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	83	Rolamento do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	630,00	3.780,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	84	Retentor do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	108,00	648,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	85	Disco de freio - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	24	UND	162,00	3.888,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	86	Rolamento do cardan - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	216,00	216,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	87	Cruzeta do cardan - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	171,00	1.026,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	88	Mola prato - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	32,40	64,80	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	89	Barra de ligação - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	504,00	504,00	BEJOL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	90	Terminal de direção - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	8	UND	216,00	1.728,00	BEJOL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	91	Bucha da oscilação do eixo dianteiro - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	126,00	252,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	92	Pivo da oscilação do eixo dianteiro - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	810,00	1.620,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	93	Manga de eixo dianteira - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	1.440,00	2.880,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	94	Rolamento de roda dinateira - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	324,00	648,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	95	1029372 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	810,00	810,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	96	1051568 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	21,60	21,60	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	97	1067131 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	684,00	684,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	98	1077832 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	100	115024 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	270,00	270,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	101	1154202 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	103	1192940 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	41,00	41,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	104	1193036 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	9,60	9,60	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	109	1303595 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	156,00	156,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	110	1313737 SOQUETE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	111	1345276 EIXO COMAN - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	910,00	910,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	112	1360819 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	305,00	305,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	113	1554652 SOLENOIDE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	450,00	450,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	114	1561871 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	115	1593141 BOMBA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	800,00	800,00	MEDAL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	116	1614280 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	124	1861525 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	320,00	320,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	125	1H7339 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	24,00	24,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	126	1M3003 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	33,00	33,00	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	130	1S3184 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	170,00	170,00	KOYO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	134	2192434 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,40	32,40	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	135	2223910 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	59,50	59,50	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	138	2313539 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	72,00	72,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	140	2457339 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	142	2824351 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	299,00	299,00	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	143	2D9454 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	299,00	299,00	KOYO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	156	2W8087 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	577,50	577,50	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	157	2W8090 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	646,00	646,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	159	300061 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	161	3E7855 INDUZIDO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	392,00	392,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	164	3J1907 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	19,20	19,20	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	165	4F7391 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	23,00	23,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	166	4H9105 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	27,00	27,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	172	4K1388 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	23,00	23,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	173	4K7463 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	56,00	56,00	SABO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	175	4L9822 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	67,20	67,20	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	178	4W7592 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,00	32,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	179	5H8848 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	21,00	21,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	180	5J1086 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	24,00	24,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	181	5K2595 RETENTOR - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	47,50	47,50	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	182	5K5288 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	113,00	113,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	183	5L2030 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	184	5L2031 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	190	6J5731 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	192	6K8329 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	193	6T0840 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	194	6V8082 RETENTOR - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	195	6Y9960 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	NAKATA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	196	7C1152 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	62,50	62,50	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	197	7C1160 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	198	7C3693 SILENCIOSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	780,00	780,00	PARKERT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	199	7C4273 MOLA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	200	7C5232 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	202	7D8436 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,50	32,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	203	7D8636 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	187,50	187,50	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	205	7E5786 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	207	7E8926 REPARO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	660,00	660,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS

								P/TRATORES LTDA
1	208	7E9506 TUBO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	248,00	248,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	209	7E9817 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	87,50	87,50	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	211	7N0718 INTERRUPT - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	106,00	106,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	212	7S4571 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	213	7W2398 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	35,00	35,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	214	7W6552 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	38,00	38,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	217	8C3091 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	14,00	14,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	218	8D9738 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	58,00	58,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	219	8D9909 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	220	8E5742 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	221	8E6208 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	222	8E6209 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	113,00	113,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	223	8T4750 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	125,00	125,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	224	8W5293 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	225	8W6473 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	675,00	675,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	226	8W6476 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	227	8W8289 RODA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	6	UND	875,00	5.250,00	RODABORDA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	228	8X2228 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.200,00	1.200,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	229	8X4741 INSERTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	230	9F1399 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	231	9G7641 CHAVE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	232	9H6454 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	87,50	87,50	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	233	9L2526 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	GATTES	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	234	9M2092 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	235	9N4158 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.125,00	1.125,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	236	9N4161 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.200,00	1.200,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	237	9N4162 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.250,00	1.250,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	238	9P0356 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	140,00	140,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	239	9W7209 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	241	9X1439 FAROL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	475,00	475,00	FORTLUZ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	242	9X4282 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	243	9X4284 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	244	9X4825 ESCOVAS JG. - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	245	9Y0081 VARETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	246	9Y8848 GUIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	247	ANEL 5P-8356 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	248	ARRUELA 5P-8245 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	20,00	20,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	249	ARRUELA 7K-6128 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	25,00	25,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	250	ARRUELA 8T-4223 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	251	BUCHA DE AÇO 2G-8631 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	212,50	2.125,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	252	BUCHA DE AÇO 5K-0984 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	175,00	1.750,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	253	BUCHA DE AÇO 8W-6473 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	225,00	2.250,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	254	BUCHA DE FERRO 4K-8659 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	300,00	3.000,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	255	CALÇO 2G-3221 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	62,50	62,50	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	256	CALÇO 5D-6644 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	257	COLAR 2G-4011 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	187,50	187,50	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	258	COTOVELO 4P-4456 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	259	ESPAÇADOR 8D-9688 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	112,50	112,50	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	260	JOGO DE CALÇO 6K-4187 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	264	MANCAL 8W-751 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	750,00	750,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	265	OR8682 INJETOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.050,00	1.050,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	271	PINO 2G-6157 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	142,50	142,50	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	272	PLACA 8W-1749 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	273	PONTEIRA 4P-4445 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	360,00	360,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	274	REPARO DO CILINDRO DESLOCAMENTO DA LAMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	275	REPARO DO CILINDRO DO PISTÃO DA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	276	RETENTOR 4K-7663 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	277	RETENTOR 5P-8843 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	77,00	77,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	278	RETENTOR 6K-4186 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	279	RETENTOR 7K-9204 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	280	RETENTOR 6E-3414 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	281	SAÍDA DO SILENCIOSO 7D-9506 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	450,00	450,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	282	SUPORTE 8W-1750 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	990,00	990,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	285	TIRA 178-1685 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	122,00	1.220,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	286	FECHADURA DE CAPÔ - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	180,00	180,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	287	ROLAMENTO ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	262,50	262,50	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	288	PINO INFERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	4	UND	375,00	1.500,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	289	PINO SUPERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	4	UND	750,00	3.000,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	290	BUCHA BRONZE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	140,00	1.400,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	291	COLAR12 G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	130,00	130,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	292	RETENTOR 76.20 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	293	ESPAÇADOR ARTICULAÇÃO CENTRAL 930 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	360,00	360,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	294	RETENTOR 85.72 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	295	ESPAÇADOR 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	390,00	390,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	296	CAPA D4E D6D 12E - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	540,00	540,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	297	CONE ARTICULAÇÃO CENTRAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	750,00	750,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	298	1473309 Ponta do Eixo do Tandem - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	298,00	298,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	299	ROLAMENTO PONTA DE EIXO 0300061 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	199,00	199,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	300	CAPA 0300060 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	149,00	149,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	301	ENGRENAGEM DA CORRENTE DO TANDEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.800,00	1.800,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	343	1193061 LUVA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	179,00	179,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	347	1303595 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	220,00	220,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	348	1313737 SOQUETE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	260,00	260,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	349	1345276 EIXO COMAN - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.150,00	2.150,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	350	1360819 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	740,00	740,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	490	BUCHA DE AÇO 2G-8631 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	190,00	1.900,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	491	BUCHA DE AÇO 5K-0984 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	190,00	1.900,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	492	BUCHA DE AÇO 8W-6473 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	149,00	1.490,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	493	BUCHA DE FERRO 4K-8659 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	169,00	1.690,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	498	ESPAÇADOR 8D-9688 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	90,00	90,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	505	PARAFUSO 6H-1717 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	34,99	699,80	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	506	PARAFUSO 9X-8881 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	49,00	980,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	507	PARAFUSO 9X-8883 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	60,00	1.200,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	508	PARAFUSO 5P-2566 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	86,00	1.720,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	518	RETENTOR 7K-9204 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	145,00	145,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	544	COXIM DIANTEIRO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	200,00	800,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	545	PARAFUSO DIANTEIRO DO SUPORTE DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	14,00	56,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	546	PORCA DO PARAFUSO COXIM DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	5,00	20,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	547	JUNTA DO CARTER - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	100,00	100,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS

								P/TRATORES LTDA
1	557	MANGUEIRA FILTRO DE AR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	110,00	110,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	564	VELAAQUECEDORA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	70,00	280,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	595	INTERRUPTOR P/OLEO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	140,00	140,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	596	INTERRUPTOR TEMPERATURA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	190,00	190,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	610	DENTE CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	20	UND	180,00	3.600,00	YCT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	617	Discos separadores (placas de aço) - Pá Carregadeira Komatsu WA200, Ano 2011	32	UND	400,00	12.800,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	628	VIDRO 4189253540 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.298,00	1.298,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	632	PINO 4174611151 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	200,00	800,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	634	PINO 4174611240 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	200,00	800,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	637	COXIM 418011112 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	6	UND	300,00	1.800,00	SAMPEL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	643	RETENTOR 4182212460 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	130,00	130,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	646	PARAFUSO 143802000 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	30	UND	45,00	1.350,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	660	Alojamento Nº 2327449 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	990,00	990,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	661	Alternador Nº 2253146 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.700,00	1.700,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	662	Bico Injetor Nº 2308999 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	6	UND	1.900,00	11.400,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	663	Bomba D'água Nº 2258016 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.000,00	1.000,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	664	Bomba Óleo Nº 2258329 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.100,00	1.100,00	MEDAL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	665	Cabeçote Nº 2327515 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	8.500,00	8.500,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	666	Capa Do Rolamento Nº 2S0480 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	667	Coxim Nº 227-0172 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	50	UND	350,00	17.500,00	SAMPEL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	668	Engrenagem Nº 337687 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.600,00	2.600,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	669	Flange Nº 1021733 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	670	Junta Do Tubo De Escape Nº 6I4039 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	70,00	70,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	671	Polia Nº 6I0502 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	672	Radiador Nº 2174113 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	DELPHI	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	673	Tampa Do Tanque Nº 164-4858 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	160,00	160,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	674	Turbo Nº 2339534 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.950,00	4.950,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	675	Hélice Nº 142-3391 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	2	UND	990,00	1.980,00	MODEFER	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	676	Correia do Tensor Nº 377-9087 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	180,00	180,00	GATTES	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	677	Correia Serpentina Nº 277-8724 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	22,00	22,00	GATTES	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	678	Eixo de Comando Nº 394-1399 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	679	Tampa Válvula da base Nº 298-4550 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	650,00	650,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	680	Chicote do Motor Nº 285-1973 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.800,00	2.800,00	FORTLUZ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	681	Mecanismo da Válvula da Tampa Nº 304-8766 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	750,00	750,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	682	VENTILADOR DA HABITAÇÃO Nº 326-1876 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.250,00	1.250,00	MODEFER	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	683	VOLANTE Nº 165-6689 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.100,00	1.100,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	684	EIXO DE COMANDO DA EMBREAGEM Nº 216-8634 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.250,00	2.250,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	685	ENGRENAGEM DO CENTRO Nº 235-1391 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.250,00	3.250,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	686	BOMBA ÓLEO DO MOTOR Nº 225-8329 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.600,00	1.600,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	687	JUNTA REGULAGEM D'ÁGUA Nº 281-8744 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	68,00	68,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	688	KIT BOMBA DE ÁGUA Nº 354-4754 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	689	RADIADOR (ÓLEO) Nº 381-7228 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.750,00	2.750,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	690	PURIFICADOR DE AR Nº 386-2098 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	600,00	600,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	691	TANQUE DE REFRIGERAÇÃO Nº 345-1237 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	750,00	750,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	692	COBERTURA DE LIMPEZA DE AR Nº 361-3524 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	380,00	380,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	693	SILENCIOSO Nº 381-7156 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.900,00	1.900,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	694	SENSOR DE PRESSÃO Nº 313-1663 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	500,00	500,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	695	KIT SENSOR Nº 378-5273 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	696	Motor de Partida - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	2.500,00	2.500,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	697	MONITOR ELETRÔNICO Nº 388-7412 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	5.500,00	5.500,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	698	RESISTÊNCIA Nº 6T-3610 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	250,00	250,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	699	CONVERSOR DE POTÊNCIA Nº 340-7160 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.900,00	3.900,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	700	SENSOR DE ÂNGULO Nº 334-1658 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	990,00	990,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	701	SENSOR DE TEMPERATURA Nº 256-6453 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	290,00	290,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	702	DISJUNTOR DO PAINEL Nº 379-8291 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	110,00	110,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	703	CABO DA CORREIA Nº 35-2093 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	150,00	150,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	704	SENSOR DE COMPACTAÇÃO Nº 390-1735 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	705	EIXO DE DIREÇÃO Nº 325-3644 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.200,00	3.200,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	706	FLANGE DA RODA Nº 216-1609 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	700,00	700,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	707	CUBO Nº 226-4364 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.500,00	2.500,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	708	PISTÃO DE FREIO Nº 371-1921 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.250,00	1.250,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	709	TAMBOR Nº 361-3469 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	40.000,00	40.000,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	710	TAMBOR ACOLCHOADO Nº 361-3471 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	45.000,00	45.000,00	CAT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	711	SENSOR DE VELOCIDADE Nº 319-6491 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	712	PISTÃO DO MOTOR Nº 353-5927 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	713	TRANSMISSOR Nº 216-1601 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.150,00	1.150,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	714	FLANGE DE NYLON Nº 102-1733 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	252,00	252,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	715	CAPÔ Nº 355-3180 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	5.700,00	5.700,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	716	VÁLVULA DE ALÍVIO Nº 204-1458 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.920,00	1.920,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	717	Vidro dianteiro/parabrisa - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	2.880,00	2.880,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	718	Vidro lateral direito - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.320,00	1.320,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	719	Vidro lateral esquerdo - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.320,00	1.320,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	720	Vidro traseiro - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.710,00	1.710,00	AMERICA LATINA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	721	Espelho retrovisor - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	2	UND	252,00	504,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	722	LAMINA DA CONCHA DIANTEIRA 9R4672 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	4.080,00	8.160,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	723	DENTE DE CANTO LE 3004161 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	225,00	450,00	YCT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	725	PINO DAS CAÇAMBAS 1680444 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	260,00	1.040,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	726	ARRUELA DE CALÇO 9R158 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	39,00	78,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	728	DENTE DE CANTO LD 3004161 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	235,00	470,00	YCT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	729	PINO DA CONCHA DIANTEIRA 3611110 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	730	BUCHA DO CHASSI 1361122 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	252,00	1.008,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	731	PINO 2096850 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	732	VEDADOR 6V4364 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	733	BUCHA 2785454 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	234,00	936,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	734	VEDADOR 5P4251 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	36,00	36,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	735	BUCHA DE BRONZE 2370944 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	736	PINO 3693473 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	430,00	1.720,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	737	PINO 3602822 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	400,00	1.600,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	738	VEDADOR 6V3213 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	740	CAIXA DA PLANETÁRIA 2295080 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	4.500,00	4.500,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	741	ENGRENAGEM PLANETÁRIA 2105934 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.000,00	2.000,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	742	ROLAMENTO DE GAIOLA 2198783 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	743	ENGRENAGEM PLANETÁRIA 2161608 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.300,00	2.300,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	744	ESPAÇADOR 210397 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	160,00	160,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	745	COROA ANELAR 2264364 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.900,00	5.900,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	746	RETENTOR 2103098 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	130,00	130,00	CORTEGO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	747	ROLAMENTO 1367808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	880,00	880,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	748	FLANGE DA CRUZETA 2164464 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.450,00	1.450,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	749	RETENTOR DA FLANGE 2088240 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	160,00	160,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS

								P/TRATORES LTDA
1	750	BOMBA DA TRANSMISSÃO - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	7.300,00	7.300,00	MEDAL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	751	EIXO DA BOMBA DE TRANSMISSÃO 3837974 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.450,00	2.450,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	752	ROLAMENTO DO EIXO 4259213 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	800,00	800,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	753	ANEL TRAVA DO EIXO 1H8128 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	754	CORREIA DO MOTOR 3900536 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	GATTES	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	755	HÉLICE DO MOTOR 3602827 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	990,00	1.980,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	756	COXIM DO MOTOR 4608764 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	8	UND	380,00	3.040,00	SAMPEL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	757	RETENTOR DO VIRABREQUIM 2880422 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	170,00	170,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	758	JUNTA DO COLETOR 2258536 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	100,00	100,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	759	RESFRIADOR DE ÓLEO 2256817 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.200,00	2.200,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	760	BOMBA DA TRANSFERÊNCIA 2289139 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.200,00	1.200,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	761	ARRUELAS DE AJUSTE 2097473 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	78,00	156,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	762	ARRUELAS DE AJUSTE 2198751 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	75,00	150,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	763	ROLAMENTO DO CUBO 2164458 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	764	ROLAMENTO DO PINHÃO 2164461 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	965,00	965,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	765	ROLAMENTO DA FLANGE 2105932 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	860,00	860,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	766	RETENTOR DA FLANGE 2295292 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	190,00	190,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	767	RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO 2310688 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	245,00	245,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	768	ROLAMENTO DO EIXO DIANTEIRO 2074263 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	896,00	896,00	KOYO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	769	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO 2074267 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	KOYO	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	770	TERMINAL DE DIREÇÃO 2099886 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	680,00	1.360,00	BEJOL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	771	DISCO DE FRICÇÃO 2385291 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	28	UND	786,00	22.008,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	772	SEPARADOR DO DISCO 1990786 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	28	UND	500,00	14.000,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	773	CRUZETA DO CARDAN 1179887 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	800,00	3.200,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	774	CONJUNTO DO CARDAN DIANTEIRO 2495276 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.300,00	5.300,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	775	ANEL TRAVA DO TAMBOR 2103100 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	70,00	70,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	776	ENCOSTO DE MOLA 2780218 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	777	MOLA DA TRANSMISSÃO 1470238 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	778	BOMBA D'ÁGUA 3541672 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.350,00	1.350,00	DELPHI	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	779	BOMBA DE ÓLEO DO MOTOR 2258329 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.780,00	1.780,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	780	CABEÇOTE DO MOTOR 2474868 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	11.300,00	11.300,00	BOSCH	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	781	Tampa do Tanque de Combustível - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	190,00	190,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	782	Vela Aquecedora, n° 2326662 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	120,00	120,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	783	Rolamento Diferencial, n°1367808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	935,00	935,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	784	Rolamento Diferencial, n°2164461 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.100,00	1.100,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	785	Porca do Eixo, n°2097454 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	99,00	99,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	786	Arruela do Diferencial, n°2097462 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	80,00	80,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	787	Luva do Cubo, n°2097463 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	330,00	330,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	788	Acoplamento do Eixo, n° 2164464 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.250,00	1.250,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	789	Pinhão do Diferencial, n°2172868 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	790	Tampa do Diferencial, n°2168687- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.650,00	1.650,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	791	Pino do Diferencial, n°2097455 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	280,00	280,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	792	Bucha do Diferencial, n°190673 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	196,00	196,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	793	Colar do Diferencial, n°1990756 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	360,00	360,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	794	Tampa do Diferencial, n°1990784 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.480,00	1.480,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	795	Pino do Diferencial, n°1990807 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	796	Pino do Diferencial, n° 1990808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	797	Eixo do Diferencial, n°2310670 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.100,00	3.100,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	798	Eixo do Diferencial, n°2310696 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	799	Retentor Diferencial, n°2310697 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	800	Placa do Conversor, n°1179713 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	637,00	637,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	801	Placa do Conversor, n°1117906 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	637,00	637,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	802	Rolamento da Roda, n°2105932 - RETROESCAVADEIRACATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.027,00	1.027,00	SKF	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	803	Flange da Roda, n°2161602 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.592,00	1.592,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	804	Retentor da Roda, n°87415728 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	228,00	228,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	805	Bucha da Transmissão, n°2097460 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	293,00	1.172,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	806	Retentor da Transmissão, n°2097465 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	807	Retentor da Transmissão, n°2295092 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	808	Porca Da Transmissão, n°2264366 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	117,00	468,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	809	Engrenagem da Transmissão, n°2172879 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	4.420,00	4.420,00	SUPREMA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	810	Rolamento da Transmissão, n°1990656 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.073,00	1.073,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	811	Pino da Transmissão, n°1987811- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	293,00	1.172,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	812	Anel nº 4H6520- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	62,00	62,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	813	Retentor da Transmissão, n°1990858 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	814	Rolamento da Transmissão, n°0951041- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.030,00	1.030,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	815	Rolamento da Transmissão, n°0938828- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	962,00	962,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	816	Cilindro de Freio, n°2161612- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.112,00	2.112,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	817	Cilindro de Freio, n°2161613- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.112,00	2.112,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	818	Cabo da Transmissão, n°7K1181- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	442,00	442,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	819	Pistão do Freio, n°1990752- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	820	Bucha do Freio, n°2125712- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	196,00	784,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	821	Cilindro de Freio, n°2198835- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.555,00	2.555,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	822	Reparo do Cilindro Freio, n°2172347 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	823	Reparo do Cilindro Freio, n°2172349- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	824	Terminal Direção, n°2074272- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	896,00	896,00	BEJOL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	825	Retentor da Direção, n°1987825- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	154,00	154,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	826	Pino da Direção, n°1987838- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	315,00	1.260,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	827	Tampa da Direção, n°2074271- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	826,00	826,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	828	Flange da Direção, n°2310683- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.575,00	1.575,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	829	Rolamento da Direção, n°1545404- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.015,00	1.015,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	830	Cilindro da Direção, n°2145097- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.460,00	5.460,00	NTN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	831	Rolamento da Direção, n°1987823- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	966,00	966,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	832	Capa do Rolamento da Direção, n° 6D1734- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	336,00	336,00	KG	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	833	Mangueira da Direção, n°2153882- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	406,00	406,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	834	Mangueira da Direção, n°2153883- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	406,00	406,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	835	Mangueira da Direção, n°2178199- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	434,00	434,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	836	Mangueira da Direção, n°2178200- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	434,00	434,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	837	Cotovelo da Direção, n°1488369- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	126,00	126,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	838	Cotovelo da Direção, n°1488373- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	126,00	126,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	839	Cotovelo da Direção, n°6V8723- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	180,00	180,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	840	Retentor Bomba da Direção, n°7X9866- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	150,00	150,00	SABÓ	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	841	Reparo da Direção, n°2147469- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	842	Pino da Direção, n°1322558- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	400,00	1.600,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	843	Coxin do Chassi, n°2525522- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	750,00	3.000,00	SAMPEL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	844	Coxin do Chassi, n°2525523- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	750,00	3.000,00	SAMPEL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	845	Arruela do Chassi, n°9R0366- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	70,00	140,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	846	Bucha do Chassi, n°2136702- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	847	Bucha do Chassi, n°2370944- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	460,00	1.840,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	848	Bucha do Chassi, n°2627043- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS

								P/TRATORES LTDA
1	849	Anel nº5J1086- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	39,00	39,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	850	Bucha do Chassi, n°2785454- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	851	Anel nº5K5129-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	852	Bucha do Chassi, n°9R4110 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	853	Anel nº5M6200- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	40,00	40,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	854	Bucha do Chassi, n°9R0431- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	352,00	1.408,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	855	Bucha do Chassi, n°2627044- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	856	Bucha do Chassi, n°2787695- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	389,00	1.556,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	857	Parafuso do Chassi, n°1146099- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	55,00	55,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	858	Anel nº5V1086-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	859	Amortecedor do Capo do Motor, n°2505881- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	410,00	820,00	NAKATA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	860	Amortecedor do Capo do Motor, n°2549301- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	420,00	840,00	NAKATA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	861	Haste da Direção, n°214850- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.990,00	1.990,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	862	Bucha da Direção, n°9R2700- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	215,00	860,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	863	Pistão do Cilindro de Direção, n°2284136- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.500,00	1.500,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	864	Reparo da Direção, n°5J4986- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	800,00	800,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	866	Bucha do Cilindro de Elevação, n°9T4007- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	867	Reapro Estabilizadora, n°2332623- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	868	Bucha Cilindro Giro, n°9T2883- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	200,00	800,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	869	Reparo Cilindro Giro, n°2332622- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.000,00	1.000,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	870	Haste Cilindro Inclinação, n°9T3948- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.900,00	2.900,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	871	Bucha do Cilindro Inclinação, n°9R0320- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	230,00	920,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	872	Bucha Cilindro Inclinação, n°9T0766- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	873	Haste do Braço, n°8T5063- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	390,00	390,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	874	Placa do Braço, n°1307952- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	880,00	880,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	875	Haste do Braço, n°1067301- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.750,00	3.750,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	876	Valvula do Comando, n°2596758- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	6.300,00	6.300,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	877	Cilindro da Caçamba, n°9R4677- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	9.900,00	9.900,00	CTP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	878	Pino Caçamba, n°9R4678- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	879	Valvula, n°2826941- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	880	Bomba do Pistão, n°2477867- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	24.500,00	24.500,00	MEDAL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	881	Reparo, n°2603150 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	890,00	890,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	882	Pino da Caçamba, n°9R3182- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	700,00	2.800,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	883	Pino da Caçamba, n°9R9373- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	884	Eixo da Caçamba, n°1285010- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.100,00	3.100,00	REX	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	885	Pino da Caçamba, n°1305451- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	886	Pino da Caçamba, n°1326496- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	712,00	2.848,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	887	Bucha da Caçamba, n°9R6690- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	316,00	1.264,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	888	Pino da Caçamba, n°2136726- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	810,00	3.240,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	889	Bucha da Caçamba, n°2096181- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	330,00	1.320,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	890	Pino da Caçamba, n°1545278- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	699,00	2.796,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	891	Pino da Caçamba, n°1545279- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	673,00	2.692,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	892	Pino da Caçamba, n°1545280- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	700,00	2.800,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	893	Bucha da Caçamba, n°9R0162- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	894	Bucha da Caçamba, n°9R0170- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	312,00	1.248,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	895	Anel nº6G3206- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	896	Bucha da Caçamba, n°2136687- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	320,00	1.280,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	897	Anel nº6L1650- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	898	Pino da Caçamba, n°2136698- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	637,50	2.550,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	899	Bucha da Caçamba, n°2136703- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	900	Bucha da Caçamba, n°9R1107- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	299,00	1.196,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	901	Bucha da Caçamba, n°9R5828- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	902	Pino da Caçamba, n°9R4494- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	650,00	2.600,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	903	Bucha da Caçamba, n° 9R1104- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	904	Pino da Caçamba, n°9R3933- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	720,00	2.880,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	905	Cabo, n°1340143- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	420,00	420,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	906	Lâmina, n°9R4672- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.100,00	5.100,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	907	Bucha da Caçamba, n°9R0111- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	908	Canto LD, n°9R5205- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	520,00	520,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	909	Canto LE, n°9R5206- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	520,00	520,00	METISA	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	910	Unha, n° 2085235- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	10	UND	580,00	5.800,00	YCT	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	911	Bucha da Concha, n°1680480- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	379,00	1.516,00	PIN	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	914	Barra de Direção- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.099,00	2.099,00	BEJOL	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	915	Prisioneiro da Roda- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	20	UND	77,00	1.540,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	916	Arruela, n°8t5439- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	25,00	25,00	FEY	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	917	Reservatório, n°2143763- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	790,00	790,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	918	Haste, n°2385254- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.789,00	2.789,00	ITR	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	919	Anel nº6Y1115-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA

1	920	Reparo, n°2152023- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	921	Anel nº7C5232-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	922	Pastilha Freio Estacionario, n°1271665- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	866,00	866,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	923	Anel nº7D8225- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	37,00	37,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	924	Indicador, n°3664622- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	660,00	660,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	925	Anel nº7G4822- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	926	Indicador, n°2513231- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	699,00	699,00	CEP	TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA
1	303	Canto da lamina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	179,00	1.074,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	304	Parafuso da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	72	UND	4,00	288,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	305	Porca da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	72	UND	2,00	144,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	306	Guia de desgaste da lamina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	399,00	798,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	307	Dente do escarficador - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	15	UND	174,00	2.610,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	308	Sapata do escarificador - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	10	UND	399,00	3.990,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	309	Giro do círculo - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	7.499,00	7.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	310	Unidade injetora - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	1.749,00	10.494,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	311	Bomba de água - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	1.249,00	1.249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	312	Válvula termostatica - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	322,00	322,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	313	0R7197 TURBINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	4.249,00	4.249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	314	Kit Reparo Do Cilindro De Levantamento (Dir/Esq) - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	315	Kit Reparo Do Cilindro De Deslocamento Lateral - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	316	Kit Reparo Do Cilindro De Inclinação Da Lâmina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	317	Kit Reparo Do Cilindro De Articulação Do Chassi - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	318	Kit Reparo Do Cilindro Da Direção - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	319	Bomba hidráulica principal - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	12.499,00	12.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	320	Corrente do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	3.749,00	22.494,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	322	Retentor do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	295,00	1.770,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	323	Disco de freio - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	24	UND	430,00	10.320,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	325	Cruzeta do cardan - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	470,00	2.820,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	326	Mola prato - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	87,00	174,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	327	Barra de ligação - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	235,00	235,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	328	Terminal de direção - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	8	UND	595,00	4.760,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	329	Bucha Da Oscilação Do Eixo Dianteiro - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	345,00	690,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP

1	330	Pivô Da Oscilação Do Eixo Dianteiro - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	2.245,00	4.490,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	331	Manga De Eixo Dianteira - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	3.999,00	7.998,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	333	1029372 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.249,00	2.249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	334	1051568 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	59,00	59,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	335	1067131 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.855,00	1.855,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	336	1077832 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	175,00	175,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	337	1136200 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	149,00	149,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	338	115024 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	749,00	749,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	339	1154202 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	174,00	174,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	341	1192940 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	127,00	127,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	342	1193036 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	87,00	87,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	344	1240395 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	322,00	322,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	345	1262728 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	144,00	144,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	346	1265869 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	351	1554652 SOLENOIDE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	649,00	649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	353	1593141 BOMBA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	857,00	857,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	354	1614280 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	355	1672186 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	356	1672190 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	357	1672195 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	358	1672294 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	359	1672300 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	360	1672304 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	149,00	149,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	361	1803833 VOLTIMETRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	379,00	379,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	362	1861525 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	649,00	649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	363	1H7339 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	364	1M3003 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	365	1M3780 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	899,00	899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	366	1P2636 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	379,00	379,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	367	1P2662 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	368	1S3184 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	687,00	687,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	369	1S7057 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	196,00	196,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	370	1U3202 PONTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	375,00	375,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	371	2165586 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.450,00	1.450,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	372	2192434 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	119,00	119,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	373	2223910 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	220,00	220,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	374	2268202 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	207,00	207,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	375	2299382 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	289,00	289,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	376	2313539 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	181,00	181,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	377	2360737 CILINDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	378	2457339 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	273,00	273,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	379	2674743 COLMEIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	380	2824351 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	120,00	120,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	381	2D9454 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	343,00	343,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	382	2G7387 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	383	2G7388 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	384	2G8631 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	385	2G8741 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	85,00	85,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	386	2G8777 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	107,00	107,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	387	2H4145 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	47,00	47,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES -

								EIRELI - EPP
1	388	2J8163 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	34,00	34,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	389	2M9780 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	39,00	39,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	390	2N2138 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	138,00	138,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	391	2W7212 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	69,00	69,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	392	2W7566 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	393	2W8085 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.245,00	2.245,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	394	2W8087 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	395	2W8090 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.749,00	1.749,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	396	300060 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	397	300061 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	398	366775 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	399	3E7855 INDUZIDO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	139,00	139,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	400	3F5108 PARAFUSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	30	UND	34,00	1.020,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	401	3G0361 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	79,00	79,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	402	3J1907 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	403	4F7391 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	404	4H9105 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	405	4J5477 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	406	4J7533 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	49,00	49,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	407	4J9224 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	59,00	59,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	408	4J9225 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	54,00	54,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	410	Junta coletor escape - HB20 10M Sense, Ano 2021, Placa RHT-6J53	1	UND	69,00	69,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	411	4K7463 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	129,00	129,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	413	4L9822 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	414	4W1203 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	129,00	129,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	415	4W1204 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	189,00	189,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	416	4W7592 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	417	5H8848 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	418	5J1086 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,00	74,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	420	5K5288 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	119,00	119,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	425	5P8890 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	426	5Y0767 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	323,00	323,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	427	6F2956 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	428	6J5731 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	39,00	39,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	429	6K4191 SUPORTE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	335,00	335,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	430	6K8329 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	204,00	204,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	431	6T0840 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	89,00	89,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	432	6V8082 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	16,00	16,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	433	6Y9960 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	294,00	294,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	434	7C1152 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	124,00	124,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	435	7C1160 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	436	7C3693 SILENCIOSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	980,00	980,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	438	7C5232 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,00	74,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	441	7D8436 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	32,00	32,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	444	7E5786 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	89,00	89,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	446	7E8926 REPARO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	447	7E9506 TUBO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	248,00	248,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	448	7E9817 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	449	7J6833 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	69,00	69,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP

1	451	7S4571 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	457	8D9738 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	458	8D9909 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	349,00	349,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	462	8T4750 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,90	249,90	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	466	8W8289 RODA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	6	UND	1.649,00	9.894,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	473	9M2092 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	38,00	38,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	474	9N4158 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	475	9N4161 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.299,00	2.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	476	9N4162 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.299,00	2.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	477	9P0356 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	211,00	211,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	478	9W7209 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	483	9X4825 ESCOVAS JG. - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	224,90	224,90	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	484	9Y0081 VARETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	224,90	224,90	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	486	ANEL 5P-8356 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,69	74,69	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	494	CALÇO 2G-3221 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	495	CALÇO 5D-6644 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	496	COLAR 2G-4011 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	209,00	209,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	497	COTOVELO 4P-4456 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	234,00	234,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	499	JOGO DE CALÇO 6K-4187 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	336,00	336,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	500	JOGO DE CALÇO 8D-9689 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	445,00	445,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	501	ROLAMENTO C/ CAPA 8D-9909 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	794,00	794,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	502	LUVA 6K-4185 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	387,00	387,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	503	MANCAL 8W-751 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.090,00	1.090,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	504	OR8682 INJETOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	509	PINO 1243240 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	539,00	539,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	510	PINO 2G-6157 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	389,00	389,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	511	PLACA 8W-1749 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	689,00	689,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	512	PONTEIRA 4P-4445 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	589,00	589,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	513	REPARO DO CILINDRO DESLOCAMENTO DA LAMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	689,00	689,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	514	REPARO DO CILINDRO DO PISTÃO DA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	299,00	299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	515	RETENTOR 4K-7663 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	171,00	171,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	516	RETENTOR 5P-8843 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	520	SAÍDA DO SILENCIOSO 7D-9506 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	784,00	784,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	521	SUPORTE 8W-1750 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	897,00	897,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	522	TIRA DE BRONZE 5T-8366 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	345,00	3.450,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	525	FECHADURA DE CAPÔ - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	549,00	549,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	526	ROLAMENTO ARTICULAÇÃO 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	527	PINO INFERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	4	UND	1.249,00	4.996,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	528	PINO SUPERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	4	UND	995,00	3.980,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	529	BUCHA DE BRONZE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	344,00	3.440,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	530	COLAR12G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	389,00	389,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	531	RETENTOR 76.20 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	160,00	160,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	532	ESPAÇADOR ARTICULAÇÃO CENTRAL 930 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	533	RETENTOR 85.72 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	189,00	189,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	534	ESPAÇADOR 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	535	CAPA D4E D6D 12E - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	697,00	697,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	536	CONE ARTICULAÇÃO CENTRAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.089,00	1.089,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	537	1473309 Ponta do Eixo do Tandem Caterpillar - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.899,00	1.899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	539	CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	887,00	887,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	540	ENGRENAGEM DA CORRENTE DO TANDEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K	1	UND	2.889,00	2.889,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES -

		PAC, ANO 2013						EIRELI - EPP
1	541	JUNTA CABEÇOTE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	444,00	444,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	542	GRAMALHEIRA DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	214,00	214,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	543	RETENTOR DIANTEIRO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	79,00	79,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	548	CORREIA DA BOMBA D'ÁGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	99,00	99,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	549	JUNTA TAMPA DE VALVULA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	101,00	101,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	550	TAMPA ENCHIMENTO DE ÓLEO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	34,00	34,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	551	BOMBA D`ÁGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	835,00	835,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	552	MANGUEIRA INFERIOR DA BOMBA AGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	109,00	109,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	553	JUNTA DA BOMBA AGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	39,00	39,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	554	TROCADOR DE CALOR DO ÓLEO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.149,00	1.149,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	555	PROTETOR DA HÉLICE DO RADIADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	449,00	449,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	556	RADIADOR ÓLEO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	558	SILENCIOSO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.189,00	1.189,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	559	COTOVELO DO ESCAPE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	314,00	314,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	560	ABRAÇADEIRA ESCAPE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	23,00	23,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	561	TAMPA DO TANQUE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	153,00	153,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	562	BOMBA DE TRANSFERENCIA DE COMBUSTIVEL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	689,00	689,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	563	ALTERNADOR 12V - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	565	SENSOR DO CORTE DE COMBUSTÍVEL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	264,00	264,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	566	MOTOR DE PARTIDA 12V - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.645,00	1.645,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	567	CORRENTE DE TRAÇÃO DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.900,00	2.900,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	568	CORRENTE DA TRAÇÃO TRASEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.900,00	2.900,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	569	ENGRENAGEM 35 DENTES TRASEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.425,00	1.425,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	570	ENGRENAGEM 12 DENTES DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.219,00	1.219,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	571	MANGUEIRA DO ESFRIADOR DE ÓLEO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	218,00	218,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	572	MOTOR DE PISTÃO HIDROSTATICO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	14.400,00	14.400,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	573	FLANGE DE NYLON DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	175,00	175,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	574	PLACA DO ADAPTADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	550,00	550,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	575	PISTÃO DA CONCHA ESQUERDA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	576	PISTAO DA CONCHA DIREITO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	577	VALVULA CELENOIDE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	699,00	699,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	578	VALVULA PILOTO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.399,00	1.399,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	579	PISTAO DE TRAVAMENTO DA CONCHA DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.799,00	1.799,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	580	MOTOR DE LIMPADOR DE PARABRISA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	349,00	349,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	581	ALAVANCA ACELERADOR DE MÃO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	159,00	159,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	582	CABO DO PEDAL GOVERNOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	129,00	129,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	583	ASSENTO DO OPERADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	584	VIDRO PORTA FRONTAL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	587	SELENOIDE ACOPLADO A BOMBA INJETORA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	319,00	319,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	588	FECHADURA DE CAPÔ - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	190,00	190,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	589	Chicote elétrico completo - Mini Pá Carregadeira Bob Cat S570, Ano 2014	1	UND	3.899,00	3.899,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	590	SAÍDA DE ESCAPAMENTO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	390,00	390,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	592	IMPULSOR - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.348,00	1.348,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	593	ESTATOR - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.185,00	1.185,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	594	TURBINA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.089,00	2.089,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	597	KIT VEDAÇÃO DA TRANSMISSÃO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.235,00	1.235,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	598	KIT VEDAÇÃO DO TORK - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.650,00	1.650,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	599	ROLAMENTO CUBOS GRANDE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	985,00	985,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	600	ROLAMENTO CUBOS PEQUENO EXT - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	545,00	545,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP

1	601	CRUZETA DIANT - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	649,00	2.596,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	602	CRUZETA P/ TRAS - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	629,00	2.516,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	603	GARFO CAMBIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.745,00	1.745,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	604	ENGRENAGEM CAMBIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.399,00	3.399,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	605	ENGRENAGEM - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.599,00	2.599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	606	PINO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	189,00	756,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	607	RETENTOR FREIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	89,00	89,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	608	CILINDRO MESTRE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	609	REPARO PISTÃO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	399,00	399,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	612	REPARO PISTÃO BRAÇO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	349,00	349,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	614	CAMISA PISTÃO HIDRAULICO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	615	HASTE DO PISTÃO HIDRAULICO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.100,00	3.100,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	616	Disco de fricção - Pá Carregadeira Komatsu WA200, Ano 2011	28	UND	599,00	16.772,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	618	CORREIAS ALTERNADOR BB'AGUA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	219,00	219,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	619	REPARO 7079842150 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	699,00	699,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	620	REPARO 7079842540 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	621	COXIM 4185433110 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	12	UND	439,00	5.268,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	624	CORREIA 412021744 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	150,00	150,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	625	VIDRO 4179263870 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.195,00	1.195,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	626	VIDRO 7179263880 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.200,00	1.200,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	627	VIDRO 4169263370 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.195,00	1.195,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	629	VIDRO 4179263520 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.150,00	1.150,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	630	VIDRO 4179263530 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.090,00	1.090,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	631	VIDRO 4169263571 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.169,00	1.169,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	633	CABO 4182236122 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	245,00	245,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	635	ACOPLAMENTO 4182034850 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.259,00	1.259,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	636	HÉLICE 4190333211 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	2	UND	849,00	1.698,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	638	TAMPA 4230411362 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	299,00	299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	639	TENSOR 6736614150 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	699,00	699,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	640	ROLAMENTO 4182212850 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	599,00	599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	641	CANTO 4188471170 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	319,00	319,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	642	CANTO 4188471160 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	319,00	319,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	644	ENGRENAGEM 4182232541 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.600,00	2.600,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	645	EIXO 41822322421 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.200,00	3.200,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	647	FIXADOR 4182232810 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	79,00	79,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	648	CALÇO 4182221460 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	100,00	100,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	649	CARRIER 4182232611 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.659,00	3.659,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	650	ROLAMENTO 4182212840 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	649,00	649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	651	EIXO 4182332960 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.399,00	3.399,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	652	FECHADURA DE CAPÔ - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	299,00	299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	653	BOMBA HIDRAULICA PRINCIPAL - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	16.499,00	16.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	654	COROA E PINHAO DIANTEIRA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	8.499,00	8.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	655	COROA E PINHAO TRASEIRA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	8.499,00	8.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	656	CAIXA SATELITE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	6.299,00	6.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	657	ENGRENAGEM SATELITE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	658	CRUZETA CARDAN - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	6	UND	699,00	4.194,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	659	CARDAN DINATEIRO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.999,00	3.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	927	LAMINA DA CONCHA DIANTEIRA 61LD00360GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.500,00	2.500,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	928	DENTE DE CANTO LE 61L30170GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	351,00	702,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	929	DENTE DE CANTO LD 61L30171GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	415,00	830,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES -

								EIRELI - EPP
1	930	DENTE DA LAMINA 61L30169GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	20	UND	250,00	5.000,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	931	PINO DAS CAÇAMBAS 61L 15350 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	869,00	3.476,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	932	ARRUELAS DE CALCO - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	99,00	198,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	933	PINO TRAVA - 108 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	84,00	336,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	934	PINO DA CONCHA DIANTEIRA 3611110 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	1.033,00	4.132,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	935	BUCHA DO CHASSI - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	430,00	1.720,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	936	BUCHA DE BRONZE 61LD10110 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	556,00	2.224,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	937	VEDADOR Y02007511 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	84,00	84,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	938	BUCHA 61LD10100 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	420,00	420,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	939	VEDADOR Y020080011 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	81,00	81,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	940	BUCHA DE BRONZE X112802087 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	579,00	2.316,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	941	PINO 61LM15360 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	875,00	875,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	942	PINO 61LM15320 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	879,00	879,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	943	VEDADOR Y020110211 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	944	BUCHA 61LD10120 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	464,00	464,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	945	CAIXA DA PLANETÁRIA ZGAQ04246 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	8.548,00	8.548,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	946	ENGRENAGEM PLANETÁRIA ZGAQ04247 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.769,00	3.769,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	947	ROLAMENTO DE GAIOLA ZGAQ04248 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.663,00	1.663,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	948	ENGRENAGEM PLANETÁRIA ZGAQ02495 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.913,00	3.913,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	949	ESPAÇADOR ZFAQ02554 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	286,00	286,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	950	COROA ANELAR ZGAQ04239 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	9.445,00	9.445,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	951	RETENTOR ZGAQ03906 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	313,00	313,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	952	ROLAMENTO ZGAQ03907 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	1.660,00	1.660,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	953	FLANGE DA CRUZETA 2107C863L - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.495,00	2.495,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	954	RETENTOR DA FLANGE ZGAQ00778 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	309,00	309,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	955	BOMBA DA TRANSMISSÃO ZGAQ02856 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	14.140,00	14.140,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	956	EIXO DA BOMBA DE TRANSMISSÃO ZGAQ00771 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	4.299,00	4.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	957	ROLAMENTO DO EIXO ZGAQ00769 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	958	ANEL TRAVA DO EIXO ZGAQ00768 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	959	CORREIA DO MOTOR (3290051) - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	464,00	464,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	960	HÉLICE DO MOTOR 11L30331 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	2	UND	2.195,00	4.390,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	961	COXIM DO MOTOR 11N610445 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	6	UND	758,00	4.548,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	962	RETENTOR DO VIRABREQUIM 3973745 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	339,00	339,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	963	JUNTA DO COLETOR 4890832 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	195,00	195,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	964	RESFRIADOR DE ÓLEO 3975818 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	4.895,00	4.895,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	965	BOMBA DA TRANSFERÊNCIA 4990848 - PÁ CARREGADEIRAHYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.485,00	2.485,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	966	ARRUELAS DE AJUSTE ZGQ04249 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	125,00	250,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	967	ARRUELAS DE AJUSTE ZGAQ02554 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	133,00	266,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	968	ROLAMENTO DO CUBO ZGAQ02580 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.849,00	1.849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	969	ROLAMENTO DO PINHÃO ZGAQ03906 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	970	ROLAMENTO DA FLANGE ZGAQ03907 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	971	RETENTOR DA FLANGE ZGAQ02548 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	339,00	339,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	972	RETENTOR DO CUNO DIANTEIRO ZGAQ0244 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	399,00	399,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	973	ROLAMENTO DO EIXO DIANTEIRO ZGAQ02625 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.969,00	1.969,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	974	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO ZGQ02530 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.914,00	1.914,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	975	TERMINAL DE DIREÇÃO ZGAQ03564 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	1.479,00	2.958,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	976	CRUZETA DO CARDAN 1007C2 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	6	UND	1.479,00	8.874,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	977	ANEL TRAVA DO TRAMBOR 120M27 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	978	ENCOSTO DA MOLA ZGAQ00849 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	369,00	369,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP

1	979	MOLA DA TRANSMISSÃO ZGAQ00832 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	430,00	430,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	980	BOMBA D'ÁGUA 4891252 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.640,00	2.640,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	981	BOMBA DE ÓLEO DO MOTOR 4939588 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.769,00	3.769,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	982	CONJUNTO DO CARDAN DIANTEIRO 40AF7C639L - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	9.439,00	9.439,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	983	Bomba de água - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	1.929,00	1.929,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	984	Motor de partida - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.449,00	3.449,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	985	Alternador - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.099,00	3.099,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	986	Radiador - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.099,00	6.099,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	987	Pistão da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	7.640,00	7.640,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	988	Pistão do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.999,00	6.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	989	Pistão da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.470,00	6.470,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	990	Pistão da lamina - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	5.210,00	5.210,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	991	Kit de vedação do pistão - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	609,00	609,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	992	Esteira de borracha - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	5.839,00	11.678,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	993	Roda Guia - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	2.099,00	4.198,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	994	Roda motriz - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.099,00	3.099,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	995	Rolete inferior - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	1.059,00	2.118,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	996	Rolete superior - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	879,00	1.758,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	997	Tensor da esteira - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	998	Mola tensora - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	1.199,00	1.199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	999	Graxeira do tensor - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	74,00	148,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1001	Trava do dente - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	8	UND	33,00	264,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1002	Pino da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	4	UND	556,00	2.224,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1003	Bucha da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	4	UND	286,00	1.144,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1004	Pino do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	699,00	1.398,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1005	Bucha do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	339,00	678,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1006	Pino da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	879,00	1.758,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1007	Bucha da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	376,00	752,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1008	Bieleta da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.463,00	3.463,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1010	Chicote elétrico - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	5.199,00	5.199,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1011	Farol dianteiro - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	759,00	1.518,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1012	Vidro dianteiro - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	2.549,00	2.549,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1013	Limpador do parabrisa - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	464,00	464,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1014	Espelho retrovisor - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	339,00	678,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1015	Bomba de água - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.499,00	2.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1016	Radiador do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	8.445,00	8.445,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1017	Mangueira superior do radiador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	519,00	519,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1018	Mangueira inferior do radiador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	555,00	555,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1019	Ventilador do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.559,00	2.559,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1020	Motor de partida - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	4.359,00	4.359,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1021	Alternador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	3.799,00	3.799,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1022	Coxim do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	6	UND	759,00	4.554,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1023	Bomba hidráulica principal - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	36.900,00	36.900,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1024	Motor hidráulico de giro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	25.599,00	25.599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1025	Motor hidráulico de translaçao - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	28.299,00	28.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1026	Pistão hidráulico da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	16.599,00	16.599,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1027	Pistão hidráulico do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	14.999,00	14.999,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1028	Pistão hidráulico da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	13.099,00	13.099,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1029	Kit reparo pistão da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1030	Kit de reparo pistão do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.149,00	1.149,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES -

								EIRELI - EPP
1	1031	Kit de reparo pistão da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.049,00	1.049,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1032	Motor de giro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	25.499,00	25.499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1033	Corrente de esteira completa - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	24.999,00	49.998,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1034	Sapata de esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	60	UND	849,00	50.940,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1035	Parafuso da sapata - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	200	UND	54,00	10.800,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1037	Roda motriz - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	7.899,00	15.798,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1038	Roda guia dianteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	6.449,00	12.898,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1039	Rolete superior - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	6	UND	1.479,00	8.874,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1040	Tensor da esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	6.099,00	24.396,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1041	Mola tensora - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	2.549,00	10.196,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1042	Cilindro tensor da esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	5.199,00	20.796,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1043	Pino da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	12	UND	1.099,00	13.188,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1044	Pino do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	12	UND	1.049,00	12.588,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1045	Pino da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	879,00	879,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1046	Bucha da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	549,00	549,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1047	Bucha do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	499,00	499,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1048	Bucha da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	459,00	459,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1049	Trava do pino - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	83,00	83,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1050	Caçamba de escavação - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	22.900,00	22.900,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1051	Dente da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	36	UND	94,00	3.384,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1052	Adaptador do dente - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	20	UND	164,00	3.280,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1053	Trava do dente - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	60	UND	14,00	840,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1054	Canto lateral da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	449,00	1.796,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1055	Farol dianteiro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	1.099,00	2.198,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1056	Vidro dianteiro da cabine - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	5.099,00	5.099,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1057	Vidro lateral - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.880,00	2.880,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1058	Limpador de parabrisa - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	849,00	849,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1059	Palheta do limpador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	99,00	396,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1060	Retrovisor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	519,00	1.038,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1061	Joystick completo - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	6.109,00	6.109,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1062	Bomba de combustível - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	3.119,00	3.119,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1063	Bomba alimentadora - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.699,00	1.699,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	1064	Rolete inferior - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	1.989,00	3.978,00	DLS	C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP
1	6	Alternador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.300,00	2.300,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	7	Radiador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.900,00	3.900,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	8	Ventoinha - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	840,00	840,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	9	Coxim do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	298,00	1.192,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	10	Junta do cárter - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	115,00	115,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	11	Retentor do virabrequim - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	130,00	130,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	13	Bomba hidráulica - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	21.000,00	21.000,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	14	Pistão da lança completo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	9.000,00	9.000,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	15	Pistão do braço completo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	16	Pistão da caçamba dianteira completa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	17	Pistão da caçamba traseira completa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	18	Pistão estabilizador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.000,00	3.000,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	19	Pistão da direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.501,00	2.501,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	20	Kit reparo do pistão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	300,00	300,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	24	Eixo de transmissão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.499,00	1.499,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	25	Engrenagem da transmissão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	879,00	879,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	27	Eixo traseiro - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	5.299,00	5.299,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	28	Planetária - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.324,00	1.324,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	29	Barra de direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	469,00	469,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	30	Bomba de direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.349,00	1.349,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	31	Pino da lança - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	259,00	1.036,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	32	Pino do braço - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	219,00	876,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	33	Pino da caçamba - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	199,00	796,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	34	Bucha da lança - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	149,00	596,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	35	Bucha do braço - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	159,00	636,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	36	Bucha da torre - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	159,00	636,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	37	Bucha da caçamba - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	124,00	496,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	38	Dente da caçamba traseira - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	10	UND	34,00	340,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	39	Adaptador de dente - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	10	UND	59,00	590,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	40	Trava do dente - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	40	UND	11,00	440,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	41	Dente da concha dianteira - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	20	UND	34,00	680,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	42	Lamina cortante - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	799,00	1.598,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	44	Porcas da lamina - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	60	UND	6,00	360,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	64	Lamina (borda cortante) - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	540,00	3.240,00	MTW	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	66	Parafuso da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	72	UND	5,00	360,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	68	Guia de desgaste da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	130,00	260,00	HALLOS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	69	Dente do escarificador - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	15	UND	50,00	750,00	YCT	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	99	1136200 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	102	1188118 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	105	1193061 LUVA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	100,00	100,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	106	1240395 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	115,00	115,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	107	1262728 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	152,00	152,00	KFB	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	108	1265869 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	117	1672186 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	118	1672190 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	119	1672195 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	120	1672294 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	121	1672300 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	122	1672304 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	123	1803833 VOLTIMETRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	115,00	115,00	TRATORLIN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	127	1M3780 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	EGP	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	128	1P2636 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	170,00	170,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	129	1P2662 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	131	1S7057 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	35,00	35,00	TRATORLIN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	132	1U3202 PONTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	180,00	180,00	YCT	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	133	2165586 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	ITR	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	136	2268202 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	VICTOR	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	137	2299382 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	65,00	65,00	ML	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	139	2360737 CILINDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	600,00	600,00	EGP	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	141	2674743 COLMEIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.000,00	1.000,00	OTC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	144	2G7387 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	145	2G7388 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	146	2G8631 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	147	2G8741 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	80,00	80,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	148	2G8777 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	149	2H4145 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	20,00	20,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	150	2J8163 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	151	2M9780 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	152	2N2138 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	153	2W7212 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	40,00	40,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	154	2W7566 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	350,00	350,00	TRATORLIN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	155	2W8085 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	700,00	700,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	158	300060 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	160	366775 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	GATES	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	162	3F5108 PARAFUSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	30	UND	10,00	300,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	163	3G0361 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	WAS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	167	4J5477 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	AGEL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	168	4J7533 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	169	4J9224 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	170	4J9225 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA

1	171	4K0367 PORCA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	174	4K8659 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	220,00	220,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	176	4W1203 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	WERSA	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	177	4W1204 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	WERSA	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	185	5P2545 RETENTOR - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	40,00	40,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	186	5P8842 RETENTOR - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	43,00	43,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	187	5P8890 RETENTOR - MOTONIVELADORACATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	188	5Y0767 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	NAKATA	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	189	6F2956 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	191	6K4191 SUPORTE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	280,00	280,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	201	7C6208 CAMISA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	IPD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	204	7D8637 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	KOIO	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	206	7E8925 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	400,00	400,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	210	7J6833 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	APC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	215	7W9415 BRONZINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	55,00	55,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	216	7W9930 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	240	9W9920 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	350,00	350,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	261	JOGO DE CALÇO 8D-9689 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	SEVEN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	262	ROLAMENTO C/ CAPA 8D-9909 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K,	1	UND	600,00	600,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS

		ANO 2012						LTDA
1	263	LUVA 6K-4185 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	266	PARAFUSO 6H-1717 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	20,00	400,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	267	PARAFUSO 9X-8881 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	15,00	300,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	268	PARAFUSO 9X-8883 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	15,00	300,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	269	PARAFUSO 5P-2566 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	18,00	360,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	270	PINO 1243240 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	283	TIRA DE BRONZE 5T-8366 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	120,00	1.200,00	HALLOS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	284	TIRA DE BRONZE 5T-8367 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	120,00	1.200,00	HALLOS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	302	Lamina (borda cortante) - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	525,00	3.150,00	MTW	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	321	Rolamento do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	700,00	4.200,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	324	Rolamento do cardan - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	200,00	200,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	332	Rolamento De Roda Dianteira - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	200,00	400,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	340	1188118 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	352	1561871 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	200,00	200,00	NTN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	409	4K0367 PORCA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	25,00	25,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	412	4K8659 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	170,00	170,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	419	5K2595 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	75,00	75,00	TRATORLIN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	421	5L2030 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	195,00	195,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	422	5L2031 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	195,00	195,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	423	5P2545 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	424	5P8842 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	437	7C4273 MOLA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	RPMOLAS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	439	7C6208 CAMISA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	450,00	450,00	IPD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	440	7C7431 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	WAS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	442	7D8636 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	200,00	200,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	443	7D8637 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	445	7E8925 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	290,00	290,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	450	7N0718 INTERRUPT - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	120,00	120,00	RPARTS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	452	7W2398 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	453	7W6552 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	45,00	45,00	MV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	454	7W9415 BRONZINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	BLUMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	455	7W9930 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	350,00	350,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	456	8C3091 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	35,00	35,00	SAV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	459	8E5742 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	45,00	45,00	SAV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	460	8E6208 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	461	8E6209 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	EGM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	463	8W5293 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	464	8W6473 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	465	8W6476 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	467	8X2228 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.000,00	1.000,00	AMERIC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	468	8X4741 INSERTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	469	9F1399 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	35,00	35,00	SAV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	470	9G7641 CHAVE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WKA	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	471	9H6454 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	472	9L2526 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	92,00	92,00	GATES	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	479	9W9920 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	ELIOFLEX	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	480	9X1439 FAROL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	481	9X4282 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WILTEC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	482	9X4284 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WILTEC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA

1	485	9Y8848 GUIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	MTD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	487	ARRUELA 5P-8245 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	20,00	20,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	488	ARRUELA 7K-6128 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	25,00	25,00	TCN	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	489	ARRUELA 8T-4223 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	15,00	15,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	517	RETENTOR 6K-4186 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	SAV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	519	RETENTOR 6E-3414 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	60,00	60,00	SAV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	523	TIRA DE BRONZE 5T-8367 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	300,00	3.000,00	HALLOS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	524	TIRA 178-1685 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	250,00	2.500,00	HALLOS	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	538	ROLAMENTO PONTA DE EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	330,00	330,00	TCV	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	585	CERDAS DE NYLON PARA VASSOURA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	100	UND	40,00	4.000,00	KM1	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	586	CERDAS DE AÇO PARA VASSOURA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	100	UND	60,00	6.000,00	KM1	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	591	SILENCIOSO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.500,00	1.500,00	SILEMAQ	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	611	LAMINA CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	2	UND	2.700,00	5.400,00	MTW	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	613	REPARO CILINDRO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	400,00	400,00	APC	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	622	SUPORTE 4188471120 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	320,00	320,00	YCT	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	623	TRAVA 20X7014170 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	40,00	40,00	EGP	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	724	DENTE DA LAMINA 2085245 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	20	UND	65,00	1.300,00	YCT	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	727	PINO TRAVA 2011238 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	25,00	100,00	EGP	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	739	BUCHA 9R0411 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	180,00	720,00	GM	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	865	Reparo do Cilindro de Elevação, n°2332628- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	650,00	650,00	WORLD	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	912	Lâmina Reto Traseira, n°2199488- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.500,00	1.500,00	MTW	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	913	Dente, n°2011235- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	10	UND	85,00	850,00	YCT	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	1000	Dente da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	8	UND	90,00	720,00	COLINA	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	1009	Lamina dianteira - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	1.800,00	3.600,00	FENIX	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA
1	1036	Porca da sapata - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	200	UND	8,00	1.600,00	FEY	TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA

TOTAL POR FORNECEDOR:

FORNECEDOR	CNPJ	TOTAL FORNECEDOR
TRATORMAX COM DE PEÇAS P/TRATORES LTDA	04.983.112/0001-60	707.004,20
C.E LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP	20.088.291/0001-29	1.088.973,39
Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda	04.325.195/0001-09	87.817,00
TRATORLAMINAS PEÇAS LTDA	43.729.180/0001-50	68.872,00
TOTAL HOMOLOGADO:1.952.666,59		

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:9A30F1EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 2982 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto n° 2982/2026 de 29/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 235.394,00 (duzentos e trinta e cinco mil e trezentos e noventa e quatro reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.361.0210.2.019		TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
136 - 3.3.90.39.00.00	1110	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	235.394,00
		Total Suplementação:	235.394,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.2.4.51.0.1.01 CONV PROG EDUCACAO - FONTE 110 - Fonte: 1110 235.394,00

Total da Receita: 235.394,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 29 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR

Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:CAB0C591

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO - DECRETO Nº 2950 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2950 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta para a Avaliação de Desempenho Especial de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante estágio probatório previsto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal nº 068/2025.

O Prefeito Municipal de Morretes - Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o estabelecido na Seção III da Lei Complementar Municipal nº 068/2025, que dispõe sobre o estágio probatório dos servidores públicos municipais nomeados para o cargo de provimento efetivo;

CONSIDERANDO o estabelecido no inciso III do § 1º e § 4º do art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre o procedimento de avaliação periódica de desempenho para a efetivação da estabilidade dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público após três anos de efetivo exercício;

CONSIDERANDO, a necessidade de garantir a transparência, a equidade e a devida legalidade nas decisões relativas à estabilidade no serviço público, **DECRETA**:

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO:

Art. 1.º Este Decreto dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta para Avaliação de Desempenho de Servidores ocupantes de cargo público efetivo durante estágio probatório previsto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal nº 068/2025.

Art. 2.º O presente Decreto aplica-se aos servidores públicos em estágio probatório, vinculados a Administração Pública Municipal Direta e Indireta com personalidade jurídica de Direito Público.

Parágrafo único. Excluem-se do âmbito de regulamentação deste Decreto:

I – Servidores públicos efetivos, vinculados à Administração Pública Municipal direta e indireta, que já tenham concluído o estágio probatório e sido declarados aptos ou inaptos em regular processo de avaliação de desempenho probatório;

II - Empregados públicos vinculados à Administração Pública Municipal indireta com personalidade jurídica de direito privado.

CAPÍTULO II - PERÍODO DE CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 3.º O servidor público nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao cumprimento do estágio probatório para aquisição da estabilidade.

§ 1.º A aquisição de estabilidade no serviço público, como estabelecido na Lei Complementar Municipal n. 068/2025, está condicionada ao atendimento de ambas as condições abaixo:

I - Completar 3 (três) anos de efetivo exercício do cargo público no cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado em virtude de concurso público;

II - Ser declarado "apto(a)" na etapa de Avaliação de Estágio Probatório nos termos do artigo 22 deste Decreto Municipal.

Art. 4.º O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício do servidor público, nomeado para o cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público, durante o qual a aptidão e a capacidade são objetos de avaliação de desempenho deste.

§ 1.º A contagem do período de estágio probatório começa na data de início das atividades do servidor público.

§ 2.º No caso de acumulação legal, o estágio probatório deve ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor público tenha sido nomeado.

§ 3.º O tempo de serviço de outro cargo público não exime o servidor público do cumprimento do estágio probatório no novo cargo.

§ 4.º O servidor público em estágio probatório não poderá permanecer em desvio de função, nem receber qualquer promoção ou elevação de nível durante o prazo legal.

Art. 5.ºO servidor deve cumprir estágio probatório no exercício do cargo para o qual foi nomeado em caráter definitivo.

§ 1.º O estágio probatório fica suspenso durante as licenças legalmente previstas, bem assim na hipótese de participação de curso de formação, exercício de cargo de comissão, ou outro afastamento de suas atividades usuais, e será retomado a partir do término do respectivo afastamento.

§ 2.º Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º deste Decreto, o servidor em licença legalmente prevista, participante de curso de formação, no exercício de cargo de comissão ou afastado de suas atividades por qualquer outro motivo que, na data da publicação deste Decreto

ainda não tenha sido avaliado, poderá ser avaliado, desde que a avaliação leve em consideração apenas o período de efetivo exercício do servidor na Prefeitura Municipal de Morretes.

§ 3.º Para fins de atendimento ao disposto no § 1º deste artigo, o servidor em licença legalmente prevista, participante de curso de formação, no exercício de cargo de comissão ou afastado de suas atividades por qualquer outro motivo que tenha praticado, no exercício de suas funções, conduta gravosa estabelecida no § 3º do artigo 9º deste decreto, descoberta após o seu afastamento, poderá ter sua conduta avaliada, independentemente do motivo de afastamento ou de ter cumprido o prazo semestral de que trata o § 2º do artigo 5º.

§4.º Não se aplica a suspensão do estágio probatório, de que trata o § 1º, quando o afastamento do servidor ocorrer em virtude de férias.

CAPÍTULO III - DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 6.º A avaliação de estágio probatório do servidor público tem como finalidade principal avaliar o desempenho, a aptidão, a responsabilidade e a capacidade do servidor recém-nomeado para o exercício do cargo para o qual foi aprovado em concurso público, bem como garantir a eficiência do serviço público e conferir estabilidade ao servidor público que, ao final do período de estágio probatório, for considerado apto.

Art. 7.º A avaliação de estágio probatório deve ser capaz de confirmar ou não o avaliado no cargo ou função para o qual foi designado.

CAPÍTULO IV - REQUISITOS E PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO:

Art. 8.º No período de 03 (três) anos de efetivo exercício na função do cargo para o qual prestou concurso público, as aptidões e a capacidade funcional do servidor público serão objeto de avaliações periódicas para o desempenho do cargo na forma estabelecida neste regulamento, observados, dentre outros, os seguintes fatores:

I – Assiduidade: o comparecimento diário, a permanência no local de trabalho e/ou a ocupação do tempo de trabalho para a realização das atribuições do cargo;

II – Disciplina: a compreensão e acatamento das orientações, instruções, ordens superiores, críticas e cumprimento de leis, regulamentos e ordens de serviço;

III – Competência: o domínio teórico e técnico necessário para a execução das tarefas, incluindo informações, conceitos e dados relevantes para a área de atuação;

IV – Responsabilidade: a responsabilidade do servidor quanto ao cumprimento das atribuições de seu cargo, respeito aos deveres do servidor público, respeito à instituição, formação profissional e cumprimento dos prazos estabelecidos.

V – Idoneidade Moral: o comportamento ético do servidor, avaliando sigilo em relação à fatos e documentos, discrição, justiça e indiscriminação em relação aos colegas de trabalho, superiores e público em geral.

VI – Proatividade: a dedicação ao serviço e entrega de bom desempenho nas funções exercidas; atuação com autonomia e zelo com as atividades e os bens públicos; atuação dentro dos limites legais e hierárquicos; demonstração de interesse em aprimorar processos, sugerir melhorias e prestar um serviço eficiente e de qualidade à população e à administração pública municipal.

VII – Cumprimento das competências exigidas ao cargo: ciência das atribuições e execução plena das atividades exigidas ao cargo;

VIII - Adaptação ao trabalho: aferição da capacidade de ajustar-se ao ambiente e às exigências do cargo, demonstrando equilíbrio, flexibilidade e aptidão física e mental para o exercício das funções

IX - Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe: análise da capacidade de cooperação, respeito e comunicação com colegas, superiores e subordinados, contribuindo para o ambiente organizacional harmônico.

X - Gestão de Qualidade: Avaliar o compromisso com padrões de qualidade, melhoria contínua e correção de falhas;

Parágrafo único. O processo avaliativo deve levar em conta comportamentos e resultados observáveis em situação de trabalho, excluindo aspectos pessoais.

Art. 9.º Preferencialmente, as avaliações de estágio probatório ocorrerão semestralmente até o quinto semestre do exercício efetivo, período em que ocorrerá a última avaliação nos quatro meses que antecedem o término do período de estágio, comunicando-se ao interessado.

§ 1.º Os servidores públicos em estágio probatório terão tantas avaliações quantas forem necessárias, considerando-se a data do início e do término do estágio probatório.

§ 2.º Caso ocorram condutas graves durante do estágio probatório, a chefia imediata deverá, independentemente de atingido o prazo semestral estipulado no caput do artigo 5º, dar início ao processo de avaliação do servidor, informando-o sobre a abertura desse processo, sendo que a reprovação implicará perda imediata do cargo, se concluir, a autoridade administrativa, após oitiva do interesse, pela ocorrência de infração grave.

§ 3.º Caracterizam-se condutas graves cometidas por servidor público durante o estágio probatório aquelas que, de forma cumulativa ou isolada, atendam aos seguintes critérios:

I – comprometam significativamente a regular execução das atribuições, atividades ou rotinas administrativas da Secretaria ou unidade em que o servidor esteja lotado;

II – ocasionem prejuízo ao erário, inclusive mediante perda, desvio, dano ou depreciação de bens, valores ou recursos públicos;

III – violem os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mediante afronta aos deveres de honestidade, imparcialidade e observância da lei.

§ 4.º O servidor público em estágio probatório que, na data da publicação deste Decreto, ainda não tiver sido avaliado ou tiver avaliações a serem efetivadas, independentemente do tempo que falta para completar o período do estágio probatório, será submetido à avaliação nos termos deste Decreto.

Art. 10. Durante o período do estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor terá como base os aspectos técnicos, administrativos, pessoais e profissionais, sendo atribuída **nota de 1 (um) a 10 (dez)** pontos para cada critério estabelecido no art. 8.º deste Decreto.

§ 1º O peso de cada critério de avaliação será o seguinte:

I – Assiduidade: 2 (dois);

II – Disciplina: 3 (três);

III – Competência: 2 (dois);

IV – Responsabilidade: 3 (três);

V – Idoneidade Moral: 3 (três);

VI – Proatividade: 3 (três);

VII – Cumprimento das competências exigidas ao cargo: 3 (três);

VIII - Adaptação ao trabalho: 1 (um);

IX - Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe: 1 (um);

X - Gestão de Qualidade: 3 (três).

§ 2.º A pontuação de cada critério será obtida pela multiplicação da nota atribuída pelo avaliador pelo respectivo peso do critério, resultando em um total máximo de 240 (duzentos e quarenta) pontos.

§ 3.º O resultado da Avaliação de Estágio Probatório corresponderá à soma ponderada das notas atribuídas a cada indicador, conforme os pesos estabelecidos no § 1º deste artigo, podendo atingir o máximo de 240 (duzentos e quarenta) pontos.

§ 4.º Será considerado apto e aprovado o servidor que obtiver média igual ou superior a 168 (cento e sessenta e oito) pontos na avaliação final.

§ 5.º Será considerado reprovado o servidor que obtiver, no resultado da Avaliação de Estágio Probatório, nota inferior a 168 (cento e sessenta e oito), pontos na avaliação final.

CAPÍTULO V - DO AVALIADOR DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 11. O servidor em estágio probatório será avaliado pelo seu superior hierárquico imediato, que atribuirá pontuação objetiva a cada um dos itens previstos nos incisos do art. 8.º, conforme os critérios, as definições e pesos constantes do Anexo I.

Art. 12. Na hipótese de o superior hierárquico imediato responsável pela avaliação do servidor em estágio probatório ter sido empossado ou designado após o período avaliativo ou após a ocorrência dos fatos objeto da avaliação, deverá, obrigatoriamente, solicitar informações formais ao superior hierárquico anterior que tenha acompanhado diretamente o desempenho funcional do servidor no período correspondente.

§ 1º A solicitação de que trata o caput será realizada por meio de ofício ou manifestação formal ou contato verbal certificado no processo de avaliação, devendo o superior hierárquico anterior prestar informações objetivas e circunstanciadas acerca do desempenho do servidor, com base em fatos observáveis e verificáveis durante o período em que exerceu a chefia imediata.

§ 2º As informações prestadas pelo superior hierárquico anterior integrarão, obrigatoriamente, o processo de avaliação de estágio probatório, servindo como subsídio para a atribuição das notas e para a fundamentação da avaliação.

§ 3º Na impossibilidade devidamente justificada de obtenção das informações junto ao superior hierárquico anterior, a avaliação deverá limitar-se exclusivamente ao período de efetivo acompanhamento do servidor pelo avaliador atual, vedada a atribuição de pontuação ou juízo de valor sobre período não acompanhado diretamente.

§ 4º É vedada a atribuição de notas ou conclusões avaliativas pelo superior hierárquico atual com base em presunções, impressões indiretas ou informações não formalizadas nos autos do processo de avaliação.

Art. 13. A nota geral resultante da avaliação deverá ser, obrigatoriamente, fundamentada, mediante registro dos fatos observados, podendo ser amparada, se for o caso, por documentos, relatórios, registros funcionais, evidências de resultado e demais elementos que o avaliador entender necessários.

Art. 14. Concluída a avaliação preliminar pelo superior hierárquico imediato, a respectiva ficha de avaliação será encaminhada ao servidor avaliado, para ciência e eventual manifestação.

§ 1º Da avaliação preliminar do avaliador, o servidor avaliado que obtiver nota inferior para ser considerado apto(a), poderá apresentar manifestação escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência da avaliação, na qual deverá indicar, de forma objetiva e fundamentada, os pontos específicos da avaliação que entende passíveis de revisão, bem como as razões que justificam a alteração da pontuação atribuída.

§ 2º Não serão conhecidos os pedidos de revisão que se limitem à mera discordância quanto ao resultado da avaliação preliminar, desacompanhados da indicação precisa dos critérios avaliativos impugnados ou desprovidos de fundamentação mínima.

Art. 15. Decorrido o prazo para manifestação do servidor avaliado, o superior hierárquico responsável pela avaliação encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Estágio Probatório, o relatório definitivo de avaliação, no qual deverá apreciar e responder, de forma expressa e devidamente motivada, às impugnações, questionamentos ou pedidos de revisão apresentados pelo servidor, quando houver, podendo se reportar à fundamentação do superior hierárquico quando for o caso.

§ único. A Comissão de Estágio Probatório procederá à apreciação final da avaliação, com base na ficha avaliativa, nas justificativas apresentadas pelo avaliador, nas manifestações do servidor, se houver, e nas diligências que entender necessárias, competindo-lhe decidir pela manutenção ou pela alteração da pontuação atribuída, devendo, nesta última hipótese.

Art. 16. O avaliador, além das atribuições já definidas neste Decreto, deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em todas as fases da avaliação.

CAPÍTULO VI - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 17. A Comissão de Avaliação do Estágio Probatório será composta pelo Secretário Municipal de Administração e por 2 (dois) servidores públicos efetivos e estáveis, preferencialmente integrantes da mesma unidade administrativa ou processo de trabalho do servidor avaliado, que tenham acompanhado de forma direta e contínua o seu desempenho funcional.

§ 1º Na hipótese de o servidor avaliado estar lotado na Secretaria Municipal de Administração, a Comissão de Avaliação será composta pelo Procurador-Geral do Município, que a presidirá, e por 2 (dois) servidores públicos efetivos e estáveis, observados os critérios previstos no caput deste artigo.

§ 2º. Nos Departamentos em que o número de profissionais for insuficiente para a formação da Comissão de Estágio Probatório, poderão, de acordo com a necessidade, integrar membros da equipe do Departamento de Recursos Humanos ou da Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º. Caso haja mais de uma secretaria com insuficiência de profissionais para compor a Comissão, o Município poderá, mediante justificativa pertinente e conforme a necessidade administrativa, instituir uma única Comissão de Estágio Probatório, composta por servidores do Departamento de Recursos Humanos ou da Secretaria Municipal de Administração, a qual ficará responsável pela avaliação final de todos os servidores públicos municipais em estágio probatório, devendo, em qualquer hipótese, ser assegurada a oitiva da chefia imediata do servidor avaliado e a análise contextualizada das condições específicas de desempenho funcional.

§4º. A participação de servidores que tenham acompanhado o desempenho funcional do avaliado não afasta o dever de atuação imparcial da Comissão, vedada a formulação de juízo prévio ou a reprodução automática da avaliação realizada pela chefia imediata, devendo a decisão colegiada resultar de análise técnica autônoma e devidamente fundamentada.

Art. 18. É vedada a participação, na Comissão de Avaliação, de servidor que possua relação de parentesco, vínculo de subordinação direta, interesse pessoal ou qualquer outra circunstância que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, aplicando-se, no que couber, as regras de impedimento e suspeição previstas na legislação administrativa.

Art. 19. É vedada a participação, na Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, do servidor que tenha atuado como avaliador imediato do servidor avaliado no mesmo ciclo ou período de avaliação, ainda que em substituição ou de forma eventual.

Art. 20. Os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório serão formalmente designados por ato da autoridade competente, devendo constar do respectivo ato a identificação dos servidores avaliados e o período de avaliação considerado, observada a possibilidade de instituição de Comissão única, nos termos do § 3º do artigo 15 deste Decreto.

CAPÍTULO VII - DAS COMPETÊNCIAS:

Art. 21. É da competência da Comissão Permanente de Avaliação:

I - Coordenar as ações necessárias ao desenvolvimento dos processos de Avaliação Especial para efeito de estágio probatório;

II - Assessorar as Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, no planejamento de seus objetivos para as ações do programa de avaliação para efeito de estágio probatório;

III - Receber as avaliações individuais do avaliador, devidamente respondidas e consolidadas conforme Anexo I deste Decreto;

IV - Proceder a análise dos dados;

V - Elaborar e divulgar o relatório conclusivo, nos termos do Anexo I deste Decreto;

VI - Referendar ou retificar justificadamente os resultados das avaliações encaminhando-os para a homologação do Prefeito Municipal e para as publicações necessárias;

VII - Elaborar os manuais de procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades;

VIII - Encaminhar os resultados à Divisão de Recursos Humanos para o devido assentamento nas fichas funcionais dos servidores; e

IX - Elaborar, aplicar e controlar os demais atos necessários para o andamento das avaliações do estágio probatório.

Art. 22. Compete ao avaliador do estágio probatório:

I – responder pela avaliação do servidor em estágio probatório lotado em sua unidade administrativa, observando os objetivos, normas e procedimentos definidos neste Decreto;

II – preencher o formulário de avaliação, assinalando a resposta que melhor traduza o desempenho do servidor em cada item avaliado;

III – convocar o servidor avaliado, quando necessário, para comparecimento em data e horário previamente estabelecidos, a fim de prestar esclarecimentos sobre aspectos relacionados à sua atuação funcional;

IV – proceder à avaliação do servidor observando, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

a) reconhecer que cada servidor possui características e ritmos de trabalho próprios, evitando comparações entre avaliados;

b) adotar postura justa e imparcial em todas as etapas do processo avaliativo;

c) abster-se de influências externas que possam comprometer a objetividade da avaliação;

d) examinar cada fator de desempenho de forma individual e autônoma, sem permitir que a impressão geral sobre o servidor interfira na nota de cada item;

e) manter plena ciência de que a avaliação de desempenho tem por finalidade precípua aferir a aptidão e a capacidade do servidor para o exercício do cargo, observando-se a responsabilidade pessoal do avaliador;

f) promover, sempre que possível, o aprimoramento da produtividade e da eficiência do servidor, assegurando-lhe retorno quanto ao seu desempenho e orientações sobre as expectativas da Administração.

V - Dar ciência formal do resultado da avaliação ao servidor avaliado da sua unidade.

VII - apresentar, de forma clara e completa, todas as informações e documentos solicitados pela Comissão de Estágio Probatório, quando instaurada diligência para complementação da análise;

Art. 23. Compete ao servidor avaliado:

I – comparecer perante o(s) avaliador(es) no local, data e horário previamente estipulados para fins de realização da avaliação, se convocado;

II – comparecer perante a Comissão de Estágio Probatório, no local, data e horário previamente determinados, quando convocado para apresentação de esclarecimentos ou informações acerca de eventuais pontos controvertidos;

III – apresentar, de forma clara e completa, todas as informações e documentos solicitados pela Comissão de Estágio Probatório, quando instaurada diligência para complementação da análise; e

IV – manifestar-se formalmente sobre o resultado da avaliação, no prazo previsto neste Decreto, se entender necessário;

§1º. Os fatores de avaliação previstos neste artigo deverão integrar os critérios de eficiência e eficácia administrativa, determinado pelo Departamento de Recursos Humanos do Município.

§2º. Ao servidor em estágio probatório possui direito de acesso aos relatórios e/ou boletins de avaliação.

§3º. Todas as decisões administrativas referente ao desempenho funcional do servidor, em seu estágio probatório, deverão ser motivadas.

CAPÍTULO VIII - DA DEMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 24. O servidor que considerado inapto para o exercício do serviço público será, consequentemente, demitido, após regular processo administrativo de avaliação de estágio probatório, conforme regulamentação estabelecida neste decreto, nas seguintes circunstâncias:

I – quando obtiver duas avaliações concomitantes cujo resultado seja pela não aprovação, ou três avaliações intercaladas com o mesmo resultado;

II – quando incorrer em conduta grave, na forma prevista no § 3.º do art. 9.º deste Decreto, e obtiver avaliação pela não aprovação, independentemente das demais avaliações realizadas;

§ 1.º A demissão de que trata este artigo será formalizada por ato do chefe do poder executivo, precedida de relatório conclusivo da Comissão de Estágio Probatório, nos termos deste decreto.

§ 2.º Nos casos de conduta grave, a Administração Pública poderá, sem prejuízo da demissão aplicada, adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para ressarcimento ao erário, bem como encaminhar os autos ao Ministério Público, para apreciação dos fatos e eventual responsabilização civil ou penal do servidor.

§ 3.º A decisão administrativa que declarar a inaptidão e consequente demissão do servidor deverá ser devidamente motivada, instruída com as avaliações, relatórios, manifestações e demais documentos que fundamentarem a medida, observando-se o devido processo legal.

§ 4.º É grave a reiteração de comportamentos anteriormente já apontados negativamente, ainda que o servidor tenha sido aprovado em avaliações anteriores, mesmo que a Comissão venha a tomar ciência destes posteriormente.

§ 5.º Para fins dos incisos I e II, do caput, serão consideradas avaliações anteriores ainda que realizadas sob a égide de regulamentação anterior.

Art. 25. Para fins de avaliação do estágio probatório, poderão ser consideradas, no âmbito da avaliação vigente, condutas funcionais praticadas anteriormente pelo servidor que não tenham sido objeto de avaliação específica ou que tenham sido avaliadas com resultado de reprovação ou pontuação insuficiente, desde que relacionadas aos mesmos critérios de desempenho analisados e devidamente comprovadas nos autos.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS:

Art. 26. No caso de não concordância com o resultado final da avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Estágio probatório e apenas no caso desta ter concluído pela demissão, o servidor público poderá apresentar pedido de revisão, devidamente fundamentado, com a justificativa consistente e objetiva, à Comissão de Avaliação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação eletrônica sobre o lançamento do resultado final da Avaliação de Desempenho.

Parágrafo único. Não serão aceitos pedidos de revisão que manifestem mera discordância quanto ao resultado global, sem a identificação dos pontos objetivos sobre os quais se baseia a divergência, assim como os pedidos apresentados sem a devida fundamentação.

Art. 27. A Comissão de Avaliação terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento do pedido de revisão, para se manifestar, podendo manter ou aumentar a pontuação contestada.

§ 1º Se necessário, a Comissão de Avaliação poderá requisitar informações adicionais e solicitar a presença do servidor público avaliado, da respectiva chefia imediata e de outros agentes públicos para prestar informações.

§ 2º A decisão sobre o pedido de revisão deverá ser fundamentada pela Comissão de Avaliação.

Art. 28. Da decisão do pedido de revisão da Avaliação não caberá recursos na esfera administrativa.

Art. 29. Após a finalização de cada avaliação periódica, as cópias da avaliação parcial deverão ser encaminhadas ao avaliado e ao Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada à documentação do profissional, incluídas as eventuais discordâncias certificadas pelo avaliado.

Parágrafo único. Na hipótese de a decisão final da Comissão confirmar a inaptidão do servidor que enseje a sua demissão, os autos do processo serão encaminhados à autoridade máxima do Poder Executivo, a quem competirá a expedição do ato formal de demissão.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 31. As avaliações de desempenho de períodos anteriores e que já tenham sido realizadas quando da entrada em vigor do presente decreto serão consideradas atos perfeitos e computadas para fins do conjunto de avaliações realizadas ao longo do estágio probatório do servidor, passando as avaliações futuras a serem regidas e realizadas pelo presente normativo.

Art. 32. Este decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando todos os dispositivos em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR

Prefeito

ANEXO I

CRITÉRIOS, PESO, NOTA, DESEMPENHO, APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO

Critério	**Peso**	**Orientações para Avaliação**	**Nota para o item**	**Total de pontos: nota * peso do item= Nota do item**
Assiduidade:	2	Avaliar o comparecimento diário, a permanência no local de trabalho e/ou a ocupação do tempo de trabalho para a realização das atribuições do cargo;	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*2 =___
Justificativa da nota:				
Disciplina	3	Avaliar a compreensão e acatamento das orientações, instruções, ordens superiores, críticas e cumprimento de leis, regulamentos e ordens de serviço;	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	___*3 =___
Justificativa da nota:				
Competência	2	Avaliar o o domínio teórico e técnico necessário para a execução das tarefas, incluindo informações, conceitos e dados relevantes para a área de atuação;	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4	__*2 =__

			( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	
Justificativa da nota:				
Responsabilidade	3	Avaliar a responsabilidade do servidor quanto ao cumprimento das atribuições de seu cargo, respeito aos deveres do servidor público, respeito à instituição, formação profissional e cumprimento dos prazos estabelecidos.	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*3 = __
Justificativa da nota:				
Idoneidade Moral	3	Avaliar o comportamento ético do servidor, avaliando sigilo em relação à fatos e documentos, discrição, justiça e indiscriminação em relação aos colegas de trabalho, superiores e público em geral.	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*3 =__
Justificativa da nota:				
Proatividade	3	Avaliar a dedicação ao serviço e entrega de bom desempenho nas funções exercidas; atuação com autonomia e zelo com as atividades e os bens públicos; atuação dentro dos limites legais e hierárquicos; demonstração de interesse em aprimorar processos, sugerir melhorias e prestar um serviço eficiente e de qualidade à população e à administração pública municipal.	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*3 = __
Justificativa da nota:				
Cumprimento das competências exigidas ao cargo	3	Avaliar a ciência do servidor das suas atribuições e a execução plena das atividades exigidas ao cargo;	( ) 1	__*3 =__

			( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	
Justificativa da nota:				
Adaptação ao Trabalho	1	Avaliar a aferição da capacidade de ajustar-se ao ambiente e às exigências do cargo, demonstrando equilíbrio, flexibilidade e aptidão física e mental para o exercício das funções.	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*1 =__
Justificativa da nota:				
Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe	1	análise da capacidade de cooperação, respeito e comunicação com colegas, superiores e subordinados, contribuindo para o ambiente organizacional harmônico.	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	__*1__
Justificativa da nota:				
Gestão da qualidade	3	Avaliar o compromisso com padrões de qualidade, melhoria contínua e correção de falhas	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6	_____*3 =___

			( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	
Justificativa da nota:				
NOTA TOTAL FINAL				
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		( ) APROVADO		( ) REPROVADO

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1AA283B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 095/2026

(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavazin, tendo em vista o Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que compõem o processo de contratação direta via INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, **art. 74, V*: "aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha***".

OBJETO

Locação de espaço físico com infraestrutura apropriada para instalação do setor da Vigilância Sanitária Municipal, visando o desenvolvimento de atividades voltadas ao setor da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata do Iguaçu, Paraná.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL
1	**Locação de imóvel para as instalações do Vigilância Sanitária Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata do Iguaçu, Paraná.** Características mínimas do imóvel: No mínimo 02 (dois) Banheiros; No mínimo 04 salas individuais por divisórias; No mínimo 01 copa; Tamanho mínimo: 80,00m² (oitenta metros quadrados) de área útil; Construção em Alvenaria; Máximo de 100 (cem) metros de distância da unidade administrativa da Secretaria de Saúde; Fácil acesso;	Mês	12	R$ 1.973,45

	01 (um) pavimento térreo; Acessibilidade nas calçadas e rampa de acesso; Energia elétrica; Abastecimento de água; concessionárias de telefonia e dados; Coleta de lixo;			

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com o artigo 5º, inciso I do Decreto Municipal nº 3760/2023, o Departamento de Patrimônio do Município declara inexistir imóvel público vago e disponível, que atenda ao objeto descrito.

Por mais que as secretarias e departamentos municipais possuam seus espaços físicos para o desenvolvimento das atividades cotidianas, esses não dispõem de estrutura suficiente para ofertar um atendimento voltado as atividades da Vigilância Sanitária que seja de qualidade, em ambiente acessível e capaz de garantir conforto, segurança e que comporte toda equipe. A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a necessidade de contratação de um imóvel amplo, adequado e devidamente estruturado para sediar os serviços da equipe da Vigilância Sanitária Municipal, que compreende também o setor de endemias e ouvidoria de Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a aprimorar a qualidade, a eficiência ao atendimento prestado à população.

O processo de Dispensa de Licitação nº 011/2021, vinculado ao Contrato nº 138/2021, por meio do qual foi realizada a contratação atualmente vigente, já foi objeto de prorrogações sucessivas e atingiu o prazo máximo permitido pela Lei nº 8.666/93, que é de 60 (sessenta) meses. Diante disso, torna-se imprescindível a adoção das medidas necessárias para a realização de nova contratação, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços e garantir a continuidade das atividades essenciais.

Considerando que, atualmente, a sala conta com atendimentos específicos do setor de vigilância sanitária, que além da coordenação conta com mais dois profissionais específicos para atendimentos relacionados ao controle sanitário exercido pelo poder público para fiscalizar, orientar e intervir nos riscos à saúde da população abrangendo desde a produção de alimentos e medicamentos até a prestação de serviços e as condições ambientais, conta também com oito profissionais que exercem as atividades relacionadas ao setor de endemias, no monitoramento e controle da Dengue, Chikungunya e Zika vírus no município, mediante os fatos descritos faz-se necessário a um espaço mais amplo e funcional, o que assegura atendimento constante e eficiente.

Além da área destinada ao atendimento direto a população, é fundamental dispor de ambiente suficientemente amplo para a instalação e organização dos setores, instalação de equipamentos utilizados nas atividades diárias, permitindo sua adequada distribuição e garantindo condições seguras, ergonômicas e eficazes de uso.

Diante desse cenário, buscamos novas instalações, com área mínima de no mínimo **80,00 m²**, o espaço físico deve conter no mínimo 4 salas com divisórias que garantam a privacidade necessária para atendimentos individuais, 2 banheiros e 1 copa, permitindo assim maior funcionalidade, conforto e segurança, proporcionando condições ideais para a instalação da equipe e realização dos atendimentos.

O imóvel deverá atender integralmente às normas de acessibilidade, garantindo o acesso seguro e adequado a todos os usuários, especialmente pessoas com mobilidade reduzida e idosos.

O imóvel deverá estar localizado no perímetro urbano do município, com distância máxima de 100 metros da unidade administrativa da Secretaria de Saúde, por questões sistemáticas de serviço pois demanda deslocamento da chefia e de funcionários constantemente para os setores administrativos.

Atualmente a sala onde se encontra o setor de Vigilância Sanitária é locada porem o contrato está findando, sendo necessário a locação de nova sala com características semelhantes, devido a estrutura organizacional do setor e a colocação dos móveis, referente ao valor mensal pago no contrato atual é de R$ 1.973,45 (mil novecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos), porem a nova contratação passara por avaliação do avaliador imobiliário para definir o valor mensal do contrato.

VALOR DA CONTRATAÇÃO.

O valor total da contratação é de R$ 23.681,40 (vinte três mil seiscentos oitenta um reais e quarenta centavos) para 12 meses, sendo o valor mensal de R$ 1.973,45 (um mil novecentos setenta três reais e quarenta cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09 – Secretaria Municipal de Saúde

001 – Departamento de Saúde

10.201.0007.2-012 – Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: WILLIAN JUNIOR DE MORAES MACHADO – CPF N° 065.164.489-57

FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, mediante apresentação de recibo ou nota fiscal, para que seja efetuado o pagamento através de transferência bancária, diretamente na conta do locador.

VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado a critério e interesse da Administração Municipal com anuência da contratada e observância da Lei 14.133 de 2021.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 30 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN

Prefeita Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:408C8DBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 143-2026 JC

MUNICIPIO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JC FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 10.367.732/0001-78, com endereço AV PARIGOT DE SOUZA Nº 2574, CEP 87705020, representada por IRIS DE OLIVEIRA ALMEIDA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 102.458.219-10, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___

ISMAEL BATISTA

__

JC FERRAGENS LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 30	Quant.: 1	Num: 407	1,25	**Total: 25,00**
Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: PROFILD	Modelo:	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 4MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1,25**		Total Item: 25,00	
LOTE 31	Quant.: 1	Num: 735	2,00	**Total: 40,00**
Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: PROFILD	Modelo:	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 5MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 2,00**		Total Item: 40,00	
LOTE 32	Quant.: 1	Num: 561	2,25	**Total: 45,00**
Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: PROFILD	Modelo:	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 6MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 2,25**		Total Item: 45,00	
LOTE 36	Quant.: 1	Num: 362	6,30	**Total: 630,00**
Item: 36	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo:	
Descrição: BROXA 12X6 RETANGULAR -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 6,30**		Total Item: 630,00	
LOTE 39	Quant.: 1	Num: 862	5,00	**Total: 125,00**
Item: 39	Unidade: UNIDADE	Marca: TRIANGLE	Modelo:	
Descrição: CADEADO, AÇO INOXIDÁVEL, 25 MM. -				
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 5,00**		Total Item: 125,00	
LOTE 40	Quant.: 1	Num: 839	6,00	**Total: 300,00**

Item: 40	Unidade: UNIDADE	Marca: TRIANGLE	Modelo:	
Descrição: CADEADO, AÇO INOXIDÁVEL, 30 MM. -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 6,00**		Total Item: 300,00	
LOTE 41	Quant.: 1	Num: 871	12,00	**Total: 600,00**
Item: 41	Unidade: UNIDADE	Marca: TRIANGLE	Modelo:	
Descrição: CADEADO, AÇO INOXIDÁVEL, 35 MM. -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 12,00**		Total Item: 600,00	
MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
LOTE 42	Quant.: 1	Num: 542	15,00	**Total: 600,00**
Item: 42	Unidade: UNIDADE	Marca: TRIANGLE	Modelo:	
Descrição: CADEADO, AÇO INOXIDÁVEL, 45 MM. -				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 15,00**		Total Item: 600,00	
LOTE 43	Quant.: 1	Num: 168	15,00	**Total: 450,00**
Item: 43	Unidade: UNIDADE	Marca: TRIANGLE	Modelo:	
Descrição: CADEADO, AÇO INOXIDÁVEL, 50 MM. -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 15,00**		Total Item: 450,00	
LOTE 44	Quant.: 1	Num: 248	12,00	**Total: 1.200,00**
Item: 44	Unidade: METROS	Marca: PR	Modelo:	
Descrição: CAIBRO DE CAMBARÁ -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 12,00**		Total Item: 1.200,00	
LOTE 50	Quant.: 1	Num: 322	26,24	**Total: 524,80**
Item: 50	Unidade: BARRA	Marca: PLASTLIT	Modelo:	
Descrição: CANO PVC SOLDÁVEL ¾ X 6 METROS. -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 26,24**		Total Item: 524,80	
LOTE 52	Quant.: 1	Num: 796	83,90	**Total: 1.258,50**
Item: 52	Unidade: BARRA	Marca: KITUBOS	Modelo:	
Descrição: CANO PVC SOLDÁVEL ESGOTO 100 MM X 6 METROS. -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 83,90**		Total Item: 1.258,50	
LOTE 59	Quant.: 1	Num: 741	1,15	**Total: 34,50**
Item: 59	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTLIT	Modelo:	
Descrição: CAP SOLDAVEL 25 MM -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 1,15**		Total Item: 34,50	
LOTE 73	Quant.: 1	Num: 511	6,00	**Total: 120,00**
Item: 73	Unidade: UNIDADE	Marca: WAVES	Modelo:	
Descrição: DISCO DE CORTE DIAMANTADO P/PORCELANATO 110MMX20MM 1,4MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 6,00**		Total Item: 120,00	
LOTE 74	Quant.: 1	Num: 767	4,04	**Total: 202,00**
Item: 74	Unidade: UNIDADE	Marca: WAVES	Modelo:	
Descrição: DISCO DE DESBASE 115X6.4X22,2MM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 4,04**		Total Item: 202,00	
LOTE 76	Quant.: 1	Num: 636	11,00	**Total: 275,00**
Item: 76	Unidade: UNIDADE	Marca: WAVES	Modelo:	
Descrição: DISCO DE SERRA CIRCULAR 110MM - 20MM 36 DENTES - AÇO CARBONO -				
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 11,00**		Total Item: 275,00	
LOTE 85	Quant.: 1	Num: 452	5,00	**Total: 250,00**
MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
Item: 85	Unidade: UNIDADE	Marca: FORCE	Modelo:	
Descrição: ENGATE RÁPIDO COM ADAPTADOR PARA MANGUEIRA JARDIM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 5,00**		Total Item: 250,00	
LOTE 86	Quant.: 1	Num: 909	50,00	**Total: 750,00**
Item: 86	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE.54	Modelo:	
Descrição: ENXADA BAHIA VIRADA 2,5 LIBRAS COM CABO -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 750,00	
LOTE 116	Quant.: 1	Num: 893	3,00	**Total: 360,00**
Item: 116	Unidade: UNIDADE	Marca: POLYFITA	Modelo:	
Descrição: FITA VEDA ROSCA 18 X 50 -				
Quantidade: 120	**Valor Unit.: 3,00**		Total Item: 360,00	
LOTE 129	Quant.: 1	Num: 355	1,71	**Total: 85,50**
Item: 129	Unidade: UNIDADE	Marca: FORTLEV	Modelo:	
Descrição: LUVA LR ¾ X 1/2 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 1,71**		Total Item: 85,50	
LOTE 130	Quant.: 1	Num: 703	1,79	**Total: 89,50**
Item: 130	Unidade: UNIDADE	Marca: FORTLEV	Modelo:	
Descrição: LUVA LR 3/4 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 1,79**		Total Item: 89,50	
LOTE 155	Quant.: 1	Num: 581	0,39	**Total: 39,00**
Item: 155	Unidade: UNIDADE	Marca: JOMARCA	Modelo:	
Descrição: PARAFUSO SEXTAVADO 1X1/4 C/ BUCHA E ARRUELA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,39**		Total Item: 39,00	
LOTE 165	Quant.: 1	Num: 735	26,24	**Total: 393,60**
Item: 165	Unidade: UNIDADE	Marca: RAYCO	Modelo:	
Descrição: PNEU P/ CARRINHO DE MÃO -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 26,24**		Total Item: 393,60	
LOTE 185	Quant.: 1	Num: 196	25,71	**Total: 257,10**
Item: 185	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: ROLDANA EM NYLON 3" C/ BUCHA E PARAFUSO -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 25,71**		Total Item: 257,10	
LOTE 191	Quant.: 1	Num: 313	5,63	**Total: 112,60**
Item: 191	Unidade: UNIDADE	Marca: NICHOLSON	Modelo:	
Descrição: SERRA MANUAL A/R -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 5,63**			Total Item: 112,60
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**8.767,10**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:835096E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 144-2026 MARQUEZONE

MUNICIPIO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa DEPOSITO MARQUEZONE LTDA - ME, CNPJ nº 24.216.077/0001-61, com endereço RUA SANTO ANTONIO, 2664, CEP 87140000, representada por EDEMILSON MARQUESONE, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 052.480.759-04, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR**

E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor: 62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. **DAS PENALIDADES**

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital. 75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. **CONDIÇÕES GERAIS**

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado 83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

_____

DEPOSITO MARQUEZONE LTDA – ME

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 795	127,00	**Total: 44.450,00**
Item: 10	Unidade: METROS CUBICOS	Marca: PORTO SAO JOSE	Modelo:	
Descrição: AREIA LAVADA -				
Quantidade: 350	**Valor Unit.: 127,00**		Total Item: 44.450,00	
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 900	28,00	**Total: 1.400,00**
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: ASSENTO SANITÁRIO, OVAL, ALMOFADADO, COR BRANCA. -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 28,00**		Total Item: 1.400,00	
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 798	9,00	**Total: 45,00**
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: BALDE PARA PEDREIRO - PLÁSTICO - 10 LTS -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 9,00**		Total Item: 45,00	
LOTE 14	Quant.: 1	Num: 627	4,50	**Total: 90,00**
Item: 14	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo:	
Descrição: BANDEJA PLÁSTICA P/PINTURA DE 23 CM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 4,50**		Total Item: 90,00	
LOTE 15	Quant.: 1	Num: 743	6,00	**Total: 120,00**
Item: 15	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 10MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 6,00**		Total Item: 120,00	
LOTE 16	Quant.: 1	Num: 112	7,00	**Total: 140,00**
Item: 16	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 11MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 7,00**		Total Item: 140,00	
LOTE 17	Quant.: 1	Num: 718	8,00	**Total: 160,00**
Item: 17	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 12MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 8,00**		Total Item: 160,00	
LOTE 18	Quant.: 1	Num: 559	10,00	**Total: 150,00**
Item: 18	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RAPIDO 13MM -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 10,00**		Total Item: 150,00	
LOTE 19	Quant.: 1	Num: 436	9,00	**Total: 135,00**
Item: 19	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 14MM -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 9,00**		Total Item: 135,00	
LOTE 20	Quant.: 1	Num: 858	10,00	**Total: 150,00**
Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 15MM -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 10,00**		Total Item: 150,00	
LOTE 25	Quant.: 1	Num: 219	1,62	**Total: 32,40**
Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 7MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1,62**		Total Item: 32,40	
LOTE 28	Quant.: 1	Num: 547	5,00	**Total: 100,00**
Item: 28	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 12MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 5,00**		Total Item: 100,00	
LOTE 45	Quant.: 1	Num: 281	520,00	**Total: 1.040,00**
Item: 45	Unidade: UNIDADE	Marca: FORTLEV	Modelo:	
Descrição: CAIXA D´ÁGUA EM PVC CAPACIDADE 1.000 LITROS COM TAMPA -				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 520,00**		Total Item: 1.040,00	
LOTE 47	Quant.: 1	Num: 300	16,00	**Total: 11.200,00**
Item: 47	Unidade: SACO	Marca: CAL PONTA	Modelo:	
Descrição: CAL PARA PINTURA - SACO 8KG -				
Quantidade: 700	**Valor Unit.: 16,00**		Total Item: 11.200,00	
LOTE 48	Quant.: 1	Num: 300	16,00	**Total: 12.800,00**
Item: 48	Unidade: SACO	Marca: CAL PONTA	Modelo:	
Descrição: CAL VIRGEM SACO 20KG -				
Quantidade: 800	**Valor Unit.: 16,00**		Total Item: 12.800,00	
LOTE 51	Quant.: 1	Num: 095	90,00	**Total: 1.350,00**
Item: 51	Unidade: BARRA	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: CANO PVC SOLDÁVEL 40 MM X 6 METROS -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 90,00**		Total Item: 1.350,00	
LOTE 55	Quant.: 1	Num: 181	112,00	**Total: 5.600,00**
Item: 55	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: CANTONEIRA 2X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 112,00**		Total Item: 5.600,00	
LOTE 62	Quant.: 1	Num: 668	148,00	**Total: 1.480,00**
Item: 62	Unidade: UNIDADE	Marca: MAESTRO	Modelo:	
Descrição: CARRINHO DE MAO EXTRAFORTE 65 LITROS COM CAÇAMBA METÁLICA -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 148,00**		Total Item: 1.480,00	
LOTE 66	Quant.: 1	Num: 061	40,00	**Total: 48.000,00**
Item: 66	Unidade: SACO	Marca: CSN	Modelo:	
Descrição: CIMENTO SACO 50KG - ALTA RESISTÊNCIA -				
Quantidade: 1.200	**Valor Unit.: 40,00**		Total Item: 48.000,00	
LOTE 68	Quant.: 1	Num: 799	47,00	**Total: 2.350,00**
Item: 68	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: CONE FLEXIVEL EMBORRACHADO - FAIXA REFLETIVA LARANJA E BRANCO - 75CM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 47,00**		Total Item: 2.350,00	
LOTE 69	Quant.: 1	Num: 181	3,50	**Total: 175,00**
Item: 69	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: COTOVELO 40MM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 3,50**		Total Item: 175,00	
LOTE 80	Quant.: 1	Num: 198	12,00	**Total: 600,00**
Item: 80	Unidade: KG	Marca: ESAB	Modelo:	
Descrição: ELETRODO 2,5-6013 KG -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 12,00**		Total Item: 600,00	

LOTE 82	Quant.: 1	Num: 182	12,00	**Total: 600,00**
Item: 82	Unidade: KG	Marca: ESAB	Modelo:	
Descrição: ELETRODO 3,25-7018 KG -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 12,00**		Total Item: 600,00	
LOTE 90	Quant.: 1	Num: 770	1.431,00	**Total: 2.862,00**
Item: 90	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: ESCADA FIBRA TESOURA EXTENSÍVEL 07 X 12 DEGRAUS EM "D" DE ALUMÍNIO COM FRISOS ANTIDERRAPANTES, LARANJA, CAPACIDADE DE CARGA: SUPORTA ATÉ 120 KG , SAPATAS ANTIDERRAPANTES DE ACORDO COM ABNT NBR 16308 - ESCADA FIBRA TESOURA EXTENSÍVEL 07 X 12 DEGRAUS EM "D" DE ALUMÍNIO COM FRISOS ANTIDERRAPANTES, LARANJA, CAPACIDADE DE CARGA: SUPORTA ATÉ 120 KG , SAPATAS ANTIDERRAPANTES DE ACORDO COM ABNT NBR 16308				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 1.431,00**		Total Item: 2.862,00	
LOTE 91	Quant.: 1	Num: 812	30,00	**Total: 900,00**
Item: 91	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: ESGUICHO PARA MANGUEIRA REVOLVER METAL 1/2" REGULAVEL -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 30,00**		Total Item: 900,00	
LOTE 95	Quant.: 1	Num: 176	49,00	**Total: 2.940,00**
Item: 95	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: FECHADURA INOX COMPLETA EXTERNA COM MAÇANETA TIPO ALAVANCA EM LATÃO CROMADO. - FECHADURA INOX COMPLETA EXTERNA COM MAÇANETA TIPO ALAVANCA EM LATÃO CROMADO.				
Quantidade: 60	**Valor Unit.: 49,00**		Total Item: 2.940,00	
LOTE 96	Quant.: 1	Num: 378	36,00	**Total: 720,00**
Item: 96	Unidade: UNIDADE	Marca: PADO	Modelo:	
Descrição: FECHADURA INOX COMPLETA INTERNA -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 36,00**		Total Item: 720,00	
LOTE 97	Quant.: 1	Num: 973	18,00	**Total: 12.600,00**
Item: 97	Unidade: BARRA	Marca: ACERLOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO 1/4 VERGALHÃO COM 12MTS -				
Quantidade: 700	**Valor Unit.: 18,00**		Total Item: 12.600,00	
LOTE 98	Quant.: 1	Num: 375	9,50	**Total: 11.400,00**
Item: 98	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO 4,2 VERGALHÃO COM 12 MTS -				
Quantidade: 1.200	**Valor Unit.: 9,50**		Total Item: 11.400,00	
LOTE 99	Quant.: 1	Num: 628	34,00	**Total: 2.380,00**
Item: 99	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 1X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 34,00**		Total Item: 2.380,00	
LOTE 100	Quant.: 1	Num: 787	98,00	**Total: 6.860,00**
Item: 100	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 2X3/16 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 98,00**		Total Item: 6.860,00	
LOTE 101	Quant.: 1	Num: 226	17,00	**Total: 1.190,00**
Item: 101	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 1/2X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 17,00**		Total Item: 1.190,00	
LOTE 102	Quant.: 1	Num: 976	140,00	**Total: 9.800,00**
Item: 102	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 2.1/2X3/16 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 140,00**		Total Item: 9.800,00	
LOTE 103	Quant.: 1	Num: 330	25,00	**Total: 1.750,00**
Item: 103	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 3/4X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 25,00**		Total Item: 1.750,00	
LOTE 104	Quant.: 1	Num: 223	21,00	**Total: 1.470,00**
Item: 104	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO CHATO 5/8X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 21,00**		Total Item: 1.470,00	
LOTE 105	Quant.: 1	Num: 864	13,00	**Total: 910,00**
Item: 105	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO REDONDO ¼ (LISO) C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 13,00**		Total Item: 910,00	
LOTE 106	Quant.: 1	Num: 595	17,00	**Total: 1.190,00**
Item: 106	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO REDONDO ½ (LISO) C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 17,00**		Total Item: 1.190,00	
LOTE 107	Quant.: 1	Num: 729	22,00	**Total: 1.540,00**
Item: 107	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO REDONDO 5/16 (LISO) C/ 6MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 22,00**		Total Item: 1.540,00	
LOTE 108	Quant.: 1	Num: 678	85,00	**Total: 8.500,00**
Item: 108	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO REDONDO 5/8 (LISO) C/ 6MTS -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 85,00**		Total Item: 8.500,00	
LOTE 109	Quant.: 1	Num: 393	30,00	**Total: 3.600,00**
Item: 109	Unidade: BARRA	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: FERRO REDONDO3/8 (LISO) C/ 6MTS -				
Quantidade: 120	**Valor Unit.: 30,00**		Total Item: 3.600,00	
LOTE 110	Quant.: 1	Num: 429	115,00	**Total: 5.750,00**
Item: 110	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: FIOS DE CORTE 3,00MM X 250MTS QUADRADOS PARA MOTOR ROÇADEIRA (MANUAL) - CARRETEL GRANDE -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 115,00**		Total Item: 5.750,00	
LOTE 113	Quant.: 1	Num: 478	7,60	**Total: 608,00**
Item: 113	Unidade: UNIDADE	Marca: ADELBRAS	Modelo:	
Descrição: FITA CREPE 48X50 -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 7,60**		Total Item: 608,00	
LOTE 114	Quant.: 1	Num: 448	4,50	**Total: 180,00**
Item: 114	Unidade: UNIDADE	Marca: ADELBRAS	Modelo:	
Descrição: FITA DUPLA FACE FIXA FORTE TRANSPARENTE - 19MM X 2CM -				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 4,50**		Total Item: 180,00	
LOTE 119	Quant.: 1	Num: 078	36,00	**Total: 720,00**
Item: 119	Unidade: UNIDADE	Marca: INVICTA	Modelo:	

Descrição: GARRAFÃO TÉRMICO 5 LT C/ TAMPA DE ROSCA (BOTIJAO TERMICO) - GARRAFÃO TÉRMICO 5 LT C/ TAMPA DE ROSCA (BOTIJAO TERMICO)				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 36,00**		Total Item: 720,00	
LOTE 121	Quant.: 1	Num: 190	160,00	**Total: 960,00**
Item: 121	Unidade: UNIDADE	Marca: PORMADE	Modelo:	
Descrição: JOGO DE BATENTE PARA PORTA DE MADEIRA DE 14 CM. -				
Quantidade: 6	**Valor Unit.: 160,00**		Total Item: 960,00	
LOTE 122	Quant.: 1	Num: 833	299,00	**Total: 4.485,00**
Item: 122	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: LONA PLÁSTICA PRETA EXTRA FORTE - 200 MICRAS 4X50 -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 299,00**		Total Item: 4.485,00	
LOTE 123	Quant.: 1	Num: 779	959,00	**Total: 9.590,00**
Item: 123	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: LONA PLÁSTICA PRETA EXTRA FORTE - 300 MICRAS 4X50 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 959,00**		Total Item: 9.590,00	
LOTE 124	Quant.: 1	Num: 406	8,00	**Total: 400,00**
Item: 124	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: LUVA DE CORRER 1/2 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 8,00**		Total Item: 400,00	
LOTE 125	Quant.: 1	Num: 026	11,00	**Total: 550,00**
Item: 125	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: LUVA DE CORRER 3/4 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 11,00**		Total Item: 550,00	
LOTE 126	Quant.: 1	Num: 435	13,00	**Total: 650,00**
Item: 126	Unidade: Pares	Marca: ZANEL	Modelo:	
Descrição: LUVA DE RASPA DE COURO CANO CURTO -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 13,00**		Total Item: 650,00	
LOTE 127	Quant.: 1	Num: 201	15,00	**Total: 750,00**
Item: 127	Unidade: Pares	Marca: ZANEL	Modelo:	
Descrição: LUVA DE RASPA DE COURO CANO LONGO -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 15,00**		Total Item: 750,00	
LOTE 128	Quant.: 1	Num: 269	8,00	**Total: 6.400,00**
Item: 128	Unidade: Pares	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS, TOTALMENTE REVESTIDA COM NITRILA, LISA, PUNHO EM FIBRAS ELÁSTICAS E ACABAMENTO EM FIBRAS SINTÉTICAS. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS, TOTALMENTE REVESTIDA COM NITRILA, LISA, PUNHO EM FIBRAS ELÁSTICAS E ACABAMENTO EM FIBRAS SINTÉTICAS. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA)				
Quantidade: 800	**Valor Unit.: 8,00**		Total Item: 6.400,00	
LOTE 131	Quant.: 1	Num: 856	37,00	**Total: 2.960,00**
Item: 131	Unidade: UNIDADE	Marca: MADEIREIRA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: MADEIRITE 110,0 CM X 220,0 CM15MM -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 37,00**		Total Item: 2.960,00	
LOTE 132	Quant.: 1	Num: 873	12,00	**Total: 3.600,00**
Item: 132	Unidade: METROS	Marca: PLASTMAR	Modelo:	
Descrição: MANGUEIRA PARA JARDIM COM TRAMA DE AÇO -				
Quantidade: 300	**Valor Unit.: 12,00**		Total Item: 3.600,00	
LOTE 133	Quant.: 1	Num: 760	11,00	**Total: 110,00**
Item: 133	Unidade: UNIDADE	Marca: ALIANÇA	Modelo:	
Descrição: MANGUEIRAS DE GÁS - 1,25M - EM PVC COM NORMA TÉCNICA BRASILEIRA ABNT - NBR 8613 NORMATIZADA PELO INMETRO - MANGUEIRAS DE GÁS - 1,25M - EM PVC COM NORMA TÉCNICA BRASILEIRA ABNT - NBR 8613 NORMATIZADA PELO INMETRO				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 11,00**		Total Item: 110,00	
LOTE 134	Quant.: 1	Num: 663	20,00	**Total: 300,00**
Item: 134	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: MARTELO UNHA 25MM COM CABO DE MADEIRA -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 20,00**		Total Item: 300,00	
LOTE 135	Quant.: 1	Num: 877	27,00	**Total: 405,00**
Item: 135	Unidade: UNIDADE	Marca: HYDRONORT	Modelo:	
Descrição: MASSA CORRIDA GALÃO DE 3,6 L -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 27,00**		Total Item: 405,00	
LOTE 136	Quant.: 1	Num: 090	33,00	**Total: 825,00**
Item: 136	Unidade: UNIDADE	Marca: HYDRONORT	Modelo:	
Descrição: MASSA CORRIDA PVA BARRICA 25 KG -				
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 33,00**		Total Item: 825,00	
LOTE 137	Quant.: 1	Num: 037	50,00	**Total: 3.500,00**
Item: 137	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-20X20 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 3.500,00	
LOTE 138	Quant.: 1	Num: 892	65,00	**Total: 4.550,00**
Item: 138	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-20X30 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 65,00**		Total Item: 4.550,00	
LOTE 139	Quant.: 1	Num: 925	75,00	**Total: 5.250,00**
Item: 139	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-30X30 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 75,00**		Total Item: 5.250,00	
LOTE 140	Quant.: 1	Num: 982	94,00	**Total: 6.580,00**
Item: 140	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-30X40 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 94,00**		Total Item: 6.580,00	
LOTE 141	Quant.: 1	Num: 138	109,00	**Total: 7.630,00**
Item: 141	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-40X50 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 109,00**		Total Item: 7.630,00	
LOTE 142	Quant.: 1	Num: 255	100,00	**Total: 7.000,00**
Item: 142	Unidade: UNIDADE	Marca: ARCELOR MITAL	Modelo:	
Descrição: METALAO PAREDE 1,20-50X50 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 100,00**		Total Item: 7.000,00	
LOTE 158	Quant.: 1	Num: 370	264,00	**Total: 1.056,00**
Item: 158	Unidade: UNIDADE	Marca: SANTA CLARA	Modelo:	
Descrição: PIA DE LOUÇA COM COLUNA PARA BANHEIRO -				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 264,00**		Total Item: 1.056,00	

LOTE 163	Quant.: 1	Num: 267	6,00	**Total: 300,00**
Item: 163	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo:	
Descrição: PINCEL TRINCHA PARA PINTURA 4" -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 6,00**		Total Item: 300,00	
LOTE 164	Quant.: 1	Num: 618	7,00	**Total: 700,00**
Item: 164	Unidade: UNIDADE	Marca: ILUMI	Modelo:	
Descrição: PLUGUE MACHO E TOMADA FEMEA COM 3 PINOS 20A 2P+T -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 7,00**		Total Item: 700,00	
LOTE 169	Quant.: 1	Num: 383	240,00	**Total: 960,00**
Item: 169	Unidade: UNIDADE	Marca: PORMADE	Modelo:	
Descrição: PORTA LISA DE MADEIRA ENCABEÇADA 210X80 CM PADRÃO IMBUIA -				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 240,00**		Total Item: 960,00	
LOTE 170	Quant.: 1	Num: 118	279,00	**Total: 1.116,00**
Item: 170	Unidade: UNIDADE	Marca: PORMADE	Modelo:	
Descrição: PORTA LISA DE MADEIRA ENCABEÇADA 210X90 CM PADRÃO IMBUIA -				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 279,00**		Total Item: 1.116,00	
LOTE 173	Quant.: 1	Num: 046	14,00	**Total: 210,00**
Item: 173	Unidade: KG	Marca: CISER	Modelo:	
Descrição: PREGO 17X21 -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 14,00**		Total Item: 210,00	
LOTE 179	Quant.: 1	Num: 730	11,00	**Total: 275,00**
Item: 179	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: REGISTRO PVC ¾ -				
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 11,00**		Total Item: 275,00	
LOTE 181	Quant.: 1	Num: 877	14,77	**Total: 295,40**
Item: 181	Unidade: UNIDADE	Marca: BLUKIT	Modelo:	
Descrição: REPARO CABEÇOTE VEDANTE C.23 PARA TORNEIRA -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 14,77**		Total Item: 295,40	
LOTE 182	Quant.: 1	Num: 330	55,00	**Total: 1.650,00**
Item: 182	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: REPARO CAIXA ACOPLADA UNIVERSAL - COMPLETO (KIT) -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 55,00**		Total Item: 1.650,00	
LOTE 184	Quant.: 1	Num: 509	4,00	**Total: 400,00**
Item: 184	Unidade: METROS	Marca: MADEIREIRA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: RIPAO DE CAMBARA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 4,00**		Total Item: 400,00	
LOTE 186	Quant.: 1	Num: 885	145,00	**Total: 435,00**
Item: 186	Unidade: Rolo	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: ROLO DE CORDA TRANÇADA EM POLIPROPILENO 10MM C/ 100 METROS -				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 145,00**		Total Item: 435,00	
LOTE 189	Quant.: 1	Num: 240	5,50	**Total: 660,00**
Item: 189	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo:	
Descrição: ROLO P/ PINTURA LÃ SINTÉTICA 15 CM C/ CABO -				
Quantidade: 120	**Valor Unit.: 5,50**		Total Item: 660,00	
LOTE 190	Quant.: 1	Num: 146	6,00	**Total: 600,00**
Item: 190	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo:	
Descrição: ROLO P/ PINTURA LÃ SINTÉTICA 23 CM S/ CABO -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 6,00**		Total Item: 600,00	
LOTE 193	Quant.: 1	Num: 445	13,00	**Total: 390,00**
Item: 193	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: SIFÃO DUPLO SANFONADO UNIVERSAL 70CM BRANCO -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 13,00**		Total Item: 390,00	
LOTE 195	Quant.: 1	Num: 127	13,00	**Total: 390,00**
Item: 195	Unidade: UNIDADE	Marca: TEKBOND	Modelo:	
Descrição: SILICONE NEUTRO PARA VEDAÇAO TRANSPARENTE MULTIUSO 280G -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 13,00**		Total Item: 390,00	
LOTE 196	Quant.: 1	Num: 998	8,00	**Total: 560,00**
Item: 196	Unidade: UNIDADE	Marca: TEKBOND	Modelo:	
Descrição: SILICONE NEUTRO PARA VEDAÇAO TRANSPARENTE MULTIUSO 50G -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 8,00**		Total Item: 560,00	
LOTE 199	Quant.: 1	Num: 528	18,00	**Total: 1.800,00**
Item: 199	Unidade: METROS	Marca: MADEIREIRA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: TABUA DE 30 CAMBARÁ -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 18,00**		Total Item: 1.800,00	
LOTE 200	Quant.: 1	Num: 042	108,00	**Total: 648,00**
Item: 200	Unidade: UNIDADE	Marca: ASTRA	Modelo:	
Descrição: TANQUE EM PLÁSTICO 34 LITROS BRANCO -				
Quantidade: 6	**Valor Unit.: 108,00**		Total Item: 648,00	
LOTE 201	Quant.: 1	Num: 922	20,00	**Total: 4.000,00**
Item: 201	Unidade: UNIDADE	Marca: ITAMBÉ	Modelo:	
Descrição: TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 4MM 2,44MTS -				
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 20,00**		Total Item: 4.000,00	
LOTE 202	Quant.: 1	Num: 714	60,00	**Total: 1.800,00**
Item: 202	Unidade: UNIDADE	Marca: ITAMBÉ	Modelo:	
Descrição: TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 1,83MTS -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 60,00**		Total Item: 1.800,00	
LOTE 203	Quant.: 1	Num: 002	72,00	**Total: 2.160,00**
Item: 203	Unidade: UNIDADE	Marca: ITAMBÉ	Modelo:	
Descrição: TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 2,44MTS -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 72,00**		Total Item: 2.160,00	
LOTE 204	Quant.: 1	Num: 979	95,00	**Total: 1.900,00**
Item: 204	Unidade: UNIDADE	Marca: ITAMBÉ	Modelo:	
Descrição: TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 3,05MTS -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 95,00**		Total Item: 1.900,00	
LOTE 205	Quant.: 1	Num: 235	112,00	**Total: 2.240,00**
Item: 205	Unidade: UNIDADE	Marca: ITAMBÉ	Modelo:	
Descrição: TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 3,66MTS -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 112,00**		Total Item: 2.240,00	
LOTE 206	Quant.: 1	Num: 720	0,62	**Total: 55.800,00**

Item: 206	Unidade: UNIDADE	Marca: CERAMICA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: TIJOLO 6 FUROS(COTA PRINCIPAL) -				
Quantidade: 90.000	**Valor Unit.: 0,62**		Total Item: 55.800,00	
LOTE 207	Quant.: 1	Num: 944	0,65	**Total: 19.500,00**
Item: 207	Unidade: UNIDADE	Marca: CERAMICA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: TIJOLO 6 FUROS(COTA EXCLUSIVA) -				
Quantidade: 30.000	**Valor Unit.: 0,65**		Total Item: 19.500,00	
LOTE 208	Quant.: 1	Num: 873	72,00	**Total: 2.160,00**
Item: 208	Unidade: UNIDADE	Marca: EUCATEX	Modelo:	
Descrição: TINNER, EMBALADO EM GALÃO DE 05 LITROS, UTILIZADO EM DILUIR TINTAS E VERNIZES , USO EM GERAL - TINNER, EMBALADO EM GALÃO DE 05 LITROS, UTILIZADO EM DILUIR TINTAS E VERNIZES , USO EM GERAL				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 72,00**		Total Item: 2.160,00	
LOTE 209	Quant.: 1	Num: 176	115,00	**Total: 1.150,00**
Item: 209	Unidade: UNIDADE	Marca: HYDRONORT	Modelo:	
Descrição: TINTA A BASE D´ÁGUA (PARA MADEIRA) - 18 LITROS -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 115,00**		Total Item: 1.150,00	
LOTE 210	Quant.: 1	Num: 018	60,00	**Total: 2.100,00**
Item: 210	Unidade: UNIDADE	Marca: HYDRONORT	Modelo:	
Descrição: TINTA ÓLEO 3,6 LTS, COR A DEFINIR, COMPOSIÇÃO: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, 3,6 LITROS. - TINTA ÓLEO 3,6 LTS, COR A DEFINIR, COMPOSIÇÃO: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, 3,6 LITROS.				
Quantidade: 35	**Valor Unit.: 60,00**			Total Item: 2.100,00
LOTE 211	Quant.: 1	Num: 804	150,00	**Total: 2.250,00**
Item: 211	Unidade: UNIDADE	Marca: HYDRONORRT	Modelo:	
Descrição: TINTA P/ PISO COR CONCRETO LATA 18 L -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 150,00**		Total Item: 2.250,00	
LOTE 212	Quant.: 1	Num: 951	100,00	**Total: 5.000,00**
Item: 212	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo:	
Descrição: TINTA PVA LATEX COR A DEFINIR, ESPECIFICAÇÃO: INDICADO PARA PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS E INTERNAS DE REBOCO, MASSA ACRÍLICA, TEXTURAS, CONCRETO (18 LITROS) -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 100,00**		Total Item: 5.000,00	
LOTE 213	Quant.: 1	Num: 891	14,00	**Total: 700,00**
Item: 213	Unidade: UNIDADE	Marca: TEKBOND	Modelo:	
Descrição: TINTA SPRAY P/ USO GERAL 350ML/250G COR A DEFINIR -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 14,00**		Total Item: 700,00	
LOTE 214	Quant.: 1	Num: 493	49,00	**Total: 490,00**
Item: 214	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA BÓIA VAZÃO TOTAL PARA RESERVATÓRIO ¾". -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 49,00**		Total Item: 490,00	
LOTE 215	Quant.: 1	Num: 803	17,00	**Total: 1.360,00**
Item: 215	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA DE METAL ½ P/ JARDIM -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 17,00**		Total Item: 1.360,00	
LOTE 216	Quant.: 1	Num: 727	20,00	**Total: 800,00**
Item: 216	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA DE METAL 3/4 -				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 20,00**		Total Item: 800,00	
LOTE 217	Quant.: 1	Num: 554	50,00	**Total: 4.000,00**
Item: 217	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA PARA PIA DE COZINHA 1/4"DE VOLTA, BICA MÓVEL, DE PAREDE, METAL -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 4.000,00	
LOTE 218	Quant.: 1	Num: 895	55,00	**Total: 4.400,00**
Item: 218	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA PARA PIA DE COZINHA 3/4" DE VOLTA, BICA MÓVEL, DE BANCADA,METAL -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 55,00**		Total Item: 4.400,00	
LOTE 219	Quant.: 1	Num: 919	7,50	**Total: 375,00**
Item: 219	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA PLASTICA PARA LAVATORIO BICA FIXA PARA BANCADA 1/2" BRANCA -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 7,50**		Total Item: 375,00	
LOTE 220	Quant.: 1	Num: 346	2,20	**Total: 220,00**
Item: 220	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA PLÁSTICA ½ -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 2,20**		Total Item: 220,00	
LOTE 221	Quant.: 1	Num: 786	2,00	**Total: 260,00**
Item: 221	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTILIT	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA PLÁSTICA 3/4 -				
Quantidade: 130	**Valor Unit.: 2,00**		Total Item: 260,00	
LOTE 222	Quant.: 1	Num: 397	50,00	**Total: 500,00**
Item: 222	Unidade: UNIDADE	Marca: HERC	Modelo:	
Descrição: TORNEIRA TANQUE MAQUINA LAVAR 2 SAÍDAS 1/4V METAL -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 500,00	
LOTE 223	Quant.: 1	Num: 541	20,00	**Total: 400,00**
Item: 223	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: TRENA DE 10M AÇO -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 20,00**		Total Item: 400,00	
LOTE 224	Quant.: 1	Num: 355	7,50	**Total: 150,00**
Item: 224	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: TRENA DE 5M AÇO -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 7,50**		Total Item: 150,00	
LOTE 225	Quant.: 1	Num: 052	10,00	**Total: 250,00**
Item: 225	Unidade: UNIDADE	Marca: SILVANA	Modelo:	
Descrição: TRINCO PARA PORTA -				
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 10,00**		Total Item: 250,00	
LOTE 226	Quant.: 1	Num: 351	260,00	**Total: 2.600,00**
Item: 226	Unidade: UNIDADE	Marca: BLUKIT	Modelo:	
Descrição: VÁLVULA DE DESCARGA 1.1/2 CROMADO - DN40. -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 260,00**		Total Item: 2.600,00	
LOTE 227	Quant.: 1	Num: 738	35,00	**Total: 350,00**
Item: 227	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo:	
Descrição: VANGA QUADRADA, CABO DE MADEIRA 120 CM -				

Quantidade: 10	**Valor Unit.: 35,00**		Total Item: 350,00	
LOTE 228	Quant.: 1	Num: 252	440,00	**Total: 4.400,00**
Item: 228	Unidade: UNIDADE	Marca: ICASA	Modelo:	
Descrição: VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA 3/6L , BRANCO -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 440,00**		Total Item: 4.400,00	
LOTE 230	Quant.: 1	Num: 291	13,00	**Total: 1.300,00**
Item: 230	Unidade: UNIDADE Marca: NOVICA		Modelo:	
Descrição: VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 13,00**		Total Item: 1.300,00	
LOTE 231	Quant.: 1	Num: 587	27,00	**Total: 810,00**
Item: 231	Unidade: UNIDADE Marca: NOVICA		Modelo:	
Descrição: VASSOURA RASTELO REGULAVEL METÁLICA 22 DENTES COM CABO -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 27,00**		Total Item: 810,00	
LOTE 232	Quant.: 1	Num: 168	25,00	**Total: 750,00**
Item: 232	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVICA	Modelo:	
Descrição: VASSOURA RASTELO REGULÁVEL PLÁSTICO 22 DENTES COM CABO -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 25,00**		Total Item: 750,00	
LOTE 233	Quant.: 1	Num: 694	22,00	**Total: 1.540,00**
Item: 233	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVICA	Modelo:	
Descrição: VASSOURÃO PARA GARI CEPA DE MADEIRA 40CM NYLON C/ CABO REFORÇADO 1.50MTS -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 22,00**		Total Item: 1.540,00	
LOTE 234	Quant.: 1	Num: 722	18,00	**Total: 1.800,00**
Item: 234	Unidade: UNIDADE	Marca: MADEIREIRA REGIONAL	Modelo:	
Descrição: VIGA 5X10X3 CAMBARÁ -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 18,00**		Total Item: 1.800,00	
	VALOR TOTAL DO CONTRATO:		**416.492,80**	

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:76984728

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 145-2026 MARINGA TOOLS

MUNICIPIO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa MARINGA TOOLS INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ nº 10.860.779/0001-79, com endereço ESTRADA ARAÇÁ, CEP 87070125, representada por ROSINEIA APARECIDA CHAVES RUI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 271.492.578-28, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. **DAS PENALIDADES**

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. **CONDIÇÕES GERAIS**

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

_____

MARINGA TOOLS INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 757	90,99	**Total: 1.819,80**
Item: 6	Unidade: UNIDADE	Marca: GALLE	Modelo: 5L	
Descrição: AGUARRÁZ 5 LTS -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 90,99**			Total Item: 1.819,80
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 318	34,89	**Total: 697,80**
Item: 7	Unidade: UNIDADE	Marca: BACHERTZ	Modelo: 8"	
Descrição: ALICATE UNIVERSAL 8" CABO EMBORRACHADO -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 34,89**			Total Item: 697,80
LOTE 29	Quant.: 1	Num: 055	13,62	**Total: 204,30**
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: GRAFF	Modelo: 13MM	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 13MM -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 13,62**			Total Item: 204,30
LOTE 35	Quant.: 1	Num: 926	6,18	**Total: 123,60**
Item: 35	Unidade: UNIDADE	Marca: GRAFF	Modelo: 9MM	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 9MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 6,18**			Total Item: 123,60
LOTE 37	Quant.: 1	Num: 635	8,79	**Total: 879,00**
Item: 37	Unidade: UNIDADE	Marca: ROMA	Modelo: 18X8	
Descrição: BROXA 18X8 RETANGULAR -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 8,79**			Total Item: 879,00
LOTE 89	Quant.: 1	Num: 644	320,00	**Total: 1.600,00**
Item: 89	Unidade: UNIDADE	Marca: BTF	Modelo: 8 DEGRAUS	
Descrição: ESCADA EM ALUMINIO 08 DEGRAUS -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 320,00**			Total Item: 1.600,00
LOTE 112	Quant.: 1	Num: 379	5,64	**Total: 282,00**
Item: 112	Unidade: UNIDADE	Marca: IDEAL	Modelo: 25X50	
Descrição: FITA CREPE 25X50 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 5,64**			Total Item: 282,00
LOTE 150	Quant.: 1	Num: 492	0,66	**Total: 66,00**
Item: 150	Unidade: UNIDADE	Marca: SAO RAPHAEL	Modelo: N10	
Descrição: PARAFUSO GANCHO C/BUCHA N° 10 -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,66**			Total Item: 66,00
LOTE 153	Quant.: 1	Num: 115	0,49	**Total: 49,00**
Item: 153	Unidade: UNIDADE	Marca: METALBO	Modelo: 1.1/2 X 1/4	
Descrição: PARAFUSO SEXTAVADO 1.1/2X1/4 C/ BUCHA E ARRUELA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,49**			Total Item: 49,00
LOTE 154	Quant.: 1	Num: 750	0,88	**Total: 88,00**
Item: 154	Unidade: UNIDADE	Marca: METALBO	Modelo: 1.1/2 X 3/8	
Descrição: PARAFUSO SEXTAVADO 1.1/2X3/8 C/ BUCHA E ARRUELA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,88**			Total Item: 88,00
LOTE 156	Quant.: 1	Num: 935	0,49	**Total: 49,00**
Item: 156	Unidade: UNIDADE	Marca: METALBO	Modelo: 2X 1/4	
Descrição: PARAFUSO SEXTAVADO 2X1/4 C/ BUCHA E ARRUELA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,49**			Total Item: 49,00
LOTE 157	Quant.: 1	Num: 145	1,14	**Total: 114,00**
Item: 157	Unidade: UNIDADE	Marca: METALBO	Modelo: 2 X 3/8	
Descrição: PARAFUSO SEXTAVADO 2X3/8 C/ BUCHA E ARRUELA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 1,14**			Total Item: 114,00
LOTE 171	Quant.: 1	Num: 791	18,50	**Total: 370,00**
Item: 171	Unidade: KG	Marca: INPRELL	Modelo: 12X12	
Descrição: PREGO 12X12 -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 18,50**			Total Item: 370,00
LOTE 178	Quant.: 1	Num: 647	24,00	**Total: 240,00**
Item: 178	Unidade: KG	Marca: INPREL	Modelo: 7X9	
Descrição: PREGO 7X9 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 24,00**			Total Item: 240,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**6.582,50**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:9F9F3C84

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 146-2026 INFINITY

MUNICIPIO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa INFINITY COMÉRCIO E SOLUÇÕES LTDA, CNPJ nº 67.813.533/0001-63, com endereço R LUIZ FERRARI, CEP 86200058, representada por HYELEN LYSIE SOUZA MIRANDA AMARAL, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 066.920.679-28, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.**

para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA;** As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** 7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado

à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado**

42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. **DAS PENALIDADES**

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. **CONDIÇÕES GERAIS**

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

—

ISMAEL BATISTA

—

INFINITY COMÉRCIO E SOLUÇÕES LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 53	Quant.: 1	Num: 514	115,00	**Total: 5.750,00**
Item: 53	Unidade: UNIDADE	Marca: SULFERRAÇO	Modelo: CANTONEIRA	
Descrição: CANTONEIRA 1.1/2X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 115,00**			Total Item: 5.750,00
LOTE 54	Quant.: 1	Num: 822	74,34	**Total: 3.717,00**
Item: 54	Unidade: UNIDADE	Marca: SULFERRAÇO	Modelo: CANTONEIRA	
Descrição: CANTONEIRA 1X1/8 -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 74,34**			Total Item: 3.717,00
LOTE 56	Quant.: 1	Num: 117	54,00	**Total: 2.700,00**
Item: 56	Unidade: UNIDADE	Marca: SULFERRAÇO	Modelo: CANTONEIRA	
Descrição: CANTONEIRA 3/4X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 54,00**			Total Item: 2.700,00
LOTE 57	Quant.: 1	Num: 229	40,99	**Total: 2.049,50**
Item: 57	Unidade: UNIDADE	Marca: SULFERRAÇO	Modelo: CANTONEIRA	
Descrição: CANTONEIRA 5/8X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 40,99**			Total Item: 2.049,50
LOTE 58	Quant.: 1	Num: 995	61,99	**Total: 3.099,50**
Item: 58	Unidade: UNIDADE	Marca: SULFERRAÇO	Modelo: CANTONEIRA	
Descrição: CANTONEIRA 7/8X1/8 C/ 6MTS -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 61,99**			Total Item: 3.099,50
LOTE 78	Quant.: 1	Num: 131	18,00	**Total: 540,00**
Item: 78	Unidade: UNIDADE	Marca: ZC	Modelo: DOBRADIÇA EM FERRO	
Descrição: DOBRADIÇA EM FERRO GALVANIZADO. UNIDADE COM 03 PARAFUSOS -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 18,00**			Total Item: 540,00
LOTE 111	Quant.: 1	Num: 926	11,99	**Total: 599,50**
Item: 111	Unidade: UNIDADE	Marca: ALTAPE	Modelo: FITA ADESIVA	
Descrição: FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48 MM X 100 M -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 11,99**			Total Item: 599,50
LOTE 187	Quant.: 1	Num: 712	447,98	**Total: 2.239,90**
Item: 187	Unidade: Rolo	Marca: FAST BR	Modelo: ROLO DE CORDA TRANÇADA	
Descrição: ROLO DE CORDA TRANÇADA EM POLIPROPILENO 16MM C/ 30 METROS -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 447,98**			Total Item: 2.239,90
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 20.695,40				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:300BFD2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 147-2026 INSTALART

MUNICIPIO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ nº 05.117.514/0001-45, com endereço AV CASTELO BRANCO, CEP 99400000, representada por ROGÉRIO DAMBROS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 459.526.800-97, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

—

ISMAEL BATISTA

—

INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 072	2,7799	**Total: 194,593**
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER	Modelo: ABRACADEIRA	
Descrição: ABRAÇADEIRA AÇO ROSCA SEM FIM DE 2" -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 2,7799**			Total Item: 194,593
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 830	5,2099	**Total: 104,198**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: ROCO	Modelo: ANEL	
Descrição: ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 5,2099**			Total Item: 104,198
LOTE 12	Quant.: 1	Num: 691	17,8999	**Total: 89,4995**
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: BALDEBRAS	Modelo: BALDE	
Descrição: BALDE PARA PEDREIRO - METAL - 10 LTS -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 17,8999**			Total Item: 89,4995
LOTE 21	Quant.: 1	Num: 195	0,7799	**Total: 15,598**
Item: 21	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 3MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 0,7799**			Total Item: 15,598
LOTE 22	Quant.: 1	Num: 100	1,0999	**Total: 21,998**
Item: 22	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 4MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1,0999**			Total Item: 21,998
LOTE 23	Quant.: 1	Num: 227	1,6299	**Total: 32,598**
Item: 23	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 5MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1,6299**			Total Item: 32,598
LOTE 24	Quant.: 1	Num: 120	1,9999	**Total: 39,998**
Item: 24	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	

Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 6MM -		
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1,9999**	Total Item: 39,998

LOTE 26	Quant.: 1	Num: 593	3,7999	**Total: 75,998**
Item: 26	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA AÇO RÁPIDO 8MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 3,7999**			Total Item: 75,998
LOTE 27	Quant.: 1	Num: 580	4,8999	**Total: 97,998**
Item: 27	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 10MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 4,8999**			Total Item: 97,998
LOTE 33	Quant.: 1	Num: 124	3,6199	**Total: 72,398**
Item: 33	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 7MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 3,6199**			Total Item: 72,398
LOTE 34	Quant.: 1	Num: 128	3,7499	**Total: 74,998**
Item: 34	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo: BROCA	
Descrição: BROCA PARA CONCRETO 8MM -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 3,7499**			Total Item: 74,998
LOTE 38	Quant.: 1	Num: 096	20,4999	**Total: 204,999**
Item: 38	Unidade: UNIDADE	Marca: MINASUL	Modelo: CABO	
Descrição: CABO PARA ENXADA - EM MADEIRA TAMANHO DE 1,50M -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 20,4999**			Total Item: 204,999
LOTE 61	Quant.: 1	Num: 244	39,9299	**Total: 1.996,495**
Item: 61	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTCOR	Modelo: CAPA	
Descrição: CAPA DE CHUVA PVC AMARELA C/ CAPUZ E MANGA LONGA REFORÇADA -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 39,9299**			Total Item: 1.996,495
LOTE 63	Quant.: 1	Num: 332	44,9999	**Total: 449,999**
Item: 63	Unidade: UNIDADE	Marca: PARABONI	Modelo: CAVADEIRA	
Descrição: CAVADEIRA COM CABO RETO DE 1,40 M -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 44,9999**			Total Item: 449,999
LOTE 67	Quant.: 1	Num: 648	20,1899	**Total: 201,899**
Item: 67	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: COLHER DE PEDREIRO	
Descrição: COLHER DE PEDREIRO AÇO 10 POL -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 20,1899**			Total Item: 201,899
LOTE 70	Quant.: 1	Num: 756	1,2499	**Total: 124,99**
Item: 70	Unidade: UNIDADE	Marca: THOMPSON	Modelo: DISCO	
Descrição: DISCO DE CORTE 115X1.0X22,2MM -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 1,2499**			Total Item: 124,99
LOTE 71	Quant.: 1	Num: 242	3,9899	**Total: 319,192**

Item: 71	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: DISCO	
Descrição: DISCO DE CORTE 178X1.6X22,2MM -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 3,9899**			Total Item: 319,192
LOTE 72	Quant.: 1	Num: 336	16,9999	**Total: 849,995**
Item: 72	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: DISCO	
Descrição: DISCO DE CORTE 300X3,2X15.8MM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 16,9999**			Total Item: 849,995
LOTE 75	Quant.: 1	Num: 969	11,7399	**Total: 586,995**
Item: 75	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: DISCO	
Descrição: DISCO DE DESBASE 178X6X22,2MM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 11,7399**			Total Item: 586,995
LOTE 77	Quant.: 1	Num: 516	33,7399	**Total: 674,798**
Item: 77	Unidade: UNIDADE	Marca: MTX	Modelo: DISCO	
Descrição: DISCO SERRA CIRCULAR 7.1.4 36 D -				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 33,7399**			Total Item: 674,798
LOTE 87	Quant.: 1	Num: 186	46,9999	**Total: 704,9985**
Item: 87	Unidade: UNIDADE	Marca: PARABONI	Modelo: ENXADA	
Descrição: ENXADA LARGA 2.5 COM CABO DE MADEIRA -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 46,9999**			Total Item: 704,9985
LOTE 88	Quant.: 1	Num: 221	248,9999	**Total: 1.244,9995**
Item: 88	Unidade: UNIDADE	Marca: MOR	Modelo: ESCADA	
Descrição: ESCADA EM ALUMINIO 06 DEGRAUS -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 248,9999**		Total Item: 1.244,9995	
LOTE 92	Quant.: 1	Num: 882	4,2499	**Total: 297,493**
Item: 92	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: ESGUICHO	
Descrição: ESGUICHO PLÁSTICO P/ MANGUEIRA. -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 4,2499**			Total Item: 297,493
LOTE 93	Quant.: 1	Num: 583	12,9999	**Total: 129,999**
Item: 93	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: FACAO	
Descrição: FACÃO 12" -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 12,9999**			Total Item: 129,999
LOTE 94	Quant.: 1	Num: 063	15,9999	**Total: 479,997**
Item: 94	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: FACAO	
Descrição: FACÃO 20" -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 15,9999**			Total Item: 479,997
LOTE 117	Quant.: 1	Num: 600	10,5799	**Total: 1.586,985**
Item: 117	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASTCOR	Modelo: FITA	

Descrição: FITA ZEBRA 7 X 100 M (AMARELA E PRETA) -				
Quantidade: 150	**Valor Unit.: 10,5799**		Total Item: 1.586,985	
LOTE 145	Quant.: 1	Num: 746	0,3799	**Total: 37,99**
Item: 145	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER/DTOOLS	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO CABEÇA CHATA 4,5 X 60MM C/ BUCHA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,3799**			Total Item: 37,99
LOTE 146	Quant.: 1	Num: 133	0,7899	**Total: 78,99**
Item: 146	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO CABEÇA CHATA 6,0 X 60MM C/ BUCHA -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,7899**			Total Item: 78,99
LOTE 147	Quant.: 1	Num: 492	0,1499	**Total: 14,99**
Item: 147	Unidade: UNIDADE	Marca: DTOOLS	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO COM BUCHA ESPECIAL Nº 06 -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,1499**			Total Item: 14,99
LOTE 148	Quant.: 1	Num: 780	0,8999	**Total: 89,99**
Item: 148	Unidade: UNIDADE	Marca: DTOOLS	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO COM BUCHA ESPECIAL Nº 08 -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,8999**			Total Item: 89,99
LOTE 149	Quant.: 1	Num: 548	0,4899	**Total: 48,99**
Item: 149	Unidade: UNIDADE	Marca: DTOOLS	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO COM BUCHA ESPECIAL Nº 10 -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 0,4899**			Total Item: 48,99
LOTE 151	Quant.: 1	Num: 147	0,5299	**Total: 105,98**
Item: 151	Unidade: UNIDADE	Marca: PRAYON	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO PARA TELHA 4MM -				
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 0,5299**			Total Item: 105,98
LOTE 152	Quant.: 1	Num: 808	0,5299	**Total: 79,485**
Item: 152	Unidade: UNIDADE	Marca: PRAYON	Modelo: PARAFUSO	
Descrição: PARAFUSO PARA TELHA 6MM -				
Quantidade: 150	**Valor Unit.: 0,5299**			Total Item: 79,485
LOTE 159	Quant.: 1	Num: 801	2,0799	**Total: 207,99**
Item: 159	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: PINCEL	
Descrição: PINCEL TRINCHA PARA PINTURA 1" -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 2,0799**			Total Item: 207,99
LOTE 160	Quant.: 1	Num: 126	3,6299	**Total: 362,99**
Item: 160	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: PINCEL	
Descrição: PINCEL TRINCHA PARA PINTURA 2" -				

Quantidade: 100	**Valor Unit.: 3,6299**			Total Item: 362,99
LOTE 161	Quant.: 1	Num: 088	5,4299	**Total: 434,392**
Item: 161	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: PINCEL	
Descrição: PINCEL TRINCHA PARA PINTURA 3" -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 5,4299**			Total Item: 434,392
LOTE 162	Quant.: 1	Num: 173	1,6599	**Total: 82,995**
Item: 162	Unidade: UNIDADE	Marca: BESTFER	Modelo: PINCEL	
Descrição: PINCEL TRINCHA PARA PINTURA 3/4" -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 1,6599**			Total Item: 82,995
LOTE 166	Quant.: 1	Num: 556	1,9999	**Total: 99,995**
Item: 166	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER	Modelo: PORCA	
Descrição: PORCA BORBOLETA ZINCADA 3/8" -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 1,9999**			Total Item: 99,995
LOTE 167	Quant.: 1	Num: 798	0,0899	**Total: 4,495**
Item: 167	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER	Modelo: PORCA	
Descrição: PORCA SEXTAVADA ZINCADA 1/4" -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 0,0899**			Total Item: 4,495
LOTE 168	Quant.: 1	Num: 078	0,1299	**Total: 6,495**
Item: 168	Unidade: UNIDADE	Marca: MISTER	Modelo: PORCA	
Descrição: PORCA SEXTAVADA ZINCADA 5/16" -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 0,1299**			Total Item: 6,495
LOTE 174	Quant.: 1	Num: 277	14,3999	**Total: 143,999**
Item: 174	Unidade: KG	Marca: AVANT	Modelo: PREGO	
Descrição: PREGO 17X27 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 14,3999**			Total Item: 143,999
LOTE 175	Quant.: 1	Num: 667	13,9999	**Total: 139,999**
Item: 175	Unidade: KG	Marca: GERDAU	Modelo: PREGO	
Descrição: PREGO 18X24 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 13,9999**			Total Item: 139,999
LOTE 192	Quant.: 1	Num: 658	5,3199	**Total: 531,99**
Item: 192	Unidade: UNIDADE	Marca: VALEPLAST	Modelo: SIFAO	
Descrição: SIFÃO CURTO 70CM UNIVERSAL SANFONADO BRANCO -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 5,3199**			Total Item: 531,99
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 13.145,4635				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:66582933

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 148-2026 EMPORIUM

MUNICIPIO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2026, homologado em 17/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 97/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa EMPORIUM FOR HOME LTDA, CNPJ nº 20.550.625/0001-34, com endereço RUA 438 Nº 688, CEP 88220000, representada por PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 763.973.609 -97, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS para a Prefeitura Municipal de Paiçandu, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 20 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___

ISMAEL BATISTA

___

EMPORIUM FOR HOME LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 817	7,94	**Total: 555,80**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: ABRAÇ RSF 40x63	
Descrição: ABRAÇADEIRA 40X63MM -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 7,94**			Total Item: 555,80
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 228	2,41	**Total: 168,70**
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: ABRAÇ RSF 3	
Descrição: ABRAÇADEIRA AÇO ROSCA SEM FIM DE 3 -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 2,41**			Total Item: 168,70
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 755	2,83	**Total: 198,10**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: ABRAÇ RSF 4	
Descrição: ABRAÇADEIRA AÇO ROSCA SEM FIM DE 4" -				
Quantidade: 70	**Valor Unit.: 2,83**			Total Item: 198,10
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 285	1,94	**Total: 194,00**
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: ABRAÇ RSF 16x25	
Descrição: ABRAÇADEIRA METAL 16X25MM -				
Quantidade: 100 **1,94**	**Valor Unit.:**			Total Item: 194,00
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 638	16,99	**Total: 169,90**
Item: 9	Unidade: KG	Marca: FOUR	Modelo: ARAME REC 18	
Descrição: ARAME RECOZIDO GALVAZINADO 18 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 16,99**			Total Item: 169,90
LOTE 46	Quant.: 1	Num: 350	304,99	**Total: 609,98**
Item: 46	Unidade: UNIDADE	Marca: FORTLEV	Modelo: CAIXA AGUA 500L	
Descrição: CAIXA D´ÁGUA EM PVC CAPACIDADE 500 LITROS, COM TAMPA -				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 304,99**			Total Item: 609,98
LOTE 49	Quant.: 1	Num: 265	14,22	**Total: 213,30**
Item: 49	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: CAMARA AR 3,25X8	
Descrição: CÂMARA DE AR 3,25X8 PRETO -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 14,22**			Total Item: 213,30
LOTE 60	Quant.: 1	Num: 039	3,00	**Total: 90,00**
Item: 60	Unidade: UNIDADE	Marca: KRONA	Modelo: CAP SOLD	40
Descrição: CAP SOLDÁVEL 40MM -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 3,00**			Total Item: 90,00
LOTE 64	Quant.: 1	Num: 048	3,46	**Total: 17,30**
Item: 64	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: CHAVE FENDA 3/16X4	
Descrição: CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 3/16X4" -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 3,46**			Total Item: 17,30
LOTE 65	Quant.: 1	Num: 017	8,54	**Total: 42,70**
Item: 65	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: CHAVE FENDA 5/16X10	
Descrição: CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 5/16X10" -				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 8,54**			Total Item: 42,70
LOTE 81	Quant.: 1	Num: 418	16,27	**Total: 813,50**
Item: 81	Unidade: KG	Marca: VONDER	Modelo: E6013 3,25	
Descrição: ELETRODO 3,25-6013 KG -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 16,27**			Total Item: 813,50
LOTE 83	Quant.: 1	Num: 877	4,49	**Total: 449,00**
Item: 83	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASBOHN	Modelo: ENGATE FLEX 40	
Descrição: ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM PVC -				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 4,49**			Total Item: 449,00
LOTE 84	Quant.: 1	Num: 580	5,99	**Total: 179,70**
Item: 84	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASBOHN	Modelo: ENGATE FLEX 40	
Descrição: ENGATE FLEXÍVEL DE 60CM PVC -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 5,99**			Total Item: 179,70
LOTE 115	Quant.: 1	Num: 765	1,35	**Total: 162,00**
Item: 115	Unidade: UNIDADE	Marca: VONDER	Modelo: FITA ISO 19X5	
Descrição: FITA ISOLANTE PRETA 18 MM X 5 M -				
Quantidade: 120	**Valor Unit.: 1,35**			Total Item: 162,00
LOTE 120	Quant.: 1	Num: 323	0,74	**Total: 37,00**
Item: 120	Unidade: UNIDADE	Marca: KRONA	Modelo: JOELHO SOLD 25	
Descrição: JOELHO 90° SOLDÁVEL 25MM -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 0,74**			Total Item: 37,00
LOTE 143	Quant.: 1	Num: 833	36,93	**Total: 369,30**
Item: 143	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: PÁ BICO	
Descrição: PÁ DE BICO COM CABO DE MADEIRA 120CM -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 36,93**			Total Item: 369,30
LOTE 144	Quant.: 1	Num: 248	37,99	**Total: 379,90**
Item: 144	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: PÁ QUADRADA	
Descrição: PÁ QUADRADA COM CABO DE MADEIRA 120CM -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 37,99**			Total Item: 379,90
LOTE 172	Quant.: 1	Num: 496	15,99	**Total: 159,90**
Item: 172	Unidade: KG	Marca: VONDER	Modelo: 15 X 15 POLIDO	
Descrição: PREGO 15X15 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 15,99**			Total Item: 159,90
LOTE 176	Quant.: 1	Num: 650	15,67	**Total: 156,70**
Item: 176	Unidade: KG	Marca: VONDER	Modelo: 20 X 42 POLIDO	
Descrição: PREGO 20X42 -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 15,67**			Total Item: 156,70
LOTE 177	Quant.: 1	Num: 540	15,30	**Total: 153,00**
Item: 177	Unidade: KG	Marca: VONDER	Modelo: 22 X 42 POLIDO	
Descrição: PREGO 22X42 -				

Quantidade: 10	**Valor Unit.: 15,30**			Total Item: 153,00
LOTE 180	Quant.: 1	Num: 436	49,99	**Total: 499,90**
Item: 180	Unidade: UNIDADE	Marca: IMAR	Modelo: 1KG/H TAMPA ABS 13KG	
Descrição: REGISTRO REGULADOR GÁS COZINHA PARA BOTIJÃO 13KG RESIDENCIAL -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 49,99**			Total Item: 499,90
LOTE 183	Quant.: 1	Num: 583	53,72	**Total: 805,80**
Item: 183	Unidade: UNIDADE	Marca: BLUKIT	Modelo: REPARO HYDRA MAX 1.1/2"X1.1/4"	
Descrição: REPARO PARA VÁLVULA HIDRA COMPLETO -				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 53,72**			Total Item: 805,80
LOTE 188	Quant.: 1	Num: 041	7,52	**Total: 601,60**
Item: 188	Unidade: UNIDADE	Marca: NOVE54	Modelo: LA CARNEIRO 23CM	
Descrição: ROLO DE LÃ DE CARNEIRO P/PINTURA S/ RESPINGO DE 23 CM S/ CABO -				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 7,52**			Total Item: 601,60
LOTE 194	Quant.: 1	Num: 675	14,13	**Total: 706,50**
Item: 194	Unidade: UNIDADE	Marca: KRONA	Modelo: 1500MM DN50/48/40/38	
Descrição: SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL LONGO 1,5M BRANCO SANFONADO -				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 14,13**			Total Item: 706,50
LOTE 197	Quant.: 1	Num: 989	2,43	**Total: 97,20**
Item: 197	Unidade: UNIDADE	Marca: PLASBOHN	Modelo: ESPUDE DN40	
Descrição: SPUD DE LIGAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO. -				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 2,43**			Total Item: 97,20
LOTE 198	Quant.: 1	Num: 901	3,97	**Total: 119,10**
Item: 198	Unidade: UNIDADE	Marca: KRONA	Modelo: 25MM X 3/4" ROSCA	
Descrição: T SOLDÁVEL DE 3/4" 25MM C/ ROSCA -				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 3,97**			Total Item: 119,10
LOTE 229	Quant.: 1	Num: 363	217,99	**Total: 2.179,90**
Item: 229	Unidade: UNIDADE	Marca: SANTA CLARA	Modelo: ARAXA BRANCO	
Descrição: VASO SANITÁRIO, EM LOUÇA, TIPO BACIA, NA COR BRANCA. -				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 217,99**			Total Item: 2.179,90
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**10.129,78**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:79D520B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº : 105/2026

b) Modalidade : Pregão

c) Data Homologação : 29/09/2026

d) Objeto Homologado : Aquisição de materiais de expediente, classificados como materiais de consumo, por meio do Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visando atender às necessidades da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor						
TANGO LTDA - ME						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
5	APONTADOR PLÁSTICO TIPO ESCOLAR CX COM 12 UNIDADES	TEKBON	CX	3,000	2,8000	8,40
57	ENVELOPE CARTA BRANCO PARA ENVIO DE	TEKBON	CX	1,000	85,0000	85,00
59	ESTILETE RETRÁTIL PEQUENO COM LÂMINA DE 9MM CAIXA C/ 12	TEKBON	CX	2,000	14,0000	28,00
71	GIZ DE CERA TAMANHO MÉDIO NÃO TOXICO CAIXA COM 24 UND	TEKBON	CX	20,000	19,0000	380,00
101	LÂMINA DE AÇO; MODELO DESCARTÁVEL, DIMENSÕES: 18 X	TEKBON	CX	5,000	2,5000	12,50
102	LÁPIS GRAFITE 6B CAIXA C/ 12 UNIDADES	TEKBON	CX	3,000	18,0000	54,00
145	PINCEL ATÔMICO, MARCADORES, 1100 P TINTA PERMANENTE,	TEKBON	CX	5,000	18,0000	90,00
147	PINCEL QUADRO BRANCO, 2,0MM COR PRETO CAIXA C/ 12	TEKBON	CX	5,000	17,0000	85,00
148	PINCEL QUADRO BRANCO, 2,0MM COR VERMELHO CAIXA C/ 12	TEKBON	CX	10,000	18,0000	180,00
177	TINTA PARA CARIMBO E PARA CARIMBOS AUTO ENTINTADOS NA	TEKBON	CX	3,000	110,0000	330,00
28	BORRACHA DE VINIL, COM CINTA PLÁSTICA, PARA LÁPIS	TEKBON	Ud	5,000	0,6400	3,20
58	ENVELOPE PARA OFÍCIO, FORMATO 229MMX114MM - 75G COR	TEKBON	Ud	500,000	0,1400	70,00

65	FITA DE CETIM, 15MM, 10M, CORES DIVERSAS.	TEKBON	Ud	30,000	6,2000	186,00
72	GRAMPEADOR EXTRAGRANDE DE MESA METÁLICO,	TEKBON	Ud	5,000	47,0000	235,00
73	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA METÁLICO, CAPACIDADE 25	TEKBON	Ud	5,000	30,0000	150,00
81	JOGO SOLETRANDO	TEKBON	Ud	3,000	95,9900	287,97
83	JOGO DA MEMÓRIA COM 40 PEÇAS COLORIDAS	TEKBON	Ud	3,000	24,0000	72,00
84	JOGO DA VIDA	TEKBON	Ud	3,000	141,9900	425,97
85	JOGO DE CARTAS UNO- CONTÉM 114 UNIDADES DE CARTAS	TEKBON	Ud	5,000	24,0000	120,00
87	JOGO DE TABULEIRO - BANCO IMOBILIÁRIO	TEKBON	Ud	3,000	152,0000	456,00
88	JOGO DE TABULEIRO 2 EM 1 DAMA	TEKBON	Ud	3,000	52,9800	158,94
89	JOGO DE XADREZ	TEKBON	Ud	3,000	97,0000	291,00
91	JOGO EU SOU ...?	TEKBON	Ud	3,000	79,9900	239,97
92	JOGO IMAGEM E AÇÃO	TEKBON	Ud	3,000	91,9800	275,94

93	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 100 PEÇAS QUEBRA CABEÇA	TEKBON	Ud	3,000	52,0000	156,00
94	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 24 PEÇAS	TEKBON	Ud	3,000	22,4900	67,47
95	JOGO - PERFIL JUNIOR	TEKBON	Ud	3,000	99,9900	299,97
96	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 12 PEÇAS	TEKBON	Ud	3,000	27,9900	83,97
115	MULTIUSO (MOLHA DEDO, ESPETO PARA PAPEL E PORTA CLIPS)	TEKBON	Ud	10,000	32,4000	324,00
130	PASTA DE CARTOLINA PLASTIFICADA, (TIPO PAPELÃO), COM	TEKBON	Ud	50,000	1,6400	82,00
150	PLACA DE ISOPOR 100X50CM - 2CM DE ESPESSURA. ISOPOR,	TEKBON	Ud	20,000	11,0000	220,00
151	PLACA DE ISOPOR 100X50CM - 4CM DE ESPESSURA. ISOPOR,	TEKBON	Ud	20,000	15,0000	300,00
157	QUADRO BRANCO- 120X90 COM MOLDURA EM ALUMÍNIO COM	TEKBON	Ud	5,000	119,0000	595,00
158	QUADRO MAGICO - CONTEM 1 LOUSA + CANETA	TEKBON	Ud	5,000	44,9900	224,95
159	QUEBRA CABEÇAS 500 PEÇAS	TEKBON	Ud	10,000	41,9900	419,90
163	SAQUINHOS LAMINADOS COLORIDOS PARA PRESENTE 10X15CM	TEKBON	Ud	500,000	0,6700	335,00
166	SACO PARA PRESENTE 25CMX37CM ESTAMPAS DIVERSAS	TEKBON	Ud	200,000	0,7800	156,00
168	SACO PLÁSTICO PP OFÍCIO 4 FUROS 0,10MM, O SACO PLÁSTICO	TEKBON	Ud	200,000	0,7000	140,00
171	SACOLA KRAFT PARA LEMBRANCINHAS	TEKBON	Ud	200,000	1,6000	320,00
172	SUPORTE P/ FITA ADESIVA LARGA	TEKBON	Ud	5,000	29,0000	145,00
7	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,0000	135,00
11	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	30,000	9,0000	270,00
13	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,0000	135,00
14	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	30,000	10,1000	303,00
15	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,5000	142,50
16	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	12,3900	185,85
17	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	30,000	15,0000	450,00
18	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	15,9000	238,50
19	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	30,000	15,9500	478,50
20	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	15,9000	238,50
21	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	15,9500	239,25
22	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	15,9400	239,10
23	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	15,9500	239,25
61	FITA ADESIVA TIPO (FITA LARGA) PACOTE C/ 12 UNIDADES	TEKBON	PCT	5,000	60,0000	300,00
118	PAPEL ALMAÇO PAUTADO (PACOTE 100 FOLHAS)	TEKBON	PCT	10,000	27,0000	270,00
144	PILHA PEQUENA AAA PCT C/ 04 UNIDADES	TEKBON	PCT	30,000	4,9600	148,80
165	SACO DE CELOFANE INCOLOR 11X20CM COM 100 UNID.	TEKBON	PCT	5,000	44,5700	222,85
97	KIT BINGO JOGO DE BINGO GLOBO Á MANIVELA 48 CARTELAS	TEKBON	KIT	2,000	67,0000	134,00
99	KIT DE LIVROS INFANTIS COM 50 UNIDADES	TEKBON	KIT	5,000	118,0000	590,00
111	MASSA AREIA MAGICA PEDAGOGICA, EMBALAGEM POTE COM	TEKBON	KIT	2,000	36,4000	72,80
				Total:		13.127,05

Fornecedor

ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
30	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS CAPA DURA VERNIZ	JANDAIA	Ud	20,000	21,8000	436,00
86	JOGO DE DOMINÓ EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO	MARLUCE	Ud	5,000	15,7200	78,60
90	JOGO DETETIVE	ESTRELA	Ud	3,000	103,4000	310,20
170	SACOLÃO MONTE E BRINQUE LEGO CONFECCIONADO EM	SONHO DE	Ud	3,000	639,9600	1.919,88
29	CADERNO CAPA DURA TIPO BROCHURA 48 FOLHAS PEQUENO.	JANDAIA	PCT	10,000	53,6600	536,60
169	SACO POLI INCOLOR 20X30CM SERVE PARA COLOCAR DOCES,	CROMUS	PCT	10,000	28,9600	289,60
				Total:		3.570,88

Fornecedor

ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
127	PAPEL SULFITE, EM CELULOSE VEGETAL 75G/M2, COR ULTRA	PINHEIRO	CX	20,000	235,0000	4.700,00
				Total:		4.700,00

Fornecedor

COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	ADESIVO COLA INSTANTÂNEO MULTIUSO- BICO ANTE	TEKBON	CX	2,000	84,9900	169,98
2	ALFINETE COLORIDO CX COM 50 UNIDADES	TEKBON	CX	10,000	7,4900	74,90
37	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA AZUL CX C/ 50 UNIDADES	TEKBON	CX	10,000	27,4900	274,90
38	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA PRETA	TEKBON	CX	10,000	50,8900	508,90
39	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA VERMELHA CX/ 50 UNIDADES	TEKBON	CX	5,000	27,4900	137,45
40	CANETA HIDROGRÁFICA-HIDROCOR DE CORPO ROBUSTO E	TEKBON	CX	10,000	14,1000	141,00
49	COLA BRANCA 90G CAIXA C/ 12 UNIDADES	TEKBON	CX	10,000	20,2400	202,40
50	COLA COLORIDA 23GR COM GLITTER 6 CORES CAIXA COM 06	TEKBON	CX	10,000	7,9900	79,90
55	ELÁSTICO AMARELO N.18 C/ 120 UNIDADES	TEKBON	CX	5,000	4,9700	24,85
56	ENVELOPE TIPO SACO KRAFT NATURAL, PAPEL NA COR PARDA,	TEKBON	CX	1,000	123,8100	123,81
60	EXTRATOR DE GRAMPO CAIXA C/ 12 UNIDADES	TEKBON	CX	5,000	17,1300	85,65
76	GRAMPO GALVANIZADO 23/8 CX 1000 UN COM PERFURAÇÃO 80	TEKBON	CX	10,000	19,2100	192,10
77	GRAMPO GALVANIZADO 9/14 CX 5000 UM COM PERFURAÇÃO 80	TEKBON	CX	5,000	24,4000	122,00
80	GRAMPO PARA PAPEL 24/6 (CAIXA COM 5.000 UND)	TEKBON	CX	25,000	17,9900	449,75
140	PASTA SUSPENSA CARTÃO MARMORIZADO PLASTIFICADO	TEKBON	CX	10,000	206,9900	2.069,90
146	PINCEL QUADRO BRANCO COR AZUL CAIXA C/ 12 UNIDADES	TEKBON	CX	5,000	18,7500	93,75

3	ALMOFADA CARIMBO, COR PRETA	TEKBON	Ud	5,000	7,6800	38,40
26	BOBINA DE PAPEL PARA PRESENTE 60 CM ESTAMPAS VARIADAS	TEKBON	Ud	2,000	107,5800	215,16
51	COLA DE SILICONE LÍQUIDA 100 ML	TEKBON	Ud	15,000	6,4900	97,35
52	COLA, COMPOSIÇÃO RESINA -PVA, COR BRANCA	TEKBON	Ud	10,000	9,5300	95,30
66	FITA DE TNT LISA PARA DECORAÇÃO	TEKBON	Ud	20,000	13,7400	274,80
68	FOLHAS EM E.V.A. EM CORES DIVERSAS COM GLITER TAMANHO	TEKBON	Ud	150,000	3,3500	502,50

69	FOLHAS EM E.V.A. EM CORES DIVERSAS LISAS	TEKBON	Ud	150,000	1,4900	223,50
79	GRAMPO TRILHO EM PLASTICO 800 MM P/ 200 FLS PCT C/ 50	TEKBON	Ud	20,000	14,6500	293,00
105	LIVRO DE PONTO, MODELO OFICIAL	TEKBON	Ud	10,000	23,2200	232,20
106	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, CAPA DURA	TEKBON	Ud	10,000	12,9900	129,90
113	MASSA PARA MODELAR SOFT GLITER 150G CORES SORTIDAS	TEKBON	Ud	10,000	7,0900	70,90
119	PAPEL CAMURÇA, FORMATO: 40X 60CM CORES VARIADAS	TEKBON	Ud	100,000	1,8000	180,00
120	PAPEL CARTÃO, TAM. 50X66 CM OU SUPERIOR, 280G/M2, CORES	TEKBON	Ud	100,000	2,1900	219,00
121	PAPEL CELOFANE, CORES VARIADAS, 80X80 CM	TEKBON	Ud	100,000	2,6900	269,00
122	PAPEL CREPOM FORMATO: 48CM X 2M. CORES VARIADAS	TEKBON	Ud	100,000	2,7900	279,00
123	PAPEL KRAFT PURO, BOBINA COM 150M X 80CM (08KG)	TEKBON	Ud	2,000	129,9900	259,98
124	PAPEL LAMINADO IMPRESSO COM CORES VIVAS E COM BRILHO	TEKBON	Ud	100,000	2,1600	216,00
125	PAPEL SEDA FORMATO 50X70 CM OU SUPERIOR, CORES	TEKBON	Ud	100,000	0,5500	55,00
129	PASTA ARQUIVO MORTO PAPELÃO RECICLADO (350X135X240)	TEKBON	Ud	300,000	3,7300	1.119,00
131	PASTA DE COR PRETA SELETIVA	TEKBON	Ud	30,000	19,2900	578,70
132	PASTA PLÁSTICA EM L PP 0,15 MM PRODUTO EM	TEKBON	Ud	50,000	0,9100	45,50
133	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 2CM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	5,0200	100,40
134	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 20MM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	4,6200	92,40
135	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 35MM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	5,5700	111,40
136	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 40CM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	5,1900	103,80
137	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 55MM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	6,9900	139,80
138	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 4CM MATERIAL PLÁSTICO	TEKBON	Ud	20,000	6,9100	138,20
139	PASTA SANFONADA PLASTICA: A4 COM 12 DIVISÓRIAS CRISTAL	TEKBON	Ud	15,000	18,3700	275,55
142	PETECA COLORIDA	TEKBON	Ud	5,000	41,9900	209,95
149	PISTOLA ELÉTRICA DE COLA QUENTE GRANDE PONTA COM	TEKBON	Ud	10,000	22,8600	228,60
152	PORTA DUREX, TAMANHO GRANDE. UTILIZAÇÃO EM FITAS DE 12	TEKBON	Ud	10,000	29,3700	293,70
153	PORTA OBJETO CONJUGADO, MATERIAL ACRÍLICO, COR	TEKBON	Ud	10,000	12,4100	124,10
154	PRANCHETA EM ACRÍLICO A4, TRANSPARENTE, PRENDEDOR	TEKBON	Ud	15,000	13,3100	199,65
155	PRENDEDOR DE PAPEL. CARACTERÍSTICAS: METAL, TIPO MOLA,	TEKBON	Ud	20,000	1,6500	33,00
156	PRENDEDOR DE PAPEL. CARACTERÍSTICAS: METAL, TIPO MOLA,	TEKBON	Ud	20,000	6,4400	128,80
164	SAQUINHOS LAMINADOS COLORIDOS PARA PRESENTE 50X70 CM	TEKBON	Ud	500,000	2,1300	1.065,00
167	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ALTO BRILHO TAMANHOS 60 X	TEKBON	Ud	500,000	1,6400	820,00
173	TESOURA DE PICOTAR IDEAL PARA USO PROFISSIONAL,	TEKBON	Ud	10,000	22,1800	221,80
6	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,9900	149,85
8	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,9900	149,85
9	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	13,9600	209,40
10	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	9,9900	149,85
12	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA	TEKBON	PCT	15,000	10,6900	160,35
24	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX PACOTE C/ 50 UNIDADES NA	TEKBON	PCT	15,000	16,2800	244,20
25	BLOCO DE RECADOS AUTOADESIVOS REMOVÍVEIS, MÍNIMO 100	TEKBON	PCT	30,000	2,3200	69,60

62	FITA ADESIVA TIPO DUREX PACOTE C/ 12 UNIDADES	TEKBON	PCT	5,000	33,9900	169,95
64	FITA AUTOADESIVA CREPE	TEKBON	PCT	5,000	14,1500	70,75
75	GRAMPO TRILHO EM PLASTICO PARA 600 FLS PCT C/ 50	TEKBON	PCT	10,000	17,1200	171,20
117	PALITO DE MADEIRA REDONDO PARA SORVETE PACOTE C/ 100	TEKBON	PCT	5,000	5,5500	27,75
126	PAPEL SULFITE A4 CORES VARIADAS PACOTE C/ 100 FOLHAS	TEKBON	PCT	20,000	7,8400	156,80
128	PAPEL VERGÉ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR BRANCO	TEKBON	PCT	30,000	13,6200	408,60
143	PILHA MEDIA AA PCT C/ 04 UNIDADES	TEKBON	PCT	30,000	6,1100	183,30
				Total:		16.753,03

Fornecedor

M3. BUSINESS GROUP LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
27	BORRACHA BRANCA ESCOLAR	LEO LEO	CX	5,000	15,2100	76,05
31	CAIXA DE LÁPIS DE COR SEXTAVADO CX COM 12 CORES	INJEX PEN	CX	20,000	3,0800	61,60
41	CANETINHA HIDROGRÁFICA 12 CORES CX C/12 UNIDADES	LEO LEO	CX	10,000	3,7900	37,90
44	CLIPS GALVANIZADO Nº 2/0, CAIXA COM 500G	JUSSARA /	CX	5,000	16,1700	80,85
45	CLIPS GALVANIZADO Nº 3/0, CAIXA COM 500G	JUSSARA /	CX	5,000	13,7500	68,75
46	CLIPS GALVANIZADO Nº 4/0, CAIXA COM 500G	JUSSARA /	CX	5,000	18,8900	94,45
47	CLIPS GALVANIZADO Nº 8/0, CAIXA COM 500G	JUSSARA /	CX	5,000	17,9700	89,85
48	COLA BASTÃO 40GR EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	LEO LEO	CX	2,000	26,4700	52,94
54	CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA 18ML CAIXA C/ 12	YINS	CX	1,000	19,9500	19,95
78	GRAMPO PARA PAPEL 26/6 (CAIXA COM 5.000 UND)	LEO	CX	30,000	2,7500	82,50
103	LÁPIS, CORPO EM MADEIRA, GRAFITE PRETO Nº 2, DIÂMETRO	INJEX PEN	CX	5,000	49,9900	249,95
112	MASSA PARA MODELAR: CAIXA COM 12 CORES SORTIDAS	LEO LEO /	CX	10,000	3,1900	31,90
176	TINTA GUACHE 15 ML CORES PRIMARIAS CAIXA C/ 12 UNIDADE	GATTE	CX	20,000	8,4400	168,80
36	CALCULADORA, DIGITAL PORTÁTIL, CAPACIDADE 12 (DOZE)	TOMATE	Ud	5,000	14,9900	74,95
74	GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA METÁLICO, CAPACIDADE 25	MASTERPRI	Ud	10,000	9,9900	99,90
114	MINI PISTOLA 6W: BIVOLT PARA COLA QUENTE WESTERN	GATTE MINI	Ud	5,000	20,2500	101,25
160	REFIL BASTÃO COLA QUENTE FINA COMPRIMENTO DO	GATTE	Ud	100,000	1,0400	104,00
162	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE,	MAXCRIL	Ud	50,000	2,9600	148,00
174	TESOURA ESCOLAR INOX 4 POLEGADAS SEM PONTA	GATTE	Ud	30,000	4,7300	141,90
175	TESOURA GRANDE DE ESCRITÓRIO, TESOURA USO GERAL INOX	MASTERPRI	Ud	20,000	9,6900	193,80
				Total:		1.979,29

Forneced or

65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
107	MARCA TEXTO AMARELO C/12 UNIDADES	MASTERPRI	CX	10,000	5,9700	59,70
108	MARCA TEXTO AZUL C/12 UNIDADES	MASTERPRI	CX	10,000	5,9700	59,70
109	MARCA TEXTO ROSA C/12 UNIDADES	MASTERPRI	CX	10,000	5,9700	59,70

110	MARCA TEXTO VERDE C/12 UNIDADES	MASTERPRI	CX	10,000	6,0500	60,50

4	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	MASTERPRI	Ud	5,000	9,5900	47,95
161	REFIL BASTÃO COLA QUENTE GROSSA COR TRANSPARENTE	MAKE +	Ud	100,000	1,0000	100,00
				Total:		387,55

Fornecedor

MELIM COMERCIAL LTDA ME

Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
32	CAIXINHA DE PERGUNTAS ANTI-BULLYING: 50 PERGUNTAS	TEKBON	Ud	2,000	55,0000	110,00
33	CAIXINHA ANTIMEDO: 50 PERGUNTAS PARA APRENDER A	TEKBON	Ud	2,000	70,0000	140,00
34	CAIXINHA ANTIANSIEDADE: 100 QUESTÕES PARA PENSAR SEU	TEKBON	Ud	2,000	58,0000	116,00
35	CAIXINHA VULNERABILIDADE EMOCIONAL: 100 PERGUNTAS	TEKBON	Ud	2,000	70,0000	140,00
98	KIT COLEÇÃO CONTOS CLÁSSICOS INFANTIS EM LIBRAS	TEKBON	KIT	2,000	420,9900	841,98
				Total:		1.347,98

Paiçandu, 29/09/2026

ISMAEL BATISTA

Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:C5E7ACF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATO DA MESA 06/2026 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ATO DA MESA 06/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre o Plano de Capacitação Anual da Câmara Municipal de Palmeira

A MESA EXECUTIVA da CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15 do Regimento Interno e art.

28 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal – ProLegis, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente quanto à existência de um Plano de Capacitação Anual para servidores e vereadores do Legislativo;

CONSIDERANDO as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme requisitos verificados na Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública de 2026, itens 22787, 22788 da Nota Técnica nº 38/2025 – CGF/TCE-PR;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a transparência, a participação social e o relacionamento da Câmara Municipal com a população;

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo deve buscar mecanismos de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º A Mexa Executiva deverá, anualmente, instituir o Plano de Capacitação da Câmara Municipal de Palmeira para o respectivo exercício, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O Plano de Capacitação tem por finalidade promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo dos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal, de acordo com as necessidades institucionais e as respectivas áreas de atuação.

Art. 3º A execução do Plano observará as diretrizes, os objetivos, as áreas temáticas, a carga horária e os demais critérios estabelecidos no Anexo I desta Resolução.

Art. 4º O Plano de Capacitação poderá ser revisto e atualizado durante o exercício, de acordo com as necessidades institucionais, alterações legislativas e normativas, orientações dos órgãos de controle e demais circunstâncias supervenientes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do Plano correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI

Presidente

LUCAS SANTOS

Vice- Presidente

FABÍOLA MERELES

1ª Secretária

EDENIR JOSÉ GAIO FLORES

2º Secretário

ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS VEREADORES E SERVIDORES

EXERCÍCIO: _____

APRESENTAÇÃO

A Câmara Municipal de Palmeira, visando ao constante aprimoramento de suas atividades legislativas e administrativas, apresenta o presente Plano de Capacitação dos Vereadores e Servidores para o exercício informado, instrumento destinado a orientar as ações de desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento profissional no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

O Plano busca fortalecer as competências necessárias ao adequado desempenho das funções institucionais, promovendo a atualização dos conhecimentos técnicos, jurídicos, administrativos e operacionais, bem como o aperfeiçoamento das práticas de gestão pública, de forma alinhada aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

I – FINALIDADE

Busca-se proporcionar aos servidores efetivos capacitação e atualização nas áreas técnica, jurídica e operacional, fortalecendo as competências necessárias ao desempenho de suas atribuições e promovendo maior eficiência, legalidade, transparência, segurança e qualidade na gestão pública.

Quanto aos Vereadores e servidores comissionados, o Plano tem como objetivo contribuir para o aprimoramento de suas competências e conhecimentos relacionados ao exercício da função legislativa, à atuação institucional e ao atendimento das demandas da população, favorecendo uma prestação de serviço público mais eficiente, qualificada e alinhada aos princípios da Administração Pública.

II – OBJETIVOS

São objetivos do presente Plano de Capacitação:

1. Atualizar os servidores quanto às normas legais, regulamentares e procedimentos aplicáveis às atividades do Poder Legislativo;

2. Padronizar procedimentos administrativos, legislativos e operacionais;

3. Reduzir riscos de falhas, impropriedades e apontamentos pelos órgãos de controle;

4. Fortalecer a ética, a boa governança, a comunicação institucional e a responsabilidade na gestão pública;

5. Desenvolver competências técnicas, administrativas e comportamentais;

6. Aprimorar os conhecimentos relacionados à elaboração de leis, análise de projetos, proposições, emendas e demais instrumentos legislativos;

7. Aperfeiçoar as atividades de fiscalização e acompanhamento das ações do Poder Executivo;

8. Fortalecer a capacidade de representação da sociedade e o diálogo com diferentes setores da comunidade;

9. Estimular a eficiência, a inovação, a modernização e a melhoria contínua dos processos de trabalho;

10.Promover a integração entre os diferentes setores da Câmara Municipal;

11. Aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, controle, transparência e prestação de contas;

12. Incentivar a participação dos servidores e vereadores em cursos, palestras, seminários, oficinas e demais atividades de formação relacionadas às suas atribuições.

III – FORMAS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

As ações de capacitação poderão ser realizadas por meio das seguintes modalidades:

1. Cursos presenciais e/ou on-line (EAD);

2. Oficinas práticas e estudos de caso;

3. Palestras e seminários técnicos;

4. Treinamentos internos;

5. Capacitações promovidas por órgãos de controle, escolas de governo e entidades especializadas;

6. Congressos, encontros, fóruns e eventos técnicos relacionados às atividades legislativas e administrativas;

7. Reuniões técnicas e atividades de compartilhamento de conhecimentos entre os servidores;

8. Capacitação por meio de plataformas digitais e ferramentas de aprendizagem;

9. Treinamentos específicos para implantação ou atualização de sistemas utilizados pela Câmara Municipal;

10. Atividades práticas voltadas à melhoria e padronização dos procedimentos internos.

IV – TEMAS DE CAPACITAÇÃO POR ÁREA E SETOR

As necessidades de capacitação foram definidas considerando as atribuições e responsabilidades inerentes a cada setor, unidade administrativa ou função, bem como as demandas institucionais, as alterações legislativas e normativas e as orientações dos órgãos de controle. A partir desse levantamento, foram estabelecidos temas prioritários destinados a orientar o planejamento e a seleção das ações de capacitação ao longo do exercício.

Os temas relacionados a seguir possuem caráter orientativo e não exaustivo, podendo as ações de capacitação abranger um ou mais conteúdos simultaneamente, bem como outros assuntos correlatos que se mostrem necessários ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal. A realização das capacitações observará a pertinência com as atribuições desempenhadas, o interesse institucional, a disponibilidade orçamentária e financeira e a oferta de cursos e demais ações formativas.

Área/Setor	**Conteúdos Sugeridos**	
1. Presidência	1.1. Gestão e administração do Poder Legislativo Municipal; 1.2. Governança, planejamento e gestão institucional; 1.3. Gestão orçamentária, financeira e responsabilidade fiscal; 1.4. Gestão de pessoas e liderança no serviço público; 1.5. Licitações, contratos e contratações públicas 1.6. Controle interno, gestão de riscos e prestação de contas; 1.7. Processo legislativo e aplicação do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal; 1.8. Condução das sessões legislativas, deliberações, votações e questões de ordem; 1.9. Transparência, acesso à informação, proteção de dados e governança pública; 1.10. Ética, integridade e responsabilidades dos agentes públicos; 1.11. Relações institucionais e comunicação pública.	
2. Departamento de Administração	2.1. Direção e Gestão Administrativa	2.1.1. Gestão e planejamento administrativo; 2.1.2. Gestão de pessoas e organização do trabalho; 2.1.3. Gestão de materiais, patrimônio e serviços; 2.1.4. Gestão e fiscalização de contratos;

		2.1.5. Gestão documental e processos administrativos; 2.1.7. Governança, transparência e proteção de dados.
	2.2. Secretaria	2.2.1. Rotinas administrativas e legislativas; 2.2.2. Redação oficial e comunicação administrativa; 2.2.3. Organização e tramitação de documentos e processos; 2.2.4. Gestão documental, arquivo e protocolo; 2.2.5. Atendimento ao público e relacionamento institucional; 2.2.6. Utilização dos sistemas informatizados da Câmara. 2.2.7. Protocolo, tramitação e controle de documentos; 2.2.8. Relacionamento com órgãos e entidades externas. 2.2.9. Lei de Acesso à Informação e transparência pública; 2.2.10. Atendimento e orientação ao cidadão; 2.2.11. Recebimento, tramitação e acompanhamento de pedidos de acesso à informação; 2.2.12Proteção de dados pessoais e tratamento de informações.
	2.3. Assessoria de Programas e Projetos	2.3.1. Planejamento, elaboração e execução de programas e projetos institucionais; 2.3.2. Educação para a cidadania e formação político-legislativa; 2.3.3. Organização de atividades, eventos e ações educativas; 2.3.4. Comunicação e relacionamento com escolas, instituições e comunidade; 2.3.5. Acompanhamento e avaliação de programas e projetos.
3. Departamento Financeiro	3.1. Direção e Gestão Financeira	3.1.1. Planejamento e gestão orçamentária e financeira; 3.1.2. Administração financeira no setor público; 3.1.3. Responsabilidade fiscal e execução orçamentária; 3.1.4. Planejamento das contratações; 3.1.5. Governança, controles internos e gestão de riscos; 3.1.6. Prestação de contas e relacionamento com órgãos de controle
	3.2. Contabilidade	3.2.1. Contabilidade aplicada ao setor público; 3.2.2. Planejamento, execução e acompanhamento orçamentário; 3.2.3. Lei de Responsabilidade Fiscal; 3.2.4. Demonstrativos contábeis e fiscais; 3.2.5. Prestação de contas e obrigações perante os órgãos de controle; 3.2.6. Sistemas e rotinas contábeis aplicáveis ao Poder Legislativo; 3.2.7. Atualização das normas de contabilidade pública.
	3.3. Licitações	3.3.1. Planejamento das contratações públicas; 3.3.2. Lei nº 14.133/2021 e regulamentações; 3.3.3. Fase preparatória das contratações; 3.3.4. Elaboração de estudos técnicos, termos de referência e demais documentos; 3.3.5. Procedimentos licitatórios e contratação direta; 3.3.6. Gestão e fiscalização de contratos; 3.3.7. Compras públicas e pesquisa de preços; 3.3.8. Sistemas eletrônicos de contratações públicas.

	3.4. Divisão de Material e Bens	3.4.1. Gestão patrimonial e controle de bens públicos; 3.4.2. Recebimento, armazenamento e controle de materiais; 3.4.3. Almoxarifado e gestão de estoques; 3.4.4. Inventário e levantamento patrimonial; 3.4.5. Registro, movimentação, transferência e baixa de bens; 3.4.6. Responsabilidade pela guarda e conservação do patrimônio; 3.4.7. Sistemas de controle patrimonial e de materiais.
4. Procuradoria	4.1. Direito Constitucional e Direito Administrativo; 4.2. Direito Municipal e organização dos Poderes; 4.3. Processo legislativo e técnica legislativa; 4.4. Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno; 4.5. Licitações, contratos administrativos e contratações públicas; 4.6. Gestão de pessoal e regime jurídico dos servidores públicos; 4.7. Controle da Administração Pública e atuação dos órgãos de controle; 4.8. Responsabilidade fiscal, orçamento público e finanças públicas; 4.9. Transparência, acesso à informação e proteção de dados pessoais; 4.10. Improbidade administrativa, responsabilização e integridade pública; 4.11. Processo judicial e representação jurídica do Poder Legislativo; 4.12. Atualização legislativa, jurisprudencial e dos entendimentos dos Tribunais de Contas.	
5. Assessoria Parlamentar	5.1. Processo legislativo municipal e técnica legislativa; 5.2. Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno; 5.3. Elaboração e acompanhamento de proposições legislativas; 5.4. Assessoramento à atividade parlamentar e às funções legislativa e fiscalizatória; 5.5. Orçamento público e instrumentos de planejamento municipal; 5.6. Fiscalização e controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo; 5.7. Pesquisa legislativa, análise de informações e acompanhamento de matérias de interesse parlamentar; 5.8. Redação oficial e comunicação institucional; 5.9. Transparência, acesso à informação e proteção de dados pessoais; 5.10. Ética, decoro e responsabilidades no exercício da atividade parlamentar; 5.11. Atendimento ao cidadão e relacionamento institucional; 5.12. Utilização de sistemas e ferramentas relacionados à atividade legislativa.	
6. Assessoria Jurídica	6.1. Direito Constitucional e Direito Administrativo; 6.2. Direito Municipal e organização dos Poderes; 6.3. Processo legislativo e técnica legislativa; 6.4. Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno; 6.5. Análise jurídica de proposições legislativas e atos administrativos; 6.6. Licitações, contratos administrativos e contratações públicas; 6.7. Gestão de pessoal e regime jurídico dos servidores públicos;	

	6.8. Controle da Administração Pública e atuação dos órgãos de controle; 6.11. Elaboração de pareceres, manifestações e demais documentos jurídicos; 6.12. Atualização legislativa, jurisprudencial e dos entendimentos dos Tribunais de Contas.
7. Controladoria Interna	7.1. Sistema de Controle Interno e suas atribuições no Poder Legislativo; 7.2. Auditoria governamental e procedimentos de fiscalização; 7.3. Gestão de riscos, governança e controles internos; 7.4. Planejamento, execução e acompanhamento das atividades de controle interno; 7.5. Controle da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e administrativa; 7.6. Licitações, contratos e fiscalização das contratações públicas; 7.7. Gestão de pessoal e fiscalização de despesas com pessoal; 7.8. Prestação de contas e atuação dos Tribunais de Contas; 7.9. Transparência pública e Lei de Acesso à Informação; 7.10. Ouvidoria pública, atendimento ao cidadão e tratamento de manifestações; 7.11. Proteção de dados pessoais e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; 7.12. Governança e segurança no tratamento de dados pessoais; 7.13. Integridade, ética e prevenção de irregularidades na Administração Pública; 7.14. Elaboração de relatórios, pareceres, recomendações e demais instrumentos de controle; 7.15. Atualização legislativa e dos entendimentos dos órgãos de controle.
8. Procuradoria da Mulher	8.1. Direitos das mulheres e legislação de proteção à mulher; 8.2. Enfrentamento à violência contra a mulher e violência de gênero; 8.3. Lei Maria da Penha e demais normas relacionadas à proteção das mulheres; 8.4. Atendimento, acolhimento e orientação às mulheres; 8.5. Identificação e encaminhamento de situações de violência e vulnerabilidade; 8.6. Rede de proteção e articulação com órgãos e serviços públicos; 8.7. Políticas públicas voltadas às mulheres; 8.8. Promoção da igualdade e prevenção à discriminação e ao assédio; 8.9. Desenvolvimento de campanhas, ações educativas e atividades de conscientização; 8.10. Comunicação institucional e divulgação dos direitos das mulheres; 8.11. Proteção de dados pessoais, sigilo e tratamento de informações sensíveis; 8.12. Atuação institucional da Procuradoria da Mulher no âmbito do Poder Legislativo.
9. Vereadores	9.1. Processo legislativo municipal e técnica legislativa; 9.2. Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno; 9.3. Elaboração, análise e tramitação de proposições legislativas; 9.4. Funções e competências do Poder Legislativo Municipal; 9.5. Fiscalização e controle da Administração Pública; 9.6. Orçamento público, planejamento governamental e responsabilidade fiscal; 9.7. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; 9.8. Controle externo e atuação dos Tribunais de Contas;

	9.9. Ética, decoro parlamentar e responsabilidades dos agentes políticos; 9.10. Políticas públicas e acompanhamento da execução das ações governamentais; 9.11. Participação popular, atendimento ao cidadão e exercício da representação política; 9.12. Comunicação pública e institucional; 9.13. Direitos fundamentais, cidadania e temas de interesse municipal; 9.14. Atualização legislativa e jurisprudencial relacionada ao exercício do mandato.

V – DA PARTICIPAÇÃO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA

Para fins de execução e acompanhamento deste Plano de Capacitação, os servidores da Câmara Municipal deverão participar, durante o exercício, de, **no mínimo, 2 (duas) ações de capacitação, totalizando carga horária mínima de _____ horas para cada setor ou _____ horas para cada servidor**, preferencialmente relacionadas às atribuições do cargo, às atividades desempenhadas, à respectiva área de atuação ou às necessidades institucionais do Poder Legislativo.

A carga horária e o número mínimo de capacitações estabelecidos neste Plano constituem parâmetros institucionais destinados ao desenvolvimento e à atualização profissional dos servidores somente para fins de análise de cumprimento do Plano de Capacitação, **não se confundindo com os requisitos previstos na legislação municipal para promoção por aperfeiçoamento, progressão funcional ou outras formas de desenvolvimento na carreira.**

Os servidores efetivos deverão observar, independentemente das disposições deste Plano, os requisitos, cargas horárias, modalidades, períodos e demais condições estabelecidas na legislação específica que regulamenta sua carreira.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

A previsão de temas neste Plano não implica a obrigatoriedade de realização de capacitação específica para cada conteúdo relacionado, constituindo referência para a identificação e seleção das ações de desenvolvimento a serem realizadas durante o exercício.

Palmeira/PR, ____ de _____ de _____.

Presidente

Vice- Presidente

1ª Secretária

2º Secretário

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:9FF1FC93

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 281/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, neste ato

representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente **Sr. Joslei Sequineli**, brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n° 053.236.059.10**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº 9.688.925-9**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18837/2026**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **Curitibana Comércio de Lixeiras Ambientais LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 10.279.955/0001-83 ,** por seu representante legal, **Sr. Davi Faria Soares**, brasileiro, inscrito no **CPF nº 033.792.539-95**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram, por meio do Processo Digital n.º 8833/2026, por força do presente instrumento e em observância as disposições da Lei 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 281/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 02/10/2026 até a data de 02/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido o reajuste contratual pelo índice de 4,223453 %, correspondente à variação acumulada do *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* nos últimos 12 (doze) meses, conforme tabela descritiva a seguir:

Especificação	Valor anterior	Valor Reajustado
Lixeira de aço cinza claro no modelo declive medindo 2,00 m x 0,90 cm x 0,90 cm com 02 tampas individuais, uma para resíduos comuns e uma para resíduos recicláveis e duas aberturas traseiras de modo a melhor remoção de sujeiras e por ventura retirada de resíduos. Fundo em polipropileno com furos de 1cm de diâmetro para drenagem de líquidos e uma superfície lisa que facilita o momento da limpeza.	R$ 1.890,00	R$ 1.969,82
Lixeira de aço preto no modelo declive medindo 50 x 50 x 80 cm (CxLxA) com 1 TAMPA, uma para resíduos comuns e uma abertura traseiras de modo a melhor remoção de sujeiras e por ventura retirada de resíduos. Fundo em polipropileno com furos de 1 cm de diâmetro para drenagem de líquidos e uma superfície lisa que facilita o momento da limpeza, com porta cadeado.	R$ 469,00	R$ 488,81
Lixeira de aço preto no modelo declive medindo 1,00m x 0,90cm x 0,50cm com 02 tampas individuais, uma para resíduos comuns e uma para resíduos recicláveis e duas aberturas traseiras de modo a melhor remoção de sujeiras e por ventura retirada de resíduos. Fundo em polipropileno com furos de 1 cm de diâmetro para drenagem de líquidos e uma superfície lisa que facilita o momento da limpeza.	R$ 799,00	R$ 832,75

CLÁUSULA TERCEIRA– DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da ata de registro de preços n.º 281/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:1E5A6D7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 02.607.956/0001-81

Lote: 5, 16, 35, 62, 117 e 135.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
5	1	ÁCIDO FÓLICO 5 MG. CÓDIGO BR0267503	HIPO-LABOR	Comprimi-do	14000	R$ 0,0500	R$ 700,00
16	1	AMOXICILINA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, CONCENTRAÇÃO 500 MG+ 125 MG BR0271217	RAN-BAXY	Comprimi-do	30000	R$ 0,8200	R$ 24.600,00
35	1	CARBONATO DE LITIO 300 MG BR0267621	BIOLAB	Comprimi-do	60000	R$ 0,2300	R$ 13.800,00
62	1	DIAZEPAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML BR0267194	SANTISA	AMPOLA	200	R$ 0,7500	R$ 150,00
117	1	METOPROLOL SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO CONTROLADA BR0276657	BIOLAB	Comprimi-do	85000	R$ 0,4200	R$ 35.700,00
135	1	PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG - COMPRIMIDO BR0267768	TEUTO	Comprimi-do	20000	R$ 0,1290	R$ 2.580,00

Valor Total Homologado - R$ 77.530,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso,

devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	786	02.607.956/0001-81	0,05	0,05		Sim
2 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	934	58.676.108/0001-89	0,05	0,05	0,00	Sim
3 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	290	43.231.355/0001-02	0,06	0,05	0,00	Sim
4 GET MED COMERCIO DE	275	41.836.567/0001-80	0,05	0,05	0,00	Sim

LOTE 16

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	748	02.607.956/0001-81	0,92	0,82		Sim
2 A.D. DAMINELLI LTDA	623	10.749.758/0001-80	0,92	0,83	1,22	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	186	10.566.711/0001-81	0,92	0,83	0,00	Sim
4 MWC DISTRIBUIDORA DE	677	61.788.256/0001-08	0,92	0,84	1,20	Sim
5 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	910	35.250.918/0001-73	0,92	0,845	0,60	Sim
6 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	031	54.843.246/0001-54	0,92	0,88	4,14	Sim
7 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	017	32.743.242/0001-61	0,92	0,91	3,41	Sim
8 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	378	28.643.008/0001-95	0,92	0,92	1,10	Sim
9 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	704	48.885.640/0001-52	0,92	0,92	0,00	Sim
10 VELMED DISTRIBUIDORA LTDA	009	60.794.433/0001-98	0,92	0,92	0,00	Sim
11 GET MED COMERCIO DE	233	41.836.567/0001-80	0,92	0,92	0,00	Sim
12 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	057	21.438.123/0001-89	3,00	1,41	53,26	Sim

LOTE 35

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	800	02.607.956/0001-81	0,24	0,23		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	403	33.324.795/0001-42	0,24	0,24	4,35	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	231	35.250.918/0001-73	0,24	0,24	0,00	Sim
4 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	461	54.843.246/0001-54	0,24	0,24	0,00	Sim
5 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	374	35.042.079/0001-06	0,24	0,24	0,00	Sim
6 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	481	43.231.355/0001-02	0,26	0,26	8,33	Sim
7 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	890	60.146.737/0001-49	0,27	0,27	3,85	Sim
8 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	286	28.643.008/0001-95	0,30	0,30	11,11	Sim

LOTE 62

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	912	02.607.956/0001-81	0,85	0,75		Sim
2 R P HOSPITALAR LTDA	044	59.903.312/0001-58	0,85	0,78	4,00	Sim
3 CLM FARMA COMERCIO E	213	40.274.237/0001-85	2,00	0,84	7,69	Sim
4 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	723	61.812.902/0001-17	0,85	0,85	1,19	Sim

LOTE 117

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	661	02.607.956/0001-81	0,52	0,42		Sim
2 PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE	259	41.141.956/0001-90	0,60	0,43	2,38	Sim
3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	190	35.042.079/0001-06	0,52	0,43	0,00	Sim
4 A.D. DAMINELLI LTDA	668	10.749.758/0001-80	0,52	0,44	2,33	Sim
5 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	991	33.324.795/0001-42	0,52	0,47	6,82	Sim
6 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	729	28.643.008/0001-95	0,52	0,48	2,13	Sim
7 2B HOSPITALAR LTDA	048	64.931.216/0001-53	0,52	0,51	6,25	Sim
8 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	479	32.743.242/0001-61	0,52	0,52	1,96	Sim
9 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	859	35.250.918/0001-73	0,52	0,52	0,00	Sim

LOTE 135

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	404	02.607.956/0001-81	0,13	0,129		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	308	33.324.795/0001-42	0,13	0,13	0,78	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:26A56F08

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 21.438.123/0001-89

Lote: 8

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
8	1	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG. CÓDIGO BR0267504	ABBOTT	CÁPSULA	20000	R$ 0,2950	R$ 5.900,00

Valor Total Homologado - R$5.900,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	095	21.438.123/0001-89	0,32	0,295		Sim
2 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	083	02.607.956/0001-81	0,40	0,40	35,59	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:94B11494

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 32.743.242/0001-61

Lote: 14 e 124.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
14	1	AMINOFILINA, DOSAGEM 24 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA; SOLUÇÃO INJETÁVEL BR0292402	HIPOLA-BOR	AMPOLA COM 10 ML	100	R$ 3,0000	R$ 300,00
124	1	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG+250UI/G - POMADA 10G BR0273167	BELFAR	UN	3500	R$ 2,2890	R$ 8.011,50

Valor Total Homologado - R$8.311,5000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 14

	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

1 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	174	32.743.242/0001-61	3,18	3,00		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	856	40.274.237/0001-85	10,00	10,00	233,33	Sim

LOTE 124

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	923	32.743.242/0001-61	2,29	2,289		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	688	54.843.246/0001-54	2,29	2,29	0,04	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	382	60.146.737/0001-49	8,00	8,00	249,35	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:4AB888A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 41.836.567/0001-80

Lote: 7, 31, 83, 91, 94 e 141.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
7	1	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSIÇÃO COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRILICO, CÁPRICO, LÁURICO, COMPONENTES: INOLÉICO, LECITINA DE SOJA APRESENTAÇÃO ASSOCIADOS COM VITAMINAS `A` E `E`. TIPO LOÇÃO OLEOSA. FRASCO COM 100ML. CÓDIGO BR0281657	TROLL-HADASSA	FRASCO COM 100 ML	2000	R$ 3,0500	R$ 6.100,00
31	1	CAPTOPRIL 25 MG. BR0267613	BRASTERAPICA	Comprimi-do	50000	R$ 0,0300	R$ 1.500,0
83	1	GLIBENCLAMIDA 5MG - COMPRIMIDO BR0267671	GEOLAB	Comprimi-do	50000	R$ 0,0400	R$ 2.000,0
91	1	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO BR0267674	CIMED	Comprimi-do	50000	R$ 0,0300	R$ 1.500,0
94	1	IBUPROFENO 600MG -COMPRIMIDO BR0267676	VITA-MEDIC	Comprimi-do	150000	R$ 0,1400	R$ 21.000,00
141	1	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME COM 30G BR0272089	NATIVITA	UN	200	R$ 4,4800	R$ 896,00

Valor Total Homologado - R$32.996,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	094	41.836.567/0001-80	3,96	3,05		Sim
2 A.D. DAMINELLI LTDA	727	10.749.758/0001-80	3,96	3,60	18,03	Sim
3 R P HOSPITALAR LTDA	630	59.903.312/0001-58	3,96	3,64	1,11	Sim
4 CLM FARMA COMERCIO E	343	40.274.237/0001-85	12,00	3,64	0,00	Sim
5 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	391	35.042.079/0001-06	3,93	3,74	2,75	Sim
6 SALVI E LOPES E CIA LTDA.	257	82.478.140/0001-34	9,30	9,30	148,66	Sim
7 ERA DISTRIBUIDORA LTDA	050	49.569.592/0001-56	15,00	15,00	61,29	Sim

LOTE 31

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	027	41.836.567/0001-80	0,03	0,03		Sim
2 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	277	61.853.683/0001-14	0,04	0,04	33,33	Sim
3 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	149	14.595.725/0001-84	0,04	0,04	0,00	Sim
4 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	826	35.042.079/0001-06	0,04	0,04	0,00	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	893	02.607.956/0001-81	0,10	0,10	150,00	Sim

LOTE 83

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	861	41.836.567/0001-80	0,04	0,04		Sim
2 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	320	28.643.008/0001-95	0,04	0,04	0,00	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	177	35.250.918/0001-73	0,05	0,043	7,50	Sim
4 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	438	14.595.725/0001-84	0,05	0,05	16,28	Sim
5 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	340	35.042.079/0001-06	0,05	0,05	0,00	Sim
6 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	736	43.231.355/0001-02	0,05	0,05	0,00	Sim

LOTE 91

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	180	41.836.567/0001-80	0,03	0,03		Sim
2 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	249	28.643.008/0001-95	0,03	0,03	0,00	Sim
3 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	978	14.595.725/0001-84	0,05	0,036	20,00	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	833	32.743.242/0001-61	0,05	0,037	2,78	Sim
5 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	329	61.853.683/0001-14	0,04	0,04	8,11	Sim
6 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	907	35.042.079/0001-06	0,04	0,04	0,00	Sim
7 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	640	02.607.956/0001-81	0,05	0,05	25,00	Sim
8 DIFE DISTRIBUIDORA DE	259	10.566.711/0001-81	0,05	0,05	0,00	Sim
9 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	549	35.250.918/0001-73	0,05	0,05	0,00	Sim

LOTE 94

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	642	41.836.567/0001-80	0,14	0,14		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	651	54.843.246/0001-54	0,14	0,14	0,00	Sim
3 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	461	61.828.536/0001-94	0,14	0,14	0,00	Sim
4 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	861	35.042.079/0001-06	0,14	0,14	0,00	Sim
5 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	702	60.146.737/0001-49	0,16	0,16	14,29	Sim

LOTE 141

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GET MED COMERCIO DE	392	41.836.567/0001-80	5,43	4,48		Sim

2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	131	61.828.536/0001-94	5,43	4,50	0,45	Sim
3 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	748	32.743.242/0001-61	5,43	5,42	20,44	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	295	60.146.737/0001-49	11,50	11,50	112,18	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:34A7E063

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: IN MINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 53.269.359/0001-25

Lote: 104, 105 e 106

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
104	1	LEVOTIROXINA 25MCG - COMPRIMIDO BR0268124	EUTHYROX 25MCG / MERCK	Comprimi-do	90000	R$ 0,1300	R$ 11.700,00
105	1	LEVOTIROXINA 50MCG - COMPRIMIDO BR0268123	EUTHYROX 50MCG / MERCK	Comprimi-do	100000	R$ 0,1400	R$ 14.000,00
106	1	LEVOTIROXINA 100MCG - COMPRIMIDO BR0268125	EUTHYROX 100MCG / MERCK	Comprimi-do	70000	R$ 0,1500	R$ 10.500,00

Valor Total Homologado - R$36.200,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 104

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 IN MINAS DISTRIBUIDORA DE	703	53.269.359/0001-25	0,25	0,13		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	282	54.843.246/0001-54	0,25	0,25	92,31	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	196	21.438.123/0001-89	0,70	0,27	8,00	Sim
4 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	902	58.676.108/0001-89	0,33	0,33	22,22	Sim

LOTE 105

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 IN MINAS DISTRIBUIDORA DE	823	53.269.359/0001-25	0,26	0,14		Sim
2 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	762	21.438.123/0001-89	0,70	0,27	92,86	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	510	60.146.737/0001-49	0,30	0,293	8,52	Sim
4 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	918	58.676.108/0001-89	0,36	0,36	22,87	Sim

LOTE 106

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 IN MINAS DISTRIBUIDORA DE	042	53.269.359/0001-25	0,20	0,15		Sim
2 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	328	58.676.108/0001-89	0,33	0,33	120,00	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	897	21.438.123/0001-89	0,70	0,34	3,03	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7E38F5DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ITAMARATY CARE LTDA

CNPJ: 58.489.781/0001-00

Lote: 33, 71 e 121.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
33	1	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM COPO OU SERINGA DOSADORA 100ML BR0272454	HIPOLA-BOR	Frasco	350	R$ 7,1900	R$ 2.516,50
71	1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO COM 20ML BR0267281	HIPOLA-BOR	Frasco	1500	R$ 5,6800	R$ 8.520,00
121	1	MICONAZOL 20MG/G - CREME VAGINAL TUBO 80G - CAIXA COM 7 APLICADORES BR0268162	NATIVITA	TUBO C/80g	400	R$ 8,2800	R$ 3.312,00

Valor Total Homologado - R$14.348,50

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 33

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ITAMARATY CARE LTDA	516	58.489.781/0001-00	8,53	7,19		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	199	61.828.536/0001-94	8,53	7,50	4,31	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	580	60.146.737/0001-49	8,50	7,5874	1,17	Sim
4 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	909	35.250.918/0001-73	8,53	7,59	0,03	Sim
5 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	168	61.812.902/0001-17	7,65	7,65	0,79	Sim
6 R P HOSPITALAR LTDA	362	59.903.312/0001-58	8,53	7,80	1,96	Sim
7 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	166	61.853.683/0001-14	8,53	8,10	3,85	Sim
8 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	657	28.643.008/0001-95	8,53	8,49	4,81	Sim
9 CLM FARMA COMERCIO E	989	40.274.237/0001-85	30,00	30,00	253,36	Sim

LOTE 71

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ITAMARATY CARE LTDA	118	58.489.781/0001-00	5,92	5,68		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	767	54.843.246/0001-54	5,92	5,89	3,70	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	817	60.146.737/0001-49	12,00	12,00	103,74	Sim

LOTE 121

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ITAMARATY CARE LTDA	321	58.489.781/0001-00	9,30	8,28		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	811	61.828.536/0001-94	9,30	8,50	2,66	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	533	60.146.737/0001-49	18,00	9,7601	14,82	Sim
4 CLM FARMA COMERCIO E	036	40.274.237/0001-85	30,00	17,99	84,32	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:35BA4BAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

CNPJ: 35.250.918/0001-73

Lotes: 4, 17, 40, 46, 95, 97, 118, 131, 132, 137 e 140.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	ACICLOVIR 200MG. CÓDIGO BR0268370	ranbaxy	Comprimi-do	10000	R$ 0,1750	R$ 1.750,00
17	1	AMOXICILINA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML + 12,5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM NO MÍNIMO 75ML BR0448841	ems	Frasco	1000	R$ 11,8700	R$ 11.870,00
40	1	CETOCONAZOL 20MG/ML SHAMPOO FRASCO 100ML BR0271103	nativita	Frasco	160	R$ 5,2900	R$ 846,40
46	1	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML BR0270120	hipolabor	FRASCO COM 20 ml	1200	R$ 2,0690	R$ 2.482,80

95	1	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20MG BR0273400	ZYDUS	UN	4000	R$ 0,2000	R$ 800,00
97	1	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO BR0376767	VITAME-DIC	Comprimi-do	1000	R$ 0,3100	R$ 310,00
118	1	METOPROLOL TARTARATO 100MG COMPRIMIDO BR0394650	ACHE	Comprimi-do	3500	R$ 0,3500	R$ 1.225,00
131	1	PARACETAMOL 500MG - COMPRIMIDO BR0267778	HIPOLA-BOR	Comprimi-do	70000	R$ 0,0650	R$ 4.550,00
132	1	PERMETRINA 50MG/ML BR0363597	NATIVIT	FRASCO COM 60 ML	150	R$ 3,5500	R$ 532,50
137	1	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40MG COMPRIMIDO BR0267772	OSORIO	Comprimi-do	50000	R$ 0,0460	R$ 2.300,00
140	1	SINVASTATINA 20MG – COMPRIMIDO BR0267747	cimed	Comprimi-do	50000	R$ 0,0730	R$ 3.650,00

Valor Total Homologado - R$ 30.316,70

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 97

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	533	35.250.918/0001-73	0,21	0,175		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	245	61.828.536/0001-94	0,19	0,183	4,57	Sim
3 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	742	02.607.956/0001-81	0,21	0,184	0,55	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	075	60.146.737/0001-49	0,19	0,1884	2,39	Sim
5 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	943	54.843.246/0001-54	0,21	0,21	11,47	Sim
6 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	863	28.643.008/0001-95	0,21	0,21	0,00	Sim
7 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	030	21.438.123/0001-89	0,60	0,32	52,38	Sim

LOTE 17

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	006	35.250.918/0001-73	12,56	11,87		Sim
2 A.D. DAMINELLI LTDA	031	10.749.758/0001-80	12,56	12,56	5,81	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	172	21.438.123/0001-89	40,00	15,78	25,64	Sim

LOTE 40

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	309	35.250.918/0001-73	5,36	5,29		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	014	40.274.237/0001-85	18,00	18,00	240,26	Sim

LOTE 46

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	886	35.250.918/0001-73	2,15	2,069		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	533	33.324.795/0001-42	2,15	2,15	3,86	Sim
3 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	058	33.324.795/0001-42	2,15	2,15	3,86	Sim

LOTE 95

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	332	35.250.918/0001-73	0,22	0,20		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	598	33.324.795/0001-42	0,22	0,20	0,00	Sim
3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	854	35.042.079/0001-06	0,22	0,22	10,00	Sim
4 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	633	02.607.956/0001-81	0,22	0,22	0,00	Sim
5 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	193	61.853.683/0001-14	0,22	0,22	0,00	Sim

LOTE 118

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	547	35.250.918/0001-73	0,52	0,35		Sim
2 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	209	35.042.079/0001-06	0,52	0,38	8,57	Sim
3 R P HOSPITALAR LTDA	145	59.903.312/0001-58	0,41	0,41	7,89	Sim
4 A.D. DAMINELLI LTDA	248	10.749.758/0001-80	0,52	0,52	26,83	Sim

LOTE 131

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	984	35.250.918/0001-73	0,08	0,065		Sim
2 GET MED COMERCIO DE	765	41.836.567/0001-80	0,07	0,07	7,69	Sim
3 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	075	54.843.246/0001-54	0,07	0,07	0,00	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	580	60.146.737/0001-49	0,07	0,07	0,00	Sim
5 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	699	32.743.242/0001-61	0,08	0,076	8,57	Sim
6 2B HOSPITALAR LTDA	959	64.931.216/0001-53	0,08	0,08	5,26	Sim
7 R P HOSPITALAR LTDA	885	59.903.312/0001-58	0,08	0,08	0,00	Sim
8 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	662	43.231.355/0001-02	0,08	0,08	0,00	Sim
9 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	020	28.643.008/0001-95	0,08	0,08	0,00	Sim
10 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	469	35.042.079/0001-06	0,08	0,08	0,00	Sim
11 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	059	61.853.683/0001-14	0,08	0,08	0,00	Sim
12 CLM FARMA COMERCIO E	289	40.274.237/0001-85	2,00	2,00	2400,00	Sim

LOTE 132

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	500	35.250.918/0001-73	3,55	3,55		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	056	40.274.237/0001-85	10,00	10,00	181,69	Sim

LOTE 137

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	464	35.250.918/0001-73	0,05	0,046		Sim
2 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	990	35.042.079/0001-06	0,05	0,05	8,70	Sim
3 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	530	43.231.355/0001-02	0,05	0,05	0,00	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	425	60.146.737/0001-49	0,09	0,09	80,00	Sim

LOTE 140

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	232	35.250.918/0001-73	0,08	0,073		Sim
2 GET MED COMERCIO DE	301	41.836.567/0001-80	0,08	0,08	9,59	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	428	21.438.123/0001-89	0,15	0,08	0,00	Sim
4 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	120	28.643.008/0001-95	0,08	0,08	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C2CB84D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MED OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 54.843.246/0001-54

Lotes: 9, 24, 26, 38, 58, 63, 65, 67, 74 e 148.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
9	1	ÁCIDO VALPRÓICO 50 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL COM COPO DOSADOR OU SERINGA DOSADORA, FRASCO COM 100ML. CÓDIGO BR0308732	HIPOLA-BOR	FRASCO COM 100 ML	600	R$ 6,3900	R$ 3.834,00
24	1	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI, USO INJETÁVEL BR0270612	TEUTO	AMPOLA	500	R$ 5,6900	R$ 2.845,00
26	1	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML BR0268331	HIPOLA-BOR	Frasco	400	R$ 1,1800	R$ 472,00
38	1	CEFALEXINA 500MG BR0267625	TEUTO	CÁPSU-LA	30000	R$ 0,4880	R$ 14.640,00
58	1	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5ML BR0292427	HYPO-FARMA	AMPOLA	1100	R$ 0,7500	R$ 825,00
63	1	DICLOFENACO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3ML BR0271003	hypofarma	AMPOLA	3500	R$ 0,7000	R$ 2.450,00
65	1	DIPIRONA SÓDICA 500MG BR0267203	EMS	Compri-mido	250000	R$ 0,1250	R$ 31.250,00
67	1	EPINEFRINA CLORIDRATO 1MG/ML. USO SOLUÇÃO INJETÁVEL BR0268255	HYPO-FARMA	AMPOLA	300	R$ 0,9700	R$ 291,00
74	1	ESTRIOL CREME 1MG/G . CREME VAGINAL COM APLICADOR. EMBALAGEM COM 50G BR0267208	HIPOLA-BOR	UN	50	R$ 14,0400	R$ 702,00
148	1	TIAMINA 300 MG COMPRIMIDO BR0272341	HIPOLA-BOR	Compri-mido	2500	R$ 0,2580	R$ 645,00

Valor Total Homologado - R$ 57.954,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 97

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	514	54.843.246/0001-54	6,39	6,39		Sim
2 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	004	21.438.123/0001-89	20,00	13,99	118,94	Sim

LOTE 24

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	371	54.843.246/0001-54	6,35	5,69		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	283	61.828.536/0001-94	6,35	5,99	5,27	Sim
3 A.D. DAMINELLI LTDA	098	10.749.758/0001-80	6,35	6,00	0,17	Sim
4 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	962	35.250.918/0001-73	6,35	6,10	1,67	Sim
5 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	815	32.743.242/0001-61	6,35	6,23	2,13	Sim
6 CLM FARMA COMERCIO E	528	40.274.237/0001-85	18,00	18,00	188,92	Sim

LOTE 26

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	724	54.843.246/0001-54	1,22	1,18		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	896	35.250.918/0001-73	1,22	1,22	3,39	Sim

LOTE 38

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	664	54.843.246/0001-54	0,50	0,488		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	559	33.324.795/0001-42	0,50	0,489	0,20	Sim
3 ZAFRA DISTRIBUIDORA DE	837	41.347.974/0001-23	0,50	0,49	0,20	Sim
4 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	386	61.828.536/0001-94	0,50	0,50	2,04	Sim
5 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	052	35.250.918/0001-73	0,50	0,50	0,00	Sim

LOTE 58

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	078	54.843.246/0001-54	0,76	0,75		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	382	61.828.536/0001-94	0,76	0,75	0,00	Sim

LOTE 63

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	575	54.843.246/0001-54	0,76	0,70		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	545	61.828.536/0001-94	0,76	0,72	2,86	Sim

LOTE 65

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	258	54.843.246/0001-54	0,13	0,125		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	340	61.828.536/0001-94	0,13	0,125	0,00	Sim
3 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	987	58.676.108/0001-89	0,13	0,13	4,00	Sim
4 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	954	43.231.355/0001-02	0,14	0,14	7,69	Sim
5 CLM FARMA COMERCIO E	657	40.274.237/0001-85	2,00	2,00	1328,57	Sim

LOTE 148

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	443	54.843.246/0001-54	0,27	0,258		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	437	61.828.536/0001-94	0,26	0,26	0,78	Sim
3 R P HOSPITALAR LTDA	376	59.903.312/0001-58	0,27	0,27	3,85	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2DF43780

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MWC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 61.788.256/0001-08

Lotes: 29 e 70.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
29	1	BUDESONIDA 32MCG/DOSE SPRAY NASAL, FRASCO COM	EMS	Frasco	600	R$ 13,1300	R$ 7.878,00
70	1	ESCITALOPRAM OXALATO, DOSAGEM 10MG. CÓDIGO BR 291770	EMS	Compri-mido	350000	R$ 0,1200	R$ 42.000,00

Valor Total Homologado - R$49.878,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n ° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 29

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 70

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MWC DISTRIBUIDORA DE	122	61.788.256/0001-08	0,16	0,12		Sim

2 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	352	35.042.079/0001-06	0,13	0,13	8,33	Sim
3 R P HOSPITALAR LTDA	272	59.903.312/0001-58	0,13	0,13	0,00	Sim
4 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	726	28.643.008/0001-95	0,16	0,16	23,08	Sim
5 A.D. DAMINELLI LTDA	878	10.749.758/0001-80	0,16	0,16	0,00	Sim
6 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	894	02.607.956/0001-81	0,16	0,16	0,00	Sim
7 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	538	32.743.242/0001-61	0,16	0,16	0,00	Sim
8 NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE	959	61.559.074/0001-57	2,25	1,95	1118,75	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0D555A75

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: NEXXA FARMACÊUTICA LTDA

CNPJ: 61.812.902/0001-17

Lote: 100

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
100	1	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM 500MG - CÓDIGO BR 305270	prati	Compri-mido	1500	R$ 0,7400	R$ 1.110,00

Valor Total Homologado - R$1.110,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 100

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:92DCBFA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 41.141.956/0001-90

Lote: 128

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
128	1	OMEPRAZOL 20MG - COMPRIMIDO BR0267712	GLOBO	Compri-mido	250000	R$ 0,0600	R$ 15.000,00

Valor Total Homologado - R$15.000,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE	674	41.141.956/0001-90	0,09	0,06		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	192	61.828.536/0001-94	0,07	0,065	8,33	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	590	60.146.737/0001-49	0,07	0,066	1,54	Sim
4 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	779	54.843.246/0001-54	0,07	0,07	6,06	Sim
5 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	796	61.812.902/0001-17	0,07	0,07	0,00	Sim
6 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	907	14.595.725/0001-84	0,08	0,08	14,29	Sim
7 GET MED COMERCIO DE	447	41.836.567/0001-80	0,08	0,08	0,00	Sim
8 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	384	35.250.918/0001-73	0,08	0,08	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9A43D04D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA

CNPJ: 61.828.536/0001-94

Lotes: 18, 20 23, 32, 41, 42, 43, 49, 54, 55, 60, 61, 64, 77, 78, 82, 85, 87, 92, 108, 120, 129, 133, 134 e 139.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
18	1	ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM 5 MG BR0272434	GEOLAB	Compri-mido	50000	R$ 0,0280	R$ 1.400,00
20	1	AZITROMICINA 500 MG BR0267140	PHARLAB	Compri-mido	9000	R$ 0,7000	R$ 6.300,00
23	1	BENZIPENICILINA BENZATINA 600.000 UI, USO INJETÁVEL BR0270613	TEUTO	AMPOLA	200	R$ 5,9900	R$ 1.198,00
32	1	CARBAMAZEPINA 200MG. BR0267618	HIPOLA-BOR	Compri-mido	120000	R$ 0,1380	R$ 16.560,00
41	1	CETOPROFENO 100MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA BR0448844	UNIAO QUIMICA	AMPOLA	300	R$ 3,0900	R$ 927,00
42	1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500 MG BR0267632	PRATI DONA-DUZZI	Compri-mido	15000	R$ 0,2100	R$ 3.150,00
43	1	CLARITROMICINA 500 MG BR0268439	PHARLAB	Compri-mido	3500	R$ 1,4500	R$ 5.075,00
49	1	CLORPROMAZINA 100 MG BR0267638	UNIAO QUIMICA	Compri-mido	35000	R$ 0,2900	R$ 10.150,00
54	1	COMPLEXO VITAMÍNICO INJETÁVEL COMPOSTO DE CLORIDRATO DE TIAMINA (VIT. B1) 4 MG + FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA (VIT. B2) 1 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VIT. B6) 2 MG+ NICOTINAMIDA (VIT. B3) 20 MG + DEXPANTENOL (PRO-VIT. B5)3 MG EM CADA ML - AMPOLA COM 2ML BR 363088	HYPO-FARMA	AMPOLA	2000	R$ 0,9100	R$ 1.820,00
55	1	DEXAMETASONA 0,1% CREME BISNAGA 10G BR0267643	HIPOLA-BOR	BISNAGA	2000	R$ 1,5600	R$ 3.120,00
60	1	DIAZEPAM 5 MG COMP BR0267195	SANTISA	Compri-mido	50000	R$ 0,0400	R$ 2.000,00
61	1	DIAZEPAM 10MG BR0267197	SANTISA	Compri-mido	50000	R$ 0,0400	R$ 2.000,00
64	1	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 10ML BR0267205	FARMACE	Frasco	2500	R$ 1,1600	R$ 2.900,00
77	1	FENITOINA 100MG – COMPRIMIDO BR0267657	HIPOLA-BOR	Compri-mido	17000	R$ 0,1350	R$ 2.295,00
78	1	FENOBARBITAL 100MG – COMPRIMIDO BR0267660	UNIAO QUIMICA	Compri-mido	24000	R$ 0,1650	R$ 3.960,00
82	1	FUROSEMIDA 40MG - COMPRIMIDO BR0267663	HIPOLA-BOR	Compri-mido	50000	R$ 0,0500	R$ 2.500,00
85	1	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML - INJETAVEL AMPOLA 1ML BR0292194	UNIAO QUIMICA	AMPOLA C/1 ML	1100	R$ 4,3900	R$ 4.829,00
87	1	HALOPERIDOL 5MG - COMPRIMIDO BR0267669	UNIAO QUIMICA	Compri-mido	17000	R$ 0,0900	R$ 1.530,00
92	1	HIDROCORTISONA 500MG - FRASCO AMPOLA BR0270219	BLAU	AMPOLA	200	R$ 4,5000	R$ 900,00
108	1	LIDOCAINA GEL ANESTESICO 2% - BISNAGA 30G BR0269846	PHARLAB	BISNAGA	200	R$ 3,8500	R$ 770,00
120	1	METRONIDAZOL 500MG/5G - GELEIA VAGINAL TUBO COM 50G, CAIXA COM NO MÍNIMO 7 APLICADORES BR0372335	PRATI DONA-DUZZI	Tubo	200	R$ 6,0000	R$ 1.200,00
129	1	OMEPRAZOL 40 MG INJETÁVEL FRASCO AMPOLA COM PÓ MAIS AMPOLA COM DILUENTE BR0268160	BLAU	AMPOLA	200	R$ 6,9600	R$ 1.392,00
133	1	PREDNISONA 5MG - COMPRIMIDO BR0267741	HIPOLA-BOR	Compri-mido	10000	R$ 0,0600	R$ 600,00
134	1	PREDNISONA 20MG - COMPRIMIDO BR0267743	HIPOLA-BOR	Compri-mido	20000	R$ 0,1400	R$ 2.800,00
139	1	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM 50MG - CÓD BR 272365	PRATI DONA-DUZZI	Comprimido	350000	R$ 0,1100	R$ 38.500,00

Valor Total Homologado - R$117.876,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 18

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	376	61.828.536/0001-94	0,03	0,028		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	383	35.250.918/0001-73	0,03	0,029	3,57	Sim
3 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	406	43.231.355/0001-02	0,035	0,03	3,45	Sim
4 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	110	35.042.079/0001-06	0,03	0,03	0,00	Sim
5 GET MED COMERCIO DE	130	41.836.567/0001-80	0,03	0,03	0,00	Sim
6 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	856	28.643.008/0001-95	0,03	0,03	0,00	Sim
7 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	533	32.743.242/0001-61	0,04	0,037	23,33	Sim
8 DIFE DISTRIBUIDORA DE	039	10.566.711/0001-81	0,04	0,04	8,11	Sim
9 R P HOSPITALAR LTDA	564	59.903.312/0001-58	0,04	0,04	0,00	Sim
10 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	551	14.595.725/0001-84	0,04	0,04	0,00	Sim

LOTE 20

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	989	61.828.536/0001-94	0,81	0,70		Sim
2 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	291	60.146.737/0001-49	0,81	0,7257	3,67	Sim
3 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	290	54.843.246/0001-54	0,81	0,76	4,73	Sim

LOTE 23

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	125	61.828.536/0001-94	6,66	5,99		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	405	54.843.246/0001-54	6,66	6,04	0,83	Sim
3 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	001	32.743.242/0001-61	6,66	6,659	10,25	Sim
4 CLM FARMA COMERCIO E	359	40.274.237/0001-85	21,00	21,00	215,36	Sim

LOTE 32

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	609	61.828.536/0001-94	0,14	0,138		Sim
2 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	619	61.812.902/0001-17	0,16	0,16	15,94	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	838	35.250.918/0001-73	0,17	0,168	5,00	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	946	60.146.737/0001-49	0,17	0,17	1,19	Sim
5 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	903	61.853.683/0001-14	0,19	0,18	5,88	Sim
6 ITAMARATY CARE LTDA	085	58.489.781/0001-00	0,19	0,18	0,00	Sim
7 A.D. DAMINELLI LTDA	692	10.749.758/0001-80	0,19	0,185	2,78	Sim
8 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	464	58.676.108/0001-89	0,19	0,19	2,70	Sim
9 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	294	02.607.956/0001-81	0,19	0,19	0,00	Sim
10 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	823	54.843.246/0001-54	0,19	0,19	0,00	Sim
11 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	641	28.643.008/0001-95	0,19	0,19	0,00	Sim
12 ZAFRA DISTRIBUIDORA DE	695	41.347.974/0001-23	0,19	0,19	0,00	Sim

LOTE 41

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	721	61.828.536/0001-94	3,38	3,09		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	692	54.843.246/0001-54	3,38	3,23	4,53	Sim
3 CLM FARMA COMERCIO E	197	40.274.237/0001-85	10,00	4,06	25,70	Sim
4 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	022	02.607.956/0001-81	6,90	6,90	69,95	Sim

LOTE 42

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	630	61.828.536/0001-94	0,21	0,21		Sim
2 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	292	28.643.008/0001-95	0,21	0,21	0,00	Sim
3 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	191	54.843.246/0001-54	0,21	0,21	0,00	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	167	60.146.737/0001-49	0,60	0,60	185,71	Sim

LOTE 43

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	810	61.828.536/0001-94	1,61	1,45		Sim
2 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	937	60.146.737/0001-49	1,60	1,51	4,14	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	719	21.438.123/0001-89	7,00	5,96	294,70	Sim

LOTE 49

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	197	61.828.536/0001-94	0,29	0,29		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	222	33.324.795/0001-42	0,32	0,307	5,86	Sim
3 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	936	02.607.956/0001-81	0,45	0,45	46,58	Sim
4 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	909	58.676.108/0001-89	0,70	0,70	55,56	Sim

LOTE 54

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	396	61.828.536/0001-94	1,08	0,91		Sim
2 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	240	60.146.737/0001-49	1,07	0,94	3,30	Sim
3 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	645	54.843.246/0001-54	1,08	0,99	5,32	Sim
4 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	292	14.595.725/0001-84	1,08	1,04	5,05	Sim
5 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	121	32.743.242/0001-61	1,08	1,079	3,75	Sim
6 R P HOSPITALAR LTDA	678	59.903.312/0001-58	1,08	1,08	0,09	Sim
7 CLM FARMA COMERCIO E	527	40.274.237/0001-85	3,00	3,00	177,78	Sim

LOTE 55

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	147	61.828.536/0001-94	1,75	1,56		Sim
2 ITAMARATY CARE LTDA	543	58.489.781/0001-00	1,75	1,58	1,28	Sim

LOTE 60

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	588	61.828.536/0001-94	0,04	0,04		Sim
2 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	168	60.146.737/0001-49	0,08	0,0437	9,25	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	915	35.250.918/0001-73	0,05	0,047	7,55	Sim
4 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	709	43.231.355/0001-02	0,05	0,05	6,38	Sim
5 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	124	61.812.902/0001-17	0,05	0,05	0,00	Sim
6 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	375	02.607.956/0001-81	0,05	0,05	0,00	Sim
7 2B HOSPITALAR LTDA	449	64.931.216/0001-53	0,05	0,05	0,00	Sim
8 R P HOSPITALAR LTDA	256	59.903.312/0001-58	0,05	0,05	0,00	Sim
9 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	048	35.042.079/0001-06	0,05	0,05	0,00	Sim
10 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	602	14.595.725/0001-84	0,05	0,05	0,00	Sim
11 CLM FARMA COMERCIO E	457	40.274.237/0001-85	2,00	0,07	40,00	Sim

LOTE 61

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	342	61.828.536/0001-94	0,04	0,04		Sim
2 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	254	60.146.737/0001-49	0,08	0,0437	9,25	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	489	35.250.918/0001-73	0,05	0,047	7,55	Sim
4 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	733	14.595.725/0001-84	0,05	0,05	6,38	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	715	02.607.956/0001-81	0,05	0,05	0,00	Sim
6 R P HOSPITALAR LTDA	546	59.903.312/0001-58	0,05	0,05	0,00	Sim
7 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	502	35.042.079/0001-06	0,05	0,05	0,00	Sim
8 ITAMARATY CARE LTDA	034	58.489.781/0001-00	0,05	0,05	0,00	Sim
9 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	929	43.231.355/0001-02	0,05	0,05	0,00	Sim
10 CLM FARMA COMERCIO E	466	40.274.237/0001-85	2,00	0,07	40,00	Sim

LOTE 64

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	128	61.828.536/0001-94	1,20	1,16		Sim
2 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	813	61.812.902/0001-17	1,20	1,20	3,45	Sim

LOTE 77

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	147	61.828.536/0001-94	0,14	0,135		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	475	33.324.795/0001-42	0,16	0,14	3,70	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	715	35.250.918/0001-73	0,16	0,14	0,00	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	963	60.146.737/0001-49	0,15	0,1451	3,64	Sim
5 A.D. DAMINELLI LTDA	015	10.749.758/0001-80	0,16	0,15	3,38	Sim
6 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	903	61.812.902/0001-17	0,16	0,16	6,67	Sim
7 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	906	35.042.079/0001-06	0,16	0,16	0,00	Sim
8 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	371	43.231.355/0001-02	0,16	0,16	0,00	Sim
9 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	253	58.676.108/0001-89	0,35	0,19	18,75	Sim

LOTE 78

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	208	61.828.536/0001-94	0,17	0,165		Sim
2 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	730	58.676.108/0001-89	0,20	0,1755	6,36	Sim
3 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	952	33.324.795/0001-42	0,20	0,189	7,69	Sim
4 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	492	35.042.079/0001-06	0,19	0,19	0,53	Sim
5 ZAFRA DISTRIBUIDORA DE	226	41.347.974/0001-23	0,20	0,20	5,26	Sim
6 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	750	02.607.956/0001-81	0,20	0,20	0,00	Sim

LOTE 82

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	687	61.828.536/0001-94	0,05	0,05		Sim
2 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	819	28.643.008/0001-95	0,06	0,06	20,00	Sim
3 2B HOSPITALAR LTDA	750	64.931.216/0001-53	0,08	0,06	0,00	Sim
4 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	854	43.231.355/0001-02	0,07	0,07	16,67	Sim
5 R P HOSPITALAR LTDA	816	59.903.312/0001-58	0,07	0,07	0,00	Sim
6 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	541	61.853.683/0001-14	0,07	0,07	0,00	Sim
7 GET MED COMERCIO DE	764	41.836.567/0001-80	0,07	0,07	0,00	Sim
8 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	914	35.042.079/0001-06	0,07	0,07	0,00	Sim
9 CLM FARMA COMERCIO E	245	40.274.237/0001-85	2,00	0,0742	6,00	Sim
10 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	922	32.743.242/0001-61	0,08	0,075	1,08	Sim
11 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	645	14.595.725/0001-84	0,08	0,08	6,67	Sim
12 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	903	02.607.956/0001-81	0,08	0,08	0,00	Sim

LOTE 85

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	101	61.828.536/0001-94	5,43	4,39		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	325	54.843.246/0001-54	5,43	4,89	11,39	Sim
3 CLM FARMA COMERCIO E	693	40.274.237/0001-85	18,00	5,32	8,79	Sim
4 DIFE DISTRIBUIDORA DE	062	10.566.711/0001-81	5,43	5,42	1,88	Sim

LOTE 87

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	393	61.828.536/0001-94	0,09	0,09		Sim
2 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	569	58.676.108/0001-89	0,15	0,13	44,44	Sim
3 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	516	02.607.956/0001-81	0,15	0,15	15,38	Sim

LOTE 92

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	367	61.828.536/0001-94	4,96	4,50		Sim
2 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	461	32.743.242/0001-61	4,96	4,88	8,44	Sim
3 A.D. DAMINELLI LTDA	363	10.749.758/0001-80	4,96	4,93	1,02	Sim
4 CLM FARMA COMERCIO E	975	40.274.237/0001-85	18,00	18,00	265,11	Sim

LOTE 108

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	977	61.828.536/0001-94	4,27	3,85		Sim
2 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	005	28.643.008/0001-95	4,27	4,20	9,09	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	412	10.566.711/0001-81	4,27	4,26	1,43	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	425	32.743.242/0001-61	4,27	4,27	0,23	Sim

LOTE 120

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	609	61.828.536/0001-94	6,40	6,00		Sim
2 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	406	48.885.640/0001-52	6,40	6,40	6,67	Sim
3 CLM FARMA COMERCIO E	120	40.274.237/0001-85	21,00	7,28	13,75	Sim
4 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	522	60.146.737/0001-49	25,00	15,0543	106,79	Sim

LOTE 129

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	067	61.828.536/0001-94	7,67	6,96		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	254	54.843.246/0001-54	7,67	6,99	0,43	Sim
3 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	825	33.324.795/0001-42	7,67	6,99	0,00	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	964	32.743.242/0001-61	7,67	7,66	9,59	Sim
5 CLM FARMA COMERCIO E	114	40.274.237/0001-85	30,00	30,00	291,64	Sim

LOTE 133

		CLASSIFICAÇÃO				

Razão Social Num		Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	976	61.828.536/0001-94	0,06	0,06		Sim
2 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	733	33.324.795/0001-42	0,13	0,07	16,67	Sim
3 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	379	28.643.008/0001-95	0,07	0,07	0,00	Sim
4 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	602	61.853.683/0001-14	0,08	0,08	14,29	Sim
5 GET MED COMERCIO DE	752	41.836.567/0001-80	0,08	0,08	0,00	Sim
6 CLM FARMA COMERCIO E	283	40.274.237/0001-85	2,00	0,084	5,00	Sim
7 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	340	35.042.079/0001-06	0,09	0,09	7,14	Sim
8 R P HOSPITALAR LTDA	383	59.903.312/0001-58	0,11	0,11	22,22	Sim
9 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	127	35.250.918/0001-73	0,13	0,13	18,18	Sim
10 ITAMARATY CARE LTDA	567	58.489.781/0001-00	0,13	0,13	0,00	Sim

LOTE 134

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	744	61.828.536/0001-94	0,14	0,14		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	413	35.250.918/0001-73	0,20	0,15	7,14	Sim
3 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	836	33.324.795/0001-42	0,20	0,153	2,00	Sim
4 R P HOSPITALAR LTDA	395	59.903.312/0001-58	0,16	0,16	4,58	Sim
5 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	976	28.643.008/0001-95	0,16	0,16	0,00	Sim
6 2B HOSPITALAR LTDA	148	64.931.216/0001-53	0,20	0,17	6,25	Sim
7 GET MED COMERCIO DE	320	41.836.567/0001-80	0,18	0,18	5,88	Sim
8 A.D. DAMINELLI LTDA	408	10.749.758/0001-80	0,20	0,20	11,11	Sim
9 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	328	61.853.683/0001-14	0,20	0,20	0,00	Sim
10 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	125	35.042.079/0001-06	0,20	0,20	0,00	Sim
11 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	035	02.607.956/0001-81	0,20	0,20	0,00	Sim
12 CLM FARMA COMERCIO E	735	40.274.237/0001-85	2,00	2,00	900,00	Sim

LOTE 139

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	415	61.828.536/0001-94	0,11	0,11		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	661	54.843.246/0001-54	0,12	0,12	9,09	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	714	35.250.918/0001-73	0,12	0,12	0,00	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	656	32.743.242/0001-61	0,12	0,12	0,00	Sim
5 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	079	14.595.725/0001-84	0,12	0,12	0,00	Sim
6 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	080	58.676.108/0001-89	0,18	0,18	50,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:AE10F7D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.324.795/0001-42

Lotes: 72, 80, 81, 126, 127 e 130.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
72	1	ESPIRONOLACTONA 25MG - COMPRIMIDO BR0267653	EMS	Comprimido	50000	R$ 0,1890	R$ 9.450,00
80	1	FENOBARBITAL 100MG/ML AMPOLA 2ML	CRISTALIA	AMPOLA	200	R$ 3,1000	R$ 620,00
81	1	FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG - CÁPSULA BR0273009	HIPOLA-BOR	CÁPSULA	200000	R$ 0,0600	R$ 12.000,00
126	1	NITROFURANTOINA 100MG - CAPSULA BR0268273	TEUTO	CÁPSULA	15000	R$ 0,2890	R$ 4.335,00
127	1	NORTRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO BR0271606	TEUTO	Compri-mido	30000	R$ 0,2400	R$ 7.200,00
130	1	ONDANSETRONA 4MG COMPRIMIDO BR0268506	BIOLAB	Compri-mido	20000	R$ 0,2200	R$ 4.400,00

Valor Total Homologado - R$38.005,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo

de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n°18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 127.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 72

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	472	33.324.795/0001-42	0,21	0,189		Sim
2 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	927	02.607.956/0001-81	0,21	0,19	0,53	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	419	35.250.918/0001-73	0,21	0,20	5,26	Sim
4 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	683	48.885.640/0001-52	0,21	0,21	5,00	Sim

LOTE 80

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	866	33.324.795/0001-42	3,42	3,10		Sim
2 DIFE DISTRIBUIDORA DE	093	10.566.711/0001-81	3,42	3,41	10,00	Sim
3 G.GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS	572	30.090.371/0001-72	3,42	3,42	0,29	Sim

LOTE 81

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	670	33.324.795/0001-42	0,08	0,06		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	218	54.843.246/0001-54	0,06	0,06	0,00	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	263	35.250.918/0001-73	0,08	0,069	15,00	Sim
4 2B HOSPITALAR LTDA	379	64.931.216/0001-53	0,08	0,07	1,45	Sim
5 ITAMARATY CARE LTDA	728	58.489.781/0001-00	0,08	0,07	0,00	Sim
6 CLM FARMA COMERCIO E	339	40.274.237/0001-85	2,00	0,07	0,00	Sim
7 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	417	28.643.008/0001-95	0,08	0,08	14,29	Sim
8 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	651	61.853.683/0001-14	0,08	0,08	0,00	Sim
9 DIFE DISTRIBUIDORA DE	601	10.566.711/0001-81	0,08	0,08	0,00	Sim
10 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	423	35.042.079/0001-06	0,08	0,08	0,00	Sim

11 R P HOSPITALAR LTDA	857	59.903.312/0001-58	0,08	0,08	0,00	Sim
12 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	813	60.146.737/0001-49	0,14	0,14	75,00	Sim

LOTE 126

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	242	33.324.795/0001-42	0,38	0,289		Sim
2 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	817	58.676.108/0001-89	0,38	0,30	3,81	Sim
3 ITAMARATY CARE LTDA	873	58.489.781/0001-00	0,38	0,33	10,00	Sim
4 NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	192	61.812.902/0001-17	0,35	0,35	6,06	Sim
5 PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE	668	41.141.956/0001-90	0,38	0,35	0,00	Sim
6 A.D. DAMINELLI LTDA	591	10.749.758/0001-80	0,38	0,359	2,57	Sim
7 DIFE DISTRIBUIDORA DE	191	10.566.711/0001-81	0,38	0,36	0,28	Sim
8 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	522	32.743.242/0001-61	0,38	0,379	5,28	Sim

LOTE 130

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	620	33.324.795/0001-42	0,30	0,22		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	348	35.250.918/0001-73	0,30	0,25	13,64	Sim
3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	607	35.042.079/0001-06	0,26	0,26	4,00	Sim
4 CLM FARMA COMERCIO E	972	40.274.237/0001-85	2,00	0,266	2,31	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	191	02.607.956/0001-81	0,30	0,29	9,02	Sim
6 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	009	48.885.640/0001-52	0,30	0,30	3,45	Sim
7 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	718	28.643.008/0001-95	0,30	0,30	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:09F31340

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ: 35.042.079/0001-06

Lotes: 3, 47, 56, 116, 119, 143 e 151.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	1	ACICLOVIR 50 MG/G CREME TUBO 10G. CÓDIGO BR0268375	cimed	TUBO C/10g	200	R$ 2,7500	R$ 550,00
47	1	CLOPIDOGREL, DOSAGEM 75MG	aurobindo	Compri-mido	1000	R$ 0,3000	R$ 300,00
56	1	DEXAMETASONA 0,1MG/ML ELIXIR FRASCO 120ML, BR0631127	farmace	FRASCO COM 120 ML	120	R$ 2,5700	R$ 308,40
115	1	METOCLOPRAMIDA 10MG - COMPRIMIDO BR0267312	belfar	Compri-mido	18000	R$ 0,0600	R$ 1.080,00
119	1	METRONIDAZOL 250MG – COMPRIMIDO BR0267717	prati	Compri-mido	10000	R$ 0,1800	R$ 1.800,00
143	1	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG - COMPRIMIDO BR0308882	belfar	Compri-mido	10000	R$ 0,1600	R$ 1.600,00
151	1	VARFARINA 5MG COMPRIMIDO BR0279269	fqm	Compri-mido	8000	R$ 0,1600	R$ 1.280,00

Valor Total Homologado - R$6.918,40

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 56 e 116.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	387	35.042.079/0001-06	2,80	2,75		Sim
2 A.D. DAMINELLI LTDA	573	10.749.758/0001-80	2,82	2,76	0,36	Sim
3 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	086	28.643.008/0001-95	2,82	2,82	2,17	Sim

LOTE 47

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	659	35.042.079/0001-06	0,35	0,30		Sim
2 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	622	21.438.123/0001-89	0,60	0,32	6,67	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	664	10.566.711/0001-81	0,35	0,35	9,38	Sim

LOTE 119

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	104	35.042.079/0001-06	0,18	0,18		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	364	61.828.536/0001-94	0,19	0,1875	4,17	Sim
3 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	664	43.231.355/0001-02	0,19	0,19	1,33	Sim
4 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	890	48.885.640/0001-52	0,19	0,19	0,00	Sim
5 A.D. DAMINELLI LTDA	632	10.749.758/0001-80	0,19	0,19	0,00	Sim

LOTE 143

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	110	35.042.079/0001-06	0,21	0,16		Sim
2 GET MED COMERCIO DE	856	41.836.567/0001-80	0,18	0,18	12,50	Sim
3 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	307	61.828.536/0001-94	0,18	0,18	0,00	Sim
4 A.D. DAMINELLI LTDA	443	10.749.758/0001-80	0,21	0,189	5,00	Sim
5 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	836	35.250.918/0001-73	0,21	0,191	1,06	Sim
6 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	273	61.853.683/0001-14	0,21	0,21	9,95	Sim
7 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	202	48.885.640/0001-52	0,21	0,21	0,00	Sim

8 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	197	60.146.737/0001-49	0,27	0,27	28,57	Sim

LOTE 151

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	827	35.042.079/0001-06	0,16	0,16		Sim
2 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	948	61.853.683/0001-14	0,23	0,23	43,75	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	255	10.566.711/0001-81	0,23	0,23	0,00	Sim
4 NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE	043	61.559.074/0001-57	0,44	0,44	91,30	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:3539223A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 28.643.008/0001-95

Lotes: 1, 13, 59, 68, 69, 84, 98, 109 e 110.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	ACETATO DE BETAMETASONA ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM: 3+3MG/ML, USO: INJETÁVEL. CÓDIGO BR0270597	COSMED	AMPOLA C/1 ML	70	R$ 8,0000	R$ 560,00
13	1	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM 25 MG. CÓDIGO BR0267512	BRAIN-FARMA	Compri-mido	200000	R$ 0,0400	R$ 8.000,00
59	1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2MG BR0267645	BRAIN-FARMA	Compri-mido	8000	R$ 0,0500	R$ 400,00
68	1	ENALAPRIL MALEATO 10MG BR0267651	ONE FARMA	Compri-mido	50000	R$ 0,0400	R$ 2.000,00
69	1	ENALAPRIL MALEATO 20MG BR0267652	ONE FARMA	Compri-mido	180000	R$ 0,0600	R$ 10.800,00
84	1	GLICLAZIDA 30MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO	TORRENT	Compri-mido	200000	R$ 0,1500	R$ 30.000,00

		PROLONGADA BR0442754					
98	1	LACTULOSE XAROPE 667MG/ML FRASCO 120ML*VEDADO PARA PRODUTOS REGISTRADOS COMO SUPLEMENTOS ALIMENTARES. REGISTRO NA ANVISA: ESTE PRODUTO DEVE ESTAR OBRIGATORIAMENTE REGISTRADO COMO MEDICAMENTO.	SANTISA	Frasco	500	R$ 10,9400	R$ 5.470,00
109	1	LORATADINA 10MG - COMPRIMIDO BR0273466	BRAIN-FARMA	Compri-mido	35000	R$ 0,0700	R$ 2.450,00
110	1	LORATADINA 5MG/5ML - SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 100ML BR0273467	CIMED	FRASCO	700	R$ 3,0700	R$ 2.149,00

Valor Total Homologado - R$ 61.829,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, no lote: 68

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	968	28.643.008/0001-95	8,45	8,00		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	421	40.274.237/0001-85	30,00	8,12	1,50	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	510	10.566.711/0001-81	8,45	8,14	0,25	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	398	32.743.242/0001-61	8,45	8,45	3,81	Sim

LOTE 13

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	053	28.643.008/0001-95	0,04	0,04		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	353	35.250.918/0001-73	0,05	0,042	5,00	Sim
3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	529	35.042.079/0001-06	0,05	0,05	19,05	Sim
4 2B HOSPITALAR LTDA	928	64.931.216/0001-53	0,05	0,05	0,00	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	282	02.607.956/0001-81	0,05	0,05	0,00	Sim

LOTE 59

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	434	28.643.008/0001-95	0,05	0,05		Sim
2 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	131	35.250.918/0001-73	0,06	0,058	16,00	Sim
3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	784	35.042.079/0001-06	0,06	0,06	3,45	Sim
4 R P HOSPITALAR LTDA	828	59.903.312/0001-58	0,07	0,07	16,67	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	243	02.607.956/0001-81	0,07	0,07	0,00	Sim

LOTE 69

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	144	28.643.008/0001-95	0,06	0,06		Sim
2 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	944	54.843.246/0001-54	0,06	0,06	0,00	Sim
3 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	012	60.146.737/0001-49	0,10	0,10	66,67	Sim

LOTE 84

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	470	28.643.008/0001-95	0,17	0,15		Sim
2 MWC DISTRIBUIDORA DE	633	61.788.256/0001-08	0,17	0,15	0,00	Sim

3 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	306	35.042.079/0001-06	0,16	0,16	6,67	Sim
4 PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	965	33.324.795/0001-42	0,17	0,168	5,00	Sim
5 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	034	02.607.956/0001-81	0,25	0,25	48,81	Sim

LOTE 98

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	315	28.643.008/0001-95	10,94	10,94		Sim
2 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	018	14.595.725/0001-84	10,94	10,94	0,00	Sim
3 BR SUL DISTRIBUIDORA DE	628	21.438.123/0001-89	30,00	13,77	25,87	Sim

LOTE 109

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	890	28.643.008/0001-95	0,07	0,07		Sim
2 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	237	35.042.079/0001-06	0,08	0,08	14,29	Sim
3 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	535	61.828.536/0001-94	0,08	0,08	0,00	Sim
4 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	680	61.853.683/0001-14	0,09	0,09	12,50	Sim
5 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	987	43.231.355/0001-02	0,09	0,09	0,00	Sim
6 NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS	396	14.595.725/0001-84	0,10	0,10	11,11	Sim
7 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	766	35.250.918/0001-73	0,10	0,10	0,00	Sim
8 ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS	195	02.607.956/0001-81	0,10	0,10	0,00	Sim

LOTE 110

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	738	28.643.008/0001-95	3,07	3,07		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	571	40.274.237/0001-85	10,00	10,00	225,73	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2DCCD373

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026**, **processo administrativo nº 3786/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Medicamentos I.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 60.146.737/0001-49

Lotes: 15, 113, 114 e 138.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
15	1	AMOXICILINA 500MG BR0271089	UNICHEM	CÁPSULA	35000	R$ 0,1814	R$ 6.349,00
113	1	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO BR0267690	VITA-MEDIC	Compri-mido	50000	R$ 0,1099	R$ 5.495,00
114	1	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG COMPRIMIDO BR0267691	VITA-MEDIC	Compri-mido	50000	R$ 0,1136	R$ 5.680,00
138	1	SALBUTAMOL SULFATO 100MCG/DOSE AEROSOL COM ESPAÇADOR FRASCO COM 200 DOSES BR0294887	PHAR-MASCIENCE	Frasco	200	R$ 9,6800	R$ 1.936,00

Valor Total Homologado - R$ 19.460,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.3 Os medicamentos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

2.2.4 A transportadora contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, manuseio e transporte durante todo o percurso, observando as exigências de conservação e controle de temperatura aplicáveis a cada produto, de modo a assegurar a integridade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos até a efetiva entrega ao destinatário.

2.2.5 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do município antes que ocorra a entrega.

2.2.6 Os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével.

2.2.7 Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.

2.2.8 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.9 Demonstração expressa da dedução do valor correspondente a isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do convênio ICMS CONFAZ nº 87/2002, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

2.2.10 A nota fiscal deve conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13º inciso VIII e X, da portaria ANVISA 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução da ANVISA RDC 320/2002;

2.2.11 Conforme RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 01/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - Publicada na edição n° 2025 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 26/03/2019. Será exigido dos fornecedores o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. O fornecedor deverá comprovar mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos da nota fiscal eletrônica NFe, modelo 55, o não cumprimento desta exigência implicará em não recebimento do medicamento junto a Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.2.12 Não será permitido adesão de ata para outros municípios.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**:

Farmácia Publica Central

Av. XV de novembro, nº 791, centro

Horário da Entrega:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Telefone para contato:

(42) 3909-5076

Responsáveis pelo recebimento:

Rafaela Wiegand Furmam e/ou Jaqueline Mioduski e/ou Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Rafaela Wiegand Furmam – titular;

Bruna Fernanda Venc dos Santos – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Rafaela Wiegand Furmam

Fiscal de Contrato

_____

Bruna Fernanda Venc dos Santos

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 15

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	968	28.643.008/0001-95	8,45	8,00		Sim
2 CLM FARMA COMERCIO E	421	40.274.237/0001-85	30,00	8,12	1,50	Sim
3 DIFE DISTRIBUIDORA DE	510	10.566.711/0001-81	8,45	8,14	0,25	Sim
4 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	398	32.743.242/0001-61	8,45	8,45	3,81	Sim

LOTE 113

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	130	60.146.737/0001-49	0,12	0,1099		Sim
2 DIFE DISTRIBUIDORA DE	642	10.566.711/0001-81	0,15	0,11	0,09	Sim
3 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	078	61.828.536/0001-94	0,12	0,116	5,45	Sim
4 GET MED COMERCIO DE	294	41.836.567/0001-80	0,12	0,12	3,45	Sim
5 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	207	54.843.246/0001-54	0,13	0,13	8,33	Sim
6 2B HOSPITALAR LTDA	984	64.931.216/0001-53	0,15	0,13	0,00	Sim
7 R P HOSPITALAR LTDA	427	59.903.312/0001-58	0,13	0,13	0,00	Sim
8 ITAMARATY CARE LTDA	665	58.489.781/0001-00	0,15	0,14	7,69	Sim
9 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	228	32.743.242/0001-61	0,15	0,149	6,43	Sim
10 RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	328	35.042.079/0001-06	0,15	0,15	0,67	Sim
11 FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	261	48.885.640/0001-52	0,15	0,15	0,00	Sim
12 SANTO REMEDIO COMERCIO DE	345	28.643.008/0001-95	0,15	0,15	0,00	Sim
13 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	590	35.250.918/0001-73	0,15	0,15	0,00	Sim
14 BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA	781	61.853.683/0001-14	0,15	0,15	0,00	Sim

LOTE 114

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	466	60.146.737/0001-49	0,12	0,1136		Sim
2 OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	149	61.828.536/0001-94	0,12	0,1188	4,58	Sim
3 GET MED COMERCIO DE	768	41.836.567/0001-80	0,12	0,12	1,01	Sim
4 MED OESTE DISTRIBUIDORA DE	869	54.843.246/0001-54	0,13	0,13	8,33	Sim
5 MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE	792	43.231.355/0001-02	0,15	0,15	15,38	Sim
6 R P HOSPITALAR LTDA	323	59.903.312/0001-58	0,15	0,15	0,00	Sim

LOTE 138

	CLASSIFICAÇÃO	

Razão Social Num		Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	085	60.146.737/0001-49	10,60	9,68		Sim
2 CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E	332	32.743.242/0001-61	10,61	10,609	9,60	Sim
3 L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA	257	35.250.918/0001-73	10,61	10,61	0,01	Sim
4 PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE	343	41.141.956/0001-90	19,90	19,90	87,56	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:203BBBDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 73/2026**, **processo administrativo nº 6650/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços visando a realização de Exame de Eletrocardiograma com Laudo para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira. .

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: OLAVO VIDAL CORREIA FILHO & CIA LTDA

CNPJ: 10.792.387/0003-81

Lote	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO	SERVIÇO	UNIDADE	500	R$ 45,00	R$ 22.500,00

Valor Total Homologado – R$ 22.500,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.1.1. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.1.2 Os exames de eletrocardiograma com emissão de laudo serão realizados mediante solicitação e/ou autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a demanda dos serviços de saúde do Município;

2.1.3. A Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os equipamentos, materiais insumos, acessórios e demais recursos necessários para a adequada realização dos exames e emissão dos respectivos laudos;

2.1.4. Os insumos necessários à realização dos exames, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada;

2.1.5. Havendo necessidade de manutenção corretiva dos equipamentos, a Contratada deverá providenciar o reparo ou a substituição do equipamento no menor prazo possível, não excedendo 02 (dois) dias úteis, de modo a evitar a paralisação ou prejuízo ao atendimento dos usuários;

2.1.6. A Contratada deverá realizar os exames por meio de profissionais devidamente habilitados, observando as normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis;

2.1.7. A Contratada deverá possuir e disponibilizar local de atendimento situado na sede do Município de Palmeira/PR, devidamente adequado para a realização dos exames, observadas as normas sanitárias e demais regulamentações aplicáveis;

2.1.8. Caso seja constatada irregularidade, falha técnica ou inadequação na realização do exame ou na emissão do respectivo laudo, a Contratada deverá corigir a irregularidade ou refazer o exame, quando necessário, imediatamente e às suas expensas, sem qualquer ônus para o Município.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 A licitante deverá possuir estabelecimento no Município de Palmeira/PR, devidamente regularizado perante os órgãos competentes e apto à prestação dos serviços objeto da contratação.

2.3.2. Os exames de eletrocardiograma deverão ser realizados obrigatoriamente no Município de Palmeira/PR, em local de atendimento disponibilizado pela Contratada, devidamente adequado e regularizado para a prestação dos serviços, considerando a necessidade de atendimento célere aos usuários da rede municipal de saúde, especialmente em situações que demandem agilidade na realização dos exames e na obtenção dos resultados.

2.3.3. Não será permitida a realização dos exames em outro município, devendo a Contratada manter, durante toda a vigência contratual, estrutura adequada para a execução dos serviços no Município de Palmeira/PR.

2.3.4. Os exames deverão ser realizados com a respectiva emissão de laudo por profissional médico devidamente habilitado e regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina – CRM.

2.3.5. O respectivo laudo deverá ser disponibilizado em formato físico ao próprio paciente ou responsável, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a realização do exame.

2.3.6. A Contratada deverá garantir que o resultado e o respectivo laudo sejam disponibilizados de forma legível, clara e completa, contendo as informações necessárias à adequada identificação do paciente, do exame realizado, do profissional responsável pela emissão do laudo e demais informações pertinentes.

2.4 - **Condições de garantia e assistência técnica:**

2.4.1. Considerando que se trata de prestação de serviços, a Contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, o adequado funcionamento dos equipamentos e demais recursos utilizados para a realização dos exames.

2.4.2. Em caso de falha ou defeito nos equipamentos de responsabilidade da Contratada que impeça ou prejudique a realização dos exames, esta deverá providenciar o reparo ou a substituição do equipamento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da comunicação do fato pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma a garantir a continuidade dos atendimentos.

2.4.3. A Contratada será responsável por todos os custos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, equipamentos, materiais e demais recursos necessários ao adequado funcionamento da estrutura utilizada para a execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para o Município.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Eva Ana Voinarski Formankeviski - titular; Meline de Freitas Hartmann – suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas:

_____

Eva Ana Voinarski Formankeviski

Fiscal de Contrato

_____

Meline de Freitas Hartmann

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**		**ME**
HOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA	493	79.572.665/0001-20	65,00	52,00		Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:5A8C8C9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2026**, **processo administrativo nº 5848/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas e demais equipamentos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA

CNPJ: 10.735.873/0001-04

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	1	CADEIRA DE RODAS INFANTIL ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA ANTICORROSIVA; DOBRÁVEL EM SISTEMA "X"; ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADOS EM NYLON RESISTENTE OU MATERIAL EQUIVALENTE LAVÁVEL; APOIO DE BRAÇOS FIXOS OU ESCAMOTEÁVEIS; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEIS E/OU REBATÍVEIS, COM REGULAGEM DE ALTURA; FAIXA DE APOIO PARA PANTURRILHA; RODAS TRASEIRAS ARO MÍNIMO 20" COM PNEUS MACIÇOS OU INFLÁVEIS; RODAS DIANTEIRAS ARO MÍNIMO 6" MACIÇAS; FREIOS BILATERAIS; ESTRUTURA ADEQUADA PARA USO INFANTIL; CAPACIDADE ATÉ 70 KG. COR: PRETA OU CINZA MEDIDAS APROXIMADAS: ASSENTO: 35 CM (LARGURA) × 36 CM (PROFUNDIDADE). PESO APROXIMADO DA CADEIRA: ATÉ 18 KG. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. ATENDER ÀS NORMAS DA ABNT APLICÁVEIS E DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	PROLIFE	UNID	10	R$ 760,00	R$ 7.600,00

Valor Total Homologado - R$ 7.600,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: Até 20 (vinte) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Produto acompanhado de manual em português

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5. As cadeiras de rodas deverão ser entregues **devidamente montadas, ajustadas e em pleno funcionamento**, prontas para uso imediato, sem necessidade de montagem adicional por parte da contratante.

2.2.6. Todos os componentes, acessórios, sistemas de freio, rodas, apoios e mecanismos de movimentação deverão estar instalados e funcionando adequadamente no ato da entrega.

2.2.7. A contratada será responsável por quaisquer custos de montagem, regulagem, transporte e substituição de peças eventualmente danificadas durante a entrega.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.

Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.

Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Daiana Santana – titular;

Jordana Ferrando Trindade – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____

Daiana Santana

Fiscal de Contrato

_____

Jordana Ferrando Trindade

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A7E62ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2026**, **processo administrativo nº 5848/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas e demais equipamentos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: IX MEDICAL LTDA

CNPJ: 59.131.363/0001-09

Lote	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	ANDADOR ORTOPÉDICO ADULTO, EM ALUMÍNIO, DOBRÁVEL, SEM RODÍZIOS, REGULÁVEL, COM CALHAS REVESTIDAS EM COURO SINTÉTICO PARA APOIO DOS BRAÇOS. MANUAL EM PORTUGUÊS. COM REGISTRO ANVISA.	**INDAIÁ**	UNID	20	**R$ 105,00**	**R$ 2.100,00**
2	ANDADOR ORTOPÉDICO INFANTIL, EM ALUMÍNIO, DOBRÁVEL, SEM RODÍZIOS, REGULÁVEL, COM CALHAS REVESTIDAS EM COURO SINTÉTICO PARA APOIO DOS BRAÇOS. MANUAL EM PORTUGUÊS. COM REGISTRO ANVISA.	**INDAIÁ**	UNID	10	**R$ 107,00**	**R$ 1.070,00**
8	MULETA AXILAR, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, TIPO PONTEIRA	**INDAIÁ**	PARES	10	**R$ 87,00**	**R$ 870,00**

	BORRACHA E AJUSTE TELESCÓPICO DA ALTURA. CAPACIDADE 100 KG. COM REGISTRO NA ANVISA.					

9	MULETA CANADENSE INFANTO-JUVENIL, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANODIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, PONTEIRA EM NYLON, COM APOIO ARTICULADO EM ANTEBRAÇO, MATERIAL APOIO MÃO EM NYILON. COM REGISTRO NA ANVISA.	**INDAIÁ**	PARES	10	**R$ 70,00**	**R$ 700,00**

10	MULETA CANADENSE RESISTÊNCIA 90 KG, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANODIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, PONTEIRA EM NYLON, COM APOIO ARTICULADO EM ANTEBRAÇO, MATERIAL APOIO MÃO EM NYILON. COM REGISTRO NA ANVISA.	**INDAIÁ**	PARES	15	**R$ 91,00**	**R$ 1.365,00**

11	MULETA CANADENSE RESISTÊNCIA ATÉ 130KG, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANODIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, PONTEIRA EM NYLON, COM APOIO ARTICULADO EM ANTEBRAÇO, MATERIAL APOIO MÃO EM NYILON. COM REGISTRO NA ANVISA.	**INDAIÁ**	PARES	20	**R$ 61,00**	**R$ 1.220,00**

12	MULETA CANADENSE RESISTÊNCIA ACIMA 130KG, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANODIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, PONTEIRA EM NYLON, COM APOIO ARTICULADO EM ANTEBRAÇO, MATERIAL APOIO MÃO EM NYILON. COM REGISTRO NA ANVISA.	**INDAIÁ**	PARES	15	**R$ 106,00**	**R$** **1.590,00**

Valor Total Homologado - R$ 8.915,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: Até 20 (vinte) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Produto acompanhado de manual em português

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5. As cadeiras de rodas deverão ser entregues **devidamente montadas, ajustadas e em pleno funcionamento**, prontas para uso imediato, sem necessidade de montagem adicional por parte da contratante.

2.2.6. Todos os componentes, acessórios, sistemas de freio, rodas, apoios e mecanismos de movimentação deverão estar instalados e funcionando adequadamente no ato da entrega.

2.2.7. A contratada será responsável por quaisquer custos de montagem, regulagem, transporte e substituição de peças eventualmente danificadas durante a entrega.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.

Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.

Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Daiana Santana – titular;

Jordana Ferrando Trindade – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____

Daiana Santana

Fiscal de Contrato

_____

Jordana Ferrando Trindade

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7A570796

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2026**, **processo administrativo nº 5848/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas e demais equipamentos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MEDEIROS COSTA LTDA

CNPJ: 52.112.686/0001-06

Lote	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	**CADEIRA DE RODAS INFANTO/JUVENIL POSTURAL**	**ORTOMOBIL**	UNID	10	**R$ 1.899,00**	**R$ 18.990,00**

	ESTRUTURA E ACABAMENTO - ESTRUTURA CONFECCIONADA EM MATERIAL METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, PODENDO SER EM ALUMÍNIO, AÇO CARBONO TRATADO OU MATERIAL EQUIVALENTE, DESDE QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA ESTRUTURAL, ESTABILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO; - ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU TRATAMENTO EQUIVALENTE COM PROPRIEDADE ANTICORROSIVA; - SISTEMA DOBRÁVEL, DESMONTÁVEL OU MECANISMO EQUIVALENTE QUE PERMITA FACILITAR O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO; - COR PRETA, CINZA OU OUTRA COR NEUTRA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FABRICANTE. SISTEMA DE POSICIONAMENTO O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA COMPLETO DE POSICIONAMENTO POSTURAL, CONTEMPLANDO NO MÍNIMO: - ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICOS, CONFECCIONADOS CONFORME CONFIGURAÇÃO DIMENSIONAL DEFINIDA PELO ÓRGÃO CONTRATANTE; - ESTOFAMENTO ACOLCHOADO, IMPERMEÁVEL, **LAVÁVEL E RESISTENTE AO USO CONTÍNUO; - SISTEMA DE INCLINAÇÃO DO CONJUNTO ASSENTO/ENCOSTO (TILT), COM REGULAGEM ANGULAR ADEQUADA PARA POSICIONAMENTO POSTURAL, ACIONAMENTO MANUAL OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; - ENCOSTO RECLINÁVEL, COM AJUSTE INDEPENDENTE OU ASSOCIADO AO SISTEMA TILT, PERMITINDO POSICIONAMENTO ADEQUADO DO USUÁRIO; - POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DIMENSIONAIS DE ASSENTO, PROFUNDIDADE E ALTURA DE ENCOSTO; - AJUSTES DE POSICIONAMENTO QUE PERMITAM ADAPTAÇÃO INDIVIDUAL CONFORME CARACTERÍSTICAS ANTROPOMÉTRICAS E NECESSIDADE FUNCIONAL. REGULAGENS E COMPONENTES DE POSICIONAMENTO O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO: - REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO; - APOIO DE BRAÇOS AJUSTÁVEL; - APOIO DE PÉS AJUSTÁVEL; - APOIO DE CABEÇA REGULÁVEL; - APOIO DE CABEÇA COM AJUSTES DE ALTURA, LARGURA E PROFUNDIDADE; - APOIOS LATERAIS DE TRONCO AJUSTÁVEIS; - CINTO PÉLVICO MÍNIMO DE 4 PONTOS; - FAIXA TORÁCICA DE POSICIONAMENTO; - ABDUTOR ENTRE MEMBROS INFERIORES;** **- APOIO DE PÉS INDIVIDUALIZADO, COM AJUSTE DE ALTURA E ÂNGULO. RODAS, MOBILIDADE E SEGURANÇA - RODAS TRASEIRAS COMPATÍVEIS COM PROPULSÃO PELO USUÁRIO OU CONDUÇÃO PELO ACOMPANHANTE, CONFORME CONFIGURAÇÃO DO FABRICANTE; - RODAS DIANTEIRAS GIRATÓRIAS; - SISTEMA DE FREIO BILATERAL OU MECANISMO EQUIVALENTE DE SEGURANÇA; - RODAS ANTI-TOMBO OU DISPOSITIVO EQUIVALENTE QUE PROPORCIONE ESTABILIDADE E SEGURANÇA CONTRA TOMBAMENTOS; - COMPONENTES DIMENSIONADOS PARA USO PEDIÁTRICO E COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DE CARGA INDICADA PELO FABRICANTE. DIMENSÕES E CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSIBILITAR** **FORNECIMENTO EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DIMENSIONAIS COMPATÍVEIS COM USUÁRIOS PEDIÁTRICOS, PERMITINDO ADEQUAÇÃO. DEVERÁ CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, OPÇÕES APROXIMADAS DE: LARGURA DO ASSENTO: 30 CM A 44 CM (APROXIMADOS).** **PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 25 A 50 CM (APROXIMADOS).** **ALTURA DO ENCOSTO: 30 A 55 CM (APROXIMADOS). O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DIMENSIONAIS, COM DISPONIBILIDADE DE TAMANHOS VARIADOS DE LARGURA DO ASSENTO, PROFUNDIDADE E ALTURA DO ENCOSTO, VISANDO ATENDER USUÁRIOS PEDIÁTRICOS COM DIFERENTES CARACTERÍSTICAS ANTROPOMÉTRICAS. A DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS SERÁ REALIZADA PELO ÓRGÃO CONTRATANTE NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO, CONFORME NOTA DE EMPENHO, PLANEJAMENTO DE ATENDIMENTO E DISPONIBILIDADE DE ESTOQUE PARA EMPRÉSTIMO CAPACIDADE DE CARGA** **- CAPACIDADE MÍNIMA COMPATÍVEL COM USUÁRIOS** **PEDIÁTRICOS; - O FABRICANTE DEVERÁ INFORMAR CLARAMENTE O PESO MÁXIMO SUPORTADO PELO EQUIPAMENTO; SER ENTREGUE ACOMPANHADO DE: MANUAL TÉCNICO DE UTILIZAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA; DOCUMENTO DO FABRICANTE CONTENDO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; - POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; - ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT APLICÁVEIS E DEMAIS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES RELACIONADAS A PRODUTOS PARA SAÚDE; DEVE POSSUIR** **REGISTRO ANVISA.**					

5	CADEIRA DE RODAS MANUAL ADULTO PARA TETRAPLÉGICO. CONSTRUÍDA EM ESTRUTURA TUBULAR DE ALUMÍNIO	DELLAMED	UNID	10	R$ 1.829,22	R$ 18.292,20

	AERONÁUTICO OU LIGA DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, DOBRÁVEL EM DUPLO "X" OU SISTEMA EQUIVALENTE, RESISTENTE À CORROSÃO. ASSENTO E ENCOSTO: CONFECCIONADOS EM TECIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, LAVÁVEL E RESPIRÁVEL, COM ALMOFADA DE ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REMOVÍVEL, PROPORCIONANDO CONFORTO PARA USO PROLONGADO. O ENCOSTO DEVERÁ SER RECLINÁVEL, COM REGULAGEM EM NO MÍNIMO 4 POSIÇÕES, ATINGINDO INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 135°, POR MEIO DE SISTEMA MECÂNICO DE FÁCIL ACIONAMENTO, PERMITINDO ADEQUADO POSICIONAMENTO POSTURAL DO USUÁRIO. APOIO DE CABEÇA: REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, REMOVÍVEL, ACOLCHOADO E COM AJUSTE PARA POSICIONAMENTO CERVICAL. APOIOS DE BRAÇOS: DEVERÃO SER ESCAMOTEÁVEIS OU REBATÍVEIS, REMOVÍVEIS, COM APOIO ACOLCHOADO, PERMITINDO TRANSFERÊNCIA LATERAL DO USUÁRIO. APOIOS PARA OS PÉS: DEVERÃO SER ELEVÁVEIS, ARTICULADOS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA, COM SUPORTE PARA PANTURRILHAS ACOLCHOADO E REGULÁVEL, ALÉM DE PEDAIS INDIVIDUAIS REBATÍVEIS. RODAS TRASEIRAS: DE APROXIMADAMENTE 24 POLEGADAS, COM ARO DE PROPULSÃO EM ALUMÍNIO OU MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, PNEUS MACIÇOS OU TECNOLOGIA ANTIFURO, E RODAS DIANTEIRAS DE APROXIMADAMENTE 8 POLEGADAS, TAMBÉM MACIÇAS, PROPORCIONANDO BAIXA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO. A CADEIRA DEVERÁ POSSUIR SISTEMA ANTITOMBO TRASEIRO, FREIOS BILATERAIS DE ACIONAMENTO MANUAL, MANOPLAS ANATÔMICAS PARA CONDUÇÃO PELO ACOMPANHANTE E ESTRUTURA QUE PERMITA FÁCIL DOBRAGEM PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. DEVERÁ ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: - APOIO DE CABEÇA REGULÁVEL; - ALMOFADA DE ASSENTO; - CINTO PÉLVICO DE SEGURANÇA; - CINTO TORÁCICO TIPO "Y" OU EQUIVALENTE; - APOIO DE PANTURRILHAS; - PAR DE DISPOSITIVOS ANTITOMBO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - ESTRUTURA EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; - ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU ANODIZAÇÃO. - CAPACIDADE DE CARGA: MÍNIMA DE 130 KG; - PESO DA CADEIRA: MÁXIMO DE 22 KG; - ENCOSTO RECLINÁVEL EM NO MÍNIMO 4 POSIÇÕES; - ASSENTO DISPONÍVEL NAS LARGURAS DE 40 CM A 48 CM, CONFORME NECESSIDADE DO USUÁRIO; - PROFUNDIDADE DO ASSENTO APROXIMADA ENTRE 42 A 45 CM; - ALTURA DO ASSENTO AO SOLO ENTRE 46 A 50 CM; A DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS SERÁ REALIZADA PELO ÓRGÃO CONTRATANTE NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO, CONFORME NOTA DE EMPENHO. - POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; - ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT APLICÁVEIS E DEMAIS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES RELACIONADAS A PRODUTOS PARA SAÚDE; DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.					

6	CADEIRA DE RODAS ADULTO – MOTORIZADA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO OU ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; SISTEMA DOBRÁVEL OU DESMONTÁVEL PARA TRANSPORTE; ACIONAMENTO ELÉTRICO POR JOYSTICK DESTRO/CANHOTO; VELOCIDADE MÍNIMA: 6 KM/H; AUTONOMIA MÍNIMA DA BATERIA: 15 KM; BATERIAS RECARREGÁVEIS SELADAS; CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO INCLUSO; ASSENTO ACOLCHOADO E CONFORTÁVEL; ENCOSTO ACOLCHOADO; APOIOS DE BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS OU REMOVÍVEIS; APOIOS PARA PÉS ARTICULÁVEIS E AJUSTÁVEIS; RODAS TRASEIRAS MOTRIZES COM PNEUS MACIÇOS OU INFLÁVEIS; RODAS DIANTEIRAS ANTI-TOMBO OU SISTEMA ESTABILIZADOR; SISTEMA DE FREIO ELETROMAGNÉTICO AUTOMÁTICO; CONTROLE DE DIREÇÃO ELETRÔNICO COM AJUSTE DE VELOCIDADE; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 120KG. COR: PRETA OU CINZA MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: 40 A 46CM; PESO APROXIMADO DA CADEIRA (COM BATERIAS): 43 KG. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; PRODUTO EM CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO VIGENTE. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	DELLAMED	UNID	10	R$ 3.904,00	R$ 39.040,00

Valor Total Homologado - R$ 76.322,20

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: Até 20 (vinte) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Produto acompanhado de manual em português

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5. As cadeiras de rodas deverão ser entregues **devidamente montadas, ajustadas e em pleno funcionamento**, prontas para uso imediato, sem necessidade de montagem adicional por parte da contratante.

2.2.6. Todos os componentes, acessórios, sistemas de freio, rodas, apoios e mecanismos de movimentação deverão estar instalados e funcionando adequadamente no ato da entrega.

2.2.7. A contratada será responsável por quaisquer custos de montagem, regulagem, transporte e substituição de peças eventualmente danificadas durante a entrega.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.

Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.

Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Daiana Santana – titular;

Jordana Ferrando Trindade – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____

Daiana Santana

Fiscal de Contrato

_____

Jordana Ferrando Trindade

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C1039F23

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2026**, **processo administrativo nº 5848/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas e demais equipamentos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: Medmed Comercio de Materiais Hospitalares EIRELI

CNPJ: 34.064.557/0001-08

Lote	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	**CINTO DE SEGURANÇA TORÁCICO PARA CADEIRA DE RODAS. COMPOSIÇÃO: REFORÇO FRONTAL: CONFECCIONADO EM TECIDO DE AIRADO COM FORRO DE ESPUMA GROSSA. ALÇAS TRASEIRAS: CONFECCIONADAS EM NYLON, CONTENDO FIXADORES (FECHO FIVELA) DE PLÁSTICO RESISTENTE NA LARGURA DE APROXIMADAMENTE 30MM, COSTURA REFORÇADA COM LINHA DE NYLON RESISTENTE. ALÇAS COM AJUSTES PARA TAMANHOS VARIADOS. AS ALÇAS SÃO TRANSPASSADAS ATRÁS DAS CADEIRAS DE RODAS NO FORMATO DE X. O CINTO DEVERÁ SER AJUSTÁVEL, SENDO ADEQUADAS DESDE CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE A ADULTOS. CINTO UNIVERSAL PARA TODAS AS CADEIRAS DE RODAS SIMPLES E MOTORIZADAS.**	**PRÓPRIA**	UNID	20	**R$ 195,07**	**R$ 3.901,40**

Valor Total Homologado - R$ 3.901,40

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: Até 20 (vinte) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Produto acompanhado de manual em português

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5. As cadeiras de rodas deverão ser entregues **devidamente montadas, ajustadas e em pleno funcionamento**, prontas para uso imediato, sem necessidade de montagem adicional por parte da contratante.

2.2.6. Todos os componentes, acessórios, sistemas de freio, rodas, apoios e mecanismos de movimentação deverão estar instalados e funcionando adequadamente no ato da entrega.

2.2.7. A contratada será responsável por quaisquer custos de montagem, regulagem, transporte e substituição de peças eventualmente danificadas durante a entrega.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.

Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.

Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Daiana Santana – titular;

Jordana Ferrando Trindade – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____

Daiana Santana

Fiscal de Contrato

_____

Jordana Ferrando Trindade

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:E9E1F816

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2026**, **processo administrativo nº 5848/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas e demais equipamentos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 51.740.794/0001-60

Lote	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
13	**TRAVESSEIRO HOSPITALAR, CONFECCIONADO EM ESPUMA SELADA 100% POLIURETANO FLOCADA E REVESTIMENTO EM NAPA 100% PVC. COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40CMX60CM.**	**RCS**	UNID	10	**R$ 36,27**	**R$ 362,70**

Valor Total Homologado - R$ 362,70

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: Até 20 (vinte) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Produto acompanhado de manual em português

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5. As cadeiras de rodas deverão ser entregues **devidamente montadas, ajustadas e em pleno funcionamento**, prontas para uso imediato, sem necessidade de montagem adicional por parte da contratante.

2.2.6. Todos os componentes, acessórios, sistemas de freio, rodas, apoios e mecanismos de movimentação deverão estar instalados e funcionando adequadamente no ato da entrega.

2.2.7. A contratada será responsável por quaisquer custos de montagem, regulagem, transporte e substituição de peças eventualmente danificadas durante a entrega.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.

Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.

Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Daiana Santana – titular;

Jordana Ferrando Trindade – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____

Daiana Santana

Fiscal de Contrato

_____

Jordana Ferrando Trindade

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:26459582

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL
RECIBO DE CAPTAÇÃO Nº 043/2026/FMIA

Emissão de Recibo de Captação de Recursos em favor do Projeto Social Ágape, referente à doação realizada pela empresa Cattalini – Terminais Marítimos ao FMIA, destinada ao Projeto "Novos Ciclos de Proteção e Aprendizagem – 2026/2027".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranaguá – CMDCA, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no artigo 10 da Lei Municipal nº 3.176, de 15 de agosto de 2011, e na Resolução CMDCA nº 16/2020, **faz saber** que a empresa **Cattalini – Terminais Marítimos**, inscrita no CNPJ nº 75.633.560/0001-82 realizou depósito no Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FMIA, por meio do mecanismo de incentivo fiscal previsto no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/1990, destinado exclusivamente ao financiamento do Projeto **"Novos Ciclos de Proteção e Aprendizagem – 2026/2027"**, de execução do **Projeto Social Ágape**, razão pela qual expede o presente Recibo de Captação de Recursos, para fins de publicidade e cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Processo Administrativo	86116/2025
Entidade Beneficiária	Projeto Social Ágape
Projeto	Novos Ciclos de Proteção e Aprendizagem-(2026-2027)
Eixo de Atuação	Promoção do direito à saúde, cultura, esporte, lazer, educação e assistência social
Tipo de Captação	Pessoa Jurídica
Empresa Doadora	Cattalini - Terminais Marítimos
CNPJ	75.633.560/0001-82
Valor Recebido	R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Data do Recebimento	30/09/2026
Percentual de Repasse	80% do valor arrecadado

Paranaguá-PR, em 30 de setembro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

MARCINEY SANTOS DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranaguá

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO

Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Republicação por Incorreção

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:F67FF760

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.873

PORTARIA Nº 2.873

"Concede férias aos servidores constantes da relação anexa."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal Complementar nº 203/2017, e conforme o que dispõe o Decreto nº 897/2018 e o que preceitua o artigo 63 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido nos protocolados nº 70.318, 71.160, 72.022, 72.078, 72.131, 72.341, 72.460, 72.569, 73.106, 73.489, 73.534, 73.972, 74.105, 74.128, 74.338, 74.358, 74.423, 74.438, 74.460, 74.518, 74.533, 74.639, 74.691, 74.766, 74.867, 75.057, 75.164, 75.353, 75.485, 75.486, 75.559, 76.025, 76.404, 76.517 e 76.536/2026,

RESOLVE:

I - Conceder férias aos servidores conforme os períodos aquisitivos que discrimina:

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.256-1	ALMIR MACENO DA SILVA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	19.10.2026	17.11.2026
99.269-01	ELIANE DE FÁTIMA DA SILVA MIRANDA	27.05.2025 A 26.05.2026	30	08.09.2026	22.09.2026
				04.01.2027	18.01.2027
98.799-2	JESSÉ CAPETA JORGE	21.08.2025 A 20.08.2026	30	08.09.2026	07.10.2026

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
10.260-1	ANTONIO JULIO MACHADO LIMA FILHO	30.09.2025 A 29.09.2026	30	03.05.2027	01.06.2027
10.201-1	PAULA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO	05.07.2025 A 04.07.2026	30	26.01.2027	04.02.2027
				13.07.2027	22.07.2027
				04.01.2028	13.08.2028

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
11.352-3	GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA	23.12.2022 A 22.12.2023	30	16.11.2026	20.11.2026
				16.02.2027	26.02.2027
				12.07.2027	25.07.2027
43-1	JOSÉ LUIZ DE FÉLIX	14.12.2022 A 13.12.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
12.989-1	LETTICIA CECY CORREIA ALVES	17.08.2025 A 16.08.2026	30	28.10.2026	06.11.2026
				29.03.2027	07.04.2027
				08.06.2027	17.06.2027
10.215-1	VIVIANE CRISTINE CHAVES DOS SANTOS BORBA	02.08.2025 A 01.08.2026	30	26.10.2026	30.10.2026
				12.01.2027	05.02.2027

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ORÇAMENTO - SEMFA

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
99.436-1	ANDRIELE AMARAL ALVES PEREIRA	04.08.2025 A 03.08.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	08.01.2027
				08.03.2027	17.03.2027
4.197-1	CELSO HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA	01.08.2024 A 31.07.2025	30	19.01.2026	23.10.2026
				09.11.2026	13.11.2026
				11.01.2027	30.01.2027
7.807-1	MAURICIO VARGAS FELIN	03.05.2026 A 02.05.2026	30	07.10.2026	16.10.2026
				04.11.2026	13.11.2026
				09.12.2026	18.12.2026
6.904-1	TÂNIA REGINA DA SILVA	01.07.2025 A 30.06.2026	30	21.09.2026	25.09.2026
				03.11.2026	12.11.2026
				22.01.2027	05.02.2027

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL - SEMUPLA

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
1.937-1	TAKASHI NAKAYAMA	02.09.2025 A 01.09.2026	30	19.10.2026	02.11.2026
				01.03.2027	15.03.2027

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL - SEMEDI

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
9.101-3	ALINE ABALEM STAHLSCHIMIDT	01.09.2025 A 31.08.2026	30	01.09.2026	06.09.2026
				25.01.2027	05.02.2027
				05.07.2027	15.07.2027
7.894-1	CAMILE CONSENTINO DE CARVALHO	31.05.2022 A 30.05.2023	30	16.11.2026	20.11.2026
				09.12.2026	18.12.2026
				22.01.2027	05.02.2027
93.874-1	ERICA ALVES	18.01.2024 A 17.01.2025	24	13.07.2026	19.07.2026
				17.09.2026	26.10.2026
				26.10.2026	01.11.2026
13.065-1	HERALDO PIRES JUNIOR	14.09.2025 A 13.09.2026	30	05.01.2027	27.01.2027
				13.07.2027	19.07.2027
2.416-1	JOÃO MACIEL	09.09.2023 A 08.09.2024	30	13.10.2026	27.10.2026
				05.11.2026	19.11.2026
11.146-1	LIGIA MARCIA TOLEDO FARIA VICENTE	07.08.2025 A 06.08.2026	30	07.12.2026	18.12.2026
				04.01.2027	21.01.2027
6.952-1	MARI APARECIDA RAMOS CAETANO	01.09.2025 A 31.08.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
2.423-1	ODIMAR APARECIDA BERNARDES	12.09.2025 A 11.09.2026	30	01.01.2027	15.01.2027
				01.05.2027	15.05.2027
10.267-1	PETERSON RODRIGO DE ALMEIDA	30.09.2025 A 29.09.2026	30	01.10.2026	15.10.2026
				08.02.2027	22.02.2027

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
7.258-1	ADRIANA FERREIRA FUJIMOTO	22.02.2023 A 21.02.2024	30	14.10.2026	28.10.2026
				05.11.2026	19.11.2026
95.011-3	ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA	04.07.2025 A 03.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	08.01.2027
				08.03.2027	17.03.2027
10.422-1	ANGÉLICA ESPÍNDOLA CORDEIRO ALIPIO	16.09.2025 A 15.09.2026	18	19.10.2026	05.11.2026
98.099-1	BRUNNA BARBOSA GREGÓRIO	22.11.2024 A 21.11.2025	30	05.10.2026	19.10.2026
				03.11.2026	17.11.2026
97.964-1	CAMILA CAROLINE FRANCO SILVA	06.06.2025 A 05.06.2026	30	02.10.2026	15.10.2026
				14.08.2027	29.08.2027
98.086-1	CAMILLA JULIA RIBEIRO FERREIRA	08.11.2024 A 07.11.2025	30	13.10.2026	22.10.2026
				23.11.2026	27.11.2026
				11.01.2027	25.01.2027
7.408-1	CARLA CRISTINA PIRES NERI	30.06.2025 A 29.06.2026	30	26.10.2026	30.10.2026
				04.01.2027	08.01.2027
				11.03.2027	25.03.2027
98.527-1	CHANDERLEI XAVIER	24.06.2025 A 23.06.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
97.882-1	CHRISTINE GARCIA MENDES	11.04.2025 A 10.04.2026	30	26.10.2026	30.10.2026
				04.01.2027	13.01.2027
				22.04.2027	06.05.2027
9.011-2	CLARION LOPES DA SILVA	01.06.2025 A 31.05.2026	30	01.09.2026	15.09.2026
				10.11.2026	24.11.2026
96.473-3	CRISTIANE MATOZO DE OLIVEIRA	06.07.2025 A 05.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				17.08.2027	31.08.2027

96.199-4	CYNIRA ONISHI LEAMARI CASTRO	13.02.2024 A 12.02.2025	30	13.10.2026	22.10.2026
				21.12.2026	04.01.2027
				01.02.2027	05.02.2027
9.497-1	DANIELLE VIANNA BINI	02.07.2025 A 01.07.2026	30	05.10.2026	09.10.2026
				10.02.2027	19.02.2027
				31.05.2027	14.06.2027
8.029-1	DAVIELLE VINHA DOS SANTOS MACHADO	29.06.2022 A 28.06.2023	30	22.10.2026	06.11.2026
				01.12.2026	05.12.2026
				07.01.2027	15.01.2027
98.015-1	DÉBORA BATISTA ROCHA	16.08.2025 A 15.08.2026	30	05.10.2026	03.11.2026
10.907-1	DENIZETE DOS SANTOS NUNES	31.08.2025 A 30.08.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	08.01.2027
				15.03.2027	24.03.2027
11.171-1	DIEGO ALEXANDRE CUNHA DA SILVA	20.08.2023 A 19.08.2024	30	19.10.2026	02.11.2026
				07.12.2026	21.12.2026
97.976-1	EDUARDO FONTES DE ANDRADE	06.07.2025 A 05.07.2026	30	19.10.2026	02.11.2026
				23.11.2026	02.12.2026
				31.12.2026	04.01.2027
9.522-1	ELOINA CRISTINA FERREIRA	01.08.2025 A 31.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				19.01.2027	02.02.2027
94.904-3	ELAINE CRISTINA LIMA	23.05.2025 A 22.05.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				25.01.2027	08.02.2027
11.269-6	ELISANA DE ALMEIDA RODRIGUES GONÇALVES	16.05.2025 A 15.05.2026	30	13.10.2026	22.10.2026
				04.01.2027	23.01.2027
99.430-1	ENIA THALIA GONÇALVES SANTANA DA SILVA	05.08.2025 A 04.08.2026	30	05.10.2026	09.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
				01.03.2027	10.03.2027
98.375-1	ESTELA RIBEIRO AMORIM	23.04.2025 A 22.04.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
4.791-1	ETELVINA ROQUE MENDES	08.03.2025 A 07.03.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				14.12.2026	18.12.2026
				18.01.2027	27.01.2027
98.213-1	EUGÊNIA TARSILA BROETTO	13.03.2024 A 13.032025	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	08.01.2027
				24.02.2027	05.03.2027
94.905-3	FABIANE ALVES NIKODA	20.04.2023 A 19.04.2024	30	27.10.2026	25.11.2026
98.607-1	FLÁVIA DA SILVA MOTA MENDONÇA	16.07.2025 A 15.07.2026	30	13.10.2026	22.10.2026
				11.02.2027	25.02.2027
				29.03.2027	02.04.2027
99.394-1	GABRIELLE FERREIRA BANEIRO PIANTEK	04.07.2025 A 03.07.2026	30	01.10.2026	15.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
99.382-1	GUILHERME DOS SANTOS ALVES GONÇALVES	04.07.2025 A 03.07.2026	30	13.10.2026	25.10.2026
				03.11.2026	19.11.2026
93.735-5	HELLEN MARTINS NUNES	15.07.2025 A 14.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				10.05.2027	24.05.2027
9.539-1	JACKSON ROBERVAL MACIEL	14.08.2025 A 13.08.2026	30	05.10.2026	03.11.2026
94.118-1	JAQUELINE DEMÉTRIO	23.03.2025 A 22.03.2026	30	19.10.2026	23.10.2026
				11.01.2027	25.01.2027
				11.02.2027	20.02.2027
10.501-2	JOANA DARC PEREIRA DOS ANJOS	25.11.2022 A 24.11.2023	18	01.10.2026	18.10.2026
13.055-3	JULIANA SCREMIN ZACARIAS DA SILVA	11.05.2025 A 10.05.2026	30	08.10.2026	22.10.2026
				13.01.2027	27.01.2027
1.127-1	JULIO JOSÉ ELIAS LIMA	13.12.2024 A 12.12.2025	30	14.09.2026	28.09.2026
				01.12.2026	15.12.2026
9.495-2	KATALINE GALDINO GULIAS NIEVES	11.07.2025 A 10.07.2026	30	05.10.2026	09.10.2026
				11.02.2027	20.02.2027
				31.05.2027	14.05.2027
93.918-5	LUZILEIA DE OLIVEIRA VENÂNCIO	11.09.2025 A 10.09.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				03.11.2026	17.11.2026
10.206-1	LÍDIA CARMEN BROWN MUNOZ	13.07.2025 A 12.07.2026	30	08.10.2026	22.10.2026
				17.11.2026	01.12.2026
93.911-4	LIDIANE DO NASCIMENTO ALEXANDRE DO ROSÁRIO	04.07.2025 A 03.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				07.01.2027	21.01.2027
6.615-2	LILIAN ELIAS DE PAULA	01.02.2024 A 31.01.2025	30	26.10.2026	30.10.2026
				07.12.2026	16.12.2026
				04.01.2027	18.01.2027
10.508-2	LUCIANE FERNANDES CORDEIRO	08.12.2022 A 07.12.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
94.802-4	MARIA DO CARMO JORGE CAPETA	23.05.2025 A 22.05.2026	30	13..10.2026	27.10.2026
				18.01.2027	01.02.2027
6.409-1	MARIA TEREZA DA SILVA	31.07.2025 A 30.07.2026	30	21.10.2026	30.10.2026
				10.11.2026	14.11.2026
				04.01.2027	18.01.2027
6.462-1	MARILDA DO ESPÍRITO SANTO	31.08.2025 A 30.08.2026	30	05.10.2026	09.10.2026
				01.12.2026	15.12.2026
				10.02.2027	19.02.2027
9.492-2	MARLENE LOPES CARDOSO RODRIGUES	09.07.2025 A 08.07.2026	30	05.10.2026	19.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
8.573-1	MELISSA SAYURI HOSHINO NISHIDA	01.06.2024 A 31.05.2025	30	17.10.2026	31.10.2026
				10.12.2026	24.12.2026
6.194-2	MICHELLE KARLA GROSSI DE OLIVEIRA	16.05.2025 A 15.05.2026	30	19.10.2026	23.10.2026
				23.11.2026	02.12.2026
				04.01.2026	18.01.2026
9.518-1	MIRELLE GONÇALVES BISCOTTO	31.07.2024 A 30.07.2025	30	05.10.2026	14.10.2026
				01.03.2027	20.03.2027
93.737-6	MIRIAN PEREIRA PATRIOTA RICARDO	05.08.2025 A 04.08.2026	30	21.10.2026	30.10.2026
				11.01.2027	30.01.2027
98.571-1	NOARA GOMES	10.07.2024 A 09.07.2025	30	05.10.2026	09.10.2026
				14.12.2026	18.12.2026
				04.01.2027	23.01.2027
11.366-5	PRISCILA PEDROSO DA SILVA	04.07.2025 A 03.07.2026	30	05.10.2026	09.10.2026

				04.01.2027	28.01.2027
98.012-1	RENATA MARTINS BESCH	04.08.2025 A 03.08.2026	30	19.10.2026	17.11.2026
2.394-1	RITA DE CÁSSIA DA SILVA SOARES	11.08.2025 A 10.08.2026	30	19.10.2026	02.11.2026
				01.12.2026	15.12.2026
98.635-1	ROBERTA WANZER CARVALHO FORTUNATO	06.08.2024 A 05.08.2025	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
6.892-1	ROSELI DOS SANTOS FREITAS	01.11.2024 A 30.04.2025	20	01.10.2026	20.10.2026
9.160-1	SANDRA MARIA DE SOUZA	09.12.2024 A 08.12.2025	30	27.10.2026	15.11.2026
				01.02.2027	10.02.2027
9.435-1	SANDRA REGINA MARTINEZ CAPEL	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.10.2026	09.10.2026
				22.06.2027	01.07.2027
				24.09.2027	08.10.2027
7.833-1	SONIA REGINA CURVELO	03.05.2024 A 02.05.2025	30	01.10.2026	30.10.2026
94.335-2	THIAGO TIBILLETTI	07.07.2025 A 06.07.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				23.11.2026	07.12.2026
6.184-1	VANIZA BARBOZA ZAGUE	03.06.2024 A 02.06.2025	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
4.214-1	WERNER SCHREIBER	03.08.2025 A 02.08.2026	30	13.10.2026	01.11.2026
				17.05.2027	26.05.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA - SEMSEG					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.964-01	ALAN FABIANO FARIAS	30.09.2025 A 29.09.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
8.552-02	ALDECI DA SILVA ALEXANDRE	20.04.2025 A 19.04.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
6.918-01	ALESSANDRO ALMINDO LACERDA	01.09.2023 A 31.08.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
7.721-01	ALLAN CARLOS PEREIRA	31.03.2023 A 30.03.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
5.333-01	ANDERSON LEONARDI	31.10.2022 A 30.10.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
97.519-02	ANDRÉ LUIZ MUNSTER MANSUR	16.02.2023 A 15.02.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
11.091-01	ANDRÉ RODRIGUES	25.05.2023 A 24.05.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
7.718-1	CINTIA ADRIANE RICARDO	31.03.2025 A 30.03.2026	30	01.10.2026	05.10.2026
				03.11.2026	17.11.2026
				01.02.2027	10.02.2027
8.593-01	DANIELE FERNANDES RIBEIRO	01.08.2022 A 31.07.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
8.594-01	DOMICIO TOZETTO JUNIOR	31.07.2024 A 30.07.2025	30	01.10.2026	30.10.2026
5.408-01	ELISÂNGELA SANTOS LIMA DOS ANJOS	03.01.2025 A 02.01.2026	30	01.10.2026	06.10.2026
				14.06.2027	23.06.2027
				16.08.2027	28.08.2027
97.515-2	ERIC VIANA	16.02.2023 A 15.02.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
10.471-1	EVANDRO MAIA BATISTA	10.11.2021 A 09.11.2022	12	01.10.2026	12.10.2026
98.538-2	GIANNI MIRANDA ANDRIOLI	02.01.2025 A 01.01.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
6.576-1	GILSON GONÇALVES DE CARVALHO	14.01.2023 A 13.01.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
7.549-1	HERMES SANTANA ANDRIOLI	31.12.2021 A 30.12.2022	30	01.10.2026	30.10.2026
5.774-1	JEZIEL REDED DIAS	02.07.2023 A 01.07.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
7.707-2	JOSÉ CARLOS DA SILVA OLEGÁRIO	01.04.2023 A 31.03.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
8.353-1	JUAREZ ADELINO MARQUES	31.03.2023 A 30.03.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
5.334-1	MARCIA APARECIDA GARCIA	31.10.2021 A 30.10.2022	30	19.10.2026	24.10.2026
				01.12.2026	10.12.2026
				15.02.2027	01.03.2027
5.818-1	MARCELLIO DI PAULA CORDEIRO	02.07.2022 A 01.07.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
5.411-1	MARCELLY CARVALHO SCARIOT	03.01.2023 A 02.01.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
6.939-1	MARCIO DA SILVA PINHEIRO	01.09.2023 A 31.08.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
10.839-1	LUCINEIA MIRANDA DAS NEVES	15.06.2024 A 14.06.2025	30	01.10.2026	30.06.2026
97.494-2	OTÁVIO AUGUSTO ALEXANDRINO MACHADO	16.02.2023 A 15.02.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
97.516-2	PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE LIMA	16.02.2023 A 15.02.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
10.481-1	PAULO SÉRGIO CIT	17.11.2022 A 16.11.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
7.726-1	PEDRO LUIS CÂNDIDO DA COSTA	03.04.2023 A 02.04.2024	30	19.10.2026	02.11.2026
				15.02.2027	01.03.2027
5.786-1	PEDRO PAULINO FUKAMI	02.07.2023 A 01.07.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
8.611-1	RAFAEL DOS PASSOS	31.07.2022 A 30.07.2023	30	13.10.2026	22.10.2026
				04.01.2027	23.01.2027
7.682-1	ROSANA CÁSSIA GOMES CORREIA	27.02.2022 A 26.02.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
6.977-2	SAMUEL DUTRA	26.05.2023 A 25.05.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
10.854-1	SANDRO MIRANDA GONÇALVES	19.06.2023 A 18.06.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
10.470-1	THIAGO SOUZA DE OLIVEIRA	10.11.2022 A 09.11.2023	30	01.10.2026	30.10.2026
7.699-2	WELLINGTON HONORATO DA SILVA	03.04.2024 A 02.04.2025	30	01.10.2026	30.10.2026
5.360-1	WILLIAM CÉSAR DA SILVA MACHADO	02.11.2023 A 01.11.2024	30	01.10.2026	30.10.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SEMSU					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
99.058-1	ARYANE DA COSTA MODESTO	14.03.2025 A 13.03.2026	12	08.09.2026	19.09.2026
10.134-1	JAIR ANDRIOLI DE SOUZA	11.05.2024 A 10.05.2025	30	15.10.2026	13.11.2026
6.523-2	JAIRO ALVES CORDEIRO	05.12.2022 A 04.12.2023	30	16.10.2026	14.11.2026
7.290-1	LUCIO LEITE DE MOURA	02.03.2023 A 01.03.2024	30	16.10.2026	30.10.2026
				02.12.2026	16.12.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E INOVAÇÃO - SETRIN					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
11.963-6	ALEXANDRE MOTTA CONTIERO	13.01.2025 A 12.01.2026	30	14.09.2026	13.10.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SEMOP					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1.632-1	ALMIR FRANÇA ALVES	01.04.2024 A 31.03.2025	30	13.10.2026	11.11.2026
4.926-1	ANDRÉ LUIZ PIOLI MARCELINO	14.03.2023 A 13.03.2024	30	19.10.2026	17.11.2026
10.245-2	EDEMIL RODRIGUES DOS SANTOS	31.08.2025 A 30.08.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
4.114-1	GETULIO LOPES MARTINS	19.09.2025 A 18.09.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
6.203-2	JEFERSON NUNES ROCHA	03.06.2023 A 02.06.2024	30	05.10.2026	03.11.2026
6.317-1	NOEL VIANA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.10.2026	03.11.2026
1.224-1	RENIEL HONORATO	13.04.2025 A 12.04.2026	30	01.10.2026	30.10.2026

4.212-1	RICARDO PEREIRA	31.07.2025 A 30.07.2026	30	19.10.2026	28.10.2026
				04.01.2027	23.01.2027
9.389-1	RODRIGO JOSE DE FARIAS	31.03.2023 A 30.03.2024	30	26.10.2026	31.10.2026
				23.04.2027	02.05.2026
				19.07.2027	01.08.2026
4.552-1	ROSA DE ANDRADE PORTO	01.09.2025 A 31.08.2026	30	01.10.2026	15.10.2026
				03.11.2026	17.11.2026
5.084-1	VICENTE SILVA PIOLI	22.03.2024 A 21.03.2025	30	05.09.2026	04.10.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES E CONTRATOS - SEMFISC					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
98.834-2	CLAUDIO ROGERIO ROSSI	14.02.2025 A 13.02.2026	30	11.09.2026	10.10.2026
98.947-1	CARLOS ALBERTO BORBA	13.02.2025 A 12.02.2026	30	18.09.2026	02.10.2026
				16.10.2026	30.10.2026
95.853-2	GIOVANA COSTA FERREIRA	07.03.2025 A 06.03.2026	30	13.11.2026	27.11.2026
				14.01.2027	28.01.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ZELADORIA - SEMMA					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
2.573-01	ELSIO BRASÍLIO POLETTI	19.02.2024 A 18.02.2025	30	19.10.2026	17.11.2026
4.346-01	RICARDO DA SILVA ROSINA	13.08.2025 A 12.08.2026	30	28.09.2026	13.10.2026
				03.11.2026	14.11.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL ABASTECIMENTO E PESCA - SEMDESP					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
7.742-1	EUROSETE DA SILVA	31.03.2025 A 30.03.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
94.138-1	EVERSON LUIZ MARCHIORE	14.04.2025 A 13.04.2026	30	29.10.2026	05.11.2026
				04.01.2027	17.01.2027
				01.03.2027	08.03.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL - SEMDIR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
94.057-3	ALINE LARYSSA RODRIGUES DA CRUZ	10.01.2025 A 09.01.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
97.459-1	ANGELITA MILDEMBERG DEDA	14.07.2022 A 13.07.2023	30	13.10.2026	27.10.2026
				25.01.2027	03.02.2027
				12.04.2027	16.04.2027
93.991-4	ARIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA	15.05.2025 A 14.05.2026	30	13.10.2026	11.11.2026
99.045-1	CAMILA KOFAHL MONTEIRO	10.03.2025 A 09.03.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				16.11.2026	30.11.2026
13.067-1	CLAUDIA RENATA WAGNER SILVA	15.09.2025 A 14.09.2026	30	13.10.2026	27.10.2026
				04.12.2026	18.12.2026
99.096-1	DIRCIANE FERREIRA MARQUES	04.04.2025 A 03.04.2026	30	23.09.2026	02.10.2026
				07.01.2026	21.01.2026
				01.02.2027	05.02.2027
12.880-5	GISLAINE ROSA MARTINS DE PAULA	11.03.2025 A 10.03.2026	30	28.09.2026	27.10.2026
13.037-1	GLAUCE KELLI BEZERRA MARTINS	28.08.2025 A 27.08.2026	30	08.09.2026	22.09.2026
				01.03.2027	15.03.2027
7.048-1	IZAURA DO ROCIO DA CRUZ RIBEIRO	09.02.2024 A 08.02.2025	30	13.10.2026	27.10.2026
				18.01.2027	01.02.2027
12.140-1	LUZIMARA DA COSTA PINTO BARBOSA	05.11.2019 A 04.11.2020	30	19.10.2026	30.10.2026
				11.02.2027	28.02.2027
10.360-1	MARIA DE LOURDES DA SILVA	28.02.2025 A 27.02.2026	30	22.09.2026	01.10.2026
				23.11.2026	07.12.2026
				04.01.2027	08.01.2027
96.492-5	MÔNICA PAULINO DA SILVA LOPES	18.03.2025 A 17.03.2026	30	28.09.2026	02.10.2026
				04.01.2027	18.01.2027
				10.02.2027	19.02.2027
12.989-2	NEIVA DAHLE BONALDI	17.08.2021 A 16.08.2022	30	01.10.2026	30.10.2026
98.930-1	ROSANIA DOMINGOS DOS SANTOS	12.02.2025 A 11.02.2026	30	13.10.2026	11.11.2026
9.569-1	ROSÂNGELA GOMES PINHEIRO	18.09.2024 A 17.09.2025	30	02.10.2026	31.10.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULTUR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
5.310-1	ARLETE LOPES ALVES FRANÇA	30.09.2025 A 29.09.2026	30	21.09.2026	25.09.2026
				14.10.2026	28.10.2026
				22.01.2027	31.01.2027
10.415-1	THIAGO PEREIRA PIRES	01.09.2025 A 31.08.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
6.325-1	RICARDO FERNANDO BARBOSA	26.06.2023 A 25.06.2024	30	07.01.2027	26.01.2027
				10.02.2027	26.02.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - SESPOR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
10.236-1	IZABEL CRISTINA DE ALMEIDA	10.08.2025 A 09.08.2026	30	08.09.2026	07.10.2026
4.338-01	MAURO GONÇALVES ROCHA	25.08.2025 A 24.08.2026	30	01.10.2026	30.10.2026
10.414-1	WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO	09.09.2025 A 08.09.2026	30	19.10.2026	17.11.2026
SECRETARIA REGIONAL DA ILHA DOS VALADARES - SERVAL					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
93.804-1	REGINALDO RODRIGUES BARBOZA	09.11.2024 A 08.11.2025	24	23.10.2026	15.11.2026
8.493-2	WALDEMAR NICOLAU BARLETTA NETO	12.09.2024 A 11.09.2025	30	16.09.2026	15.10.2026

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 30 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:796F0CC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 395/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 13/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAL3027	277450T000057723	23/09/2026	55411
ACW9E90	277450T000061803	24/09/2026	55250
ADO5A19	277450NIC0046242	05/09/2026	50020
ADT9J41	277450T000057880	24/09/2026	57463
AEJ3J13	277450T000060873	23/09/2026	55411
AEV5B31	277450T000059828	23/09/2026	55411
AIV2856	277450T000059827	23/09/2026	55411
AJN2J38	277450T000062746	23/09/2026	54521
AKH0232	277450T000062742	23/09/2026	55413
AMW1F16	277450T000062268	23/09/2026	55413
ANK7F99	277450T000062748	23/09/2026	55250
ANV0A47	277450NIC0046246	05/09/2026	50020
AOD5D54	277450T000062747	23/09/2026	55413
APC4567	277450T000036878	24/09/2026	55414
ARK5E75	277450T000062738	23/09/2026	57380
ARL6C21	277450T000062743	23/09/2026	55680
ATM6B24	277450T000061802	24/09/2026	55411
ATX3968	277450T000050553	23/09/2026	76332
AUH4068	277450T000062265	23/09/2026	76251
AUS9603	277450T000062269	23/09/2026	54521
AUT5E26	277450T000057270	23/09/2026	55413
AVA2B44	277450T000057879	24/09/2026	76332
AVP3H42	277450T000062262	23/09/2026	55413
AVQ5D23	277450T000057878	24/09/2026	76332
AWC3F43	277450T000062267	23/09/2026	76252
AWK1D40	277450T000062263	23/09/2026	55413
AWS8I17	277450T000062731	23/09/2026	55500
AXD6232	277450T000057269	23/09/2026	54521
AZY7743	277450T000057724	23/09/2026	55411
BAP4F51	277450T000062728	22/09/2026	57380
BAX5I20	277450T000060810	23/09/2026	54521
BBR0A08	277450T000062739	23/09/2026	51851
BBR4164	277450T000062744	23/09/2026	55250
BCD3323	277450T000062264	23/09/2026	55414
BCJ1D81	277450T000062745	23/09/2026	54521
BCN8I67	277450T000049436	23/09/2026	55413
BCR9F71	277450T000062733	23/09/2026	55417
BCW8J01	277450T000062266	23/09/2026	55413
BDB8C59	277450T000060812	23/09/2026	55250
BDT6B30	277450T000060813	23/09/2026	55680
BDW1A68	277450T000062735	23/09/2026	55413
BEY4D29	277450T000057174	24/09/2026	76332
CEP1H68	277450T000062271	23/09/2026	55250
DAJ2C75	277450T000059826	23/09/2026	55411
DBA3B81	277450T000062749	23/09/2026	55250
EQO1G29	277450T000060977	24/09/2026	51852
EUY4D63	277450T000062729	22/09/2026	51851
FCM3I29	277450T000062261	23/09/2026	55680
FSJ5A09	277450T000057722	23/09/2026	55411
IKP7B31	277450T000049435	23/09/2026	54100
JAK6D84	277450T000062732	23/09/2026	54521
JIL1F05	277450T000058807	24/09/2026	54600
JJW6958	277450T000057720	22/09/2026	51180
JJW6958	277450T000057719	22/09/2026	50100
MAF2F37	277450T000062730	22/09/2026	55680
MTB3E76	277450T000057721	23/09/2026	55411
NEK2101	277450T000062740	23/09/2026	55413
NEK2101	277450T000057652	23/09/2026	55411

NSA9C33	277450T000057881	24/09/2026	76332
NVA4H26	277450T000060808	23/09/2026	55411
OZX0G76	277450T000059165	23/09/2026	55411
QOQ5E08	277450T000062736	23/09/2026	76252
QZR4F92	277450T000059163	23/09/2026	55411
RBQ4F26	277450T000059164	23/09/2026	55412
REO0J81	277450T000057882	24/09/2026	55414
RFA7I98	277450NIC0046244	05/09/2026	50020
RHB3H80	277450T000038866	24/09/2026	60411
RHX4B32	277450NIC0046247	05/09/2026	50020
RKZ2B00	277450T000062734	23/09/2026	54522
SEB8G60	277450T000056654	23/09/2026	57200
SEI9J00	277450NIC0046241	05/09/2026	50020
SEO7G19	277450T000059829	23/09/2026	60501
SEO8H70	277450NIC0046249	05/09/2026	50020
SEZ1B13	277450NIC0046243	05/09/2026	50020
SFA1I92	277450T000062737	23/09/2026	55090
SHK0E10	277450T000062741	23/09/2026	76251
SHR0C41	277450T000062270	23/09/2026	54521
TAL7D47	277450NIC0046248	05/09/2026	50020
TAO0F24	277450T000039039	22/09/2026	52741
TAO0F24	277450T000039036	22/09/2026	63944
TAO0F24	277450T000039037	22/09/2026	61732
TAO0F24	277450T000039038	22/09/2026	57970
TAR6B65	277450T000060978	24/09/2026	66371
TAX5B19	277450T000057883	24/09/2026	55414
TBH4B30	277450T000057173	24/09/2026	73400
TBH4B30	277450T000057170	24/09/2026	66372
TBH4B30	277450T000057172	24/09/2026	51180
TBH4B30	277450T000057171	24/09/2026	50100
TBU3J52	277450NIC0046245	05/09/2026	50020
TMO5I27	277450T000060809	23/09/2026	55680
TXP5I77	277450T000057391	24/09/2026	76332
UBR0C15	277450T000058163	24/09/2026	52741
UBR0C15	277450T000058164	24/09/2026	66531
UBU2J14	277450T000057175	24/09/2026	73400
UCK3J80	277450T000060811	23/09/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:FBCAF4ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 400/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAH8C71	277450T000058171	25/09/2026	55500
ABP0B35	277450T000060877	27/09/2026	55411
ACH2E07	277450T000063414	27/09/2026	55411
ACI4H23	277450T000063407	27/09/2026	55500
ADY7J13	277450T000057176	25/09/2026	54521
AEJ3J13	277450T000060987	25/09/2026	55500
AFI8720	277450T000058170	25/09/2026	55500
AFO7313	277450T000060875	26/09/2026	55680
AFR6C29	277450T000057888	25/09/2026	56650
AIV0198	277450T000059830	27/09/2026	55411
AIV2856	277450T000060986	25/09/2026	55500
AKA0H22	277450T000060980	25/09/2026	51852
AKK5157	277450T000063402	26/09/2026	55680
AKL2714	277450T000052303	25/09/2026	54525
AMD9A43	277450T000063406	27/09/2026	55500
ANA5J26	277450T000062274	26/09/2026	51851
APQ9098	277450T000055640	25/09/2026	54521
APY7H02	277450T000063416	27/09/2026	55411
AQB8G84	277450T000057514	27/09/2026	66531
ARJ3081	277450T000063410	27/09/2026	73400
ASI5J58	277450T000055638	25/09/2026	54521
ASJ4I90	277450T000058761	26/09/2026	55413
ASQ3H46	277450T000048119	25/09/2026	55250
ATJ9D85	277450T000055637	25/09/2026	54521
ATS0F33	277450T000063420	27/09/2026	57463
ATW3623	277450T000062279	27/09/2026	51180
ATW3623	277450T000062280	27/09/2026	66531
ATW3623	277450T000062281	27/09/2026	65992
ATX1F05	277450T000063403	26/09/2026	55250
AUB3611	277450T000059908	25/09/2026	76332
AUB6G76	277450T000039049	27/09/2026	65992
AUR8C65	277450T000062272	26/09/2026	73400
AVE5C75	277450T000057394	25/09/2026	73400
AVL3G78	277450T000057889	25/09/2026	54521
AWL2E00	277450T000060989	25/09/2026	55500
AWL2E00	277450T000061402	25/09/2026	55411
AWL4F91	277450T000048116	25/09/2026	55250
AXL9I13	277450T000062202	27/09/2026	51851
AYQ2809	277450T000063419	27/09/2026	55680
AZC3D23	277450T000057393	25/09/2026	73400

AZF5J91	277450T000062276	26/09/2026	73400
BAQ6G00	277450T000057273	27/09/2026	55680
BAQ6G00	277450T000010908	26/09/2026	55500
BBP2J51	277450T000057887	25/09/2026	76332
BCE4463	277450T000062278	27/09/2026	73400
BCI0316	277450T000048118	25/09/2026	55250
BCN5I69	277450T000054905	27/09/2026	70301
BDN9B58	277450T000039046	27/09/2026	66531
BDO7F99	277450T000063408	27/09/2026	55500
BDZ4F57	277450T000058167	25/09/2026	55500
BEE2J34	277450T000039042	27/09/2026	73662
BET8H81	277450T000054204	25/09/2026	52741
BEW8E61	277450T000059906	25/09/2026	76332
BTJ9B37	277450T000051543	27/09/2026	54521
BWT0A14	277450T000060988	25/09/2026	55500
CLA1H89	277450T000060876	26/09/2026	51851
CLH5F09	277450T000060985	25/09/2026	55500
CNI7G82	277450T000060878	27/09/2026	55411
CUE9C36	277450T000063418	27/09/2026	55680
CYD4455	277450T000063409	27/09/2026	51851
DPP7D32	277450T000062275	26/09/2026	51851
EQT1C16	277450T000051542	25/09/2026	76332
EUX6E65	277450T000058165	24/09/2026	55500
EVA2I18	277450T000057885	25/09/2026	76332
GAG0B49	277450T000060874	26/09/2026	73400
GHQ1B86	277450T000055642	25/09/2026	55413
GRA0851	277450T000063415	27/09/2026	55411
GRA0851	277450T000058169	25/09/2026	55500
HJE1461	277450T000048113	25/09/2026	54521
HQR7G48	277450T000058168	25/09/2026	55500
ICF9C60	277450T000063421	27/09/2026	55411
IMX6764	277450T000062205	27/09/2026	51851
ISC1H95	277450T000051544	27/09/2026	54521
ISC1H95	277450T000059167	27/09/2026	55411
IXP9I81	277450T000055645	26/09/2026	60501
JBG3C60	277450T000058172	25/09/2026	55500
LZD2B39	277450T000063413	27/09/2026	55411
MBC8J07	277450T000048115	25/09/2026	55250
MPI6E99	277450T000057177	28/09/2026	55411
MZC7I00	277450T000062203	27/09/2026	51851
OBJ5B07	277450T000063404	26/09/2026	55680
OGR3030	277450T000044335	27/09/2026	54600
OXU3J08	116100T003974422	20/09/2026	76252
QUT2F00	277450T000044336	27/09/2026	54521
QZN8B11	277450T000057272	26/09/2026	55680
RAG9G31	277450T000044339	27/09/2026	51420
RAG9G31	277450T000044338	27/09/2026	50450
RBR6C23	277450T000048120	27/09/2026	54600
RCJ9I01	277450T000063412	27/09/2026	55411
REW1G77	277450T000057395	28/09/2026	55090
RHB6E87	277450T000062277	26/09/2026	73400
RHK2H51	277450T000039045	27/09/2026	50100
RHL5F50	277450T000060981	25/09/2026	76332
RHR0E36	277450T000048117	25/09/2026	55250
RHU1B58	277450T000057886	25/09/2026	76332
RLD1I37	277450T000061203	25/09/2026	54521
SDT2F22	277450T000048058	27/09/2026	65992
SDT3I98	277450T000062273	26/09/2026	73400
SDY5G11	277450T000044337	27/09/2026	54360
SEH0D74	277450T000055643	25/09/2026	55413
SEL2E27	277450T000039047	27/09/2026	70481
SEL2E27	277450T000039048	27/09/2026	68580
SFC6E79	277450T000055644	25/09/2026	55413
SFD1E96	277450T000062204	27/09/2026	73400
SFD7C04	277450T000052302	25/09/2026	54525
SFK9D22	277450T000059166	26/09/2026	55411
SFM7H30	277450T000039043	27/09/2026	66531
SFM7H30	277450T000039044	27/09/2026	60502
SHK0E10	277450T000048114	25/09/2026	54521
SHP2F06	277450T000060979	24/09/2026	55500
TAI9G73	277450T000060984	25/09/2026	66371
TAN3E86	277450T000057725	26/09/2026	57463
TAQ4J28	277450T000057392	25/09/2026	76251
TAR0G88	277450T000047926	27/09/2026	51180
TAR0G88	277450T000047925	27/09/2026	50100
TAR6B65	277450T000057726	26/09/2026	66531
TAU3I53	277450T000039041	27/09/2026	66531
TAU3I53	277450T000039040	27/09/2026	52741
TBH2I23	277450T000052301	25/09/2026	54521
TBL8B19	277450T000059831	27/09/2026	55411
TBN3J67	277450T000057727	27/09/2026	51180
TBN3J67	277450T000057728	27/09/2026	50100
TBN3J67	277450T000062206	27/09/2026	73400
TBT5A35	277450T000059604	27/09/2026	54521
TBZ2C31	277450T000059907	25/09/2026	76332
TBZ8E39	277450T000057396	28/09/2026	55090
TEA2I15	277450T000055641	25/09/2026	54521
TXL2B26	277450T000058166	25/09/2026	76332
TYB7I72	277450T000059603	27/09/2026	54600

UAV7F10	277450T000063401	26/09/2026	55500
UAZ1A48	277450T000060983	25/09/2026	66531
UBF5A20	277450T000060982	25/09/2026	66371
UBI2H63	277450T000054968	27/09/2026	73400
UBL7C86	277450T000063417	27/09/2026	73400
UBP0E59	277450T000010909	26/09/2026	55500
UBP0E59	277450T000057271	26/09/2026	55680
UBP0E59	277450T000063405	26/09/2026	55680
UBS5D87	277450T000049437	24/09/2026	58780
UBT4D67	277450T000059905	25/09/2026	76332
UBV3J49	277450T000055639	25/09/2026	54521
UCF7C10	277450T000057884	25/09/2026	76332
UCK3J80	277450T000062750	26/09/2026	54521
UCK6A84	277450T000058760	26/09/2026	57380
UCO2F28	277450T000054969	27/09/2026	73400

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:F8EFEB6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 398/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AKB7D42	116100T000443024	15/07/2026	55414	R$ 195,23
AKK5B19	277450T000009244	19/07/2026	54600	R$ 130,16
AWP2D14	277450T000026416	19/07/2026	54600	R$ 130,16
AXQ6J96	277450NIC0045953	30/06/2026	50020	R$ 390,46
AZV7330	277450T000049465	19/07/2026	73400	R$ 130,16
BCH3G95	277450T000036684	19/07/2026	55500	R$ 130,16
BDZ7B39	277450T000055223	19/07/2026	55680	R$ 195,23
BEI3C70	277450T000053481	19/07/2026	55500	R$ 130,16
BEI3C70	277450T000026410	19/07/2026	55500	R$ 130,16
BEN7C16	277450T000026578	19/07/2026	51180	R$ 880,41
BEN7C16	277450T000026577	19/07/2026	50100	R$ 880,41
EGQ1B68	116100T000443023	15/07/2026	55414	R$ 195,23
KAU5E50	277450NIC0045956	30/06/2026	50020	R$ 260,32
KAU5E50	277450NIC0045955	30/06/2026	50020	R$ 390,46
MXS8F24	277450T000026414	19/07/2026	55500	R$ 130,16
OPW3G59	277450T000055224	19/07/2026	55680	R$ 195,23
OUJ5H57	277450T000042642	19/07/2026	55500	R$ 130,16
PTV3C52	277450T000026413	19/07/2026	55500	R$ 130,16
RHM5I48	277450NIC0045954	30/06/2026	50020	R$ 260,32
SED7C24	277450T000026415	19/07/2026	55500	R$ 130,16
SID3A81	277450T000036683	19/07/2026	55500	R$ 130,16
SUA0G87	116100T000443025	15/07/2026	55414	R$ 195,23
SYB6E56	277450T000009242	19/07/2026	55500	R$ 130,16
TAT3B66	277450T000009241	19/07/2026	55500	R$ 130,16
UAS4H80	277450NIC0045957	30/06/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:B08FDF00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 401/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AEV0159	116100T003744341	16/07/2026	55413	R$ 195,23
AFB1C48	277450T000044800	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AHG2G21	277450T000055717	20/07/2026	55411	R$ 195,23
AHM8920	277450NIC0045959	30/06/2026	50020	R$ 260,32
AOA1E92	277450T000055720	20/07/2026	60412	R$ 195,23
AOG7753	277450NIC0045962	03/07/2026	50020	R$ 390,46
ARE9061	116100T003744343	16/07/2026	55413	R$ 195,23
ASP7J46	277450T000055716	20/07/2026	76332	R$ 293,47
ATB7E48	277450T000039818	20/07/2026	55411	R$ 195,23
AUL2I89	277450T000039824	20/07/2026	54521	R$ 195,23

AUL2I89	277450T000039823	20/07/2026	54522	R$ 195,23
AXA4H62	277450T000055721	20/07/2026	60412	R$ 195,23
AXT7F04	277450T000053827	20/07/2026	61220	R$ 293,47
AYS1257	277450T000055722	20/07/2026	60412	R$ 195,23
BAL4E22	277450NIC0045961	03/07/2026	50020	R$ 260,32
BEG5D90	277450T000055225	20/07/2026	55500	R$ 130,16
BEN4A33	116100T003744344	16/07/2026	55413	R$ 195,23
CLJ2413	277450NIC0045960	03/07/2026	50020	R$ 260,32
DAV3F38	116100T003744342	16/07/2026	55413	R$ 195,23
FDZ3G86	277450T000049401	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FOW7C09	277450T000039827	20/07/2026	51930	R$ 293,47
IWR3E54	277450T000055718	20/07/2026	76331	R$ 293,47
LYT9820	277450T000053717	20/07/2026	76252	R$ 293,47
MAO3094	277450T000039820	20/07/2026	55411	R$ 195,23
MIT7E77	277450T000039825	20/07/2026	55411	R$ 195,23
MQY3A61	277450T000039826	20/07/2026	55411	R$ 195,23
MTV7B16	277450T000055715	20/07/2026	51851	R$ 195,23
MUC9H36	277450T000051504	20/07/2026	55250	R$ 130,16
MUC9H36	277450T000051505	20/07/2026	54790	R$ 130,16
RHP7G41	277450T000020588	20/07/2026	70991	R$ 195,23
RHP7G41	277450T000020589	20/07/2026	70301	R$ 293,47
RNV6A60	277450T000042750	20/07/2026	73662	R$ 130,16
RYT7C08	277450T000055711	20/07/2026	76332	R$ 293,47
SEC5E78	277450T000055719	20/07/2026	60412	R$ 195,23
SED6F85	277450T000055712	20/07/2026	57463	R$ 130,16
SEO1C63	277450NIC0045958	30/06/2026	50020	R$ 586,94
SET3E97	277450T000020590	20/07/2026	61220	R$ 293,47
SFK2D24	277450T000053828	20/07/2026	61220	R$ 293,47
TAP6H43	277450T000025986	20/07/2026	61220	R$ 293,47
TAY8E12	277450T000053716	20/07/2026	76332	R$ 293,47
TBJ0C60	277450T000051506	20/07/2026	50450	R$ 293,47
UBA9I42	277450T000025987	20/07/2026	70301	R$ 293,47

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:A1CA54A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 403/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACZ6A75	277450T000055726	21/07/2026	60412	R$ 195,23
AEA9316	277450T000055736	24/07/2026	55411	R$ 195,23
AEC4H52	277450T000055727	21/07/2026	57463	R$ 130,16
AEO1F61	277450T000055733	21/07/2026	51851	R$ 195,23
AFC3G52	277450CND0000319	07/07/2026	50371	R$ 586,94
AGA5C66	277450T000042643	22/07/2026	61220	R$ 293,47
ANO6G24	277450T000055741	25/07/2026	76332	R$ 293,47
AOL3A66	277450T000055725	21/07/2026	54521	R$ 195,23
AQR9E55	277450P000341209	04/07/2026	55680	R$ 195,23
ARP1003	277450T000055744	25/07/2026	51851	R$ 195,23
ART6458	277450P000341215	04/07/2026	51851	R$ 195,23
ARZ5409	277450T000055738	24/07/2026	61220	R$ 293,47
ASM8A62	277450T000055730	21/07/2026	73400	R$ 130,16
ATW0A34	277450NIC0045977	07/07/2026	50020	R$ 390,46
ATX2F59	277450T000039829	25/07/2026	55411	R$ 195,23
AUC5123	116100T000443029	21/07/2026	55414	R$ 195,23
AUC5123	277450T000055231	24/07/2026	55414	R$ 195,23
AUG2I93	277450T000055734	21/07/2026	51851	R$ 195,23
AUI6038	277450T000055230	23/07/2026	55680	R$ 195,23
AVA1C34	277450T000025990	21/07/2026	73662	R$ 130,16
AVA1C34	277450T000025989	21/07/2026	60412	R$ 195,23
AVW2G87	277450T000055729	21/07/2026	76332	R$ 293,47
AWA4180	277450NIC0045976	07/07/2026	50020	R$ 260,32
AYA3F20	277450T000053830	25/07/2026	55411	R$ 195,23
AZQ2F88	277450T000053140	23/07/2026	55411	R$ 195,23
AZQ4G90	277450T000031812	25/07/2026	51930	R$ 293,47
BAB2J11	277450T000055746	25/07/2026	61220	R$ 293,47
BAQ2174	277450T000036412	23/07/2026	54522	R$ 195,23
BBH1G44	116100T000443031	21/07/2026	55414	R$ 195,23
BBP3J04	277450T000040586	22/07/2026	55414	R$ 195,23
BCL9J53	277450T000052197	20/07/2026	65300	R$ 195,23
BCX9G36	277450NIC0045966	07/07/2026	50020	R$ 260,32
BDE6H90	116100T003654270	17/07/2026	54870	R$ 195,23
BDJ1G85	277450T000055745	25/07/2026	76332	R$ 293,47
BDK3D40	277450T000055232	24/07/2026	76252	R$ 293,47
BDZ9A02	277450P000341210	04/07/2026	55680	R$ 195,23
BEE4B63	277450T000053228	23/07/2026	76332	R$ 293,47

BEE4B63	277450T000053229	23/07/2026	57463	R$ 130,16
BEF8I64	277450P000341208	01/07/2026	55680	R$ 195,23
BEQ3J06	277450T000040587	22/07/2026	55414	R$ 195,23
BOQ3221	277450T000055731	21/07/2026	51851	R$ 195,23
BWK8F28	277450T000053139	22/07/2026	55411	R$ 195,23
CGR3I92	277450T000055723	21/07/2026	54521	R$ 195,23
DCU6I51	277450T000039830	25/07/2026	55411	R$ 195,23
DJG2G56	116100T000443030	21/07/2026	55414	R$ 195,23
DKO5287	277450T000055739	25/07/2026	76252	R$ 293,47
DTV1B27	116100T000443027	17/07/2026	55414	R$ 195,23
DUA0051	277450T000055732	21/07/2026	51851	R$ 195,23
ERF5H34	277450T000051762	22/07/2026	54100	R$ 130,16
ERN2G87	277450T000051015	22/07/2026	55414	R$ 195,23
ETU5A63	277450T000051761	22/07/2026	54100	R$ 130,16
EZU2F53	277450T000053718	21/07/2026	60412	R$ 195,23
FJM0C41	277450T000055737	24/07/2026	76332	R$ 293,47
GAX7F85	277450T000055227	21/07/2026	55680	R$ 195,23
GJS1A33	116100T000443032	21/07/2026	55411	R$ 195,23
GZI5112	277450T000055226	21/07/2026	54521	R$ 195,23
ICK3C17	277450CND0000318	28/06/2026	50371	R$ 586,94
IFM1322	277450P000341213	04/07/2026	55411	R$ 195,23
IUI7G40	277450T000055728	21/07/2026	76332	R$ 293,47
IWC5484	277450T000055735	24/07/2026	55680	R$ 195,23
IZP3B10	116100T003744349	18/07/2026	54521	R$ 195,23
JCK7F16	277450T000007195	25/07/2026	55500	R$ 130,16
JCL7E50	277450T000007194	25/07/2026	55500	R$ 130,16
JCL7E52	277450T000007193	25/07/2026	55500	R$ 130,16
JDA7C15	277450T000034757	25/07/2026	66532	R$ 195,23
JDA7C15	277450T000034756	25/07/2026	70561	R$ 293,47
JHS9C27	277450P000341214	04/07/2026	54521	R$ 195,23
LWW6E21	277450NIC0045982	07/07/2026	50020	R$ 260,32
MAO3094	277450T000039831	25/07/2026	55411	R$ 195,23
MAS9825	277450NIC0045973	07/07/2026	50020	R$ 390,46
MCN7A73	277450T000051508	24/07/2026	55250	R$ 130,16
MCN7A73	277450T000051510	24/07/2026	54600	R$ 130,16
MCN7A73	277450T000051509	24/07/2026	55500	R$ 130,16
MDM6B64	277450T000055743	25/07/2026	51851	R$ 195,23
MEL4181	277450P000341212	04/07/2026	76332	R$ 293,47
MEO8I43	277450T000051760	21/07/2026	58600	R$ 130,16
MFJ2C19	277450T000049603	23/07/2026	52070	R$ 88,38
MFJ2C19	277450T000049602	23/07/2026	57380	R$ 293,47
MKD5D65	116100T000217328	04/07/2026	54522	R$ 195,23
OBJ6148	277450T000055229	23/07/2026	55680	R$ 195,23
PUD3C25	277450T000055740	25/07/2026	76332	R$ 293,47
RAC8G03	277450P000341206	01/07/2026	55680	R$ 195,23
RHN8J26	277450T000039828	25/07/2026	58780	R$ 130,16
RHT3E64	116100T003744348	18/07/2026	54600	R$ 130,16
RMJ6G24	277450T000055228	21/07/2026	55680	R$ 195,23
SDR5G41	277450NIC0045979	07/07/2026	50020	R$ 260,32
SDY5J56	277450T000055742	25/07/2026	76332	R$ 293,47
SEC7J66	277450P000341211	04/07/2026	55680	R$ 195,23
SEI2A85	277450T000042901	24/07/2026	60681	R$ 195,23
SEQ5B75	277450NIC0045975	07/07/2026	50020	R$ 390,46
SES3A98	277450T000053719	25/07/2026	76252	R$ 293,47
SES8E14	277450T000055458	22/07/2026	73400	R$ 130,16
SEU2D96	116100T000443026	17/07/2026	76252	R$ 293,47
SFD1C83	277450NIC0045974	07/07/2026	50020	R$ 260,32
SFI6I15	116100T000443028	21/07/2026	55414	R$ 195,23
SFM6A82	277450NIC0045983	07/07/2026	50020	R$ 260,32
SWI0B81	277450NIC0045981	07/07/2026	50020	R$ 390,46
TAI6D11	277450T000051507	21/07/2026	66372	R$ 195,23
TAL6G58	277450NIC0045965	07/07/2026	50020	R$ 260,32
TAN5C10	277450NIC0045964	07/07/2026	50020	R$ 260,32
TAN5C11	277450NIC0045963	07/07/2026	50020	R$ 260,32
TAZ5C26	277450T000051014	22/07/2026	55414	R$ 195,23
TBP7H83	277450T000055459	23/07/2026	55411	R$ 195,23
TBS1J81	277450T000055233	24/07/2026	55414	R$ 195,23
TBS5C98	277450NIC0045984	11/07/2026	50020	R$ 260,32
TBX2I05	277450T000038081	24/07/2026	60412	R$ 195,23
TFJ4F98	277450T000025988	21/07/2026	55411	R$ 195,23
TKZ3I75	277450NIC0045980	07/07/2026	50020	R$ 390,46
TQO3C01	277450P000341207	01/07/2026	55680	R$ 195,23
TYU5F32	277450T000041740	21/07/2026	58193	R$ 880,41
UAV7E73	277450NIC0045967	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UBD1I75	277450T000037241	25/07/2026	51691	R$ 2.934,70
UBI0C94	277450T000054115	16/07/2026	66531	R$ 195,23
UBO8F19	277450T000054152	24/07/2026	59670	R$ 1.467,35
UBQ4C11	277450P000214840	08/07/2026	53800	R$ 130,16
UBW9E31	277450T000053142	23/07/2026	55250	R$ 130,16
UBW9E31	277450T000053141	23/07/2026	54790	R$ 130,16

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:5D45D23A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
LEI Nº 5.626/2026

Dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal de Paranavaí e estabelece outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal de Paranavaí, órgão permanente de segurança pública municipal, nos termos do § 8º do art. 144 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, da Lei Orgânica do Município e da legislação aplicável.

Parágrafo único. A função precípua da Guarda Municipal de Paranavaí é a proteção municipal preventiva, voltada à preservação da ordem pública local, à proteção das pessoas, bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais, à continuidade dos serviços públicos e à promoção da segurança urbana, observadas as competências constitucionais e legais dos demais órgãos de segurança pública.

Art. 2º A Guarda Municipal de Paranavaí é instituição de caráter civil, uniformizada e armada, integrante do Sistema de Segurança Pública nos limites constitucionais e legais, destinada à proteção municipal preventiva das pessoas, bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais, bem como à realização de ações ostensivas de segurança urbana e patrulhamento preventivo e comunitário, nos termos desta Lei.

Art. 3º Incumbe à Guarda Municipal de Paranavaí atuar na proteção municipal preventiva, inclusive por meio de ações preventivas, ostensivas e comunitárias voltadas à preservação da ordem pública local e à proteção da população, ressalvadas as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos respectivos órgãos de segurança pública, com os quais poderá atuar de forma integrada e cooperativa.

Parágrafo único. A Guarda Municipal de Paranavaí submete-se ao controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público, no que couber e nos termos do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, sem prejuízo dos mecanismos de controle interno, correição, ouvidoria e controle social previstos nesta Lei.

Art. 4º São princípios mínimos de atuação da Guarda Municipal:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - proteção municipal preventiva;

IV - patrulhamento preventivo e comunitário;

V - compromisso com a evolução social da comunidade;

VI - uso progressivo da força;

VII - respeito à dignidade humana, à justiça, à legalidade democrática e à coisa pública.

Art. 5º Os uniformes, insígnias, brasões, honras e sinais de respeito, protocolo e cerimonial da Guarda Municipal de Paranavaí serão padronizados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º A Guarda Municipal de Paranavaí, sob a autoridade máxima do Prefeito Municipal, é vinculada à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito — SESTRAN.

Art. 7º Compete à Guarda Municipal de Paranavaí:

I - zelar pela proteção das pessoas, bens, equipamentos, serviços e próprios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra as pessoas, bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que os integrantes da Guarda Municipal presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive por meio de ações educativas, preventivas e de atuação especializada de proteção ambiental, observadas as competências dos demais órgãos públicos;

VII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

VIII - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

IX - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

X - articular com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XI - articular e apoiar os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XII - exercer as competências de trânsito que lhe forem atribuídas pelo Município, quando seus integrantes forem regularmente designados como agentes da autoridade de trânsito, nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), da legislação municipal aplicável ou de convênio celebrado com órgão competente;

XIII - fiscalizar, orientar e controlar o trânsito municipal de pedestres e veículos nas áreas de sua atuação, inclusive lavrar autos de infração e adotar medidas administrativas de trânsito, quando seus integrantes estiverem regularmente capacitados e designados para essa finalidade, observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro, do órgão executivo municipal de trânsito e da legislação aplicável;

XIV - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar com elas;

XV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XVI - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVII - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros municípios ou das esferas estadual e federal;

XVIII - auxiliar na segurança de grandes eventos públicos e na proteção de autoridades e dignitários;

XIX - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local;

XX - prestar colaboração e orientação ao público em geral;

XXI - operar equipamentos de comunicação e equipamentos tecnológicos de monitoramento de alarmes, de vídeo e outros;

XXII - subsidiar o trabalho do Conselho Tutelar;

XXIII - dirigir viaturas conforme escala de serviço;

XXIV - participar das comemorações cívicas de feitos e fatos programados pelo município;

XXV - elaborar relatórios de suas atividades;

XXVI - apoiar e garantir as ações fiscalizadoras, resgate social e os serviços de responsabilidade do Município;

XXVII - fazer rondas preventivas, nos períodos diurno e noturno, conforme escala, fiscalizando a entrada e a saída, o acesso de pessoas, veículos e equipamentos nas dependências de repartições públicas municipais;

XXVIII – zelar pela segurança pessoal do Prefeito e do Vice-Prefeito, quando em exercício, bem como do Chefe do Poder Legislativo Municipal, nos termos de regulamento;

XXIX - outras atividades correlatas.

XXX - atuar preventivamente na proteção da integridade física dos servidores públicos municipais e dos usuários dos serviços públicos, especialmente nas unidades de saúde, educação, assistência social e demais equipamentos públicos municipais, observadas as competências constitucionais e legais dos demais órgãos de segurança pública.

§ 1º No exercício de suas competências, a Guarda Municipal poderá atuar conjuntamente, de forma harmônica e independente, com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos.

§ 2º A proteção dos bens, serviços e instalações municipais compreende também a adoção de medidas preventivas destinadas à preservação da integridade física dos agentes públicos responsáveis pela execução dos serviços públicos municipais, bem como dos cidadãos que deles se utilizam.

§3º A Guarda Municipal poderá organizar grupamento especializado destinado à atuação preventiva e ostensiva de proteção ambiental, denominado Patrulha Ambiental, observadas as competências constitucionais e legais dos demais órgãos públicos.

§ 4º A Patrulha Ambiental poderá desenvolver ações preventivas, educativas e de proteção ambiental, bem como prestar apoio aos órgãos municipais competentes em ações de fiscalização, nos limites da legislação aplicável.

§ 5º A composição, a capacitação, os requisitos para designação dos integrantes, a organização e o funcionamento da Patrulha Ambiental serão disciplinados por ato do Poder Executivo, observadas a disponibilidade administrativa e orçamentária e as necessidades do serviço.

Art. 8º A Guarda Municipal de Paranavaí, por sua atuação e condições de trabalho diferenciadas em relação aos demais servidores públicos municipais, submeter-se-á às especificidades e às normas previstas nesta Lei e, subsidiariamente, às normas contidas no Estatuto dos Servidores do Município e demais diplomas aplicáveis.

Art. 9º A hierarquia e a disciplina manifestam-se por meio do exato cumprimento dos deveres civis e funcionais, em todos os níveis, classes, escalões, cargos e funções, e constituem a base institucional da Guarda Municipal de Paranavaí, entendendo-se:

I - por hierarquia, a disposição da autoridade em níveis e classes diferenciadas, dentro da estrutura da Guarda Municipal de Paranavaí;

II - por disciplina, a fiel observância e o acatamento que se devem dar às leis, regulamentos, normas e atos que fundamentam e justificam a existência da organização da Guarda Municipal de Paranavaí.

Art. 10. A civilidade é parte integrante da educação dos servidores públicos da Guarda Municipal de Paranavaí, competindo ao superior hierárquico tratar os subordinados de modo respeitoso e ao subordinado manter deferência para com seus superiores.

Parágrafo único. A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio dos integrantes da Guarda Municipal, com o objetivo de aperfeiçoar as relações sociais entre seus integrantes.

Art. 11. A Carreira da Guarda Municipal de Paranavaí será formada por servidores públicos ocupantes do cargo efetivo de Guarda Municipal, que é estruturado e discriminado hierarquicamente em carreira única, cujas promoções e progressões deverão obedecer aos critérios adotados nesta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO

Art. 12. O ingresso na carreira da Guarda Municipal de Paranavaí dar-se-á no cargo de Guarda Municipal 3ª Classe, mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, que compreenderá, entre suas etapas, os testes de aptidão física e mental e o Curso de Formação Técnico-Profissional (CFTP), este de caráter eliminatório, observadas a ordem de classificação, o prazo de validade do certame, as condições previstas em edital e os demais requisitos estabelecidos nesta Lei, sendo o concurso acessível aos brasileiros natos ou naturalizados.

§ 1º O candidato ao cargo público efetivo de Guarda Municipal, além dos requisitos constitucionais e legais pertinentes, deverá atender às seguintes exigências:

I - possuir nacionalidade brasileira;

II - estar no gozo dos direitos políticos;

III - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

IV - possuir ensino médio completo, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por órgão delegado;

V - possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

VI - não exercer cargo, emprego ou função pública inacumulável, nem estar aposentado em cargo ou emprego público inacumulável;

VII - possuir aptidão física, mental e psicológica;

VIII - ter sido considerado apto para o porte de arma de fogo em avaliação psicológica realizada por profissional credenciado pela Polícia Federal, conforme a legislação aplicável;

IX - gozar de boa saúde para o exercício da função;

X - comprovar idoneidade moral por meio de investigação social e certidões expedidas perante os órgãos competentes do Poder Judiciário estadual, federal e distrital;

XI - estar devidamente habilitado para conduzir veículo automotor, possuindo Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, na categoria AB;

XII - autorizar a coleta de material para exame de detecção de uso de drogas;

XIII - ser aprovado em todas as fases do concurso público, na forma desta Lei e do edital, bem como classificar-se dentro do número de vagas estabelecido;

XIV - não ter sofrido, quando do exercício de cargo, emprego ou função pública, pena de expulsão a bem do serviço público, demissão por justa causa ou penalidade administrativa incompatível com o ingresso na Guarda Municipal, observado o período de impedimento previsto na legislação aplicável.

§ 2º A aprovação nas etapas do concurso público anteriores ao CFTP assegura ao candidato classificado dentro do limite de convocação previsto no edital o direito à convocação para matrícula no curso, desde que atendidos os demais requisitos, não configurando, por si só, direito à nomeação, à posse ou a qualquer vínculo estatutário, empregatício ou previdenciário com o Município.

§ 3º Na composição do quadro geral de cargos efetivos da carreira da Guarda Municipal de Paranavaí, será observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) de ocupação por pessoas do sexo feminino.

§ 4º O percentual previsto no § 3º deste artigo constitui reserva mínima destinada à promoção da participação feminina na Guarda Municipal, vedada qualquer interpretação que importe limitação máxima à participação de mulheres nos concursos públicos, nas nomeações, nas promoções ou no desenvolvimento funcional da carreira.

§ 5º As candidatas do sexo feminino concorrerão simultaneamente às vagas reservadas e à totalidade das vagas de ampla concorrência, observadas a classificação, a aprovação em todas as fases do concurso público e as demais exigências legais e editalícias.

§ 6º Na hipótese de não haver candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento do percentual mínimo previsto neste artigo, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.

§ 7º O disposto neste artigo não impede que o percentual de ocupação feminina no quadro geral da carreira ultrapasse 10% (dez por cento), nem autoriza a exclusão ou restrição da participação de mulheres em quaisquer classes, funções, promoções ou níveis de desenvolvimento funcional da Guarda Municipal.

Art. 13. Os concursos serão abertos por edital, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - o cargo a ser provido e a sua descrição;

II - o nível mínimo de escolaridade exigido para o cargo;

III - as matérias, os programas e os tipos de testes e as fases que constituirão as provas;

IV - o prazo de validade do concurso;

V - o número de vagas;

VI - o vencimento inicial e as demais vantagens fixas, bem como a carga horária prevista para o cargo;

VII - o limite de candidatos classificados em cada etapa que poderão participar das etapas posteriores;

VIII - outras exigências ou informações que se fizerem necessárias, observada a legislação específica.

§ 1º A nomeação do candidato vincula-se obrigatoriamente às condições previstas no regulamento geral e no respectivo edital.

§ 2º O concurso público será realizado em etapas, compreendendo:

I - prova de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório;

II - teste de aptidão física, de caráter eliminatório e classificatório;

III - exames médicos (médico/odontológico/toxicológico), de caráter eliminatório;

IV - avaliação psicológica, de caráter eliminatório;

V - investigação de conduta, de caráter eliminatório;

VI - Curso de Formação Técnico-Profissional (CFTP), de caráter eliminatório.

§ 3º O concurso público poderá, facultativamente, prever prova de títulos e prova prática na etapa preliminar.

§ 4º A Administração municipal não será obrigada a nomear os candidatos aprovados além do limite das vagas ofertadas em edital.

§ 5º Preenchidas as vagas ofertadas, os candidatos remanescentes aprovados poderão ser nomeados, conforme a necessidade do serviço, observados os prazos de validade de cada concurso e a respectiva ordem de classificação.

§ 6º O concurso terá validade de até 2 (dois) anos, contados da publicação da homologação de seu resultado final, realizada após a conclusão de todas as etapas, inclusive do CFTP, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração municipal.

§ 7º A etapa prevista no inciso II do § 2º deste artigo poderá, a critério da Administração municipal, ser realizada no âmbito do CFTP, sem prejuízo de seu caráter eliminatório e classificatório, desde que essa possibilidade, os critérios de avaliação e seus efeitos estejam expressamente previstos no edital.

Art. 14. Concluídas as etapas anteriores ao CFTP, ressalvada a hipótese prevista no § 7º do art. 13 desta Lei, os candidatos classificados para essa etapa, observado o limite de convocação estabelecido no edital e a ordem de classificação preliminar, serão convocados para matrícula no Curso de Formação Técnico-Profissional (CFTP), na condição de Aluno do CFTP, mediante assinatura de termo de compromisso.

§ 1º A matrícula no CFTP não configura nomeação, posse ou investidura em cargo público, tampouco gera vínculo estatutário, empregatício ou previdenciário com o Município, por constituir etapa eliminatória integrante do concurso público, destinada à verificação, em caráter prático e continuado, da aptidão do candidato para o exercício do cargo de Guarda Municipal.

§ 2º Somente poderá ser matriculado o candidato que, por junta médica oficial, for julgado apto, física e mentalmente, para submeter-se ao curso de formação.

§ 3º A convocação para o CFTP poderá ocorrer em turmas, observados o cronograma, as condições, o limite de candidatos e os demais critérios estabelecidos no edital, respeitada a ordem de classificação preliminar.

§ 4º O Município de Paranavaí, por meio do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá celebrar convênios com órgãos estaduais ou federais ou contratar instituições que possuam estrutura comprovada para a formação e aperfeiçoamento da Guarda Municipal de Paranavaí.

§ 5º A grade curricular do curso de formação para Guarda Municipal deverá seguir as diretrizes da matriz curricular nacional para formação em segurança pública, no que tange à segurança municipal, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ministério da Justiça, podendo contar com matérias suplementares a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 15. Durante o período de formação, o Aluno do CFTP:

I - não fará uso do uniforme da Guarda Municipal;

II - perceberá, a título de auxílio-formação, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento inicial da Guarda Municipal 3ª Classe, o qual não caracteriza, para nenhum efeito, vínculo estatutário, empregatício ou previdenciário com o Município;

III - submeter-se-á ao regime disciplinar e às normas de conduta próprias do curso, estabelecidas em regulamento.

§ 1º O candidato matriculado no CFTP que seja servidor público efetivo deste Município, ocupante de cargo diverso, será afastado do exercício do respectivo cargo durante o período do curso, percebendo, exclusivamente, o auxílio-formação previsto no inciso II deste artigo, ou a remuneração de seu cargo de origem, o que lhe for mais vantajoso, vedada a cumulação.

§ 2º No caso de não conclusão ou não aprovação no CFTP, o servidor afastado nos termos do § 1º retornará ao exercício de seu cargo de origem, sem qualquer prejuízo funcional.

Art. 16. O Aluno do CFTP que, durante o curso de formação, tiver a sua conduta julgada inconveniente ou incompatível com os critérios de planejamento e os regulamentos do sistema de ensino será desligado do CFTP e eliminado do concurso público, após a instauração de procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do regulamento.

Art. 17. Será desligado da matrícula e eliminado do concurso público o Aluno do CFTP que:

I - não atingir o mínimo de frequência estabelecida;

II - não obtiver aproveitamento satisfatório;

III - não atingir a capacitação física necessária para o cargo;

IV - não cumprir todas as exigências do edital do concurso;

V - não atingir as notas mínimas estipuladas durante o curso de formação.

Parágrafo único. Os critérios para apuração das condições previstas nos incisos deste artigo serão estabelecidos em regulamento próprio, observadas as disposições do edital do concurso.

Art. 18. O Aluno do CFTP que, ao final do curso, obtiver o aproveitamento satisfatório definido no edital e em regulamento próprio será considerado aprovado na etapa do CFTP e habilitado a integrar o resultado final do concurso público, observados os critérios de classificação estabelecidos no edital.

Parágrafo único. Concluídas todas as etapas do concurso público e julgados os respectivos recursos, será elaborado o resultado final do certame, que será submetido à homologação pela autoridade competente.

Art. 19. Homologado o resultado final do concurso público, o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas será nomeado, durante o prazo de validade do certame, no cargo de Guarda Municipal 3ª Classe, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo único. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se o candidato não vier a tomar posse no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação oficial do ato de nomeação, prorrogável, uma vez, por igual período, a critério da Administração Pública, mediante solicitação do interessado.

Art. 20. Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

§ 1º Só poderá tomar posse aquele que, por junta médica oficial, for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração, com poderes específicos.

§ 3º No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 21. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º O prazo para o servidor entrar em exercício é de até 15 (quinze) dias, improrrogáveis, contados da data da posse.

§ 2º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

§ 3º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO III

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 22. O servidor investido no cargo de provimento efetivo na Guarda Municipal ficará sujeito ao estágio probatório com duração de três anos de efetivo serviço, contados a partir da data da entrada em exercício como Guarda Municipal 3ª Classe, durante o qual a sua aptidão e capacidade para a função serão objeto de avaliações, considerando os seguintes fatores:

I - disciplina e observância das normas hierárquicas;

II - cumprimento dos deveres profissionais;

III - assiduidade e pontualidade;

IV - competência;

V - capacidade de iniciativa;

VI - responsabilidade, ética e postura profissional;

VII - suficiência de desempenho;

VIII - condições físicas, mentais e emocionais para o desempenho das funções conforme regulamentação específica;

IX - idoneidade moral.

§ 1º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as seguintes licenças:

I - para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, esta por até 30 (trinta) dias;

II - à gestante, à adotante e à paternidade;

III - por acidente em serviço e doença profissional;

IV - para o serviço militar;

V - para concorrer a mandato eletivo sujeito à legislação eleitoral;

VI - para desempenho de mandato classista;

VII - doação de sangue, casamento, falecimento e alistamento eleitoral;

VIII - afastamento para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

§ 2º Não será considerado, para efeitos de estágio probatório, o tempo em que o funcionário usufruir as seguintes licenças ou afastamentos, consecutivos ou não, sempre que somados atingirem mais de 30 (trinta) dias no período de cada avaliação:

I - para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família;

II - por prisão cautelar ou definitiva;

III - por acidente em serviço e doença profissional;

IV - para o serviço militar;

V - para concorrer a mandato eletivo, em conformidade com a legislação eleitoral;

VI - por disposição funcional, com ou sem ônus para o Município, para órgão federal, estadual ou municipal;

VII - por disponibilidade, nos termos da lei;

VIII - para desempenho de mandato eletivo, federal, estadual e municipal;

IX - para o desempenho de mandato classista.

Art. 23. Constatado durante o probatório, pela avaliação, que o profissional não preenche os requisitos necessários para o desempenho de suas funções, caberá à autoridade competente, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo administrativo de exoneração, assegurando ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 24. Aplicam-se ao estágio probatório dos servidores regidos por esta Lei, no que não contrariar as disposições deste Capítulo, as normas relativas ao estágio probatório previstas na Lei Municipal nº 3.891/2012, ou outra que vier a substituí-la.

CAPÍTULO IV

DA CARREIRA DE GUARDA MUNICIPAL

Seção I

Disposições gerais

Art. 25. A carreira da Guarda Municipal se desenvolverá, em igualdade de condições e corresponderá à evolução profissional seletiva, gradual e sucessiva, por meio de promoções e progressões, tendo como princípios a hierarquia e a disciplina.

Art. 26. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - cargo público: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei com denominação própria, número certo e vencimento específico, provido e exercido, na forma da lei;

II - classe: código que identifica o posicionamento do servidor na carreira, correspondendo a uma tabela própria de vencimentos, segundo o grau de habilitação e o desenvolvimento funcional exigidos, constituindo a linha de formação ascensional da carreira;

III - nível: número que corresponde a determinado valor de vencimento, posto em ordem crescente e de forma vertical dentro da tabela de vencimentos de cada classe;

IV - interstício: lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite ao desenvolvimento funcional;

V - carreira: série de classes do mesmo cargo. É a possibilidade de desenvolvimento e valorização individual por meio de ascensão funcional, orientada pelas necessidades institucionais;

VI - vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor público pelo exercício das atribuições inerentes ao seu cargo, correspondente ao valor indicado para o respectivo nível na tabela de vencimentos de sua classe;

VII - remuneração: vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei;

VIII - promoção: mecanismo de desenvolvimento funcional do servidor, que se dará por meio de avanço vertical, consistente na mudança de uma classe para outra imediatamente superior na carreira, com a consequente alteração da tabela de vencimentos aplicável;

IX - progressão: mecanismo de desenvolvimento funcional do servidor, consistente no avanço de um nível para outro dentro da mesma classe, na forma do art. 32 desta Lei;

X - função de confiança: vantagem pecuniária, de caráter transitório, criada para remunerar atribuições em nível de chefia, direção e assessoramento, conferida exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo;

XI - cargo de provimento em comissão: cargo de livre nomeação e exoneração, criado por lei, com atribuições de chefia, assessoramento e direção;

XII - lotação: unidade administrativa onde o servidor exerce suas atividades.

Seção II

Das Classes da Carreira

Art. 27. A carreira dos Guardas Municipais é composta pelas seguintes classes:

I - Guarda Municipal 3ª Classe;

II - Guarda Municipal 2ª Classe;

III - Guarda Municipal 1ª Classe;

IV - Guarda Municipal Subinspetor 3ª Classe;

V - Guarda Municipal Subinspetor 2ª Classe;

VI - Guarda Municipal Subinspetor 1ª Classe;

VII - Guarda Municipal Inspetor 2ª Classe;

VIII - Guarda Municipal Inspetor 1ª Classe.

§ 1º Para a promoção de classes, além do tempo exigido, o servidor deve preencher todos os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 2º As classes de Inspetor 2ª Classe e Inspetor 1ª Classe possuem quantitativo de vagas limitado, sendo:

I – 05 (cinco) vagas para a classe de Inspetor 2ª Classe;

II – 03 (três) vagas para a classe de Inspetor 1ª Classe.

§ 3º O preenchimento das vagas previstas no § 2º obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 30 desta Lei.

§ 4º Na promoção, o servidor permanecerá no mesmo nível numérico que ocupava na classe anterior, passando a perceber o vencimento correspondente a esse nível na tabela da nova classe.

Seção III

Da Promoção

Art. 28. O ingresso na carreira da Guarda Municipal dá-se no cargo de Guarda Municipal 3ª Classe, mediante nomeação, posse e exercício efetivo, nos termos desta Lei.

Art. 29. Concluído o estágio probatório, tendo sido aprovado e não tendo sofrido nenhuma punição disciplinar, o Guarda Municipal posicionado na 3ª Classe será promovido à Guarda Municipal 2ª Classe.

Art. 30. Após a promoção para a 2ª Classe, as demais promoções observarão os seguintes critérios:

I - Guarda Municipal 1ª Classe:

a) estar, por no mínimo 3 (três) anos, na condição de Guarda Municipal 2ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal 2ª Classe, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico.

II - Guarda Municipal Subinspetor 3ª Classe:

a) estar, por no mínimo 5 (cinco) anos, na condição de Guarda Municipal 1ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal 1ª Classe, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico.

III - Guarda Municipal Subinspetor 2ª Classe:

a) estar, por no mínimo 5 (cinco) anos, na condição de Guarda Municipal Subinspetor 3ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal Subinspetor 3ª Classe, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico.

IV - Guarda Municipal Subinspetor 1ª Classe:

a) estar, por no mínimo 5 (cinco) anos, na condição de Guarda Municipal Subinspetor 2ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal Subinspetor 2ª Classe, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico;

g) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

V - Guarda Municipal Inspetor 2ª Classe:

a) estar, por no mínimo 3 (três) anos, na condição de Guarda Municipal Subinspetor 1ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal Subinspetor 1ª Classe, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico;

g) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

h) haver vaga na classe.

VI - Guarda Municipal Inspetor 1ª Classe:

a) estar, por no mínimo 2 (dois) anos, na condição de Guarda Municipal Inspetor 2ª Classe;

b) ter realizado, como Guarda Municipal Inspetor 2ª Classe, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas de cursos coordenados ou referendados pela SESTRAN;

c) ter obtido avaliação de desempenho satisfatória;

d) estar com o estágio de qualificação profissional em vigência;

e) estar psicologicamente apto para portar arma de fogo;

f) ter obtido suficiência em teste de aptidão física e não ter sido reprovado nos últimos dois anos em teste toxicológico;

g) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

h) haver vaga na classe.

§ 1º Havendo mais candidatos habilitados do que vagas disponíveis para a promoção à classe de Guarda Municipal Inspetor 2ª Classe, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I - maior tempo de efetivo exercício na Guarda Municipal de Paranavaí;

II - maior número de concessões de recompensas, nos termos do art. 49 desta Lei, observada a ordem de precedência entre condecorações e elogios;

III - titulação acadêmica, observada a seguinte ordem de preferência: doutorado, mestrado e pós-graduação lato sensu.

§ 2º Havendo mais candidatos habilitados do que vagas disponíveis para a promoção à classe de Guarda Municipal Inspetor 1ª Classe, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I - maior tempo de efetivo exercício na Guarda Municipal de Paranavaí;

II - maior número de concessões de recompensas, nos termos do art. 49 desta Lei, observada a ordem de precedência entre condecorações e elogios;

III - titulação acadêmica, observada a seguinte ordem de preferência: doutorado, mestrado e pós-graduação lato sensu.

Art. 31. O servidor ocupante de cargo da Guarda Municipal que tenha sofrido penalidade de suspensão ficará impedido de ser promovido pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data da punição, condicionando-se a não reincidência em falta dessa natureza durante o referido período.

Seção IV

Da Progressão

Art. 32. Progressão é a evolução do servidor por mérito, de um nível para outro, na mesma classe funcional, limitada a 1 (um) nível por ano de efetivo exercício, mediante aprovação em avaliação de desempenho e pontuação a ser realizada anualmente, conforme regulamento.

Parágrafo único. Mérito é a demonstração de eficiência por parte do servidor no desempenho das atividades do cargo, sendo apurado por meio de avaliação de desempenho e comportamento.

Art. 33. Não será concedida progressão ao Guarda Municipal:

I - em estágio probatório;

II - aposentado;

III - em disponibilidade;

IV - em licença para tratar de interesses particulares;

V - que no período de aquisição;

a) tenha sofrido penalidade de suspensão, salvo se esta tiver sido cancelada ou anulada;

b) tenha faltado ao serviço injustificadamente;

c) tenha permanecido em gozo de licença para tratamento de saúde, ressalvados os afastamentos decorrentes de acidente em serviço ou doença profissional, desde que reconhecidos na forma da legislação aplicável, por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses, ainda que descontínuos;

d) tenha cumprido pena de prisão, detenção ou reclusão.

VI - nos casos de afastamento para exercício de mandato eletivo da União, do Estado ou do Município, salvo para o cargo de vereador, quando houver compatibilidade de horário.

VII – em razão do exercício de mandato classista regularmente autorizado ou da licença correspondente, não podendo o exercício da representação sindical, por si só, constituir causa de impedimento à progressão funcional.

CAPÍTULO V

DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

Art. 34. As funções de Comandante, Subcomandante e Supervisor, exercidas exclusivamente por integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí, observarão a seguinte hierarquia e competências:

I - Comandante: área de atuação específica, correspondente ao desempenho das atribuições da área comum, além das funções de planejamento, gerenciamento e coordenação das ações da Guarda Municipal;

II - Subcomandante: área de atuação específica, correspondente ao desempenho das atribuições da área de atuação comum, além das funções de planejamento, gerenciamento e coordenação das ações da Guarda Municipal, respeitadas as atribuições do Comandante;

III - Supervisor: área de atuação específica, correspondente ao desempenho das atribuições da área de atuação comum, além das funções correspondentes às atividades de supervisão, fiscalização e controle das ações da Guarda Municipal.

§ 1º As funções de Comandante, Subcomandante e Supervisor são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, observados os demais requisitos desta Lei.

§ 2º As funções de Subcomandante e Supervisor serão exercidas por indicação do Comandante.

§ 3º O Prefeito Municipal poderá estabelecer, mediante ato próprio, requisitos adicionais para o exercício das funções referidas no caput, tais como participação em cursos da instituição, conduta funcional, aptidão física ou intelectual, aprovação em concurso interno, entre outros.

§ 4º Para a assunção das funções de que trata este artigo, o Guarda Municipal, obrigatoriamente, deverá ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo serviço, bem como não poderá ter recebido penalidade de suspensão nos últimos 03 (três) anos ou, ainda, mais de 01 (uma) advertência no mesmo período.

Art. 35. O exercício das funções de Comandante, Subcomandante e Supervisor implicará a percepção de vencimento complementar de atuação, devido exclusivamente durante o efetivo exercício da respectiva função, nos seguintes percentuais sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor:

I – 100% (cem por cento), no caso do Comandante;

II – 75% (setenta e cinco por cento), no caso do Subcomandante;

III – 30% (trinta por cento), no caso do Supervisor.

Art. 36. O vencimento complementar de atuação integra a remuneração do servidor, exclusivamente durante o período de efetivo exercício da função, para fins de cálculo:

I – do décimo terceiro salário;

II – das férias e do respectivo terço constitucional;

III – das horas extraordinárias eventualmente devidas no mesmo período;

IV – da contribuição previdenciária ao Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Parágrafo único. É vedada a utilização do vencimento complementar de atuação como base de cálculo de quaisquer outras gratificações, adicionais ou vantagens pecuniárias de natureza percentual incidentes sobre o vencimento básico, ainda que sob fundamento ou denominação distintos, de modo a evitar sobreposição de vantagens não autorizada pelo art. 37, XIV, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DO REGIME DE TRABALHO, DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Seção I

Da Jornada de Trabalho

Art. 37. A Guarda Municipal empregará, preferencialmente, regime de jornada de trabalho diferenciada para os seus servidores, a fim de atender à necessidade da prestação continuada e ininterrupta das atividades ligadas à segurança municipal.

§ 1º A modalidade de jornada, a ser executada por equipe, ficará a critério da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que a implementará de forma a ajustar a necessidade ao serviço.

§ 2º Os servidores poderão ser convocados pelo chefe imediato, independentemente de escala, a qualquer tempo, para serviço especial e extraordinário, desde que a convocação seja devidamente fundamentada e comunicada com antecedência mínima de 4 (quatro) horas, ressalvadas as situações de emergência, urgência ou relevante necessidade pública, devidamente fundamentada.

§ 3º A jornada especial de trabalho deverá levar em conta a ininterruptibilidade do serviço e, por conseguinte, o respeito à sua duração, evitando-se horas extras.

§ 4º As horas trabalhadas que extrapolarem o previsto no § 1º deste artigo serão compensadas em folgas ou remuneradas como horas extraordinárias.

Art. 38. Nas jornadas em regime de plantão de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso ou de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso, a pausa para repouso e alimentação será usufruída no curso do plantão, preferencialmente por revezamento, de modo compatível com a continuidade do serviço público de segurança municipal.

Parágrafo único. Em razão da natureza essencial e ininterrupta do serviço, a pausa poderá ocorrer no próprio local de trabalho, devendo ser interrompida em caso de necessidade operacional, hipótese em que a Administração deverá viabilizar sua fruição oportunamente, sempre que possível.

Art. 39. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, sendo considerado como serviço extraordinário aquele que exceder a jornada legal prevista para o respectivo cargo.

§ 1º Para efeitos do previsto no caput deste artigo, considera-se a jornada legal, prevista para os cargos da Guarda Municipal, de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Nas jornadas em regime de trabalho diário, a apuração de horas extras será feita de acordo com a jornada semanal prevista no parágrafo anterior, considerando as horas trabalhadas dentro da mesma semana.

§ 3º Nas jornadas diferenciadas em regime de plantão, a apuração de horas extras será feita de acordo com a jornada mensal prevista no § 1º, sendo realizada a compensação de horários entre as semanas trabalhadas em número maior e menor de plantões dentro de um mesmo mês.

§ 4º Para todos os efeitos legais, o trabalho ininterrupto no regime de plantão é entendido como horário de trabalho em sistema de compensação mensal, não havendo possibilidade de o servidor vir a se tornar devedor de horas a trabalhar para outro mês.

§ 5º Para as jornadas em regime de plantão, é considerado como dia normal de trabalho aquele executado ordinariamente aos sábados e domingos que integrem a escala regular, assegurando-se ao servidor que trabalhar em dia de feriado, ainda que este coincida com sua escala regular de plantão, o pagamento das respectivas horas trabalhadas com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Municipal nº 3.891/2012.

§ 6º Na hipótese de convocação extraordinária de servidor da Guarda Municipal para prestar serviço fora de sua escala regular de trabalho ou durante o período destinado ao seu descanso, o serviço extraordinário será remunerado com:

I – acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, quando realizado de segunda a sexta-feira em dias úteis;

II – acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, quando realizado aos sábados, domingos ou feriados.

§ 7º Para o servidor não sujeito à jornada de trabalho diferenciada, na forma que se dispuser em regulamento, o serviço extraordinário realizado aos sábados, domingos ou feriados será remunerado com o percentual de 100% (cem por cento).

Art. 40. O serviço prestado durante o período noturno, compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor da hora trabalhada acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre o respectivo vencimento base do servidor.

Parágrafo único. O adicional noturno somente será pago relativo ao período trabalhado previsto no caput, não havendo prorrogação da jornada noturna para o período subsequente, a ser cumprido no restante do plantão ou em caso de labor extraordinário.

Art. 41. É incompatível com a jornada especial de trabalho a hora reduzida noturna, devendo ser contabilizada normalmente para adequar-se ao fechamento de escala de plantão da Guarda Municipal de Paranavaí.

Art. 42. A troca de plantões entre servidores somente é possível mediante solicitação por escrito de ambos os envolvidos e sob autorização da chefia imediata, salvo situações de emergência, as quais poderão ser justificadas em até 3 dias úteis.

§ 1º O servidor somente poderá solicitar a troca de plantão para outro período em que não ocasione continuação ininterrupta com outro plantão seu.

§ 2º Ao Município, em caráter excepcional, fica reservado o direito de convocar servidores para suprir faltas e afastamentos, bem como em ocasiões especiais que o justifiquem, mediante troca de plantão na escala ou pagamento de horas extraordinárias.

§ 3º O Guarda Municipal regularmente convocado que, sem justo motivo justificado, deixar de comparecer ao serviço para o qual foi convocado ficará sujeito à responsabilidade funcional, observado o devido processo administrativo e consideradas as circunstâncias do caso concreto.

Art. 43. Para efeito de pagamento, a frequência será apurada pelos registros de ponto a que ficam obrigados todos os integrantes do quadro de pessoal da Guarda Municipal, ressalvados aqueles cuja natureza do serviço justifique a dispensa do mesmo, conforme regulamento.

Parágrafo único. Caberá ao chefe imediato, sob pena de responsabilidade, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração o relatório mensal de frequência até a data determinada.

Seção II

Do Vencimento e Remuneração

Art. 44. Em contraprestação ao efetivo exercício do cargo, os servidores da Guarda Municipal de Paranavaí perceberão vencimento expresso em moeda nacional, referente ao nível e classe do respectivo cargo, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 45. O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço, sem motivo justificado, bem como o descanso semanal remunerado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, na forma regulamentar.

Parágrafo único. As faltas justificadas de caso fortuito ou de força maior, à exceção das já previstas nesta Lei, poderão ser compensadas, a critério do chefe imediato, sendo consideradas como de efetivo exercício, passado a termo e arquivado em ficha funcional.

Art. 46. As reposições e indenizações ao Erário serão previamente comunicadas ao funcionário e descontadas em parcelas mensais, não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, após apuração em processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º Ao final do processo administrativo, comprovada má-fé do Guarda Municipal na percepção de indevida vantagem ou no dano ao Erário, a recomposição deverá ser feita em única prestação, no limite do valor devido.

§ 3º Os valores percebidos pelo funcionário, em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa, sem prejuízo do previsto no caput.

Art. 47. O servidor em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Seção III

Das Vantagens da Guarda Municipal

Art. 48. Além do vencimento do cargo, o servidor da Guarda Municipal poderá receber as seguintes vantagens pecuniárias:

I - as gratificações:

a) natalina;

b) de participação em comissões, quando houver previsão;

c) de hora-aula ministrada para formação e aperfeiçoamento da Guarda Municipal.

II - os adicionais:

a) adicional por tempo de serviço;

b) adicional noturno;

c) de serviço extraordinário;

d) de periculosidade;

e) de 1/3º de férias.

III - auxílio-alimentação;

IV - diárias.

§ 1º Pelo desempenho de atividade perigosa o integrante da Guarda Municipal receberá adicional no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento básico, enquanto assim houver previsão no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho.

§ 2º O adicional de periculosidade integra a remuneração do servidor para efeito de cálculo do décimo terceiro salário, das férias e respectivo terço constitucional, bem como para a base de cálculo das horas extraordinárias.

§ 3º O adicional de periculosidade será devido durante os afastamentos e licenças legalmente considerados como de efetivo exercício, inclusive quando decorrentes de acidente em serviço ou doença profissional, desde que devidamente reconhecidos na forma da legislação aplicável e enquanto presentes os pressupostos legais que ensejam sua concessão.

§ 4º As demais vantagens acima relacionadas, quando não especificadas nesta Lei, serão concedidas nos moldes dos servidores públicos municipais do quadro geral.

§ 5º A gratificação prevista na alínea "c" do inciso I deste artigo será devida ao servidor da Guarda Municipal que, não estando no desempenho de atribuições ordinárias do cargo, atuar como instrutor ou palestrante em cursos de formação, capacitação ou aperfeiçoamento promovidos ou reconhecidos oficialmente pelo Município, desde que previamente designado por ato da autoridade competente, observadas as seguintes disposições:

I - a participação do servidor nas atividades que ensejam o pagamento da gratificação dependerá de anuência prévia de seu chefe imediato;

II - a gratificação será devida exclusivamente quando as atividades desempenhadas não estiverem compreendidas nas atribuições inerentes ao cargo efetivo ocupado pelo servidor;

III - as atividades de instrução não poderão exceder a 4 (quatro) horas-aula por turno;

IV - o limite máximo para pagamento da gratificação será de até 120 (cento e vinte) horas-aula de atividade anual, por servidor;

V - a gratificação por hora-aula terá natureza indenizatória, não integrando a base de cálculo para a contribuição previdenciária, férias, décimo terceiro salário ou imposto de renda;

VI - o pagamento será devido quando as atividades forem desempenhadas fora do horário de expediente do servidor ou, se realizadas dentro deste, mediante compensação de carga horária no prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo do cumprimento de suas atribuições funcionais e metas previamente estabelecidas, mediante acordo com a chefia imediata e conforme a conveniência do serviço;

VII - os deslocamentos eventualmente necessários para o desempenho das atividades de que trata este parágrafo não ensejarão pagamento adicional a título de hora-aula;

VIII - a gratificação será calculada com base no número de horas efetivamente ministradas, considerando-se, para cada hora-aula, o valor correspondente a 2 (duas) vezes o valor da hora normal de trabalho do servidor, conforme seu assentamento funcional na data da aula ou palestra;

IX - para os cursos, palestras, oficinas ou demais eventos de capacitação que não sejam promovidos diretamente pelo Município, o reconhecimento do evento para fins do pagamento da gratificação dependerá de ato privativo do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º Fica expressamente mantido o direito dos integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí ao Auxílio-Equipamento, de natureza indenizatória, nos exatos termos ,valores, condições e critérios estabelecidos pela Lei Municipal nº 5.134/2022, permanecendo inalterada sua vigência e eficácia.

Seção IV

Das Recompensas

Art. 49. As recompensas constituem-se em reconhecimento aos bons serviços, atos meritórios e trabalhos relevantes prestados pelos integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí.

Art. 50. São recompensas dos Guardas Municipais:

I - condecorações por serviços prestados;

II - elogios.

§ 1º As condecorações constituem-se em referências honrosas, medalhas e insígnias conferidas aos integrantes da Guarda Municipal, por sua atuação em ocorrências de relevo na preservação da vida, da integridade física e do patrimônio municipal, podendo ser formalizadas independentemente da classificação de comportamento, com a devida publicidade no Diário Oficial do Município, em Boletim Interno e registro no prontuário do Guarda Municipal.

§ 2º As condecorações serão conferidas por ato do Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º Elogio é o reconhecimento formal da Administração às qualidades morais e profissionais do servidor público municipal da Guarda Municipal e será conferido por ato formal do Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, com a devida publicidade no Boletim Interno e registro no prontuário do Guarda Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS FÉRIAS, LICENÇAS E AFASTAMENTOS

Art. 51. Aplicam-se aos membros da Guarda Municipal, no tocante às licenças e às férias, o disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012, com as ressalvas previstas neste Capítulo.

Art. 52. As férias dos membros da Guarda Municipal serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia, podendo ser fracionadas em 3 (três) períodos, não sendo nenhum deles inferior a 10 (dez) dias, conforme a necessidade do serviço público.

CAPÍTULO VIII

DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 53. A Corregedoria da Guarda Municipal é o órgão técnico de controle interno, com finalidade de assegurar a correta aplicação da lei, padronizar os procedimentos de atuação da Guarda Municipal e de processos e procedimentos administrativos, realizar correições, fiscalizações e garantir a preservação dos princípios da hierarquia e disciplina na Corporação, bem como apurar irregularidades e promover os processos disciplinares contra os membros da Guarda Municipal.

§ 1º A função de Corregedor é de livre nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, cabendo a escolha dentre membros efetivos e estáveis do quadro de carreira do órgão, e fará jus a uma gratificação de 100% (cem por cento) sobre o respectivo vencimento básico.

§ 2º O Corregedor terá mandato de 2 (dois) anos, possibilitada a recondução pelo mesmo período, cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica ou, ainda, por cometimento de ilícito criminal ou funcional previsto na legislação.

Art. 54. Compete ao Corregedor da Guarda Municipal:

I - assistir à SESTRAN nos assuntos disciplinares;

II - manifestar sobre assuntos de natureza disciplinar que devam ser submetidos à apreciação da SESTRAN;

III - dirigir, planejar coordenar e supervisionar as atividades, assim como distribuir os serviços da Corregedoria da Guarda Municipal;

IV - apreciar e encaminhar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de membros Guarda Municipal, bem como determinar a instauração de sindicâncias administrativas e de procedimentos disciplinares para a apuração de infrações administrativas atribuídas aos referidos servidores;

V - fazer à Polícia Civil ou ao Ministério Público ou ainda ao Poder Judiciário as devidas comunicações, quando houver indícios ou suspeita de crime praticado por servidor público pertencente ao quadro da Guarda Municipal;

VI - avocar, excepcional e fundamentadamente, processos administrativos disciplinares e sindicâncias administrativas instauradas para apuração de infrações administrativas atribuídas aos membros da Guarda Municipal;

VII - responder as consultas formuladas pelos órgãos da Administração Pública sobre assuntos de sua competência;

VIII - determinar a realização de correições extraordinárias nas unidades da Guarda Municipal, remetendo, sempre, relatório reservado ao Comandante;

IX - remeter ao Comandante competente relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos membros da Guarda Municipal, inclusive daqueles que se encontre em estágio probatório, propondo, se for o caso, a instauração de procedimento administrativo, observada a legislação pertinente;

X - submeter ao Comandante, com cópia integral de todas as peças para a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, relatório circunstanciado e conclusivo sobre a atuação pessoal e funcional de membro da Guarda Municipal indicado para o exercício de funções de confiança, observada a legislação em vigor;

XI - praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições e competências das unidades ou dos servidores subordinados;

XII - proceder, pessoalmente, às correições nas Comissões Sindicante e Processante que lhe são subordinadas;

XIII – julgar os procedimentos disciplinares, na forma prevista em lei;

XIV - julgar os recursos de classificação ou reclassificação de comportamento dos servidores membros da Guarda Municipal;

XV - acompanhar ocorrências policiais envolvendo membros da Guarda Municipal, prestando informações à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

XVI - executar outras atividades correlatas.

Art. 55. Para a consecução de seus objetivos, a Corregedoria da Guarda Municipal de Paranavaí atuará:

I - por iniciativa própria;

II - por solicitação do Prefeito, dos Secretários Municipais, da Controladoria-Geral do Município e do Comandante;

III - em decorrência de denúncias, reclamações e representações de qualquer do povo ou de entidades representativas da sociedade.

Art. 56. A Corregedoria da Guarda Municipal será composta, ainda, por uma Comissão Processante Disciplinar Permanente de 3 (três) membros, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo dois deles servidores públicos integrantes da Guarda Municipal e um membro externo à carreira, com curso superior em Direito, todos efetivos e estáveis.

§ 1º O mandato da comissão será de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

§ 2º Os membros, sempre que necessário, dedicarão todo o tempo aos trabalhos da comissão processante, ficando, em tal caso, dispensados do serviço ordinário durante o curso das diligências e da elaboração do relatório.

§ 3º Os integrantes da comissão receberão gratificação no importe de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento básico.

§ 4º É vedado ao servidor, com punição disciplinar de qualquer natureza nos últimos 3 (três) anos, integrar a comissão de que trata o caput deste artigo.

Art. 57. As solicitações de informações aos envolvidos, feitas pela Corregedoria da Guarda Municipal, devem ser atendidas no prazo máximo de 10 (dez) dias, se outro não for fixado, sob pena de apuração de responsabilidade funcional do servidor que se omitir ao ato.

Art. 58. Somente será nomeado à função de Corregedor o servidor que possua conduta ilibada, comprovada mediante certidões criminais e cíveis, estas últimas relativas à improbidade administrativa e crime de responsabilidade, e que não tenha recebido nenhuma sanção disciplinar nos últimos 3 (três) anos.

CAPÍTULO IX

DA OUVIDORIA DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 59. A Ouvidoria da Guarda Municipal é o órgão técnico de controle externo, com finalidade de receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, de propor soluções, expedir recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo chefe do Poder Executivo, dentre os servidores públicos municipais estáveis do quadro geral do Município de Paranavaí, não pertencentes à Guarda Municipal, ocupante de cargo efetivo de nível superior, com formação na área jurídica, e que possua pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício no Município de Paranavaí, exercendo suas funções cumulativamente com as de seu cargo efetivo.

§ 2º O Ouvidor terá mandato de 2 (dois) anos, possibilitada a recondução pelo mesmo período, cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica ou, ainda, por cometimento de ilícito criminal ou funcional previsto na legislação.

Art. 60. A Ouvidoria, para garantia de sua independência em relação à direção da Guarda Municipal, não fará parte de sua estrutura física, ficando vinculada ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Ouvidor fará jus a uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento básico.

Art. 61. Compete à Ouvidoria da Guarda Municipal:

I - fiscalizar, auditar e propor políticas de qualificação das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Guarda Municipal;

II - o controle externo, independente em relação ao Comando e à Corregedoria da Guarda Municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

Art. 62. Aplica-se ao Ouvidor da Guarda Municipal o disposto nos arts. 57 e 58 desta Lei.

CAPÍTULO X

DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE INTELIGÊNCIA DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 63. A Agência Municipal de Inteligência – AMI, vinculado diretamente ao Comando da Guarda Municipal, tem por finalidade produzir conhecimento estratégico voltado à segurança institucional, à prevenção e repressão de ilícitos, ao apoio à tomada de decisões e à proteção de informações sensíveis, competindo-lhe:

I – elaborar plano anual de atuação, com base nas diretrizes da Guarda Municipal, submetendo-o à aprovação do Comando da Guarda Municipal;

II – coordenar, integrar e executar atividades de inteligência, contrainteligência e produção estatística no âmbito da Guarda Municipal;

III – coletar, processar, analisar e disseminar dados e informações de interesse da segurança pública municipal;

IV – produzir conhecimento estratégico e estatístico para subsidiar o planejamento e as ações operacionais da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

V – colaborar com órgãos municipais, estaduais e federais, mediante convênio ou articulação técnica, no intercâmbio de informações e na execução de ações de inteligência e prevenção;

VI – elaborar, manter e aplicar normas, manuais e planos internos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados sigilosos;

VII – identificar e avaliar riscos e ameaças à segurança institucional e à comunidade, propondo medidas preventivas e de neutralização;

VIII – auxiliar na apuração preliminar de infrações penais ocorridas em bens, serviços e instalações públicas municipais, nos termos da legislação vigente;

IX – apoiar a investigação social de candidatos à Guarda Municipal, quando designado;

X – assessorar tecnicamente o Comando da Guarda e a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito nos assuntos de sua competência;

XI – propor e acompanhar o uso de tecnologias e sistemas voltados à análise de dados e à segurança da informação;

XII – manter e operar a infraestrutura física e lógica de redes, monitoramento eletrônico e comunicação interna, zelando pela segurança dos sistemas;

XIII – propor contratações, parcerias e convênios voltados à melhoria tecnológica e operacional do setor;

XIV – zelar pelo patrimônio público sob sua responsabilidade;

XV – executar outras atividades correlatas à sua finalidade.

§ 1º Os integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí lotados na AMI poderão, em razão da natureza do serviço, desempenhar suas atividades sem o uso do uniforme padrão da corporação, bem como utilizar veículo oficial descaracterizado, conforme definido em regulamento.

§ 2º As demais disposições necessárias à estrutura, organização, funcionamento, requisitos de ingresso e atuação da AMI serão previstos em regulamento próprio.

§ 3º A designação dos integrantes da AMI será feita por meio de Portaria expedida pelo Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, após indicação do Comandante da Guarda Municipal.

CAPÍTULO XI

DO CENTRO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 64. Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito — SESTRAN, vinculado ao Comando da Guarda Municipal, o Centro de Treinamento e Capacitação da Guarda Municipal de Paranavaí, unidade administrativa destinada à formação, capacitação, aperfeiçoamento, treinamento continuado e atualização técnica dos integrantes da Guarda Municipal.

§ 1º O Centro de Treinamento e Capacitação funcionará conforme regulamento próprio, observadas as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à formação e capacitação de guardas municipais, à segurança pública, ao uso de armamento, ao treinamento operacional e às demais atividades correlatas.

§ 2º O Centro de Treinamento e Capacitação poderá, conforme a necessidade do serviço e o interesse administrativo, organizar, coordenar, executar, acompanhar ou certificar o Curso de Formação Técnico-Profissional dos novos Guardas Municipais, desde que observadas as normas gerais de segurança pública, a matriz curricular nacional aplicável, o edital do concurso, a regulamentação específica e as autorizações, homologações, credenciamentos ou requisitos técnicos eventualmente exigidos pelos órgãos competentes.

§ 3º Compete ao Centro de Treinamento e Capacitação planejar e executar cursos, estágios, instruções, oficinas, treinamentos operacionais, avaliações e capacitações em temas necessários ao desempenho das atribuições da Guarda Municipal, inclusive tiro, defesa pessoal, abordagem, trânsito, direitos humanos, uso progressivo da força, atendimento ao público, tecnologia, inteligência, gestão de crises e outros conteúdos correlatos.

§ 4º As atividades de capacitação que dependam de autorização, habilitação, credenciamento, supervisão técnica ou observância de protocolos específicos somente poderão ser realizadas após o atendimento das exigências legais e regulamentares pertinentes.

§ 5º O Centro de Treinamento e Capacitação poderá propor o credenciamento de instrutores, elaborar planos de ensino, manter registros de frequência e aproveitamento, expedir certificados e acompanhar a formação continuada dos integrantes da Guarda Municipal, na forma do regulamento.

§ 6º A criação do Centro de Treinamento e Capacitação não impede a celebração de convênios, termos de cooperação, parcerias ou contratações com órgãos públicos, instituições de ensino ou entidades especializadas para a formação, capacitação e aperfeiçoamento da Guarda Municipal.

CAPÍTULO XII

DO GRUPAMENTO DE RONDA OSTENSIVA MUNICIPAL

Art. 65. O Grupamento de Ronda Ostensiva Municipal – ROMU, vinculado diretamente ao Comando da Guarda Municipal, tem por finalidade atuar de forma especializada e estratégica no patrulhamento preventivo e ostensivo, visando à preservação da ordem pública, à proteção dos bens, serviços e instalações do Município, bem como ao apoio operacional às demais unidades da Guarda Municipal de Paranavaí.

§ 1º Compete à ROMU, entre outras atribuições:

I – realizar patrulhamento preventivo motorizado em áreas com maiores índices de criminalidade ou vulnerabilidade social;

II – apoiar as ações das demais divisões da Guarda Municipal em operações especiais e emergenciais;

III – atuar na contenção de distúrbios civis, aglomerações, tumultos ou eventos de grande concentração pública, quando necessário;

IV – intensificar a presença da Guarda Municipal em pontos críticos identificados por meio de análise estatística ou demanda da população;

V – colaborar com as ações integradas com outros órgãos de segurança pública, nos limites da legislação vigente;

VI – proteger o patrimônio público municipal em situações de risco iminente ou de flagrante delito;

VII – apoiar fiscalizações promovidas por outras secretarias do Município, quando solicitado;

VIII – realizar escoltas de servidores e bens públicos em situações excepcionais;

IX – exercer outras atividades correlatas à sua finalidade, conforme determinação do Comando da Guarda Municipal.

§ 2º As demais disposições necessárias à estrutura, organização, funcionamento, requisitos de ingresso e atuação da ROMU serão previstos em regulamento próprio.

§ 3º A designação dos integrantes da ROMU será feita por meio de Portaria expedida pelo Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, após indicação do Comandante da Guarda Municipal.

CAPÍTULO XIII

DO GRUPAMENTO DE OPERAÇÕES COM CÃES

Art. 66. O Grupamento de Operações com Cães – GOC, diretamente vinculado ao Comando da Guarda Municipal, tem por finalidade empregar cães devidamente adestrados no apoio às ações de patrulhamento preventivo e ostensivo, à preservação da ordem pública local, à proteção das pessoas, dos bens, dos serviços, dos logradouros públicos e das instalações municipais, bem como às atividades operacionais das demais unidades da Guarda Municipal de Paranavaí.

§ 1º Compete ao GOC, sem prejuízo de outras atribuições previstas nesta Lei:

I – atuar no patrulhamento preventivo e ostensivo destinado à proteção das pessoas, dos bens, dos serviços, dos logradouros públicos e das instalações municipais;

II – participar de operações de busca, resgate e salvamento, bem como de ações de socorro, urgência e emergência, em apoio à Defesa Civil e aos demais órgãos competentes;

III – realizar demonstrações de caráter educacional ou recreativo e ações de divulgação institucional;

IV – participar de atividades de cinoterapia, como instrumento auxiliar em ações de reabilitação física ou psicológica, observada a atuação de profissionais habilitados e a legislação aplicável;

V – participar de competições oficiais e de eventos relacionados às atividades do Grupamento;

VI – participar de formaturas, solenidades e desfiles cívicos;

VII – auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários, nos termos desta Lei e de seu regulamento;

VIII – atuar na detecção de substâncias entorpecentes, armas, munições e explosivos, bem como na busca e localização de pessoas;

IX – prestar apoio aos órgãos de segurança pública, observadas as respectivas competências e os instrumentos de cooperação aplicáveis;

X – exercer outras atividades correlatas às finalidades do Grupamento ou determinadas pelo Comando da Guarda Municipal, observadas as competências legais da instituição.

§ 2º A estrutura, a organização, o funcionamento, os requisitos para ingresso e permanência, a capacitação dos integrantes, o treinamento, o emprego e os cuidados relacionados aos cães do GOC serão disciplinados em regulamento próprio.

§ 3º Os integrantes do GOC serão designados por portaria do Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, mediante indicação do Comandante da Guarda Municipal e observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

CAPÍTULO XIV

DO REGIME DISCIPLINAR

Seção I

Da Ética da Guarda Municipal de Paranavaí

Art. 67. A honra, o sentimento do dever e a correção de atitudes impõem conduta moral e profissional irrepreensíveis a todos os integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí, os quais devem observar, além dos demais preceitos desta Lei, os seguintes princípios de ética:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade profissional;

II - observar os princípios da Administração Pública, no exercício das atribuições que lhe couber em decorrência do cargo;

III - respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV - cumprir e fazer cumprir as leis, códigos, resoluções, instruções e ordens das autoridades competentes;

V - ser justo e imparcial na apreciação e avaliação dos atos que lhe couber avaliar;

VI - zelar pelo seu próprio preparo profissional e incentivar a mesma prática nos companheiros, em prol do cumprimento da missão comum;

VII - praticar a camaradagem e desenvolver o espírito de cooperação;

VIII - ser discreto e cortês em suas atitudes, maneiras e linguagem e observar as normas da boa educação;

IX - abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de assuntos internos da Guarda Municipal de Paranavaí ou de matéria sigilosa;

X - cumprir seus deveres de cidadão;

XI - respeitar as autoridades civis e militares;

XII - garantir assistência moral e material à família ou contribuir para ela;

XIII - preservar e praticar, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade remunerada, os preceitos da ética da Guarda Municipal de Paranavaí;

XIV - exercitar a proatividade no desempenho profissional;

XV - abster-se de fazer uso do posto para obter facilidade pessoal de qualquer natureza ou encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVI - abster-se do uso de suas designações e posições na Guarda Municipal de Paranavaí:

a) em atividades liberais, comerciais ou industriais;

b) para discutir ou provocar discussão pela imprensa a respeito de assuntos institucionais;

c) no exercício de cargo de natureza civil, na iniciativa privada;

d) em atividades religiosas;

e) em circunstâncias prejudiciais à imagem da Guarda Municipal de Paranavaí.

Parágrafo único. Os princípios éticos orientarão a conduta do Guarda Municipal e as ações da chefia imediata e mediata para adequá-las às exigências da Instituição, dando-se sempre, entre essas ações, preferência àquelas de cunho educacional.

Seção II

Das Ações Disciplinares

Art. 68. As ações disciplinares relativas aos integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí serão desenvolvidas pela Corregedoria da Guarda Municipal, à qual serão encaminhadas as comunicações relativas a faltas disciplinares de seus integrantes, cabendo-lhe a iniciativa do procedimento, na forma prevista neste Estatuto.

Parágrafo único. Aplica-se subsidiariamente às ações disciplinares, seja de sindicância ou ao processo administrativo disciplinar, as disposições da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Seção III

Dos Deveres da Guarda Municipal

Art. 69. São deveres dos integrantes da Guarda Municipal de Paranavaí, além da observância aos princípios e garantias estabelecidos nos demais dispositivos desta Lei:

I - observar e cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens vigentes;

II - manter assiduidade e pontualidade ao serviço;

III - trajar o uniforme completo e utilizar, de forma correta, os equipamentos e acessórios sob sua responsabilidade, zelando pela adequada apresentação pessoal em público, observadas as seguintes disposições:

a) se homem, apresentar-se com barba, bigode e cabelos cuidados, ou devidamente barbeado;

b) se mulher, manter os cabelos presos e evitar o uso de batons em cores extravagantes, bem como de joias ou acessórios que se sobressaiam ao uniforme;

c) em qualquer caso, apresentar-se com os calçados limpos e polidos;

IV - desempenhar com zelo e presteza as atribuições do cargo ou função;

V - participar de atividades de formação, aperfeiçoamento ou especialização sempre que for determinado e repassar aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pela Administração municipal;

VI - cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

VII - prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas;

VIII - zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletivo;

IX - manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional da Administração municipal;

X - atender às requisições para a defesa do Município, bem como às solicitações da Corregedoria da Guarda Municipal de Paranavaí e dos demais órgãos da Administração municipal;

XI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo, da função ou do serviço;

XII - manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações;

XIII - tratar com zelo e urbanidade o cidadão.

Seção IV

Da Proibição do Uso de Uniforme e de Armamento

Art. 70. O Chefe do Poder Executivo Municipal, o Secretário Municipal de Segurança e Trânsito ou o Comandante poderão, de modo fundamentado, suspender o uso do uniforme ou armamento ao guarda que:

I - estiver disciplinar e legalmente afastado da função;

II - mostrar-se insubmisso aos deveres emanados pelos superiores hierárquicos e àqueles inerentes à profissão;

III - estiver afastado para tratamento de saúde acima de 15 (quinze) dias;

IV - em razão das condições físicas, psicológicas ou toxicológicas esteja inapto para fazer uso do uniforme ou armamento.

§ 1º Na hipótese do inciso IV deste artigo, a proibição ou suspensão do uso do uniforme ou armamento só poderá ocorrer mediante constatação em laudo médico ou psicológico sobre a incapacidade do Guarda Municipal.

§ 2º Nos casos constantes no presente artigo o uniforme ou o armamento poderão ser recolhidos.

§ 3º Na hipótese do inciso II, será realizada a abertura do processo administrativo para apuração dos fatos, podendo, a critério da autoridade que proibiu ou suspendeu o uso do uniforme ou armamento, determinar o retorno, mesmo no curso da sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 4º Também poderá ser suspenso o uso do uniforme ou armamento em outras hipóteses não prevista neste artigo, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante decisão que justifique a necessidade da medida.

Seção V

Dos Laudos Psicológicos ou Toxicológicos

Art. 71. Ao Comandante cabe o acompanhamento dos laudos psicológicos ou toxicológicos, os quais serão exigidos nos termos de regulamento, com periodicidade mínima anual, competindo-lhe:

I - solicitar novos laudos sempre que necessário;

II - acompanhar os prazos de validade dos respectivos laudos;

III - recomendar as providências necessárias à renovação dos laudos antes de seu vencimento;

IV - manter relação e controle dos guardas municipais inaptos em teste psicológico ou toxicológico.

Seção VI

Das Infrações Disciplinares

Art. 72. Aplica-se a penalidade de advertência às seguintes infrações:

I - deixar de cumprir as normas gerais contidas nesta Lei e as demais normas que culminam nesta penalidade, desde que não incorram em conduta mais gravosa diante das previstas neste Estatuto;

II - deixar de comunicar ao superior, tão logo possível, a execução de ordem legal recebida;

III - chegar atrasado, sem justo motivo, a ato ou serviço, ou não apresentar-se convenientemente trajado em serviço, com uniforme determinado;

IV - permutar serviço sem permissão da autoridade competente;

V - deixar o subordinado de cumprimentar superior, uniformizado ou não, neste caso desde que o conheça, ou de prestar-lhe homenagens ou sinais regulamentares de consideração e respeito, bem como o superior hierárquico, de responder ao cumprimento;

VI - usar uniforme incompleto, contrariando as normas respectivas, ou vestuário incompatível com a função, ou, ainda, descurar-se do asseio pessoal;

VII - negar-se a receber uniforme, equipamentos ou outros objetos que lhe sejam destinados ou devam ficar em seu poder;

VIII - conduzir veículo da instituição sem autorização da unidade competente;

IX - apresentar-se ao serviço sem a Carteira Funcional, fornecida pela Corporação;

X - apresentar-se ao serviço sem a Carteira Nacional de Habilitação quando na escala de motorista ou motociclista, com o intuito de escusar-se da função;

XI - deixar de comunicar ao superior imediato ou, na sua ausência, a outro superior, informação sobre perturbação da ordem pública, logo que dela tenha conhecimento;

XII - andar armado, estando em trajes civis, sem o cuidado de ocultar a arma particular, descumprindo o disposto na legislação federal;

XIII - deixar de dar informações em processos, quando lhe competir;

XIV - deixar de encaminhar documento no prazo legal;

XV - desempenhar inadequadamente suas funções, por falta de atenção;

XVI - afastar-se, momentaneamente, sem justo motivo, do local em que deva encontrar-se por força de ordens ou disposições legais;

XVII - deixar de apresentar-se, nos prazos estabelecidos, sem motivo justificado, nos locais em que deva comparecer;

XVIII - assumir compromisso da Guarda Municipal que comanda ou em que serve, sem estar autorizado;

XIX - sobrepor ao uniforme, insígnias de sociedades particulares, entidades religiosas ou políticas ou, ainda, usar indevidamente medalhas desportivas, distintivos ou condecorações;

XX - dirigir veículo da Guarda Municipal com negligência, imprudência ou imperícia;

XXI - ofender a moral e os bons costumes por meio de atos, palavras ou gestos a servidores ou munícipes;

XXII - responder por qualquer modo desrespeitoso a servidor da Guarda Municipal com função superior, igual ou subordinada, ou a qualquer pessoa, por qualquer meio;

XXIII - deixar de zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização.

Parágrafo único. No lapso de 2 (dois) anos, contados a partir da aplicação da penalidade, havendo reincidência em transgressão prevista neste artigo comina-se a pena de suspensão, até no máximo 30 (trinta) dias, respeitando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 73. Aplica-se a penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias às seguintes infrações:

I - faltar com a verdade;

II - desempenhar inadequadamente suas funções, de modo intencional;

III - suprimir a identificação do uniforme ou utilizar-se de meios ilícitos para dificultar sua identificação;

IV - deixar de punir o infrator da disciplina;

V - simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever;

VI - abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;

VII - usar armamento, munição ou equipamento não autorizado;

VIII - abrir ou tentar abrir qualquer unidade da administração pública municipal sem autorização;

IX - ofender, provocar ou desafiar autoridade ou servidor da Guarda Municipal que exerça função superior, igual ou subordinada, com palavras, gestos ou ações;

X - retirar ou empregar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento, material, objeto ou equipamento do serviço público municipal, para fins particulares;

XI - retirar ou tentar retirar, de local sob a administração da Guarda Municipal, objeto, viatura ou animal, sem ordem dos respectivos responsáveis;

XII - deixar de cumprir ou retardar serviço ou ordem legal;

XIII - descumprir preceitos legais durante a prisão ou a custódia de preso;

XIV - aconselhar ou concorrer para o descumprimento de ordem legal de autoridade competente;

XV - dar ordem ilegal ou claramente inexequível;

XVI - referir-se depreciativamente em informações, parecer, despacho, pela imprensa, ou por qualquer meio de divulgação, às ordens legais;

XVII - determinar a execução de serviço não previsto em ordem de serviço;

XVIII - valer-se ou fazer uso do cargo ou função pública para praticar assédio moral;

XIX - violar ou deixar de preservar local de crime;

XX - publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos ou documentos afetos à Guarda Municipal que possam concorrer para ferir a disciplina ou a hierarquia, ou comprometer a segurança;

XXI - deixar de assumir a responsabilidade por seus atos ou pelos atos praticados por servidor da Guarda Municipal em função subordinada, que agir em cumprimento de sua ordem;

XXII - omitir, em qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento dos fatos;

XXIII - transportar na viatura que esteja sob seu comando ou responsabilidade, pessoal ou material, sem autorização da autoridade competente;

XXIV - deixar de comunicar ato ou fato irregular de natureza grave que presenciar, mesmo quando não lhe couber intervir;

XXV - faltar, sem motivo justificado, a serviço de que deva tomar parte;

XXVI - doar, vender, emprestar, locar ou fornecer uniforme da Corporação para terceiros, sem que o mesmo esteja devidamente descaracterizado e inútil para o serviço;

XXVII - conduzir veículo da instituição quando na escala de motorista ou motociclista com a Carteira Nacional de Habilitação vencida;

XXVIII - disparar arma de fogo desnecessariamente ou por imprudência, imperícia ou negligência;

XXIX - encaminhar documento ao superior hierárquico comunicando infração disciplinar inexistente ou instaurar procedimento administrativo disciplinar sem indícios de fundamento fático;

XXX - coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária.

Parágrafo único. No lapso de 3 (três) anos, contados a partir da aplicação da penalidade, havendo reincidência em transgressão prevista neste artigo comina-se a pena de suspensão de até no máximo 90 (noventa) dias, respeitando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 74. Aplica-se a penalidade de suspensão de até 90 (noventa) dias às seguintes infrações:

I - dificultar ao servidor da Guarda Municipal em função subordinada a apresentação de recurso ou o exercício do direito de petição;

II - praticar violência, em serviço ou em razão dele, contra servidores ou particulares, salvo se em legítima defesa;

III - maltratar pessoa detida, ou sob sua guarda ou responsabilidade;

IV - contribuir para que presos conservem em seu poder objetos não permitidos;

V - extraviar ou danificar documentos ou objetos pertencentes à Fazenda Pública Municipal ou sob a responsabilidade do Município;

VI - usar expressões jocosas ou pejorativas que atentem contra a raça, a religião, o credo ou a orientação sexual;

VII - disparar arma de fogo por imperícia, imprudência ou negligência, quando do ato resultar morte ou lesão à integridade física de outrem;

VIII - procurar a parte interessada em ocorrência policial, para obtenção de vantagem indevida;

IX - deixar de tomar providências para garantir a integridade física de pessoa detida;

X - liberar pessoa detida ou dispensar parte da ocorrência sem atribuição legal;

XI - ameaçar, induzir ou instigar alguém a prestar declarações falsas em procedimento penal, civil ou administrativo.

Parágrafo único. No lapso de 3 (três) anos, contados a partir da aplicação da penalidade, havendo reincidência em transgressão prevista neste artigo comina-se a pena de demissão, independentemente da existência de circunstâncias atenuantes.

Seção VII

Da Responsabilidade

Art. 75. As responsabilidades civil, criminal e administrativa são independentes entre si e podem ser apuradas de forma concomitante.

Parágrafo único. A instauração de processo na área cível ou criminal não impede a imposição imediata, na esfera administrativa, de penalidade cabível pela transgressão disciplinar do mesmo fato.

Art. 76. O integrante da Guarda Municipal será responsabilizado civil, penal e administrativamente pelo prejuízo a que der causa contra a Fazenda Pública ou contra terceiros.

Parágrafo único. A responsabilidade pessoal decorre de ação ou omissão dolosa ou culposa.

Art. 77. No caso de indenização à Fazenda Pública, por prejuízo causado por dolo, o integrante da Guarda Municipal de Paranavaí será obrigado a repor, de uma só vez, o valor correspondente ao dano causado.

Parágrafo único. A indenização à Fazenda Pública, por prejuízo causado por culpa, será descontada em parcelas mensais não excedentes à décima parte do provento ou da remuneração líquidos, em valores atualizados.

Art. 78. A responsabilidade administrativa não exime o integrante da Guarda Municipal de Paranavaí da responsabilidade civil ou penal pelo mesmo fato, assim como o pagamento da indenização a que ficar obrigado judicialmente não o exime da pena disciplinar cabível.

Parágrafo único. As responsabilidades civil e administrativa serão afastadas no caso de absolvição criminal que dê como provada a inexistência do fato ou de sua autoria.

Art. 79. Tratando-se de dano causado a terceiros, a Fazenda Pública promoverá ação regressiva contra o agente causador, na forma prevista em lei, nos casos em que este agir com dolo ou culpa.

Parágrafo único. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite da herança recebida, na forma da legislação civil.

Seção VIII

Das Penalidades Disciplinares

Art. 80. São penalidades disciplinares, em ordem de gravidade crescente:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição de cargo em comissão ou de função de confiança;

IV - demissão;

V - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único. Conforme a hipótese, o integrante da Guarda Municipal que sofrer punição disciplinar poderá ser submetido a programa reeducativo.

Seção IX

Da Aplicação das Penalidades

Art. 81. Na aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e para a Guarda Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 82. Não haverá aplicação de penalidade disciplinar quando for reconhecida qualquer causa de justificação.

Parágrafo único. São consideradas causas de justificação:

I - ter havido motivo de força maior, plenamente comprovado e justificado;

II - ter sido cometida a transgressão:

a) na prática de ação meritória, em estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal, no exercício regular de direito e no interesse do serviço ou da segurança urbana;

b) em legítima defesa própria ou de outrem;

c) em obediência a ordem superior, desde que não manifestamente ilegal.

Art. 83. São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - relevância dos serviços prestados ou primariedade;

II - ter o agente confessado a autoria de infração ignorada ou imputada a outrem;

III - ter o infrator procurado diminuir as consequências da infração antes da punição, reparando os danos;

IV - ter sido cometida a infração:

a) para evitar mal maior;

b) em defesa própria de seus direitos ou de outrem, desde que não constitua causa de justificação;

c) por motivo de relevante valor social.

Art. 84. São consideradas circunstâncias agravantes:

I - prática simultânea ou conexão de duas ou mais infrações;

II - reincidência de transgressões;

III - conluio de duas ou mais pessoas;

IV - cometimento da transgressão:

a) durante a execução de serviço ou uniformizado;

b) em presença de subordinado;

c) com abuso de autoridade hierárquica ou funcional;

d) com premeditação;

e) em presença de público ou de seus pares;

f) com induzimento de outrem à coautoria;

g) utilizando armamento, equipamento ou veículo da corporação.

Art. 85. A advertência, sempre por escrito, será aplicada para as violações constante do art. 72 e para as hipóteses de inobservância de dever funcional previstas nesta Lei, bem como de outras leis e regulamentos, desde que a infração não esteja capitulada como infração mais grave.

Art. 86. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência específica das faltas punidas com advertência, bem como nas hipóteses previstas nos arts. 73 e 74 desta Lei, e não poderá exceder a 90 (noventa) dias consecutivos.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias consecutivos aquele que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada por autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias consecutivos aquele que, injustificadamente, deixar de comparecer, quando comprovadamente convocado, para prestar depoimento ou declaração perante a Corregedoria da Guarda Municipal de Paranavaí ou perante aquele que presidir, na forma desta Lei, à sindicância ou ao processo administrativo disciplinar.

§ 3º Imposta a penalidade de suspensão, fica o servidor obrigado a entregar no ato sua identidade funcional, porte de arma, armas, acessórios e qualquer outro item de propriedade da Guarda Municipal, não podendo exercer qualquer tipo de atividade na Guarda Municipal enquanto durar a suspensão, nem mesmo utilizar-se do uniforme.

§ 4º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 87. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 2 (dois) e 3 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos e o Guarda Municipal não será considerado reincidente, para quaisquer efeitos disciplinares, após o decurso dos prazos previstos no caput deste artigo.

Art. 88. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo ou função;

III – inassiduidade habitual;

IV - prática de ato capitulado como ato de improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - perda de requisito legal indispensável para a posse ou o exercício do cargo;

VIII - crimes contra a liberdade sexual e crime de corrupção de menores;

IX - aplicação irregular de dinheiro público;

X - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo ou função, para lograr proveito próprio ou alheio;

XI - lesão dolosa aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;

XII - atos de corrupção;

XIII - inserir informação falsa ou inverídica no sistema de dados, relatórios, arquivos ou formulários do Município;

XIV - acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;

XV - condenação criminal transitada em julgado em crimes contra a administração pública, hediondos e equiparados e dolosos contra a vida;

XVI - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XVII - ser, de direito ou de fato, sócio, proprietário, diretor, gerente, ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato oneroso com o Município;

XVIII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIX - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XX - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XXII - ingestão de bebida alcoólica ou outras substâncias psicoativas durante o turno de trabalho;

XXIII - assunção de turno de trabalho sob efeito de ingestão de bebida alcoólica ou outras substâncias psicoativas.

Parágrafo único. A demissão é a pena que exclui o Guarda Municipal do quadro de servidores do Município de Paranavaí.

Art. 89. A penalidade de destituição de cargo em comissão ou função de confiança será aplicada em caso de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Art. 90. Verificada a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a comissão de que trata o art. 56 desta Lei deverá observar o procedimento previsto no art. 122 da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 91. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo:

I - que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão;

II - que estiver exercendo atividade remunerada de qualquer natureza, quando aposentado por invalidez permanente.

Art. 92. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 88 desta Lei, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Quando a penalidade for motivada por infringência do art. 88, incisos I, IV, IX, XI, XII e XV, o período de incompatibilização será de 10 (dez) anos.

Art. 93. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 94. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 12 (doze) dias, consecutiva ou interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 95. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, será adotado o processo administrativo disciplinar previsto no art. 105 e seguintes desta Lei, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a 30 (trinta) dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 12 (doze) dias, consecutiva ou interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo ao Corregedor para julgamento.

Art. 96. Julgado o processo pelo Corregedor da Guarda Municipal, nos termos do art. 122, § 2º, desta Lei, a formalização e a execução da penalidade competirão:

I - ao Prefeito Municipal, quando se tratar de demissão, cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão ou função de confiança.

II - ao Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, quanto às demais penalidades.

Art. 97. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou função de confiança;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela Administração Pública municipal.

§ 2º O ato administrativo que determinar a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente.

§ 3º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

§ 4º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

Art. 98. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Parágrafo único. Constarão da ficha individual de registro do servidor todas as penalidades que lhe forem impostas, bem como as referências elogiosas.

CAPÍTULO XV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 99. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º A sindicância deverá ser instaurada na hipótese de não haver elementos suficientes para a caracterização da materialidade ou da autoria do ato ou do fato indicado.

§ 2º Na hipótese de haver elementos suficientes para a caracterização da materialidade ou da autoria do ato ou do fato indicado, deverá ser instaurado, de imediato, o procedimento administrativo disciplinar.

Art. 100. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Seção II

Do Afastamento Preventivo

Art. 101. Para assegurar a apuração de infração disciplinar, a conveniência da instrução processual, ou para garantir que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, de forma devidamente fundamentada, a autoridade instauradora da sindicância administrativa ou a Comissão Processante Disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do local de lotação ou do serviço público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, justificadamente, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Determinado o afastamento do local de lotação, a autoridade competente providenciará que o servidor seja realocado em outro órgão que não influa na conveniência da instrução processual, até o término do afastamento.

§ 3º O servidor afastado preventivamente fará jus ao seu vencimento básico além das demais vantagens que fizer jus, de acordo com as funções exercidas no novo local de lotação.

Seção III

Da Sindicância

Art. 102. Sindicância é o procedimento administrativo utilizado pela Administração para investigar, de maneira ágil e formal, atos e fatos que envolvam integrantes da Guarda Municipal, antecedendo outras providências cíveis, criminais ou administrativas, sendo sua instauração determinada pelo Prefeito, pelo Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, pelo Secretário Municipal de Administração ou pelo Corregedor da Guarda Municipal.

Parágrafo único. A sindicância deverá ser instaurada somente quando não existirem elementos de convicção suficiente para a imediata abertura de processo administrativo disciplinar.

Art. 103. O processo administrativo de sindicância será conduzido por uma comissão temporária composta por 3 (três) servidores, todos efetivos e estáveis, designados por ato do Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo único. Enquanto perdurarem os trabalhos, os membros da comissão terão direito a uma gratificação de 30% sobre seu vencimento básico.

Art. 104. Da sindicância poderá resultar:

I - indicação para arquivamento do processo;

II - indicação para instauração de processo administrativo disciplinar.

§ 1º O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 2º No procedimento de sindicância é facultado ao servidor ser assistido por advogado.

§ 3º Após a instrução, compete a comissão de sindicância elaborar relatório final, contendo no mínimo o resumo dos trabalhos, a existência de indícios de materialidade e autoria da infração disciplinar investigada e a recomendação da Comissão.

§ 4º O relatório final será encaminhado à autoridade requisitante, que poderá acolher o mesmo ou rejeitá-lo de maneira fundamentada.

§ 5º Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração em tese cometida também está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 6º O membro da comissão de sindicância que sem justo motivo deixar de cumprir o prazo de conclusão da sindicância poderá ser responsabilizado disciplinarmente.

Seção IV

Do Processo Administrativo Disciplinar

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 105. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, sendo sua instauração determinada pelo Prefeito, pelo Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, pelo Secretário Municipal de Administração ou pelo Corregedor da Guarda Municipal.

Parágrafo único. O processo administrativo disciplinar será conduzido pela comissão permanente prevista no art. 56 desta Lei.

Art. 106. O processo administrativo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato;

II - fase instrutória, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º Para as infrações funcionais não puníveis com pena de suspensão de até 90 (noventa) dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão e de função de confiança, deverá a comissão processante disciplinar, ofertar até a conclusão da fase de instrução, termo de ajustamento de conduta ao servidor processado, a ser regulamentado por Decreto, devendo haver obrigatoriamente:

I - recomposição do dano ao erário pelo servidor, quando couber;

II - outras obrigações de caráter educativo-pedagógico.

§ 2º O benefício a que alude o parágrafo anterior poderá ser usufruído uma única vez a cada 3 (três) anos, contados da data de celebração.

Art. 107. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 2º O membro da comissão que, sem justo motivo, deixar de cumprir o prazo de conclusão do processo, será responsabilizado disciplinarmente.

Art. 108. Eventuais lacunas da presente Lei serão supridas por intermédio da aplicação subsidiária da Lei Municipal nº 3.891/2012, do Código de Processo Penal e dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

§ 1º Quanto à ciência dos atos processuais, aplica-se o disposto no art. 174 da Lei Municipal nº 3.891/2012.

§ 2º Aplica-se ao membro da comissão as hipóteses de impedimento ou suspeição previstas no Código de Processo Penal, devendo o acusado suscitá-los, em preliminar, por ocasião da apresentação de sua defesa, apontando desde logo os meios de prova para suas alegações.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior ou nos casos de afastamento ou licença, deverá ser nomeado suplente à comissão, que perceberá a gratificação apenas enquanto estiver substituindo o membro efetivo.

Subseção II

Da instrução

Art. 109. O processo administrativo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 110. Os atos processuais podem ser totais ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei ou de regulamento.

Art. 111. Os autos da sindicância, caso existentes, integrarão o processo administrativo disciplinar como peça informativa da instrução.

Art. 112. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 113. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 114. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 1º Quando a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 2º Se a testemunha for servidor público, e não comparecer para prestar depoimento, a comissão disciplinar poderá representar para seu órgão de origem, a fim de que sejam tomadas as medidas disciplinares cabíveis contra ele.

§ 3º Será facultado ao acusado acompanhar o depoimento das testemunhas, salvo quando estas afirmarem à comissão que se sintam intimidadas com a presença do acusado, e tendo o acusado procurador constituído nos autos, o depoimento será acompanhado unicamente por seu procurador.

Art. 115. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 116. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 113 e 114 desta Lei.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, franqueando-lhe, porém, reinquiri-las diretamente, facultado à comissão indeferir as perguntas impertinentes.

Art. 117. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 118. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição ou carga dos autos suplementares.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de dois servidores.

Art. 119. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 120. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 121. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor estável como defensor dativo, preferencialmente bacharel em direito, podendo ainda firmar convênios com instituições de ensino superior ou Defensorias Públicas para a defesa do servidor revel.

Subseção III

Do Julgamento

Art. 122. Apresentada a defesa e instruído o feito, a comissão colherá parecer da Procuradoria-Geral do Município, que será proferido no prazo de 10 (dez) dias, sendo que, após colhido o parecer, será elaborado, no prazo de 20 (vinte) dias, o relatório do processo, cujo teor, de forma fundamentada, opinará pelo arquivamento, pela absolvição ou pela punição do acusado, sugerindo, neste último caso, a penalidade cabível em relação a cada uma das faltas consideradas.

§ 1º No relatório, serão apreciadas separadamente as irregularidades mencionadas na denúncia ou na portaria, à luz das provas colhidas e tendo em vista as razões da defesa.

§ 2º Formulado o relatório, os autos serão encaminhados ao Corregedor da Guarda Municipal, que julgará o processo, decidindo de forma fundamentada pelo arquivamento, pela absolvição ou pela aplicação da penalidade cabível.

§ 3º Decorrido o prazo do recurso previsto no art. 125 sem interposição, ou julgado o recurso, os autos serão remetidos à autoridade competente, nos termos do art. 96 desta Lei, exclusivamente para a formalização e a execução da penalidade imposta.

§ 4º Reconhecida a inocência do servidor, este será absolvido e o processo será arquivado.

§ 5º O motivo do arquivamento ou da absolvição deverá constar expressamente na decisão.

§ 6º Das decisões proferidas, será o acusado intimado no prazo máximo de cinco dias, contados da sua prolação.

Art. 123. Verificada a ocorrência de vício insanável, será declarada a nulidade do processo, total ou parcial, corrigindo-se o vício, instaurando novo processo ou prosseguindo no mesmo processo, conforme o caso.

Art. 124. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 125. Da decisão do Corregedor que aplicar penalidade disciplinar caberá, no prazo de 10 (dez) dias, recurso com efeito suspensivo ao Prefeito Municipal, que o julgará no prazo de trinta dias, sendo vedado, no julgamento do recurso, o agravamento da sanção imposta.

Art. 126. Mantida a pena de demissão, o servidor ou seu procurador será intimado da decisão e, após a ciência do servidor ou de seu procurador, no prazo máximo de cinco dias, será expedido o Decreto de demissão ou de destituição de cargo em comissão.

Art. 127. A autoridade julgadora que der causa à prescrição será responsabilizada disciplinarmente, na forma desta Lei.

Art. 128. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 129. Após a instauração de processo disciplinar, é vedado ao servidor requerer a sua exoneração ou aposentadoria voluntária, o qual somente poderá ser requerida após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida à exoneração de ofício quando não satisfeitas às condições do estágio probatório, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Subseção IV

Da Revisão do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 130. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 131. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 132. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, a qual requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 133. O requerimento de revisão do processo deverá ser dirigido ao Secretário Municipal de Segurança e Trânsito.

§ 1º Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 2º Deferida a petição, a autoridade competente remeterá os autos ao Corregedor da Guarda Municipal para análise do processo revisional.

Art. 134. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Aplicam-se ao processo revisional, no que couber, as normas e procedimentos do processo administrativo disciplinar.

Art. 135. O Corregedor terá 60 (sessenta) dias para a conclusão do relatório, o qual será encaminhado para a autoridade julgadora.

Parágrafo único. O relatório será sempre conclusivo quanto à procedência ou não do pedido revisional.

Art. 136. O julgamento da revisão caberá à autoridade que formalizou a penalidade, nos termos do art. 96 desta Lei.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 137. A decisão que julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XVI

DAS OBRIGAÇÕES INERENTES AO CARGO DE GUARDA MUNICIPAL

Seção I

Do Porte de Arma

Art. 138. O porte de arma de fogo integra as atribuições do cargo de Guarda Municipal e será exercido nos termos da legislação aplicável, desta Lei e de seu regulamento, observados os requisitos de habilitação e aptidão, os protocolos institucionais e os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação.

§ 1º O Guarda Municipal devidamente habilitado e considerado apto deverá portar o armamento institucional quando exigido pela natureza do serviço ou por determinação da autoridade competente, salvo impedimento legal ou justificativa devidamente comprovada.

§ 2º O porte e a utilização funcional do armamento serão suspensos nas hipóteses previstas no art. 70 desta Lei, enquanto perdurar a causa que fundamentou a medida.

Seção II

Da Carteira Nacional de Habilitação

Art. 139. Para ingressar no quadro de servidores da Guarda Municipal é necessário possuir Carteira Nacional de Habilitação nas categorias “A” e “B”.

§ 1º O Guarda Municipal deverá conduzir carros e motos, sempre quando necessário ou determinado.

§ 2º É expressamente proibido o Guarda Municipal conduzir viaturas com a habilitação vencida, suspensa ou cassada, sob pena de cometimento de infração disciplinar.

§ 3º O Guarda Municipal que estiver com a habilitação vencida, suspensa ou cassada, terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar ou informar os trâmites da devida regularização.

Seção III

Do Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito

Art. 140. O talonário eletrônico é considerado instrumento de trabalho inerente à profissão de Guarda Municipal, desta forma, estando capacitado e regularmente designado como agente da autoridade de trânsito, é obrigação do Guarda Municipal, se determinado, exercer as atividades de fiscalização de trânsito, bem como receber e portar, quando em serviço, o talonário eletrônico.

Seção IV

Dos Equipamentos

Art. 141. É obrigatório o uso, pelo Guarda Municipal, dos equipamentos de proteção individual a ele fornecido pela Corporação.

§ 1º O uso dos equipamentos é de caráter individual, sendo vedado o seu empréstimo ou a sua cessão, a qualquer título, assim como a sua reprodução, no todo ou em parte.

§ 2º Também é vedado o uso de equipamentos particulares durante o expediente, salvo em casos excepcionais ou de urgência.

§ 3º Compete ao Município fornecer, substituir, conservar e manter em condições adequadas de uso os equipamentos de proteção individual e os demais equipamentos de uso obrigatório necessários ao desempenho das atribuições da Guarda Municipal.

Art. 142. Os equipamentos, o respectivo fornecimento, substituição, manutenção, a habilitação para o uso e sua utilização serão disciplinadas na forma de regulamento.

Seção V

Do Uniforme

Art. 143. O uniforme é primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal da Guarda Municipal, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e projeção de uma imagem positiva da Corporação e sua composição é descrita no Regulamento de Uniformes da Guarda Municipal.

Parágrafo único. O uniforme e insígnias da Guarda Municipal, bem como o seu uso, serão disciplinadas na forma de regulamento.

Art. 144. Suspende-se o direito ao uso do uniforme nas hipóteses previstas no art. 70 desta Lei.

Seção VI

Do Uso dos Veículos Oficiais

Art. 145. Só poderá dirigir viatura pública o Guarda Municipal portador de Carteira Nacional de Habilitação válida, nos limites da respectiva autorização e observadas todas as regras de trânsito vigente.

Parágrafo único. O uso da viatura é restrito aos membros da Guarda Municipal.

Art. 146. O uso dos veículos oficiais é restrito aos limites geográficos do Município, e para sua utilização fora dos limites deverá haver prévia autorização, por escrito e fundamentada, do Comandante ou do Secretário Municipal de Segurança e Trânsito.

§ 1º Excepcionalmente, em situações de urgência ou emergência, poderá haver a utilização fora dos limites do Município, em casos como a continuidade de apuração de ocorrências ou acompanhamento tático iniciadas dentro dos limites do Município.

§ 2º Também poderá haver o uso fora dos limites territoriais nas hipóteses que eventualmente venham a ser previstas em convênios intermunicipais dos quais o Município de Paranavaí seja parte.

Art. 147. O Guarda Municipal será responsável pela integridade dos veículos oficiais e respectivos equipamentos, e responderá por todos os prejuízos ocasionados que decorrerem de seu mau uso, seja por dolo ou culpa.

Parágrafo único. Não haverá responsabilização pessoal do guarda nos casos em que os prejuízos resultarem de riscos inerentes às atribuições funcionais, como multas por excesso de velocidade e eventuais danos verificados na frota, desde que, comprovadamente, afigurarem-se estritamente necessárias ao cumprimento das atribuições funcionais do cargo, quando em ocorrência caracterizado pela sonorização(sirene) e luzes intermitentes (giroflex).

Art. 148. Para a comunicação pelo sistema de rádios comunicadores, é obrigatória a linguagem universal de rádio comunicação (código Q simplificado, código fonético internacional e código numérico).

§ 1º É necessária a prévia comunicação à base para deslocamentos, abastecimentos, abordagens, saída do perímetro urbano, deslocamento à Delegacia de Polícia e demais situações congêneres.

§ 2º Em situações de gravidade, urgência ou de risco, a base reportará ao Comando para que tome as providencias cabíveis.

Seção VII

Da Carteira de Identificação Funcional

Art. 149. A Identidade Funcional é de uso obrigatório quando em serviço ou quando estiver devidamente uniformizado.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 150. Fica definido o número de vagas para o cargo de Guarda Municipal na forma do Anexo I, bem como a sua respectiva remuneração na forma prevista no Anexo IV, ambos desta Lei.

§ 1º O Guarda Municipal, enquanto Aluno, perceberá a título de auxílio-formação o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento inicial da carreira.

§ 2º As funções de confiança privativas de Guarda Municipal e as funções de confiança não privativas de Guarda Municipal observarão os quantitativos, percentuais e atribuições previstos nos Anexos II, III e V desta Lei, sem prejuízo das disposições específicas previstas nesta Lei.

Art. 151. Os servidores regidos pela presente Lei contribuirão para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranavaí, na forma da lei.

Art. 152. Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município, os atuais Guardas Municipais, que na data de publicação desta Lei, já tenham completado 10 (dez) anos ou mais na carreira, serão enquadrados como Guarda Municipal 1ª Classe, no nível 10, conforme Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único. Ficam preservados os adicionais por tempo de serviço (anuênios) devidos aos Guardas Municipais, permanecendo a contagem de prazo já existente para fins desta Lei.

Art. 153. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 154. Fica revogada a Lei Municipal nº 4.477/2015, bem como as demais disposições em contrário, preservada expressamente a plena vigência e aplicação da Lei Municipal nº 5.134/2022.

Art. 155. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN

Prefeito de Paranavaí

ANEXO I

NOMINATA DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS E JORNADA DE TRABALHO

denominação do cargo	número de vagas	jornada de trabalho
GUARDA MUNICIPAL	55	40 HORAS SEMANAIS

ANEXO II

NOMINATA DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA PRIVATIVAS DE GUARDA MUNICIPAL

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL SOBRE O VENCIMENTO	QUANTITATIVO
COMANDANTE	100%	1
SUBCOMANDANTE	75%	1
SUPERVISOR	30%	4
CORREGEDOR	100%	1

ANEXO III

NOMINATA DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NÃO PRIVATIVAS DE GUARDA MUNICIPAL

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL SOBRE O VENCIMENTO	QUANTITATIVO
OUVIDOR	50%	1

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	3.180,00
2	3.227,70
3	3.276,12
4	3.325,26
5	3.375,14
6	3.425,76
7	3.477,15
8	3.529,31
9	3.582,25
10	3.635,98
11	3.690,52
12	3.745,88
13	3.802,07
14	3.859,10
15	3.916,98
16	3.975,74
17	4.035,37
18	4.095,90
19	4.157,34
20	4.219,70
21	4.283,00
22	4.347,24
23	4.412,45
24	4.478,64

25	4.545,82
26	4.614,01
27	4.683,22
28	4.753,46
29	4.824,77
30	4.897,14
31	4.970,60
32	5.045,15
33	5.120,83
34	5.197,64
35	5.275,61
36	5.354,74
37	5.435,06
38	5.516,59
39	5.599,34
40	5.683,33

GUARDA MUNICIPAL 2ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	3.710,00
2	3.765,65
3	3.822,13
4	3.879,47
5	3.937,66
6	3.996,72
7	4.056,67
8	4.117,52
9	4.179,29
10	4.241,98
11	4.305,61
12	4.370,19
13	4.435,74
14	4.502,28
15	4.569,81
16	4.638,36
17	4.707,94
18	4.778,56
19	4.850,23
20	4.922,99
21	4.996,83
22	5.071,78
23	5.147,86
24	5.225,08
25	5.303,46
26	5.383,01
27	5.463,75
28	5.545,71
29	5.628,89
30	5.713,33
31	5.799,03
32	5.886,01
33	5.974,30
34	6.063,92
35	6.154,88
36	6.247,20
37	6.340,91
38	6.436,02
39	6.532,56
40	6.630,55

GUARDA MUNICIPAL 1ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	4.664,00
2	4.733,96
3	4.804,97
4	4.877,04
5	4.950,20
6	5.024,45
7	5.099,82
8	5.176,32
9	5.253,96
10	5.332,77
11	5.412,76
12	5.493,95
13	5.576,36
14	5.660,01
15	5.744,91
16	5.831,08
17	5.918,55
18	6.007,33
19	6.097,44
20	6.188,90
21	6.281,73
22	6.375,96

23	6.471,60
24	6.568,67
25	6.667,20
26	6.767,21
27	6.868,72
28	6.971,75
29	7.076,32
30	7.182,47
31	7.290,21
32	7.399,56
33	7.510,55
34	7.623,21
35	7.737,56
36	7.853,62
37	7.971,43
38	8.091,00
39	8.212,36
40	8.335,55

SUBINSPETOR 3ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	5.130,40
2	5.207,36
3	5.285,47
4	5.364,75
5	5.445,22
6	5.526,90
7	5.609,80
8	5.693,95
9	5.779,36
10	5.866,05
11	5.954,04
12	6.043,35
13	6.134,00
14	6.226,01
15	6.319,40
16	6.414,19
17	6.510,40
18	6.608,06
19	6.707,18
20	6.807,79
21	6.909,90
22	7.013,55
23	7.118,76
24	7.225,54
25	7.333,92
26	7.443,93
27	7.555,59
28	7.668,92
29	7.783,96
30	7.900,72
31	8.019,23
32	8.139,52
33	8.261,61
34	8.385,53
35	8.511,31
36	8.638,98
37	8.768,57
38	8.900,10
39	9.033,60
40	9.169,10

SUBINSPETOR 2ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	5.643,44
2	5.728,09
3	5.814,01
4	5.901,22
5	5.989,74
6	6.079,59
7	6.170,78
8	6.263,34
9	6.357,29
10	6.452,65
11	6.549,44
12	6.647,68
13	6.747,40
14	6.848,61
15	6.951,34
16	7.055,61
17	7.161,44

18	7.268,87
19	7.377,90
20	7.488,57
21	7.600,90
22	7.714,91
23	7.830,63
24	7.948,09
25	8.067,31
26	8.188,32
27	8.311,15
28	8.435,82
29	8.562,35
30	8.690,79
31	8.821,15
32	8.953,47
33	9.087,77
34	9.224,09
35	9.362,45
36	9.502,88
37	9.645,43
38	9.790,11
39	9.936,96
40	10.086,01

SUBINSPETOR 1ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	6.207,78
2	6.300,90
3	6.395,41
4	6.491,34
5	6.588,71
6	6.687,54
7	6.787,86
8	6.889,67
9	6.993,02
10	7.097,91
11	7.204,38
12	7.312,45
13	7.422,13
14	7.533,47
15	7.646,47
16	7.761,17
17	7.877,58
18	7.995,75
19	8.115,68
20	8.237,42
21	8.360,98
22	8.486,39
23	8.613,69
24	8.742,90
25	8.874,04
26	9.007,15
27	9.142,26
28	9.279,39
29	9.418,58
30	9.559,86
31	9.703,26
32	9.848,81
33	9.996,54
34	10.146,49
35	10.298,68
36	10.453,16
37	10.609,96
38	10.769,11
39	10.930,65
40	11.094,61

INSPETOR 2ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	6.828,52
2	6.930,95
3	7.034,91
4	7.140,44
5	7.247,54
6	7.356,26
7	7.466,60
8	7.578,60
9	7.692,28
10	7.807,66
11	7.924,78
12	8.043,65

13	8.164,30
14	8.286,77
15	8.411,07
16	8.537,23
17	8.665,29
18	8.795,27
19	8.927,20
20	9.061,11
21	9.197,03
22	9.334,98
23	9.475,01
24	9.617,13
25	9.761,39
26	9.907,81
27	10.056,43
28	10.207,27
29	10.360,38
30	10.515,79
31	10.673,52
32	10.833,63
33	10.996,13
34	11.161,07
35	11.328,49
36	11.498,42
37	11.670,89
38	11.845,96
39	12.023,65
40	12.204,00

INSPETOR 1ª CLASSE

NÍVEL	VENCIMENTO
1	7.511,37
2	7.624,04
3	7.738,40
4	7.854,48
5	7.972,29
6	8.091,88
7	8.213,26
8	8.336,46
9	8.461,50
10	8.588,43
11	8.717,25
12	8.848,01
13	8.980,73
14	9.115,44
15	9.252,17
16	9.390,96
17	9.531,82
18	9.674,80
19	9.819,92
20	9.967,22
21	10.116,73
22	10.268,48
23	10.422,50
24	10.578,84
25	10.737,52
26	10.898,59
27	11.062,07
28	11.228,00
29	11.396,42
30	11.567,36
31	11.740,87
32	11.916,99
33	12.095,74
34	12.277,18
35	12.461,34
36	12.648,26
37	12.837,98
38	13.030,55
39	13.226,01
40	13.424,40

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
COMANDANTE	- planejar, dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades operacionais, administrativas e estratégicas da Guarda Municipal; - cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito - SESTRAN e os atos

	do Chefe do Poder Executivo; - propor escalas, planos de operação, normas internas, protocolos de atuação, capacitações e medidas de aperfeiçoamento institucional; - representar a Guarda Municipal perante órgãos públicos e entidades, quando autorizado, e articular ações integradas com órgãos de segurança pública e defesa social; - zelar pela disciplina, hierarquia, uso adequado de uniformes, equipamentos, armamentos, viaturas e demais recursos institucionais.
SUBCOMANDANTE	- assessorar diretamente o Comandante no planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades da Guarda Municipal; - substituir o Comandante em seus afastamentos, impedimentos ou ausências, observadas as normas internas; - acompanhar a execução das escalas, operações, treinamentos e ordens de serviço, propondo ajustes necessários; - coordenar a integração entre as unidades, grupamentos e setores vinculados ao Comando; - elaborar relatórios, informações e estudos destinados ao aperfeiçoamento da gestão operacional e administrativa.
SUPERVISOR	- supervisionar equipes, turnos, postos de serviço, escalas e operações da Guarda Municipal; - orientar os Guardas Municipais quanto ao cumprimento das ordens de serviço, protocolos operacionais, normas disciplinares e procedimentos de segurança; - fiscalizar a utilização de uniformes, equipamentos, armamentos, viaturas e demais instrumentos de trabalho; - comunicar ao Comando ocorrências relevantes, irregularidades, necessidades operacionais e situações que exijam providências administrativas; - apoiar a execução de ações preventivas, ostensivas, comunitárias, escolares, de trânsito e de proteção ao patrimônio público municipal.
CORREGEDOR	- exercer as atividades de correição e controle interno disciplinar da Guarda Municipal, nos limites desta Lei; - receber, analisar e encaminhar representações, denúncias, reclamações e comunicações de irregularidades envolvendo integrantes da Guarda Municipal; - instaurar, instruir, acompanhar ou propor a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais; - requisitar informações, documentos, relatórios e diligências necessários à apuração de fatos de interesse correcional; - emitir relatórios, pareceres e recomendações destinados ao aperfeiçoamento disciplinar, ético e funcional da instituição.
OUVIDOR	- receber, examinar e encaminhar reclamações, denúncias, sugestões, elogios e manifestações relativas à atuação da Guarda Municipal; - zelar pela independência, transparência, imparcialidade e sigilo das manifestações recebidas, quando necessário à proteção do manifestante e à apuração dos fatos; - acompanhar a tramitação das manifestações encaminhadas aos órgãos competentes, solicitando informações sobre as providências adotadas; - elaborar relatórios periódicos de atividades, estatísticas e recomendações de melhoria institucional; - atuar como canal de comunicação entre a sociedade, a Administração Municipal e a Guarda Municipal.

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E60B0B89

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABJ5B87	277490NIC0045672	09/09/2026	50020
ACY8I92	277490W000046882	12/09/2026	55412
ADH6655	277490W000046773	11/09/2026	55412
ADX2I59	277490NIC0045678	09/09/2026	50020
AEJ9542	277490NIC0045686	09/09/2026	50020
AFD0034	277490W000046959	14/09/2026	55412

AGZ0562	277490W000046901	12/09/2026	55412
AIG8833	277490W000046938	14/09/2026	55412
AIG8833	277490W000046952	14/09/2026	55412
AIT4J12	277490W000046936	14/09/2026	55412
AIX3759	277490W000046935	14/09/2026	55412
AIZ0545	277490W000046809	11/09/2026	55412
AJB9854	277490W000046852	11/09/2026	55412
AJD0316	277490W000046823	11/09/2026	55412
AJF5H59	277490W000046876	12/09/2026	55412
AKD6420	277490W000046778	11/09/2026	55412
AKF0I39	277490W000046827	11/09/2026	55412
AKF0I39	277490W000046850	11/09/2026	55412
AKG7D62	277490W000046912	14/09/2026	55412
AKO4G88	277490W000046813	11/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046821	11/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046851	11/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046780	11/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046879	12/09/2026	55412
ALC0063	277490W000046877	12/09/2026	55412
ALS6E42	277490W000046799	11/09/2026	55412
AMB8F80	277490W000046954	14/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046796	11/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046841	11/09/2026	55412
AMY1759	277490W000046897	12/09/2026	55412
AMZ8A98	277490W000046865	12/09/2026	55412
ANB8A65	277490W000046898	12/09/2026	55412
AOD5A74	277490W000046886	12/09/2026	55412
AOF2639	277490W000046947	14/09/2026	55412
AOJ0E14	277490NIC0045664	09/09/2026	50020
AOK7873	277490W000046875	12/09/2026	55412
AOW3I00	277490NIC0045683	09/09/2026	50020
APK6206	277490NIC0045677	09/09/2026	50020
AQN1252	277490W000046810	11/09/2026	55412
ARQ2E13	277490W000046941	14/09/2026	55412
ART4C34	277490W000046906	12/09/2026	55412
ART4C34	277490W000046871	12/09/2026	55412
ASL6569	277490W000046784	11/09/2026	55412
ASQ2624	277490W000046872	12/09/2026	55412
ASQ2908	277490W000046945	14/09/2026	55412
ASV8152	277490NIC0045666	09/09/2026	50020
ATL5901	277490W000046839	11/09/2026	55412
ATL5901	277490W000046881	12/09/2026	55412
ATL5901	277490W000046775	11/09/2026	55412
ATR5945	277490W000046934	14/09/2026	55412
ATR5945	277490W000046903	12/09/2026	55412
AUE4932	277490W000046819	11/09/2026	55412
AUE4932	277490W000046880	12/09/2026	55412
AUE4932	277490W000046794	11/09/2026	55412
AUK2J53	277490W000046873	12/09/2026	55412
AUQ4B08	277490W000046849	11/09/2026	55412
AUS2430	277490W000046846	11/09/2026	55412
AVE6J80	277490W000046803	11/09/2026	55412
AVF7F62	277490W000046887	12/09/2026	55412
AVL2602	277490W000046928	14/09/2026	55412
AVL2602	277490W000046951	14/09/2026	55412
AVQ3B47	277490W000046845	11/09/2026	55412
AWA8732	277490W000046922	14/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046893	12/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046842	11/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046863	12/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046816	11/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046790	11/09/2026	55412
AWN0I46	277490W000046885	12/09/2026	55412
AWO6671	277490W000046776	11/09/2026	55412
AWW1B08	277490W000046782	11/09/2026	55412
AWX7131	277490W000046884	12/09/2026	55412
AWX8419	277490W000046894	12/09/2026	55412
AXD0F03	277490W000046913	14/09/2026	55412
AXH9132	277490W000046817	11/09/2026	55412
AXI0H31	277490W000046932	14/09/2026	55412
AXJ4G29	277490NIC0045714	09/09/2026	50020
AXY5F59	277490NIC0045669	09/09/2026	50020
AXZ0981	277490NIC0045693	09/09/2026	50020
AYI4B57	277490W000046867	12/09/2026	55412
AYR9E95	277490W000046805	11/09/2026	55412
AYS7D54	277490W000046835	11/09/2026	55412
AZI9881	277490W000046777	11/09/2026	55412
AZP6C96	277490W000046957	14/09/2026	55412
AZR8988	277490W000046911	14/09/2026	55412
AZW2H34	277490W000046895	12/09/2026	55412
AZX6311	277490W000046831	11/09/2026	55412
BAD4J13	277490W000046795	11/09/2026	55412
BBD4812	277490W000046843	11/09/2026	55412
BBI0E87	277490W000046939	14/09/2026	55412
BBI0E87	277490W000046931	14/09/2026	55412
BBQ7D32	277490NIC0045694	09/09/2026	50020
BBW7J60	277490W000046940	14/09/2026	55412
BBX3F52	277490W000046781	11/09/2026	55412
BCD0E51	277490NIC0045674	09/09/2026	50020

BCG3H73	277490W000046902	12/09/2026	55412
BCZ2A76	277490W000046834	11/09/2026	55412
BDA5H43	277490W000046899	12/09/2026	55412
BDA9B41	277490NIC0045671	09/09/2026	50020
BDB5B21	277490W000046927	14/09/2026	55412
BDE6F12	277490W000046960	14/09/2026	55412
BDI8A54	277490W000046937	14/09/2026	55412
BDI8A54	277490W000046919	14/09/2026	55412
BDN8E44	277490NIC0045707	09/09/2026	50020
BDT7C54	277490W000046861	12/09/2026	55412
BDT7C54	277490W000046943	14/09/2026	55412
BDX0C19	277490NIC0045668	09/09/2026	50020
BEK1A35	277490W000046907	12/09/2026	55412
BEK2H83	277490NIC0045681	09/09/2026	50020
BEL9G07	277490W000046833	11/09/2026	55412
BEM1G52	277490NIC0045692	09/09/2026	50020
BEO4H70	277490W000046793	11/09/2026	55412
BEP1E99	277490W000046814	11/09/2026	55412
BEP1E99	277490W000046838	11/09/2026	55412
BET9A25	277490NIC0045691	09/09/2026	50020
BEY1E93	277490NIC0045687	09/09/2026	50020
BIR9362	277490W000046890	12/09/2026	55412
BQM9068	277490W000046792	11/09/2026	55412
CAG2267	277490W000046815	11/09/2026	55412
CHW5931	277490W000046826	11/09/2026	55412
CHW5931	277490W000046797	11/09/2026	55412
CIN2902	277490W000046909	12/09/2026	55412
COH0439	277490W000046868	12/09/2026	55412
CQD9022	277490W000046855	11/09/2026	55412
CXN3771	277490W000046944	14/09/2026	55412
CYH4H80	277490W000046869	12/09/2026	55412
DLT0230	277490NIC0045712	09/09/2026	50020
DMB3A83	277490W000046956	14/09/2026	55412
DNP0837	277490W000046889	12/09/2026	55412
DWA9B96	277490NIC0045667	09/09/2026	50020
EMC6578	277490W000046904	12/09/2026	55412
EMF0A27	277490W000046921	14/09/2026	55412
ENI7F75	277490NIC0045696	09/09/2026	50020
FGG9D33	277490W000046801	11/09/2026	55412
FVU4E75	277490W000046946	14/09/2026	55412
GZW3B11	277490NIC0045711	09/09/2026	50020
HRI9034	277490W000046848	11/09/2026	55412
IOQ1363	277490W000046822	11/09/2026	55412
ISN2G39	277490W000046955	14/09/2026	55412
ISW6D83	277490W000046854	11/09/2026	55412
IZO4G01	277490NIC0045661	09/09/2026	50020
JJH8F40	277490W000046917	14/09/2026	55412
JSF7338	277490W000046892	12/09/2026	55412
JSF7338	277490W000046862	12/09/2026	55412
JSF7338	277490W000046950	14/09/2026	55412
JSF7338	277490W000046929	14/09/2026	55412
KAK6238	277490W000046787	11/09/2026	55412
KAK6238	277490W000046825	11/09/2026	55412
MIY0J00	277490NIC0045662	09/09/2026	50020
MPZ5J12	277490W000046856	11/09/2026	55412
NOY9D88	277490W000046818	11/09/2026	55412
NOY9D88	277490W000046783	11/09/2026	55412
OBS0D46	277490W000046888	12/09/2026	55412
PBH4E54	277490NIC0045713	09/09/2026	50020
QOR8B18	277490NIC0045706	09/09/2026	50020
QPI2H23	277490W000046900	12/09/2026	55412
QQD8J40	277490W000046933	14/09/2026	55412
RBF8J05	277490NIC0045697	09/09/2026	50020
RFD3F07	277490NIC0045680	09/09/2026	50020
RFU0C05	277490W000046916	14/09/2026	55412
RHC8H88	277490NIC0045673	09/09/2026	50020
RHP0B94	277490NIC0045679	09/09/2026	50020
RHP3A19	277490NIC0045665	09/09/2026	50020
SDQ1B84	277490W000046858	11/09/2026	55412
SDQ9G48	277490NIC0045710	09/09/2026	50020
SDR5C96	277490NIC0045695	09/09/2026	50020
SEK3A30	277490W000046860	12/09/2026	55412
SEL4H88	277490W000046837	11/09/2026	55412
SEV4J27	277490NIC0045709	09/09/2026	50020
SFB5J29	277490W000046853	11/09/2026	55412
SFC3H53	277490W000046859	11/09/2026	55412
SFG5A31	277490W000046829	11/09/2026	55412
SFH4E83	277490NIC0045684	09/09/2026	50020
SFO4J12	277490W000046857	11/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046830	11/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046874	12/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046811	11/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046908	12/09/2026	55412
SIB0G38	277490NIC0045690	09/09/2026	50020
TAX3D74	277490W000046891	12/09/2026	55412
TAZ1E68	277490W000046770	11/09/2026	55412
TBG7I26	277490W000046910	12/09/2026	55412
TBH4D63	277490NIC0045676	09/09/2026	50020
TBN9H48	277490NIC0045708	09/09/2026	50020

TBN9H48	277490NIC0045705	09/09/2026	50020
TBT7C36	277490W000046812	11/09/2026	55412
TBZ7H50	277490NIC0045685	09/09/2026	50020
TJS6J14	277490NIC0045670	09/09/2026	50020
UBF2D43	277490NIC0045689	09/09/2026	50020
UBJ8C29	277490NIC0045675	09/09/2026	50020
UBK7J37	277490NIC0045688	09/09/2026	50020
UBQ9B92	277490NIC0045682	09/09/2026	50020
UBR0D57	277490W000046824	11/09/2026	55412
UCP0B76	277490NIC0045663	09/09/2026	50020

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:DF9697DE

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AJZ3848	277490F000212485	17/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212353	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212328	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ4777	277490W000042149	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AKD1I57	277490F000212182	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AKD6420	277490W000041978	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AKE9295	277490F000212346	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AKN3H10	277490NIC0044749	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AKN5405	277490F000212217	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AKQ8119	277490W000042054	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AKS7D31	277490W000041870	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AKX0867	277490W000042199	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AKX2640	277490W000042179	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AKY6A05	277490NIC0044767	07/07/2026	50020	R$ 586,94
ALF5J76	277490W000041917	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ALO3033	277490W000042092	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ALP7B17	277490F000212437	16/07/2026	60503	R$ 293,47
ALS0491	277490W000042309	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ALX1792	277490W000041916	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ALX3711	277490W000042165	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ALZ9020	277490NIC0044838	11/07/2026	50020	R$ 586,94
AMB2377	277490F000212268	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AME5503	277490F000212267	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AME5E88	277490F000212287	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AMH4445	277490W000042041	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6299	277490W000042146	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6299	277490W000042116	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AML5613	277490W000042312	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AMO3C59	277490W000042288	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AMW6J59	277490F000212310	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AND0H68	277490NIC0044823	11/07/2026	50020	R$ 260,32
ANF4613	277490W000042128	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANJ7546	277490W000041876	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANK1038	277490W000042150	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANK1765	277490W000041827	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANL7I04	277490W000042308	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ANM1473	277490W000041991	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ANM9I30	277490W000041857	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANP7141	277490W000042153	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT1042	277490W000042130	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2E02	277490W000041856	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2E02	277490F000212194	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212485	17/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212353	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212328	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ4777	277490W000042149	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AKD1I57	277490F000212182	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AKD6420	277490W000041978	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AKE9295	277490F000212346	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AKN3H10	277490NIC0044749	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AKN5405	277490F000212217	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AKQ8119	277490W000042054	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AKS7D31	277490W000041870	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AKX0867	277490W000042199	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AKX2640	277490W000042179	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AKY6A05	277490NIC0044767	07/07/2026	50020	R$ 586,94
ALF5J76	277490W000041917	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ALO3033	277490W000042092	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ALP7B17	277490F000212437	16/07/2026	60503	R$ 293,47

ALS0491	277490W000042309	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ALX1792	277490W000041916	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ALX3711	277490W000042165	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ALZ9020	277490NIC0044838	11/07/2026	50020	R$ 586,94
AMB2377	277490F000212268	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AME5503	277490F000212267	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AME5E88	277490F000212287	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AMH4445	277490W000042041	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6299	277490W000042146	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6299	277490W000042116	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AML5613	277490W000042312	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AMO3C59	277490W000042288	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AMW6J59	277490F000212310	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AND0H68	277490NIC0044823	11/07/2026	50020	R$ 260,32
ANF4613	277490W000042128	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANJ7546	277490W000041876	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANK1038	277490W000042150	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANK1765	277490W000041827	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANL7I04	277490W000042308	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ANM1473	277490W000041991	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ANM9I30	277490W000041857	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANP7141	277490W000042153	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT1042	277490W000042130	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2E02	277490W000041856	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2E02	277490F000212194	13/07/2026	60503	R$ 293,47
ANT3B55	277490F000212331	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ANU0541	277490W000042005	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ANV1C14	277490W000041843	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANW7842	277490W000042254	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ANY6F58	277490W000042193	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AOD6F05	277490F000212362	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AOE9A01	277490W000041900	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK0H35	277490F000212299	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AOK2E23	277490W000042064	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042187	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042107	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042341	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042263	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000041923	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042020	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000041898	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042154	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000041868	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042069	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042314	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000041970	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AON4162	277490W000042091	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AOR9E83	277490W000041866	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AOT9J81	277490F000212241	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212427	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212301	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212275	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212269	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212394	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212266	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AOX2G62	277490F000212368	15/07/2026	60503	R$ 293,47
APA6I70	277490W000041961	08/07/2026	55412	R$ 195,23
APB8F14	277490W000041836	07/07/2026	55412	R$ 195,23
APH7I92	277490W000041937	08/07/2026	55412	R$ 195,23
APH7I92	277490W000042036	09/07/2026	55412	R$ 195,23
API7186	277490W000041885	07/07/2026	55412	R$ 195,23
APL2712	277490F000212276	14/07/2026	60503	R$ 293,47
APM8896	277490W000041953	08/07/2026	55412	R$ 195,23
APP0I02	277490W000042016	09/07/2026	55412	R$ 195,23
APQ9914	277490W000042256	13/07/2026	55412	R$ 195,23
APU0470	277490W000041865	07/07/2026	55412	R$ 195,23
APU1245	277490W000041942	08/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000042136	10/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000041887	07/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000042043	09/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000041855	07/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ5609	277490F000212375	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AQF2729	277490W000041972	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AQG1480	277490F000212291	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AQG3114	277490F000212448	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AQM0810	277490W000042262	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AQM1909	277490F000212433	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AQM1909	277490F000212425	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AQN3494	277490W000042135	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AQN3494	277490W000042156	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AQN3494	277490W000042093	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AQU2782	277490W000042316	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AQY9A90	277490W000041831	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AQZ9272	277490F000212347	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AQZ9272	277490F000212451	16/07/2026	60503	R$ 293,47
ARB1107	277490W000042120	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ARB1107	277490W000042284	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ARD3963	277490F000212356	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ARD3963	277490F000212449	16/07/2026	60503	R$ 293,47

ARE2D78	277490W000042101	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ARE8C01	277490F000212222	13/07/2026	60503	R$ 293,47
ARE9578	277490F000212303	14/07/2026	60503	R$ 293,47
ARG6G58	277490W000042111	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ARK4I16	277490F000212365	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ARP0G31	277490W000041954	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ARP7204	277490W000041945	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ARS8210	277490F000212452	16/07/2026	60503	R$ 293,47
ARV1178	277490W000042236	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ARV1178	277490W000041833	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ARV8625	277490W000041894	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ARY6285	277490W000041952	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ASC7H35	277490W000041832	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASF2549	277490W000041878	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASG8387	277490NIC0044843	11/07/2026	50020	R$ 586,94
ASI4063	277490W000042315	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ6131	277490W000042095	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000042170	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000041881	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000041904	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000042280	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000042313	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASP6066	277490F000212258	14/07/2026	60503	R$ 293,47
ASQ5195	277490F000212484	17/07/2026	60503	R$ 293,47
ASQ5195	277490F000212202	13/07/2026	60503	R$ 293,47
ASR7952	277490W000042307	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042338	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000041935	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000041853	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000041883	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042089	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042276	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000041919	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042009	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042239	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000041979	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042044	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ASU8315	277490W000042174	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ASX9J25	277490NIC0044845	11/07/2026	50020	R$ 586,94
ASY4334	277490F000212218	13/07/2026	60503	R$ 293,47
ASY9679	277490NIC0044715	03/07/2026	50020	R$ 390,46
ASZ9817	277490W000041877	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ATB1E38	277490W000042218	11/07/2026	55412	R$ 195,23
ATE2I04	277490NIC0044746	07/07/2026	50020	R$ 586,94
ATE2J72	277490F000212338	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ATJ8713	277490W000042334	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ATJ8713	277490W000041911	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ATK1595	277490F000212225	13/07/2026	60503	R$ 293,47
ATK2I63	277490W000042031	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ATK2I63	277490W000042134	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ATM4D87	277490NIC0044764	07/07/2026	50020	R$ 586,94
ATM7B07	277490W000041960	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ATR5945	277490W000042158	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ATR5945	277490W000042119	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ATR5B73	277490F000212336	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ATR6073	277490F000212274	14/07/2026	60503	R$ 293,47
ATS3F77	277490W000042025	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ATV4021	277490W000041988	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ATV4C26	277490F000206589	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ATZ3957	277490W000041850	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AUF2A11	277490NIC0044742	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AUG0694	277490F000212333	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AUH6I17	277490W000042042	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AUK9379	277490F000212294	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AUL0F19	277490W000041951	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AUL2019	277490F000212457	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AUM5295	277490F000212196	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AUP3318	277490NIC0044716	04/07/2026	50020	R$ 390,46
AUR0895	277490W000042157	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AUR4657	277490W000041871	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AUR5089	277490W000041983	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AUT3A24	277490F000212309	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490NIC0044822	11/07/2026	50020	R$ 586,94
AUY6854	277490NIC0044740	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AUY6854	277490F000212453	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490NIC0044739	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AVG3B81	277490W000041822	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AVJ5856	277490W000042204	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042303	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042243	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042190	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042278	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042103	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000041992	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042148	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AVM7F98	277490W000042250	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AVQ5B20	277490F000212317	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AVQ8H73	277490W000042059	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AVT2I82	277490F000212313	14/07/2026	60503	R$ 293,47

AVU3E63	277490F000212431	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AVW3488	277490F000212370	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AVY3I38	277490F000212292	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AVY9J77	277490F000212407	16/07/2026	56732	R$ 130,16
AWB8298	277490W000042143	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000041940	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042102	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042013	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042049	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000041882	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042242	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000041851	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000041818	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000041907	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042282	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042189	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042200	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AWD7D55	277490W000042176	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000041928	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042085	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042003	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042039	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042229	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042207	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000041846	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000041821	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042098	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042260	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000041906	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042141	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042302	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6B15	277490W000042180	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWG0G28	277490W000042065	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWH1166	277490F000212259	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AWJ9I70	277490F000212380	15/07/2026	60503	R$ 293,47
AWM9338	277490W000042197	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000041998	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000041975	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000042030	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWO8755	277490W000042080	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWP2I85	277490W000041981	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWQ3672	277490W000042072	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AWU7652	277490F000212440	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AWX7086	277490W000041971	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWZ9C95	277490W000042122	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AXH3F55	277490F000212316	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AXH7067	277490W000042213	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AXJ3C35	277490W000041849	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AXR5454	277490W000042294	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AXV0E21	277490F000212450	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AYA5E79	277490F000212464	17/07/2026	60503	R$ 293,47
AYG5J80	277490F000212183	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AYH9969	277490W000041946	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AYK7J79	277490F000212296	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AYM7485	277490W000042127	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AYM7485	277490W000042096	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AYM7485	277490W000042145	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AYP9H61	277490F000212463	16/07/2026	60503	R$ 293,47
AYQ5H05	277490F000212312	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AYQ7B57	277490F000212264	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AYW6F00	277490W000041921	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AYX3B97	277490W000042335	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AYY4G32	277490F000212206	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000212466	17/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000212193	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AYZ7128	277490F000212185	13/07/2026	60503	R$ 293,47
AZC6E26	277490W000042076	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AZE7C85	277490W000041999	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AZI1C55	277490W000042240	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AZM7528	277490F000212278	14/07/2026	60503	R$ 293,47
AZV3550	277490F000212215	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BAH0D34	277490F000212436	16/07/2026	60503	R$ 293,47
BAI2979	277490F000212242	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BAJ0679	277490W000041838	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BAM9D49	277490W000041854	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BAP8301	277490W000041903	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BAS6929	277490F000212199	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BAV0J69	277490W000042060	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BAX5658	277490W000042058	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BAY6C75	277490NIC0044835	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BBC7201	277490W000042264	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BBF2460	277490F000212403	16/07/2026	60503	R$ 293,47
BBO4207	277490F000212285	14/07/2026	56732	R$ 130,16
BBP0776	277490F000212389	15/07/2026	60503	R$ 293,47
BBQ3137	277490F000212273	14/07/2026	60503	R$ 293,47
BBU1G36	277490NIC0044812	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BBW1023	277490W000042125	10/07/2026	55412	R$ 195,23
BBW1I05	277490NIC0044718	04/07/2026	50020	R$ 586,94
BBZ1F58	277490F000212414	16/07/2026	60503	R$ 293,47

BCA0E02	277490F000212239	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BCB2926	277490W000042090	10/07/2026	55412	R$ 195,23
BCF0684	277490F000212422	16/07/2026	60503	R$ 293,47
BCF8F92	277490F000212367	15/07/2026	60503	R$ 293,47
BCG4A35	277490NIC0044738	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BCJ1D85	277490W000042071	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BCM6F03	277490F000212363	15/07/2026	60503	R$ 293,47
BCN5G49	277490F000212408	16/07/2026	60503	R$ 293,47
BCO7E65	277490NIC0044841	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BCQ0C19	277490W000041880	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCQ2A25	277490W000042010	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BCQ2A25	277490W000042040	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BCR9B63	277490W000042017	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BCS2E45	277490W000041897	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT6F15	277490F000212284	14/07/2026	60503	R$ 293,47
BCU3F32	277490F000212233	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BCV9J80	277490W000041901	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCW3D91	277490W000042160	10/07/2026	55412	R$ 195,23
BDB5G01	277490W000041964	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BDE4E48	277490W000042067	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BDE4E69	277490NIC0044773	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BDE4E69	277490NIC0044839	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BDE4E69	277490NIC0044840	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BDG6H61	277490W000041823	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BDH8B56	277490W000042293	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BDK3E97	277490W000042037	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BDP9D66	277490F000212300	14/07/2026	60503	R$ 293,47
BDW4D73	277490F000212334	15/07/2026	60503	R$ 293,47
BDX7H80	277490W000042112	10/07/2026	55412	R$ 195,23
BDY3F50	277490NIC0044757	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BDY3F50	277490NIC0044831	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BED6E67	277490W000041872	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BEE7G42	277490NIC0044785	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BEF6F90	277490NIC0044829	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BEF7G80	277490NIC0044830	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BEH2I59	277490W000042066	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BEI3A15	277490NIC0044752	07/07/2026	50020	R$ 260,32
BEI4B68	277490W000041895	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BEJ1H78	277490F000212430	16/07/2026	60503	R$ 293,47
BEK6F11	277490NIC0044751	07/07/2026	50020	R$ 260,32
BEM7E60	277490NIC0044744	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BEN1G04	277490W000042281	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BEN3H93	277490NIC0044837	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BEO0E16	277490W000041934	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BEQ6C69	277490W000042300	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BEU5I93	277490F000212254	13/07/2026	60503	R$ 293,47
BEV6B12	277490NIC0044780	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BEV8J33	277490W000042279	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BEZ4J21	277490W000042336	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BGB3C34	277490W000042029	09/07/2026	55412	R$ 195,23
BTQ1J04	277490W000041949	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BVZ5290	277490W000042214	11/07/2026	55412	R$ 195,23
BXP8362	277490F000212350	15/07/2026	60503	R$ 293,47
BZM5D22	277490F000212384	15/07/2026	60503	R$ 293,47
CAE9A37	277490F000212445	16/07/2026	60503	R$ 293,47
CHS2D71	277490F000212280	14/07/2026	60503	R$ 293,47
CHW5931	277490W000042027	09/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000041861	07/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000041837	07/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000042124	10/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000041977	08/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000042231	13/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000042290	13/07/2026	55412	R$ 195,23
CIP5618	277490F000212361	15/07/2026	56732	R$ 130,16
CIS2F30	277490F000212283	14/07/2026	60503	R$ 293,47
CLT6672	277490W000042100	10/07/2026	55412	R$ 195,23
CME5B72	277490W000042078	09/07/2026	55412	R$ 195,23
CNW3C69	277490F000212240	13/07/2026	60503	R$ 293,47
CQB3302	277490F000212381	15/07/2026	60503	R$ 293,47
CQD6308	277490W000042298	13/07/2026	55412	R$ 195,23
CSN6A36	277490F000212397	16/07/2026	60503	R$ 293,47
CVG9134	277490F000212481	17/07/2026	60503	R$ 293,47
CXV5597	277490W000042274	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DAI1H27	277490F000212342	15/07/2026	60503	R$ 293,47
DBN3B80	277490F000212190	13/07/2026	60503	R$ 293,47
DBV9389	277490W000041830	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DCA0H52	277490F000212438	16/07/2026	60503	R$ 293,47
DCF9E32	277490W000042057	09/07/2026	55412	R$ 195,23
DCF9E32	277490W000042194	11/07/2026	55412	R$ 195,23
DCF9E32	277490W000042228	11/07/2026	55412	R$ 195,23
DDM0J21	277490W000041931	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DED3249	277490W000042226	11/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000042210	11/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000042328	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000041925	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000042273	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000042238	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DEX6369	277490F000212488	17/07/2026	60503	R$ 293,47
DEZ4817	277490W000042001	09/07/2026	55412	R$ 195,23

DIQ6I51	277490W000042322	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DME0E37	277490NIC0044826	11/07/2026	50020	R$ 586,94
DMQ3484	277490F000212392	16/07/2026	60503	R$ 293,47
DMR8I00	277490F000212179	13/07/2026	60503	R$ 293,47
DPF2I98	277490NIC0044789	07/07/2026	50020	R$ 586,94
DPF3373	277490W000041884	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DQB1011	277490NIC0044747	07/07/2026	50020	R$ 586,94
DRN0676	277490W000041968	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DUE5296	277490W000042047	09/07/2026	55412	R$ 195,23
DXE9C02	277490F000212252	13/07/2026	60503	R$ 293,47
DXG3481	277490W000042340	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042299	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042132	10/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042110	10/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000041986	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000041826	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000041888	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042161	10/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000041862	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042249	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042086	09/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042007	09/07/2026	55412	R$ 195,23
DXO4F07	277490F000212455	16/07/2026	60503	R$ 293,47
EBV8B39	277490NIC0044720	07/07/2026	50020	R$ 586,94
ECZ8516	277490W000042144	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490F000212432	16/07/2026	60503	R$ 293,47
ECZ8516	277490W000042038	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042097	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042202	11/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042317	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042186	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042277	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042129	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042233	13/07/2026	55412	R$ 195,23
EDB5181	277490W000042321	13/07/2026	55412	R$ 195,23
EDH2D47	277490W000042051	09/07/2026	55412	R$ 195,23
EEO5D61	277490NIC0044755	07/07/2026	50020	R$ 390,46
EEQ7H44	277490W000042224	11/07/2026	55412	R$ 195,23
EFR3I03	277490W000042323	13/07/2026	55412	R$ 195,23
EHJ2955	277490F000212236	13/07/2026	60503	R$ 293,47
EIV2H19	277490W000042002	09/07/2026	55412	R$ 195,23
ELG7838	277490W000041890	07/07/2026	55412	R$ 195,23
EOW0429	277490F000212289	14/07/2026	60503	R$ 293,47
EOW0429	277490F000212282	14/07/2026	60503	R$ 293,47
EPM7348	277490W000042184	10/07/2026	55412	R$ 195,23
EPY8H96	277490F000212460	16/07/2026	60503	R$ 293,47
EUM8394	277490F000212318	14/07/2026	60503	R$ 293,47
EWH9F93	277490W000042169	10/07/2026	55412	R$ 195,23
EZI0994	277490W000042331	13/07/2026	55412	R$ 195,23
FBQ8A38	277490F000212235	13/07/2026	60503	R$ 293,47
FGC2H52	277490F000212191	13/07/2026	60503	R$ 293,47
FHM5E03	277490F000212483	17/07/2026	60503	R$ 293,47
FIR6J85	277490F000212322	14/07/2026	60503	R$ 293,47
FIR6J85	277490F000212426	16/07/2026	60503	R$ 293,47
FNF6239	277490F000212205	13/07/2026	60503	R$ 293,47
FNJ8H30	277490F000212372	15/07/2026	60503	R$ 293,47
FQJ6B30	277490NIC0044788	07/07/2026	50020	R$ 260,32
FTL1F39	277490NIC0044793	07/07/2026	50020	R$ 586,94
FTV3A74	277490W000041860	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FVA2E28	277490NIC0044784	07/07/2026	50020	R$ 586,94
FVL0I98	277490W000041905	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FXX3J98	277490NIC0044818	11/07/2026	50020	R$ 586,94
FZM3F56	277490NIC0044760	07/07/2026	50020	R$ 586,94
GBA7I94	277490W000041987	08/07/2026	55412	R$ 195,23
GBE6G62	277490F000212226	13/07/2026	60503	R$ 293,47
GCY1B65	277490NIC0044745	07/07/2026	50020	R$ 586,94
GHQ7D39	277490W000042048	09/07/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000042074	09/07/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000042223	11/07/2026	55412	R$ 195,23
GMQ7884	277490W000042324	13/07/2026	55412	R$ 195,23
GZW2I43	277490W000042289	13/07/2026	55412	R$ 195,23
HFT4B93	277490W000042257	13/07/2026	55412	R$ 195,23
HKT7I76	277490F000212261	14/07/2026	56732	R$ 130,16
HPZ9I81	277490W000042008	09/07/2026	55412	R$ 195,23
HRR9I07	277490F000212210	13/07/2026	60503	R$ 293,47
HRS6J09	277490F000212327	15/07/2026	60503	R$ 293,47
HSB9387	277490W000042021	09/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042155	10/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042070	09/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000041944	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000041864	07/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042255	13/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000041922	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000041969	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042106	10/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042188	10/07/2026	55412	R$ 195,23
HSC4I60	277490F000212246	13/07/2026	60503	R$ 293,47
HSM9J26	277490W000042123	10/07/2026	55412	R$ 195,23
HSO0556	277490W000042068	09/07/2026	55412	R$ 195,23

HSP5H87	277490F000212411	16/07/2026	60503	R$ 293,47
HSP5H87	277490F000212354	15/07/2026	60503	R$ 293,47
HTJ5823	277490W000042216	11/07/2026	55412	R$ 195,23
IKP0G49	277490W000041869	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ILU7J70	277490W000042142	10/07/2026	55412	R$ 195,23
IOZ2901	277490W000041989	08/07/2026	55412	R$ 195,23
IXG7J61	277490W000042011	09/07/2026	55412	R$ 195,23
JIX1H19	277490NIC0044813	11/07/2026	50020	R$ 586,94
JOM8319	277490W000042056	09/07/2026	55412	R$ 195,23
JSS1F52	277490W000042191	11/07/2026	55412	R$ 195,23
JTX2C74	277490W000042159	10/07/2026	55412	R$ 195,23
JYP5720	277490F000212321	14/07/2026	60503	R$ 293,47
KFL1F60	277490W000042079	09/07/2026	55412	R$ 195,23
KOZ9A87	277490F000212443	16/07/2026	60503	R$ 293,47
LMR6G24	277490F000212319	14/07/2026	60503	R$ 293,47
LWT7261	277490W000041815	07/07/2026	55412	R$ 195,23
MBL6I22	277490W000042052	09/07/2026	55412	R$ 195,23
MCA5C19	277490NIC0044798	07/07/2026	50020	R$ 586,94
MCC0A61	277490F000212378	15/07/2026	60503	R$ 293,47
MER2I22	277490W000041929	08/07/2026	55412	R$ 195,23
MER4B56	277490F000212305	14/07/2026	60503	R$ 293,47
MFB8C51	277490F000212435	16/07/2026	60503	R$ 293,47
MHY9383	277490NIC0044800	07/07/2026	50020	R$ 586,94
MID7G53	277490W000042295	13/07/2026	55412	R$ 195,23
MKR3G51	277490F000212237	13/07/2026	60503	R$ 293,47
MKY9107	277490NIC0044808	10/07/2026	50020	R$ 390,46
MPZ5J12	277490W000042004	09/07/2026	55412	R$ 195,23
MRP3440	277490W000041874	07/07/2026	55412	R$ 195,23
NHG5220	277490W000042050	09/07/2026	55412	R$ 195,23
NHG5220	277490W000042022	09/07/2026	55412	R$ 195,23
NMD4957	277490W000042221	11/07/2026	55412	R$ 195,23
NXX6B29	277490W000041930	08/07/2026	55412	R$ 195,23
NYO4A23	277490W000042118	10/07/2026	55412	R$ 195,23
OHF3J69	277490F000212228	13/07/2026	60503	R$ 293,47
OMN5D30	277490NIC0044809	11/07/2026	50020	R$ 586,94
OOJ2I65	277490NIC0044783	07/07/2026	50020	R$ 586,94
OPF0J64	277490W000042162	10/07/2026	55412	R$ 195,23
PJZ0B00	277490NIC0044782	07/07/2026	50020	R$ 586,94
PVE4H20	277490W000041896	07/07/2026	55412	R$ 195,23
PYR4C21	277490F000212454	16/07/2026	60503	R$ 293,47
QAO3I07	277490NIC0044796	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QCT3I13	277490NIC0044850	11/07/2026	50020	R$ 586,94
QCZ7D03	277490NIC0044824	11/07/2026	50020	R$ 586,94
QID9D06	277490F000212201	13/07/2026	60503	R$ 293,47
QIV7127	277490NIC0044799	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QOW4J31	277490F000212421	16/07/2026	60503	R$ 293,47
QPC1F93	277490F000212339	15/07/2026	60503	R$ 293,47
QRR3B94	277490NIC0044794	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QRR3B94	277490NIC0044795	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QRU2B50	277490F000212349	15/07/2026	60503	R$ 293,47
QTC8H70	277490F000212251	13/07/2026	60503	R$ 293,47
QUN3E25	277490NIC0044758	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QUU0E87	277490NIC0044792	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QUU0E87	277490NIC0044791	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QXI1H43	277490W000042330	13/07/2026	55412	R$ 195,23
RBI9G51	277490NIC0044735	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RCG4E85	277490W000041814	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RDC0C08	277490NIC0044797	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RDX2J00	277490W000041994	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RFQ9A11	277490W000042304	13/07/2026	55412	R$ 195,23
RFS4G74	277490F000212332	15/07/2026	56732	R$ 130,16
RHB3E99	277490NIC0044786	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RHD4J79	277490W000041820	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RHD7D41	277490F000212271	14/07/2026	60503	R$ 293,47
RHE3F33	277490W000042319	13/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042061	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042028	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042183	10/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042131	10/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000041997	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042147	10/07/2026	55412	R$ 195,23
RHF5F44	277490NIC0044759	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RHG9C93	277490F000212388	15/07/2026	60503	R$ 293,47
RHI2J25	277490W000041995	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RHI2J25	277490W000041825	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RHJ4A46	277490NIC0044719	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RHM4J07	277490W000041947	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RHP3H51	277490F000212326	15/07/2026	60503	R$ 293,47
RHP8J05	277490W000042083	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RHQ8H86	277490F000212386	15/07/2026	60503	R$ 293,47
RHS3F34	277490NIC0044853	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RHU3I95	277490W000042035	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RHU9I91	277490F000212306	14/07/2026	60503	R$ 293,47
RHV7F53	277490F000212329	15/07/2026	60503	R$ 293,47
RHX7J55	277490F000212401	16/07/2026	60503	R$ 293,47
RHY5E11	277490W000042121	10/07/2026	55412	R$ 195,23
RHY5E11	277490W000041875	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RHY6E63	277490F000212311	14/07/2026	60503	R$ 293,47
RHY6E63	277490W000041819	07/07/2026	55412	R$ 195,23

RKX7C81	277490F000212320	14/07/2026	60503	R$ 293,47
RLE2H78	277490F000212385	15/07/2026	60503	R$ 293,47
ROE2I14	277490W000041858	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ROE2I14	277490W000041948	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RRO4B39	277490NIC0044820	11/07/2026	50020	R$ 260,32
RRS2J11	277490W000042073	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RTU0I93	277490F000212482	17/07/2026	60503	R$ 293,47
RXS0I54	277490W000042219	11/07/2026	55412	R$ 195,23
RYI4C32	277490NIC0044833	11/07/2026	50020	R$ 586,94
SCK1I13	277490W000042117	10/07/2026	55412	R$ 195,23
SDR6H98	277490F000212404	16/07/2026	60503	R$ 293,47
SDS9A74	277490F000212255	14/07/2026	60503	R$ 293,47
SDT9D20	277490W000042310	13/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX7H16	277490F000212324	15/07/2026	60503	R$ 293,47
SDX8J49	277490NIC0044772	07/07/2026	50020	R$ 586,94
SEE7G25	277490W000041899	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SEG1B42	277490W000041852	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SEG3D90	277490F000212180	13/07/2026	60503	R$ 293,47
SEG9E06	277490W000041873	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SEJ8C98	277490W000042167	10/07/2026	55412	R$ 195,23
SES2H00	277490NIC0044832	11/07/2026	50020	R$ 586,94
SES4J85	277490W000041927	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SEV4G67	277490F000212444	16/07/2026	60503	R$ 293,47
SEV9A73	277490W000042109	10/07/2026	55412	R$ 195,23
SEW7B07	277490NIC0044754	07/07/2026	50020	R$ 586,94
SEY8B00	277490F000212341	15/07/2026	60503	R$ 293,47
SEZ5D95	277490F000212357	15/07/2026	60503	R$ 293,47
SEZ5D95	277490F000212335	15/07/2026	60503	R$ 293,47
SFA0E13	277490W000041844	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SFD5A28	277490F000212418	16/07/2026	56732	R$ 130,16
SFE3I46	277490F000212345	15/07/2026	56732	R$ 130,16
SFE8B59	277490F000212441	16/07/2026	60503	R$ 293,47
SFM9G92	277490NIC0044717	04/07/2026	50020	R$ 586,94
SFN4J67	277490NIC0044775	07/07/2026	50020	R$ 586,94
SFO4J12	277490W000041828	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000041926	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042203	11/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042235	13/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042172	10/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000041848	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042283	13/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490F000212243	13/07/2026	60503	R$ 293,47
SFO4J12	277490W000041959	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SMF5F49	277490NIC0044734	07/07/2026	50020	R$ 586,94
STK7G42	277490F000212366	15/07/2026	60503	R$ 293,47
SUA4G10	277490F000212475	17/07/2026	60503	R$ 293,47
SXW7C91	277490F000212245	13/07/2026	60503	R$ 293,47
TAJ2J35	277490F000212272	14/07/2026	60503	R$ 293,47
TAJ7I56	277490W000042137	10/07/2026	55412	R$ 195,23
TAN0J27	277490NIC0044781	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TAO2B41	277490NIC0044810	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TAP6F64	277490F000212304	14/07/2026	60503	R$ 293,47
TAP8J27	277490NIC0044846	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TAP8J27	277490NIC0044847	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TAR2B30	277490F000212224	13/07/2026	60503	R$ 293,47
TAT0J00	277490NIC0044730	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TAV6G80	277490F000212234	13/07/2026	60503	R$ 293,47
TAV9D77	277490NIC0044750	07/07/2026	50020	R$ 390,46
TBG6F29	277490F000212429	16/07/2026	60503	R$ 293,47
TBH4D63	277490F000212410	16/07/2026	60503	R$ 293,47
TBH9E55	277490W000042270	13/07/2026	55412	R$ 195,23
TBL9E57	277490F000212230	13/07/2026	60503	R$ 293,47
TBM2F15	277490NIC0044741	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TBM9E80	277490F000212355	15/07/2026	60503	R$ 293,47
TBN9H48	277490W000042152	10/07/2026	55412	R$ 195,23
TBR2E52	277490W000042104	10/07/2026	55412	R$ 195,23
TBU2I30	277490NIC0044737	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TBU4C10	277490W000042333	13/07/2026	55412	R$ 195,23
TBU6F66	277490F000212256	14/07/2026	60503	R$ 293,47
TBX4C73	277490F000212279	14/07/2026	60503	R$ 293,47
TJJ4E92	277490NIC0044817	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TJS7A20	277490W000042292	13/07/2026	55412	R$ 195,23
TQW7G10	277490F000212314	14/07/2026	60503	R$ 293,47
UAS6F34	277490F000212302	14/07/2026	60503	R$ 293,47
UAT8D25	277490F000212203	13/07/2026	60503	R$ 293,47
UAU7E72	277490NIC0044787	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UAW5D36	277490W000042108	10/07/2026	55412	R$ 195,23
UAX1G85	277490F000212337	15/07/2026	56732	R$ 130,16
UBA0I87	277490W000042015	09/07/2026	55412	R$ 195,23
UBA6G42	277490W000042034	09/07/2026	55412	R$ 195,23
UBE3B83	277490NIC0044776	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UBE7B59	277490W000042185	10/07/2026	55412	R$ 195,23
UBM1D28	277490F000212181	13/07/2026	60503	R$ 293,47
UBO4H38	277490W000042212	11/07/2026	55412	R$ 195,23
UBQ3C93	277490F000212177	13/07/2026	60503	R$ 293,47
UBQ8D07	277490F000212465	17/07/2026	60503	R$ 293,47
UBS0D27	277490W000042241	13/07/2026	55412	R$ 195,23
UBT1A48	277490W000042115	10/07/2026	55412	R$ 195,23
UBU8I69	277490W000041939	08/07/2026	55412	R$ 195,23

UBV6G86	277490F000212390	15/07/2026	60503	R$ 293,47
UBW8C30	277490NIC0044768	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UBZ6F57	277490F000212253	13/07/2026	60503	R$ 293,47
UCB0J85	277490W000042271	13/07/2026	55412	R$ 195,23
UCB6I92	277490F000212442	16/07/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:EC5129FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 4 º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2025
(VALOR RETROATIVO - REPACTUAÇÃO DE VALORES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)

4 º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2025

(VALOR RETROATIVO - REPACTUAÇÃO DE VALORES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)

Processo Digital:19653/2026

REF: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº009/2025

4º (quarto) Termo ao contrato de prestação de serviços nº 122/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A, na forma abaixo:

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado

do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, **Alessandro Cordeiro Garcia**, inscrito no CPF 025.202.639-03.

DETENTORA DO CONTRATO: TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A.,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº77.371.789/0001-11, estabelecida à Rua William Booth, 537,Boqueirão, na cidade de Curitiba – PR, CEP 81.650-120, e-mail transresiduos@transresiduos.com.br, neste ato representada por Angelo Breseghello Filho, inscrito no CPF 838.543.208-68.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL

1.1. O objeto do presente contrato é a "Prestação do serviço de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS ORGÂNICOS E RECICLÁVEIS, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente através do Memorando nº"218/2026, Parecer Técnico Contábil nº 023/2026 emitido por Técnico de Contabilidade do Município, anexo aos autos do processo, anuência e justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerandoainda o Parecer Referencial nº 003/2023 e Anexo I, devidamente preenchido e assinado por gestor/fiscal da ata, considerando ainda o Parecer Jurídico nº161/2024 e despacho emitido pela Controladoria Geral do Município, objetivando RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO dos preços registrados para os itens nº 1 e 2 do lote 1, os quais passam a ter os seguintes preços registrados:

Item 01 – Coleta Regular e Transporte de Resíduos Domiciliares : **R$ 260,79** por tonelada nos meses de **março e abril de 2026** e **R$ 263,93** por tonelada **apartir de maio de 2026**;

Item 02 – Coleta Seletiva e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares Recicláveis : **R$ 61.458,90** por equipe nos meses de **março e abril de 2026** e **R$ 62.297,38** por equipe **a partir de maio de 2026.**

Parágrafo Primeiro: Além dos motivos expostos acima, vale destacar que o reequilíbrio econômico-financeiro encontra-se amparo legal na Legislação Municipal, mais especificamente nos art. 125 (caput), art. 140, inciso III (gestão de contrato e atas de registro de preços) e art. 175, inciso I (reequilíbrio econômico-financeiro) do Decreto Municipal nº 24.731/2021, conforme abaixo:

"Decreto Municipal nº 24.731/21:

Possibilidade de alteração de preços da ata de registro de preços

Art. 125. Serão admitidas as solicitações de reajuste, **reequilíbrio** e repactuação do valor da **ata de registro de preços**, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

(...)

Gestão de contrato e atas de registro de preços:

Art. 140. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras: **I -** coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições

(...) III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, **reequilíbrio econômico-financeiro** e extinção contratual;" (GRIFO NOSSO)

Parágrafo Segundo: Este instrumento entrará em vigor a partir da data de sua emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR RETROATIVO REPACTUAÇÃO DE VALORES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1.O presente Termo Aditivo tem por finalidade formalizar o reconhecimento e viabilizar o pagamento dos valores devidos à CONTRATADA em decorrência de repactuação de valores e reequilíbrio econômico financeiro do período pleiteado, sendo os valores demonstrados abaixo:

LOTE 1- ITEM 01 - COLETA REGULAR E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES						
MÊS	QUANTIDADE (T)	VALOR ORIGINAL (UN)	TOTAL PAGO	VALOR REEQUILIBRADO E REPACTUADO (UN)	VALOR TOTAL REEQUILIBRADO E REPACTUADO	DIFERENÇA A PAGAR
MARÇO/2026	2058,984	**R$ 245,00**	R$ 504.451,08 (NFS-e 5241)	**R$ 260,79**	R$ 536.962,44	R$ 32.511,36
ABRIL/2026	2107,720		R$ 516.391,40 (NFS-e 7090)		R$ 549.672,30	R$ 33.280,90
MAIO/2026	2018,751		R$ 494.594,00 (NFS-e 8739)	**R$ 263,93**	R$ 532.808,95	R$ 38.214,96

JUNHO/2026	2197,440		R$ 538.372,80 (NFS-e 10359)		R$ 579.970,34	R$ 41.597,54
JULHO/2026	2067,29		R$ 506.486,05 (NFS-e 12889)		R$ 545.619,85	R$ 39.133,80
TOTAL A PAGAR						**R$ 184.738,56**

LOTE 1- ITEM 02 - COLETA SELETIVA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES RECICLÁVEIS						
MÊS	QUANTIDADE (T)	VALOR ORIGINAL (EQUIPE)	TOTAL PAGO	VALOR REEQUILIBRADO E REPACTUADO (EQUIPE)	VALOR TOTAL REEQUILIBRADO E REPACTUADO	DIFERENÇA A PAGAR
MARÇO/2026	3		R$ 173.999,58 (NFS-e 5241)	**R$ 61.458,90**	R$ 184.376,70	R$ 10.377,12
ABRIL/2026	4,33333333		R$ 251.332,73 (NFS-e 7090)		R$ 266.321,90	R$ 14.989,17
MAIO/2026	5	**R$ 57.999,86**	R$ 289.999,30 (NFS-e 8739)	**R$ 62.297,38**	R$ 311.486,90	R$ 21.487,60
JUNHO/2026	5		R$ 289.999,30 (NFS-e 10359)		R$ 311.486,90	R$ 21.487,60
JULHO/2026	5		R$ 289.999,30 (NFS-e 12889)		R$ 311.486,90	R$ 21.487,60
TOTAL A PAGAR						**R$ 89.829,09**

Assim, considerando os demonstrativos acima parecer técnico contábil nº 23/2026, as partes reconhecem como devido à CONTRATADA o valor líquido de corresponde à soma de **R$ 184.738,56, referente ao item 1 e R$ 89.829,09, referente ao item 2, totalizando o valor de R$ 274.567,65.**

Parágrafo Único: Os custos provenientes da presente repactuação de valores e reequilíbrio econômico financeiro serão cobertos com o seguinte recurso :

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – 09.001.15.452.0012.2781 – 33.90.39.82.02 – limpeza e conservação de espações públicos - 511 – Taxas Prestação de Serviços – REF1339.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 122/2025 com vigência de 24/09/2025 à 24/09/2030.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA

Secretária Municipal De Meio Ambiente

Contratante

Transresíduos Ambiental S.A.

Representada Por

ANGELO BRESEGHELLO FILHO

Contratada

MARCELO MILANI DO NASCIMENTO

Fiscal

BEATRIZ CARRARO DA PURIFICAÇÃO

Gestor

Publicado por:
Aline de Albuquerque Arrais
Código Identificador:DDEE8F8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2024

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2024

3° TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E A EMPRESA B V FOGGIATTO DA SILVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. Maicon Grosskopf**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado em Piên – PR, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.xxx.049-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **B V FOGGIATTO DA SILVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 37.476.571/0001-07, estabelecida na Avenida Brasil, nº 246, Centro em Agudos do Sul/PR, CEP 83850-000, Fone (41) 98797-2342, e-mail: bvfoggiatto2000@gmail.com; nesse ato representado pelo **Sr. Bruno Vinicyus Foggiatto da Silva**, inscrito no CPF sob nº. 105.xxx.519-xx doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 097/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado em 12 (doze) meses o contrato a partir de 03 de outubro de 2026.

Cláusula Segunda: O presente instrumento poderá ser rescindido antecipadamente, por iniciativa do fornecedor, mediante comunicação formal à contratante, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, caso sobrevenham circunstâncias técnicas, operacionais, econômicas ou de qualquer outra natureza que tornem inviável a continuidade da execução contratual.

Cláusula Terceira: O valor fica acrescido em R$ R$ 532.499,76 (quinhentos e trinta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), já aplicado o índice IPCA (set/25 a ago/26) de 3,98 % conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	NOVO VALOR UNITARIO A PARTIR DE 03/10/26	NOVO VALOR MENSAL A PARTIR DE 03/10/26	TOTAL 12 MESES A PARTIR DE 03/10/26
1	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**:– 40 (quarenta) horas semanais **ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL (CRAS 2) (BOMBEIROS 1)**	POSTO 4	R$ 3.413,46	R$ 13.653,84	R$ 163.846,08
2	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (1 FIXO e 1 ITINERANTE)**: 40 (quarenta) horas semanais – **ADMIMISTRAÇÃO E FINANÇAS**	POSTO 2	R$ 3.413,46	R$ 6.826,92	R$ 81.923,04
3	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**: 40 (quarenta) horas semanais -**AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		R$ 3.413,46	R$ 3.282,81	R$ 40.961,52

		POSTO 1			
4	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**: 40 (quarenta) horas semanais **SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	POSTO 1	R$ 3.413,46	R$ 3.282,81	R$ 40.961,52
5	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**: 40 (quarenta) horas semanais –. **SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**	POSTO 2	R$ 3.413,46	R$ 6.826,92	R$ 81.923,04
6	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**:– 20 (vinte) horas semanais – **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO**	POSTO 1	R$ 1.706,73	R$ 1.706,73	R$ 20.480,76
7	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)**: - 20 (vinte) horas semanais **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	POSTO 1	R$ 1.706,73	R$ 1.706,73	R$ 20.480,76
8	**Auxiliar de Serviços Gerais para o Posto de Trabalho (FIXO)** - 40 (quarenta) horas semanais – **RESERVA** **(PODENDO ATUAR EM QUALQUER SECRETARIA)**	POSTO 2	R$ 3.413,46	R$ 6.826,92	R$ 81.923,04

Cláusula Quarta: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Piên/PR, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:CDFFA6F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 211/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5999 - Decreto n° 211/2026 de 30/09/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Superávit Financeiro		10.000,00
Despesa				
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo		10.000,00
08.006	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura		
08.243.0802.6059	Manutenção do Conselho Tutelar			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL			
3491 401	DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA- FMCA			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo		10.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CFCFA372

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.058/2026

Concede Progressão por Titulação aos Servidores do Executivo Municipal de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto no artigo 10, §3º da Lei Municipal nº 864/2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.071/2024, segundo o que estabelece o seu artigo 8º, parágrafo único,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão por Titulação aos servidores nominados abaixo, conforme solicitação de seus respectivos protocolos:

CARREIRA NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992390	VALDERI NUNES DOS SANTOS	Agente Operacional	07	01/09/2026
992978	ANGELICA CONSUELO WOLFART BATISTA	Agente Comunitário de Saúde	05	01/09/2026
992470	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	06	01/09/2026
732531	CRISTIANE BELLER RAMOS	Agente Comunitário de Saúde	05	01/09/2026
992471	EZEQUIEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	07	01/09/2026
848241	HELLEN ARAÚJO RAVANELI	Agente Comunitário de Saúde	06	01/09/2026
992472	INADEJE FREITAS DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	07	01/09/2026
992474	JOYCE MARA SEGURO	Agente Comunitário de Saúde	06	01/09/2026
729821	JURACY BALTAZAR DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	08	01/09/2026
992503	PAMELA YASMIN FERREIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	04	01/09/2026
737331	RONDINEIA BUENO	Agente Comunitário de Saúde	09	01/09/2026
744701	SIMONE FRANCO DE JESUS	Agente Comunitário de Saúde	06	01/09/2026
847941	ZELI OLIVEIRA DE JESUS	Agente Comunitário de Saúde	05	01/09/2026
CARREIRA NÍVEL MÉDIO				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
694341	ANA MARIA FERREIRA JUCKAS	Auxiliar de Enfermagem	10	01/09/2026
992465	ALINE LUIZE PAMPLONA	Auxiliar de Enfermagem	15	01/09/2026
592771	CLEITON GUERRA	Técnico Administrativo	16	01/09/2026
992973	ESMENIA CHAGAS DE SOUZA	Auxiliar de Enfermagem	05	01/09/2026
595871	GISELE DO ROCIO RODRIGUES	Auxiliar de Odontologia	17	01/09/2026
596171	IRANILDA DE LOURDES BERION	Auxiliar de Odontologia	17	01/09/2026
592001	JOÃO PENSAK WANDEMBRUCK	Fiscal	15	01/09/2026
596331	NOELI CLEIA KLUSKA	Auxiliar de Odontologia	17	01/09/2026
596251	SOLANGE CHAVES GOULART	Auxiliar de Odontologia	17	01/09/2026
997231	ROBERTA FERNANDES BORGES	Auxiliar de Enfermagem	02	01/09/2026
595601	VALQUIRIA FULGENCIO DA CRUZ	Auxiliar de Enfermagem	17	01/09/2026
596091	VANESSA DA SILVA COSTA RODRIGUES	Auxiliar de Odontologia	15	01/09/2026
595521	ZEUGMA SALDANHA ENES	Auxiliar de Enfermagem	15	01/09/2026
CARREIRA GESTOR PÚBLICO I 40 HORAS				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
694421	MARCIA MARIA FEYH	Assistente Social	13	01/09/2026
CARREIRA ESPECIAL – 20 HORAS				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
997644	JOSE ROBERTO JACOMEL JUNIOR	Médico Generalista 20 horas	02	01/09/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais e pecuniários as respectivas datas acima listadas.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 30 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B5BC6E0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO CONCORRÊNCIA N.°16/2026.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência N.°16/2026, nestes termos:

Data Concorrência**:**18/09/2026.

Objeto: CONCESSÃO onerosa de uso de espaço público para exploração comercial de 01 (um) quiosque pertencente ao Município de Pitanga, em atendimento a Secretaria Municipal de Gestão Pública, conforme especificações: I. 1 (um) Quiosque localizado no Parque Miguel Adur Filho.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
68.830.782 ELIANE DO NASCIMENTO	68.830.782/0001-20	R$ 64.800,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	LOCAÇÃO DO QUIOSQUE I NO PARQUE MIGUEL ADUR FILHO – Medindo 16,11 m².	MÊS	72	R$ 900,00	R$ 64.800,00	68.830.782 ELIANE DO NASCIMENTO

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21

Município de Pitanga, 22 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:21E67E1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°21/2026

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°21/2026, nestes termos:

Data Pregão**:** 13/05/2026.

Objeto: Aquisição de RETROESCAVADEIRA, Termo do Convênio nº 73/2026, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0001-01	R$ 329.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Retroescavadeira, Motor; diesel, potência: 85 hp (que atenda ao controle de emissão de poluentes – proconve mar-i -conama) Transmissão; conversor de torque sim, Tipo de transmissão; powershift ou powershuttle, número de marchas à frente e à ré; 04 velocidades a frente e 02 velocidades a ré, Tração; 4x4, Peso operacional homologado, com equipamento standard (kg); 7.200 kg.	XCMG	UN	1	R$ 329.000,00	R$ 329.000,00	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via email, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 18 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E24FB8F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 246/2022

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 246/2022, EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro ano de dois mil e vinte e seis, o MUNICIPIO DE PLANALTO, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. LUIZ CARLOS BONI e EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, neste ato representado por seu Administrador Sr. João Luiz de Macedo Júnior, resolvem em comum acordo aditar o contrato administrativo nº 246/2022, firmado entre as partes em data de 05 de setembro de 2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, incluindo os seguintes sistemas: Módulo de Almoxarifado, Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR, Módulo de Controle de Frotas, Módulo de Controle Patrimonial, Módulo de Licitação e Compras, Módulo de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Módulo de Obras Públicas/Intervenção, Módulo de Portal da Transparência, Módulo de Portal do Contribuinte, Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento, Módulo de Processos Digitais, Módulo de Tributação e Dívida Ativa, Módulo de B.I. - Business Intelligence, Suporte Técnico Especializado Contábil e Financeiro e suporte técnico operacional, PARA UTILIZAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL, LEGISLATIVO MUNICIPAL E FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL do Município de Planalto, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do reajuste do **IGPM (Índice Geral de Preços – Mercado)** no percentual de **2,77%**, fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto), pertinente ao Edital de Tomada de Preços nº 005/2022 e ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 246/2022, passando os valores dos objetos a serem os seguintes:

Item	Objeto	Valor Unit	Reajuste 2,77%	Valor Reajustado	Valor Total * 12 meses
01	Módulo de Almoxarifado.	R$ 534,46	R$ 14,80	R$ 549,26	R$ 6.591,17
02	Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR.	R$ 1.175,82	R$ 32,57	R$ 1.208,39	R$ 14.500,68
03	Módulo de Controle de Frotas.	R$ 523,76	R$ 14,51	R$ 538,27	R$ 6.459,22
04	Módulo de Controle Patrimonial.	R$ 320,67	R$ 8,88	R$ 329,55	R$ 3.954,63
05	Módulo de Licitação e Compras	R$ 609,28	R$ 16,88	R$ 626,16	R$ 7.513,88
06	Módulo de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços	R$ 1.229,27	R$ 34,05	R$ 1.263,32	R$ 15.159,85
07	Módulo de Obras Públicas/Intervenção	R$ 320,67	R$ 8,88	R$ 329,55	R$ 3.954,63
08	Módulo de Portal da Transparência	R$ 523,76	R$ 14,51	R$ 538,27	R$ 6.459,22
09	Módulo de Portal do Contribuinte	R$ 534,46	R$ 14,80	R$ 549,26	R$ 6.591,17
10	Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento	R$ 865,83	R$ 23,98	R$ 889,81	R$ 10.677,76
11	Módulo de Processos Digitais	R$ 748,25	R$ 20,73	R$ 768,98	R$ 9.227,72
12	**Módulo de Tributação e Dívida Ativa, incluindo o serviço de Protesto Eletrônico**	R$ 972,72 + R$ 500,00	R$ 26,94	R$ 1.499,66	R$ 17.995,92
13	Módulo de B.I. - Business Intelligence	R$ 748,25	R$ 20,73	R$ 768,98	R$ 9.227,72
14	Suporte Técnico Especializado Contábil e Financeiro E Suporte Técnico Especializado Recursos Humanos e Folha de Pagamento, com atendimento remoto.	R$ 1389,60	R$ 38,49	R$ 1.428,09	R$ 51.411,30*
15	Conversão, implantação e treinamento	R$ 1,00	R$ 0,03	R$ 1,03	R$ 12,33
16	Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR	R$ 320,67	R$ 8,88	R$ 329,55	R$ 3.954,63
17	Módulo de Controle Patrimonial	R$ 106,89	R$ 2,96	R$ 109,85	R$ 1.318,21
18	Módulo de Licitação e Compras	R$ 213,78	R$ 5,92	R$ 219,70	R$ 2.636,42
19	Módulo de Obras Públicas/Intervenção	R$ 103,82	R$ 2,88	R$ 106,70	R$ 1.280,35
20	Módulo de Portal da Transparência	R$ 213,78	R$ 5,92	R$ 219,70	R$ 2.636,42
21	Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento	R$ 216,85	R$ 6,01	R$ 222,86	R$ 2.674,28
22	Conversão, implantação e treinamento	R$ 1,00	R$ 0,03	R$ 1,03	R$ 12,33
23	Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao	R$ 320,67	R$ 8,88	R$ 329,55	R$ 3.954,63

	TCE/PR				
24	Módulo de Controle Patrimonial	R$ 106,89	R$ 2,96	R$ 109,85	R$ 1.318,21
25	Módulo de Licitação e Compras	R$ 213,78	R$ 5,92	R$ 219,70	R$ 2.636,42
26	Módulo de Obras Públicas/Intervenção	R$ 106,89	R$ 2,96	R$ 109,85	R$ 1.318,21
27	Módulo de Portal da Transparência	R$ 213,78	R$ 5,92	R$ 219,70	R$ 2.636,42
28	Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento	R$ 213,78	R$ 5,92	R$ 219,70	R$ 2.636,42
29	Conversão, implantação e treinamento	1,00	R$ 0,03	R$ 1,03	R$ 12,33
TOTAL					**198.762,50**

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Segunda (do Valor Contratual), em virtude do reajuste dos itens constantes na Cláusula Primeira e da inclusão do serviço de Protesto Eletrônico no Módulo de Tributação e Dívida Ativa, passando o valor total contratado na importância R$ 411.531,60 (quatrocentos e onze mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos) para R$ 610.294,10 (seiscentos e dez mil, duzentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

CLAUSULA TERCEIRA: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 246/2022 pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

JOÃO LUIZ DE MACEDO JUNIOR

Equiplano Sistemas LTDA

Testemunhas:

_____

NOME:

RG:

_____

NOME:

RG:

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:F0F91090

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
OCTOGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2023

OCTOGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2023, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E CARLOS MORANDI & FILHO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, Identidade nº 7.039.900-8 - SSP/PR, CPF nº 971.552.929-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **CARLOS MORANDI & FILHO LTDA**, com endereço a AVENIDA PORECATU, 70 Centro - CEP: 86618000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pelo **Sr. LUIZ CARLOS MORANDI** portador do CPF nº 034.376.178-50, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Processo inexigibilidade nº 4/2023, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 35/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme previsto no edital, ficam alterados os valores dos combustíveis com base no preço médio da tabela de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, referente ao período de 20/09/2026 a 26/09/2026.

CLAÚSULA SEGUNDA: Os valores reajustados da ARP original seguirão a porcentagem de desconto sobre a tabela ANP, conforme abaixo:

Item	Descrição do produto	Valor anterior	Valor reajustado
1	ETANOL HIDRATADO	3,56	3,81
2	GASOLINA COMUM	6,40	6,42
3	ÓLEO DIESEL S10	7,07	7,43
4	ÓLEO DIESEL S500	6,35	6,71

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8.666/93, o presente termo de apostilamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, não afetadas pelo presente termo.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 30 de setembro de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS MORANDI

Carlos Morandi & Filho LTDA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:082A07D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a

legislação em vigor, CONCEDE férias aos servidores abaixo:

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE FÉRIAS	
8980	ANGELICA GAYER BREDA BELICH	01/07/2025	30/06/2026	01/10/2026	20/10/2026
2392	ANGELITA DE JESUS DOS SANTOS	28/05/2023	27/05/2024	13/10/2026	27/10/2026
2360	DEISE TERESINHA DE QUEIROZ SEGALA	25/05/2025	24/05/2026	21/10/2026	30/10/2026
4257	ELEM CRISTINA LARA DOS SANTOS	08/09/2025	07/09/2026	05/10/2026	14/10/2026
1970	ELIETE CALIXTO PIRES CAVALLI	31/01/2023	30/01/2024	13/10/2026	22/10/2026
872	ESTER CLARINDA GUESSER DOMINGOS	30/09/2024	29/09/2025	01/10/2026	10/10/2026
1777	FABIANA MACHADO	12/11/2023	11/11/2024	13/10/2026	01/11/2026
8877	FERNANDA KESIA HIDALGO DA SILVEIRA	06/03/2025	05/03/2026	05/10/2026	03/11/2026
5580	GERMANO ANTONIO MATTOSO RIBEIRO	18/05/2025	17/05/2026	01/10/2026	30/10/2026
710	GERSON ELIAS RODRIGUES ALVES	01/08/2024	31/07/2025	13/10/2026	11/11/2026
8775	HELEN BONFIM PENKOWSKY	05/02/2025	04/02/2026	13/10/2026	22/10/2026
2310	HELENA RIBEIRO VIEIRA	19/04/2025	18/04/2026	13/10/2026	22/10/2026
2422	IDA ANGELITA VIDOLIN TAMBURI	13/06/2024	12/06/2025	01/10/2026	10/10/2026
8971	IDAMARA MESSIAS CABRAL BUDNIAK	07/07/2025	06/07/2026	01/10/2026	10/10/2026
5757	IZABEL FERREIRA MANDU	29/03/2025	28/03/2026	23/10/2026	01/11/2026
6028	JAQUELINE DE LIMA	10/07/2025	09/07/2026	13/10/2026	22/10/2026
5715	JESSICA CRISTINA RIBEIRO PICHORZ	22/02/2021	21/02/2022	15/10/2026	03/11/2026
1516	JOSIANE MACHADO	19/06/2024	18/06/2025	13/10/2026	22/10/2026
9040	JULIANO PROVIN DIEHL	01/08/2025	31/07/2026	19/10/2026	28/10/2026
559	KELSILENE DE C. R.RAVAZZI TAVARES	01/12/2024	30/11/2025	20/10/2026	29/10/2026
8984	LUANA VITORIA CARROS RIBEIRO	01/07/2025	30/06/2026	13/10/2026	22/10/2026
8861	MANOELA PORTUGAL	13/02/2025	12/02/2026	23/10/2026	06/11/2026
9035	MARCIA APARECIDA BRASILINO	01/08/2025	31/07/2026	13/10/2026	22/10/2026
5638	MELINA GUIMARAES REPINOSKI	13/10/2024	12/10/2025	13/10/2026	31/10/2026
5763	MIGUEL MARTIN FERNANDEZ JUNIOR	05/04/2024	04/04/2025	13/10/2026	22/10/2026
9065	PATRICIA APARECIDA B. DA FONSECA	01/09/2025	31/08/2026	13/10/2026	22/10/2026
2399	REGIANE SIMIONI VIANA FERRARINI	28/05/2025	27/05/2026	13/10/2026	22/10/2026
2335	RENATA CHINASSO F. SEGURA FERREIRA	04/05/2023	03/05/2024	13/10/2026	22/10/2026
8706	ROZANA ALVES FERREIRA FRANÇA	03/02/2025	02/02/2026	05/10/2026	24/10/2026
9073	SANDRA ALVES PEREIRA	02/09/2025	01/09/2026	05/10/2026	24/10/2026
5710	SANDRA JUNGLES	17/02/2021	16/02/2022	13/10/2026	23/10/2026

Quatro Barras, 29 de Setembro de 2026

LORENO BERNARDO TOLARDO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:5C98521E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 213/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2026

VENCIMENTO: 02/09/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **29/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s)

cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR DE ENERGIA, FOGOS DE ARTIFICIOS, PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **29/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **MARCIA MARIA BORGHI**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 04.158.490/0001-00, Rua ANTONIO ORMENEZE, 1202 - CEP: 87970000 - bairro: CENTRO, Nova Londrina/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). MARCIA MARIA BORGHI, brasileiro, portador da RG nº 4***270* SSPPR e CPF 640.***.439-**

LOTE 14: LOTE 14

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46770	KIT PIROTECNICO 110 MORTEIROS 2" E 2,5" POL. LUZ E CORES	KIT	3	R$ 2.445,13	R$ 7.335,39	
2	45659	KIT PIROTECNICO 108 TUBOS 1.8" POL. LUZ E CORES E CASCATA	KIT	10	R$ 1.166,46	R$ 11.664,60	
					TOTAL:	18.999,99	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 16 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

MARCIA MARIA BORGHI

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:83E78661

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 2.032 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o **exercício financeiro de 2027,** compreendendo:

I – as prioridades da Administração Pública Municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI – as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de créditos;

VII - Disposições transitórias;

VIII – demais disposições.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As **prioridades** da Administração Pública Municipal, **deverão estar de acordo com o Plano Plurianual – 2026 a 2029** e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de **2027**, sendo compostas por:

- Anexo – I (programas, ações de governo, funções, subfunções, e metas físicas e financeiras da despesa com os respectivos valores, bem como os indicadores, e previsão da receita);

- Anexo de Metas Fiscais; e

- Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das administrações direta e indireta.

Art. 4º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração dos orçamentos para os próximos exercícios será a seguinte:

ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
01	01.01	**CAMARA MUNICIPAL** Câmara Municipal
02	02.01	**EXECUTIVO MUNICIPAL** Gabinete da Prefeita
03	03.01 03.02 03.03	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** Departamento de Administração Departamento de Recursos Humanos Departamento de Planejamento
04	04.01 04.02 04.03 04.04	**SECRETARIA DE FINANÇAS** Departamento Financeiro Departamento de Tributação e Fiscalização Departamento de Contabilidade Departamento de Compras
05	05.01 05.02	**SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE** Departamento de Agropecuária Departamento de Meio Ambiente
06	06.01 06.02 06.03 06.04	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE** Departamento de Educação Encargos do FUNDEB Departamento de Cultura Departamento de Esportes
07	07.01 07.02 07.03	**SECRETARIA MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO** Departamento de Obras e Viação Departamento de Urbanismo Departamento de Manutenção e Abastecimento
08	08.01 08.02 08.03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** Fundo Municipal de Saúde Departamento de Vigilância em Saúde Departamento de Saúde
09	09.01 09.02	**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – FAPEN** Fundo Financeiro Fundo Previdenciário
10	10.01 10.02	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal Direitos da Criança e Adolescente

	10.03	Assistência Social – Órgão Gestor
	10.04	Fundo Municipal do Idoso
		SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
11	11.01	Departamento de Indústria e Comércio
	11.02	**Departamento de Serviços e Turismo**

Art. 5º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto e atividade estará vinculada a uma função e subfunção.

Art. 6º - A elaboração do Orçamento Fiscal, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa, de conformidade com a Portaria Interministerial n.º 163, de 04.05.2001 e Portaria nº 448, de 13.09.2002 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 7º - A Proposta Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 15 de outubro, compor-se-á de:

I - Mensagem;

II Projeto de Lei Orçamentária;

III Tabelas explicativas de receita e despesas dos três últimos exercícios.

Art. 8º - Integrarão a Lei Orçamentária

I Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de Governo;

II Sumário Geral da receita e despesa, por categorias econômicas;

III Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;

IV Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

CAPITULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Art. 9º - Na elaboração do Orçamento Geral do Município serão observadas as Diretrizes desta Lei.

Art. 10º - As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão exceder o limite estabelecido na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e da Constituição Federal do Brasil.

Art. 11º - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 (doze) meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos econômicos do Governo Federal, de conformidade com os anexos desta Lei.

Art. 12º - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas determinadas nesta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 13º - A concessão de Auxílios, Subvenções e repasses financeiros, dependerá de autorização Legislativa, através de Lei Específica.

Art. 14º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e 15,00% (quinze por cento), aplicados em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do previsto no artigo 77, III, das Disposições Constitucionais Transitórias, e nos termos da Emenda Constitucional nº 29.

Art. 15º - A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução **da Lei Orçamentária de 2027**, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, deverá:

I – Publicar através do Jornal Oficial do Município, e disponibilizar em meio eletrônico na página do site oficial da Prefeitura Municipal para livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no Art. 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com cópias para a Câmara Municipal**.**

II – As medidas previstas no Inciso I deste Artigo serão providenciadas a partir da execução **da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2027** e nos prazos definidos pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16 – O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se limitações da Emenda Constitucional nº 25, observado também o disposto no art. 29-A, Inciso 1º da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, e o art. 20, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Art. 17 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será apresentada ao Poder Executivo, até 15 de setembro de 2026, para a consolidação do Orçamento Geral do Município.

Art. 18 – A programação de investimento do projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades municipais que foram e/ou serão incluídas no Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 19 – As despesas destinadas ao pagamento de **precatórios judiciais** correrão à conta de dotação consignada nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ - 1º - Os **recursos** alocados no Projeto de Lei Orçamentária **com destinação prevista ao contido no caput** deste artigo, **não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.**

§ - 2º - A relação dos débitos constantes de **precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2026**, a serem incluídos no orçamento de 2027, especificando:

número da ação originária;

número do precatório;

tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

enquadramento (alimentar ou não alimentar);

data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

nome do beneficiário;

valor do precatório a ser pago com atualização até 30 de junho de **2026**.

Cópia do oficio requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 20 – O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 alocará recursos do Município, aos órgãos do poder Executivo, depois de deduzidos os recursos destinados;

I – Ao Legislativo;

II – Ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

III – Ao pagamento do serviço da dívida;

IV – À manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Federal;

V – Aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos;

VI – Ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2026;

VII – A reserva de contingência, de acordo com o especificado nesta Lei:

Art. 21 – Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos para os demais órgãos do Executivo Municipal.

Art. 22 – A Lei Orçamentária Anual conterá **Reserva de Contingência** com montante definido **com base na receita corrente líquida do exercício anterior**, de **no mínimo 0,50% (meio por cento)**, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - Conterá também Reserva de Contingência com montante definido com base na receita corrente líquida do exercício anterior, de no máximo 1,00% (um inteiro por cento), destinada ao atendimento de **Emendas Impositivas de Bancada do Legislativo**, amparada pela Emenda Constitucional nº 100/2019 de 26/06/2019 (EC 100/2019);

§ 2º - Conterá ainda Reserva de Contingência com montante definido com base na receita corrente líquida do exercício anterior, de no máximo 2,00% (dois inteiros por cento), destinada ao atendimento de **Emendas Impositivas Individuais do Legislativo**, a qual está amparada pelas Emendas Constitucionais números: 86/2015, de 17/03/2015 e 126/2022, de 21/12/2022 (EC 86/2015 e EC126/2022);

Art. 23 – As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 24 – A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face a Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e à participação comunitária.

Art. 25 – O Poder Executivo é autorizado a:

I - A abrir no curso da **execução orçamentária de 2027**, Créditos Adicionais Suplementares até o limite de **15,00% (quinze por cento)** da despesa total fixada nesta Lei, servindo como recursos os constantes do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964;

II – Abrir créditos adicionais suplementares, ***mediante prévia autorização do Poder Legislativo***, não computados para efeito do limite fixado no Inciso anterior, provenientes de:

a) – Suplementação pelo excesso de arrecadação efetivo ou tendência do exercício sobre a previsão orçamentária original, das dotações correspondentes à aplicação das respectivas receitas transferidas vinculadas e de operações de crédito, nos termos do inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de marco de 1964.

III - A utilizar os recursos vinculados `a conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

IV - Realizar abertura de créditos suplementares, mediante *prévia autorização do Poder Legislativo*, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64, não computados para efeito do limite fixado no Inciso I;

V - Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, ***mediante prévia autorização do Poder Legislativo***, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64, não computados para efeito do limite fixado no Inciso I;

VI - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, ***com prévia autorização legislativa***, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

Parágrafo único – Quando houver necessidade de utilização do dispositivo constante no Inciso I deste artigo para alterações orçamentárias junto à LOA – Lei Orçamentária Anual através de Decreto do Executivo, considerar-se-ão também, automaticamente, alteradas as rubricas de despesa junto a esta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 26 – Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por Órgãos Centrais as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

Parágrafo único - As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computados para efeito do limite fixado no inciso I, do artigo 25, desta Lei.

Art. 27 – A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I – Prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II – Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III – Modernização na ação governamental.

Art. 28 – A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I – A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – A edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III – A expansão do número de contribuintes;

IV – A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

Art. 29. Caso seja necessária a limitação de empenhos, das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, serão fixados, em ato próprio, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, fundo e entidade, serão excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução e de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2027.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30 – Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária **até 31 de dezembro de 2025**, em especial:

I - A concessão e redução de isenções fiscais;

II - A revisão de alíquotas dos tributos de competência;

III - Aperfeiçoamento da cobrança dos Tributos e Dívida Ativa do Município; e

IV - Atualização da legislação tributária.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES

COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como parâmetro na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa **da folha de pagamento de agosto de 2026**, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índice a serem concedidos aos servidores públicos, aumento real, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos real, alterações de planos de carreira e admissão para preenchimento de cargos e empregos públicos, sem prejuízo do disposto no artigo 31 desta Lei.

Art. 32 – No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição, e no art. 32 desta Lei, somente poderão ser admitido servidores se:

I – Existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerando os transformados ou ampliados, bem como aqueles criados de acordo com o art. 32 desta Lei:

II – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 33 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 20 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - Aos servidores públicos municipais fica assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 34 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Art. 35 – As despesas com pessoal do legislativo Municipal a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art.71 da Lei complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS

PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 36 – O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 37 – O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento (regra de ouro).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, SUBVENÇÕES SOCIAIS, CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E AUXÍLIOS

Seção I

Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subvenções Econômicas

Art. 38*. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no101/2000.*

§ 1º*. Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.*

§ 2º*. As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".*

§ 3º*. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.*

Seção II

Subvenções Sociais

***Art. 39**. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos artigos 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.*

Seção III

Contribuições Correntes

***Art. 40**. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:*

***I** - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;*

***II** - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou*

***III** - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.*

***Parágrafo único**. No caso dos incisos I e II do caput, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.*

Seção IV

Auxílios

***Art. 41**. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no artigo 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:*

***I** - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;*

***II** - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;*

***III** - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;*

***IV** - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;*

***V** - qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;*

***VI** - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;*

***VII** - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;*

***VIII** - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal no 7.404/2010; e*

***IX** - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:*

***a)** se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;*

***b)** sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;*

***§ 1º**. No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.*

***§ 2º**. No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.*

Seção V

Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para

Pessoas Físicas e Jurídicas

***Art. 42**. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta Seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:*

***I** - execução da despesa na modalidade de aplicação "50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";*

***II** - estar regularmente constituída, assim considerado:*

***a)** no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;*

***b)** tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.*

***III** - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;*

***IV** - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição;*

***V** - não ter como dirigente pessoa que:*

***a)** seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros;*

***b)** incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;*

***c)** cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;*

***d)** tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;*

***e)** tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.*

***VI** - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.*

***Parágrafo único** - Caberá ao setor Jurídico do Poder Executivo verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta Seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.*

***Art. 43**. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.*

***Art. 44**. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos Municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.*

***Art. 45**. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:*

***I** - nome e CNPJ da entidade;*

***II** - nome, função e CPF dos dirigentes;*

***III** - área de atuação;*

***IV** - endereço da sede;*

***V** - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;*

***VI** - valores transferidos e respectivas datas.*

***Art. 46**. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.*

***Art. 47**. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar no101/2000.*

***Art. 48**. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:*

***I** - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;*

***II** - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.*

***Parágrafo Único** - Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.*

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO REGIME DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS E DE BANCADAS

***Art. 49**. O regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 11 a 20 do artigo 149 da Lei Orgânica Municipal atenderão ao disposto neste Capítulo.*

***Art. 50**. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 149 da Lei Orgânica Municipal.*

***§ 1º**. Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.*

***§ 2º**. A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do artigo 166 da Constituição Federal.*

***§ 3º**. A garantia de execução de que trata o caput deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.*

Art. 51. *As programações de que trata o § 20 do artigo 149 da Lei Orgânica Municipal, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 01 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.*

Art. 52*. Se, durante o exercício financeiro de* ***2027****, for verificada a* ***frustração de receitas****, a execução orçamentária das programações orçamentárias das* ***emendas individuais*** *poderá ser* ***reduzida na mesma proporção****.*

Art. 53*. O Projeto de Lei Orçamentária* ***conterá reserva de contingência*** *específica em valor* ***equivalente á 2,0% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior*** *do encaminhamento do projeto, a qual* ***deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais****, observado que a* ***metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde****, o Projeto de Lei Orçamentária conterá também reserva de contingência específica em valor equivalente* ***a 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior****, para atendimento das* ***emendas impositivas de bancada.***

Art. 54. Para fins do disposto no § 15 do artigo 149 da Lei Orgânica Municipal, consideram-se, impedimentos de ordem técnica:

I *- não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;*

II *- não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;*

III *- desistência expressa do autor da emenda;*

IV *- incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;*

V *- no caso de emendas relativas à execução de obras, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;*

VI *– a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;*

VII – a não indicação da Reserva de Contingência das emendas, referida no art. 22 §§ 1º e 2º desta Lei, como fonte de recursos para as emendas parlamentares.

§ 1º*. Os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 16 do art. 149 da Lei Orgânica Municipal.*

§ 1º-A*.* ***O Executivo Municipal terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para apresentação dos impedimentos de ordem técnica, a contar da data de 01 de janeiro de 2027.***

§ 1º-B*. Após a apresentação dos impedimentos de que trata o § 1º-A deste artigo, o Poder Legislativo terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise e devolução ao Executivo Municipal.*

§ 1º-C*. Até 45 (quarenta e cinco) dias após o prazo previsto no § 1º-B deste artigo, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.*

§ 2º As dotações orçamentárias relativas às emendas impositivas que permanecerem com impedimento técnico, poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 3º. Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa, cabendo ao Poder Executivo realizar os ajustes necessários no orçamento, nos termos da legislação aplicável.

***Art. 55**. Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.*

***Art. 56**. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do **Plano Plurianual 2026/2029** e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.*

***Art. 57**. Por meio do Gabinete do Prefeito, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão **de Finanças e Orçamento** da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise das emendas **parlamentares** e também repassar o cronograma do desembolso das respectivas emendas impositivas ao Poder Legislativo até 30 de janeiro de **2027**, realizar os desembolsos dentro do período de 15 de fevereiro de **2.027** até 30 de novembro de **2.027** e realizar a prestação de contas referente ao cumprimento das emendas até 31 de dezembro de **2.027**, através de relatório."*

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 58 – O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Legislativo Municipal.

CAPÍTULO X

DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 59 – As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 60 – Os Poderes deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Município, bem como adequar-se às normas estabelecidas pela NBCT 16.

Art. 61 – Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária **até o inicio do exercício de 2027** ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ -1º - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara.

III – A cada seis meses, o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais.

IV – Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do T.C.E, serão amplamente divulgados, e ficará à disposição da comunidade.

Art. 62 – Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar convênios, termos novos e dar continuidade aos já em curso para todos os Órgãos da Administração Municipal, inclusive participar de consórcios com outros Municípios.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber doações de pessoas físicas e jurídicas para o desenvolvimento de programas assistenciais.

Art. 64 - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados a realizar ajustes e/ou alterações de códigos e nomenclaturas nas fontes de recursos que compõem a receita e a despesa municipal, conforme normatizações atualizadas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 65 - Fica a Câmara Municipal autorizada a abrir Créditos Adicionais Suplementares ao seu Orçamento, através de Resolução, servindo como recursos exclusivamente os constantes do art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, nos moldes do Art. 25, Inciso I desta Lei.

Art. 66 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:28ACAFA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1370/2026 - CRÉDITO ADICIONAL

Lei 1370 de 09/09/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação do poder legislativo a seguinte proposta de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2026 Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 221.637,00 (Duzentos e Vinte e Um Mil, Seiscentos e Trinta e Sete Reais), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
08.244.0008.2022	MANUTENÇAO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3882	01118-EMENDA PARLAMENTAR - PROGRAMAÇÃO nº 4121752/2025-0003	33.637,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3952	01118-EMENDA PARLAMENTAR - PROGRAMAÇÃO nº 4121752/2025-0003	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3973	01118-EMENDA PARLAMENTAR - PROGRAMAÇÃO nº 4121752/2025-0003	10.000,00
08.003	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0008.6028	FUNDO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4263	01091-GAR - CRIANÇA E ADOLECENTE - DELIBERAÇÕES 13-14/2025 CEDCA-PR	50.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4301	01091-GAR - CRIANÇA E ADOLECENTE - DELIBERAÇÕES 13-14/2025 CEDCA-PR	50.000,00
	SUBTOTAL	153.637,00
	TOTAL	**153.637,00**
Especial		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.07.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	
463	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	8.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.07.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	
1328	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
1325	00101-Fundeb 60%	10.000,00
1326	00102-Fundeb 40%	10.000,00
1327	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
06	SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2017	FUNDO MUNICIPAL E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	
3.1.90.07.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	
2895	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
2896	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	**68.000,00**
	TOTAL GERAL	**221.637,00**

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:

I – Anulação de dotação;

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0008.6028	FUNDO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4322	01091-GAR - CRIANÇA E ADOLECENTE - DELIBERAÇÕES 13-14/2025 CEDCA-PR	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	8.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1290	00101-Fundeb 60%	10.000,00
05.005	DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2039	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(CRECHE)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.365.0005.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ ESCOLA)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

2150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
05.006	DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL	
12.367.0005.2041	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2450	00102-Fundeb 40%	10.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
06	SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2017	FUNDO MUNICIPAL E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2930	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	**168.000,00**

II – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.6.50.0.1.11.00.00.00.00	TRANSFERENCIA FEDERAL SUAS EMENDA PARLAMENTAR - PROGRAMAÇÃO Nº 4121752/2025-0003 - FONTE 1118	53.637,00
	TOTAL	**53.637,00**

Parágrafo único – O executivo está autorizado a remanejar/suplementar via decreto caso seja necessário para ajuste do orçamento, sendo por excesso, superávit ou anulação de dotação.

Art. 3º - Este projeto altera PPA – Plano Plurianual bem como compatibiliza LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 30 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:7FF02E62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº 78/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.413/0001-90

Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr

Decreto nº 78/2026

Súmula: Abre um crédito adicional, no exercício de 2026, na importância de R$1.209.136,31 (um milhão, duzentos e nove mil e cento e trinta e seis reais e trinta e um centavos)

Art. 1º - Abre-se no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº 767/2025 de 02/01/2026, um crédito suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R$1.209.136,31 (um milhão, duzentos e nove mil e cento e trinta e seis reais e trinta e um centavos)

Suplementação			
03		**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL**	
03.001		**ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO PUBLICA**	
03.001.04.122.2002.2.005		**ADMINISTRACAO GERAL**	
43 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
50 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
05		**SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVICOS PUBLICOS**	
05.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVICOS PUBLICOS**	
05.001.15.452.2007.2.020		**OBRAS, SERVICOS GERAIS, CONSERVACAO PRACAS E ESPACOS PUBLICOS**	
169 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
05.001.15.452.2007.2.021		**SERVICOS RODOVIARIOS E MANUTENCAO DE VIAS E LOGRADOUROS**	
179 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
06		**SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001.12.361.2010.2.032		**ENSINO FUNDAMENTAL**	
221 - 3.3.90.32.00.00	10421	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	29.736,31
06.001.12.365.2010.2.030		**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - PRE- ESCOLA**	
236 - 3.3.90.32.00.00	10421	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	10.944,00
06.001.12.365.2010.2.031		**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE**	
251 - 3.3.90.32.00.00	10421	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	6.697,00
06.001.12.366.2010.2.033		**EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**	
262 - 3.3.90.32.00.00	10421	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1.759,00
06.001.12.782.2010.2.035		**TRANSPORTE ESCOLAR**	
283 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
285 - 3.3.90.39.00.00	1028	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
07		**SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001.10.301.2009.2.024		**ATENCAO PRIMARIA**	
320 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	150.000,00
07.001.10.302.2009.2.026		**ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (MAC)**	
342 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	180.000,00
		Total Suplementação:	**1.209.136,31**

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Excesso de Arrecadação e/ Tendência de Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02 Fonte: 10421	1.500,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 Fonte: 1000	580.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 Fonte: 1039	330.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.2.1 Fonte: 1028	250.000,00
Receita: 1.7.1.4.52.0.1 Fonte: 10421	47.636,31
Total da Receita:	**1.209.136,31**

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

PEDRO TABORDA DESPLANCHES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:AC04CE4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº 79/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO

BRANCO DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.413/0001-90 - Av. Rio Branco, 500 CEP 86848-000

Decreto 79/2026

Súmula: Abre um crédito adicional, no exercício de 2026, na importância de R$443.500,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos reais)

Art. 1º - Abre-se no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº 767/2025 de 02/01/2026, um crédito suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 443.500,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos reais)

Suplementação			
04		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
04.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA**	
04.001.04.123.2004.2.011		**DEPTO. DE LICITACAO**	
109 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.000,00
06		**SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001.12.361.2010.2.032		**ENSINO FUNDAMENTAL**	
213 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	290.000,00
06.001.12.365.2010.2.030		**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**	
230 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
234 - 3.1.91.13.00.00	1026	CONTRIBUICOES PATRONAIS	10.000,00
07		**SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001.10.301.2009.2.024		**ATENCAO PRIMARIA**	
311 - 3.1.90.16.00.00	1039	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
07.001.10.304.2009.2.028		**VIGILANCIA SANITARIA, AMBIENTAL E EM SAUDE DO TRABALHADOR**	
367 - 3.3.90.40.00.00	2494	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	500,00
11		**SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO**	
11.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**	
11.001.23.122.2017.2.053		**SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**	
564 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.000,00
		Total Suplementação:	**443.500,00**

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
04.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA**	
04.001.04.123.2004.2.012		**DEPTO. DE CONTABILIDADE**	
118 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.000,00
06		**SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO**	
06.001.12.361.2010.2.032		**ENSINO FUNDAMENTAL**	
217 - 3.1.91.13.00.00	1026	CONTRIBUICOES PATRONAIS	40.000,00
06.001.12.365.2010.2.030		**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**	
230 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160.000,00
06.001.12.365.2010.2.031		**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL – CRECHE**	
244 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
07		**SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE**	
07.001.10.122.2009.2.023		**APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO**	
299 - 3.1.91.13.00.00	1039	CONTRIBUICOES PATRONAIS	20.000,00
07.001.10.301.2009.2.024		**ATENCAO PRIMARIA**	
309 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
07.001.10.304.2009.2.028		**VIGILANCIA SANITARIA, AMBIENTAL E EM SAUDE DO TRABALHADOR**	
365 - 3.3.90.30.00.00	2494	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
11		**SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO**	
11.001		**ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**	
11.001.23.122.2017.2.053		**SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**	
559 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS – CIVIL	2.000,00
		Total Redução:	**443.500,00**

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:EFC7D2A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO DO SUL

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, ocorreu nas dependências da sala do Conselho Municipal de Saúde (anexo à Secretaria Municipal de Saúde), situada à Rua Manoel Borges de Macedo, nº 128, Bairro Tiririca, município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, a Terceira Reunião Plenária Extraordinária, com início às 09h00min, conforme convocação enviada. A reunião teve como pauta a seguinte ordem do dia: **Item 1 - Informes e Expedientes; Item 2 - Aprovação da Ata da Oitava Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 26/08/2026; Item 3 - Apreciação e Aprovação do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde referente ao exercício de 2026; Item 4 – Apreciação dos Relatórios das Visitas realizadas pela Comissão de Fiscalização nos Equipamentos de Saúde; Item 5 - Apreciação e encaminhamento das questões relacionadas ao ProGOV; Item 6 - Outros assuntos relacionados à pauta; Item 7 - Encerramento.** De modo a realizar a abertura dos trabalhos, a Coordenadora Executiva deu as boas-vindas aos presentes, verificou o quórum regimental, constatando a presença de **6 (seis) conselheiros titulares, com direito a voto, e 2 (dois) conselheiros suplentes**. Registrou a presença dos conselheiros em lista própria e realizou a leitura da pauta do dia. Sequencialmente, no **Item 1 - Informes e Expedientes,** não foram apresentados informes ou expedientes para conhecimento dos membros do Conselho na presente reunião. Seguidamente, no **Item 2 - Aprovação da Ata da Oitava Reunião Plenária Ordinária,** procedeu-se à leitura do documento, em razão da ausência de tempo hábil para sua apreciação anterior. Após solicitação de ajuste na ordem da apresentação do assunto, com transferência do registro da linha 51 para a linha 60, a ata foi aprovada por unanimidade e assinada pelos conselheiros presentes. Ressaltou-se a importância do registro dos votos favoráveis, contrários e das abstenções nas deliberações do Conselho, visando assegurar maior clareza e transparência. Continuamente, no **Item 3 - Apreciação e aprovação do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde referente ao exercício de 2026**, a Secretária Executiva apresentou o Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde referente ao exercício de 2026, realizando explanação geral acerca de sua fundamentação, objetivos, metodologia, ações e cronograma, bem como dos respectivos eixos de atuação, abrangendo o funcionamento e a organização do Conselho, acompanhamento das políticas de saúde, fiscalização dos serviços, monitoramento orçamentário e financeiro, participação e controle social, educação permanente, transparência e articulação institucional. Também apresentados os resultados esperados e as atividades já realizadas no exercício, submetendo-se o documento, à apreciação e deliberação do Plenário, com concordância total, obtendo **aprovação unânime do colegiado**. Consecutivamente, no **Item 4 - Apreciação dos Relatórios das Visitas realizadas pela Comissão de Fiscalização nos Equipamentos de Saúde,** concluídas sete visitas in loco com elaboração dos relatórios, pelas conselheiras Rosani de Fátima Araujo e Marta do Rocio Dobrila Nazário, organizados de acordo com o modelo e os critérios estabelecidos pelo TCE/PR, preservando-se o conteúdo produzido pela Comissão de Fiscalização. Após, foi aprovada **por unanimidade a entrega dos relatórios à Gestora Municipal durante a reunião,** ficando estabelecido pelo Plenário o **prazo de 60 (sessenta) dias para que a que a gestão se manifeste acerca dos apontamentos e apresente as respectivas respostas ao Conselho**. O cronograma específico para a realização das visitas técnicas foi incluído no Plano de Trabalho do conselho, com previsão aproximada de três visitas por quadrimestre. Ato contínuo, no **Item 5 - Apreciação e encaminhamento das questões relacionadas ao ProGOV,** a gestora da pasta da saúde explicitou que, no exercício em análise, o preenchimento do questionário foi direcionado somente ao Presidente do Conselho. Considerando o volume de questões e a necessidade de levantamento documental, sugeriu-se que, no exercício seguinte, a responsabilidade seja compartilhada entre os conselheiros, com apoio da Secretaria Executiva e da Direção Administrativa, lembrando que as respostas devem ser fundamentadas e acompanhadas, quando solicitado, de atas, resoluções, planos, links e demais documentos comprobatórios, inclusive nos casos em que a questão não se aplicar à realidade do Conselho. Ressaltou que contém na estrutura organizacional da Secretaria a vinculação direta do Conselho Municipal de Saúde ao Secretário Municipal de Saúde. Também foi abordada a existência de dotação orçamentária específica para as atividades do Conselho na LOA, destinada à manutenção do serviço, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde, uma vez que o Conselho não possui fundo próprio. Discutiu-se a probabilidade de previsão de recursos para participação dos conselheiros em eventos e atividades externas, incluindo diárias, ficando a questão sujeita à análise jurídica, evidenciando a precisão de identificação clara desses recursos na documentação orçamentária. Posteriormente, no **Item 6 - Outros assuntos relacionados à pauta,** foi informado que as questões do PROGOV estão sendo organizadas, com identificação das pendências e dos itens já passíveis de resposta. Verificou-se que o Regimento Interno não previa expressamente o prazo de 10 (dez) dias para encaminhamento da documentação aos conselheiros, embora essa exigência constasse do questionário. Assim, foi apresentada e aprovada por unanimidade a inclusão do Art. 15-A, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias para envio dos documentos que subsidiam as reuniões. Como assunto extra-pauta, a dirigente da saúde, prestou esclarecimentos sobre a Resolução Ad Referendum referente à pactuação junto à CIR Regional para atendimento na Maternidade Municipal, de gestantes de risco habitual e intermediário provenientes dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses. Confirmou que inicialmente contempla apenas esses municípios, diante da capacidade instalada, dos critérios técnicos e da segurança assistencial. A ampliação para os demais municípios do Vale do Ribeira deverá ocorrer gradualmente, condicionada a investimentos estaduais e à ampliação da capacidade assistencial. Atualmente o Hospital e Maternidade Municipal dispõe de 37 (trinta e sete) leitos, sendo 2 (dois) destinados à área cirúrgica, utilizada para partos e outros procedimentos, e registra, em média, 30 (trinta) nascimentos mensais. Destacou-se que a capacidade de atendimento depende não apenas do número de procedimentos, mas também da disponibilidade e ocupação dos leitos, rotatividade, tempo de permanência e cuidados prestados às puérperas e aos recém-nascidos. Porém, a expansão dos serviços deve observar planejamento, critérios técnicos e segurança dos usuários. Os atendimentos de alto risco permanecem regulados, com encaminhamento à unidade de referência quando necessário, após avaliação da equipe e acionamento do SAMU. **Por fim, no Item 5 – Encerramento** quanto à organização do preenchimento do PROGOV, informou-se que a coordenação executiva e a equipe administrativa estão reunindo previamente documentos, links, resoluções e demais informações necessárias. Foi sugerida a realização da atividade em um único período, preferencialmente durante todo o dia, para evitar o risco de perda de informações. Reforçou-se a importância de ampliar a participação dos conselheiros nas atividades e eventos relacionados ao controle social, distribuindo as responsabilidades. Foi informado que o prazo para encerramento do preenchimento será no dia 28 (vinte e oito) de setembro. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. **Eu ( ), Michele Cristina de Faria Lara, lavrei a presente ata, que será lida, apreciada e assinada pelos Conselheiros na próxima reunião.**

NOME	RG/CPF	ASSINATURA
Adriana Amparo de Cristo	XXXXXXX-0	
Andréia Aparecida do Nascimento	XXXXXXX-0	
Carlos Alberto Aparecido Jerônimo	XXXXXXX-6	
Jaqueline Taborda dos Santos	XXXXXXX-4	
José Antonio Assis Zerbetto Filho	XXXXXXX-2	
José Carlos Amora	XXXXXXX-1	
Leila de Moura Faria	XXXXXXX-4	
Levi Prestes Monteiro	XXXXXXX-4	
Luciano Guilherme Souza Haenisch	XXXXXXX-7	
Marta do Rocio Dobrila Nazário	XXXXXXX-7	
Marta Geffer Costa	XXXXXXX-3	
Nice Andreia de Moraes Almeida Lara	XXXXXXX-9	
Patricia Deziele Vaz Correa	XXXXXXXX-4	
Rosani de Fátima Araújo	XXXXXXX-7	

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:70962F3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GASTOS 2º QUADRIMESTRE CCA

Município de Salgado Filho
Rua Floriano Francisco Anater , 50 - Centro - 85.620-000 - Salgado Filho/ PR
CNPJ: 76.205.699/0001-98 Fone: 4635641202
prefeitura@salgadofilho.pr.gov.br
http://www.salgadofilho.pr.gov.br
Usuário: Cleber Diego Toigo
Chave de Autenticação
1662-5384-579

Execução da Despesa por Natureza/Controle

Valores em

R$ - Período: 01/05/2026 até 31/08/2026

		Empenhado	Anulado	Em Liquidação	Liquidado	Retido/ Consignado	Pago	A pagar não Liquidado	A pagar Liquidado
3	Despesas Correntes	555.834,18	3.551,18	0,00	552.283,00	36.555,93	533.577,61	0,00	-17.850,54
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	248.563,89	0,00	0,00	248.563,89	35.110,42	213.174,26	0,00	279,21
3.1.90	Aplicações Diretas	248.563,89	0,00	0,00	248.563,89	35.110,42	213.174,26	0,00	279,21
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	210.124,53	0,00	0,00	210.124,53	35.110,42	175.014,11	0,00	0,00
3.1.90.11.	vencimentos e salários	132.526,31	0,00	0,00	132.526,31	25.083,58	107.442,73	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	132.526,31	0,00	0,00	132.526,31	25.083,58	107.442,73	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por exercício de cargos	56.341,77	0,00	0,00	56.341,77	10.026,84	46.314,93	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	56.341,77	0,00	0,00	56.341,77	10.026,84	46.314,93	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por exercício de funções	8.800,00	0,00	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	8.800,00	0,00	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por tempo de serviço	5.404,38	0,00	0,00	5.404,38	0,00	5.404,38	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	5.404,38	0,00	0,00	5.404,38	0,00	5.404,38	0,00	0,00
3.1.90.11.	13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.	férias - abono pecuniário	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
3.1.90.11.	férias - abono constitucional	6.025,21	0,00	0,00	6.025,21	0,00	6.025,21	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	6.025,21	0,00	0,00	6.025,21	0,00	6.025,21	0,00	0,00
3.1.90.11.	outras despesas fixas - pessoal civil	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	38.439,36	0,00	0,00	38.439,36	0,00	38.160,15	0,00	279,21
3.1.90.13.	FGTS	42,06	0,00	0,00	42,06	0,00	42,06	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	42,06	0,00	0,00	42,06	0,00	42,06	0,00	0,00
3.1.90.13.	contribuições previdenciárias - INSS	38.397,30	0,00	0,00	38.397,30	0,00	38.118,09	0,00	279,21
	00000 - Sem controle de despesa	38.397,30	0,00	0,00	38.397,30	0,00	38.118,09	0,00	279,21
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.16.	serviços extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3	Outras Despesas Correntes	307.270,29	3.551,18	0,00	303.719,11	1.445,51	320.403,35	0,00	-18.129,75
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
3.3.50.43.	Instituição de Caráter de Assistência Social	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
3.3.50.43.	outras subvenções sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90	Aplicações Diretas	290.732,69	3.551,18	0,00	287.181,51	1.445,51	303.865,75	0,00	-18.129,75
3.3.90.14	Diárias - Civil	3.110,00	0,00	0,00	3.110,00	0,00	2.985,00	0,00	125,00
3.3.90.14.	diárias no país - civil	3.110,00	0,00	0,00	3.110,00	0,00	2.985,00	0,00	125,00
	00000 - Sem controle de despesa	3.110,00	0,00	0,00	3.110,00	0,00	2.985,00	0,00	125,00
3.3.90.30	Material de Consumo	54.041,10	191,18	0,00	53.849,92	60,86	71.609,66	0,00	-17.820,60
3.3.90.30.	combustíveis e lubrificantes automotivos	6.569,46	191,18	0,00	6.378,28	14,64	7.263,80	0,00	-900,16
	00000 - Sem controle de despesa	6.569,46	191,18	0,00	6.378,28	14,64	7.263,80	0,00	-900,16
3.3.90.30.	gás engarrafado	303,00	0,00	0,00	303,00	0,73	302,27	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	303,00	0,00	0,00	303,00	0,73	302,27	0,00	0,00
3.3.90.30.	gêneros de alimentação	16.742,88	0,00	0,00	16.742,88	45,49	17.473,05	0,00	-775,66
	00000 - Sem controle de despesa	16.742,88	0,00	0,00	16.742,88	45,49	17.473,05	0,00	-775,66

		Empenhado	Anulado	Em Liquidação	Liquidado	Retido/ Consignado	Pago	A pagar não Liquidado	A pagar Liquidado
3.3.90.30.	material educativo e esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.827,00	0,00	-8.827,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.827,00	0,00	-8.827,00
3.3.90.30.	material para festividades e homenagens	4.119,10	0,00	0,00	4.119,10	0,00	4.119,10	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.119,10	0,00	0,00	4.119,10	0,00	4.119,10	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de expediente	6.522,69	0,00	0,00	6.522,69	0,00	818,92	0,00	5.703,77
	00000 - Sem controle de despesa	6.522,69	0,00	0,00	6.522,69	0,00	818,92	0,00	5.703,77
3.3.90.30.	material de cama, mesa e banho	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de limpeza e produção de higienização	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00	850,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00	850,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de copa e cozinha	7.798,60	0,00	0,00	7.798,60	0,00	16.618,15	0,00	-8.819,55
	00000 - Sem controle de despesa	7.798,60	0,00	0,00	7.798,60	0,00	16.618,15	0,00	-8.819,55
3.3.90.30.	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	-4.202,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	-4.202,00
3.3.90.30.	material para manutenção de bens móveis	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material para manutenção de veículos	325,01	0,00	0,00	325,01	0,00	325,01	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	325,01	0,00	0,00	325,01	0,00	325,01	0,00	0,00
3.3.90.30.	outros materiais de consumo	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.969,13	0,00	0,00	20.969,13	166,17	19.914,52	0,00	888,44
3.3.90.32.	Material destinados à assistência social	13.171,74	0,00	0,00	13.171,74	129,48	12.153,82	0,00	888,44
	00000 - Sem controle de despesa	13.171,74	0,00	0,00	13.171,74	129,48	12.153,82	0,00	888,44
3.3.90.32.	Merenda escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.	outros materiais de distribuição gratuita	7.797,39	0,00	0,00	7.797,39	36,69	7.760,70	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	7.797,39	0,00	0,00	7.797,39	36,69	7.760,70	0,00	0,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.314,86	0,00	0,00	2.314,86	0,00	2.314,86	0,00	0,00
3.3.90.33.	passagens para o país	2.314,86	0,00	0,00	2.314,86	0,00	2.314,86	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	2.314,86	0,00	0,00	2.314,86	0,00	2.314,86	0,00	0,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	26.130,00	0,00	0,00	26.130,00	0,00	26.130,00	0,00	0,00
3.3.90.36.	locação de imóveis	26.130,00	0,00	0,00	26.130,00	0,00	26.130,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	26.130,00	0,00	0,00	26.130,00	0,00	26.130,00	0,00	0,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	184.167,60	3.360,00	0,00	180.807,60	1.218,48	180.911,71	0,00	-1.322,59
3.3.90.39.	serviços técnicos profissionais	7.381,60	0,00	0,00	7.381,60	297,66	7.083,94	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	7.381,60	0,00	0,00	7.381,60	297,66	7.083,94	0,00	0,00
3.3.90.39.	locação de máquinas e equipamentos	3.017,54	0,00	0,00	3.017,54	11,46	2.269,67	0,00	736,41
	00000 - Sem controle de despesa	3.017,54	0,00	0,00	3.017,54	11,46	2.269,67	0,00	736,41
3.3.90.39.	manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	6.119,00	0,00	0,00	6.119,00	0,00	6.119,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	6.119,00	0,00	0,00	6.119,00	0,00	6.119,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	manutenção e conservação de veículos	5.059,71	0,00	0,00	5.059,71	0,00	5.059,71	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	5.059,71	0,00	0,00	5.059,71	0,00	5.059,71	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de energia elétrica	9.312,37	0,00	0,00	9.312,37	0,00	9.312,37	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	9.312,37	0,00	0,00	9.312,37	0,00	9.312,37	0,00	0,00

		Empenhado	Anulado	Em Liquidação	Liquidado	Retido/ Consignado	Pago	A pagar não Liquidado	A pagar Liquidado
3.3.90.39.	serviços de água e esgoto	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de assistência social	36.606,21	0,00	0,00	36.606,21	0,00	36.606,21	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	36.606,21	0,00	0,00	36.606,21	0,00	36.606,21	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços funerários	4.202,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	6.261,00	0,00	-2.059,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.202,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	6.261,00	0,00	-2.059,00
3.3.90.39.	seguros em geral	6.680,90	0,00	0,00	6.680,90	0,00	6.680,90	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	6.680,90	0,00	0,00	6.680,90	0,00	6.680,90	0,00	0,00
3.3.90.39.	fretes e transportes de encomendas	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	multas e infrações de trânsito	312,36	0,00	0,00	312,36	0,00	312,36	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	312,36	0,00	0,00	312,36	0,00	312,36	0,00	0,00
3.3.90.39.	vigilância ostensiva/monitorada	1.440,00	0,00	0,00	1.440,00	43,20	1.396,80	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.440,00	0,00	0,00	1.440,00	43,20	1.396,80	0,00	0,00
3.3.90.39.	hospedagens	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de publicidade e propaganda	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
3.3.90.39.	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	99.928,00	3.360,00	0,00	96.568,00	866,16	95.701,84	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	99.928,00	3.360,00	0,00	96.568,00	866,16	95.701,84	0,00	0,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.40.	manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Despesas de Capital	412.158,60	0,00	0,00	412.158,60	1.429,83	418.641,63	0,00	-7.912,86
4.4	Investimentos	412.158,60	0,00	0,00	412.158,60	1.429,83	418.641,63	0,00	-7.912,86
4.4.90	Aplicações Diretas	412.158,60	0,00	0,00	412.158,60	1.429,83	418.641,63	0,00	-7.912,86
4.4.90.51	Obras e Instalações	122.459,05	0,00	0,00	122.459,05	1.429,83	121.029,22	0,00	0,00
4.4.90.51.	obras em andamento	122.459,05	0,00	0,00	122.459,05	1.429,83	121.029,22	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	122.459,05	0,00	0,00	122.459,05	1.429,83	121.029,22	0,00	0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	289.699,55	0,00	0,00	289.699,55	0,00	297.612,41	0,00	-7.912,86

4.4.90.52.	aparelhos e equipamentos de comunicação	187.726,33	0,00	0,00	187.726,33	0,00	207.675,33	0,00	-19.949,00
	00000 - Sem controle de despesa	187.726,33	0,00	0,00	187.726,33	0,00	207.675,33	0,00	-19.949,00
4.4.90.52.	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	aparelhos e utensílios domésticos	48.124,04	0,00	0,00	48.124,04	0,00	48.124,04	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	48.124,04	0,00	0,00	48.124,04	0,00	48.124,04	0,00	0,00
4.4.90.52.	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	equipamentos de processamento de dados	2.166,68	0,00	0,00	2.166,68	0,00	2.166,68	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	2.166,68	0,00	0,00	2.166,68	0,00	2.166,68	0,00	0,00
4.4.90.52.	mobiliário em geral	51.682,50	0,00	0,00	51.682,50	0,00	37.239,71	0,00	14.442,79
	00000 - Sem controle de despesa	51.682,50	0,00	0,00	51.682,50	0,00	37.239,71	0,00	14.442,79
4.4.90.52.	material de consumo de uso duradouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.406,65	0,00	-2.406,65
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.406,65	0,00	-2.406,65
	Total Geral:	967.992,78	3.551,18	0,00	964.441,60	37.985,76	952.219,24	0,00	-25.763,40

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:B654B6EF

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GASTOS 2º QUSDRIMESTRE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Salgado Filho
Rua Floriano Francisco Anater , 50 - Centro - 85.620-000 - Salgado Filho/ PR
CNPJ: 76.205.699/0001-98 Fone: 4635641202 prefeitura@salgadofilho.pr.gov.br — **Usuário: Cleber Diego Toigo** — **Chave de Autenticação**
http://www.salgadofilho.pr.gov.br — 1194-4245-480
Execução da Despesa por Elemento/Detalhamento/Controle
Valores em R$ - Período: 01/05/2026 até 31/08/2026

	Empenhado	Anulado	Em	Liquidado	Retido/ Consignado	Pago	A pagar não Liquidado	A pagar Liquidado
Unidade Gestora: 1 - Município de Salgado Filho								
Órgão Orçamentário: 9000 - SECRETARIA DA ASSITÊNCIA SOCIAL								
Unidade Orçamentária: 9001 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL								
Ação: 2.59 - BENEFICIOS EVENTUAIS								
Despesa: 543 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**9.190,21**	**0,00**	**0,00**	**9.190,21**	**86,32**	**9.103,89**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 3 - Material destinados à assistência social	9.190,21	0,00	0,00	9.190,21	86,32	9.103,89	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	9.190,21	0,00	0,00	9.190,21	86,32	9.103,89	0,00	0,00
Total da Ação	9.190,21	0,00	0,00	9.190,21	86,32	9.103,89	0,00	0,00
Ação: 2.63 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL								
Despesa: 675 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**12.850,68**	**0,00**	**0,00**	**12.850,68**	**3.177,80**	**9.672,88**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 31 - gratificação por exercício de cargos	12.850,68	0,00	0,00	12.850,68	3.177,80	9.672,88	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	12.850,68	0,00	0,00	12.850,68	3.177,80	9.672,88	0,00	0,00
Despesa: 676 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**2.236,04**	**0,00**	**0,00**	**2.236,04**	**0,00**	**2.236,04**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	2.236,04	0,00	0,00	2.236,04	0,00	2.236,04	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.236,04	0,00	0,00	2.236,04	0,00	2.236,04	0,00	0,00
Total da Ação	15.086,72	0,00	0,00	15.086,72	3.177,80	11.908,92	0,00	0,00
Ação: 2.460 - SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA								
Despesa: 260 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**108.320,03**	**0,00**	**0,00**	**108.320,03**	**20.077,46**	**88.242,57**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - vencimentos e salários	76.104,96	0,00	0,00	76.104,96	18.716,21	57.388,75	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	76.104,96	0,00	0,00	76.104,96	18.716,21	57.388,75	0,00	0,00
Detalhamento: 31 - gratificação por exercício de cargos	14.109,94	0,00	0,00	14.109,94	1.361,25	12.748,69	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	14.109,94	0,00	0,00	14.109,94	1.361,25	12.748,69	0,00	0,00
Detalhamento: 33 - gratificação por exercício de funções	8.800,00	0,00	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	8.800,00	0,00	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00	0,00	0,00
Detalhamento: 37 - gratificação por tempo de serviço	5.404,38	0,00	0,00	5.404,38	0,00	5.404,38	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	5.404,38	0,00	0,00	5.404,38	0,00	5.404,38	0,00	0,00
Detalhamento: 44 - férias - abono pecuniário	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
Detalhamento: 45 - férias - abono constitucional	2.873,89	0,00	0,00	2.873,89	0,00	2.873,89	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.873,89	0,00	0,00	2.873,89	0,00	2.873,89	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outras despesas fixas - pessoal civil	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
Despesa: 261 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**19.477,25**	**0,00**	**0,00**	**19.477,25**	**0,00**	**20.141,23**	**0,00**	**-663,98**
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	19.477,25	0,00	0,00	19.477,25	0,00	20.141,23	0,00	-663,98
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	19.477,25	0,00	0,00	19.477,25	0,00	20.141,23	0,00	-663,98
Despesa: 262 - 3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 44 - serviços extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 263 - 3.3.90.14.00 Diárias - Civil	**2.735,00**	**0,00**	**0,00**	**2.735,00**	**0,00**	**2.610,00**	**0,00**	**125,00**
Detalhamento: 14 - diárias no país - civil	2.735,00	0,00	0,00	2.735,00	0,00	2.610,00	0,00	125,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.735,00	0,00	0,00	2.735,00	0,00	2.610,00	0,00	125,00
Despesa: 267 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**21.695,64**	**0,00**	**0,00**	**21.695,64**	**0,73**	**21.694,91**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	515,14	0,00	0,00	515,14	0,00	515,14	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	515,14	0,00	0,00	515,14	0,00	515,14	0,00	0,00
Detalhamento: 4 - gás engarrafado	303,00	0,00	0,00	303,00	0,73	302,27	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	303,00	0,00	0,00	303,00	0,73	302,27	0,00	0,00
Detalhamento: 7 - gêneros de alimentação	1.911,82	0,00	0,00	1.911,82	0,00	1.911,82	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.911,82	0,00	0,00	1.911,82	0,00	1.911,82	0,00	0,00
Detalhamento: 15 - material para festividades e homenagens	559,10	0,00	0,00	559,10	0,00	559,10	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	559,10	0,00	0,00	559,10	0,00	559,10	0,00	0,00
Detalhamento: 16 - material de expediente	818,92	0,00	0,00	818,92	0,00	818,92	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	818,92	0,00	0,00	818,92	0,00	818,92	0,00	0,00
Detalhamento: 20 - material de cama, mesa e banho	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
Detalhamento: 21 - material de limpeza e produção de higienização	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00	850,00	0,00	0,00

Controle: 00000 - Sem controle de despesa	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00	850,00	0,00	0,00
Detalhamento: 22 - material de copa e cozinha	7.798,60	0,00	0,00	7.798,60	0,00	7.798,60	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	7.798,60	0,00	0,00	7.798,60	0,00	7.798,60	0,00	0,00
Detalhamento: 25 - material para manutenção de bens móveis	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
Detalhamento: 39 - material para manutenção de veículos	145,01	0,00	0,00	145,01	0,00	145,01	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	145,01	0,00	0,00	145,01	0,00	145,01	0,00	0,00
Despesa: 269 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**2.455,95**	**191,18**	**0,00**	**2.264,77**	**5,90**	**3.213,02**	**0,00**	**-954,15**
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	2.455,95	191,18	0,00	2.264,77	5,90	3.213,02	0,00	-954,15
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.455,95	191,18	0,00	2.264,77	5,90	3.213,02	0,00	-954,15
Detalhamento: 4 - gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 25 - material para manutenção de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 39 - material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 270 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**384,60**	**0,00**	**0,00**	**384,60**	**0,00**	**384,60**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 3 - Material destinados à assistência social	384,60	0,00	0,00	384,60	0,00	384,60	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	384,60	0,00	0,00	384,60	0,00	384,60	0,00	0,00
Despesa: 271 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**6.654,32**	**0,00**	**0,00**	**6.654,32**	**79,85**	**3.020,70**	**0,00**	**3.553,77**
Detalhamento: 3 - Material destinados à assistência social	3.596,93	0,00	0,00	3.596,93	43,16	0,00	0,00	3.553,77
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	3.596,93	0,00	0,00	3.596,93	43,16	0,00	0,00	3.553,77
Detalhamento: 99 - outros materiais de distribuição gratuita	3.057,39	0,00	0,00	3.057,39	36,69	3.020,70	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	3.057,39	0,00	0,00	3.057,39	36,69	3.020,70	0,00	0,00
Despesa: 272 - 3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	**2.314,86**	**0,00**	**0,00**	**2.314,86**	**0,00**	**2.314,86**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - passagens para o país	2.314,86	0,00	0,00	2.314,86	0,00	2.314,86	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.314,86	0,00	0,00	2.314,86	0,00	2.314,86	0,00	0,00
Despesa: 273 - 3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	**25.180,00**	**0,00**	**0,00**	**25.180,00**	**0,00**	**25.180,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 15 - locação de imóveis	25.180,00	0,00	0,00	25.180,00	0,00	25.180,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	25.180,00	0,00	0,00	25.180,00	0,00	25.180,00	0,00	0,00
Despesa: 274 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**61.359,12**	**0,00**	**0,00**	**61.359,12**	**19,86**	**62.661,85**	**0,00**	**-1.322,59**
Detalhamento: 5 - serviços técnicos profissionais	1.180,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00	1.180,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.180,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00	1.180,00	0,00	0,00
Detalhamento: 12 - locação de máquinas e equipamentos	3.017,54	0,00	0,00	3.017,54	11,46	2.269,67	0,00	736,41
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	3.017,54	0,00	0,00	3.017,54	11,46	2.269,67	0,00	736,41
Detalhamento: 16 - manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	4.574,00	0,00	0,00	4.574,00	0,00	4.574,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	4.574,00	0,00	0,00	4.574,00	0,00	4.574,00	0,00	0,00
Detalhamento: 19 - manutenção e conservação de veículos	4.770,31	0,00	0,00	4.770,31	0,00	4.770,31	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	4.770,31	0,00	0,00	4.770,31	0,00	4.770,31	0,00	0,00
Detalhamento: 43 - serviços de energia elétrica	559,11	0,00	0,00	559,11	0,00	559,11	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	559,11	0,00	0,00	559,11	0,00	559,11	0,00	0,00
Detalhamento: 44 - serviços de água e esgoto	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
Detalhamento: 53 - serviços de assistência social	36.606,21	0,00	0,00	36.606,21	0,00	36.606,21	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	36.606,21	0,00	0,00	36.606,21	0,00	36.606,21	0,00	0,00
Detalhamento: 67 - serviços funerários	4.202,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	6.261,00	0,00	-2.059,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	4.202,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	6.261,00	0,00	-2.059,00
Detalhamento: 69 - seguros em geral	1.914,82	0,00	0,00	1.914,82	0,00	1.914,82	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.914,82	0,00	0,00	1.914,82	0,00	1.914,82	0,00	0,00
Detalhamento: 74 - fretes e transportes de encomendas	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
Detalhamento: 75 - multas e infrações de trânsito	312,36	0,00	0,00	312,36	0,00	312,36	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	312,36	0,00	0,00	312,36	0,00	312,36	0,00	0,00
Detalhamento: 77 - vigilância ostensiva/monitorada	280,00	0,00	0,00	280,00	8,40	271,60	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	280,00	0,00	0,00	280,00	8,40	271,60	0,00	0,00
Detalhamento: 80 - hospedagens	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	898,00	0,00	0,00	898,00	0,00	898,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	898,00	0,00	0,00	898,00	0,00	898,00	0,00	0,00
Despesa: 275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**2.705,00**	**0,00**	**0,00**	**2.705,00**	**34,80**	**2.670,20**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 5 - serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.545,00	0,00	0,00	1.545,00	0,00	1.545,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.545,00	0,00	0,00	1.545,00	0,00	1.545,00	0,00	0,00
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 19 - manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 77 - vigilância ostensiva/monitorada	1.160,00	0,00	0,00	1.160,00	34,80	1.125,20	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.160,00	0,00	0,00	1.160,00	34,80	1.125,20	0,00	0,00
Despesa: 276 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**8.753,26**	**0,00**	**0,00**	**8.753,26**	**0,00**	**8.753,26**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 43 - serviços de energia elétrica	8.753,26	0,00	0,00	8.753,26	0,00	8.753,26	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	8.753,26	0,00	0,00	8.753,26	0,00	8.753,26	0,00	0,00
Despesa: 277 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**35.034,60**	**0,00**	**0,00**	**35.034,60**	**297,66**	**34.736,94**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 5 - serviços técnicos profissionais	6.201,60	0,00	0,00	6.201,60	297,66	5.903,94	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	6.201,60	0,00	0,00	6.201,60	297,66	5.903,94	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	28.833,00	0,00	0,00	28.833,00	0,00	28.833,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	28.833,00	0,00	0,00	28.833,00	0,00	28.833,00	0,00	0,00
Despesa: 278 - 3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 4 - manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 282 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**1.102,50**	**0,00**	**0,00**	**1.102,50**	**0,00**	**1.102,50**	**0,00**	**0,00**

Detalhamento: 12 - aparelhos e utensílios domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 42 - mobiliário em geral	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50	0,00	1.102,50	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50	0,00	1.102,50	0,00	0,00
Despesa: 707 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**124.564,04**	**0,00**	**0,00**	**124.564,04**	**0,00**	**112.527,90**	**0,00**	**12.036,14**
Detalhamento: 6 - aparelhos e equipamentos de comunicação	25.860,00	0,00	0,00	25.860,00	0,00	25.860,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	25.860,00	0,00	0,00	25.860,00	0,00	25.860,00	0,00	0,00
Detalhamento: 12 - aparelhos e utensílios domésticos	48.124,04	0,00	0,00	48.124,04	0,00	48.124,04	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	48.124,04	0,00	0,00	48.124,04	0,00	48.124,04	0,00	0,00
Detalhamento: 42 - mobiliário em geral	50.580,00	0,00	0,00	50.580,00	0,00	36.137,21	0,00	14.442,79
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	50.580,00	0,00	0,00	50.580,00	0,00	36.137,21	0,00	14.442,79
Detalhamento: 87 - material de consumo de uso duradouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.406,65	0,00	-2.406,65
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.406,65	0,00	-2.406,65
Despesa: 718 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**7.127,23**	**0,00**	**0,00**	**7.127,23**	**0,00**	**7.127,23**	**0,00**	**0,00**
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 6 - aparelhos e equipamentos de comunicação	7.127,23	0,00	0,00	7.127,23	0,00	7.127,23	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	7.127,23	0,00	0,00	7.127,23	0,00	7.127,23	0,00	0,00
Despesa: 719 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**2.166,68**	**0,00**	**0,00**	**2.166,68**	**0,00**	**2.166,68**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 35 - equipamentos de processamento de dados	2.166,68	0,00	0,00	2.166,68	0,00	2.166,68	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.166,68	0,00	0,00	2.166,68	0,00	2.166,68	0,00	0,00
Despesa: 729 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**4.307,00**	**0,00**	**0,00**	**4.307,00**	**0,00**	**4.307,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.307,00	0,00	0,00	4.307,00	0,00	4.307,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	4.307,00	0,00	0,00	4.307,00	0,00	4.307,00	0,00	0,00
Total da Ação	436.337,08	191,18	0,00	436.145,90	20.516,26	402.855,45	0,00	12.774,19
Total da Unidade Orçamentária	460.614,01	191,18	0,00	460.422,83	23.780,38	423.868,26	0,00	12.774,19
Unidade Orçamentária: 9002 - FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO SUAS								
Ação: 8.893 - APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS - IGDSUAS								
Despesa: 295 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**12.850,68**	**0,00**	**0,00**	**12.850,68**	**2.608,64**	**10.242,04**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 31 - gratificação por exercício de cargos	12.850,68	0,00	0,00	12.850,68	2.608,64	10.242,04	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	12.850,68	0,00	0,00	12.850,68	2.608,64	10.242,04	0,00	0,00
Detalhamento: 45 - férias - abono constitucional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 296 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**2.236,04**	**0,00**	**0,00**	**2.236,04**	**0,00**	**2.236,04**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	2.236,04	0,00	0,00	2.236,04	0,00	2.236,04	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.236,04	0,00	0,00	2.236,04	0,00	2.236,04	0,00	0,00
Despesa: 301 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 5 - serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Ação	15.086,72	0,00	0,00	15.086,72	2.608,64	12.478,08	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária	15.086,72	0,00	0,00	15.086,72	2.608,64	12.478,08	0,00	0,00
Unidade Orçamentária: 9003 - FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO								
Ação: 8.859 - APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS - IGDPBF								
Despesa: 307 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 538 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.665,33**	**0,00**	**-2.665,33**
Detalhamento: 3 - Material destinados à assistência social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.665,33	0,00	-2.665,33
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.665,33	0,00	-2.665,33
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 97 - Merenda escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outros materiais de distribuição gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 631 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 12 - aparelhos e utensílios domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Ação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.665,33	0,00	-2.665,33
Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.665,33	0,00	-2.665,33
Unidade Orçamentária: 9004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE								
Ação: 6.1 - MANTER E AMPLIAR A ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE								
Despesa: 319 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**16.887,43**	**0,00**	**0,00**	**16.887,43**	**2.879,15**	**14.008,28**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 31 - gratificação por exercício de cargos	16.530,47	0,00	0,00	16.530,47	2.879,15	13.651,32	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	16.530,47	0,00	0,00	16.530,47	2.879,15	13.651,32	0,00	0,00
Detalhamento: 43 - 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 45 - férias - abono constitucional	356,96	0,00	0,00	356,96	0,00	356,96	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	356,96	0,00	0,00	356,96	0,00	356,96	0,00	0,00
Despesa: 320 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**2.706,27**	**0,00**	**0,00**	**2.706,27**	**0,00**	**2.988,33**	**0,00**	**-282,06**
Detalhamento: 1 - FGTS	42,06	0,00	0,00	42,06	0,00	42,06	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	42,06	0,00	0,00	42,06	0,00	42,06	0,00	0,00
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	2.664,21	0,00	0,00	2.664,21	0,00	2.946,27	0,00	-282,06
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.664,21	0,00	0,00	2.664,21	0,00	2.946,27	0,00	-282,06
Despesa: 321 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.202,00**	**0,00**	**-4.202,00**
Detalhamento: 23 - Material de uniformes, tecidos e aviamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	-4.202,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202,00	0,00	-4.202,00
Despesa: 323 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**9.490,00**	**3.360,00**	**0,00**	**6.130,00**	**0,00**	**6.130,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.490,00	3.360,00	0,00	6.130,00	0,00	6.130,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	9.490,00	3.360,00	0,00	6.130,00	0,00	6.130,00	0,00	0,00
Despesa: 620 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**138.339,10**	**0,00**	**0,00**	**138.339,10**	**0,00**	**138.339,10**	**0,00**	**0,00**
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 6 - aparelhos e equipamentos de comunicação	138.339,10	0,00	0,00	138.339,10	0,00	138.339,10	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	138.339,10	0,00	0,00	138.339,10	0,00	138.339,10	0,00	0,00
Detalhamento: 34 - máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 42 - mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa: 621 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**18.169,46**	**0,00**	**0,00**	**18.169,46**	**45,49**	**36.546,18**	**0,00**	**-18.422,21**
Detalhamento: 7 - gêneros de alimentação	14.609,46	0,00	0,00	14.609,46	45,49	15.339,63	0,00	-775,66
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	14.609,46	0,00	0,00	14.609,46	45,49	15.339,63	0,00	-775,66
Detalhamento: 14 - material educativo e esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.827,00	0,00	-8.827,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.827,00	0,00	-8.827,00
Detalhamento: 15 - material para festividades e homenagens	3.560,00	0,00	0,00	3.560,00	0,00	3.560,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	3.560,00	0,00	0,00	3.560,00	0,00	3.560,00	0,00	0,00
Detalhamento: 22 - material de copa e cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.819,55	0,00	-8.819,55
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.819,55	0,00	-8.819,55
Despesa: 622 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**4.740,00**	**0,00**	**0,00**	**4.740,00**	**0,00**	**4.740,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros materiais de distribuição gratuita	4.740,00	0,00	0,00	4.740,00	0,00	4.740,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	4.740,00	0,00	0,00	4.740,00	0,00	4.740,00	0,00	0,00
Total da Ação	190.332,26	3.360,00	0,00	186.972,26	2.924,64	206.953,89	0,00	-22.906,27
Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR								
Despesa: 312 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**51.556,17**	**0,00**	**0,00**	**51.556,17**	**5.671,05**	**45.885,12**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - vencimentos e salários	48.761,81	0,00	0,00	48.761,81	5.671,05	43.090,76	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	48.761,81	0,00	0,00	48.761,81	5.671,05	43.090,76	0,00	0,00
Detalhamento: 45 - férias - abono constitucional	2.794,36	0,00	0,00	2.794,36	0,00	2.794,36	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.794,36	0,00	0,00	2.794,36	0,00	2.794,36	0,00	0,00
Despesa: 313 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**10.451,00**	**0,00**	**0,00**	**10.451,00**	**0,00**	**9.892,13**	**0,00**	**558,87**
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	10.451,00	0,00	0,00	10.451,00	0,00	9.892,13	0,00	558,87
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	10.451,00	0,00	0,00	10.451,00	0,00	9.892,13	0,00	558,87
Despesa: 314 - 3.3.90.14.00 Diárias - Civil	**375,00**	**0,00**	**0,00**	**375,00**	**0,00**	**375,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 14 - diárias no país - civil	375,00	0,00	0,00	375,00	0,00	375,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	375,00	0,00	0,00	375,00	0,00	375,00	0,00	0,00
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Despesa: 315 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**1.090,03**	**0,00**	**0,00**	**1.090,03**	**1,95**	**1.557,62**	**0,00**	**-469,54**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	814,03	0,00	0,00	814,03	1,95	1.281,62	0,00	-469,54
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	814,03	0,00	0,00	814,03	1,95	1.281,62	0,00	-469,54
Detalhamento: 7 - gêneros de alimentação	96,00	0,00	0,00	96,00	0,00	96,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	96,00	0,00	0,00	96,00	0,00	96,00	0,00	0,00
Detalhamento: 39 - material para manutenção de veículos	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00	180,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00	180,00	0,00	0,00
Despesa: 318 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**5.302,90**	**0,00**	**0,00**	**5.302,90**	**0,00**	**5.302,90**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 19 - manutenção e conservação de veículos	289,40	0,00	0,00	289,40	0,00	289,40	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	289,40	0,00	0,00	289,40	0,00	289,40	0,00	0,00
Detalhamento: 69 - seguros em geral	1.750,36	0,00	0,00	1.750,36	0,00	1.750,36	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.750,36	0,00	0,00	1.750,36	0,00	1.750,36	0,00	0,00
Detalhamento: 75 - multas e infrações de trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 88 - serviços de publicidade e propaganda	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00
Total da Ação	68.775,10	0,00	0,00	68.775,10	5.673,00	63.012,77	0,00	89,33
Total da Unidade Orçamentária	259.107,36	3.360,00	0,00	255.747,36	8.597,64	269.966,66	0,00	-22.816,94
Unidade Orçamentária: 9005 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO								
Ação: 2.41 - PROTEÇÃO BÁSICA AOS IDOSOS								
Despesa: 326 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 7 - gêneros de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 329 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**43.200,00**	**0,00**	**0,00**	**43.200,00**	**866,16**	**42.333,84**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 43 - serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 53 - serviços de assistência social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	866,16	42.333,84	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	866,16	42.333,84	0,00	0,00
Despesa: 624 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 728 - 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	**122.459,05**	**0,00**	**0,00**	**122.459,05**	**1.429,83**	**121.029,22**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 91 - obras em andamento	122.459,05	0,00	0,00	122.459,05	1.429,83	121.029,22	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	122.459,05	0,00	0,00	122.459,05	1.429,83	121.029,22	0,00	0,00
Total da Ação	165.659,05	0,00	0,00	165.659,05	2.295,99	163.363,06	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária	165.659,05	0,00	0,00	165.659,05	2.295,99	163.363,06	0,00	0,00
Unidade Orçamentária: 9006 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA								
Ação: 2.53 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL								
Despesa: 283 - 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**7.659,54**	**0,00**	**0,00**	**7.659,54**	**696,32**	**6.963,22**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - vencimentos e salários	7.659,54	0,00	0,00	7.659,54	696,32	6.963,22	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	7.659,54	0,00	0,00	7.659,54	696,32	6.963,22	0,00	0,00
Despesa: 284 - 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	**1.332,76**	**0,00**	**0,00**	**1.332,76**	**0,00**	**666,38**	**0,00**	**666,38**
Detalhamento: 2 - contribuições previdenciárias - INSS	1.332,76	0,00	0,00	1.332,76	0,00	666,38	0,00	666,38
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.332,76	0,00	0,00	1.332,76	0,00	666,38	0,00	666,38
Despesa: 285 - 3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 44 - serviços extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 287 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**815,71**	**0,00**	**0,00**	**815,71**	**2,05**	**292,23**	**0,00**	**521,43**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	815,71	0,00	0,00	815,71	2,05	292,23	0,00	521,43
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	815,71	0,00	0,00	815,71	2,05	292,23	0,00	521,43
Despesa: 670 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**7.720,08**	**0,00**	**0,00**	**7.720,08**	**0,00**	**2.016,31**	**0,00**	**5.703,77**
Detalhamento: 16 - material de expediente	5.703,77	0,00	0,00	5.703,77	0,00	0,00	0,00	5.703,77
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	5.703,77	0,00	0,00	5.703,77	0,00	0,00	0,00	5.703,77
Detalhamento: 99 - outros materiais de consumo	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
Despesa: 699 - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	**16.400,00**	**0,00**	**0,00**	**16.400,00**	**0,00**	**36.349,00**	**0,00**	**-19.949,00**

Detalhamento: 6 - aparelhos e equipamentos de comunicação	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	36.349,00	0,00	-19.949,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	36.349,00	0,00	-19.949,00
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 10 - aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 723 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**499,02**	**0,00**	**0,00**	**499,02**	**1,20**	**497,82**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	499,02	0,00	0,00	499,02	1,20	497,82	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	499,02	0,00	0,00	499,02	1,20	497,82	0,00	0,00
Total da Ação	34.427,11	0,00	0,00	34.427,11	699,57	46.784,96	0,00	-13.057,42
Total da Unidade Orçamentária	34.427,11	0,00	0,00	34.427,11	699,57	46.784,96	0,00	-13.057,42
Unidade Orçamentária: 9007 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER								
Ação: 2.54 - INCENTIVO E ACOMPANHAMENTO À MULHER								
Despesa: 623 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**14.015,72**	**0,00**	**0,00**	**14.015,72**	**0,00**	**14.015,72**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 12 - locação de máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhamento: 69 - seguros em geral	3.015,72	0,00	0,00	3.015,72	0,00	3.015,72	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	3.015,72	0,00	0,00	3.015,72	0,00	3.015,72	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
Despesa: 633 - 3.3.90.30.00 Material de Consumo	**1.595,21**	**0,00**	**0,00**	**1.595,21**	**3,54**	**1.589,57**	**0,00**	**2,10**
Detalhamento: 1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	1.469,61	0,00	0,00	1.469,61	3,54	1.463,97	0,00	2,10
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	1.469,61	0,00	0,00	1.469,61	3,54	1.463,97	0,00	2,10
Detalhamento: 7 - gêneros de alimentação	125,60	0,00	0,00	125,60	0,00	125,60	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	125,60	0,00	0,00	125,60	0,00	125,60	0,00	0,00
Despesa: 636 - 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 99 - outros materiais de distribuição gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa: 733 - 3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	**950,00**	**0,00**	**0,00**	**950,00**	**0,00**	**950,00**	**0,00**	**0,00**
Detalhamento: 15 - locação de imóveis	950,00	0,00	0,00	950,00	0,00	950,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	950,00	0,00	0,00	950,00	0,00	950,00	0,00	0,00
Total da Ação	16.560,93	0,00	0,00	16.560,93	3,54	16.555,29	0,00	2,10
Total da Unidade Orçamentária	16.560,93	0,00	0,00	16.560,93	3,54	16.555,29	0,00	2,10
Unidade Orçamentária: 9009 - FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA C								
Ação: 2.65 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL								
Despesa: 568 - 3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	**16.537,60**	**0,00**	**0,00**	**16.537,60**	**0,00**	**16.537,60**	**0,00**	**0,00**
	Empenhado	**Anulado**	**Em**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
Detalhamento: 6 - Instituição de Caráter de Assistência Social	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
Detalhamento: 99 - outras subvenções sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle: 00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Ação	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária	16.537,60	0,00	0,00	16.537,60	0,00	16.537,60	0,00	0,00
Total do Órgão Orçamentário	967.992,78	3.551,18	0,00	964.441,60	37.985,76	952.219,24	0,00	-25.763,40
Total da Unidade Gestora	967.992,78	3.551,18	0,00	964.441,60	37.985,76	952.219,24	0,00	-25.763,40
Total Geral	967.992,78	3.551,18	0,00	964.441,60	37.985,76	952.219,24	0,00	-25.763,40

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:97BD7C6C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GASTOS 4º BIMESTRE CCA

Município de Salgado Filho								
Rua Floriano Francisco Anater , 50 - Centro - 85.620-000 - Salgado Filho/ PR								
CNPJ: 76.205.699/0001-98 Fone: 4635641202 prefeitura@salgadofilho.pr.gov.br		**Usuário: Cleber Diego Toigo**				**Chave de Autenticação**		
http://www.salgadofilho.pr.gov.br						1566-3253-937		
Execução da Despesa por Natureza/Controle								
Valores em R$ - Período: 01/07/2026 até 31/07/2026								
		Empenhado	**Anulado**	**Em Liquidação**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
3	Despesas Correntes	14.673,52	0,00	0,00	14.673,52	749,43	13.447,26	0,00	476,83
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	4.190,75	0,00	0,00	4.190,75	725,14	3.563,32	0,00	-97,71
3.1.90	Aplicações Diretas	4.190,75	0,00	0,00	4.190,75	725,14	3.563,32	0,00	-97,71
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.569,63	0,00	0,00	3.569,63	725,14	2.844,49	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por exercício de cargos	3.212,67	0,00	0,00	3.212,67	725,14	2.487,53	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	3.212,67	0,00	0,00	3.212,67	725,14	2.487,53	0,00	0,00
3.1.90.11.	13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.	férias - abono constitucional	356,96	0,00	0,00	356,96	0,00	356,96	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	356,96	0,00	0,00	356,96	0,00	356,96	0,00	0,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	621,12	0,00	0,00	621,12	0,00	718,83	0,00	-97,71
3.1.90.13.	FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.	contribuições previdenciárias - INSS	621,12	0,00	0,00	621,12	0,00	718,83	0,00	-97,71
	00000 - Sem controle de despesa	621,12	0,00	0,00	621,12	0,00	718,83	0,00	-97,71
3.3	Outras Despesas Correntes	10.482,77	0,00	0,00	10.482,77	24,29	9.883,94	0,00	574,54
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	4.134,40	0,00	0,00	4.134,40	0,00	4.134,40	0,00	0,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	4.134,40	0,00	0,00	4.134,40	0,00	4.134,40	0,00	0,00
3.3.50.43.	Instituição de Caráter de Assistência Social	4.134,40	0,00	0,00	4.134,40	0,00	4.134,40	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.134,40	0,00	0,00	4.134,40	0,00	4.134,40	0,00	0,00
3.3.50.43.	outras subvenções sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90	Aplicações Diretas	6.348,37	0,00	0,00	6.348,37	24,29	5.749,54	0,00	574,54
3.3.90.30	Material de Consumo	6.348,37	0,00	0,00	6.348,37	24,29	5.749,54	0,00	574,54
3.3.90.30.	gêneros de alimentação	2.788,37	0,00	0,00	2.788,37	24,29	2.189,54	0,00	574,54
	00000 - Sem controle de despesa	2.788,37	0,00	0,00	2.788,37	24,29	2.189,54	0,00	574,54

3.3.90.30.	material educativo e esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material para festividades e homenagens	3.560,00	0,00	0,00	3.560,00	0,00	3.560,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	3.560,00	0,00	0,00	3.560,00	0,00	3.560,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de copa e cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.	outros materiais de distribuição gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	aparelhos e equipamentos de comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Empenhado	**Anulado**	**Em Liquidação**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
4.4.90.52.	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral:	14.673,52	0,00	0,00	14.673,52	749,43	13.447,26	0,00	476,83

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:A4A470DA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELÁTORIO DE GASTOS 4º BIMESTRE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Salgado Filho									
Rua Floriano Francisco Anater , 50 - Centro - 85.620-000 - Salgado Filho/ PR									
CNPJ: 76.205.699/0001-98 Fone: 4635641202 prefeitura@salgadofilho.pr.gov.br					**Usuário: Cleber Diego Toigo**		**Chave de Autenticação**		
http://www.salgadofilho.pr.gov.br							1895-8423-996		
Execução da Despesa por Natureza/Controle									
Valores em R$ - Período: 01/07/2026 até 31/08/2026									
		Empenhado	**Anulado**	**Em Liquidação**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
3	Despesas Correntes	268.771,11	191,18	0,00	268.579,93	17.758,08	252.693,59	0,00	-1.871,74
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	125.932,15	0,00	0,00	125.932,15	16.969,49	109.257,27	0,00	-294,61
3.1.90	Aplicações Diretas	125.932,15	0,00	0,00	125.932,15	16.969,49	109.257,27	0,00	-294,61
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	106.340,46	0,00	0,00	106.340,46	16.969,49	89.370,97	0,00	0,00
3.1.90.11.	vencimentos e salários	66.982,93	0,00	0,00	66.982,93	11.954,98	55.027,95	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	66.982,93	0,00	0,00	66.982,93	11.954,98	55.027,95	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por exercício de cargos	26.134,04	0,00	0,00	26.134,04	5.014,51	21.119,53	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	26.134,04	0,00	0,00	26.134,04	5.014,51	21.119,53	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por exercício de funções	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
3.1.90.11.	gratificação por tempo de serviço	3.568,60	0,00	0,00	3.568,60	0,00	3.568,60	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	3.568,60	0,00	0,00	3.568,60	0,00	3.568,60	0,00	0,00
3.1.90.11.	13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.	férias - abono pecuniário	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	324,07	0,00	0,00	324,07	0,00	324,07	0,00	0,00
3.1.90.11.	férias - abono constitucional	4.628,03	0,00	0,00	4.628,03	0,00	4.628,03	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.628,03	0,00	0,00	4.628,03	0,00	4.628,03	0,00	0,00
3.1.90.11.	outras despesas fixas - pessoal civil	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	702,79	0,00	0,00	702,79	0,00	702,79	0,00	0,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	19.591,69	0,00	0,00	19.591,69	0,00	19.886,30	0,00	-294,61
3.1.90.13.	FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.	contribuições previdenciárias - INSS	19.591,69	0,00	0,00	19.591,69	0,00	19.886,30	0,00	-294,61
	00000 - Sem controle de despesa	19.591,69	0,00	0,00	19.591,69	0,00	19.886,30	0,00	-294,61
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.16.	serviços extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3	Outras Despesas Correntes	142.838,96	191,18	0,00	142.647,78	788,59	143.436,32	0,00	-1.577,13
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	8.268,80	0,00	0,00	8.268,80	0,00	8.268,80	0,00	0,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	8.268,80	0,00	0,00	8.268,80	0,00	8.268,80	0,00	0,00
3.3.50.43.	Instituição de Caráter de Assistência Social	8.268,80	0,00	0,00	8.268,80	0,00	8.268,80	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	8.268,80	0,00	0,00	8.268,80	0,00	8.268,80	0,00	0,00
3.3.50.43.	outras subvenções sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90	Aplicações Diretas	134.570,16	191,18	0,00	134.378,98	788,59	135.167,52	0,00	-1.577,13
3.3.90.14	Diárias - Civil	550,00	0,00	0,00	550,00	0,00	1.875,00	0,00	-1.325,00
3.3.90.14.	diárias no país - civil	550,00	0,00	0,00	550,00	0,00	1.875,00	0,00	-1.325,00
	00000 - Sem controle de despesa	550,00	0,00	0,00	550,00	0,00	1.875,00	0,00	-1.325,00
3.3.90.30	Material de Consumo	31.868,36	191,18	0,00	31.677,18	40,86	25.778,63	0,00	5.857,69
3.3.90.30.	combustíveis e lubrificantes automotivos	3.180,89	191,18	0,00	2.989,71	7,73	2.828,06	0,00	153,92
	00000 - Sem controle de despesa	3.180,89	191,18	0,00	2.989,71	7,73	2.828,06	0,00	153,92
3.3.90.30.	gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	gêneros de alimentação	7.809,22	0,00	0,00	7.809,22	33,13	7.776,09	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	7.809,22	0,00	0,00	7.809,22	33,13	7.776,09	0,00	0,00
		Empenhado	**Anulado**	**Em Liquidação**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**

3.3.90.30.	material educativo e esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material para festividades e homenagens	4.119,10	0,00	0,00	4.119,10	0,00	4.119,10	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	4.119,10	0,00	0,00	4.119,10	0,00	4.119,10	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de expediente	5.703,77	0,00	0,00	5.703,77	0,00	0,00	0,00	5.703,77
	00000 - Sem controle de despesa	5.703,77	0,00	0,00	5.703,77	0,00	0,00	0,00	5.703,77
3.3.90.30.	material de cama, mesa e banho	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	8.682,05	0,00	0,00	8.682,05	0,00	8.682,05	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de limpeza e produção de higienização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material de copa e cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material para manutenção de bens móveis	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,00
3.3.90.30.	material para manutenção de veículos	245,02	0,00	0,00	245,02	0,00	245,02	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	245,02	0,00	0,00	245,02	0,00	245,02	0,00	0,00
3.3.90.30.	outros materiais de consumo	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	2.016,31	0,00	0,00	2.016,31	0,00	2.016,31	0,00	0,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	11.175,39	0,00	0,00	11.175,39	129,48	7.492,14	0,00	3.553,77
3.3.90.32.	Material destinados à assistência social	11.175,39	0,00	0,00	11.175,39	129,48	7.492,14	0,00	3.553,77
	00000 - Sem controle de despesa	11.175,39	0,00	0,00	11.175,39	129,48	7.492,14	0,00	3.553,77
3.3.90.32.	Merenda escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.	outros materiais de distribuição gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.857,20	0,00	0,00	1.857,20	0,00	1.857,20	0,00	0,00
3.3.90.33.	passagens para o país	1.857,20	0,00	0,00	1.857,20	0,00	1.857,20	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.857,20	0,00	0,00	1.857,20	0,00	1.857,20	0,00	0,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.230,00	0,00	0,00	12.230,00	0,00	12.230,00	0,00	0,00
3.3.90.36.	locação de imóveis	12.230,00	0,00	0,00	12.230,00	0,00	12.230,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	12.230,00	0,00	0,00	12.230,00	0,00	12.230,00	0,00	0,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	76.889,21	0,00	0,00	76.889,21	618,25	85.934,55	0,00	-9.663,59
3.3.90.39.	serviços técnicos profissionais	3.670,80	0,00	0,00	3.670,80	148,83	3.521,97	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	3.670,80	0,00	0,00	3.670,80	148,83	3.521,97	0,00	0,00
3.3.90.39.	locação de máquinas e equipamentos	1.573,92	0,00	0,00	1.573,92	8,86	828,65	0,00	736,41
	00000 - Sem controle de despesa	1.573,92	0,00	0,00	1.573,92	8,86	828,65	0,00	736,41
3.3.90.39.	manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.545,00	0,00	0,00	1.545,00	0,00	1.545,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.545,00	0,00	0,00	1.545,00	0,00	1.545,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	manutenção e conservação de veículos	429,11	0,00	0,00	429,11	0,00	429,11	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	429,11	0,00	0,00	429,11	0,00	429,11	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de energia elétrica	211,11	0,00	0,00	211,11	0,00	211,11	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	211,11	0,00	0,00	211,11	0,00	211,11	0,00	0,00
		Empenhado	**Anulado**	**Em Liquidação**	**Liquidado**	**Retido/ Consignado**	**Pago**	**A pagar não Liquidado**	**A pagar Liquidado**
3.3.90.39.	serviços de água e esgoto	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	524,77	0,00	0,00	524,77	0,00	524,77	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de assistência social	20.800,00	0,00	0,00	20.800,00	0,00	31.200,00	0,00	-10.400,00
	00000 - Sem controle de despesa	20.800,00	0,00	0,00	20.800,00	0,00	31.200,00	0,00	-10.400,00
3.3.90.39.	serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	seguros em geral	1.750,36	0,00	0,00	1.750,36	0,00	1.750,36	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.750,36	0,00	0,00	1.750,36	0,00	1.750,36	0,00	0,00
3.3.90.39.	fretes e transportes de encomendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	multas e infrações de trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	vigilância ostensiva/monitorada	880,00	0,00	0,00	880,00	26,40	853,60	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	880,00	0,00	0,00	880,00	26,40	853,60	0,00	0,00
3.3.90.39.	hospedagens	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	220,00	0,00	0,00	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00
3.3.90.39.	serviços de publicidade e propaganda	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	1.063,14	0,00	0,00	1.063,14	0,00	1.063,14	0,00	0,00
3.3.90.39.	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	44.221,00	0,00	0,00	44.221,00	434,16	43.786,84	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	44.221,00	0,00	0,00	44.221,00	434,16	43.786,84	0,00	0,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.40.	manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Despesas de Capital	58.310,00	0,00	0,00	58.310,00	0,00	158.039,22	0,00	-99.729,22
4.4	Investimentos	58.310,00	0,00	0,00	58.310,00	0,00	158.039,22	0,00	-99.729,22
4.4.90	Aplicações Diretas	58.310,00	0,00	0,00	58.310,00	0,00	158.039,22	0,00	-99.729,22
4.4.90.51	Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.029,22	0,00	-121.029,22
4.4.90.51.	obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.029,22	0,00	-121.029,22
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.029,22	0,00	-121.029,22
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	58.310,00	0,00	0,00	58.310,00	0,00	37.010,00	0,00	21.300,00
4.4.90.52.	aparelhos e equipamentos de comunicação	37.010,00	0,00	0,00	37.010,00	0,00	37.010,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	37.010,00	0,00	0,00	37.010,00	0,00	37.010,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	aparelhos e utensílios domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.	mobiliário em geral	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00
	00000 - Sem controle de despesa	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00

4.4.90.52.	material de consumo de uso duradouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	00000 - Sem controle de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral:	327.081,11	191,18	0,00	326.889,93	17.758,08	410.732,81	0,00	-101.600,96

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:CCEE1EBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 655/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

I – Secretaria Municipal de administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Objetivo	Valor	Data	Veiculo
A	Adenilton dos Santos	Motorista de veiculos pesados	Bandeirtantes – PR	Transportar Universitarios	R$ 45,00	30/09/2026	BDV-1B78

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 30 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:63ED4A80

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 657/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Secretaria Municipal de Esporte

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículos pesados	Urai / PR	02/10/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$45,00
B	João Paulo Monteiro	Motorista de veículos pesados	Cornélio Procópio / PR	03/10/2026	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00
C	João Deocleciano Soares	Monitor desportivo	Cornélio Procópio / PR	03/10/2026	UBD-7J70	Acompanhar atletas	R$ 45,00

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 30 de Setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:8361364B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Republicação

PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.864.422/0001-73, com sede na Avenida Brasil, Nº 468, Centro, no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, neste ato, representada por **CARLOS EDUARDO CARVALHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.976.549-17, residente e domiciliado no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 019/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, DISPOSITIVOS MÉDICOS, INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICOS E EQUIPAMENTOS PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ – PR, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

LOTE 8 – EQUIPAMENTOS PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E DIAGNÓSTICO CLÍNICO							
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
08	01	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO Esfigmomanômetro não invasivo, do tipo aneroide, destinado à medição de pressão arterial em pacientes adultos. Deverá possuir: • braçadeira reutilizável para uso em braço, confeccionada em material resistente (nylon ou equivalente), com sistema de fechamento em velcro, fabricada em material flexível e não elástico, em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico do INMETRO aplicável; • manguito inflável interno compatível com a braçadeira; • manômetro aneroide com faixa de medição de, no mínimo, 0 a 300 mmHg, com escala legível; • sistema de insuflação composto por pêra e válvula de controle de ar, permitindo enchimento e esvaziamento gradual e controlado. • O equipamento deverá ser isento de mercúrio. Deverá apresentar Marca de Aprovação de Modelo do INMETRO, conforme regulamentação vigente, bem como Marca de Verificação Inicial, comprovando que o instrumento foi verificado após sua fabricação. O produto deverá possuir registro ou notificação junto à ANVISA, conforme sua classificação de risco. Deverá ser fornecido acompanhado de documentação comprobatória de conformidade metrológica, quando aplicável. Deverá apresentar identificação do fabricante, modelo, número de série ou lote e demais dados de rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	UNIDADE	25	PREMIUM-BR-20-D	R$ 124,40	R$ 3.110,00
08	02	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO – OBESO Esfigmomanômetro não invasivo, do tipo aneroide, destinado à medição de pressão arterial em pacientes adultos - Obesos. Deverá possuir: • braçadeira reutilizável para uso em braço, confeccionada em material resistente (nylon ou equivalente), com sistema de fechamento em velcro, fabricada em material flexível e não elástico, em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico do INMETRO aplicável; • manguito inflável interno compatível com a braçadeira; • manômetro aneroide com faixa de medição de, no mínimo, 0 a 300 mmHg, com escala legível; • sistema de insuflação composto por pêra e válvula de controle de ar, permitindo enchimento e esvaziamento gradual e controlado. • O equipamento deverá ser isento de mercúrio. Deverá apresentar Marca de Aprovação de Modelo do INMETRO, conforme regulamentação vigente, bem como Marca de Verificação Inicial, comprovando que o instrumento foi verificado após sua fabricação. O produto deverá possuir registro ou notificação junto à ANVISA, conforme sua classificação de risco. Deverá ser fornecido acompanhado de documentação comprobatória de conformidade metrológica, quando aplicável. Deverá apresentar identificação do fabricante, modelo, número de série ou lote e demais dados de rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	UNIDADE	5	PREMIUM-BR-20-D	R$ 127,50	R$ 637,50
08	03	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL Esfigmomanômetro não invasivo, do tipo aneroide, destinado à medição de pressão arterial em pacientes infantis. Deverá possuir: • braçadeira reutilizável para uso em braço, confeccionada em material resistente (nylon ou equivalente), com sistema de fechamento em velcro, fabricada em material flexível e não elástico, em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico do INMETRO aplicável; • manguito inflável interno compatível com a braçadeira; • manômetro aneroide com faixa de medição de, no mínimo, 0 a 300 mmHg, com escala legível; • sistema de insuflação composto por pêra e válvula de controle de ar, permitindo enchimento e esvaziamento gradual e controlado; • O equipamento deverá ser isento de mercúrio. Deverá apresentar Marca de Aprovação de Modelo do INMETRO, conforme regulamentação vigente, bem como Marca de Verificação Inicial, comprovando que o instrumento foi verificado após sua fabricação. O produto deverá possuir registro ou notificação junto à ANVISA, conforme sua classificação de risco. Deverá ser fornecido acompanhado de documentação comprobatória de conformidade metrológica, quando aplicável. Deverá apresentar identificação do fabricante, modelo, número de série ou lote e demais dados de rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	UNIDADE	2	PREMIUM-BR-20-D	R$ 88,70	R$ 177,40
08	04	ESTADIÔMETRO PORTÁTIL VERTICAL Estadiômetro portátil vertical, capacidade de 20 a no mínimo 200 cm, com base e peças em abs, deve acompanhar estabilizador para encostar na parede. Deve apresentar base de sustentação para apoio dos pés, permitindo adequado nivelamento e indicador de leitura simplificado que aponte o valor da medição. O produto deverá possuir regularização junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou cadastro, conforme classificação sanitária aplicável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Os equipamentos deverão ser fornecidos com manual de operação	UNIDADE	3	AVANUTRI-AV0505	R$ 253,50	R$ 760,50

		em língua portuguesa e identificação do fabricante, modelo, número de lote ou série e demais dados de rastreabilidade.					
08	05	ESTADIÔMETRO INFANTIL PORTÁTIL HORIZONTAL, CAPACIDADE DE 0 A NO MÍNIMO 145CM, APARELHO DESMONTÁVEL, CONTÉM 3 SEGUIMENTOS – 01 MEDIDOR FIXO E 1 MEDIDOR MÓVEL. MATERIAL: POLIETILENO LEVE, TRANSPORTÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. Garantir contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 meses	UNIDADE	3	AVANUTRI-AV	R$ 240,80	R$ 722,40
08	06	ESTETOSCÓPIO ADULTO Estetoscópio adulto, com diafragma de alta sensibilidade e tubo em pvc moldado em peça única para melhor transmissão do som cardiopulmonar e auscultador. Auscultador modelo duplo, com melhor captação dos sons, tubo rotatório central em cobre cromado, câmara de som em liga de alumínio, com registro ou notificação na ANVISA. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Os equipamentos deverão ser fornecidos com manual de operação em língua portuguesa e identificação do fabricante, modelo, número de lote ou série e demais dados de rastreabilidade.	UNIDADE	10	PREMIUM-ADULTO	R$ 59,30	R$ 593,00
08	07	OTOSCÓPIO CLÍNICO Otoscópio clínico com lâmpada 2.5v de led, alimentação por pilhas. Confeccionado em material leve e resistente, cabo ergonômico em metal revestido com termoplástico. Acompanha espéculos reutilizáveis de vários tamanhos. O produto deverá possuir regularização junto à ANVISA, mediante registro ou notificação vigente. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Os equipamentos deverão ser	UNIDADE	9	MIKATOS-LED	R$ 326,40	R$ 2.937,60

		fornecidos com manual de operação em língua portuguesa e identificação do fabricante, modelo, número de lote ou série e demais dados de rastreabilidade.					
08	08	OXÍMETRO DE DEDO Oxímetro de pulso portátil, tipo dedo, destinado à medição não invasiva da saturação de oxigênio no sangue (SpO_2) e da frequência cardíaca. Deverá possuir: • visor digital integrado (LED, OLED ou tecnologia equivalente), com apresentação simultânea dos valores de saturação de oxigênio (SpO_2) e frequência cardíaca; • método de medição não invasivo por sensor óptico; • operação por encaixe em dedo, com leitura automática; • desligamento automático após período de inatividade; • alimentação por pilhas ou baterias. O equipamento deverá apresentar, no mínimo: • faixa de medição de saturação de oxigênio (SpO_2) de 0% a 100%; • faixa de medição de frequência cardíaca compatível com uso adulto; • desempenho compatível com equipamentos eletromédicos destinados à triagem e monitoramento não invasivo. Deverá acompanhar capa protetora em material resistente e estojo para armazenamento. O produto deverá possuir regularização junto à ANVISA, mediante registro ou notificação vigente, conforme sua classificação de risco. Deverá atender às normas de segurança aplicáveis a equipamentos eletromédicos, podendo apresentar certificação do INMETRO, quando aplicável. Deverá apresentar identificação do fabricante, modelo, número de lote ou série e demais dados de rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de	UNIDADE	10	MEDICLINI-AS-302-L	R$ 63,30	R$ 633,00

		fabricação.					
08	09	OXÍMETRO NEONATAL E PEDIÁTRICO DIGITAL Oxímetro de pulso portátil, destinado à medição não invasiva da saturação de oxigênio no sangue (SpO_2) e da frequência cardíaca, aplicável a pacientes neonatais e pediátricos. Deverá possuir: • tecnologia de medição digital por sensor óptico; • visor digital integrado, colorido, com dimensão mínima de 2,5 polegadas, para visualização simultânea dos parâmetros; • apresentação dos parâmetros de saturação de oxigênio (SpO_2) e frequência cardíaca; • funcionamento por bateria recarregável, com fornecimento de fonte de alimentação compatível; • sistema de alarmes visuais e/ou sonoros para indicação de limites (quando aplicável ao modelo); • estrutura portátil adequada ao uso clínico. Deverá acompanhar, no mínimo: • 01 (um) sensor de SpO_2 reutilizável para uso adulto (tipo dedo ou equivalente); • 01 (um) sensor de SpO_2 neonatal/pediátrico tipo multi-site (tipo Y ou equivalente), compatível com o equipamento; • dispositivo de fixação do sensor (cinta ou equivalente), que assegure adequado posicionamento durante a medição. O equipamento deverá apresentar: • faixa de medição de SpO_2 de 0% a 100%; • faixa de medição de frequência cardíaca compatível com uso neonatal e pediátrico; • desempenho compatível com equipamentos eletromédicos destinados ao monitoramento não invasivo. O produto deverá possuir regularização junto à ANVISA, mediante registro ou notificação vigente, conforme sua classificação de risco. Deverá atender às normas de segurança aplicáveis a equipamentos eletromédicos, podendo apresentar certificação do INMETRO, quando aplicável.	UNIDADE	2	CREATIVE-SP-20	R$ 1.614,30	R$ 3228,60

		Deverá apresentar identificação do fabricante, modelo, número de série ou lote e demais dados de rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.					
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.800,00							

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais). CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO:** A entrega do objeto

deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo

de 14 (quatorze) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, no prédio administrativo do Fundo Municipal de Saúde de Santa Fé, localizado na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual à servidora João Marcos Rogério

Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde será entregue os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos

qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e

autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.004.10.302.0016.2.284.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de

liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da

entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS

OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 28 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA – EPP

Contratada

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1____

Nome**:**

CPF/MF:

2____

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E9A96C1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MEDINGA COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.742.953/0001-42, com sede na Avenida Herval, 3326,bairro Jardim Imperial II, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **MARIANA PERON BUOSI** inscrita no CPF/MF sob o nº 082.406.819-05, residente e domiciliada no Município de Maringá, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
31	SACO PARA FREEZER E MICROONDAS - com capacidade para 05 kg em polietileno em rolo picotado com 100 unidades.	PACOTE	620	GIO PACK	R$ 7,61	4.718,20

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 4.718,20 (quatro mil setecentos e dezoito reais e vinte centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com assuas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados ocontraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmentemotivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato,devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

MEDINGA COMERCIAL LTDA

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome: DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:12A6B4EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ROCI DO CARMO CARDOSO** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.124.605/0001-62, com sede na Rua Trajano Gracia, 700 Stroparo, no Município de Irati, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Sr. **ROCI DO CARMO CARDOSO** inscrita no CPF/MF sob o nº 034.009.359-56, residente e domiciliado no Município de Irati, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	AROMATIZANTE DE AMBIENTE - concentrado de lavanda, produto de primeira linha, livre de produtos químicos. Embalagem contendo no mínimo 140 ml, com dados de identificação externa, incluindo procedência, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	900	SÓ AROMA	R$ 3,42	R$ 3.078,00
24	QUEROSENE - aroma lavanda, em embalagem plástica resistente de 500ml com tampa lacre de rosquear.	UNID	312	SÓ AROMA	R$ 13,49	R$ 4.208,88

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 7.286,88 (sete mil duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante,

no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de

empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de

liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data

do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV -

Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que

restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS

OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

ROCI DO CARMO CARDOSO

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

Carlos Enéias Ferreira Da Silva

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

Cpf/Mf: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome**:**

CPF/MF:

2 _____

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:85DCEDCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.05.156/0001-37, com sede na Avenida Ney Braga, 440, Sala 02, Vila Franchello, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **ANDREIA CARACATO ROCCO ZANETTI** inscrita no CPF/MF sob o nº 032.300.309-58, residente e domiciliado no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	AVENTAL TRANSPARENTE - fabricado em material emborrachado, resistente e flexível. Com dimensões mínimas de 90 x 62 cm, possui alça no pescoço e duas alças na cintura para amarração, sem bolso.	UNID	176	MAICOL CA 33424	R$ 41,18	R$ 7.247,68
19	PANO DE LIMPEZA DE PISO: Atoalhado, com tamanho mínimo de 90 x 50 cm.	UNID	1.696	IRACEMA	R$ 4,66	R$ 7.903,36

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 15.151,04 (quinze mil, cento e cinquenta e um reais e quatro centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:07B3BE06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA – LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.755.673/0001-33, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº336, neva, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **KELLY CRISTINA CRUZ,** inscrita no CPF/MF sob o nº 034.384.359-50, residente e domiciliado no Município de Cascavel, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	CERA LÍQUIDA - em frasco plástico, de primeira linha, com efeito auto brilho. Contendo no mínimo 750 ml, com identificação do produto. Sua composição mínima inclui cera de polietileno, polifilm, metildiglicol, conservante, alcanolamida, corante e fragrância, proporcionando auto brilho na cor incolor. O produto deve ser registrado no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	950	POLITRIS	R$ 6,05	R$ 5.747,50
09	ESCOVA DE LIMPEZA MULTIUSO: tamanho pequeno, modelo escova de unha, material plástico, medidas aproximadas 4 cm x 10 cm.	UNID	162	LIMPA MANIA	R$ 1,75	R$ 283,50

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 6.031,00 (seis mil e trinta e um reais)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola

Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou

ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS

OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA – LTDA

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:33281E00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **QUIMICA KEMFOR INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.041.729/0001-83, com sede na Rua Mituru Yanaze nº 429, Parque Industrial, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Sr. **MISAEL SOARES DE BARROS,** inscrito no CPF/MF sob o nº 016.016.709- 40, residente e domiciliado no Município de Cascavel, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	DESINFETANTE PERFUMADO DE LAVANDA - Produto de primeira linha, embalado em frasco plástico resistente com no mínimo 2 litros, contendo identificação do produto. Registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	3.638	BOJU	R$ 2,89	R$ 10.513,82
08	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO - Produto de primeira linha, com variação de pH entre 6,5 e 7,5, em sua forma pura. Composto por tensoativos aniônicos, sequestrantes, conservantes, espessantes, corante, fragrância e água. Componente ativo: Linear Alquil, Benzeno, Sulfonato de sódio e tensoativo biodegradável. Indicado para uso doméstico, embalado em frasco plástico resistente e transparente com no mínimo 500 ml, contendo identificação do produto. Registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA, sendo um produto saneante notificado.	UNID	8.320	BOJU	R$ 1,34	R$ 11.148,80

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 21.662,62 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do

produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00;

11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00;

14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00;

17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00;

19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00;

22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00;

23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00;

26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for

responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual

deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS

OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

QUIMICA KEMFOR INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F4A7809F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **G. FERREIRA DE SOUZA EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.615.457/0001-50, com sede na Rua Alfredo Moreira filho, 230, no Município de Rolândia, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Sr. **GUILHERME FERREIRA DE SOUZA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 080.726.289-76,

residente e domiciliado no Município de Londrina, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	FILTRO TNT PARA CAFÉ Nº 103 - Tamanho nº 103, fabricado em feltro sintético de polipropileno (TNT). Embalado individualmente em plástico com identificação do produto. Pode ser reutilizado, com capacidade para filtrar até 500 cafés, além de poder ser utilizado para filtrar chás ou licores.	UNID	707	ESPONFLORA	R$ 3,95	R$ 2.792,65

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 2.792,65 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

·serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

·atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

·possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

·apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

·conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

·possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

·atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

·ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

·possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

·permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f)enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

IComunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

IIAssegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

IIIOferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IVEmitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

VEncaminhar a nota de empenho para a contratada;

VIEfetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VIIPrestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IXRejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

XObservar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIAplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XIIPublicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

IAtender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

IIAo fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

IIIEntregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IVOs produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

VProvidenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VIApresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VIINão subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IXResponsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

XCumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XIMesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XIIManter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XVArcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVIIEntregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a)O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b)O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

c)As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d)O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a)Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b)Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a)5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b)0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c)0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d)Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

Ideterminada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

IIconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

IIIdeterminada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Inão cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

IIdesatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

IIIalteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

Vcaso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

G. FERREIRA DE SOUZA EIRELI

Contratada

Gestor

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome**:**

CPF/MF:

2 _____

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D5D8CCE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.559.782/0001-45, com sede na Rua Juiz Danilo Bertolim Precoma, 430/440, Cidade Jardim, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Sr. **ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 062.147.409-65, residente e domiciliado no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA FÉ,

conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO - COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, 10 MICRAS, COR PRETA, DE ALTA RESISTÊNCIA E QUALIDADE. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PACOTE	1.010	AFP	R$ 8,50	R$ 8.585,00
40	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 100 LITROS, TAMANHO APROXIMADO 0,70 LARGURA X 0,90 COMPRIMENTO X 0,08 MICRAS. (REFORÇADO) COR AZUL	UNID	8.000	AFP	R$ 0,47	R$ 3.760,00
41	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 200 LITROS (REFORÇADO) COR AZUL	UNID	8.000	AFP	R$ 0,69	R$ 5.520,00
43	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 50 LITROS (REFORÇADO) COR AZUL	UND	18.000	AFP	R$ 0,28	R$ 5.040,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 22.905,00 (vinte e dois mil e novecentos e cinco reais)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944–Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva

Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO - ME

Contratada

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C65A14AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **GALERA DA CESTA BASICA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.693.344/0001-61, com sede na Rua Paulo Sergio de Lima Marasca, 395 - Parque Industrial Bandeirantes, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 033.504.349-67, residente e domiciliado no Município de Maringá, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	LUVA DE BORRACHA - Para trabalhos domésticos, pacote contendo um par na cor amarela, fabricada em material resistente. Tamanho P.	PAR	940	MEDIX	R$ 1,85	R$ 1.739,00
17	LUVA DE BORRACHA: Para trabalhos domésticos, pacote contendo um par na cor amarela, fabricada em material resistente. Tamanho M	PAR	967	MEDIX	R$ 1,85	R$ 1.788,95
18	LUVA DE BORRACHA Para trabalhos domésticos, pacote contendo um par na cor amarela, fabricada em material resistente. Tamanho G	PAR	472	MEDIX	R$ 1,85	R$ 873,20
20	PANO DE LIMPEZA: Fabricado em flanela 100% algodão, com tamanho mínimo de 38 x 58 cm.	UNID	1.180	DALTEXTIL	R$ 2,20	R$ 2.596,00
21	PAPEL ALUMÍNIO - Material alumínio, rolo tamanho 7,5 x 45 cm.	UNID	526	BRICOFLEX	R$ 6,00	R$ 3.156,00
22	PAPEL FILME DE PVC - transparente para alimentos, com tamanho de 28 x 30 cm.	UNID	326	BRICOFLEX	R$ 4,00	R$ 1.304,00

23	PRODUTO DE LIMPEZA PARA VIDROS - de primeira linha, ideal para limpar e dar brilho em vidros, vitrines, espelhos, telas de TV, para-brisas e superfícies acrílicas. Composto por laurel éter sulfato de sódio, coadjuvantes, corante e solvente em água. O produto deverá estar em embalagem plástica resistente com no mínimo 500 ml e possui identificação clara. Com registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	572	ALPES	R$ 2,90	R$ 1.658,80
30	SABONETE LIQUIDO - antibacteriano em frasco de 500 ml com válvula pump. aspecto físico viscoso, acidez ph neutro, aplicação assepsia das mãos, odor fragrâncias diversas. apresentar registro ou notificação da Anvisa.	UNID	1.966	BARBAREX	R$ 4,90	R$ 9.633,40
34	VASSOURA CAIPIRA - com cabo de madeira medindo no mínimo 1,20 m de comprimento, que possua três amarrações superior em arame e com 4 amarras em barbante.	UNID	584	DI PALHA	R$ 14,50	R$ 8.468,00
35	VASSOURA NYLON - com base de 30 cm e três fileiras de cerdas de nylon, com cabo de 1,5 metros é feito de madeira, que seja de primeira linha.	UNID	374	ALKLIN	R$ 7,00	R$ 2.618,00
36	PAPEL TOALHA INTERFOLHA EXTRA-LUXO. • Composição: Fabricado com 100% celulose virgem, isento de materiais reciclados, aparas ou elementos contaminantes. Não reciclado. • Características físicas: Cor – branca; com alvura mínima de 85% (conforme abnt nbr 15134:2007). Produto isento de fragrância e de defeitos visíveis, como furos, rasgos ou manchas. • Apresentação: Duas dobras, interfolha, Dimensões aproximadas de 22 cm x 21 cm, com variação de ±10%. • Gramatura: entre 26 e 29 g/m² • Embalagem: Acondicionados em fardos plásticos contendo 1.000 folhas. A embalagem deverá apresentar, de forma legível e impressa pelo fabricante: • Nome e cnpj do fabricante; • Nome do produto; • Data de fabricação ; • Número do lote; • Composição do produto; • Validade (quando aplicável); • Quantidade de unidades por pacote. Observações: Na proposta deverá ser apresentada a FICHA TÉCNICA DO PRODUTO - não serão aceitos produtos oriundos de material diferente do descritivo ou misto.	FDO	2.115	ALVEFLOR	R$ 10,90	R$ 23,053,50
44	DESODORANTE AEROSOL FEMININO - Sem perfume, 150 ml, antitranspirante com 48 horas de proteção contra odor e transpiração (testado dermatologicamente e 0% de álcool etílico), com identificação do produto. Registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	230	ABOVE	R$ 5,00	R$ 1.150,00
45	DESODORANTE AEROSOL MASCULINO - Sem perfume, 150 ml, antitranspirante com 48 horas de proteção contra odor e transpiração (testado dermatologicamente e 0% de álcool etílico), com identificação do produto. Registro no Ministério da Saúde e/ou ANVISA.	UNID	230	ABOVE	R$ 5,00	R$ 1.150,00
48	SHAMPOO - Anti caspa Masculino, frasco contendo no mínimo 200 ml. Aprovado pela ANVISA.	UNID	230	ABOVE	R$ 14,00	R$ 3.220,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 62.408,85 (sessenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944– Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula

n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datasaprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00; 11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00; 14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00; 17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00; 19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00; 22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00; 23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00; 26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO

CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente

Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA

responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

GALERA DA CESTA BASICA LTDA

Contratada

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:94CB90E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.449.062/0001-46, com sede na Avenida Nassim Jabur, Nº 145, Box 136 - Jardim Paulista, no Município de Londrina, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **DALVA BUENO DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 818.986.579-04, residente e domiciliado no Município de Londrina, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 027/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA FÉ,

conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33	SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO - com capacidade de 50 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Embalagem com 100 unidades. Deverá estar em	PACOTE	1.115	ECOFLEX	R$ 17,30	R$ 19.289,50
	conformidade com as normas da ABNT					
37	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 100 LITROS, TAMANHO APROXIMADO 0,70 LARGURA X 0,90 COMPRIMENTO X 0,08 MICRAS, COR PRETA. (REFORÇADO)	UNID	68.360	ECOFLEX	R$ 0,34	R$ 23.242,40
38	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 200 LITROS, TAMANHO APROXIMADO 0,85 LARGURA X 1,10 COMPRIMENTO X 0,10 MICRAS, COR PRETA. (REFORÇADO)	UNID	98.160	ECOFLEX	R$ 0,63	R$ 61.840,80
42	SACO DE PLÁSTICO PARA COLETA DE LIXO, CAPACIDADE DE 15 LITROS (REFORÇADO) COR AZUL	UNID	5.000	ECOFLEX	R$ 0,32	R$ 1.600,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente ata de registro de preços é de **R$ 105.972,70 (cento e cinco mil e novecentos e setenta e dois reais e setenta centavos)**, conforme proposta apresentada pela Contratada.

§3º Para atendimento da demanda administrativa, os produtos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

· serem novos, de primeira linha e de boa qualidade;

· atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

· possuir padrões adequados de desempenho, resistência e durabilidade;

· apresentar embalagem íntegra, lacrada e sem avarias;

· conter identificação do fabricante, lote, validade e composição;

· possuir registro ou notificação junto à ANVISA e demais órgãos competentes, quando

exigido;

· atender às normas da ABNT, Ministério da Saúde e legislação sanitária aplicável;

· ser entregues em perfeitas condições de uso e consumo;

· possuir prazo de validade compatível com a utilização pela Administração;

· permitir adequada utilização nos ambientes escolares, unidades de saúde e repartições públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria demandante, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, identificada na solicitação do item, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do contrato a servidora: Lourdes Mendes Arantes Lemos, matrícula nº 201427 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

a) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

c) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações;

d) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

e) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do contrato aos servidores: Carlos Eduardo Teixeira, matrícula nº 201592; Marcia Cristina Santos da Silva matrícula nº 201692; José Marcos Alves dos Santos, matrícula nº 401599; Camila Fernanda Zanelli do Rozário, matrícula nº 401635; Dalvan Tadeu Dourado, matrícula nº 201414; Carlos Enéias Ferreira da Silva, matrícula nº 200432; Sonia Aparecida Bertholino, matrícula nº 201303; Maria Bianca Moreira Rosa, matrícula nº 201708; Janaina Aparecida Ferreira da Silva, matrícula nº 201668; Adelaine Pereira Longas, matrícula n. 201135 – Escola Municipal Jardim Primavera; Silvia Aparecida Minanti, matrícula n. 200944–Escola Municipal 09 de Dezembro; Elis Regina Valoto Medeiros, matrícula n. 200706 – CMEI Ivone Malavazi; Andreia Cristiane Siqueira, matrícula n. 201228 – CMEI Pedro Machado; Ângela Peron Zacarias, matrícula n. 201016 – CMEI Marly Batista Azevedo; Francielli Roberta Boian, matrícula n 201711, cada qual no âmbito de sua respectiva Secretaria/Departamento/Diretoria Municipal, aos quais competem as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à

execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Os produtos que forem recusados por não atender as especificações contidas no Termo de Referência serão devolvidos, devendo o fornecedor substituir o produto no prazo máximo de até 03 (três) dias uteis, sem custos para o município;

V Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus

funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

10.001.04.122.0002.2.101.3.3.90.30.00.00;

11.001.04.122.0002.2.114.3.3.90.30.00.00

13.001.04.124.0003.2.131.3.3.90.30.00.00;

14.001.02.062.0002.2.141.3.3.90.30.00.00

16.001.04.122.0002.2.118.3.3.90.30.00.00;

17.001.04.123.0002.2.171.3.3.90.30.00.00

18.001.10.122.0016.2.181.3.3.90.30.00.00;

19.002.12.361.0010.2.245.3.3.90.30.00.00

21.001.08.122.0017.2.215.3.3.90.30.00.00;

22.001.04.122.0002.2.223.3.3.90.30.00.00

22.003.26.782.0007.2.234.3.3.90.30.00.00;

23.001.04.122.0002.2.235.3.3.90.30.00.00

24.001.04.122.0002.2.407.3.3.90.30.00.00;

26.001.04.122.0002.2.121.3.3.90.30.00.00

27.001.04.122.0002.2.126.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na

legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

b) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

c) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

d) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à

higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a

execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 23 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA

Contratada

Gestor:

Nome:

LOURDES MENDES ARANTES LEMOS

CPF/MF: 022.006.239-09

Fiscal:

Nome:

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

CPF/MF: 033.071.889-41

Fiscal:

Nome:

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA

CPF/MF: 112.422.049-62

Fiscal:

Nome:

MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

CPF/MF: 040.227.519-59

Fiscal:

Nome:

JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS

CPF/MF: 852.301.389-04

Fiscal:

Nome:

CAMILA FERNANDA ZANELLI DO ROZÁRIO

CPF/MF: 053.098.101-70

Fiscal:

Nome:

DALVAN TADEU DOURADO

CPF/MF: 066.106.989-37

Fiscal:

Nome:

CARLOS ENÉIAS FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 576.393.969-72

Fiscal:

Nome:

SONIA APARECIDA BERTHOLINO

CPF/MF: 055.178.919-00

Fiscal:

Nome:

MARIA BIANCA MOREIRA ROSA

CPF/MF: 122.328.219-86

Fiscal:

Nome:

JANAINA APARECIDA FERREIRA DA SILVA

CPF/MF: 081.186.819-20

Fiscal:

Nome:

ÂNGELA PERON ZACARIAS

CPF/MF: 278.325.128-06

Fiscal:

Nome:

ADELAINE PEREIRA LONGAS

CPF/MF: 055.592.449-10

Fiscal:

Nome:

ELIS REGINA VALOTO MEDEIROS

CPF/MF: 032.622.859-43

Fiscal:

Nome:

SILVIA APARECIDA MINANTI

CPF/MF: 023.743.199-89

Fiscal:

Nome:

ANDREIA CRISTIANE SIQUEIRA

CPF/MF: 995.463.379-00

TESTEMUNHAS:

1_____

Nome**:**

CPF/MF:

2_____

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:4AB65C8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.675.016/0001-58, com sede na Rua Souza Naves, 1145, no Município de Paranavaí, Estado do Paraná, neste ato, representada por Rosa Ferreira Braga, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.892.629-66, residente e domiciliada no Município de Paranavaí, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BENZINA RETIFICADA Apresentação em frasco/embalagem contendo 01 litro, devidamente identificado, com informações de composição, lote, validade e orientações de segurança conforme normas aplicáveis. Produto de qualidade compatível para uso hospitalar, ambulatorial, laboratorial ou manutenção técnica, conforme necessidade da Administração. O rótulo da embalagem deverá conter, de forma legível, no mínimo: identificação do produto, composição, instruções de uso, precauções e orientações de segurança, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro/notificação junto ao órgão competente, quando aplicável.	LITROS	4	FACILIPE	R$ 40,51	R$ 162,04
02	ELETRODO ADESIVO 05X09 CM Eletrodo adesivo para eletroestimulação, confeccionado em material flexível e de alta condutividade, reutilizável, com gel adesivo hipoalergênico, destinado à utilização em procedimentos de estimulação elétrica neuromuscular, fisioterapia e reabilitação. Medidas aproximadas de 5 x 9 cm. Embalagem contendo 04 unidades. Produto de uso médico/hospitalar, com registro e/ou notificação da ANVISA. Código BR: 0461308.	PACOTE	300	NESTSAFE	R$ 14,79	R$ 4.437,00
03	ESPAÇADOR DE INALAÇÃO ADULTO Kit espaçador de inalação valvulado em plástico para administração de medicamentos em aerossol, compatível com a maioria dos medicamentos disponíveis no mercado (bombinhas), capacidade da câmara entre 145 e 300 ml, com válvula unidirecional no bocal. Acompanha máscara no tamanho adulto, confeccionada em silicone, proporcionando vedação e conforto ao usuário. OBS.: Cada espaçador + máscara equivalem a uma UNIDADE. Produto desmontável para higienização, livre de látex, acondicionado em embalagem individual. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro vigente na ANVISA.	UNIDADE	10	DELLAMED	R$ 22,50	R$ 225,00

04	ESPAÇADOR DE INALAÇÃO INFANTIL Kit espaçador de inalação valvulado em plástico para administração de medicamentos em aerossol, compatível com a maioria dos medicamentos disponíveis no mercado (bombinhas), capacidade da câmara entre 145 e 300 ml, com válvula unidirecional no bocal. Acompanha máscara no tamanho infantil, confeccionada em silicone, proporcionando vedação e conforto ao usuário. OBS.: Cada espaçador + máscara equivalem a uma UNIDADE. Produto desmontável para higienização, livre de látex, acondicionado em embalagem individual. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro vigente na ANVISA.	UNIDADE	10	DELLAMED	R$ 22,50	R$ 225,00
09	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO, N° 11. CAIXA COM 100 UNIDADES.COD BR 0313571	CAIXA	20	DESKARPLAS	R$ 24,29	R$ 485,80
11	PAPAGAIO GRADUADO TRANSLÚCIDO COM TAMPA, 1000 ML Papagaio hospitalar masculino, confeccionado em plástico resistente, translúcido, atóxico e de fácil higienização, com capacidade aproximada de 1000 ml. Possuir graduação externa em relevo ou impressa para medição de volume, formato anatômico e tampa de vedação ajustável/removível, proporcionando segurança no transporte e armazenamento do conteúdo. Produto resistente a vazamentos, indicado para coleta e acondicionamento de urina em ambiente hospitalar, ambulatorial e domiciliar. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, quando aplicável, e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro/notificação junto à ANVISA, quando aplicável.	UNIDADE	10	DESKARPLAS	R$ 10,92	R$ 109,20
15	FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTOCLAVE, confeccionada em papel crepado ou material compatível, com adesivo resistente à temperatura e à pressão do processo de esterilização a vapor. Conta com listras diagonais que atuam como um dos indicadores do processo de esterilização. Medidas aproximadas 19 mm x 30 metros. Produto acondicionado de forma a preservar sua integridade e desempenho. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro/notificação junto à ANVISA, quando aplicável.	ROLO	20	CIEX	R$ 4,79	R$ 95,80
16	CATETER NASAL - TIPO ÓCULOS – ADULTO Cateter nasal tipo óculos, descartável, não estéril conforme apresentação do fabricante, confeccionado em material atóxico, flexível, transparente e resistente, destinado à administração de oxigênio medicinal por via nasal. Tamanho aproximado de 1,5m. Possuir extensão com formato anatômico tipo óculos, com pronga nasal macia, proporcionando conforto ao paciente e adequada adaptação anatômica. Dotado de conector universal compatível com fontes e equipamentos de oxigenoterapia disponíveis no mercado. Produto de uso único, livre de látex, acondicionado individualmente em embalagem que preserve sua integridade e condições de uso. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e registro vigente na ANVISA.	UNIDADE	200	BIOSANI	R$ 1,09	R$ 218,00
17	CATETER NASAL - TIPO ÓCULOS – INFANTIL / PEDIÁTRICO Cateter nasal tipo óculos, descartável, não estéril conforme apresentação do fabricante, confeccionado em material atóxico, flexível, transparente e resistente, destinado à administração de oxigênio medicinal por via nasal. Tamanho aproximado de 1,5m. Possuir extensão com formato anatômico tipo óculos, com pronga nasal macia (Infantil), proporcionando conforto ao paciente e adequada adaptação anatômica. Dotado de conector	UNIDADE	100	BIOSANI	R$ 1,30	R$ 130,00

	universal compatível com fontes e equipamentos de oxigenoterapia disponíveis no mercado. Produto de uso único, livre de látex, acondicionado individualmente em embalagem que preserve sua integridade e condições de uso. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e registro vigente na ANVISA.					
18	CATETER NASAL - TIPO ÓCULOS – NEONATAL Cateter nasal tipo óculos, descartável, não estéril conforme apresentação do fabricante, confeccionado em material atóxico, flexível, transparente e resistente, destinado à administração de oxigênio medicinal por via nasal. Tamanho aproximado de 1,5m. Possuir extensão com formato anatômico tipo óculos, com pronga nasal macia (neonatal), proporcionando conforto ao paciente e adequada adaptação anatômica. Dotado de conector universal compatível com fontes e equipamentos de oxigenoterapia disponíveis no mercado. Produto de uso único, livre de látex, acondicionado individualmente em embalagem que preserve sua integridade e condições de uso. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e registro vigente na ANVISA.	UNIDADE	50	BIOSANI	R$ 2,96	R$ 148,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 6.235,84 (seis mil e duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à

Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratante

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME

Contratada

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:47F23536

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.393.363.0001-99, com sede na Rua Roberto Fachini, nº 494, Jardim Coopagro, no Município de Toledo, Estado do Paraná, neste ato, representada por **SOYLANE MARTINS DE ARAÚJO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.384.219-78, residente e domiciliado no Município de Toledo, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	MASCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL BRANCA TRIPLA COM ELÁSTICO Máscara cirúrgica descartável, na cor branca, confeccionada em não tecido 100% polipropileno, tripla camada, proporcionando eficiência de filtragem bacteriana e adequada proteção respiratória em procedimentos não invasivos. Possuir clip nasal moldável para melhor ajuste anatômico ao rosto e elásticos laterais revestidos ou de material macio, proporcionando conforto e adequada fixação. Produto com boa respirabilidade, hipoalergênico, atóxico e livre de fibras de vidro. Indicada para uso hospitalar, ambulatorial, laboratorial e demais ambientes assistenciais. Embalagem contendo 50 unidades, acondicionadas de forma a garantir a integridade e higiene do produto. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.	Caixa	200	DESCARBOX	R$ 3,83	R$ 766,00
22	SACO DE LIXO – BRANCO LEITOSO – 15 LITROS (INFECTANTE) Saco plástico para acondicionamento de resíduos sólidos infectantes (Classe II), com capacidade nominal de 15 litros, na cor Branco Leitoso. Matéria-prima: Os sacos	PCT	200	DESCARBOX	R$ 12,09	R$ 2.418,00

	plásticos para acondicionamento delixo devem ser confeccionados com resinas termoplásticas, virgens ou recicladas, desde que asseguradas as características de resistência mecânica, vedação e segurança exigidas para o acondicionamento de resíduos infectantes. Os pigmentos utilizados devem ser compatíveis com a resina empregada, de modo que não interfiram nas características de resistência mecânica e proporcionem a opacidade necessária à aplicação (NBR 13056). Outros aditivos devem ser também compatíveis com a resina e empregados em quantidades tais que não alterem as condições estabelecidas. Os sacos deverão possuir espessura mínima de 0,07 mm (70 micras), sem prejuízo do integral atendimento aos requisitos de resistência mecânica, capacidade nominal e demais exigências normativas. Resistência: Deverá apresentar resistência mecânica compatível com sua capacidade nominal, mantendo sua integridade durante o uso, não sendo admitidos rompimentos, rasgos ou vazamentos noacondicionamento e manuseio dos resíduos. Capacidade Nominal e Dimensões: As dimensões deverão atender ao disposto na ABNT NBR 9191 para sacos com capacidade nominal de 15 litros / 4,5 kg, devendo apresentar dimensões planas de largura de 39 cm e altura mínima de 58 cm, admitida variação dimensional de ± 1 cm. Solda: Deverá apresentar solda reta e contínua, homogênea e uniforme, proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio. Separação e abertura: Deverá apresentar características tais que possibilitem fácil separação e abertura das unidades sem provocar danos ao saco. Opacidade e integridade: O material deverá apresentar opacidade adequada, não sendo admitida a visualização nítida de objetos acondicionados em seu interior, podendo ser verificada por inspeção visual no ato do recebimento. Deverá ainda ser isento de furos, rasgos, impurezas ou defeitos de fabricação. Controle de qualidade e recebimento: O produto poderá ser submetido, no ato do recebimento, à verificação dimensional, inspeção visual e teste prático de resistência, podendo ser recusado em caso de desconformidade com as especificações exigidas. Marcação, rotulagem e embalagem: O produto deverá ser fornecido em embalagem adequada, contendo de forma legível: • nome e CNPJ do fabricante; • número do lote; • data de fabricação; • capacidade nominal (litros e quilogramas); • dimensões do produto; • quantidade de unidades; • advertências obrigatórias de uso. A identificação na embalagem deverá seguir o padrão: CONTÉM: xx sacos / DIMENSÕES: xx cm x xx cm / CAPACIDADE NOMINAL: xx L / xx kg / RESÍDUO INFECTANTE Identificação individual: Cada saco deverá conter, de forma visível e indelével: • CNPJ do fabricante; • capacidade nominal (litros e quilogramas); • símbolo de substância infectante conforme NBR 7500; • inscrição: “RESÍDUO INFECTANTE”. O símbolo deverá estar posicionado de forma visível e proporcional à dimensão do saco, garantindo sua identificação durante o uso. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTES COM 100 (CEM) UNIDADES; As informações obrigatórias deverão estar impressas de forma legível, indelével e permanente na embalagem, não sendo admitidas identificações manuscritas, rasuradas ou incompletas. Não serão aceitas embalagens com identificação realizada por meio de escrita manual, etiquetas improvisadas ou qualquer forma que não garanta a permanência e autenticidade das informações exigidas.					
23	SACO DE LIXO – BRANCO LEITOSO – 30 LITROS (INFECTANTE) Saco plástico para acondicionamento de resíduos sólidos infectantes (Classe II), com capacidade nominal de 30 litros, na cor Branco Leitoso. Matéria-prima: Os sacos plásticos para acondicionamento de lixo devem ser confeccionados com resinas termoplásticas, virgens ou recicladas, desde que asseguradas as características de resistência mecânica, vedação esegurança exigidas para o acondicionamento de resíduos infectantes. Os pigmentos utilizados devem ser compatíveis com a resina empregada, de modo que não interfiram nas características de resistência mecânica e proporcionem a opacidade necessária à aplicação (NBR 13056). Outros aditivos devem ser também compatíveis com a resina e empregados em quantidades tais que não alterem as condições estabelecidas. Os sacos deverão possuir espessura mínima de 0,08 mm (80 micras), sem prejuízo do integral atendimento aos requisitos de resistência mecânica, capacidade nominal e demais exigências normativas. Resistência: Deverá apresentar resistência mecânica compatível com sua capacidade nominal, mantendo sua integridade durante o uso, não sendo admitidos rompimentos, rasgos ou vazamentos no acondicionamento e manuseio dos resíduos. Capacidade Nominal e Dimensões: As dimensões	PCT	300	DESCARBOX	R$ 12,37	R$ 3.711,00

	deverão atender ao disposto na ABNT NBR 9191 para sacos com capacidade nominal de 30 litros / 9 kg, devendo apresentar dimensões planas de largura de 59 cm e altura mínima de 62 cm, admitida variação dimensional de ± 1 cm. Solda: Deverá apresentar solda reta e contínua, homogênea e uniforme, proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio. Separação e abertura: Deverá apresentar características tais que possibilitem fácil separação e abertura das unidades sem provocar danos ao saco. Opacidade e integridade: O material deverá apresentar opacidade adequada, não sendo admitida a visualização nítida de objetos acondicionados em seu interior, podendo ser verificada por inspeção visual no ato do recebimento. Deverá ainda ser isento de furos, rasgos, impurezas ou defeitos de fabricação. Controle de qualidade e recebimento: O produto poderá ser submetido, no ato do recebimento, à verificação dimensional, inspeção visual e teste prático de resistência, podendo ser recusado em caso de desconformidade com as especificações exigidas. Marcação, rotulagem e embalagem: O produto deverá ser fornecido em embalagem adequada, contendo de forma legível: • nome e CNPJ do fabricante; • número do lote; • data de fabricação; • capacidade nominal (litros e quilogramas); • dimensões do produto; • quantidade de unidades; • advertências obrigatórias de uso. A identificação na embalagem deverá seguir o padrão: CONTÉM: xx sacos / DIMENSÕES: xx cm x xx cm / CAPACIDADE NOMINAL: xx L / xx kg / RESÍDUO INFECTANTE Identificação individual: Cada saco deverá conter, de forma visível e indelével: • CNPJ do fabricante; • capacidade nominal (litros e quilogramas); • símbolo de substância infectante conforme NBR 7500; • inscrição: “RESÍDUO INFECTANTE”. O símbolo deverá estar posicionado de forma visível e proporcional à dimensão do saco, garantindo sua identificação durante o uso. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTES COM 100 (CEM) UNIDADES; As informações obrigatórias deverão estar impressas de forma legível, indelével e permanente na embalagem, não sendo admitidas identificações manuscritas, rasuradas ou incompletas. Não serão aceitas embalagens com identificação realizada por meio de escrita manual, etiquetas improvisadas ou qualquer forma que não garanta a permanência e autenticidade das informações exigidas.					

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 6.895,00 (seis mil e oitocentos e noventa e cinco reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§1º São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta

Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratante

ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Contratada

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:020D77D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.547.487/0001-98, com sede na Avenida Esperança, 1.899 - Jardim Bella Vida, no Município de Cambé, Estado do Paraná, neste ato, representada por **OSCAR NETTO BOEING**, inscrito no CPF/MF sob o nº 601.706.039-20, residente e domiciliado no Município de Cambé, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	RESERVATÓRIO PARA REANIMADOR MANUAL (TIPO AMBU) TAMANHO: INFANTIL/PEDIÁTRICO Reservatório para reanimador manual tipo Ambu, tamanho infantil/pediátrico, com capacidade compatível com reanimadores manuais infantil/pediátrico, destinado ao armazenamento suplementar de oxigênio, compatível com reanimadores manuais utilizados na rede municipal de saúde, confeccionado em material resistente, flexível e atóxico, livre de látex, de fácil acoplamento e vedação segura, reutilizável, devendo possuir compatibilidade com os sistemas de ventilação manual correspondentes. O produto deverá atender às normas sanitárias vigentes e possuir registro ou cadastro na ANVISA, quando aplicável.	UNIDADE	50	ADVANTIVE	R$ 33,33	R$ 1.666,50
14	RESERVATÓRIO PARA REANIMADOR MANUAL (TIPO AMBU) TAMANHO: NEONATAL Reservatório para reanimador manual tipo Ambu, tamanho neonatal, com capacidade compatível com reanimadores manuais adultos, destinado ao armazenamento suplementar de oxigênio, compatível com reanimadores manuais utilizados na rede municipal de saúde, confeccionado em material resistente, flexível e atóxico, livre de látex, de fácil acoplamento e vedação segura, reutilizável, devendo possuir compatibilidade com os sistemas de ventilação manual correspondentes. O produto deverá atender às normas sanitárias vigentes e possuir registro ou cadastro na ANVISA, quando aplicável.	und	50	ADVANTIVE	R$ 10,82	R$ 541,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 2.207,50 (dois mil duzentos e sete reais e cinquenta centavos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto

deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro

de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de

Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratante

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EIRELI

Contratada

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1___

Nome**:**

CPF/MF:

2___

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C0DB7BBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **EDHMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARESLTDA,**

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.955.443/0001-46, com sede na, estabelecida na Rua Tereza Dos Santos Rocha, 156, Loteamento Marinoni, no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, neste ato, representada por sua sócia administradora Sra. **DANIELA REGINA PORTES MARTINS**, inscrita no CPF/MF sob o nº 054.203.029-26, residente e domiciliado no Município de Curitiba, Estado de Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	**KIT NEBULIZADOR ADULTO** Nebulizador para oxigenoterapia adulto, destinado à administração de medicamentos e soluções por via inalatória contínua, compatível com utilização em rede canalizada de oxigênio ou cilindro medicinal. Conjunto composto por máscara facial tamanho adulto, com cinta elástica de fixação, livre de látex, confeccionada em PVC ou material similar, macio, anatômico e transparente; copo nebulizador graduado, com capacidade aproximada entre 5 ml e 20 ml; extensão/tubo para conexão ao ponto de oxigênio com comprimento aproximado de 2,00 metros; e conectores compatíveis com sistemas padrão de oxigenoterapia. Produto confeccionado em material atóxico, resistente e apropriado para uso médico-hospitalar, proporcionando adequada nebulização, conforto e segurança ao paciente. Produto reutilizável e autoclavável, acondicionado individualmente em embalagem que preserve sua integridade e condições de armazenamento. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e registro vigente na ANVISA.	KIT	50	PROTEC	R$ 8,05	R$ 402,50
20	**KIT NEBULIZADOR INFANTIL** Nebulizador para oxigenoterapia infantil, destinado à administração de medicamentos e soluções por via inalatória contínua, compatível com utilização em rede canalizada de oxigênio ou cilindro medicinal. Conjunto composto por máscara facial tamanho infantil, com cinta elástica de fixação, livre de látex, confeccionada em PVC ou material similar, macio, anatômico e transparente; copo nebulizador graduado, com capacidade aproximada entre 5 ml e 20 ml; extensão/tubo para conexão ao ponto de oxigênio com comprimento aproximado de 2,00 metros; e conectores compatíveis com sistemas padrão de oxigenoterapia. Produto confeccionado em material atóxico, resistente e apropriado para uso médico-hospitalar, proporcionando adequada nebulização, conforto e segurança ao paciente. Produto reutilizável e autoclavável, acondicionado individualmente em embalagem que preserve sua integridade e condições de armazenamento. A embalagem deverá conter identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e registro vigente na ANVISA.	und	50	PROTEC	R$ 8,05	R$ 402,50

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 805,00 (oitocentos e cinco reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda

atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas

ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como

da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o

descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta

Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação

deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada:

EDHMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARESLTDA

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:CF3C10EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS**

HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.599.605/0001-72, com sede na Rua das Quaresmeiras, 125, residencial Bella Casa, no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, neste ato, representada por sua sócia administradora Sra. **CAMILE BORGES SOCOLOSKI CHERPINSKI**, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.447.269-33, residente e domiciliada no Município de Ivaiporã, Estado de Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	**ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL - 10 CM X 4,5** **M** Esparadrapo impermeável, medindo aproximadamente 10 cm x 4,5 m, na cor branca, confeccionado em tecido 100% algodão, com tratamento/acabamento impermeável, flexível e de alta resistência. Possuir massa adesiva com adequada fixação à pele, resistente à umidade, indicado para fixação de curativos, sondas, drenos, cateteres e demais dispositivos médico-hospitalares. Produto enrolado em carretel com capa protetora que preserve suas características de uso e armazenamento. A embalagem deverá conter identificação do produto, dimensões, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro vigente na ANVISA. Código BR: 0437860.	Rolo	600	COPERTINA/ CRAL	R$ 7,15	R$ 4.290,00
07	**FITA MICROPOROSA DE RAYON, 25 MM X 10 METROS**.COD BR 0437865 Medindo aproximadamente 25 mm x 10 m, confeccionada em material não tecido, leve, flexível e microporoso, permitindo adequada respirabilidade da pele. Possuir adesivo hipoalergênico, com boa fixação e remoção atraumática, indicada para fixação de curativos, sondas, cateteres, bandagens e dispositivos médico-hospitalares em peles sensíveis. Produto resistente ao manuseio, de fácil rasgo manual e confortável ao uso prolongado. Acondicionada em embalagem individual que preserve a integridade do produto. A embalagem deverá conter identificação do produto, dimensões, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro vigente na ANVISA.	Rolo	800	OLIMED/GLOM ED	R$ 2,19	R$ 1.752,00
08	**FITA MICROPOROSA DE**	Rolo	800	COPERTINA/	R$ 3,29	R$ 2.632,00

	RAYON, 50 MM X 10 METROS			CRAL		

	Fita Microporosa De Rayon, 50 mm x 10 metros. COD BR 0437867 Medindo aproximadamente 50 mm x 10 m, confeccionada em material não tecido, leve, flexível e microporoso, permitindo adequada respirabilidade da pele. Possuir adesivo hipoalergênico, com boa fixação e remoção atraumática, indicada para fixação de curativos, sondas, cateteres, bandagens e dispositivos médico-hospitalares em peles sensíveis. Produto resistente ao manuseio, de fácil rasgo manual e confortável ao uso prolongado. Acondicionada em embalagem individual que preserve a integridade do produto. A embalagem deverá conter identificação do produto, dimensões, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro vigente na ANVISA.					

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 8.674,00 (oito mil seiscentos e setenta e quatro reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta

Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada:

CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:855836B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.175.908/0001-12, com sede na Rua Professora Zelda C Cursi Mastriani, nº 265/A, bairro Jardim Davila, no Município de Cambé, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu sócio administrador Sr. **LUIS CARLOS DOS SANTOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 365.440.519-34, residente e domiciliado no Município de Cambé, Estado de Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de

acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão **ser solicitados em qualquer quantidade** no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	Teste Indicador Químico para Autoclave - Classe 5 Indicador químico integrador Classe 5, destinado ao monitoramento interno de processos de esterilização a vapor sob pressão em autoclave, sensível às variáveis críticas do processo, com mudança visível de coloração após ciclo adequado de esterilização. Possuir uma camada plástica que impede que a tinta do indicador entre em contato com os instrumentos esterilizados. Isento de Chumbo. Produto acondicionado em embalagem contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso. Produto com registro/notificação junto à ANVISA, quando aplicável.	UNIDADE	600	DTECH	R$ 0,22	R$ 132,00

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§2º O valor total da presente contratação é de **R$ 132,00 (cento e trinta e dois reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A entrega do objeto deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santa Fé/PR.

§1º O recebimento dos itens ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no prédio administrativo de saúde, localizada na Rua Ponta Grossa, nº 766, Centro, CEP 86770-000, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ sob nº 08.541.779/0001-64, conforme será indicado na Solicitação de Fornecimento encaminhada ao fornecedor.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual ao servidor Marcelo Candido da Silva, matrícula nº 401586, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de aceite de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual ao servidor João Marcos Rogério Rodrigues, matrícula nº 401619, a quem compete:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos e administrativos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações e modo de execução, de acordo com o Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada, bem como ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, de acordo com a natureza do objeto;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial do objeto, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a notificação técnica da contratada, indicando de forma clara as correções necessárias e fixando prazo para a sua regularização;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção

de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;

II Assegurar o livre acesso à área onde serão entregues os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Fornecer o objeto sempre que solicitado dentro do prazo e na forma estabelecida, contando-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

III Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

IV Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

V Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução

do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

VI Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

VIII Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

IX Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

X Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XI Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a contratada, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIII Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato;

XIV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XV Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVI Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.003.10.303.0016.2.278.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, após a entrega/execução do objeto, desde que cumpridas as disposições aqui definidas.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, sua inclusão na fila da ordem cronológica de pagamentos e a verificação da disponibilidade financeira por fonte de recursos, observado o fluxo institucional de pagamento e os registros correspondentes no SIAFIC.

§3º Observadas as condições previstas no item anterior, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que a liquidação for posicionada na ordem cronológica de pagamentos, e não da mera conclusão da fase de liquidação, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou postergação do pagamento.

§4º O pagamento será realizado exclusivamente por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, indicada formalmente no processo administrativo, por meio do gerenciador bancário da Tesouraria, observadas as regras operacionais e de segurança adotadas pelo Município.

§5º Quando aplicável, as retenções tributárias previstas na legislação vigente deverão ser apuradas e destacadas na fase de liquidação da despesa, refletindo-se no valor líquido a ser pago, cabendo à Tesouraria apenas a execução do pagamento do valor já liquidado.

§6º Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão observados, para fins de retenção, os percentuais e critérios estabelecidos na legislação tributária vigente à época da liquidação.

§7º O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que comprove regularmente sua condição, por meio de documento oficial válido.

§8º A comprovação de que trata o item anterior deverá ser apresentada previamente à liquidação da despesa, cabendo ao Gestor e Fiscal do Contrato verificar a regularidade da documentação.

§9º Na ausência de comprovação válida do enquadramento no Simples Nacional, aplicar-se-ão as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§10º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§11º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§12º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§13º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

d) O valor registrado poderá ser reajustado em sua data base, a qual compreende a data da proposta apresentada pela contratada, pela variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, conforme negociação entre as partes, desde que haja a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP e da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do Regulamento Municipal do Sistema de Registro de Preços – SRP, fica vedado efetuar acréscimos, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021, nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta

Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 25 de setembro de 2026.

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada:

BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI

Gestor:

Nome:

MARCELO CANDIDO DA SILVA

CPF/MF: 903.705.469-20

Fiscal:

Nome:

JOÃO MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

CPF/MF: 091.420.409-22

TESTEMUNHAS:

1

Nome**:**

CPF/MF:

2

Nome**:**

CPF/MF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:4359F80C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - PROJETOS

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - PROJETOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, Agentes Culturais e ou Companhias Artísticas de Artes Cênicas da Região do Paraná!

Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.

Boa leitura.

Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais da região.

Deste modo, a Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio de sua Divisão de Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de 01 (um) projeto cultural para receber apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Santa Fé – Paraná.

O presente edital tem por objeto a seleção de 1 (uma) Companhia Artística Profissional para a produção e execução de 1 (um) espetáculo cênico que alie emoção, encantamento e conscientização. A ação integra as atividades do movimento Outubro Rosa, visando sensibilizar a sociedade acerca da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e do colo do útero.

Data sugerida é de 30 de Novembro e poderá ser alterada se for combinado de acordo com programação da Diretoria de Cultura e a Empresa Contratada.

As apresentações ocorrerão em um único dia, no Auditório da Biblioteca Municipal Vereador Emílio Pedrazani, situada a Avenida Arapongas nº 560 em horário a ser definido pela Diretoria de Cultura (sugestão: início às 19:30 h).Duração de no mínimo 02horas.

O espetáculo deve abordar temas de Conscientização ao movimento Outubro Rosa. As companhias deverão enviar no ato da inscrição um **Portfólio/Projeto** contendo:

· **Sinopse** detalhada do Espetáculo,Figurinos, Palestra com interação de danças e homenagens classificação indicativa (livre).

· **Ficha técnica** com o nome de todos os atores e equipe de produção.

· **Mapa de Palco e Necessidades Técnicas** (som e iluminação ideais para o espaço e Técnico de som inclusos) Incluso montagem e desmontagem dos equipamentos)

· **Links de vídeos** (YouTube ou Vimeo) contendo trechos ou a gravação na íntegra de apresentações anteriores do mesmo espetáculo.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Será selecionado 01 projeto.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital.

O projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de R$18.000,00 (dezoito mil reais).

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 19.003.133920011.2.24833.90.39.00.00

Sobre o valor total repassado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR à Companhia Artística, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.Os recursos para este edital são provenientes da **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, repassados pelo Ministério da Cultura ao Município de Santa Fé.

O valor total destinado à contratação da companhia vencedora será de **R$18.000,00(dezoito mil reais)** em parcela única, mediante cumprimento das metas.

Este valor deve cobrir todos os custos de cachê, transporte, alimentação, cenário, figurinos, som, iluminação, palco e direitos autorais (SBAT/Ecad, se houver).

2.4 Prazo de inscrição:

De 12 horas do dia 05 de Outubro de 2026 até às 17 horas do dia 07 de outubro de 2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 Quem pode participar:

Pode se inscrever no Edital qualquer Companhia Artística Profissional que atua ou reside no Estado do Paraná há pelo menos 12 meses.

2.5.1 Será permitida a participação de Companhias Artísticas de outros Estados desde que as vagas na dita categoria não forem preenchidas e que o projeto inscrito apresente todas as seguintes características:

2.5.2 Q u e seu produto ou resultado final esteja disponível para a administração municipal e para a população de forma inteiramente gratuita.

2.5.3 Podem se inscrever Pessoas Jurídicas (empresas, cooperativas, associações ou MEI) que possuam em seu CNPJ atividades artísticas e culturais compatíveis com o objeto (CNAE de artes cênicas/teatro).

2.5.4 **A proponente deve comprovar atuação na área cultural há pelo menos 02 anos.**

2.6 Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: Microempreendedor Individual (MEI)**,** empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

II - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc).

2.7 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I. tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II. sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III. sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores e Vereadores de Santa Fé/PR), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.8 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 01 projeto e poderá ser contemplado com no máximo 01 projeto.

3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais

● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos

● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação

● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

Inscrições	**05/10 à 07/10/2026**
Seleção	**08/10/2026**
Recurso da etapa de seleção	**09/10 à 13/10/2026**
Habilitação	**14/10/2026**
Recurso da etapa de habilitação	**15/10/2026**
Resultado da Habilitação e Convocação para assinatura do Termo de Execução Cultural	**16/10/2026**

4. INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar no endereço de e-mail (cultura@santafe.pr.gov.br) a seguinte documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;

c) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e

d) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

5. COTAS

5.1 Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

a) pessoas negras (pretas e pardas);

b) pessoas indígenas;

c) pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão

selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,

II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

6.1 Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Santa Fé de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados até 31/10/2026.

6.3 Custos do projeto

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

São medidas de acessibilidade:

I. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao

III. conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

IV. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO

7.1 Quem analisa os projetos

Conforme Decreto nº 00/2026; a comissão Técnica de Gerenciamento da Lei PNAB nº 14.399/2022 irá avaliar os projetos e selecionar 01(um). Todas as atividades serão registradas em ata. Farão parte desta comissão conforme Decreto nº 294/2026 de 29 de Setembro de 2026 os representantes designados abaixo:

I – Francielli Roberta Boian

II – Léslier Maria Pelegrini

III - Rosimeire Lazzari

III – Nivaldo Cesar Passeri

IV - Lourdes Mendes Arantes Lemos

V - Janaína Aparecida Ferreira da Silva VII- Thabata Furtado

7.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I. tiverem interesse direto na matéria;

II. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;

III. no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

IV. sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.

Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.

Por analise comparativa compreende-se a analise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária

Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.

Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de Santa Fé e no site oficial do mesmo.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Divisão de Cultura – Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Santa Fé, que deve ser apresentado por meio de e-mail direcionado ao cultura@santafe.pr.gov.br no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME

INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município de Santa Fé.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:

i. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação em outra categoria.

ii. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 03 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail direcionado ao cultura@santafe.pr.gov.br os seguintes documentos:

- comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I. - pertencentes à comunidades: indígena, quilombola, cigana ou circense;

II. - pertencentes à população nômade ou itinerante; ou

III. - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica:**

I. inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II. atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III. documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Cateira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV. certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V. certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelos devidos órgãos;

VI. certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VII. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**

I. documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do

grupo;

III. certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários municipais, expedidas pelos devidos órgãos em nome do representante do grupo;

IV. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;

V. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Divisão de Cultura – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Santa Fé, que deve ser apresentado por meio de e-mail direcionado a cultura@santafe.pr.gov.br no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município.

Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Município de Santa Fé contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária especificamente em seu nome, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve possuir conta bancária em instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.

Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Município de Santa Fé (logos oficiais da Prefeitura e Divisão de Cultura), de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Divisão de Cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2 Como o agente cultural presta contas ao Município de Santa Fé

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 01 (um) mês a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I. quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II. quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no Diário Oficial e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@santafe.pr.gov.br e telefone (44) 9.9727-9639.

Os casos omissos ficarão a cargo da Divisão de Cultura.

13.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 01 mês após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos: Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho; Anexo III - Critérios de seleção

Anexo IV - Termo de Execução Cultural; Anexo V -Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VI -Declaração de e apresentação de grupo ou coletivo; Anexo VII - Declaração étnico-racial

Anexo VIII – Declaração PCD

Anexo IX – Formulário de interposição de recurso.

Santa Fé, 30 de Setembro de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI

Secretária de Educação Cultura e Esportes

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN

Diretora de Cultura

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL

Razão Social:

Nome fantasia:

CNPJ:

Endereço da sede:

Cidade:

Estado:

Número de representantes legais: Nome do representante legal: CPF do representante legal:

E-mail do representante legal: Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária

( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal

( )

Branca (

) Preta

( ) Parda

( )

Amarela ( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva ( ) Física

( )

Intelectual (

) Múltipla ( ) Visual

( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)**Perfil do público a ser atingido pelo projeto** (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza

Pessoas em situação de rua (moradores de rua)

Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária) Pessoas com deficiência

Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres

LGBTQIAPN+

Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras

Ciganos Indígena s

Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;

( ) Outra

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a

audiodescrição; ( ) as legendas;

( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela;

( ) Outra

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:

Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	**Função no projeto**	**CPF/CNPJ**	**Mini currículo**
Ex.: João Silva	Cineasta	12345678910	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	**Etapa**	**Descrição**	**Início**	**Fim**
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2026	11/11/2027

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais, rádio, TV, som de rua, etc.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros ( ) Apoio financeiro municipal

( ) Apoio financeiro estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal ( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal ( ) Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional ( ) Doações de Pessoas Físicas

( ) Doações de Empresas ( ) Cobrança de ingressos ( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descriç ão do item	Justificativ a	Unidade de medida	Valo r unitár io	Quantidad e	Valor total	Referên cia de preço (opcion al)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,0 0	1	R$1.100,0 0	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;

• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;

• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;

• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificaçã o do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Santa Fé/PR.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Santa Fé - Paraná	10

c	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens	10
	relacionados na planilha orçamentária do projeto.	
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -** Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
H	Vínculo do proponente com o município de Santa Fé/PR – o proponente reside ou trabalha no município de Santa Fé há mais de 12 meses.	30
PONTUAÇÃO TOTAL:		100

● A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas por cada membro da comissão.

● Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

● Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.

● Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.

● Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:

1 – proponente mais velho;

2 – sorteio.

● Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

● Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 02/2024 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF],

residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO]

reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL]:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura,

VIII) incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

IX) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

X) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

XI) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XII) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

[OU]

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! UTILIZAR ESSA CATEGORIA SE O VALOR DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL FOR IGUAL OU SUPERIOR A R$200.000,00, OU SE, MESMO SENDO INFERIOR A R$200.000,00 O ENTE FEDERATIVO NÃO TIVER CONDIÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS PARA REALIZAR A VISITA OBRIGATÓRIA.

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos,

panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. IGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:

[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural:

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc. ( ) Sim

( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades. ( ) Publicação

( ) Livro

( ) Catálogo

( ) Live (transmissão on-line) ( ) Vídeo

( )

Documentário (

) Filme

( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical

( ) Jogo

( )

Artesanato (

) Obras

( ) Espetáculo

( ) Show musical ( ) Site

( ) Música

( ) Outros:

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele

…

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido. ( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empre sa	**Função no projeto**	**CPF/CNPJ**	**Pessoa negra ou indígena?**	**Pessoa com deficiência ?**
Ex.: João Silva	Cineasta	12345678910 1	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1.

Presencial. ( )

2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção. ( )Youtube

( )Instagram / IGTV ( )Facebook

( )TikTok

( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros:

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local. ( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual. ( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua. (

)Parque. ( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº_____ ,DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº_____ ,DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:

CPF:

NOME DO PROJETO INSCRITO:

CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,

Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 01/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:_____.

Local, data.

_____

Assinatura Agente Cultural

NOME COMPLETO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:

CPF:

NOME DO PROJETO INSCRITO:

CATEGORIA:

RECURSO:

À Prefeitura Municipal de Santa Fé – Paraná,

Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital 02/2026 venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:_____.

Local, data.

_____

Assinatura Agente Cultural NOME COMPLETO

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:DC805EA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 53-2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E ECO STORE - PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA – EPP

CNPJ/MF nº 37.082.371/0001-70

OBJETO: aquisição de brindes/lembrancinhas institucionais (Frasqueiras Personalizadas Modelo Cristal - Xadrez e Modelo Cristal - Couro Ecológico) destinados aos professores e equipe pedagógica da rede municipal de ensino de São Pedro do Paraná

MODALIDADE: DISPENSA Nº 53/2026, de 24 de setembro de 2026

OBJETO: aquisição de brindes para o dia dos professores

05.001.12.361.0018.2045 - Ensino Fundamental 1ª a 5ª Séries - Recursos Próprios

3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.002.12.365.0019.2051 - Creches Municipais (Recursos Próprios)

3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.002.12.365.0019.2052 - Ensino Pré-escolar (Recursos Próprios) 3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	UNITÁRIO	TOTAL
1	**FRASQUEIRA PERSONALIZADA CRISTAL - XADREZ:** **A) CORPO PRINCIPAL**: Material em tecido sintético xadrez 0.80 revestido em tecido malha (não algodão), com gramatura mínima de 375 g/m², com acabamento hidrorrepelente na cor a definir. Corpo principal confeccionado em material cristal transparente 0.20. No meio do corpo será colocada uma faixa do tecido sintético xadrez 0.80 com dimensão de 8 cm x 26 cm de comprimento, costurada centralizada sobre o cristal. Medidas do corpo principal: 200 mm de altura, 260 mm de comprimento e 90 mm de profundidade. Fechamento com zíper nº 6 na cor Pantone (a definir), 02 tiras de ecido sintético xadrez 0.80 medindo 280 mm de comprimento com junção a um fole principal com costura rebatida nas laterais para reforço. **B) ALÇA DE MÃO: Alça** de mão de 350 mm de comprimento e 30 mm de largura, confeccionada em tecido sintético xadrez 0.80, revestida em policloreto de vinila com gramatura mínima de 375 g/m². Fixada no mesmo tecido da bolsa, com pontas redobradas para reforço e maior resistência de ruptura. Tolerância de variação nas medidas: 1,0 cm. **C) VIVO DE ACABAMENTO**: Vivo nº 11, encapado com tecido sintético xadrez 0.80 na mesma cor do restante da frasqueira. **D) COSTURA**: Toda costurada com linha 100% poliamida de boa qualidade. **E) BORDADO**: Parte frontal contendo bordado centralizado de até 30.000 pontos, personalização com logo/brasão do Município a ser definida pelo Departamento do Município.	110	48,00	5.280,00

2	**FRASQUEIRA PERSONALIZADA CRISTAL - COURO ECOLÓGICO:** **A) CORPO PRINCIPAL:** Material em Couro Ecológico Casco costurado, revestido em tecido malha (não algodão), com gramatura mínima de 375 g/m², com acabamento hidrorrepelente na cor marrom ou preto. O corpo principal será confeccionado em material cristal transparente 0.20. No meio deste corpo será colocada uma faixa do tecido couro ecológico casco costurado com uma dimensão de 8 cm por 26 cm de comprimento, esta faixa será costurada centralizada sobre o cristal. As medidas do corpo principal da frasqueira são: 200 mm de altura, 260 mm de comprimento e 90 mm de profundidade. Fechamento do corpo com zíper nº 6 na cor Pantone (a definir), 02 tiras de tecido couro ecológico casco costurado, medindo 280 mm de comprimento com junção a um fole principal com costura rebatida nas laterais para reforço. **B) ALÇA DE MÃO:** Alça de mão de 350 mm de comprimento e 30 mm de largura, confeccionada em casco costurado na cor marrom ou preto, revestido em policloreto de vinila, com gramatura no mínimo 375 g/m². A alça deverá ser fixada no mesmo tecido da bolsa, as pontas da alça deverão ser redobradas para reforço, para dar maior resistência de ruptura. A tolerância de variação nas medidas é de 1,0 cm. **C) VIVO DE ACABAMENTO:** O vivo a ser utilizado é o nº 11, este deverá ser encapado com tecido couro ecológico casco costurado na mesma cor do restante da frasqueira. **D) COSTURA:** A frasqueira deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida de boa qualidade. **E) BORDADO:** A parte frontal deverá conter um bordado centralizado de até 30.000 pontos, personalização com logo/brasão do Município a ser definida pelo Departamento do Município.	20	48,00	960,00

Valor global: **R$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais)** cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do material.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 29 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:412926BC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 86/2026

PORTARIA N.º 86/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Art. 1º - Conceder ao membro do conselho tutelar relacionado nesta portaria, alteração de férias, bem como determinar o pagamento de conversão de 10 (Dez) dias de férias em abono pecuniário conforme segue abaixo:

Ordem	Nome do Servidor/matrícula	Período Aquisitivo	Fruição	Novo Período de Fruição	Pecúnia
1	VALDINETE FREDERICCI DE SOUZA - 765	02-01-2025/01-01-2026	14-09-2026/03-10-2026	19-10-2026/28-10-2026	29-10-2026/07-11-2026

Art. 2º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 30 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:B592A557

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 244/2026

DECRETO Nº 244/2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 171.216,76 (Cento e setenta e um mil e duzentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1641/2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 171.216,76 (Cento e setenta e um mil e duzentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1421	00157-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	74.216,76
	SUBTOTAL	**74.216,76**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0009.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
10.302.0009.2024	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
	SUBTOTAL	**97.000,00**
	TOTAL	**171.216,76**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados o cancelamento parcial e o excesso de arrecadação de acordo com o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e dos Art. 7º e Art. 8º, Inc. IV da Lei municipal nº 1641/2025.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	

4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1071	00157-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	74.216,76
	SUBTOTAL	**74.216,76**
	TOTAL	**74.216,76**

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	97.000,00
	TOTAL	**97.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 29 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D9973966

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 245/2026

DECRETO Nº 245/2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 260.100,00 (Duzentos e sessenta e mil e cem reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º, Inc. III, IV e V da Lei municipal nº 1641/2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 260.100,00 (Duzentos e sessenta e mil e cem reais).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS	
04.001	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0004.2007	MANUTENÇÃO DO TRANSP. URBANO E TRANSP. RURAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
	SUBTOTAL	**25.000,00**
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1001	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	80.000,00
12.365.0006.2015	MANUT. DO ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1471	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	48.500,00
12.365.0006.2017	MANUT. DO ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLAR - FUNDEB	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1671	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	29.000,00
12.365.0006.2015	MANUT. DO ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1492	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	11.800,00
12.365.0006.2017	MANUT. DO ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLAR - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1681	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	6.800,00
	SUBTOTAL	**176.100,00**
08	ESPORTE	
08.001	ESPORTE	
27.812.0008.2022	MANUTENÇÃO DO DEPTO ESPORTE E LAZER	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	**18.000,00**
13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
	TOTAL	**260.100,00**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de acordo com o que dispõe o art. 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Art. 8º, Inc. III e IV da Lei municipal nº 1641/2025.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	84.000,00
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	176.100,00
	TOTAL	260.100,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 29 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F3717F4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 495/2026 ID: 11127 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2026

Fornecedor: **REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA**

CNPJ: 52.386.933/0001-62

LOTE	ORDEM	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	79676	Bomba centrífuga monofásica para recalque de água.	INTECH BC500	UNID	33,0000	R$ 338,99	R$ 11.186,67

Valor total: **R$ 11.186,67** (onze mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Sarandi, 25 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR

Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:E1756AEF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 444/2023 - ID: 9406 PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2023-PMS

ORIGEM:	**Pregão Eletrônico N° 04/2023 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
ENTIDADE:	**SISAMHIL SISTEMAS DE INFORMACAO E ASSISTENCIA EM INFORMÁTICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**00.909.271/0001-64**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de uso de Software de Registro Eletrônico e Gestão em Saúde do Município de Sarandi/PR**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Conforme aditivo de prorrogação da vigência contratual pelo período de 03 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027, fica aditivado o valor global de R$ 331.880,64 (Trezentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), reajustado pelo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC no acumulado de 1,04098050, com fulcro na Clausula III – Preço e na Cláusula VI - Reajuste".

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. reajustado
1	37535	Manutenção, suporte técnico, e monitoração do uso do sistema, apresentação de resultados e custos.	Mês	12	R$ 22.021,27
3	37537	Fornecimento de aplicativo para mobilidade, fornecimento de licença para uso do aplicativo por aparelho móvel, com custo mensal, à partir da necessidade apresentada.	Mês	12	R$ 5.635,45

ASSINATURA	28 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:5F951AC4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 8° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 403/2022 ID: 8831

ORIGEM	**PREGÃO 50/2022**
CONTRATANTE	**Município de Sarandi – Pr**
CONTRATADA	**SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ/MF	**03.392.348/0001-60**
OBJETO	**Contratação de empresa especializada para os serviços de COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO e DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, das classes A, B e E - para atender a demanda da Sec. Mun. de Saúde de Sarandi/PR.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Conforme aditivo de prazo, referente ao período de 11 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2027, o valor global será de R$ 588.174,00 (Quinhentos e oitenta e oito mil, cento e setenta e quatro reais), reajustado pelo Indice INPC – no percentual/acumulado de 4,098050%, (fator 1,04098050), conforme Cláusula Segunda e Cláusula Sexta do referido contrato."

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Unitário Reajust. R$
1	42412	Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes, hospitalares, químicos e perfurocortantes, produzidos nas Unidades de Saúde do município de Sarandi-Pr, dos grupos A-Infectante, B-Químicos e E- Perfurocortantes.	Kg	50100	R$ 11,28	R$ 11,74

Sarandi, 25 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR

Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:D33CA3B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 120/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600

SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 120/2026

Em conformidade com a Įei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Įei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxa de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
VAĮDIR DIAS	145882	2	15	JARDIM DOM BOSCO
AĮEXSANDRO DE ARAUJO	146846	6	13	JARDIM DOM BOSCO
GUSTAVO MARCEĮO JUSTO	23167	G	8	JARDIM PRIMAVERA
SIĮVANA APARECIDA RENSE AGUIAR	362328	4	11	JARDIM DAS FĮORES III P (TRÊS)
EDISON ĮOPES ANGEĮO	325414	5	4	PARQUE RESIDENCIAĮ NOVA AĮIANÇA
CARĮOS ROBERTO DA SIĮVA	264458	5	12	JARDIM SÃO JORGE
MARIZA MESQUITA DA SIĮVA	386750	17	19B	CENTRO
JACOMO CĮAUDINER MAGRI	140619	20	3	JARDIM CASTEĮO
JOSE APARECIDO DA SIĮVA	119199	46	21	JARDIM VERÃO

JUĮIO CESAR BRITO	120138	48	29	JARDIM VERÃO
ODIĮA BASTITEĮA	123919	58	10	JARDIM VERÃO
FERNANDO MOREIRA SIĮVEIRA	127035	70	6	JARDIM VERÃO
JOSE ĮEONIĮDO PEREIRA ĮOPES	27758	10	15	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
SINVAĮ ĮUCAS DOS SANTOS	71994	211	9	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
CĮAUDINEI APARECIDO CASTIĮHO	166643	223	10A	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
VIVIANI CRISTINA DA SIĮVA ĮIMA	79359	241	10	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
REGINAĮDO BORSARI E OUTROS	81523	246	28	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
REGINAĮDO BORSARI E OUTROS	81558	246	31	JARDIM INDEPENDÊNCIA 1A. 2A. 3A. PARTE
EĮAINE DO NASCIMENTO	326364	8	19	PARQUE RESIDENCIAĮ NOVA AĮIANÇA
FEĮIPE DE OĮIVEIRA RODRIGUES	330841	35	11	PARQUE RESIDENCIAĮ NOVA AĮIANÇA
DIOGENES SEYMON ANDRADE	334510	56	28/29	PARQUE RESIDENCIAĮ NOVA AĮIANÇA

CONTRIBUINTE	CADASTRO	ENDEREÇO	CPF
JOSE CARLOS JERONIMO	28018	RUA DOS CRAVOS 1355	026.XXX.XXX-10

Paço Municipal, 31 de Agosto de 2026.

HUGO ĮEONARDO BEZERRA DA ROCHA

Secretária Municipal de Fazenda Decreto 142/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:239AA4FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2026. AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2026.

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

O MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n.° 76.245.034/0001-08, através de sua Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL** da seleção realizada através da Chamada Pública de Edital n.º Edital 003/2026, nos termos da Lei Municipal n.º 2.138/2013, a saber:

Cadastros de alunos APROVADOS (entregaram toda documentação solicitada):

Nº	NOME	CPF	RG
01	Alan Marcelo Granado	125.547.929-92	16.048.262-1
02	Ana Beatriz dos Santos Umbelino	120.368.759-12	13.978.365-4
03	Ana Beatriz Oliveira Arruda	149.886.399-03	15.490.838-2
04	Ana Carla dos Santos Soriani	102.797.229-23	15.980.208-6
05	Ana Carolina Vitoria Lustosa Andrade	138.312.319-58	15.209.348-9
06	Ana Clara Zarantonelo Burghi	130.280.889-32	14.890.282-8
07	Ana Flavia Maxiano Silva Miranda	157.960.169-38	16.081.034-3
08	Ana Julia Borges de Araujo	145.905.119-08	15.500.246-8
09	Ana Julia Martinez	151.811.179-37	151.811.179-37
10	Andrey Lucas Palaro	488.214.298-81	15.945.980-2
11	Anna Luiza Dias Neves	116.827.059-60	14.277.533-6
12	Anne Caroline Silva Andreoli	090.842.519-89	15.664.776-4
13	Anthony Apº Paulino Reis de França	136.143.789-85	14.287.431-8
14	Bruno Almeida Filho	117.764.139-97	13.665.927-8
15	Camila Bernardis Gomes	148.039.789-05	14.233.761-4
16	Camila Figueiredo Rodrigues dos Santos	101.941.199-63	13.505.403-8
17	Camille Vitoria Teixeira Juliani	142.983.559-18	15.576.710-3
18	Carlos Eduardo Casu Filho	070.259.191-28	2.629.845
19	Cecilia de Oliveira Sgarioni	151.683.989-79	14.802.898-2
20	Diego Bordin	105.259.079-98	13.682.186-5
21	Edmyla Alves da Silva	161.453.539-61	14.884.346-5
22	Eduardo de Menezes Sofiati	125.022.219-27	15.825.346-1
23	Elton Santa Rosa Silvia	082.280.669-02	16.216.781-2
24	Emanuelly Martins da Silva	135.622.069-09	15.444.628-1
25	Emilly Diovana Marques	107.310.539-31	23.933.763-0
26	Emily Haranelli Lopes Carlos	108.690.679-90	15.429.863-3
27	Emily Lopes da Silva	570.278.448-00	64.904.105-7
28	Erick Santos Silveira	145.017.609-74	53.167.480-0
29	Fernanda Martins de Souza	089.958.109-98	15.867.883-7
30	Gabriela de Azevedo Borges	140.797.939-60	16.181.105-0
31	Gabriela Belarmino Pereira	091.532.019-30	091.532.019-30
32	Gabrielle Izaias Bonani	136.747.559-71	15.145.698-7
33	Geovana de Melo Panini	123.766.219-25	123.766.219-25
34	Geovana Longhi Afonso	095.819.009-77	15.459.043-9
35	Giovana Ferreira de Oliveira	150.413.889-97	15.051.751-6
36	Giovana Maria Vieira	152.836.249-78	15.771.787-1
37	Hallana Greta Manoel	086.910.639-20	12.707.225-6
38	Henrique Matheus Delamura	140.707.029-03	15.394.483-0
39	Hilary Lopes da Silva	570.277.858-89	64.903.339-5
40	Igor Campos Fernandes	107.058.339-17	15.312.001-3
41	Isabella Pires da Silva	133.426.799-56	14.829.712-6
42	Isabely Arantes Osti	120.977.839-45	13.711.238-8
43	Isabely Mayara de Sousa Santos	127.653.489-28	14.789.345-0
44	Isadora Amâncio	098.501.689-27	13.431.979-8
45	Jean Henrique Ferraz	107.498.579-60	12.700.025-5
46	João Claudio Hoffmann Ferreira	122.813.239-94	15.615.510-1
47	João Gabriel Borges dos Santos Silva	128.246.039-09	14.829.325-2
48	João Gabriel Caetano Messias	139.609.989-10	15.305.246-8
49	João Henrique da Silva Paula	166.584.869-30	166.584.869-30

50	João Lucas Silva de Souza	077.952.639-25	13.944.092-7
51	João Victor Evangelista Scaramal	089.050.389-30	14.209.030-9
52	João Victor Piccin Cavani	127.322.809-09	16.004.431-4
53	Jordany Rodrigues Paiva	108.291.419-36	15.450.367-6
54	Joyce Pereira de Souza	138.558.889-65	16.030.805-2
55	Julia Gomes da Silva	159.930.219-50	15.950.963-0
56	Julia Martins	144.462.489-01	14.275.650-1
57	Júlia Ortiz Araújo	134.012.049-63	134.012.049-63
58	Karla Heloysa Nogueira Dalcin	146.242.779-02	16.292.386-2
59	Kayke Otávio Marques Campos	148.156.159-69	15.098.115-8
60	Kemily Fernando Carvalho	105.781.179-32	13.711.031-8
61	Kênia Renata Barbosa Flois	040.644.229-02	8.629.917-8
62	Lara Dalcin	139.951.859-32	15.251.314-3
63	Lara Ferro Sayeg Dias	122.181.949-61	15.288.165-7
64	Larissa Angélica Piccin Rossato	151.738.649-74	15.046.111-1
65	Leonardo Giroldo Scaramal	140.832.839-98	15.395.614-6
66	Leonardo dos Santos	130.026.859-09	15.052.492-0
67	Livia Maria Baldon Toresan	155.374.839-55	15.337.203-9
68	Lorena Maria Parreira Canobas	145.941.079-31	145.941.079-31
69	Luiz Guilherme Gonçalves Bronzin	071.470.509-83	14.877.714-4
70	Marcela Luiza Reis	140.834.089-52	15.283.666-0
71	Maria Apª de Fátima de Souza Silva	046.800.709-19	8.629.934-8
72	Maria Eduarda Gomes Ribeiro	103.539.799-45	14.602.872-1
73	Maria Eduarda Pereira Xavier	130.106.356-80	130.106.356-80
74	Mara Eduarda Rocha Silva	071.637.099-94	13.708.620-4
75	Maria Fernanda Mastrascosa Scaramal	139.524.969-52	15.252.666-0
76	Maria Gabriela Jesus da Silva Borsoi	146.256.479-83	146.256.479-83
77	Maria Gabriela Piccin	087.955.049-07	14.509.929-3
78	Maria Isabelly Leite Razaboni	140.843.579-95	15.821.102-5
79	Maria Luiza Calefi Vieira	135.952.399-54	15.915.071-2
80	Maria Luiza Reis Barreto	086.189.209-75	14.376.354-4
81	Maria Vitória Vaz Rodrigues	111.951.889-00	15.608.375-5
82	Matheus Henrique da Costa	124.972.259-40	16.168.211-0
83	Matheus Henrique Oliveira Arruda	149.886.689-16	14.779.591-2
84	Miguel Giovani Domingos	114.997.479-69	14.362.804-3
85	Millena Ghiovanna dos Santos Garcez	158.862.679-21	15.972.876-5
86	Milleny Maria Tiago	125.960.229-07	15.288.726-4
87	Mirian dos Santos Pereira	111.776.319-62	16.529.130-1
88	Nicholas Caldeira da Silva	104.595.699-61	15.863.753-7
89	Nicolly Biazotto Alves	077.145.909-20	14.515.521-5
90	Nicolly Guiraldelli	121.086.769-96	14.521.882-9
91	Otávio Augusto Severo da Silva	130.051.609-71	14.562.689-7
92	Otavio Cezar Neves de Souza	155.531.319-10	155.531.319-10
93	Otavio Ferreira Almeida	111.488.769-28	14.020.313-0
94	Pablo Pereira da Paz Monteiro	129.167.729-10	14.477.655-0
95	Pâmela Gonçalves Paulino	492.730.998-31	59.409.903-1
96	Paolla Nepomuceno Siqueira	129.957.619-24	129.957.619-24
97	Paulo Emanuell da Cunha	088.134.369-20	14.954.101-2
98	Paulo Octavio Lanza de Souza	083.432.269-25	14.935.331-3
99	Pedro Henrique Ferreira Nogueira	121.551.259-76	14.322.387-6
100	Raellen Bragato Cardoso	148.551.959-44	15.685.707-6
101	Rafaela Carvalho Mattesco	126.824.579-83	16.600.658-9
102	Ruanda Coutinho Gomes	111.173.539-58	16.481.768-7
103	Sabrina Samara Piedade	113.777.199-28	14.136.097-3
104	Sara Correa Carvalho Silva	123.103.199-96	14.371.778-0
105	Sara Cristina Gaspar	147.300.399-71	15.520.637-3
106	Sara Hadassa Moura Canonico	138.961.469-71	16.033.242-5
107	Sibelly Vitória Antonio	138.305.029-58	15.218.812-9
108	Sophia Ângela Reis	107.204.619-95	15.150.210-5
109	Thais Ferreira de Deus	144.457.309-80	15.399.776-4
110	Veronica Leite Razaboni Piedade	132.210.289-97	15.821.150-5
111	Victor Cesar Ferreira de Lima	157.496.089-05	16.326.197-9
112	Vitor Hugo Lima dos Santos	138.970.849-70	15.219.221-5
113	Victor Hugo Santos Faria	106.986.409-93	15.038.535-0
114	Victor Luciano Gomes Teodoro	142.297.809-58	15.225.937-9
115	Yasmin Lima dos Santos	138.970.579-05	15.219.209-6
116	Yasmin Rafaela de Souza da Silva	129.881.969-54	14.213.932-4
117	Yuri Pereira dos Santos	137.909.669-32	15.188.127-0

O valor do auxílio será de **R$ 740,00 (setecentos e quarenta reais)** para o **segundo semestre** do ano de 2026, pago em uma única parcela até o dia 20/10/2026.

Sertanópolis, 30 de Setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO

Prefeita Municipal

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO

Diretora Departamento Municipal de Educação

Publicado por:
Vilma de Souza Correa
Código Identificador:78C52EDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.458/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Decreto nº 4458/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 54.957,12 (cinqüenta e quatro mil novecentos e cinqüenta e sete reais e doze centavos)** , destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.2.010.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
109 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.033.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
437 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
496 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
08.002.15.452.0012.2.101.		MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL	
532 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.044.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
560 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.005.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
11.005.08.241.0003.1.084.		EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
1757 - 4.4.90.52.00.00	2934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.457,12
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.2.122.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1409 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
Total Suplementação:			**54.957,12**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.1.047.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
100 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.033.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
424 - 3.1.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	17.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.1.078.		EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1171 - 4.4.90.52.00.00	2934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.457,12
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Esportes	
14.002.27.812.0008.1.046.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1415 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	500,00
Total Redução:			**54.957,12**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

VALTER PERES

Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA

Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:7E9E2B68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA 25/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade: Dispensa

Objeto: Contratação de serviço profissional de decoração de eventos para o IV Encontro Regional de Vigilância Sanitária, a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de outubro.

Contratada: FATIMA GASPAROTTO ANDRADE 66127564972, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 36.188.536/0001-20 , com sede a AV EUCLIDES DA CUNHA, 582 - CENTRO Terra Rica - PR CEP: 87890000,

Relação de itens e valor total da contratação:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
FATIMA GASPAROTTO ANDRADE 66127564972 - MATRIZ	1	1	SERVIÇO DE DECORAÇÃO DE EVENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA Características mínimas: Prestação de serviço de decoração para o IV Encontro Regional de Vigilância Sanitária, a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de outubro, incluindo o fornecimento de flores, tecidos, estruturas e demais materiais necessários à composição decorativa do ambiente, bem como transporte, montagem, desmontagem e mão de obra necessária à completa execução do serviço. Prazos: Toda a estrutura decorativa deverá estar completamente montada e organizada até o dia 06 de outubro. As flores deverão ser entregues e posicionadas no local do evento no dia 07 de outubro, até as 7h da manhã. A desmontagem e retirada dos materiais deverá ocorrer a partir das 13h do dia 09 de outubro. Qualidade dos materiais: Os tecidos, flores, estruturas e demais materiais utilizados deverão estar em condições adequadas de conservação, limpeza e apresentação, compatíveis com decoração de evento institucional, sem manchas, rasgos, quebras, ferrugem, deformações ou outros defeitos visíveis. As flores deverão apresentar aspecto fresco e adequado durante o período do evento. Responsabilidades da contratada: A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, transporte, carga e descarga, montagem, organização, desmontagem e retirada dos elementos decorativos, bem como por toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários. Eventuais materiais que apresentem condições inadequadas deverão ser substituídos sem custo adicional para a Administração. A decoração compreende, no mínimo, os seguintes itens: 1 - TOALHAS DE MESA LISAS: Quantidade: 20. Toalhas confeccionadas em tecido Oxford ou similar, em adequado estado de conservação e apresentação, destinadas à cobertura completa das mesas utilizadas no evento. Comprimento aproximado de 3,00 metros. Cores: verde e branco. 2 - ARRANJOS DE FLORES ORNAMENTAIS: Quantidade: 20. Arranjos florais para centro de mesa e/ou recepção, compostos por flores naturais e folhagens, montados em base ou recipiente discreto e adequado à decoração. Flor predominante: margarida branca. Dimensões aproximadas: 10 cm de diâmetro e 20 cm de altura, admitida variação de até 10%. 3 - MESA DE APOIO PARA BUFFET: Quantidade: 01. Mesa retangular destinada à exposição de alimentos, bandejas e utensílios, com estrutura firme, estável e acabamento adequado para utilização em evento. Dimensões aproximadas: 75 cm de altura, 300 cm de comprimento e 110 cm de largura, admitida variação de até 10%. 4 - CORTINA PARA FECHAMENTO DE PAREDE/COZINHA: Quantidade: 01. Fechamento em tecido voal, Oxford ou similar, na cor branca, destinado ao isolamento visual e ambientação da área de serviço/cozinha, incluindo estrutura ou sistema de fixação removível necessário à instalação. Área aproximada a ser coberta: 280 cm de altura por 800 cm de comprimento. 5 - MESA DE APOIO PARA SERVIÇO DE CAFÉ:	PROPRIA	1,00	3.347,62

			Quantidade: 01. Mesa redonda destinada à recepção e/ou serviço de coffee break, confeccionada em madeira, MDF, metal ou material similar, com estrutura firme e acabamento adequado à decoração do evento. Diâmetro aproximado de 160 cm, admitida variação de até 10%. 6 - PAINEL CENOGRÁFICO DE ENTRADA: Quantidade: 01. Composição decorativa destinada à entrada do evento, formada por painel de fundo estruturado, arco de balões, tapete/passadeira e quatro arranjos florais. Estrutura autoportante, desmontável e estável, em metal ou material de resistência equivalente, para painel com dimensões aproximadas de 150 cm de altura por 200 cm de largura. Arco de balões com aproximadamente 4 metros de comprimento, utilizando balões tamanho aproximado nº 9, nas cores verde e branco. Tapete ou passadeira na cor verde, para cobertura de área aproximada de 250 cm por 200 cm. Quatro arranjos com flores naturais, predominantemente margaridas brancas, instalados em vasos decorativos, com dimensões proporcionais à composição e altura total aproximada de 1,10 metro. 7 - ESTRUTURA CENOGRÁFICA DE PALCO - PAINEL: Quantidade: 01. Painel de fundo destinado à ambientação da área de palco e palestrantes, instalado em estrutura metálica autoportante, modular, desmontável e estável, com dimensões aproximadas de 4,00 metros de largura por 2,00 metros de altura (admite-se variação de 10%). A estrutura deverá possuir base adequada para garantir estabilidade e segurança durante todo o evento. 8 - AMBIENTAÇÃO DO HALL DE ENTRADA: Quantidade: 01. Composição decorativa para o hall de entrada, contendo plantas ornamentais naturais ou permanentes em vasos decorativos, painel decorativo, arco de balões, tapetes/passadeiras e cortina de fundo. Painel com dimensões aproximadas de 150 cm de altura por 200 cm de largura (admite-se variação de 10%). Arco de balões com aproximadamente 200 cm de comprimento, utilizando balões tamanho aproximado nº 9, nas cores verde e branco. Tapetes ou passadeiras para cobertura de área aproximada de 250 cm por 200 cm. Cortina branca para cobertura aproximada de 250 cm de altura por 800 cm de comprimento. LOCAL DE MONTAGEM:Associação Comercial e Industrial de Terra Rica – ACITRA, situada na Rua Carlos Siunji Sawada, nº 263, Terra Rica/PR.			

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso II. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2770	05.002.10.305.0012.2098	61494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 30/09/2026 .*

Ratificação: *Prefeito Municipal, em 30/09/2026.*

Terra Rica, 29/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:785BC95F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 435/2026

DECRETO Nº 435/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 de dezembro de 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 150.848,61 (Cento e Cinqüenta Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta e Um Centavos)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0012.2098	Gestão e Manutenção da Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2745	61494-INC. FIN. AOS EST., DF E MUN. PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIG. FTE 61494	5.848,60
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1976	78494-CEF-569569696-4 INCREMENTO DO PAP EMENDA 28740010/2026 FTE 78494	50.000,00
1977	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	50.000,00
10.303.0012.2083	Atendimento a Assistência Farmacêutica	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2514	05518-CEF 63-7 INCENTIVO A ORGANIZ. DA ASSIST. FARMACÊUTICA - INVESTIM - FTE 5518	0,01
2512	22518-BB 24870-3 FAF REPAS FINANC ASSIST FARMAC RESOL SESA 1472- INVEST FTE 22518.	10.000,00
	SUBTOTAL	115.848,61
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2055	Manutenção e Atendimento PSE-Alta e Média Complexidade -Proteção Social Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3440	01939-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	20.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
	TOTAL	150.848,61

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 150.848,61

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Cancelamento no valor **R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3310	01939-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 20.000,00

II- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$** 25**.000,01 (Vinte e Cinco Mil Reais e Um centavo**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
05518	CEF 63-7 INCENTIVO A ORGANIZ. DA ASSIST. FARMACÊUTICA - INVESTIM - FTE 5518	0,01
22518	BB 24870-3 FAF REPAS FINANC ASSIST FARMAC RESOL SESA 1472- INVEST FTE 22518.	10.000,00
	TOTAL	25.000,01

III- Excesso de arrecadação de receita, no valor de **R$ 105.848,60 (Cento e Cinco Mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)** contabilizado na seguinte rubrica:

1.7.1.3.50.1.1.31.00.00.00.00 CEF-569569696-4 INCREMENTO DO PAP EMENDA 28740010/2026 FTE 78494 .....50.000,00

1.7.1.3.50.1.1.34.00.00.00.00 CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494.....50.000,00

1.7.1.3.50.3.1.01.00.00.00.00 INC. FIN. AOS EST., DF E MUN. PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIG.....5.848,60

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais das Cotas de Receita

Fonte: 78494 Outubro R$ 50.000,00

Fonte: 82494 Outubro R$ 50.000,00

Fonte: 61494 Outubro R$ 5.848,60

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 00000 Outubro R$ 15.000,00

Fonte: 05518 Outubro R$ 0,01

Fonte: 225184 Outubro R$ 10.000,00

Fonte: 78494 Outubro R$ 50.000,00

Fonte: 82494 Outubro R$ 50.000,00

Fonte: 61494 Outubro R$ 5.848,6F

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 30 de setembro de 2026 (30/06/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:4345271D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 88/2026 INEXIGIBILIDADE 39/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO REISEN – ECOSSISTEMA INTELIGENTE DE TURISMO, MEDIANTE ADESÃO AO PACOTE BÁSICO, 15 TRADE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL/PR.	REISEN CLUBE – MÍDIA E TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 61.072.097/0001-32	29/09/2026	01/10/2026	30/09/2027	R$ 19.200,00

Tijucas do Sul, 30 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:640BC771

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RGF - 2º Q. 2026 CORRIGIDO

CAMARA MUNICIPAL TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER LEGISLATIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO		
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.215.549,78	-
Pessoal Ativo	2.215.549,78	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.918.017,34	-
Obrigações Patronais	297.532,44	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198,	-	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.215.549,78	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.642.122,16	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	88.642.122,16	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.215.549,78	2,50
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.318.527,33	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.052.600,96	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.786.674,60	5,40
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 30/Set/2026, 10h e 33m.		

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:698D0D16

CÂMARA MUNICIPAL
RGF 2º Q. SIMPLIFICADO CORRIGIDO

CAMARA MUNICIPAL TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER LEGISLATIVO	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
2º QUADRIMESTRE DE 2026	
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**
Receita Corrente líquida	88.642.122,16
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	88.642.122,16
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoa	88.642.122,16
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	2.215.549,78 2,50
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	5.318.527,33 6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%	5.052.600,96 5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	4.786.674,60 5,40
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 30/Set/2026, 10h e 37m.	

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:A79942F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.589.390,07	58.605.445,07	9.530.431,63	16,26	43.078.224,56	73,51	15.527.220,51
RECEITAS CORRENTES	50.089.390,07	51.318.955,07	8.335.301,72	16,24	32.960.027,70	64,23	18.358.927,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.082.080,07	5.082.080,07	1.006.623,15	19,81	3.321.226,67	65,35	1.760.853,40
Impostos	4.594.109,07	4.594.109,07	935.304,91	20,36	2.987.421,16	65,03	1.606.687,91
Taxas	487.971,00	487.971,00	71.318,24	14,62	333.805,51	68,41	154.165,49
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	217.568,00	217.568,00	78.571,64	36,11	203.984,07	93,76	13.583,93
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	217.568,00	217.568,00	78.571,64	36,11	203.984,07	93,76	13.583,93
RECEITA PATRIMONIAL	411.779,00	429.693,00	404.439,93	94,12	1.242.950,36	289,26	-813.257,36
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	411.779,00	429.693,00	404.439,93	94,12	1.242.950,36	289,26	-813.257,36
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.746,00	2.746,00	826,00	30,08	2.853,25	103,91	-107,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	2.746,00	2.746,00	826,00	30,08	2.853,25	103,91	-107,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.332.579,00	45.544.230,00	6.806.254,39	14,94	28.107.127,95	61,71	17.437.102,05
Transferências da União e de suas Entidades	24.056.354,00	25.263.505,00	4.077.747,56	16,14	16.177.717,36	64,04	9.085.787,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.424.682,00	11.429.182,00	1.482.865,55	12,97	6.627.519,55	57,99	4.801.662,45
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.851.543,00	8.851.543,00	1.245.641,28	14,07	5.301.891,04	59,90	3.549.651,96
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.638,00	42.638,00	38.586,61	90,50	81.885,40	192,05	-39.247,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	17.997,17	0,00	17.997,17	0,00	-17.997,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.014,00	5.014,00	155,76	3,11	1.630,57	32,52	3.383,43
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	37.624,00	37.624,00	20.433,68	54,31	62.257,66	165,47	-24.633,66
RECEITAS DE CAPITAL	4.500.000,00	7.286.490,00	1.195.129,91	16,40	10.118.196,86	138,86	-2.831.706,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	79.950,00	257.400,00	321,95	257.400,00	321,95	-177.450,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	79.950,00	257.400,00	321,95	257.400,00	321,95	-177.450,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.500.000,00	7.206.540,00	937.729,91	13,01	9.860.796,86	136,83	-2.654.256,86
Transferências da União e de suas Entidades	4.500.000,00	5.459.040,00	0,00	0,00	4.418.266,95	80,93	1.040.773,05
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	1.747.500,00	937.729,91	53,66	5.442.529,91	311,45	-3.695.029,91
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	54.589.390,07	58.605.445,07	9.530.431,63	16,26	43.078.224,56	73,51	15.527.220,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	54.589.390,07	58.605.445,07	9.530.431,63	16,26	43.078.224,56	73,51	15.527.220,51
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	54.589.390,07	58.605.445,07	9.530.431,63	16,26	43.078.224,56	73,51	15.527.220,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	6.996.023,28	-	-	6.996.023,28	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	6.996.023,28	-	-	3.617.989,65	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS

	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	49.542.575,07	61.429.457,27	6.577.735,71	39.296.996,81	22.132.460,46	8.730.506,04	32.730.905,73	28.698.551,54	32.601.017,88
DESPESAS CORRENTES	42.947.610,58	45.298.069,49	6.178.991,66	28.873.368,69	16.424.700,80	6.661.474,22	25.169.233,11	20.128.836,38	25.067.318,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.938.799,60	20.557.569,60	3.022.456,89	12.564.495,50	7.993.074,10	3.051.366,01	12.535.586,68	8.021.982,92	12.478.123,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.050.000,00	907.876,60	96.337,03	548.109,93	359.766,67	101.828,09	548.109,93	359.766,67	548.109,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.958.810,98	23.832.623,29	3.060.197,74	15.760.763,26	8.071.860,03	3.508.280,12	12.085.536,50	11.747.086,79	12.041.085,51
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	21.958.810,98	23.832.623,29	3.060.197,74	15.760.763,26	8.071.860,03	3.508.280,12	12.085.536,50	11.747.086,79	12.041.085,51
DESPESAS DE CAPITAL	6.344.964,49	15.881.387,78	398.744,05	10.423.628,12	5.457.759,66	2.069.031,82	7.561.672,62	8.319.715,16	7.533.699,06
INVESTIMENTOS	4.944.964,49	14.531.387,78	174.534,84	9.423.698,45	5.107.689,33	1.844.822,61	6.561.742,95	7.969.644,83	6.533.769,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.400.000,00	1.350.000,00	224.209,21	999.929,67	350.070,33	224.209,21	999.929,67	350.070,33	999.929,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.746.815,00	2.793.621,40	234.111,73	1.971.378,26	822.243,14	524.777,83	1.390.046,06	1.403.575,34	1.390.046,06
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	52.289.390,07	64.223.078,67	6.811.847,44	41.268.375,07	22.954.703,60	9.255.283,87	34.120.951,79	30.102.126,88	33.991.063,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	52.289.390,07	64.223.078,67	6.811.847,44	41.268.375,07	22.954.703,60	9.255.283,87	34.120.951,79	30.102.126,88	33.991.063,94
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	1.809.849,49	-	-	8.957.272,77	-	9.087.160,62
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	52.289.390,07	64.223.078,67	6.811.847,44	43.078.224,56	-	9.255.283,87	43.078.224,56	-	43.078.224,56
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 02m.									

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.746.815,00	2.793.621,40	234.111,73	1.971.378,26	822.243,14	524.777,83	1.390.046,06	1.403.575,34	1.390.046,06
DESPESAS CORRENTES	2.746.815,00	2.793.621,40	234.111,73	1.971.378,26	822.243,14	524.777,83	1.390.046,06	1.403.575,34	1.390.046,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.611.500,00	1.776.290,00	234.111,73	954.046,91	822.243,09	234.111,73	954.046,91	822.243,09	954.046,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.135.315,00	1.017.331,40	0,00	1.017.331,35	0,05	290.666,10	435.999,15	581.332,25	435.999,15

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:40257A4F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	51.318.955,07	32.960.027,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.082.080,07	3.321.226,67
IPTU	408.489,00	311.691,76
ISS	1.758.093,25	1.442.157,03
ITBI	225.463,00	245.132,99
IRRF	2.202.063,82	988.439,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	487.971,00	333.805,51
Contribuições	217.568,00	203.984,07
Receita Patrimonial	429.693,00	1.242.950,36
Aplicações Financeiras (II)	429.693,00	1.242.950,36
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.544.230,00	28.107.127,95
Cota-Parte do FPM	20.782.400,00	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	8.840.812,00	4.951.256,57
Cota-Parte do IPVA	1.423.199,00	840.767,73
Cota-Parte do ITR	7.908,00	982,98
Transferências da LC 61/1989	141.287,00	78.632,28
Transferências do FUNDEB	8.964.851,00	5.968.756,07
Outras Transferências Correntes	5.383.773,00	4.291.870,53

Demais Receitas Correntes	45.384,00	84.738,65
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	45.384,00	84.738,65
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	50.889.262,07	31.717.077,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.286.490,00	10.118.196,86
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	79.950,00	257.400,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	79.950,00	257.400,00
Transferências de Capital	7.206.540,00	9.860.796,86
Convênios	7.206.540,00	7.500.221,95
Outras Transferências de Capital	0,00	2.360.574,91
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	7.286.490,00	10.118.196,86
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	58.175.752,07	41.835.274,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	58.175.752,07	41.835.274,20

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	48.091.690,89	30.844.746,95	26.559.279,17	26.457.364,88	259.950,82	990.703,49	990.703,49
Pessoal e Encargos Sociais	22.333.859,60	13.518.542,41	13.489.633,59	13.432.170,29	57.581,01	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	907.876,60	548.109,93	548.109,93	548.109,93	0,00	36.121,87	36.121,87
Outras Despesas Correntes	24.849.954,69	16.778.094,61	12.521.535,65	12.477.084,66	202.369,81	954.581,62	954.581,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	47.183.814,29	30.296.637,02	26.011.169,24	25.909.254,95	259.950,82	954.581,62	954.581,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.121,87	36.121,87
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	15.881.387,78	10.423.628,12	7.561.672,62	7.533.699,06	0,00	1.990.608,95	1.990.608,95
Investimentos	14.531.387,78	9.423.698,45	6.561.742,95	6.533.769,39	0,00	1.959.358,95	1.959.358,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.350.000,00	999.929,67	999.929,67	999.929,67	0,00	31.250,00	31.250,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	14.531.387,78	9.423.698,45	6.561.742,95	6.533.769,39	0,00	1.959.358,95	1.959.358,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	250.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	61.965.202,07	39.720.335,47	32.572.912,19	32.443.024,34	259.950,82	2.913.940,57	2.913.940,57
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	61.965.202,07	39.720.335,47	32.572.912,19	32.443.024,34	259.950,82	2.913.940,57	2.913.940,57

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**6.218.358,47**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**6.218.358,47**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.242.950,36
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	584.231,80
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**6.877.077,03**

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	6.867.033,79	5.835.854,12
DEDUÇÕES (XL)	13.250.721,27	17.658.681,60
Disponibilidade de Caixa	13.250.721,27	17.658.681,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.574.181,43	17.849.475,74
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	265.370,67	135.307,70
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.089,49	55.486,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-6.383.687,48	-11.822.827,48
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**5.439.140,00**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-130.062,97
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV +	
XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**5.309.077,03**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**4.650.358,47**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.996.023,28
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.996.023,28
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 13m.	

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e		
Finanças		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:9B81CCC5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			
RREO – ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	79.950,00	267.260,58	-187.310,58
Receita de Alienação de Bens Móveis	79.950,00	257.400,00	-177.450,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimento de Aplicações Finance	0,00	9.860,58	-9.860,58

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	229.550,00	229.464,00	149.532,00	149.532,00	79.932,00	0,00	86,00
Despesas de Capital	229.550,00	229.464,00	149.532,00	149.532,00	79.932,00	0,00	86,00
Investimentos	229.550,00	229.464,00	149.532,00	149.532,00	79.932,00	0,00	86,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	145.193,64	267.260,58	412.454,22
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 24m.			
MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***		***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O		Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS			
Secretário Municipal de Administração e Finanças			

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:C93BB96C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
(REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I) JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	15.881.387,78	10.423.628,12	5.457.759,66
Investimentos	14.531.387,78	9.423.698,45	5.107.689,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.350.000,00	999.929,67	350.070,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	15.881.387,78	10.423.628,12	5.457.759,66
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	**15.881.387,78**	**10.423.628,12**	**5.457.759,66**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA,emitido em 25/set/2026 as 11h e 23m.			
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:1BBD9D4A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO		
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**4.594.109,07**	**2.987.421,16**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	408.489,00	311.691,76
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	225.463,00	245.132,99
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.758.093,25	1.442.157,03
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.202.063,82	988.439,38
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**38.489.506,00**	**22.088.313,97**
2.1- Cota-Parte FPM	25.473.000,00	14.748.764,75
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	23.453.000,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.020.000,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	11.051.015,00	6.189.070,54
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	176.608,00	98.290,31
2.4- Cota-Parte ITR	9.884,00	1.228,65
2.5- Cota-Parte IPVA	1.778.999,00	1.050.959,72
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**43.083.615,07**	**25.075.735,13**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 7.293.901,20 R$**	**4.241.813,13**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**3.477.002,57**	**2.027.120,65**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**9.073.706,00**	**6.014.073,53**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.960.398,00	5.347.208,50
6.1.1- Principal	8.851.543,00	5.301.891,04
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	108.855,00	45.317,46
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	20.318,67
6.2.1- Principal	0,00	20.318,67
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	113.308,00	243.896,05
6.3.1- Principal	113.308,00	243.896,05
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	402.650,31

6.4.1- Principal	0,00	402.650,31
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**1.557.641,80**	**1.060.077,91**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS	**VALOR**	
(SUPERÁVIT)		
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**17.444,66**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.048,66	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	16.396,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**6.031.518,19**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**9.073.706,00**	**5.034.953,81**	**5.006.044,99**	**4.991.461,82**	**28.908,82**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.507.200,70	4.198.339,40	4.198.339,40	4.183.756,23	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.131.315,60	1.178.264,76	1.178.264,76	1.174.495,88	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.628.435,10	2.430.464,88	2.430.464,88	2.422.212,42	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	707.950,00	589.609,76	589.609,76	587.047,93	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.566.505,30	836.614,41	807.705,59	807.705,59	28.908,82
10.2.1- Educação Infantil	772.700,00	184.158,37	184.158,37	184.158,37	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	752.392,40	210.540,21	210.540,21	210.540,21	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	202.912,90	148.169,04	119.260,22	119.260,22	28.908,82
10.2.5- Administração Geral	832.500,00	293.746,79	293.746,79	293.746,79	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**5.034.953,81**	**5.006.044,99**	**4.991.461,82**	**28.908,82**	**0,00**	**0,00**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.002.500,08	4.973.591,26	4.959.008,09	28.908,82	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	32.453,73	32.453,73	32.453,73	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.198.339,40	4.198.339,40	4.183.756,23	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.270,79	3.270,79	3.270,79	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.927.996,25	4.198.339,40	4.198.339,40	74,82
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	121.948,03	3.270,79	3.270,79	1,34
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	36.584,41	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	601.407,35	1.008.028,54	1.008.028,54	406.621,19	16,76

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	784.426,39	1.048,66	0,00	0,00	1.048,66	1.048,66
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB -	742.051,58	1.048,66	0,00	0,00	1.048,66	1.048,66

Impostos e Transferências de Impostos						
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	42.374,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**4.030.423,77**	**2.036.648,48**	**1.633.859,30**	**1.633.793,00**	**402.789,18**
CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS					
20.1- Educação Infantil	703.311,46	328.487,45	235.471,60	235.471,60	93.015,85
20.2- Ensino Fundamental	2.083.657,48	1.252.441,70	1.019.728,94	1.019.697,57	232.712,76
20.3- Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	853.454,83	423.870,66	360.863,59	360.828,66	63.007,07
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	380.000,00	31.848,67	17.795,17	17.795,17	14.053,50
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**10.071.812,04**	**5.584.357,37**	**5.258.628,76**	**5.246.576,05**	**325.728,61**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.607.327,06	1.690.910,58	1.597.894,73	1.594.125,85	93.015,85
21.1.1- Creche	3.607.327,06	1.690.910,58	1.597.894,73	1.594.125,85	93.015,85
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.464.484,98	3.893.446,79	3.660.734,03	3.652.450,20	232.712,76

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.633.859,30
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.241.813,13
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	406.621,19
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	1.048,66
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**5.468.002,59**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.268.933,78	5.468.002,59	21,81

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**208.345,16**	**128.237,94**	**139.666,69**	**0,00**	**68.678,47**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	177.077,23	115.598,76	115.598,76	0,00	61.478,47
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	5.011,46	0,00	5.011,46	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	26.256,47	12.639,18	19.056,47	0,00	7.200,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**5.980.225,00**	**2.512.153,90**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**945.365,00**	**631.862,89**
31.1.1- Salário-Educação	664.050,00	430.149,41
31.1.2- PDDE	0,00	337,34
31.1.3- PNAE	224.078,00	144.240,90
31.1.4 - PNATE	57.237,00	53.431,02
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	3.704,22
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**4.500.000,00**	**1.572.392,63**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**534.860,00**	**307.898,38**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**6.305.512,04**	**1.146.371,31**	**744.556,30**	**741.097,44**	**401.815,01**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.535.050,00	3.053,10	0,00	0,00	3.053,10
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	3.890.177,00	414.100,64	217.187,37	217.187,37	196.913,27
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	300.000,00	169.486,99	138.337,27	138.337,27	31.149,72
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	580.285,04	559.730,58	389.031,66	385.572,80	170.698,92
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**19.409.641,81**	**8.217.973,60**	**7.384.460,59**	**7.366.352,26**	**833.513,01**

(10 + 20 + 32)					
33.1- Despesas Correntes	**14.834.641,81**	**8.183.232,18**	**7.349.719,17**	**7.331.610,84**	**833.513,01**
33.1.1- Pessoal Ativo	7.804.300,70	4.426.189,92	4.426.189,92	4.411.606,75	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	202.912,90	148.169,04	119.260,22	119.260,22	28.908,82
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.827.428,21	3.608.873,22	2.804.269,03	2.800.743,87	804.604,19
33.2- Despesas de Capital	**4.575.000,00**	**34.741,42**	**34.741,42**	**34.741,42**	**0,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	4.575.000,00	34.741,42	34.741,42	34.741,42	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	48.712,59	65.384,55
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	6.014.073,53	430.149,41
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	5.238.551,75	319.802,31
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	824.234,37	175.731,65
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	82,77	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	824.151,60	175.731,65
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 19m.		

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e Finanças		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DC389C3C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)	R$ 1,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	11.307.365,62	6.649.584,81
Receita de Contribuições dos Segurados	1.656.300,60	1.010.540,29
Ativo	1.617.743,76	984.724,67
Inativo	38.556,84	25.815,62
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.617.743,76	984.724,65
Ativo	1.617.743,76	984.724,65
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.239.382,13	4.208.580,18
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	7.239.382,13	4.208.580,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	793.939,13	445.739,69
Compensação Financeira entre os regimes	18.574,38	9.740,54
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	775.364,75	435.999,15
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**10.532.000,87**	**6.213.585,66**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	3.140.000,00	2.041.828,03	2.041.828,03	2.038.861,67	0,00
Aposentadorias	2.650.000,00	1.771.603,39	1.771.603,39	1.771.603,39	0,00
Pensões por Morte	490.000,00	270.224,64	270.224,64	267.258,28	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**3.165.000,00**	**2.041.828,03**	**2.041.828,03**	**2.038.861,67**	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**7.367.000,87**	**4.171.757,63**	**4.171.757,63**	**4.174.723,99**	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR					0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR					8.037.949,26

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	435.999,15	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	2.413.404,35	
Outros Bens e Direitos	35.561.354,81	
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.473,93	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	0,00	
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	260.616,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	229.116,36	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	103.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**364.416,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**-364.416,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.179,50
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
MARCO ANTONIO BALDAO		***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***		***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***	
Prefeito Municipal		Contador CRC nº 056020/O		Controladora Interna	
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS					
Secretário Municipal de Administração e					

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:3BD072D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 724/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORC. (%)	**SERVIDOR**	**FUNÇÃO**	**INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS**	**MATRICULA**	**A PARTIR DE:**
80%	**SOLANGE APARECIDA SOARES DOS SANTOS**	**PEDAGOGO**	**CMEI MARIA FLENIK**	**1512287 e 991505049**	**01/09/2026**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:70992568

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR CONTABILIDADE
RREO - EXECUTIVO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25		R$ 1,00	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO	***TACIANE APARECIDA MACIEL CORADIN***	***RICARDO SOARES***
Prefeito	Contadora	Controle Interno
MARCOS ANDRE ALVES DE SOUZA		
Secretário(a) de Administração		

Publicado por:
Francielli Maschio
Código Identificador:B133E74A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DIVIDA ATIVA Nº. 002/2026 - DEFAT

(prazo de 30 dias)

O **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, km 20, Sede, Campo Magro – PR, por intermédio do Senhor Prefeito **Rilton Boza**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDOa obrigação constitucional e infraconstitucional de efetiva arrecadação das receitas tributárias de sua competência, em estrita observância ao princípio da responsabilidade na gestão fiscal previsto no art. 11 da Lei Complementar Federal **nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDOa necessidade de assegurar a supremacia do interesse público na manutenção dos serviços essenciais, bem como conferir ampla publicidade e transparência aos atos da administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDOa observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, consagrados no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDOo esgotamento ou a frustração das tentativas ordinárias de notificação pessoal dos sujeitos passivos;

TORNA PÚBLICOo presente **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**, referente a débitos do exercício de **2024**, nos termos do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº. 5.172/1966), da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980), da Lei Federal de Protesto (Lei 9.492/1997)e do Código Tributário Municipal (Lei Municipal 036/1997), para os seguintes fins:

1. NOTIFICAÇÃO: Ficam os contribuintes discriminados no Anexo deste Edital, devidamente **NOTIFICADOS** a regularizarem suas pendências fiscais, no prazo improrrogável de 30(trinta) dias, contados da data da publicação deste ato.

2. MODALIDADES DE REGULARIZAÇÃO: A quitação poderá ser efetuada mediante pagamento integral á vista ou a adesão a parcelamento administrativo, em conformidade com a legislação municipal aplicável.

3. CONSEQUENCIA DO INADIMPLEMENTO: O decurso do prazo fixado sem a regularização do débito ou a formalização de acordo de parcelamento ensejará:

a) A inclusão do nome do contribuinte em cadastros de proteção de crédito e o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa (CDA), nos termos do art. 1º., paragrafo único, da Lei Federal nº. 9.492/1997);

b) O ajuizamento da competente Ação de Execução Fiscal perante o Poder Judiciário, com incidência de Juros de mora, atualização monetária, penalidades cabíveis, custas judiciais e honorários advocatícios (Lei Federal nº. 6.830/1980).

Assim, nos termos da Lei Federal **nº 6.830/1980** e da **Lei Municipal nº 0294/2003**, ficam os contribuintes relacionados no Anexo **NOTIFICADOS** para, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da publicação deste Edital, regularizarem seus débitos mediante pagamento à vista ou parcelamento, na forma da legislação vigente.

O não pagamento ou parcelamento dos débitos no prazo estabelecido poderá implicar a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, incluindo a inscrição/manutenção nos órgãos de proteção ao crédito e o posterior **protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa**, bem como o ajuizamento de **Ação de Execução Fiscal**, com os acréscimos legais, custas e demais despesas processuais cabíveis.

Contribuinte	Imóvel	Inscrição Imobiliaria	Cpf/Cnpj
6748 - ANTONIO MARCIO FURTADO	34581	02.07.15.013.0140.01.2	860.xxxxxxxx
6748 - ANTONIO MARCIO FURTADO	3217	02.07.15.013.0140.01.1	860.xxxxxxxx
6748 - ANTONIO MARCIO FURTADO	34582	02.07.15.013.0140.01.3	860.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31722	01.01.01.001.0002.01.3	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	3247	01.01.01.001.0002.01.1	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31721	01.01.01.001.0002.01.2	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	33634	01.01.01.001.0002.01.9	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	33633	01.01.01.001.0002.01.8	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31723	01.01.01.001.0002.01.4	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31726	01.01.01.001.0002.01.7	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31724	01.01.01.001.0002.01.5	117.xxxxxxxx
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	31725	01.01.01.001.0002.01.6	117.xxxxxxxx
545 - JOSÉ APARECIDO TEZA	34996	02.03.03.006.0003.01.3	364.xxxxxxxx
545 - JOSÉ APARECIDO TEZA	30939	02.03.03.006.0003.01.2	364.xxxxxxxx
545 - JOSÉ APARECIDO TEZA	900	02.03.03.006.0003.01.1	364.xxxxxxxx
13 - JOÃO DA SILVA LIMA	20	02.09.13.012.0004.01.1	905.xxxxxxxx
13 - JOÃO DA SILVA LIMA	19	02.09.13.012.0004.01.2	905.xxxxxxxx
8800 - ELEIDE CORDEIRO DA SILVEIRA	401	02.02.02.021.0005.01.1	023.xxxxxxxx
448 - TRIÂNGULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA S/C	753	02.03.03.010.0004.01.2	78.147.097/0001-57
448 - TRIÂNGULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA S/C	767	02.03.03.010.0006.01.1	78.147.097/0001-57
448 - TRIÂNGULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA S/C	752	02.03.03.010.0004.01.1	78.147.097/0001-57
448 - TRIÂNGULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA S/C	784	02.03.03.014.0012.01.1	78.147.097/0001-57
473 - JOSÉ VENANCIO DE SOUZA SANTOS	736	02.02.02.007.0001.01.1	019.xxxxxxxxx
5426 - SEVERINO KMIECIK	34784	01.01.04.006.0002.01.6	456.xxxxxxxx
5426 - SEVERINO KMIECIK	35975	01.01.04.006.0002.01.8	456.xxxxxxxx
5426 - SEVERINO KMIECIK	31311	01.01.04.006.0002.01.2	456.xxxxxxxx
5426 - SEVERINO KMIECIK	35976	01.01.04.006.0002.01.7	456.xxxxxxxx
5426 - SEVERINO KMIECIK	34748	01.01.04.006.0002.01.5	456.xxxxxxxx

5426 - SEVERINO KMIECIK	3336	01.01.04.006.0002.01.1	456.xxxxxxxx
1497 - MARIA CELIA DOMINGUES	32566	04.01.01.005.0015.01.1	018.xxxxxxxx
38866 - DENISE DE CARVALHO TORRES	1251	02.04.04.002.0047.01.1	319.xxxxxxxx
38866 - DENISE DE CARVALHO TORRES	1376	02.04.04.005.0206.01.0	319.xxxxxxxx
38866 - DENISE DE CARVALHO TORRES	1379	02.04.04.005.0209.01.1	319.xxxxxxxx
38866 - DENISE DE CARVALHO TORRES	1381	02.04.04.005.0211.01.0	319.xxxxxxxx
38866 - DENISE DE CARVALHO TORRES	1380	02.04.04.005.0210.01.0	319.xxxxxxxx
2053 - NILTON FERREIRA DE MORAIS	3205	02.07.15.012.0125.01.1	307.xxxxxxxx
2053 - NILTON FERREIRA DE MORAIS	35874	02.07.15.012.0125.01.3	307.xxxxxxxx
2053 - NILTON FERREIRA DE MORAIS	33836	02.07.15.012.0125.01.2	307.xxxxxxxx
24315 - JUSSARA FERNANDES DA LUZ	35093	02.07.07.009.0073.01.2	537.xxxxxxxx
24315 - JUSSARA FERNANDES DA LUZ	2756	02.07.07.009.0073.01.1	537.xxxxxxxx
100 - MARIA DOS SANTOS AIFELDER	118	02.07.07.009.0073.01.1	985.xxxxxxxx
100 - MARIA DOS SANTOS AIFELDER	116	02.09.12.004.0007.01.1	985.xxxxxxxx
100 - MARIA DOS SANTOS AIFELDER	36635	02.09.12.004.0007.01.7	985.xxxxxxxx
100 - MARIA DOS SANTOS AIFELDER	117	02.09.12.004.0007.01.2	985.xxxxxxxx
100 - MARIA DOS SANTOS AIFELDER	30998	02.09.12.004.0007.01.4	985.xxxxxxxx
23547 - LUIZ CARLOS DA SILVA	1297	02.04.04.003.0121.01.1	037.xxxxxxxx
519 - GERALDO RAYMUNDO DE SOUZA	835	02.03.03.016.0004.01.1	728.xxxxxxxx
519 - GERALDO RAYMUNDO DE SOUZA	33099	02.03.03.016.0004.01.2	728.xxxxxxxx
519 - GERALDO RAYMUNDO DE SOUZA	836	02.03.03.016.0005.01.1	728.xxxxxxxx
762 - LUCIANA APARECIDA COLETE NEVES	1212	02.04.04.016.0081.01.1	861.xxxxxxxx
4775 - MARCELO PRESTES DOS SANTOS	236	02.10.14.004.0077.01.1	027.xxxxxxxx
697 - PALMER LOERTA MONTEIRO BICUDO	33971	02.09.11.011.0009.03.3	005.xxxxxxxx
697 - PALMER LOERTA MONTEIRO BICUDO	34972	02.09.11.011.0009.04.1	005.xxxxxxxx
697 - PALMER LOERTA MONTEIRO BICUDO	1111	02.09.11.011.0009.01.2	005.xxxxxxxx
697 - PALMER LOERTA MONTEIRO BICUDO	34971	02.09.11.011.0009.04.2	005.xxxxxxxx
697 - PALMER LOERTA MONTEIRO BICUDO	1112	02.09.11.011.0009.01.1	005.xxxxxxxx
31315 - JOSÉ BENEDITO DA SILVA	977	02.09.11.002.0015.01.0	317.xxxxxxx
457 - JOSÉ ANTONIO DE SOUZA	771	02.03.03.010.0009.01.1	567.xxxxxxxx
617 - ANTONIO NILSON PINTO	1008	02.09.11.013.0012.01.1	819.xxxxxxx
6047 - SERGIO BUDEL	3740	02.09.12.003.0010.01.1	186.xxxxxxxx
6565 - ALEXSANDRO JOSE DA SILVA	917	02.03.03.006.0017.01.1	004.xxxxxxxx
23845 - AVLAMIR DIRCEO STIVAL	3602	02.08.02.002.0002.01.1	713.xxxxxxxx
1276 - FILOMENA DE MATTOS	1927	02.05.05.015.0013.01.1	500.xxxxxxxx
1276 - FILOMENA DE MATTOS	34786	02.05.05.015.0013.01.2	500.xxxxxxxx
25591 - VAGNER DA SILVA	471	02.02.02.014.0018.01.1	055.xxxxxxxx
6502 - ANTONIO DOS SANTOS	3862	02.09.01.020.0013.01.1	499.xxxxxxxx
5257 - ANTONIA DOS SANTOS	2175	02.06.06.021.0361.01.1	544.xxxxxxxx
5257 - ANTONIA DOS SANTOS	3705	02.09.01.001.0006.01.1	544.xxxxxxxx
22417 - TIAGO PIANARO	34143	01.01.06.002.0007.03.1	009.xxxxxxxx
24773 - THAIS BELMONTE	32371	01.01.02.004.0030.01.1	738.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1299	02.04.04.003.0122.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1323	02.04.04.004.0142.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1956	02.04.04.007.0310.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1957	02.04.04.007.0311.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1437	02.04.04.008.0340.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1529	02.04.04.012.0297.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1382	02.04.04.005.0212.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1529	02.04.04.012.0297.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1423	02.04.04.006.0248.01.0	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1957	02.04.04.007.0311.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1382	02.04.04.005.0212.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1956	02.04.04.007.0310.01.1	003.xxxxxxxx
773 - ESPOLIO DE JOEL DE ANDRADE TORRES E SAID JORGE	1423	02.04.04.007.0310.01.1	003.xxxxxxxx
576 - IVAM RODRIGUES DA COSTA	939	02.09.11.003.0006.01.1	016.xxxxxxxx
5536 - ELSA SOLANGE FREITAS DRULA	3973	02.09.01.017.0008.01.1	766.xxxxxxxx
8752 - NOVA ERA COMERCIO DE AUTOMOVEIS	2115	02.06.06.020.0331.01.1	033.xxxxxxxx
230 - OZÓRIO GONÇALVES FILHO	468	02.02.02.014.0013.01.1	050.xxxxxxxx
18785 - ADEMAR BARBOSA	1215	02.04.04.016.0086.01.1	027.xxxxxxxx
4691 - VISMAR DE MATOS	34013	01.01.01.014.0047.05.1	664.xxxxxxxx

1056 - MOACIR DA CRUZ	1595	02.05.05.002.0014.01.1	470.xxxxxxxx
28037 - RAFAEL SANTANA COSTA	34769	02.09.13.012.0011.01.3	117.xxxxxxxx
28037 - RAFAEL SANTANA COSTA	32989	02.09.13.012.0011.01.2	117.xxxxxxxx
28037 - RAFAEL SANTANA COSTA	13	02.09.13.012.0011.01.1	117.xxxxxxxx
3855 - MARIA DE LOURDES ZUCCA CACHIOLO	75	02.09.12.005.0007.01.2	514.xxxxxxxx
3855 - MARIA DE LOURDES ZUCCA CACHIOLO	76	02.09.12.005.0007.01.1	514.xxxxxxxx
4093 - NELSON ROSA DO PARAÍZO	2921	02.07.16.010.0113.01.1	473.xxxxxxxx
636 - ALBERTO EDISON ELLERBROCK	1032	02.09.11.007.0005.01.1	034.xxxxxxxx
19292 - ARMANDO SARGIOTTO JUNIOR	34237	02.09.01.026.0006.01.1	059.xxxxxxxx
1194 - ANTONIO FERMINO MENDONÇA	1817	02.05.05.011.0005.01.1	207.xxxxxxxx
16304 - AMANDA ELISA TOCKARS	34303	01.01.01.014.0012.01.1	033.xxxxxxxx
3022 - SERGIO CERQUEIRA DE BRITO	31707	02.10.14.004.0076.02.2	942.xxxxxxxx
3022 - SERGIO CERQUEIRA DE BRITO	235	02.10.14.004.0076.01.1	942.xxxxxxxx
23195 - EDIVALDO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	33874	01.01.01.014.0004.01.1	849.xxxxxxxx
22812 - PATRICIA DE FATIMA GONÇALVES DA LUZ	33865	01.01.01.014.0001.04.1	061.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33675	01.01.01.004.0003.01.8	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33671	01.01.01.004.0003.01.4	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33673	01.01.01.004.0003.01.6	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	31740	01.01.01.004.0003.01.3	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	663	01.01.01.004.0003.01.1	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33674	01.01.01.004.0003.01.7	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33672	01.01.01.004.0003.01.5	510.xxxxxxxx
2496 - NOEL LUIZ DE LIMA	33677	01.01.01.004.0003.01.9	510.xxxxxxxx
4511 - NELSON ANTONIO DA SILVA	4588 -	02.09.01.030.0060.01	861.xxxxxxxx
23188 - JOSE LUIZ DECHICHE SIMÕES	460	02.02.02.014.0003.01.0	055.xxxxxxxx
23198 - CLAUDEIR DE SOUSA SILVA	33864	01.01.01.014.0001.02.1	052.xxxxxxxx
122 - MARCO ANTONIO PASKOWSKI	184	02.10.14.001.0003.01.1	544.xxxxxxxx
8520 - CARLOS HENRIQUE SEBBEN	3429	02.08.01.004.0005.01.1	006.xxxxxxxx
8520 - CARLOS HENRIQUE SEBBEN	31956	02.08.01.004.0005.01.2	006.xxxxxxxx
354 - ANTONIO BENEDITO COLONHESI	36477	02.02.02.003.0006.01.2	286.xxxxxxxx
354 - ANTONIO BENEDITO COLONHESI	31051	02.02.02.012.0003.01.2	286.xxxxxxxx
354 - ANTONIO BENEDITO COLONHESI	554	02.02.02.012.0003.01.1	286.xxxxxxxx
354 - ANTONIO BENEDITO COLONHESI	554	02.02.02.012.0003.01.1	286.xxxxxxxx
25949 - JOÃO LARSKI	601	02.02.02.008.0003.01.0	171.xxxxxxxx
2237 - ESPÓLIO JOÃO DILCEU TULIO	3426	02.08.01.004.0006.01.1	139.xxxxxxxx
1367 - LUIZ PRESTES	2063	02.06.06.025.0424.02.1	321.xxxxxxxx
5076 - RODRIGO MENEGUSSO	1585	02.05.05.002.0002.01.0	939.xxxxxxxx
9442 ROSANA OLIVEIRA ATAIDE	231	02.10.14.004.0072.01.1	047.xxxxxxxx
23205 - DAIANE GABRIELLA FARAGO	33951	01.01.01.014.0043.04.1	066.xxxxxxxx
1557 - PAULO AZZULIN	492	02.06.06.010.0122.01.1	232.xxxxxxxx
4789 - ESPOLIO DE WILSON GONÇALVES DOS SANTOS	3581	02.09.12.010.0015.01.1	185.xxxxxxxx
30658 - GIOVANA SANTOS BIERNAVSKI	99	02.09.12.006.0003.01.1	064.xxxxxxxx
19081 - JOÃO LOURENÇO STELLA E OUTROS	163	02.09.12.004.0018.01.1	307.xxxxxxxx
31174 - ALINE CAROLINE BOING DE CARVALHO	981	02.09.11.014.0005.01.0	086.xxxxxxxx
492 - ZILDA LIMA DA COSTA	788	02.03.03.014.0015.01.1	987.xxxxxxxx
23215 - JOSÉ JURANDIR CALIARI	33877	01.01.01.014.0007.01.1	232.xxxxxxxx
8336 - MARIA DA LUZ VIEIRA MENDES	2688	02.07.07.006.0031.01.1	015.xxxxxxxx
737 - SUELI ANITA CALIARI	1175	02.04.04.018.0025.01.1	830.xxxxxxxx
24445 - JOÃO CESAR TEIXEIRA DE JESUS	1002	02.09.11.013.0006.01.1	125.xxxxxxxx
1442 - JOSEFINA FATIMA DE QUADROS PINHEIROS	36205	02.06.06.021.0361.01.2	160.xxxxxxxx
4793 - ESPÓLIO DE CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS	3011	02.07.16.011.0103.01.1	232.xxxxxxxx
28201 - HENRIQUE AGUIAR GONÇALVES	1574	02.05.05.001.0006.01.1	085.xxxxxxxx
20130 - DIRCE FABRICIO DE LARA	32769	04.01.02.005.0013.01.1	641.xxxxxxxx
6856 - CARMELINDA DE FATIMA CAMARGO	2768	02.07.07.010.0082.01.1	574.xxxxxxxx
1955 - SEVERINO BELO DA SILVA E SERGIO BELO DA SILVA	3048	02.07.16.009.0089.01.1	858.xxxxxxxx
2644 - ANTONIO CARLOS SCHIMIDT	1487	02.04.04.011.0359.01.1	025.xxxxxxxx
2180 - DAVI JOSÉ BOTEGA	3368	01.01.03.001.0004.01.1	581.xxxxxxxx
1544 - ROGERIO LUIZ JORGE	2398	02.06.06.008.0530.01.1	395.xxxxxxxx
455 - MARGARIDA SIQUEIRA TAVEIRA	751	02.03.03.010.0002.01.1	273.xxxxxxxx
21947 - LOURIVAL DA SILVA	2817	02.07.07.012.0117.01.1	230.xxxxxxxx
1389 - OSCAR ANTONIO DOS SANTOS	2100	02.06.06.023.0399.01.1	230.xxxxxxxx

2268 - ESPÓLIO DE JOÃO ILIVIR MANFRON	31907	01.01.04.003.0004.01.3	027.xxxxxxxx
2821 - GUILHERME STADLER NETO	4781	02.09.01.014.0005.01.0	639.xxxxxxxx
29241 - WL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	292	02.02.02.016.0015.01.0	507.xxxxxxxx
1068 - ANTONIO DALVO DOS SANTOS	1609	02.05.05.002.0027.01.1	530.xxxxxxxx
9499 - EDNA DO ROCIO CONSTANTINO	32356	01.01.02.004.0016.01.0	035.xxxxxxxx
9499 - EDNA DO ROCIO CONSTANTINO	32355	01.01.02.004.0015.01.0	035.xxxxxxxx
225 - ESPOLIO DE NOEMIA DOS SANTOS JUSTUS	353	02.02.02.015.0003.01.1	317.xxxxxxxx
6152 - JOÃO MARIA PEREIRA	31456	02.09.01.030.0005.04.1	036.xxxxxxxx
4347 - NAIR CHIMANSKI DOS SANTOS	2715	02.07.07.008.0043.01.1	921.xxxxxxxx
3147 - SIDNEY APARECIDO DE OLIVEIRA	36549	03.01.01.012.0008.01.2	496.xxxxxxxx
3147 - SIDNEY APARECIDO DE OLIVEIRA	4266	03.01.01.012.0008.01.1	496.xxxxxxxx
23725 - APARECIDA DE CASSIA BARBOSA	4568	02.09.01.030.0041.01.1	338.xxxxxxxx
20125 - ALESSANDRA DE JESUS PEREIRA	32764	04.01.02.005.0008.01.1	091.xxxxxxxx
20106 - GERUSA VIEIRA DE OLIVEIRA	32654	04.01.02.001.0006.01.1	043.xxxxxxxx
4559 - APARECIDO ROQUE GONÇALVES	2505	02.06.06.013.0196.04.1	359.xxxxxxxx
3273 - SONIA MARLY GREMSKI	4191	03.01.01.011.0002.01.1	937.xxxxxxxx
3273 - SONIA MARLY GREMSKI	4479	03.01.01.007.0031.01.1	937.xxxxxxxx
1726 - NILDO MIRANDA FREITAS	32231	02.06.06.018.0309.01.2	829.xxxxxxxx
5024 - SAULO DOS SANTOS GONÇALVES	2170	02.06.06.021.0359.01.1	552.xxxxxxxx
164 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES	306	02.02.02.013.0012.01.1	779.xxxxxxxx
1574 - OSVALDO TADEU RODRIGUES	2437	02.06.06.012.0153.01.1	171.xxxxxxxx
2956 - ATAIDE DOS SANTOS DIAS	3960	02.03.04.001.0029.01.1	141.xxxxxxxx
3223 - LAUDIR MARIANO DUARTE	36354	03.01.01.004.0012.01.2	749.xxxxxxxx
3223 - LAUDIR MARIANO DUARTE	36661	03.01.01.004.0012.01.3	749.xxxxxxxx
3223 - LAUDIR MARIANO DUARTE	4409	03.01.01.004.0012.01.1	749.xxxxxxxx
5887 - NILDA BRUSTOLIN	1137	02.09.11.009.0014.01.1	000.xxxxxxxx
5887 - NILDA BRUSTOLIN	34800	02.09.11.009.0014.01.2	000.xxxxxxxx
18244 - TAISE TOBIAS RIBEIRO	34112	01.01.06.001.0008.01.1	067.xxxxxxxx
18244 - TAISE TOBIAS RIBEIRO	34137	01.01.06.001.0008.01.2	067.xxxxxxxx
28221 - ROBERVAL PEDRO CULPI	34777	02.08.02.010.0004.01.0	581.xxxxxxxx
910 - JOSÉ PEDRO DIAS DA SILVA	1411	02.04.04.006.0240.01.1	132.xxxxxxxx
2232 - VALDIVA SOUZA	4644	02.08.01.009.0013.01.1	394.xxxxxxxx
3916 - ARI VIEIRA DA SILVA	3985	01.01.07.001.0001.01.1	048.xxxxxxxx
20081 - GELVANES FERREIRA	32711	04.01.02.003.0007.01.1	022.xxxxxxxx
985 - ANTONIO ALVES DA LUZ	1496	02.04.04.011.0367.01.1	355.xxxxxxxx
985 - ANTONIO ALVES DA LUZ	33245	02.04.04.011.0367.01.2	355.xxxxxxxx
52 - JOSÉ MARCONDES DE FRANÇA E OUTROS	58	02.09.12.001.0014.01.1	779.xxxxxxxx
1890 - GERSON LUIZ BEZERRA	2942	02.07.16.003.0019.01.1	406.xxxxxxxx
1890 - GERSON LUIZ BEZERRA	35432	02.07.16.003.0019.01.2	406.xxxxxxxx
227 - PAULO BIRUSKI	355	02.02.02.015.0009.01.1	510.xxxxxxxx
31180 - MARIA DAS DORES ALBINO	32706	04.01.02.003.0027.01.1	082.xxxxxxxx
20163 - KARINA DAS GRAÇAS	32817	04.01.02.006.0032.01.1	090.xxxxxxxx
2199 - LEONARDO SEZANOSKI	31569	01.01.03.005.0005.01.1	126.xxxxxxxx
2199 - LEONARDO SEZANOSKI	31570	01.01.03.005.0006.01.1	126.xxxxxxxx
20171 - ESPOLIO NELSON ELIAS ANDRADE	32800	04.01.02.006.0014.01.1	701.xxxxxxxx
1633 - VALDINEIA DOS SANTOS COSTA	2518	02.06.06.014.0208.01.1	027.xxxxxxxx
1604 - ADILIO TADEU FOQUES E OUTROS	2475	02.06.06.013.0178.01.1	722.xxxxxxxx
13485 - ESPÓLIO DE TEREZA APARECIDA COSTA	32666	04.01.02.002.0003.01.1	807.xxxxxxxx
13485 - ESPÓLIO DE TEREZA APARECIDA COSTA	35530	04.01.02.002.0003.01.2	807.xxxxxxxx
1895 - ERALDO ALVES DA SILVA	2953	02.07.16.003.0029.01.1	855.xxxxxxxx
3650 - ESPÓLIO DE ERMINIO MAURO BERNI	4015	01.01.07.004.0004.01.1	750.xxxxxxxx
3650 - ESPÓLIO DE ERMINIO MAURO BERNI	4014	01.01.07.004.0003.01.1	750.xxxxxxxx
20095 - REINALDO JESUS DA SILVA	32740	04.01.02.003.0035.01.1	033.xxxxxxxx
26050 - MAURICIO DAMACENO ROCHA	3475	01.01.01.013.0037.01.1	091.xxxxxxxx
3295 - JORGE SERGIO DOS SANTOS	4520	02.09.01.030.0010.01.1	402.xxxxxxxx
4710 - ALTAMIRO SCHAMBERG	34506	01.01.02.008.0025.01.1	770.xxxxxxxx
1221 - ELIZABETH RIBEIRO DO NASCIMENTO	1851	02.05.05.012.0005.01.1	635.xxxxxxxx
25610 - ASSEMBLEIA DE DEUS RESGATANDO FAMILIAS	4157	03.01.01.016.0005.01.0	230.xxxxxxxx
3339 - REINALDO FRANCISCO MAFFRA	4616	02.09.01.029.0015.01.1	718.xxxxxxxx
2002 - REGINA CELY RAULINO	3125	02.07.15.004.0064.01.1	450.xxxxxxxx
2002 - REGINA CELY RAULINO	3124	02.07.15.004.0064.01.2	450.xxxxxxxx

7378 - IVAIR GEREMIAS DA SILVA	4035	02.09.01.025.0006.01.1	791.xxxxxxxx
18942 - MARIA GONÇALVES PINTO	300	02.02.02.013.0004.01.0	010.xxxxxxxx
1355 - WALDOMIRO DA SILVA	1910	02.06.06.026.0443.01.1	464.xxxxxxxx
1355 - WALDOMIRO DA SILVA	1911	02.06.06.026.0443.01.3	464.xxxxxxxx
1355 - WALDOMIRO DA SILVA	2050	02.06.06.026.0443.01.2	464.xxxxxxxx
32203 - PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA	32316	02.09.01.031.0006.01.0	480.xxxxxxxx
20111 - ROSALINA BATISTA DA LUZ	35533	04.01.02.001.0011.01.2	066.xxxxxxxx
20111 - ROSALINA BATISTA DA LUZ	32659	04.01.02.001.0011.01.1	066.xxxxxxxx
20157 - ELI DO ROCIO RODRIGUES	32807	04.01.02.006.0021.01.1	006.xxxxxxxx
38911 - AIRTON CESAR FERREIRA DO NASCIMENTO	1960	02.04.04.007.0313.01.1	042.xxxxxxxx
3013 - JOSÉ FERREIRA DE PAULA	4070	02.09.01.028.0011.01.1	391.xxxxxxxx
7557 - PHENIX COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA.ME	30912	02.09.02.002.0015.01.1	051.xxxxxxxx
7557 - PHENIX COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA.ME	35683	02.09.02.002.0015.01.2	051.xxxxxxxx
20082 - DENISE DA SILVA MAZOCCO	32712	04.01.02.003.0008.01.1	035.xxxxxxxx
1609 - IRINEU DROSZAK	2484	02.06.06.013.0183.03.1	318.xxxxxxxx
1609 - IRINEU DROSZAK	32216	02.06.06.013.0183.03.2	318.xxxxxxxx
2056 - ROBERTO APARECIDO DOS SANTOS E OUTROS	3203	02.07.15.012.0131.01.1	514.xxxxxxxx
13174 - CLAUDEMIR DOS SANTOS SCHMID	35464	04.01.02.002.0033.01.2	050.xxxxxxxx
13174 - CLAUDEMIR DOS SANTOS SCHMID	32695	04.01.02.002.0033.01.1	050.xxxxxxxx
1999 - MUNIR COSMOS	35263	02.07.15.004.0059.01.2	185.xxxxxxxx
1999 - MUNIR COSMOS	35266	02.07.15.004.0059.01.3	185.xxxxxxxx
1999 - MUNIR COSMOS	3119	02.07.15.004.0059.01.1	185.xxxxxxxx
23666 - FAUSTO LOPES DE AMORIM	32366	01.01.02.004.0034.01.0	171.xxxxxxxx
23589 - GENOEVA DOS SANTOS	34151	01.01.06.002.0018.01.1	567.xxxxxxxx
20046 - ELIZABET MOREIRA DA LUZ	32671	04.01.02.002.0008.01.1	014.xxxxxxxx
20115 - DULCINEIA DOS SANTOS	32743	04.01.02.003.0038.01.1	051.xxxxxxxx
20115 - DULCINEIA DOS SANTOS	35371	04.01.02.003.0038.01.2	051.xxxxxxxx
27728 - GIULIANA GIUDICE DE SIQUERA	1865	02.05.05.012.0018.01.1	016.xxxxxxxx
1165 - ODETE SUMBACH	1784	02.05.05.009.0004.01.1	152.xxxxxxxx
17046 - PALOMA ALMADA DE ASSIS	32675	04.01.02.002.0012.01.1	069.xxxxxxxx
28468 - ANDRE LUCAS KLEINA	3139	02.07.15.005.0077.01.1	075.xxxxxxxx
4813 - TEREZA GERONIMA STELA BOTEGA LEONARDI	30927	02.09.02.003.0017.01.0	111.xxxxxxxx
1104 - JOAO KRZYZANOVSKI PRIMO	1711	02.05.05.005.0007.01.1	442.xxxxxxxx
1104 - JOAO KRZYZANOVSKI PRIMO	1710	02.05.05.005.0007.01.2	442.xxxxxxxx
21511 - ELPIDIO HENRIQUES FERREIRA	3009	02.07.16.011.0101.01.1	170.xxxxxxxx
22016 - CLEUDI SOARES DA SILVA	3913	02.03.05.003.0003.01.0	583.xxxxxxxx
1992 - DULCELIA KOHLES E OUTROS	3109	02.07.15.004.0050.01.1	322.xxxxxxxx
3500 - ALVARO PAGLIARI	3982	02.09.01.017.0016.01.0	712.xxxxxxxx
20133 - JOSE ROSALVES BARBOSA	32776	04.01.02.005.0020.01.1	974.xxxxxxxx
557 - SEBASTIÃO FERREIRA DE MEIRA	907	02.03.03.006.0009.01.1	391.xxxxxxxx
3087 - DEVANIR JOSÉ FAVORETTO	4175	03.01.01.014.0016.01.0	806.xxxxxxxx
19765 - KARINA GOMES	32474	04.01.04.002.0042.01.1	033.xxxxxxxx
948 - TEREZA MATHOSO E OUTROS	1448	02.04.04.014.0175.01.1	519.xxxxxxxx
3100 - PAULO MANOEL DOS SANTOS	3074	02.07.15.002.0018.01.1	017.xxxxxxxx
20099 - EVANIRA DA SILVA VALINDORFF	32728	04.01.02.003.0024.01.1	285.xxxxxxxx
20012 - IRENE KMIECIK UKACHINSKI	3254	01.01.01.001.0009.01.1	626.xxxxxxxx
1998 - HELENA PARTICA MACHADO DE LARA	2455	02.06.06.012.0169.01.1	060.xxxxxxxx
6760 - JOSIANE DE FATIMA ALVES DE ANDRADE	3937	02.03.04.001.0013.01.1	046.xxxxxxxx
10530 - SANDRA MARA PAULIN DE MORAES	32842	02.08.02.008.0026.01.0	537.xxxxxxxx
23563 - ESPÓLIO PEDRO BOTEGA	34088	01.01.01.009.0031.01.1	011.xxxxxxxx
23563 - ESPÓLIO PEDRO BOTEGA	34091	01.01.01.009.0028.01.2	011.xxxxxxxx
23563 - ESPÓLIO PEDRO BOTEGA	34078	01.01.01.009.0019.01.0	011.xxxxxxxx
23563 - ESPÓLIO PEDRO BOTEGA	34090	01.01.01.009.0028.01.1	011.xxxxxxxx
23563 - ESPÓLIO PEDRO BOTEGA	34089	01.01.01.009.0031.01.2	011.xxxxxxxx
21191 - ROSILDA DE LIMA DE GODOY	31713	01.01.01.004.0004.01.2	065.xxxxxxxx
21191 - ROSILDA DE LIMA DE GODOY	664	01.01.01.004.0004.01.1	065.xxxxxxxx
326 - ANTONIO REIS	486	02.02.02.007.0014.01.1	519.xxxxxxxx
326 - ANTONIO REIS	31043	02.02.02.007.0014.01.2	519.xxxxxxxx
489 - ASSIS JOSÉ DOS SANTOS	33089	02.03.03.014.0009.01.2	206.xxxxxxxx
489 - ASSIS JOSÉ DOS SANTOS	34813	02.03.03.014.0009.01.3	206.xxxxxxxx
489 - ASSIS JOSÉ DOS SANTOS	781	02.03.03.014.0009.01.1	206.xxxxxxxx

2785 - PAULO RICARDO WENZEL DE CARVALHO	3619	02.10.14.003.0019.01.0	401.xxxxxxxx
2785 - PAULO RICARDO WENZEL DE CARVALHO	3615	02.10.14.001.0039.01.0	401.xxxxxxxx
1468 - SHIROSHI ONIKI E OUTROS	33451	02.06.06.004.0047.01.3	278.xxxxxxxx
1468 - SHIROSHI ONIKI E OUTROS	2223	02.06.06.004.0047.01.1	278.xxxxxxxx
1468 - SHIROSHI ONIKI E OUTROS	2225	02.06.06.004.0048.01.1	278.xxxxxxxx
1468 - SHIROSHI ONIKI E OUTROS	2224	02.06.06.004.0048.01.2	278.xxxxxxxx
1239 - DILCEU JOÃO CALIARI	35947	02.05.05.012.0023.01.2	233.xxxxxxxx
1239 - DILCEU JOÃO CALIARI	1871	02.05.05.012.0023.01.1	233.xxxxxxxx
922 - MARCIA MARIA RIBEIRO	1951	02.04.04.007.0305.01.1	962.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	1974	02.06.06.030.0132.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3752	02.07.07.004.0136.01.0	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3001	02.07.16.007.0065.01.0	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33549	02.07.16.001.0001.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2863	02.07.16.018.0167.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2417	02.06.06.010.0123.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2862	02.07.16.018.0167.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2863	02.07.16.018.0167.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3752	02.07.07.004.0136.01.0	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3061	02.07.15.002.0006.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2857	02.07.16.017.0162.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2936	02.07.16.002.0009.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33751	02.07.07.012.0115.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2906	02.07.16.012.0127.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2857	02.07.16.017.0162.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33546	02.07.15.002.0006.01.4	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2853	02.07.07.014.0143.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2417	02.06.06.010.0123.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2815	02.07.07.012.0115.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2896	02.07.16.013.0133.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2804	02.07.07.011.0108.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	36834	02.06.06.030.0132.01.3	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	1974	02.06.06.030.0132.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2331	02.06.06.008.0518.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33799	02.07.16.003.0032.02.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	35325	02.07.16.012.0127.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	32256	02.06.06.030.0132.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	35589	02.07.16.001.0001.01.4	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	37062	02.07.07.011.0108.01.4	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2924	02.07.16.001.0001.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	32151	02.06.06.010.0123.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2906	02.07.16.012.0127.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	35362	02.07.15.002.0006.01.5	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33545	02.07.15.002.0006.01.3	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3001	02.07.16.007.0065.01.0	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	35326	02.07.16.012.0127.01.3	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2956	02.07.16.012.0127.01.3	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2936	02.07.16.002.0009.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3062	02.07.15.002.0006.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2710	02.07.15.002.0006.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2393	02.06.06.008.0526.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2651	02.06.06.019.0317.01.0	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2956	02.07.16.003.0032.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33773	02.07.07.010.0087.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2775	02.07.07.010.0087.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	33787	02.07.15.012.0128.04.4	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3199	02.07.15.012.0128.01.3	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	32261	02.07.07.007.0038.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3196	02.07.15.012.0128.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3111	02.07.15.004.0052.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3198	02.07.15.012.0128.01.2	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	3196	02.07.15.012.0128.01.1	766.xxxxxxxx

417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2775	02.07.07.010.0087.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2393	02.06.06.008.0526.01.1	766.xxxxxxxx
417 - HAUER EMP. IMOBILIÁRIOS	2651	02.06.06.019.0317.01.0	766.xxxxxxxx
3255 - ESPÓLIO DE CIRO LISSA	4454	03.01.01.007.0009.01.1	962.xxxxxxxx
3255 - ESPÓLIO DE CIRO LISSA	36586	03.01.01.007.0009.03.1	962.xxxxxxxx
4861 - MICHELLY DA GUIA MONTEIRO ALVES	4297	03.01.01.001.0011.01.1	041.xxxxxxxx
1401 - MANOEL GENTIL BENTO	33524	02.06.06.020.0332.01.2	253.xxxxxxxx
1401 - MANOEL GENTIL BENTO	2116	02.06.06.020.0332.01.1	253.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	32944	02.10.14.006.0051.01.2	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	4810	02.10.14.005.0057.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	254	02.10.14.006.0050.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	213	02.10.14.005.0054.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	32919	02.10.14.006.0050.01.2	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	215	02.10.14.005.0056.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	254	02.10.14.006.0050.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	249	02.10.14.006.0045.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	255	02.10.14.006.0051.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	481	02.02.02.007.0009.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	213	02.10.14.005.0054.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	247	02.10.14.006.0043.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	249	02.10.14.006.0045.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	253	02.10.14.006.0049.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	219	02.10.14.005.0060.01.1	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	37187	02.10.14.006.0044.01.5	002.xxxxxxxx
9496 - EZOEL DOMINGOS STIVAL	248	02.10.14.006.0044.01.1	002.xxxxxxxx
6094 - CIZINATO DE LIMA	162	02.09.12.004.0017.01.1	393.xxxxxxxx
20131 - JULIA MARCONDES	32771	04.01.02.005.0015.01.1	404.xxxxxxxx
2999 - ESPÓLIO DE SELMA REGINA GOBI CLERI	4034	02.09.01.025.0005.01.1	553.xxxxxxxx
1361 - ESPÓLIO DE JOÃO RODRIGUES DE SIQUEIRA	2138	02.06.06.022.0376.01.3	136.xxxxxxxx
17858 - ADILSON DO ROCIO BUENO	4290	03.01.01.001.0006.01.1	914.xxxxxxxx
3962 - DILAIR ANTONIA VITOR	4225	03.01.01.008.0009.01.1	491.xxxxxxxx
28985 - LEA MARIA FLAUSINO SCHIMIDT	4370	03.01.01.003.0002.01.1	060.xxxxxxxx
3185 - NELSON DALCASTAGNE	4337	03.01.01.002.0004.01.1	439.xxxxxxxx
19760 - JOÃO GRABOWSKI	2700	02.07.07.004.0021.01.1	357.xxxxxxxx
19760 - JOÃO GRABOWSKI	35178	02.07.07.004.0021.01.1	357.xxxxxxxx
4123 - ALEXANDRE CARNEIRO DE QUADROS	688	02.03.03.015.0003.01.1	811.xxxxxxxx
4447 - VICENTE MARCHESKI	4511	02.09.01.030.0002.01.1	173.xxxxxxxx
13096 - CARLOS NATAL DOS SANTOS	32591	04.01.01.004.0002.01.1	770.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	4064	02.09.01.028.0005.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	4068	02.09.01.028.0009.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	4067	02.09.01.028.0008.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	4065	02.09.01.028.0006.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	4066	02.09.01.028.0007.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	3921	02.03.05.003.0008.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	3905	02.03.05.002.0006.01.1	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	3912	02.03.05.003.0002.01.0	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	3906	02.03.05.002.0007.01.1	456.xxxxxxxx
2924 - JOSÉ DE CARVALHO	3921	02.03.05.003.0008.01.0	456.xxxxxxxx
1626 - IDAGIR LANGE	2511	02.06.06.014.0199.01.1	401.xxxxxxxx
618 - JACIRA DE OLIVEIRA LIMA	1010	02.09.11.006.0001.01.1	774.xxxxxxxx
4217 - VILMA IRENO	3013	02.07.16.011.0105.01.1	542.xxxxxxxx
4782 - APARECIDA RODRIGUES VIEIRA	1845	02.05.05.012.0001.01.1	755.xxxxxxxx
4782 - APARECIDA RODRIGUES VIEIRA	35950	02.05.05.012.0001.01.3	755.xxxxxxxx
1577 - ROSILDA MARIA FERREIRA DA SILVA	2441	02.06.06.012.0157.01.1	186.xxxxxxxx
940 - JOSE AMAURI FRANCO	1433	02.04.04.008.0337.01.1	402.xxxxxxxx
13183 - JOSE APARECIDO SOUZA E OUTRO	2583	02.06.06.015.0255.01.1	428.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	807	02.03.03.009.0005.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	841	02.03.03.016.0010.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	700	02.03.03.013.0001.01.2	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	34877	02.03.03.009.0005.01.2	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	813	02.03.03.008.0003.01.1	779.xxxxxxxx

515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	807	02.03.03.009.0005.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	34831	02.03.03.013.0001.01.4	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	701	02.03.03.013.0001.01.3	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31186	02.03.03.017.0016.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31184	02.03.03.017.0014.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	770	02.03.03.010.0008.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31180	02.03.03.016.0016.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	34880	02.03.03.008.0004.01.2	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31185	02.03.03.017.0015.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31183	02.03.03.017.0013.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	827	02.03.03.017.0017.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	920	02.03.03.006.0020.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31185	02.03.03.017.0015.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	800	02.03.03.012.0010.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31182	02.03.03.017.0012.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	34833	02.03.03.013.0009.01.4	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	920	02.03.03.006.0020.01.1	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31180	02.03.03.016.0016.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31182	02.03.03.017.0012.01.0	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	33701	02.03.03.013.0009.01.3	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	33700	02.03.03.013.0009.01.2	779.xxxxxxxx
515 - CERNE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31183	02.03.03.017.0013.01.0	779.xxxxxxxx
2837 - ALCIONE JOSÉ DOS SANTOS	3668	01.01.04.012.0008.01.1	014.xxxxxxxx
25916 - MARIA IVONE DA COSTA	3485	01.01.01.013.0047.01.1	774.xxxxxxxx
10992 - IEDA PEREIRA DE OLIVEIRA	32560	04.01.01.005.0009.01.1	544.xxxxxxxx
23217 - PEDRO DE JESUS CORDEIRO FRANCO	33896	01.01.01.014.0024.02.1	097.xxxxxxxx
6501 - JOÃO CARLOS CREVELIN	4166	03.01.01.014.0008.01.1	861.xxxxxxxx
158 - ANISIO SANTANA DE OLIVEIRA	364	02.02.02.002.0003.01.1	391.xxxxxxxx
20513 - REGINALDO MACHINHEVIS	4380	03.01.01.003.0010.01.1	008.xxxxxxxx
7608 - JOLVAR PIANI	4682	02.08.01.009.0045.01.1	034.xxxxxxxx
8999 - MARIA MARGARIDA DE ANDRADE	32798	04.01.02.006.0012.01.1	754.xxxxxxxx
870 - ALTEMIR DE PAULA LOPES	1332	02.04.04.004.0149.01.1	616.xxxxxxxx
4191 - MARLENE GONÇALVES	3563	02.09.12.009.0022.01.1	574.xxxxxxxx
23223 - CLAUDIO CORREA NADER	32319	02.09.01.031.0009.01.0	022.xxxxxxxx
964 - SEBASTIÃO LOPES DE OLIVEIRA	1466	02.04.04.014.0192.01.1	861.xxxxxxxx
4765 - MARCIA REGINA MACHADO MARTINS	3548	02.09.12.009.0008.01.1	021.xxxxxxxx
2979 - WASHINGTON APARECIDO ALFARO	4023	01.01.07.004.0012.01.1	160.xxxxxxxx
2979 - WASHINGTON APARECIDO ALFARO	3986	01.01.07.001.0002.01.1	160.xxxxxxxx
5810 - ALEXANDRE ANTONIO DALLA STELLA	34627	02.06.06.015.0258.01.1	030.xxxxxxxx
5810 - ALEXANDRE ANTONIO DALLA STELLA	34628	02.06.06.015.0258.02.1	030.xxxxxxxx
5810 - ALEXANDRE ANTONIO DALLA STELLA	34629	02.06.06.015.0258.03.1	030.xxxxxxxx
5810 - ALEXANDRE ANTONIO DALLA STELLA	34627	02.06.06.015.0258.01.1	030.xxxxxxxx
11409 - CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	32486	04.01.03.001.0007.01.1	021.xxxxxxxx
26310 - FELIPE COSTA DE OLIVEIRA	1033	02.09.11.007.0006.01.0	084.xxxxxxxx
9360 - VILMA MARIA DE PAULA TOBIAS	35832	02.02.02.021.0009.01.1	061.xxxxxxxx
424 - ESPOLIO DE CLEOMIR ANTONIO ZUBER	635	02.09.09.003.0012.01.1	094.xxxxxxxx
424 - ESPOLIO DE CLEOMIR ANTONIO ZUBER	636	02.09.09.003.0013.01.1	094.xxxxxxxx
424 - ESPOLIO DE CLEOMIR ANTONIO ZUBER	627	02.09.09.003.0005.01.0	094.xxxxxxxx
424 - ESPOLIO DE CLEOMIR ANTONIO ZUBER	634	02.09.09.003.0011.01.0	094.xxxxxxxx
424 - ESPOLIO DE CLEOMIR ANTONIO ZUBER	626	02.09.09.003.0004.01.0	094.xxxxxxxx
8400 - REGINA CELIA FERNANDES	2495	02.06.06.013.0191.01.1	765.xxxxxxxx
8400 - REGINA CELIA FERNANDES	2495	02.06.06.013.0191.01.1	765.xxxxxxxx
4323 - VANISSE APARECIDA FURLIN	33428	02.05.05.010.0002.01.2	865.xxxxxxxx
4323 - VANISSE APARECIDA FURLIN	1800	02.05.05.010.0002.01.1	865.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	302	02.02.02.013.0006.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	479	02.02.02.007.0007.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	282	02.02.02.016.0005.01.0	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	542	02.02.02.017.0002.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	357	02.02.02.015.0012.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	351	02.02.02.015.0001.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	270	02.02.02.001.0014.01.1	779.xxxxxxxx

307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	302	02.02.02.013.0006.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	523	02.02.02.003.0002.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	303	02.02.02.013.0007.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	32995	02.02.02.003.0002.01.2	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	305	02.02.02.013.0010.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	33058	02.02.02.001.0014.01.2	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	37144	02.02.02.013.0010.01.4	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	299	02.02.02.013.0003.01.0	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	405	02.02.02.021.0009.01.1	779.xxxxxxxx
307 - JARDIM VIVIANE INCORPORAÇÕES EIRELI	299	02.02.02.013.0003.01.0	779.xxxxxxxx
7589 - JUNI BORJA KUCHENNY	810	02.03.03.009.0008.01.1	233.xxxxxxxx
28971 - GUSTHAVO PARISE	2665	02.07.07.002.0001.01.0	107.xxxxxxxx
105 - JUCELEY GONÇALO FELIZARDO	158	02.09.12.004.0014.01.1	670.xxxxxxxx
2669 - PAULO SEZAR PIANARO	34153	01.01.06.002.0021.01.1	604.xxxxxxxx
13058 - MARCIA DOS SANTOS	32716	04.01.02.003.0012.01.1	023.xxxxxxxx
27528 - PMK ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME	2553	02.06.06.015.0230.01.1	203.xxxxxxxx
693 - CLAUDINEI MIGUEL PINHEIRO	1106	02.09.11.011.0002.01.1	873.xxxxxxxx
2524 - MARCELO JOÃO RIBAS KOVALSKI	3016	02.07.16.011.0108.01.1	028.xxxxxxxx
2524 - MARCELO JOÃO RIBAS KOVALSKI	33794	02.07.16.011.0108.03.3	028.xxxxxxxx
2524 - MARCELO JOÃO RIBAS KOVALSKI	33793	02.07.16.011.0108.02.2	028.xxxxxxxx
20865 - VERA MARIA PHAULOS DE ANDRADE	3865	02.09.01.020.0016.01.1	045.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	2104	02.06.06.023.0403.01.1	765.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	3692	02.06.06.023.0402.01.1	765.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	2105	02.06.06.023.0404.01.1	765.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	2104	02.06.06.023.0403.01.1	765.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	2106	02.06.06.023.0405.01.1	765.xxxxxxxx
26374 - WADESLAU CHROMIEC NETO E CIA LTDA	3692	02.06.06.023.0402.01.1	765.xxxxxxxx
1627 - VALMOR DE PAULA ANTUNES	1177	02.04.04.018.0026.01.1	640.xxxxxxxx
19271 - JUAREZ RODRIGUES DINIZ	31522	02.09.02.003.0009.02.1	385.xxxxxxxx
2027 - MARILIA MENDES SILVEIRA	3159	02.07.15.006.0094.01.1	007.xxxxxxxx
25849 - CELSON GOMES DIAS	35446	02.07.16.003.0023.01.4	977.xxxxxxxx
25849 - CELSON GOMES DIAS	497	02.07.16.003.0023.01.1	977.xxxxxxxx
20664 - RODRIGO CESAR CHOINSKI	2655	02.06.06.019.0320.01.1	054.xxxxxxxx
7779 - ELIUDE MARQUES VALENCIO PELISSARI	2096	02.06.06.023.0395.01.1	016.xxxxxxxx
25827 - JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	2830	02.07.07.012.0125.01.1	020.xxxxxxxx
4649 - ESPÓLIO DE JOSÉ MARTINS	1117	02.09.11.011.0016.01.1	356.xxxxxxxx
908 - MARCOS DIAS GOMES	1409	02.04.04.006.0234.01.1	849.xxxxxxxx
18303 - SENHORINHA PINHEIRO DO PRADO	32492	04.01.03.001.0014.01.1	611.xxxxxxxx
4363 - JOSE ALVES	1322	02.04.04.004.0141.01.1	804.xxxxxxxx
9121 - PAULO ROBERTO GARBUIO	3605	02.08.02.003.0001.01.1	726.xxxxxxxx
9121 - PAULO ROBERTO GARBUIO	31443	02.08.02.003.0001.01.2	726.xxxxxxxx
23738 - IRLETE MANNRICH	32866	01.01.02.009.0009.01.1	525.xxxxxxxx
631 - SEBASTIÃO FRANCISCO DUARTE	1027	02.09.11.006.0014.01.1	277.xxxxxxxx
7530 - LUIZ ANTONIO NAVARETE	33976	01.01.01.014.0030.02.1	020.xxxxxxxx
7530 - LUIZ ANTONIO NAVARETE	31693	01.01.01.013.0013.01.2	020.xxxxxxxx
7530 - LUIZ ANTONIO NAVARETE	33976	01.01.01.014.0030.02.1	020.xxxxxxxx
7530 - LUIZ ANTONIO NAVARETE	3451	01.01.01.013.0013.01.1	207.xxxxxxxx
18774 - SOLANGE CARDOSO CHAGAS	32603	04.01.01.004.0014.01.1	478.xxxxxxxx
313 - JOÃO GALVÃO SIMÕES	473	02.02.02.007.0001.01.1	391.xxxxxxxx
5903 - JESOEL DE ALMEIDA	344	02.02.02.006.0004.01.1	041.xxxxxxxx
20135 - SUELI DOS SANTOS	32780	04.01.02.005.0024.01.1	028.xxxxxxxx
2890 - SERGIO CARLOS DE SOUSA	3860	02.09.01.020.0011.01.1	897.xxxxxxxx
27266 - JOSE CARLOS RODRIGUES	901	02.03.03.006.0004.01.1	867.xxxxxxxx
7399 - MARCELO ALESSI	32845	02.08.02.008.0027.01.2	784.xxxxxxxx
7399 - MARCELO ALESSI	34655	02.08.02.008.0027.01.1	784.xxxxxxxx
30428 - ANA PAULA APOLINARIO	177	02.09.12.008.0009.01.1	045.xxxxxxxx
20085 - JOSE ORLANDO CLAUDINO	32721	04.01.02.003.0017.01.1	204.xxxxxxxx
31760 - JALMO CESAR DIAS DA SILVA	3126	02.07.15.005.0065.01.1	232.xxxxxxxx
1639 - REINALDO LOREJAN	2529	02.06.06.014.0215.01.1	306.xxxxxxxx
1668 - ORLANDO LOURENÇO DA SILVA	2567	02.06.06.015.0241.01.1	457.xxxxxxxx
18687 - ELENIR BORDIM CORREIA DE MELLO	32465	04.01.04.002.0033.01.1	350.xxxxxxxx

22274 - PAULINA PALADINO ALVES CARNEIRO	773	02.03.03.010.0011.01.1	024.xxxxxxxx
21845 - CLAUDETE DE OLIVEIRA	32814	04.01.02.006.0029.01.1	059.xxxxxxxx
1134 - JOÃO ALCEU DOS SANTOS VIDAL	1750	02.05.05.006.0025.01.1	500.xxxxxxxx
2894 - EUGENIO KUC	3864	02.09.01.020.0015.01.1	667.xxxxxxxx
25065 - DAVID MURILO DAMAS	3220	02.09.11.013.0011.01.1	047.xxxxxxxx
5302 - JOÃO OLIVEIRA BISCAIA	2767	02.07.07.010.0081.01.1	193.xxxxxxxx
596 - FRANCISCA GONÇALVES DOS SANTOS	986	02.09.11.014.0007.01.1	873.xxxxxxxx
596 - FRANCISCA GONÇALVES DOS SANTOS	33431	02.09.11.014.0007.01.1	873.xxxxxxxx
19537 - BERNADETE ZIELINSKI	2061	02.06.06.025.0423.01.1	020.xxxxxxxx
6984 - DALIRIO DA CRUZ	34685	02.05.05.012.0009.01.3	716.xxxxxxxx
6984 - DALIRIO DA CRUZ	1855	02.05.05.012.0009.01.1	716.xxxxxxxx
6984 - DALIRIO DA CRUZ	1858	02.05.05.012.0012.01.1	716.xxxxxxxx
6984 - DALIRIO DA CRUZ	34684	02.05.05.012.0009.01.2	716.xxxxxxxx
20062 - CRISTINA RONKOSKI	32691	04.01.02.002.0029.01.1	011.xxxxxxxx
5154 - ROBERTO CARLOS SOARES	3958	02.03.04.001.0027.01.1	014.xxxxxxxx
5154 - ROBERTO CARLOS SOARES	698	02.03.03.015.0011.01.1	014.xxxxxxxx
5154 - ROBERTO CARLOS SOARES	34646	02.08.03.006.0040.01.0	014.xxxxxxxx
47 - DEJALMA TUCOLKI	34285	01.01.06.002.0014.01.1	017.xxxxxxxx
7915 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR	3631	02.09.01.006.0001.01.0	765.xxxxxxxx
1000 - MANOEL QUINTINO DOS SANTOS	1523	02.04.04.012.0292.01.1	405.xxxxxxxx
30820 - ALFREDO HENRIQUE MACEDO	3087	02.07.15.003.0029.01.1	737.xxxxxxxx
1555 - DAIR ALFANIO	2414	02.06.06.010.0120.01.1	510.xxxxxxxx
26533 - LEDI GODINHO	3416	02.08.01.002.0005.01.0	516.xxxxxxxx
5524 - PALMIRA MARIA DOS SANTOS	1766	02.05.05.007.0023.01.1	016.xxxxxxxx
3791 - SANDRA REGINA BRANCO LUCAS DE OLIVEIRA	31945	02.08.02.002.0001.01.3	832.xxxxxxxx
3791 - SANDRA REGINA BRANCO LUCAS DE OLIVEIRA	3601	02.08.02.002.0001.01.1	832.xxxxxxxx
3791 - SANDRA REGINA BRANCO LUCAS DE OLIVEIRA	31946	02.08.02.002.0001.01.4	832.xxxxxxxx
3791 - SANDRA REGINA BRANCO LUCAS DE OLIVEIRA	31944	02.08.02.002.0001.01.2	832.xxxxxxxx
40535 - CLEIDE GRACIANO	693	02.03.03.015.0007.01.1	020.xxxxxxxx
4946 - REINALDO CAMARGO MAYER	4330	03.01.01.010.0013.01.1	275.xxxxxxxx
1232 - VILSO KOVALSKI E OUTROS	1863	02.05.05.012.0016.01.1	072.xxxxxxxx
3364 - PAULO SERGIO BATISTA	1761	02.05.05.007.0017.01.1	765.xxxxxxxx
3364 - PAULO SERGIO BATISTA	4650	02.08.01.009.0019.01.1	765.xxxxxxxx
21837 - DAIANE DOS SANTOS BUENO	32694	04.01.02.002.0032.01.1	090.xxxxxxxx
23693 - ANGELA MARIA CREVELIN	4163	03.01.01.014.0005.01.1	057.xxxxxxxx
23693 - ANGELA MARIA CREVELIN	34230	03.01.01.014.0005.01.2	057.xxxxxxxx
2060 - ARNO JOSÉ CASTILHO PAES	3213	02.07.15.013.0137.01.1	438.xxxxxxxx
20465 - ELOI PRZYBYSZ	432	02.02.02.022.0007.01.1	849.xxxxxxxx
583 - RENE BATISTA DE SOUZA	951	02.09.11.015.0002.01.1	156.xxxxxxxx
4247 - EDENY FERREIRA DE ANDRADE	3021	02.07.16.011.0118.01.1	738.xxxxxxxx
5956 - EDILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	31591	01.01.01.004.0006.01.3	761.xxxxxxxx
25233 - ZILENE PAES BARRETO DA SILVA	32758	04.01.02.005.0002.01.1	235.xxxxxxxx
10623 - LEONIDIA KMIECIK GOGOLA	209	02.10.14.002.0031.01.1	026.xxxxxxxx
10623 - LEONIDIA KMIECIK GOGOLA	243	02.10.14.003.0017.01.1	026.xxxxxxxx
17243 - (ESPÓLIO) ESPÓLIO DE AGOSTINHO DOS ANJOS	33870	01.01.01.014.0001.09.1	837.xxxxxxxx
1583 - CINESVALDO CAVALIERI E OUTROS	2449	02.06.06.012.0163.01.1	322.xxxxxxxx
6319 - ILDO LUCAS TIMOTEO	4455	03.01.01.007.0010.01.1	402.xxxxxxxx
1183 - DELI SOUZA PEREIRA	1806	02.05.05.010.0008.01.1	254.xxxxxxxx
1536 - NATALINO DA SILVA GUIMARÃES	2328	02.06.06.008.0516.01.2	233.xxxxxxxx
1536 - NATALINO DA SILVA GUIMARÃES	2329	02.06.06.008.0516.01.1	233.xxxxxxxx
3918 - JOSÉ SELUSCHINHASKI DE FREITAS	4831	03.01.01.008.0017.01.1	392.xxxxxxxx
4817 - ADALTO DE ARAUJO	838	02.03.03.016.0007.01.1	613.xxxxxxxx
4817 - ADALTO DE ARAUJO	837	02.03.03.016.0006.01.1	613.xxxxxxxx
4817 - ADALTO DE ARAUJO	839	02.03.03.016.0008.01.1	613.xxxxxxxx
25085 - VERA LUCIA ANTONIO GODOI	582	02.02.02.018.0021.01.1	525.xxxxxxxx
23561 - TEREZINHA DA LUZ LOURENÇO DOS SANTOS	32681	04.01.02.002.0018.01.1	088.xxxxxxxx
217 - IVONE DE B. CASTILHO	343	02.02.02.006.0003.01.1	014.xxxxxxxx
18753 - ANA CLAUDIA DOS SANTOS	32571	04.01.01.003.0004.01.1	053.xxxxxxxx
19364 - ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA	3943	02.09.01.013.0003.01.1	779.xxxxxxxx
928 - (ESPÓLIO) ESPÓLIO DE JACIRA MEDEIROS CORNÉLIO	1958	02.04.04.007.0312.01.1	641.xxxxxxxx
28424 - DANIEL HEUSER	32344	02.09.01.031.0034.01.0	392.xxxxxxxx

1940 - SUSANA APARECIDA RODRIGUES ESPINDOLA	3026	02.07.16.011.0122.01.1	765.xxxxxxxx
1871 - AFONSO RIBEIRO E OUTROS	2905	02.07.16.012.0126.01.1	232.xxxxxxxx
12783 - ADELMO DE JESUS CHAGAS	32496	04.01.03.001.0005.01.1	054.xxxxxxxx
7110 - LUIZ ANTONIO BORGES	31556	02.09.01.030.0001.03.1	311.xxxxxxxx
7345 - CLAIR MARIA LINK	129	02.09.12.006.0021.01.1	806.xxxxxxxx
3294 - FABIANO DA SILVA	4589	02.09.01.030.0061.01.0	016.xxxxxxxx
3294 - FABIANO DA SILVA	4590	02.09.01.030.0062.01.0	016.xxxxxxxx
3294 - FABIANO DA SILVA	4567	02.09.01.030.0040.01.0	016.xxxxxxxx
3294 - FABIANO DA SILVA	4512	02.09.01.030.0003.01.1	016.xxxxxxxx
3294 - FABIANO DA SILVA	4572	02.09.01.030.0045.01.0	016.xxxxxxxx
2269 - NOVA VILLA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	31681	01.01.01.013.0019.01.3	81889164000113
2269 - NOVA VILLA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	3483	01.01.01.013.0045.01.1	81889164000113
2269 - NOVA VILLA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	2387	01.01.01.013.0009.01.1	81889164000113
2269 - NOVA VILLA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	3483	01.01.01.013.0045.01.1	81889164000113
2269 - NOVA VILLA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	3469	01.01.01.013.0031.01.1	81889164000113
3545 - PAULO CESAR MATOSO	4600	02.09.01.029.0004.01.1	680.xxxxxxxx
5795 - GENEROSO PEREIRA SANTOS	31140	01.01.02.013.0018.01.1	664.xxxxxxxx
1951 - ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA	3040	02.07.16.009.0081.01.1	367.xxxxxxxx
1951 - ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA	3054	02.07.16.009.0094.01.1	367.xxxxxxxx
1951 - ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA	33843	02.07.16.009.0094.01.2	367.xxxxxxxx
4903 - HELIO ANTONIO DA TRINDADE	4165	03.01.01.014.0007.01.1	018.xxxxxxxx
690 - ANTONIO ZENTI NETO	1103	02.09.11.010.0015.01.0	316.xxxxxxxx
8063 - JOSE ALBANI FERREIRA	31553	03.01.01.012.0025.01.1	667.xxxxxxxx
257 - EVANIZE ANTUNES DE CARVALHO	390	02.02.02.005.0011.01.1	186.xxxxxxxx
1445 - ESPÓLIO DE FRANCISCA MARIA DOS SANTOS	32531	04.01.01.001.0010.01.1	694.xxxxxxxx
8087 - PEDRO MINOSSO	1583	02.05.05.001.0015.01.1	295.xxxxxxxx
1656 - CELSO DALAZUANA	2548	02.06.06.015.0226.01.1	540.xxxxxxxx
10158 - MARIA CRISTINA SILVA DA CRUZ	32499	04.01.03.002.0002.01.1	851.xxxxxxxx
732 - JOSÉ APARECIDO DA SILVA	34027	02.09.01.042.0008.01.1	201.xxxxxxxx
732 - JOSÉ APARECIDO DA SILVA	34028	02.09.01.042.0008.01.2	201.xxxxxxxx
1834 - FERNANDO ANGELO PEREIRA	2834	02.07.07.012.0128.01.1	369.xxxxxxxx
1834 - FERNANDO ANGELO PEREIRA	1849	02.05.05.012.0004.01.1	369.xxxxxxxx
20137 - OILSON GONÇALVES	32781	04.01.02.005.0025.01.1	084.xxxxxxxx
14939 - NAIR APARECIDA DOS SANTOS	32468	04.01.04.002.0036.01.1	059.xxxxxxxx
4194 - ANTONIO CARLOS MACHADO	4599	02.09.01.029.0003.01.1	541.xxxxxxxx
21756 - NAIR PINTO LEITE	4061	02.09.01.028.0002.01.1	877.xxxxxxxx
2959 - ADRAUZIO BOGO	3480	01.01.01.013.0042.01.1	353.xxxxxxxx
172 - LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	272	02.02.02.001.0016.01.1	480.xxxxxxxx
28821 - SALETE DO ROCIO SANTANA	2193	02.06.06.003.0020.01.1	680.xxxxxxxx
8227 - LEANDRO SOTOZONO	1878	02.05.05.013.0002.01.1	006.xxxxxxxx
20430 - EDSON RODRIGUES DA SILVA	4601	02.09.01.029.0005.01.1	040.xxxxxxxx
19411 - DAVID JUNIOR DOS SANTOS	2238	02.06.06.004.0056.01.1	032.xxxxxxxx
6083 - JUDITA CONSTANTINO DA SILVA DE ANDRADE	4347	03.01.01.015.0001.01.1	022.xxxxxxxx
1937 - EUSTAQUIO CARDOSO VARJÃO	3022	02.07.16.011.0119.01.1	588.xxxxxxxx
2495 - MAURO PAULIN	37327	02.09.01.040.0003.01.0	676.xxxxxxxx
2495 - MAURO PAULIN	32937	02.09.01.040.0002.01.0	676.xxxxxxxx
2495 - MAURO PAULIN	34360	02.09.01.040.0005.01.0	676.xxxxxxxx
40061 - IRIEL ALEXANDRE VILAS BOAS	519	02.02.02.004.0014.01.1	106.xxxxxxxx
3021 - MARCOS AURELIO PRESTES DOS SANTOS	237	02.10.14.004.0078.01.1	978.xxxxxxxx
2119 - ESPÓLIO NEY BARBOSA LIMA	3285	01.01.02.002.0003.01.1	131.xxxxxxxx
1197 - EPOLIO DE IDALICIA MARIA GONÇALVES	1820	02.05.05.011.0008.01.1	403.xxxxxxxx
14526 - MARIA ELIZETE PIRES	32731	04.01.02.004.0001.01.1	856.xxxxxxxx
783 - JOSE IRANEI DE SOUZA	1353	02.04.04.001.0011.01.1	962.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34491	02.09.01.018.0015.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	33115	02.09.01.018.0006.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34490	02.09.01.018.0014.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34485	02.09.01.018.0009.01.1	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	3742	02.09.01.018.0004.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34789	02.09.01.018.0007.01.2	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34488	02.09.01.018.0012.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	33115	02.09.01.018.0006.01.0	111.xxxxxxxx

2452 - NELSON DAHER SANTOS	33116	02.09.01.018.0007.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34490	02.09.01.018.0014.01.0	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34485	02.09.01.018.0009.01.1	111.xxxxxxxx
2452 - NELSON DAHER SANTOS	34789	02.09.01.018.0007.01.2	111.xxxxxxxx
70 - HILTON REGINALDO VIANA	175	02.09.12.008.0007.01.1	511.xxxxxxxx
38945 - DÉBORA DE LURDES ANDRADE SANTOS	4049	02.09.01.027.0002.01.1	049.xxxxxxxx
180 - PEDRO DONAISKI	280	02.02.02.016.0003.01.0	185.xxxxxxxx
4587 - FERNANDO COLLETI E OUTRA	3970	02.09.01.017.0005.01.0	962.xxxxxxxx
19712 - ANDRE PAULO DE OLIVEIRA	4311	03.01.01.001.0022.01.1	874.xxxxxxxx
2138 - FRANCISCO NALEPA	3318	01.01.02.008.0007.01.1	112.xxxxxxxx
18433 - RAFAELA QUINTINO PEREIRA DA SILVA	33880	01.01.01.014.0011.01.1	035.xxxxxxxx
30044 - RODRIGO FERREIRA VAZ	2938	02.07.16.002.0015.01.1	062.xxxxxxxx
20041 - TATIANE MOREIRA ROMULADO	32538	04.01.01.001.0017.01.1	050.xxxxxxxx
20041 - TATIANE MOREIRA ROMULADO	32660	04.01.02.001.0012.01.1	050.xxxxxxxx
1868 - FLAVIO FERREIRA	2901	02.07.16.013.0141.01.1	058.xxxxxxxx
3338 - JOSÉ LUIZ DE JESUS	4615	02.09.01.029.0014.01.1	478.xxxxxxxx
3010 - GERVAZIO FURLAN	4060	02.09.01.028.0001.01.1	450.xxxxxxxx
7903 - IOLANDA FERNANDES	1796	02.05.05.009.0013.01.1	604.xxxxxxxx
29483 - EVERTON LUCAS CORREA DA LUZ	544	02.02.02.017.0004.01.1	089.xxxxxxxx
6066 - IVO ANTONIO SALES	2446	02.06.06.012.0160.01.1	504.xxxxxxxx
18756 - ROSALINA ARCANJO	32574	04.01.01.003.0007.01.1	025.xxxxxxxx
6922 - CARLOS ALEXANDRE ALVES DE MORAIS	2535	02.06.06.014.0220.01.1	042.xxxxxxxx
8725 - SANDRA SAMPAIO	2948	02.07.16.003.0024.01.1	030.xxxxxxxx
18742 - MARIA APARECIDA DE MELO	32534	04.01.01.001.0013.01.1	004.xxxxxxxx
16551 - ARNALDO CESAR FAVORITO	32406	02.08.01.010.0001.01.1	058.xxxxxxxx
16551 - ARNALDO CESAR FAVORITO	32413	02.08.01.010.0003.01.1	058.xxxxxxxx
19418 - MAURICIO CERONATTO	224	02.10.14.005.0065.01.1	961.xxxxxxxx
23199 - VALQUIRIA MALTEZO DE PAULA	33873	01.01.01.014.0003.02.1	059.xxxxxxxx
21926 - PEDRO CARLOS MACIEL	787	02.03.03.014.0014.01.1	462.xxxxxxxx
20177 - JOÃO VANDERLEI DOS SANTOS	102	02.09.12.006.0005.01.1	519.xxxxxxxx
5460 - ESPOLIO DE JUAREZ DO ESPIRITO SANTO	3539	02.09.02.009.0003.01.1	552.xxxxxxxx
5226 - RICARDO LUIZ DE SOUZA	29	02.09.13.011.0014.01.1	024.xxxxxxxx
30282 - NATALINO PEREIRA DO CARMO	3902	02.03.05.002.0003.01.1	020.xxxxxxxx
20098 - ROBERTO CARLOS VALENDORFF	32742	04.01.02.003.0037.01.1	017.xxxxxxxx
16946 - KELLEN CRISTINA BATISTA	32523	04.01.01.001.0002.01.1	069.xxxxxxxx
20390 - EDSON GASPAR KLOSTER	3681	02.09.01.013.0002.01.0	109.xxxxxxxx
4214 - ESPÓLIO DE LAERCIO AUGUSTO DOS SANTOS	2760	02.07.07.009.0076.01.1	403.xxxxxxxx
21841 - EDNA DOS PASSO TOLEDO	32720	04.01.02.003.0016.01.1	057.xxxxxxxx
18145 - MARIA JOANA MIQUITO	32590	04.01.01.004.0001.01.1	698.xxxxxxxx
32208 - ELLIEZER DE FREITAS FAGUNDES	33340	02.04.04.014.0186.01.2	071.xxxxxxxx
26071 - LUIZ GONZAGA DA SILVA	4308	03.01.01.001.0020.01.1	676.xxxxxxxx
18737 - CAROLINA JULIANA MARQUES VIEIRA	32524	04.01.01.001.0003.01.1	055.xxxxxxxx
465 - MANOEL IZAEL RIBEIRO	723	02.03.03.011.0010.01.1	161.xxxxxxxx
446 - EZEQUIEL FRANCISCO COSTA	702	02.03.03.013.0002.01.1	504.xxxxxxxx
6852 - SOELI SIOTTA ENDRES	33198	01.01.04.011.0005.01.0	015.xxxxxxxx
18743 - WENDERFANKELL DOS SANTOS VIEIRA	32537	04.01.01.001.0016.01.1	073.xxxxxxxx
11299 - MARIA ANGELA ALVES MACIEL	32536	04.01.01.001.0015.01.1	781.xxxxxxxx
18676 - KATIA GONÇALVES DOS SANTOS	32451	04.01.04.002.0019.01.1	043.xxxxxxxx
5062 - ADELIO VIEIRA DA SILVA	208	02.10.14.002.0030.01.1	729.xxxxxxxx
5112 - JOAQUIM BARBOSA DOS SANTOS	1329	02.04.04.004.0146.01.1	004.xxxxxxxx
18691 - EDUARDO ALBERTO PANTALEÃO	32476	04.01.04.002.0045.01.1	084.xxxxxxxx
1660 - JOSE ARISTIDES DOMINGUES	2556	02.06.06.015.0232.01.1	704.xxxxxxxx
96 - PALMIRA JUSTINO CARVALHO	48	02.09.12.001.0004.01.1	299.xxxxxxxx
18738 - ADRIANA APARECIDA DA SILVA	32525	04.01.01.001.0004.01.1	091.xxxxxxxx
27498 - VITORIA JUDACHESKI PHILLIPS	812	02.03.03.008.0002.01.1	006.xxxxxxxx
5902 - MARINEIDE CUNHA DA SILVA	3968	02.09.01.017.0003.01.1	859.xxxxxxxx
5900 - VALDINEI APARECIDO DA COSTA	4521	02.09.01.030.0011.01.0	016.xxxxxxxx
4394 - ELISABETH SCHAFHAUSER	1413	02.04.04.006.0242.01.1	429.xxxxxxxx
21592 - EVERSON CARVALHO FUJII E DARLIN SUELEN FUJII	1252	02.04.04.002.0048.01.1	581.xxxxxxxx
3859 - EROS ROBERTO GERMANO	3253	01.01.01.001.0008.01.0	186.xxxxxxxx
13331 - MARTA BARBOZA ALVES	32440	04.01.04.002.0008.01.1	044.xxxxxxxx

25101 - SILMARA DA SILVA	4425	03.01.01.004.0026.01.1	859.xxxxxxxx
3874 - SILVANA ALESSANDRA COELHO	3707	01.01.04.012.0019.01.1	030.xxxxxxxx
18764 - ELINEIA GILMARA ROCHA DA SILVA	32585	04.01.01.003.0018.01.1	063.xxxxxxxx
6652 - MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARQUES E OUTRO	3272	02.05.05.016.0004.01.1	390.xxxxxxxx
19870 - ANA GLAUCIA TAVARES MUNIZ	34134	01.01.06.001.0003.01.1	028.xxxxxxxx
8749 - GABRIEL ZANDONATO DE MELO	3693	02.09.09.003.0010.01.1	045.xxxxxxxx
3023 - RONNE VON BARBOSA DE OLIVEIRA	4074	02.10.14.004.0075.01.1	480.xxxxxxxx
3023 - RONNE VON BARBOSA DE OLIVEIRA	34845	02.10.14.004.0075.01.3	480.xxxxxxxx
3430 - CLAUDEMIR JOSÉ DA MOTA	2992	02.07.16.007.0059.01.1	016.xxxxxxxx
5343 - EMILIANO ROSA DE LIMA	35819	02.02.02.001.0021.01.4	285.xxxxxxxx
5343 - EMILIANO ROSA DE LIMA	277	02.02.02.001.0021.01.1	285.xxxxxxxx
5343 - EMILIANO ROSA DE LIMA	276	02.02.02.001.0021.01.2	285.xxxxxxxx
25164 - DALVA TEMPLE TOALDO MANFRON	3634	02.09.01.012.0006.01.0	904.xxxxxxxx
260 - AGUIDES LOPES DA SILVA	393	02.02.02.005.0014.01.1	567.xxxxxxxx
20407 - JUNIOR CEZAR DIAS NOGUEIRA	4053	02.09.01.027.0005.01.1	033.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	1617	02.05.05.003.0003.01.0	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	1776	02.05.05.008.0011.01.1	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	3817	02.06.06.029.0488.01.1	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	34648	02.05.05.008.0011.01.2	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	34649	02.05.05.008.0011.01.3	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	1659	02.05.05.004.0020.01.1	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	34650	02.05.05.008.0011.01.4	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	34648	02.05.05.008.0011.01.2	220.xxxxxxxx
23399 - AGR - MELO SERVIÇOS LTDA	34649	02.05.05.008.0011.01.3	220.xxxxxxxx
18685 - SILVIA FURLAN BORGES DOS SANTOS	32462	04.01.04.002.0030.01.1	063.xxxxxxxx
23209 - JANE MARA MULDENBERGER PINTO	33949	01.01.01.014.0047.01.1	005.xxxxxxxx
1164 - EUNICE DE LIMA	1782	02.05.05.009.0003.01.1	448.xxxxxxxx
32227 - ALESSANDRA DIAS DE OLIVEIRA	32802	04.01.02.006.0016.01.1	074.xxxxxxxx
20054 - CARMEM MAGRI A. DOS REIS	32678	04.01.02.002.0015.01.1	065.xxxxxxxx
1564 - ALCIR CARLOS BALARDINI	2843	02.07.07.013.0008.01.1	274.xxxxxxxx
1564 - ALCIR CARLOS BALARDINI	2423	02.06.06.010.0129.01.1	274.xxxxxxxx
39068 - MIGUEL PEREIRA DE PAULA	1228	02.04.04.016.0098.01.1	402.xxxxxxxx
60 - ADILSON ANDRÉ CARDOSO	67	02.09.12.001.0023.01.1	663.xxxxxxxx
3194 - SILVIO DA SILVA FERMINO	4368	03.01.01.003.0001.01.1	026.xxxxxxxx
2949 - EDIGAR JOÃO DOS SANTOS	738	02.03.03.011.0022.01.1	954.xxxxxxxx
29484 - ALIANDRO CORREA DA LUZ	352	02.02.02.015.0002.01.1	072.xxxxxxxx
1615 - JOSÉ DE RESENDE TAVEIRA	2493	02.06.06.013.0189.01.1	370.xxxxxxxx
4089 - ANTONIO VOLNEI EYROSA	27	02.09.13.011.0008.01.1	147.xxxxxxxx
4089 - ANTONIO VOLNEI EYROSA	34713	02.09.13.011.0008.01.2	147.xxxxxxxx
176 - GUTENBERG BENVINDO	3700	02.02.02.001.0020.01.1	172.xxxxxxxx
4822 - CARLOS NORBERTO DE OLIVEIRA	1401	02.04.04.006.0236.01.0	359.xxxxxxxx
2756 - IMOBILIÁRIA LIDELAR LTDA	3552	02.09.12.009.0012.01.1	79578183000187
2756 - IMOBILIÁRIA LIDELAR LTDA	211	02.10.14.005.0052.01.0	79578183000187
3995 - ADILSON RODRIGUES DE MELO	1643	02.05.05.004.0005.01.1	856.xxxxxxxx
7359 - GIOVANI ERCOLE - AUTONOMO	3414	02.08.01.002.0001.01.1	541.xxxxxxxx
20088 - DENIR RODRIGUES DOS SANTOS	32723	04.01.02.003.0019.01.1	080.xxxxxxxx
19609 - MAURICIO SENKO	3599	02.09.12.010.0022.01.1	544.xxxxxxxx
5273 - LEANDRO MENGARDO GOMES	2283	02.06.06.007.0093.00.1	022.xxxxxxxx
5273 - LEANDRO MENGARDO GOMES	35153	02.06.06.007.0093.00.2	022.xxxxxxxx
18202 - JULIO CESAR OPIECHON E ESPOSA	3683	01.01.04.012.0007.01.1	872.xxxxxxxx
20595 - EVA TEREZINHA STASIAK DOS SANTOS	1861	02.05.05.012.0014.01.1	874.xxxxxxxx
1065 - ANA MARIA DIAS	1778	02.05.05.008.0012.01.1	776.xxxxxxxx
21755 - ADALTO LUIZ DE AMORIM	30967	01.01.04.008.0004.01.0	483.xxxxxxxx
21755 - ADALTO LUIZ DE AMORIM	30968	01.01.04.008.0005.01.1	483.xxxxxxxx
21755 - ADALTO LUIZ DE AMORIM	30969	01.01.04.008.0006.01.1	483.xxxxxxxx
21755 - ADALTO LUIZ DE AMORIM	30966	01.01.04.008.0003.01.1	483.xxxxxxxx
18674 - ANDERSON NUNES	32450	04.01.04.002.0018.01.1	090.xxxxxxxx
18717 - TEREZA ALMADA DE ASSIS	32506	04.01.03.002.0009.01.1	033.xxxxxxxx
197 - ELVIRA GAUZISKI	308	02.02.02.013.0016.01.1	232.xxxxxxxx
13833 - NEIDE NERONE	32582	04.01.01.003.0015.01.1	032.xxxxxxxx
20881 - VERGINIA ALEX SZYCHTA	33861	02.08.03.009.0004.01.0	034.xxxxxxxx

20881 - VERGINIA ALEX SZYCHTA	33103	02.08.03.009.0001.01.0	034.xxxxxxxx
20881 - VERGINIA ALEX SZYCHTA	33105	02.08.03.009.0003.01.0	034.xxxxxxxx
3872 - KARLA GRAZZIOTIN	4220	03.01.01.008.0004.01.1	007.xxxxxxxx
7700 - MARCELO APARECIDO MARCAL E OUTRA	1721	02.05.05.006.0002.01.1	023.xxxxxxxx
924 - ESPÓLIO DE ELIAS FERREIRA LIMA	1953	02.04.04.007.0307.01.1	172.xxxxxxxx
924 - ESPÓLIO DE ELIAS FERREIRA LIMA	33230	02.04.04.007.0307.01.2	172.xxxxxxxx
3181 - DIRCE DE LIMA FREITAS	4332	03.01.01.010.0014.01.1	503.xxxxxxxx
18704 - JOAO ANTERO DE OLIVEIRA	32483	04.01.03.001.0003.01.1	001.xxxxxxxx
1427 - MANOEL DE SOUZA PEREIRA	2155	02.06.06.022.0386.01.1	316.xxxxxxxx
3377 - WALDEMIRO MAROS	4672	02.08.01.009.0038.01.1	359.xxxxxxxx
16103 - VIRGINIA MOREIRA	32803	04.01.02.006.0017.01.1	585.xxxxxxxx
412 - ESPÓLIO DE ALVINA JUDACHESKI AMALFI	33434	02.03.03.005.0007.01.2	169.xxxxxxxx
10826 - TEREZA DE JESUS SANTOS	32812	04.01.02.006.0027.01.1	962.xxxxxxxx
18672 - NOEMI SILVA SERAFIM BUENO	32447	04.01.04.002.0015.01.1	943.xxxxxxxx
4231 - JORGE PEDRO FLOR	3474	01.01.01.013.0036.01.1	390.xxxxxxxx
29509 - EDIR RODRIGUES DOS SANTOS	32730	04.01.02.003.0026.01.1	025.xxxxxxxx
4705 - ROBERTO ISAEL RODRIGUES RIBEIRO	719	02.03.03.011.0007.01.1	875.xxxxxxxx
18727 - LOVANIR CONTADOR CHAGAS	32497	04.01.03.001.0011.01.1	962.xxxxxxxx
1772 - EDISON KAZUHISA SEIMA	33769	02.07.07.011.0097.01.2	323.xxxxxxxx
1772 - EDISON KAZUHISA SEIMA	2789	02.07.07.011.0097.01.1	323.xxxxxxxx
4164 - FRASSATI RODRIGUES DE OLIVEIRA	3952	02.03.04.001.0022.01.0	576.xxxxxxxx
1913 - JACOB JAKUBIU	2977	02.07.16.004.0045.01.1	218.xxxxxxxx
175 - NEUSA MARIA SBALCHIERO	275	02.02.02.001.0019.01.1	004.xxxxxxxx
1535 - MANOEL DOMINGOS DE SOUZA	2327	02.06.06.008.0515.01.1	207.xxxxxxxx
662 - IZAIAS BATISTA ACHOA	1067	02.09.11.004.0004.01.1	849.xxxxxxxx
17047 - KATIANE GOMES DE ASSIS	32737	04.01.02.003.0032.01.1	072.xxxxxxxx
4892 - EVERSOR MARTINS	2966	02.07.16.004.0035.01.1	876.xxxxxxxx
20151 - RUBENS ERNANI FRAGUEL	32799	04.01.02.006.0013.01.1	394.xxxxxxxx
16376 - PAULO ROBERTO DOS SANTOS	37153	03.01.01.011.0007.01.4	842.xxxxxxxx
2888 - DELAIR MACHADO	3858	02.09.01.020.0009.01.1	017.xxxxxxxx
1209 - LUIZA CHRISTOFFOLI	1836	02.05.05.011.0021.01.1	615.xxxxxxxx
10661 - ROQUE DAMIÃO KOSSOSKI	34193	01.01.12.001.0012.01.1	394.xxxxxxxx
10661 - ROQUE DAMIÃO KOSSOSKI	34185	01.01.12.001.0004.01.1	394.xxxxxxxx
10661 - ROQUE DAMIÃO KOSSOSKI	35796	01.01.12.001.0004.01.6	394.xxxxxxxx
4060 - AGUINALDO ANTONIO FERREIRA E OUTRO	763	02.03.03.001.0011.01.0	836.xxxxxxxx
4534 - ZEFERINO MACHINHEVIS	4472	03.01.01.007.0024.01.1	025.xxxxxxxx
4463 - SÁ RIBAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	3223	02.09.11.008.0018.01.0	77788297000126
4463 - SÁ RIBAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	3219	02.09.11.013.0004.01.1	77788297000126
4463 - SÁ RIBAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	1058	02.09.11.012.0017.01.1	77788297000126
5824 - MARCELO GAVELIKI	31356	02.09.14.001.0010.01.1	02591443980
1352 - VALDISIR DE OLIVEIRA	2047	02.06.06.026.0440.01.1	66783534987
1213 - JOÃO LÁZARO NETO	1841	02.05.05.011.0025.01.1	234.xxxxxxxx
20132 - MARIA HELENA PIRES	32774	04.01.02.005.0018.01.1	508.xxxxxxxx
13955 - FABIANO APARECIDO FERREIRA	2427	02.06.06.011.0144.01.1	042.xxxxxxxx
2933 - VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA	3916	02.03.05.003.0005.01.1	729.xxxxxxxx
2933 - VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA	3915	02.03.05.003.0005.01.2	729.xxxxxxxx
7093 - ANTONIO MARCOS DO PRADO	3951	02.03.04.001.0021.01.1	026.xxxxxxxx
17969 - (ESPÓLIO) ELIANE VALLE IRAN	32493	04.01.03.001.0015.01.1	027.xxxxxxxx
559 - PAULA CRISTINA RIBEIRO BATISTA	911	02.03.03.006.0013.01.0	052.xxxxxxxx
2824 - ANÁLIA MANFRON CULPI	3648	02.09.01.014.0007.01.0	016.xxxxxxxx
13188 - ESPÓLIO DE GENTIL CARNIEL E ESPOSA	2487	02.06.06.013.0185.01.1	060.xxxxxxxx
21523 - IVO MERCER	32947	02.09.01.023.0003.01.1	598.xxxxxxxx
26831 - SILMARA DE OLIVEIRA	2880	02.07.16.014.0143.01.1	034.xxxxxxxx
8147 - JULIA MARCIS	323	02.02.02.019.0012.01.1	017.xxxxxxxx
20989 - MARCELO CRISTOVAO CARACHENSKI	34614	01.01.03.007.0010.01.3	072.xxxxxxxx
20989 - MARCELO CRISTOVAO CARACHENSKI	34613	01.01.03.007.0010.01.2	072.xxxxxxxx
20989 - MARCELO CRISTOVAO CARACHENSKI	32834	01.01.03.007.0010.01.1	072.xxxxxxxx
6557 - MANTINA FERREIRA SILVESTRE ILDEFONSO	4514	02.09.01.030.0005.05.0	972.xxxxxxxx
1059 - AGOSTINHO CONSTANTINO	1842	02.05.05.011.0026.01.1	462.xxxxxxxx
2128 - ANTONIO SERGIO CARACHENSKI	31078	01.01.08.002.0001.01.1	540.xxxxxxxx
5813 - RAFAELA MEDINA BENTO E OUTROS	3134	02.07.15.005.0072.01.1	019.xxxxxxxx

259 - MARISETE CECÍLIA RICHTER	392	02.02.02.005.0013.01.0	222.xxxxxxxx
26781 - SALETE DOS SANTOS	32442	04.01.04.002.0010.01.1	580.xxxxxxxx
4784 - ERLI CONCEIÇÃO SALESBRAM	513	02.02.02.004.0008.01.1	798.xxxxxxxx
6522 - DILCEIA GULIN DE SIQUEIRA DE ARAUJO	4069	02.09.01.028.0010.01.1	740.xxxxxxxx
317 - JOÃO RAMOS DOS SANTOS	477	02.02.02.007.0005.01.1	002.xxxxxxxx
7333 - INGRID CUNHA PALANDRANI	2519	02.06.06.014.0209.01.1	309.xxxxxxxx
18489 - ELIANE THAIS DE LIMA ASSIS	32508	04.01.03.002.0012.01.1	068.xxxxxxxx
621 - ADENIR JOSÉ MORAES VIEIRA	1014	02.09.11.006.0004.01.1	738.xxxxxxxx
18481 - TATIANE FERREIRA DE PAULA	32461	04.01.04.002.0029.01.1	062.xxxxxxxx
1734 - ESPÓLIO DE AIRTON CAMARGO	2654	02.06.06.019.0319.01.1	253.xxxxxxxx
1781 - MARLON SERGIO BERNERT	2730	02.07.07.008.0053.01.1	233.xxxxxxxx
23211 - JAILTON JOSE DE LIMA	33948	01.01.01.014.0045.01.1	667.xxxxxxxx
20083 - ROSEMERI APARAECIDA MARTINS	32717	04.01.02.003.0013.01.1	046.xxxxxxxx
6370 - GEISON LEONARDO BUDEL	90	02.09.12.003.0011.01.1	034.xxxxxxxx
3226 - ARIOVALDO FERREIRA	4412	03.01.01.004.0015.01.1	922.xxxxxxxx
1061 - JUVENTINA FONTINELLI	1600	02.05.05.002.0019.01.1	356.xxxxxxxx
4149 - JOSÉ ROBERTO KUPKA	4917	02.09.01.010.0007.01.1	587.xxxxxxxx
4149 - JOSÉ ROBERTO KUPKA	4916	02.09.01.010.0006.01.1	587.xxxxxxxx
370 - NADIR INACIA DE JESUS FICHA	558	02.02.02.012.0004.01.1	480.xxxxxxxx
1593 - MARIA DE LOURDES LEITE	2459	02.06.06.012.0329.01.1	402.xxxxxxxx
3891 - JOAOZINHO IENI	2612	02.06.06.017.0282.01.1	448.xxxxxxxx
29346 - ELZA BURKO MANN	304	02.02.02.013.0008.01.1	059.xxxxxxxx
3230 - VALDIR DA CRUZ	4419	03.01.01.004.0020.01.1	660.xxxxxxxx
1036 - ANTENOR FERNANDES DE SOUZA	1573	02.05.05.001.0005.01.1	506.xxxxxxxx
8272 - JAQUELINE MARIALVA BANDEIRA	1396	02.04.04.006.0226.01.1	567.xxxxxxxx
118 - OI S.A.	508	02.09.12.005.0009.01.1	765.xxxxxxxx
118 - OI S.A.	1764	02.05.05.007.0020.01.1	765.xxxxxxxx
20149 - MARCELO EMILIANO PEREIRA	32796	04.01.02.006.0010.01.1	050.xxxxxxxx
28214 - MARIA LUCIA SCISLOWSKI OLIVEIRA	380	02.02.02.005.0001.01.1	696.xxxxxxxx
3177 - ESPOLIO DE EDGAR PORTELA	4325	03.01.01.010.0010.01.1	654.xxxxxxxx
2887 - NEUSA PEREIRA DOS SANTOS	3857	02.09.01.020.0008.01.1	740.xxxxxxxx
4628 - ALAMO, ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA - ME	4766	02.08.01.005.0003.01.0	054.xxxxxxxx
4628 - ALAMO, ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA - ME	30893	01.01.01.002.0008.01.0	054.xxxxxxxx
4628 - ALAMO, ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA - ME	1611	02.05.05.002.0029.01.1	054.xxxxxxxx
13954 - JOAREZ DE ANDRADE LEMOS	398	02.02.02.021.0003.01.0	346.xxxxxxxx
21624 - ANTONIO FELIZ DE GODOY	467	02.02.02.014.0012.01.1	393.xxxxxxxx
5340 - ALAMILTON RAPHAEL	3966	02.09.01.017.0001.01.1	186.xxxxxxxx
2350 - MARCOS CESAR BATISTA DOS SANTOS	608	02.02.02.008.0009.01.1	826.xxxxxxxx
598 - PALMIRIO ALVES DE FREITAS	988	02.09.11.013.0002.01.1	680.xxxxxxxx
29989 - ROBISON SEVULSKI	32509	04.01.03.002.0010.01.1	074.xxxxxxxx
766 - JOSÉ ADIR MIOLA	2108	02.06.06.023.0407.01.1	027.xxxxxxxx
766 - JOSÉ ADIR MIOLA	1217	02.04.04.016.0088.01.1	027.xxxxxxxx
2761 - IVO VAZ DE OLIVEIRA	3561	02.09.12.009.0019.01.1	650.xxxxxxxx
1505 - MARIA CLEMENTINA SAI	2280	02.06.06.007.0090.01.1	689.xxxxxxxx
18778 - DAYSI LUCI BATISTA	32609	04.01.01.004.0020.01.1	034.xxxxxxxx
1390 - ANTONIO DE OLIVEIRA	2101	02.06.06.023.0400.01.1	201.xxxxxxxx
20123 - LUANA ALVES LEITE	32761	04.01.02.005.0005.01.1	082.xxxxxxxx
1707 - MARIA CRISTINA BALESTRA DA SILVA SANTOS	3504	02.06.06.023.0408.01.1	644.xxxxxxxx
8302 - ROSANGELA ZANDONATO DOS SANTOS	1641	02.05.05.004.0003.01.1	955.xxxxxxxx
30332 - MARIA JULIETA PIANEZ MONFREDINHO	1479	02.04.04.011.0354.01.0	459.xxxxxxxx
27929 - NIRCÉLIA ALVES NATEL	694	02.03.03.015.0008.01.1	049.xxxxxxxx
17035 - ROSALINA DE LOURDES CHAGAS	32489	04.01.03.001.0010.01.1	073.xxxxxxxx
26942 - GUATIMOZIN DE OLIVEIRA SANTOS FILHO	32341	02.09.01.031.0031.01.0	045.xxxxxxxx
8720 - MARIA LUIZA WIEDERKEHR	32376	01.01.02.008.0020.01.0	402.xxxxxxxx
8720 - MARIA LUIZA WIEDERKEHR	34651	01.01.02.008.0021.01.1	402.xxxxxxxx
8720 - MARIA LUIZA WIEDERKEHR	30861	01.01.02.008.0019.01.0	402.xxxxxxxx
4664 - ABNER ZORZENON	1181	02.04.04.017.0054.01.1	470.xxxxxxxx
27934 - CATIA REGINA SCHOLZE BORTOLOTTO	1417	02.04.04.006.0245.01.1	645.xxxxxxxx
18741 - FABIANA DE FABRE DA SILVA	32529	04.01.01.001.0008.01.1	060.xxxxxxxx
255 - ALDIVA CATHARINA FRESSATO DECHRISTAN	388	02.02.02.005.0008.01.1	874.xxxxxxxx
32155 - Rosimeri Solange Parayba	1237	02.04.04.002.0035.01.1	023.xxxxxxxx

6952 - DAVI SEGURO E OUTRO	1759	02.05.05.007.0015.01.1	766.xxxxxxxx
4766 - PAULO SERGIO LEDIO MARTINS	3547	02.09.12.009.0007.01.1	782.xxxxxxxx
4766 - PAULO SERGIO LEDIO MARTINS	110	02.09.12.004.0003.01.1	782.xxxxxxxx
4248 - ESPOLIO DE SILVINO MENDES DE JESUS	4827	02.09.02.006.0001.02.1	113.xxxxxxxx
680 - SEBASTIÃO MEIRA	1090	02.09.11.008.0003.01.1	855.xxxxxxxx
19633 - FABIANA SCHIAVETO CORTEZE	2135	02.06.06.020.0350.01.1	008.xxxxxxxx
26959 - LIDIANE DIAS DE OLIVEIRA	421	02.02.02.020.0012.01.1	044.xxxxxxxx
26959 - LIDIANE DIAS DE OLIVEIRA	33021	02.02.02.020.0012.01.1	044.xxxxxxxx
7136 - ERICO LEÃO MACHADO	2440	02.06.06.012.0156.01.1	578.xxxxxxxx
4656 - MARGARIDA COLAÇO DE MOURA	3171	02.07.15.009.0103.01.1	535.xxxxxxxx
13512 - AFONSO ROGISKI	32302	02.08.02.008.0020.01.0	254.xxxxxxxx
20147 - DEBORA PROENÇA	32794	04.01.02.006.0008.01.1	035.xxxxxxxx
565 - GERALDO MACHADO	923	02.09.11.001.0001.01.1	384.xxxxxxxx
565 - GERALDO MACHADO	924	02.09.11.001.0002.01.0	384.xxxxxxxx
8922 - SALETE ROSA DE MOURA E OUTRO	2951	02.07.16.003.0027.01.1	519.xxxxxxxx
2758 - IRACEMA DA LUZ	3556	02.09.12.009.0015.01.1	253.xxxxxxxx
981 - IVO TEIXEIRA DE JESUS	1491	02.04.04.011.0363.01.1	108.xxxxxxxx
24708 - CRISTIANE ARTIGAS DOS SANTOS	1619	02.05.05.003.0005.01.1	873.xxxxxxxx
6326 - MAGDALENA KOZECHEN	261	02.02.02.001.0006.01.0	622.xxxxxxxx
20837 - ROBERTON MACHADO CORREIA	32724	04.01.02.003.0020.01.1	036.xxxxxxxx
1503 - ELIAZAR PESCHEL ALVES	2278	02.06.06.007.0088.01.1	876.xxxxxxxx
21240 - SINEVAL LAUREANO DA CUNHA	34062	02.09.01.045.0006.01.1	611.xxxxxxxx
253 - JOÃO MARIA DE ALMEIDA PADILHA	386	02.02.02.005.0006.01.1	243.xxxxxxxx
672 - PEDRO CARDOSO	1080	02.09.11.008.0007.01.1	680.xxxxxxxx
19627 - MARIA LUCIA DE SOUZA KRUPNISKI	501	02.02.02.007.0019.01.1	583.xxxxxxxx
3658 - MARIA KERELCHUKI	2702	02.07.07.004.0023.01.1	356.xxxxxxxx
919 - IZAIAS PEDRO XAVIER	1400	02.04.04.006.0235.01.1	552.xxxxxxxx
6843 - JORGE LUIZ LOURENÇO DE OLIVEIRA	2479	02.06.06.013.0181.01.1	581.xxxxxxxx
3462 - ESPÓLIO DE JOÃO ALVES MOTTA	148	02.09.12.008.0005.01.1	168.xxxxxxxx
3462 - ESPÓLIO DE JOÃO ALVES MOTTA	146	02.09.12.008.0003.01.1	168.xxxxxxxx
3462 - ESPÓLIO DE JOÃO ALVES MOTTA	147	02.09.12.008.0004.01.0	168.xxxxxxxx
1473 - MATEUS KRUPINSKI	2234	02.06.06.004.0053.01.1	430.xxxxxxxx
18679 - ROSILENE APARECIDA DA SILVA	32454	04.01.04.002.0022.01.1	050.xxxxxxxx
21109 - ORIVALDO ODAIR MARTINS	2629	02.06.06.018.0299.01.1	024.xxxxxxxx
4857 - MARLENE SANTOS DE LIMA	2313	02.06.06.008.0505.01.2	837.xxxxxxxx
4857 - MARLENE SANTOS DE LIMA	2314	02.06.06.008.0505.01.1	837.xxxxxxxx
26018 - DIRLENE DE FATIMA ROSNER	34633	02.07.15.001.0002.01.3	062.xxxxxxxx
26018 - DIRLENE DE FATIMA ROSNER	3057	02.07.15.001.0002.01.1	062.xxxxxxxx
4569 - MARIA FRANCISCA DE LIMA CARDOSO	1407	02.04.04.006.0232.01.1	358.xxxxxxxx
23029 - ELZIRA LOPES ALMADA	32475	04.01.04.002.0044.01.1	019.xxxxxxxx
3008 - MARINA GARCIA DE BRITO	4052	02.09.01.027.0004.01.1	627.xxxxxxxx
7659 - RODRIGO MEISSNER PEREIRA DA SILVA	4727	02.08.08.005.0004.01.1	006.xxxxxxxx
7659 - RODRIGO MEISSNER PEREIRA DA SILVA	684	02.08.08.005.0003.01.1	006.xxxxxxxx
1797 - SEBASTIANA DE FÁTIMA GARCIA	2753	02.07.07.009.0070.01.1	877.xxxxxxxx
25794 - HELOISA MARIA CHAUTARD BARCZAK	34518	02.09.01.041.0002.01.1	434.xxxxxxxx
22476 - CELSO JOSE MACHADO	1835	02.05.05.011.0020.01.1	504.xxxxxxxx
4438 - RIVADAR DA SILVA SOUZA	2917	02.07.16.010.0099.01.1	185.xxxxxxxx
5627 - MARISA FERREIRA	31354	02.09.14.001.0008.01.1	921.xxxxxxxx
5366 - JORCIMAR RAIMUNDO	31100	02.09.01.030.0076.01.0	744.xxxxxxxx
959 - (ESPÓLIO) ESPOLIO DE SILVANIRA K. DE F. FAGUNDES	1459	02.04.04.014.0186.01.1	000.xxxxxxxx
2140 - ANTONIO VALENGA	32868	01.01.02.009.0011.01.1	232.xxxxxxxx
2140 - ANTONIO VALENGA	32870	01.01.02.009.0013.01.1	232.xxxxxxxx
902 - GABRIEL TEODORO	35293	02.04.04.006.0227.01.3	327.xxxxxxxx
16610 - DIRCEU DE ANDRADE TEIXEIRA	4498	03.01.01.004.0025.01.1	918.xxxxxxxx
5886 - EUCLIDES BRUSTOLIN	1099	02.09.11.010.0009.01.1	451.xxxxxxxx
1529 - JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA	2320	02.06.06.008.0509.01.1	225.xxxxxxxx
1122 - FELICIO TOBIAS DE PAIVA E OUTROS	1736	02.05.05.006.0013.01.1	023.xxxxxxxx
4143 - DIOCLEIA DAVID SCHMITZ	617	02.09.09.001.0004.01.1	541.xxxxxxxx
8513 - LEANDRO SILVA	3607	02.08.02.005.0001.01.1	073.xxxxxxxx
3405 - REOMAR STELLA	4704	02.09.12.002.0004.01.1	583.xxxxxxxx
23293 - VERA LUCIA VAZ CLAUDIO	32690	04.01.02.002.0028.01.1	034.xxxxxxxx

13564 - MARISA TELLES DOS SANTOS SCARIOT	32589	04.01.01.003.0022.01.1	054.xxxxxxxx
18759 - SANTINA DE PAULA CORDEIRO	32578	04.01.01.003.0011.01.1	653.xxxxxxxx
5805 - NILSA MARIA BARBOSA	71	02.09.12.005.0004.01.0	561.xxxxxxxx
4057 - CARLOS ROBERTO R. KOZLOWSKI	622	02.09.09.002.0002.01.1	631.xxxxxxxx
174 - AILTON ANTONIO DOS SANTOS	274	02.02.02.001.0018.01.1	770.xxxxxxxx
18763 - MARIZETE VIEIRA CARDOSO	32584	04.01.01.003.0017.01.1	775.xxxxxxxx
3278 - MARCIA CRISTINA RODRIGUES	4494	03.01.01.001.0012.01.1	156.xxxxxxxx
18678 - VICENTE ERIVALDO IEGUER	32453	04.01.04.002.0021.01.1	734.xxxxxxxx
25256 - CLEIDE FATIMA DA SILVA	31145	01.01.02.013.0021.01.1	519.xxxxxxxx
11751 - ABIMAEL L. MOREIRA	1318	02.04.04.004.0137.01.1	025.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34464	02.09.01.032.0001.01.23	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34458	02.09.01.032.0001.01.17	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34451	02.09.01.032.0001.01.10	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34465	02.09.01.032.0001.01.24	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34455	02.09.01.032.0001.01.14	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34452	02.09.01.032.0001.01.11	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34446	02.09.01.032.0001.01.5	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34456	02.09.01.032.0001.01.5	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	31503	02.09.01.032.0001.01.1	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34461	02.09.01.032.0001.01.20	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34462	02.09.01.032.0001.01.21	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34449	02.09.01.032.0001.01.8	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34460	02.09.01.032.0001.01.19	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34463	02.09.01.032.0001.01.22	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34450	02.09.01.032.0001.01.9	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34448	02.09.01.032.0001.01.7	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34454	02.09.01.032.0001.01.13	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34457	02.09.01.032.0001.01.16	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	31503	02.09.01.032.0001.01.1	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34459	02.09.01.032.0001.01.18	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34453	02.09.01.032.0001.01.12	008.xxxxxxxx
24257 - ESPÓLIO DE ANGELO OLIVIO ESMANHOTTO	34447	02.09.01.032.0001.01.6	008.xxxxxxxx
20048 - DENISE DOS ANJOS DA VEIGA	32651	04.01.02.001.0003.01.1	077.xxxxxxxx
7380 - CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL	1983	02.06.06.029.0480.01.0	766.xxxxxxxx
26527 - GERSON LUIS PORTELA DOS SANTOS	4119	01.01.09.002.0002.01.1	018.xxxxxxxx
18689 - SCHEULA GOMES SOARES DO NASCIMENTO	32472	04.01.04.002.0040.01.1	008.xxxxxxxx
29593 - GENI JOHNKE LANGE	2510	02.06.06.014.0198.00.1	561.xxxxxxxx
808 - ESPÓLIO DE JOSÉ CHEVA	1253	02.04.04.002.0049.01.1	680.xxxxxxxx
4356 - MERCEDES SOPPA	3206	02.07.15.012.0126.01.1	005.xxxxxxxx
1032 - ANTONIO FERREIRA DINIZ	1568	02.05.05.001.0001.01.1	708.xxxxxxxx
8352 - IRENE CORDEIRO	420	02.02.02.020.0011.01.1	519.xxxxxxxx
28223 - AORÉLIO ANGELO ESMANHOTO	34779	02.08.02.010.0006.01.0	233.xxxxxxxx
745 - SILVIO RODRIGUES DE ALMEIDA E OUTROS	1186	02.04.04.017.0057.01.1	033.xxxxxxxx
608 - REINALDO DOMINGUES DA SILVA	970	02.09.11.002.0010.01.1	450.xxxxxxxx
490 - REGINA APARECIDA DE ALMEIDA PARRA	786	02.03.03.014.0013.01.1	357.xxxxxxxx
7849 - WILLIAN NALEPA	30869	01.01.04.013.0005.01.1	065.xxxxxxxx
650 - MARIA DA BADIA MONTALVÃO	1050	02.09.11.012.0012.01.1	553.xxxxxxxx
2829 - SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA E OUTROS	3656	02.09.01.021.0002.01.1	445.xxxxxxxx
15190 - ROSELI TEREZINHA CARDOSO	32753	04.01.02.003.0048.01.1	071.xxxxxxxx
3002 - RICARDO VERGARA DIAS E OUTROS	4039	02.09.01.025.0008.01.1	997.xxxxxxxx
3 - ESPÓLIO CARLOS BOSA	51	02.09.12.001.0007.01.0	139.xxxxxxxx
24723 - JOSE CORREIA PALHANO	679	02.09.09.004.0010.01.1	326.xxxxxxxx
1704 - HODAIR DA SILVA	2614	02.06.06.017.0284.01.1	567.xxxxxxxx
1638 - MARIA FERREIRA RIBEIRO	2528	02.06.06.014.0214.01.1	531.xxxxxxxx
1745 - ENIVALDO PAULISTA	2673	02.07.07.003.0010.01.1	321.xxxxxxxx
116 - INGO WALZ	93	02.09.12.003.0014.01.1	186.xxxxxxxx
18768 - LUCIANE MOREIRA DO NASCIMENTO	32594	04.01.01.004.0005.01.1	053.xxxxxxxx
1587 - DJALMA RIBEIRO	2453	02.06.06.012.0167.01.1	169.xxxxxxxx
1914 - SEBASTIANA LUIZA DE OLIVEIRA	33563	02.07.16.004.0046.01.2	354.xxxxxxxx
1914 - SEBASTIANA LUIZA DE OLIVEIRA	2978	02.07.16.004.0046.01.1	354.xxxxxxxx
1339 - CARLOS ALBERTO CARTAXO	2026	02.06.06.027.0456.01.0	027.xxxxxxxx

20156 - JOSE MOREIRA DE PAULA	32806	04.01.02.006.0020.01.1	063.xxxxxxxx
10639 - LUIZ FRANCISCO JACOSKI	31574	02.09.02.007.0008.01.1	202.xxxxxxxx
3272 - NILSON BATISTA	4478	03.01.01.007.0030.01.1	019.xxxxxxxx
3198 - EVANGELINA GONÇALVES	4374	03.01.01.003.0006.01.1	330.xxxxxxxx
3198 - EVANGELINA GONÇALVES	32541	04.01.01.001.0020.01.1	330.xxxxxxxx
13099 - ROSA MARIA KLEMPS	32824	04.01.02.006.0039.01.1	084.xxxxxxxx
4814 - ELISEU MACHADO	3924	02.03.04.001.0001.01.1	025.xxxxxxxx
3826 - ROGÉRIO LEVANDOSKI	4586	02.09.01.030.0058.01.1	685.xxxxxxxx
4330 - MARIA LUCI ALVES PEREIRA	987	02.09.11.013.0001.01.1	131.xxxxxxxx
20168 - MARISA FERREIRA DOS SANTOS	32823	04.01.02.006.0038.01.1	921.xxxxxxxx
4434 - IRENE DO NASCIMENTO	1857	02.05.05.012.0010.01.1	357.xxxxxxxx
18681 - IVANETE DA APARECIDA DA SILVA	32457	04.01.04.002.0025.01.1	059.xxxxxxxx
1440 - LAERCIO APARECIDO FRANCO	2499	02.06.06.013.0195.01.1	357.xxxxxxxx
20532 - ROBERTO CARLOS PILAR DOS SANTOS	32953	02.09.01.023.0006.01.1	020.xxxxxxxx
22905 - ALEX DE OLIVEIRA MENDES	1045	02.09.11.012.0007.01.1	027.xxxxxxxx
21803 - ILIEL CARVALHO DE MATOS	4164	03.01.01.014.0006.01.1	847.xxxxxxxx
32167 - OSMARINA MARIA DOS SANTOS SOUZA	32444	04.01.04.002.0012.01.1	030.xxxxxxxx
18751 - DIRLENE DA GRAÇA DE JESUS	32550	04.01.01.002.0008.01.1	073.xxxxxxxx
21770 - BEATRIZ TEREZINHA MARQUES DA SILVA	2720	02.07.07.008.0048.01.1	394.xxxxxxxx
750 - ESPÓLIO DE WALMOR MELO RODRIGUES	1195	02.04.04.017.0063.01.1	215.xxxxxxxx
1563 - ROZENI DA LUZ ANDRADE GONSALVEZ	2422	02.06.06.010.0128.01.1	232.xxxxxxxx
21820 - EMERSON RANGEL ROSSETIM	2856	02.07.16.017.0161.01.1	019.xxxxxxxx
21820 - EMERSON RANGEL ROSSETIM	2855	02.07.16.017.0161.01.2	019.xxxxxxxx
6707 - CLAUDINEI APARECIDO COLONHESI	374	02.02.02.002.0011.01.1	018.xxxxxxxx
6707 - CLAUDINEI APARECIDO COLONHESI	378	02.02.02.002.0016.01.1	018.xxxxxxxx
301 - ANDREAS BORCIC E OUTRA	456	02.02.02.014.0001.01.1	045.xxxxxxxx
28787 - MARCIO LEONIR PUNDRICH	718	02.03.03.011.0006.01.0	016.xxxxxxxx
593 - KIOSHI ONIKI	34593	02.09.02.003.0007.01.0	816.xxxxxxxx
1659 - CELSO LELAK	2555	02.06.06.015.0231.01.1	017.xxxxxxxx
5303 - ROSELI APARECIDA DOS SANTOS	1531	02.04.04.012.0299.01.1	608.xxxxxxxx
7564 - RENI CARLOS FRANÇA E SUA ESPOSA	2668	02.07.07.002.0003.01.1	641.xxxxxxxx
542 - JOSÉ GONÇALVES DE CASTRO	874	02.03.03.003.0007.01.1	302.xxxxxxxx
7962 - LINDAMIR CRISTINA OSORIO	34267	01.01.06.002.0016.02.1	033.xxxxxxxx
2231 - ESPÓLIO DE TEREZINHA LONGHI VICENTIN	3420	02.08.01.002.0009.01.1	444.xxxxxxxx
16256 - ANTONIA DE PAULA ANDRADE	32607	04.01.01.004.0018.01.1	587.xxxxxxxx
4788 - ESPÓLIO DE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	507	02.02.02.004.0003.01.1	101.xxxxxxxx
4986 - ALLAN DE LIMA MACHADO E OUTRA	4464	03.01.01.007.0017.01.1	051.xxxxxxxx
966 - EDSON LUIZ ANCAY	1467	02.04.04.011.0345.01.1	403.xxxxxxxx
23309 - FABIO DA SILVA	33973	01.01.01.014.0043.02.1	051.xxxxxxxx
13829 - ELIZABETE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	4352	03.01.01.015.0006.01.1	918.xxxxxxxx
18773 - IRONI MARINS DOS SANTOS BATISTA	32601	04.01.01.004.0012.01.1	025.xxxxxxxx
3342 - ROSANGELA BEAL SOETTE MATIAS	4620	02.09.01.029.0018.01.1	877.xxxxxxxx
7888 - JAIR DELFINO DO ESPIRITO SANTO	1650	02.05.05.004.0012.01.1	647.xxxxxxxx
20119 - MAURO ANTONIO SANTANA	32744	04.01.02.003.0039.01.1	545.xxxxxxxx
23221 - MARIA IRENE DE OLIVEIRA	32688	04.01.02.002.0026.01.1	780.xxxxxxxx
1185 - LUCIA LUKASINSKI	1808	02.05.05.010.0010.01.0	356.xxxxxxxx
7860 - JAIME SKERKOSKI	3184	02.07.15.010.0115.01.1	610.xxxxxxxx
3383 - ALCEU DIAS DA SILVA	4681	02.08.01.009.0044.01.1	628.xxxxxxxx
4171 - ANDREIA DIAS DA SILVA	4683	02.08.01.009.0046.01.0	063.xxxxxxxx
25197 - ROSANE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	1620	02.05.05.003.0006.01.1	978.xxxxxxxx
4987 - JOSÉ APARECIDO DE LIMA	30963	02.09.01.030.0073.01.0	635.xxxxxxxx
6249 - INDIOMAR BATISTA DA SILVA E OUTROS	4563	02.09.01.030.0036.01.1	033.xxxxxxxx
6249 - INDIOMAR BATISTA DA SILVA E OUTROS	4563	02.09.01.030.0036.01.1	03394020912
1101 - JULIO GASPAR	1706	02.05.05.005.0003.01.1	478.xxxxxxxx
25384 - JOSÉ DOS SANTOS	3526	02.08.01.001.0001.01.0	302.xxxxxxxx
595 - ESPÓLIO DE BRAZ RODRIGUES GARAI	985	02.09.11.014.0006.01.1	318.xxxxxxxx
14776 - JOSÉ PEDRO DE SOUZA	32553	04.01.01.005.0002.01.1	755.xxxxxxxx
18494 - ROSANGELA SANTA ANA	32755	04.01.02.003.0030.01.1	261.xxxxxxxx
6250 - VITA GEOVANINI MENDES VIEIRA	4528	02.09.01.030.0018.01.1	690.xxxxxxxx
18750 - BEATRIZ DE OLIVEIRA NUNES	32549	04.01.01.002.0007.01.1	068.xxxxxxxx
4244 - NEUDES DA SILVA	856	02.03.03.004.0009.01.1	253.xxxxxxxx

3151 - JOSÉ CARLOS SOARES DE LIMA	4276	03.01.01.012.0014.01.1	694.xxxxxxxx
8483 - GERVAREL THIBES E ESPOSA	1439	02.04.04.008.0341.01.1	139.xxxxxxxx
5375 - MISSATO ONIKI	2230	02.06.06.004.0050.01.1	279.xxxxxxxx
2905 - JOSÉ MIKALSKI	4706	02.09.01.020.0027.01.1	396.xxxxxxxx
1171 - ANTONIO RIBEIRO E OUTROS	1793	02.05.05.009.0010.01.1	904.xxxxxxxx
7163 - EDUARDO PASSARELLA BORTOLETTO	130	02.09.12.006.0022.01.1	269.xxxxxxxx
2851 - SEBASTIÃO ARANTES DO NASCIMENTO	3695	02.09.11.004.0002.01.1	847.xxxxxxxx
8473 - CREUSA FERNANDES DE SOUZA	3549	02.09.12.009.0009.01.1	456.xxxxxxxx
40200 - VALDEMIR VIEIRA	2496	02.06.06.013.0192.01.1	371.xxxxxxxx
2976 - EDSON FERNANDES PAES	3981	02.09.01.017.0015.01.1	798.xxxxxxxx
19489 - EDERSON THIBES DE CAMPOS	34136	01.01.06.001.0006.01.1	824.xxxxxxxx
4146 - JOÃO DA SILVA GONÇALVES	4029	01.01.07.005.0006.01.1	038.xxxxxxxx
2218 - IND. COM. CARNES FRIGOSANTOS LTDA	3409	02.08.01.003.0002.01.1	458.xxxxxxxx
1782 - TEREZA JUQUER	2732	02.07.07.008.0055.01.1	764.xxxxxxxx
692 - MARCIA REGINA STELMACHUK	4922	02.09.11.011.0001.02.1	904.xxxxxxxx
6751 - GERSON BARBOSA RIBEIRO	4973	02.09.02.005.0004.01.1	618.xxxxxxxx
1766 - DAVI ZARZIKI	2705	02.07.07.004.0024.01.1	084.xxxxxxxx
18663 - JESSICA ALFANIO DOS SANTOS	32437	04.01.04.002.0005.01.1	073.xxxxxxxx
782 - JOSE PARAHYBA SOBRINHO	1352	02.04.04.001.0010.01.1	064.xxxxxxxx
1020 - CECILIA DE SOUZA MELLO	1554	02.04.04.013.0261.01.1	411.xxxxxxxx
23621 - REINALDO CORDEIRO DOS SANTOS	34130	01.01.06.001.0008.03.1	230.xxxxxxxx
8333 - MARCIA MAGALHÃES E MARCOS R. MAGALHÃES	4594	02.09.01.030.0064.01.1	815.xxxxxxxx
4101 - MARIA JOANA KIELT	2897	02.07.16.013.0138.01.1	686.xxxxxxxx
851 - VANIR CARLOS DA SILVA	1306	02.04.04.004.0127.01.1	667.xxxxxxxx
674 - ANGELO ALESSANDRO FURLAN	3228	02.09.11.008.0010.01.1	026.xxxxxxxx
21525 - SOFIA NOVAK E ERASMO NOVAK	32949	02.09.01.023.0004.01.1	394.xxxxxxxx
18767 - NADIR APARECIDA SILVA	32593	04.01.01.004.0004.01.1	032.xxxxxxxx
17524 - JUSÉLIO VIEIRA BORGES	32545	04.01.01.002.0003.01.1	043.xxxxxxxx
18793 - CARMEN LUCIA ALVES DIAS	32564	04.01.01.005.0013.01.1	875.xxxxxxxx
1875 - CLARA VIEIRA DA ROSA	2914	02.07.16.010.0096.01.1	355.xxxxxxxx
998 - ANSELMO HINTEMANN	1518	02.04.04.012.0289.01.0	240.xxxxxxxx
20084 - MARIA ROSA BATISTA MARTINS	32718	04.01.02.003.0014.01.1	999.xxxxxxxx
4208 - PEDRO DE SOUZA E OUTROS	125	02.09.12.006.0017.01.1	157.xxxxxxxx
6660 - JOSIMAR FRANÇA E ESPOSA	2980	02.07.16.005.0048.01.1	692.xxxxxxxx
23491 - CARLOS MARTINEZ CARDOSO	4334	03.01.01.002.0001.01.1	929.xxxxxxxx
5138 - CLAUDIO LALICO	31562	02.08.03.006.0013.01.1	737.xxxxxxxx
22503 - ROSA LIMA DE SOUZA	3239	02.09.11.014.0002.01.0	500.xxxxxxxx
26152 - MARIA CELIA SILVERIO CAVALI	2270	02.06.06.006.0081.01.1	462.xxxxxxxx
1035 - SEBASTIÃO AGOSTINHO MACHADO	1571	02.05.05.001.0004.01.1	428.xxxxxxxx
3656 - (ESPÓLIO) ESPÓLIO DE JOSE ANTONIO PASE	35314	02.07.16.016.0160.01.3	229.xxxxxxxx
113 - MINAMI YATAGAI	79	02.09.12.003.0007.01.1	177.xxxxxxxx
113 - MINAMI YATAGAI	88	02.09.12.003.0008.01.1	177.xxxxxxxx
18472 - AZÉLIA ALVES BARRETO	2790	02.07.07.011.0098.01.1	026.xxxxxxxx
21468 - ENERGY COM. DE EQUIP.DE SINALIZAÇÃO LTDA - ME	1610	02.05.05.002.0028.01.1	052.xxxxxxxx
1115 - REGINALDO VALLE	1728	02.05.05.006.0006.01.1	856.xxxxxxxx
772 - JOSE CARLOS KOLHRAUSCH	1225	02.04.04.016.0094.01.1	081.xxxxxxxx
18760 - DRIELLE CRISTINA SANTOS DA SILVA	32580	04.01.01.003.0013.01.1	078.xxxxxxxx
4625 - ADALBERTO LUIZ DA SILVA	3010	02.07.16.011.0102.01.1	404.xxxxxxxx
310 - REINALDO DIAS DAS NEVES	469	02.02.02.014.0014.01.1	760.xxxxxxxx
310 - REINALDO DIAS DAS NEVES	470	02.02.02.014.0017.01.0	760.xxxxxxxx
20031 - GILSON DOMINGOS ALVES DA SILVA	4687	02.08.01.009.0050.01.0	485.xxxxxxxx
6762 - JOEL ANTONIO ORIVIS	1464	02.04.04.014.0191.01.1	644.xxxxxxxx
3322 - ISAIAS PORTELA	4585	02.09.01.030.0057.01.1	025.xxxxxxxx
4043 - JURANDIR DIAS ROSA	4555	02.09.01.030.0029.01.1	778.xxxxxxxx
6221 - SALETE DE FÁTIMA COSTA	65	02.09.12.001.0021.01.1	606.xxxxxxxx
6221 - SALETE DE FÁTIMA COSTA	59	02.09.12.001.0015.01.1	606.xxxxxxxx
1135 - ESPOLIO DE SEVERIANO AMALIO GUERREIRO	1751	02.05.05.006.0026.01.1	141.xxxxxxxx
1897 - MARIO PAULA DE MOURA	2959	02.07.16.003.0034.01.0	675.xxxxxxxx
514 - DARCY DE JESUS FARIAS	825	02.03.03.017.0009.01.1	322.xxxxxxxx
514 - DARCY DE JESUS FARIAS	826	02.03.03.017.0010.01.1	322.xxxxxxxx
22400 - IZAIAS PEDROSO ALVES	4531	02.09.01.030.0020.01.1	450.xxxxxxxx

21594 - JANIO MITSUHIRO KUBOTA	2002	02.06.06.029.0498.01.1	356.xxxxxxxx
6264 - NEURI VALTER NEITZKE	3992	01.01.07.002.0001.01.1	332.xxxxxxxx
6264 - NEURI VALTER NEITZKE	30833	01.01.07.002.0002.01.1	332.xxxxxxxx
3376 - FLAVIO SHEREINER	4671	02.08.01.009.0037.01.1	232.xxxxxxxx
7565 - EDER COLODEL	133	02.09.12.007.0005.01.1	041.xxxxxxxx
634 - LEO MIKAMI	1030	02.09.11.007.0003.01.0	230.xxxxxxxx
1259 - ESPÓLIO DE MAURI SENGER BUZETTI	1899	02.05.05.013.0019.01.1	010.xxxxxxxx
18656 - JAQUELINE CORDEIRO MIRANDA	32425	04.01.04.001.0005.01.1	065.xxxxxxxx
1828 - RENATO SELIS DE ALMEIDA	2820	02.07.07.012.0118.01.1	013.xxxxxxxx
18790 - BRUNA GISELE MARTINS	32557	04.01.01.005.0006.01.1	052.xxxxxxxx
21792 - NOEMI DANSKI	32330	02.09.01.031.0020.01.0	457.xxxxxxxx
509 - LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	817	02.03.03.017.0002.01.1	183.xxxxxxxx
5125 - NIVALDO PEREIRA NETO	3088	02.07.15.003.0030.01.1	552.xxxxxxxx
1241 - MARCELINO AVELANEDA MAGRI	1873	02.05.05.012.0025.01.1	564.xxxxxxxx
18788 - DIRLETE CONTADOR DE SOUZA	32552	04.01.01.005.0001.01.1	403.xxxxxxxx
28854 - ROSALINA DA SILVA VIEIRA	5016	02.06.06.012.0330.02.1	035.xxxxxxxx
14045 - ANA PAULA COZZOLINO	1327	02.04.04.004.0144.01.1	513.xxxxxxxx
29581 - PRISCILA DE FATIMA SAITONE	37306	04.01.04.001.0018.01.0	081.xxxxxxxx
1478 - ANTONIO DA ASSUNÇÃO	2218	02.06.06.004.0041.01.1	110.xxxxxxxx
18923 - ARGEMIRA PINHEIRO PRESTES E OUTRO	32136	02.06.06.029.0496.01.1	536.xxxxxxxx
15428 - MARIA APARECIDA TOLEDO RAFAEL	32473	04.01.04.002.0041.01.1	808.xxxxxxxx
18621 - JAQUELINE DO ROCIO MARTINS	3954	02.03.04.001.0024.01.0	028.xxxxxxxx
16117 - ROSELI APARECIDA MARCONDES	32438	04.01.04.002.0006.01.1	021.xxxxxxxx
28031 - ANTONIO MOREIRA DOS REIS	1118	02.09.11.011.0017.01.1	569.xxxxxxxx
18032 - GISLAINE ALVES DIAS	32568	04.01.01.003.0001.01.1	050.xxxxxxxx
3867 - MELCHIADES PRESTES STARKOWSKI	4407	03.01.01.004.0009.01.1	088.xxxxxxxx
1630 - ANTONIO CLAUDIO ANACLETO	3610	02.08.02.005.0004.01.0	834.xxxxxxxx
472 - JOSE MARIA SOUTO	734	02.03.03.011.0018.01.1	686.xxxxxxxx
5577 - ANDRE LUIZ MASOLLER	30898	01.01.02.007.0019.01.1	759.xxxxxxxx
2881 - PEDRO CAMILO MOREIRA E OUTRAS	3851	02.09.01.020.0002.01.1	318.xxxxxxxx
717 - LUIZ CLEMENTE FARIA FILHO	1146	02.09.11.009.0021.01.1	323.xxxxxxxx
233 - ADÃO PIENTA	33046	02.02.02.002.0005.01.1	561.xxxxxxxx
233 - ADÃO PIENTA	360	02.02.02.015.0020.01.1	561.xxxxxxxx
1751 - IVONE GUIMARÃES DIAS E OUTROS	2680	02.07.07.003.0016.01.1	519.xxxxxxxx
14685 - MARIA APARECIDA OLIVEIRA NUNES	32548	04.01.01.002.0006.01.1	033.xxxxxxxx
7533 - MARIA ROSA RAGANHAN E OUTRO	2152	02.06.06.022.0383.01.1	694.xxxxxxxx
2977 - DENIZ MELO DA SILVA	3983	02.09.01.017.0018.01.1	689.xxxxxxxx
21114 - LIDIA DOLORES VICARI	697	02.03.03.015.0010.01.1	514.xxxxxxxx
5099 - FLEXO TECH INDUSTRIAL LTDA	32648	02.08.02.004.0003.01.0	035.xxxxxxxx
9510 - CARLOS DOS SANTOS	4587	02.09.01.030.0066.01.1	048.xxxxxxxx
7699 - BRUNO WILLIAM LOPES	1336	02.04.04.004.0153.01.1	067.xxxxxxxx
6184 - ELIAS MANOEL	2794	02.07.07.011.0100.01.1	311.xxxxxxxx
18647 - LOURDES TEIXEIRA BRUSTOLIM	32417	04.01.04.001.0002.01.1	397.xxxxxxxx
18647 - LOURDES TEIXEIRA BRUSTOLIM	35824	04.01.04.001.0002.01.2	397.xxxxxxxx
3861 - ROSANA DA SILVA	4626	02.09.01.029.0023.01.1	550.xxxxxxxx
420 - DALIRIO DE MELO	624	02.09.09.003.0002.01.1	356.xxxxxxxx
7168 - THIAGO KRUTLI	1729	02.05.05.006.0007.01.1	062.xxxxxxxx
2886 - RODOLFO CARDOZO	3856	02.09.01.020.0007.01.1	491.xxxxxxxx
1066 - ESPOLI DE JOÃO MARIA ALVES DE PAULA	1607	02.05.05.002.0025.01.1	316.xxxxxxxx
873 - VALDECY DA SILVA	1335	02.04.04.004.0152.01.1	301.xxxxxxxx
8925 - JUCELIA FERREIRA DOS SANTOS	1314	02.04.04.004.0134.01.1	031.xxxxxxxx
21836 - TEREZINHA DE J. SILVEIRA	32687	04.01.02.002.0025.01.1	775.xxxxxxxx
6699 - DARCI ROSARIO DE BRITO	3907	02.03.05.002.0008.01.0	005.xxxxxxxx
18960 - SANDRA REGINA DOS SANTOS	32733	04.01.02.004.0003.01.1	049.xxxxxxxx
3473 - EDISON DE OLIVEIRA	2625	02.06.06.018.0295.01.1	830.xxxxxxxx
3343 - MARIA APARECIDA BEAL	4621	02.09.01.029.0019.01.1	875.xxxxxxxx
3508 - ANDREA PATRICIA CESAR CORREIA	3500	01.01.01.013.0062.01.1	826.xxxxxxxx
28262 - FRANCISCO GONZAGA DA SILVA	34780	02.08.02.010.0007.01.0	520.xxxxxxxx
669 - JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	2826	02.07.07.012.0121.01.1	358.xxxxxxxx
4341 - RAIMILSON CARLOS MEDEIROS	3084	02.07.15.003.0026.01.1	358.xxxxxxxx
1120 - MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA	1734	02.05.05.006.0011.01.1	233.xxxxxxxx

109 - EDNA YOSHIE MAEDA	3640	02.09.01.012.0012.01.1	470.xxxxxxxx
20087 - MARIA APARECIDA JIENTARA DA COSTA SANTO	32722	04.01.02.003.0018.01.1	639.xxxxxxxx
26258 - HUMBERTO LOPES DE FARIA	1007	02.09.11.013.0010.01.1	059.xxxxxxxx
21949 - HERMANO ISMAEL EMILIO	142	02.09.12.007.0006.01.1	025.xxxxxxxx
1551 - MARIA ALIETE SBRISSIA	2405	02.06.06.009.0112.01.1	010.xxxxxxxx
4263 - ESPÓLIO DE NATAL ALVES DOS SANTOS	30826	02.09.01.030.0070.01.0	985.xxxxxxxx
27695 - LUCIENE CRISTINA RUFINO DE JESUS	602	02.02.02.008.0004.01.1	054.xxxxxxxx
485 - EDEMILSON LOPES SANTANA	747	02.03.03.014.0001.01.1	566.xxxxxxxx
18792 - LUIS ANTONIO DOS SANTOS	32559	04.01.01.005.0008.01.1	680.xxxxxxxx
206 - ROSA DA LUZ	321	02.02.02.019.0010.01.1	655.xxxxxxxx
4326 - DARIO ANTONIO DE OLIVEIRA	2174	02.06.06.021.0360.01.1	435.xxxxxxxx
21652 - DANUSIA KONFIDERA	1288	02.04.04.003.0112.01.1	068.xxxxxxxx
4190 - LEILA APARECIDA RIBEIRO	2305	02.06.06.008.0106.01.1	635.xxxxxxxx
1647 - ESPÓLIO DE ELZA FRANCISCA BATISTA	2539	02.06.06.014.0224.01.1	606.xxxxxxxx
2935 - ESPOLIO DE AGOSTINHO SANTOS FERNANDES	3919	02.03.05.003.0007.01.1	392.xxxxxxxx
1799 - JOSE COSTA DA LUZ	2754	02.07.07.009.0071.01.1	626.xxxxxxxx
34 - TEODORO GOGOLA	40	02.09.12.002.0008.01.1	316.xxxxxxxx
23329 - THYAGO ANDRE CHOINSKI LAZARO	347	02.02.02.006.0001.01.1	065.xxxxxxxx
537 - ANTONIO ALVES NATEL	866	02.03.03.002.0006.01.1	630.xxxxxxxx
2012 - REGINA NUNES MATUCHEWSKI	3140	02.07.15.005.0079.01.1	456.xxxxxxxx
20110 - JOSEANE FRANCISCO	32658	04.01.02.001.0010.01.1	051.xxxxxxxx
1328 - DALVOS JUSTINO VIEIRA	2898	02.07.16.013.0139.01.1	393.xxxxxxxx
7403 - JOEL PATEK	1157	02.09.11.009.0030.01.1	847.xxxxxxxx
20523 - SOCIEDADE ESPORTIVA E REC.CAMPO MAGRO	31152	01.01.02.013.0001.01.5	811.xxxxxxxx
20145 - VALDIR GONÇALVES DE LARA	32792	04.01.02.006.0005.01.1	061.xxxxxxxx
18720 - ROBERTO GUIDOLIM	32512	04.01.03.002.0015.01.1	170.xxxxxxxx
1578 - JOÃO RIBEIRO DA SILVA	2442	02.06.06.012.0158.01.1	437.xxxxxxxx
29604 - ANGELITA THIBES	4769	02.09.01.030.0068.01.1	868.xxxxxxxx
273 - JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA	413	02.02.02.020.0005.01.1	413.xxxxxxxx
18706 - TATIANA SEVULSKI	32485	04.01.03.001.0006.01.1	083.xxxxxxxx
8088 - JHONATAN DA LUZ	31138	01.01.02.013.0016.01.1	048.xxxxxxxx
8088 - JHONATAN DA LUZ	31139	01.01.02.013.0017.01.1	048.xxxxxxxx
5027 - ELAINE CRISTINA DE SOUZA	4843	03.01.01.014.0015.01.1	022.xxxxxxxx
979 - ANTONIO SANTANA	1486	02.04.04.011.0358.01.1	234.xxxxxxxx
18771 - VANUSA DE FATIMA F. DA S. DO ESPIRITO SANTO	32596	04.01.01.004.0007.01.1	044.xxxxxxxx
13789 - AGNALDO DE OLIVEIRA	1961	02.04.04.007.0320.01.1	054.xxxxxxxx
2139 - MARCELO GOMES FERREIRA	3313	01.01.02.008.0002.01.1	145.xxxxxxxx
913 - MARIA CLARA DE PAULA JR.	1415	02.04.04.006.0243.01.1	392.xxxxxxxx
4652 - ANGELA AMALIA BUDEL MANFRON	95	02.09.12.003.0016.01.1	056.xxxxxxxx
1019 - GETULIO GALVÃO DE ANDRADE	1551	02.04.04.013.0260.01.1	338.xxxxxxxx
1244 - HILDA FERREIRA DE SOUZA	1859	02.05.05.012.0013.01.1	402.xxxxxxxx
18899 - JOSE PEREIRA DE MATTOS E ESPOSA	824	02.03.03.017.0008.01.1	169.xxxxxxxx
22 - ADELMO RIBEIRO	7	02.09.13.012.0015.01.1	369.xxxxxxxx
18721 - FATIMA ROSANA DE FAVERI	32516	04.01.03.002.0019.01.1	032.xxxxxxxx
20080 - DEULIT T. GUIMARAES	32710	04.01.02.003.0006.01.1	999.xxxxxxxx
5129 - (ESPÓLIO) NELSON GIL SANCHES	2827	02.07.07.012.0122.01.1	278.xxxxxxxx
7202 - MARIA DE LURDES LARA DE ALMEIDA	1233	02.04.04.002.0032.01.1	792.xxxxxxxx
4167 - LUIZ ROMEIRO CINTRA	2795	02.07.07.011.0101.01.1	447.xxxxxxxx
5799 - IRMA RAFAELA ZAKDIVAR DE ABREU	4298	03.01.01.001.0013.01.1	006.xxxxxxxx
758 - MAURO MOSSOUQUETTO	1203	02.04.04.017.0071.01.1	491.xxxxxxxx
8 - BEAU DA ROCHA	3256	01.01.01.001.0011.01.1	620.xxxxxxxx
549 - HERICA SOLANGE BATISTA	886	02.09.12.003.0008.01.1	301.xxxxxxxx
549 - HERICA SOLANGE BATISTA	887	02.03.03.005.0005.01.1	301.xxxxxxxx
20139 - MARIA ANTONIA DE ALMEIDA	32784	04.01.02.005.0028.01.1	006.xxxxxxxx
241 - GILBERTO MELO DA SILVA	373	02.02.02.002.0010.01.1	721.xxxxxxxx
6002 - MARIA MERCEDES FERREIRA DOS SANTOS	3002	02.07.16.007.0066.01.1	478.xxxxxxxx
6478 - NILSON GONÇALO FELIZARDO	31141	01.01.02.013.0019.01.1	585.xxxxxxxx
9570 - RENILDA DAS NEVES CORDEIRO	32430	04.01.04.001.0010.01.1	072.xxxxxxxx
6885 - AUGUSTO PAULIN	4941	02.06.06.003.0031.01.1	610.xxxxxxxx
6153 - LENITA APARECIDA DA SILVA	32890	02.09.01.030.0004.02.1	022.xxxxxxxx
17523 - DIVANETE DE JESUS DA VEIGA	32715	04.01.02.003.0011.01.1	996.xxxxxxxx

17572 - MARIA JOSÉ DOS SANTOS DE PAULA	32567	04.01.01.005.0016.01.1	585.xxxxxxxx
18339 - JONESLI DE OLIVEIRA SANTANA	3497	01.01.01.013.0059.01.1	019.xxxxxxxx
882 - ARCELINO WEBER	1367	02.04.04.005.0198.01.1	553.xxxxxxxx
23216 - LUIZ CARLOS HRYMAK	33887	01.01.01.014.0023.03.1	404.xxxxxxxx
2778 - ESPÓLIO DE PEDRO SANZOVO	3608	02.08.02.005.0002.01.0	202.xxxxxxxx
3307 - AFONSO CHRUSCINSKI	4538	02.09.01.030.0025.01.1	717.xxxxxxxx
3307 - AFONSO CHRUSCINSKI	3195	02.07.15.012.0124.01.1	717.xxxxxxxx
7026 - ANGELO PARIZE E OUTROS	31543	02.09.02.002.0002.01.0	111.xxxxxxxx
4349 - JOÃO GONÇALVES	902	02.03.03.006.0005.01.1	616.xxxxxxxx
24742 - CHIMICO KONNO	3065	02.07.15.002.0008.01.1	303.xxxxxxxx
1140 - LUIZ CARLOS MATOZZO	1757	02.05.05.007.0013.01.1	322.xxxxxxxx
1614 - ELVINO JOSE DE LIMA SCHUASTZ E OUTROS	2491	02.06.06.013.0188.01.1	353.xxxxxxxx
22240 - PAULO PEREIRA DA SILVA	326	02.02.02.019.0015.01.1	254.xxxxxxxx
30453 - ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS	2617	02.06.06.017.0286.01.1	709.xxxxxxxx
23554 - MAURICIO PEREIRA MAIER	34643	02.07.07.006.0038.01.1	056.xxxxxxxx
1408 - MAXIMILIANO SILVA	2128	02.06.06.020.0343.01.1	169.xxxxxxxx
20550 - DOROTI DA CONCEIÇAO FOLQUENING	4451	03.01.01.007.0006.01.1	065.xxxxxxxx
718 - JULIO FRANCO	1148	02.09.11.009.0022.01.1	519.xxxxxxxx
26785 - DARCI DOS SANTOS	1652	02.05.05.004.0014.01.1	752.xxxxxxxx
7889 - MARLI TEREZINHA DA SILVA FARIAS	754	02.03.03.010.0005.01.1	964.xxxxxxxx
1794 - JOSÉ BATISTA DA SILVA	2748	02.07.07.009.0067.01.1	856.xxxxxxxx
18755 - NATALY GONÇALVES ROCHA	32573	04.01.01.003.0006.01.1	071.xxxxxxxx
4484 - EDISON LUIZ DE LIMA THEODORO	4652	02.08.01.009.0022.01.1	874.xxxxxxxx
2151 - AUGUSTO CARACHENSKI	32830	01.01.03.007.0006.01.1	186.xxxxxxxx
1169 - VANDERLEI MARQUES MACHADO	35487	02.05.05.009.0008.03.1	646.xxxxxxxx
2798 - MARCELINA APARECIDA DE MORAIS DONEL	3517	02.09.01.001.0008.01.1	642.xxxxxxxx
4567 - NOEL FELICIANO	1180	02.04.04.017.0053.01.1	235.xxxxxxxx
2019 - HELIO FERNANDES PAES	3150	02.04.04.017.0053.01.1	457.xxxxxxxx
12776 - ADÃO BRAZ DE OLIVEIRA	1317	02.04.04.004.0136.01.1	661.xxxxxxxx
6988 - MARIO KIYOCHI KONDO	3849	02.07.07.004.0135.01.1	238.xxxxxxxx
10973 - PEDRO NORBERTO GREBOGY	31494	01.01.01.014.0048.01.0	541.xxxxxxxx
22326 - ANA CLAUDIA SLOMPO	1331	02.04.04.004.0148.01.1	006.xxxxxxxx
6784 - NELSON JOSE ZONATO	1709	02.05.05.005.0006.01.1	231.xxxxxxxx
4021 - MARCIO ALBERTO SANTI	101	02.09.12.006.0004.01.1	026.xxxxxxxx
17064 - RITA DE SOUZA FERNANDES	32561	04.01.01.005.0010.01.1	962.xxxxxxxx
932 - ULISSES PINHEIRO MOREIRA	1964	02.04.04.007.0323.01.1	190.xxxxxxxx
3373 - LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS	4666	02.08.01.009.0034.01.1	030.xxxxxxxx
31349 - MARIA APARECIDA DE SOUZA MIRANDA	708	02.03.03.013.0008.01.1	054.xxxxxxxx
3399 - EMPREENDIMENTOS IMOB. PARAÍSO LTDA.	1296	02.04.04.003.0120.01.1	779.xxxxxxxx
2743 - LUIZ MARIANO LUZIA	2995	02.07.16.007.0060.01.1	035.xxxxxxxx
50 - ESPOLIO DE JOEL ALEIS	32843	01.01.03.001.0002.03.1	359.xxxxxxxx
544 - HENRIQUE SEVILHA PALOMO	878	02.03.03.003.0009.01.1	401.xxxxxxxx
7112 - LEONIR TEREZA CARDOZO DA LUZ	34225	02.02.02.013.0001.01.2	897.xxxxxxxx
15666 - EDILSON ALVES DIAS	32569	04.01.01.003.0002.01.1	068.xxxxxxxx
1298 - NOEMIA MACEDO ROGOWSKI E OUTROS	1971	02.05.05.016.0006.01.1	354.xxxxxxxx
27082 - MILTON VIANNA BISNETO	32323	02.09.01.031.0013.01.0	076.xxxxxxxx
32365 - NORBERTO NICOLAU SENS	1073	02.09.11.008.0001.01.1	583.xxxxxxxx
885 - LINDAMIRA ALVES CABRAL DO ROSÁRIO	1370	02.04.04.005.0201.01.1	856.xxxxxxxx
23192 - ATIVIR MATIAS DE FREITAS	33882	01.01.01.014.0014.01.1	015.xxxxxxxx
6146 - CIRENE ANTONINA VERRI	30899	02.01.02.007.0017.01.1	439.xxxxxxxx
7057 - (ESPÓLIO) EVELI MEDEIROS	3082	02.07.15.003.0025.01	613.xxxxxxxx
1852 - FRANCISCO DALLAZUANA NETO	2873	02.07.16.016.0159.01.1	230.xxxxxxx
20164 - FRANCIELE APOLINARIO	32788	04.01.02.006.0002.01.1	093.xxxxxxxx
21930 - GERSON JOSE DE LIMA	45	02.09.12.001.0001.01.1	063.xxxxxxxx
1601 - MARIA APARECIDA DE LIMA	2471	02.06.06.013.0175.01.1	872.xxxxxxxx
29695 - MARIA DE LOURDES FREITAS DA SILVA	3934	02.03.04.001.0010.01.1	018.xxxxxxxx
28738 - ADRIANA DE FÁTIMA RIBEIRO POLLI	32478	04.01.04.002.0047.01.1	025.xxxxxxxx
6903 - ALTEVIR ANTONIO ZEM	683	02.08.08.005.0002.01.1	171.xxxxxxxx
1926 - AUGUSTO CAPISTRANO	2997	02.07.16.007.0062.01.1	800.xxxxxxxx
5949 - ESTIVALDO DA SILVA	506	02.02.02.004.0002.01.1	015.xxxxxxxx
27639 - FERNANDA DO CARMO DE STEFANI	32312	02.09.01.031.0002.01.1	032.xxxxxxxx

6611 - NESTOR DE SOUZA ROQUE	4062	02.09.01.028.0003.01.1	682.xxxxxxxx
19624 - MARIA JOSÉ MOREIRA DA SILVA	978.	02.09.11.014.0003.01.1	532.xxxxxxxx
26830 - JOICY DE AZEVEDO SANTOS PIECZEKOLAN	34700	02.06.06.022.0381.01.1	033.xxxxxxxx
8244 - MONICA DA SILVEIRA FERREIRA E OUTRO	2708	02.07.07.007.0037.01.2	027.xxxxxxxx
4147 - SILVANIRA CORDEIRO PORTELA	4193	03.01.01.011.0004.01.1	621.xxxxxxxx
23595 - WAGNER BRAZ DOS SANTOS	34133	01.01.06.001.0002.01.0	029.xxxxxxxx
4063 - COBRASP – EMP. BRASILEIRA DE SACOS DE PAPEL LTDA - EPP	4708	02.08.02.008.0001.01.1	01.682.908/0001-95
18654 - REGINA CELIA CORDEIRO	32424	04.01.04.001.0004.01.1	028.xxxxxxxx
11103 - KARINA ALVES DOS SANTOS HORNING	32592	04.01.01.004.0003.01.1	056.xxxxxxx
30553 - PEDRO AMERICO DE ALMEIDA	3241	02.09.11.005.0003.01.1	035.xxxxxxxx
18791 - SANTINA FERNANDES SCHNAIDER	32558	04.01.01.005.0007.01.1	480.xxxxxxxx
871 - JOSUÉ FIGUEREDO	1333	02.04.04.004.0150.01.1	530.xxxxxxxx
2086 - CARLOS MANFRON	31586	01.01.01.001.0020.01.1	157.xxxxxxxx
4762 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	791	02.03.03.012.0001.01.1	76.484.013/0001-45
249 - CLAUDIO TADEU NATIO	382	02.02.02.005.0002.01.1	359.xxxxxxxx
6378 - VIRGINIA DO ROCIO P. DE FARIA E JANE LUCIA DO PILAR	2042	02.06.06.026.0436.01.1	321.xxxxxxxx
20116 - JUCELENE DOS SANTOS	32756	04.01.02.003.0031.01.1	064.xxxxxxxx
4362 - IRACI DE OLIVEIRA	2976	02.07.16.004.0044.01.1	796.xxxxxxxx
1201 - MARIO KLEINA	1827	02.05.05.011.0012.01.1	234.xxxxxxxx
4444 - NOELI SOUZA FERREIRA	1259	02.04.04.015.0162.01.1	031.xxxxxxxx
7083 - RODNEI ANTONIO AZZOLIM	1895	02.05.05.013.0015.01.1	747.xxxxxxxx
1703 - WILSON VEIGA MARTINS	2613	02.06.06.017.0283.01.1	032.xxxxxxxx
1809 - EMILIA ALVES DE SIQUEIRA	2777	02.07.07.010.0089.01.1	903.XXXXXXXX
29512 - FRANCIELE PEREIRA DA SILVA	1341	02.04.04.005.0194.01.1	071.xxxxxxxx
28127 - CELIA REGINA PAULIN	34770	02.08.02.010.0001.01.1	961.xxxxxxxx
1469 - JOVILIANO FERREIRA PINTO	2228	02.06.06.004.0049.01.1	203.xxxxxxxx
30576 - ANA MARIA FERNANDES PINTO	32734	04.01.02.003.0028.01.1	519.xxxxxxxx
40099 - THIAGO SOARES MACHADO	34913	02.09.11.007.0008.01.2	114XXXXXXXX
29196 - OCTAVIO HANSEL DE SA BARRETO	53	02.09.12.001.0009.01.1	107.XXXXXXXX
14492- ALESSANDRA RIBAS DOS SANTOS	32612	04.01.01.004.0023.01.1	050.XXXXXXX
146 - COMÉRCIO E IND. GERMANO STEIN S.A.	220	02.10.14.005.0061.01.1	230.XXXXXXXX
3555 - GUSTAVO BORTOLAN RIVAROLA	4753	01.01.02.005.0019.01.0	003.XXXXXXXX
21681 - JULIANO LAMBERT DE SOUZA	4063	02.09.01.028.0004.01.1	064.XXXXXXXX
21832 - INES VIEIRA	32554	04.01.01.005.0003.01.1	735.XXXXXXXX
1307 - MIGUEL LUIZ ROSA DE MORAES	1986	02.06.06.029.0484.01.1	077.XXXXXXXX
479 - ALCIDES POLEZA	762	02.03.03.001.0010.01.1	112.xxxxxxxx
996 - ROMALDO NORBERTO KISTENMACHER	1515	02.04.04.012.0286.01.1	359.xxxxxxxx
13144 - JANETE COSTA	2260	02.06.06.005.0074.01.1	032.XXXXXXXX
18682 - DEJANIR CONCEIÇÃO MELLO DA SILVA	32458	04.01.04.002.0026.01.1	050.xxxxxxxx
3173 - NELSI DE OLIVEIRA SILVA	4315	03.01.01.010.0001.01.2	828.XXXXXXXX
18789 - MARTA DOS SANTOS	32556	04.01.01.005.0005.01.1	069.XXXXXXXX
2517 - ARI VIEIRA DA SILVA	4850	03.01.01.008.0019.01.1	859.xxxxxxxx
1819 - ELZA BIANCHINI	2799	02.07.07.011.0103.01.1	479.XXXXXXXX
3341 - ANTONIO PEDROSO DE JESUS	4619	02.09.01.029.0017.01.1	253.xxxxxxxx
10118 - MARIA ALMEIDA DE LARA LUBAVSKI	33886	01.01.01.014.0019.01.1	039.XXXXXXXX
4863 - ANTONIO MACHADO DE FREITAS	1174	02.04.04.018.0024.01.1	170.XXXXXXXX
5976 - RUI GRAÇA DE FREITAS GONÇALVES	207	02.10.14.002.0029.01.1	011.xxxxxxxx
30861 - LEVINA SANTANA	32656	04.01.02.001.0008.01.1	019.xxxxxxxx
982 - ESPÓLIO DE ANTONIO ROSA DA TRINDADE	1493	02.04.04.011.0364.01.1	677.xxxxxxxx
4663 - MARIA IOLANDA BASSO	3928	02.03.04.001.0005.01.1	872.xxxxxxxx
25653 - NELCI DOS SANTOS CARDOSO	4294	03.01.01.001.0008.01.1	006.xxxxxxxx
18589 - ANTONIO MENEGUSSO NETO	3481	01.01.01.013.0043.01.1	618.xxxxxxxx
21206 - MARIA LOURDES PEREIRA DA SILVA	1733	02.05.05.006.0010.01.1	225.xxxxxxxx
2760 - SILVIO FAVORETO	3560	02.09.12.009.0018.01.1	126.xxxxxxxx
1170 - GUIRINO MASOQUETO E OUTROS	1792	02.05.05.009.0009.01.1	491.xxxxxxxx
18334 - MARIA BEATRIZ LOBO	2084	02.06.06.0024.0414.04.1	354.xxxxxxx
29819 - MARIA DO ROCIO GONÇALVES	4216	03.01.01.008.0001.01.1	855.xxxxxxxx
20 - MAURO JOSÉ VANIZ	9	02.09.13.012.0020.01.1	514.xxxxxxxx
1979 - OSCAR DOMINGOS DA SILVEIRA	3081	02.07.15.003.0024.01.1	233.xxxxxxxx
19552 - LORENA TEIXEIRA PEDROSO	929	02.09.11.001.0006.01.1	081.xxxxxxxx
21597 - MANOEL DE PAULA RIBEIRO	2970	02.07.16.004.0038.01.1	573.xxxxxxxx

Contribuinte	RECEITAS DIVERSAS		Cpf/Cnpj
30447 - OZIANA RIBEIRO MARTINS	171432131		007.xxx.xxx-xx
19204 - JONAS RAUL DO CARMO	171442609		049.xxx.xxx-xx
29069 - LUCIA CORDEIRO DOS SANTOS SILVA	171442250		017.xxx.xxx-xx
30224 - JULIANA DE OLIVEIRA	171443434		071.xxx.xxx-xx
29810 - CICERO ROBSON PEREIRA DOS SANTOS RAMOS	171440093		019.xxx.xxx-xx
13833 - NEIDE NERONE	171442841		032.xxx.xxx-xx
29809 - CRISTIANO FELIZARDO DA SILVA	171440094		038.xxx.xxx-xx
14207 - SÉRGIO OTILIO CARNEIRO	171434095		021.xxx.xxx-xx
8365 - FRANCISCO PEREIRA MACHADO	171430914		962.xxx.xxx-xx
22350 - MICHELE APARECIDA MONTEIRO	171435280		057.xxx.xxx-xx
29794 - WELLINGTON DA SILVEIRA FRANCO	171432399		044.xxx.xxx-xx
6153 - LENITA APARECIDA DA SILVA	171440060		022.xxx.xxx-xx
28431 - CLEIDIANE MOREIRA DOS SANTOS	171430916		109.xxx.xxx-xx
12089 - ROSEMARY DE CAMARGO MOREIRA	171442848		190.xxx.xxx-xx
1597 - OLIVIO DA SILVA JUNIOR E OUTROS	171442096		850.xxx.xxx-xx
29967 - FERNANDO LUIS SILVA	171435272		027.xxx.xxx-xx
26412 - NICOLI RAIMUNDO PEREIRA - EIRELI	171434090		35.430.323/0001-08
4554 - BRASLOTE LOTEAMENTOS BRASILEIROS LTDA	171432248		77.793.958/0001-01
20249 - CLEIDE ALVES ALENCAR NUNES	171432235		709.xxx.xxx-xx
27483 - CLAUDIMARA JACINTO	171443057		046.xxx.xxx-xx
70 - HILTON REGINALDO VIANA	171442518		511.xxx.xxx-xx
20352 - NDL - ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA	171430913		12.150.889/0001-72
24718 - GIAN BETTINHAUSEN	171432234		88.xxx.xxx-xx
24718 - GIAN BETTINHAUSEN	171432233		088.XXX.XXX-XX
26863 - ALVARO TORRES JUNIOR	171443095		017.XXX.XXX-XX
30107 - GRAFICA LUAR EDITORA E PAPELARIA LTDA	171443120		12-762.864/0001-20
27856 - KAIQUE ANTONIO ZADRA BERTOLI	171443061		050.XXX.XXX.XX
29817 - OLANDA FREITAS NERON	171439982		744.XXX.XXX-XX
19416 - MARIA APARECIDA CASTILHO DE SOUZA	171432129		058.XXX.XXX-XX
29812 - CLAUDINEIA CORDEIRO TOBIAS	171440053		129.XXX.XXX-XX
29813 - MARILIA PIMENTA DOS SANTOS	171439989		567.XXX.XXX-XX
27589 - NELSON PEREIRA	171433686		044.XXX.XXX-XX
26959 - LIDIANE DIAS DE OLIVEIRA	171432237		044.XXX.XXX-XX
29801 - TATIANE DOS SANTOS	171440057		045.XXX.XXX-XX
28807 - DENISE WARNER CAMPOS	171442514		322.XXX.XXX-XX
30223 - JOÃO CÉLIO ALVES SEIXAS	171443433		026.XXX.XXX-XX
7999 - CLEUZA APARECIDA DA SILVA	171444349		666.XXX.XXX-XX
20248 - CAMILE MARTINS DE CARVALHO	171442516		077.XXX.XXX-XX
10882 - WILSON JOSÉ MACHADO VAZ	171442251		301.XXX.XXX-XX
17751 - JOÃO CARLOS DE PAULA	171442515		046.XXX.XXX-XX
29972 - GEFERSON DOS SANTOS ROSA	171430961		019.XXX.XXX-XX
28968 - GIOVANI DOS PASSOS TOLEDO	171440070		105.XXX.XXX-XX
18701 - VANDA TERLECKI FERREIRA	171440583		005.XXX.XXX-XX
29802 - ANDRIELY MARJORRIE DE CASTRO	171440055		091.XXX.XXX-XX
10676 - THIAGO MURILO DE LIMA	171430918		043.XXX.XXX-XX
24714 - TADEU NAZARENO DE MATTOS	171442835		354.XXX.XXX-XX
29807 - MARILENE SILVANA ALES	171440096		042.XX.XXX-XX
30443 - MICHEL SOARES BARBOZA	171432125		049.xxx.xxx-xx
29795 - CELSO GONÇALVES	171432398		266.XXX.XXX-XX
21985 - CATARINA NATEL DE FREITAS	171435273		877.XXX.XXX-XX
28670 -PRISCILA CAMILO ROGGE	171442860		066.XXX.XXX-XX
22433 - LETICIA APARECIDA RIBEIRO	171442856		073.XXX.XXX-XX
18303 - SENHORINHA PINHEIRO DO PRADO	171442852		611.XXX.XXX-XX
4795 - SILVIO FERREIRA DOS SANTOS	171433797		857.XXX.XXX-XX
28430 - ANDSON DOS SANTOS MATHEUS	171433687		067.XXX.XXX-XX
9049 - SIRLEI DE FATIMA CORDEIRO FRANCO	171441213		691.XXX.XXX-XX
27135 - DAYANE DOS SANTOS MOURÃO	171442847		392.XXX.XXX-XX
28767 - ALIANÇA L.P.C. LTDA	171441920		48.774.275/0001-09
19906 - SANDRA BEATRIZ KUSS RIBAS	171430644		723.XXX.XXX-XX
14053 - SILMARA BATISTA DA SILVA	171444438		019.XXX.XXX-XX

26346 - SEMI JOSÉ ANDRAUS	171434094		337.XXX.XXX-XX
5411 - MRGM SERVIÇOS EIRELI - ME	171434089		02.650.267/0001-50
4349 - JOÃO GONÇALVES	171441756		616.XXX.XXX-XX
29509 - EDIR RODRIGUES DOS SANTOS	171440058		025.XXX.XXX-XX
4439 - FOX & FOX LTDA - ME	171434087		03.700.344/0001-00
30389 - EDITH APARECIDA PADILHA	171433685		463.XXX.XXX-XX
2495 - MAURO PAULIN	171443481		67618863920
2192 - PEDRO EMIR BOTEGA	171434100		540.XXX.XXX-XX
10218 - CESAR RIBEIRO WENG	171443059		025.XXX.XXX-XX
30435 - ADRIANE BELIZARIO PINTO FOQUES	171443021		061.XXX.XXX-XX
30085 - ELAINE CORDEIRO DA SILVEIRA	171443762		017.XXX.XXX-XX
2079 - SIMPLICIANO MENDES DA SILVA	171433798		117.XXX.XXX-XX
12241 - IRACI APARECIDA DOS SANTOS E SOUZA	171433795		029.XXX.XXX-XX
23951 - RICARDO DA CRUZ	171441444		061.XXX.XXX-XX
29854 - LILIANE CRISTINA DE CAMARGO COCHMANSKI	171443186		979.XXX.XXX-XX
30322 - LUCAS SOARES CAMARA	171431975		091.XXX.XXX-XX
15666 - EDILSON ALVES DIAS	171442364		068.XXX.XXX-XX
27102 - LUANA REGINA FERREIRA	171432249		100.XXX.XXX-XX
30390 - CARLOS ANDRÉ CRUZ DE ASSIS	171433689		071.XXX.XXX-XX
22053 - BERNADETE DE OLIVEIRA LEVANDOWSKI	171430963		734.XXX.XXX-XX
8493 - MARGARIDA DE FATIMA CORDEIRO DE JESUS PIENTA	171442854		045.XXX.XXX-XX
30448 - DANIEL HENNING FAGUNDES PADILHA	171432236		033.XXX.XXX-XX
1665 - JOSÉ GONÇALVES	171443435		021-XXX.XXX-XX
28296 - ANDERSON DA COSTA	171440547		033.xxx.xxx-xx
29800 - ZENAIDE DE JESUS DOS SANTOS	171442836		960.xxx.xxx-xx
18468 - ALMIR DOS SANTOS CARNEIRO	171442861		008.xxx.xxx-xx
29968 - CLEBER JESUS DA SILVA	171430919		494.xxx.xxx-xx
29806 - ZELIA APARECIDA DE LARA DA LUZ	171440097		071.xxx.xxx-xx
29804 - AGNES BEATRIZ DA CRUZ FONSECA	171440099		118.xxx.xxx-xx
29814 - ROSILAINE SILVEIRA DE ARAUJO	171439984		071.xxx.xxx-xx
12989 - EDINO EZEQUIEL TRINIDADE	171432246		032.xxx.xxx-xx
29423 - SOLANGE DE FATIMA COSTA	171432238		004.xxx.xxx-xx
29025 - LAERCIO LUIS PERUSSI	171442994		632.xxx.xxx-xx
583 - RENE BATISTA DE SOUZA	171444340		156.xxx.xxx-xx
30445 - MARCELO SALVADOR	171432128		088.xxx.xxx-xx
485 - EDEMILSON LOPES SANTANA	171432127		566.xxx.xxx-xx
30438 - JOSIANE GIMENES	171443055		078.xxx.xxx-xx
459 - DINARTE FERREIRA DOS SANTOS NETO	171433794		874.xxx.xxx-xx
23209 - JANE MARA MULDENBERGER PINTO	171441407		005.xxx.xxx-xx
25549 - MARCELO MOREIRA DA LUZ	171440059		055.xxx.xxx-xx
14492 - ALESSANDRA RIBAS DOS SANTOS	171440069		050.xxx.xxx-xx
7278 - NJ INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA	171434091		10.145.307/0001-34
2587 - JACIR ORTIZ	171434088		81-670.630/0001-75
8749 - GABRIEL ZANDONATO DE MELO	171432250		045.XXX.XXX-XX
24409 - LUZIANE TARDETTI MALTEZO	171430965		005.XXX.XXX-XX
28300 - ALEX SANDRO MARTINS	171430962		069.XXX.XXX-XX
15428 - MARIA APARECIDA TOLEDO RAFAEL	171426899		808.XXX.XXX-XX
3653 - EDIVALDO BATISTA GONÇALVES	171444434		027.XXX.XXX-XX
11567 - AIRTON VAZ DA SILVA	171430915		872.XXX.XXX-XX
11939 - MARIA APARECIDA DA SILVA	171442863		743.XXX.XXX-XX
26071 - LUIZ GONZAGA DA SILVA	171442840		676.XXX.XXX-XX
30453 - ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS	171432251		709.XXX.XXX-XX
29818 - SADI DE SOUZA	171439981		645.XXX.XXX-XX
24942 - FABIO JUNIOR CHIMANSKI NATEL	171434086		091.XXX.XXX-XX
28971 - GUSTHAVO PARISE	171441295		107.XXX.XXX-XX
30114 - FABIANA TRINDADE DOS SANTOS	171443056		124.XXX.XXX-XX
18983 - MARLENE DE OLIVEIRA	171443032		690.XXX.XXX-XX
2851 - SEBASTIÃO ARANTES DO NASCIMENTO	171439987		847.XXX.XXX-XX
22931 -ROSANI DO ROCIO E ELIANE	171433793		728.XXX.XXX-XX
7335 - DOUGLAS GENTIL	171434082		10.233.309/0001-85
30451 - ALINE GOBI PINHEIRO DA LUZ	171432241		130.XXX.XXX-XX

6051 - ORLINDO AVELINO MARTINS	171442813		275.XXX.XXX-XX
30454 - MARCIA THEODORO DE LEMES	171432313		734.XXX.XXX-XX
2974 - RUBENS ANDRADE E OUTROS	171443026		627.XXX.XXX-XX
3274 - ARIALDO SANTOS DE LARA	171442995		480.XXX.XXX-XX
30393 - ROBSON WILSON DA SILVA	171442513		058.XXX.XXX-XX
28821 - SALETE DO ROCIO SANTANA	171440071		680.XXX.XXX-XX
29530 - ELI SANTOS VAZ	171443396		753.XXX.XXX-XX
29971 - MARIA APARECIDA MOREIRA DE OLIVEIRA	171430923		021.XXX.XXX-XX
3151 - JOSÉ CARLOS SOARES DE LIMA	171449904		694.XXX.XXX-XX
Contribuinte	Econômico		Cpf/Cnpj
28530 - ON EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	3436		12.373.406/0001-07
30399 - J AUTO CENTER LTDA	3653		56.348.244/0001-14
28308 - RDS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	3405		41.317.431/0001-63
30174 - T A CORREIA THATTHA REPRESENTAÇÕES	3628		53.815.082/0001-99
28447 - MSM SPAKE MOVEIS LTDA	3423		46.976.253/0001-04
19641 - JOSE MARCIO DA SILVA MACHADO - ME	1937		13.578.530/0001-63
28548 - BROTHERS GÁS DISTRIBUIDORA LTDA	3439		41.069.407/0001-52
2626 - SALIX FIBRAS NATURAIS LTDA	287		03.522.704/0002-01
3916 - ARI VIEIRA DA SILVA	672		04.849.418/0001-29
27776 - TSR EXPRESS LTDA	3306		42.820.558/0001-63
3587 - EDERSON MANOEL VIEIRA DE JESUS	467		04.358.303/0001-31
26806 - JANAINA SILVA DE CASTRO - EIRELI	3098		17.251.128/0001-20
30617 - RECANTO DOS MANACÁS LTDA	3676		33.266.530/0001-35
4034 - VITA - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	732		76.491.422/0002-50
19324 - E A DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA	1906		14.241.460/0001-16
28052 - EDE CARLOS DA SILVA	3356		44.652.335.0001-60
26368 - ELIAS ALVES NASCIMENTO TECN. DA INF. - EIRELI	3012		34.703.369/0001-82
5228 - B R DE LARAS REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA	1194		07.150.108/0001-00
26758 - VARDANEGA REPRESENTACOES COMERCIAOS - EIRELI	3087		37.067.021/0001-34
28069 - DOUGLAS C. DE OLIVEIRA SERV. DE DESPACHANTE	3363		45.161.822/0001-92
26407 - ROSANGELA DE JESUS PRADO - AUTONOMO	3019		065.XXX.XXX-XX
29221 - LA PETIT DAY LANCHONETE E SORVETERIA LTDA	3538		45.141.543/0001-67
26001 - ENOQUE A. DE L. RUELLA ACES. PARA VEICULOS - ME	2923		33.304.920/0001-52
29201 - BBBA COM. DE INSUMOS E SUPLEM. ANIMAIS LTDA	3534		50.915.995/0001-99
7971 - MARCOS FERREIRA TODIN	1649		403.XXX.XXX-XX
27927 - NOGUEIRA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	3333		43.861.280/0001-35
24065 - WAGNER DE LARA SEJANOSKI - ME	2510		25.128.956/0001-02
24485 - G. L. PAVOSKI - SERVIÇOS - ME	2577		11.512.320/0001-47
24309 - CRISOSTOMO & CRISOSTOMO LTDA - ME	2543		26.191.659/0001-66
7973 - K J A BAR E RESTAURANTE LTDA -ME	1650		11.072.127/0001-32
20385 - LUCIANE LABRES DE OLIVEIRA LTDA	2026		12.747.725/0001-27
23982 - AJF REFORMAS E CONSTRUÇOES LTDA - ME	2499		24.664.974/0001-38
30274 - GONÇALVES GESSO E DRYWALL LTDA	3635		55.160.649/0001-61
25336 - O POJADOURO COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI	2760		29.675.953/0001-31
30612 - M.R. COMÉRCIO LTDA	3675		57.467.696/0001-88
20581 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2057		003.603.054.538-34
28960 - BOSA PICOLO COMÉRCIO DE ANIMAIS LTDA	3503		49.381.782/0001-45
23228 - PROVOPAR – PROG.DO VOL. PR- CAMPO MAGRO	2322		11.300.467/0001-73
28083 - IGREJA EVANG.ASSE. DE DEUS REN. CHAMA VIVA CAMPO M.	3367		27.520.095/0001-20
26925 - DAIANE PRISCILA BAEDESKI FILUS NETTO	3128		38.186.189/0001-21
24107 - ARTECH METALURGICA LTDA - ME	2522		25.137.883/0001-07
25824 - TRANS ISAAK TURISMO LTDA	2889		76.664.986/0004-09
21887 - GRANVALLE INDUSTRIAL E COMERCIAL EIRELI	2170		18.792.256/0001-44
24608 - HORIZON MANUTENÇÃO DE REDES LTDA - ME	2596		27.282.247/0001-02
22998 - KEILA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA - ME	2295		21.153.554/0001-07
25206 - OFÁ PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA	2735		29.567.817/0001-28
24632 - VITOR VENTURI SOBRINHO & CIA LTDA	2599		19.086.410/0001-25
29407 - E.R.M. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	3565		51.941.252/0001-56
27834 - JULIANO JEFERSON SANTOS PATEK - ME	3317		43.227.270/0001-42
8711 - JSM IND.E COM. DE PROD. MANUFATURADOS - EIRELI	2095		04.782.901/0001-33
2287 - SOLOGRAN FERTILIZANTES LTDA	35		01.160.152/0001-14

27072 - MT MOTORS SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	3160		32.254.824/0001-84
4628 - ALAMO, ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA - ME	2371		05.474.346/0001-45
8561 - JOAO DE OLIVEIRA - TRANSPORTES	1771		12.146.768/0001-57
24707 - ISAMARA VAZ CASTILHO – SOC.IND. DE ADVOCACIA	2617		27.591.919/0001-53
27274 - SAOVESSI TRANSPORTES LTDA	3195		40.257.554/0001-93
4599 - MARIELA MINIMERCADO E ARMAZEM VARE. LTDA - ME	950		05.770.226/0001-95
20655 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2063		34.028.316/7262-36
3860 - ILIO SEBASTIÃO PINHEIRO DA SILVA - ME	623		85.489.524/0001-40
7275 - EMERSON FRANCISCO OSORIO - ME	1515		09.661.188/0001-93
8225 - WALDOMIRO SALVADOR DE LARA	1696		11.370.837/0001-49
25217 - TOP GULA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	2738		25.342.298/0001-49
4580 - CARLOS ALEXANDRE JUN NAKANO	935		022.XXX.XXX-XX
6581 - TRANS PADRINHO LTDA - ME	1407		08.701.304/0001-98
2348 – TRANSP. E SERV. DE TERRAPLENAGEM AE LTDA-ME	93		01.926.334/0001-53
27150 - MHC ARTIGOS DE VIDRO LTDA	3172		39.350.493/0001-25
26451 - PARANACAMPO FIOS E FIBRAS TEXTEIS - EIRELI	3029		35.328.082/0001-82
28456 - SAO LUIZ TRANSPORTES LTDA	3425		47.281.846/0001-00
29403 - KEZPO SOLUTIONS LTDA	3564		51.805.917/0001-02
27237 - MINIMERCADO SANTANA E NASCIMENTO LTDA	3187		19.095.307/0001-41
26552 - SOUZA PINTURAS E MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA	3048		35.955.449/0001-98
7040 - CLARO S. A	2829		40.432.544/0224-69
28837 - COM. DE PROD. INFANTIS E PERF. S. F. LTDA	3482		32.969.921/0001-53
23688 - JAIR APARECIDO DE JESUS SILVA - ME	2431		23.217.208/0001-62
23027 - LUPA LED COM. DE EQUIP. DE SINALIZAÇAO LTDA - EPP	2299		17.895.237/0001-80
26763 - PAESAGGIO MOVEIS LTDA - ME	3089		37.048.503/0001-47
26448 - LUCIANO JORGE PEREIRA MARIA CONST. CIVIL - ME	3028		35.329.916/0001-74
5270 - OLIVEIRA JARDINS LTDA	1203		07.207.282/0001-41
7988 - POP REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	1654		10.787.480/0001-36
3589 - DILVA SOUZA FRONZA - ME	469		82.419.276/0001-73
25102 - LDF COMERCIAL E TRANSPORTES - EIRELI - ME	2704		29.150.231/0001-63
8554 - GRUPO POWER FORCE SERVIÇOS LTDA	1769		12.322.465/0001-48
29099 - RESTAURANTE SAITONE E SAMPAIO LTDA	3524		49.597.211/0001-42
28523 - PANIFICADORA MARIELLE LTDA	3435		46.874.840/0001-84
27763 - IRMAOS PRIMIERI MOVEIS LTDA	3303		38.206.211/0001-58
29714 - PAGANI CONSULTORIA LTDA	3589		52.916.599/0001-01
22441 - COONASERV – COOP. DE TRAB.NACIONAL DE SERV.	2250		20.111.870/0001-45
22041 - FERNANDO GONÇALVES DE CASTRO ACADEMIA - ME	2182		17.827.780/0001-40
27562 - YAN CARLOS FILIAL - ME	3257		26.373.184/0002-00
7150 - CLIPPING EXPRESS - SERVIÇOS DE INFORMAÇAO LTDA	1485		05.886.896/0001-71
28970 - BOA GULA LTDA	3504		49.513.748/0001-87
26324 - CENTRO DE RECUPERAÇÃO ABRIGO SEGURO	3000		25.043.138/0001-07
19724 - HIPERBLOCK ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME	1947		14.583.021/0001-91
27285 - TOPFRIO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	3200		04.883.599/0001-00
26747 - MELEK MOVEIS E DECORACAO LTDA - ME	3086		36.789.178/0001-00
23677 - CLARO S.A	2429		40.432.544/0001-47
23181 - CANTOPAR IND. E COM. DE BEM. DE PAPEL LTDA -	2318		04.913.039/0001-50
23364 - PERERECA AUTO CENTER LTDA	2351		22.118.846/0001-63
27142 - DMT SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	3170		16.927.395/0003-74
28598 - D CATELLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	3445		48.081.144/0001-46
28813 - SKIBA REI DOS BALANÇOS - COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	3480		40.832.194/0001-06
8839 - GOLDVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA-EPP	1817		03.727.683/0001-71
26704 - JEFERSON DE SOUZA – COM. DE VIDROS - ME	3078		36.770.844/0001-69
26313 - P.J. GARRET COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	2998		33.576.882/0001-97
26418 - HYDRAU CESTOS AEREOS LTDA - ME	3022		35.453.300/0001-00
27700 - ARTE NARGUILE LTDA - ME	3294		29.568.972/0001-69
25521 - MARCUS VINICIUS BANDEIRA SAMPAIO DE PAULA	2815		30.290.595/0001-28
26493 - A. ANTONIO DOS S. FOQUES - AA ARMA.DE MOV.LTDA	3036		35.441.448/0001-25
29882 - ANDRESSA BASSINELLI ARQUITETURA LTDA	3598		50.362.927/0001-40
20933 - KINGLARA REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA	2097		17.308.513/0001-67
20302 - STORILL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA	2004		14.334.769/0001-50
27654 - J.R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	3280		42.170.566/0001-01

8366 - HORA DO LANCHE PRODUTOS CASEIROS LTDA	1727		11.835.571/0001-62
27259 - OBRALEVE TECNOLOGIAS CONSTRUTIVAS LTDA	3190		38.714.737/0001-49
20321 - NELSON MARCOLINO DE ANDRADE JUNIOR - ME	2008		14.023.765/0001-51
28638 - JOSIAS OLIVEIRA LTDA	3455		48.202.363/0001-36
26054 - RENOVE IND.DE MOVEIS, VIDROS, ESQUAD.LTDA	2939		33.522.896/0001-28
26439 - FORTES E COELHO AUTOPLACAS LTDA	3027		19.097.884/0001-72
3948 - COMÉRCIO DE GESSO MINAS GERAIS EIRELI - ME	695		04.793.452/0001-29
24610 - CICERO GOMES CONSTRUTORA- EIRELI	2597		27.229.026/0001-62
28895 - ODONTO CAMPO MAGRO LTDA	3495		49.530.766/0001-77
4207 - LOYOLA & ELIAS CONSULTORIA E EMPREEND. LTDA.	783		05.161.364/0001-77
29895 - JVS ARMAÇÕES LTDA	3602		53.724.280/0001-47
27019 - EXPRESSO GUEPARDO TURISMO E TRANSP. EIRELI	3148		36.286.830/0001-74
27173 - PR SOLOS ENGENHARIA LTDA	3176		39.592.525/0001-07
27000 - MOSTAJ COMERCIO DE TABACO E AROMAS EIRELI	3142		39.144.629/0001-40
27698 - MM COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA	3293		40.140.610/0001-05
27949 - RESTAURANTE NONA JULIA LTDA	3337		37.504.486/0001-05
20658 - GIL ROBERTO SARMENTO BELLEGARD EIRELI - ME	2065		16.623.827/0001-91
25277 - MERCADO ELDORADO - EIRELI	2746		29.779.058/0001-67
28308 - RDS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	3405		41.317.431/0001-63
30174 - T A CORREIA THATTHA REPRESENTAÇÕES	3628		53.815.082/0001-99
28447 - MSM SPAKE MOVEIS LTDA	3423		46.976.253/0001-04
19641 - JOSE MARCIO DA SILVA MACHADO - ME	1937		13.578.530/0001-63
26412 - NICOLI RAIMUNDO PEREIRA - EIRELI	3021		35.430.323/0001-08

O valor do crédito tributário e não tributário deve sofrer os seguintes acréscimos, conforme disposto na Lei Municipal nº. 0294/03: multa de 20% (art. 63); juros de 1% ao mês (art. 192 da Cf/88) e correção monetária pelo índice oficial (IPCA), até a data do efetivo pagamento (art. 47 da Lei Municipal 0294/03).

O contribuinte poderá expedir a aludida Guia de Recolhimento através do site eletrônico oficial da Prefeitura (www.campomagro.pr.gov.br/), acessando o link "**Cidadão Web**", ou pelo **WhatsApp** (41) 3677 4064 ou (41) 3677 4058.

Campo Magro, 15 de setembro 2026.

RODRIGO NASCIMENTO COSTA

Secretário Municipal De Fazenda

DIUCELIA APARECIDA COSTA ALEIZ

Diretora Do Departamento De Fiscalização e Administração Tributária

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:95D4A092

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF ANEXO I DETALHADO

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	9 / 2.025	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**3 / 2.026**	**4 / 2.026**	**5 / 2.026**	**6 / 2.026**	**7 / 2.026**	**8 / 2.026**		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	115.101,84	115.101,84	133.777,29	224.263,77	124.990,86	120.742,80	131.531,15	120.403,37	120.403,37	120.704,64	120.704,60	158.598,47	1.606.324,00	0,00
Pessoal Ativo	115.101,84	115.101,84	133.777,29	224.263,77	124.990,86	120.742,80	131.531,15	120.403,37	120.403,37	120.704,64	120.704,60	158.598,47	1.606.324,00	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	97.131,26	97.131,26	115.788,24	193.445,37	107.533,27	101.312,91	109.475,93	101.312,91	101.312,91	101.581,47	101.581,47	101.581,47	1.329.188,47	0,00
Obrigações Patronais	17.970,58	17.970,58	17.989,05	30.818,40	17.457,59	19.429,89	22.055,22	19.090,46	19.090,46	19.123,17	19.123,13	57.017,00	277.135,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	115.101,84	115.101,84	133.777,29	224.263,77	124.990,86	120.742,80	131.531,15	120.403,37	120.403,37	120.704,64	120.704,60	158.598,47	1.606.324,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.915.340,77	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	800.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	443.938,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	40.671.402,77	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.606.324,00**	**3,95**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.440.284,17	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.318.269,96	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.196.255,75	5,40

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 29/set/2026 as 18h e 09m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	*SANDRA ANDREA CARIBATTI*	*ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR*
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:C3938C0B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF ANEXO V

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2.026
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	254.526,58	0,00	600,00	0,00	0,00	253.926,58	320,24	13.093,68	253.606,34
Recursos Ordinários	254.526,58	0,00	600,00	0,00	0,00	253.926,58	320,24	13.093,68	253.606,34
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	16.686,31	0,00	0,00	0,00	16.686,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	16.686,31	0,00	0,00	0,00	16.686,31	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	271.212,89	0,00	600,00	0,00	16.686,31	253.926,58	320,24	13.093,68	253.606,34

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, emitido em 29/set/2026 as 18h e 09m.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	*SANDRA ANDREA CARIBATTI*	*ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR*
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:60CE0A49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
02 DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/totalb)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO	49.542.575,07	61.429.457,27	6.577.735,71	39.296.996,81	95,22	22.132.460,46	8.730.506,04	32.730.905,73	95,93	28.698.551,54
INTRA-ORÇAMENTARIA										
JUDICIÁRIA	280.000,00	298.200,00	62.818,51	249.212,85	0,60	48.987,15	62.981,45	249.212,85	0,73	48.987,15
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	280.000,00	298.200,00	62.818,51	249.212,85	0,60	48.987,15	62.981,45	249.212,85	0,73	48.987,15
ADMINISTRAÇÃO	5.041.973,96	5.284.422,96	856.059,20	3.853.141,15	9,34	1.431.281,81	860.161,66	3.425.289,21	10,04	1.859.133,75
Administração Geral	4.780.473,96	5.019.922,96	827.217,15	3.646.669,43	8,84	1.373.253,53	791.424,91	3.229.837,76	9,47	1.790.085,20
Controle Externo	161.500,00	161.500,00	26.818,35	104.458,75	0,25	57.041,25	26.818,35	104.458,75	0,31	57.041,25
Comunicação Social	100.000,00	103.000,00	2.023,70	102.012,97	0,25	987,03	41.918,40	90.992,70	0,27	12.007,30
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.090.504,33	6.281.455,30	319.931,34	5.025.136,09	12,18	1.256.319,21	763.612,40	2.529.936,35	7,41	3.751.518,95
Administração Geral	1.008.500,00	1.182.537,76	29.993,38	856.082,45	2,07	326.455,31	47.646,49	814.547,21	2,39	367.990,55
Assistência à Criança a ao Adolescente	872.355,33	1.356.768,33	242.477,31	602.329,22	1,46	754.439,11	241.379,11	553.614,52	1,62	803.153,81
Assistência Comunitária	559.649,00	3.092.149,21	47.460,65	2.919.946,74	7,08	172.202,47	366.790,52	784.487,64	2,30	2.307.661,57
Alimentação e Nutrição	650.000,00	650.000,00	0,00	646.777,68	1,57	3.222,32	107.796,28	377.286,98	1,11	272.713,02
SAÚDE	10.500.642,01	14.283.133,66	1.813.598,88	10.213.855,55	24,75	4.069.278,11	2.404.285,55	8.845.694,12	25,92	5.437.439,54
Administração Geral	837.435,53	970.920,53	145.888,13	709.769,93	1,72	261.150,60	154.507,49	656.780,26	1,92	314.140,27
Atenção Básica	6.803.381,00	9.673.642,65	1.222.518,83	6.517.047,88	15,79	3.156.594,77	1.731.531,85	5.831.727,34	17,09	3.841.915,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.385.825,48	3.103.825,48	415.630,88	2.806.712,15	6,80	297.113,33	491.162,05	2.188.770,85	6,41	915.054,63
Vigilância Sanitária	278.000,00	326.260,00	18.038,59	130.241,91	0,32	196.018,09	15.561,71	118.331,99	0,35	207.928,01
Vigilância Epidemiológica	196.000,00	208.485,00	11.522,45	50.083,68	0,12	158.401,32	11.522,45	50.083,68	0,15	158.401,32
EDUCAÇÃO	18.493.434,77	18.571.541,81	1.855.016,17	8.204.158,09	19,88	10.367.383,72	1.980.284,04	7.370.645,08	21,60	11.200.896,73
Administração Geral	2.618.454,83	2.273.904,83	255.543,05	1.268.133,47	3,07	1.005.771,36	272.360,92	1.199.934,81	3,52	1.073.970,02
Alimentação e Nutrição	756.078,00	960.285,04	188.353,92	618.978,63	1,50	341.306,41	93.145,73	439.417,80	1,29	520.867,24
Ensino Fundamental	9.598.311,98	9.870.061,98	1.020.000,35	4.302.844,35	10,43	5.567.217,63	1.136.964,18	3.873.218,32	11,35	5.996.843,66
Ensino Superior	300.000,00	300.000,00	45.982,92	169.486,99	0,41	130.513,01	44.499,60	138.337,27	0,41	161.662,73
Educação Infantil	4.965.677,06	4.912.377,06	345.135,93	1.696.545,61	4,11	3.215.831,45	404.404,49	1.600.476,66	4,69	3.311.900,40
Educação de Jovens e Adultos	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Educação Especial	202.912,90	202.912,90	0,00	148.169,04	0,36	54.743,86	28.909,12	119.260,22	0,35	83.652,68
CULTURA	441.500,00	318.850,00	30.206,79	116.903,78	0,28	201.946,22	24.070,88	106.764,56	0,31	212.085,44
Difusão Cultural	441.500,00	318.850,00	30.206,79	116.903,78	0,28	201.946,22	24.070,88	106.764,56	0,31	212.085,44
URBANISMO	5.309.835,00	8.393.670,08	601.143,64	5.746.278,64	13,92	2.647.391,44	1.695.242,86	4.684.683,93	13,73	3.708.986,15
Infra-Estrutura Urbana	291.000,00	2.873.048,08	128.690,67	2.438.438,40	5,91	434.609,68	361.919,80	1.726.706,92	5,06	1.146.341,16
Serviços Urbanos	4.632.835,00	5.149.622,00	472.452,97	3.057.840,24	7,41	2.091.781,76	1.288.834,87	2.817.871,50	8,26	2.331.750,50
Transportes Coletivos Urbanos	386.000,00	371.000,00	0,00	250.000,00	0,61	121.000,00	44.488,19	140.105,51	0,41	230.894,49
HABITAÇÃO	171.000,00	121.000,00	0,00	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	0,00	121.000,00
Habitação Urbana	171.000,00	121.000,00	0,00	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	0,00	121.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.537.685,00	1.511.485,00	384.438,75	982.044,35	2,38	529.440,65	214.857,64	732.331,05	2,15	779.153,95
Controle Ambiental	1.537.685,00	1.511.485,00	384.438,75	982.044,35	2,38	529.440,65	214.857,64	732.331,05	2,15	779.153,95
AGRICULTURA	617.500,00	2.397.000,00	134.734,46	2.252.069,70	5,46	144.930,30	136.091,54	2.230.684,40	6,54	166.315,60

Extensão Rural	617.500,00	2.397.000,00	134.734,46	2.252.069,70	5,46	144.930,30	136.091,54	2.230.684,40	6,54	166.315,60
INDÚSTRIA	148.500,00	148.500,00	11.799,88	48.182,50	0,12	100.317,50	11.799,88	48.182,50	0,14	100.317,50
Promoção Industrial	148.500,00	148.500,00	11.799,88	48.182,50	0,12	100.317,50	11.799,88	48.182,50	0,14	100.317,50
COMÉRCIO E SERVIÇOS	132.000,00	126.500,00	20.502,85	65.516,57	0,16	60.983,43	13.923,90	51.809,60	0,15	74.690,40
Turismo	132.000,00	126.500,00	20.502,85	65.516,57	0,16	60.983,43	13.923,90	51.809,60	0,15	74.690,40
DESPORTO E LAZER	552.000,00	559.000,00	85.095,05	393.096,81	0,95	165.903,19	86.184,08	364.094,06	1,07	194.905,94
Desporto Comunitário	552.000,00	559.000,00	85.095,05	393.096,81	0,95	165.903,19	86.184,08	364.094,06	1,07	194.905,94
ENCARGOS ESPECIAIS	2.976.000,00	2.884.698,46	402.390,19	2.147.400,73	5,20	737.297,73	477.010,16	2.091.578,02	6,13	793.120,44
Serviço da Dívida Interna	2.450.000,00	2.257.876,60	320.546,24	1.548.039,60	3,75	709.837,00	326.037,30	1.548.039,60	4,54	709.837,00
Outros Encargos Especiais	526.000,00	626.821,86	81.843,95	599.361,13	1,45	27.460,73	150.972,86	543.538,42	1,59	83.283,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Reserva de Contingência geral	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	2.746.815,00	2.793.621,40	234.111,73	1.971.378,26	4,78	822.243,14	524.777,83	1.390.046,06	4,07	1.403.575,34
JUDICIÁRIA	1.000,00	25.000,00	4.430,20	14.938,58	0,04	10.061,42	4.430,20	14.938,58	0,04	10.061,42
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.000,00	25.000,00	4.430,20	14.938,58	0,04	10.061,42	4.430,20	14.938,58	0,04	10.061,42
ADMINISTRAÇÃO	236.000,00	236.000,00	32.688,75	127.741,92	0,31	108.258,08	32.688,75	127.741,92	0,37	108.258,08
Administração Geral	224.000,00	224.000,00	31.342,25	122.756,97	0,30	101.243,03	31.342,25	122.756,97	0,36	101.243,03
Controle Externo	12.000,00	12.000,00	1.346,50	4.984,95	0,01	7.015,05	1.346,50	4.984,95	0,01	7.015,05
ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00	50.000,00	8.049,93	34.287,72	0,08	15.712,28	8.049,93	34.287,72	0,10	15.712,28
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	8.049,93	34.287,72	0,08	15.712,28	8.049,93	34.287,72	0,10	15.712,28
SAÚDE	380.000,00	488.390,00	72.654,94	290.065,13	0,70	198.324,87	72.654,94	290.065,13	0,85	198.324,87
Administração Geral	40.000,00	45.115,00	7.258,87	31.527,21	0,08	13.587,79	7.258,87	31.527,21	0,09	13.587,79
Atenção Básica	325.000,00	427.650,00	64.153,57	253.360,84	0,61	174.289,16	64.153,57	253.360,84	0,74	174.289,16
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.625,00	1.242,50	5.177,08	0,01	447,92	1.242,50	5.177,08	0,02	447,92
EDUCAÇÃO	807.500,00	838.100,00	97.584,10	409.319,75	0,99	428.780,25	97.584,10	409.319,75	1,20	428.780,25
Administração Geral	120.000,00	120.000,00	13.682,74	60.671,00	0,15	59.329,00	13.682,74	60.671,00	0,18	59.329,00
Ensino Fundamental	454.000,00	484.600,00	56.553,78	235.045,68	0,57	249.554,32	56.553,78	235.045,68	0,69	249.554,32
Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	27.347,58	113.603,07	0,28	116.396,93	27.347,58	113.603,07	0,33	116.396,93
Educação de Jovens e Adultos	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
CULTURA	8.000,00	8.000,00	817,74	3.873,38	0,01	4.126,62	817,74	3.873,38	0,01	4.126,62
Difusão Cultural	8.000,00	8.000,00	817,74	3.873,38	0,01	4.126,62	817,74	3.873,38	0,01	4.126,62
URBANISMO	85.000,00	86.800,00	10.511,95	43.339,44	0,11	43.460,56	10.511,95	43.339,44	0,13	43.460,56
Infra-Estrutura Urbana	5.000,00	6.800,00	1.892,87	6.779,86	0,02	20,14	1.892,87	6.779,86	0,02	20,14
Serviços Urbanos	79.000,00	79.000,00	8.619,08	36.559,58	0,09	42.440,42	8.619,08	36.559,58	0,11	42.440,42
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Controle Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AGRICULTURA	35.000,00	35.000,00	6.644,96	27.442,82	0,07	7.557,18	6.644,96	27.442,82	0,08	7.557,18
Extensão Rural	35.000,00	35.000,00	6.644,96	27.442,82	0,07	7.557,18	6.644,96	27.442,82	0,08	7.557,18
INDÚSTRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DESPORTO E LAZER	5.000,00	5.000,00	729,16	3.038,17	0,01	1.961,83	729,16	3.038,17	0,01	1.961,83
Desporto Comunitário	5.000,00	5.000,00	729,16	3.038,17	0,01	1.961,83	729,16	3.038,17	0,01	1.961,83
ENCARGOS ESPECIAIS	1.135.315,00	1.017.331,40	0,00	1.017.331,35	2,47	0,05	290.666,10	435.999,15	1,28	581.332,25
Outros Encargos Especiais	1.135.315,00	1.017.331,40	0,00	1.017.331,35	2,47	0,05	290.666,10	435.999,15	1,28	581.332,25
TOTAL	**52.289.390,07**	**64.223.078,67**	**6.811.847,44**	**41.268.375,07**	**100,00**	**22.954.703,60**	**9.255.283,87**	**34.120.951,79**	**100,00**	**30.102.126,88**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 03m.

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O
TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH	***ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS***
Controladora Interna	Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:C4FC4DA1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
4º Bimestre de 2026		
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL**
		Até o Bimestre

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 13h e 08m.											
Nota:											

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e Finanças		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:3E90ACAC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**	**% (b/a)*100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.594.109,07	4.594.109,07	2.987.421,16	65,03
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	408.489,00	408.489,00	311.691,76	76,30
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	225.463,00	225.463,00	245.132,99	108,72
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.758.093,25	1.758.093,25	1.442.157,03	82,03
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.202.063,82	2.202.063,82	988.439,38	44,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	36.469.506,00	36.469.506,00	21.209.065,66	58,16
Cota-Parte FPM	23.453.000,00	23.453.000,00	13.869.516,44	59,14
Cota-Parte ITR	9.884,00	9.884,00	1.228,65	12,43
Cota-Parte IPVA	1.778.999,00	1.778.999,00	1.050.959,72	59,08
Cota-Parte ICMS	11.051.015,00	11.051.015,00	6.189.070,54	56,00
Cota-Parte IPI-Exportação	176.608,00	176.608,00	98.290,31	55,65
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.063.615,07**	**41.063.615,07**	**24.196.486,82**	**58,92**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.077.000,00	4.823.888,64	2.473.576,19	51,28	2.230.218,91	46,23	2.225.178,45	46,13
Despesas Correntes	5.047.000,00	4.655.088,64	2.314.900,81	49,73	2.076.643,53	44,61	2.071.603,07	44,50
Despesas de Capital	30.000,00	168.800,00	158.675,38	94,00	153.575,38	90,98	153.575,38	90,98
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.371.287,48	2.622.287,48	2.365.115,12	90,19	1.782.494,48	67,97	1.782.494,48	67,97
Despesas Correntes	2.361.287,48	2.596.287,48	2.344.240,12	90,29	1.776.318,48	68,42	1.776.318,48	68,42
Despesas de Capital	10.000,00	26.000,00	20.875,00	80,29	6.176,00	23,75	6.176,00	23,75
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	188.000,00	188.000,00	64.266,12	34,18	61.641,49	32,79	61.641,49	32,79
Despesas Correntes	183.000,00	183.000,00	64.266,12	35,12	61.641,49	33,68	61.641,49	33,68
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	123.000,00	123.000,00	42.167,71	34,28	42.167,71	34,28	42.167,71	34,28
Despesas Correntes	118.000,00	118.000,00	42.167,71	35,74	42.167,71	35,74	42.167,71	35,74
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	877.435,53	906.035,53	629.856,40	69,52	576.866,73	63,67	572.200,32	63,15
Despesas Correntes	872.445,00	901.045,00	626.906,90	69,58	573.917,23	63,69	569.250,82	63,18
Despesas de Capital	4.990,53	4.990,53	2.949,50	59,10	2.949,50	59,10	2.949,50	59,10
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.636.723,01**	**8.663.211,65**	**5.574.981,54**	**64.35**	**4.693.389,32**	**54,18**	**4.683.682,45**	**54,06**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	5.574.981,54	4.693.389,32	4.683.682,45
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	493.910,30	493.910,30	493.910,30
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.081.071,24**	**4.199.479,02**	**4.189.772,15**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		3.629.473,02	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER	1.451.598,22	570.006,00	560.299,13
APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]			
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**21,00**	**17,36**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Minimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	3.629.473,02	5.574.981,54	1.945.508,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.945.508,52
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.560,88	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.621,17	19.305,89	0,00	0,00

Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.808,89	82.372,74	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.644,62	269,08	246.460,51	-246.460,51
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	0,00	0,00	0,00	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.138.791,00	3.348.742,00	2.888.657,98	86,26
Proveniente da União	1.653.791,00	2.859.242,00	2.494.834,07	87,26
Proveniente dos Estados	485.000,00	489.500,00	393.823,91	80,45
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	105.128,00	113.612,00	308.206,76	271,28
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) =	**2.243.919,00**	**3.462.354,00**	**3.196.864,74**	**92,33**
(XXVIII + XXIX + XXX)				

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.051.381,00	5.277.404,01	4.296.832,53	81,42	3.854.869,27	73,04	3.832.549,50	72,62
Despesas Correntes	2.051.381,00	3.630.604,01	2.650.947,09	73,02	2.214.684,73	61,00	2.192.364,96	60,39
Despesas de Capital	0,00	1.646.800,00	1.645.885,44	99,94	1.640.184,54	99,60	1.640.184,54	99,60
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	14.538,00	481.538,00	439.938,03	91,36	404.617,37	84,03	404.617,36	84,03
Despesas Correntes	14.538,00	455.438,00	414.138,03	90,93	378.817,37	83,18	378.817,36	83,18
Despesas de Capital	0,00	26.100,00	25.800,00	98,85	25.800,00	98,85	25.800,00	98,85
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	100.000,00	148.260,00	64.830,44	43,73	55.915,19	37,71	55.120,85	37,18
Despesas Correntes	100.000,00	92.760,00	17.578,50	18,95	17.578,50	18,95	16.784,16	18,09
Despesas de Capital	0,00	55.500,00	47.251,94	85,14	38.336,69	69,08	38.336,69	69,08
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	78.000,00	91.110,00	13.093,05	14,37	13.093,05	14,37	13.093,05	14,37
Despesas Correntes	78.000,00	91.110,00	13.093,05	14,37	13.093,05	14,37	13.093,05	14,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	110.000,00	109.323,95	99,39	109.323,95	99,39	109.323,95	99,39
Despesas Correntes	0,00	106.350,00	105.705,95	99,39	105.705,95	99,39	105.705,95	99,39
Despesas de Capital	0,00	3.650,00	3.618,00	99,12	3.618,00	99,12	3.618,00	99,12
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII +	**2.243.919,00**	**6.108.312,01**	**4.924.018,00**	**80,61**	**4.437.818,83**	**72,65**	**4.414.704,71**	**72,27**

XXXVIII)									

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.128.381,00	10.101.292,65	6.770.408,72	67,03	6.085.088,18	60,24	6.057.727,95	59,97
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.385.825,48	3.103.825,48	2.805.053,15	90,37	2.187.111,85	70,47	2.187.111,84	70,47
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	288.000,00	336.260,00	129.096,56	38,39	117.556,68	34,96	116.762,34	34,72
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	201.000,00	214.110,00	55.260,76	25,81	55.260,76	25,81	55.260,76	25,81
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	877.435,53	1.016.035,53	739.180,35	72,75	686.190,68	67,54	681.524,27	67,08
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**10.880.642,01**	**14.771.523,66**	**10.498.999,54**	**71,08**	**9.131.208,15**	**61,82**	**9.098.387,16**	**61,59**
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 26m.								
MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***				***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***			
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O				Controladora Interna			
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS								
Secretário Municipal de Administração e								

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:BA93A8B3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO												
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**3.273,49**	**262.097,18**	**259.950,82**	**-180,00**	**5.599,85**	**436.459,52**	**3.232.752,38**	**2.981.312,44**	**2.981.312,44**	**206.451,31**	**481.448,15**	**487.048,00**
PODER EXECUTIVO	3.273,49	262.097,18	259.950,82	-180,00	5.599,85	436.459,52	3.232.752,38	2.981.312,44	2.981.312,44	206.451,31	481.448,15	487.048,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**3.273,49**	**262.097,18**	**259.950,82**	**-180,00**	**5.599,85**	**436.459,52**	**3.232.752,38**	**2.981.312,44**	**2.981.312,44**	**206.451,31**	**481.448,15**	**487.048,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, emitido em 25/set/2026 as 11h e 15m.												

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e Finanças		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A7E04881

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RECEITA CORENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
9/2.025 A 8/2.026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026	7 / 2.026	8 / 2.026		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.604.685,46	3.801.325,69	4.253.871,45	6.024.751,84	4.851.502,82	4.601.363,13	3.860.056,06	4.287.163,31	4.324.172,10	6.020.929,53	4.722.060,87	4.534.592,50	55.886.474,76	58.612.855,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	309.227,03	324.974,27	327.948,99	669.121,02	378.837,47	470.846,78	297.694,20	410.760,53	332.090,34	424.374,20	403.115,89	603.507,26	4.952.497,98	5.082.080,07
IPTU	44.426,19	54.606,24	44.536,52	23.950,28	12.532,23	19.241,14	19.965,73	14.696,56	7.701,79	7.697,63	22.373,40	207.483,28	479.210,99	408.489,00
ISS	115.533,94	123.717,10	138.363,65	178.691,31	181.319,44	180.997,98	113.662,26	176.936,16	170.509,93	160.494,78	215.940,20	242.296,28	1.998.463,03	1.758.093,25
ITBI	4.060,00	1.432,96	3.900,00	2.750,00	900,00	42.348,99	0,00	81.120,00	0,00	108.164,00	11.000,00	1.600,00	257.275,95	225.463,00
IRRF	115.727,48	123.089,26	117.098,28	439.101,53	135.252,93	136.383,57	120.750,63	111.263,83	127.894,24	122.282,43	126.923,57	107.688,18	1.783.455,93	2.202.063,82
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.479,42	22.128,71	24.050,54	24.627,90	48.832,87	91.875,10	43.315,58	26.743,98	25.984,38	25.735,36	26.878,72	44.439,52	434.092,08	487.971,00
Contribuições	15.019,41	14.913,98	15.629,92	15.257,30	16.553,54	15.896,22	16.463,25	16.022,73	28.318,41	32.158,28	38.195,98	40.375,66	264.804,68	217.568,00
Receita Patrimonial	129.576,69	130.421,70	106.793,10	145.819,57	133.403,35	123.363,26	138.909,31	131.575,76	143.453,85	167.804,90	171.040,75	233.399,18	1.755.561,42	429.693,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	129.576,69	130.421,70	106.793,10	145.819,57	133.403,35	123.363,26	138.909,31	131.575,76	143.453,85	167.804,90	171.040,75	233.399,18	1.755.561,42	429.693,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	775,00	1.254,00	800,00	400,00	225,00	1.002,25	275,00	125,00	50,00	350,00	226,00	600,00	6.082,25	2.746,00
Transferências Correntes	4.145.793,37	3.329.284,34	3.802.654,09	5.192.430,83	4.322.472,22	3.989.212,82	3.405.630,20	3.726.694,58	3.818.939,45	5.358.385,26	4.097.772,20	3.629.833,84	48.819.103,20	52.838.130,00
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,36	25.473.000,00
Cota-Parte do ICMS	827.709,53	749.908,87	698.776,06	886.244,31	795.784,53	636.791,84	884.128,17	817.579,43	663.646,71	858.744,20	777.807,20	754.588,46	9.351.709,31	11.051.015,00
Cota-Parte do IPVA	36.095,15	33.571,00	44.622,68	35.716,22	516.682,79	110.363,45	121.047,03	103.696,97	103.988,42	34.240,34	33.186,18	27.754,54	1.200.964,77	1.778.999,00
Cota-Parte do ITR	6.660,04	150.770,51	1.833,77	2.231,11	586,99	31,84	52,76	193,40	16,69	132,27	106,76	107,94	162.724,08	9.884,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	11.644,56	11.167,22	11.037,24	13.369,46	10.541,98	11.062,72	10.951,02	9.633,45	11.576,56	15.459,90	13.994,94	15.069,74	145.508,79	176.608,00
Transferências do FUNDEB	541.521,91	689.073,02	615.002,97	716.850,21	918.781,86	673.197,65	661.358,42	756.254,93	761.639,82	740.499,49	729.222,17	727.801,73	8.531.204,18	8.964.851,00
Outras Transferências Correntes	820.714,94	419.559,85	697.905,29	746.477,10	308.158,71	329.911,77	378.992,62	450.901,99	355.561,31	1.683.769,19	389.477,71	395.097,23	6.976.527,71	5.383.773,00
Outras Receitas Correntes	4.293,96	477,40	45,35	1.723,12	11,24	1.041,80	1.084,10	1.984,71	1.320,05	37.856,89	11.710,05	26.876,56	88.425,23	42.638,00
DEDUÇÕES (II)	418.372,86	444.130,17	497.949,13	578.834,59	619.106,28	597.220,61	473.055,76	503.907,45	540.347,62	586.823,25	419.964,73	501.386,92	6.181.099,37	7.293.900,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	418.372,86	444.130,17	497.949,13	578.834,59	619.106,28	597.220,61	473.055,76	503.907,45	540.347,62	586.823,25	419.964,73	501.386,92	6.181.099,37	7.293.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**4.186.312,60**	**3.357.195,52**	**3.755.922,32**	**5.445.917,25**	**4.232.396,54**	**4.004.142,52**	**3.387.000,30**	**3.783.255,86**	**3.783.824,48**	**5.434.106,28**	**4.302.096,14**	**4.033.205,58**	**49.705.375,39**	**51.318.955,07**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	300.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.192.546,00	0,00	0,00	1.742.546,00	1.192.541,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**4.186.312,60**	**3.357.195,52**	**3.455.922,32**	**5.195.917,25**	**4.232.396,54**	**4.004.142,52**	**3.387.000,30**	**3.783.255,86**	**3.783.824,48**	**4.241.560,28**	**4.302.096,14**	**4.033.205,58**	**47.962.829,39**	**50.126.414,07**

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de	0,00	33.396,00	33.396,00	66.792,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	32.420,00	29.178,00	29.178,00	402.670,00	460.000,00

saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)														
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**4.186.312,60**	**3.323.799,52**	**3.422.526,32**	**5.129.125,25**	**4.196.734,54**	**3.968.480,52**	**3.351.338,30**	**3.747.593,86**	**3.748.162,48**	**4.209.140,28**	**4.272.918,14**	**4.004.027,58**	**47.560.159,39**	**49.666.414,07**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 25/set/2026 as 11h e 04m.														

MARCO ANTONIO BALDAO	***JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR***	***TALITA DE LIMA CRUZ WEDECH***
Prefeito Municipal	Contador CRC nº 056020/O	Controladora Interna
ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS		
Secretário Municipal de Administração e Finanças		

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:AEBC075B

